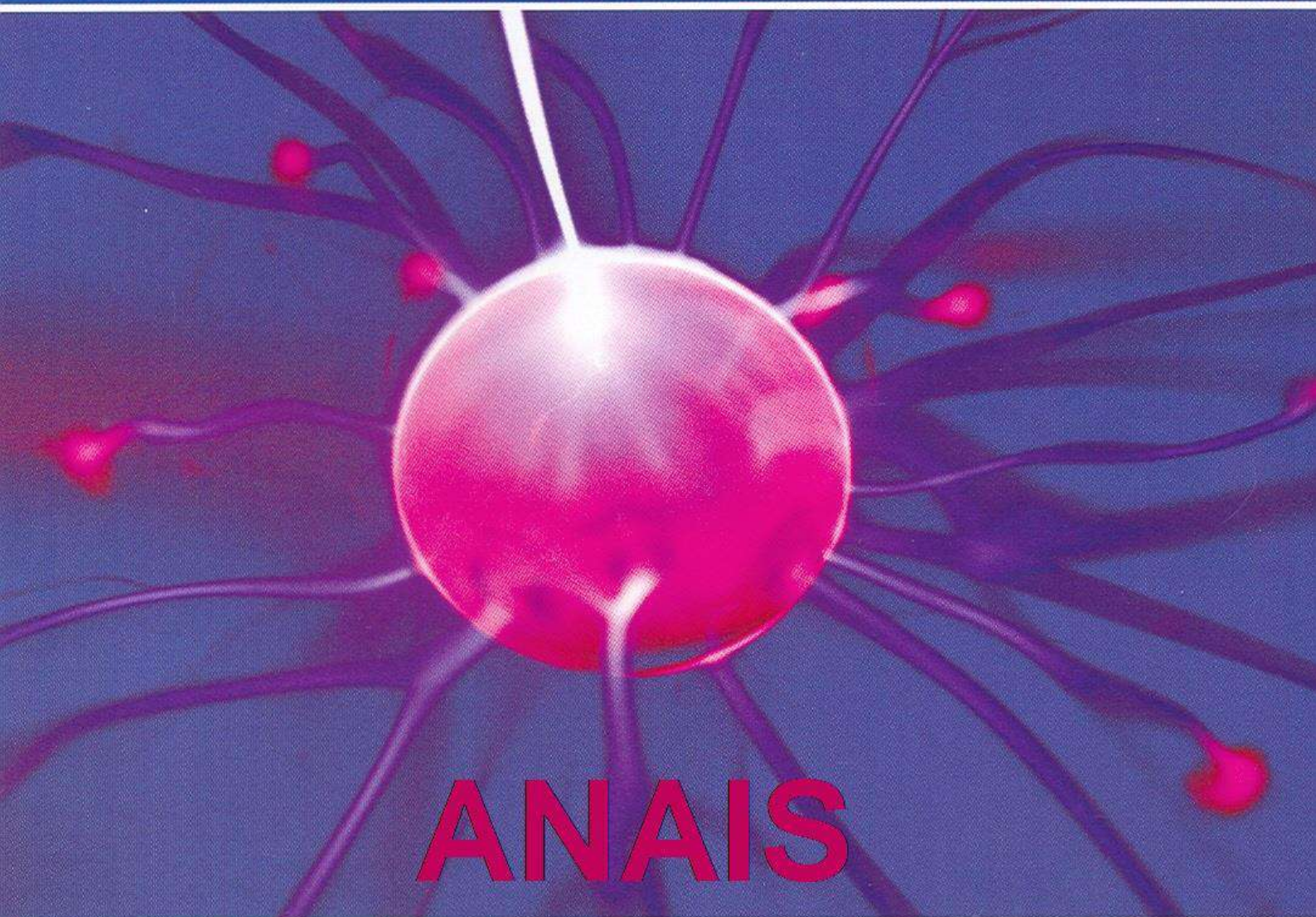


VII

CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA FARN



ANAIIS



"EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA CONSTRUÇÃO DA PAZ"

24 a 27 de outubro de 2007

Catálogo na Publicação – Biblioteca da FARN
Setor de Processos Técnicos

C759 Congresso de Iniciação Científica da Faculdade Natalense para o
Desenvolvimento do Rio Grande do Norte (7: 2007: Natal, RN).

Anais do VII Congresso de Iniciação Científica da FARN: Educação,
Ciência e Tecnologia na Construção da Paz, Natal (RN), 24 a 27 de
outubro de 2007. – Natal: FARN, 2007.
489 f.

1. Desenvolvimento – Resumos. 2. Educação para o Desenvolvimento –
Resumos. 3. I. Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio
Grande do Norte. II. Título.

RN/FARN/BC

CDU 001(063)

**LIGA DE ENSINO DO RIO GRANDE DO NORTE
FACULDADE NATALENSE PARA O DESENVOLVIMENTO DO RIO GRANDE DO NORTE**

CONSELHO DIRETOR E CHANCELARIA

Presidente da Liga de Ensino do RN - **Dr. Manoel de Medeiros Brito**
Chanceler da FARN - **Prof^a Noilde Pessoa Ramalho**

**ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA FARN
DIREÇÃO GERAL, ASSESSORIA E APOIO ESTRATÉGICO**

Direção Geral da FARN - **Prof. Daladier Pessoa Cunha Lima**
Direção Geral Adjunta - **Prof^a Ângela Maria Guerra Fonseca**
Assessoria de Planejamento - **Prof. Alcir Veras da Silva**
Assessoria de Comunicação - Jornalista **Graciêma Maria Carneiro**
Secretaria Geral - **Rosana Karla Pereira Caldas**
Prefeitura do Campus - **José Mendes Pinheiro Filho**
Biblioteca - **Maria de Lourdes Teixeira da Silva**

ÁREA ACADÊMICA

Diretoria Acadêmica – **Prof^a Tereza Neuma de Castro Dantas**
Controle Acadêmico – **Patrícia Falcone Pessoa**
Núcleo Didático-Pedagógico – **Prof^a Ângela Maria Guerra Fonseca**
Coordenação dos Cursos de Administração e
Administração com Habilitação em Marketing – **Prof^a Catarina da Silva Souza**
Coordenação do Curso de Ciências Contábeis – **Prof^a Joana D'arc Medeiros Martins**
Coordenação dos Cursos de Bacharelado em Sistema de Informação e
Licenciatura em Computação – **Prof^a Livia Maria Martins da Silva**
Coordenação do Curso de Direito – **Prof^a Lenice Silveira Moreira**
Coordenação do Curso de Enfermagem – **Prof^a. Juçara Machado Sucar**
Coordenação do Curso de Fisioterapia – **Prof. Robson Alves da Silva**
Coordenação do Curso de Nutrição – **Prof^a Nila Patrícia Freire Pequeno**
Coordenação do Curso de Psicologia – **Prof. Antônio Alves Filho**
Núcleo de Pesquisa e Pós-Graduação – **Prof. Aluísio Alberto Dantas**
Núcleo de Extensão Universitária – **Prof^a Ângela Maria Guerra Fonseca**

ÁREA ADMINISTRATIVA

Diretoria Administrativa – **Prof^a Fátima Cristina de Lara Menezes Medeiros**
Setor de Informática – **Francisco das Chagas da Silva**
Setor de Recursos Humanos – **Talita Câmara de Medeiros Lima**
Setor de Contabilidade – **Edson Luiz Amaral de Oliveira**
Setor de Compras, Material e Patrimônio – **Edson Luiz Amaral de Oliveira**
Setor de Serviços Gráficos – **Wantoilton Albuquerque**

COMISSÃO ORGANIZADORA DO VII CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

Núcleo de Pesquisa e Pós-Graduação

**Alúcio Alberto Dantas
Carlos Alberto Nicolete da Silva**

Representante da Direção Geral

Alcir Veras da Silva

Assessoria de Comunicação

Graciêmia Maria Carneiro

Biblioteca

Maria de Lourdes Teixeira da Silva

Curso de Administração e Marketing

**Catarina da Silva Souza
Karina de Oliveira Costa Bezerra**

Custo de Ciências Contábeis

Joana D'arc Medeiros Martins

Curso de Direito

**Sara Maria de Andrade Silva
Lenice Silveira Moreira**

Curso de Enfermagem

**Juçara Machado Sucar
Cléa Maria da Costa Moreno**

Curso de Fisioterapia

**Robson Alves da Silva
André Luiz Silva Davim**

Curso de Informática

**Lívia Maria Martins da Silva
Bartira Paraguaçu Falcão Dantas Rocha
Joseane Alves Pinheiro**

Curso de Nutrição

**Nila Maria Freire Pequeno
Everlane Ferreira Moura**

Curso de Psicologia

**Antônio Alves Filho
Katie Moraes de Almondes**

Diretório Central dos Estudantes

Rômulo Lima Silva de Góis

SECRETARIA EXECUTIVA

Ana Maria da Costa Rodrigues
Ana Paula Silva do Nascimento
André Souza da Silva
Daniela Quaresma de Souza
Edna Amorim Fernandes
Gislaine Maria da Costa Leôncio
Graciana Dias de Araújo
Iara Celly Gomes da Silva
Juliana Mara Cordeiro de Oliveira
Ludymilla Maria Teixeira Pereira
Magnólia de Carvalho Andrade
Maria da Glória Queiroz Bezerra de Melo
Maria do Socorro Silva
Mychelle Machado Lopes
Niciania Maria da Silva
Reinaldo Teófilo de Souza
Rosana Karla Pereira Caldas
Simone dos Santos Dantas
Talita Câmara de Medeiros Lima

EDITORAÇÃO GRÁFICA

Magnólia de Carvalho Andrade

APRESENTAÇÃO

Desde a sua instalação, pela primeira vez em 2001, o Congresso de Iniciação Científica vem, ano a ano, se consolidando como um valoroso diferencial de qualidade dentre os diversos eventos acadêmicos promovidos pela FARN.

No mundo moderno, a atividade científica, como prática acadêmica, constitui-se em indispensável complemento ativo do ensino superior.

Comprometida com as ações desenvolvimentistas do Estado do Rio Grande do Norte, a FARN vem incentivando a realização de estudos e pesquisas voltadas para as necessidades sócio-econômicas locais e regionais, as quais têm se revelado como fonte inspiradora dos trabalhos do Congresso de Iniciação Científica.

Registramos com satisfação o empenho e dedicação do Presidente do VII Congresso de Iniciação Científica da FARN, Prof. Alúcio Alberto Dantas, bem como dos Coordenadores de Curso, professores e alunos, cujos esforços vêm sendo recompensados pelo gratificante aumento anual do número de trabalhos apresentados.

O presente documento, "Anais do VII Congresso de Iniciação Científica da FARN, retrata em seu conteúdo, a qualidade dos trabalhos e sobretudo, em suas entrelinhas, o ânimo e o entusiasmo de todos aqueles que participaram dessa laboriosa jornada acadêmica.

Professor Daladier Pessoa Cunha Lima

Diretor-Geral da FARN

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO DOS TRABALHOS

ÁREA DE CONHECIMENTO	PROFESSORES AVALIADORES	
ADMINISTRAÇÃO E MARKETING	Adriano Henrique O. da Motta Alídia Hernandes Ribeiro Ana Maria da Silva Souza Carlos Antônio de L. Moreira Fábio Couto Ferrer Fabrícia Abrantes F. da Rocha Flávio Emílio Cavalcante Franklin Marcolino de Souza	Jannes de Freitas Valente José Padilha Chrispim Karina de Oliveira Costa Marcílio Rodrigues de Oliveira Rasland Costa de Luna Freire Ronaldo Mendes Neves Thereza Angélica B. de Souza Waldemir Galvão
CONTABILIDADE	Adilson de Lima Tavares Afonso Martinez Florentin Carlos Eduardo Marinho Diniz Cícero Luiz Alves da Silva Cleverson Luiz Fontas Dinarte Paiva dos Santos Jr.	Édson Luiz Amaral de Oliveira Erasmio Euler Melo Batista Jorge Alberto Peres Ribeiro Maria do Rosário de Oliveira Renkel Aladim de Araújo Yara Magaly Albano Soares
DIREITO	Ana Paula Cacho Andréa Gersósimo Mussato Carlos Alberto Nicolete da S. Carlos Wagner Dias Ferreira Daniel Monteiro da Silva Dijosete Veríssimo da Costa Jr Gilmar dos Santos Melo Ivanaldo Bezerra dos Santos José Eduardo Moura Karina Smith Chaves Seidl	Lenice Silveira Moreira Lincoln José Rufino Luciana Flávia N. Casimiro Luiz Eduardo Marinho Costa Maria Aparecida S.F. Trindade Maria Danielle Simões Veras Maria do Socorro Azevedo Nicholas Alexandre Moraes C. Noemi Favassa Alves Queiroz Patrícia Carla de F. Teixeira Vânia de Vasconcelos Gico
ENFERMAGEM	André Luiz Silva Davim Cléa Maria da Costa Moreno Eline Santos Cavalcante Sandra Michelle Bessa de Andrade Fernandes Germiniana Pacheco Dutra Cariello Maria Lúcia Costa do Nascimento Sandra Michelle Bessa de Andrade Fernandes	
FISIOTERAPIA	André Luiz Silva Davim Carlos Alberto Nicolete da Silva Christina da Silva Camillo Kétsia Bezerra Medeiros Larissa Bastos Wouber Héricksen de Brito Vieira	
INFORMÁTICA	Aluizio Ferreira da Rocha Neto Bartira Paraguaçu Falcão Dantas Rocha Gleydson de Azevedo Ferreira Lima	Josué Vitor de Medeiros Jr. Lívia Maria Martins da Silva Nilda Maria Teixeira de Cerqueira Ytalo Rosendo do Amaral
NUTRIÇÃO	Bianca Arnoud Rodrigues Carina Leite de Araújo Oliveira Célia Regina Barbosa de Araújo Islândia Teixeira	Izete Soares da Silva Dantas Pereira Monique Silveira Rosa Nila Patrícia Freire Pequeno Vanessa Teixeira de Lima O.
PSICOLOGIA	Célia Maria Cruz Marques Chaves Danielle Souto Ilana Iemos de Paiva Izabel Cristina do Nascimento Feitora Jordana Celli Bulhões Campos Remerson Russel Syrleine Penaforte Bonavides	

SUMÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E MARKETING – Comunicação Livre

A CRISE DA CARCINICULTURA: OPORTUNIDADE PARA O CAMARÃO BRASILEIRO.....	37
A EFICÁCIA DAS AÇÕES CONTRA ACIDENTES DE TRABALHO DESENVOLVIDAS PELO HOSPITAL UNIMED.....	38
A EMPREGABILIDADE DOS FUNCIONÁRIOS DO POSTO GÁS DO BRASILDIANTE DO MERCADO DE TRABALHO: UM ESTUDO DE CASO.....	39
A IMPORTÂNCIA DE UM DIAGNÓSTICO MULTIDISCIPLINAR PARA O DESEMPENHO FINANCEIRO, PRODUTIVO E TECNOLÓGICO DA EMPRESA: UM ESTUDO DE CASO NUMA SOCIEDADE LIMITADA.....	40
UM ESTUDO DE CASO DA EMPRESA NV.....	41
A ADOÇÃO DO BSC EM UMA COOPERATIVA DE CRÉDITO: UMA NOVA PROPOSTA DE PLANEJAR.....	42
ANÁLISE DO IMPACTO DA AUTOMAÇÃO DOS PROCESSOS DE UMA LINHA DE PRODUÇÃO DA SIMAS INDUSTRIAL DE ALIMENTOS S/A.....	43
PROMOÇÕES E EVENTOS NO MERCADO NATALENSE.....	44
COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR: UM ESTUDO DE CASO NA BOUTIQUE DEBRUM COLLECTION.....	45
ANÁLISE DE SATISFAÇÃO DAS EMPRESAS ASSOCIADAS A REDECON EM RELAÇÃO AOS SEUS FORNECEDORES DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO.....	46
A DIFICULDADE DE (RE)INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO FORMAL DE PESSOAS ACIMA DE QUARENTA ANOS NA CIDADE DE NATAL/RN.....	47
AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS DA BRASIL REPARADORA AUTOMOTIVA.....	48
AVALIAÇÃO DO IMPACTO DAS AVARIAS NO ESTOQUE DA EMPRESA SANTA CLARA.....	49
AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL: UM ESTUDO COM CLIENTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL/SEMTAS.....	50
DIAGNÓSTICO FINANCEIRO, ECONÔMICO E OPERACIONAL DE UMA EMPRESA DE PRESTAÇÃO DE SERVICOS: ESTUDO DE CASO DA EMPRESA ETB LTDA.....	51
DETRAN: UM ÓRGÃO FUNDAMENTAL PARA DESENVOLVER O TRÂNSITO.....	52
DIAGÓSTICO SISTEMICO DE UMA EMPRESA DO COMÉRCIO VAREJISTA: UM ESTUDO DE CASO DA PAPELARIA JUNAÍSA EM.....	53
DIAGNÓSTICO SOB A ÓTIÇA DA GESTÃO FINANCEIRA, PRODUTIVA E DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO NA NATAL ALIMENTOS (NOME FICTÍCIO.....	54
ESTRATÉGIAS DE MARKETING DE RELACIONAMENTO NA REDEMAIS.....	55

ESTRATÉGIAS DE MARKETING E ADMINISTRATIVAS UTILIZADAS PELAS ONG'S QUE TRABALHAM COM INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA EM NATAL/RN: UM ESTUDO DE MÚLTIPLOS CASOS.....	56
ESTRATÉGIAS DE MARKETING DE VAREJO PARA O CONSUMIDOR DE BAIXA RENDA.....	57
ESTUDO DAS ESTRATÉGIAS DE MARKETING POLÍTICO UTILIZADAS PELO PARTIDO DEMOCRATAS NO RIO GRANDE DO NORTE	58
ESTUDO DO COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR DOS PRODUTOS LIMENTÍCIOS DE MARCAS PRÓPRIAS: UM ESTUDO DE CASO NA LOJA CIDADE JARDIM DO SUPERMERCADO NORDESTÃO NA CIDADE DO NATAL.....	59
ESTABELECENDO UM SISTEMA DE CODIFICAÇÃO DE MATERIAIS ASSOCIADO AO CONTROLE DE ESTOQUE: O CASO DA JULIANA MODAS.....	60
ANÁLISE DE MELHORIA NA LOGÍSTICA DE ENTREGAS DE CORRESPONDÊNCIAS PARA A POTIGUAR ACC.....	61
ANÁLISE DO SETOR VAREJISTA DE AUTOMÓVEIS SEMINOVOS EM NATAL.....	62
LABORATÓRIO VIRTUAL DE MATEMÁTICA: UMA APLICAÇÃO DA COMPUTAÇÃO GRÁFICA AUXILIANDO NO ENSINO DE FIGURAS SÓLIDAS GEOMÉTRICAS.....	63
O SISTEMA DE INFORMAÇÃO UTILIZADO PARA PRODUZIR SERVIÇOS E GERAR RESULTADOS: UM ESTUDO DE CASO DE UMA EMPRESA DE INFORMÁTICA.....	64
O SUCESSO DAS EMPRESAS ATRAVÉS DE UMA AVALIAÇÃO SISTÊMICA SOB A ÓTICA DA PRODUÇÃO, FINANÇAS E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO: UM ESTUDO DE CASO DA EMPRESA NV.....	65
OTIMIZAÇÃO DO PROCESSO DE SUPRIMENTO FÍSICO:UM ESTUDO DE CASO NA CASA DE SAÚDE SÃO LUCAS.....	66
PLANO DE NEGÓCIOS: ANÁLISE DE VIABILIDADE PARA A IMPLANTAÇÃO DE UMA PIZZARIA EGÍPCIA.....	67
POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO PARA O INSS NA CIDADE DO NATAL.....	68
QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO: UM ESTUDO DE CASO NO SETOR ADMINISTRATIVO DA EMPRESA PLANC ENGENHARIA.....	69
QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO: UM ESTUDO NO BANCO PANAMERICANO – FILIAL NATAL.....	70
QUALIDADE NO ATENDIMENTO: PHÁRMACOS FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO LTDA/ME.....	71
REDEFINIÇÃO DO PROCESSO DE SUPRIMENTO DA CASSI.....	72
REDEFINIÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE DE ESTOQUES DA ELETROCON TINTAS.....	73
RESPONSABILIDADE SOCIAL NA EMPRESA PÚBLICA: O CASO CAERN.....	74
RESPONSABILIDADE SOCIAL: ESTUDO DE CASO NA VB FINANCEIRA – FILIAL NATAL.....	75
REDEFINIÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE DE ESTOQUE: UM ESTUDO DE CASO NA LOJA O BOTICÁRIO.....	76

A IMPORTANCIA DOS CONHECIMENTOS TÉCNICOS PARA EMPRESAS ATRAVÉS DE UMA AVALIAÇÃO SISTÊMICA SOB A VISÃO DA PRODUÇÃO, FINANÇAS E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A EMPRESA ARTKASA.....	77
UMA ABORDAGEM CONTEMPORÂNEA DA GESTÃO FINANCEIRA PARA O DESENVOLVIMENTO DO ARTESANATO POTIGUAR	78
GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS COMO FERRAMENTA PARA O DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO DAS EMPRESAS: UM ESTUDO DE CASO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES SANTA IZABEL LTDA.....	79
PERCEPÇÃO DOS CLIENTES QUANTO À QUALIDADE DE SERVIÇO PRESTADO PELO SUPERMERCADO VENÂNCIO – LOJA 1.....	80
MARKETING TURÍSTICO: TURISMO SEXUAL FEMININO NA CIDADE DE NATAL.....	81
ACREDITAÇÃO HOSPITALAR: QUALIDADE NA EDUCAÇÃO CONTINUADA – DIAGNÓSTICO ORGANIZACIONAL NO HOSPITAL UNIMED NATAL.....	82
GRAU DE SATISFAÇÃO DOS CLIENTES DA EMPRESA “O VIDRACEIRO DO NORTE”	83
UMA ANÁLISE DAS AÇÕES SOCIAIS DESENVOLVIDAS PELO CENTRO SOCIAL PASTOR EUGÊNIO MARTINS PIRES (CASEMP) EM PARNAMIRIM / RN.....	84
A EFICIÊNCIA DO PREGÃO COMO ALTERNATIVA NA GESTÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS: UM ESTUDO DE CASO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÍBA.....	85
ESTRATÉGIAS DE MARKETING: UM ESTUDO DE CASO NO SUPERMERCADO NORDESTÃO.....	86
ESTRATÉGIAS DE MARKETING DE RELACIONAMENTO: ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE CLIENTES E FORNECEDORES DAS LOJAS DE COSMÉTICOS DE NATAL/RN.....	87
PLANO DE POSICIONAMENTO PARA A MARCA COLLE.....	88
UMA AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS PROVOCADOS PELAS AÇÕES DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL RURAL PROMOVIDAS PELO SENAR-AR/RN.....	89
ESTRUTURA ORGANIZACIONAL: UMA ANÁLISE DA AGRO INDUSTRIAL BELA VISTA LTDA.....	90
ESTRATÉGIAS DE FIDELIZAÇÃO PARA OS CLIENTES DA CLÍNICA MARCO ALMEIDA.....	91
AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL: UM ESTUDO COM CLIENTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL/SEMTAS.....	92
DEFINIÇÃO DE UM SISTEMA DE CONTROLE DE ESTOQUE PARA UMA EMPRESA DISTRIBUIDORA DE CARTÕES TELEFÔNICOS.....	93
IDENTIFICAÇÃO DA PERCEPÇÃO DO CLIENTE DA STYLLUS COLCHÕES: O PASSO INICIAL EM BUSCA DA SUA FIDELIZAÇÃO.....	94
MAPEAMENTO DE PROCESSOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE.....	95

UMA AVALIAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA VIABILIDADE DE UM EMPRENDIMENTO DO SETOR DE SERVIÇOS: UM ESTUDO DE CASO DE UM LAVA-JATO EM NATAL	96
CLIMA ORGANIZACIONAL: UM ESTUDO DE CASO EM UMA IMOBILIARIA NA CIDADE DO NATAL.....	97
VAREJO VIRTUAL: TRANSIÇÃO DO VAREJISTA TRADICIONAL PARA O SUCESSO DO VAREJO VIRTUAL.....	98
ESTUDO DA QUALIDADE NO ATENDIMENTO DA EMPRESA ALESAT COMBUSTÍVEIS S.A. – SETOR FALE.....	99
AVALIAÇÃO PRELIMINAR DA UTILIZAÇÃO DO PAPEL RECICLADO PELO SETOR GRÁFICO EM NATAL/RN.....	100
AVALIAÇÃO DO NÍVEL DE QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELO NIT – CEFET NA VISÃO DAS EMPRESAS GRADUADAS.....	101
RIO GRANDE DO NORTE: O SOL QUE NASCE PARA TODOS: UMA VISÃO PANORÂMICA DAS FONTES DE INVESTIMENTOS EMPRESARIAIS.....	102
SEGURO DEFESO: A IMPORTÂNCIA DESSE BENEFÍCIO PARA O PESCADOR ARTESANAL LAGOSTEIRO DO RIO GRANDE DO NORTE.....	103
UM ESTUDO DA TRAJETÓRIA POLÍTICA DE WILMA FARIA: UM RESGATE DA MEMÓRIA.....	104
UM ESTUDO ORÇAMENTÁRIO DA VIABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA DE UMA EMPRESA DO SETOR DE A&B, UM ESTUDO DE CASO DO RESTAURANTE PÔR DO SOL.....	105
UMA ABORDAGEM ORGANIZACIONAL, TECNOLÓGICA E PRODUTIVA DA EMPRESA LINK EDUCACIONAL LTDA.....	106
UMA ABORDAGEM QUALITATIVA DA IMPORTÂNCIA DA GESTÃO FINANCEIRA, DA GESTÃO DE PRODUÇÃO E DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO NA TOMADA DE DECISÕES NAS ORGANIZAÇÕES.....	107
UMA ANÁLISE DE QUALIDADE NO ATENDIMENTO DA OFICINA DO MAJOR.....	108
UMA ANÁLISE DO INTRA-EMPREENDEDORISMO: O CASO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – AG. RIBEIRA.....	109
UMA ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA DE UMA EMPRESA DO SETOR DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO: O ESTUDO DE CASO DA FÁBRICA MARKA.....	110
UMA NOVA VISÃO ADMINISTRATIVA PARA MUDAR O COTIDIANO.....	111
UMA ANÁLISE DOS PROCESSOS DE GESTÃO A NÍVEL COMERCIAL: UM ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.....	112
UTILIZAÇÃO DA ANÁLISE DE SWOT PARA PLANEJAMENTO DE UMA CAMPANHA PARA O CARGO DE VEREADOR NA CIDADE DE PAU DOS FERROS/RN.....	113

SUMÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E MARKETING – Pôster

CARNE BUBALINA E SEUS DERIVADOS NO ESTADO DE PERNAMBUCO.....	115
ANÁLISE DA VIABILIDADE DE IMPLANTAÇÃO DE UMA EMPRESA NO SEGMENTO DETECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO APLICADO À GESTÃO DE DOCUMENTOS NA CIDADE DE NATAL/RN.....	116
A AVALIAÇÃO SISTÊMICA COMO CONTRIBUINTE DA MAXIMIZAÇÃO DOS RESULTADOS NUMA EMPRESA DO SETOR DE PANIFICAÇÃO EM NATAL/RN.....	117
ADMINISTRANDO HABILIDADES SOB A ÓTICA GERENCIAL, UM ESTUDO DE CASO MPÍRICO NAS ÁREAS DE PRODUÇÃO, FINANÇAS E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO...	118
ANÁLISE DA VIABILIDADE DE IMPLANTAÇÃO DE UM ESCRITÓRIO VIRTUAL: OFFICE ROOM NATAL.....	119
ANÁLISE DAS RELAÇÕES DE TRABALHO EM UMA EMPRESA DO RAMO HOSPITALAR DE NATAL – RN.....	120
ANALISE SOBRE A EFICÁCIA DA COMUNICAÇÃO ENTRE OS SETORES DO CENTRO SUVAG/RN E A COMUNIDADE.....	121
ANÁLISE FINANCEIRA, DE PRODUÇÃO E TI DE UMA EMPRESA DO SETOR SALINEIRO DO RN.....	122
DEFININDO UM SISTEMA DE CONTROLE PARA DATA DE VALIDADE DOS CARTÕESO CASO DA EMPRESA ALPHA.....	123
DIAGNÓSTICO FINANCEIRO: UMA ANÁLISE SOB A PERSPECTIVA DO ENDIVIDAMENTO, LIQUIDEZ E RENTABILIDADE – UM ESTUDO DE CASO.....	124
ANÁLISE DA VIABILIDADE DA EMPRESA DRYTECH - CENTRO DE EMBELEZAMENTO & REPARAÇÃO AUTOMOTIVA.....	125
ESTUDO DA QUALIDADE NO ATENDIMENTO DA EMPRESA ALEAT COMBUSTÍVEIS S.A. – SETOR FALE.....	126
ESTUDO DA VIABILIDADE E IMPLEMENTAÇÃO DE UMA EMPRESA DE COMUNICAÇÃO E COBERTURA DE EVENTOS ESPORTIVOS.....	127
FAST-FOOD: UMA APLICAÇÃO DA TEORIA CIENTÍFICA NOS TEMPOS MODERNOS.....	128
FRANCHISING: CARACTERÍSTICAS DE UM SISTEMA EM CRESCIMENTO.....	129
IDENTIFICAÇÃO DA PERCEPÇÃO DO CLIENTE DA STYLLUS COLCHÕES: O PASSO INICIAL EM BUSCA DA SUA FIDELIZAÇÃO.....	130
IMPORTÂNCIA DE UM DIAGNÓSTICO FINANCEIRO, DE PRODUÇÃO E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO NUMA EMPRESA DO RAMO DE LOCAÇÕES.....	131
O IMPACTO DE ESTRATÉGIAS DE MARKETING NA RELAÇÃO COMERCIAL DA DISTRIBUIDORA DAB.....	132

ADMINISTRAÇÃO ESTRATÉGICA.....	133
O PESO DA CARGA TRIBUTÁRIA SOBRE OS PRODUTOS DA CESTA BÁSICA NA CIDADE DO NATAL / RN.....	134
PESQUISA SOBRE O NÍVEL DE SATISFAÇÃO NA PREVIDÊNCIA SOCIAL (INSS) NO SETOR DE BENEFÍCIO NO RN.....	135
PROPOSTA DE ABERTURA DO RESTAURANTE PÔR DO SOL.....	136
QUALIDADE DE VIDA DOS FUNCIONÁRIOS DA CABO TELECOM.....	137
QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO: UMA ANÁLISE NA QUALIDADE DE VIDA O TRABALHO – QVT, NA UNIDADE DE PROCESSAMENTO DE FLÚIDOS - UTPF DE UAMARÉ – RN, PARA FUNCIONÁRIOS DA PETROBRAS.....	138
UMA ANÁLISE SOBRE A VIABILIDADE DE UMA FRANQUIA DE PERFUMÁRIA E COSMÉTICOS NA CIDADE DE NATAL.....	139
GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS COMO FERRAMENTA PARA O DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO DAS EMPRESAS: UM ESTUDO DE CASO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO E CONFECÇÕES SANTA IZABEL LTDA.....	140
ANÁLISE DE VIABILIDADE DE INDÚSTRIA DE RECICLAGEM DE ALUMÍNIO.....	141
ANÁLISE DA VIABILIDADE DE IMPLANTAÇÃO DE UM RESIDÊNCIAL PARA A TERCEIRA IDADE.....	142
A IMPORTÂNCIA DO TURISMO PARA O RIO GRANDE DO NORTE.....	143
TRANSPARÊNCIA ORGANIZACIONAL, UM ESTUDO SISTEMÁTICO SOBRE O POSTO DOUTOR.....	144
ESTUDO DA TRAJETÓRIA POLÍTICA DE WILMA FARIA: UM RESGATE DA MEMÓRIA.....	145
ANÁLISE DA VIABILIDADE DE IMPLANTAÇÃO DE UMA EMPRESA NO SEGMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO APLICADO À GESTÃO DE DOCUMENTOS NA IDADE DE NATAL/RN.....	146

SUMÁRIO DE CONTABILIDADE – Comunicação Livre

A IMPORTÂNCIA DA ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O ROCESSO DECISÓRIO: UM ESTUDO DE CASO.....	148
A IMPORTANCIA DA CONTABILIDADE PARA AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE NATAL.....	149
A IMPORTÂNCIA DO CONTROLE DE ESTOQUES PARA O COMÉRCIO VAREJISTA DA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL/RN.....	150
A PERÍCIA JUDICIAL CONTÁBIL NAS VARAS DA FAZENDA PÚBLICA DE NATAL.....	151
A UTILIZAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PELAS ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS: ESTUDO DE DOIS CASOS DA CIDADE DE NATAL.....	152
ESTUDO DO CONTROLE INTERNO NA ÁREA DE FOLHA DE PAGAMENTO DE UM HOTEL NA REGIÃO DE NATAL.....	153
BALANCED SCORECARD: UM ESTUDO SOBRE A APLICAÇÃO DO MODELO EM UM HOTEL DE NATAL.....	154
ÉTICA E POLÍTICA NO BRASIL: UM CAMINHO PARA EVOLUÇÃO.....	155
CONTABILIDADE CRIATIVA: ESTUDO EMPIRICO COM OS AUDITORES NDEPENDENTES DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE.....	156
CUSTOS COMO FERRAMENTA NO AUXILIO DA TOMADA DE DECISÃO NAS MICROEMPRESAS: UM ESTUDO DE CASO.....	157
PERÍCIA TRABALHISTA: ESTUDO DOS LAUDOS PERICIAIS CONTÁBEIS NA JUSTIÇA DO TRABALHO EM NATAL/RN.....	158
EXPLANAÇÃO SOBRE INVESTIMENTOS DE RENDA FIXA E VARIÁVEL E UMA EXPOSIÇÃO SOBRE A RENTABILIDADE DOS MESMOS.....	159
INFORMAÇÕES GERENCIAIS: UM ESTUDO DA DISPONIBILIDADE E USO PELA CLASSE EMPRESARIAL DA CIDADE DO NATAL.....	160
AVALIAÇÃO PATRIMONIAL: ESTUDO SOBRE A METODOLOGIA UTILIZADA NA APURAÇÃO DE HEVERES EM PROCESSOS JUDICIAIS DISTRUIDOS NA COMARCA DE NATAL/RN.....	161
PERCEPÇÃO COMPARATIVA NO ÂMBITO DA ÉTICA ENTRE OS ALUNOS DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DO 1º E 4º DA FARN.....	162
PERÍCIAS JUDICIAIS CONTABEIS: ESTUDO DOS LAUDOS PERICIAIS CONTÁBEIS NA 4ª VARA CIVEL DA COMARCA DE NATAL/RN.....	163
PLANO DE NEGÓCIO: SUN AND BEACH MODA PRAIA.....	164
RESERVA DE CONTINGÊNCIA NA CONTABILIDADE PÚBLICA: UM ESTUDO DAS ORIGENS E OBJETIVOS DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	165
RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL E O MERCADO CONSUMIDOR.....	166

A INFLUÊNCIA DO PLANEJAMENTO TRIBUTARIO NA EMPRESA DO COMÉRCIO VAREJISTA.....	167
A IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE NA ELABORAÇÃO DOS RELATÓRIOS DA ANS – AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SEPLEMENTAR: UM ESTUDO DE CASO.....	168
UMA INVESTIGAÇÃO EMPÍRICA SOBRE O IMPACTO DA FORMA DE PRESENTAÇÃO DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS NO PROCESSO DECISÓRIO DE OTENCIAIS USUÁRIOS DESSAS INFORMAÇÕES.....	169
CUSTOS DA QUALIDADE NA INDUSTRIA E CONSTRUÇÃO CIVIL DA CIDADE DO NATAL.....	170
AVALIAÇÃO DO NÍVEL DE EMPREGABILIDADE DOS EGRESSOS DE UMA FACULDADE NO RIO GRANDE DO NORTE, UM ESTUDO DE CASO DE 2004 A 2007.....	171
A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E O DESEMPENHO DO AUDITOR AO LONGO DO SEU TRABALHO.....	172
CONTROLE INTERNO: ESTUDO DE CASO EM UMA FÁBRICA E DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES SEDIADA EM NATAL-RN.....	173
UMA INVESTIGAÇÃO EMPÍRICA NA PERCEPÇÃO DAS MULHERES NATALENSES SOBRE O MERCADO ACIONÁRIO.....	174
A EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO PÚBLICO NOS 7(SETE) MAIORES MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE- BIÊNIO 2004/2005.....	175
O IMPACTO DO PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO DO IMPOSTO DE RENDA NO FLUXO DE CAIXA DE UMA EMPRESA INDUSTRIAL NA REGIÃO DE NATAL/RN.....	176
UM ESTUDO DA AUTOMAÇÃO TECNOLÓGICA COMO FERRAMENTA DE MAXIMIZAÇÃO DOS RESULTADOS NUMA AGÊNCIA BANCÁRIA.....	177
SE OS LAUDOS PERICIAIS APRESENTADOS NA 1ª VARA CÍVIL DA COMARCA DE MACAÍBA/RN ESTÃO DE ACORDO COM AS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE ADOTADAS PELO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE.....	178
ESTUDO DA IMPORTÂNCIA DA AUDITORIA DE ESTOQUES NO RAMO FARMACÊUTICO.....	179
AVALIAÇÃO DA ELABORAÇÃO DE UM PLANO DE NEGÓCIO NUM MPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO EM PARNAMIRIM, SOB A ÓTICA DE UMA GESTORA CONTÁBIL.....	180
UMA PREOCUPAÇÃO EM EVIDENCIAR A INFORMAÇÃO CONTÁBIL, DO SETOR FINANCEIRO, DAS IGREJAS PERTENCENTES À ARQUIDIOCESE DE NATAL.....	181
A IMPORTÂNCIA DA PERÍCIA CONTÁBIL NAS DECISÕES JUDICIAIS.....	182

SUMÁRIO DE CONTABILIDADE – Pôster

A ÉTICA E A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL: MITOS E REALIDADE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO BRASIL E DO RIO GRANDE DO NORTE.....	184
A TRANSPARÊNCIA DO FUNCIONALISMO PÚBLICO SOB A ÉTICA PROFISSIONAL.....	185
A INFLUÊNCIA DOS LAUDOS PERICIAIS CONTÁBEIS NAS DECISÕES DOS JUÍZES: UM ESTUDO EMPÍRICO NA JUSTIÇA TRABALHISTA DE NATAL/RN.....	186
PERÍCIA CONTÁBIL JUDICIAL: ESTUDO SOBRE OS IMPEDIMENTOS E SUSPEIÇÕES DO PERITO CONTADOR.....	187
ESTUDO DOS PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DE CRÉDITO EM UMA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA.....	188
ÉTICA NAS ORGANIZAÇÕES.....	189
PLANO DE NEGOCIO: FABRICA DE SACOLAS PLASTICAS EM NATAL.....	190
A DIFERENCIAÇÃO ENTRE OS TERMOS “CUSTO OU DESPESA”.....	191
A ELABORAÇÃO DE UM PLANO DE NEGÓCIOS COMO FERRAMENTA GERENCIAL NA TOMADA DE DECISÕES: UM ESTUDO DE CASO DA CERÂMICA SÃO LUIZ.....	192
UMA ANÁLISE CONTÁBIL COMPARATIVA EM EMPRESAS BRASILEIRAS E ESPANHOLAS.....	193
UMA ABORDAGEM ACADÊMICA CONTÁBIL DO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL TÊXTIL DO RN.....	194
UMA PREOCUPAÇÃO EM EVIDENCIAR A INFORMAÇÃO CONTÁBIL, DO SETOR FINANCEIRO, DAS IGREJAS PERTENCENTES À ARQUIDIOCESE DE NATAL.....	195
UMA LEITURA CONTÁBIL DE UM PLANO ORÇAMENTÁRIO: UM ESTUDO DE CASO DA SUN AND BEACH MODA PRAIA.....	196

SUMÁRIO DE DIREITO – Comunicação Livre

ADOÇÃO POR CASAL HOMOSSEXUAL E SUAS IMPLICAÇÕES NO CONTEXTO PSICOLÓGICO, SOCIAL, RELIGIOSO E JURÍDICO.....	198
A (IN)AFIANÇABILIDADE DO PORTE DE ARMAS.....	199
A EFETIVIDADE DAS NORMAS AMBIENTAIS: UM ESTUDO DE CASO SOBRE O RIO POTENGI (NATAL/RN).....	200
A EFETIVIDADE JURISDICIONAL NA ERA DO PROCEDIMENTO ELETRÔNICO.....	201
A EVOLUÇÃO DO DIREITO DA MULHER: UM BREVE ESTUDO SOBRE O RATAMENTO SOCIAL E JURÍDICO DO GÊNERO FEMININO AO LONGO DA HISTÓRIA OCIDENTAL.....	202
A ILEGALIDADE DA DIVULGAÇÃO DE GRAVAÇÕES FEITAS ATRAVÉS DE INTERCEPTAÇÕES TELEFÔNICAS DURANTE AS INVESTIGAÇÕES CRIMINAIS.....	203
A INEFICÁCIA DO DIREITO DE REGRESSO.....	204
A INFLUÊNCIA DA ESTÉTICA CLÁSSICA NO NAZISMO E SUAS REPERCUSSÕES NO DIREITO ALEMÃO.....	205
A PERSONALIDADE JURÍDICA DO EMBRIÃO.....	206
A QUALIDADE DA ÁGUA E CIDADANIA: O CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR APROXIMANDO ESSES DOIS IDEAIS.....	207
A REALIDADE DOS HILOTAS PARA O ESTADO ESPARTANO: ESCRAVOS OU SERVOS?.....	208
A RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANOS CAUSADOS AO PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL.....	209
ASSÉDIO SEXUAL NAS RELAÇÕES DE TRABALHO E REPERCUSSÕES JURÍDICAS NA ESPERA PENAL E CIVIL.....	210
ABORDAGEM CRÍTICA SOBRE O FENÔMENO DA EXPLORAÇÃO SEXUAL COMERCIAL NA CIDADE DO NATAL.....	211
ABORTO DE FETO ANENCÉFALO: QUAIS OS ASPECTOS JURÍDICOS E SOCIAIS DO CONFLITO ENTRE O DIREITO À LIBERDADE DA MULHER E O DIREITO À VIDA DO FETO NO BRASIL?.....	212
ADOÇÃO POR CASAL HOMOSSEXUAL E SUAS IMPLICAÇÕES NO CONTEXTO PSICOLÓGICO, SOCIAL, RELIGIOSO E JURÍDICO.....	213
A REALIDADE DOS ADOLESCENTES INFRATORES EM NATAL.....	214
ANÁLISE DO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO: REFLEXÕES SOBRE SUA INEFICÁCIA.....	215
ASPECTOS HISTÓRICOS DA REVOLUÇÃO FRANCESA E SUA INFLUÊNCIA NA FORMAÇÃO DO DIREITO CONTEMPORÂNEO.....	216

ASSÉDIO MORAL: NOTAS SOBRE SUA CONFIGURAÇÃO E TRATAMENTO JURIDICO NO ORDENAMENTO BRASILEIRO.....	217
ASSÉDIO SEXUAL NAS RELAÇÕES DE TRABALHO E REPERCUSSÕES JURÍDICAS NA ESPERA PENAL E CIVIL.....	218
ASSÉDIO SEXUAL NAS RELAÇÕES TRABALHISTAS - A MULHER COMO PRINCIPAL VÍTIMA.....	219
BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A EFICÁCIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NAS RELAÇÕES PRIVADAS.....	220
COMO A SIMPLIFICAÇÃO DA COMPLEXIDADE DE ACORDO COM A TEORIA SISTÊMICA DE NIKLAS LUHMANN ATUA NO SISTEMA AUTOPOIÉTICO DO DIREITO.....	221
ASPECTOS SÓCIO-JURÍDICOS EM TORNO DA UNIÃO HOMOAFETIVA.....	222
DIREITO NA EDUCAÇÃO: UMA PERSPECTIVA DE CONSCIÊNCIA CIDADÃ E DESENVOLVIMENTO SOCIAL.....	223
CONSTITUINTE E REFORMA POLÍTICA: A FAVOR DA DEMOCRACIA.....	224
CRÉDITOS DE CARBONO! DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL OU LEGALIZAÇÃO DO DIREITO DE POLUIR?.....	225
CRIANÇA E ADOLESCENTE: UM BREVE ESTUDO SOBRE A EFETIVA ATUAÇÃO DO ESTADO NO CUMPRIMENTO DA CONSTITUIÇÃO E DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.....	226
CRIMES ELEITORAIS: A EFICÁCIA DO DIREITO COMO GARANTIA DO PROCESSO DEMOCRÁTICO NO BRASIL.....	227
CRIMES HEDIONDOS E A INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL.....	228
CRISE AÉREA: DIREITOS E GARANTIAS DOS CONSUMIDORES DE SERVIÇOS AÉREOS.....	229
CULTURALISMO JURÍDICO: A CRISE DO PÓS-POSITIVISMO.....	230
DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA: UMA ABORDAGEM FILOSÓFICA-CONSTITUCIONAL.....	231
DIREITO COMPARADO DA MULHER: O TRATAMENTO JURÍDICO DA MULHER DO IMPÉRIO ROMANO À LEI MARIA DA PENHA.....	232
ADOÇÃO POR CASAL HOMOSSEXUAL E SUAS IMPLICAÇÕES NO CONTEXTO PSICOLÓGICO, SOCIAL, RELIGIOSO E JURÍDICO.....	233
DIREITO E LINGUAGEM: ENTRE A ENUNCIÇÃO E A INTERPRETAÇÃO DA LINGUAGEM JURÍDICA.....	234
DIREITO, PÓS-MODERNIDADE E LINGUAGEM: EXPECTATIVAS PARA O DIREITO NO SÉCULO XXI.....	235
ERRO MÉDICO: UM RISCO DECORRENTE DA BUSCA PELA ESTÉTICA E A RESPONSABILIDADE JURÍDICA DO PROFISSIONAL.....	236
ESTUDO BIBLIOGRÁFICO SOBRE OS BENEFÍCIOS DA LEGISLAÇÃO FISCAL PARA AS ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS.....	237

ESTUDO E CONHECIMENTO DO DIREITO ROMANO: UMA BREVE REFLEXÃO ACERCA DA SUA IMPORTÂNCIA E UTILIDADE PARA A FORMAÇÃO DOS JURISTAS CONTEMPORÂNEOS.....	238
EXCLUDENTES DE ILICITUDE: ANÁLISE DO EXCESSO NA LEGÍTIMA DEFESA E NO ESTADO DE NECESSIDADE.....	239
FIDELIDADE PARTIDÁRIA COMO MORALIZAÇÃO DA POLÍTICA: O DIREITO ENQUANTO REALIZAÇÃO DE VALORES SOCIAIS VIGENTES.....	240
FONTES FORMAIS DO DIREITO E PLURALISMO JURÍDICO NOS DIAS ATUAIS.....	241
FORO PRIVILEGIADO: O PRIVILÉGIO DA IMPUNIDADE.....	242
UM ESTUDO SOBRE A ESTRUTURA DOS ARGUMENTOS DOS ADVOGADOS EM NATAL PARA SE CONHECER A NATUREZA DAS GARANTIAS APRESENTADAS, COM BASE NA TEORIA DE TOULMIN.....	243
IMPRENSA, O QUARTO PODER: A MEDIDA DA INFORMAÇÃO SOB A ÓTICA DO DIREITO.....	244
IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NO BRASIL.....	245
O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE HUMANA COMO FUNDAMENTO DO SISTEMA JURÍDICO: REFLEXÕES À LUZ DO PENSAMENTO DE JOHN RAWLS.....	246
CONCEITUAÇÃO DE PODER E SEUS ASPECTOS JUSFILOSÓFICOS, SOCIOLÓGICOS E POLÍTICOS: UM RETROSPECTO HISTÓRICO.....	247
ASSÉDIO MORAL E AMBEV.....	248
RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO PERANTE OS MALEFÍCIOS ORIUNDOS DA GREVE NO SERVIÇO PÚBLICO.....	249
INSTITUIÇÕES DE CONTROLE SOCIAL E VIOLÊNCIA.....	250
INTERROGATÓRIO POR VIDEOCONFERÊNCIA.....	251
A QUESTÃO DOS SINDICATOS NO BRASIL: PERSPECTIVAS DE REFORMA À LUZ DO PRINCÍPIO DA LIBERDADE SINDICAL.....	252
MERCOSUL: SITUAÇÃO ATUAL E DESAFIOS FUTUROS.....	253
A CONTRIBUIÇÃO DE TOULMIN NO TOCANTE À ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA DAS PETIÇÕES INICIAIS.....	254
O DIREITO COMO RECURSO HISTÓRICO GARANTIDOR DA EXISTÊNCIA AUTÊNTICA	255
O DIREITO POSITIVO E A ATUAÇÃO ESTATAL FACE AO CRIME NA INTERNET: SINAIS DE ANOMIA JURÍDICA NO BRASIL.....	256
O NASCITURO E O DIREITO À INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS.....	257
O USO ALTERNATIVO DO DIREITO NA CONSTRUÇÃO DE NOVOS PARADIGMAS DA HEMENÉUTICA JURÍDICA EM BUSCA DA JUSTIÇA SOCIAL.....	258
O USO DE CELULAS-TRONCO E SUAS DIVERSAS IMPLICAÇÕES. ATE QUE PONTO VAI A CIENCIA?.....	259
OFICINA DO PENSAMENTO.....	260
PODER PARALELO: A JUSTIÇA ONDE O ESTADO NÃO CHEGA.....	261

PORTADORES DE NECESSIDADE ESPECIAIS NA LINHA DO TEMPO: UM ESTUDO DO SEU TRATAMENTO JURÍDICO DESDE ROMA ANTIGA ATÉ OS DIAS ATUAIS.....	262
REALITY SHOWS: UMA VISÃO JURÍDICA.....	263
REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL E SUA VIABILIDADE A LUZ DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, NECESSIDADE OU URGÊNCIA?.....	264
REFLEXÃO SOBRE ASPECTOS SOCIOLÓGICOS NA DIMENSÃO DO DIREITO E DA JUSTIÇA NO BAIRRO DE MÃE LUIZA.....	265
MONITORAMENTO DE CORRESPONDÊNCIA ELETRÔNICA.....	266
LEGALIZAÇÃO DO ABORTO: UMA QUESTÃO POLÍTICA?.....	267
DIREITO ALTERNATIVO COMO MEIO PARA A JUSTIÇA SOCIAL: EM BUSCA DE UMA NOVA RACIONALIDADE PARA O DIREITO.....	268
DIREITO CONSTITUCIONAL À SAÚDE: A JUDICIALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	269
DIREITO E LIBERDADE: O DIREITO DE IR E VIR.....	270
DIREITO ALTERNATIVO COMO MEIO DE JUSTIÇA SOCIAL.....	271
EUTANÁSIA PASSIVA, UMA TENDÊNCIA À SUA ACEITAÇÃO ?.....	272
O TEMPO COMO A QUARTA DIMENSÃO.....	273
ASPECTOS SOCIAIS ACERCA DA REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL.....	274
A LINGUAGEM JURÍDICA COMO INSTRUMENTO DE ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL.....	275
O DESAFIO PÓS-POSITIVISTA: POR ONDE COMEÇAR?.....	276
A REALIDADE PENAL BRASILEIRA À LUZ DE "VIGIAR E PUNIR".....	277
OS DIREITOS DE CIDADANIA: BREVE ESTUDO SOBRE OS DISCURSOS DA MÍDIA E DO DIREITO.....	278
DISCRIMINALIZAÇÃO DO ABORTO: REFLEXÕES ACERCA DO DIREITO À VIDA.....	279
REFLEXÕES SOBRE A MAIORIDADE E OS SEUS ASPECTOS DIVERSOS E CONTROVERSOS NO CENÁRIO JURÍDICO BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO.....	280
SINGULARIZANDO A LOUCURA.....	281
UM BREVE ESTUDO SOBRE A LIBERDADE DE IMPRENSA E OS POSSÍVEIS DANOS CAUSADOS DA ATUAÇÃO DA MESMA SOBRE OS DIREITOS INDIVIDUAIS.....	282
UMA AVALIAÇÃO DA EFICÁCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO SOCIAL DO GOVERNO FEDERAL: O CASO DO PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS – PROUNI.....	283
DIREITO À EDUCAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE A (IN)EFICÁCIA DA LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL NO BRASIL.....	284
A CATÁSTROFE MORAL DE MACINTYRE.....	285

SUMÁRIO DE DIREITO – Pôster

A TELEVISÃO ENQUANTO CONCESSÃO PÚBLICA.....	287
ATIPICIDADE DO ABORTO ANENCEFÁLICO: RESPEITO À VIDA E À DIGNIDADE HUMANA DA GESTANTE.....	288
DIREITOS HUMANOS E MULTICULTURALISMO: DISCUSSÕES EM TORNO DA TENSÃO ENTRE A UNIVERSALIDADE DOS DIREITOS E A PLURALIDADE CULTURAL.....	289
A (IN)CONSTITUCIONALIDADE DO REGIME DISCIPLINAR DIFERENCIADO.....	290
A FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE NAS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS.....	291
A GESTANTE NA RELAÇÃO EMPREGATÍCIA.....	292
A MOROSIDADE DO PODER JUDICIÁRIO BRASILEIRO E A EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 45/2004: A OPINIÃO DA COMUNIDADE JURÍDICA PORTERIOGRANDENSE.....	293
A REALIDADE DO SISTEMA PENITENCIÁRIO, A RESSOCIALIZAÇÃO E SUA TERCEIRIZAÇÃO.....	294
A CORRELAÇÃO DE FORÇAS NA LUTA PELO DIREITO DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL: LAGOINHA, NATAL, RN.....	295
A ADOÇÃO HOMOAFETIVA NO BRASIL: POSSIBILIDADE JURÍDICA À LUZ DOS PRINCÍPIOS DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E DA ISONOMIA.....	296
ADOÇÃO-CONSTITUIÇÃO, CONVENÇÃO E AS DISPOSIÇÕES DO ECA SOBRE ADOÇÃO INTERNACIONAL.....	297
AGÊNCIAS REGULADORAS (AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR – ANS).....	298
AS RAÍZES DA VIOLÊNCIA NO BRASIL.....	299
OS NOVOS PARADIGMAS PARA O BIODIREITO.....	300
BIOÉTICA, BIODIREITO E DIREITOS HUMANOS: ESTUDOS EM TORNO DE CONCEITOS E CORRELAÇÕES.....	301
A EFETIVAÇÃO DA LEI MARIA DA PENHA.....	302
O ABASTECIMENTO DE ÁGUA E OS PRINCÍPIOS DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA, DIREITO À SAÚDE, E MEIO AMBIENTE EQUILIBRADO NO MUNICÍPIO DE NATAL.....	303
ADOÇÃO À BRASILEIRA: UMA ANÁLISE DE SEUS ASPECTOS GERAIS.....	304
CRÉDITO DE CARBONO: CONTROLE DA POLUIÇÃO OU COMERCIALIZAÇÃO DE LIXO AMBIENTAL?.....	305
DEFENSORIA PÚBLICA NO RIO GRANDE DO NORTE: DIFICULDADES DA POPULAÇÃO CARENTE AO ACESSO À JUSTIÇA.....	306
DEFICIENTES FÍSICOS: A TUTELA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS.....	307
DIREITO ALTERNATIVO COMO MEIO DE JUSTIÇA SOCIAL.....	308

DISCRIMINAÇÃO NAS RELAÇÕES DE TRABALHO: REFLEXÕES SOB A ÓPTICA DOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS.....	309
IMUNIDADE PARLAMENTAR: DIFERENÇAS E IMPORTÂNCIA.....	310
DIREITO DE GREVE DO FUNCIONALISMO PÚBLICO CIVIL.....	311
MONITORAMENTO DE CORRESPONDÊNCIA ELETRÔNICA: PODER DIRETIVO DO EMPREGADOR X DIREITO À INTIMIDADE DO EMPREGADO.....	312
NORMA E SANÇÃO: A OMISSÃO DO ESTADO COMO OBSTÁCULO À OBEDIÊNCIA DO DIREITO.....	313
O ABASTECIMENTO DE ÁGUA E OS PRINCÍPIOS DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA, DIREITO À SAÚDE, E MEIO AMBIENTE EQUILIBRADO NO MUNICÍPIO DE NATAL.....	314
O PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE E SUA APLICAÇÃO NA QUEBRA DE SIGILO DE DADOS.....	315
O TERRORISMO E OS DIREITOS HUMANOS.....	316
OBSTÁCULOS DO ACESSO À JUSTIÇA: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO.....	317
DECLARAÇÃO DE BALFOUR (1917): UM DOCUMENTO ILEGAL.....	318
PRINCIPAIS EQUIVOCOS EM LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.....	319
PRINCÍPIO DA INADMISSIBILIDADE DAS PROVAS OBTIDAS POR MEIOS ILÍCITOS – DIMENSÃO NO ORDENAMENTO JURÍDICO APÓS A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.....	320
REFLETINDO SOBRE A EUTANASIA E SUAS IMPLICAÇÕES JURÍDICAS, SÓCIO-CULTURAIS E MORAIS.....	321
REFORMA DO FORO PRIVILEGIADO: UMA MEDIDA DE JURISPRUDÊNCIA.....	322
O PENSAMENTO KANTIANO ACERCA DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E SEUS REFLEXOS NO DIREITO PENAL DO FUTURO: O HOMEM COMO FIM OU COMO MEIO DO DIREITO.....	323
DIREITO ALTERNATIVO COMO MEIO PARA A JUSTIÇA SOCIAL: EM BUSCA DE UMA NOVA RACIONALIDADE PARA O DIREITO.....	324
EUTANÁSIA PASSIVA: UMA TENDÊNCIA À SUA ACEITAÇÃO.....	325
DIREITO ALTERNATIVO COMO MEIO DE JUSTIÇA SOCIAL.....	326
REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL: ASPECTOS SOCIAIS APONTAM PARA PROBLEMAS DEVIDO À MODIFICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA.....	327
A IMPORTÂNCIA DA PRIMAZIA DO FOCO CENTRAL NAS RELAÇÕES DE AQUISIÇÃO OU UTILIZAÇÃO DE PRODUTOS OU SERVIÇOS DE FORNECEDORES NO CONSUMIDOR.....	328
PLANOS DE SAÚDE – REAJUSTE DE MENSALIDADES E OS DIREITOS DO CONSUMIDOR.....	329
ESTADO, PODER E IDEOLOGIA: UM ESTUDO DAS RELAÇÕES DE FORÇAS REAIS E FORÇAS FORMAIS.....	330

TEORIA ARISTOTÉLICA ACERCA DA JUSTIÇA, E OS PRINCÍPIOS EQUITATIVOS QUE PERMEIAM O CONSTITUCIONALISMO MODERNO, TAIS COMO ISONOMIA E PROPORCIONALIDADE.....	331
TEORIA ARISTOTÉLICA ACERCA DA JUSTIÇA, E OS PRINCÍPIOS EQUITATIVOS QUE PERMEIAM O CONSTITUCIONALISMO MODERNO, TAIS COMO ISONOMIA E PROPORCIONALIDADE.....	332
RELAÇÃO HOMOAFETIVA E A PLURALIDADE NOS ARRANJOS FAMILIARES: BREVE ESTUDO COMPARATIVO ENTRE O DIREITO ROMANO E O DIREITO CONTEMPORÂNEO BRASILEIRO.....	333
TRÁFICO DE ÓRGÃOS: A INDÚSTRIA DO CORPO HUMANO.....	334
TRANSEXUAIS E O CRIME DE ESTUPRO: UMA ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR EM FACE DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA.....	335

SUMÁRIO DE ENFERMAGEM – Comunicação Livre

AVALIAÇÃO DA INTERFERÊNCIA DOS ANESTÉSICOS, PROPOFOL E ISOFLUORANO NA INDUÇÃO EXPERIMENTAL DE INFLAMAÇÃO.....	337
DOENÇAS OCUPACIONAIS NA ENFERMAGEM.....	338
O HPV E SUA RELAÇÃO COM O CÂNCER DE COLO UTERINO.....	339
O PLANEJAMENTO FAMILIAR COMO ATITUDE PROMOTORA DA SAÚDE.....	340
UTILIZAÇÃO DE MODELOS TRIDIMENSIONAIS DE ORELHA E LARINGE ANIMADOS POR COMPUTAÇÃO GRÁFICA COMO RECURSO DIDÁTICO NO ENSINO DA ANATOMIA HUMANA.....	341
INFECÇÃO HOSPITALAR.....	342
RINITE ALÉRGICA.....	343

SUMÁRIO DE ENFERMAGEM – Pôster

A INFLUÊNCIA DO TRABALHO EM GRUPO NA QUALIDADE DE VIDA NA TERCEIRA IDADE.....	345
ANÁLISE DOS ANESTÉSICOS GERAIS, PROPOFOL E HALOTANO NO ENSAIO EXPERIMENTAL DE MIGRAÇÃO CELULAR EM MODELO ANIMAL.....	346
IMPORTÂNCIA DO PROJETO DE MONITORIA NA DISCIPLINA DE ANATOMIA HUMANA PARA OS CURSOS DA ÁREA DE SAÚDE.....	347
GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA NA UNIDADE BÁSICA DE CIDADE NOVA.....	348
HIPERTENSÃO.....	349
HIPERTENSÃO NA UNIDADE BÁSICA DE CIDADE NOVA.....	350
IATROGENIA.....	351
NITRATO DE PRATA: CONTAMINAÇÃO EM LENÇOL FREÁTICO DE NATAL.....	352
O USO DA TEORIA DO AUTOCUIDADO DE DOROTHEA OREM COMO FORMA PREVENTIVA DO PÉ DIABÉTICO.....	353
PERFIL DA ACUIDADE VISUAL DOS ALUNOS DA CASA DO MENOR TRABALHADOR.....	354
PRESSÃO ARTERIAL.....	355
ESTUDO SOBRE O NÍVEL DE ESTRESSE E ANSIEDADE DE PACIENTES EM TRATAMENTO DE HEMODIÁLISE NA CLÍNICA DO INSTITUTO DO RIM NA CIDADE DE NATAL/RN.....	356
CARACTERIZAÇÃO DA CRIANÇA VITIMADA POR VIOLÊNCIA DOMÉSTICA EM NATAL – RN.....	357
O PLANEJAMENTO FAMILIAR COMO ATITUDE PROMOTORA DA SAÚDE.....	358
ESTUDO DA DETECÇÃO DA HANSENÍASE NO MUNICÍPIO DE NATAL NOS ÚLTIMOS 5 ANOS.....	359
ESTUDO SOBRE A IMPORTÂNCIA DA VACINAÇÃO COMO FONTE DE PROTEÇÃO ÀS DOENÇAS.....	360
ESTUDO SOBRE A IMPORTÂNCIA DOS SOROS.....	361
HANSENÍASE.....	362

SUMÁRIO DE FISIOTERAPIA – Comunicação Livre

A IMPORTÂNCIA DA EQUOTERAPIA NO DESENVOLVIMENTO MOTOR, PSÍQUICO, COGNITIVO E SOCIAL DO PRATICANTE.....	364
APLICABILIDADE DA ANATOMIA ARTÍSTICA COMO RECURSO DIDÁTICO.....	365
APROXIMANDO A DISCIPLINA DE FISILOGIA HUMANA AO COTIDIANO DO FISIOTERAPÊUTA: UMA DISCUSSÃO SOBRE ALGUNS DOS REFLEXOS TILIZADOSNA AVALIAÇÃO DO PACIENTE NEUROLÓGICO.....	366
AS CONDUTAS TERAPÊUTICAS NA FIBROMIALGIA.....	367
AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DAS ATIVIDADES BÁSICAS DE VIDA DIÁRIA DE IDOSOS ASILADOS NO MUNICÍPIO DE NATAL-RN.....	368
DOENÇAS CRÔNICAS DEGENERATIVAS: PARKINSON.....	369
O PROCESSO DA FORMAÇÃO ÓSSEA NA PATOLOGIA DA OSTEOGÊNESE IMPERFEITA.....	370
P53 E O DESENVOLVIMENTO DO CÂNCER DO COLO DO ÚTERO.....	371
DISTÚRBIOS POSTURAI: QUAIS AS POSSÍVEIS CAUSAS?.....	372
ANÁLISE DO NÍVEL DE CONHECIMENTO DA POPULAÇÃO SOBRE A FISIOTERAPIA CÁRDIO RESPIRATÓRIA.....	373
TRATAMENTO TRANSDISCIPLINAR DE PACIENTES POR PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE.....	374
UTILIZAÇÃO DE MODELOS TRIDIMENSIONAIS GERADOS POR COMPUTAÇÃO GRÁFICA E RECONSTRUÇÃO 3D PARA ESTUDO DA CÓCLEA HUMANA.....	375

SUMÁRIO DE FISIOTERAPIA – Pôster

A IMPORTÂNCIA DA GINÁSTICA LABORAL NA PREVENÇÃO DE LER/DORT.....	377
AS CONDUTAS TERAPÊUTICAS NA FIBROMIALGIA.....	378
ASPECTOS RELACIONADOS À SAÚDE PÚBLICA NO AMBIENTE DA FEIRA LIVRE....	379
FISIOTERAPIA RESPIRATÓRIA NA FIBROSE CÍSTICA.....	380
HPV E O CÂNCER DO COLO DO ÚTERO.....	381
VIGILÂNCIA SANITÁRIA: UM PROBLEMA DE SAÚDE PÚBLICA.....	382
A UTILIZAÇÃO DO ULTRA-SOM NO COMBATE A CELULITE.....	383

SUMÁRIO DE INFORMÁTICA – Comunicação Livre

ANALFABETISMO DIGITAL NOS ORGÃOS PÚBLICOS DO RIO GRANDE DO NORTE.....	385
ANALISE COMPARATIVA DO VISUAL BASIC COM O .NET FRAMEWORK.....	386
ANÁLISE DE PADRÕES DE PROJETOS CORPORATIVOS JEE.....	387
ANÁLISE DO GRAU DE ALINHAMENTO ESTRATÉGICO ENTRE O ERP CONSINCO E O MODELO ESTRATÉGICO BALANCED SCORED (BSC) NA DISTRIBUIDORA RIOGRANDENSE.....	388
PORTAIS CORPORATIVOS: UM ESTUDO DE CASO SOBRE O SITE DA FARN (FACULDADE NATALENSE PARA O DESENVOLVIMENTO DO RN) QUANTO SUAS CARACTERÍSTICAS DE PORTAL CORPORATIVO.....	389
IMPACTO DA IMPLANTAÇÃO DE UM SISTEMA DE INFORMAÇÃO NA MICROEMPRESA SALÃO TOQUE DE BEZELA – ME.....	390
LEVANTAMENTO DA VIABILIDADE DE UM PORTAL PARA VENDA DE PRODUTOS AGRÍCOLAS PELA INTERNET.....	391
PROGRAMAÇÃO ORIENTADA A ASPECTOS – POA.....	392
LABORATÓRIO VIRTUAL DE MATEMÁTICA: UMA APLICAÇÃO DA COMPUTAÇÃO GRÁFICA AUXILIANDO NO ENSINO DE FIGURAS SÓLIDAS GEOMÉTRICAS.....	393
LABORATÓRIO VIRTUAL DE MATEMÁTICA: UMA APLICAÇÃO DA COMPUTAÇÃO GRÁFICA AUXILIANDO NO ENSINO DE FIGURAS SÓLIDAS GEOMÉTRICAS.....	394
SEQUIOIA: MIDDLEWARE PARA CLUSTERING DE BANCO DE DADOS.....	395
SISTEMA DE PROCESSAMENTO N-CORE.....	396
SISTEMAS DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS COMO FERRAMENTAS DE APOIO À DECISÃO DOS GERENTES DE CONTAS PESSOA JURÍDICA DO BANCO DO BRASIL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE.....	397
UM ESTUDO COMPARATIVO DE MODELOS DE QUALIDADE DE SOFTWARE APLICADOS A EMPRESAS REGIONAIS.....	398

SUMÁRIO DE INFORMÁTICA – Pôster

ARQUITETURA PEER-TO-PEER SOBRE REDES AD-HOC COM JXTA.....	400
SEGURANÇA E AUTOMAÇÃO RESIDENCIAL: APLICAÇÕES SOCIAIS.....	401
CONSTRUÇÃO DO AMBIENTE VIRTUAL FARN, A BIBLIOTECA COM A FERRAMENTA 3D STUDIO MAX.....	402
EAD COMO FORMA DE INCLUSÃO NO BRASIL.....	403
ESTUDO DO IMPACTO DA UTILIZAÇÃO DO OPENOFFICE NOS ÓRGÃOS PÚBLICOS NO MUNICÍPIO DE NATAL	404
ESTUDO E IMPLEMENTAÇÃO DE ALGORITMOS DE ROTEAMENTO SOBRE GRAFOS PARA UM SISTEMA DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS.....	405
ÉTICA NOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO.....	406
FERRAMENTA DE AUXÍLIO À TOMADA DE DECISÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PREVENÇÃO OU REPRESSÃO DE ATOS INFRACIONAIS.....	407
IPTV – SERVIÇO TELEVISIVO SOBRE IP.....	408
SISTEMA DE GESTÃO: UMA FERRAMENTA ESSENCIAL, PARA UM NEGÓCIO.....	409
TV DIGITAL NO BRASIL.....	410
UMA PROPOSTA DE METODOLOGIA DE DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE PARA A PEQUENA EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO X.....	411

SUMÁRIO DE NUTRIÇÃO – Comunicação Livre

ANÁLISE MICROBIOLÓGICA DE ÁGUA-DE-COCO ENVASADA COMERCIALIZADA POR AMBULANTES DE NATAL-RN.....	413
ANÁLISE MICROBIOLÓGICA DE ÁGUA-DE-COCO ENVASADA COMERCIALIZADA POR AMBULANTES DE NATAL-RN.....	414
AVALIAÇÃO QUÍMICA DE SO₂ EM CAMARÃO COMERCIALIZADO NA CIDADE DE NATAL/RN, DEVIDO AO USO DE METABISSULFITO EM CARCINICULTURA: UMA QUESTÃO DE SEGURANÇA ALIMENTAR.....	415
HÁBITOS ALIMENTARES NO BAIRRO DE CANDELÁRIA.....	516
MORTALIDADE POR DOENÇAS CARDIOVASCULARES.....	417
PERFIL ANTROPOMÉTRICO DE ADOLESCENTES NAS FASES DE PRÉ E PÓS MENARCA.....	418
PRÁTICAS ALIMENTARES DE ADOLESCENTES PRATICANTES DE HANDEBOL DE UMA ESCOLA PARTICULAR DA CIDADE DO NATAL/RN.....	419
AVALIAÇÃO ANTROPOMÉTRICA DE IDOSOS INSTITUCIONALIZADOS DA CIDADE DE NATAL/RN.....	420
VIVÊNCIA AFETIVA COM GESTANTES: AÇÃO EDUCATIVA COMO ESTRATÉGIA NA CONSCIENTIZAÇÃO DA IMPORTÂNCIA DO ALEITAMENTO MATERNO.....	421

SUMÁRIO DE NUTRIÇÃO – Pôster

ANÁLISE FÍSICO-QUÍMICA DE MÉIS DE ABELHAS (<i>Apis mellíferas</i>) DE DIFERENTES REGIÕES DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE.....	423
ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE ASPECTOS PSICOLÓGICOS E NUTRICIONAIS IMPLICADOS NA MUDANÇA DE HÁBITOS ALIMENTARES.....	424
ANÁLISE MICROBIOLÓGICA E FÍSICO-QUÍMICA DE CAMARÃO COMERCIALIZADO EM SUPERMERCADOS NA CIDADE DO NATAL-RN.....	425
CONSUMO DE ALIMENTOS FUNCIONAIS ENTRE ADULTOS E IDOSOS DO PROJETO SAÚDE E CIDADANIA NA MELHOR IDADE – CEFET, NATAL/RN.....	426
FATORES QUE INFLUENCIAM NA MUDANÇA DOS HÁBITOS ALIMENTARES.....	427
LEVANTAMENTO DOS PRINCIPAIS TIPOS DE AGROTÓXICOS COMERCIALIZADOS EM NATAL-RN E OS RISCOS DA CONTAMINAÇÃO DO MEIO AMBIENTE E DA POPULAÇÃO.....	428
MONITORAMENTO DA TEMPERATURA DE REFEIÇÕES PRONTAS DISTRIBUÍDAS EM EMBALAGENS DE ALUMÍNIO EM RESTAURANTES DO MUNICÍPIO DE NATAL/RN.....	429
MULTIMISTURAS X DESNUTRIÇÃO.....	430
REFLEXÃO DAS CRENÇAS DE SAÚDE NA MODIFICAÇÃO DE HÁBITOS ALIMENTARES.....	431
PROBIÓTICOS, PREBIÓTICOS E SIMBIÓTICOS – PARA ALÉM DA SIMPLES NUTRIÇÃO.....	432
REFLETINDO A DIFICULDADE DE MUDAR HÁBITOS ALIMENTARES A PARTIR DE UM ESTUDO DE CASO.....	433
REFLEXÃO DOS MODELOS DE CRENÇA NA MODIFICAÇÃO DOS HÁBITOS ALIMENTARES.....	434
ROTULAGEM NUTRICIONAL: ANÁLISE DE RÓTULOS DE ÁGUA DE COCO ENVASADAS COMERCIALIZADAS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE.....	435
FATORES COMPORTAMENTAIS QUE DIFICULTAM A MUDANÇA DO HÁBITO ALIMENTAR.....	436
ANÁLISE COMPORTAMENTAL DE PACIENTES SUBMETIDOS À REEDUCAÇÃO ALIMENTAR.....	437

SUMÁRIO DE PSICOLOGIA – Comunicação Livre

A MÚSICA E O PARTO: O QUE HÁ POR TRAZ DESSA RELAÇÃO?.....	439
AVALIAÇÃO DE TRANSTORNOS ALIMENTARES EM PACIENTES SUBMENTIDOS À CIRURGIA BARIÁTRICA.....	440
A INFLUÊNCIA DO AMBIENTE NO COMPORTAMENTO.....	441
CIRURGIA BARIÁTRICA: UM PADRÃO OURO PARA BOA QUALIDADE DE VIDA?.....	442
ESTATUTO DO IDOSO: O QUE PENSAM OS ESTUDANTES DE DIREITO E PSICOLOGIA?.....	443
EXTINGUINDO UM COMPORTAMENTO: MODIFICAÇÃO DO COMPORTAMENTO DE UMA CRIANÇA DE LEVAR CHUPETA PARA A ESCOLA.....	444
O “SONO DOS AFLITOS”: ANÁLISE DA INCIDÊNCIA DE QUEIXAS DE SONO EM ALUNOS DA FARN.....	445
O ESSENCIAL É INVISÍVEL AOS OLHOS: UMA REFLEXÃO FENOMENOLÓGICA-EXISTENCIAL SOBRE O PEQUENO PRÍNCIPE.....	446
QUAL A “CARA” DA FELICIDADE? O QUE ESTUDOS MOSTRAM A RESPEITO DO BEM-ESTAR SUBJETIVO.....	447
A COMUNICAÇÃO DIALÓGICA DE UM FAZER PROFISSIONAL.....	448
UMA PROPOSTA DE ESTUDO DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE CUIDADO EDUCACIONAL DOS FAMILIARES DE ALUNOS DA CASA DO MENOR TRABALHADOR.....	449

SUMÁRIO DE PSICOLOGIA – Pôster

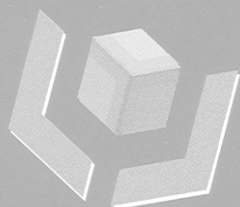
A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NO CONTEXTO ESCOLAR.....	451
A CARTOMANTE: UM OLHAR SOBRE A VIOLÊNCIA EM MACHADO DE ASSIS.....	452
A EXTINÇÃO DA DEPENDÊNCIA DE SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS: A ABORDAGEM DE APOIO COMO UMA SOLUÇÃO.....	453
A MODELAGEM COMO INSTRUMENTO DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL.....	454
A VISÃO DOS ESTUDANTES DE PSICOLOGIA E PEDAGOGIA SOBRE A INTELIGÊNCIA.....	455
A COMUNICAÇÃO DIALÓGICA DE UM FAZER PROFISSIONAL.....	456
ANÁLISE DO COMPORTAMENTO: INSEGURANÇA AO DIRIGIR.....	457
ANÁLISE DO NÍVEL DE ESTRESSE DO POLICIAL MILITAR DO RN.....	458
ANÁLISE DA INTERVENÇÃO PSICOLÓGICA NO PROCESSO DE EXPERIMENTAÇÃO DE REMÉDIOS EM HUMANOS.....	459
CASAMENTO EM RUÍNAS: ANÁLISE COMPORTAMENTAL DAS REPERCUSSÕES DE UMA CRISE CONJUGAL.....	460
CATÁSTROFES, EMERGÊNCIAS E DESASTRES: UM NOVO OLHAR DA PSICOLOGIA SOCIAL LATINO AMERICANA.....	461
A COMUNICAÇÃO DIALÓGICA DE UM FAZER PROFISSIONAL.....	462
DEPRESSÃO EM DEMÊNCIA.....	463
DORMIR É PERDA DE TEMPO? QUALIDADE DO SONO EM ESTUDANTES DA FARN.....	464
EFEITOS COMPORTAMENTAIS EM CAMUNDONGOS EXPOSTOS AO ESTRESSE AGUDO INDUZIDO POR CONTENÇÃO.....	465
ESTATUTO DO IDOSO: HÁ DIFERENÇAS NAS CONCEPÇÕES DE ESTUDANTES DE PSICOLOGIA E DIREITO?.....	466
FELICIDADE.....	467
O BEHAVIORISMO E SUAS VARIADAS EPISTEMOLOGIAS.....	468
O CONCEITO DE ESCOLA COMO EXEMPLO DE SOCIALIZAÇÃO SECUNDÁRIA: DO UNIVERSO INFANTIL À VISÃO DE TEÓRICOS.....	469
O DIÁLOGO DA EDUCAÇÃO COM AS ÁREAS DO SABER.....	470
O ESTÍMULO DISCRIMINATIVO NA ANÁLISE DE UM CASO CLÍNICO DE ANSIEDADE CAUSADA PELO CONVÍVIO COM VIOLÊNCIA DOMÉSTICA.....	471
O NOVO OLHAR DA PSICOLOGIA ESCOLAR.....	472
O USO DA PSICOLOGIA NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA.....	473
QUALIDADE DE VIDA EM PACIENTES PÓS-TRANSPLANTADOS RENAI.....	474

QUAL O NÍVEL DE ESTRESSE E ANSIEDADE EM CUIDADORES FAMILIARES DE CRIANÇAS COM CÂNCER?.....	475
QUAL O PAPEL DA PSICOLOGIA NA TERAPIA GÊNICA APLICADA AO TRATAMENTO DA DIABETES TIPO I?.....	476
RELAÇÃO ENTRE SONOLÊNCIA E QUALIDADE DO SONO EM ALUNOS DE TURNOS DIFERENTES DA FARN.....	477
REPERCUSSÕES PSICOLÓGICAS DO CONTROLE ECONÔMICO DO INSS SOBRE O COMPORTAMENTO DE UM INDIVÍDUO.....	478
SEU HORÁRIO DE AULA INFLUENCIA O SEU SONO? UMA INVESTIGAÇÃO DOS NÍVEIS DE QUALIDADE DE SONO E DE SONOLÊNCIA EM ALUNOS DA FARN.....	479
UTILIZAÇÃO DO METILFENIDATO NO TRANSTORNO DE DÉFICIT DE ATENÇÃO/HIPERATIVIDADE.....	480
VELHICE: CONCEPÇÕES DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS DOS CURSOS DE DIREITO E PSICOLOGIA.....	481
VIOLÊNCIA E MAUS TRATOS CONTRA O IDOSO: DIFERENÇAS NA CONCEPÇÃO DE ESTUDANTES DE UNIVERSIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS.....	482
VIOLÊNCIA E MAUS-TRATOS CONTRA O IDOSO: CONCEPÇÕES DE ESTUDANTES DE DIREITO E PSICOLOGIA.....	483

SUMÁRIO DA PÓS-GRADUAÇÃO

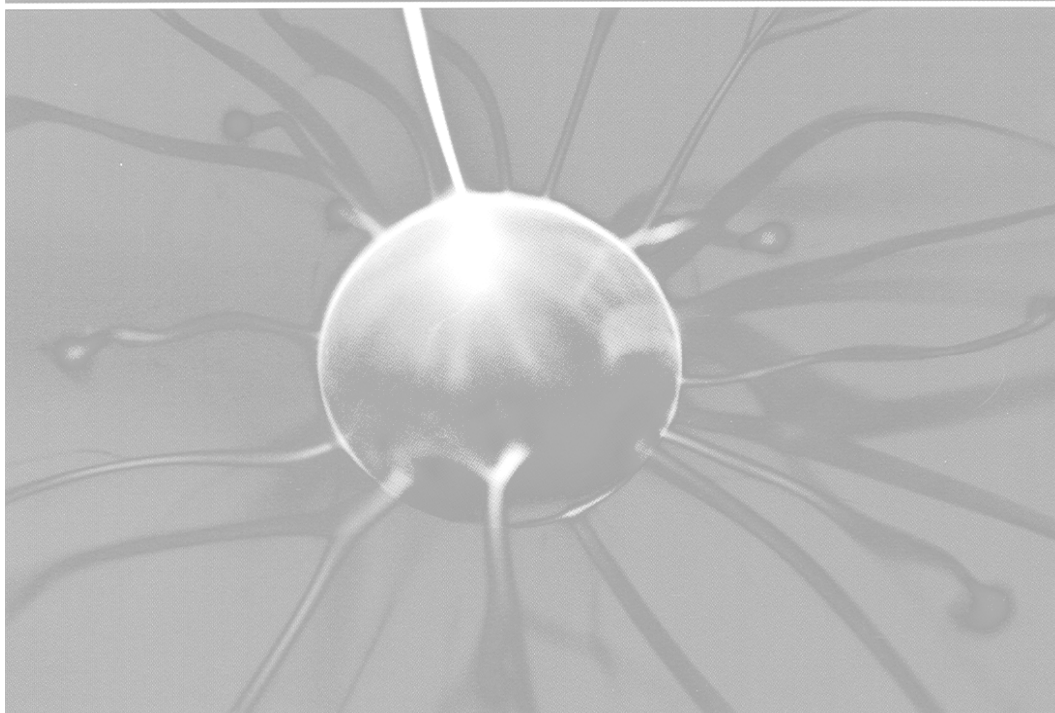
O USO DO MÉTODO DO E-LEARNING NO ENSINO SUPERIOR: ESTUDO DE CASO NO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO (UFRN).....	485
FORMAÇÃO DE PREÇO PARA AS MICROEMPRESAS DO RAMO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO NA ZONA LESTE DE NATAL/RN: UMA ANÁLISE DO MÉTODO MAIS ADEQUADO.....	486
IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO DE FORMAÇÃO DE PREÇOS NO VAREJO FORMAL DO BAIRRO DO ALECRIM NA CIDADE DO NATAL/RN.....	487
MARKETING DE RELACIONAMENTO VIA WEB: UMA FERRAMENTA PARA CAPTAÇÃO DE RECURSOS NAS INSTITUIÇÕES DO TERCEIRO SETOR.....	488
RELATO DE CASO: TRATAMENTO FISIOTERAPÊUTICO PÓS-ESCAPULECTOMIA.....	489

VII CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA FARN



VII

**CONGRESSO DE INICIAÇÃO
CIENTÍFICA DA FARN**



"EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA CONSTRUÇÃO DA PAZ"

24 a 27 de outubro de 2007

**A
D
M
I
N
I
S
T
R
A
Ç
Ã
O**

COMUNICAÇÃO LIVRE

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

A CRISE DA CARCINICULTURA : OPORTUNIDADE PARA O CAMARÃO BRASILEIRO

Francileuza M. de Medeiros

Discente do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Alúcio Alberto Dantas

Docente do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) Atualmente registra-se com facilidade a crise por que passa a carcinicultura, crise essa que foi gerada por vários fatores, tais como a queda das exportações, decorrentes da taxa cambial que valorizou o real; a ação antidumping e o aumento da oferta de camarões cultivados no mundo. Para que esta atividade sobrevivesse a tantas mudanças, muitas vezes drásticas, houve a adoção de novas posturas e estratégias de negócio, por parte das empresas, a fim de que as mesmas garantissem a competitividade no mercado. Neste contexto, a presente pesquisa tem como objetivo analisar o mercado interno, como sendo uma grande oportunidade para que o setor de produção e comercialização do camarão brasileiro supere o atual momento de dificuldades pela qual está passando a carcinicultura, identificando alternativas de como as empresas venham a posicionar-se no mercado.

(METODOLOGIA) Foi realizada uma pesquisa de caráter exploratória e descritiva onde os dados foram coletados em livros, artigos científicos e sites específicos. Houve ainda pesquisa direta mediante coleta na associação de criadores de camarão do Rio Grande do Norte. O universo da pesquisa é constituído de todas as empresas instaladas no estado, cuja amostra foi estratificada.

(RESULTADOS) Os dados coletados mostraram que em 2006 houve forte queda das exportações de camarão, cuja retração do volume de vendas externas foi de 25%, em relação ao ano anterior. Em 2007 o volume de vendas externas chegou ao elevado índice de retração, com a diminuição de 43%, em relação ao mesmo período de 2006. Por outro lado, as estatísticas confirmam que houve aumento no volume de vendas para o mercado interno, considerando o crescimento de demanda dos supermercados e centrais atacadistas. Portanto, constata a pesquisa que no Brasil o mercado de camarão oferece boas oportunidades para as empresas, visto que são ainda poucos os nossos produtores. No Brasil, por sua vez, a oferta de camarão de cultivo predomina, principalmente nos estados do Rio Grande do Norte e do Ceará, onde a produção total do camarão de cultivo chega a dois terços da produção nacional; observa-se que a Bahia é o maior produtor de camarão da pesca. Os maiores produtores nacionais de camarões capturados são os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Pará e Maranhão. O Ceará a se consolidou como fornecedor de camarão para o mercado interno, destacando-se o Rio Grande do Norte, cada vez mais, considerando o aumento de suas vendas no mercado interno, principalmente para o Rio de Janeiro e São PAULO. No Brasil predomina a oferta de camarão de cultivo, tendo como maior concorrente os camarões da pesca. Entretanto o camarão cultivado sofre, devido a elevada concorrência com os produtos tradicionais, tais como aves, bovinos e suínos, pois estão há décadas à frente do camarão, no que se refere à padronização, variedade e popularidade junto aos consumidores. O mercado interno atual para camarões foi estimado em 46.500 toneladas, das quais 55% do produto total segue para o mercado institucional (restaurantes, bares, hotéis) e os 45% restantes segue para o varejo.

(CONCLUSÃO) A pesquisa conclui que, apesar da crise enfrentada pela carcinicultura, que é uma realidade, há grandes chances de se superar esta crise. Existem grandes oportunidades no mercado interno, com enorme potencial a ser explorado pelas empresas, que precisam investir em estratégias de marketing para tornar o produto conhecido no mercado e construir a imagem do camarão, pois é exigido pelo mercado consumidor, mas é preciso um grande esforço para posicionar o produto no mercado, devido à tradicionalidade dos outros produtos (ave, bovina e suínos). Finalmente, cabe às empresas desenvolverem o potencial total do mercado interno.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

A EFICÁCIA DAS AÇÕES CONTRA ACIDENTES DE TRABALHO DESENVOLVIDAS PELO HOSPITAL UNIMED

Ricardo Magno do Nascimento Silva

Discente do Curso de Administração. Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Maria Teresa Pires Costa

Docentes do Curso de Administração. Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) Uma das preocupações de elevada importância para a saúde de toda população local, assim como o crescimento da economia do Estado do Rio Grande do Norte, a preocupação com a saúde e segurança das pessoas que trabalham dentro de um hospital vem sendo continuamente ampliada, em termos de investimento, alavancando assim a qualidade de vida da população hospitalar do Estado. O presente trabalho tem por finalidade mostrar a eficácia das ações contra acidentes de trabalho desenvolvidos pelo Hospital Unimed, assim como, propor ações corretivas para a situação avaliada na unidade hospitalar no Estado do Rio Grande do Norte.

(METODOLOGIA) Como toda pesquisa implica o levantamento de dados de variadas fontes, quaisquer que sejam os métodos ou técnicas empregadas. O trabalho foi desenvolvido mediante pesquisa exploratória descritiva, referente a um estudo de caso, o qual se caracteriza como sendo uma estratégia de análise funcional das ações desenvolvidas, no combate a situações de risco que possam resultar em acidentes de trabalho e doenças ocupacionais, pelo Hospital Unimed. Através do estudo documental e pesquisa de campo, onde serão inclusos registros da organização que diz respeito às atividades do hospital em relação às ações realizadas na prevenção de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais, com o objetivo de identificar e descrever as ações realizadas e os problemas detectados.

(RESULTADOS) A preocupação com o bem estar das pessoas que desenvolvem algum tipo de atividade remunerada dentro do Estado do Rio Grande do Norte vem crescendo por vários motivos, com destaque para a preocupação existente na saúde e segurança dos trabalhadores, além do capital injetado nas atividades ligadas à cadeia produtiva do ramo hospitalar. Dentre esses motivos, destaca-se a implantação de uma cultura de prevenção, que é um dos fatores que contribui para a diminuição dos gastos com ações corretivas e com os próprios acidentes de trabalho que as organizações e o estado possam vir a custiar. A pesquisa constata que Poucos locais de trabalho são considerados tão complexos como um hospital, nele existem riscos potenciais aos quais os colaboradores podem estar expostos, dependendo da atividade que desenvolvem e do seu local de trabalho. O ambiente de trabalho hospitalar é considerado insalubre, pois viabiliza muitos procedimentos que oferecem riscos de acidentes e doenças para as pessoas que nele trabalham, retratando assim, uma das problemáticas mais importantes, principalmente, para sua comunidade. Com as mudanças que ocorrem no mundo social, econômico, político, tecnológico e o constante crescimento da competição do mercado, juntamente com o aumento das exigências por parte dos clientes (internos) fazem com que as organizações adotem novas estratégias empresariais, estigando ao estudo sobre saúde e segurança no ambiente de trabalho como fator responsável pela melhoria do aproveitamento dos serviços prestados pelo Hospital Unimed em Natal. Avaliar as ações desenvolvidas, nessa área, pelo Hospital Unimed não visa apenas prevenir acidentes de trabalho, mas mostrar que é real o crescente e inegável significado da força do movimento social em torno da Saúde e Segurança no Trabalho, causando um crescimento nos movimentos para se evitar o acidente de trabalho na busca dos resultados positivos, gerando uma constante preocupação com o bem estar do funcionário, e ainda, mostra a tendência das empresas em ressaltar a importância desse setor dentro da organização.

(CONCLUSÃO) A preocupação e o investimento na saúde e segurança dos trabalhadores integram as práticas mais avançadas da atualidade. Ressaltamos ainda que a preocupação e o investimento com o bem estar dos trabalhadores é muito importante na busca de uma maior economia no setor comercial/industrial, que atualmente vem crescendo a passos largos, hoje, nas diversas organizações devido à importância da consideração conjunta dos fatores humanos e industriais. É satisfatório o investimento na implantação de um sistema preventivo de acidentes em ambiente de trabalho, pois além do lucrativo benefício com relação ao aumento na produtividade, fruto do não desperdício de tempo com ações corretivas, as organizações podem alavancar a geração de empregos e conseqüentemente o estado pode vir a obter um aumento em sua economia, pois é fato comprovado que boa parte dos acidentes de trabalho, bem como as doenças ocupacionais, podem e devem ser minimizados ou até extintos, mantendo-se os trabalhadores e empregadores informados e orientados sobre prevenção de doenças e acidentes de trabalho.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

A EMPREGABILIDADE DOS FUNCIONÁRIOS DO POSTO GÁS DO BRASIL DIANTE DO MERCADO DE TRABALHO: UM ESTUDO DE CASO

Adeísa Maria Félix

Discente do Curso de Administração, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Carlos Antonio de Lima Moreira

Docente do Curso de Administração, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) Num mundo globalizado, com avanços tecnológicos contínuos, mudanças econômicas e novos modelos de organização, o profissional deve adequar-se às novas necessidades e dinâmica dos novos mercados de trabalho. O termo empregabilidade remete à capacidade de um profissional estar empregado, mas muito mais do que isso, à capacidade do profissional de ter a sua carreira protegida dos riscos inerentes ao mercado de trabalho. De um modo geral, a organização é o meio onde o indivíduo procura ao mesmo tempo satisfazer as suas necessidades e expor suas qualidades, aptidões e capacidades. Mas isso só será possível se ele estiver consciente que através da capacitação profissional poderá alcançar novos objetivos, além de se sentir motivado e favorável a enfrentar novos desafios.

(METODOLOGIA) Trata-se de uma pesquisa descritiva na forma de estudo de caso, onde se estabeleceu um estudo censitário da empresa em questão. Para tanto, foi realizada uma coleta dos dados, utilizando-se questionário com perguntas fechadas.

(RESULTADOS) Após a tabulação dos dados, o resultado com maior destaque apontou que a maioria dos funcionários está na empresa por necessidade, e não se consideram capacitados para as oportunidades de crescimento profissional, apesar de avaliarem o seu currículo de bom conteúdo. Como forma de melhorar os conhecimentos e habilidades, informou que somente quando têm tempo buscam informações. Com relação aos investimentos em qualificação, aproveitam os treinamentos oferecidos pela empresa. Quanto às reservas financeiras, o maior índice revelou que a maioria gasta tudo que ganha, ou seja, não possuem reservas. No que diz respeito a aposentar-se na empresa, o maior percentual afirmou que sim e considera o relacionamento no ambiente de trabalho como bom. Em caso de demissão, as respostas mais destacadas apontam que receberiam esta notícia com surpresa. As oportunidades oferecidas no mercado de trabalho são percebidas, porém não demonstram interesse em aproveitá-las. Quanto aos cuidados com a saúde física e mental, só procuram cuidados médicos quando acreditam que estão doentes. Com relação ao sexo dos entrevistados, o maior índice apontou para o masculino e estão na faixa etária de 21 a 30 anos, têm 2º grau, são casados e possuem renda familiar de 1 a 3 salários mínimos.

(CONCLUSÃO) Diante do resultado apresentado, considerou-se que os funcionários da empresa Posto Gás do Brasil, precisam se conscientizar da necessidade de se qualificarem e se capacitarem, para estarem aptos para enfrentar as dificuldades encontradas no mercado de trabalho, ou seja, necessitam investir em suas capacidades e habilidades para que possam adquirir um perfil empregável, não só na empresa pesquisada como para o mercado como um todo.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

A IMPORTÂNCIA DE UM DIAGNÓSTICO MULTIDISCIPLINAR PARA O DESEMPENHO FINANCEIRO, PRODUTIVO E TECNOLÓGICO DA EMPRESA: UM ESTUDO DE CASO NUMA SOCIEDADE LIMITADA

*Arthur de Medeiros Figueira
Esther Rodrigues Kubrak
Juliana do Nascimento C. Moraes
Márcia V. Procopio de Araújo
Rodrigo Pereira Braga*

Discentes do Curso de Administração, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

*Carlos Eduardo Marinho Diniz
Ana Maria da Silva Souza
Sandely Araújo
Fábio Ferrer*

Docentes do Curso de Administração, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) A necessidade de diagnosticar fragilidades nas organizações é tão relevante quanto no ser humano a análise clínica e laboratorial em função da prevenção de diversas doenças. O presente trabalho foi realizado tendo como base a Empresa Granada Minerais Ltda., sendo sua matriz localizada no Shopping Gorbea Ponta Negra, em Natal/ RN, na qual foi realizado um estudo de caso a fim de se obter uma análise funcional da situação organizacional financeira, produtiva e tecnológica.

(METODOLOGIA) A metodologia utilizada neste trabalho foi do tipo exploratória e como instrumento de coleta de dados, empregou-se um composto de 100 perguntas abertas, feitas diretamente à gerente-geral da empresa estudada. As perguntas foram organizadas de modo a responder os objetivos propostos pelo trabalho. A análise dos dados constituiu de uma análise qualitativa, levando-se em consideração o discurso do respondente e sendo idealizado neste respectivo trabalho.

(RESULTADOS) A Empresa foi fundada em julho de 2002 com uma parceria hispano-brasileira, cujo principal produto é composto por minerais em bruto, artesanatos minerais, esculturas em pedras, gemas preciosas e semi-preciosas, jóias em ouro 18k e variedades do ramo. Suas atividades estendem-se ainda à extração em minas de Água Marinha e a lapidação de pedras, sendo pioneira neste ramo em Natal. Seu público alvo resume-se aos turistas estrangeiros.

Possuem 3 lojas por toda a Grande Natal: a matriz, fonte de nossa pesquisa, que localiza-se na Orla de Ponta Negra no shopping Gorbea, outra localizada no shopping de artesanato Vilarte, em Ponta Negra, e a mais atual das 3, a do shopping Midway Mall. É de posse da empresa o prédio localizado no Granada Flat, cujo local funciona a lapidação de gemas. São 12 funcionários no total, distribuídos em 4 equipes. Viu-se, até o presente momento, que a empresa passa por sérias dificuldades atuais por não ter uma política de planejamento e, principalmente, por não ter a situação resolvida, no que se diz respeito à uma possível dissolução da sociedade limitada. Percebe-se que a empresa não se utiliza do seu sistema de informações levando-a à desorganização, dificuldades quanto ao controle de estoque, entrada e saída de mercadoria, e enquadrando-se como uma empresa sem diferencial de mercado.

(CONCLUSÕES) Verificou-se até agora que a situação atual da empresa leva à conclusão de que há uma necessidade imediata da contratação de um administrador que aplique as teorias e práticas administrativas no que tange a gestão financeira, bem como, da aplicação de um sistema de informações útil e eficaz, que auxilie no processo de tomada de decisão. É fundamental a informatização dos processos de controle de estoque, entrada e saída de mercadoria. Viu-se que a sociedade limitada encontra-se em processo de indecisão no que diz respeito a sua continuação. E, enquanto essa decisão não for tomada, e com a falta de comprometimento dos sócios quanto à uma administração financeira, a empresa se encaminha para a falência.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

UM ESTUDO DE CASO DA EMPRESA NV

Juliana Duarte Da Costa Batista

Raissa Mayhara Oliveira

Taíza Duarte Da Costa Batista

Discentes do Curso de Administração com Habilitação em Marketing da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Ana Maria da Silva Souza

Carlos Eduardo Marinho Diniz

Fabio Costa Ferrer

Sandely Fernandes de Araújo

Docente do Curso de Administração com Habilitação em Marketing e Ciências Contábeis da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) A utilização de ferramentas financeiras, de produção e sistema de informação, gera informações para tomada de decisões na gestão das organizações. Entretanto, percebe-se que os profissionais de administração pouco tem se utilizado dessas ferramentas. Baseado nesta constatação é realizado um estudo de caso numa empresa do nordeste do Brasil, que esta há mais de vinte anos no ramo ótico, a qual foram coletados dados da pesquisa mas por razão social mantem-se em sigilo: daqui por diante denominada Empresa NV. A mesma é uma empresa familiar que conta com quarenta funcionários e quatro filiais e estão distribuídas na localidades: Mid Way Mall, Natal shopping e no centro da cidade. Os seus proprietários são devidamente qualificados para o ramo exercido formados em: Contatólogos e Optometristas. Os produtos oferecidos são: Óculos, Lentes, lentes de contato e Relógios, Já os serviços oferecidos são a fabricação de armações em aço cirúrgico e em ouro e fabricação de alianças em ouro e prata.

(METODOLOGIA) A pesquisa, de caráter exploratório e bibliográfico, objetiva fazer uma varredura sobre todos os aspectos da empresa, analisando-a e dando recomendações para melhorar o seu funcionamento. A mesma foi realizada através de uma coleta de dados, utilizando uma seqüência de perguntas realizada com o proprietário da empresa, onde constaram 50 questões abertas, analisadas pelos orientadores do trabalho, abordando perguntas sobre o setor financeiro, setor de produção e sistema de informação da empresa.

(RESULTADOS) As lojas filias do mid way mall e natal shopping estão com seu layout mal elaborado, onde encontra-se com o caixa na posição errada, assim dificultando o atendimento dos clientes. A empresa NV atende todas as classes sociais e trabalha com dois tipos de pagamento, entre eles, em espécie e com cartão de credito. A mesma tem um relacionamento direto com seus fornecedores assim não deixando faltar nenhum produto para melhor atender seus clientes. O sistema de informação e tecnologia é utilizado para a execução das atividades operacionais e processo de tomada de decisão gerencial das áreas funcionais da empresa sendo um sistema que aborda a parte de cadastro, financeiro e estoque. O sistema de informação não está interligado com as outras filiais assim demorando no atendimento e na troca de informações de uma loja com a outra.

(CONCLUSÕES) Após uma análise minuciosa dos dados coletados percebe-se que a empresa necessita no setor financeiro, de um plano de crediário para aumentar seu mix de forma de pagamentos. Já no setor de produção notamos uma má elaboração no layout da loja do mid way e natal shopping, onde necessita de uma mudança na posição do caixa, que se encontra de lado para o cliente, é preferencial que se posicione de frente para o cliente, fazendo com que o funcionário de mais atenção ao cliente. No setor de sistema de informação da empresa, notamos que é bem completo, havendo uma necessidade das lojas estarem interligadas uma as outras, indicamos que a empresa utiliza-se a intranet (é uma rede privada de computadores baseada nos padrões de comunicação da Internet. É uma versão reduzida da Internet que somente os membros de uma organização podem ver.), devido à empresa obterá um maior controle sobre todos os setores e ser mais ágil no seu atendimento.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

A ADOÇÃO DO BSC EM UMA COOPERATIVA DE CRÉDITO: UMA NOVA PROPOSTA DE PLANEJAR

Esdras Lira de Lima Barros

Discente do Curso de Administração de Empresas, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Josué Vítor de Medeiros Júnior

Docente do Curso de Administração de Empresas, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) O mercado financeiro brasileiro vem passando por um momento de transformação nos últimos cinco anos. Além da acelerada evolução tecnológica, a contínua queda da taxa básica de juros (taxa Selic) tem feito os bancos enxergarem a sua função primordial. Empréstimo para o governo deixou de ser a única vocação dos bancos. As cooperativas de crédito têm começado a mudar seu campo de visão e passado a pensar em redução de custos com aumento de escala, buscando mais clientes e emprestando mais. A cooperativa objeto de estudo tem buscado a ajuda de uma consultoria especializada, que desenhou o planejamento estratégico deste ano, e vai adotar a ferramenta Balanced Scorecard (BSC) como base para explicitação da estratégia e aferição de indicadores não-financeiros. Assim, cabe perguntar: “Como a adoção do BSC ajudaria na explicitação da estratégia de uma cooperativa de crédito à partir do seu Planejamento Estratégico?”. Para entender melhor o problema, será ressaltado o objetivo geral e os objetivos específicos, para clarear o estudo para pesquisa. Objetivo geral: “Demonstrar como adoção do BSC ajudará na explicitação da estratégia da cooperativa de crédito à partir do seu Planejamento Estratégico”. E os objetivos específicos são: “Realizar levantamento dos objetivos estratégicos já definidos pela cooperativa a partir do seu planejamento estratégico; Identificar o perfil dos funcionários da cooperativa e o grau de entendimento em relação ao planejamento estratégico; Alinhar os objetivos estratégicos da cooperativa às quatro perspectivas enfocadas pelo BSC e Propor melhorias no Planejamento Estratégico da cooperativa com base nas conclusões apontadas após a utilização do BSC”.

(METODOLOGIA) Diante do problema, será adequada para obter informações a respeito do setor a pesquisa do tipo exploratória-descritiva. A pesquisa descritiva proporcionará ao estudo as descrições de mercado e seus fenômenos. A pesquisa exploratória conduzirá os estudos com hipóteses e explicações demonstrando aspectos mais aprofundados em relação ao assunto. A pesquisa será de caráter censitário, envolvendo todos os funcionários da cooperativa. O instrumento contará com auxílio de questionário semi-aberto. Através desta estrutura de coleta dos dados a pesquisa realizará o tratamento feito com tabulações quantitativas e qualitativas, com a elaboração de tabelas e gráficos de forma a facilitar a apresentação dos dados.

(RESULTADOS) Os resultados obtidos serão consolidados no segundo semestre de 2007 e só terão fim com a monografia concluída. Devido à observação dos trabalhos realizados pela consultoria contratada, confirma-se antecipadamente que mesmo com o trabalho realizado, os funcionários demonstram baixo envolvimento com a metas e ações elencadas no planejamento estratégico, havendo pouco conhecimento se estas ações influenciarão no trabalho diário. Este distanciamento gera insegurança nos colaboradores. A implantação do BSC minimizaria o efeito colateral indesejado e fazer que toda empresa caminhe no mesmo rumo.

(CONCLUSÃO) É crucial que as empresas procurem entender o mercado e reduzir as suas deficiências. Assim, será de fundamental importância que a empresa objeto de estudo passe a dar cada vez mais ênfase na construção de novos conhecimentos e no desenvolvimento de ferramentas que não contemplem apenas as medições financeiras tradicionais. Neste contexto, a adoção do BSC por uma cooperativa de crédito mostra que esta ferramenta pode ser utilizada não só por grandes conglomerados internacionais, mas também por empresas locais de pequeno porte. Além disso, poderá ajudar a definir novos diferenciais que levarão a empresa a um novo patamar de excelência.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

ANÁLISE DO IMPACTO DA AUTOMAÇÃO DOS PROCESSOS DE UMA LINHA DE PRODUÇÃO DA SIMAS INDUSTRIAL DE ALIMENTOS S/A

Polyana Ferreira de Souza Gadelha Simas

Discentes do Curso de Administração de Empresas, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Josué Vitor

Docente do Curso de Administração de Empresas, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) Os estudos de Novas Tecnologias de Produção vêm a cada dia conquistando mais espaços nas empresas. Através da implementação de novas tecnologias as organizações identificam e cortam desperdícios, melhoram a qualidade dos produtos e impulsionam o melhoramento contínuo. Uma nova tecnologia não é a única forma de melhorar as atividades existentes no processo produtivo, mais permite que a produção seja mais eficiente, pode-se dizer que as empresas estão em processo constante de aperfeiçoamento para assim conseguir manter uma certa vantagem competitiva é necessário investir em novas tecnologias para o processo produtivo. Para o ramo de atividade escolhida, que é a indústria de balas e pirulitos, este trabalho vem mostrar a importância da implementação de novas tecnologias no processo produtivo da empresa, já que na grande maioria das empresas do setor, que são em torno de 80% das empresas no Brasil utilizam-se de novas tecnologias no seu processo produtivo.

Esse trabalho tem importância fundamental de averiguar os impactos das transformações produtivas e tecnológicas sobre os padrões organizacionais da indústria nos dias atuais, pois vem mostrar uma nova tecnologia que poderá substituir a tecnologia existente dentro da Simas Industrial de Alimentos S/A em alguns anos avaliando o impacto da automação de uma linha de produção na indústria.

(METODOLOGIA) A pesquisa proposta a essa monografia é do tipo exploratória descritiva. Para a realização da coleta de dados para a realização desse trabalho foi utilizados livros, pesquisa dentro da organização, entrevistas com 2 engenheiros elétricos, 1 engenheiro de produção e 1 funcionário da controladoria, e questões abertas, também foi realizada uma análise observacional, de cunho exploratório, que teve como foco algumas características das tecnologias de produção.

(RESULTADOS) Os resultados estão sendo construídas, pois ainda não foi concluída toda parte de automação. Acredita-se com base em partes que já estão em fase de testes que até o fim da conclusão do projeto, a empresa terá resultados satisfatórios como: redução dos custos, aumento da qualidade e de 50% a mais na produtividade e diminuição de 40% de desperdícios de ingredientes. Todas as inovações relacionadas à linha contínua, levam a uma constante melhoria no processo produtivo e no produto final.

(CONCLUSÃO) A empresa deve continuar com os investimentos na automação das linhas, pois, essas linhas representam um grande avanço no processo de produção de pirulitos, irá obter uma redução nos custos de produção, aumentando a capacidade produtiva, o melhoramento da qualidade, a redução de desperdício de ingredientes. Todos esses fatores são de fundamental importância para o crescimento da empresa, combatendo o aumento da competitividade do mercado de balas que hoje é bastante competitivo.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

PROMOÇÕES E EVENTOS NO MERCADO NATALENSE

Nadja Rossana Lopes de Sousa

Discentes do Curso de Administração com Habilitação em Marketing, Faculdade Natalense para o desenvolvimento do RN

Jannes Valente

Docentes do Curso de Administração com Habilitação em Marketing, Faculdade Natalense para o desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) Esse trabalho de pesquisa tem a finalidade de conhecer o perfil do consumidor do segmento de promoções e eventos, para poder analisar as estratégias utilizadas e posteriormente sugerir novo posicionamento com cursos de ação para implementação na empresa. Essas atividades em conjunto respondem a pergunta – Quais as estratégias de posicionamento a “Nossa Promoções e Eventos” devem adotar no sentido de promover abertura e aceitação dos consumidores do segmento de promoções e eventos?- Essas ações além de agregar valor institucional e mercadológico a marca, leva em consideração o alto grau de exigência do mercado e diferencial no serviço proposto pela Nossa Promoções.

(METODOLOGIA) O desenvolvimento desse trabalho necessitou de um estudo prévio da empresa Nossa Promoções para identificar os pontos a serem abordados na pesquisa descritiva qualitativa e quantitativa realizada para observar, registrar e analisar a necessidade do público-alvo da empresa. A pesquisa se estendeu em sua totalidade para obter um resultado satisfatório no mercado Natalense, foram aplicados questionários através de visitas no local, telefones e e-mails.

(RESULTADO) A pesquisa detalhou o perfil e alguns aspectos da necessidade do consumidor. Algumas perguntas foram usadas estrategicamente para colher informações para um próximo novo contato da Nossa com a empresa que contribuiu com a pesquisa, foi obtido contatos, telefones, nomes das pessoas que contratam diretamente, o que elas esperam das empresas, como exemplo tem uma empresa que informou que sua maior dificuldade foi em receber um feedback das ações, e isso pode ser um grande diferencial no mercado. Um outro aspecto também observado na pesquisa foi à diversidade de eventos que as empresas investem anualmente para os clientes internos e externos e em ambos o objetivo é captar, conquistar, motivar, fidelizar, atrair os clientes para os seus objetivos.

(CONCLUSÃO) A pesquisa surtiu um bom resultado, facilitando o desenvolvimento de estratégia para a Nossa Promoções e Eventos entrar no mercado e se consolidar. Estratégias essas que foram iniciadas desde a aplicação dos questionários com a coleta de dados para um próximo contato como também a divulgação da marca no material levado junto ao questionário. Algumas informações coletadas na pesquisa já estão sendo estudadas para gerar retorno financeiro e institucional para a Nossa, como a elaboração de um feedback com fotos, registros e análises dos pontos positivos e negativos das ações ocorridas, facilitando um número maior de acertos nas próximas ações e eliminar os erros ocorridos. Sendo assim, a empresa Nossa ganhou muito com o desenvolvimento desse trabalho, pois em todos os aspectos foi desenvolvido para a aplicação dos resultados para gerar retorno para a empresa.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR: UM ESTUDO DE CASO NA BOUTIQUE DEBRUM COLLECTION

Ana Emília Almeida de Araújo

Discentes do Curso de Administração de Empresas, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Fátima Cristina de Lara Menezes Medeiros

Docente do Curso de Administração de Empresas, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) As necessidades e os desejos da sociedade vem modificando a cada dia e o comportamento do consumidor está cada vez mais diferenciado, em busca de serviços que atendam às suas expectativas. O consumidor está exigente e quer sempre mais e mais produtos e serviços de qualidade. Assim, é preciso que as empresas estejam em sintonia com a mente do consumidor e que acompanhem as tendências de mercado. Este trabalho tem como objetivo realizar o estudo sobre o comportamento dos clientes que freqüentam a Boutique Debrum Collection, que atua no mercado de Natal, identificando o perfil e os hábitos de compra do consumidor que freqüenta a Debrum Collection, bem como avaliar o grau de satisfação do consumidor com os produtos e serviços oferecidos pela empresa.

(METODOLOGIA) Diante do problema de pesquisa foram coletadas informações a respeito do comportamento do consumidor, mediante uma pesquisa descritiva-exploratória. A amostra foi composta pelos consumidores da empresa Debrum Collection, tendo uma margem de erro calculada em 7%, com 95% de grau de confiabilidade, correspondendo a 30% do universo. Foi aplicado um questionário estruturado com perguntas abertas e fechadas. Os dados foram tratados por meio de tabulação com o auxílio de uma abordagem quantitativa, através do Excel, de gráficos e tabelas que proporcionam a fácil compreensão das informações dos dados obtidos.

(RESULTADOS) Em relação ao perfil dos consumidores observou-se que 98% são do sexo feminino por se tratar de uma loja para mulheres, pessoas com renda acima de 5 salários mínimos, com nível de escolaridade superior completo e com faixa etária acima de 20 anos. Quanto aos hábitos de compra verificou-se que os clientes seguem as tendências de acordo com a estação do ano. Percebeu-se, ainda, que os clientes estão satisfeitos com a empresa, principalmente pela oferta de produtos de qualidade, em virtude de serem consumidores altamente exigentes.

(CONCLUSÃO) Atualmente, com o mercado em constantes mudanças, com a globalização da economia e da cultura as empresas que desejam participar e manter-se nesse ambiente altamente competitivo precisam conhecer o comportamento do consumidor. Assim, é fundamental acompanhar as novas tendências que o mercado da moda oferece como também promover ações de marketing para o sucesso da boutique Debrum Collection, buscando sempre a melhoria dos produtos e serviços oferecidos e, principalmente, a satisfação dos clientes mediante estratégias que atraiam, conquistem e fidelizem.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

ANÁLISE DE SATISFAÇÃO DAS EMPRESAS ASSOCIADAS A REDECON EM RELAÇÃO AOS SEUS FORNECEDORES DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

Lunardelle de Araújo Lacerda

Discente do Curso de Administração com Habilitação em Marketing, Faculdade para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Josué Vitor de Medeiros Júnior, M.Sc.

Docente do curso de Administração com Habilitação em Marketing, Faculdade para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) Com o surgimento da REDECON, rede de empresas que comercializam material de construção no estado do RN, seus associados perceberam que existe um problema que se repete praticamente em todas as empresas que fazem parte da rede: falhas em seus sistemas de informação e a falta de suporte técnico especializado. Devido a estes problemas e a diversidade de fornecedores de tecnologia atualmente para os associados da REDECON, planeja-se para 2008 o desenvolvimento de um sistema de informações unificado e adotado por todos os associados. Neste contexto, o objetivo geral do presente trabalho é identificar o nível de satisfação das empresas associadas à REDECON em relação aos serviços prestados pelos seus fornecedores de sistemas de informações. Além disso, tem como objetivos específicos levantar o perfil das empresas associadas da REDECON, identificar os fornecedores de sistemas de informações junta as empresas da REDECON e analisar o nível de satisfação destas empresas com o serviço prestado pelos seus fornecedores.

(METODOLOGIA) O presente estudo tomou como base uma pesquisa descritiva e exploratória, utilizando como instrumento de coleta de dados o questionário, baseado numa amostragem censitária, onde foram pesquisadas as 17 empresas que compõem a REDECON. O presente estudo por se tratar de uma pesquisa quantitativa, fez uma análise e interpretação de dados através de recursos de software especializado, que é o Excel.

(RESULTADOS) Das 17 empresas associadas a REDECON, o questionário foi aplicado em 14 empresas. Não houve o retorno dos questionários por parte de 3 empresas. Das 14 empresas pesquisadas 47% dela têm de 11 a 50 funcionários. Percebe-se que 93% das empresas têm de 11 a 30 anos de existem no mercado. Com relação ao sistema de informação, 67% das empresas utilizam sistema fornecido por pessoa jurídica. Do total pesquisado, 60% concordam que o fornecedor do sistema está sempre disposto a ajudar os clientes. Pôde-se observar ainda que 53% das empresas concordam que o fornecedor do sistema entende as suas necessidades, como cliente.

(CONCLUSÃO) Podemos concluir que o nível de satisfação das empresas é de extrema importância para os fornecedores dos sistemas. Pois é pelo nível de satisfação, que o fornecedor do sistema saberá se o serviço esta sendo bem prestado. Analisando os resultados dos questionários percebe-se que o nível de satisfação não é tão baixo, podendo ser considerado como nível médio de satisfação, mesmo com todos os usuários dos sistemas queixando-se de erros que os sistemas e os fornecedores cometem. Podemos sugerir como melhorias, que os fornecedores aumentem o nível de comunicação entre os usuários dos sistemas, para que haja interação entre ambos. Os fornecedores devem estar atentos à qualidade da prestação do serviço, para que o nível de satisfação esteja sempre satisfatório.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

A DIFICULDADE DE (RE)INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO FORMAL DE PESSOAS ACIMA DE QUARENTA ANOS NA CIDADE DE NATAL/RN

Sérgio Murilo de Araújo Nogueira

Discente do Curso de Administração de Empresas, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Ana Maria da Silva Souza

Docente do Curso de Administração de Empresas, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) A dinâmica econômica do Brasil apresenta sensíveis alterações nas últimas décadas o que, reflete no mercado de trabalho. Garantir à maioria dos trabalhadores brasileiros o acesso ao mercado formal de trabalho constitui um dos grandes desafios das políticas públicas e privadas. Nunca é fácil perder o emprego e ter que procurar trabalho. Mas e quando você já tem mais de 40 anos? O mercado de trabalho tem-se mostrado competitivo para todas as idades e, principalmente para pessoas acima de quarenta anos. Qual o futuro profissional das pessoas que já estão ou passaram dessa idade? Vivencia-se hoje uma nova situação. Conseguir uma boa colocação no mercado de trabalho exige uma grande dose de perseverança. As tendências do mercado em relação à idade fazem com que as chances de obter um emprego diminuam à medida que os anos passam, apesar de entender-se que a experiência aumenta. Após essa idade, fica mais difícil conseguir uma boa colocação – um emprego fixo, legal e com boa remuneração. A idade traz diferenciais importantes como o acúmulo de conhecimento, maior responsabilidade e melhor capacidade de enfrentar situações adversas, já vivenciadas, anteriormente, no ambiente de trabalho.

(METODOLOGIA) O presente trabalho visou Identificar e analisar as dificuldades encontradas pelos trabalhadores na (re)inserção do mercado de trabalho formal em Natal/RN. A pesquisa foi exploratória-descritiva, com consulta de dados secundários e primários. Para atender aos objetivos deste trabalho a população de estudo foi caracterizada como todas as empresas recrutadoras de mão-de-obra existentes na cidade do Natal/RN. Quanto ao processo de amostragem foi realizada amostra não-probabilística devido à dificuldade de obtenção de listas que caracterizem a população, de tamanho 10.

(RESULTADOS) A coleta dos dados primários foi conduzida mediante aplicação de instrumentos de coleta de dados, do tipo formulário estruturado. Em relação aos dados secundários foram consultadas pesquisas desenvolvidas pelo Sistema Nacional de Empregos – SINE. A análise das informações foi desenvolvida mediante utilização de técnicas de estatística descritiva e exploratória de dados. Os dados secundários do SINE mostram que no período de jan/06 a out/07 foram (re)inseridos 6.907 trabalhadores no mercado formal em Natal. Em relação à escolaridade, 39,07% tinham o segundo grau completo e 23,00% tinham o segundo grau incompleto; estado civil, 76,00% eram casados. Houve mais empregos no comércio (19,00%). Por idade, dos 20 aos 24 anos foi o grupo que mais empregou, com 31,97% e dos 40 e 59 anos foi de 8,37%. A pesquisa realizada com as empresas recrutadoras levantou que as variáveis que mais influenciam na (re)inserção são a formação, comunicação, pro-atividade, disponibilidade de horário, qualificação específica e idiomas. Por escolaridade, os mais freqüentes são do nível médio e superior, enquanto que o mais requisitado pelas empresas é o nível superior (completo e incompleto). No tocante a idade os candidatos têm de 21 a 40 anos, já a faixa etária mais requisitada pelas empresas é de 21 a 30 anos. Os cargos mais solicitados para os candidatos com idade acima de 40 anos são: costureira, ouvidoria e auxiliar de serviços gerais. As dificuldades mais alegadas pelas empresas de recrutação no tocante as pessoas com mais de 40 anos são grau de conhecimento e energia para o trabalho.

(CONCLUSÃO) Nos dados levantados, observa-se que o número de trabalhadores com mais de 40 anos inseridos no mercado de Natal/RN é insignificante frente aos trabalhadores da faixa etária dos 20 aos 30 anos. Observando-se os dados relativos a qualificação presume-se que, tais trabalhadores, dos 40 aos 59 anos, precisam de uma qualificação ou (re)qualificação maior para a (re)inserção no mercado de trabalho mas, mesmo assim continuam a ter dificuldades na sua inserção.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS DA BRASIL REPARADORA AUTOMOTIVA

Graciela Macedo de Medeiros Dantas

Discente do Curso de Administração com Habilitação em Marketing, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Ana Maria da Silva Souza

Docente do Curso de Administração com Habilitação em Marketing, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) A sociedade em que vivemos hoje está cada vez mais voltada para a prestação de serviços, os clientes de hoje são pessoas bem informadas e conhecedoras, razão pela qual preferem determinados serviços e evitam outros. Serviços de qualidade associados a preços realistas são a base para a prestação de serviços de qualidade, mas não são tudo. Os consumidores querem, além disso, ser bem atendidos e só voltam a comprar onde gostam, exigem atenção, disponibilidade e compreensão pelas suas opiniões e “vontades”. Hoje não basta agradá-los, é necessário encantá-los superando suas expectativas. E este é o objetivo perseguido por muitas empresas com a excelência em serviços. Superar as expectativas na satisfação de necessidades, na resolução de problemas ou no fornecimento de benefícios a alguém. Diante do exposto este trabalho investigou qual a percepção do cliente da empresa Brasil Reparadora Automotiva Ltda a respeito da qualidade dos serviços.

(METODOLOGIA) Para o desenvolvimento do trabalho foi utilizada a pesquisa do tipo descritiva. Atendendo os objetivos do mesmo foi definida como população de estudo todos os clientes da Brasil Reparadora Automotiva. A amostra da pesquisa foi do tipo não probabilística. Na execução foram consultadas fontes primárias, para os dados primários foi utilizado como instrumento de coleta de dados o modelo servqual composto por questões fechadas, o questionário proposto pelo modelo é subdividido em cinco dimensões: empatia, garantia, confiabilidade, responsividade e tangibilidade. A análise das informações foi desenvolvida mediante utilização de técnicas de estatística descritiva e exploratória de dados.

(RESULTADOS) Espera-se ao final deste trabalho caracterizar os serviços da Brasil Reparadora Automotiva Ltda de acordo com as cinco dimensões proposta pelo modelo em estudo. Torna-se necessário que os gestores entendam como a aparência física, de equipamentos, de pessoal e material de comunicação é vista pelo cliente. A avaliação da confiabilidade - habilidade em prestar o serviço é prometido; da responsividade – desejo de ajudar o cliente e oferecer um serviço diligente; garantia – competência, cortesia, credibilidade e segurança do serviço; e da empatia – acesso, compreensão e comunicação são de fundamental importância para o setor de prestação de serviços de maneira que auxiliam na identificação e resolução de problemas ligados a qualidade que representa um fator de competitividade e conseqüentemente de aumento de market-share.

(CONCLUSÃO) Conclui-se que a avaliação da qualidade dos serviços representa um diferencial competitivo para empresas prestadoras de serviços que enfrentam inúmeros momentos da verdade em um pequeno lapso de tempo. A utilização de um modelo já testado por outros pesquisadores proporcionou ao trabalho uma maior confiabilidade e fidedignidade, fato que dispensou a avaliação do questionário por parte do pesquisador. Assim recomenda-se a empresa que realize avaliações de qualidade periódicas, para que possa melhorar continuamente a qualidade dos seus serviços.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

AVALIAÇÃO DO IMPACTO DAS AVARIAS NO ESTOQUE DA EMPRESA SANTA CLARA

Gilberto Ferreira Carlos da Silva

Discente do Curso de Administração com Habilitação em Marketing, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Fabricsia Abrantes Figueiredo da Rocha

Docente do Curso de Administração com Habilitação em Marketing, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) A Santa Clara Indústria e Comércio de Alimentos Ltda, atua no mercado nacional e internacional na produção de café e seus derivados. Assim, o presente trabalho tem sua importância justificada pela ligação que procura estabelecer entre a gestão de armazenagem de materiais, visando estudar os principais efeitos causados nos produtos tanto na armazenagem, como na distribuição que pode exercer sobre suas principais atividades frente a presença de avarias, que vem a comprometer os custos logísticos. Logo, como a atividade fim é a produção, ter processos capazes de avaliar o impacto das avarias é fator primordial.

(METODOLOGIA) A pesquisa pode ser enquadrada como um Estudo de Caso, constituindo um estudo de natureza qualitativa. A coleta de dados abrangeu a Administração de Materiais, relacionando as atividades relacionadas ao estoque, em termos da existência de avarias. Neste sentido, percebe-se que o levantamento de dados teve um relacionamento direto com a área de Produção. Os colaboradores envolvidos em tais atividades foram considerados na pesquisa. A coleta de dados propriamente dita teve a observação direta do ambiente, sem que nenhuma interferência fosse feita no desenvolvimento das atividades; análise documental, mediante consulta de relatórios que demonstram informações acerca das avarias existentes; e entrevistas informais realizadas junto ao público destacado anteriormente.

(RESULTADOS) A empresa apresenta destaque no cenário empresarial nacional e internacional. Contar com processos bem consolidados, em termos da identificação de fonte potenciais de custos, são vistos como essenciais na busca por estar cada vez mais competitiva no mercado. O diagnóstico situacional desenvolvido mostrou a presença de custos significativos relacionados a presença de avarias de estoque, incluindo um índice significativos de produtos vencidos. Dessa maneira, com base em um histórico de avarias, foram analisados os processos envolvidos e, em seguida, estabelecidas ações relacionadas ao controle destas avarias, frente aos pontos identificados como fortemente relacionados ao problema. Percebe-se a existência de uma vinculação direta com a área de Produção, interferindo na programação de produção estabelecida para o período.

(CONCLUSÃO) O trabalho teve uma contribuição significativa para a empresa. Em algumas situações as organizações não tem medidas que possam avaliar e medir o impacto que um fator específico pode ter no seu resultado. No caso desenvolvido teve-se a análise do impacto das avarias, tendo sido mostrado o quanto a empresa vem perdendo, devido a elevação dos custos. As ações propostas podem ser consideradas simples, mais oportunas, deixando clara a necessidade que deve ser dada ao relacionamento entre a Logística e a Produção para conquistar a eficácia do processo e, conseqüentemente, tornar mais concreta a sua presença no mercado a nível mundial.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL: UM ESTUDO COM CLIENTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL/SEMTAS

Alex Rocha de Paiva

Discente do curso de Administração com Habilitação em Marketing pela FARN

Maria Teresa Pires Costa

Docente do curso de Administração com Habilitação em Marketing pela FARN

(INTRODUÇÃO) São constantes as mudanças no mundo atual, os que tornam as pessoas cada vez mais competitivas, fazendo com que as mesmas busquem, a cada dia que passa melhorias na sua qualificação. É natural do ser humano trazer consigo sentimentos, ambições, criarem expectativas, envolver-se e buscar o crescimento dentro daquilo que desenvolve e realiza. É relevante contribuir para que se valorize a qualificação de mão de obra, visto que não se deve mais pensar que o homem trabalha tão somente para receber seu salário, negando até mesmo os sentimentos naturais do ser humano e que não se frustram com a falta de crescimento intelectual. Uma organização inovadora e inteligente busca essa valorização, visando a autorealização das pessoas mediante um maior envolvimento na empresa, fazendo-as se sentirem importantes e participantes do constante progresso do meio onde estão inseridas. Segundo Rodrigues (1994, p.93), “os empregados que possuem uma vida familiar insatisfatória tem o trabalho como o único ou maior meio para obter a satisfação de muitas de suas necessidades, principalmente, as sociais”. Assim, o trabalho torna-se indispensável, tomando uma dimensão enorme na vida das pessoas. No País atualmente alguns fatores vêm contribuindo para a crise econômica, dentre esses podemos citar, a falta de crescimento econômico, as inovações tecnológicas, o aumento da PEA (População Economicamente Ativa), entre outros que tendem a elevar os índices de desemprego favorecendo o crescimento de atividades informais e do trabalho precário. O Brasil segue essa trajetória de crise do desemprego, porém com um problema a mais, onde no mercado atual não está explícito a falta de divisão entre emprego e desemprego, proporcionando cada vez mais a inserção de situações intermediárias. Nesse contexto, deve ser lembrado que os sistemas públicos de emprego ainda não apresentam condições suficientes para resolver todos estes problemas do desemprego, pois o setor público não dispõe de recursos suficientes para investir nessas políticas e também o setor privado que não tem interesse de contratar trabalhadores sem qualificação profissional. O programa de Qualificação Profissional e suas ações de intermediação de mão de obra, surgiram com a necessidade de desenvolver ações direcionadas ao crescimento sustentável com trabalho, a constante busca por uma capacitação profissional que sempre foi a grande exigência do mercado de trabalho, com a realização de seus principais objetivos como a : inclusão social, inserção e reeinserção no mercado de trabalho, crescimento com geração de trabalho emprego e renda e promover condições para a expansão da cidadania. O objetivo geral dessa pesquisa é Conhecer e avaliar o perfil e opinião do usuário do serviço de Qualificação profissional da SEMTAS. A pesquisa que será desenvolvida dentro do setor de Qualificação Profissional da SEMTAS é de bastante relevância, pois consiste captar e analisar dados para mostrar o perfil e opinião dos usuários do programa de Qualificação, visto que nunca foi desenvolvida dentro do setor este tipo de pesquisa, as informações coletadas servirão de instrumento para a sociedade e para a instituição em estudo, identificando assim a visão do público externo que busca sempre alternativas de melhorias sociais, a opinião desse público poderá ajudar a identificar possíveis falhas no processo e idéias que poderão ate mesmo serem aproveitadas, fazendo com que o setor possa sempre estar à frente do processo e buscando a melhoria constante de seus serviços oferecidos a comunidade.

(METODOLOGIA) O presente trabalho fará pesquisa com os clientes da SEMTAS, e pretende avaliar o nível da Qualidade do serviço oferecido pelo setor de qualificação profissional da mesma. Para essa pesquisa se utilizará o método de pesquisa exploratória-descritiva. – Exploratória: objetiva entender um caso a partir dos estudos realizados, descritiva: porque será descrito as características da população e da coleta dos dados. O universo desta pesquisa será composto de 125 clientes da SEMTAS, todos beneficiários do programa de qualificação profissional. Os dados serão coletados através da aplicação de questionários individuais, para o presente trabalho, os dados serão tratados de forma qualitativa e quantitativa, apresentado de forma estruturada, para uma análise mais aprofundada do objeto em estudo.

(RESULTADOS) De acordo com os dados coletados para esta pesquisa, com referência, a uma média de clientes atendidos durante um ano em toda a capital do estado. Foram abordadas questões referentes ao perfil do cliente, como sexo, idade, Grau de instrução, estado civil e ainda perguntas que puderam identificar a opinião a respeito da qualidade no serviço oferecida pela Secretaria Municipal do Trabalho e Assistência Social.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

DIAGNÓSTICO FINANCEIRO, ECONÔMICO E OPERACIONAL DE UMA EMPRESA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS: ESTUDO DE CASO DA EMPRESA ETB LTDA

Lydiane Heryka Costa

Marizaldo Dantas de Assis Junior

Discentes do Curso de Administração com Habilitação em Marketing, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Ana Maria da Silva Souza

Carlos Eduardo Marinho Diniz

Fabio Costa Ferrer

Sandelly Fernandes de Araújo

Docentes do Curso de Administração com Habilitação em Marketing, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) A empresa que analisamos está no segmento de serviços em aparelhos eletrônicos há 28 anos, por motivos comerciais e sociais, a empresa pediu para que déssemos um nome fictício a organização, no qual adotamos a empresa ETB LTDA que será adotado a toda pesquisa. Existem três tipos de clientes: As pessoas físicas que fazem os serviços através de orçamento, Os clientes jurídicos que são os lojistas e atacadistas e os clientes em que seus aparelhos estão em garantia. A empresa possui contrato de prestação de serviço com uma multinacional japonesa fabricante de eletrônicos.

(METODOLOGIA) visitamos a empresa e através de um trabalho de pesquisa com seu principal gestor, gerente e técnicos, adotamos somente um procedimento de coleta de dados, utilizamos a entrevista como ferramenta, buscando soluções para melhorar seus resultados. A estratégia foi conhecer ainda melhor seu concorrente, suas fraquezas e potencialidades e trabalhar em cima desses dados para a obtenção de uma melhor qualidade na empresa. Uma estratégia operacional vista seria colocar seus computadores em sistema de rede e interligados ao fabricante. O ciclo operacional se dá através da entrada do aparelho mediante apresentação de nota fiscal para aparelhos em garantia ou identidade para orçamentos, daí se armazena o aparelho em estantes e seqüencialmente levado para análise no laboratório pela ordem de serviço de entrada do aparelho através de numeração, caso o aparelho seja em garantia toda a manutenção e feita por conta do fabricante enquanto os de orçamento são repassados para o consumidor para a viabilidade ou não do serviço.

(RESULTADOS) os resultados que tivemos na pesquisa foram: a falta de um sistema mais completo de informações sobre relacionamento com clientes, relacionamento com fornecedores, a falta de um controle de gastos, a falta de um organograma, um layout melhor para o seu laboratório de forma que os técnicos eles muito próximos não conversem sobre assuntos que não desrespeitem o âmbito de trabalho e que não possa haver erros, a não informatização do estoque, e falta de troca de informação, entre diretoria e operacional. Pesquisamos também a inexistência de um relacionamento mais estreito entre empresa e clientes como também empresa e fornecedor.

(CONCLUSÃO) encerrado o trabalho de pesquisa concluímos que a empresa opera de sua maturidade de 28 anos no mercado, se fazendo necessário algumas mudanças de natureza operacional e administrativa e a adoção de novos sistemas de informação, e análise financeira, corte de gastos, ou seja, um maior controle sobre suas contas, investimentos e obrigações, sem dúvida essa para grande diferença na gestão dessa organização. Concluímos também que o feed back de informação é muito importante, pois possibilita a todos requererem dados necessários a realização das atividades operacionais quanto administrativa.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

DETRAN: UM ÓRGÃO FUNDAMENTAL PARA DESENVOLVER O TRÂNSITO

Allanniele Emille de Souza Santos

Bianor Marinho Neto

Rodrigo de Melo Mendonça

Discentes do Curso de Administração com Habilitação em Marketing, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Ana Maria Silva Souza

Carlos Eduardo Marinho Diniz

Fabio Ferrer

Sandely Fernandes de Araújo

Docentes do Curso de Administração com Habilitação em Marketing, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) O trabalho de pesquisa desenvolvido pelo grupo foi realizado no Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN-RN. O Detran-RN é um órgão de administração indireta Autarquia Estadual vinculada a Secretaria de Estado da Infra-Estrutura. A pesquisa tem por objetivo mostrar ao público os serviços oferecidos, sua função e participação no mercado, que visa cumprir e fazer legislação, realizar e controlar o processo e formação de condutores, vistoriar e estabelecer as diretrizes para o policiamento ostensivo de trânsito.

(METODOLOGIA) A atividade de pesquisa foi realizada com base em dados disponibilizados pela empresa através de questionários com perguntas abertas. O grupo obteve informações fundamentais que possibilitou a análise de resultados e conclusão do trabalho. A entrevista foi realizada com gestores, funcionários que estão a mais de 30 anos na empresa, e estagiários. Seu endereço on-line também foi usado como fonte de informações pois disponibiliza de dados essenciais.

Foi disponibilizado para os interessados varias informações de maneira esclarecida e detalhada sobre a mesma, informações essas que revelam a natureza da empresa, sua legislação, competência, serviços, localização, organograma, dados financeiro sobre custos e orçamentos, além de informações sobre o quadro de distribuição dos cargos, e programas de metas e prioridades.

(RESULTADOS) Hoje, assim que chegam na maior idade, os jovens já procuram obter o direito de dirigir, o que aumenta em grande escala o número de habilitados, e conseqüentemente o número de veículos que passam a circular nas ruas. De forma que o Departamento Estadual de Trânsito passou a desenvolver novas formas de controle. O Detran possui um controle sobre a distribuição da frota no Estado segundo o tipo de automóvel. Nessa escala o automóvel encontra-se no topo, seguido de motocicleta e camioneta, entre outros veículos. Totalizando uma frota de 559.728 (Quinhentos e cinquenta e nove mil setecentos e vinte e oito) veículos.

(CONCLUSÃO) A empresa disponibiliza de serviços únicos no Estado, seu diferencial está prestação de serviços nos Ciretrans (Circunscrição Regional de Trânsito) que funciona nas Centrais do Cidadão em todo o RN, disponibilizando quase todos os serviços oferecidos pela sede. Através do site o usuário pode manter-se informado sobre notícias, consulta de veículos, sendo um dos únicos que oferece ouvidoria on-line. Contudo, os serviços oferecidos pelo DETRAN-RN têm gera insastifação por parte de alguns usuários, isso é devido a grande demanda que tem causado uma perca de controle. É necessário que haja ajustes em alguns setores, até mesmo na própria infra-estrutura da sede, isso facilitará em partes as necessidades dos usuários, melhorando a qualidade no atendimento. Assim, a empresa conquistará satisfação do usuário.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

DIAGNÓSTICO SISTEMICO DE UMA EMPRESA DO COMÉRCIO VAREJISTA: UM ESTUDO DE CASO DA PAPELARIA JUNAÍSA EM

*Adriana Carla da Silva
José Araújo dos Santos Júnior
José Heimar Pinheiro Júnior
Lídia Dayane Gomes Bezerra
Thaiane Tharine de Oliveira Pacheco*

Discentes do Curso de Administração com Habilitação em Marketing, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

*Ana Maria da Silva Souza
Carlos Eduardo Marinho Diniz
Fábio Costa Ferrer
Sandely Fernandes de Araújo*

Docentes do Curso de Administração, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) O crescimento do setor terciário tem se destacado em relação aos outros setores, esse crescimento se dentre outros fatores, como por exemplo, o desejo por possuir seu próprio negócio. Uma parte dessas empresas que estão sendo criadas no Brasil estão se especializando no ramo de papelaria, pois esse segmento tem caminhado por duas vertentes, uma delas sendo negativa pois empresas de outros ramos estão acrescentando ao seu mix de produto esse segmento, como por exemplo grandes lojas de conveniência. A segunda vertente, no caso positiva, é que esse produto é sempre necessitado e ele permite associá-lo a outros tipos de produtos, como informática, crescendo rapidamente o mercado. A finalidade desse estudo é contribuir com informações concretas, feitas na empresa, para um maior apoio em suas decisões gerenciais. O estudo de caso foi feito na Papelaria Junaísa, localizada em Ceará – Mirim, que está no mercado há 15 anos tendo como principais produtos papelaria básica, material de expediente e material de escritório e informática, sob a ótica financeira, de produção e de sistemas de produção.

(METODOLOGIA) A pesquisa foi baseada no tipo exploratória, pois teve como principal objetivo à investigação de critérios sobre a situação enfrentada, pela empresa objeto de estudo e bibliográfica por buscar conceitos teóricos a respeito do assunto abordado. Este trabalho teve como principal característica à coleta de dados, através de entrevista feita ao proprietário da Papelaria Junaísa, onde foram observados fatos financeiros, sistemas de informação e aspectos da produção e operação da mesma.

(RESULTADOS) Nos últimos anos notou-se que a empresa cresceu de forma desorganizada, simplesmente inchou, pois, ela teve seu crescimento muito rápido e seus gestores não acompanharam essa evolução crescimento. Com a análise dos dados diagnosticou-se que esse crescimento é de 10% a cada ano, esse fato tem ocorrido devido a empresa ter investido seu lucro, nos 2 últimos anos, na parte física, instalações e ter agregado outros segmentos. Ela tem procurado novos fornecedores em busca de melhores produtos com menores preços, isso tem gerado um resultado positivo nas vendas. A empresa também tem buscado alternativas para sobreviver à concorrência através da associação com uma cooperativa buscando conhecimento e poder de barganha.

(RECOMENDAÇÕES) Observou-se que a empresa já possui um tamanho suficiente para poder criar setores dentro dela, como: financeiro, comercial, logística, pois essa ausência está afetando o crescimento organizacional. Recomenda-se também para a adoção de uma política de descentralização como forma de agilizar e facilitar o andamento do processo produtivo, hoje a empresa possui apenas duas pessoas que gerenciam todos os setores dela. Tratando-se de um trabalho em fase de finalização, a pesquisa certamente ira contribuir para que os gestores tenham orientações sistemas afim de maximizar os resultados.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

DIAGNÓSTICO SOB A ÓTICA DA GESTÃO FINANCEIRA, PRODUTIVA E DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO NA NATAL ALIMENTOS (NOME FICTÍCIO)

*Délio Pio Gonçalves Paiva
Itamoary Barros Neto
Janielson Zacarias Silva
Geraldo Ferreira Junior
Ronaldo Camilo da Silva*

Discentes do Curso de Administração, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

*Carlos Eduardo Marinho Diniz
Sandely Fernandes de Araújo
Fabio Costa Ferrer
Ana Maria da Silva Souza*

Docentes do Curso de Administração, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) Num setor de elevada competitividade, como é o caso do setor agropecuário, onde o Brasil é referência mundial e a concorrência a cada dia é mais feroz, é preciso se reinventar constantemente, buscando a diferenciação e a inovação para conquistar o cliente e minimizar os custos, quer seja com a aquisição de novas máquinas e equipamentos, quer seja com novos produtos e tecnologias ou mão-de-obra cada vez mais especializada. O trabalho em questão foi realizado em outubro de 2007 no município do Natal-RN, e objetiva relatar de modo sistêmico o processo de gestão, com ênfase nos campos financeiro, produtivo e de tecnologia de informação, na Natal Alimentos. Pretende-se com este estudo compreender o modelo de gestão adotado pela empresa dentro das áreas supracitadas para que seja possível realizar uma análise deste e apontar sugestões de melhoria visando minimizar, ou até mesmo eliminar, as deficiências diagnosticadas no estudo e que constituem um entrave para o crescimento da empresa.

(METODOLOGIA) Trata-se de uma pesquisa qualitativa exploratória na qual foi realizado um estudo de caso em uma unidade frigorífica. A coleta de dados foi realizada através de visita à empresa e aplicação de um instrumento de coleta de dados do tipo formulário composto por questões abertas com membros da diretoria da instituição. A abordagem utilizada foi a indutiva, onde buscou-se aplicar as teorias da administração financeira, de sistemas de informação e de produção para efetuar um diagnóstico da empresa dentro desse três campos do conhecimento.

(RESULTADOS) Constatou-se que a empresa estudada apresenta alguns pontos em seu modelo de gestão que podem ser melhorados, são eles, a falta de planejamento de longo prazo, a não existência de uma estrutura organizacional bem definida, a não existência de uma missão e de valores na organização que orientem as atividades da empresa e de seus colaboradores. No que se refere a tecnologia da informação, notou-se uma dependência em excesso das ferramentas de tecnologia de informação, o que pode ser prejudicial a empresa, pois uma falha no sistema compromete as operações gerando atrasos na execução de pedidos e limitações para a execução de controles internos. Quanto a administração financeira percebeu-se que há deficiências na gestão do capital da empresa que devem ser sanadas para que a empresa venha a se tornar lucrativa.

(CONCLUSÃO) A realização de um diagnóstico sistêmico dentro das empresas é essencial para que se possa avaliar a eficácia do modelo de gestão implementado nas organizações visando detectar os pontos fracos e fortes nas mesmas e buscar melhorias frente aos problemas encontrados. A partir do estudo sistêmico efetuado na Natal Alimentos acredita-se que os gestores devem repensar alguns pontos referentes ao modelo de gestão produtiva, para tanto, sugere-se a criação de um organograma bem definido da organização, a criação e difusão perante os colaboradores de uma missão e valores da empresa. Quanto aos sistemas de informação recomenda-se que sejam criados meios alternativos de controles operacionais minimizando assim a dependência dos computadores na empresa. Por último, acredita-se que é preciso reavaliar todo o planejamento financeiro da organização visando tornar a empresa mais lucrativa. Enfim, espera-se com este trabalho fornecer meios de contribuir para o crescimento e fortalecimento da organização dentro do mercado.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

ESTRATÉGIAS DE MARKETING DE RELACIONAMENTO NA REDEMAIS

*Andréia Fonseca
Mabilene Costa
Maria Emília Oliveira
Magda Mariz
Mara Virgínia*

Discentes do Curso de Administração com habilitação em Marketing, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Franklin Marcolino de Souza

Docente do Curso de Administração com habilitação em Marketing da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) O Marketing de Relacionamento é de fundamental importância para o bom andamento de uma organização, proporcionando à mesma uma oportunidade de conhecer o cliente, bem como desenvolver estratégias para fidelizá-lo fazendo uso de uma ferramenta que comprovadamente atrai excelentes resultados e, se utilizada em conjunto com os demais setores da empresa, o retorno é instantâneo. O mercado está cada vez mais competitivo e o marketing de relacionamento vai de encontro aos interesses do empresário. O segmento varejista, mais especificamente, o de supermercados, se depara, nos dias atuais, com uma realidade onde o cliente tem à sua disposição um cardápio muito vasto de lojas que oferecem o que ele precisa por um preço compatível com o seu poder aquisitivo. Trazer este cliente para si, é uma tarefa que requer o uso de estratégias muito atrativas que envolvem preço, qualidade, não só com o produto, mas com o atendimento e toda a estrutura da loja. Nos dias atuais, as empresas investem em pesquisas que as possibilitem ter uma visão elucidativa do cliente, permitindo-lhes conhecer o seu perfil e o perfil dos clientes potenciais, antecipando-se em atender suas necessidades. Cada vez mais as empresas buscam conhecer os concorrentes e detectar seus pontos fracos e fortes para então definir um plano que lhe traga os resultados esperados nos quesitos conquista e fidelização do cliente. Este estudo teve como objetivo fazer uma síntese do posicionamento da Loja Rede Mais Alecrim, destacando a sua trajetória, suas barreiras e conquistas no universo onde a competição é predominante mostrando como a mesma usa o marketing de relacionamento no processo de fidelização do cliente e como a empresa vem se destacando no mercado varejista através dessa estratégia.

(METODOLOGIA) O presente trabalho foi realizado através de pesquisa exploratória qualitativa com dados secundários obtidos no banco de dados do supermercado Rede Mais em entrevista com o Diretor da Rede Mais Alecrim, utilizando-se, para tanto, de um questionário do tipo não-estruturado, não-disfarçado.

(RESULTADOS) Conforme pesquisa realizada, identificou-se que a classificação dos clientes da Loja Rede Mais Alecrim se dá da seguinte forma: 22% são clientes fiéis, 4% são especiais, 9% apenas freqüentam, 4% são considerados perdidos, 29% estão ausentes, já os que pouco freqüentam são 24% e os novos clientes são 8%. A classificação para estes clientes acontece da seguinte forma: fiéis são aqueles que compram todo o mês independente do valor da compra, os especiais são os que compram mensalmente e acima de R\$ 300,00, os que freqüentam são os que efetuam compra esporadicamente, os perdidos eram fiéis e deixaram de freqüentar, os ausentes são os que se cadastraram, fizeram apenas uma compra e não mais compareceu à Loja, os que pouco freqüentam têm semelhante comportamento com os que freqüentam e os clientes novos são aqueles que se cadastraram nos últimos 3 meses e já começaram a fazer suas compras.

(CONCLUSÃO) Conclui-se que, a partir dos resultados da pesquisa, as estratégias de Marketing de Relacionamento utilizadas pela Rede Mais Alecrim tem o propósito de obter o controle da freqüência dos clientes, bem como acompanhar sua participação como consumidor ao efetuar suas compras, permitindo um acompanhamento específico para cada classificação. Verificou-se ainda que a empresa deixa os clientes à deriva por não utilizar outras ferramentas do Marketing de Relacionamento para monitorá-los. Recomenda-se o telemarketing para atrair os clientes ausentes como forma de reconquistá-lo e/ou descobrir o motivo que o levou a se distanciar, bem como usar o pós venda para dar continuidade ao atendimento, além de oferecer atrativos que agreguem valor às ofertas e, conseqüentemente, aos seus clientes.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

ESTRATÉGIAS DE MARKETING E ADMINISTRATIVAS UTILIZADAS PELAS ONG'S QUE TRABALHAM COM INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA EM NATAL/RN: UM ESTUDO DE MÚLTIPLOS CASOS

Rozinnery Lopes de Medeiros

Discente do Curso de Administração, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Ana Maria da Silva Souza

Docente do Curso de Administração, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) Atualmente no mundo globalizado e com suas crescentes modificações, as ONG's (Organizações Não-Governamentais) que fazem parte do terceiro setor, vêm sendo amplamente discutidas devido à rápida expansão no Brasil, com a intenção de garantir os direitos humanos, atuando no sentido de prestar uma assistência paliativa, incumbindo-se meramente de atender às necessidades básicas sentidas pelo indivíduo como; saúde, habitação, educação, violência, entre outros. O terceiro setor, assim definido por não se constituir em setor privado (por não visar lucro) nem governamental (por não se constituir como órgão estatal), vem sendo objeto de estudo devido à importância das ações desenvolvidas na sociedade. Apesar de desempenharem papel de fundamental importância na sociedade, as ONG's, como parte do terceiro setor enfrentam diversos problemas, como por exemplo: captação de recursos para manutenção de suas atividades, bem como a credibilidade por parte da sociedade civil. Daí decorre a necessidade de tais organizações serem administradas profissionalmente de forma a possibilitar o crescimento e solidificação das mesmas. Desta maneira ressalta-se a importância do marketing na gestão dessas organizações, não só para captação de recursos, como também para proporcionar uma maior conscientização da sociedade civil. Diante desta problemática este estudo foi centrado na análise das estratégias de marketing utilizadas pelas ONG's que trabalham com infância e adolescência em Natal/RN.

(METODOLOGIA) Com objeto de atendimento a proposição do estudo foi realizada uma pesquisa do tipo exploratória-descritiva. Como universo de pesquisa foram consideradas todas as ONG's que trabalham com crianças e adolescentes da cidade do Natal, para definição desta população foi tomada como referência as entidades cadastradas no Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONSEC/RN e o mapeamento de movimentos, grupos e organizações juvenis da cidade do Natal realizado pelo Canto Jovem. Para efetivação da pesquisa realizou-se um estudo de caso múltiplo com três ONG's. O processo de coleta de dados foi conduzido mediante entrevista pessoal com os representantes de cada ONG, com aplicação de um instrumento do tipo formulário semi-estruturado composto por questões abertas e fechadas. A análise dos dados foi desenvolvida em primeira etapa mediante tratamento qualitativo das questões abertas. Em seguida as respostas foram quantificadas de forma a facilitar a utilização de ferramentas estatísticas de apresentação, organização e resumo de dados.

(RESULTADOS) Espera-se como resultados da pesquisa caracterizar as ONG's pesquisadas e investigar o grau de utilização das estratégias de marketing. Para caracterização das ONG's foram consideradas as variáveis: público-alvo, tempo de funcionamento no mercado, atividades desenvolvidas nos últimos três anos, número de voluntários envolvidos, estrutura administrativa, tempo de atuação no mercado. No tocante a utilização das estratégias de marketing foram investigadas a utilização da análise de swot, definição de objetivos e metas, definição de público-alvo pelas ONG's pesquisadas, definição de estratégias de distribuição análise, definição de estratégias de comunicação de posicionamento em relação as demais ONG's, plano de ação, definição de missão, definição de estratégias de preço.

(CONCLUSÃO) Conclui-se então que as estratégias de marketing são de fundamental importância para a sobrevivência das ONG's nos dias atuais, pois através das mesmas tais organizações podem entender o contexto do ambiente no qual se encontram inseridas. Com o amplo conhecimento desta situação pode-se então traçar um plano de ação sólido que conduza ao sucesso. A forma de utilização de elementos de marketing deve refletir valores como a transparência e a simpatia pelas causas. Deve então haver uma adaptabilidade do marketing numa busca por eficiência ao invés de lucro.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

ESTRATÉGIAS DE MARKETING DE VAREJO PARA O CONSUMIDOR DE BAIXA RENDA

Carlos Antonio de Almeida Silva Segundo

Discente do Curso de Administração com Habilitação em Marketing, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Franklin Marcolino de Souza

Docente do curso de Administração com Habilitação em Marketing, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) Nos últimos quarenta anos, as empresas passaram a valorizar mais os desejos do consumidor, aumentando a competitividade e a utilização de estratégias de marketing similares. Com base nessa evolução, na preocupação com o relacionamento e com a continuidade no mercado, as empresas varejistas resolveram ouvir seus clientes para desenvolverem estratégias, objetivando ampliar suas participações e seus lucros. Avaliando o poder de consumo desses consumidores, percebe-se que as classes C, D e E apresentam um grande potencial e uma participação relevante na economia. Em Natal, o consumo de baixa renda vem aumentando rapidamente e mostra-se como uma grande oportunidade para varejistas que procuram diferenciais competitivos. Nesse contexto, o presente estudo teve como objetivo analisar as estratégias de marketing utilizadas no varejo de baixa renda em Natal.

(METODOLOGIA) O método utilizado para a realização do presente estudo foi o exploratório, do tipo descritivo de caso qualitativo. O universo são todas as lojas de varejo dos segmentos de móveis, eletrodomésticos, supermercados, óticas, calçados e farmácias. Já a amostra foi definida tomando como base as empresas que comercializam produtos e serviços para o consumidor de baixa renda em Natal, sendo 3 no segmento de moda, 3 no de calçados, 1 no de supermercados, 2 no de móveis e eletrodomésticos, 1 no de ótica e 2 no de farmácias. Foram realizadas entrevistas individuais com os principais executivos das empresas citadas, através de questionários semi-estruturados não-disfarçados.

(RESULTADOS) No segmento de modas, as empresas desenvolvem pesquisas para introduzir novos produtos para as próximas estações baseado nas tendências internacionais. Os preços são definidos com base nos custos de produção e na renda do consumidor. No segmento de calçados, os serviços oferecidos resumem-se no atendimento diferenciado e nos preços acessíveis. A principal ferramenta de promoção de vendas é o cartão da loja com descontos e com taxa de juros menor que os da concorrência. No segmento de supermercados, as marcas próprias são direcionadas para o consumidor de baixa renda com preços mais baixos. As formas de pagamento oferecidas são: dinheiro, cartão de crédito, cheque e cartão proprietário. No segmento de móveis e eletrodomésticos, os serviços são: Cartão fidelidade; Empréstimos e Consórcios, sem consultar o SPC. O preço variável tornou-se a tática mais utilizada. As reduções de preços ocorrem diariamente, envolvendo uma margem de 5 a 10 produtos. As lojas apresentam uma fachada com boa visibilidade e iluminação. No segmento de ótica: os departamentos são classificados por lentes e armações; as marcas e modelos, as categorias. As reduções de preços ocorrem em períodos festivos. O material sensorial mais utilizado é o cartaz com preços destacados. As vitrines são transparentes e com boa iluminação. No segmento de farmácias, as entregas gratuitas e convênios com aposentados são serviços que facilitam a aquisição de produtos por aqueles que não possuem cartão de crédito. Não é permitido fazer a divulgação de medicamentos. A escolha do ponto-de-venda foi definida com base na proximidade de pessoas do local e dos concorrentes.

(CONCLUSÕES) Conclui-se que 89% das empresas têm marcas próprias, procuram fixar preços baixos e investem na qualidade de seus produtos. As lojas de móveis e eletrodomésticos costumam utilizar o valor das prestações como elemento de maior destaque. Para as lojas de calçados, de farmácias, de ótica, de móveis e de eletrodomésticos, a proximidade do concorrente é fundamental para a instalação de um novo ponto-de-venda, diferentemente das lojas de moda e de supermercados que se baseiam na proximidade com o cliente. As lojas dos segmentos de móveis, eletrodomésticos, moda e supermercados desenvolvem campanhas de propagandas de acordo com períodos festivos. 100% das lojas apresentam uma fachada com boa visibilidade. A conveniência oferecida pelo ponto-de-venda é a facilidade de acesso.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

ESTUDO DAS ESTRATÉGIAS DE MARKETING POLÍTICO UTILIZADAS PELO PARTIDO DEMOCRATAS NO RIO GRANDE DO NORTE

Ary Pacheco Alecrim Neto

Discente do Curso de Administração, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Ana Maria da Silva Souza

Docente do Curso de Administração, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) O marketing político hoje é uma ferramenta de grande importância que vem se consolidando cada vez mais, já sendo peça fundamental no processo eleitoral mundial. E traz como benefícios, no sentido candidato/eleitores, essencialmente as promessas e as vantagens de cada candidato juntamente com o seu partido e a sua linha de comunicação. Já no sentido oposto eleitores/candidatos, são os votos e as informações necessárias para chegar a eles de maneira mais eficiente utilizando-se de instrumentos lícitos. Hoje em dia o marketing é uma técnica poderosa, já que faz diferença entre ganhar ou perder uma eleição, afinal de contas ele é um conjunto de estratégias utilizadas na guerra pelo voto. Um político já não consegue viver sem uma boa assessoria de profissionais da área, pois o ferramental estratégico do marketing político pode fazer a diferença entre ganhar ou perder. Na atualidade, tais técnicas vêm substituindo os outros métodos que ficaram obsoletos, fato que pode ser observado através das fases história em que o diferencial entre ganhar e perder era simplesmente a opinião dos coronéis (CORONELISMO). O papel do partido político neste contexto está centrado na função de situar os seus filiados positivamente junto aos seus eleitores, comunidades, públicos especiais (como os jornalistas) e à própria opinião pública. Neste sentido este trabalho procurará identificar as estratégias de marketing político utilizadas pelo Partido Democratas (antigo Partido da Frente Liberal (PFL)) no Rio Grande do Norte.

(METODOLOGIA) O tipo de pesquisa a ser utilizado para desenvolvimento deste trabalho será o estudo de caso qualitativo. Segundo Yin (2002), “o estudo de caso é uma estratégia de pesquisa que tem um propósito explanatório, descritivo e causal. O estudo de caso é o preferido quando a questão da pesquisa e da forma “como” e por quê? e ele nasce da necessidade de entender um fenômeno social completo”. Para a condução do estudo de caso serão empregadas como fontes de evidências observações diretas e entrevistas com a utilização de um roteiro composto pelas questões de estudo. A unidade de estudo de caso objeto deste estudo será a Partido Democratas na cidade do Natal/RN.

(RESULTADOS) Espera-se ao final deste trabalho as fontes de evidências utilizadas como balizadoras da coleta de dados permitam um delineamento do perfil histórico do partido, a identificação das estratégias utilizadas pelo partido e análise do posicionamento atual do partido no Rio Grande do Norte.

(CONCLUSÃO) Conclui-se então que as estratégias de marketing político são de fundamental importância nos dias atuais e que o partido político exerce papel de fundamental importância para um candidato. O partido está para o candidato assim como a empresa está para o produto ou serviço, compreendendo um sistema que detém um conjunto de recursos para atingir os eleitores, destarte não existe candidato sem partido.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

ESTUDO DO COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR DOS PRODUTOS ALIMENTÍCIOS DE MARCAS PRÓPRIAS: UM ESTUDO DE CASO NA LOJA CIDADE JARDIM DO SUPERMERCADO NORDESTÃO NA CIDADE DO NATAL

Luciana Pereira do Nascimento

Discente do curso de Administração com Habilitação em Marketing, da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Fátima Cristina de Lara Menezes Medeiros

Docente do curso de Administração com Habilitação em Marketing, da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) Nesses últimos anos a indústria supermercadista, principalmente de médio e grande porte, está buscando estratégias para fidelizar o cliente. Os produtos de marcas próprias têm sido utilizados como ferramenta para a conquista e manutenção do público-alvo. As empresas localizadas em Natal, como em qualquer outra região do mundo, não ficaram imunes a essas transformações. Este trabalho vem, portanto, estudar como o consumidor percebe e avalia os produtos alimentícios de marcas próprias de uma grande empresa varejista local: o Supermercado Nordestão. Entende-se esses produtos como desenvolvidos e vendidos com exclusividade por uma determinada organização varejista (com ou sem o nome da empresa). Será aprofundado os estudos dessa temática uma vez que, é um fenômeno recente e ainda pouco estudado no Brasil, existindo assim uma necessidade de desvendar o comportamento do consumidor que adquire esses produtos no país. Desta forma, o objetivo deste trabalho é identificar quais os hábitos de compra do consumidor de produtos alimentícios de marcas próprias que freqüentam a loja Cidade Jardim do Supermercado Nordestão na cidade do Natal/RN.

(METODOLOGIA) A metodologia aplicada foi do tipo exploratória e descritiva, através de um estudo de caso. Para obter as informações necessárias, foi aplicado um questionário estruturado com 22 perguntas fechadas. A amostra envolveu 10% do universo em estudo, tendo 8% de erro e com o grau de confiança de 95%. O tratamento dos dados foi realizado mediante o software do Excel.

(RESULTADOS) Quanto ao perfil do consumidor de marcas próprias, os dados revelam que 61% são mulheres as que mais compram esses produtos, com faixa etária entre 25 e 34 anos (38%), com renda familiar de até R\$ 1.000,00 (47%), sendo que 40% dos entrevistados têm curso superior, são casados ou vivem com companheiro (a) (48%). A família é composta por 3 membros (40%) e vão ao supermercado mensalmente (60%). Quanto aos hábitos de compra percebe-se que 58% dos consumidores afirmaram que quando adquirem produtos alimentícios de marcas próprias substituem pelos produtos tradicionais que compravam anteriormente, isso demonstra que esse público se torna fiel ao segmento. Por outro lado, 50% das pessoas que compram os mesmos produtos e não gostam experimentam outros tipos de produtos da mesma cadeia. De certa forma, para outro grupo que resolve adquirir os produtos citados e ao experimentaram não obtém um grau elevado de satisfação, o resultado gera a dissonância cognitiva. Quanto aos produtos de primeira necessidade, verifica-se que o feijão (20%) foi o produto mais indicado pelos consumidores pesquisados. O preço acessível (27%) é a principal razão que levam as pessoas a comparem esses produtos e o encarte (20%) é o tipo de mídia utilizado na busca de informação. Os principais atributos que levam o consumidor a comprar na loja Cidade Jardim são: preço (56%) e qualidade (48%), garantia (45%), credibilidade (55%), variedade (55%), benefícios (48%), visualização no ponto de venda (38%) e a embalagem (31%).

(CONCLUSÃO) Em um mercado competitivo como o atual, onde a globalização eliminou as barreiras geográficas, a capacidade de diferenciar os produtos e serviços dos concorrentes passa a ser algo fundamental para o sucesso de uma empresa. E, para alcançar essa diferenciação as empresas estão investindo tempo e recursos no desenvolvimento de marcas próprias com propósito de inovar e atingir a lealdade dos consumidores. Assim, realizar estudos do comportamento do consumidor muito contribuirá para que a empresa esteja atenta com os hábitos, desejos e expectativas visando a satisfação e a fidelização do cliente.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

ESTABELECENDO UM SISTEMA DE CODIFICAÇÃO DE MATERIAIS ASSOCIADO AO CONTROLE DE ESTOQUE: O CASO DA JULIANA MODAS

Juliana Mara Cordeiro de Oliveira

Discente da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Fabrcia Abrantes Figueiredo da Rocha, M. Sc.

Docente da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) Em tempos não tão distantes, a Administração de Materiais não era vista com tanta prioridade, sobretudo para as pequenas empresas. Estoque era sinônimo de lucro. O controle era algo sem importância. Entretanto, com as mudanças presentes no mercado todo este pensamento sofreu alterações: gerenciar estoque passou a ser fator essencial, considerando o estabelecimento adequado dos seus níveis. O presente trabalho teve como objetivo geral a avaliação dos processos de controle de estoque praticado na Juliana Modas, com o intuito de poder padronizar os processos de recebimento, controle e programação de suprimento, enfocando, inclusive o planejamento das mercadorias conforme o fornecedor, já que é uma necessidade da empresa.

(METODOLOGIA) A pesquisa considerada como um Estudo de Caso, de natureza descritiva, apresentou como área de abrangência a Administração de Materiais, focando os subsistemas de recebimento, controle e suprimento físico. Para tanto, abrangeu basicamente as proprietárias da empresa e as funcionárias que lidam com a venda e entrega de mercadorias para a equipe de vendas. No levantamento de dados foram usadas as técnicas de observação direta do ambiente, mediante o acompanhamento do fluxo da mercadoria desde o momento de sua chegada, conferência e posterior armazenamento até a programação do pedido de compra; análise documental, mediante consulta a registros das mercadorias em termos de entradas e vendas realizadas; e entrevistas informais, realizadas junto as proprietária para identificar suas percepções, bem como poder definir ações em conformidade com as possibilidades da empresa.

(RESULTADOS) O diagnóstico situacional desenvolvido na empresa destacou que o fluxo de materiais não apresenta nenhum registro formalizado. O mix de produtos comercializado é bastante significativo, destacando a presença de mercadorias diferenciadas por fornecedor, o que é prioridade no desenvolvimento do controle. Assim, a partir dos registros manuais, se fez um levantamento dos itens circulantes, promovendo a definição de uma codificação baseada no sistema decimal. Em seguida, foi padronizado o processo de recebimento da mercadoria, em termos da conferência e associação ao código, seguido da alimentação do estoque. A programação de suprimento físico obedeceu a previsão com base nos segmentos de produtos, usando o modelo dos mínimos quadrados, considerando também a particularidade do fornecedor, também associada ao conceito da Curva Dente de Serra, mediante estabelecimento do ponto ideal de ressuprimento.

(CONCLUSÃO) A Juliana Modas, apesar de ser uma pequena empresa, apresenta uma atuação intensa, repercutindo na diferenciação de produtos existentes e os valores associados, sobretudo quanto aos fornecedores. Além do mais, seu ramo de atividade conta com produtos que apresentam ciclo de vida pequeno, influenciado por tendências, variando modelos, cores, por exemplo. O processo proposto é simples, podendo ser implementado através de simples planilhas executadas no aplicativo Excel. Este, por sua vez, abrangeu a adoção de um sistema de codificação, o que é algo prioritário para a política adotada na empresa, incorporando maior precisão ao controle das mercadorias diante de sua entrada e distribuição. A definição do modelo de previsão de demanda também foi outro ganho significativo, pois o planejamento de compras será baseado em uma metodologia definida, que tende a acompanhar a tendência de evolução de consumo. Dessa maneira, a organização passará a adotar um planejamento do suprimento físico, repercutindo na redução de custos, identificando os itens mais representativos na sua linha de atuação.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

ANÁLISE DE MELHORIA NA LOGÍSTICA DE ENTREGAS DE CORRESPONDÊNCIAS PARA A POTIGUAR ACC

Casimiro Batista dos Santos Neto

Discente do Curso de Administração de Empresas, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Fabrcia Abrantes Figueiredo da Rocha

Docente do Curso de Administração de Empresas, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) A logística possui uma ampla frente de trabalho. É aplicada quando no mercado, há uma necessidade de melhora no gerenciamento de algum processo. Hoje, toda e qualquer empresa necessita de alguma forma, aplicar a logística. No caso da Potiguar Administradora de Cartões de Créditos, vê-se uma real necessidade de sua aplicação não no gerenciamento de estoques, e sim, voltada para operações externas de suas correspondências, diga-se: faturas de cartões e cartões de créditos. O principal objetivo da utilização da logística nesse serviço é gerenciar e aplicar em todo o processo de entregas de correspondências da empresa, um planejamento, preparação operacional de equipe especializada e execução, visando realizar um processo cíclico de melhorias convergidos no cumprimento das metas, prazos e de qualidade. Tudo isso, para adequar a empresa num nível de serviço mais profissional. A pesquisa analisa o grau de satisfação dos clientes de 5 interiores do estado do RN, bem como 2 bairros da capital, Natal. A pesquisa será trabalhada para uma melhora significativamente qualitativa dessas entregas.

(METODOLOGIA) A pesquisa de levantamento dos dados coletados foi feita em pesquisa do tipo descritiva e exploratória na quantidade de 200 unidades de questionários aplicados. A margem de erro é de 4% e o questionário foi aplicado com questões semi-abertas; conforme esta estrutura a coleta de dados de pesquisa realizou um tratamento feito com tabulação de análises quantitativas e qualitativas, através de gráficos e tabelas que proporcionam a fácil compreensão das informações dos dados obtidos.

(RESULTADOS) A insatisfação dos clientes mediante a entregas de faturas dos seus cartões de créditos é identificada. Foi identificado que o fator data de postagem atrapalha na chegada das faturas na casa dos clientes, bem como a falta de comprometimento de alguns entregadores envolvidos. Também foi constatado que os clientes de “zonas rurais” (quando a pesquisa trata de interiores) possuem uma maior dificuldade de receber suas correspondências devido ao próprio acesso dos correios no local. Em relação ao perfil dos clientes foi constatado que se dividem em pessoas de faixa de média a baixa renda, com pouquíssimas pessoas de alta renda. Os níveis de escolaridade são baixos e a grande maioria são mulheres acima de 30 anos.

(CONCLUSÃO) Em se tratando de uma administradora de cartões de créditos, a Potiguar deve considerar que a qualidade dos serviços de entregas, principalmente, de faturas mantém em dia a receita da empresa e o bom relacionamento com investidores. Muitos clientes já são acomodados em não pagar suas dívidas, e quando essas não chegam nas datas programadas, os mesmos passam despercebidos e acabam não mais pagando. A qualidade desse serviço é ferramenta fundamental para atender com mais qualidade e eficiência os clientes e gerar um alto resultado para a Administradora.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

ANÁLISE DO SETOR VAREJISTA DE AUTOMÓVEIS SEMINOVOS EM NATAL

Marcos Paulo Costa Amaro

Discente da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Flávio Emílio Monteiro Cavalcante

Docente da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) O presente trabalho está sendo desenvolvido no setor varejista de automóveis seminovos na cidade do Natal, buscando apontar as melhorias que o setor necessita e os pontos negativos do ramo da economia em questão. Atento às necessidades do setor, o desenvolvimento desse estudo sobre as revendas de seminovos em Natal é de uma grande importância. O desenvolvimento do trabalho, mostra a fragilidade e, ao mesmo tempo, a dificuldade nos processos realizados dentro do sistema. A concorrência entre os empresários deste setor da economia potiguar é implacável e muito acirrada, buscamos nesse estudo, um aprofundamento no nível de competição entre eles, o potencial de barganha dos compradores, avaliaremos o risco de substituição do automóvel seminovo, a avaliação da força de negociação dos empresários e o nível da concorrência entre eles são processos introduzidos no contexto do trabalho.

(METODOLOGIA) O tipo de pesquisa escolhido, quanto ao seu objetivo; está sendo efetuada uma pesquisa qualitativa de âmbito exploratória descritiva. Corresponde a um tipo de pesquisa que disponibiliza para o entrevistador dados sobre as características do setor. No Universo, temos como a cidade do Natal/RN o local para pesquisar sobre o setor de automóveis seminovos, na Amostra, as lojas sindicalizadas foram privilegiadas para efetuação da pesquisa.

O instrumento de coleta de dados, a Entrevista será a única forma escolhida, onde promove para o entrevistador uma descrição completa da empresa.

(RESULTADOS ESPERADOS) Diante das entrevistas elaboradas, junto aos proprietários das revendas, espero identificar através dos empresários o risco de entrada de novos concorrentes, conseguiremos investigar o potencial de barganha dos clientes diante das respostas dos lojistas com relação a eles, À avaliação do risco de substituição do automóvel seminovo diante do mercado consumidor de Natal, com o andamento das entrevistas espero também analisar o poder de negociação dos empresários do setor varejista de seminovos e classificar o nível de concorrência entre os empresários deste setor.

(CONCLUSÃO) Após o fim deste trabalho acadêmico, esperamos apresentar para os investidores do setor varejista de automóveis seminovos de Natal, uma melhoria significativa para o setor como: Alterações nos processos, uma visão mais aprofundada do cliente em relação ao veículo seminovo e o risco sofrido pelo empresário no mercado. Para quem desenvolve o projeto, será de tamanha importância na carreira, no quesito aprendizado e acima de tudo como conhecimento para desenvolvimento de novos projetos. Particularmente, a importância desse trabalho terá frutos incontáveis, pois só tenho a aprimorar com o mesmo.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

LABORATÓRIO VIRTUAL DE MATEMÁTICA: UMA APLICAÇÃO DA COMPUTAÇÃO GRÁFICA AUXILIANDO NO ENSINO DE FIGURAS SÓLIDAS GEOMÉTRICAS

Yane de Andrade Ramalho

Discente do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Luiz Gonzaga Damasceno

Docente do curso de Sistemas de Informação da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) A computação gráfica tem se desenvolvido ao longo dos anos, desde a criação de interfaces gráficas até a criação de animações em jogos e em simulações e visualizações de processos utilizados na indústria. Atualmente um dos recursos da Computação Gráfica utilizada é a Realidade Virtual. Recurso esse, que pode ser utilizado por diversas áreas do conhecimento inclusive na educação. O desenvolvimento de softwares educacionais se faz necessário para atender as demandas surgidas com a informática na educação. Partindo do princípio de que o uso da informática na educação possa tornar as aulas mais estimulantes e prazerosas para os alunos, é que se pretende desenvolver um Laboratório Virtual utilizando os recursos da Computação Gráfica, na área da educação matemática, especificamente na geometria, no caso: as figuras sólidas geométricas para o nível de ensino fundamental I, atingindo os 4º e 5º anos, tendo como base teórica as teorias da aprendizagem junto com as recomendações do PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais).

(METODOLOGIA) Este estudo pretende analisar o Laboratório virtual de Matemática desenvolvido em relação as dificuldades que podem ser encontradas na criação deste laboratório, através das ferramentas utilizadas. Para isso utilizou-se da pesquisa exploratória, quanto aos objetivos, da pesquisa aplicada quanto à natureza e bibliográfica quanto aos procedimentos técnicos, com a finalidade de gerar conhecimentos para aplicação no desenvolvimento de um laboratório virtual e na informática educativa no ensino fundamental I, através da pesquisas de diferentes autores que abordam o tema.

(RESULTADOS) Até o presente momento o estudo mostra que o desenvolvimento do laboratório virtual através da ferramenta 3D Studio Max 8.0 é primordial, para a sua construção. Porém em sua execução a ferramenta que proporciona um resultado melhor é o VRML. Isso se deve a não exigência de equipamentos de hardware mais potentes que se exige com a ferramenta 3D Studio Max. E como se deve levar em consideração, que este laboratório deve atender escolas tanto públicas e particulares, que nem sempre dispõem de computadores com grandes recursos de hardware, o VRML se faz necessário, por garantir a sua execução sem problemas em máquinas que tenham o mínimo de configurações.

(CONCLUSÃO) Pode-se concluir que o desenvolvimento de um laboratório virtual deve-se levar em consideração além das teorias educacionais vigentes da área que se pretender desenvolver, o que incluem, o conhecimento do conteúdo envolvido e a observância dos PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) para se adequar ao nível de ensino que se pretender trabalhar. A observância das configurações de computadores necessárias para que um laboratório virtual funcione nas máquinas as quais estão disponíveis nas escolas deve ser levado em consideração.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

O SISTEMA DE INFORMAÇÃO UTILIZADO PARA PRODUZIR SERVIÇOS E GERAR RESULTADOS: UM ESTUDO DE CASO DE UMA EMPRESA DE INFORMÁTICA

*Alcimar de Souza Cortez
Adriano Nascimento Matias da Costa
leggo Magnum da Silva Nascimento
Maria Carolina Queiroz Tassi
Marcela Menezes*

Discente do Curso de Administração, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN.

*Carlos Eduardo Marinho Diniz
Ana Maria da Silva Souza
Fabio Costa Ferrer
Sandely de Araújo Fernandes*

Docente do Curso de Administração, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN.

(INTRODUÇÃO) O sucesso de uma empresa depende também da gestão do fluxo adequado e da rapidez com que as informações são processadas e tratadas. Em todos os níveis – do operacional ao estratégico – o acesso aos dados precisos e de forma dinâmica faz com que uma organização alcance seus objetivos. Com esta tendência uma empresa que presta serviços de informática para outras organizações, auxiliando estas a fazerem bom uso de um sistema de informação, não poderia deixar de dar um bom exemplo no uso do mesmo. Desta forma analisou-se os processos, desde o atendimento ao cliente até o pós venda, identificando e avaliando como um sistema bem definido aliado a um software adequado, faz a produção, seja de bens ou de serviços, fluir com maior facilidade. Da mesma forma que se produz com eficiência, se faz necessário obter resultados qualitativos e quantitativos e nada mais oportuno, tanto no controle de qualidade, quanto na gestão financeira do que um sistema de informação bem definido que apresente os dados gerenciais e estratégicos com precisão e rapidez para que, comparando-se aos objetivos ora traçados, o administrador possa tomar decisões em relação ao futuro da empresa, não com base no “achismo”, mas sim a partir de informações coletadas, tratadas e comparadas com dados anteriores.

(METODOLOGIA) Trata-se de um estudo exploratório de campo. Para se atingir os objetivos deste trabalho, foi realizado um levantamento e análise dos softwares e dos processos utilizados no sistema de informação da empresa. Também fez-se uso de questionários contendo perguntas abertas e fechadas, aplicados aos responsáveis pelos principais processos e ao administrador da empresa, para tabular e analisar esses dados obteve-se o auxílio do Microsoft Office Excel.

(RESULTADOS) De posse dos resultados dos questionários aplicados aos colaboradores da empresa e da análise dos softwares e dos processos do sistema de informação da organização. Foi feito as seguintes observações: a comunicação entre empresa e cliente flui, fazendo com que a informação passada por este, chegue aos colaboradores auxiliando os mesmos na execução dos serviços; o sistema de informação facilita a gestão financeira, demonstrando os resultados financeiros em tempo hábil aos gestores, facilitando as análises necessárias de forma rápida e precisa; dentro dos processos de produção dos serviços existe um controle de qualidade, tarefa difícil em se tratando de serviços, e pesquisas de satisfação dos clientes, ferramentas esta usada para avaliar os resultados qualitativos da empresa e dos colaboradores; e que os processos de produção são bem definidos deixando bem claro para colaboradores e aos clientes, pois este último, na maioria das vezes também participa dos processos, como e quando deverá ocorrer cada etapa dos mesmos.

(CONCLUSÃO) Durante as análises observou-se que a empresa poderia ampliar os serviços prestados na implantação dos sistemas de informações dos clientes, como por exemplo: oferecendo consultoria empresarial na melhoria dos processos. E chegou-se à conclusão que a empresa estudada tem uma produção eficiente e uma gestão financeira direcionada sempre a buscar os melhores resultados, graças à implantação e uso de um sistema de informação eficiente e adequado às necessidades da empresa, e que na atualidade as empresas que não tomarem este rumo sempre terão mais dificuldades em obter sucesso almejado.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

O SUCESSO DAS EMPRESAS ATRAVÉS DE UMA AVALIAÇÃO SISTÊMICA SOB A ÓTICA DA PRODUÇÃO, FINANÇAS E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO: UM ESTUDO DE CASO DA EMPRESA NV

Juliana Duarte Da Costa Batista

Raissa Mayhara Oliveira

Taíza Duarte Da Costa Batista

Discentes do Curso de Administração com Habilitação em Marketing da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Ana Maria da Silva Souza

Carlos Eduardo Marinho Diniz

Fabio Costa Ferrer

Sandely Fernandes de Araújo

Docentes do Curso de Administração com Habilitação em Marketing e Ciências Contábeis da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) A utilização de ferramentas financeiras, de produção e sistema de informação, geram informações contribuintes para a tomada de decisões na gestão das organizações. Entretanto, percebe-se em alguns casos que os profissionais de administração pouco tem se utilizado dessas ferramentas. Baseado nesta constatação é realizado um estudo de caso numa empresa do Nordeste do Brasil, que esta há mais de vinte anos no ramo ótico, a qual foram coletados dados sistêmicos. A mesma é uma empresa familiar que conta com quarenta funcionários e quatro filiais e estão distribuídas na localidades: Mid Way Mall, Natal shopping e no centro da cidade. Os seus proprietários são devidamente qualificados para o ramo exercido formados em: Contatólogos e Optometristas. Os produtos oferecidos são: Óculos, Lentes, lentes de contato e Relógios, Já os serviços oferecidos são a fabricação de armações em aço cirúrgico e em ouro e fabricação de alianças em ouro e prata. A presente pesquisa pretende identificar possibilidades de ações que vislumbrem o sucesso, sob a ótica dos conteúdos elencados acima.

(METODOLOGIA) A pesquisa, de caráter exploratório e bibliográfico, objetiva fazer uma varredura sobre todos os aspectos da empresa, analisando-a e dando recomendações para melhorar o seu funcionamento. A mesma foi realizada através de uma coleta de dados, utilizando uma seqüência de perguntas realizada com o proprietário da empresa, onde constaram 50 questões abertas, analisadas pelos orientadores do trabalho, abordando perguntas sobre o setor financeiro, setor de produção e sistema de informação da empresa.

(RESULTADOS) As lojas filias do mid way mall e natal shopping estão com seu layout mal elaborado, onde encontra-se com o caixa na posição errada, assim dificultando o atendimento dos clientes. A empresa NV atende todas as classes sociais e trabalha com dois tipos de pagamento, entre eles, em espécie e com cartão de credito. A mesma tem um relacionamento direto com seus fornecedores assim permitindo que a demanda não deixe de ser atendida prontamente. O sistema de informação e tecnologia é utilizado para a execução das atividades operacionais e processo de tomada de decisão gerencial das áreas funcionais da empresa sendo um sistema que aborda a parte de cadastro, financeiro e estoque. O sistema de informação não está interligado com as outras filiais assim demorando no atendimento e na troca de informações de uma loja com a outra.

(CONCLUSÕES) Após uma análise minuciosa dos dados coletados percebe-se que a empresa necessita no setor financeiro, de um plano de crediário para aumentar seu mix de forma de pagamentos. Já no setor de produção nota-se uma má elaboração no layout da loja do Mid Way e Natal Shopping, onde necessita de uma mudança na posição do caixa, que se encontra de lado para o cliente, é preferencial que se posicione de frente para o cliente, fazendo com que o funcionário de mais atenção ao cliente. No setor de sistema de informação da empresa, percebe-se que é bem sistêmico, havendo uma necessidade das lojas estarem interligadas uma as outras, Propõe-se que a empresa utilize a intranet (é uma rede privada de computadores baseada nos padrões de comunicação da Internet. É uma versão reduzida da Internet que somente os membros de uma organização poderiam ter acesso), devido à empresa obterá um maior controle sobre todos os setores e ser mais ágil no seu atendimento. A aplicação da teoria à uma realidade prática permite que o desempenho da formação superior se consolide numa eficaz proposta. Quanto a empresa estudada, embora pareça contraposição de palavras, mas a ótica na ótica, permitiu que houvessem propostas de maximização de resultados.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

OTIMIZAÇÃO DO PROCESSO DE SUPRIMENTO FÍSICO: UM ESTUDO DE CASO NA CASA DE SAÚDE SÃO LUCAS

Adriano Macedo dos Santos

Discente do Curso de Administração com Habilitação em Marketing, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Fabírcia Abrantes Figueiredo da Rocha

Docente do Curso de Administração com Habilitação em Marketing, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) As empresas preocupadas com o mercado mais competitivo e exigente imprimiram um avanço significativo no seu processo logístico. Dessa maneira, em resposta a essas exigências as organizações têm-se mostrado mais ágeis e flexíveis. Para as unidades hospitalares o comportamento logístico do mercado globalizado vem influenciando cada vez mais a evolução na qualidade de serviços e para a manutenção desse processo, as empresas de saúde, especificamente hospitais, têm que forçadamente investir nesta área, buscando redução de custos operacionais passando das solicitações das compras, recebimento, armazenagem, controle de estoques até distribuição física ao consumidor final.

(METODOLOGIA) A caracterização da pesquisa é evidenciada por sua natureza descritiva devendo ser visto como um Estudo de Caso, em face de abordagem de um aspecto específico da Casa de Saúde São Lucas, de forma que a percepção deste estudo mostre-se de maneira adequada à formulação técnica. Considera-se a presença importante do método de pesquisa descritiva pelo fato de correlações existentes entre variáveis, de maneira a consentir explícita a boa explicação da análise processo de aquisição. Dados secundários serão os utilizados no estudo por se manterem de forma mais disponíveis na organização. Estes sendo arquivos, relatórios e índices como dados mensuráveis para análise e colocação de informações complementares as propostas traduzidas como de efeito positivos na mudança do processo atualmente desenvolvido na organização.

(RESULTADOS) Nas organizações hospitalares, um dos maiores desafios está em atender adequadamente às necessidades da instituição. No entanto, como atender logisticamente de maneira eficaz os serviços diversos de apoio, como farmácia, hotelaria, higienização, nutrição e dietética, lavanderia e manutenção? Para alcançar esses resultados, os processos devem ser executados com agilidade, usando Sistemas de Informação, os quais envolvem equipamentos, softwares e treinamento, maximizando a gestão administrativa de controles de estoques, compras e finanças, e estruturando todo o processo logístico. Portanto, diante da problemática evidenciada no processo logístico da Casa de Saúde São Lucas, a Instituição deverá acionar a Seção de Compras para maior integração com a Seção de Logística e Almoxarifado, tendo em vista a ausência de retroalimentação das informações das aquisições, sendo: ordem de compras, previsão de ressuprimento, avaliação da qualidade dos fornecedores e produtos (mat./méd.), ainda no período de pré-aquisição. Objetivando fornecer melhoria contínua em todos os processos interdependentes ao processo de aquisição, com o fornecimento de materiais na qualidade especificada e no prazo necessário, a um preço justo, para o funcionamento ou manutenção da Unidade Hospitalar.

(CONCLUSÃO) Aos tempos atuais, muitas transformações na parte de processos hospitalares ocorreram. Então, a Casa de Saúde São Lucas apresenta-se em um processo de melhoria contínua, preocupada sempre com a modernização de suas instalações, equipamentos de alta tecnologia, profissionais altamente qualificados, logo se tornando dessa forma, referência de qualidade na assistência à saúde para a comunidade potiguar. Prontamente, a revisão do Processo de Aquisição, temática principal do estudo, tem uma importância significativa para a Casa de Saúde São Lucas, face o seu comprometimento no atendimento de solicitações dos setores internos, possibilitando cumprir a fundamentação do pronto atendimento humanizado, mantendo recursos e materiais necessários para o atendimento imediato, contínuo e ininterrupto ao paciente, e ainda, uma ótima análise de indicador de desempenho, para o acompanhamento da eficácia do Sistema de Gestão de Qualidade.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

PLANO DE NEGÓCIOS: ANÁLISE DE VIABILIDADE PARA A IMPLANTAÇÃO DE UMA PIZZARIA EGÍPCIA

Adriano Aquino

Luciane Lara

Tâmara Calaça

Discentes do Curso de Administração de Empresas, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Carlos Eduardo Marinho Diniz

Docente do Curso de Administração de Empresas, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) Este plano de negócios tem como finalidade estruturar as principais concepções e alternativas para uma análise correta de viabilidade de uma Pizzaria. Empresa com o propósito de proporcionar o diferencial, a princípio no mercado Natalense, disposta a desafiar os encaixos do mercado consumidor de forma a disponibilizar o que há de melhor em alimentação aos seus clientes, num ambiente de competência, hospitalidade e respeito às particularidades de seus consumidores. Um empreendimento com intenção de implantação de uma Pizzaria Egípcia, cujo objetivo é expor à sociedade a verdadeira origem da pizza, chamada pelos egípcios de “piscea”, e de proporcionar a comercialização de pizzas com sabores e formatos diferenciados, além de, fornecer um ambiente temático associados à cultura egípcia, como uma opção de entretenimento. O Objetivo Geral do resumo é de verificar os aspectos de viabilidade da implantação de um novo empreendimento do ramo alimentício e de entretenimento, que oferecerá opções tradicionais, e exóticas de pizzas da culinária egípcia. Para a verificação deste objetivo geral, o estudo apresentou como Objetivos Específicos: Identificar o público que a pizzaria apresentará como alvo e o potencial de vendas que poderá alcançar. Verificar a localização e instalação da pizzaria mais adequada para a sua realização. Realizar pesquisas de fornecedores mais apropriados para o fornecimento de matérias-primas que contenham melhores qualidades de materiais e preços compatíveis com o mercado. Identificar quantos concorrentes a pizzaria contém. Descrever os desenhos de cargo de cada colaborador que a pizzaria precisará para a realização de seus serviços. Averiguar quais as formas, tempos e custo de produção que a empresa necessitará para a realização de suas tarefas. Analisar os investimentos que a pizzaria precisará para sua implementação, e analisar futuros faturamentos da empresa com seus respectivos custos fixos e variáveis de produção, para a verificação de sua viabilidade.

(METODOLOGIA) Diante dos objetivos gerais e específicos apresentados, a pesquisa de mercado abrangeu análises quantitativas e qualitativas. Foram realizadas pesquisas exploratórias, junto ao IBGE, com o propósito de verificar a população do público alvo da pizzaria, as classes sociais “A”, “B” e “C” do bairro de Nova Panamirim de Parnamirim - RN, e dos bairros da Região Sul de Natal – RN, além do público de turistas. Com esses dados, foi possível encontrar o potencial de mercado que a pizzaria alcançará. Foi realizado, também, um levantamento da quantidade de concorrentes que a empresa terá para encontrar seu potencial de vendas. Além disso, realizou-se uma análise de localização nos bairros de interesse para a implantação do empreendimento. Na pesquisa entre cinco fornecedores e concorrentes, obteve-se um diagnóstico de suas qualidades de prestação de serviço e seus preços de vendas de matéria-prima e de pizzas, respectivamente. Foi verificado, também, o tempo de produção das pizzas e seus respectivos custos, com análises experimentais. E, junto a esses dados, identificou-se o faturamento futuro da empresa, em um período de seis meses, a partir da sua entrada no mercado.

(RESULTADOS) Após a realização das pesquisas, o plano obteve resultados favoráveis para a implantação da pizzaria. Foi constatado, que a pizzaria possuirá um potencial de vendas que proporcionará um faturamento na qual ultrapassará os custos operacionais e fixos da empresa, e obterá o retorno dos seus investimentos em um prazo favorável para os sócios.

(CONCLUSÃO) Os resultados das pesquisas realizadas para a análise de viabilidade de uma pizzaria egípcia, indicam que, esse novo empreendimento será viável, não só pelo retorno dos investimentos que os sócios obterão, mas também, por ser um novo projeto de culinária e de entretenimento no mercado Natalense, que proporcionará a entrada de distintos prazeres aos consumidores, que ingressarão na busca deste novo ramo de atuação.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO PARA O INSS NA CIDADE DO NATAL

Phelipe Matheus Câmara

Eufrásio Ferreira de Melo

Discentes do Curso de Administração com Habilitação em Marketing, Faculdade Natalense para Desenvolvimento do RN

Jannes Valente

Docente do Curso de Administração de Empresas, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) Os serviços públicos, propriamente ditos, são aqueles prestados diretamente à comunidade pela administração, depois de definida a sua essencialidade e necessidade. Assim são privativos do Poder Público, ou seja, só a Administração Pública deve prestá-los. Os serviços hoje em dia prestados pelos órgãos públicos não possuem uma imagem positiva perante a sociedade natalense devido à falta de compromisso dos seus funcionários, tornando assim um serviço carente. Para isso sugerimos ao INSS - Centro aplicar estratégias de marketing, para resgatar imagem positiva da instituição, podendo ser desenvolvida para sociedade afim de trazer uma maior comodidade e satisfação. A questão problema da pesquisa foi quais ações o INSS deve promover para estabelecer uma imagem de instituição com aprovação e credibilidade pela sociedade natalense? A importância desse estudo é apresentar possibilidades de mudanças que podem ocorrer na imagem do INSS perante a sociedade.

(METODOLOGIA) A pesquisa está situada no campo da abordagem qualitativa. Nessa perspectiva a descrição é utilizada como suporte para a sistematização da pesquisa. Os instrumentos de coleta utilizados foram questionários, com questões objetivas abertas e fechadas, observação, pesquisa bibliográfica e pesquisa virtual. Os sujeitos colaboradores da pesquisa foram 115 segurados que freqüenta a instituição. Nas amostras, 80 pessoas apresentam-se como segurados da zona urbana e 35 se constituíram como segurados da zona rural. Os dados coletados foram tabulados e apresentados em tabelas e gráficos, ressaltando-se, utilizando os instrumentos de Word e Excel e também incluiu técnicas estatísticas descritivas como médias e porcentagens.

(RESULTADO) Através da análise dos dados coletados a partir dos questionários, ficou ratificado que existe uma imagem negativa na opinião de boa parte dos segurados sobre agência centro do INSS - Natal. Isso fica evidente na análise dos questionários realizados sobre a instituição. Em verdade 66% consideram o atendimento prestado pelos funcionários da agência Natal - centro positiva e 34% a consideram negativa. Da mesma forma quanto à questão da imagem da instituição, ficou constatado que 37% consideram uma Instituição com imagem positiva, em contraposição a 31% que o consideram deficitário, enquanto 32% não souberam responder.

(CONCLUSÕES) A partir dos dados coletados na pesquisa é possível considerar que existe um demora muito grande para os segurados serem atendidos, sem contar que ainda existe o tempo de atendimento dos guichês, causando uma espera muito grande, trazendo assim a insatisfação dos segurados. Um dos dados que chama mais atenção é que 37% consideram uma Instituição com imagem positiva, em contraposição a 31% que o consideram com uma imagem negativa, enquanto 32% não souberam responder, uma parcela altíssima dos entrevistados. Analisamos que o INSS é setor público federal que também sofre um grande problema que é falta de investimento, tornando assim os serviços prestados carente fazendo com isso mais uma instituição pública com uma reputação negativa perante a sociedade. É preciso de atenção do governo para que a instituição possa presta serviços de qualidade, satisfazendo os segurados e conseqüentemente atingir o êxito que é uma imagem positiva do INSS.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO: UM ESTUDO DE CASO NO SETOR ADMINISTRATIVO DA EMPRESA PLANC ENGENHARIA

Andréa karla Nunes

Discente do Curso de Administração de Empresas, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Flavio Emilio

Docente do Curso de Administração de Empresas, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) O trabalho hoje em dia ocupa um espaço muito importante na vida de uma pessoa, na verdade, ele possui importante valor em uma sociedade capitalista como a nossa, por isso, as pessoas começam a trabalhar cada vez mais jovens. A nossa relação com o trabalho tem algo bastante conflitante, pois ele passa de indesejável, fardo pesado, que impede de viver, a algo que dá sentido, eleva o status e define identidade pessoal. Em decorrência desta situação a deterioração da qualidade de vida promove o surgimento de novas doenças como o estresse, a utilização crescente de drogas e o consumismo exagerado. Por esses motivos, o tema qualidade de vida no trabalho vem ganhando destaque, sendo cada vez mais discutido, pois é oportuno para compreender melhor esse fenômeno social, possibilitando também adquirir conhecimentos sobre o assunto, já que, a exigência de eficácia por parte das organizações e crescente, e a conscientização do trabalhador, tem levado a constantes reivindicações no sentido de um trabalho mais humano e compensador. O estudo de caso analisou o grau de qualidade de vida no trabalho do setor administrativo da empresa Planc Engenharia Cosnt. e Incorp. Ltda, com o objetivo de detectar causas e efeitos, propondo meios e métodos para uma estruturação no tocante a esta questão.

(METODOLOGIA) Este estudo de caso foi realizado coletando-se informações a respeito do setor Administrativo da Empresa Planc Engenharia, com pesquisa do tipo exploratória e descritiva. O universo da amostra foi composto pelos funcionários do setor Administrativo, num total de 13 pessoas e os instrumentos de coleta utilizados foram: questionário, observação direta e entrevista não estruturada. Desta forma o tratamento das informações foi realizado com a tabulação da análise qualitativa e quantitativa e através de gráficos que aprestaram fácil compreensão dos dados obtidos.

(RESULTADOS) Diante dos indicadores econômicos, políticos, psicológicos e sociológicos captados no setor Administrativo da Empresa Planc Engenharia, foram detectados tanto deficiências extremas, quanto fatores que potencializam um nível satisfatório de QVT (Qualidade de Vida no Trabalho) neste ambiente. Os indicadores econômicos tais como: remuneração indireta, quantidade de horas trabalhadas e condições físicas do ambiente, apresentaram 6,20 pontos positivos; numa escala de 0 a 7 pontos para excelente, assim como, o indicador político que também demonstrou boa pontuação, onde podemos citar o item cargo de acordo com a habilidade valorizado pela empresa. Entretanto, os itens realização pessoal com o trabalho e segurança quanto a demissões e carreiras, foram avaliados como insatisfatórios, pontuando -4,01 e -4,00 respectivamente, para escala de péssimo que vai até -7,00 pontos negativos, dado importante que mina a concepção de QVT para este setor. Sabe-se que a qualidade de vida no trabalho também é influenciada por fatores isolados, neste caso os indicadores psicológicos e sociológicos, tais como: tomada de decisão com -5,01 pontos negativos, oportunidade de crescimento com 4,88 pontos positivos e integração organizacional com -5,00 pontos negativos demonstram esta realidade. Através dos indicadores estudados e as informações obtidas podemos chegar às diretrizes que dão os resultados para a investigação do grau de QVT (qualidade de vida no trabalho) no setor administrativo da Empresa Planc, que é o objetivo principal deste estudo e detectar os principais fatores que o afetam analisando suas causas e propondo soluções.

(CONCLUSÃO) Toda empresa precisa analisar seu funcionamento no tocante ao capital intelectual. Hoje aperfeiçoamento profissional não esta indiviso de realização pessoal, produtividade, e competitividade de mercado. A QVT (qualidade de vida no trabalho) auxilia a organização num constante melhoramento quando proporciona ao funcionário (ferramenta importante para o sucesso da empresa) qualidade de vida. Ignorar esta realidade é retroceder para os primórdios da revolução industrial. Não há futuro para empresa que não se abrir para a inserção na QVT, pois as empresas são feitas de seres humanos que precisam estar bem para produzir, ou seja, gerar lucro.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO: UM ESTUDO NO BANCO PANAMERICANO – FILIAL NATAL

Giselda Patricia de O. S. Cocentino

Discente do Curso de Administração de Empresas, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN.

Flávio Emílio M. Cavalcanti

Docente do Curso de Administração de Empresas, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN.

(INTRODUÇÃO) A qualidade de vida é uma tendência que só recentemente tem sido aplicada à situação de trabalho. Passou a ser um meio para alcançar o engrandecimento do ambiente de trabalho e obtenção de maior produtividade e qualidade do seu resultado, sendo hoje vista como um conceito global e como forma de dimensionar tais fatores, adotando filosofia e métodos para uma maior satisfação do trabalhador em sua atividade profissional. A pesquisa analisou o grau de Qualidade de vida no trabalho da Filial Natal do Banco PanAmericano.

(METODOLOGIA) Diante do problema de pesquisa foram entrevistados todos os 37 colaboradores da Filial Natal, o que caracterizou a pesquisa como censitária, pois, abrangeu o universo total de sujeitos. Foi uma pesquisa exploratória/ descritiva, onde os instrumentos utilizados foram à observação direta e o questionário, compostos por questões abertas e fechadas. Os dados foram tratados de forma qualitativa e quantitativa, apresentados de forma estruturada, para uma análise mais aprofundada do objeto em estudo.

(RESULTADOS) Quanto à análise do grau de Qualidade de Vida no Trabalho dos colaboradores do Banco PanAmericano da Filial Natal, observou-se que o colaborador tem as suas expectativas correspondidas no que diz respeito às relações interpessoais; as políticas de remuneração da empresa; consideram que são reconhecidos por seus superiores imediatos, apesar de não estarem muito seguros quanto à garantia do emprego, tendo em vista que 60% dos colaboradores são avaliados por produção. No entanto foram identificados alguns pontos relevantes: os colaboradores não estão muito satisfeitos com o plano de saúde oferecido pela empresa e com a segurança no ambiente físico do trabalho.

(CONCLUSÃO) As organizações são moldadas de acordo com o material humano que as constitui, possuindo estreita ligação com as expectativas, frustrações e dificuldades dos clientes internos. Um empregado que tem boas condições de trabalho e acima de tudo gosta dele, percebendo a preocupação da empresa em entender suas necessidades e efetivamente satisfazê-las, dará retorno esperado pelo empregador. Deve-se ainda desmistificar que elevados custos nestes fatores não compensam, pois, tendo em vista alguns casos, o retorno do investimento supera toda e qualquer expectativa. O PanAmericano entendendo a importância da qualidade de vida em uma organização implantou à aproximadamente dois anos um programa de qualidade de vida que visa inicialmente orientar os seus colaboradores através de palestras de temas variados, relacionados ao cotidiano que influenciam diretamente na qualidade de vida.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

QUALIDADE NO ATENDIMENTO: PHÁRMACOS FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO LTDA/ME

Edinardo Maia Fernandes

Discente do Curso de Administração de Empresas, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Carlos Antônio de Lima Moreira

Docente do Curso de Administração de Empresas, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) A globalização da economia provocou grandes mudanças no mercado. Os consumidores ficaram mais exigentes e cobram das empresas mais qualidade, agilidade e melhores preços. Ao mesmo tempo, as preferências futuras dos consumidores estão cada vez mais difíceis de prever. O bom atendimento da empresa levará à satisfação e a conseqüente fidelização do consumidor, o que, por sua vez, se traduzirá em maiores retornos financeiros para a empresa. E assim criar-se-á a base da vantagem competitiva sustentável, cada vez mais imprescindível a qualquer empresa no ambiente atual. Cada vez mais as empresas procuram encantar seus clientes, visando atender suas necessidades. O trabalho está sendo desenvolvido com o objetivo de elaborar um projeto de pesquisa para verificar aspectos relacionados com a qualidade no atendimento da Phármacos.

(METODOLOGIA) Diante do problema de pesquisa foram coletadas informações a respeito da qualidade no atendimento da Phármacos Farmácia de Manipulação LTDA/ME, como pesquisa do tipo exploratória descritiva. A amostra foi composta pelos os clientes da Phármacos, tendo uma margem de erro calculados em 9% do universo, que corresponderam a 110 unidades de instrumentos aplicados. Com relação ao instrumento o estudo foi realizado através de auxílio de questionários com perguntas fechadas, objetivando traçar o perfil de cada cliente, como também, analisar a avaliação do cliente quanto a qualidade no atendimento, e ainda, para identificar os pontos positivos e negativos do atendimento; conforme esta estrutura a coleta de dados de pesquisa realizou um tratamento feito com tabulação de análises quantitativas e qualitativas, através de gráficos que proporcionam a fácil compreensão das informações dos dados obtidos.

(RESULTADOS PARCIAIS) Se tratando da análise feita sobre os itens de qualidade, atendimento por telefone, presteza, receptividade, cortesia, ambientação, entrega a domicilio, embalagens e prazo de entrega da pra perceber que a qualidade que se faz ser o principal item dessa pesquisa é altamente positiva segunda a avaliação de seus clientes obtendo um índice de 59% como ótimo e 37% como bom totalizando 96%. Quanto a forma de como conheceu a empresa foram coletadas informações que um alto índice informou que a empresa foi conhecida através de indicação de médicos, sendo importante expor que os médicos estão sendo uma grande influência para o conhecimento da instituição. Outro ponto importante foi a estrutura física relatando os seguintes itens: estacionamento, localização, higienização, ventilação e iluminação na qual se faz necessário esclarecer os resultados obtidos com a finalidade de responder ao objetivo proposto pelo estudo, o qual visa avaliar a qualidade no atendimento da empresa, sob o enfoque dos clientes que adquirem seus produtos no estabelecimento. Assim, a pesquisa encontra-se dividida em duas partes, uma primeira que demonstra a real situação do atendimento na organização. Afim de responder a pesquisa em estudo foram indagados tais respostas do mercado de acordo com o problema de pesquisa e objetivos, geral e específicos. O problema como: “Como o cliente avalia o atendimento da Phármacos Farmácia de Manipulação LTDA/ME?” Objetivo geral: “Avaliar a qualidade do atendimento da Phármacos Farmácia de Manipulação LTDA/ME”. E os objetivos específicos como: traçar o perfil do cliente, identificar pontos positivos e negativos do atendimento e descrever a avaliação do cliente quanto ao atendimento.

(CONCLUSÃO PARCIAL) Conclui-se parcialmente que a Phármacos possui uma qualidade no atendimento um índice bastante significativo, tornando-se uma ferramenta estratégica para fidelizar os clientes, proporcionando aos mesmos sua satisfação procurando antecipar-se aos seus anseios. Assim, tal pesquisa buscou avaliar a qualidade no atendimento da Phármacos Farmácia de Manipulação LTDA/ME, sob enfoque dos clientes que adquirem seus produtos e serviços no estabelecimento, a qual utilizou-se de questionário para coletar dados, durante o mês de setembro de 2007.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

REDEFINIÇÃO DO PROCESSO DE SUPRIMENTO DA CASSI

Diogo Bezerra Almeida dos Santos

Discente do Curso de Administração de Empresas, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Fabírcia Abrantes Figueiredo da Rocha

Docente do Curso de Administração de Empresas, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) O presente trabalho teve como objetivo, avaliar e propor sugestões para a melhoria do processo de compras e suprimentos existente na CASSI/RN.

(METODOLOGIA) O trabalho apresenta uma pesquisa que constitui um estudo de caso de natureza descritiva, focado na área de Administração de Materiais, destacando o processo e suprimento de compras, trabalhando com as problemáticas encontradas.

(RESULTADOS) O levantamento de dados foi realizado através de técnicas de observação direta, entrevistas informais com os funcionários do setor de compras, análise documental e captação de dados obtidos no sistema de informação da empresa. O diagnóstico situacional apresentou alguns aspectos críticos, relacionados a falhas no repasse dos distribuidores, atrasos nas entregas dos fornecedores, falha de controle no estoque e falta de controle nos pedidos. Para resolver a problemática observada, fez-se um levantamento de dados, analisando os quatros últimos meses do processo de compras da CASSI. Todas as informações foram coletadas, analisadas e posteriormente aplicadas a métodos de controle de compras, que serviram de base para aplicação em todo o setor da empresa.

(CONCLUSÕES) A pesquisa desenvolvida justifica-se por analisar e propor alternativas e/ou sugestões, onde a troca de conhecimentos práticos, por parte da empresa e teóricos, por parte do aluno, proporcionará a aplicação da melhor estratégia para redefinir o processo de suprimento da empresa citada, resultando na melhoria das suas atividades empresariais.

REDEFINIÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE DE ESTOQUES DA ELETROCON TINTAS

Eline Cristina de Oliveira Ramos do Amaral

Discente da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Fabrcia Abrantes Figueiredo da Rocha

Docente da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) As empresas estão a cada dia aprimorando os sistemas de gestão de Materiais. Controlar efetivamente seus estoques passou a ser visto como vantagem competitiva, em termos da redução dos custos envolvidos. O presente trabalho, desenvolvido na Elektrocon Tintas, teve como objetivo principal a avaliação do sistema de controle adotado na empresa, podendo ter sido identificado aspectos críticos relacionados a ausência de um padrão definido para controlar o fluxo de materiais e, conseqüentemente, estabelecer o dimensionamento mais oportuno dos níveis de materiais, associando a identificação da sua representatividade.

(METODOLOGIA) A presente pesquisa consistiu em um Estudo de Caso, de natureza descritiva, apresentando como área de abrangência a Administração de Materiais, focando o processo de controle de estoque. Logo, abrangeu na coleta de dados o proprietário da empresa, com o propósito de poder identificar as políticas e diretrizes de estoques adotadas e pretendidas; gerente da loja, que é responsável diretamente pelo planejamento da reposição do estoque; e estoquista, que fica com a responsabilidade pela operacionalidade das entradas e saídas dos itens. Indiretamente se tem o envolvimento dos vendedores, já que executam a venda e, conseqüentemente, a baixa do estoque. As técnicas usadas na coleta dos dados foram observação direta do ambiente, retratando as ações executadas pelos colaboradores em termos do fluxo de materiais; análise documental, mediante consulta aos relatórios existentes na empresa, em termos das quantidades entrantes e vendidas; e entrevistas informais, realizadas junto às pessoas já destacadas, com o intuito de poder esclarecer detalhes acerca do processo em análise.

(RESULTADOS) O diagnóstico situacional apresentou alguns aspectos críticos, relacionados à ausência de um controle de estoque bem formalizado, fato que vem a comprometer o dimensionamento dos níveis de materiais, ocasionando excessos e rupturas, elevando os custos. O inventário físico é inexistente, favorecendo a ocorrência de divergências e, conseqüentemente, influenciando o suprimento físico, quanto ao estabelecimento do ponto ideal de ressuprimento. Logo, para poder otimizar o sistema de controle, foi concebido um levantamento de dados, analisando os dez últimos períodos de consumo das tintas PVA. As informações foram tabuladas e, em seguida, foi estimada a previsão de demanda mediante modelo dos mínimos quadrados; ponto de pedido e estoque de segurança, a partir da Curva Dente de Serra; e representatividade do estoque, conforme Curva ABC.

(CONCLUSÃO) O desenvolvimento da pesquisa apontou para pontos problemáticos que estavam comprometendo o resultado organizacional. Neste sentido, foram padronizados processos relacionados ao controle do estoque, em termos da definição de um modelo de previsão de demanda, ponto de ressuprimento e identificação da representatividade dos itens, além do estabelecimento das rotinas para que se tenha a execução do inventário físico. As ações propostas são funcionais e de acordo com o momento atual vivenciado pela organização, contribuindo para a maximização dos resultados, destacando a viabilidade do estudo desenvolvido.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

RESPONSABILIDADE SOCIAL NA EMPRESA PÚBLICA: O CASO CAERN

Eliza do Nascimento Fonseca

Discente do Curso de Administração de Empresas, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Karina de Oliveira Costa Bezerra

Docente do Curso de Administração de Empresas, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) O atual cenário empresarial extremamente concorrido vem exigindo das organizações cada vez mais diferenciais perante a concorrência. Na busca dessa “imagem diferenciada” perante aos consumidores as empresas vem adotando estratégias sociais, uma delas é o uso da Responsabilidade Social como uma fiel aliada e ferramenta para a criação de uma boa imagem institucional. Diante desse contexto, a pesquisa propõe o seguinte problema: Qual o impacto do Programa de Responsabilidade Social focado em Gestão Ambiental, criado pela CAERN para o desenvolvimento da Sociedade do Rio Grande do Norte?, cujo objetivo geral é avaliar o impacto causado pelo Programas de Responsabilidade Social focado em Gestão Ambiental criado pela CAERN no desenvolvimento da sociedade do Rio Grande do Norte, através dos objetivos específicos: Identificar o perfil dos beneficiários do Programa de Gestão Ambiental, Como as ações realizadas pelo Programa são vistas pelos beneficiários, Captar os pontos fortes e fracos do Programas de Responsabilidade Social focado em Gestão Ambiental implantado pela CAERN, Sugerir melhorias para o desenvolvimento eficaz desse Programa, onde o potencial humano dos funcionários seja bem aproveitado e a população obtenha o máximo de vantagens.

(METODOLOGIA) A obtenção de informações foi feita por meio de pesquisas do tipo descritiva-exploratória, bem como estudo de caso. A pesquisa descritiva proporcionou as descrições dos fenômenos. Já a pesquisa exploratória, conduziu a explicações demonstrando aspectos mais aprofundados em relação ao assunto. A amostra foi composta pelas escolas (professores e alunos) que visitaram a CAERN no primeiro Semestre de 2007, tendo margem de erro de 8% do universo e tamanho correspondente a 40 unidades. O instrumento de Pesquisa contou com auxílio de um questionário estruturado com perguntas fechadas. Após a coleta dos dados a pesquisa realizou o tratamento dos dados feito com tabulações para seguir com a análise, utilizando-se uma abordagem quantitativa e qualitativa.

(RESULTADOS) Tendo em vista as expectativas do estudo, os resultados tendem a mostrar que o programa de Gestão Ambiental feito pela CAERN tem um resultado positivo para a sociedade do RN. Porém, apesar de satisfatório, os resultados devem indicar que o Programa de Gestão Ambiental contém pontos a serem corrigidos e analisados. Como por exemplo, a qualidade do material usado pelos instrutores e o tratamento higiênico das instalações da CAERN, revelados de forma acidental pelos beneficiários dos programas em conversa informal com a pesquisadora. Com o melhoramento desses pontos a CAERN já pode obter melhores resultados do Programa. A partir disso sugere-se que a empresa reestruture seu Programa de Gestão Ambiental, proporcionando a os profissionais que exercem essa atividade melhores condições de trabalho. Além de uma reforma em sua estrutura física que hoje se encontra degradada e mal aproveitada.

(CONCLUSÃO) A Responsabilidade Social quando adotada por uma organização deve ser implantada de forma completa, não como uma simples forma de caridade ou de falso espelho pra sociedade, quando ela é usada de forma errônea, seus resultados são desastrosos e podem causar para a empresa sérios danos de credibilidade perante aos seus consumidores. Sendo uma ferramenta importante para a boa imagem institucional que trás consigo aumento dos lucros e credibilidade a Responsabilidade Social merece ser implantada de forma responsável. Para que essa implantação aconteça é preciso investimento e valorização dos profissionais que a compõe. Proporcionando assim o bem da empresa e da sociedade. Observou-se, ainda que a responsabilidade social na CAERN apresenta características inovadoras, uma vez que é uma das poucas empresas públicas (Estatal) que apresenta esse diferencial da Responsabilidade Social. A Gestão Ambiental vem sendo posta em evidencia nos últimos tempos, pois a sociedade a cada dia que passa tende a se preocupar mais com o futuro dos recursos naturais.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

RESPONSABILIDADE SOCIAL: ESTUDO DE CASO NA VB FINANCEIRA – FILIAL NATAL

Clenilze de Azevedo Farias

Discente do Curso de Administração de Empresas, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Flávio Emílio Cavalcante

Docente do Curso de Administração de Empresas, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) Será apresentado o projeto de Responsabilidade Social na cidade de Natal/RN, que tem como objetivo mostrar as vantagens apresentadas, visando também a necessidade da comunidade.

A VB exerce esse projeto na matriz, que fica em São Paulo, e deseja expandir na região Nordeste onde é visto a necessidade da população de baixa renda, gerando através desse projeto benefícios na educação, saúde e meio ambiente. As empresas vêm mostrando a importância do trabalho voluntariado não só para o crescimento da organização, mas também para o crescimento pessoal, esse apoio mostra um clima de solidariedade interna, assim o relacionamento interpessoal só tende a crescer e mostrar os valores de cada um envolvido nesse trabalho de cidadania, mostrando também a parceria com as ONGS que se destacam no trabalho de Responsabilidade Social através das parcerias exercidas pelo mesmo.

(METODOLOGIA) Para abranger as exigências e atingir os objetivos deste trabalho serão apresentados os procedimentos metodológicos que serão utilizados na pesquisa. A abrangência das fontes se dá em princípio pelas definições de diversos autores para o assunto abordado. Além do que, com o passar do tempo, as iniciativas tomam diferentes maneiras desde a criação até a conclusão de projetos similares. Existe também a preocupação em registrar fatores pontuais de projetos já existentes, facilitando o entendimento dos objetivos principais. Para elaboração do trabalho, faz-se necessário o estudo de caso que é considerado um tipo de Proposta Estruturada, esse estudo será focado na Filial Natal/RN que deseja elaborar um plano de Responsabilidade Social do Projeto para melhor atender a comunidade, trazendo parcerias com ONGS. O Objetivo da Pesquisa desse trabalho na VB Finanças Filial Natal, composta por 27 funcionários, será implantar a proposta técnica na ONG. Havendo a necessidade dessa parceria, por enxergar a falta de patrocínio na Instituição, por meio de parcerias com lojistas e estreitando os laços dos negócios. Deve-se reconhecer que para tratar um tema como o proposto, será utilizado o método de aplicação de entrevistas estruturada, mais especificamente com pessoas responsáveis pela ONG, coletando dados através de Análise, obtendo idéias através do Site do Projeto, atualizado todo mês para seus funcionários. No Site existem eventos, como por exemplo: Dia da Saúde, Dia das Crianças, Leilões Virtuais, Projeto Reforço Escola, Gincana, Campanha de material escolar, entre outros que são de suma importância para elaboração desse Projeto Regional que vem dando resultado para comunidade na implantação da matriz.

(RESULTADOS) Os resultados parciais analisados pelo Projeto é identificar os problemas causados na sociedade, por falta de apoio e patrocínio, com esse trabalho de parceria com as ONGS facilita o estreitamento entre empresa e sociedade, que por sua vez irá desenvolver um trabalho voltado para o público de baixa renda, desenvolvendo Respeito, Educação, Esporte e Saúde.

(CONCLUSÃO) A Responsabilidade Social vem se destacando nas empresas e na sociedade, a importância da parceria é suprir a necessidade da comunidade beneficiando as empresas em geral, reduzindo impostos e motivando seus funcionários através do apoio.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

REDEFINIÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE DE ESTOQUE: UM ESTUDO DE CASO NA LOJA O BOTICÁRIO

Nathalia Grilo de Almeida

Discente da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Fabírcia Abrantes Figueiredo da Rocha, M. Sc.

Docente da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) O mercado está cada vez mais exigente. Para que as empresas possam sobreviver, é preciso estar preparado para atender as suas necessidades e buscar sempre ter um diferencial para obter vantagem competitiva diante de seus concorrentes. É por isso que a Administração de Materiais é tão importante para as empresas, ganhando maior representatividade no cenário empresarial face a sua responsabilidade de gerenciar o estoque. A presente pesquisa foi desenvolvida no O Boticário, localizado na cidade de Goianinha, apresentado como temática a redefinição do sistema de controle de estoque, mais especificamente a concepção de um modelo para prover a demanda atrelada a ações para melhor localizar os itens estocados, em termos do seu armazenamento.

(METODOLOGIA) A pesquisa pode ser considerada como um Estudo de Caso, de natureza descritiva, apresentando como área de abrangência a Administração de Materiais, focando principalmente o controle de estoque. Dessa forma, abrangeu a proprietária da organização, a gerente da loja e as funcionárias, por estarem vinculadas diretamente ao fluxo de materiais, ou seja, entrada e saída dos produtos. Para o levantamento de dados foram usadas as técnicas de observação direta do ambiente, ou sejam análise das rotinas da organização sem que nenhuma interferência fosse feita; análise documental, mediante relatórios de vendas e custos, para que fosse concebido o histórico de consumo dos produtos considerando um período de nove meses, essencial para poder estimar uma demanda conforme a tendência e, assim, definir os níveis adequados de estoques; e entrevistas informais, realizadas com o propósito de esclarecer os processos analisados, bem como entender as perspectivas futuras buscadas pela empresa.

(RESULTADOS) O diagnóstico situacional, quanto da análise dos processos, apontou para a necessidade de prover melhorias para o controle de estoque, mediante a definição de um modelo de previsão de estoque formalizado, já que as sugestões de compras geradas pelo Sistema se baseiam exclusivamente no último período de vendas. Isto é uma medida arriscada, pois foram constatadas a presença de sazonalidades. Dessa maneira, foi desenvolvido um planejamento a partir do método dos mínimos quadrados, tomando como referência os nove meses de vendas, estimando a demanda para o próximo período. Por outro lado, também foi estimado o ponto de pedido para os itens, usando os conceitos da Curva Dente de Serra. As ações propostas ainda contemplam a padronização do processo relacionado a execução e registros do inventário físico, bem como a formalização de princípios de acondicionamento para garantir maior funcionalidade no armazenamento dos itens.

(CONCLUSÃO) Apesar do O Boticário contar com um suporte de sistema fornecido pela franquia, a empresa não conseguia definir nem controlar satisfatoriamente seu estoque, ocasionando rupturas e excessos, elevando os custos. A adoção de um padrão para controlar a movimentação do estoque, ou seja, entradas e saídas dos itens, associada a definição do modelo de previsão e estabelecimento do ponto ideal de ressuprimento, foram oportunos e representativos, contribuindo para a redução dos custos e, conseqüentemente, na maximização do resultado. As ações propostas são simples de serem implementadas, contrastando com os benefícios que podem ser gerados para a empresa.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

A IMPORTANCIA DOS CONHECIMENTOS TÉCNICOS PARA EMPRESAS ATRAVÉS DE UMA AVALIAÇÃO SISTÊMICA SOB A VISÃO DA PRODUÇÃO, FINANÇAS E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A EMPRESA ARTKASA

*Daniel Bruno Ferreira Fernandes
Guilherme Arthur Souza de Queiroz
Rafael Lyra do Monte*

Discentes do Curso de Administração com Habilitação em Marketing da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

*Ana Maria da Silva Souza
Carlos Eduardo Marinho Diniz
Fabio Costa Ferrer
Sandely Fernandes de Araújo*

Docentes do Curso de Administração com Habilitação em Marketing e Ciências Contábeis da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) Pesquisa feita sobre a Artkasa, onde se aplicou princípios teóricos de sistema de informação, administração financeira e de produção. A Artkasa está no ramo moveleiro a vinte e oito anos, hoje ela possui três lojas contando com trinta e cinco funcionários, além de trabalhar diretamente com a venda de móveis ela também presta serviços de assessoria de decoração e ambientação. O mercado moveleiro em Natal está em plena expansão devido ao “boom” imobiliário que está ocorrendo. A Artkasa é uma empresa familiar, fundada pelo Diretor Comercial Flávio Monte que é formado em Biologia, juntamente com sua sócia e esposa Sovania Monte, Diretora Administrativa que é formada em Ciências Contábeis. Junto a eles estão seus filhos Rafael Monte, Diretor de Marketing, estudante de Administração com ênfase em Marketing e Danielle Monte, formada em Arquitetura, Diretora Financeira. Esta pesquisa tem por objetivo evidenciar problemas administrativos e processuais e visualizar soluções plausíveis.

(METODOLOGIA) A pesquisa apresentada foi feita de forma quantitativa e exploratória. A coleta de dados foi realizada através de entrevistas com executivo, diretor da empresa, com utilização de instrumentos de coleta de dados completamente não estruturado, composto por cinquenta questões, as mesmas abordaram temas relacionados à administração financeira, gestão de produção, sistema de informação e utilizamos conhecimentos de pesquisa mercadológica para facilitar o desenvolvimento do mesmo. Análise dos dados foi feita mediante uso de técnicas qualitativas de análise.

(RESULTADOS) Durante a coleta de dados identificamos algumas falhas. A loja apesar de possuir um SI bem elaborado notamos que na hora de efetuar o orçamento o cliente prefere que seja manual pois ao inserir os dados no SI demanda demasiado tempo. A empresa não tem claro seus princípios, missão, visão e o organograma está desatualizado. A empresa Artkasa trabalha com clientes classe A e AB e trabalha com duas formas de pagamento, em espécie e em cheque, porém há muitos clientes que procuram pagar com cartão de crédito mas o setor financeiro segura essas formas de pagamento pois o uso de cartão de crédito tem um custo elevado para a empresa.

(CONCLUSÕES) Após uma análise dos dados coletados percebe-se que a empresa necessita implantação de PDAs para auxiliar no orçamento. Com isso, a Artkasa torna seu orçamento digital, dinâmico e preciso. Percebemos o bom funcionamento do sistema, haja vista que com a implementação, ele se tornará completo e de total uso. No setor financeiro sugerimos a implantação de cartões de crédito e para que a empresa não tenha esse custo extra, sugerimos aumentar os preços dos produtos em três por cento, que são os custos administrativos das operadoras de cartão de crédito. Constatamos também a necessidade de uma consultoria específica para processos internos da empresa. Para mudarmos o perfil de “crescimento desordenado e com pouco conhecimento técnico, para um processo de ascensão objetivado de normas e metas

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

UMA ABORDAGEM CONTEMPORÂNEA DA GESTÃO FINANCEIRA PARA O DESENVOLVIMENTO DO ARTESANATO POTIGUAR

Roberto Wagner do Nascimento Silva

Tarcisio Jose Miranda de Galisa

Evandro Luiz Victor de Oliveira

Elder Fernandes Lopes

Jorge Lincoln

Discentes do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Carlos Eduardo Marinho Diniz

Orientando

Ana Maria da Silva Souza

Sandely Fernandes de Araújo

Fabio Costa Ferrer

CoOrientando

Docentes do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) O Nordeste dentre as demais regiões do país detém a maior parcela da pobreza nacional, apresentando de forma crescente uma subutilização de sua força de trabalho. Os altos índices de crescimento populacional, constantes flutuações migratórias, e da própria economia nacional, elevam de forma acelerada a demanda de mão de obra disponível para absorção do mercado de trabalho. Contudo, como a oferta é menor que a procura, a legião de subempregos e desempregados, em especial no Estado do Rio Grande do Norte, e em Natal aumenta dia a dia a falta de emprego. Nesta perspectiva, o artesanato surge na economia potiguar como um recurso complementar, apropriado, e em alguns casos, converte-se na principal fonte de renda de expressiva parcela da população, que encontra nesta atividade, um modo alternativo de subsistência. A produção caracteriza-se pela utilização de matérias primas locais, por uma pequena escala de operações e adoção de tecnologias simples que utilizam alta intensidade de mão de obra familiar. Do ponto de vista da gestão financeira, o estudo de mercado, o plano de negócio e o planejamento financeiro são os alicerces para o desenvolvimento do mercado de artesanato local. O presente trabalho tem como principal objetivo mostrar como a administração financeira integrada com outros conceitos, tais como responsabilidade social, incentivos por parte do governo do Estado e de empresários, podem proporcionar um crescimento consistente do mercado de artesanato local.

(METODOLOGIA) O tipo de pesquisa apresentado, no estudo, se caracteriza por ser exploratória, pois visa prover um maior conhecimento e compreensão do tema abordado. A entrevista foi um outro procedimento utilizado na coleta de dados, permitindo maior precisão, focalização e fidedignidade dos fatos. Assim, como, uma pesquisa bibliográfica que proporcionou o suporte científico necessário, para a compreensão de conceitos ligados aos procedimentos da administração financeira.

(RESULTADOS) Uma gestão financeira bem estruturada das empresas do ramo de artesanato não representa na prática o seu desenvolvimento. Visto que, a empresa analisada, CIA Brasil, caracterizada como a maior empresa desse ramo no Estado, apesar do seu status, sofre com a falta de apoio do governo do Estado. O desenvolvimento da cidade dentre outros pontos passa pelo crescimento do artesanato, visto que a localidade representa parada obrigatória para turistas de todas as partes do mundo. A empresa promove o seu próprio desenvolvimento e por atitudes próprias promove o crescimento econômico de comunidades carentes.

(CONCLUSÕES) Os resultados da pesquisa, mostram de maneira categórica, que não basta apresentar uma gestão financeira bem estruturada, ou seja, o mercado de artesanato necessita de muito mais para o seu desenvolvimento pleno.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS COMO FERRAMENTA PARA O DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO DAS EMPRESAS: UM ESTUDO DE CASO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES SANTA IZABEL LTDA

Lucinete Linhares Avelino

Discentes do Curso de Administração de Empresas, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Karina de Oliveira Costa Bezerra

Docente do Curso de Administração de Empresas, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) As empresas buscam aprimorar os métodos de suas organizações, pois sabe-se que atualmente o mercado é bastante competitivo, com isso há uma necessidade de que as mesmas valorizem o potencial humano através do incentivo da capacitação profissional, o presente trabalho visa analisar a mesma, que ainda não dispõe de um setor de recursos humano, diante dessa situação pressupõe-se estudar o seguinte problema **até que ponto a empresa valoriza os funcionários quanto a capacitação profissional**. O fator humano é uma ferramenta indispensável para toda a empresa. Afim de trabalhar melhor este problema de pesquisa serão ressaltados os objetivos geral e específicos para desenvolver com clareza o estudo a ser proposto para a pesquisa. Objetivo geral: Avaliar até que ponto a empresa valoriza o fator humano no trabalho em relação a capacitação profissional. E os objetivos específicos: identificar o perfil dos funcionários quanto a renda, sexo, grau de instrução, mostrar aspectos que revelem como a empresa valoriza o fator humano com relação a a capacitação profissional, mostrar pontos fortes e fracos que afetam o potencial humano no desempenho das atividades da empresa, sugerir alternativas que colaborem para a construção de uma política de recursos humanos na empresa.

(METODOLOGIA) A pesquisa classifica-se em estudo de caso e com enfoque, descritivo e exploratório, uma pesquisa censitária pois abrange um universo total de 44 entrevistados dos 52 funcionários da empresa, a técnica de coleta de dados foi desenvolvida através de questionários estruturado com perguntas fechadas, atingindo os resultados almejados pela pesquisa. Através desta estrutura de coleta de dados a pesquisa realizou o tratamento por meio de tabulação, com o auxílio de tabelas, gráficos, além de uma abordagem quantitativa e qualitativa.

(RESULTADOS) A presente pesquisa constatou que a empresa precisa melhorar nos seguintes itens: qualidade do ambiente de trabalho (37%), motivação (59,45%), satisfação aos incentivos (56,75%), reconhecimento dos funcionários quanto à execução das atividades (51,35%), valorização (35,13%), para que seus funcionários se sintam motivados para o desempenho profissional. Há uma satisfação muito positiva de (81,7%) quanto a chefia, com isso possibilita-se um bom desempenho de equipe.

(CONCLUSÃO): O resultado da pesquisa mostra o quanto é importante para qualquer empresa considerar que a gestão de pessoas é uma ferramenta primordial para o desenvolvimento e crescimento do fator humano e profissional nas empresas. As pessoas precisam ser visualizadas de maneira diferente, da abordagem tradicional das antigas auditorias de Recursos Humanos, uma empresa que não se adequa ao novo sistema, torna-se ultrapassada e tende a ser excluída do mercado. Então diante dos resultados e dos problemas chega-se a conclusão que a valorização aos funcionários precisam ser melhorada.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

PERCEPÇÃO DOS CLIENTES QUANTO À QUALIDADE DE SERVIÇO PRESTADO PELO SUPERMERCADO VENÂNCIO – LOJA 1

Osmani Dantas Silveira Cruz

Discente do Curso de Administração de Empresas, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Karina de Oliveira Costa Bezerra

Docente do Curso de Administração de Empresas, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) No ramo de supermercado, com o aumento da participação de novos empreendedores e elevada competição, é necessária uma reestruturação específica e um replanejamento de estratégias visando à melhoria da qualidade do serviço oferecido. O aumento no nível de serviço contribui-se para uma melhor competição, sem que haja um desvio na essência do setor a ser atuado. A empresa, para sobreviver neste mercado, deve estar constantemente investindo em relação ao atendimento, procurando também inovar e desenvolver novas idéias para conseguir manter seus clientes e conseqüentemente conquistar novos clientes. Diante disto a pesquisa propôs estudar o seguinte problema de pesquisa: Qual o nível de satisfação dos clientes do Supermercado Venâncio – loja 1 quanto à qualidade no atendimento? Para entender melhor este problema de pesquisa foram ressaltados os objetivos, geral e específicos, para desenvolver melhor o estudo. O objetivo geral: Analisar o nível de satisfação dos clientes do supermercado Venâncio – loja 1 quanto à qualidade no atendimento. E os objetivos específicos como: conhecer o perfil dos clientes do Supermercado Venâncio – loja 1; Examinar a opinião dos clientes do Supermercado Venâncio – loja 1 em relação à qualidade no atendimento e Identificar as razões pelas quais os clientes do Supermercado Venâncio – loja 1 retornam ao supermercado.

(METODOLOGIA) Para obter informações a respeito do setor, utilizou-se pesquisas do tipo descritiva e exploratória, bem como estudo de caso. A amostra é composta pelos clientes internos e externos, tendo margem de erro de 8% do universo e tamanho correspondente a 152 clientes. O instrumento de coleta contou com o auxílio de um questionário estruturado com perguntas abertas e fechadas. Através desta estrutura de coleta dos dados, a pesquisa realizou o tratamento, feito com tabulações, com a colaboração de tabelas, gráficos de forma a facilitar a tabulação dos dados. Contou-se ainda, com uma abordagem quantitativa e qualitativa para análise dos resultados.

(RESULTADOS) Os resultados obtidos nessa pesquisa geraram uma importante reflexão para os líderes da empresa, tendo nela a oportunidade de poder visualizar o grau de satisfação de cada cliente do Supermercado Venâncio – loja 1. No perfil dos clientes mostra que tanto o homem quanto mulher freqüentam o supermercado, ambos com 50% e que 55% recebem até dois salários mínimos, e também fatores que agregam a qualidade no atendimento do supermercado como o atendimento que 67% classificaram como bom e 69% como ótimo e avaliando razões nas quais os clientes retornam ao estabelecimento verificou-se que 51% é pelo atendimento e 31% pelo preço.

(CONCLUSÃO) Diante dos resultados obtidos na pesquisa realizada com clientes internos e externos conclui-se que a idéia proposta na pesquisa foi aplicada de forma favorável e que em parte já está sendo aplicada, visando à melhoria dentro dos processos, sem inibir novas reformas. Em fim, a reforma proposta ao ser aplicada em todos os aspectos que objetiva satisfazer as necessidades dos usuários do Supermercado Venâncio - loja 1 só indicará melhorias.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

MARKETING TURÍSTICO: TURISMO SEXUAL FEMININO NA CIDADE DE NATAL

Ronaldo Neves

Discente do Curso de Administração de Empresas, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Luciana Medeiros

Docente do Curso de Administração de Empresas, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) O trabalho, ora apresentado, é conseqüência de um processo de conhecimento decorrente de análises e observações na Secretaria de Turismo da Prefeitura de Natal tendo como objeto principal suas ações de marketing na intenção de atenuar o número de turistas estrangeiros para prática do turismo sexual na cidade de Natal, voltado especificamente na praia de ponta negra.

(METODOLOGIA) O processo de investigação das ações de marketing da Secretaria de Turismo da prefeitura de Natal que contribuem para o combate de turistas estrangeiros na cidade de Natal na pratica do turismo sexual, ocorreu através de observação, estudo de caso, recolhimento de informações obtidas na Secretaria Municipal de Turismo – SECTUR, Secretaria de Turismo do Estado – SETUR, jornal Tribuna do Norte e análise de conceito do marketing turístico sobre o turismo sexual levando em consideração todos os seus aspectos.

(RESULTADOS) Quatro grandes programas administrativos foram desenvolvidos pela Secretaria de Turismo do estado do Rio Grande do Norte (SETUR). Um deles foi o programa de marketing turístico que teve como objetivo principal promover e divulgar o produto turístico do RN nos mercados nacionais e internacionais, promovendo e participando de eventos diversos, confeccionando material promocional, divulgando através da mídia, capacitando e apoiando a realização de vôos *charters*. Outro programa de grande importância foi de interiorização do turismo objetiva fomentar o desenvolvimento turístico dos municípios com base na sustentabilidade econômica, social, ambiental, cultural e política, através da implantação de novos roteiros turísticos no estado, que proporcionará o desenvolvimento de novos espaços, com produtos a consolidar e formar novos destinos turísticos e, conseqüentemente, diversificando as ofertas de produtos e serviços turísticos existentes.

(CONCLUSÃO) A partir dos resultados faz-se necessário encaminhar providências que permitam a continuidade do trabalho, ora iniciado. Trata-se de uma proposta de grande alcance social, político e cultural e que requer medidas de encaminhamentos operacionais, de modo a garantir a efetivação e consolidação de um trabalho permanente de atenuar o turismo sexual.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

ACREDITAÇÃO HOSPITALAR: QUALIDADE NA EDUCAÇÃO CONTINUADA – DIAGNÓSTICO ORGANIZACIONAL NO HOSPITAL UNIMED NATAL

Kelman Veloso de Araújo

Discentes do Curso de Administração de Empresas, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Maria Teresa Pires Costa

Docente do Curso de Administração de Empresas, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) A Consultoria Organizacional Hospitalar é um processo de facilitação da vida da empresa procurando inovação e desburocratização. Regar a organização de informações descentralizadas é um dos principais objetivos da implantação de um projeto de Consultoria, que facilita a tramitação da comunicação e informação, como também oferece melhor atendimento ao cliente, indo ao encontro das reais necessidades de seus colaboradores aproximando-se dele para um melhor entendimento e comprometimento nas funções, permitindo que se concentre no trabalho de desenvolvimento no atendimento das necessidades e preferências do cliente/paciente, oferecendo o melhor em medicina de alta complexidade, estrutura hospitalar e atendimento humanizado. Tudo para que o cliente se sinta seguro, confortável bem assistido e respeitado. A Acreditação é um programa de educação continuada que integra o Hospital Unimed Natal ao seu ambiente de trabalho, demonstrando responsabilidade e comprometimento com seus profissionais, com seus procedimentos, com sua segurança e com a satisfação de garantir a qualidade no atendimento a seus clientes/pacientes. É de responsabilidade da Consultoria Organizacional Hospitalar detectar interesses e necessidades, promover o desenvolvimento da gestão, a capacitação das pessoas nas organizações de saúde, empregar eficientemente as informações recebidas visando ao desenvolvimento de estratégias, otimizar linhas de suprimentos, reduzir os custos de aquisição e melhoria da margem de comercialização, avaliar técnica dos potenciais estratégicos a serem explorados, propondo soluções e aprimorar os serviços oferecidos. Com base no que representa a Consultoria Organizacional Hospitalar, busca-se analisar pontos importantes para o bom relacionamento da empresa com seu colaborado, focando uma melhor cooperatividade dos mesmos e a satisfação para que todos saiam ganhando, inclusive o cliente/paciente, uma vez que, após os pontos relevantes serem mostrados, serão sugerido ações que visem diminuir os custos hospitalares, visem realizar uma gestão eficiente, visem racionalizar e baratear o processo de aquisição e uso dos produtos equipamentos, visem aumentar a produtividade e a motivação de todos que compõem o hospital, sendo de grande importância para esse segmento que ver no diferencial a solução para essa concorrência acirrada que a globalização proporciona. Principalmente por ser o único hospital da região em processo de Acreditação, pois a obtenção do certificado pelo Hospital Unimed Natal não permite garantir a entrega de produtos com qualidade e sim afirmar que existe na empresa uma estrutura e funções dedicadas à busca da qualidade.

Uma Consultoria é hoje de fundamental importância no ramo hospitalar, pois é um mercado que vive em grande inovação e transformação e é necessário se ter uma visão de futuro que consiga acompanhar essas mudanças e leve a empresa no caminho certo sem perder seus clientes nem seu mercado de vista, diminuindo seus custos, ampliando o conhecimento dos colaboradores para que eles passem a identificar as falhas, aprimorando-os e colocando-os na direção certa para o sucesso, mantendo a confiança e a qualidade nos serviços prestados a população e garantindo maior controle e firmeza em todas as atividades.

(METODOLOGIA) Diante do problema de pesquisa em estudo será adequada para obter informações a respeito do setor, a pesquisa do tipo exploratório-descritivo combinados. A pesquisa exploratória, conduzirá nos estudos com hipóteses e explicações demonstrando aspectos mais aprofundados em relação ao assunto e por mostrar um número maior de informações e conhecimento ao pesquisador.

A amostra será composta pelos setores de materiais e suprimentos do Hospital Unimed Natal. Os dados serão coletados através de análise documental e observação setorial. Através desta estrutura de coleta dos dados a pesquisa realizará o tratamento qualitativamente e quantitativamente com o auxílio da estatística descritiva quando se fizer necessário.

(RESULTADOS) Os resultados obtidos serão realizados nos presentes meses restantes do semestre do ano 2007 que só terão o término com o trabalho monográfico concluído. Porém, as expectativas com relação aos estudos têm grande probabilidade de se confirmarem positivamente para os padrões de qualidade oferecidos pelo setor em busca da Acreditação Hospitalar, mas contudo, na fase de conclusão serão evidenciados alguns aspectos em relação a descrição dos processos relativos ao setor de materiais e suprimentos com uma análise do check-list das recomendações da acreditação, que produz superação da qualidade no planejamento, aquisição, armazenagem, rastreabilidade, seleção e avaliação de fornecedores e sistemática de manutenção preventiva e corretiva das instalações e dos equipamentos, atingindo o principal objetivo da empresa que é cada vez mais ter segurança, organização e excelência na gestão em busca da ser Acreditada com Excelência (Nível 3) .

(CONCLUSÃO) Toda Hospital deve considerar a qualidade de serviços importante para se manter no mercado, consequentemente demonstrar responsabilidade e comprometimento com seus profissionais, seus procedimentos, sua segurança e satisfação de garantir a qualidade no atendimento a seus clientes/pacientes. Pois, a qualidade é uma ferramenta primordial para sobrevivência e competitividade da empresa no mercado. Em fim, o estudo provido desenvolverá mais oportunidades de contribuir para o crescimento humano e profissional, garantindo o diferencial pela qualificação evidenciada ao alcance de um padrão de gestão de negócio e da assistência reconhecida pelo público externo.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

GRAU DE SATISFAÇÃO DOS CLIENTES DA EMPRESA “O VIDRACEIRO DO NORTE”

*Adriana Carla da Silva
José Araújo dos Santos Júnior
José Heimar Pinheiro Júnior
Lídia Dayane Gomes Bezerra*

Thaiane Tharine de Oliveira Pacheco

Discentes do Curso de Administração com Habilitação em Marketing, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Marcílio Rodrigues de Oliveira

Docente do Curso de Administração, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) Sabe-se que, em pouco tempo, o paradigma da qualidade, satisfação, preços e atendimento passou a ser a chave do sucesso das organizações. É importante citar que, a qualidade dos produtos e eficiência dos serviços, são fundamentais para a consolidação da mesma no mercado. Percebe-se que em algumas empresas, alguns pequenos gestos, alguns detalhes, podem tornar-se o diferencial nessa época de globalização. Para alcançar a satisfação dos clientes, muitas organizações têm que vê-los como ponto de partida para tudo que fazem e não tê-los como alvo de vendas, pois todos os estabelecimentos buscam o lucro, mas não a qualquer preço. Atualmente a qualidade do atendimento ao cliente é cada vez mais um meio de competitividade entre empresas, sendo necessárias freqüentes pesquisas com finalidades de conhecer o grau de satisfação de sua clientela. Esse trabalho inseriu-se num estudo teórico e prático sobre o nível de satisfação dos clientes da empresa “O Vidraceiro do Norte”.

(METODOLOGIA) O presente estudo terá como base o estudo de caso, através de uma pesquisa descritiva e exploratória, utilizando como instrumento de coleta de dados o questionário estruturado. A pesquisa será também um estudo de caso, pois é circunstanciado a uma empresa – O Vidraceiro do Norte e tem caráter de profundidade e detalhamento, além de ser realizado no campo, dispondo assim de elementos para explicá-la. Trata-se de uma pesquisa quantitativa, que significa quantificar opiniões, dados, nas formas de coleta de informações, assim como, também com o emprego de recursos e técnicas estatísticas.

(RESULTADOS) Na pesquisa realizada com 40 clientes, notou-se que o conceito nos itens citados, a opinião que predominou foi ótimo, demonstrando que estão satisfeitos com os vendedores. Observa-se que no atendimento telefônico, 44% expuseram estar numa situação boa, enquanto 28% avaliaram como ótimo. De acordo com os entrevistados, os colaboradores do Vidraceiro do Norte apresentam uma boa agilidade, para solucionar problemas. Podemos afirmar que muitos clientes acham a localização regular. Seu conforto, espaço físico, instalações, produtos e serviços são bons, o que diagnosticou estar dentro dos padrões de qualidade. Com relação ao preço dos produtos, 85% dizem-se contentes com o mesmo. A respeito das entregas, notamos que boa parte está insatisfeita com as mesmas. Logo um trabalho de consultoria está sendo realizado, para que sejam solucionadas as deficiências existentes.

(CONCLUSÃO) De acordo com o estudo feito sobre a empresa, podemos concluir que, ela está em constante crescimento, mais de 50% estão satisfeitos com os vendedores e podem indicar a mesma à outros. Sugerimos que a organização dê mais ênfase na melhoria dos itens localização e entregas, pois foram opinados que quase 50% dos clientes estão insatisfeitos com os mesmos, onde indicaram um grau de satisfação de bom a regular. Logo que foram identificadas através das entrevistas algumas deficiências, tomou-se a resolução de acelerar o processo de reparação, para que o mercado a veja como uma empresa inovadora e, portanto, muito competitiva.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

UMA ANÁLISE DAS AÇÕES SOCIAIS DESENVOLVIDAS PELO CENTRO SOCIAL PASTOR EUGÊNIO MARTINS PIRES (CASEMP) EM PARNAMIRIM / RN

Raquel de Castro Lima

Discente do Curso de Administração com Habilitação em Marketing, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Catarina da Silva Sousa

Docente do Curso de Administração Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) Até os anos 80, a Assembléia de Deus em Parnamirim (ADPAR) não apresentou, em sua história, atividades ou ações de caráter social. Havia um entendimento, entre os líderes mais antigos, de que, cuidando do espírito, as pessoas seriam abençoadas por Deus em todos os aspectos da vida, inclusive no aspecto social. Em face da necessidade apresentada pela comunidade, foi criado o Centro Social Eugênio Martins Pires (CASEMP), em 03 de Janeiro de 1988. Com uma comunidade expressiva, a ADPAR tem sentido, de perto, as demandas sociais crescentes, em termos de assistência alimentar, educacional, jurídica, profissionalizante, além das demandas de caráter espiritual. Diante desse contexto, o objetivo geral desse trabalho é responder a seguinte questão: “qual a avaliação das ações sociais praticadas pelo CASEMP do ponto de vista dos usuários dos cursos profissionalizantes?”.

(METODOLOGIA) Diante do objetivo, a pesquisa apresenta-se como descritiva e exploratória, em forma de estudo de caso. A pesquisa descritiva proporcionará ao estudo as descrições de mercado e seus fenômenos. Já a pesquisa exploratória, conduzirá nos estudos com hipóteses e explicações demonstrando aspectos mais aprofundados em relação ao assunto. A coleta de dados ocorreu por meio de questionário aplicado aos usuários, participantes de cursos profissionalizantes do CASEMP e contará com uma amostra de 60 beneficiários, nos cursos, realizados entre julho a outubro de 2007. Salienta-se que trata-se de um Trabalho de Conclusão de Curso, sendo aqui apresentados dados parciais, colhidos entre 60 participantes de três cursos até o mês de Setembro. Através desta estrutura de coleta dos dados foi realizado um tratamento feito com tabulações, e análises quantitativos e qualitativos.

(RESULTADOS) A análise do trabalho apresentou-se em duas etapas, perfil dos usuários e dados avaliativos. No tocante ao perfil obteve-se que mais da metade dos beneficiários é feminino, entre 25 a 45 anos, sendo a maior parte casados. Quanto à renda familiar, varia entre 01 a 02 salários mínimos; e quanto à escolaridade, a maioria têm segundo grau completo. Os dados avaliativos indicaram que cem por cento dos beneficiários acham que os cursos contribuíram para carreira profissional e os indicariam para outras pessoas. Quanto à infra-estrutura, a maioria dos participantes considerou: ventilação; iluminação; sala de aula e equipamentos bons. Com relação ao corpo docente, e metodologia a maioria dos participantes avaliaram como ótimos. E a carga horária foi considerada suficiente pela maior parte dos participantes.

(CONCLUSÃO). Este trabalho, certamente, através dos levantamentos de dados, reuniu informações que poderão dar aos diretores uma visão mais ampla do que vem a ser o trabalho do CASEMP, como agente social, a serviço das congregações e das Igrejas. Obteve-se de maneira geral, que os cursos ofertados são bem avaliados nos seguintes aspectos: infra-estrutura, corpo docente, metodologia e carga-horária, sendo necessário certa atenção ao aspecto de estrutura para determinados cursos ofertados em locais fora da cidade.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

A EFICIÊNCIA DO PREGÃO COMO ALTERNATIVA NA GESTÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS: UM ESTUDO DE CASO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÍBA

Lidiane de Medeiros Emerenciano

Discente do Curso Ciências Administrativas Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Carlos Eduardo Marinho Diniz

Docente do Curso de Administração, Administração com Habilitação em Marketing e Ciências Contábeis da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) O pregão só tem a gerar benefícios para o órgão públicos uma vez que admite como critério de julgamento da proposta somente o menor preço e se limita apenas à compra de bens e serviços comuns. Dentre as vantagens, está o incremento da competitividade, (uma vez que as empresas devem mostrar provas de regularidades fiscais e preços baixos), agilidade na aquisição de bens, ampliação de oportunidades de participação, redução de custos, praticidade e transparência. O Presente trabalho visa identificar a eficiência do Pregão eletrônico, através de um estudo de caso realizado na Prefeitura Municipal de Macaíba, tendo por base a economia obtida no período de Janeiro a junho de 2007 nas compras realizadas em equipamentos e suprimentos de informática. O objetivo geral do trabalho é identificar a economia gerada pelo pregão eletrônico, bem como os benefícios revertidos à população, através de compras de mercadorias por preços mais baixos, gerando assim sobra de capital no cofre do município, podendo esse ser aproveitado para benfeitorias para a população e resultar em um maior conforto para cidade em geral.

(METODOLOGIA) O método utilizado para elaboração do trabalho, foi através de coleta de dados realizada na Prefeitura Municipal de Macaíba, especificamente no setor de licitações. Essa pesquisa é do tipo exploratória, pois existem poucos trabalhos sobre o referido assunto, no âmbito da pesquisa o aluno precisa ir a campo, fazer pesquisas, coletar dados e analisar os resultados. Houve também uma pesquisa bastante ampla em bibliografias relacionadas à área de finanças públicas.

(RESULTADOS) A eficiência do pregão gera enormes benefícios, não só para população, mas também para os cofres públicos. À medida que se compra, reduzindo custos, conseqüentemente gera uma economia de capital, que no caso dos órgãos públicos, essa economia pode ser revertida em inúmeros benefícios. Essa Economia pode ser percebida através da análise dos pregões, dentre eles o pregão de Nº. 090/2007 de 18 de julho de 2007, onde o preço médio de um micro estava em torno de R\$ 2.200,00 e o mesmo alcançou um preço final de R\$ 1.890,00. Percebe-se que esta modalidade além de criar uma cultura transparente e eficaz, permite que os recursos sejam melhores gerenciados, criando assim possibilidades de mais investimentos.

(CONCLUSÕES) O pregão eletrônico tem a finalidade de adquirir bens e serviços comuns, tendo por base um processo licitatório mais eficiente e econômico. O que também ajuda a evitar possíveis fraudes e conseqüentemente à corrupção na administração pública. O resultado do trabalho serviu para mostrar o quanto realmente se economiza, comprando através do Pregão eletrônico e quanto a Lei de Responsabilidade Fiscal ajudou a população a poder ver de perto o que esta sendo feito com o dinheiro público. Analisando uma média em percentual nas licitações estudadas verificou-se que a economia aos cofres públicos geram uma maximização em 20%, o que representa uma magnitude no gerenciamento dos recursos públicos.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

ESTRATÉGIAS DE MARKETING: UM ESTUDO DE CASO NO SUPERMERCADO NORDESTÃO

Gabriella Lucena Vasco

Sara Maria de Medeiros Cassiano

Discentes do Curso de Administração com habilitação em Marketing, Faculdade Natalense Para o Desenvolvimento do RN

Franklin Marcolino de Souza

Docente do Curso de Administração com habilitação em Marketing, Faculdade Natalense Para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) O sucesso na implantação de estratégias de marketing desde que utilizadas de maneira adequada e de acordo com sua realidade representa um papel, cada vez mais, reconhecido como um fator chave para o desenvolvimento de vantagens competitivas. Assim sendo, o presente trabalho teve como objetivo analisar as estratégias de marketing adotadas por uma empresa do segmento varejista, o Supermercado Nordestão. Nesse sentido, vários aspectos foram considerados para a realização desta pesquisa: localização, mix de produtos oferecidos, marca própria, ajustes de preços, investimentos em propagandas, veículos de comunicação para a propagação da imagem institucional, tudo com base no composto de marketing (os 4 p's). O estudo se justifica pelo fato do Supermercado Nordestão ser uma empresa genuinamente potiguar que, apesar da internacionalização bastante relevante neste segmento, vem se mantendo consolidada e aproveitando todo o conhecimento do mercado local para obtenção de vantagem competitiva.

(METODOLOGIA) O presente trabalho consistiu na realização de uma pesquisa descritiva individual, onde foi descrito um fenômeno, mediante um estudo realizado em determinado espaço – tempo. Iniciou-se a aplicação da técnica de coleta documental com uma pesquisa bibliográfica, através de pesquisas em periódicos, literatura sobre o tema e revistas setoriais para a coleta de informações sobre o assunto citado. O instrumento de coleta de dados utilizado foi um questionário não-estruturado, não-disfarçado, dirigido ao gerente de marketing da rede. Entretanto devido à restrição no ato da entrevista utilizamos também a técnica de observação com o método de cliente misterioso *in loco* para conhecermos melhor o funcionamento da empresa e as estratégias de marketing adotadas por esta.

(RESULTADOS) O Supermercado Nordestão tem feito fortes investimentos em qualificação e treinamento do pessoal onde todos estão satisfeitos e motivados por fazerem parte desta rede, como também a melhoria constante de suas lojas, mantendo acima de tudo o foco no cliente, fidelizando-o e oferecendo um formato de loja adequada a um atendimento diferenciado. Utiliza-se de um marketing não pago que é a questão do atendimento personalizado onde o cliente se sente satisfeito ao realizar suas compras no supermercado. As estratégias adotadas com base nos 4 P's é feita de maneira eficiente onde o trabalho promocional requer criatividade por parte dos responsáveis na elaboração da campanha, a localização como parte do processo mercadológico proporciona utilidade de tempo e lugar aos consumidores. Portanto, várias são as pesquisas feitas pela rede para localizar-se convenientemente próxima a sua área de influência, pois o lojista vê o seu estabelecimento como um produto, devendo ser rentável e lucrativo. Como também dispõe de produtos de marcas próprias que são oferecidos ao cliente com um preço inferior ao do concorrente.

(CONCLUSÕES) Mediante o estudo realizado, conclui-se que, apesar do surgimento de grandes barreiras competitivas inseridas em nosso Estado, principalmente por redes tradicionais de renomes e que tem grandes posições no ranking neste segmento, as estratégias adotadas pelo supermercado Nordestão foram bem elaboradas facilitando sua incrementação e adaptação às necessidades exigidas pelo mercado. No entanto, por se tratar de um ramo varejista que vem seguindo a tendência da grande concentração de vendas no setor, possuem estratégias agressivas em relação às mudanças constantes pelas quais o mercado passa. O deslocamento dos consumidores deve ser acompanhado, exigindo muitas vezes abertura de novas lojas ou mudanças das existentes para que haja um fortalecimento cada vez maior em relação a sua bandeira em áreas geográficas em que a empresa obtém a maior parte de seus clientes. Foi observado também que 35 anos de experiência inseridos no mercado local é um ponto positivo para a empresa, pois proporciona maior conhecimento de seus clientes e do mercado como um todo.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

ESTRATÉGIAS DE MARKETING DE RELACIONAMENTO: ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE CLIENTES E FORNECEDORES DAS LOJAS DE COSMÉTICOS DE NATAL/RN

*Andréa Gondim Carneiro
Ana Varela Santos
Maria Adriana Salviano da Silva
Maria da Conceição Silva do Amaral
Waustir Lucas da Silva*

Discentes do Curso de Administração com Habilitação em Marketing. - FARN - Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Franklin Marcolino de Souza

Docente do Curso de Administração com Habilitação em Marketing - FARN - Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) O presente estudo apresenta uma análise no segmento da Indústria da beleza, mais especificamente as lojas de produtos cosméticos que atuam na cidade de Natal. O principal objetivo do estudo foi analisar o confronto aparente entre o relacionamento do consumidor de produtos cosméticos e os vendedores e fornecedores de lojas e prestadores de serviços do segmento, no que tange à questão da satisfação dos clientes com os referidos serviços/produtos ofertados pelas lojas de cosméticos. Espera-se que os resultados possam contribuir para uma visão mais realista do *Marketing de Relacionamento*, no que diz respeito ao seu princípio maior, que é a satisfação e a retenção do cliente. Espera-se contribuir com informações precisas e atualizadas para que os produtos e serviços do segmento sejam ofertados aos clientes com segurança, qualidade e empenho no bom relacionamento para a satisfação das necessidades dos mesmos.

(METODOLOGIA) Foi realizada uma pesquisa em 12 lojas do segmento varejista de cosméticos da cidade de Natal, entre elas: o Instituto Embelleze, Plena Beleza e o Sacolão dos Cosméticos. A pesquisa foi focada no bairro do Alecrim, onde se concentram muitas lojas desse segmento. Foram utilizados os seguintes tipos de pesquisa: observação direta, com amostra não-probabilística, e exploratória com amostra não-probabilística. O primeiro tipo teve a intenção de verificar o possível confronto no relacionamento entre fornecedor e clientes. Foram entrevistados dez empresários da área, sobre três aspectos importantes para a análise da pesquisa: Se a empresa tem uma política de marketing de relacionamento com o objetivo de atender melhor as necessidades de seus clientes; Qual o grau de satisfação do relacionamento da empresa com os clientes? Se os mesmos disponibilizam treinamentos especializados para a equipe responsável pelo atendimento ao cliente. O segundo tipo teve a intenção de verificar a opinião dos clientes quanto a alguns aspectos do atendimento e serviços oferecidos pelos lojistas. Foram entrevistados 70 consumidores de produtos cosméticos no bairro do Alecrim. Os dados foram coletados a partir de um questionário semi-estruturado, não-disfarçado.

(RESULTADOS) De acordo com os dados analisados através da observação direta não-probabilística nas lojas visitadas, em Natal/RN, verificou-se que, na maioria dos estabelecimentos do segmento, há uma falta de formação adequada por parte da equipe de vendas, há uma ganância desmedida dos proprietários por lucros, não há políticas de Marketing de Relacionamento para fidelização. Observou-se também que a procura por produtos cosméticos é muito grande e abrange todas as classes, mas grande parte desses consumidores não tem conhecimento sobre os produtos que estão utilizando. Os resultados da pesquisa, com aproximadamente dez empresários do segmento, foi contraditória, onde a maioria afirma ter Política de Marketing de Relacionamento e que os mesmos estão satisfeitos com a interação com os clientes. Quando questionados se ofereciam treinamentos especializados para sua equipe de colaboradores cerca de 80% responderam não ser necessário. Constatou-se também na pesquisa que a maioria dos consumidores não estão satisfeitos com o atendimento das lojas do segmento de cosméticos.

(CONCLUSÃO) De acordo com os resultados da pesquisa realizada concluiu-se que a Indústria da Beleza é um segmento em amplo crescimento mundial com destaque eminente para o setor de cosméticos. Contribuindo de forma significativa para o desenvolvimento da economia local. Conclui-se, portanto, que a insatisfação dos clientes desse segmento na cidade é legítima e lamentável, uma vez que atualmente vivemos outra realidade no mundo mercadológico, onde teoricamente o cliente é quem dita às regras do jogo do mercado. Faz-se necessário pensar com a cabeça do cliente, não basta ouvi-lo, é preciso superar suas expectativas e naturalmente dar a ele aquele “algo mais” que o concorrente não pensou, ou seja, o diferencial que proporciona vantagem competitiva no mercado globalizado.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

PLANO DE POSICIONAMENTO PARA A MARCA COLLE

Michelle Cahú da Fonseca Cabral Fagundes

Discente do Curso de Administração com Habilitação em Marketing, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Franklin Marcolino de Souza

Docente do Curso de Administração com Habilitação em Marketing, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) Nos dias atuais, o marketing de uma empresa tem papel fundamental, tido como uma ferramenta estratégica, muitas vezes confundido com a propaganda em si, o marketing busca não apenas a divulgação da empresa, como estuda o comportamento de seus consumidores a fim de identificar neles suas verdadeiras necessidades e desejos. O mercado está se segmentando e os clientes têm cada vez mais opções de marcas e produtos distintos. Em meio ao excesso de comunicação, o que se destaca é como essas marcas estão posicionadas na mente dos seus consumidores. A Colezzione é uma empresa que atua no mercado da moda há 20 anos e, sentindo a necessidade de inovar e modernizar, ao completar a maioria, lançou uma submarca chamada Colle, com o intuito de atingir um público mais jovem. A Colle foi introduzida na Colezzione através de imagens dentro do ponto de venda, com algumas estratégias de merchandising desenvolvidas juntamente com sua agência de publicidade. A marca hoje tem uma necessidade de ser posicionada devido a grande tendência dos consumidores maduros comprarem produtos voltados para os jovens buscando rejuvenescer. Com base neste contexto, o presente estudo teve como objetivo reforçar a imagem da marca Colle, através da proposição de um plano de posicionamento.

(METODOLOGIA) O trabalho caracteriza-se como estudo de caso, que possibilita uma melhor percepção, bem como o levantamento de hipóteses mais específicas relacionadas ao problema em questão, onde a marca Colle foi o principal objeto estudado. A população pesquisada estava situada nas regiões dos bairros de Petrópolis e Tirol onde atingia um público jovem, perfazendo um total de 19.904 habitantes. Foi utilizada uma amostra probabilística intencional de 155 questionários, com um erro de 8% no seu cálculo e com 95% de confiabilidade. Foi aplicado um questionário semi-estruturado não disfarçado, com perguntas fechadas e abertas, junto aos moradores dos bairros citados, tendo sido tabulados utilizando-se de programas computacionais como Word e Excel, em que foram filtrados, organizados em tabelas e apresentados graficamente, analisados individualmente para obter conclusões finais.

(RESULTADOS) O resultado da pesquisa mostra que a Colle não é lembrada quando se fala de marca juvenil feminina de sapatos, bolsas e acessórios. Outro ponto a ser colocado é que quase 70% dos pesquisados não conhecem a marca Colle, e aqueles que conhecem consideram que um dos principais aspectos positivos da marca é a qualidade do produto, e a maioria dos que conhecem não sabem afirmar ao certo quais os aspectos negativos. A alta qualidade é a palavra que para os entrevistados melhor define a marca de sua preferência. Quanto ao comportamento de compra dos entrevistados, mais de 50% compram sapato e bolsas semestralmente e 91% deles compram em shopping centers, e para esses consumidores o que decide a compra é o atendimento e o preço.

(CONCLUSÕES) Diante dos resultados obtidos na pesquisa, conclui-se que a marca Colle precisa ser inserida no mercado, e para isso faz-se necessário uma melhor forma de divulgação da mesma. Percebe-se ainda que ter apenas qualidade não basta para fazer a diferença num mercado competitivo em que são lembradas inúmeras marcas com uma mesma segmentação. Para isso, é importante que haja um direcionamento da marca ao que ela se propõe a oferecer, ao contrário do que mostra a pesquisa, a marca Colle não é identificada como uma marca jovem e seus produtos não são considerados atrativos, diferenciados e exclusivos. Portanto para obtenção de melhores resultados quanto ao posicionamento da Colle, devem ser realizadas pesquisas que busquem a fundo quais os valores percebidos pelo público a ser atingido, a fim de desenvolver estratégias mais agressivas que identifiquem a marca de maneira positiva.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

UMA AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS PROVOCADOS PELAS AÇÕES DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL RURAL PROMOVIDAS PELO SENAR-AR/RN

Thaís Henriques de Araújo Cortez

Discente do Curso de Administração de Empresas, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Karina de Oliveira Costa Bezerra

Docente do Curso de Administração de Empresas, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) É inegável que o Brasil precisa crescer, gerar emprego, renda e movimentar a economia, e com isso o mercado busca por qualificação. O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural SENAR-AR/RN tem como objetivo qualificar e aperfeiçoar “trabalhadores rurais” que vivem e sobrevivem na zona rural do Estado do Rio Grande do Norte. Afim, de coletar dados para avaliar este problema de pesquisa serão observados objetivos, geral e específicos, para desenvolvimento do estudo. O objetivo geral propõe-se avaliar os impactos das ações de Formação Profissional Rural (FPR), promovidas pelo SENAR-AR/RN junto ao Produtor Rural, através dos objetivos específicos que são: coleta de informações sobre o perfil do profissional do rural beneficiado, ações das quais esses profissionais obtiveram pelo SENAR-AR/RN, quais impactos esses perceberam e quais os pontos positivos e negativos dessas ações de profissionalização. O Estudo é de grande importância para a empresa SENAR-AR/RN, pois levará informações não antes abalizadas por esta, para a instituição de ensino FARN que terá um trabalho inovador em sua temática.

(METODOLOGIA) A pesquisa é do tipo descritiva e exploratória e será um estudo de caso. A amostra corresponde a 4 (quatro) dos beneficiados dos cursos de FPR realizadas pelo SENAR-AR/RN durante o 1º semestre do ano de 2007, em empresas contribuintes do mesmo. O instrumento de pesquisa foi um roteiro para realização da entrevista, do qual será possível à obtenção de dados qualitativos para obtenção e análise dos resultados.

(RESULTADOS) Os resultados estão sendo descritos no presente mês de outubro e só terá o termino com o trabalho concluído. Porém, já foi possível analisar através do perfil que existem pontos de influência como nível de escolaridade dos profissionais rurais que tende a ser baixo. Assim como falta de perspectiva de crescimento profissional, mesmo que ao termino de um curso e/ou treinamento esses recebem certificados. Espera-se que ao termino das coletas de dados ter subsídios para identificar como esses profissionais são atingidos e como fazer para que o impacto positivo.

(CONCLUSÃO) É um desafio que o SENAR-AR/RN tem como sendo seu objetivo, qualificar profissionais rurais através das ações de FPR, que são diversas, não é tarefa fácil, já que existe um nível cultural diversificado entre quem aplica o curso e quem recebe, contudo esse processo terá que ser sempre reavaliado e planejado para que os resultados esperados sejam obtidos. Para isso será necessário que os profissionais que estejam a frente desse processo sejam capazes de transmitir esperança para esses trabalhadores rurais.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL: UMA ANÁLISE DA AGRO INDUSTRIAL BELA VISTA LTDA

Suzy Emmanuely do Nascimento Alves

Discentes do Curso de Administração de Empresas, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Maria Teresa Pires Costa

Docente do Curso de Administração de Empresas, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) O presente trabalho visa identificar os fatores determinantes no processo de elaboração da Estrutura Organizacional da Agro Industrial Bela Vista LTDA. A mesma tem como objetivo desenvolver atividades agro-industriais na fabricação de Aguardente (etanol), a partir da matéria-prima cana-de-açúcar.

(METODOLOGIA) O projeto tem como fonte de pesquisa o estudo da Estrutura Organizacional. A mesma está estruturada em quatro capítulos. O primeiro capítulo compreende a parte introdutória da pesquisa contextualizando o problema de pesquisa, delimitando os objetivos, caracterizando a empresa objeto de pesquisa do estudo e justificando sua realização. O segundo traz a revisão da literatura onde se abordam os principais temas relacionados à estrutura organizacional desde das noções gerais a tópicos mais específicos. No terceiro capítulo apresentam-se os procedimentos metodológicos, o universo da pesquisa, o tipo de pesquisa, a coleta e tratamentos dos dados. No quarto é apresentado os resultados, conclusões, recomendações e referências consultadas.

(RESULTADOS) Quanto aos resultados do estudo realizado na Agro Industrial Bela Vista LTDA, correspondeu as necessidades esperada, a estrutura física corresponde as normas para uma boa funcionalidade entretanto pode-se adquirir equipamentos mais modernos e com maior tecnologia. Dessa forma a empresa terá redução nos custos, maior produtividade e conseqüentemente um maior capital.

Nos sistemas de Autoridade, Responsabilidade e Comunicação, atende as necessidades, entretanto há algumas falhas que podem ser corrigidas, tais como: Relacionamento entre empregados e empregadores, uma maior interação da própria empresa com seus funcionários, valorização do empregados, valorização do ambiente de trabalho, ou seja de forma geral, é preciso que se tenha uma maior interação entre os empregados e empregadores para crescimento da mesma.

(CONCLUSÃO) De acordo com os dados desse estudo a Agro Industrial Bela Vista LTDA, desponta como uma empresa atuante, embora necessite implantar estratégias de qualidade, na sua estrutura física, no seu sistema de Responsabilidade, de Autoridade e no Sistema de Comunicação.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

ESTRATÉGIAS DE FIDELIZAÇÃO PARA OS CLIENTES DA CLÍNICA MARCO ALMEIDA

Izabela Dantas de Medeiros da Luz

Discente do Curso de Administração com Habilitação em Marketing, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Franklin Marcolino de Souza

Docente do Curso de Administração com Habilitação em Marketing, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) A Clínica Marco Almeida vem proporcionando cada vez mais serviços que os clientes desejam no que se trata de medicina estética. Os clientes vão à procura da beleza física perfeita e da sua auto-estima renovada. Portanto estes clientes têm uma relação forte com a empresa já que passa somente de um serviço prestado, mas sim de uma relação com seu estado emocional e físico. A empresa tem como meta principal atender e satisfazer seus clientes para que os mesmos voltem sempre à empresa e que sua imagem não seja esquecida. Para isso a clínica precisa aplicar alguma forma ou programa de fidelização de clientes. Os pacientes precisam se sentir atendidos, percebidos e bem aceitos, só assim eles retornam, já que a concorrência em torno dessa especialidade cresce a cada dia. Com isso é preciso analisar quais as estratégias necessárias na busca da fidelização dos clientes da Clínica Marco Almeida. Para isso é necessário identificar o perfil, os hábitos e a percepção quanto ao atendimento e serviços da clínica.

(METODOLOGIA) A pesquisa realizada neste trabalho classifica-se como pesquisa descritiva-exploratória, porque os dados foram coletados de forma exploratória, proporcionando ao pesquisador uma maior compreensão contextualizada do problema. Essa condução se iniciou pela identificação, seleção e leitura da bibliografia disponível sobre o assunto, pois se fez necessário partir do que já está publicado por diversos autores. A amostra da pesquisa realizada refere-se a uma pesquisa probabilística, pois cada elemento da população teve uma chance conhecida e diferente de zero de ser selecionado para compor a amostra. O questionário, que foi o instrumento usado, pois é o instrumento mais utilizado em pesquisa quantitativa principalmente em pesquisa de grande escala, como as que propõem levantar opinião política da população, foi organizado com questões abertas, onde o entrevistado respondeu à alternativa que mais se ajustou às suas características. O tratamento para análise de dados foi feito através de tabelas e gráficos utilizando os programas Word e Excel.

(RESULTADOS) A pesquisa realizada buscou identificar o perfil do cliente da Clínica Marco Almeida, em sua maioria do sexo feminino 75%, pertencentes em grande parte das classes A e B que facilita a realização dos desejos pela beleza. A cirurgia plástica é o serviço mais procurado com 37%, e com isso vimos a importância de fidelizar esses clientes para que freqüentem outros ramos que a clínica oferece. A maioria dos pacientes entrevistados gostaria de receber benefícios como descontos em novos procedimentos, pois assim ele se sentiria diferenciado e percebidos e não acharia necessidade de procurar outra empresa, que como mostra a pesquisa 37% das pessoas já procurou outra empresa no mesmo ramo depois da clínica, não é maioria, mas é um dado bem relativo que se tem que levar em consideração.

(CONCLUSÃO) A beleza estética está cada vez mais presente na vida das pessoas. O cirurgião precisa passar a segurança que o paciente necessita, o cliente tem que se sentir seguro e bem atendido ao entrar na clínica. Portanto é de extrema importância o bom atendimento que a clínica oferece, pois é desde o primeiro atendimento que se fideliza um paciente. A pesquisa é de extrema importância para a empresa, já que muitas vezes por ser uma clínica já bem conceituada e procurada não se percebe as falhas em relação ao paciente. O resultado da pesquisa avaliou que existem falhas sim, como em muitas empresas, mas para ter um diferencial e como a concorrência em relação à beleza está cada vez mais acirrada, é preciso avaliar essa pesquisa e observar os pontos que se pode rever para fidelizar o paciente, para que de bom na pesquisa passe para ótimo.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL: UM ESTUDO COM CLIENTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL/SEMTAS

Alex Rocha de Paiva

Discente do curso de Administração com Habilitação em Marketing pela FARN

Maria Teresa Pires Costa

Docente do curso de Administração com Habilitação em Marketing pela FARN

(INTRODUÇÃO) São constantes as mudanças no mundo atual, os que tornam as pessoas cada vez mais competitivas, fazendo com que as mesmas busquem, a cada dia que passa melhorias na sua qualificação. É natural do ser humano trazer consigo sentimentos, ambições, criarem expectativas, envolver-se e buscar o crescimento dentro daquilo que desenvolve e realiza. É relevante contribuir para que se valorize a qualificação de mão de obra, visto que não se deve mais pensar que o homem trabalha tão somente para receber seu salário, negando até mesmo os sentimentos naturais do ser humano e que não se frustram com a falta de crescimento intelectual. Uma organização inovadora e inteligente busca essa valorização, visando a autorealização das pessoas mediante um maior envolvimento na empresa, fazendo-as se sentirem importantes e participantes do constante progresso do meio onde estão inseridas. Segundo Rodrigues (1994, p.93), “os empregados que possuem uma vida familiar insatisfatória tem o trabalho como o único ou maior meio para obter a satisfação de muitas de suas necessidades, principalmente, as sociais”. Assim, o trabalho torna-se indispensável, tomando uma dimensão enorme na vida das pessoas. No País atualmente alguns fatores vêm contribuindo para a crise econômica, dentre esses podemos citar, a falta de crescimento econômico, as inovações tecnológicas, o aumento da PEA (População Economicamente Ativa), entre outros que tendem a elevar os índices de desemprego favorecendo o crescimento de atividades informais e do trabalho precário. O Brasil segue essa trajetória de crise do desemprego, porém com um problema a mais, onde no mercado atual não está explícito a falta de divisão entre emprego e desemprego, proporcionando cada vez mais a inserção de situações intermediárias. Nesse contexto, deve ser lembrado que os sistemas públicos de emprego ainda não apresentam condições suficientes para resolver todos estes problemas do desemprego, pois o setor público não dispõe de recursos suficientes para investir nessas políticas e também o setor privado que não tem interesse de contratar trabalhadores sem qualificação profissional. O programa de Qualificação Profissional e suas ações de intermediação de mão de obra, surgiram com a necessidade de desenvolver ações direcionadas ao crescimento sustentável com trabalho, a constante busca por uma capacitação profissional que sempre foi a grande exigência do mercado de trabalho, com a realização de seus principais objetivos como a : inclusão social, inserção e reeinserção no mercado de trabalho, crescimento com geração de trabalho emprego e renda e promover condições para a expansão da cidadania. O objetivo geral dessa pesquisa é Conhecer e avaliar o perfil e opinião do usuário do serviço de Qualificação profissional da SEMTAS. A pesquisa que será desenvolvida dentro do setor de Qualificação Profissional da SEMTAS é de bastante relevância, pois consiste captar e analisar dados para mostrar o perfil e opinião dos usuários do programa de Qualificação, visto que nunca foi desenvolvida dentro do setor este tipo de pesquisa, as informações coletadas servirão de instrumento para a sociedade e para a instituição em estudo, identificando assim a visão do público externo que busca sempre alternativas de melhorias sociais, a opinião desse público poderá ajudar a identificar possíveis falhas no processo e idéias que poderão até mesmo serem aproveitadas, fazendo com que o setor possa sempre estar à frente do processo e buscando a melhoria constante de seus serviços oferecidos a comunidade.

(METODOLOGIA) O presente trabalho fará pesquisa com os clientes da SEMTAS, e pretende avaliar o nível da Qualidade do serviço oferecido pelo setor de qualificação profissional da mesma. Para essa pesquisa se utilizará o método de pesquisa exploratória-descritiva. – Exploratória: objetiva entender um caso a partir dos estudos realizados, descritiva: porque será descrito as características da população e da coleta dos dados. O universo desta pesquisa será composto de 125 clientes da SEMTAS, todos beneficiários do programa de qualificação profissional. Os dados serão coletados através da aplicação de questionários individuais, para o presente trabalho, os dados serão tratados de forma qualitativa e quantitativa, apresentado de forma estruturada, para uma análise mais aprofundada do objeto em estudo.

(RESULTADOS) De acordo com os dados coletados para esta pesquisa, com referência, a uma média de clientes atendidos durante um ano em toda a capital do estado. Foram abordadas questões referentes ao perfil do cliente, como sexo, idade, Grau de instrução, estado civil e ainda perguntas que puderam identificar a opinião a respeito da qualidade no serviço oferecida pela Secretaria Municipal do Trabalho e Assistência Social.

(CONCLUSÕES) Alguns dados parciais que concluintes da pesquisa; foi identificado um dado extremamente importante onde. 71% dos clientes são mulheres, elas apresentam maiores interesses em se qualificar para o mercado de trabalho, porém, as oportunidades de emprego disponíveis no mercado na maioria são para homens.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

DEFINIÇÃO DE UM SISTEMA DE CONTROLE DE ESTOQUE PARA UMA EMPRESA DISTRIBUIDORA DE CARTÕES TELEFÔNICOS

Priscilla Palitot Dantas

Discente da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Fabricia Abrantes Figueiredo Da Rocha

Docente da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) A Administração de Materiais é uma área que vem recebendo destaque nas organizações, sobretudo diante de um enfoque logístico. O desafio consiste em saber definir não apenas o mix a ser disponibilizado, mas as quantidades, os momentos e os canais de distribuição, considerando custos mínimos. A presente pesquisa foi desenvolvida na empresa Alpha, cujo nome é fictício, que atua na distribuição de cartões telefônicos de faces 10, 15, 20, 30 e 50 e da Operadora Claro, incluindo também os chips. Em linhas gerais, o estudo foi direcionado para a análise do processo de controle e dimensionamento dos itens precitados, podendo ser identificada a ausência de um modelo definido, capaz de estimar a demanda e conceber uma distribuição mais precisa quanto ao atendimento às rotas.

(METODOLOGIA) A pesquisa constituiu em um Estudo de Caso, pois retratou a análise de uma problemática da empresa Alpha, a partir da qual se teve o desenvolvimento de ações em busca da otimização do processo. Dessa maneira, abrangeu a área de Administração de Materiais, mais precisamente o proprietário, que figura como o gestor geral da organização, além do funcionário responsável pela gestão do estoque e dos vendedores. A coleta de dados aconteceu a partir da observação do ambiente, considerando as rotinas relacionadas ao recebimento dos itens, suprimento físico e controle das saídas destes quando da sua distribuição para os vendedores; análise documental, mediante a consulta de relatórios demonstrativos das vendas por cidade; e entrevistas informais realizadas ao público alvo já citado anteriormente.

(RESULTADOS) A partir do diagnóstico situacional pôde-se identificar a ausência de um modelo de previsão e controle do estoque. Dessa maneira, mediante levantamento de dados, que abrangeu o trimestre, detalhando, inclusive a distribuição por localidade, são 47 cidades do RN, foi estruturado um modelo baseado no método dos mínimos quadrados, associada a Curva Dente de Serra, que exhibe o ponto de pedido e níveis de estoques, o que permitiu estimar a demanda para o próximo período. Por outro lado, para que se pudesse desenvolver um controle mais preciso, teve-se a padronização do fluxo de materiais, englobando as rotinas desde a programação da compra, em termos das quantidades, quanto ao recebimento da mercadoria e registros efetivados para a entrada e saída dos itens do estoque, considerando os números sequenciais de cada cartão telefônico.

(CONCLUSÕES) As ações propostas na pesquisa apresentam uma contribuição significativa para a empresa, pois ter um controle efetivo do estoque repercute diretamente na redução dos custos. De forma mais específica, os vendedores passarão a ter disponibilidade de um número de itens adequados a realidade de sua rota, inibindo a ruptura e os excessos. O controle passará a ser padronizado, ou seja, os registros acontecerão com maior precisão, ocasionando um ganho quanto a incidência de divergências.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

IDENTIFICAÇÃO DA PERCEPÇÃO DO CLIENTE DA STYLLUS COLCHÕES: O PASSO INICIAL EM BUSCA DA SUA FIDELIZAÇÃO

Cozângela Maria Fernandes de Oliveira

Discente do Curso de Administração com Habilitação em Marketing, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Fabírcia Abrantes Figueiredo da Rocha

Docente do Curso de Administração Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) O presente projeto teve como objeto de estudo a identificação da percepção do cliente com o propósito de desenvolver ações direcionadas a sua fidelização, já que uma organização que adota o Sistema CRM tem a possibilidade de atingir uma maior participação no mercado. Assim, as ações propostas visam estreitar os laços de relacionamento entre empresa e consumidor, de modo que venha satisfazer e surpreender as suas necessidades, o qual vem demonstrando maior exigência em ser fiel ao mercado.

(METODOLOGIA) Trata-se de um Estudo de Caso, enquadrando-se como pesquisa Descritiva e pesquisa Exploratória, esta por envolver um aprofundamento bibliográfico em adquirir conhecimentos para a definição dos resultados e aquela para expor característica, para definir dados a serem coletados e a partir daí apresentar resultados. A coleta de dados ocorreu por meio de um questionário com perguntas fechadas aplicado aos clientes e contará com uma amostra de 10 clientes, realizado durante o mês de outubro, é importante enfatizar que por se tratar de um trabalho de conclusão de curso a amostra é parcial.

(RESULTADOS) A identificação do trabalho apresentou em duas etapas, perfil dos clientes e dados avaliativos, no que se refere ao perfil dos pesquisados predominou o sexo feminino, abrangendo a faixa etária equivalente a 30% sendo de 31 a 45 anos, a maioria são casados e a renda familiar obtendo maior significado acima de 8 salários mínimos. Considerando o enfoque da empresa, os pesquisados relatam ter conhecimento da empresa através de indicação pessoal e divulgação visuais, destacando sua boa localização e um ambiente agradável, o mix de produtos atende as expectativas e o relacionamento entre funcionário e cliente é considerado bom, a preferência da maioria dos que visitam é mensal e a qualidade do atendimento é considerado ótimo, onde os funcionários procuram mostrar o mix de produtos total, o mix de produtos oferecidos pela empresa atende a totalidade das necessidades dos consumidores.

(CONCLUSÃO) Este trabalho, através dos dados coletados, elencou informações que poderão dar suporte ao desenvolvimento do gerenciamento das estratégias da Styllus Colchões visando adquirir uma ampla oportunidade de aperfeiçoar o relacionamento entre a empresa e seus clientes, entretanto a percepção do ambiente aponta para a necessidade de desenvolver um processo para o atendimento ao cliente, mediante informações estruturadas que permitam um relacionamento mais customizado para conquistar a sua fidelização. Cabe então destacar que sob esse aspecto a solução CRM poderá influenciar nas decisões pertinentes a estruturação das informações obtidas através do processo.

MAPEAMENTO DE PROCESSOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE

Fellipe César Cavalcanti Monteiro

Discente do Curso de Administração com Habilitação em Marketing, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Josué Vítor de Medeiros Júnior

Docente do Curso de Administração com Habilitação em Marketing, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) Qualidade é o conjunto de características de todo produto/serviço que visa superar as expectativas de satisfação das pessoas envolvidas. O controle e a padronização dos processos implicam em um melhor atendimento às necessidades dos clientes e a rotina proporciona o aperfeiçoamento das atividades. Por outro lado, cabe às pessoas envolvidas buscar a melhoria contínua dos processos. É aí onde se dá a importância de se instituir o Sistema de Gestão da Qualidade. A Gestão da Qualidade pode ser instituída em qualquer organização e sua mensuração está diretamente relacionada ao nível de satisfação de seus clientes. O mapeamento dos processos proposto nesta pesquisa, busca instituir um Sistema de Gestão da Qualidade em um modelo de negócio específico. A “Custódia de Arquivos” é um conceito novo na prestação de serviços e pioneiro no Estado. Custodiar significa guardar algo com segurança. Neste caso, a guarda segura e a gestão dos documentos de terceiros, caracteriza o processo macro e a atividade fim da empresa Linus Tecnologia da Informação. A gestão desse processo desencadeia processos menores para a prestação do serviço. Partindo da problemática de que os documentos emitidos em papel são quase sempre insubstituíveis, a empresa se vê na necessidade de aperfeiçoar sua relação com os clientes para prover um serviço mais ágil e com menor risco de falhas, garantindo uma maior confiabilidade e segurança na prestação do serviço. Este tipo de serviço requer controle e padronização para garantir a eficácia dos processos. A partir disso, a empresa busca maximizar uma oportunidade de mercado e começar a instituir um Sistema de Gestão da Qualidade para o processo “Custódia de Arquivos”. Assim, o objetivo geral da pesquisa é mapear o processo de custódia de arquivos na empresa Linus Tecnologia da Informação.

(METODOLOGIA) Quanto à natureza, trata-se de uma pesquisa aplicada, pois objetiva gerar conhecimentos para solução prática ao problema da falta de padronização e controle dos processos da empresa, e a ausência de um sistema de gestão da qualidade que possa garantir uma maior confiabilidade e segurança. A pesquisa tem cunho qualitativo e é uma pesquisa de caráter exploratório. Envolve levantamento bibliográfico e entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema. O procedimento técnico desta pesquisa é o estudo de caso, o universo da pesquisa se resume aos três responsáveis pelo processo de custódia e aos dois diretores da empresa. A amostra é o próprio universo. Como instrumento para coleta de dados é utilizado a entrevista em profundidade do tipo não diretiva.

(RESULTADOS) Os resultados obtidos consistem no conhecimento real e na melhoria aplicada aos processos, que foram desenhados em fluxos, documentados e padronizados como Instruções de Trabalho. Essa melhoria decorre da estratégia de se adotar um sistema informatizado para gerenciar o processo de custódia de arquivos. Contudo, a padronização dos processos servirá como base para implementação de um Sistema de Gestão da Qualidade. Foram mapeados os processos de atendimento à requisição; devolução de lotes requisitados; entrega dos lotes requisitados; e incorporação de novos arquivos.

(CONCLUSÃO) A partir do mapeamento será possível padronizar os processos e iniciar a implementação do Sistema de Gestão da Qualidade. Desta forma, a empresa começa a direcionar suas ações para a qualidade nos serviços, buscando a melhoria da satisfação dos clientes. Além disso, toda padronização e a criação dos documentos e registros do sistema de qualidade proporcionará maior eficácia ao trabalho. Por fim, o estudo de caso tem sua colaboração técnica e científica a partir do diagnóstico de focar as atividades na qualidade do serviço, e social ao processar pessoas através dos conhecimentos oriundos das capacitações no Sistema de Gestão da Qualidade.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

UMA AVALIAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA VIABILIDADE DE UM EMPRENDIMENTO DO SETOR DE SERVIÇOS: UM ESTUDO DE CASO DE UM LAVA-JATO EM NATAL

*Marcela Alves de Medeiros
Wladimir César Medeiros de Oliveira
Vinicius Aquino da Silva
Magnus Lopes Leitão
Augusto César Dantas de Amorim
João Elias neto*

Discentes do Curso Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Carlos Eduardo Marinho Diniz

Docente do Cursos de Administração, Administração com Habilitação em Marketing e Ciências Contábeis da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) A instabilidade dos mercados financeiros fez surgir, principalmente a partir das últimas décadas, a necessidade tática das empresas de planejarem antecipadamente os seus negócios. Nesta esteira, o orçamento empresarial se constitui em uma ferramenta poderosa dentro da empresa que busca a adaptação ao mercado, em vista da objetivação da minimização dos custos organizacionais. Com esta ferramenta pode se prever e controlar os lucros e as despesas da empresa, acompanhando a evolução dos negócios. Para se obter bons resultados no mundo empresarial, não basta ter boas estratégias: é preciso planejar adequadamente. O objetivo desse trabalho é identificar a viabilidade de implantação de um lava-jato na cidade de natal/RN, considerando todos os aspectos inerentes a essa tarefa.

(METODOLOGIA) A pesquisa apresenta quanto à forma de abordagem a que se propõe a característica quantitativa com o intuito de propor um modelo de orçamento para o segmento de serviços de lavagens automotivas e o instrumento utilizado para coleta de dados do método quantitativo foi o questionário, estruturado com questões fechadas. Também Utilizou-se à pesquisa de mercado que tem como estudo analisar a viabilidade de implantação de um negócio e identificar o público-alvo.

(RESULTADOS) O plano de negocio foi à ferramenta de gestão utilizada para planejar e decidir a respeito da implantação da empresa, tendo como base a situação atual da empresa em relação ao mercado, aos clientes e à concorrência. A zona sul da Natal onde será implantado o empreendimento possui um público potencial em crescimento devido ao aumento de construções de condomínios, comércios, hotéis e pousadas e no início do ano de 2007 houve o recorde no número de veículos novos transitando nas ruas do Rio Grande do Norte. Somente no primeiro semestre, foram comercializados 25 mil automóveis, motocicletas, caminhões e ônibus, quantidade 33% superior à registrada no mesmo período de 2006. Com isso, a frota potiguar já alcança 545 mil unidades, dos quais nada menos de 42% estão registrados somente na capital.

(CONCLUSÕES) Os resultados das pesquisas mostram que é viável implantar uma lava jato na zona sul de Natal baseado em um plano de negocio detalhado e um bom orçamento empresarial é a peça fundamental do planejamento. É uma ferramenta de gestão que possibilita a elaboração de metas financeiras a curto e à médio prazo ao mesmo tempo em que define quem, como e quando estas metas serão alcançadas. Os índices de Lucratividade (24,46%, referente a R\$ 4.071,83), Rentabilidade (12,01%, referente R\$ 2.000,12), onde atingira o seu ponto de equilíbrio com 63,54%, referente (R\$ 10.579,94) e tempo de retorno (8 meses) são extremamente atraentes e ainda considerando o custo de oportunidade a tendência do negócio é superar as expectativas de maximização de resultados.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

CLIMA ORGANIZACIONAL: UM ESTUDO DE CASO EM UMA IMOBILIÁRIA NA CIDADE DO NATAL

Kamilla Carvalho de Araújo

Discente do Curso de Administração, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Catarina da Silva Sousa

Docente do Curso de Administração, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) A empresa constitui o ambiente onde as pessoas trabalham e passam a maior parte de suas vidas. As pressões exercidas sobre a organização e a forma como elas são absorvidas pelo empregado tem implicações sobre o clima organizacional. A imobiliária em questão é a empresa pioneira no ramo imobiliário do estado, que atua simultaneamente em várias frentes: locação e administração de imóveis, administração e assessorial condominial, planejamento imobiliário, lançamentos e vendas de empreendimentos, compra, venda e revenda de imóveis urbanos, rurais e de praia. A empresa é hoje líder de mercado com 120 colaboradores. Os resultados de uma pesquisa de clima organizacional representam importante instrumento para que a organização possa identificar os pontos positivos e negativos do trabalho em equipe, para que possa ser também o ponto de partida para aprofundamento desses pontos positivos ou elaboração de um projeto de ação para melhoria do clima, diante dos pontos negativos encontrados. A fim de se obter esse conhecimento, a pesquisa investigou: Até que ponto o nível do clima organizacional no setor de locação de imóveis pode influenciar no desempenho dos funcionários deste setor.

(METODOLOGIA) A pesquisa foi realizada de forma descritiva e exploratória através de um estudo de caso. Um estudo do tipo descritivo procura observar, registrar, analisar e interpretar as respostas sem que o pesquisador interfira nos resultados tendo como objetivo a descrição das características do assunto ou população pesquisada. Já a pesquisa exploratória, conduzirá os estudos com hipóteses e explicações demonstrando aspectos mais aprofundados em relação ao assunto. A coleta de dados ocorreu por meio de questionário aplicado ao universo de 11 colaboradores do setor de locação da empresa. Os dados foram coletados, tratados e organizados em tabela, com utilização de programa tipo Excel. Salienta-se que se trata de um Trabalho de Conclusão de Curso, sendo aqui apresentados dados parciais.

(RESULTADOS) A pesquisa foi realizada em duas etapas, perfil dos usuários e dados avaliativos. Os resultados mostraram que o setor de locação é formado em sua grande maioria pelo sexo feminino, com idade entre 25 a 30 anos, solteiros e com 2º grau completo, sendo a renda familiar variável entre 3 a 4 salários mínimos. A grande parte trabalha na empresa a mais de 5 anos. Os dados avaliativos indicaram que a maioria dos funcionários se relaciona bem com os colegas de trabalho, e acham satisfatório o relacionamento com seus superiores e subordinados do setor, mas sentem-se pouco realizados com o trabalho que executam e com o reconhecimento do mesmo. O salário, para a grande maioria não é satisfatório. Assim como, sentem-se pouco seguros com a estabilidade do seu emprego na empresa. Motivação, valorização e reconhecimento profissional foram às palavras mais citadas para associação ao clima organizacional. Quase todos os entrevistados disseram que nunca passaram por uma pesquisa de clima organizacional na empresa.

(CONCLUSÃO) Toda empresa deve considerar que um bom clima organizacional é relevante para boa execução do trabalho pelo colaborador e sua permanência na empresa. O estudo realizado mostrou que os funcionários do setor de locação da imobiliária em questão não possuem um clima organizacional favorável para a execução do trabalho. Comprovou-se que a grande maioria, por falta de opção e/ou necessidade, estão desempenhando funções que não lhes agradam e ainda não lhes traz uma remuneração satisfatória. Estratégias em torno da motivação, valorização e reconhecimento desses funcionários poderá ser o passo inicial, para a diretoria, melhorar ou contornar a situação em relação ao clima organizacional, a fim de contribuir com o crescimento humano e profissional dos funcionários e conseqüentemente para o crescimento da organização.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

VAREJO VIRTUAL: TRANSIÇÃO DO VAREJISTA TRADICIONAL PARA O SUCESSO DO VAREJO VIRTUAL

Anna Clara de Aguiar Garcia

Poliana Costa de Medeiros

*Discentes do Curso de Administração com Habilitação em Marketing, Faculdade Natalense para o
Desenvolvimento do RN*

Franklin Marcolino de Souza

*Docente do Curso de Administração com Habilitação em Marketing, Faculdade Natalense para o
Desenvolvimento do RN*

(INTRODUÇÃO) A internet tem sido considerada uma das tecnologias de base do atual paradigma tecnocômico, pois supera os limites ao crescimento considerando o padrão tecnológico estabelecido ao trazer para um único ponto de venda, uma ampla gama de clientes que não lhe seria acessível. Inaugura novas frentes de expansão ao permitir a criação de novos produtos e processos de venda, como na criação de lojas de varejo unicamente virtuais e sustenta a lucratividade e produtividade dos processos transformados pela tecnologia. O comércio eletrônico engloba a realização de negócios por meio da internet, incluindo a venda não só de produtos físicos, entregues off-line, isto é, por meios tradicionais, mas também de produtos com softwares que podem ser digitalizados e entregues on-line. No Brasil a energia desta nova onda está se propagando intensamente, fazendo surgir novas empresas e modelos de negócio, pois a internet permite o desenvolvimento de inúmeras vantagens mercadológicas, como o marketing um-a-um, ampliação do mercado, redução de custos, negociação dinâmica, entre outros. Neste contexto, a inovação e a tecnologia são elementos fundamentais ao sucesso das organizações e a conquista do cliente.

(METODOLOGIA) A pesquisa realizada neste trabalho classifica-se como pesquisa exploratória e social de natureza qualitativa, porque os dados estão sendo coletados de forma exploratória, proporcionando a compreensão contextualizada do problema. Essa condução se iniciou pela identificação, seleção e leitura da bibliografia disponível sobre o assunto, pois se fez necessário partir do que já está publicado por diversos autores. A pesquisa bibliográfica resultou na coleta e adequação de conceitos disseminados na academia com a realidade de mercado deste segmento. Contudo, fez-se necessário a comparação dos dados coletados em pesquisa documental com os dados publicados na mídia (on-line), para a verificação da autenticidade das informações como também para a formação de um embasamento teórico coerente.

(RESULTADOS) Pesquisas realizadas em 2001 buscaram identificar o perfil do consumidor do comércio varejista virtual, em sua maioria do sexo masculino 80%, representantes de um bom nível educacional, pertencentes às classes A e B que facilitava o desejo de compra pelos produtos oferecidos nas páginas virtuais. Contudo, estamos atualmente vivenciando o fenômeno da propagação dos recursos tecnológicos, com o barateamento das tecnologias e facilitação do acesso aos públicos de menor poder aquisitivo. Foram criados espaços para públicos potenciais de consumo pouco explorado para utilizar-se dos serviços da compra virtual, este é um dos fatores que explica a explosão de crescimento deste setor no mercado nacional. O comércio eletrônico no Brasil contou, até o final do ano de 2006, com sete milhões de internautas que realizam compras on-line. Este número representa um aumento de 40% em relação aos cinco milhões de consumidores virtuais registrados no final de 2005.

(CONCLUSÃO) A internet possibilitou o desenvolvimento de um mundo de negócios inteiramente novo, abrindo milhares de novas oportunidades. As empresas devem reagir rapidamente aos problemas e as oportunidades resultantes desse novo ambiente de negócios. Como sempre, se espera que a velocidade das mudanças e o nível de incerteza aumentem conseqüentemente as empresas operaram sob maior pressão para criar novos produtos, de forma mais rápida e utilizando menos recursos. Para ter sucesso e até mesmo para sobreviver diante dessa dramática mudança, as empresas têm de tomar não só atitudes convencionais (baixar custos, fechar unidades que não trazem lucro), como também lançar mão de iniciativas inovadoras: personalização, criação de novos produtos ou oferta de serviços especiais para o consumidor. Sendo assim, somente aquelas organizações que conseguirem desenvolver um posicionamento estratégico consistente, sustentado por vantagens competitivas únicas, terá chances de obter a lucratividade esperada por seus acionistas.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

ESTUDO DA QUALIDADE NO ATENDIMENTO DA EMPRESA ALESAT COMBUSTÍVEIS S.A. – SETOR FALE

Viviane de Oliveira Mascena

Discente do Curso de Administração de Empresa, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Karina de Oliveira Costa Bezerra

Docente do Curso de Administração de Empresa, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO): Tendo em vista a importância da Qualidade no Atendimento, a Administração Moderna, vem buscando para as empresas não só os aspectos financeiros, produtivos e organizacionais e sim, novos horizontes para seu crescimento no mercado, por isso estão investindo em áreas do setor de atendimento, tendo sempre em vista o cliente como seu maior foco. Com isso, a ALESAT visando o consumidor, criou o Setor Fale para compreendê-lo e atendê-lo. Logo então, verificou-se o real interesse em se estudar este setor, propondo-se a seguinte questão: Qual o grau de satisfação dos clientes com os serviços oferecidos pelo Setor de Atendimento - Fale?. Desta forma a fim de estudar esta problemática foram ressaltados os seguintes objetivos: O geral que é avaliar o grau de satisfação dos clientes com os serviços oferecidos pelo Setor de Atendimento, e os objetivos específicos que são: Descrever o nível de qualidade dos serviços prestados ao cliente; Identificar os principais serviços oferecidos ao cliente; Identificar a agilidade dos consultores quanto ao retorno das solicitações; Verificar a satisfação dos clientes quanto à qualidade no atendimento; Relacionar os pontos negativos e positivos do atendimento percebido pelo cliente e descrever o perfil dos entrevistados.

(METODOLOGIA): O tipo de pesquisa aplicado neste trabalho foi o descritivo-exploratório, além do estudo de caso, onde buscou-se conhecer as diversas situações e a relação operador-cliente. O universo constitui-se de usuários e clientes que ligam para central de atendimento Fale (0800), que correspondeu a uma média de 807 ligações no mês de janeiro de 2007. Sendo utilizada uma amostragem de 163 pessoas, o qual se utilizou 7% de uma margem de erro na determinação da amostra de 93% de confiabilidade. A coleta de dados foi executada através de um questionário estruturado, contendo perguntas abertas e fechadas. Depois, tabulou-se os dados, para que eles pudessem se transformar em informações. Para isso, utilizou-se o programa Excel para a criação de tabelas e gráficos para que às informações fossem visualizadas de forma clara e uma abordagem quantitativa e qualitativa para a análise dos resultados.

(RESULTADOS): Os dados revelaram que quanto a descrição dos serviços prestados, 51% indicam que a qualidade é boa e 40% é ótima; apenas 7% é regular. 88% esperam um minuto para ser atendido. Mostrou que: a solicitação (78%) é a forma mais indicada para descrever as demandas do setor; que 60% dos clientes procuram o atendimento pelo menos uma vez por semana, 93% dos clientes afirmam que os procedimentos são sempre explicados, 61% estão satisfeitos com o atendimento, e apenas 5% estão insatisfeitos. Mostrou ainda que: entre os 87% dos clientes, não ouve conversas paralelas durante a ligação, enquanto 13% reclamam de ruídos nas ligações, quando se tenta prestar informações.

(CONCLUSÃO): Com base nos resultados, verificou-se que o papel dos clientes é de suma importância para a sobrevivência da empresa, posto que, é através deles que ocorre o desenvolvimento e o impulsionamento no mercado. Mostrou que a qualidade do serviço prestado pelo setor Fale, é uma preocupação contínua quando procura atender os clientes, sempre com o intuito de tirar qualquer dúvida. Com tudo isso, constatou-se resultados favoráveis perante os serviços oferecidos pela empresa nos quais os clientes ligam para o 0800. Por outro lado, alguns clientes ainda mostram insatisfação no que se refere a comunicação das informações; Logo então, recomenda-se que os operadores sejam mais claros no processo de atendimento aos clientes e que acompanhem os mesmos através de um pós-venda para melhorias da qualidade no atendimento oferecido.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

AVALIAÇÃO PRELIMINAR DA UTILIZAÇÃO DO PAPEL RECICLADO PELO SETOR GRÁFICO EM NATAL/RN

Thayssy Barbosa de Oliveira

Discente do Curso de Administração com Habilitação em Marketing, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Alídia Hernandez Ribeiro

Docente do Curso de Administração com Habilitação em Marketing, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) O padrão econômico atual brasileiro, ainda valoriza a utilização de produtos chamados “de primeira linha”, ou novos. Contudo percebemos a mudança iminente do comportamento consumista que tende a preferir a adoção de produtos ambientalmente sustentáveis. Alguns setores, percebendo essa mudança do mercado, vêm adotando sistemas de gerenciamento e marketing “verdes”, como a indústria de cosméticos e alguns bancos privados, sob forte pressão do mercado consumidor. Devido à grande utilização e facilidade no processo de reciclagem/reaproveitamento, o papel é freqüentemente o material pioneiro em projetos de melhoria ambiental dentro das empresas. Sendo assim, o setor gráfico como um todo, passa por uma adequação. Visando investigar se esse fenômeno também é percebido dentro do RN, buscaram-se informações acerca da utilização e procura, pelos consumidores, do papel reciclado quando da solicitação de serviços gráficos, e se o setor gráfico encara essa tendência como algo em evolução.

(METODOLOGIA) Para o desenvolvimento dessa pesquisa, foram feitos: 1) levantamento bibliográfico a respeito do assunto e; 2) entrevistas com representantes de empresas do setor gráfico (gráficas rápidas e “off set”). A coleta de dados foi realizada entre os dias 1 e 5 de outubro. Os dados coletados foram analisados, e os resultados obtidos foram apresentados sob forma de gráficos para melhor compreensão.

(RESULTADOS) Do universo de 64 empresas listadas como gráficas na cidade do Natal, ao se realizar a busca em uma lista eletrônica, foram selecionadas 23 empresas, sob forma de amostra casual simples. Solicitamos que um representante de cada empresa respondesse a uma entrevista semi-estruturada sob forma de questionário. Apenas um entrevistado respondeu que sua empresa não trabalhava com nenhum tipo de papel, e quatro não puderam/quiseram participar da pesquisa. Nas 18 empresas restantes (que totalizaram mais de 28% do universo), mais de 60% já utilizam papel reciclado em seus serviços gráficos; das empresas que não utilizam, mais da metade acreditam que o mercado para o papel reciclado tende a evoluir. Em apenas cinco gráficas, os representantes afirmam que não há, por parte dos clientes, procura por serviços em papel reciclado.

(CONCLUSÃO) O papel reciclado ainda é um material pouco utilizado dentro do setor gráfico na cidade do Natal/RN. Mas os resultados mostram que já existe uma busca significativa por parte dos clientes, e que o setor também avalia que é uma tendência positiva, com bom potencial de crescimento. Os resultados ainda servem para corroborar a hipótese de que o perfil do cliente está mudando, em grande parte pela pressão causada da presença constante na mídia, dos debates e notícias relacionadas com o impacto negativo do homem sobre o meio ambiente. Ou seja, o mercado como um todo deve estar preparado para essa mudança, que deve ser inclusive encarada como uma alternativa econômica viável, contribuindo para a redução custos e na melhora de sua imagem. Somado a isso, a pesquisa serve de subsídio para futuros trabalhos sobre o tema, como o projeto de monografia a ser submetido ao Curso de Administração (com habilitação em Marketing), que irá versar sobre o mesmo assunto, aprofundando-o.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

AVALIAÇÃO DO NÍVEL DE QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELO NIT – CEFET NA VISÃO DAS EMPRESAS GRADUADAS

José Delfino Dias Júnior

Discente do Curso de Administração de Empresas, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Josué Vitor de Medeiros Júnior

Docente do Curso de Administração de Empresas, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) Tendo em vista a importância da qualidade no serviço no mercado de trabalho e no atendimento da administração moderna, muitas empresas vêm buscando diferenciais de mercado. O Núcleo de Incubação Tecnológica (NIT), vinculado ao CEFET/RN é uma incubadora de empresas que incentiva a transformação de idéias inovadoras em negócios viáveis, transferindo tecnologia das universidades/centros de pesquisas para o setor produtivo, através de cursos, palestras acessórias, espaço e tecnologia para desenvolver os projetos das empresas. Constitui-se, assim uma troca de conhecimentos e enriquecimento do mercado atual formando empresas capacitadas e prontas para atuar no mercado atual. Para fins de melhoria na qualidade do serviço prestado pelo NIT, o presente trabalho tem como objetivo verificar o nível de qualidade nos serviços prestados pelo NIT - CEFET/RN, na visão das empresas graduadas, que já passaram pelo processo de incubação.

(METODOLOGIA) Para realização deste trabalho está sendo desenvolvida uma pesquisa de campo descritiva, os dados estão sendo coletados através de questionários, visando informações da situação atual das empresas graduadas em relação a como elas estão atualmente no mercado sem o apoio do NIT. Os dados estão sendo avaliados qualitativamente e quantitativamente para atingir os objetivos propostos. Para fins de análise de dados, tem-se utilizado o software Excel, para elaboração de planilhas e gráficos estatísticos dos dados. O universo pesquisado se constitui das empresas graduadas no NIT-CEFET/RN, representada por 15 empresas.

(RESULTADOS) Os resultados obtidos estão sendo realizados nos presentes meses restantes do semestre do ano 2007 que só terão o término com o trabalho monográfico concluído. Porém, as expectativas com relação aos estudos têm grande probabilidade de se confirmarem positivamente para os padrões de qualidade oferecidos pela Incubadora. Todas as empresas entrevistadas ainda estão ativas no mercado, e estiveram incubadas no NIT de dois a três anos. Os principais motivos para estas empresas buscarem a incubadora foram: necessidade de conhecer melhor o mercado, acesso a editais, informações sobre projetos com a parceria da incubadora, custos menores de manutenção da Empresa, e enquanto aos benefícios de estar na incubadora: capacitação com consultas externas, viagens com parceria junto à incubadora, treinamento e capacitação dos empreendedores, baixo custos. Outro fator interessante foi que a maiorias das empresas entrevistadas não tiveram nenhum apoio depois que saíram do NIT. Algumas sugestões podem ser considerados: levar mais empresas ao mercado (participar mais), ter especialistas para melhor acompanhamento, analisar melhor o foco dos eventos que as empresas participam investir mais em consultorias com profissionais que relatem experiências que deram certo em outras escalas, posicionamento físico de melhor acesso para potenciais clientes (comercialização dos produtos e serviços), criação de um módulo permanente de apoio às áreas Jurídica, Contábil e Comercial.

(CONCLUSÃO) Toda empresa deve considerar a qualidade de serviços importante para se manter no mercado, e conhecer os desafios para se apresentar com qualidade. Diante disso, a presente pesquisa visa colaborar junto ao NIT / CEFET na implantação de novas idéias como a criação de um módulo permanente de apoio nas áreas jurídica, contábil e comercial, maior interação entre as empresas graduadas, incubadas e incubadoras, acesso á credito facilitado com apoio do NIT e governo do estado, com mais qualidade para atender a sociedade. Em fim, o estudo provido desenvolverá mais oportunidades de contribuir para o desenvolvimento das empresas.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

RIO GRANDE DO NORTE: O SOL QUE NASCE PARA TODOS: UMA VISÃO PANORÂMICA DAS FONTES DE INVESTIMENTOS EMPRESARIAIS

César Augusto Barreto da Silva

Lara Renna de Sousa

Wilton Alves Pequeno

Discentes do Curso de Administração e Marketing, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Alúcio Alberto Dantas

Docente do Curso de Administração, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) Esta pesquisa tem como objetivo apresentar as potencialidades dos mais diversos setores da economia do estado em uma visão panorâmica das principais fontes de investimento empresarial do Rio Grande do Norte. Justifica-se o estudo, considerando que o RN é um dos estados que mais cresce na região Nordeste. O aumento nos índices de desenvolvimento social e expansão econômica comprovam a possibilidade de um investimento rentável. Sua localização estratégica, clima e uma vasta diversidade de setores em ascendente expansão atraem investidores de todos os lugares do Brasil e do Mundo.

(METODOLOGIA) A metodologia utilizada consiste em uma pesquisa qualitativa/quantitativa em nível exploratório, visto que não encontra-se registros de pesquisas semelhantes. O estudo foi desenvolvido mediante pesquisas bibliográficas (periódicos, internet, material publicitário do Governo do Estado do RN), documental e de campo.

(RESULTADOS) O estado do Rio Grande do Norte oferece condições naturais excelentes, com 300 dias de sol por ano e o ar mais puro das Américas, além de vocações econômicas consolidadas. O estudo indica que a Agenda do Crescimento é favorável ao investimento industrial, o qual juntamente com o PROADI (Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial) apresenta vantagens político-tributárias dentro dos padrões exigidos pelos grandes investidores, caracterizando o estado como uma verdadeira terra de oportunidades. Os investimentos em infra-estrutura tornam o estado cada vez mais atrativo. São mais de 570 km de novas redes adutoras, 1500 km de estradas recuperadas e construídas, políticas de incentivo industriais, com facilidades tributárias e reduções fiscais em novos setores como a pesca oceânica, dedicada a pesca do atum e da meka, e a carcinicultura. Na busca pela auto-suficiência em energia elétrica o estado desenvolve-se de maneira sustentável, incentivando a produção de energia limpa e barata, especificamente na geração de energia do gás, eólica e vegetal. A exploração de reservas minerais no interior abre uma nova fronteira econômica, considerando tanto a exploração do petróleo como também sal marinho, ferro e tungstênio. Outra marca registrada do RN está na qualidade de vida que se reflete no 2º melhor IDH do Nordeste. A renda domiciliar cresceu 65% em 5 anos e o alto índice de geração de empregos proporcionou ao estado por dois anos o título de estado que mais gerou emprego com carteira assinada. O turismo chegou a movimentar 2 milhões de visitantes no ano de 2006 e as exportações de camarão e frutas tropicais movimentaram cerca de US\$ 371 milhões no ano passado. É o estado que mais recebe investimentos estrangeiros com cerca de 30% do total no país. Por fim, a Agenda do Crescimento – Programa do Governo Estadual – aliada ao PAC – Plano de Aceleração do Crescimento – apresentam investimento de R\$ 15 bilhões até 2010. Essas e outras iniciativas compõem o panorama de possibilidades de investimentos empresariais do estado do Rio Grande do Norte.

(CONCLUSÃO) O panorama geral demonstra as inúmeras atratividades, indicando o estudo ser grande o potencial do Rio Grande do Norte para receber grandes investimentos de cunho nacional e internacional, com excelentes perspectivas de expansão para os mesmos. Iniciativas políticas e tributárias contribuem ainda mais para o crescimento da procura por investimentos do estado. O estudo conclui que é urgente e inevitável a formulação de planejamentos estratégicos de longo prazo para o estado, com a identificação das potencialidades e respectivas demandas de mercado, tanto atuais quanto potenciais, identificando cenários e planos de negócios que viabilizam investimentos de crescimento e desenvolvimento do estado. Ressalta-se, finalmente, o compromisso dos diversos segmentos do estado com o futuro de suas atividades econômicas, especificamente das parcerias com instituições de ensino superior, entidades de classe, órgãos públicos e a sociedade norte-riograndense como um todo.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

SEGURO DEFESO: A IMPORTÂNCIA DESSE BENEFÍCIO PARA O PESCADOR ARTESANAL LAGOSTEIRO DO RIO GRANDE DO NORTE

Érika Danyelle Ataíde Cavalcanti

Discentes do Curso de Administração de Empresas, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Maria Teresa Pires Costa

Docente do Curso de Administração de Empresas, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) Essa monografia tem por tema o seguro defeso do pescador artesanal, fazendo uma relação entre o pescador artesanal e seus benefícios. Para tanto, executou o procedimento de campo na instituição SEAP/PR-RN – Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca da Presidência da República do Rio Grande do Norte. O seguro defeso é uma assistência financeira temporária concedida ao pescador profissional que exerça sua atividade de forma artesanal, individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com o auxílio eventual de parceiros, que teve suas atividades paralisadas no período do defeso. Frente às necessidades de saber como o pescador profissional artesanal vê os benefícios do seguro defeso e como adquiri-lo, a SEAP/PR-RN oportunizou esta pesquisa por estar preocupada em dar boas condições ao pescador artesanal dentro de um contexto geral.

(METODOLOGIA) Diante do problema de pesquisa foram coletadas informações a respeito do seguro defeso da lagosta realizada na Colônia de Pescadores Z-04, localizada no Canto do Mangue em Natal, com pesquisa descritiva e exploratória. A amostra intencional e não probabilística foi coletada com alguns dos pescadores que pescam lagosta, cadastrados na Colônia. Com relação ao instrumento o tratamento foi realizado através de auxílio de formulário contendo perguntas semi-abertas, respondidas pelos pescadores artesanais pessoalmente; conforme esta estrutura a coleta de dados de pesquisa realizou um tratamento de análises quantitativas e qualitativas das informações obtidas.

(RESULTADOS) Quanto à percepção dos pescadores foram identificados no ambiente no qual existe um relacionamento entre as necessidades solicitadas, a satisfação desse benefício é evidenciada de forma positiva e significativa para todos os pescadores que responderam de forma clara, a grande importância do benefício do seguro defeso da lagosta, que serve como uma ajuda extra em seu orçamento todo ano, alguns pontos foram identificados por eles como uma ajuda para a própria manutenção das embarcações, pagamentos de água, luz, reforma da casa, compra de alimentação entre outros. A fim de responder a pesquisa em estudo foram indagadas tais respostas pelos pescadores de acordo com o problema de pesquisa objetivos, geral e específicos. O problema como: “Como o pescador avalia os benefícios do seguro defeso da lagosta?”. Objetivo geral: Identificar os benefícios do seguro defeso para o pescador artesanal. E os objetivos específicos como: descrever o seguro defeso da lagosta, avaliar os benefícios do seguro defeso para o pescador artesanal, propor estratégias para o fortalecimento do seguro no RN.

(CONCLUSÃO) A Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca deve considerar a importância desse benefício que é repassado para o pescador artesanal lagosteiro, junto com o MTE - Ministério do Trabalho e Emprego e SINE - Sistema Nacional de Emprego, manter esse benefício e quem sabe até ter a possibilidade de aumentar o período do defeso da lagosta, assim a lagosta terá mais tempo na sua reprodução e conseqüentemente aumentará a produção e aumenta também a renda mensal dos pescadores. Pois, “proteger a lagosta é proteger o pescador”. Esse seguro é um benefício considerado pelos pescadores super importante, essencial para a vida deles, pois muito dos pescadores artesanais aqui no RN, no período do defeso não tem outra renda e precisam desse salário do seguro para própria sobrevivência e da família.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

UM ESTUDO DA TRAJETÓRIA POLÍTICA DE WILMA FARIA: UM RESGATE DA MEMÓRIA

Nathália Macedo Matos Santos

(Discente do Curso de Administração com Habilitação em Marketing, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte)

Ana Maria da Silva Souza

(Docente do Curso de Administração com Habilitação em Marketing, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte)

(INTRODUÇÃO) Fenômeno recente no Brasil, o marketing político tornou-se peça fundamental em campanhas eleitorais, transformando emissoras de rádio e, peculiarmente, emissoras de televisão em meios de comunicação indispensáveis. Frequentemente relacionado à propaganda, o marketing político, para o eleitorado converte um candidato num produto sedutor utilizando-se de técnicas de venda comercial para a conquista do voto e constituindo, assim, uma ferramenta política poderosa e ao mesmo tempo perigosa. O marketing político vem se consolidando cada vez mais como peça fundamental no processo eleitoral. É impossível pensar em eleições, nos dias de hoje, sem pensar em marketing atuando em todos os segmentos do eleitorado. Este trabalho tem como objeto de pesquisa traçar uma perspectiva histórica da trajetória política de Wilma de Faria.

(METODOLOGIA) Para desenvolvimento do trabalho foi utilizada a pesquisa do tipo estudo de caso. Para atender aos objetivos do estudo de caso definiu-se como unidade-caso a Governadora Wilma de Faria. Para a execução desse trabalho, realizou-se uma análise bibliográfica baseada no livro Resgate da memória política de João Batista Machado.

(RESULTADOS) Uma análise do livro Resgate da memória política revelou que Vilma de Faria é destaque na história política do Rio Grande do Norte, pois foi a primeira mulher prefeita de Natal, primeira deputada federal e primeira governadora do Estado. Vilma concorreu ao cargo de prefeita da cidade do Natal por quatro vezes e foi eleita em três dos pleitos (1988, 1996 e 2000). A sua derrota na eleição de prefeita em 1985 para o deputado Garibaldi Filho lhe rendeu o codinome de “guerreira”, devido ao fato de nunca ter subido em um palanque, surpreendendo os mais experientes políticos pela sua disposição de luta, começa então uma trajetória de glória da representação feminina na política do Rio Grande do Norte. Como candidata a deputada federal foi a mais votada com aproximadamente 150 mil votos. No cargo de governadora já cumpre o seu segundo mandato, foi eleita pela primeira vez em 2002 e reeleita em 2006. Vilma de Faria teve como bandeira de campanha o trabalho social e o desenvolvimento da cidade do Natal (campanhas para prefeita); o trinômio educação, saúde e segurança do estado do Rio Grande do Norte (campanhas para governador). No ano pré-eleitoral de 2001 muitas indagações eram feitas tendo como tema central a candidatura de Vilma de Faria para governadora do Estado. Aos poucos Vilma de Faria foi consolidando o seu projeto e sendo apoiada por ícones da política potiguar, destacando-se o apoio do então vice-prefeito Carlos Eduardo Alves e posteriormente do seu pai Agnelo Alves, sobrinho e irmão do ex-governador Aluísio Alves, respectivamente. Fato que ocasionara pela primeira vez a cisão da família Alves na vida pública do Rio Grande do Norte.

(CONCLUSÃO) Os resultados deste trabalho mostraram a história política de Vilma de Faria, concluindo-se então que foi uma trajetória de vitórias e ressaltando um fato de fundamental importância que foi a proeza de retirar o poder da família Alves, tradicional clã que dominava a política potiguar há anos. Como recomendação deste trabalho sugere-se que seja feito um estudo das estratégias de marketing político e eleitoral utilizadas por Vilma de Faria durante a sua trajetória política.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

UM ESTUDO ORÇAMENTÁRIO DA VIABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA DE UMA EMPRESA DO SETOR DE A&B, UM ESTUDO DE CASO DO RESTAURANTE PÔR DO SOL

Ana Maria Costa Campos de Lima

Doralice Barreto de Melo

Erika Roberta D. da silvera

Maria Clara Azevedo de Araújo

Discentes do Curso de Administração, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Carlos Eduardo Marinho Diniz

Docente do Curso de Administração, Administração com Habilitação em Marketing e Ciências Contábeis da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) Relacionar a viabilidade de retornos com riscos esperados tem sido a abordagem constante dos analistas de plantão. No RN, principalmente em Natal, o setor de A&B tem sua sustentação no incremento do turismo e por conseguinte nos efeitos multiplicadores que esta atividade econômica perpassa para a sociedade. Mesmo considerando tal expectativa de bons retornos, se faz necessário um estudo amplo visando o não fechamento prematuro de empresas, que no País tem sido uma das preocupações da sociedade particularmente para as entidades que desenvolvem programas de apoio ao segmento de pequeno porte, como é o caso do SEBRAE. Esta pesquisa tem como objetivo identificar a viabilidade de um Restaurante em Natal. O plano de negocio tem como finalidade a abertura de um novo empreendimento no ramo alimentício, onde serão abordados os seguintes temas : as estratégias para entrar no mercado ; uma breve síntese de seus principais concorrentes e fornecedores ; os produtos e serviços que serão oferecidos a um publico –alvo que são os natalenses como clientes fieis e os turistas. E por fim a forma de tributação que a empresa se insere.

(METODOLOGIA) O presente trabalho foi realizado por meio de uma pesquisa quantitativa e qualitativas, através de pesquisas de campo, entrevistas, questionários, observação direta e a técnica de cliente misterioso. O tipo de pesquisa é um estudo exploratório, o estudo será criado a partir do desenvolvimento de um Plano de Negócio, analisando a demanda de mercado para empreendimento do setor de A&B.

(RESULTADOS) A empresa se trata de um restaurante que comercializará comidas regionais com tempero caseiro, onde o cliente pode escolher pratos a La carte, comerciais e executivos, num ambiente totalmente agradável e aconchegante. O mercado esta cada vez mais competitivo exigindo estratégias inovadoras aos novos empreendimentos, devido a este fator optou-se por uma estratégia de localização acessível; convênios com empresas das proximidades; realização de eventos atrativos ; disponibilização do espaço para locação; acesso a internet e Bar .

(CONCLUSÕES) A lucratividade de 10,81 % é razoável se considerarmos a margem liquida de 28,15 % e a margem bruta de 29,25 % , que é originada do grande volume de vendas que foi de R\$ 84.196,40 e do giro potencial do estoque. O empreendimento é significativamente rentável comparado a outros investimentos disponíveis no mercado, pois o índice de 8,80 % e o tempo de retorno de 11,37 meses, isto é , menos de 01 ano, está acima da média esperada, levando em consideração o valor do investimento no restaurante. Optamos pela política de distribuição de dividendos aos sócios para fugir dos pagamentos dos encargos sócias e assim diminuir a carga tributária do investimento. A projeção de vendas ficou acima do valor estimado para o ponto de equilíbrio.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

UMA ABORDAGEM ORGANIZACIONAL, TECNOLÓGICA E PRODUTIVA DA EMPRESA LINK EDUCACIONAL LTDA

*Marcela Costa de Garcia Maia
Maria Clara Pignataro Soares
Flavia Nascimento Fernandes
Gabriela Carvalho Raimundi
Elaine Dantas Leal*

Discentes do Curso Administração com Habilitação em Marketing da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

*Carlos Eduardo Marinho Diniz
Fabio Costa Ferrer
Sandely Fernandes de Araújo
Ana Maria da Silva Souza.*

Docentes do Curso de Administração com Habilitação em Marketing da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) As administrações financeiras, produtivas e tecnológicas de uma empresa, refletem diretamente na sua configuração e imagem. Independente do tamanho da organização. Dentro da Gestão Financeira, o planejamento financeiro é o ponto fundamental para o desenvolvimento ou permanência no mercado, pois permite a visão do caminho a ser percorrido para que não percam seu trajeto. A falta do planejamento torna as empresas vulneráveis a mercê de surpresas e necessidades de tomar decisões impensadas ou precipitadas, que podem levar à maximização dos prejuízos, mesmo que paradoxalmente apresentado. Tendo como base a administração da produção, a empresa deve conhecer com afinco todos os seus setores, seus meios de produção, equipamentos, operacionalidade, e deve ter um cuidado especial na colocação de funcionários para exercerem tais atividades, pois a produtividade da empresa esta intimamente relacionada com seu sucesso no mercado, e com sua viabilidade econômica. No campo da tecnologia, o gestor deve dar atenção especial, pois utilizando as ferramentas tecnológicas adequadas, ele pode auxiliar com mais precisão às atividades financeiras, produtivas, e as demais. Através da tecnologia a empresa pode ter grandes saltos no mercado, pois terá condições de se tornar mais eficiente, produtiva, capaz e útil. De forma geral, as empresas devem elaborar um planejamento estratégico atuante desde a construção da idéia, passando pelo projeto de marketing, até o seu processo produtivo, acompanhando-a sempre, a fim de auxiliá-la no seu progresso. O objetivo deste trabalho é identificar a relevância da Administração Financeira, da Administração de Produção e da Administração de Recursos Tecnológicos, numa visão sistêmica, dentro do contexto mercadológico.

(METODOLOGIA) A pesquisa apresenta, quanto aos objetivos a que se propõe a característica exploratória, pois, busca uma melhor familiaridade com o tema, além de uma análise bibliográfica das abordagens inerentes ao conjunto de conceitos interligados aos aspectos financeiros, produtivos e tecnológicos. Este suporte bibliográfico está sustentado em livros. Ainda foi realizada entrevista com o gestor da empresa.

(RESULTADOS) No aspecto da gestão financeira pode-se citar que a empresa apresenta conceitos e dados bastante significativos inerentes à pesquisa em questão, sua estrutura organizacional é apta para que a empresa atinja resultados almejados de sucesso. Possuindo também uma tecnologia de sistemas gerenciais de funcionamento atualizado no ramo das escolas de línguas do estado do Rio Grande do Norte. Alguns detalhes tecnológicos que fazem o diferencial das demais, fortalecendo a organização. Em relação à gestão produtiva pode-se abordar um grande aumento de alunos nos centros de ensino, por possuir professores qualificados, salas confortáveis, atendimento diferenciado, boa localidade dentre outros aspectos. A empresa Link Educacional está em pleno desenvolvimento no mercado Norte Rio Grandense. Numa abordagem introdutória percebe-se que a empresa tem características relevantes ao atingimento de resultados positivos, no entanto ao decorrer da pesquisa pretende-se apurar em detalhes este foco a fim de identificar possíveis falhas e propor soluções.

(CONCLUSÕES) Os resultados da pesquisa, mostram como uma empresa que não é única no seu ramo de atividade consegue liderar o mercado de forma responsável, ética e leal aos seus princípios. Ficou claro que o gestor é um profissional bem preparado, munido de conhecimentos técnicos e pessoais, o que o auxilia no comando da empresa. Fica claro que o cuidado em relação à formação da equipe é um dos pontos principais na sua gestão, assim como, sua visão em relação aos alunos da escola, que não significam apenas números, mas sim, companheiros de uma jornada que levam todos a um nível elevado de conhecimento e amadurecimento pessoal.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

UMA ABORDAGEM QUALITATIVA DA IMPORTÂNCIA DA GESTÃO FINANCEIRA, DA GESTÃO DE PRODUÇÃO E DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO NA TOMADA DE DECISÕES NAS ORGANIZAÇÕES

Dalliany Alves de Souza
Débora Renata Amaral Barbalho da Silva
Marcela Maria Barreto Barbosa
Miller Elias de Souza Oliveira
Raiane Mikaele dos Santos Carvalho

Discentes do Curso de Administração com habilitação em Marketing da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN.

Carlos Eduardo Marinho Diniz
Fabio Costa Ferrer
Sanderly Fernandes de Araújo
Ana Maria da Silva Souza

Docentes do Curso de Administração e Administração com habilitação em Marketing da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN.

(INTRODUÇÃO) O administrador de uma empresa é algo complexo e que demandam altas doses de atenção e dedicação, pois, dependendo de como seja feita pode levar do sucesso ou fracasso em pouco tempo ou vice-versa. O presente estudo tem como objetivo fazer uma análise da situação da empresa Golden Car. Analisando também as áreas de produção e sistemas de informação afim de atender critérios sistêmicos de avaliação, contribuindo a aplicação da teoria a prática. Este estudo pretende também servir de alerta para seus gestores a fim de evitar um possível retrocesso da empresa devido à problemas operacionais.

(METODOLOGIA) A metodologia utilizada foi qualitativa, exploratória e bibliográfica. Para obter as informações necessárias foi aplicado um questionário aos responsáveis pela empresa, este questionário foi do tipo não estruturado composto por 25 questões abrangendo as áreas financeira, produção e sistema de informação. O tratamento dos dados foi realizado mediante técnicas de análise qualitativa.

(RESULTADOS) Com base nos dados obtidos, analisou-se que a Golden Car é uma empresa pequena, com grandes possibilidades de crescimento, porém, deixa a desejar em alguns pontos, principalmente nas áreas de produção e de sistema de informação. Constatou-se que a referida empresa se quer possui um sistema de informação, que possa ao menos armazenar informações a fim de gerar um histórico de vendas, impossibilitando, dessa forma, dados para que possibilite fazer uma previsão de demanda, por exemplo. Percebeu-se, em dado momento, o desconhecimento por parte do entrevistado no que diz respeito a alguns aspectos do questionário aplicado. Outros dados são simplesmente desconsiderados, o que faz da Golden Car uma empresa ineficaz sob esse aspecto. Apesar disso, logo mais em 2008, a empresa abrirá uma filial, o que demonstra que mesmo com uma aparente falta de controle, a Golden Car conseguiu expandir seu negócio.

(CONCLUSÃO) Após constatar onde encontrava-se o problema da empresa estudada, pode-se acenar possíveis soluções de modo à melhorar os processos internos. Em primeiro lugar, a implantação de um sistema de informação próprio capaz de armazenar todas as informações importantes, para que se tenha um registro de todas as transações feitas dentro da empresa, dessa forma, torna-se mais fácil o controle dos veículos vendidos, dos que deram entrada na loja, para quem foi vendido etc. Este sistema serviria também como ferramenta para as áreas de produção, pois geraria um histórico facilitando verificar a sazonalidade, previsão de demanda, dentre outros. Quanto a finanças, auxiliaria no controle das despesas, receitas, custos e etc.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

UMA ANÁLISE DE QUALIDADE NO ATENDIMENTO DA OFICINA DO MAJOR

Arienne Lorena Anselmo Soares

Discente do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Carlos Eduardo Marinho Diniz

Docente do Curso de Administração, Administração com Habilitação em Marketing e Ciências Contábeis da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) As empresas estão sempre procurando aprimorar os métodos da qualidade, pois se sabe que atualmente no mercado competitivo os clientes estão almejando em receber benefícios, eles sabem de sua importância para empresa, pois se não fosse os clientes não existiria competitividade. O presente trabalho visa analisar a qualidade no atendimento da Oficina do Major, onde se procura apresentar que a qualidade é primordial em qualquer empresa seja qual for o seu setor. O bom atendimento é uma ferramenta indispensável para toda empresa, pois esta precisa se adequar às exigências e expectativas dos clientes sendo este passo inicial para se adquirir uma boa qualidade dentro de qualquer ramo.. Esta pesquisa tem como objetivo identificar os níveis de qualidade no atendimento na Oficina do Major, bem como identificar a demanda e propor melhorias.

(METODOLOGIA) O tipo de pesquisa para a coleta de dados é de característica exploratória, pois, busca uma melhor intimidade com o tema. Essa pesquisa foi feita através de questionários com perguntas fechadas, tendo como objetivos desses resultados analisar o padrão de qualidade no atendimento da Oficina do Major.

(RESULTADOS) A qualidade do atendimento gera benefícios tanto para o cliente como para a empresa, pois tendo uma boa qualidade vai aumentar os lucros da empresa, como também a deixar com um aspecto de superioridade, motivando outras empresas a seguir o mesmo modelo, sendo assim os clientes estarão sendo fiéis para com a empresa. A presente pesquisa teve como um dos seus resultados obtidos para Oficina o fato de que a que a mesma precisava de aprimoramentos quanto a sua estética como também a sua qualidade no atendimento, conforme entendimento gráfico da pesquisa que será posteriormente apresentada. Resultados estes que são a imagem do puro sentimento de necessidade do próprio cliente. Pode-se analisar aqui que pesquisa mostra que todo o cliente além de um bom preço no serviço executado espera antes de qualquer coisa um bom tratamento.

(CONCLUSÕES) O resultado da pesquisa mostra o quanto é importante à qualidade no atendimento para qualquer empresa, pois se pode analisar que não é só atender o cliente, mas sim atendê-lo com prazer, confiança, carinho, pois tudo isso resulta em um trabalho digno e que fará com que o cliente volte mais vezes. Com isso pode-se perceber que a qualidade hoje é um diferencial. Pois quando os clientes chegam numa determinada empresa eles não estão comprando apenas o produto ou serviço, eles esperam mais do que isso, esperam uma qualidade que não encontra em um outro local, e que muitas vezes é o bom atendimento o qual muita empresa não se enquadrou a esse novo conceito, mas que atualmente já o esta adotando, pois sabe o quanto a qualidade no atendimento resulta em bons resultados para uma empresa. A Oficina do Major se encontra em um bom nível de qualidade no atendimento e a mesma procura cada vez mais buscar novos recursos. Então diante dos resultados e dos problemas encontrados chega-se a conclusão que a melhoria do atendimento que antes não era completo, serviu de base para que esta empresa pudesse verificar o nível de satisfação de seus clientes com um mínimo de melhoria. Resultado este que fez com que ela executasse as mudanças sugeridas aumentando o numero de clientes e conseqüentemente a fidelidade dos mesmos.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

UMA ANÁLISE DO INTRA-EMPREENDEDORISMO: O CASO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – AG. RIBEIRA

Lênio Santos Macedo

(Discente do Curso de Administração, Hab. em Marketing, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte)

Karina de Oliveira Costa Bezerra

Docente do Curso de Administração e Marketing, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) A CEF tem intenção de tornar-se referência no mercado brasileiro e uma das melhores empresas de se trabalhar no país. Apesar de suas diversas políticas de recursos humanos, uma parte dos seus talentos vem se desligando da empresa em busca de melhores perspectivas profissionais. É certo que existem ações de Intra-empendedorismo, nesta organização, prática de essencial importância para organizações que buscam a inovação e a gestão da mudança com a valorização, motivação e a revelação de seus talentos, empreendedores internos. Portanto, procura-se analisar o seguinte problema de pesquisa: Até que ponto a CEF, Ag. Ribeira/RN, adota políticas que estimulam o Empreendedorismo Interno?

(METODOLOGIA) Este trabalho utilizou-se de dois tipos de pesquisa, a descritiva e a exploratória, através do meio de investigação conhecido como estudo de caso. Através do método quantitativo quantificou opiniões, dados nas formas de coleta de informações via questionário semi-estruturado, como também pesquisa virtual via intranet, como forma de informações complementares. Por se tratar de um estudo de caso a proposta deste estudo foi utilizar a população total da agência Ribeira/RN, ou seja, 60 funcionários, sendo assim, uma pesquisa censitária. Os dados coletados foram levantados com técnicas estatísticas através do uso de tabelas e gráficos com uso de programas computacionais do tipo Excel e Word para fins de descrições e análises.

(RESULTADOS) Com relação ao Perfil dos Empregados da CEF- Ag. Ribeira/RN: 70% dos empregados têm de 42 anos acima; 66% são do sexo masculino; 70% são casados; 61% ganham de 7 salários mínimos acima e apenas 14% de 2 a 5 SM; 47% estão entre Gerentes e Comissionados e 43% são Escriturários; 66% têm Curso Superior completo e 17% Curso Superior incompleto; nos Dados Avaliativos: apenas 7% diz saber o que é Intra-empendedorismo, 46% têm conhecimento parcial sobre o assunto, 45% apenas faz idéia ou nem si quer faz idéia sobre o assunto, entre os gerentes 29% diz ter certeza do que é, e 57% têm conhecimento parcial; Apontaram diversas políticas Intra-empendedoras na CEF e de estímulo e valorização dos empregados; 56% acham que a empresa não tem política para reter talentos ou preferiram não responder; quanto à percepção das políticas Intra-empendedoras notou-se que há um bom nível de satisfação entre os gerentes, levando-os a serem positivos, receptivos e crédulos de tal política, já entre os não gerentes essa perceptibilidade não foi tão positiva, onde 68% deles raramente ou nunca vê a prática desta política na empresa; quanto à existência do comportamento de liderança dentro da agência as opiniões ficaram equilibradas; disposição em assumir os riscos do fracasso, não gerentes, 59%, entre os gerentes este percentual sobe para 72%; com relação à CEF adotar com mais ênfase esta política 41% foram bastante crédulos e 60% não, entre os gerentes 86% e apenas 14% acredita raramente.

(CONCLUSÕES) A maioria dos empregados da CEF- Ribeira são casados, com média de idade alta, salários bem acima da média dos recém admitidos, do sexo masculino e com grau de escolaridade superior, muitos estão neste perfil por serem na grande maioria funcionários antigos. No que diz respeito aos Dados Avaliativos, as respostas e visões dos empregados gerentes e não gerentes foram satisfatória, sendo possível identificar algumas políticas Intra-empendedoras e outras afins, de estímulo e valorização profissional. Verificou-se, contudo, que os gerentes têm um nível de percepção mais crédulo e receptivo a esta política, já os empregados não gerentes foram menos perceptivos e menos crédulos. Contudo, pode-se constatar que de modo geral esta política ainda é muito incipiente na CEF, precisando ser tratada com mais ênfase e divulgada melhor nos canais de comunicação da empresa.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

UMA ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA DE UMA EMPRESA DO SETOR DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO: O ESTUDO DE CASO DA FÁBRICA MARKA

Lisiana de Aquino Tinoco

Discente do Curso de Administração, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Carlos Eduardo Marinho Diniz

Docente do Curso de Administração, Administração com Habilitação em Marketing e Ciências Contábeis da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) De acordo com a pesquisa do SEBRAE (2004), as causas para a alta mortalidade das empresas no Brasil se devem em primeiro lugar, à falhas gerenciais na condução dos negócios, seguida de causas econômicas conjunturais e tributação. Estas falhas gerenciais podem ser relacionadas à falta de planejamento na abertura do negócio, como a existência de concorrentes nas proximidades do local escolhido ou se há presença potencial de consumidores. Na conclusão desta pesquisa, o que contribui para o insucesso das empresas é a falta de dados para tomada de decisões, desde a escolha do negócio a ser empreendido, até a forma de financiamento das operações, política de vendas, estratégia de compras e estrutura de produção. Então, este trabalho visa analisar a viabilidade econômico-financeira de uma empresa do setor de indústria e comércio situada no RN através da elaboração e análise do seu plano de negócio, pois o plano de negócio é uma ferramenta importante para o conhecimento mais aprofundado de um empreendimento, analisando diversos aspectos desde localização, estudo dos clientes, concorrentes, fornecedores, capacidade produtiva, estimativa de receitas, despesas, dentre outros fatores, colaborando para o maior conhecimento desta empresa e contribuindo para a diminuição da mortalidade das empresas.

(METODOLOGIA) O tipo da pesquisa foi exploratória na forma de estudo de caso, pois o estudo abrange uma só empresa. A coleta de dados foi feita através de questionário para a elaboração do plano de negócio. Neste estudo, os dados foram tratados de forma quantitativa e qualitativa, pois a análise dos dados foi a partir da análise do plano de negócio elaborado, seguindo o parâmetro do SEBRAE-MG,

(RESULTADOS) O resultado é mostrado através de comentários a respeito do que foi observado, como estudo dos clientes (a empresa possui o objetivo de satisfazer suas necessidades com bons produtos e bom atendimento); dos fornecedores (um ponto positivo é que a maioria localiza-se no RN, apesar de quase todos só aceitarem pagamento à vista); da concorrência (os concorrentes possuem a vantagem de maior tempo no mercado e a marca conhecida, o preço é competitivo, mas a qualidade de alguns é inferior); discriminaram-se investimentos fixo, financeiro e pré-operacional; discriminaram-se também os custos com mão-de-obra, custos com comercialização com base nos impostos e comissões, custos fixos, entre outros dados, procurando analisar a importância de cada dado coletado.

(CONCLUSÕES) Nas conclusões se apresentarão sugestões para serem aplicadas na empresa com a finalidade de melhorar o gerenciamento dos seus recursos, como por exemplo, a boa administração do fluxo de caixa para os pagamentos dos fornecedores que são à vista. A empresa está no início das atividades, ainda começando a ser conhecida, mas a tendência é ganhar mais o mercado e o volume de pedidos ser maior e mais regular; não só pela excelente qualidade do produto comercializado, como também pelo desempenho eficiente dos seus diretores, tendo uma visão abrangente da indústria em todos os seus aspectos citados e analisados no plano de negócio.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

UMA NOVA VISÃO ADMINISTRATIVA PARA MUDAR O COTIDIANO

Alexandre Oliveira de Araújo
Diego Augusto de Castro Bezerra
Fernando Meneses

Judson Epaminondas Silveira de Souza
Kayo Coutinho Carvalho

Dicentes do curso de Administração com habilitação Marketing da Faculdade Natalense para Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Carlos Eduardo Marinho Diniz
Fábio Costa Ferrer
Sandely Fernandes de Araújo
Ana Maria de Silva Souza

Docentes do curso de Administração com habilitação Marketing da Faculdade Natalense para Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) A administração com o passar do tempo vem se mostrando mais ampla e com isso cobra a necessidade dos administradores de se tornarem flexíveis diante a realidade do mercado, pois é um ofício no qual muitos se formam, mas nem todos têm a capacidade de se enquadrar na realidade e interpretar o que acontece além do que pode e deve acontecer dentro das empresas, seja através de dados ou da criação de uma simples estratégia. De acordo com o desenvolvimento do mercado, as empresas devem se enquadrar com a realidade existente, devido a isso, hoje, o administrador não deve apenas controlar a organização internamente e sim externamente, também, pois fora da organização há vários fatores que podem atrair o declínio e a decadência. A importância de um gestor bem embasado é o fato de que ele conhece as diversas áreas que a organização abrange, seja ela financeira, logística ou qualquer outra, assim como, os problemas que podem ocorrer e suas possíveis soluções, excluindo assim a necessidade de qualquer que seja a intervenção externa.

(METODOLOGIA) Tirando como base uma empresa para a elaboração de uma pesquisa e a necessidade de explorar a sua realidade para o recolhimento dos dados, a pesquisa se descreve como exploratória, assim como pesquisa de campo pela necessidade de uma visita técnica a empresa e uma pesquisa bibliográfica pela existência de livros dando o suporte à estruturação de um relatório final.

(RESULTADOS) Pelo fato da pesquisa ainda não ter sido concluída e se encontra em andamento, resultamos como um possível fim à mostra de uma realidade empresarial, tendo em vista o seu lado financeiro, a produção e seus sistemas de informação. Esse relatório surge não só como uma oportunidade de estudo da realidade organizacional, mas como um diagnóstico trazendo a possibilidade de mudar o cotidiano da empresa, sendo assim, podendo se tornar uma intervenção na realidade e mudando algum erro ou mau costume que se tornou não visível pelo dia-a-dia da organização.

(CONCLUSÃO) Conclui-se que é de suma importância um embasamento completo no que se diz respeito à administração e a um administrador, principalmente quando se trata de uma grande empresa como é a em estudo, para que possa rapidamente diagnosticar e propor soluções que realmente venham a suprir a necessidade existente. A maior conclusão que pode ser extraída é que para uma empresa de grande porte existir é necessário, e muito, que exista um grupo de administradores que possa dar o suporte que ela precisa, para que o fim não venha a ser a falência e o acúmulo de dívidas e sim a prosperidade, o lucro e o reconhecimento.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

UMA ANÁLISE DOS PROCESSOS DE GESTÃO A NÍVEL COMERCIAL: UM ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

*Bruno Queiroz Braga Sousa
Tarso de Tácito Andrade Oliveira
Hennedy Lopes de Sousa
Wallace Rodrigues de Oliveira*

Discentes do Curso de Administração com habilitação em Marketing da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

*Carlos Eduardo Marinho Diniz
Fabio Costa Ferrer
Sandely Fernandes de Araújo
Ana Maria da Silva Souza*

Docentes do curso de administração com Habilitação em Marketing da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) No contexto atual no qual a empresa está inserida, a gestão da informação torna-se ainda mais importante para as constantes decisões. Os serviços de internet aparecem como uma ferramenta praticamente indispensável para o tráfego dessas informações de forma veloz e eficaz, otimizando os inúmeros processos produtivos dos diferentes ramos e setores do mercado. A pesquisa que foi desenvolvida é uma abordagem sistêmica de uma organização que atua no ramo de comunicação e internet, Este trabalho tem como objetivo analisar a gestão no âmbito comercial, quanto aos pontos: sistema de informação, procedimentos produtivos e aspectos financeiros, disponíveis para a concretização das estratégias e do objetivo edificando a ação com base em dados consistentes, a fim de cumprir tal objetivo embasado em um formulário, dando suporte ao estudo formalizado pelos assuntos compreendidos.

(METODOLOGIA) De forma a atender os objetivos propostos, foi realizado um estudo de caso de caráter exploratório-descritivo. Como fonte de evidências, foi realizada uma entrevista com o gestor da empresa aplicando-se um formulário não estruturado e não disfarçado composto por setenta questões abertas, abrangendo as áreas do financeiro, produção e sistemas de informação. Os dados foram analisados de forma qualitativa fundamentando a conclusão em contraponto com a teoria de autores das áreas investigadas.

(RESULTADOS) O formulário foi estruturado em sete bases de informação: empresa; produtos e serviços; concorrentes; fornecedores; estratégias e negócios; sistemas de informação; e apoio financeiro. Os resultados obtidos indicam que dado à natureza da empresa, as relações existentes entre todos os aspectos mostram uma empresa sólida dentro de uma imensidão de processos, desenvolvendo-se harmoniosamente, mesclando seus investimentos em tendências, favorecendo assim seu crescimento de forma contínua, não de forma fragmentada, mais sim, agrupando e agregando as diversas informações às constantes mudanças do mercado. Este estudo está mostrando que dentro do formulário proposto há questionamentos que não se aplicam a empresa, como exemplo estoque e departamentos de compras.

(CONCLUSÕES) As informações obtidas, classificam e quantificam os inúmeros processos que podem influenciar os resultados das decisões e conseqüentemente, a obtenção das metas, positivando as ações, melhorando o clima organizacional e interligando diretamente as bases motivacionais. O sucesso de processos é claramente observado quando as relações entre informação e interpretação das mesmas, quando bem aplicadas, geram produtos capazes de satisfazer as necessidades a que foram propostos. Desta forma, o índice de decisões que podem redefinir o rumo passa por um gargalo, direcionando o norte a ser seguido sem deixar de lado as constantes influências, sejam elas internas ou externas. Constantemente essas influências podem gerar tendências, intensificando os processos decisórios e conseqüentemente colocando a organização em um processo de mutação continua.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

UTILIZAÇÃO DA ANÁLISE DE SWOT PARA PLANEJAMENTO DE UMA CAMPANHA PARA O CARGO DE VEREADOR NA CIDADE DE PAU DOS FERROS/RN

Ismaelson Rêgo Fernandes

Discente do Curso de Administração com Habilitação em Marketing, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Ana Maria da Silva Souza

Docente do Curso de Administração com Habilitação em Marketing, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

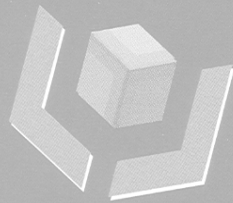
(INTRODUÇÃO) Para se obter sucesso em uma campanha eleitoral é necessário escolher uma estratégia de marketing adequada, ou seja, a quem ela será direcionada, para que as estratégias usadas sejam eficazes. Algumas dessas ferramentas podem ser citadas, como por exemplo: desenvolver uma identidade para o candidato e testá-la antes de seu lançamento; ganhar respeito e confiança tanto dentro do seu partido quanto em entidades respeitadas na sociedade; planejar bem a estratégia de comunicação (no caso do interior, abusar do uso da rádio), “ter conhecimento das pesquisas e não se impressionar com elas”, selecionar bons cabos eleitorais e conseguir uma boa fonte financeira. O planejamento estratégico constitui uma poderosa ferramenta na construção de agenda de campanha política, dentre as mais diversas técnicas que podem ser utilizadas, destaca-se a análise de SWOT (oportunidades, ameaças, forças e fraquezas). Considerando que a cidade de Pau dos Ferros tem um cenário político tradicional e familiar, no qual os vereadores cumprem mandatos longos, um planejamento de marketing e a utilização de estratégias de marketing político eficazes e eficientes, tornam-se necessários para que o candidato possa lograr êxito nas eleições. Dessa maneira a este trabalho se propõe a apresentar a utilização da análise de SWOT, como estratégia de marketing para planejamento de uma campanha política para o cargo de vereador na cidade de Pau dos Ferros/RN

(METODOLOGIA) Para desenvolvimento do trabalho, de forma a atender os objetivos propostos foi realizada uma pesquisa do tipo exploratória e bibliográfica. Utilizou-se como instrumento de coleta de dados um roteiro composto por questões desenvolvidas de forma a analisar o ambiente externo (oportunidades e ameaças), interno (forças e fraquezas), bem como identificar os principais concorrentes do candidato a vereador. O tratamento dos dados foi desenvolvido de forma qualitativa com o intuito de organizá-los e transformá-los em informações que irão subsidiar o planejamento.

(RESULTADOS) Espera-se que ao final desta pesquisa possa-se traçar um diagnóstico do cenário político da cidade de Pau dos Ferros, no tocante ao cargo de vereador, e que fundamentado nesta análise formule-se estratégias competitivas que relacione o candidato com seu meio ambiente.

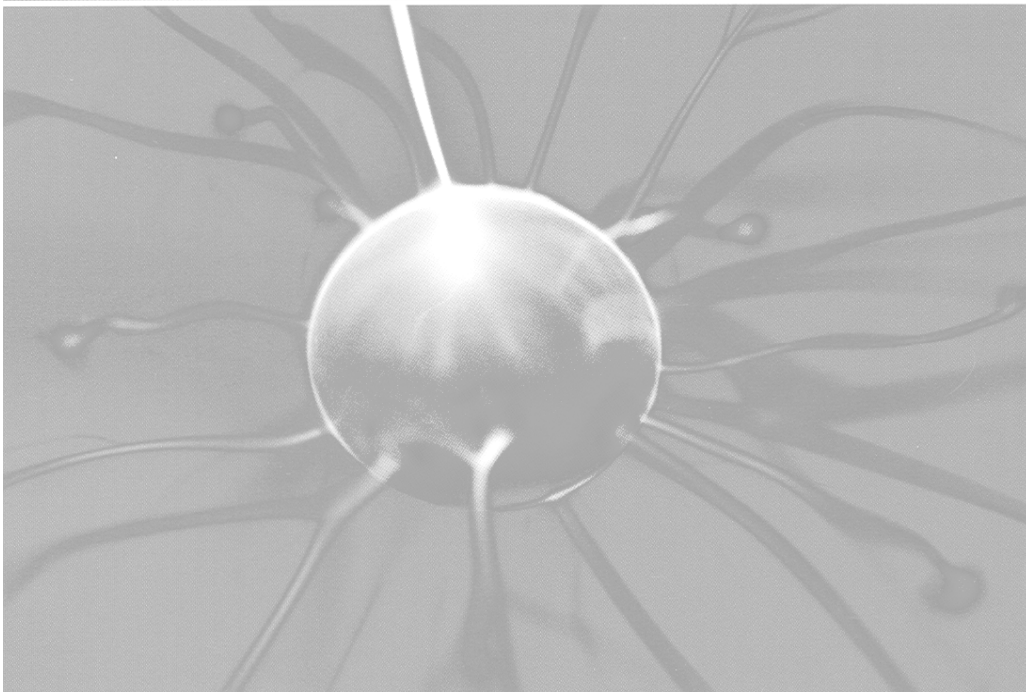
(CONCLUSÃO) As estratégias de marketing político, em especial a informação, conduzem o político ou o candidato a cargo eletivo a obtenção de um planejamento eficiente e eficaz que o levam a compreensão exata de suas forças e habilidades para interagir com o ambiente político, de forma a produzir vantagens competitivas em relação aos seus concorrentes, proporcionando a vantagem de poder utilizar-se de todas as oportunidades existentes. Assim este trabalho proporcionou ao autor uma análise aprofundada do cenário em estudo permitindo que em uma próxima fase possa utilizar os resultados obtidos para efetivação do planejamento da campanha.

VII CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA FARN



VII

**CONGRESSO DE INICIAÇÃO
CIENTÍFICA DA FARN**



"EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA CONSTRUÇÃO DA PAZ"

24 a 27 de outubro de 2007

**A
D
M
I
N
I
S
T
R
A
Ç
Ã
O**

PÔSTER

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

CARNE BUBALINA E SEUS DERIVADOS NO ESTADO DE PERNAMBUCO

Moises Jesus Ribeiro de Carvalho

Discente do Curso de Marketing, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Aluisio Alberto Dantas

José Nicolau de Souza

Docentes do Curso de Marketing, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) A pesquisa tem por objetivo estudar a origem da carne de búfalo e seus derivados no estado de Pernambuco, destacando a importância que tem a adoção desses produtos na dieta saudável da população, como alternativa de substituição dos derivados da pecuária bovina. Justifica-se o estudo considerando a importância que a pecuária bubalina vem crescendo na economia Pernambucana, em termos de crescimento do rebanho, nível de produção e consumo de carne, leite e derivados, geração de emprego e principalmente como atividade empresarial de elevada visibilidade econômica e financeira.

(METODOLOGIA) A pesquisa é baseada em estudos bibliográficos e relatórios técnicos sobre a carne de búfalo e seus derivados, nas quais se obtiveram informações importantes para o crescimento da área bubalina, e os seus resultados beneficiará principalmente o empreendedor(pecuarista) quanto ao conhecimento e valor que esse animal possui.

(RESULTADO) O estudo indica que existe hoje no estado um crescimento de 22% ao ano superando o índice nacional que chega a 12%. Existe cerca de 86 mil cabeças de búfalos distribuídos entre 300 criadores, dos quais 48 são cadastrados na ASBUPE (Associação dos bubalinocultores de Pernambuco). A maior parte do rebanho Pernambucano é de búfalos de corte, no entanto há criadores que já despertaram para a pecuária leiteira, pois nos últimos anos a produção de leite cresceu em Pernambuco, cerca de 23%, estando a maior bacia leiteira do Estado localizada no Agreste, com representatividade de 73% do total deste mercado. A produção anual é de cerca de 360 milhões de litros, o que coloca Pernambuco como o segundo lugar no Nordeste e, entre os 15 maiores no âmbito nacional dos derivados do leite. Os estudos revelam que os produtos da pecuária bubalina trazem benefícios para o consumidor final que ainda não tem o poder de informação necessário para adquirir um produto de tamanha importância para a sua saúde, fazendo com que tenha uma má impressão. Esta pesquisa tem a intenção de mudar esse pensamento em todos os aspectos nutritivos e sociais, onde sairá ganhando todas as áreas envolvidas neste segmento no sentido de aperfeiçoar as mensagens(informações) baseadas em teses, pesquisas de campo(fazendeiros) e estratégias para o cliente final.

(CONCLUSÃO) A pesquisa conclui que a carne bubalina e seus derivados esta cada vez mais ganhando adeptos e apresenta grande perspectivas para o mercado ao longo dos anos. Criadores estão cada vez mais tendo a conscientização do valor nutricional do animal e investem em pesquisas sabendo que a demanda do setor cresce rigorosamente a cada ano. O estudo em andamento esta trazendo um conjunto de idéias e estratégias de como passar ao consumidor final(cliente) a importância do produto adquirido e os benefícios que a carne e o leite de búfala trazem para a saúde. Esse é um foco importante a ser aprofundado para indicar delineamentos que possam ter planejamento no segmento do marketing de búfalo face a necessária importância que este animal tem para contribuir com a saúde do ser humano, na melhoria das condições de vida por meio da saúde.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

ANÁLISE DA VIABILIDADE DE IMPLANTAÇÃO DE UMA EMPRESA NO SEGMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO APLICADO À GESTÃO DE DOCUMENTOS NA CIDADE DE NATAL/RN

*Andréia Gondim Carneiro
Ana Varela Santos
Maria da Conceição Silva do Amaral
Waustir Lucas da Silva*

Discentes do Curso de Administração com Habilitação em Marketing da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

*Eduardo Diniz
Jannes Valente
Josué Vitor
Karina de Oliveira
Fabrícia Abrantes
Ronaldo Neves*

Docentes do Curso de Administração com Habilitação em Marketing da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) O presente estudo apresenta a viabilidade de implantação de uma empresa no segmento de tecnologia da informação aplicado à gestão de documentos na cidade de Natal/RN. Em presença das constantes transformações decorrentes da globalização e diante da acelerada evolução das tecnologias de informação e comunicação, faz-se necessário que as organizações estejam sintonizadas com essas mudanças, buscando a inovação dos serviços e a satisfação total dos clientes. A @rquive, tem como objetivo, levar soluções para otimizar o fluxo documental das empresas, organizando e gerenciando os documentos, para facilitar a recuperação das informações, de forma eficiente e eficaz. Dessa forma os serviços que o empreendimento se propõe a fornecer são fundamentais para a otimização do fluxo operacional das empresas. Mostra a importância do Gerenciamento de documentos para agilizar os processos operacionais, garantindo a racionalização do tempo, redução de custos e consequentemente vantagem competitiva para a organização.

(METODOLOGIA) Foram realizadas as seguintes formas de pesquisa de campo: Observação direta, entrevista com roteiro estruturado e pesquisas na internet. A primeira com a intenção de verificar como determinadas empresas gerenciam seus documentos, foram visitadas dez organizações públicas e privadas que são públicas –alvo do empreendimento. No segundo foram entrevistados aproximadamente doze empresários sobre dois aspectos importantes para análise da pesquisa: Como a empresa processa a preservação dos documentos da organização, se os mesmos têm consciência da importância da gestão dos documentos gerados pela empresa e se visualizam essa prática como uma eficiente estratégia para otimizar e agilizar o fluxo documental da empresa.

(RESULTADOS) De acordo com os dados analisados constatou-se com uma abordagem qualitativa que nas organizações visitadas que o segmento é bastante viável pois a maioria das organizações apresentou falhas com relação ao uso, acondicionamento e sistematização de seus documentos. Os resultados da pesquisa com os doze empresários :A maioria relata não ter um sistema adequado para a guarda dos documentos e são conscientes da importância de um fluxo documental eficiente para garantir segurança e agilidade no desempenho operacional da empresa. Considerando ainda que de acordo com a análise da avaliação econômico-financeira, levantadas através do Plano de Negócios desenvolvido para @rquive o investimento apresenta viabilidade: Lucratividade de aproximadamente 22% ao mês , rentabilidade de 10,93% e previsão de retorno do investimento de aproximadamente R\$ 128.000,00 (cento e vinte oito mil reais), em menos de um ano (nove meses).

(CONCLUSÃO) Conclui-se portanto, que o segmento da Tecnologia da Informação aplicado à Gestão de documentos se mostra bastante promissor na cidade do Natal , visto que existe demanda considerável e pouca concorrência. A informação é uma arma poderosa nas mãos de quem sabe com ela lidar, pode trazer qualidade e produtividade às organizações, além de poder funcionar como vantagem competitiva. Se a gestão da informação e dos documentos forem reconhecidos como essencial no ambiente empresarial com certeza muitas vantagens estarão sendo agregadas a estes processos. A gestão dos arquivos desde a sua primeira fase facilita e agiliza o trabalho de toda a equipe viabilizando agilidade operacional da empresa para o seu desenvolvimento pleno e consequentemente vantagem competitiva. No entanto estudos nesta área são essenciais para conscientizar as pessoas quanto à importância da informação na vida de cada um, seja ela num arquivo pessoal, empresarial, em uma biblioteca ou centro de documentação.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

A AVALIAÇÃO SISTÊMICA COMO CONTRIBUINTE DA MAXIMIZAÇÃO DOS RESULTADOS NUMA EMPRESA DO SETOR DE PANIFICAÇÃO EM NATAL/RN

*Elisabete Patrícia Faustino Torres
Kívia de Oliveira Lima
Luciana de Melo Barreto
Micaele Saldanha Toscano
Poliana da Cruz Fernandes
Rejane dos Santos Fernandes*

Discentes do Curso de Administrativas da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

*Ana Maria da Silva Souza
Carlos Eduardo Marinho Diniz
Fábio Costa Ferrer
Sandely Fernandes de Araújo*

Docentes do Curso de Administrativas da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) Padarias representam um dos formatos de varejo mais tradicionais do Brasil, que têm passado por alterações significativas resultantes das mudanças no setor varejista. A redução do número de padarias, o aumento da capacidade ociosa das existentes e a alteração nas linhas de produto despertam o interesse sobre as causas deste declínio. Vários são os fatores que agravam a situação das padarias como a grande concorrência entre as mesmas, concorrência com supermercados e falta de capital para atualização tecnológica entre outros. O presente trabalho intenciona um diagnóstico numa empresa que atua no ramo A&B mais especificamente na área de panificação. No decorrer do estudo de caso da Panificadora Estrela Dalva é feita uma análise no setor financeiro, no setor de produção e de Sistemas de Informação, objetivando analisar a organização no seu limiar mais relevante.

(METODOLOGIA) Para o presente trabalho adota-se o estudo de caso como metodologia básica. O critério de escolha é a conveniência, uma vez que o estudo é realizado na empresa onde se encontra maior facilidade de acesso. Durante a pesquisa fez-se a entrevista semi-estruturada que é acompanhada por um roteiro para discussão. O motivo da utilização dessa técnica é garantir a necessária flexibilidade ao entrevistado. Além disso é realizado um levantamento de dados secundários que proporciona um entendimento completo do negócio. Tal metodologia possibilita o estudo de como essa organização vem se mantendo competitiva no setor de panificação que é tão concorrido.

(RESULTADOS) A organização estudada tem 48 anos de fundação, situa-se num dos bairros mais tradicionais da cidade e tem na sua performance gerencial na prática de personalizar o atendimento visando a integração e fidelidade com o cliente. No que concerne as questões financeiras, a empresa não apresenta uma estrutura muito bem definida na avaliação dos custos, dos preços e dos resultados. Na ótica da produção tratando-se de um segmento que transforma matéria prima em diversos produtos, a gestão da produção apresenta uma postura extremamente artesanal. No que concerne a Gestão dos Sistemas de Informação a organização não dispõe de um sistema que balize suas atividades afim de contribuir na tomada de decisões.

(CONCLUSÕES) A empresa em estudo necessita de sérios ajustes no que administrativamente refletiu-se na consolidação deste diagnóstico. Tangente a Finanças a empresa apresenta sérios risco de fragilidades na composição dos custos, bem como no gerenciamento de seu capital de giro. Motivo que esta pesquisa propõe a contratação de um gestor financeiro. Na área de produção a organização necessita de aprimoramento nos modos de produção visto que a competitividade aflorada no setor carece de meios mais eficazes de produção. Tratando-se de Sistemas de Informação, a presente pesquisa recomenda que seja efetivado com a maior brevidade a contratação de um software gerencial afim de contribuir com o melhor gerenciamento do negócio e por conseguinte aprimorar a maximização dos resultados.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKTING

ADMINISTRANDO HABILIDADES SOB A ÓTICA GERENCIAL, UM ESTUDO DE CASO EMPÍRICO NAS ÁREAS DE PRODUÇÃO, FINANÇAS E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

*Alcelino Luis da Costa Araújo
Igor Araújo Alves da Silva
José Bezerra Cavalcanti Filho
Rodrigo de Sá Leitão Soares Araujo
Sandro Saulo Câmara*

Discentes do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

*Ana Maria da Silva Souza
Carlos Eduardo Marinho Diniz
Fabio Costa Ferrer
Sandely Fernandes de Araújo*

Docentes do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) Desde o final do ano de 2006 as loterias federais trabalham com um sistema tecnológico genuinamente brasileiro. A nova solução permitiu que a instituição se tornasse auto-suficiente, tendo mais agilidade nas operações, aumentando a arrecadação e repasse dos recursos sociais, beneficiando toda a população brasileira. Esse novo modelo logístico descentralizado expandiu a gama de serviços e a presença do canal lotérico em todo o país. Hoje as 9.000 mil unidades lotéricas estão presentes em mais de 3,6 mil municípios. A pesquisa visa estudar os processos financeiros, produtivos e o sistema de tecnologia de informação da empresa em questão, fornecendo informações da atual situação da empresa, de uma maneira simples e sucinta.

(METODOLOGIA) O método empregado foi um estudo de caso exploratório. O processo de coleta de dados foi operacionalizado através de um formulário composto por questões abertas focadas nas áreas financeira, de produção e sistemas de informação. A entrevista foi realizada com o gestor da empresa. A análise dos dados foi desenvolvida empregando técnicas qualitativas.

(RESULTADOS) A empresa descrita trata-se de uma casa lotérica no município de Ceará Mirim, teve sua origem em março de 2000 e hoje conta com sete funcionários. A área estudada será a prestação de serviços, recebimento de contas, saques, pagamento de bolsa família, bolsa escola, PIS, FGTS, depósitos, transferências, entre outro. Historicamente, cerca de 70% dos pagamentos dos programas sociais do Governo Federal por meio de cartões magnéticos são efetuados nas unidades lotéricas. Hoje mais da metade das contas de concessionárias brasileiras de serviços públicos como água, luz e telefone, entre outras, é paga nas loterias. As loterias da caixa são hoje uma importante fonte de recursos para fundos e programas sociais do Governo Federal nas áreas de seguridade social, esportes, educação e segurança pública.

(CONCLUSÕES) Diante dos dados pesquisados conclui-se que a empresa não apresenta problemas com o sistema de informação no que concerne as diretrizes traçadas pela Caixa Econômica Federal. Tangente a área financeira levando-se em consideração que a receita sob os jogos são parametrizados pela gestora. Na empresa estudada o atendimento a autenticações(boletos bancários) representam o maior volume de receitas. A ótica de produção, os aspectos estão em análise, visto que a pesquisa ainda esta em fase de conclusão. Contudo verifica-se que a aplicação dos conceitos adquiridos a realidade pratica denota uma agradável aplicação e de sobremaneira acrescentando conhecimento.

A1 – ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS

ANÁLISE DA VIABILIDADE DE IMPLANTAÇÃO DE UM ESCRITÓRIO VIRTUAL: OFFICE ROOM NATAL

Bruna Karina Medeiros Lima Ponte

Bruno Gustavo de Medeiros Silva

Discentes do Curso de Administração de Empresas, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Carlos Eduardo Marinho Diniz

Dinarte Paiva

Fabírcia Abrantes

Jannes de Freitas Valente

Karina de Oliveira Costa Bezerra

Docentes do Curso de Administração de Empresas, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) Seguindo uma tendência de negócios cada dia mais comum na Europa e Estados Unidos, surgiu a necessidade de montar um empreendimento estruturado para oferecer todas as ferramentas e a infra-estrutura imprescindíveis ao funcionamento de um centro de negócios, também denominado, de escritório virtual. No modelo tradicional, os altos custos de locação, manutenção, contratação, e outros, recaem todos sobre uma única empresa. Já no escritório virtual, como estes gastos operacionais são divididos entre todos os clientes, além da redução de despesas, o cliente utilizará esses recursos poupados, aplicando-os para outros fins de sua atividade. A empresa está na busca contínua de alternativas para firmar este conceito. Desse contexto, pressupõe-se estudar o seguinte problema de pesquisa: Existe viabilidade na implantação de um escritório virtual quanto à necessidade do serviço prestado em relação a esse recente empreendimento?

Afim, de entender melhor este problema serão ressaltados os objetivos, geral e específico, para desenvolver com clareza o estudo que foi proposto acima. Objetivo geral: Viabilizar a implantação de um empreendimento que ofereça um serviço diferenciado de locação temporária de salas com tecnologia, praticidade e economia, para os que necessitam de um escritório a qualquer momento. E os objetivos específicos como: conhecer o perfil dos clientes, análise dos aspectos do negócio como financeiro, mercadológico entre outros e verificar a viabilidade da empresa.

(METODOLOGIA) Diante do problema de pesquisa em estudo serão adequados para obter informações a respeito do setor, as pesquisas do tipo descritiva, exploratória e de campo. A pesquisa descritiva proporcionou ao estudo as descrições de mercado e seus fenômenos. Já a pesquisa exploratória conduziu os estudos com hipóteses e explicações demonstrando aspectos mais aprofundados em relação ao assunto. A amostra foi composta pelos clientes externos no setor. O instrumento de coleta contou com auxílio de observação direta de duas empresas concorrentes do ramo, a Rota do Sol e a Executiva Virtual, e uma análise demográfica. E para análise dos resultados utilizou-se uma abordagem qualitativa.

(RESULTADOS) De acordo com o objetivo da pesquisa, os resultados mostraram que o perfil dos nossos clientes seria homens, com idade variando de 31 a 40 anos, casados, com renda de mais de cinco salários a dez salários mínimos, sendo na sua maioria, representantes comerciais. Com uma avaliação econômico-financeira de 62,32% no seu ponto de equilíbrio, com uma rentabilidade de 2,94% am, um lucro líquido de 25,27% am e o pay-back de 33,98 meses. Porém, dentro das programações estimadas pelos sócios, só vêm confirmar a sua viabilidade dentro de uma segura margem de investimento e retorno, garantindo através de sua lucratividade a manutenção e atualização dos seus serviços junto às tendências.

(CONCLUSÃO) Toda empresa deve considerar a qualidade dos serviços importantes, e os desafios para se manter no mercado. Pois, a qualidade é uma ferramenta primordial para a sobrevivência desta. A cultura pouco divulgada de utilização de escritórios virtuais favorece aos associados, quando despertam necessidades em utilizar uma estrutura atualizada e funcional por um valor condigno com sua realidade. Por fim, o estudo provido desenvolverá mais oportunidades de contribuir para o crescimento humano e profissional, tendo a capacidade de ser um administrador de disseminar fatos, sabendo correlacioná-los com visão ampla dos acontecimentos futuros para os novos cenários.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

ANÁLISE DAS RELAÇÕES DE TRABALHO EM UMA EMPRESA DO RAMO HOSPITALAR DE NATAL - RN

Adriano Nascimento Matias da Costa

Andrea de Melo Soares

Dima Guilherme Bianchini B. Junior

Marcello Gentil de Araújo Filho

Thiago Teotônio da Silva

Discentes do Curso de Administração, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Rasland Costa de Luna Freire

Docente do Curso de Administração, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) Uma empresa não é constituída apenas de máquinas e equipamentos, técnicas de realização de tarefas e sistemas de informação. Nela, convivem pessoas que são fundamentais para a realização das atividades da organização. Embora a administração científica de Taylor desconsiderasse este fato, sabe-se que o incentivo monetário, apesar de importante, não se revela suficiente para promover a satisfação dos trabalhadores; reconhecimento, incentivos morais e a auto-realização são aspectos fundamentais. O objetivo deste trabalho é fazer um levantamento das relações humanas dentro de uma empresa, analisando as relações entre empregador e empregados, como também o relacionamento interpessoal dos funcionários dentro de uma organização do ramo hospitalar da cidade do Natal (devido à solicitação da organização, seu nome não será revelado no presente estudo), além de identificar os elementos que contribuem ou não para satisfação no ambiente de trabalho, no que tange aos aspectos humanos.

(METODOLOGIA) Quanto aos objetivos, a pesquisa realizada é do tipo descritiva. Com relação aos procedimentos técnicos, é classificada como pesquisa de campo e também como estudo de caso. Também pode ser considerada como uma pesquisa bibliográfica, pois, o referencial teórico foi elaborado a partir de material já publicado por outros autores. A amostra, do tipo não-probabilística, se constitui em 13 funcionários que foram entrevistados, utilizando-se como base um formulário composto com questões abertas. A seleção das entrevistas obedeceu primeiro a um critério de tipicidade, procurando diversificar ao máximo o perfil dos entrevistados, e depois a um critério de acessibilidade. A análise realizada foi do tipo quali-quantitativa.

(RESULTADOS) A análise de resultados abordou 4 (quatro) aspectos principais: como o funcionário vê o seu trabalho; sua opinião acerca de como ele (o trabalhador) é visto pela empresa; como o funcionário enxerga o seu ambiente de trabalho, e, por fim, quais as suas perspectivas futuras dentro da empresa. Com relação ao primeiro aspecto, a maior parte dos funcionários (aproximadamente 85%) respondeu que gosta do que faz, e os que estavam mais satisfeitos com o trabalho eram aqueles que tinham contato mais direto com os pacientes, principalmente o pessoal do corpo médico, que tinha seu trabalho reconhecido por eles. O segundo aspecto da análise mostrou grande divergência de opiniões; alguns diziam ter o trabalho reconhecido pela administração, outros que recebiam reconhecimento parcial e ainda os que afirmaram não existir qualquer tipo de reconhecimento. Com relação ao ambiente de trabalho, mais de 90% dos entrevistados afirmaram que gostavam muito de trabalhar na instituição; resultado inesperado, visto que os pontos negativos apontados pelos funcionários eram bem maiores quantitativamente que os pontos positivos; o que leva a supor que o grau de importância que eles atribuíam aos aspectos positivos era muito maior. Dentre os aspectos positivos destacou-se: o bom relacionamento entre os funcionários, o entrosamento, a solidariedade, a liberdade, a informalidade e a estabilidade do emprego. E como aspectos negativos: a baixa remuneração, falta de incentivos (motivacionais ou financeiros), condições físicas de trabalho e a falta de perspectiva de crescimento. Quanto às perspectivas de crescimento profissional dentro da organização, estas foram praticamente inexistentes, não há um plano de carreira, nem possibilidades de ascensão profissional na empresa. Os cargos mais altos de chefia são confiados a familiares dos proprietários ou a funcionários mais antigos, sem levar em conta a qualificação profissional.

(CONCLUSÃO) Ao analisarmos cada entrevista, concluímos que o nome do “santo” responsável pelo presente “milagre” de fazer com que os funcionários da empresa chegassem motivados para trabalhar com tantos fatores negativos, chama-se bom relacionamento. Obviamente existem na empresa outros fatores positivos, mas o bom relacionamento dos funcionários é o grande diferencial. É o vínculo que mantém cada um deles ligados à organização.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

ANALISE SOBRE A EFICÁCIA DA COMUNICAÇÃO ENTRE OS SETORES DO CENTRO SUVAG/RN E A COMUNIDADE

Deyse dos Santos Pereira

Discente do Curso de Administração com Habilitação em Marketing, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Catarina da Silva Sousa

Karina de Oliveira Costa

Docentes do Curso de Administração com Habilitação em Marketing, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) A comunicação para qualquer organização é de natureza primordial. Uma empresa ou organização que não interage de forma clara com a comunidade, corre o risco de ser esquecida e simplesmente não ficar fixada na mente das pessoas, mesmo utilizando os mais diversos canais de comunicação. O SUVAG/ RN é responsável por atender todo o estado do Rio Grande do Norte, com os serviços de reabilitação auditiva. O atendimento acontece em três etapas: avaliação audiométrica, tratamento fonaudiológico, reabilitação através dos resquícios da audição. A fim de que essas atividades sejam realizadas com plenitude de entendimento na comunicação entre os setores administrativos, médicos e beneficiários, a pesquisa pressupõe analisar a eficácia da comunicação entre os setores do Centro SUVAG/RN e a comunidade.

(METODOLOGIA) Diante do objetivo, a pesquisa apresenta-se como descritiva e exploratória, em forma de estudo de caso. A pesquisa descritiva proporcionará ao estudo as descrições de mercado e seus fenômenos. Já a pesquisa exploratória, conduzirá nos estudos com hipóteses e explicações demonstrando aspectos mais aprofundados em relação ao assunto. A coleta de dados ocorreu por meio de questionário aplicado em 100% dos gestores e colaboradores. Salienta-se que trata-se de um Trabalho de Conclusão de Curso, sendo aqui apresentados dados parciais. Através desta estrutura de coleta dos dados a pesquisa realizará o tratamento feito com tabulações das análises quantitativas e qualitativas, com a colaboração de tabelas, gráficos de forma a facilitar a tabulação dos dados.

(RESULTADOS) Os resultados apresentados classificam-se em dados avaliativos, onde os canais de informações mais utilizados são os quadros de avisos e de forma verbal, e a troca de informações entre os gestores e colaboradores e vice-versa é muito freqüente. Existe maioria na participação dos colaboradores para tomada de decisões. Maioria dos colaboradores não tem autonomia na resolução de problemas. O tempo de resposta de uma solicitação ao colaborador é de aproximadamente dois dias, enquanto que a resposta ao beneficiário é em média de uma semana. Para o SUVAG/RN é muito importante que a família esteja envolvida. Para os dados do perfil, onde a maioria dos colaboradores é do sexo feminino, na faixa etária entre 35 e 50 anos, com renda familiar acima de 2.500 reais, possuindo em sua maioria o nível superior completo, estado civil casados, e com família entre 4 e 5 pessoas.

(CONCLUSÃO) Conclui-se que os canais utilizados com maior freqüência podem comprometer a eficácia da transmissão das informações, mesmo porque o fluxo de informações transmitidas é muito freqüente entre os colaboradores, bem como entre os colaboradores e os beneficiários, de acordo com a percepção dos próprios colaboradores, e os canais não garantem segurança. Apesar da maioria dos colaboradores ter participação nas decisões, estes têm pouca autonomia em decidir efetivamente. Para o SUVAG/RN a importância do envolvimento da família no tratamento auditivo é muito relevante, apesar do tempo de resposta a uma solicitação por parte de um beneficiário seja de uma semana. Mais adiante serão aplicados formulários com os beneficiários, a fim de avaliar a percepção destes sobre as diversas formas de comunicação do SUVAG/RN para com a comunidade.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

ANÁLISE FINANCEIRA, DE PRODUÇÃO E TI DE UMA EMPRESA DO SETOR SALINEIRO DO RN

Afrânio Ferreira de Miranda Neto
Dima Guilherme Biachini Beiro Junior
Felipe Azevedo Almeida Rodrigues
João Felipe de Oliveira Pessoa
Marília Moreira Lisboa
Renata Medeiros Costa

Discentes do curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Ana Maria da Silva Souza
Carlos Eduardo Marinho Diniz
Fábio Costa Ferrer
Sandely Fernandes de Araújo

Docentes do curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) O curso de administração tem como principal objetivo preparar profissionais capazes de fazer o diagnóstico de como está a situação de uma empresa. Este trabalho aborda uma empresa do setor salineiro do Rio Grande do Norte, um dos setores que mais emprega no RN e é responsável por mais de 90% da produção do sal consumido no país, nesse contexto se encaixa a Salina Soledade Ltda, empresa com unidade produtora situada no município de Macau/RN e unidade comercial localizada em Natal/RN. Através da pesquisa será explorado a produção, a área financeira e o sistema de informação usado, para que através da análise dos respectivos dados possa se obter conhecimento da real situação da organização, a partir de então, se necessário, elaborar recomendações para um maior desenvolvimento e progresso da empresa do setor salineiro.

(METODOLOGIA) Foi desenvolvido um estudo de caso exploratório-descritivo. Foi realizada uma visita na Salina, visando coletar os dados necessários, onde foram consultados o diretor industrial, o gerente de produção e o administrador financeiro para melhor entendimento do sistema produtivo, da parte financeira e do sistema de informação. Para a coleta de dados foi utilizado um instrumento do tipo formulário composto por várias questões abrangendo as áreas citadas como objeto de estudo.

(RESULTADOS) Foi detectado que a empresa Salina Soledade Ltda, que conta com a colaboração de 62 empregados, divididos em 07 funcionários no escritório comercial em natal, e outros 55 na unidade produtiva em Macau/RN, apresentou um faturamento médio mensal de R\$ 295.775,72 em 2005, e em 2006 de R\$ 273.375,71 e possui capacidade produtiva de 60.000 TON/ANO, mensalmente a empresa suporta um embarque de 6.000 TON, dentre o sal que necessita ir para moagem e o sal embarcado diretamente da pilha. Foi identificado um sistema de informação desenvolvido pela própria empresa, este, dá suporte a área comercial, financeira no que se refere as saídas, e de produção.

(CONCLUSÕES) A partir das informações coletadas, conclui-se que o setor financeiro da empresa está muito bem estruturado, pois suportou uma oscilação bastante considerável em suas finanças do exercício de 2005 para 2006, e conseguiu se manter ativa e atuante sem ter que abrir mão da qualidade de seu produto. Os setores de produção e de sistema de informação estão bem encaminhados, mas necessitam de aprimoramentos para que possam auxiliar as necessidades da empresa de forma mais completa, que reduza os custos e ganhe rapidez nas atividades, o de produção apresenta como maior prioridade a necessidade de regularizar a proporção da área de evaporação com a área de cristalização, para que possa gerar um tipo de sal mais graúdo, e o sistema de informação necessita de mais desenvolvimento para que possa abranger outras áreas da empresa, como o RH, e integrar completamente o financeiro.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

DEFININDO UM SISTEMA DE CONTROLE PARA DATA DE VALIDADE DOS CARTÕES: O CASO DA EMPRESA ALPHA

Francisco Silvestre Martins Alencar

Discente do curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Fabírcia Abrantes Figueiredo da Rocha, M. Sc.

Docente do curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) Administração de Materiais tem a responsabilidade principal de gerenciar os níveis de estoque da empresa. Nesse direcionamento, o presente trabalho aborda o caso da empresa Alpha, atuante no segmento de distribuição de cartões telefônicos de uma operadora de telefonia celular, que apresenta uma problemática relacionada às validades dos cartões, pois a empresa tem arcado com custos, face a devolução de itens vencidos, o que é mais significativo em se tratando de produtos que apresentam margens reduzidas de retorno, já que a política de comercialização é padronizada no mercado.

(METODOLOGIA) O trabalho consiste em um Estudo de Caso, onde foi analisado o caso da empresa Alpha, sendo desenvolvida uma pesquisa diagnóstica, enfocando o subsistema de distribuição de cartões telefônicos, com propósito de caracterizar o real impacto desta problemática no resultado da organização e, assim, poder definir ações práticas que possam ser implantadas com o propósito de conceder maior controle as movimentações dos cartões junto aos vendedores e, conseqüentemente, aos clientes. Para tanto, as técnicas de coleta de dados aplicadas consistiram na observação direta do ambiente, mapeando as rotinas executadas na organização, análises documentais, acerca de relatórios demonstrativos da quantidade de cartões telefônicos vencidos, bem como entrevistas informais desenvolvidas com os gestores e vendedores. O tratamento de dados foi feito a partir da alimentação em planilhas de Excel do histórico de devoluções de cartões telefônicos cujo motivo tenha sido o vencimento, juntamente com modelos de controle de estoques existente na teoria de Materiais.

(RESULTADOS) O estoque pode ser visto como elemento central da Logística, justificando a importância de definir seus níveis adequadamente. No caso da empresa Alpha, diante de uma análise desenvolvida processos relacionados à área de Logística, pontos críticos puderam ser identificados, destacando o vencimento de cartões telefônicos, face a quantidade considerável de cartões que retornam a empresa, associada a participação da equipe de vendas quanto a falta de planejamento na distribuição dos itens, em virtude da busca do atingimento das metas impostas pela gerência. Os clientes, por sua vez, por não existir um controle mais preciso, findam por acumular estoques e como há a flexibilidade de troca dos itens, não tem a atenção de monitorar o seqüencial do produto que está sendo escoado. Assim, as ações propostas apontam para a redefinição do processo relacionado ao controle das datas de validade dos cartões, mediante lote de chegada e posterior distribuição para a equipe de vendas, cruzando com as devoluções ocorridas. Associada a este procedimento tem-se a definição de indicadores de produtividade por representante considerando as devoluções praticadas, identificando os pontos de gargalos por zona de atuação e respectivo cliente.

(CONCLUSÃO) O trabalho proposto tem importância significativa para empresa por se tratar de algo que vem para contribuir na maximização dos resultados, face a redução dos custos. Em segmentos caracterizados por margens de retorno pequenas ter eficácia é fundamental. As ações propostas são simples e viáveis, pois não há incidência de custos, entretanto o maior obstáculo visualizado consiste na cultura organizacional, já que necessita do envolvimento dos gestores, funcionário responsável pelo recebimento e distribuição dos produtos e, sobretudo, dos vendedores.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

DIAGNÓSTICO FINANCEIRO: UMA ANÁLISE SOB A PERSPECTIVA DO ENDIVIDAMENTO, LIQUIDEZ E RENTABILIDADE – UM ESTUDO DE CASO

Diego Maia de Araújo

Discente do Curso de Administração, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Alessandro de Albuquerque Apolinário

Daniyel Ferreira de Medeiros

Discentes do Curso de Pós-Graduação MBA em Administração Financeira da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Ermerson de Oliveira Capistrano

Discente do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – PPGA/UFRN e Discente do Curso de Pós-Graduação MBA em Administração Financeira da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Carlos Eduardo Marinho Diniz

Docente da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) A tomada de decisão baseada na análise das Demonstrações Financeiras tem como pré-requisito a confiabilidade nas demonstrações contábeis de uma empresa. A partir dessa variável, torna-se possível a aplicação e análise de metodologias com potencial para desenhar o atual cenário do negócio, além de desenhar possíveis estratégias para a sua continuidade. Nesse cenário, a aplicação do método dos índices financeiros a partir de um enfoque combinado abordando as perspectivas do endividamento, rentabilidade e liquidez fornecem a descrição da saúde financeira da empresa de acordo com o desempenho histórico das demonstrações contábeis, permitindo também indicar caminhos que podem ser seguidos na condução do negócio. Baseando-se nessas concepções iniciais, esta pesquisa tem o objetivo de estudar a atual situação financeira de uma empresa do ramo de varejo de moda, com base na análise combinada do método dos índices financeiros, buscando fornecer diretrizes para a maior solidificação e crescimento deste empreendimento.

(METODOLOGIA) A metodologia adotada para a consecução deste estudo tem por objetivo delimitar o cenário em que esse caso está inserido. Assim sendo, quanto à natureza, o estudo será conduzido por um resumo de assunto, abordando referências sobre o tema; quanto aos objetivos será um estudo exploratório-descritivo e qualitativo em vista da necessidade do aprofundamento da análise dos índices da empresa; quanto aos procedimentos, no tocante à obtenção de dados, serão realizados estudos bibliográficos e documentais da empresa, no que diz respeito à execução, será realizado um estudo de caso e; por fim, quanto ao tempo de análise será percorrido um estudo longitudinal, pois serão coletados dados financeiros da empresa em vários anos, demonstrando o seu comportamento no tempo com o objetivo de explicar a situação atual e as perspectivas futuras do negócio.

(RESULTADOS) A partir dos cálculos dos índices, baseados nos Balanços Financeiros e Demonstrativos de Resultado da empresa, será traçado um diagnóstico da real situação da empresa. Assim, será possível definir quais as alternativas futuras para o negócio e colaborar com a construção de estratégias financeiras para a maximização dos resultados. Essa metodologia poderá servir de referência para as demais empresas do setor que tenham o objetivo de avaliar o seu negócio.

(CONCLUSÕES) Espera-se que as empresas, de uma forma geral, vislumbrem a relevância da estruturação de suas Demonstrações Contábeis como ferramenta fundamental para o aumento da competitividade. A análise combinada de índices financeiros só será possível a partir do cumprimento dessa premissa básica. Assim, os gestores interessados em avaliar o negócio tomando por base essa metodologia, podem usar como referencial o presente estudo que fornecerá caminhos de como alcançar esse objetivo.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

ANÁLISE DA VIABILIDADE DA EMPRESA DRYTECH - CENTRO DE EMBELEZAMENTO & REPARAÇÃO AUTOMOTIVA

Ailson Bonifácio Neto

Bernardo Pereira Teles

Nícolas Ramon Trigueiro de Oliveira

Rosiane Rocha

Themis Machado Cavalcanti Pacheco

Discentes do Curso de Administração com Habilitação em Marketing, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Josué Vitor de Medeiros Júnior

Docente do Curso de Administração com Habilitação em Marketing da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) O objetivo da pesquisa consiste em colher informações com a finalidade de demonstrar a viabilidade de um Centro de Embelezamento & Reparação Automotiva. Trata-se de um Centro de Embelezamento que oferece um amplo mix de serviços, e que também se preocupa com o meio ambiente, pois a lavagem dos automóveis não utiliza água. O problema que levou os pesquisadores a desenvolver a pesquisa foi a ausência de uma empresa em Natal, do setor de reparação e embelezamento de automotivos, que apresentasse uma preocupação com o meio ambiente. A DRYTECH tem a preocupação com o meio ambiente, mais precisamente com a provável escassez da água. Com isso, foi desenvolvido um novo conceito em lavagens de automotivos, considerando-se a importância de se possuir um mix de serviços bem amplo e corretamente balanceado, de tal forma que haja uma completa interação entre os diversos serviços, conseguindo assim, suprir as necessidades dos clientes.

(METODOLOGIA) A pesquisa realizada foi desenvolvida através de observações, visitas técnicas e discussão em grupo, e analisada através da planilha do SEBRAE – PB. O grupo fez uso da estratégia de se passar por cliente das empresas que se situam em sua maioria na grande Natal e que apresentam serviços na mesma área na qual a DRYTECH pretende atuar. Com isso conseguimos informações confiáveis, o que é de extrema importância para o desenvolvimento e sucesso no planejamento de um novo empreendimento. Foram visitadas as empresas EXPRESS CAR-SERVICE, JET PARK, MARANELLO, FORTEJATO, entre os dias 14 e 19, do mês de maio.

(RESULTADOS) Com um índice de rentabilidade de 6,2% a.m, e de 21,9% a.m de lucratividade, com um retorno estimado em 16 meses e 12 dias, a DRYTECH chega à cidade do Natal como um empreendimento atrativo para qualquer empreendedor interessado em investir no ramo de embelezamento automotivo, no qual apresenta uma grande demanda de consumidores exigentes. Depois de uma análise criteriosa, detectou-se que os concorrentes não possuem um mix de serviços compatíveis com os oferecidos pela DRYTECH. Levando em consideração todas as análises realizadas, o mercado do Natal oferece oportunidades favoráveis para a implantação do empreendimento que oferecerá serviços não existentes na cidade, sendo uma grande e importante novidade, que buscará também a conscientização da preservação do meio ambiente e de seus elementos existentes para a construção de um mundo melhor.

(CONCLUSÃO) De acordo com os aspectos econômicos, consideramos a DRYTECH um negócio viável, mesmo apresentando índice, do ponto de equilíbrio, de 71,49 %, pois quando se trata de um setor de serviços, os índices do ponto de equilíbrio geralmente são altos. Em compensação, o índice de lucratividade é de 21,98 %, e um retorno, considerando a correção do dinheiro no tempo, de aproximadamente 19 meses. Com relação aos aspectos sociais, a DRYTECH irá gerar 8 empregos diretos, e desenvolver campanhas, com o tema: “Água. Sabendo Usar, Não Vai Faltar”, mostrando a importância da água e do meio ambiente.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

ESTUDO DA QUALIDADE NO ATENDIMENTO DA EMPRESA ALEAT COMBUSTÍVEIS S.A. – SETOR FALE

Viviane de Oliveira Mascena

Discente do Curso de Administração de Empresa, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Karina de Oliveira Costa Bezerra M.Sc.

Docente do Curso de Administração de Empresa, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) Tendo em vista a importância da Qualidade no Atendimento, a Administração Moderna, vem buscando para as empresas não só os aspectos financeiros, produtivos e organizacionais e sim, novos horizontes para seu crescimento no mercado, por isso estão investindo em áreas do setor de atendimento, tendo sempre em vista o cliente como seu maior foco. Com isso, a ALESAT visando o consumidor, criou o Setor Fale para compreendê-lo e atendê-lo. Logo então, verificou-se o real interesse em se estudar este setor, propondo-se a seguinte questão: Qual o grau de satisfação dos clientes com os serviços oferecidos pelo Setor de Atendimento - Fale?. Desta forma a fim de estudar esta problemática foram ressaltados os seguintes objetivos: O geral que é avaliar o grau de satisfação dos clientes com os serviços oferecidos pelo Setor de Atendimento, e os objetivos específicos que são: Descrever o nível de qualidade dos serviços prestados ao cliente; Identificar os principais serviços oferecidos ao cliente; Identificar a agilidade dos consultores quanto ao retorno das solicitações; Verificar a satisfação dos clientes quanto à qualidade no atendimento; Relacionar os pontos negativos e positivos do atendimento percebido pelo cliente e descrever o perfil dos entrevistados.

(METODOLOGIA) O tipo de pesquisa aplicado neste trabalho foi o descritivo-exploratório, além do estudo de caso, onde buscou-se conhecer as diversas situações e a relação operador-cliente. O universo constituiu-se de usuários e clientes que ligam para central de atendimento Fale (0800), que correspondeu a uma média de 807 ligações no mês de janeiro de 2007. Sendo utilizada uma amostragem de 163 pessoas, a qual se utilizou 7% de uma margem de erro na determinação da amostra de 93% de confiabilidade. A coleta de dados foi executada através de um questionário estruturado, contendo perguntas abertas e fechadas. Depois, tabulou-se os dados, para que eles pudessem se transformar em informações. Para isso, utilizou-se o programa Excel para a criação de tabelas e gráficos para que às informações fossem visualizadas de forma clara e uma abordagem quantitativa e qualitativa para a análise dos resultados.

(RESULTADOS) Os dados revelaram que quanto a descrição dos serviços prestados, 51% indicam que a qualidade é boa e 40% é ótima; apenas 7% é regular. 88% esperam um minuto para ser atendido. Mostrou que: a solicitação (78%) é a forma mais indicada para descrever as demandas do setor; que 60% dos clientes procuram o atendimento pelo menos uma vez por semana, 93% dos clientes afirmam que os procedimentos são sempre explicados, 61% estão satisfeitos com o atendimento, e apenas 5% estão insatisfeitos. Mostrou ainda que: entre os 87% dos clientes, não houve conversas paralelas durante a ligação, enquanto 13% reclamam de ruídos nas ligações, quando se tenta prestar informações.

(CONCLUSÃO) Com base nos resultados, verificou-se que o papel dos clientes é de suma importância para a sobrevivência da empresa, posto que, é através deles que ocorre o desenvolvimento e o impulsionamento no mercado. Mostrou que a qualidade do serviço prestado pelo setor Fale, é uma preocupação contínua quando procura atender os clientes, sempre com o intuito de tirar qualquer dúvida. Com tudo isso, constatou-se resultados favoráveis perante os serviços oferecidos pela empresa nos quais os clientes ligam para o 0800. Por outro lado, alguns clientes ainda mostram insatisfação no que se refere a comunicação das informações; Logo então, recomenda-se que os operadores sejam mais claros no processo de atendimento aos clientes e que acompanhem os mesmos através de um pós-venda para melhorias da qualidade no atendimento oferecido.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

ESTUDO DA VIABILIDADE E IMPLEMENTAÇÃO DE UMA EMPRESA DE COMUNICAÇÃO E COBERTURA DE EVENTOS ESPORTIVOS

*César Augusto Barreto da Silva
Gabriella Lucena Vasco
Sara Maria de Medeiros Cassiano
Wilton Alves Pequeno*

Discentes do Curso de Administração com Habilitação em Marketing, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

*Josué Vitor
Carlos Eduardo
Ronaldo Neves
Jannes Valente
Fabricia Abrantes
Karina Costa*

Docentes do Curso de Administração, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) Os esportes de aventura passam por um momento de transição muito importante, tendo em vista que suas atividades estão abandonando a prática amadora (de produtos e serviços), passando a ser um mercado profissionalizado ampliando assim sua potencialidade. No cotidiano, os esportes de aventura são utilizados como eficientes meios de integração organizacional, desenvolvendo trabalho de grupo e liderança. O mercado brasileiro movimenta cerca de 200 milhões de reais anuais, contra 8 bilhões do mercado americano. Porém a projeção de crescimento brasileiro é constante, além do nicho de mercado ser bastante segmentado, onde 71% dos praticantes possuem um alto poder aquisitivo. Assim sendo, o objetivo geral da presente pesquisa consiste em avaliar as possibilidades de implementação de uma empresa no ramo de comunicação e cobertura de eventos esportivos a partir da construção de um plano de negócio, através dos seguintes objetivos específicos: avaliar através de uma pesquisa de mercado o nível de concorrência deste segmento, bem como a demanda de público alvo e sua capacidade de mercado em relação a cobertura de eventos. O estudo justifica-se, considerando que o estado do Rio Grande do Norte tem privilégios geográficos e climáticos, propiciando a prática e a criação de diversos eventos esportivos.

(METODOLOGIA) Com base no problema de pesquisa, a pesquisa classifica-se em descritiva-exploratória, bem como pesquisa de campo, que de maneira voluntária, cobriu-se 03 eventos esportivos (Iguana EcoAventura, Trilha de Santana e Campeonato Troller) que serviram de base para um maior conhecimento do segmento em estudo. Utilizou-se como instrumento de coleta de dados, um questionário estruturado com perguntas fechadas com 80 possíveis clientes escolhidos aleatoriamente e adeptos ao segmento. Posteriormente tabulou-se os dados para seguir com uma análise cuja abordagem foi a quantitativa/qualitativa através da planilha do Plano de Negócio.

(RESULTADOS) De acordo com a pesquisa realizada foi identificada a participação de pessoas em sua maioria com idades de 25 a 40 anos, do gênero masculino, com escolaridade variando entre superior completo e pós-graduado, solteiros, com renda superior a oito salários mínimos e com características esportistas e aventureiros que percebem o esporte alternativo como uma realização pessoal e superação de limites. Para o funcionamento da empresa proposta (Clic Aventura), será necessário investimento de um montante de R\$ 44.287,19 distribuídos entre investimentos fixos e capital de giro. De acordo com o programa de produção e vendas, projeta-se uma receita mensal de R\$ 5.300,00 do mix de produtos e em relação aos serviços totalizando uma receita projetada de R\$ 14.900,00. Em contrapartida, o custo para realização dos produtos e serviços acima descritos respectivamente será de R\$ 1.862,27 e R\$ 2.717,68. Na obtenção do investimento aplicado, a possibilidade de retorno será em curto prazo, uma vez que, este será estimado aproximadamente em 11 meses, porém com ponto de equilíbrio (67,39%) característico de empresas de serviços.

(CONCLUSÕES) Dentro deste contexto, os sócios/investidores acreditam na viabilidade do negócio, uma vez que foi detectado através de pesquisa de mercado e demográfica um bom nível de aceitação no mercado como também, a possibilidade de retorno à curto prazo, com índices de rentabilidade de 9,10% e lucratividade de 19,95%, percentuais estes bastante favoráveis. Cabe também frisar que a Clic Aventura espera, através de sua atuação no mercado, disseminar a cultura pela busca da qualidade de vida que pressupõe a intensificação de valores de cunho social e ambiental estando assim preocupada com o momento sócio-histórico mundial. Frente ao exposto, acredita-se na implantação da Clic Aventura, porém de forma realista, tentando minimizar os obstáculos impostos e maximizar as oportunidades para construção de uma empresa consolidada e competitiva frente ao mercado no qual estaremos inseridos.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

FAST-FOOD: UMA APLICAÇÃO DA TEORIA CIENTÍFICA NOS TEMPOS MODERNOS

Fernanda Helena Silva Benevenuto

Gabriela Benfica Alves Kubrak

Isabele Miranda do Nascimento

Marianny Patrícia Dias

Thais Helena Oliveira Elias de Farias

Discentes do Curso de Administração, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Catarina da Silva Souza

Orientadora, Docente do Curso de Administração, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Flávio Emílio Monteiro Cavalcanti

Co-Orientador, Docente do Curso de Administração, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) Grande parte das corporações mundiais que conhecemos atualmente foi impulsionada ou transformada pela Revolução Industrial, tendo como principais conseqüências o crescimento acelerado e desorganizado das empresas, e a necessidade de aumentar a eficiência e a competência das mesmas. Essas conseqüências que ocasionaram uma gradativa complexidade na administração, exigiram uma abordagem científica mais apurada que substituísse o empirismo e a improvisação existentes, além de se obter um melhor rendimento dos recursos. Com isso foi criada por Frederick Taylor no início do século XX, a Teoria Científica, conhecida como a primeira teoria administrativa, tendo como principal característica a Organização Racional do Trabalho (ORT), buscando a eliminação do desperdício, da ociosidade operária e a redução dos custos de produção. O objetivo do presente trabalho, é analisar a aplicação da Teoria Científica em três empresas de *Fast-Food*, contextualizando os principais aspectos da ORT.

(METODOLOGIA) Trata-se de uma pesquisa exploratória, por meio de estudo de caso. A coleta de dados será por meio de observação e entrevista com gerente de lojas. Cujo objetivo principal é comparar três empresas de *Fast-Food* nas quais se observou a aplicação das principais características da Organização Racional do Trabalho.

(RESULTADOS) Taylor defendia que toda e qualquer rotina de trabalho deveria ser analisada detalhadamente, até ser encontrada a situação em que o desempenho com que esta fosse realizada, fosse a ideal. Para conseguir tal otimização, Taylor fez uso da Organização Racional do Trabalho que se fundamenta nos seguintes aspectos: Análise do trabalho e estudo de tempos e movimentos, Estudo da fadiga humana, Divisão do trabalho e especialização do funcionário, Desenho de cargos e tarefas, Incentivos salariais e prêmios de produção, Condições ambientais de trabalho, Padronização de métodos e máquinas e Supervisão Funcional. O efeito causado pela aplicação desses princípios nas empresas de *Fast-Food* foi enorme, reduzindo os custos e tornando o trabalho humano cada vez mais mecanizado. O resultado final de racionalizar as mais diversas operações é posto em prática pelas empresas de *Fast-Food* pesquisadas, sendo observados diversos aspectos da ORT nas mesmas, destacando-se os seguintes aspectos: Divisão do trabalho e especialização do funcionário, Análise do trabalho e estudo de tempos e movimentos e a Padronização de métodos e máquinas. Nas empresas de *Fast-Food*, há um guia detalhado de instruções que deve ser seguido, e os empregados são freqüentemente treinados para produzir os melhores resultados no trabalho.

(CONCLUSÃO) Como toda teoria pioneira e desbravadora a Teoria Científica recebeu diversas críticas, principalmente na época em que foi criada. Pois a mentalidade - tanto dos dirigentes quanto dos empregados -, a precária experiência industrial e empresarial e a falta de conhecimentos sobre assuntos administrativos não forneciam as condições necessárias e nem o suporte adequado para a solução dos problemas e a elaboração de conceitos mais rigorosos e mais bem fundamentados. As principais críticas à Teoria Científica foram: Enfoque Mecanicista do ser humano, Abordagem fechada, Superespecialização do funcionário e a Exploração dos empregados. Entretanto, considerando-se todos os aspectos da Organização Racional do Trabalho que foram avaliados, pode-se concluir que apesar de terem sido criados no início do século XX, os minuciosos estudos de Taylor e suas conclusões continuam sendo válidas e aplicáveis ao moderno processo produtivo das empresas de *Fast-Food*. Por isso, para se aplicar a Teoria Científica atualmente, é necessário conhecê-la e compreendê-la para conseguir evitar seus pontos negativos e aprimorar e explorar suas forças.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

FRANCHISING: CARACTERÍSTICAS DE UM SISTEMA EM CRESCIMENTO

Marcel Lima Ribeiro Dantas

Discente do Curso de Administração com Habilitação em Marketing, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

José Nicolau de Souza

Orientador, Docente do Curso de Administração, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Catarina da Silva Souza

Co-Orientador, Docente do Curso de Administração, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Aluísio Alberto Dantas

Co-Orientador, Docente do Curso de Administração, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) Franquia empresarial ou *franchising* é o sistema pelo qual o franqueador cede ao franqueado o direito de uso de marca ou patente, associado ao direito de distribuição exclusiva ou semi-exclusiva de produtos ou serviços e, eventualmente, também o direito de uso de tecnologia de implantação e administração de negócio ou sistema operacional desenvolvidos ou detidos pelo franqueador, mediante remuneração direta ou indireta, sem que, no entanto, fique caracterizado o vínculo empregatício. Desde que surgiu, o franchising nunca apresentou números tão atraentes, atingindo em 2006 um faturamento cerca de 11% superior ao do ano anterior. O presente trabalho visa esclarecer os aspectos fundamentais já descritos sobre o sistema franchising, identificando e analisando suas características gerais, utilizando como exemplo o ramo da perfumaria.

(METODOLOGIA) Este estudo é uma revisão bibliográfica que usa metodologia exploratória, do tipo descritiva e de natureza qualitativa e quantitativa.

(RESULTADOS) O *franchising* visa ser uma relação de ganha-ganha entre franqueador e franqueado. O primeiro ganha principalmente ao expandir a sua marca e com a arrecadação de taxas pagas pelo franqueado. Este se beneficia ao abrir o seu negócio com uma marca já consolidada no mercado e ao receber vantagens que podem ser decisivas para o sucesso do seu negócio, como serviços de apoio e treinamentos formais. As desvantagens de uma franquia empresarial para o franqueador são os riscos relacionados ao mau uso da marca pelo franqueado e os custos para manter os serviços de apoio e treinamentos. Por sua vez, o franqueado tem que investir capital, pagar taxas para o franqueador, pode ter o crescimento da sua empresa restringido e não possui independência absoluta na condução do seu negócio. No Brasil, em 2006 registrou-se um faturamento de R\$ 39,8 bilhões através do *franchising*, destacando-se os setores de alimentação, veículos e assessorios pessoais e calçados. Para 2007 a projeção feita pela Associação Brasileira de Franchising é de crescimento no faturamento em torno de 12%. Atualmente, dentre as 20 principais redes de franquias no Brasil estão incluídas quatro empresas classificadas como perfumarias. Para firmar legalmente a parceria entre franqueado e franqueador, alguns passos são imprescindíveis, e estão descritos na Lei nº 8955/94.

(CONCLUSÃO) O *franchising* está em grande crescimento no Brasil e no mundo e se mostra uma excelente alternativa de negócios em diversos segmentos quando analisadas adequadamente suas vantagens e desvantagens. O conhecimento da Lei nº 8955/94 é condição *sine qua non* para aqueles que desejam se tornar franqueados ou franqueadores.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

IDENTIFICAÇÃO DA PERCEPÇÃO DO CLIENTE DA STYLLUS COLCHÕES: O PASSO INICIAL EM BUSCA DA SUA FIDELIZAÇÃO

Cozângela Maria Fernandes de Oliveira

Discente do Curso de Administração com Habilitação em Marketing, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Fabírcia Abrantes Figueiredo da Rocha

Docente do Curso de Administração, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) O presente projeto teve como objeto de estudo a identificação da percepção do cliente com o propósito de desenvolver ações direcionadas a sua fidelização, já que uma organização que adota o Sistema CRM tem a possibilidade de atingir uma maior participação no mercado. Assim, as ações propostas visam estreitar os laços de relacionamento entre empresa e consumidor, de modo que venha satisfazer e surpreender as suas necessidades, o qual vem demonstrando maior exigência em ser fiel ao mercado.

(METODOLOGIA) Trata-se de um Estudo de Caso, enquadrando-se como pesquisa Descritiva e pesquisa Exploratória, esta por envolver um aprofundamento bibliográfico em adquirir conhecimentos para a definição dos resultados e aquela para expor característica, para definir dados a serem coletados e a partir daí apresentar resultados. A coleta de dados ocorreu por meio de um questionário com perguntas fechadas aplicado aos clientes e contará com uma amostra de 10 clientes, realizado durante o mês de outubro, é importante enfatizar que por se tratar de um trabalho de conclusão de curso a amostra é parcial.

(RESULTADOS) A identificação do trabalho apresentou em duas etapas, perfil dos clientes e dados avaliativos, no que se refere ao perfil dos pesquisados predominou o sexo feminino, abrangendo a faixa etária equivalente a 30% sendo de 31 a 45 anos, a maioria são casados e a renda familiar obtendo maior significado acima de 8 salários mínimos. Considerando o enfoque da empresa, os pesquisados relatam ter conhecimento da empresa através de indicação pessoal e divulgação visuais, destacando sua boa localização e um ambiente agradável, o mix de produtos atende as expectativas e o relacionamento entre funcionário e cliente é considerado bom, a preferência da maioria dos que visitam é mensal e a qualidade do atendimento é considerado ótimo, onde os funcionários procuram mostrar o mix de produtos total, o mix de produtos oferecidos pela empresa atende a totalidade das necessidades dos consumidores.

(CONCLUSÃO) Este trabalho, através dos dados coletados, elencou informações que poderão dar suporte ao desenvolvimento do gerenciamento das estratégias da Styllus Colchões visando adquirir uma ampla oportunidade de aperfeiçoar o relacionamento entre a empresa e seus clientes, entretanto a percepção do ambiente aponta para a necessidade de desenvolver um processo para o atendimento ao cliente, mediante informações estruturadas que permitam um relacionamento mais customizado para conquistar a sua fidelização. Cabe então destacar que sob esse aspecto a solução CRM poderá influenciar nas decisões pertinentes a estruturação das informações obtidas através do processo.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

IMPORTÂNCIA DE UM DIAGNÓSTICO FINANCEIRO, DE PRODUÇÃO E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO NUMA EMPRESA DO RAMO DE LOCAÇÕES

*Luiz Henrique Almeida Maciel
Aline Ferreira Avelino Bezerra
Lívia Barbosa Freitas Gomes
Jefferson Campos Barreto Firmino*

Discentes do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

*Carlos Eduardo Marinho Diniz
Fabio Ferrer
Sandely Araujo*

Docente do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) Trata-se de pesquisa de cunho exploratório, realizado em empresa de pequeno porte, do ramo de locação de vídeos, situada no bairro de Ponta Negra, Natal/RN. O foco da análise centra-se no funcionamento desta microempresa, revelando-se, ao final, um diagnóstico do setor financeiro, produtivo e de sistema de informação lá utilizado. A empresa dispõe de 2 (dois) funcionários, sendo que um deles realiza o atendimento no período que se estende de segunda à sexta-feira com carga horária de 30 (trinta) horas semanais e outro aos finais de semana e feriados, com carga horária de 6 (seis) horas diárias.

(METODOLOGIA) Para a efetiva obtenção dos dados necessários à feitura do diagnóstico, foi realizada pesquisa “*in loco*”, por um período de 3 (três) dias, em que foram observados o fluxo de clientes e caixa, além da estrutura física e disposição dos produtos na loja.

(RESULTADOS) Os resultados práticos da pesquisa serão demonstrados em artigo futuro. Até o presente momento pode-se adiantar que o fluxo de cliente e conseqüentemente a saída de produtos se dá em maior escala no período coincidente às férias escolares de meio e fim de ano, quando torna-se mais escassa a disponibilidade dos produtos. Constatou-se, ainda, que o sistema de informação, mesmo atendendo às necessidades básicas do ramo de negócios aqui tratado, poderia contar com alguns incrementos.

(CONCLUSÃO) A partir dos dados obtidos e das falhas vislumbradas, pode-se apontar como possíveis melhorias o aumento do número de vídeos disponíveis, bem como a obtenção de um sistema de informação mais adequado às necessidades da empresa estudada, o que influenciaria positivamente as diversas empresas de igual segmento.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

O IMPACTO DE ESTRATÉGIAS DE MARKETING NA RELAÇÃO COMERCIAL DA DISTRIBUIDORA DAB

Tiago Guimarães Bezerra

Discente do Curso de Administração, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Jannes de Freitas Valente

Docente do Curso de Administração, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) O trabalho foi realizado na distribuidora de alimentos e bebidas DAB com a intenção de facilitar e melhorar o relacionamento da distribuidora com os seus cliente de redes supermercadistas, focando em encontrar as principais dificuldades existentes na distribuidora DAB e revertê-las transformando em pontos positivos engrandecendo e ajudando a melhorar o trabalho realizado pela distribuidora DAB no Rio Grande do Norte.

(METODOLOGIA) Com relação ao tipo de pesquisa realizada, o trabalho será baseado em uma pesquisa exploratória e estudo de caso utilizando um universo de 16 clientes de redes de supermercado atendidos pela distribuidora DAB no Rio Grande do Norte, onde não tem amostra devido ao pequeno numero de clientes para representar o universo. O instrumento da coleta de dados utilizado para obter informações mais precisas é um questionário que contém perguntas abertas e fechadas onde coleta informações para o preenchimento de tabelas e gráficos na intenção de apresentar de maneira mais fácil e eficaz os dados coletados, tornando de fácil entendimento para os interessados no assunto.

(RESULTADOS) Como pode-se ver nos gráficos, foram encontrados resultados bastante satisfatórios para a empresa de distribuição DAB, onde por exemplo, encontramos o índice de 100% das redes que são clientes ativos da distribuidora DAB e com 68.75% deles afirmando ter um ótimo relacionamento com a DAB e os outros 31.25% considerando seu relacionamento bom. Também pode-se afirmar que a maioria dos clientes deram nota máxima quando se referi ao caráter da empresa, ao atendimento prestado pela empresa e também quanto a agilidade de entrega das mercadorias trabalhadas pela DAB. Porém também pode-se ver algumas fraquezas que precisam de melhoras imediatas, e a principal delas é a ainda não satisfatória quantidade de profissionais atuante na área de promoção, deixando lacunas a serem preenchidas nos trabalhos de merchandising realizado pela distribuidora DAB trazendo algum desconforto e insatisfação por parte de alguns clientes.

(CONCLUSÃO) Diante aos fatos coletados na pesquisa que foi realizada no intuito de colher e expor informações que podem ser bastante proveitosa para a distribuidora DAB; Pode-se analisar que ainda existe alguns setores da empresa que apresentam uma certa carência de melhoras que devem ser revertidas imediatamente devido a importância que esses fatores representam para a empresa, mudanças que pode ser iniciada com a intenção de aumentar o quadro de funcionários com uma ênfase nos treinamentos teóricas e práticos com o devido acompanhamento dos superiores, trazendo novas expectativas de melhora nas áreas de venda, entrega de mercadorias, demonstração e degustação, que como mostra a pesquisa são as áreas que se encontram em situações de menor favorecimento segundo as informações passadas pelos clientes entrevistados.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

ADMINISTRAÇÃO ESTRATÉGICA

Vanessa Mota de Oliveira

Discente do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Flávio Emílio Cavalcanti Monteiro

Docente da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) Devido à grande exigência de mercado, o empreendedor no ramo de restaurante deve estar constantemente realizando ações e estratégias, para que possa relacionar as características do consumidor com o nível de satisfação e com a influência que elas exercem no desenvolvimento dos seus negócios. Para isso a administração estratégica, se faz de extrema importância, uma vez que, identifica e analisa os pontos fortes e fracos de cada empresa, transformando ameaças em oportunidades. O presente trabalho foi realizado nos Restaurantes da cidade do Natal com o objetivo de pesquisar as estratégias utilizadas pelos mesmos, na busca constante de uma vantagem competitiva.

(METODOLOGIA) A pesquisa é qualitativa exploratória, já que, tem como finalidade analisar e identificar, através de entrevista abertas, com alguns proprietários no ramo de restaurante na cidade do Natal.

(RESULTADOS) De acordo com o resultado parcial da entrevista a concorrência é vista como um ponto de “apoio”, já que, é através dela que os empresários medem a qualidade dos seus serviços e realizam as mudanças quando necessária. A única reclamação por parte dos empresários é a ausência da vida social.

(CONCLUSÃO) Conforme o resultado parcial, o surgimento de novos restaurantes na cidade é um estímulo para a alimentação fora de casa e a melhoria dos serviços prestados por aqueles que já trabalham ou irão trabalhar nesse ramo. A concorrência é saudável, já que, cada um tem seu foco e sua clientela. Ao final das entrevistas serão realizadas comparações de um restaurante com os outros.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

O PESO DA CARGA TRIBUTÁRIA SOBRE OS PRODUTOS DA CESTA BÁSICA NA CIDADE DO NATAL / RN

Lidiane de Medeiros Emereciano

Discente do Curso Ciências Administrativas Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Tiago Cóbe de Araújo

Discente do Curso de Pós-Graduação MBA em Administração Financeira da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Ermerson de Oliveira Capistrano

Discente do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – PPGA/UFRN e Discente do Curso de Pós-Graduação MBA em Administração Financeira da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Carlos Eduardo Marinho Diniz

Docente do Curso de Administração, Administração com Habilitação em Marketing e Ciências Contábeis e da Pós-Graduação MBA em Administração Financeira da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) A carga tributária no Brasil surge como um dos temas mais discutidos na atualidade na esfera econômica. O governo assume papel crucial nesse contexto, pois devido a sua ineficiência na gestão dos recursos públicos, depende cada vez mais da arrecadação provenientes dos impostos. As famílias mais carentes são as mais atingidas nesse sentido, conforme demonstra um estudo da FIPE (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas), onde ressalta que as famílias que sobrevivem com até dois salários mínimos contribuem com 49% dessa renda para os cofres públicos. Inúmeros movimentos sociais e estudos surgem pelo país no sentido de tornar claro aos contribuintes os valores dos impostos pagos nos produtos. Exemplos dessas ações são os movimentos “De Olho no Imposto” e “Quero mais Brasil”. A realização desse trabalho surge a partir da necessidade de identificar a influência da carga tributária sobre o preço final em produtos da cesta básica. Assim, o objetivo principal deste estudo é estudar o percentual médio pago em impostos na aquisição desses produtos.

(METODOLOGIA) Em princípio, foi identificado o supermercado que comercializa a cesta básica com menor valor final para o consumidor, seguindo os dados do Procon Municipal do Natal. Com base nessa informação, foram analisados alguns produtos que compõem a cesta básica, seguindo a metodologia do DIEESE / Procon (SP). Em seguida, foi identificado o peso da carga tributária nos produtos de acordo com a metodologia apresentada pelo IBPT (Instituto Brasileiro de Pesquisas Tributárias), que considera a incidência de diversos impostos como ICMS, PIS, COFINS e IPI e a participação destes na composição dos preços. Com base nessas informações, analisar-se-á a composição tributária média de cada produto e o percentual médio da carga tributária nos produtos. A pesquisa apresenta, quanto aos objetivos a que se propõe a característica exploratória. No que concerne aos meios, à pesquisa se desencadeou por meio de pesquisa bibliográfica, que forneceu o embasamento necessário no discorrer desse estudo, sustentado em livros, revistas técnicas, artigos publicados, e documentais.

(RESULTADOS) Diante aos dados iniciais coletados pôde-se constatar que o supermercado que atualmente pratica a cesta básica mais acessível aos seus clientes apresentou o preço final de R\$ 225,74 (duzentos e vinte e cinco reais e setenta e quatro centavos). Dentre os produtos analisados nessa amostra como o açúcar, leite, café, Pão francês, macarrão e margarina apresentaram em média foi identificado que em média 40% do valor final dos produtos é composto por tributos.

(CONCLUSÕES) De acordo com os dados apresentados, é possível inferir que de acordo com a média dos impostos presentes nos produtos da cesta básica a cesta básica do natalense custa R\$ 90,30 (noventa reais e trinta centavos). Com isso, é possível supor que sem o peso desses tributos o preço final da cesta básica seria de apenas R\$ 135,74 (cento e trinta e cinco reais e setenta e quatro centavos). Nesse contexto, pode-se dizer que é imprescindível a difusão dos movimentos de conscientização em relação aos tributos, pois apenas com essa consciência, as pessoas poderão fiscalizar o uso dos recursos públicos e exigir maiores investimentos para o bem-estar da sociedade.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

PESQUISA SOBRE O NÍVEL DE SATISFAÇÃO NA PREVIDÊNCIA SOCIAL (INSS) NO SETOR DE BENEFÍCIO NO RN

André Batista da Silva

Discentes do Curso de Administração com Habilitação em Marketing, Faculdade Natalense para Desenvolvimento do RN

Jannes Valente

Docente da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) A Previdência Social é o seguro social para a pessoa que contribui com o INSS, essa instituição pública tem por objetivo reconhecer e conceder direitos aos seus segurados. A presente pesquisa busca sugerir ações para que o atendimento eficiente da agência da previdência (APS) situada no centro de Natal, uma vez que se evidencia insatisfações aos seus segurados. A questão proposta como problemática da pesquisa foi quais ações podem ser promovidas para que o atendimento da Agência da Previdência Social (APS) do Centro de Natal possa gerar satisfação aos seus segurados? O presente estudo tem sua relevância ancorada no fato de que levanta dados sobre a realidade específica da agência no que diz respeito ao atendimento e promove sugestões que podem conduzir ao êxito das práticas administrativas da organização supracitada.

(METODOLOGIA) A pesquisa está situada no campo da abordagem qualitativa. Nessa perspectiva a descrição é utilizada como suporte para a sistematização da pesquisa. Dentre os instrumentais de coleta utilizados destacamos questionários, com questões objetivas fechadas, observação, análise documental, pesquisa bibliográfica e pesquisa virtual. Os sujeitos colaboradores da pesquisa foram 110 segurados que usufruem do atendimento da agência da previdência (APS) citada. Desta amostragem, 70 se constituíram como segurados do centro urbano, moradores de Natal e 40 se constituíram como segurados da zona rural. Os dados coletados foram compilados por meio de gráficos desenvolvidos no aplicativo excel e suas análises no word.

(RESULTADO) Na análise dos questionários foi constatado que existe uma significativa positividade nas opiniões dos segurados sobre a qualidade do atendimento da agência da previdência (APS) estudada. Isso fica evidente quando analisamos o questionário sobre a qualidade institucional da previdência em que 86,4% a consideram satisfatória e 13,6% a consideram deficitária. Da mesma forma, quanto ao quesito sobre a qualidade do atendimento dos servidores, ficou constatado que 93,7% consideram um bom atendimento, em contraposição a 6,3% que o consideram deficitário.

(CONCLUSÕES) A partir dos resultados obtidos na pesquisa é possível expor algumas considerações. Com relação às disposições do ambiente físico da agência, entende-se que a apreciação positiva dos sujeitos da pesquisa apontam, de fato, para as significativas condições de instalações que a agência estudada dispõe para seu funcionamento. Com relação a avaliação positiva referente a qualidade do atendimento, não podemos dizer o mesmo. Verificamos em nossas observações que fortes limitações condicionam tal atendimento tais como a morosidade dos serviços solicitados seja na triagem (sistema fichas), seja no agendamento pelo 135, entre outras. Todavia, o fato da pontuação extraordinária (93,7%) apontada positivamente pelos segurados pode ser justificada em função de uma avaliação ingênua atrelada a determinantes sociais como faixa etária avançada, desfavorecimento econômico e escolaridade tão-somente básica. Outras constatações apontam que os segurados carecem de um atendimento com maior qualidade, mais atenciosos, maiores esclarecimentos na informações. Isso significa que é preciso haver um maior investimento do governo federal no que diz respeito aos órgãos públicos, notadamente na esfera administrativa que envolve a Previdência Social.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

PROPOSTA DE ABERTURA DO RESTAURANTE PÔR DO SOL

*Ana Maria Costa Campos de Lima
Doralice Barreto de Melo
Erika Roberta D. da silvera
Jobiana Rodrigues*

Discentes do Curso de Administração, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

*Carlos Eduardo Marinho Diniz
Fabricia Abrantes
Jannes Freitas
Karina de Oliveira Costa Bezerra*

Docentes da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) Relacionar a viabilidade de retornos com riscos esperados tem sido a abordagem constante dos analistas de plantão. No RN, principalmente em Natal, o setor de A&B tem sua sustentação no incremento do turismo e por conseguinte nos efeitos multiplicadores que esta atividade econômica perpassa para a sociedade. Mesmo considerando tal expectativa de bons retornos, se faz necessário um estudo amplo visando o não fechamento prematuro de empresas, que no País tem sido uma das preocupações da sociedade particularmente para as entidades que desenvolvem programas de apoio ao segmento de pequeno porte, como é o caso do SEBRAE. Esta pesquisa tem como objetivo identificar a viabilidade de um Restaurante em Natal. O plano de negócio tem como finalidade a abertura de um novo empreendimento no ramo alimentício, onde serão abordados os seguintes temas : as estratégias para entrar no mercado ; uma breve síntese de seus principais concorrentes e fornecedores ; os produtos e serviços que serão oferecidos a um público –alvo que são os natalenses como clientes fieis e os turistas. Quanto à forma de tributação que a empresa se insere onde optamos pelo regime simples . E por fim tem-se como objetivo central avaliar a viabilidade da abertura uma empresa apartir de um modelo de um plano de negócio, onde pretendemos determinar o nosso público alvo

(METODOLOGIA) O tipo de pesquisa é um estudo exploratório que foi realizado nos dois principais concorrentes : Restaurante Tabua de Carne e o Farol Bar, através de pesquisa de campo, entrevistas, questionários, observação direta e a técnica de cliente misterioso. O presente trabalho foi realizado por meio de uma pesquisa quantitativa e qualitativa.

(RESULTADOS) A lucratividade de 10,81% é razoável se considerar uma margem liquida de 28,15% e a margem bruta de 29,25%, que é originada do grande volume de vendas que foi de R\$ 84.196,40 e do giro potencial do estoque. O empreendimento é significativamente rentável comparado a outros investimentos disponíveis no mercado, pois o índice de 8,80% e o tempo de retorno de 11,37 meses, isto é , menos de 01 ano, está acima de media esperada, levando em consideração o valor do investimento no restaurante. Optamos pela política de distribuição de dividendos aos sócios para fugir dos pagamentos dos encargos sociais e assim diminuir a carga tributária do investimento. A projeção de vendas foi acima do valor estimado para o ponto de equilíbrio

(CONCLUSÕES) A empresa se trata de uma restaurante que comercializara comidas regionais com um tempero caseiro, onde o cliente pode escolher pratos a La carte, comerciais e executivos, num ambiente totalmente agradável e aconchegante. O mercado esta cada vez mais competitivo exigindo estratégias inovadoras aos novos empreendimentos, devido a este fator optou-se por uma estratégia de localização acessível; convênios com empresas das proximidades; realização de eventos atrativos; disponibilizarão do espaço para locação; acesso à Internet e Bar.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

QUALIDADE DE VIDA DOS FUNCIONÁRIOS DA CABO TELECOM

Álvaro Augusto Uchôa de Albuquerque

Discente do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Tereza Pires

Docente do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) Com a virada do milênio tem sido intenso o esforço empreendido para as organizações sobreviver, e por sua vez também tem ocorrido o enorme desgaste e sacrifício impingido ao trabalhador moderno. Com isto por volta do século XVIII e XIX, surge uma nova expressão a “Qualidade de Vida no Trabalho”, sendo inicialmente representada pela busca da satisfação do trabalhador e pela tentativa de redução do esforço físico no trabalho. Na década de 80, foi quando o tema qualidade de vida no trabalho (QVT), adquiriu importância como um conceito global e como forma de enfrentar os problemas de qualidade e produtividade, colocando em evidência a dimensão humana do trabalho, dentro de uma perspectiva construtiva e humanizadora. A pesquisa é à busca de novos conhecimentos, alargando a base de conhecimento. A pesquisa é a busca, ilimitada e sem preconceitos, da sistematização do conhecimento em qualquer área. É a verificação sistemática, através de experimentos planejados, controlados, objetivos e rigorosos de hipóteses e teorias, com o objetivo final de explicar os fatos. É uma investigação sistemática designada a produzir conhecimento generalizáveis, onde os resultados são geralmente aplicáveis a outras populações ou publicados e divulgados. No entanto a pesquisa vista neste projeto busca analisar a qualidade de vida dos funcionários da Cabo Telecom que através de um questionário será feita a avaliação do perfil do funcionário e o nível de qualidade de vida dos funcionários do setor de atendimento ao cliente – SAC.

(RESULTADOS) O resultado obtido através dos questionários, foram tratados de forma qualitativa, passando assim por mecanismos gráficos, e computacional para que sejam apresentados de forma quantitativa, para uma fácil avaliação e entendimento do mesmo. A coleta de dados se dará através de um questionário que é um instrumento de recolhimento de dados e informações sobre determinado tema ou assunto de uma forma de sondagem, um questionário é tão somente um conjunto de questões, feito para gerar os dados necessários para se atingir os objetivos do projeto. É uma forma muito importante de coleta de dados na pesquisa científica, pois possibilita que o informante registre seus dados sem a interferência direta do pesquisador.

(CONCLUSÃO) Quando perguntamos a uma pessoa de 70 anos de idade o que ele acha da internet, talvez ele não ache nada, pois simplesmente é alheio a este fato, diferente se perguntarmos a um jovem de 15 anos o que ele acha da internet. Então desta forma obtendo o perfil da pessoa a qual responde o questionário e nos dados coletados é que serão estabelecidos os resultados da pesquisa em questão. A pesquisa ainda não fora totalmente concluída para avaliação final, porém com alguns dados coletados, já fora desenhado o perfil do funcionário entrevistado.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO: UMA ANÁLISE NA QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO – QVT, NA UNIDADE DE PROCESSAMENTO DE FLÚIDOS - UTPF DE GUAMARÉ – RN, PARA FUNCIONÁRIOS DA PETROBRAS

Marcelo Luiz Praxedes da Silva

Discente do Curso de Administração com Habilitação em Marketing, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Flávio Emílio Monteiro Cavalcanti

Docente do Curso de Administração Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) Este trabalho acadêmico na PETROBRAS, tem a finalidade de mensurar, avaliar e propor possíveis ajustes nas condições de trabalho pautada na Qualidade de Vida no Trabalho - QVT, através de pesquisa na Unidade de Tratamento e Processamento de Fluidos – UTPF, instalada em Guamaré-RN, com operadores da PETROBRAS, avaliando a percepção dos mesmos quanto aos incentivos oferecidos pela Empresa, segundo os conceitos de Walton (1973), sugeridos pela compensação justa e adequada, nas condições do trabalho, no uso e desenvolvimento de capacidade, na oportunidade de crescimento e segurança, na integração social na organização, no constitucionalismo, no trabalho e espaço total de vida, bem como, na relevância social da vida no trabalho.

(METODOLOGIA) Se dará através de um Estudo de Caso, enquadrando-se como pesquisa Descritiva e pesquisa Exploratória, esta por envolver um aprofundamento bibliográfico em adquirir conhecimentos para a definição dos resultados e aquela para expor característica, para definir dados a serem coletados, analisados e apresentados através de resultados. A coleta de dados está ocorrendo por meio de um questionário com perguntas fechadas e abertas aplicado aos 42 operadores que compõem a Unidade de Tratamento e Processamento de Fluidos de Guamaré, a ser realizada durante os meses de outubro e novembro de 2007

(RESULTADOS). Os resultados parciais através de percepção inicial, demonstram um grupo de profissionais com um bom grau de satisfação com as implementações inseridas pela empresa no âmbito da qualidade de vida no trabalho, até mesmo pela particularidade do sistema de trabalho em área industrial longe de grandes ou médios centros, sendo o Pólo de Guamaré dotado de uma boa infra-estrutura de suporte aos profissionais, tais como lazer, saúde e nutricional.

(CONCLUSÃO). Para a conclusão deste trabalho, busca-se identificar possíveis pontos de melhorias e pontos fortes que possam ser tratados e difundidos dentro da própria Petrobras, afim de cada vez mais dotar seus profissionais da tranquilidade necessária ao trabalho desenvolvido, que por diversas vezes precisam de concentração, vistas a sensibilidade das operações com petróleo e seus derivados.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

UMA ANÁLISE SOBRE A VIABILIDADE DE UMA FRANQUIA DE PERFUMÁRIA E COSMÉTICOS NA CIDADE DE NATAL

Marcílio Imbassahy Rodrigues Barreto

Discente do Curso de Administração de Empresas, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Carlos Eduardo Marinho Diniz

Jannes de Freitas Valente

Fabírcia Abrantes

Karina de Oliveira Costa Bezerra

Docentes do Curso de Administração de Empresas, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) Embora não tão recente, o sistema de Franchising, vem obtendo excelente desempenho e não é a toa que cada vez mais desperta atenção dos empresários como uma forma de expansão sem comprometer qualidade, marca e produtos em ambientes mais acirrados. Dentro deste contexto, o segmento de Cosméticos e Perfumaria obteve um faturamento da ordem de 6.088 milhões de Reais em 2005, além de contar com a maior rede em unidades do mundo. Mesmo com este contexto favorável, faz-se necessário aplicar um instrumento de viabilidade empresarial para estudar o seguinte problema de pesquisa. “Qual a viabilidade de implantação de uma franquia de perfumaria e cosméticos na cidade de Natal?” Para atingir o objetivo geral que é analisar a viabilidade de uma franquia de perfumaria e cosméticos, é necessário percorrer algumas etapas que sustentarão este objetivo. Logo, como objetivos específicos têm-se: Verificar o nível de aceitação de uma franquia de perfumaria e cosméticos em Natal, conhecer o perfil dos consumidores, mostrar quais as expectativas em relação aos produtos e quais as estratégias empresariais a serem adotadas após o diagnóstico dado pela ferramenta do plano de negócio.

(METODOLOGIA) O tipo de pesquisa utilizado é o método exploratório e descritivo com ênfase no estudo de caso, no qual é feita uma observação e descrição dos fenômenos de mercado com base em uma situação específica. Também foi feito um levantamento bibliográfico sobre o assunto e a aplicação de um questionário estruturado com perguntas abertas e fechadas em uma amostra acidental de 100 pessoas em uma Faculdade Particular da Cidade de Natal sugerida pelo franqueador por indicar uma boa imagem do público-alvo da franquia. Para a análise dos resultados, utilizaram-se uma abordagem qualitativa e quantitativa após serem organizados e tabulados os dados.

(RESULTADOS) Através dos instrumentos anteriormente citados chegou aos seguintes resultados: Embora a franquia específica ainda não esteja presente em Natal, o sistema de *franchising* tem boa aceitação devido, principalmente, a imagem credibilidade. Identificou-se um público predominantemente feminino com 62% dos entrevistados, com idade principal entre 20 a 30 anos e solteiros, correspondendo a 41% e 44%, respectivamente. A expectativa gira em torno de produtos de qualidade, inovadores e preços atraentes. O negócio manterá constante, embora pequena, margem de rentabilidade em torno de 4% por mês, o que resulta em um tempo de retorno estimado em 29 meses. Alguns aspectos são fundamentais para a sobrevivência da empresa, tais como: austero controle financeiro, boa estratégia de divulgação em mídia e lançamentos de novas linhas de produtos.

(CONCLUSÃO) O sistema de *franchising* vem obtendo excelente desempenho não por mero acaso, um dos principais fatores deste sucesso é a credibilidade na relação de clientes e franqueados. O segmento de Perfumaria e Cosméticos não foge a esta máxima e vem crescendo puxado pelo aumento de número de redes, franquias e em faturamento. No mercado interno, observou-se a viabilidade de uma franquia de perfumaria e cosméticos. E a maior ameaça é a concorrência, tanto de produtos como de lojas. Mas, a pesquisa sinalizou que é possível minimizar significativamente o risco de insucesso do negócio, se as estratégias forem construídas levando-se em consideração que as perspectivas futuras são motivadas, principalmente, pela tendência da busca de saúde e bem-estar, e no mercado local pela maior familiarização e aceitação desta franquia em análise.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS COMO FERRAMENTA PARA O DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO DAS EMPRESAS: UM ESTUDO DE CASO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES SANTA IZABEL LTDA

Lucinete Linhares Avelino

Discentes do Curso de Administração de Empresas, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Karina de Oliveira Costa Bezerra

Docente do Curso de Administração de Empresas, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) As empresas buscam aprimorar os métodos de suas organizações, pois sabe-se que atualmente o mercado é bastante competitivo, com isso há uma necessidade de que as mesmas valorizem o potencial humano através do incentivo da capacitação profissional, o presente trabalho visa analisar a mesma, que ainda não dispõe de um setor de recursos humano, diante dessa situação pressupõe-se estudar o seguinte problema **até que ponto a empresa valoriza os funcionários quanto a capacitação profissional**. O fator humano é uma ferramenta indispensável para toda a empresa. A fim de trabalhar melhor este problema de pesquisa serão ressaltados os objetivos geral e específicos para desenvolver com clareza o estudo a ser proposto para a pesquisa. Objetivo geral: Avaliar até que ponto a empresa valoriza o fator humano no trabalho em relação a capacitação profissional. E os objetivos específicos: identificar o perfil dos funcionários quanto a renda, sexo, grau de instrução, mostrar aspectos que revelem como a empresa valoriza o fator humano com relação a a capacitação profissional, mostrar pontos fortes e fracos que afetam o potencial humano no desempenho das atividades da empresa, sugerir alternativas que colaborem para a construção de uma política de recursos humanos na empresa.

(METODOLOGIA) A pesquisa classifica-se em estudo de caso e com enfoque, descritivo e exploratório, uma pesquisa censitária pois abrange um universo total de 44 entrevistados dos 52 funcionários da empresa, a técnica de coleta de dados foi desenvolvida através de questionários estruturado com perguntas fechadas, atingindo os resultados almejados pela pesquisa. Através desta estrutura de coleta de dados a pesquisa realizou o tratamento por meio de tabulação, com o auxílio de tabelas, gráficos, além de uma abordagem quantitativa e qualitativa.

(RESULTADOS) A presente pesquisa constatou que a empresa precisa melhorar nos seguintes itens: qualidade do ambiente de trabalho (37%), motivação (59,45%), satisfação aos incentivos (56,75%), reconhecimento dos funcionários quanto à execução das atividades (51,35%), valorização (35,13%), para que seus funcionários se sintam motivados para o desempenho profissional. Há uma satisfação muito positiva de (81,7%) quanto a chefia, com isso possibilita-se um bom desempenho de equipe.

(CONCLUSÃO): O resultado da pesquisa mostra o quanto é importante para qualquer empresa considerar que a gestão de pessoas é uma ferramenta primordial para o desenvolvimento e crescimento do fator humano e profissional nas empresas. As pessoas precisam ser visualizadas de maneira diferente, da abordagem tradicional das antigas auditorias de Recursos Humanos, uma empresa que não se adéqua ao novo sistema, torna-se ultrapassada e tende a ser excluída do mercado. Então diante dos resultados e dos problemas chega-se a conclusão que a valorização aos funcionários precisa ser melhorada.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

ANÁLISE DE VIABILIDADE DE INDÚSTRIA DE RECICLAGEM DE ALUMÍNIO

*Antônio Jefferson C. Brito
Fábio Nunes Rebouças de Mello
Kelman Veloso de Araújo
Thais de M. M. T. do Nascimento
Victor Bezerra Ribeiro Couto*

Discentes do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

*Carlos Eduardo Marinho Diniz
Dinarte Paiva
Fabrícia Abrantes
Jannes de Freitas Valente
Karina de Oliveira Costa Bezerra*

Docentes do Curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) A reciclagem do alumínio visa suprir qualquer necessidade do mercado, oferecendo um atendimento eficiente, diferenciado e voltado à Responsabilidade Social, conscientizando sobre a importância para o eco sistema. BR 116, Distrito de Mangabeira, Macaíba – RN. Promover a reciclagem pós-consumo e difundir a educação ambiental com foco na teoria dos três R's (Reduzir, Reutilizar e Reciclar). Além de contribuir para o desenvolvimento sustentável. Incrementar as vendas, usando os meios de comunicação disponíveis no mercado, optando pela demanda no atacado e implementando sistemas de vendas diversificados. Uma boa forma de diversificar o leque de atuação é agregar valor ao produto principal. Temos como Objetivo Geral: Abertura de empresa de reciclagem e beneficiamento de alumínio no mercado do RN. E, Objetivos específicos: conhecimento do perfil do cliente, análise de viabilidade do negócio.

(METODOLOGIA) A empresa ECO CICLE tem como principais fornecedores os catadores que adquirem seus produtos através do lixo urbano, basicamente, sofrendo grande influência da sazonalidade de épocas festivas, com um volume mediano de fornecimento e pagamentos à vista. Os Ferros-Velhos possuem uma mescla de lixo urbano com sucata e têm como vantagem, em relação aos catadores, prazos de pagamentos. Baseado na análise do mercado, a empresa verificou a necessidade de explorá-lo através de um público-alvo com características jurídicas, industriais e comerciais que estejam na faixa etária a partir dos 30 anos com base salarial acima de cinco salários mínimos, sem restrição de sexo e que possa contribuir com o estado e a região. Tipo de pesquisa exploratória descritiva, com pesquisa de campo. Os dados foram tabulados e utilizou-se uma abordagem quantitativa e qualitativa. O principal instrumento de coleta dos dados foi questionário de perguntas fechadas.

(RESULTADOS) No mercado, as latinhas são comercializadas pelo peso, sendo que 70 unidades correspondem a um quilo, basicamente. Apenas no ano passado, o Brasil reciclou 86,4 mil toneladas de latas de alumínio (5,8 bilhões de unidades). Os principais responsáveis por esse desempenho são os moradores de rua e a parcela mais pobre da população. Mobilizar o maior número possível de moradores, demonstrando a importância da iniciativa e informando-lhes como participar é uma das formas de coleta seletiva do alumínio, tendo sempre em vista a demanda de mercado existente nas proximidades, pois essa preocupação viabilizará um fluxo constante de saída (venda), evitando o acúmulo excessivo dos materiais coletados por falta de "escoamento". Isto, também provoca uma Participação Social salutar para a sociedade em geral.

(CONCLUSÕES) Do ponto de vista financeiro, tem uma rentabilidade em torno de 10% e uma lucratividade por volta de 18% no primeiro ano, considerando-se o alto investimento inicial devido à implantação do serviço e compra do maquinário. Levando em conta que a partir do segundo ano não terá esta alta carga de investimentos, a rentabilidade gira em torno de 50%, aumenta consideravelmente a viabilidade do negócio. Em contrapartida, no âmbito Social, contribuirá de forma contumaz na geração de receita para a população de baixa-renda e de forma indireta para economia local, além de contribuir, também, na preservação do meio-ambiente. Isto provoca uma ação de Responsabilidade Social.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

ANÁLISE DA VIABILIDADE DE IMPLANTAÇÃO DE UM RESIDÊNCIAL PARA A TERCEIRA IDADE

Anna Clara Aguiar Garcia
Andréia Silva Fonseca
Alessandro Lustosa Machado de Oliveira Gomes
Maria Emília de Oliveira Amorim
Poliana Costa de Medeiros

Discentes do Curso de Administração de Empresas com Habilitação em Marketing, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Carlos Eduardo Marinho Diniz
Fabrícia Abrantes Figueiredo da Rocha
Jannes de Freitas Valente
Josué Vitor de Medeiros Júnior
Karina de Oliveira Costa Bezerra
Ronaldo Mendes Neves

Docentes do Curso de Administração e Marketing da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) A oportunidade de implantar este empreendimento surgiu a partir da verificação da demanda existente, visto que na cidade do Natal bem como em suas proximidades só há disponibilidade de entidades filantrópicas que atende um público mais carente, por isso o Tarsila Residencial oferece um empreendimento voltado a atender um nicho específico da melhor idade, disponibilizando um mix de serviços ao cliente em um mesmo lugar, com locação de imóveis, residências (tipo chalés) adaptadas para atender com assistência médica em caráter de primeiros socorros, buscando oferecer bem estar físico, mental e sócio cultural. O objetivo deste trabalho é analisar a viabilidade na implantação de um condomínio residencial para melhor idade, para isso foi necessário a verificação da demanda, comparação e análise dos dados. O Tarsila Residencial tem como missão oferecer moradia com maior qualidade de vida e ser referencia em bem estar, na atualidade as pessoas se preocupam mais com a qualidade de vida e longevidade, baseados nisto realizou-se o plano de negócio no intuito de montar uma estrutura voltada para a prestação de serviço no segmento de locação de imóveis para melhor idade, garantindo atendimento personalizado, desenvolvimento de projetos culturais, recreação, conforto e segurança. A realização do plano se deu em função de identificar possíveis interessados neste tipo de domínio. Pretende-se com este trabalho vislumbrar, conquistar esta porção do mercado e a possibilidade de implantar o negócio.

(METODOLOGIA) A pesquisa classifica-se como exploratória-descritiva, bem como pesquisa de campo. Utilizou-se uma abordagem quantitativa para análise dos dados coletados por meio de um questionário estruturado, composto por questões fechadas realizada com pessoas acima de 60 anos escolhidas acidentalmente, e que indicasse as suas perspectivas, frente à possibilidade de residir em um condomínio adaptado para o público de sua faixa etária. Fez-se, ainda, uma pesquisa bibliográfica para fundamentar e nortear o estudo. Para facilitar na análise dos dados, foi adotado o modelo de planilha de plano de negócios do SEBRAE da Paraíba. A pesquisa foi realizada no período de dois meses.

(RESULTADOS) Conforme pesquisa realizada identificou-se que a população do Natal se divide nas faixas etárias entre 50 e 60 anos (27%), entre 60 e 70 anos (16%) e acima de 70 anos 14%. Diante desta perspectiva observa-se que o universo composto por pessoas que estão na faixa da melhor idade é bastante significativo. Com base no levantamento dos custos financeiros pode-se afirmar que o valor do investimento é de R\$ 856.076,14; a receita projetada é de R\$ 104.950,00; o retorno do investimento ocorrerá em 27 meses; os custos com o produto são de R\$ 24.572,50 e o ponto de equilíbrio é 64,08% equivalente a R\$ 67.247,72 mensais. Verificou-se também que as possíveis oscilações dos serviços prestados ocorreram nos meses de janeiro, julho e dezembro em função de ser um período de comemorações e de férias, sendo a solução para esta provável queda na demanda oferecer eventos sociais ou o cumprimento de cláusulas contratuais.

(CONCLUSÃO) Observa-se a partir da pesquisa, que este empreendimento é viável uma vez que o mesmo tem um índice de lucratividade de 22,05%, gerando um lucro líquido de R\$ 23.139,98 e rentabilidade de 2,71% correspondendo a R\$ 2.840,15. Na execução do plano de negócio detectou-se ameaças do tipo condomínios residenciais com excelentes infra-estruturas, agência de turismo com pacotes promocionais momentâneos, casas de abrigo com os preços mais acessíveis e spa's. O perfil do público alvo é acima de 60 anos com renda mínima de R\$ 3.800 reais e gozando de suas faculdades mentais. Para implementação deste negócio é de fundamental importância a realização do plano do negócio para identificar as oportunidades, as ameaças e a viabilidade do negócio.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

A IMPORTÂNCIA DO TURISMO PARA O RIO GRANDE DO NORTE

Maria José de Couto

Marycélia P. Guedes

Milena Carla Campos da Silva

Discentes do Curso de Administração, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Aluísio Alberto Dantas

Izete Soares da Silva Dantas Pereira

Docentes do Curso de Administração, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) A pesquisa descreve a importância econômica que o turismo assume como gerador de renda, empregos e receita no Estado. A pesquisa procura comprovar que o turismo constitui o segmento econômico que mais emprega mão-de-obra no Rio Grande do Norte, principalmente através de pequenas e médias empresas, sendo a geração de empregos uma das razões que justificam o esforço de captação de novos investimentos. Ele tem uma participação no PIB estadual estimada em 10,5%, tornando-se assim, uma das principais atividades econômicas, que também tem o papel de alavancar o crescimento do Estado, sendo um dos setores econômicos de maior viabilidade para o investimento da iniciativa privada, com enorme potencial e perspectiva de incremento, face às peculiaridades de mercado, que o privilegia frente aos demais segmentos empresariais locais.

(METODOLOGIA) O estudo foi realizado mediante pesquisas bibliográficas, a partir de livros, jornais, periódicos especializados bem como sites da internet que abordam o tema. Foram analisados relatórios e anuários técnicos, os quais permitiram a coleta de dados e análise estatística, mediante a elaboração de indicadores, gráficos, tabelas e quadros. A pesquisa estatística contempla série histórica de dados secundários, agregados e desagregados, referentes a segmentos e indicadores do turismo estadual.

(RESULTADOS) Como resultados constatou-se que as empresas e indústrias que investiram no Nordeste, não foram as principais responsáveis pela geração de empregos. Foi o turismo, um setor que utiliza a mão-de-obra intensiva, que promoveu a geração de emprego e renda no estado, tornando-se um dos mais expressivos segmentos multiplicadores da produção, renda e emprego. Comprovou-se, ainda, que houve a abertura de milhares de postos de trabalho e conseqüentemente a geração de renda. O Anuário de Turismo Exame descreve que o Nordeste deve receber 74% dos investimentos no setor de hotelaria esperados para os próximos 5 anos no Brasil, cujo valor é estimado em R\$ 5 bilhões, cujos investimentos serão feitos por grupos estrangeiros (Espanha e Portugal). Serão investimentos em hotéis e imóveis, cujos mercados estão voltados para o público europeu. É a chamada segunda onda do Turismo. Além de grandes grupos internacionais lucrarem, também um turbilhão de pequenos e médios negócios passou a se beneficiar com os investimentos externos. Os pólos econômicos do nordeste receberam novos investimentos nos últimos 5 anos e apresentam índice de crescimento anual superior à média nacional. Observou-se, no presente estudo, que no Rio Grande do Norte, até o presente, o maior fluxo de investimento foi realizado em Tibau do Sul, permitindo um crescimento de 24% nos últimos cinco anos. Os portugueses investiram R\$ 2,2 bilhões em grandes cadeias de hotéis e resorts. São investidores que apresentam expressiva atuação no mercado e que estão contribuindo para a forte transformação da região nordeste e a inserção da região em atraente destino turístico do mundo.

(CONCLUSÃO) Conclui-se que o estado tem capacidade instaladora suficiente para atender à demanda atual e potencial de turistas, havendo inclusive capacidade instalada ociosa. Por essa razão há necessidade de implementar estratégias para melhorar o fluxo e atrair mais turistas, principalmente na baixa estação, onde donos de hotéis sofrem com a falta de hóspedes, fato esse que exerce influência negativa na economia local. Outro aspecto que fazem com que a visita de turistas diminua, estão relacionados à variação cambial, onde a diminuição da cotação do dólar diminui a entrada de turistas internacionais e contribui para a saída de brasileiros para o exterior.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

TRANSPARÊNCIA ORGANIZACIONAL, UM ESTUDO SISTEMÁTICO SOBRE O POSTO DOUTOR

Edson Ferreira de Lima
Marcos Antônio de Araújo Barbosa
Markov de Amorim Pessoa
Pedro Henrique de Faria Varela

Discentes do Curso Administração com Habilitação em Marketing, Faculdade Natalense
para o Desenvolvimento do RN

Carlos Eduardo Marinho Diniz
Fábio Costa Ferrer
Ana Maria da Silva Souza
Sandely Fernandes Araújo

Docentes do Curso de Administração com Habilitação em Marketing, Faculdade Natalense
para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) No mundo atual, onde prevalecer é uma singularidade, os mercados interagem constantemente em toda esfera terrestre, na qual aumentam o nível de competitividade. Dentro deste contexto, a administração passou a aumentar seu foco em suas diversas áreas e elaborar ferramentas mais eficazes em busca de fomentar o desempenho das organizações. Sendo assim, analisar uma empresa pela ótica financeira, produtiva e tecnológica, através dos métodos sistêmicos, passa a ser papel fundamental para administradores, servindo de alicerce para elaboração de estratégias e uma ferramenta crucial no tocante a competitividade organizacional. Deste modo procura-se, através da presente pesquisa, obter um diagnóstico da empresa em estudo, a fim de nortear as decisões da mesma, na busca dessa tão almejada vantagem competitiva.

(METODOLOGIA) A pesquisa foi realizada em caráter exploratório e bibliográfico. Foram colhidos dados referentes à organização em estudo, com a aplicação de um instrumento do tipo formulário, composto por questões abertas, abordando as áreas: Financeira, de Produção e Sistemas de Informações para, posteriormente, serem estes analisados sob as diretrizes de autores renomados.

(RESULTADOS) A empresa JVC Comercial LTDA (Posto Doutor), realiza operações de revenda de combustíveis, lubrificantes e acessórios, os quais são submetidos a um rigoroso controle de qualidade com o objetivo de proporcionar uma maior confiabilidade aos seus clientes. A mesma dispõe de um software denominado tecsoft, que monitora toda a estrutura organizacional, na qual destaca-se a área financeira e seu composto como fluxo de caixa, compra e venda de mercadorias, gerando assim relatórios diários analíticos e sintéticos, fornecendo insumos para melhor direcionar a tomada de decisões por parte da administração. Já em relação à produção, o Sistema controla o estoque e a validade dos produtos, informando quando ocorre a necessidade de reposição das mercadorias, entre outros. Nota-se que a cadeia de suprimentos está à montante, uma vez que a organização encontra-se próximo ao cliente. A decisão de compra de novos produtos é feita pela relação preço/qualidade junto aos fornecedores. Sob a ótica da qualidade, existe um programa desenvolvido pela empresa distribuidora (SAT), da qual a JVC Comercial LTDA é parceira de negócios, que gera resultados positivos e eficazes junto à carteira de clientes. Além da imagem positiva que a distribuidora conquistou, o Posto Doutor dinamiza a qualidade através de treinamentos junto ao seu corpo funcional. Todo o processo de seleção é feito pela gerência, estabelecendo assim um determinado padrão de excelência exigido pela empresa. Com relação ao mercado, os seus principais concorrentes são os Postos Sabugi e o Marpas, que ostentam as bandeiras SAT e Ypiranga respectivamente. Pressupõe-se que os mesmos utilizam estratégias que focam consumidores sensíveis ao preço, já que o produto é congruente às empresas que atuam nesse ramo.

(RECOMENDAÇÕES) O presente trabalho está em processo de conclusão, pois a pesquisa está em andamento e conseqüentemente as recomendações poderão sofrer mutações futuras. Com base nos dados levantados, a equipe sugere à empresa, como fator estratégico para fidelizar os clientes: disponibilização de brindes, personalização no atendimento, fazer uso do canal virtual para um estreitamento da relação com o consumidor. Sugere-se também o uso da ferramenta empowerment, já que fora percebido que o gerente está sobrecarregado em suas tarefas cotidianas.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

UM ESTUDO DA TRAJETÓRIA POLÍTICA DE WILMA FARIA: UM RESGATE DA MEMÓRIA

Nathália Macedo Matos Santos

Discente do Curso de Administração com Habilitação em Marketing, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Ana Maria da Silva Souza

Docente do Curso de Administração com Habilitação em Marketing, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) Fenômeno recente no Brasil, o marketing político tornou-se peça fundamental em campanhas eleitorais, transformando emissoras de rádio e, peculiarmente, emissoras de televisão em meios de comunicação indispensáveis. Frequentemente relacionado à propaganda, o marketing político, para o eleitorado converte um candidato num produto sedutor utilizando-se de técnicas de venda comercial para a conquista do voto e constituindo, assim, uma ferramenta política poderosa e ao mesmo tempo perigosa. O marketing político vem se consolidando cada vez mais como peça fundamental no processo eleitoral. É impossível pensar em eleições, nos dias de hoje, sem pensar em marketing atuando em todos os segmentos do eleitorado. Este trabalho tem como objeto de pesquisa traçar uma perspectiva histórica da trajetória política de Wilma de Faria.

(METODOLOGIA) Para desenvolvimento do trabalho foi utilizada a pesquisa do tipo estudo de caso. Para atender aos objetivos do estudo de caso definiu-se como unidade-caso a Governadora Wilma de Faria. Para a execução desse trabalho, realizou-se uma análise bibliográfica baseada no livro Resgate da memória política de João Batista Machado.

(RESULTADOS) Uma análise do livro Resgate da memória política revelou que Vilma de Faria é destaque na história política do Rio Grande do Norte, pois foi a primeira mulher prefeita de Natal, primeira deputada federal e primeira governadora do Estado. Vilma concorreu ao cargo de prefeita da cidade do Natal por quatro vezes e foi eleita em três dos pleitos (1988, 1996 e 2000). A sua derrota na eleição de prefeito em 1985 para o deputado Garibaldi Filho lhe rendeu o codinome de “guerreira”, devido ao fato de nunca ter subido em um palanque, surpreendendo os mais experientes políticos pela sua disposição de luta, começa então uma trajetória de glória da representação feminina na política do Rio Grande do Norte. Como candidata a deputada federal foi a mais votada com aproximadamente 150 mil votos. No cargo de governadora já cumpre o seu segundo mandato, foi eleita pela primeira vez em 2002 e reeleita em 2006. Vilma de Faria teve como bandeira de campanha o trabalho social e o desenvolvimento da cidade do Natal (campanhas para prefeito); o trinômio educação, saúde e segurança do estado do Rio Grande do Norte (campanhas para governador). No ano pré-eleitoral de 2001 muitas indagações eram feitas tendo como tema central a candidatura de Vilma de Faria para governadora do Estado. Aos poucos Vilma de Faria foi consolidando o seu projeto e sendo apoiada por ícones da política potiguar, destacando-se o apoio do então vice-prefeito Carlos Eduardo Alves e posteriormente do seu pai Agnelo Alves, sobrinho e irmão do ex-governador Aluísio Alves, respectivamente. Fato que ocasionara pela primeira vez a cisão da família Alves na vida pública do Rio Grande do Norte.

(CONCLUSÃO) Os resultados deste trabalho mostraram a história política de Vilma de Faria, concluindo-se então que foi uma trajetória de vitórias e ressaltando um fato de fundamental importância que foi a proeza de retirar o poder da família Alves, tradicional clã que dominava a política potiguar há anos. Como recomendação deste trabalho sugere-se que seja feito um estudo das estratégias de marketing político e eleitoral utilizadas por Vilma de Faria durante a sua trajetória política.

A1 – ADMINISTRAÇÃO E MARKETING

ANÁLISE DA VIABILIDADE DE IMPLANTAÇÃO DE UMA EMPRESA NO SEGMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO APLICADO À GESTÃO DE DOCUMENTOS NA CIDADE DE NATAL/RN

Andréia Gondim Carneiro

Ana Varela Santos

Maria da Conceição Silva do Amaral

Waustir Lucas da Silva

Discentes do Curso de Administração com Habilitação em Marketing da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Eduardo Diniz

Jannes Valente

Josué Vitor

Karina de Oliveira

Fabírcia Abrantes

Ronaldo Neves

(Docentes do Curso de Administração com Habilitação em Marketing da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte)

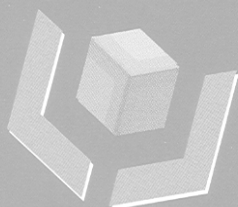
(INTRODUÇÃO) O presente estudo apresenta a viabilidade de implantação de uma empresa no segmento de tecnologia da informação aplicado à gestão de documentos na cidade de Natal/RN. Em presença das constantes transformações decorrentes da globalização e diante da acelerada evolução das tecnologias de informação e comunicação, faz-se necessário que as organizações estejam sintonizadas com essas mudanças, buscando a inovação dos serviços e a satisfação total dos clientes. A @rquive, tem como objetivo, levar soluções para otimizar o fluxo documental das empresas, organizando e gerenciando os documentos, para facilitar a recuperação das informações, de forma eficiente e eficaz. Dessa forma os serviços que o empreendimento se propõe a fornecer são fundamentais para a otimização do fluxo operacional das empresas. Mostra a importância do Gerenciamento de documentos para agilizar os processos operacionais, garantindo a racionalização do tempo, redução de custos e conseqüentemente vantagem competitiva para a organização.

(METODOLOGIA) Foram realizadas as seguintes formas de pesquisa de campo: Observação direta, entrevista com roteiro estruturado e pesquisas na internet. A primeira com a intenção de verificar como determinadas empresas gerenciam seus documentos, foram visitadas dez organizações públicas e privadas que são públicas –alvo do empreendimento. No segundo foram entrevistados aproximadamente doze empresários sobre dois aspectos importantes para análise da pesquisa: Como a empresa processa a preservação dos documentos da organização, se os mesmos têm consciência da importância da gestão dos documentos gerados pela empresa e se visualizam essa prática como uma eficiente estratégia para otimizar e agilizar o fluxo documental da empresa.

(RESULTADOS) De acordo com os dados analisados constatou-se com uma abordagem qualitativa que nas organizações visitadas que o segmento é bastante viável, pois a maioria das organizações apresentou falhas com relação ao uso, acondicionamento e sistematização de seus documentos. Os resultados da pesquisa com os doze empresários :A maioria relata não ter um sistema adequado para a guarda dos documentos e são conscientes da importância de um fluxo documental eficiente para garantir segurança e agilidade no desempenho operacional da empresa. Considerando ainda que de acordo com a análise da avaliação econômico-financeira, levantadas através do Plano de Negócios desenvolvido para @rquive o investimento apresenta viabilidade: Lucratividade de aproximadamente 22% ao mês , rentabilidade de 10,93% e previsão de retorno do investimento de aproximadamente R\$ 128.000,00 (cento e vinte oito mil reais), em menos de um ano (nove meses).

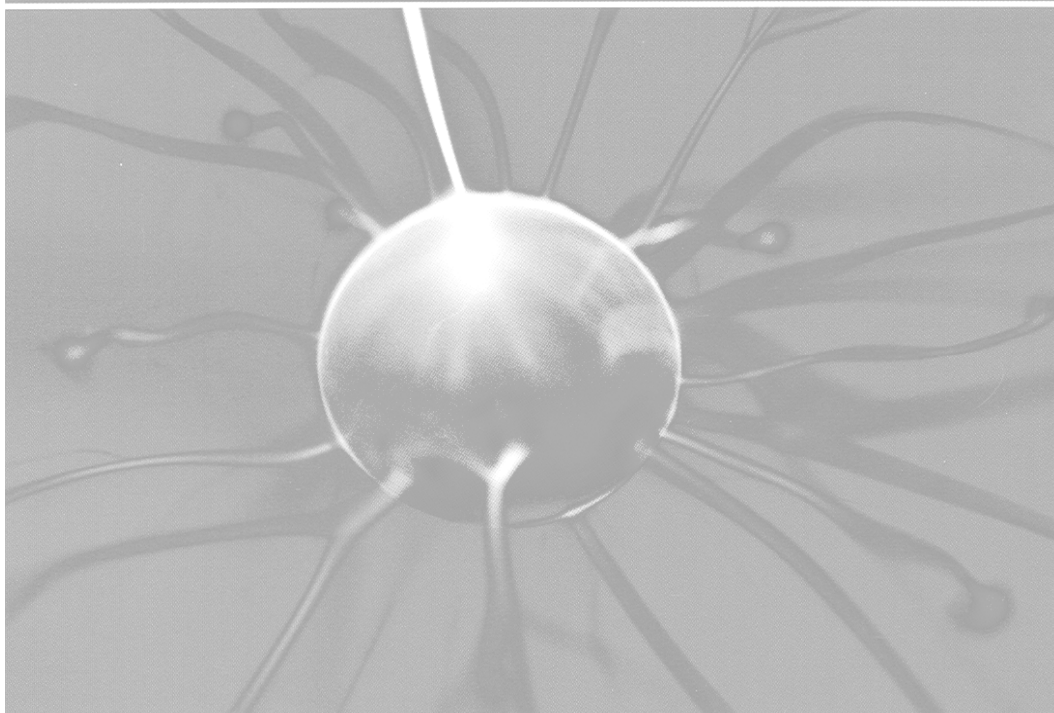
(CONCLUSÃO) Conclui-se, portanto, que o segmento da Tecnologia da Informação aplicado à Gestão de documentos se mostra bastante promissor na cidade do Natal , visto que existe demanda considerável e pouca concorrência. A informação é uma arma poderosa nas mãos de quem sabe com ela lidar, pode trazer qualidade e produtividade às organizações, além de poder funcionar como vantagem competitiva. Se a gestão da informação e dos documentos forem reconhecidos como essencial no ambiente empresarial com certeza muitas vantagens estarão sendo agregadas a estes processos. A gestão dos arquivos desde a sua primeira fase facilita e agiliza o trabalho de toda a equipe viabilizando agilidade operacional da empresa para o seu desenvolvimento pleno e conseqüentemente vantagem competitiva. No entanto estudos nesta área são essenciais para conscientizar as pessoas quanto à importância da informação na vida de cada um, seja ela num arquivo pessoal, empresarial, em uma biblioteca ou centro de documentação.

VII CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA FARN



VII

**CONGRESSO DE INICIAÇÃO
CIENTÍFICA DA FARN**



"EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA CONSTRUÇÃO DA PAZ"
24 a 27 de outubro de 2007

**C
O
N
T
A
B
I
L
I
D
A
D
E**

COMUNICAÇÃO LIVRE

A2 – CONTABILIDADE

A IMPORTÂNCIA DA ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O PROCESSO DECISÓRIO: UM ESTUDO DE CASO

Breno Eduardo Gomes Duarte

Discente do Curso de Ciências Contábeis, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN.

Josicarla Soares Santiago

Docente do Curso de Ciências Contábeis, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN.

(INTRODUÇÃO) A maior interação entre os mercados, tem proporcionado o aumento da exigência dos clientes e um crescimento acirrado da concorrência nas empresas. As empresas de distribuição de canais de TV por assinatura dentro deste novo contexto, tem enfrentado uma demanda crescente, aliada a concomitante ampliação da exigência quanto à qualidade dos produtos e serviços oferecidos. Esta nova realidade tem despertado quanto à necessidade de planejamentos mais efetivos e principalmente de um controle acirrado, fazendo com que os gestores careçam de informações concretas, para assim, ter maior probabilidade de manter-se equilibrada dentro de um mercado repleto de inovações. A Contabilidade pode ser tida como a principal fonte para as informações necessárias aos gestores. Sendo a Ciência que estuda o patrimônio e todas as suas mutações, a Contabilidade consegue conhecer a empresa em detalhes, apontando seus pontos fracos e fortes e dando, conseqüentemente, margem para previsões futuras. As demonstrações contábeis são divulgadas no intuito de satisfazer as necessidades informativas dos usuários através da análise. A análise das demonstrações contábeis transforma dados em informações fundamentais ao processo decisório. Diante deste contexto, o objetivo deste trabalho é demonstrar como a análise das demonstrações contábeis auxilia no processo decisório das empresas.

(METODOLOGIA) Para satisfazer o objetivo proposto, que se caracteriza por ser uma pesquisa de demonstrar “como”, utilizou-se do estudo de caso, que se fez importante no fato de se conseguir estudar o problema. A pesquisa de campo foi essencial para se conhecer a entidade estudada e coletar os dados necessários ao desenvolvimento da pesquisa. Foi utilizada também a análise documental, buscando-se trabalhar as demonstrações contábeis em estudo, através de técnicas Contábeis específicas. Além da utilização da pesquisa bibliográfica para aplicar um referencial teórico adequado aos resultados obtidos.

(RESULTADOS) Em análise dos índices, foi constatado que a empresa tem necessidade de um maior estudo das suas operações circulantes (ativo circulante e passivo circulante), caso contrário pode enfrentar dificuldades em atender suas obrigações em curto prazo, principalmente em virtude do seu capital circulante líquido, que se encontra em patamar negativo. Os seus índices de liquidez corrente (0,35) e seca (0,32) encontra-se abaixo da média das empresas de serviço de canal de TV a cabo, despertando quanto a necessidade dos gestores buscarem ações para que não permaneçam abaixo da média, assim para que não comprometam as operações da empresa no futuro. Visualizando-se o giro do estoque (0,32), verificou-se que também está com média baixa em relação ao setor, já o giro do ativo total (1,06) está em uma boa média, o gestor pode se sentir seguro quanto ao último índice, mas precisa providenciar ações corretivas quanto aquele (giro do estoque), de modo a não comprometer a prestação de serviços da empresa, já que ele é essencial quanto à obtenção das receitas. Em relação ao endividamento (0,42), tem-se que a parcela do capital financiado por terceiros é um índice favorável analisado individualmente, já que o importante é bem aplicar este capital e conseguir gerar recursos, no entanto, retomando o problema com o capital circulante líquido já discutido, remete-se a necessidade de melhor planejar esta situação. A margem bruta (lucratividade) é de 0,36, em análises individuais não é considerada baixa, mas deve-se considerar estudo mais amplo, visualizando-se a evolução no decorrer dos períodos e uma maior ênfase sobre os custos e despesas

(CONCLUSÃO) O estudo permitiu demonstrar como a análise das demonstrações contábeis pode contribuir para o processo decisório. Tendo-se de forma sistemática analisado a situação da empresa, apontando aos interessados na informação, como se encontra a empresa. A análise das demonstrações contábeis é, portanto, uma importante ferramenta para a tomada de decisão dos mais diversos usuários.

A2 – CONTABILIDADE

A IMPORTANCIA DA CONTABILIDADE PARA AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE NATAL

Flávio José Pinto Fernandes

Discentes do Curso Ciências Contábeis da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Nazareno Habib Bichara

Docente do Curso Ciências Contábeis da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) A contabilidade surgiu desde o momento que o homem passou a se preocupar em registrar sua riqueza. A partir de 1494 com a criação da patilhas dobradas, a contabilidade passou a fazer ainda mais parte do nosso dia-a-dia. Neste sentido o trabalho busca responder o seguinte questionamento: Qual a influência da contabilidade nas pequenas e micro empresas de Natal? O objetivo desse trabalho é de verificar como a contabilidade é percebida pelas micro e pequenas empresas de Natal.

(METODOLOGIA) Na pesquisa bibliográfica busca-se fundamentar e nortear os caminhos da pesquisa, expandir e enquadrar os temas e problemas abordados ao longo deste trabalho. A pesquisa aplicada é movida pela necessidade de contribuir para fins práticos mais ou menos imediatos, buscando soluções para problemas concretos. A pesquisa de campo tem por finalidade observar a ocorrência do fato em seu ambiente, sem interferir, permitindo que seja tal e qual sua essência. Por fim a pesquisa descritiva busca cruzar todos os dados obtidos nas pesquisas anteriores, utilizando recursos digitais e análises estatística objetivando entendê-los e propor sugestões que venham a contribuir para o tema. Nesta pesquisa se utilizou como fonte de coleta de dados a aplicação de um questionário composto de uma pergunta aberta e nove perguntas fechadas dirigidas a empresários para sustentar os resultados e conclusões obtidas na pesquisa.

(RESULTADOS) Os resultados parciais apontam para confirmação da importância do contador para as micro e pequenas empresas de Natal, onde 80% acreditam que ele agrega valor à empresa, funcionando como um consultor, capaz de contribuir positivamente para o processo decisório, e de maneira unânime influenciam nos seus resultados. Esse fato é reforçado pelo ótimo relacionamento (86%) com o profissional contábil o que demonstra o entendimento e a confiança necessária para validar e utilizar as informações oriundas da escrituração contábil (73%) e seus relatórios financeiros e demonstrações contábeis (20%) por parte dos gestores das instituições.

(CONCLUSÕES) Em vista do não recebimento da totalidade dos questionários enviados (apenas 60% do total foi computado), observamos que a tendência dos números levantados reforçam a importância do profissional contábil para as micro e pequenas empresas. Essas por sua vez, em decorrência do grande número de empresas e da competitividade do mercado que estão inseridas, apresentam-se cada vez mais ávidas de informações que venham a subsidiar suas tomadas de decisões. Os fatos anteriormente levantados projetam um futuro promissor para a classe contábil bem como aponta para uma necessidade crescente da formação de profissionais ainda mais qualificados e focados no ambiente corporativo, prontos para atender suas demandas.

A2 – CONTABILIDADE

A IMPORTÂNCIA DO CONTROLE DE ESTOQUES PARA O COMÉRCIO VAREJISTA DA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL/RN

Flávia Moura Marques

Discente do Curso Ciências Contábeis da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Thereza Angélica Bezerra de Souza Santos, Esp.

Docente do Curso de Ciências Contábeis, da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) Os estoques representam bens da empresa, disponíveis e necessários à efetivação do negócio: sem eles, as organizações não vendem e, conseqüentemente, não obtêm faturamento. Atualmente, devido à falta de conhecimento dos gestores do setor comercial varejista, estes não sabem identificar se a melhor opção para o negócio é maximizar ou minimizar os estoques. Sem planejamento e conhecimento adequado sobre gestão, geralmente ocorre o encerramento das atividades das empresas em até quatro anos após a sua abertura. Então, como o controle de estoques pode auxiliar no sucesso dos comércios varejistas? Este trabalho tem por objetivo verificar como o controle de estoques pode auxiliar no sucesso dessas empresas, localizadas na região metropolitana de Natal, tendo como fonte de pesquisa, lojas pertencentes ao Via Direta Shopping Center. A intenção é analisar se está sendo realizado um sistema de controle eficaz pelos gestores, evidenciando a importância de planejar, fazer um bom controle de estoques, e obter ajuda profissional para a tomada de decisões da empresa; e, se isso não está sendo feito, o motivo que os impedem de fazê-lo.

(METODOLOGIA) Para isso, foi realizada uma coleta de dados, através de pesquisas de campo, exploratórias e descritivas, aplicando, no Via Direta Shopping Center, um questionário sobre o sistema de controle de estoques em 20 lojas, onde apresentavam-se questões abertas e fechadas sobre o sistema de controle interno e planejamento de estoques, obtendo-se também algumas informações em conversas informais com os gestores dos respectivos comércios.

(RESULTADOS) Através de dados obtidos por amostragem, constatou-se que, dentre as empresas pesquisadas, 78% dos gestores, que antes acreditavam o contrário, hoje, acham mais correto trabalhar com pouco estoque, e, por meio de conversas informais, que, alguns, sem estoque algum, viajando em curtos períodos de tempo, para abastecer o estabelecimento com novidades; 73% possuem Sistema de controle de estoques informatizado, e dos 84% que fazem inventário o mínimo de vezes ao ano, 47% deles faz uma ou mais vezes por mês; lidam bem com os períodos de sazonalidade, comprando de acordo com o período de baixa; Contudo, ainda possuem dificuldades em lidar com o capital de giro da empresa, pois, mesmo aumentando o giro dos estoques, não têm como controlar a renda da população e a concorrência dos grandes magazines, que fornecem crédito próprio, obrigando-os a repassar as suas mercadorias em muitas parcelas, e a facilitar o tipo de crédito concedido, sem que tomem medidas preventivas junto ao Serviço de Proteção ao Crédito, onde 67% constataram que, mesmo contratando o serviço, a inadimplência ocorre assim mesmo; e, enfim, apesar de aproximadamente 52% dos entrevistados já terem obtido aconselhamento de um profissional da área Contábil, 45% não vêem necessidade de aumentar seus custos com essa contratação, pois acreditam que possuem experiência e conhecimento suficientes para cuidar sozinhos do sistema de controle e gestão de estoques.

(CONCLUSÕES) Diante desse estudo, pode-se dizer que as empresas funcionariam melhor caso os empreendedores acreditassem na importância da contratação de um profissional da área contábil para auxiliá-los na gestão de estoques. As lojas do Via Direta, em Natal, estão passando por grande crise, devido à ceticidade dos gestores, das lojas e shopping, de maneira geral: quando não fechadas, estão sendo repassadas a outras pessoas, que se não forem corretamente aconselhadas, futuramente, também se perguntarão onde erraram. Enquanto isso, a culpa recai sobre a economia do Estado, e também sobre a gestão do Administrador do Shopping. Fundamental seria a implementação desse estudo também em shoppings de grande porte, para que todos os empresários do ramo varejista tivessem conscientização da relevância de um trabalho voltado para os Estoques, não somente no Estado, mas também no país.

A2 – CONTABILIDADE

A PERÍCIA JUDICIAL CONTÁBIL NAS VARAS DA FAZENDA PÚBLICA DE NATAL

Brunno Weender da Silva Toscano

Discente do Curso Ciências Contábeis da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Dinarte Paiva dos Santos Junior

Docente do Curso de Ciências Contábeis, da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) A ciência contábil possui diversas especialidades, tendo a perícia contábil como uma delas. A perícia exige que o profissional possua completo domínio do objeto da lide, seja perspicaz, além de ser conhecedor dos procedimentos judiciais para a produção da prova pericial, a fim de realizar seu trabalho, contribuindo para a célebre marcha processual. O trabalho ora apresentada tem o objetivo de estender nossos conhecimentos, assim como proporcionar informações necessárias ao exercício da atividade, tornando-se um instrumento de essencial importância, executado em concordância com as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCT 12 e NBCT 13) que regulam a existência desta profissão. Com isso tal pesquisa terá como objetivo geral, mostrar a importância da Perícia Judicial Contábil, nas Varas da Fazenda Pública da Comarca do Natal.

(METODOLOGIA) A pesquisa será bibliográfica e documentada em livros que tratam do assunto em questão e através de pesquisas e entrevistas indiretas aos responsáveis pelas Secretarias dos Juízes. Será adotado um questionário contendo perguntas para verificação da importância da Perícia Judicial Contábil nas Varas da Fazenda Pública do Natal. Também será realizada uma pesquisa, para análise de uns 10 laudos apresentados por peritos nomeados pelo juiz em diversos autos de processos em tramitação perante 2ª, 3ª e 4ª varas da Fazenda Pública na Comarca de Natal.

(RESULTADOS) A perícia contábil tem por objetivo geral a constatação, prova ou demonstração contábil da verdade real sobre seu objeto, transferindo-o através de sua materialização o laudo para o ordenamento da instância decisória, judicial ou extrajudicialmente. São objetivos específicos da perícia contábil. Nos embargos à execução o devedor quer discutir, geralmente, o valor cobrado pelo credor em execução tanto do título judicial, quanto de títulos extrajudiciais, os conhecidos títulos de crédito com força executiva. O Laudo Pericial é, portanto, o resultado final de um completo e detalhado trabalho levado a efeito por perito, cujo objetivo é o de subsidiar a justiça em assuntos que ensejam dúvidas no processo.

(CONCLUSÃO) Assim sendo, a perícia contábil, trouxe a luz à realidade, a qualidade dos laudos apresentados em perícias, bem como sua importância para um melhor aperfeiçoamento da função pericial, tomou-se como exemplo os laudos acostados aos autos de Processos perante a Justiça Estadual de 1ª Instância nas Varas da Fazenda Pública da Comarca do Natal. Um exame pericial deve se pautar pela mais completa constatação do fato, análise e interpretação e, como resultado final, a opinião de natureza técnico-científica sobre os fatos examinados. A elaboração da perícia Judicial está relacionada com o exercício profissional, motivo pelo qual, a indicação e nomeação do profissional que a conduzirá devem obedecer não só à legislação processual, como também à legislação regulamentadora da profissão. Como regra geral, as partes têm o direito de indicar assistentes técnicos e apresentar quesitos, podendo ainda, em qualquer caso, recusar o perito nomeado por impedimento, suspeição ou inabilitação. Aos profissionais experientes que já laboram na função pericial caberia o compromisso de divulgar através de trabalhos científicos as melhores técnicas empregadas, contribuindo assim, para uma superior qualidade na apresentação do laudo.

A2 – CONTABILIDADE

A UTILIZAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PELAS ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS: ESTUDO DE DOIS CASOS DA CIDADE DE NATAL

Melânia Viana Josino

Discente do Curso Ciências Contábeis da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Josicarla Soares Santiago

Docente do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) Diante da impossibilidade do estado em atender todas as necessidades apresentadas por uma sociedade que cresce desordenadamente e aliado ao discurso neoliberal de aumento da independência econômica através da redução das atividades do estado, surgiu o Terceiro setor. Embora não objetivem o lucro, tais entidades movimentam recursos, os quais por sua vez são escassos e precisam ser bem gerenciados de modo a maximizar o serviço prestado. Uma boa gestão tem sido cogitado como algo fundamental para a sobrevivência das entidades deste novo setor. Diante deste contexto, a Contabilidade, dentro de sua principal função, que é auxiliar no melhor gerenciamento, passa a ser focada pelo terceiro setor, como um instrumento capaz de contribuir para o melhor aproveitamento dos recursos. Diante do exposto, surge a necessidade de observar a utilização e divulgação das Demonstrações Contábeis por Entidades do Terceiro Setor.

(METODOLOGIA) No intuito de alcançar o objetivo proposto, se utilizou do estudo de dois casos, realizando entrevistas semi-estruturadas e coleta de documentos fornecidos pela contabilidade, de modo a verificar as informações Contábeis que os usuários têm acesso. A escolha de dois casos se deu diante da possibilidade de se comparar duas realidades e assim poder verificar se os resultados são ou não semelhantes. Foi realizada também a pesquisa descritiva, procurando-se analisar a utilização das Demonstrações Contábeis para o processo decisório. E, como forma de embasar o resultado se utilizou de pesquisa bibliográfica, de modo a sustentar teoricamente o alcance dos objetivos propostos.

(RESULTADOS)

A pesquisa realizada apontou para o reconhecimento por parte dos entrevistados das empresas ALFA e BETA que a informação Contábil poderia ter uma maior participação no processo decisório. Visualizou-se que as informações utilizadas no processo decisório são em sua maioria de cunho financeiro (regime de caixa), disponibilizadas através de relatórios elaborados por um setor específico da empresa, que não tem contato com as Demonstrações Contábeis fornecidas pela Contabilidade. Tais Demonstrações são elaboradas anualmente e tem a função eminentemente de cumprir uma obrigação legal. Assim, analisando-se especificamente os responsáveis por decidir o andamento da empresa, verificou-se que não se visualiza informações fornecidas pela contabilidade, não sendo estas, oportunas ao processo decisório, isto em ambas as instituições estudadas. Verificou-se ainda que os escritórios de Contabilidade responsáveis por informar tais instituições consideram que cumprem o seu papel, não se visualizando preocupação quanto à relação contabilidade e contribuição informativa à continuidade da empresa, focando a contabilidade dentro de uma visão técnica. Com relação aos parceiros, se procurou verificar o nível de transparência das entidades em estudo, se as informações que a Contabilidade prepara são evidenciadas e se observou que não há este tipo de preocupação, detectando-se ainda que os parceiros consideram isto uma falha por parte das entidades. Na instituição ALFA se percebeu a preocupação de aproximar cada vez mais a Contabilidade do processo decisório com fonte de captação de recursos, na instituição BETA esta preocupação foi menor, o que pode ser atribuído a melhor estruturação detectada em ALFA.

(CONCLUSÕES) O objetivo deste trabalho foi observar a utilização e divulgação das Demonstrações Contábeis por Entidades do Terceiro Setor. Concluiu-se então que apesar do crescimento das Entidades sem Fins Lucrativos, não há ainda a cultura de utilizar das Demonstrações Contábeis como um instrumento fornecedor de informações para o sistema de gestão, de sustentabilidade e continuidade das Organizações. Embora seja válido salientar, que os gestores, assim como outros usuários da contabilidade, estão mudando sua concepção dos benefícios proporcionados pela informação contábil. Assim, o Terceiro Setor pode ainda ser bastante beneficiado pelas informações fornecidas pela Contabilidade.

A2 – CONTABILIDADE

ESTUDO DO CONTROLE INTERNO NA ÁREA DE FOLHA DE PAGAMENTO DE UM HOTEL NA REGIÃO DE NATAL

Edvânia Santana Ferreira.

Discente do Curso de Ciências Contábeis, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Nazareno Habib Bichara, MS.c

Docente do Curso de Ciências Contábeis, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) O estudo volta-se a importância do estudo do controle interno na área de folha de pagamento em empresas de hotelaria na via costeira da região de Natal. A eficiência desse controle interno avalia o cumprimento, por parte da empresa, das exigências legais, tais como: legislação trabalhista; legislação tributária; legislação social; convenções coletivas de trabalho. Onde o controle interno impõe um acompanhamento racional sobre os custos relativos a despesas com pessoal e encargos sociais e tem como finalidade fornecer para a contabilidade e administradores dados confiáveis, objetivando prevenção de desvios, evitando despesas desnecessárias. Já que o controle interno é um plano de organização e um conjunto coordenado dos métodos e medidas, adotadas pela empresa, para proteger seu patrimônio, verificar a exatidão e a fidedignidade de seus dados contábeis, promove a eficiência operacional e encorajar a adesão à política traçada pela administração. Neste contexto o problema desta pesquisa é verificar qual a importância do estudo do controle interno na área de folha de pagamento de um hotel na região de Natal. Com o objetivo de identificar pontos fortes e fracos do estudo controle interno de folha de pagamento e realizar um confronto entre a teoria e a prática em controle interno de folha de pagamento.

(METODOLOGIA) por ser tratar de uma pesquisa bibliográfica, exploratória e de campo, a coleta de dados foi através de questionário do tipo semi-estrutural com 08 perguntas fechadas e abertas que foram aplicadas junto ao departamento de pessoal e o departamento de controle de um hotel na Via Costeira na região de Natal. A análise de dados foi feita com a utilização do programa Excel.

(RESULTADOS) Nesta pesquisa de campo foram analisadas todas as respostas e identificado que do total de agentes pesquisados obteve-se os seguintes resultados: pode-se dizer que das 10 pessoas analisadas 100% sabe o que é um controle interno, a empresa possui um rigoroso sistema de controle interno, mostrando que 90% delas conhece a fundamentação no que tange a importância dos procedimentos adotados pelos seus controle interno na área de folha de pagamento, verificando ainda que existe uma harmonia entre as normas existentes na empresa e as tarefas executadas por cada funcionário, onde apenas 10% delas não sabe que existe as normas e procedimentos adotados pela empresa.

(CONCLUSÕES) Partindo do resultado obtido o propósito deste trabalho de pesquisa foi contextualizar e mostrar que o principal objetivo do controle interno é auxiliar a empresa a atingir seus objetivos e que uma gestão de qualidade é essencial em uma empresa para as tomadas de decisões com isso o controle interno representa os métodos e procedimentos ou rotinas cujo o objetivo são proteger os ativos, produzir os dados contábeis confiáveis e ajudar a administração na condução ordenada dos negócios da empresa, evitando possíveis fraudes ou erros.

A2 – CONTABILIDADE

BALANCED SCORECARD: UM ESTUDO SOBRE A APLICAÇÃO DO MODELO EM UM HOTEL DE NATAL

Daniella Maria Correia Dantas

Discentes do Curso Ciências Contábeis da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Adriana Isabel Backes Steppan

Docente do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) Nos dias de hoje, as empresas vêm a necessidade de se adaptar aos padrões de qualidade internacional, muitas mudanças ocorrem no cenário mercadológico. Para estabelecer vantagens e recursos para atender seus mercados, as empresas vêm buscando cada vez mais a formação de planejamentos estratégicos. O BSC - BALANCED SCORECARD é um instrumento de planejamento e gestão de empresas, que foi desenvolvido por um modelo conceitual que traduz a visão de uma organização em conjunto de indicadores de desempenho. Apesar de esse método ser recente, vem sendo utilizado por grandes organizações ao redor do mundo, já tendo despertado interesses das organizações em várias partes do mundo. Ferramentas de gerenciamento empresarial estavam cada vez mais se tornando ineficazes em relação às necessidades das grandes empresas, as mesmas não conseguiam abranger o todo, era demorada e não forneciam avaliações objetivas. Para isso, foi indicado o processo do BSC, que visa estudar todo o planejamento da empresa, analisar seus indicadores, propondo mudanças para melhor alcançar a missão da empresa analisada na cidade do Natal. Verificar através de indicadores de desempenho proposto pelo BSC, o alcance dos objetivos empresariais, de um hotel localizado na cidade do Natal, onde apresenta uma boa demanda na sua carteira de clientes, estes representam em grande parte estrangeiros. Para traçar a estratégia, de acordo com os seus objetivos específicos, deve ser empregado um indicador de desempenho, a fim de mensurar e analisar a organização de uma forma mais objetiva. Para isso, faz-se necessário compreender a missão da empresa, alinhando-o as suas necessidades. Diante destas constatações, surge a seguinte questão de pesquisa: Os indicadores de desempenho utilizados pela empresa pesquisada encontram-se relacionados com as estratégias implementadas pela mesma?

(METODOLOGIA) A pesquisa apresenta, quanto aos objetivos a que se propõe a característica exploratória, pois, se trata de um tema em evidência devido a grande necessidade que as empresas sentem em seus negócios, O aprendizado e crescimento são peças fundamentais porque formam a base da melhoria da qualidade e da inovação. Os objetivos e medidas estratégicas serão transmitidos de diversas maneiras internamente. A comunicação interna entre todos os colaboradores deve servir para mostrar e estes os objetivos reais que a organização almeja alcançar para obter sucesso. A alta administração terá que estabelecer metas, que se alcançadas, transformarão a organização. Descritiva, pois contextualizou o referido tema, abordando desde o contexto histórico até os dados atuais. O estudo feito é sustentado por sites extraídos da internet, revistas técnicas, artigos publicados e documentais.

(RESULTADOS) A empresa mencionada acima nesse estudo, encontra-se em fase de pesquisa de dados, para que assim o BSC mensure e proponha indicadores.

(CONCLUSÕES) Como a pesquisa ainda se encontra em fase de resultados, tem-se observado se o Hotel analisado, necessita de uma ferramenta que possa desenvolver através da missão da empresa, indicadores de desempenho, onde o mesmo busque melhorias em diversos setores da empresa.

A2 – CONTABILIDADE

ÉTICA E POLÍTICA NO BRASIL: UM CAMINHO PARA EVOLUÇÃO

Manoel Alves Bezerra Junior

Discentes do Curso de Ciências Contábeis, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN.

Thereza Angélica

Docente do Curso de Ciências Contábeis, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN.

(INTRODUÇÃO): Tendo a ética como princípio e regra observa-se que a crise é evidente na vida política, exigindo de nós uma melhor observação política. Esses são fatos constantes, os quais apontam a situações degradantes. A referente análise nos leva a questionar: como os nossos jovens se situam nessas crises? Será que eles não estão sendo levados a uma crise moral e jurídica da sociedade contemporânea? Será que eles vão reagir a tamanho retrato vergonhoso? Que tipo de prestação é essa a qual nos está sendo oferecido? Lembramo-nos que o poder político é um serviço à sociedade, e a eles compete a responsabilidade.

(METODOLOGIA): Esta é uma pesquisa de cunho bibliográfico, onde o autor procurou se fundamentar relatos através de livros, revistas e artigos publicados sobre a ética e a política no Brasil, tomando-se como base, o sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, em seu livro *Ética e Cidadania*, onde relata que os movimentos éticos estão sendo conduzidos, muito embora os efeitos necessários sejam longos e muitas das vezes, as respostas são insuficientes para uma sociedade que clama por Justiça. Por exemplo, o impeachment de Collor, a CPI do orçamento, cujos parlamentares usavam o dinheiro público para enriquecerem, o dinheiro do jogo do bicho. Todavia a sociedade diante desses fatos tem ficado indignada diante da impunidade e proteção dada aos infratores.

(CONCLUSÕES): Com base na fundamentação teórica realizada pelo autor, verifica-se que esta aparente apatia que os jovens brasileiros demonstram, é um desencanto com a política, é um desencanto com a situação do País. O comportamento antiéticos dos políticos faz parte da cultura brasileira, porém não podemos assistir de braços cruzados aos escândalos vistos, todos devem uma parte a esta condução, a igreja, a sociedade, os “bons políticos”, os órgãos públicos. A questão fundamental não é simplesmente da ética na política, porém de uma ética que se fundamentalize pela criação de instituições e ações que possam permitir a efetivação dos nossos direitos, os do ser humano e os da natureza. Também observa-se que existem políticas sendo tomadas, os escândalos estão aparentes, estão claros, e os jovens estão se conscientizando, cada vez mais se fazendo necessário um ordenamento jurídico e institucional. Do contrário poderiam levar os nossos jovens a uma ascendência antiética e sem retorno. Se exige punição justa aos corruptos em todos os âmbitos da vida pública e da política. Os jovens, não, estão assistindo pacificamente a este caos que está sendo estabelecido, a educação não nos é dada, por isso o processo é vagaroso.

A2 – CONTABILIDADE

CONTABILIDADE CRIATIVA: ESTUDO EMPIRICO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Érika Eliza de Melo Duarte

Discente do Curso de Ciências Contábeis, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN.

Joana D'arc Medeiros Martins

Docente do Curso de Ciências Contábeis, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN.

(INTRODUÇÃO) Para mensurar a adequação e confiabilidade dos registros e das demonstrações contábeis, a Contabilidade utiliza-se também de uma técnica que lhe é própria, chamada auditoria. A auditoria surgiu como consequência da necessidade de confirmação por parte dos investidores e proprietários quanto à realidade econômico-financeira espelhada no patrimônio das empresas investidas. Algumas mudanças de caráter qualitativo e quantitativo costumam afetar a imagem fiel exigida pela doutrina contábil, podendo, assim, acarretar possíveis efeitos e consequências sobre as decisões que tomam os usuários baseando-se nas demonstrações contábeis. Para essas mudanças se dá o nome de Contabilidade Criativa, que está associada à estratégica para transmitir a visão mais otimista possível da companhia para os distintos agentes econômicos. Contudo, pode, também, favorecer outros tipos de práticas, como melhorar ou piorar os resultados econômicos por diversas razões, além da adequação da estratégia empresarial, divulgando a performance da companhia, obtenção de benefícios, subsídios ou insenções governamentais. Entretanto, a aplicação dessas práticas nem sempre está evidente na informação oferecida pela empresa à seus usuários. Ao contrário, na maioria dos casos, tais práticas são ocultas e imersas no complexo conjunto de dados das demonstrações contábeis, que seu descobrimento se torna verdadeiramente difíceis, condicionando ou limitando o modelo de decisão dos usuários. Nesse contexto, o objetivo da pesquisa constituiu em analisar os aspectos relevantes que estão relacionados com a Contabilidade Criativa e a Auditoria Independente no Estado do Rio Grande do Norte.

(METODOLOGIA) Trata-se de um estudo bibliográfico, descritivo e de campo. Para o alcance do objetivo do trabalho, foi elaborado um questionário contendo perguntas fechadas, aplicado com os Auditores Independentes do Estado do RN, devidamente cadastrados no CRC/RN, no qual foi coletado pessoalmente e por meio de correio eletrônico. Os dados foram analisados mediante processamento das respostas obtidas nos questionários, utilizando o auxílio do Microsoft Office Excel, através de uma análise descritiva.

(RESULTADOS) Foram analisados dez questionários respondidos por profissionais que atuam na auditoria independente no Estado do Rio Grande do Norte de ambos os sexos. 70% (setenta por cento) deles, responderam que já tiveram alguma experiência com a Contabilidade Criativa nas empresas auditadas, logo não concordam que esse tipo de contabilidade interfere no trabalho do Auditor, assim também como discordam que essa prática é uma estratégia adotada pela administração da empresa, junto com o Auditor Independente, para criar uma imagem favorável da mesma. 100% (cem por cento) dos auditores independentes pesquisados concordam que a informação dessa prática deve ser mencionada no parecer de auditoria. 60% (sessenta por cento) da amostra pesquisada responderam que o Auditor não deve assumir nenhum tipo de responsabilidade pela emissão de informações, de seus clientes, distorcidas com a prática da Contabilidade Criativa. 20% (vinte por cento) responderam que sim, a responsabilidade é do auditor em divulgar essa prática, enquanto os demais responderam que em partes.

(CONCLUSÃO) O estudo permitiu interpretar a visão dos Auditores Independentes do Estado do RN, sobre as práticas da Contabilidade Criativa e, principalmente, sobre o grau de responsabilidade que eles estariam dispostos a aceitar pela sua existência nas demonstrações contábeis de seus clientes. Todavia, conclui-se que os Auditores, embora reconheçam a importância do problema, não consideram que a prática da contabilidade criativa interfere em seu trabalho. Além disso, rejeitam qualquer tipo de responsabilidade por esse fato, como também as consequências que dele possam advir.

A2 – CONTABILIDADE

CUSTOS COMO FERRAMENTA NO AUXILIO DA TOMADA DE DECISÃO NAS MICROEMPRESAS: UM ESTUDO DE CASO

Adson Raniere Marques Costa

Discente do Curso de Ciências Contábeis, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN.

Nazareno Habib Bichara

Docente do Curso de Ciências Contábeis, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN.

(INTRODUÇÃO) Com o aperfeiçoamento das indústrias após a revolução industrial, o trabalho do contador tornou-se mais complexo devido à necessidade de se avaliar estoques e analisar os gastos realizados pela entidade no decorrer de suas operações. Neste contexto surgiu a contabilidade de custos que, ao longo do tempo, se aperfeiçoou e tornou-se fator relevante para a tomada de decisões sobre preços, investimentos e processo produtivo. Nesse cenário a contabilidade de custos então, deixou de ser, apenas uma ferramenta de auxílio na avaliação de estoques e lucros globais para tornar-se um instrumento gerencial de fundamental importância para o controle dos recursos, sejam eles financeiros, materiais ou patrimoniais, e de fundamental importância na função de auxiliador dos administradores na hora de tomar uma decisão, uma vez que uma decisão errada pode acarretar a descontinuidade de uma empresa.

(METODOLOGIA) Este projeto de pesquisa se baseia nos seguintes procedimentos metodológicos: Pesquisa Bibliográfica, onde foi pesquisado todo referencial teórico (Custeio Baseado em Atividades, Custeio Direto, RKW e Custeio por absorção) para o embasamento da pesquisa; Pesquisa de Campo ou Descritiva: onde será feito o estudo de caso, ou seja, na empresa: R. Gomes do Brasil - Indústria de moveis ME; e a coleta de dados que será feita com a aplicação de um questionário, com perguntas abertas e fechadas, para que a empresa em questão possa expor seu ponto de vista acerca do assunto abordado, aplicados aos seus dirigentes e responsáveis pela área financeira.

(RESULTADO) No resultado ficou constatado que existe uma má interpretação do que seriam os sistemas de custeio e para que os mesmos teriam utilidade dentro de uma empresa, uma vez que, o responsável pelo setor de custos da empresa, demonstrou uma certa fragilidade em seus conceitos sobre o assunto ora abordado, de forma que as questões não foram respondidas claramente. Isso significa dizer que os custos da empresa poderiam ser mais bem explorados de forma a maximizar os lucros e minimizar os custos e as despesas com as produções dos produtos.

(CONCLUSÃO) A contabilidade de Custos está presente em nossas vidas há muito tempo, e vem se adaptando as necessidades atuais das empresas, buscando uma melhoria nas informações para que assim, possa dar suporte nos momentos decisivos de tomada de decisão dentro de uma organização. Entende-se, contudo que as Microempresas devem possuir profissionais que realmente entendam sobre Custos, para que os resultados alcançados sejam os melhores para dar continuidade aos negócios.

A2 – CONTABILIDADE

PERÍCIA TRABALHISTA: ESTUDO DOS LAUDOS PERICIAIS CONTÁBEIS NA JUSTIÇA DO TRABALHO EM NATAL/RN

Alessandra Abreu Pérez

Discente do Curso de Ciências Contábeis, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN.

Joana D'arc Medeiros Martins

Docente do Curso de Ciências Contábeis, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN.

(INTRODUÇÃO) A perícia contábil é uma ferramenta da contabilidade, utilizada no âmbito judicial e extrajudicial, que tem como finalidade principal auxiliar no processo de tomada de decisão. Nas Varas trabalhistas se discutem conflitos entre empregados e empregadores, onde há uma necessidade, dependendo da complexidade do caso de um laudo pericial contábil, elaborado por um bacharel em ciências contábeis, legalmente habilitado pelo Conselho Regional de Contabilidade, para executar esse tipo de serviço. É através do Laudo Pericial que o perito relata o trabalho que executou e as conclusões fundamentadas das provas para dar um suporte técnico ao tomador da decisão. Nesse contexto, o objetivo desta pesquisa constituiu em analisar a contribuição do laudo pericial contábil na tomada de decisão nas Varas Trabalhistas da Comarca de Natal/RN.

(METODOLOGIA) Trata-se de um estudo bibliográfico, descritivo, exploratório e de campo. Para o alcance do objetivo do trabalho, coletaram-se quatro laudos periciais contábeis nas Varas Trabalhistas da Comarca de Natal/RN. O critério utilizado para selecionar os processos objetos da pesquisa foi por conveniência. A análise do conteúdo dos laudos buscou confrontar o laudo pericial contábil com a sentença do magistrado, para verificar se o laudo pericial contábil auxiliou o juiz na tomada da decisão.

(RESULTADOS) Foram analisados quatro processos, sendo um da 2ª Vara do Trabalho, que se tratava de reajuste salarial, a decisão foi com base no laudo pericial contábil. Um processo da 3ª Vara do Trabalho, cujo objetivo é da existência ou não de valores a serem pagos a 103 reclamantes, na sentença o magistrado decidiu com base no laudo pericial contábil. Um processo da 4ª Vara do Trabalho, onde se discute o pagamento da participação dos funcionários nos lucros da empresa, no seu despacho o juiz tomou como base o laudo pericial contábil. Um processo da 5ª Vara do Trabalho, onde se discute pagamentos de comissões sobre vendas, a decisão foi proferida de acordo com o laudo apresentado pelo perito contador. A análise dos resultados demonstrou que as decisões foram tomadas com base nos trabalhos apresentados pelos peritos contadores, expressos nos quatro processos judiciais estudados.

(CONCLUSÃO) Percebe-se que o trabalho pericial contábil, elaborado nas Reclamações Trabalhistas analisadas, serviu como base e peça imprescindível nas decisões proferidas pelos magistrados. Todavia que, dos quatro laudos periciais analisados, notoriamente cem por cento destes, serviu como diretriz na tomada de decisão elaborada pelos Excelentíssimos Juizes das Varas Trabalhistas da Comarca de Natal/RN. Nas fundamentações expostas nas decisões, conclui-se que os laudos periciais produzidos pelos processos analisados no estudo possuem requisitos suficientes para embasar uma sentença, evidenciando assim o verdadeiro objetivo da contabilidade que é de dar suporte às decisões.

A2 – CONTABILIDADE

EXPLANAÇÃO SOBRE INVESTIMENTOS DE RENDA FIXA E VARIÁVEL E UMA EXPOSIÇÃO SOBRE A RENTABILIDADE DOS MESMOS

Ayron Wanderley Medeiros

Discente do Curso Ciências Contábeis da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Carlos Eduardo Marinho Diniz

Docente do Curso de Administração, Administração com Habilitação em Marketing e Ciências Contábeis da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) Desmistificar e tornar acessível o mercado de capitais, assim conhecer os mecanismos de funcionamento de mercado para que o pequeno investidor possa aplicar seus recursos. Inclusive, o mercado de capitais é a mais importante alternativa de aplicação para investidores e o maior canal de financiamento das empresas, favorecendo o crescimento econômico brasileiro. Objetivar e expor os investimentos mais rentáveis e menos voláteis no espaço de tempo em que decorre. A partir da dedicação e do desejo veemente, apresentar e se informar no que se trata de investimento. A compreensão dos conceitos torna-se de fundamental relevância para a carreira acadêmica e a profissão contábil, afim de criar uma sustentabilidade na formação profissional

(METODOLOGIA) A pesquisa apresenta, quanto aos objetivos a que se propõe a característica exploratória. No que concerne aos meios, à pesquisa se desencadeou por meio de pesquisa bibliográfica, que forneceu o embasamento necessário no discorrer desse estudo, sustentado em livros, revistas técnicas, artigos publicados, e documentais.

(RESULTADOS) As unidades poupadoras (famílias e empresas) fazem aplicações financeiras, para que estes sirvam de recursos para as empresas. Sendo assim, de fundamental importância ampliar o capital de giro, reestruturar as finanças e realizar investimentos, ou ainda, financiar déficits orçamentários.

Assim, onde investir? Títulos públicos (federais, municipais ou estaduais), debêntures, ações, CDB, CDI ou em câmbio. Os dados revelam que a melhor forma é investir em ações, pois a Bovespa ultimamente só bate recordes como foi no mês de janeiro em que pontuou 45.382 pontos, além disso, segundo a revista ÉPOCA, pessoas eu investiram em média R\$1.000 em 2002, hoje valem R\$4.600. Enquanto, investir em câmbio está propício a perdas pois o dólar apenas cai, em janeiro valia em média R\$2,80, nos dias atuais R\$1,80, isto é, R\$ 1,00 a menos.

Inclusive, com certeza o pequeno investidor com pouca informação não será apto a analisar um investimento, principalmente no âmbito de ações, e partir dessa pesquisa a análise mais esquemática é a chamada *top down*, mais chamada como fundamentalista, baseada numa análise do alto para o baixo, ou seja, do geral para o específico. Cenário internacional, por estarmos inseridos num mundo globalizado, cenário doméstico, referente a reserva monetária, moeda forte e redução da taxa básica de juros, análise setorial, relacionados aos setores mais desenvolvidos do país, e análise das empresas, preocupando-se com prática de governança corporativa. Vale a pena ressaltar, os riscos, a liquidez, dividendos e valorização do investimento para que o objetivo do investidor possa ser efetuado, isto é, conseguir o lucro desejado, bem como a valorização do seu ativo.

(CONCLUSÕES) Seja qual for o investimento o importante é que isto faz o país se desenvolver e criando determinada independência dos outros países no âmbito de importação de produtos, pois com investimentos teremos capital de giro para a produção. Atualmente, os aspectos antigos das bolsas estão desaparecendo e mudando para o Brasil, partindo da iniciativa privada querendo aumentar seu capital sem depender do governo. Ir a Bovespa é uma forma de ganhar dinheiro e disponibilizar recursos para o crescimento do país, lembrando que o valor das ações no geral tende a se elevar, como também uma atração de pequenos investidores, isto é, popularização da Bovespa. Despertando assim, crescimento na renda da pessoa física e minimizando as desigualdades e distorções econômicas brasileiras.

A2 – CONTABILIDADE

INFORMAÇÕES GERENCIAIS: UM ESTUDO DA DISPONIBILIDADE E USO PELA CLASSE EMPRESARIAL DA CIDADE DO NATAL

Andréia Carla Lira da Luz Albuquerque

Discente do Curso de Ciências Contábeis, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN.

Adriana Isabel Backes Steppan

Docente do Curso de Ciências Contábeis, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN.

(INTRODUÇÃO) A contabilidade encontra-se subdividida em várias subáreas de conhecimentos, dentre elas, situa-se a contabilidade gerencial que tem por objetivo fornecer ferramentas aos administradores de empresas para auxiliá-los em suas funções gerenciais. Sendo assim, o seu campo de abrangência relaciona-se com a gestão e controle dos custos, visando a melhor utilização dos recursos econômicos da empresa, através de um adequado controle dos insumos. Dentro desse contexto, é imprescindível a utilização de informações gerenciais, pois é por meio delas que os gestores irão tomar a melhor decisão.

(METODOLOGIA) O tipo de pesquisa adotado neste estudo relaciona-se à tipologia teórica-empírico. O universo é composto por 570 escritórios de contabilidade, registrados no Conselho Regional de Contabilidade do Estado do RN. O instrumento de pesquisa utilizado no trabalho refere-se a um questionário formulado com perguntas abertas e fechadas, complementado com entrevistas semi-estruturadas. O critério adotado para a seleção da amostra relaciona-se com a conveniência e facilidade da na obtenção dos dados. Assim sendo, a amostra refere-se a trinta empresas.

(RESULTADOS) Foram aplicados trinta questionários a empresas de grande, médio e pequeno porte e foi percebido que os clientes exigem dos seus contadores as informações gerenciais, para auxiliarem os gestores no processo de tomada de decisões. Através desse método de pesquisa foi visto que os contadores não são mais aqueles profissionais, onde a contabilidade só seria para fins de atender ao fisco e sim uns meros consultores oferecendo relatórios gerenciais aos seus clientes.

(CONCLUSÃO) Algumas empresas não contratam os serviços gerenciais, pelo motivo de ser cobrado a parte dos honorários do contador e ter um custo elevado, mas acreditam que sejam bastante úteis a sobrevivência de suas empresas, mas a maioria das empresas que foram aplicados os questionários recebem informações gerenciais de seus contadores, foi visto que a contabilidade gerencial é utilizada pela maioria dos empresários para ajudarem na gestão dos seus negócios, considerando-a uma ferramenta crucial para os seus empreendimentos.

A2 – CONTABILIDADE

AValiação Patrimonial: Estudo sobre a Metodologia Utilizada na Apuração de Haveres em Processos Judiciais Distribuídos na Comarca de Natal/RN

Luiz Antônio Pessoa de Araújo

Discentes do Curso Ciências Contábeis da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Joana D'arc Medeiros Martins

Docente do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) Na atuação do profissional de contabilidade, o campo da Perícia Contábil, revela-se de grande importância no auxílio da Justiça, a fim de atender às necessidades das partes envolvidas em um litígio, em controvérsias entre duas ou mais partes, quanto ao valor da sociedade para efeito de apuração de haveres que cabe ao sócio excluído ou dissidente. Muitas são as finalidades para determinar avaliação patrimonial, seja para os mais diversos tipos de usuários ou situações como tais: alienação; transformação, fusão, incorporação, cisão; admissão de novos investidores; financiamento de terceiros; reembolso de capital; encerramento de atividades e apuração de haveres. Apuração de Haveres é um procedimento técnico proveniente de determinação judicial, onde se busca avaliar o patrimônio de uma entidade, tendo em vista a discordância por parte de algum dos sócios em relação aos valores reais a que lhe cabem na sociedade. Este estudo tem como objetivo analisar a metodologia utilizada na apuração de haveres em processos judiciais distribuídos na Comarca de Natal/RN.

(METODOLOGIA) Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de campo, descritiva e análise de conteúdo. Dentre dos processos judiciais que se trata de dissolução parcial de sociedade com apuração de haveres, identificou-se dezesseis processos, sendo dois disponibilizados para a pesquisa, que continham laudos periciais elaborados por contadores. Foram analisados os conteúdos dos laudos, com o objetivo de responder o problema de pesquisa. A análise dos conteúdos dos laudos periciais contábeis e pareceres periciais contábeis foram realizados detalhadamente, de forma a identificar se o perito utilizou ou não de alguma metodologia para quantificar o valor do patrimônio da sociedade objeto do processo judicial.

(RESULTADOS) O resultado do trabalho demonstrou que dos dois processos examinados apenas um elaborou o Balanço de Determinação, obedecendo à recomendação da jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte e evidenciado na literatura, no entanto não deixou claro qual a metodologia que utilizou. Pela exposição do laudo entende-se que o perito buscou determinar o valor da empresa através do somatório dos valores atribuídos aos ativos e passivos ajustados, sinalizando para a metodologia do método patrimonial, a valores a preço de troca (mercado), onde refletem a importância dada pelo mercado aos recursos que a empresa dispõe. Método este contestado pelos peritos assistentes em seus pareceres. O outro laudo examinado no estudo, não foi evidenciado a metodologia para avaliar o patrimônio da entidade, apesar do objeto da ação assim o requerer. O perito se ateve a responder os questionamentos das partes e do juiz utilizando apenas os demonstrativos contábeis e o livro razão, não se preocupando em elaborar o Balanço de Determinação, como orienta a literatura.

(CONCLUSÕES) O trabalho buscou identificar a metodologia utilizada pelos peritos contadores em processos judiciais de apuração de haveres. A análise demonstrou que um laudo procurou se aproximar da avaliação patrimonial que demandava a questão, mesmo sem afirmar notadamente qual a metodologia utilizada para determinar o valor da demanda, o outro se ateve a responder os questionamentos se baseando exclusivamente nos demonstrativos e livros contábeis. Para demandas dessa natureza, necessita de um profissional de notório conhecimento no assunto. No entanto, o estudo mostra que para quantificar o valor do patrimônio os peritos não demonstraram detalhadamente qual a metodologia utilizada para determinar o patrimônio das empresas.

A2 – CONTABILIDADE

PERCEPÇÃO COMPARATIVA NO ÂMBITO DA ÉTICA ENTRE OS ALUNOS DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DO 1º E 4º DA FARN

Ayron Wanderley Medeiros

Discente do Curso Ciências Contábeis da Faculdade Natalense Para O Desenvolvimento do RN

Thereza Angélica Bezerra de Souza Santos, Esp.

Docente dos Cursos Ciências Contábeis, Administração e Administração com Habilitação em Marketing da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) Sabemos que o profissional contábil convive com diversas atitudes antiéticas, bem como a existência de uma classe bastante desunida e cada um procurando se sobrepor. Então, estudar a percepção dos alunos no âmbito da ética profissional é ideal para desenvolver a situação da classe no futuro. Assim, o presente artigo tem por objetivo procurar saber se os alunos têm por conhecimento os deveres, direitos, proibições e valores a serem agregados nos serviços, tendo por base o código de conduta ética do profissional contábil. Além disso, será que o aluno do 1º tem a mesma percepção do 4º?

(METODOLOGIA) Desenvolveu-se através de pesquisa bibliográfica, artigos periódicos e sites na internet, bem como, elaborou-se um questionário com 7 perguntas e cada com 4 alternativas, aplicado aos alunos do 1º e 4º do curso de ciências contábeis da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN nos dias 02 e 05 de outubro de 2007, como sua análise nos dias 09 e 10 do mesmo mês e ano, totalizando 46 questionários sem a presença da identificação dos alunos e aviso prévio da pesquisa aos mesmos.

(RESULTADOS) Os resultados mostraram que ao analisar a percepção quanto à ética para os alunos iniciantes e concluintes do curso, assim como identificar se eles estão atentos ao código de ética em que apresenta as normas de conduta como direitos, deveres, proibições e valores dos serviços a serem agregados. O estudante do curso de ciências contábeis não está completamente informado sobre todas as características e particularidades de sua conduta ética, porém, ao mesmo tempo, eles têm noção de como podem ser punidos, e tendo como opinião que sobre as formas de punição são altamente concentradas, precisando diversificá-las quanto ao aumento dos degraus da escala. Inclusive, sabem que no cotidiano existem diversos contadores cometendo irregularidades e não sendo punido, assim tanto o concluinte quanto o iniciante ao ter conhecimento de um amigo que comete atitudes antiéticas, aconselhá-lo-ia a parar tal ato ao invés de denunciar, que seria o mais adequado. Além disso, o aluno do 4º está saindo com a mesma percepção da ética que o do 1º, segundo essa pesquisa, apresentando apenas uma diferença, que os concluintes têm um leque maior de informações do pode acontecer ou fazer o contador.

(CONCLUSÃO) Portanto, o trabalho foi desenvolvido na maior busca de eficiência e eficácia, respaldando as perguntas de base e principalmente seu objetivo de mostrar a comparação dos calouros e concluintes no curso, a lembrar que somos os futuros médicos das empresas. Além disso, foi bastante proveitoso, pois deu para analisar a situação quanto à ética dos contabilistas dentro da instituição, logo recomendo que instituições que possuam o curso de ciências contábeis realizem essa pesquisa.

A2 – CONTABILIDADE

PERÍCIAS JUDICIAIS CONTÁBEIS: ESTUDO DOS LAUDOS PERICIAIS CONTÁBEIS NA 4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE NATAL/RN

Ana Maria Nunes da Silva

Discente do Curso de Ciências Contábeis, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Joana D'arc Medeiros Martins

Docente do Curso de Ciências Contábeis, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) A perícia contábil é uma especialização da contabilidade, utilizada no âmbito judicial e extrajudicial, que tem como finalidade principal auxiliar no processo de tomada de decisão. O exercício da profissão de perito, sendo este um auxiliar da justiça, requer equilíbrio emocional, moral e legal, além de capacidade técnica e responsabilidade em suas afirmações, haja vista envolverem interesses e valores, e serem consideradas pelas partes ou autoridades como um meio de prova, quando há uma necessidade, dependendo da complexidade do caso de um laudo pericial contábil, elaborado por um bacharel em ciências contábeis, legalmente habilitado pelo Conselho Regional de Contabilidade, para executar esse tipo de serviço. Terminadas as operações de averiguação e coleta das informações, dos documentos necessários, é chegado o momento da elaboração do laudo pericial contábil e as conclusões fundamentadas das provas para dar um suporte técnico ao tomador da decisão. Nesse contexto, o objetivo desta pesquisa constituiu em analisar a contribuição do laudo pericial contábil na tomada de decisão da 4ª Vara Cível da Comarca de Natal/RN.

(METODOLOGIA) Trata-se de um estudo bibliográfico, descritivo, exploratório e de campo. Para o alcance do objetivo da pesquisa, foram selecionados dois laudos periciais contábeis elaborados em processos judiciais na 4ª Vara Cível da Comarca de Natal/RN. O critério utilizado para selecionar os processos objetos da pesquisa foi por conveniência. A análise do conteúdo dos laudos buscou fazer uma análise dos laudos periciais contábeis com as decisões do magistrado, para verificar se o laudo pericial contábil auxiliou o juiz na tomada da decisão.

(RESULTADOS) Dos processos averiguados, distribuídos na 4ª Vara Cível da Comarca de Natal/RN, um trata-se de ação ordinária e declaratória que é tida como procedimento comum no Código de Processo Civil, assim sendo, são largamente utilizadas em toda espécie de litígio, tais como, ação de repetição de indébito. Do processo sob a análise, verificou-se na sentença que o magistrado decidiu com base no laudo pericial contábil. O outro processo, que se refere aos embargos à execução o devedor quer discutir, geralmente, o valor cobrado pelo credor em execução tanto de título judicial, quanto de título extrajudicial, os títulos de crédito com força executiva, no seu despacho o juiz tomou como base o laudo pericial contábil. Portanto, a análise dos resultados demonstrou que as decisões foram tomadas com base nos trabalhos apresentados pelos peritos contadores, expressos nos dois processos judiciais estudados.

(CONCLUSÃO) A forma de realização dos trabalhos durante a perícia, conduzida pelo “expert” bem como a qualidade do laudo pericial, reveste-se de grande importância para seu usuário final. Isso se deve a alguns fatores tais como: O laudo é instrumento da perícia que esclarece acerca da matéria em litígio, é através dele que o perito apresenta seus resultados na tarefa de elevada importância, qual seja, auxiliar o magistrado na prestação de jurisdição. Sua eficácia em cumprir com seu objetivo depende do desenvolvimento e organização ao elaborá-lo. Assim sendo, trouxe a luz à realidade a qualidade dos laudos apresentados em perícias, bem como sua importância para um melhor aperfeiçoamento da função pericial, tomou-se como exemplo dos laudos analisados no estudo, acostados aos autos de Processos perante a 4ª Vara Cível da Comarca de Natal/RN.

A2 – CONTABILIDADE

PLANO DE NEGÓCIO: SUN AND BEACH MODA PRAIA

Ana Maria Nunes da Silva

Daniella Dantas

Joseane Miranda Feitosa

Discente do Curso de Ciências Contábeis, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN.

Carlos Eduardo Marinho Diniz

Docente do Curso de Administração com Habilitação em Marketing e Ciências Contábeis da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) É uma empresa de comércio varejista em moda praia, denominada Sun and Beach, que será que grande importância para o desenvolvimento da Zona Norte e conseqüentemente o litoral Norte, a localização que será fundamental para avaliar a facilidade do acesso considerando o perfil do nosso público, no mercado da moda praia, pois se trata de uma cidade litorânea, onde nossas praias são freqüentadas por um grande número de turistas portugueses, holandeses, noruegueses, espanhóis, suecos, sem falar do nosso povo que consome esse tipo de roupa o ano inteiro. Os biquínis avançaram em tecnologia e modelagem ao longo dos anos e com isso conquistou inclusive o público externo.

(METODOLOGIA) A pesquisa apresenta, quanto aos objetivos a que se propõe a característica exploratória, pois, buscamos saber sobre a história e como surgiu o biquíni, para podermos ficar mais familiarizado com o tema, além de uma pesquisa na região, que é a Zona Norte, para saber se naquela área o comércio seria aceito. Com isto, tivemos que fazer um estudo junto com o SEBRAE sobre o investimento naquela localização e tivemos uma aceitação e vários conceitos como devemos aplicar o nosso comércio. O mercado deve ser estabelecido sobre três vertentes: o consumidor, o concorrente e o fornecedor. Deve saber qual é o perfil da clientela que deseja atingir, o que elas precisam e que tipo de roupa que usam, geralmente as fábricas de roupas são reunidas em aglomerados formando um pólo. Isso facilita a compra dos produtos, pois numa só viagem é possível visitar mais de um fabricante.

(RESULTADOS) Como todo comércio o processo produtivo envolve compras de produtos selecionados de boa qualidade, vendas por meio de atendimento especializado, dimensionamento do estoque e controle de financeiros. A atividade comercial necessita de profissionais de venda que apresentem e oriente a compra dos clientes, buscando dentre as alternativas existentes no estoque aquele que atenderá às necessidades de um público cada vez mais exigente.

(CONCLUSÕES) O investimento necessário para esse tipo de empreendimento levando em consideração que é uma loja de pequeno porte, montada numa área de 60 m², será necessário um investimento inicial de R\$ 35.000,00 aproximadamente, com custos fixos de R\$ 6.561,00 em média e a aquisição da mercadoria será R\$ 2.220, e com o seu retorno do investimento total previsto para 24 meses. O empreendedor deve ter em mente que a reposição ou diversificação nos produtos ofertados garantem o retorno do cliente. É certo que preços competitivos e ambientes propício são fatores de atração e somados ao atendimento diferenciado e variedade de produtos podem transformar o negócio em sucesso empresarial.

A2 – CONTABILIDADE

RESERVA DE CONTINGÊNCIA NA CONTABILIDADE PÚBLICA: UM ESTUDO DAS ORIGENS E OBJETIVOS DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Eduardo Antônio Varela de Góis Filho

Discente do Curso de Contabilidade, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Prof^a. Marise Magaly Queiroz Rocha

Docente do Curso de Contabilidade, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) A Contabilidade Pública é o ramo da contabilidade que estuda, orienta, controla e demonstra a organização e execução da Fazenda Pública, o patrimônio público e suas variações, bem como acompanha e demonstra a execução do Orçamento. É um dos principais instrumentos da Contabilidade Pública é o Orçamento Público, sendo um processo de planejamento contínuo e dinâmico de que o Estado se utiliza para demonstrar seus planos e programas de trabalho, para determinado período. Dentro do Orçamento de cada ente público, existe uma ferramenta bastante utilizada, porém não tão divulgada à sociedade: a Reserva de Contingência. A Reserva de Contingência vêm sendo alvo de bastantes discussões a respeito de sua origem e de seus objetivos. Com isso, este trabalho procurará mostrar o processo de criação desta ferramenta orçamentária, expondo também as modificações referentes ao seu objetivo.

(METODOLOGIA) Este trabalho foi feito através de uma pesquisa exploratória, uma vez que foram pesquisados artigos e publicações de diversos autores sobre o assunto em questão. Foi realizado também pesquisa bibliográfica e documental, já que foram analisados documentos, artigos, publicações e legislações que tratam sobre o Contingenciamento. O universo deste trabalho é a Contabilidade Pública, e a Amostra é o Orçamento Público, mais precisamente a Reserva de Contingência.

(CONCLUSÃO) Através do estudo, identificou-se que a Reserva é um importante instrumento governamental de controle na contabilidade, ao passo que entra em observância ao que cita o Princípio Contábil da Prudência, mostrando assim, que os gestores públicos, com a criação da Reserva, prudentemente criam um fundo de recursos para a cobertura financeira de possíveis riscos fiscais e imprevistos. Foi possível identificar que a Reserva de Contingência é uma exceção ao Princípio Orçamentário da Especificação, ao passo que ela foi criada como uma dotação global não especificamente destinada a determinado programa ou unidade orçamentária. Quanto à sua origem, viu-se que a Reserva de Contingência teve sua criação vinculada ao Decreto-Lei Nº 200, sendo alterada por outras legislações, como o Decreto-Lei Nº 900, a Portaria Ministerial Nº 09-MINIPLAN, o Decreto-Lei Nº 1763, a Lei Complementar Nº 101/2000 (LRF) e, finalmente, pela Portaria Interministerial Nº 163. Em relação ao objetivo da Reserva, este trabalho mostrou que ela foi criada com o intuito de possibilitar a abertura de créditos adicionais e, através do Decreto-Lei Nº 900, foi modificada para abertura de créditos adicionais suplementares, sendo que ambas as legislações se referiam ao âmbito do Governo federal. Depois, a Portaria Ministerial Nº 09 autorizou a criação da Reserva de Contingência pelos Estados e Municípios. Ainda sobre o objetivo, as mudanças na Reserva de Contingência mais relevantes ocorreram com a LRF e a Portaria Interministerial Nº 163. A LRF instituiu, em seu Art. 5º, que a LOA deverá conter a Reserva, que, por sua vez, terá como objetivo o atendimento de riscos e eventos fiscais e imprevistos. A Portaria Interministerial Nº 163 expandiu a função da Reserva de Contingência instituída na LRF, permitindo que ela seja utilizada, também, para a abertura de créditos adicionais. Assim, conclui-se que a Reserva de Contingência assume uma função muito importante na Administração Pública, uma vez que ela oferece aos gestores públicos uma garantia orçamentária ao atendimento de possíveis riscos fiscais e imprevistos.

A2 – CONTABILIDADE

RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL E O MERCADO CONSUMIDOR

Carlos Samarone Bezerra

Discente do Curso Ciências Contábeis da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Thereza Angélica Bezerra de Souza Santos, Esp.

Docente do Curso de Administração com Habilitação em Marketing e Ciências Contábeis da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) Durante muitos anos praticamente todas as empresas brasileiras preocupavam-se única e exclusivamente em gerar lucros pagando seus impostos de acordo com a lei e fazendo ou não doações, ignorando plenamente sua responsabilidade social com relação à comunidade que as cercam. A comunidade por sua vez, não levava em consideração essa Responsabilidade Social no momento de consumir os produtos dessas empresas, o que contribuiu para a manutenção desse cenário por muitos anos. A partir dos anos 90, esse cenário vem sofrendo várias mudanças, principalmente pela ascensão do terceiro setor e pela mudança da percepção do consumidor sobre a necessidade das empresas praticarem efetivamente a Responsabilidade Social Empresarial. Com isso os empresários perceberam que nos dias atuais não basta uma empresa pagar impostos e realizar doações. Para garantir a confiança e a fidelidade do seu público-alvo é preciso que ela dê o devido valor a quatro fatores: Os danos que causa ao meio ambiente; O zelo pela relação com seus colaboradores, funcionários, fornecedores e acionistas; O desenvolvimento de efetivas ações sociais junto à comunidade; e a preocupação da empresa com a qualidade de seus produtos e a sua relação com o consumidor. Sem ter a intenção de esgotar a pesquisa sobre este tema, este estudo pretende responder ao seguinte problema: Qual a visão do mercado consumidor natalense em relação à Responsabilidade Social Empresarial? Tendo como objetivo principal evidenciar a visão do mercado consumidor natalense em relação à Responsabilidade Social Empresarial.

(METODOLOGIA) A pesquisa apresenta, quanto aos objetivos a que se propõe a característica descritiva, pois, busca descrever características de determinada população, para isso foram aplicados 43 questionários com perguntas fechadas na população da cidade de Natal, além disso realizamos uma pesquisa bibliográfica dos conceitos relacionados à Responsabilidade Social Empresarial, fazendo um breve histórico de seu surgimento no Brasil, destacando alguns órgãos que atuam nesta área. Esta pesquisa bibliográfica está fundamentada em livros, revistas técnicas e artigos publicados pelos melhores autores no assunto.

(RESULTADOS) Ao operacionalizar de forma simplificada o conceito de responsabilidade social das empresas, a pesquisa procurou medir simultaneamente expectativas e possibilidades. Contrapôs o papel “tradicional” das empresas (gerar lucro, pagar impostos e cumprir as leis, 36%) a um papel que acrescenta valores sociais (ajudando a construir uma sociedade melhor, 40%) e observamos um empate técnico entre esses dois pontos de vista. Indagamos se concordavam ou discordavam (totalmente ou em parte) da afirmação “Para que eu considere uma grande empresa socialmente responsável, suas atividades devem ir além do que as leis exigem”, a maioria (58%) adere a este conceito. A grande maioria dos entrevistados (95%) demonstra muito interesse em conhecer essa nova perspectiva de atuação das empresas, isto é, de serem socialmente responsáveis. O resultado deste estudo nos mostra que o apoio às atividades comunitárias (70%) aparece como valores/attitudes que motivariam mais os consumidores a comprar os produtos de uma empresa. O tratamento dado aos funcionários é sempre o principal fator de avaliação de uma empresa entre o público geral (37%), enquanto a propaganda enganosa aqui aparece em segundo lugar (30%). A predisposição e a expectativa por receber informações já existem, mas qual a melhor forma? Entre quatro alternativas, os consumidores elegeram: o trabalho conjunto com uma ONG (33%) etiqueta nos produtos (30%), certificação da empresa pelo governo (26%) e um relatório produzido pela empresa (11%).

(CONCLUSÕES) Os resultados acima, confirmam a mudança da percepção do consumidor com relação à prática da Responsabilidade Social Empresarial. Praticamente todos os entrevistados demonstraram muito interesse em conhecer os meios que algumas empresas estão utilizando para serem socialmente responsáveis. Destacam-se também as empresas que colaboram com escolas, postos de saúde e entidades sociais da comunidade. Já causar danos físicos ou morais aos seus trabalhadores é a atitude que mais faria com que os consumidores jamais voltassem a comprar seus produtos ou serviços. Diante dos resultados acima, podemos sugerir as empresas que intensifiquem suas ações sociais buscando o bem estar de todos os envolvidos em sua comunidade. Recomendamos que este estudo seja aplicado em outra região, onde o pesquisador iria ter a visão do consumidor nesta outra região.

A2 – CONTABILIDADE

A INFLUÊNCIA DO PLANEJAMENTO TRIBUTARIO NA EMPRESA DO COMÉRCIO VAREJISTA

Mércia Maria Maurício Barreto

Discente do Curso de Ciências Contábeis, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Thereza Angélica Bezerra de Souza Santos

Docente do Curso de Ciências Contábeis, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) Diante do atual contexto econômico e da excessiva carga tributária aplicada pelo governo, que hoje, corresponde a 40% do PIB brasileiro, muitas empresas enfrentam dificuldades para manter-se no mercado nos primeiros anos de vida. Um dos fatores consiste na falta de um planejamento tributário que mostre qual a fórmula de tributação mais adequada à empresa. O planejamento tributário é a metodologia para se obter o menor ônus fiscal. O planejamento tributário tem por objetivo diminuir a quantidade de dinheiro que o empresário deve pagar ao governo. Os tributos (impostos, taxas e contribuições) representam importante parcela dos custos das empresas. Mas, para que o planejamento tributário dê certo, faz-se necessário uns acompanhamentos constantes, que deve ser feito pelo contador e pelo empresário, muitas empresas têm o foco nas obrigações Tributárias ao invés de estarem direcionadas ao planejamento tributário. Então qual a influência do planejamento tributário nas empresas do comércio varejista? Esta pesquisa tem por objetivo demonstrar a influência do planejamento tributário nas empresas e, também, no processo decisório.

(METODOLOGIA) Pesquisa realizada em uma empresa do comércio varejista de Natal, que possui planejamento tributário, que tem forma de tributação Lucro Real. Entre os vários tipos de pesquisa, cita-se as pesquisas bibliográficas, que procura explicar um problema a partir de referências publicadas em documentos e o estudo de caso, estudo aprofundado e exaustivo de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado é adequado para explorar situações da vida real, descrever a situação do contexto em que esta sendo feita determinada investigação.

(RESULTADO) Comparado às respostas obtidas pela empresa é possível perceber que a influência do Planejamento tributário é de total importância na escolha da forma de tributação da empresa e que a influência do Planejamento Tributário esta na redução dos impostos e redução da carga tributária. De acordo com a legislação tributária atual, se faz necessário o planejamento tributário para que a empresa tenha uma melhor forma de tributação acarretando na redução de impostos é válido ainda lembrar que um bom planejamento influencia nas organizações diárias dos setores envolvidos, e na redução de impostos.

(CONCLUSÃO) Com isso, podemos dizer que a empresa conseguiu reduzir seus impostos e com a utilização do planejamento, conseguiu reduzir sua carga tributária demonstrado em comparativos mensais de forma de tributação. Recomendaria que esse estudo fosse feito em mais empresas da grande Natal para que ela tenha uma melhor visão da influência do planejamento tributário na empresa.

A2 – CONTABILIDADE

A IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE NA ELABORAÇÃO DOS RELATÓRIOS DA ANS – AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SEPLEMENTAR: UM ESTUDO DE CASO

Leedna Cristina Silva da Silveira

Discente do Curso de Ciências Contábeis Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN (FARN)

Josicarla Soares Santiago

Docente do Curso de Ciências Contábeis Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN (FARN)

(INTRODUÇÃO) A contabilidade estuda o patrimônio e mesmo que de forma rudimentar, se faz presente desde a antiguidade. Sua evolução foi gradativa até chegar a ser considerada uma ciência social, passando por fases onde era vista como essencialmente escrituraria até ser considerada um importante auxílio no processo decisório. A contabilidade busca prover seus usuários com informações econômico-financeiras sobre seu patrimônio e suas mutações, seja em organizações com fins lucrativos ou não. Todo este contexto não se dá de forma diferente nas Sociedades Cooperativas, as quais têm conquistado cada vez mais destaque econômico e social. No intuito de atender a uma sociedade cada vez mais exigente, as Cooperativas de Trabalho Médico, surgidas na década de 60, tem possibilitado um maior acesso aos serviços de saúde, contribuindo para a melhoria do bem-estar da sociedade. Como em qualquer entidade, faz-se necessário que processos de melhor gerenciamento sejam aplicados nas sociedades cooperativas e a contabilidade pode propiciar a satisfação desta necessidade, sendo considerada uma ferramenta de auxílio ao processo de gestão. Além disso, a contabilidade possibilita o alcance de uma maior transparência às ações destas entidades, facilitando seu relacionamento com associados, credores, financiadores, entre outros. A necessidade da aplicação da contabilidade as sociedades cooperativas pode ser destacada ainda, na atitude do Conselho Federal de Contabilidade, criando normas contábeis específicas, como foi o caso da NBC T-10. Diante deste contexto, o objetivo deste trabalho é analisar como a Contabilidade é utilizada para a elaboração dos relatórios exigidos pela ANS – Agência Nacional de Saúde.

(METODOLOGIA) Para alcançar o objetivo proposto, teve-se como base o estudo de caso, considerando que diante da pesquisa de “como”, o uso de apenas uma entidade tem a capacidade de tornar evidente o estudo. Foi utilizada a pesquisa de campo, realizando aplicação de questionário e entrevistas semi-estruturadas, coletando dados capazes de auxiliar o estudo. No intuito de descrever a realidade detectada, fez-se uso do estudo descritivo. E a pesquisa bibliográfica deu subsídio para a constituição do embasamento teórico

(RESULTADOS) A ANS exige a elaboração divulgação das seguintes informações: Relatórios da Administração, Notas Explicativas, Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, das Origens e Aplicações de Recursos e das Mutações do Patrimônio Líquido e também o Parecer dos Auditores Independentes (até cinco dias antes da Assembléia Geral Ordinária). Além das informações da política de destinação do lucro/superávits; negócios sociais e principais atuações da entidade; reformulações societárias; perspectivas e planos da administração. E ainda acrescentam que caso se considere outras informações relevantes deve-se divulgá-la. E é a Contabilidade a responsável pelo alcance desta necessidade, preparando as demonstrações contábeis, esclarecendo-as através das notas explicativas, a apuração das variações patrimoniais e a análise das perspectivas futuras da situação da entidade. Focando pesquisas sobre o nível de evidenciação da informação contábil, deve-se considerar que a ANS trabalha dentro de um número plausível de evidenciação, dando grande possibilidade dos usuários terem suas necessidades informativas satisfeitas. Além disso, em entrevista se verificou que independente do prazo da ANS, as informações contábeis são repassadas mensalmente para os gestores, de modo a tomarem suas decisões com base nestas informações, utilizando da função da contabilidade de auxiliar diretamente no processo decisório.

(CONCLUSÕES) O objetivo deste trabalho foi analisar como a Contabilidade é utilizada para a elaboração dos relatórios exigidos pela ANS – Agência Nacional de Saúde. Visualizando-se que a Contabilidade é essencial para o cumprimento das exigências da ANS, fornecendo demonstrações contábeis, relatórios das variações patrimoniais e previsões para situações futuras. Assim, a ANS, através da Contabilidade, provê os mais diversos interessados na situação da empresa de informações com transparência e credibilidade, evidenciando o real valor econômico e financeiro dessas entidades, além de sua Responsabilidade Social.

A2 – CONTABILIDADE

UMA INVESTIGAÇÃO EMPÍRICA SOBRE O IMPACTO DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS NO PROCESSO DECISÓRIO DE POTENCIAIS USUÁRIOS DESSAS INFORMAÇÕES

Kalina Januário Marques de Souza

Discente do Curso de Ciências Contábeis, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Diogo Henrique Silva de Lima

Docente do Curso de Ciências Contábeis, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) As discussões sobre a qualidade das informações contábeis tornaram-se cada vez mais intensas haja vista sua influência no processo decisório dos mais diversos usuários dessas informações. Na consecução de suas funções de mensuração, reconhecimento e evidenciação, a Contabilidade dispõe de diferentes critérios e tratamentos para uma mesma situação, o que pode comprometer a qualidade da informação contábil. Pesquisas na área de Finanças Comportamentais indicam que a forma como uma situação é apresentada pode alterar a decisão das pessoas (Efeito Formulação). O Efeito Formulação guarda estreita relação com a Contabilidade, no momento que os diferentes critérios contábeis podem impactar de alguma forma a decisão dos usuários de informações contábeis. Diante disso, a falta de uniformidade nos critérios contábeis utilizados vem sendo alvo de críticas pelos estudiosos contábeis. Essa pesquisa tem como principal objetivo verificar se a forma como informações contábeis são apresentadas podem influenciar as decisões dos indivíduos.

(METODOLOGIA) Essa pesquisa tem caráter descritivo e exploratório. Os dados foram coletados, *in loco*, através de questionários aplicados com 43 alunos dos cursos de nutrição e enfermagem da FARN. Os questionários apresentam quatro experimentos. O primeiro buscou identificar se o critério de avaliação de estoques, utilizado na elaboração das demonstrações contábeis, influencia a decisão dos respondentes. O segundo diz respeito ao impacto do critério utilizado para evidenciar os Gastos com Pesquisa e Desenvolvimento. A questão 3 teve como objetivo verificar se a maneira como as informações contábeis são escritas pode influenciar a tomada de decisão. A última questão buscou identificar se o reconhecimento dos efeitos inflacionários influencia a decisão dos discentes. Foram elaborados dois tipos de questionários – A e B – que diferem unicamente pelo formato como a informação é apresentada. Os resultados foram analisados comparando as respostas das questões em cada questionário. Para verificar se o padrão de resposta do questionário A é igual (ou diferente) ao do B recorreu-se a estatística qui-quadrado de Pearson, obtido pelo *software* estatístico SPSS 13.0.

(RESULTADOS) Os resultados indicaram que o padrão de resposta do questionário A não diferiu estatisticamente do evidenciado em B nos quatro experimentos. O critério de avaliação de estoque utilizado, que resultou na apresentação de lucro (prejuízo), devido a apuração do custo das mercadorias pelo custo histórico (custo corrente), não influenciou a decisão dos respondentes. Nos dois questionários, os alunos avaliaram como ruim o desempenho da organização. No Experimento 2, o critério de evidenciação para P&D considerado também não resultou em escolhas distintas. No questionário A (B), onde os gastos com pesquisa e melhorias de produtos foram tratados como ativo (despesa), a maioria dos estudantes optou pela realização do investimento. A utilização de um ou outro recurso lingüístico (Experimento 3) não foi capaz de alterar a avaliação dos indivíduos, que avaliaram como a empresa com melhor desempenho aquela que apresentou informações sobre o valor de mercado (Pandora). O Experimento 4 demonstrou que o reconhecimento dos efeitos inflacionários na apresentação dos resultados não afetou a avaliação dos alunos. Quando o ganho com o Passivo não foi reconhecido (foi reconhecido), como visualizado no questionário A (B), a maioria dos alunos considerou ruim a performance da empresa.

(CONCLUSÃO) A identificação do Efeito Formulação na Contabilidade pode ser de extrema relevância para os órgãos reguladores, pois sinaliza para a importância de se estabelecer critérios uniformes, de forma a garantir a confiabilidade e comparabilidade de informações contábeis a partir de um formato mais adequado para as Demonstrações Contábeis. Recomenda-se a aplicação dos questionários numa amostra mais representativa para verificar se, realmente, alunos não familiarizados com a matéria contábil não são impactados pelo Efeito Formulação.

A2 – CONTABILIDADE

CUSTOS DA QUALIDADE NA INDÚSTRIA E CONSTRUÇÃO CIVIL DA CIDADE DO NATAL

Verônica Rodrigues da Silva

Discente do Curso de Ciências Contábeis, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Adriana Isabel Backes Steppan

Docente do Curso de Ciências Contábeis, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) A história da qualidade existe desde os primórdios das civilizações, com o decorrer do tempo ocorrerem grandes acontecimentos, sendo que a qualidade teve um maior impacto na Revolução Industrial. A qualidade desempenha um papel importante na sociedade, como também em empresas, disjuncto do tipo e porte. A implantação de programas de qualidade contribui para o aumento de produtividade, além da diminuição dos custos e desperdícios, tendo como consequência a qualidade nos produtos e serviços. O presente trabalho tem com o objetivo verificar os programas de qualidade implantados nos canteiros de obras da cidade do Natal, como também, investigar sobre a mensuração dos custos da qualidade relacionados a esses programas.

(METODOLOGIA) O trabalho apresenta busca de informações em Internet e pesquisas bibliográficas com análises nos canteiros de obras na cidade do Natal, em empresas cadastradas no Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado do Rio Grande do Norte (SINDUSCON-RN). O questionário está sendo aplicado pela discente.

(RESULTADOS) Para viabilizar a pesquisa utilizou-se como ferramenta um questionário, direcionado para o responsável da obra. As questões estão relacionadas à identificação da área de atuação, aos programas de qualidade e ao tratamento dos custos da qualidade. Com relação à área de atuação, a pesquisa mostra que a maior parte das empresas pesquisadas atuam em obras habitacionais e comerciais. No que diz respeito ao estado do canteiro de obras, o estudo revela que a maior parte dos respondentes afirma ser bom o estado quanto à acessibilidade, tanto de materiais, como de pessoal. No que tange à confiabilidade dos equipamentos, qualidade da estocagem, e aspectos relacionados à salubridade, conforto e motivação do operário, como também, da interação entre administração e produção é boa a nota atribuída. Com relação à existência de um programa de qualidade na empresa, dez respondentes afirmam que existe a implementação do mesmo, e os tipos de programas desenvolvidos tratam da segurança do trabalho, implantação das normas ISO 9000 e 9001, alfabetização, programas de qualidade de procedimentos, implementação do PBQP-H. Apenas um entrevistado afirma não possuir programa de qualidade e ao ser questionado sobre os motivos que impedem a não implementação, o mesmo justifica-se pelo fato da empresa ser muito nova e não estar devidamente adequada às exigências de um programa de qualidade. Para as empresas que fizeram a implantação, os motivos apresentados por maior parte dos respondentes dizem respeito à minimização das perdas e tempos improdutivos, como também, da necessidade de melhorias nos processos trabalho. A pesquisa constatou que dentre as onze empresas entrevistadas, sete delas possuem o certificado ISO e apenas uma empresa é certificada pelo PBQP-H. Com relação aos desperdícios nos canteiros de obras, a maior parte dos entrevistados atribui ao manuseio dos materiais e mão-de-obra incapacitada. A pesquisa também revela que as perdas referentes aos materiais relacionam-se, na maior parte das vezes, com a má condição de estocagem, duplo manuseio de material e falta de controle quantitativo no recebimento. E ao serem questionadas sobre as metas de redução de falhas, bem como de redução de custos, oito delas afirma ter, enquanto três não fazem atribuições de metas.

(CONCLUSÕES) Por fim, a análise deseja mostrar de que forma acontece o controle dos custos da qualidade nas empresas de construção civil da cidade do Natal, além de verificar os programas de melhoria implantados. Percebe-se que, com o domínio dos gastos e com a aquisição da certificação o empreendedor tem ciência dos benefícios e vantagens competitivas para a empresa.

A2 – CONTABILIDADE

AVALIAÇÃO DO NÍVEL DE EMPREGABILIDADE DOS EGRESSOS DE UMA FACULDADE NO RIO GRANDE DO NORTE, UM ESTUDO DE CASO DE 2004 A 2007

Joseane Miranda Feitosa

Discente do Curso Ciências Contábeis da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Carlos Eduardo Marinho Diniz

Docente do Curso de Administração, Administração com Habilitação em Marketing e Ciências Contábeis da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) A evolução do ensino superior no Brasil é uma realidade explícita na atual conjuntura, pois os gestores públicos buscam, a toda prova, melhorar as estatísticas dentro de uma abordagem quantitativa destes níveis de ensino. Todavia, buscar uma análise qualitativa é também alvo de estudos visto que não somente cabe ao estado provocar a busca do diploma mais agregar a este egresso conhecimentos suficientes capazes de permitir uma boa desenvoltura profissional. A presente pesquisa tem como principal objetivo avaliar o nível de empregabilidade nos egressos em uma Faculdade do Rio Grande do Norte, relacionando com o desempenho do nível de ensino oferecido pela instituição na visão de seus alunos do Curso Ciências Contábeis, formados nos últimos quatro anos, no que diz respeito à preparação desse profissional, ao seu ingresso no mercado de trabalho e se estão realmente preparados para enfrentar as novas exigências deste mercado. Possibilitando dar uma nova visão aos ingressantes dessa instituição.

(METODOLOGIA) O presente estudo com o objetivo de contribuir para a evolução do conhecimento e obter respostas à problemática apresentada, utilizou-se da pesquisa, sendo descritiva de caráter exploratório. A técnica utilizada foi a aplicação de um questionário, com questões fechadas de um universo de cento e trinta Contadores, apenas cinquenta serão entrevistados com o apoio da Instituição de Ensino e do Conselho Federal de Contabilidade.

(RESULTADOS) A princípio nos dados coletados existe uma grande satisfação em relação à instituição de ensino, pois a mesma procura sempre estar atualizando o aluno às novas exigências do mercado de trabalho, exceto na aplicação de técnicas práticas em laboratório. E em relação às expectativas almejadas por esses profissionais, estão preparando-se para concursos, onde poderão obter uma estabilidade profissional e a possibilidade de fazer uma pós-graduação. No que se refere ao motivo pelo qual optaram pela profissão de Contador, afirmaram que escolheram a profissão almejando uma boa perspectiva salarial, através de concursos e uma ascensão funcional.

(CONCLUSÕES) Espera-se com esse trabalho, proporcionar elementos importantes relativos à empregabilidade, assim como traçar um perfil do contabilista formado pela Instituição, ressaltando seu aperfeiçoamento profissional e nível de satisfação. Portanto, o trabalho permitirá a orientação de profissionais em prol de seu desenvolvimento e capacitação, aspectos estes exigidos pelo mercado de trabalho atual, pois com a nova visão do mercado de trabalho exige-se do profissional, independente de sua área, que seja multifuncional, capacidade, competências e habilidades para exercer qualquer papel dentro da sociedade.

A2 – CONTABILIDADE

A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E O DESEMPENHO DO AUDITOR AO LONGO DO SEU TRABALHO

Ilo César dos Santos Miranda

Discente do Curso Ciências Contábeis da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Thereza Angélica Bezerra de Souza Santos, Esp.

Docente do Curso de Administração com Habilitação em Marketing e Ciências Contábeis da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) O auditor é o profissional que, possui competência legal como contador e conhecimentos gerais em outras áreas, tipo: tributos, modernas técnicas empresariais e outras aliadas aos conhecimentos de normas e procedimentos de auditoria. Esse profissional hoje em dia não deve apenas preocupar-se com a fiscalização, e sim também com a manutenção dos sistemas de controle e no plano de organização, de forma que as incorreções sejam minimizadas, atuando de maneira preventiva e fornecendo sugestões para combater eventuais desvios. Logo, o auditor em sua função deve estar sempre se atualizando com conhecimento técnico-científicos em contabilidade para que possa fornecer um parecer com habilidade e segurança. Portanto, para que possamos chegar aos objetivos deste estudo, fez-se necessário a delimitação da seguinte questão: **Os auditores norte-riograndenses estão buscando maior qualificação profissional, objetivando a melhoria do desempenho dos seus trabalhos?** Em seguida teremos que chegar ao objetivo geral desse trabalho que é: Analisar se os auditores norte-riograndenses estão buscando qualificação profissional em busca de um melhor desempenho.

(METODOLOGIA) A metodologia escolhida e utilizada na pesquisa, foi à pesquisa bibliográfica e de campo, pois, é desenvolvida no sentido de proporcionar uma visão geral acerca de determinado fato. Sendo assim foram utilizados livros para efetuar a pesquisa, bem como foi elaborado um questionário que foi aplicado com alguns auditores independentes, nele constavam perguntas diretas e objetivas, onde obteve-se uma visão geral dos auditores em relação ao assunto em questão.

(RESULTADOS) A qualificação dos auditores independentes (externos) é muito importante, pois, irá influenciar diretamente na elaboração do parecer. Este parecer deverá seguir critérios que serão discutidos ao longo dos cursos, para que ele possa ser feito corretamente e o mais rápido possível, o auditor terá que ser atualizado em relação às novas tendências e regulamentos existentes, sendo assim, chegará mais rápido ao resultado do seu parecer, identificando se a instituição teve alguma irregularidade (fraude ou erro). Os resultados da pesquisa, mostram que geralmente os auditores independentes estão participando semestralmente de cursos para aprimorarem os seus conhecimentos na área, mas nem sempre os temas abordados por eles são pertinentes, bem como a metodologia utilizada para passar esses conhecimentos não é de fácil entendimento por parte dos mesmos. Já os ministrantes desses cursos geralmente não possuem uma boa qualidade profissional resultando em uma perda do conhecimento que deveria ser absorvido deixando os auditores sem ter o conhecimento esperado. Esses cursos antes de serem elaborados deveriam passar um questionário pelos auditores perguntando qual o tema que eles acham que possui mais valia para o determinado momento depois disso ser feito ai sim, daria início à preparação do curso selecionado. Graças a esses motivos expostos nem todos os auditores estão preparados para a elaboração de um bom trabalho, por isso, que muitos pareceres que são analisados não estão de fácil entendimento, acarretando em um resultado às vezes fictício, ou seja, foge da realidade da empresa, impedindo que o gestor possa tomar decisões para uma melhoria da situação da mesma.

(CONCLUSÕES) Com esse estudo que foi elaborado chegou-se a uma visão geral do pensamento dos auditores, mas isso deveria ser feito em todas as regiões, para que se pudesse tomar como referência qual região deveria focar mais na qualificação dos seus auditores bem como qual deveria apenas manter o planejamento que já venha sendo feito com os mesmos, pois, já está obtendo um ótimo resultado.

A2 – CONTABILIDADE

CONTROLE INTERNO: ESTUDO DE CASO EM UMA FÁBRICA E DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES SEDIADA EM NATAL-RN

Nailton Santos Lopes

Discente do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Joana D'arc Medeiros Martins

Docente do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) No atual contexto empresarial as empresas passam por mudanças necessárias para se adequarem ao mercado cada vez mais exigente e competitivo. Existe a necessidade de um maior Controle Interno objetivando proteger os interesses da entidade, para promover maior confiabilidade nos relatórios contábeis, financeiros e operacionais. A importância do Controle Interno é evidente a partir do momento em que se torna impossível conceder uma empresa que não disponha de controles que possam garantir a continuidade do fluxo de operações e informações propostas. A confiabilidade dos resultados gerados por esse fluxo de informações a partir das quais o gestor utilizando-se da sua experiência administrativa ou gerencial que toma decisão com vista no objetivo comum da empresa. A pesquisa tem como objetivo principal verificar a aplicação do Controle Interno dentro de uma indústria e distribuidora de lubrificantes, possibilitando avaliar a eficiência dos controles internos, no que se refere a procedimentos adotados como planos permanentes da empresa.

(METODOLOGIA) A metodologia utilizada na pesquisa foi bibliográfica e estudo de caso, onde foi analisado o controle interno da empresa industrial e distribuidora de lubrificantes, que está localizada na cidade de Natal no Estado Rio Grande do Norte. A técnica utilizada para analisar o resultado foi aplicação de um questionário contendo perguntas abertas e fechadas aplicado com as pessoas envolvidas com o controle interno da entidade.

(RESULTADO) De acordo com as respostas obtidas através do questionário aplicado, o resultado mostra que a empresa não possui os manuais de normas e procedimentos interno, que contemplem as atribuições e responsabilidades dos funcionários, seções, divisões departamentos, gerência e ou filiais; bem como as principais atividades da empresa (vendas, recebimentos, compras, pagamentos, salários, registros contábeis etc.), mas ambos recebem uma orientação verbal da gerência administrativa, definindo as atribuições de cada um. A contabilidade é feita através de um serviço terceirizado a fim de permitir registro ordenado e consistente de suas transações, possui uma auditoria interna onde transações e os controles estão sujeito a uma verificação periódica. As notas fiscais são conferidas periodicamente, e existe um controle interno que asseguram nas vendas as notas fiscais sejam numerados seqüencialmente. E as contas a receber são controladas em PDV de pedidos que são enviados ao setor de caixa, e retira o recibo e em seguida dando baixa no setor de faturamento.

(CONCLUSÕES) O trabalho objetivou investigar o nível de controle interno como ferramenta de proteção do patrimônio em uma fábrica e distribuidora de lubrificantes. O controle interno é uma ferramenta de extrema importância e tem objetivo de protege os bens de prejuízos decorrentes de fraudes ou erros involuntários, assegura a validade e integridade dos dados contábeis utilizados pela gerência na tomada de decisões à eficiência operacional da empresa dentro das normas estabelecidas. Uma vez que o controle interno compreende o plano de organização e o conjunto coordenado dos métodos e medidas, adotados pela empresa, para proteger seu patrimônio, obtém-se a confiabilidade dos resultados gerados por esse fluxo de informações que irá nortear o gestor na tomada de decisão com vista no objetivo comum da empresa. Com isso conclui-se que muito embora a empresa estudada possua alguns procedimentos de controle internos adequados, está precisando de um ajuste para que de acordo com a literatura disponível sobre a matéria, possa ser atestado como controle interno eficiente para proteger o seu patrimônio.

A2 – CONTABILIDADE

UMA INVESTIGAÇÃO EMPÍRICA NA PERCEPÇÃO DAS MULHERES NATALENSES SOBRE O MERCADO ACIONÁRIO

Maria de Fátima Medeiros de Azevedo

Discente do Curso Ciências Contábeis da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Carlos Eduardo Marinho Diniz

Docente do Curso de Administração, Administração com Habilitação em Marketing e Ciências Contábeis da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) Antigamente, o mercado de ações, era muito seletivo, e nele só transitavam os grandes investidores. Essa assertiva não vale para os dias atuais, onde já existem programas direcionados ao público em geral, inclusive o feminino, um estímulo para que elas conheçam o mercado e disputem em pé de igualdade com aqueles que tradicionalmente ali atuam. Ao longo destes últimos anos, o mercado financeiro brasileiro tem dado sucessivas mostras de amadurecimento, e o que se vislumbra em 2007 é um novo salto em termos de volume e sofisticação. Pela primeira vez em sua história, o país começa a contar com um mercado de capitais para valer, capaz de permitir a um número crescente de empresas terem recursos necessários para financiar sua expansão e de abrir novas alternativas de investimento ao cidadão comum. O Índice Bovespa, principal termômetro do mercado acionário, subiu 300% nos últimos quatro anos. Neste contexto, o objetivo deste trabalho é identificar e Analisar a percepção das mulheres Natalenses sobre o mercado acionário.

(METODOLOGIA) A pesquisa apresenta, quanto aos objetivos a que se propõe a característica exploratória, pois, se trata de um tema em evidência devido à importância das mulheres no mercado de ações, para o desenvolvimento das empresas e evolução e com pouco conhecimento sistematizado da economia do país. Descritiva, pois contextualizou o referido mercado como alternativa de investimento para esse público feminino. No que concerne aos meios, à pesquisa se desencadeou por meio de pesquisa bibliográfica, que forneceu o embasamento necessário no discorrer desse estudo, sustentado em livros, revistas técnicas, artigos publicados, e documentais.

(RESULTADOS) Investimento em ações vem sendo realizado em várias partes do mundo, suas movimentações passaram a integrar o dia a dia das pessoas, sendo seus principais índices amplamente reconhecidos pela sua importância social. Quanto à possibilidade das entrevistadas investirem em ações, um grande percentual respondeu que investiria no futuro, inclusive indicaria para algum amigo ou parente. Nas opções de investimento em que as entrevistadas costumam investir atualmente, algumas já investem em ações, evidenciando o atual crescimento das mulheres nesse mercado.

(CONCLUSÕES) Os resultados da pesquisa, mostram como principal fator que inibe as aplicações na bolsa é a falta de conhecimento a respeito do mercado de ações, decisivo na escolha de um investimento mais agressivo, impedindo a participação de novas investidoras no referido mercado. Pois quanto menos conhecimento sobre o que está se fazendo, maior a percepção do risco da atividade. Dentre as entrevistadas, várias apresentaram o perfil ideal para investir no mercado de ações, parte delas é jovem, já que o mercado de ações é indicado para aqueles que visam o médio ou longo prazo (mais de 5 anos) e as jovens têm um grande horizonte de tempo. Outro dado importante, é que uma boa parte delas possui renda e reservas altas, o que as inclui no público-alvo do mercado acionário, já que é indicado que se tenha uma reserva de emergência para entrar nesse mercado e que não se precise do valor investido no curto prazo.

A2 – CONTABILIDADE

A EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO PÚBLICO NOS 7(SETE) MAIORES MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE- BIÊNIO 2004/2005

João Paulo Vasconcelos Lira

Discente do Curso Ciências Contábeis da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Jandira Borges de Oliveira

Docente do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) O presente estudo refere-se a um pesquisa realizada nos 7 maiores municípios do Rio Grande do Norte, Macau, Caicó, Mossoró, Ceara - Mirim, São Gonçalo, Parnamirim e Natal, com o objetivo de verificar as áreas de ação governamental desses municípios no biênio 2004/2005, assim evidenciar os valores das despesas fixadas e realizadas em cada função, demonstrar as áreas de maior e menor destinação de recursos e comparar a evolução das áreas de maior e menor destinação de recursos em 2004 com o exercício seguinte.

(METODOLOGIA) Trata-se de uma pesquisa descritiva, de natureza qualitativa e quantitativa. Tendo como objeto as prefeituras municipais de Macau, Caicó, Mossoró, Ceara - Mirim, São Gonçalo, Parnamirim e Natal, no período de 2004/2005. A pesquisa foi feita em livros, periódicos e internet. Tendo como base dados coletados junto ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte, utilizando-se como fontes os relatórios técnicos emitidos no setor responsável pelo exame das contas anuais. A análise dos dados foi feito por intermédio de recursos de informática.

(RESULTADOS) Macau 2004/2005: Em 2004 a função Urbanismo teve maior destinação, R\$11.901.200,05, a função agricultura foi a menor com R\$465.994,47. No ano de 2005, a função Urbanismo foi a que mais destinou R\$ 11.620.599,34 e a função Previdência Social foi a que menos destinou R\$ 655.242,90. Na comparação a função Urbanismo diminuiu em 2,41% e a função Agricultura evoluiu em 65,82%. CAICÓ 2004/2005: A função saúde com destinação de R\$8.722.345,21 foi a maior e a função Agricultura foi a menor com R\$ 338.258,80, isso no ano de 2004, no ano de 2005 a função Saúde foi a maior, com R\$ 11.085.846,45 e a menor foi a função Assistência Social com R\$ 190.083,81. Na evolução a Saúde evoluiu em 21,32% e a Agricultura em 42,09%. MOSSORÓ 2004/2005: Em 2004 a função Saúde foi a maior, com R\$ 41.505.680,13 e a menor foi a função Defesa Nacional com R\$ 32.000,00, no ano de 2005 a Saúde e a Defesa Nacional continuam em destaque com R\$ 48.149.395,09 e R\$ 40.000,00 respectivamente. Houve uma evolução de 13,80% na Saúde e 20% na Defesa Nacional. CEARA-MIRIM 2004/2005: No ano de 2004, a função com maior destinação foi a Educação, com R\$ 11.190.326,22 e a menor foi a Habitação com R\$ 16.071,25. No ano de 2005, a Educação destinou R\$ 13.478.545,55, sendo a maior e a função Desporto e Lazer com, R\$ 26.033,00 a menor. Na Evolução a Educação evoluiu em 16,98% e Habitação 91,37%. SÃO GONÇALO 2004/2005: Em 2004 a função Educação destinou R\$ 13.538.249,78, sendo a maior e a menor foi a função Habitação com R\$ 14.112,95. No ano de 2005 repetiram-se as funções, Educação com R\$16.949.970,48 e Habitação com R\$ 10.552,64. Na evolução, a Educação evoluiu 20,13% e a Habitação 33,74%. PARNAMIRIM 2004/2005: No ano de 2004, a função Saúde foi a que mais destinou R\$24.083.455,96, a função Judiciária foi a que menos destinou R\$ 194.012,70. Em 2005 a função Saúde destinou R\$ 25.601.760,27, sendo a maior e A função Desporto e Lazer foi a que menos destinou R\$ 72.079,28. Na comparação a Saúde evoluiu em 5,93% e a Judiciária em 61,83%. NATAL 2004/2005: Nos anos de 2004 e 2005 as mesmas funções se destacaram Saúde com R\$ 154.347.733,55 e R\$ 170.582.335,76 e Saneamento com R\$ 199.500,00 e R\$598.000,00 respectivamente. Na evolução a Saúde evoluiu 9,52% e o Saneamento 66,64%.

(CONCLUSÃO) Podemos concluir que nem todos os municípios têm uma uniformidade nas áreas, assim podemos perceber que o gestor utiliza os recursos para as áreas de maior carência. Essa pesquisa contribui para profissionais da área e para os cidadãos dos municípios pesquisados.

A2 – CONTABILIDADE

O IMPACTO DO PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO DO IMPOSTO DE RENDA NO FLUXO DE CAIXA DE UMA EMPRESA INDUSTRIAL NA REGIÃO DE NATAL/RN

Reginaldo Bandeira Jales Dantas

Discente do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Natalense para o desenvolvimento do RN

Nazareno Habib Bichara, Msc.

Doscente do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Natalense para o desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) Este trabalho apresenta os resultados dos efeitos causados pelo planejamento tributário sobre o fluxo de caixa de uma empresa industrial em Natal - RN, bem como formas de decisões a serem tomadas para reduzir a carga tributária do imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ da entidade. O objetivo geral deste trabalho é analisar o impacto do planejamento tributário do imposto de renda no fluxo de caixa de uma empresa industrial na região de Natal/RN. Para atingir o objetivo geral têm-se como objetivos específicos: Levantar referencial teórico sobre Planejamento Tributário, Imposto de Renda e Fluxo de Caixa; Identificar pontos fortes e pontos fracos da utilização do Lucro Real ou Lucro Presumido; Realizar um comparativo entre a opção pelo lucro presumido e o lucro real e sua influência no seu fluxo de caixa.

(METODOLOGIA) A metodologia a ser adotada consistirá na pesquisa bibliográfica que é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído de livros e artigos científicos. Tem-se também o estudo de caso, sendo um estudo em que o objeto a ser estudado pode ser o indivíduo, a empresa. Os dados serão coletados nos documentos oficiais de uma entidade no ramo industrial, através de comparativo utilizando recursos da planilha Excel para análise dos resultados. A investigação documental é realizada em documentos conservados no interior da empresa. Fica demonstrado então que a metodologia da pesquisa é uma integração de métodos. A análise realizada na entidade considerou o ano-calendário de 2006.

(RESULTADOS) No intuito de apresentar a análise de dados e demonstrar os devidos resultados do confronto da apuração do IRPJ e CSSL pelo Lucro Presumido e Lucro Real, segue a seguir os quadros das respectivas apurações dos impostos: Percebe-se que no 1º trimestre para efeito do fluxo de caixa há um desembolso maior pela tributação do lucro real, porém quando analisado os demais trimestres visualiza-se que a empresa teria um efeito de desembolso menor se optante pelo Lucro Real. Tal fato é efetivamente demonstrado, quando se compara os efeitos totais do IRPJ e da CSLL onde a empresa teria uma economia de R\$ 7.595,13. Portanto o desembolso a maior no primeiro trimestre é compensado pela economia gerada nos demais trimestres do ano, vale lembrar que não foram levados em consideração os efeitos da atualização monetária. É importante ressaltar que as modalidades possuem características que serão adequadas a cada situação econômico-financeira apresentada em cada entidade, sendo que para a empresa Delta LTDA baseada nas informações obtidas e analisadas seria interessante que a empresa optasse pelo Lucro Real, onde o objetivo de economia e postergação de tributos é bem melhor, atendendo, uma vez que elevaria a liquidez do caixa da empresa DELTA LTDA no segundo, terceiro e quarto trimestre do ano em análise.

(CONCLUSÃO) Na análise documental realizada na empresa Delta LTDA, constatou-se que esta é optante pelo Lucro Presumido, não tendo realizado nenhuma análise para averiguar qual a melhor opção. Após a coleta de dados e as simulações constatou-se que a melhor opção seria pelo Lucro Real conforme demonstrado e analisado no interior desta pesquisa. A abrangência do planejamento não se limita apenas a encontrar a melhor opção para a entidade, mas acompanhar permanentemente o comportamento da tributação dentro da entidade.

A2 – CONTABILIDADE

UM ESTUDO DA AUTOMAÇÃO TECNOLÓGICA COMO FERRAMENTA DE MAXIMIZAÇÃO DOS RESULTADOS NUMA AGÊNCIA BANCÁRIA

Sadrak Estácio de Souza

Discente do Curso de Contabilidade, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Carlos Eduardo Marinho Diniz

Docente do Curso de Administração, Administração com Habilitação em Marketing e Ciências Contábeis da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) Em tempos globais, acredita-se que não dar para sobreviver sem automação de forma ampla, como exemplo à bancária. Por isto as Instituições Financeiras tem investido grandes vultos neste processo. No caso da empresa em estudo, a mesma apresenta desde a década de 90 até os dias atuais grandes investimentos nesta área, pois sabe que proporciona benefícios diversos ao banco, como redução de custos e agilidade em seus processos internos bem como aos cliente, proporcionando agilidade, praticidade e tarifas menores e diferenciadas. Diante do exposto a pesquisa quer elucidar a seguinte questão: Qual a eficiência da automação tecnológica numa agência bancária em Natal e com isto identificar a viabilidade dos processos relativos à automação bancaria sob a ótica da instituição bancaria e dos clientes e verificar se os mesmos estão satisfeito com a instituição financeira. E se ela está atendendo os anseios daqueles que ali depositam seus recursos monetários.

(METODOLOGIA) Trata-se de um estudo de caso utilizando pesquisa descritiva que tem como pressuposto registrar os resultados dos 100 questionários emitidos com 18 perguntas cada dos quais 86 retornaram sendo, aplicado no ambiente da agencia bancária e respondidas pelos clientes de maneira que proporcionou dados suficientes que foram tratados em planilha do excel para que assim pudesse ter subsídio suficiente para a análise, e com isto seja atingido o objetivo da pesquisa revelando a viabilidade dos processos relativos a automação bancária sob a ótica da instituição bancária e dos clientes.

(RESULTADOS) Pelo resultado demonstrado na pesquisa verifica-se que foi possível colher dados importantes para que o objetivo da mesma seja alcançado tais como: no quesito utilização da internet 86% dos entrevistados faz uso da Internet dentre os quais, mais de 50% utilizam o Internet Banking com isto verifica-se que os mesmo já absorveram a cultura de que muitos serviços oferecidos pela instituição como saldos, extratos bancários, transferência de valores, pagamentos de contas de consumo , boleto bancário etc. Podem ser realizados sem ser necessário ir ao banco. Percebe-se também que em relação ao grau de entendimento das informações prestadas no internet banking a maioria dos cliente estão satisfeitos, pois, 20,9% acham ótima e 34,9% acham boa. Em relação à utilização das maquinas de auto atendimento nota-se que os clientes já estão familiarizados com a idéia de auto se atenderem tento em vista que 89,5% realizam saques, 82,6% fazem depósitos, 66,3% consultam saldo e extrato, 53,5% transferem valores e 39,5% efetuam pagamentos de boletos bancário e contas de consumo. No universo de clientes entrevistados verificou-se que 74,4% não tem dificuldade em operar com as maquinas de auto atendimento mostrando que a linguagem das máquinas é de fácil entendimentos revelando que a instituição financeira prima pela qualidade da informação fornecidas aos seus clientes com intuito de manter e conquistar novos clientes..

(CONCLUSÕES) Conclui-se que os benefícios com a automação Bancária foram inúmeras se observado o ponto de vista do cliente expressado na pesquisa ficando assim discriminado 57% acham que proporcionou agilidade 48,8% praticidade, 26,7% confiança, 10,5% segurança 25,8% afirmaram que foram todos benefícios citado antes e somente 2,3 não quiseram opinar quanto ao assunto. Observa-se também que quando abordados no tocante ao grau de satisfação em relação aos produtos e serviços oferecidos pela instituição financeira 86% dos entrevistados mostraram-se satisfeitos com os produtos e serviços que também estão disponíveis nos canais alternativos (Internet Banking, terminais de auto atendimento, fone fácil , banco postal e débito automático) para que o cliente possa estar bem assistido dentro ou fora da instituição financeira , e assim sendo tenha garantia de redução dos custos operacionais.

A2 – CONTABILIDADE

SE OS LAUDOS PERICIAIS APRESENTADOS NA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE MACAÍBA/RN ESTÃO DE ACORDO COM AS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE ADOTADAS PELO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

Melyssa Alexandra Soares Barbalho

Discente do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Joana D'arc Medeiros Martins

Docente do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) A evolução da perícia se mostra tão antiga quanto a evolução da contabilidade, que seus primeiros vestígios foi na antiga civilização do Egito. No Brasil ocorreu sua institucionalização através do Decreto Lei nº 9.295/46, criado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Perícia Contábil é um dos meios de provas mais hábil de que dispõe a justiça para o cumprimento de sua função social. O trabalho pericial contábil exige que o profissional possua completo domínio da matéria sob seu exame para poder apreciar, analisar, averiguar e concluir sobre o assunto sem qualquer espécie de dúvida, por isso é tão importante nos processos judiciais quando são pedidos, tem como objetivo principal dar suporte técnico a decisão do juiz. O laudo contábil é elaborado após terem sido realizadas todas as operações de averiguações, coleta de informações e dos documentos necessários. É a parte fundamental da perícia, devendo ser elaborado pelo propósito de expressar a sua opinião sobre questões formuladas nos quesitos. Neste contexto, seu objetivo geral é verificar se os laudos periciais contábeis apresentados na 1ª Vara Cível da Comarca de Macaíba/RN foram elaborados de acordo com a estrutura recomendada pelo Conselho Federal de Contabilidade, através das Normas Brasileiras de Contabilidade NBC T-13.

(METODOLOGIA) O método de pesquisa utilizado foi exploratório, descritivo e estudo de caso, onde procedeu a uma análise de conteúdo do laudo pericial da 1ª Vara Cível da Comarca de Macaíba/RN, fazendo um confronto entre o laudo e o que recomenda as normas periciais contábeis do CFC. A coletas do laudo foi realizada por conveniência.

(RESULTADOS) Foi coletado e analisado um laudo pericial contábil, a análise feita se referiu à estrutura recomendada pelas Normas Brasileiras de Contabilidade NBCT-13, que expõe a forma de preparação de um laudo pericial contábil pelo perito contador. Os aspectos analisados de acordo com a norma, foram os seguintes: contém aspectos introdutórios como objetivos da perícia, objetivos do processo; continham descrição dos procedimentos técnicos e metodologia utilizada pelo perito; a forma de escrita foi clara e objetiva; e se no encerramento do laudo expressou o fechamento do trabalho mostrando o resultado final do trabalho que lhe foi designado.

(CONCLUSÃO) A pesquisa analisou um laudo pericial contábil, onde constatou que o perito atendeu em parte o que a norma determina sobre a estrutura que deve conter um trabalho dessa natureza, o perito contador atendeu as partes preliminares, e no seu desenvolvimento foi claro e objetivo, porém nas conclusões não expressou de forma clara o resultado encontrado.

A2 – CONTABILIDADE

ESTUDO DA IMPORTÂNCIA DA AUDITORIA DE ESTOQUES NO RAMO FARMACÊUTICO

José Gilberto Barbosa

Discente do Curso de Ciências Contábeis, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Thereza Angélica Bezerra de Souza Santos, Esp.

Docente do Curso de Ciências Contábeis, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) A Auditoria está submetida às suas normas e procedimentos, aos postulados da contabilidade e comportamentos éticos. Os estoques são representados pelas contas: mercadorias para revenda, produtos acabados, produtos em elaboração, matérias-primas, materiais auxiliares, materiais de embalagem, importações em andamento, almoxarifado e provisão para redução ao valor de mercado. Os inventários de estoques podem ser periódicos ou permanentes. O Levantamento Específico de mercadorias pode ser: De Balanço a Balanço dentro do exercício, de Balanço inicial a Balanço entregue no início da fiscalização e Levantamento envolvendo as últimas aquisições. Os Estoques são avaliados pelo custo de aquisição ou produção, deduzido de provisões para ajustá-lo ao valor de mercado. A Superavaliação e a Subavaliação de Estoques visam ocultar a sonegação de tributos através da omissão de receitas. A verificação da exatidão dos estoques, bem como a elucidação de irregularidades e repercussões tributárias que envolvem os estoques, são os desígnios da auditoria de estoques. Quais as vantagens de se implantar a auditoria de estoques no ramo farmacêutico? O presente trabalho tem como objetivo, evidenciar as vantagens de se implantar a auditoria de estoques no ramo farmacêutico.

(METODOLOGIA) Esta pesquisa dentro do universo contextual, recorreu ao estudo de caso pela amostragem, através da aplicação de 01(um) questionário com 10(dez) perguntas abertas e fechadas ao Coordenador de Tecnologia da Informação da empresa: Farmácias Irmã Dulce, como também a verificação através de uma pesquisa bibliográfica, descritiva dos conceitos correlacionados à auditoria de estoques, dando ênfase ao ramo farmacêutico de modo particular a uma loja matriz da empresa Farmácia Irmã Dulce. Este trabalho pesquisou bibliograficamente as fundamentações dos livros de autores renomados no estudo de auditoria de estoques.

(RESULTADO) Com vista de uma realidade prática do mercado varejista, perguntamos ao nosso entrevistado se a empresa pratica critérios de estocagem em relação ao máximo e mínimo, que prontamente respondeu que sim o que possibilita o controle para praticar de certo modo um Ueps físico dos produtos. E que na realização das compras e praxe da empresa realizar cotações de preços no propósito de escolher a melhor condição de negociação com os distribuidores nas compras a vista. Para que aja a circulação da mercadoria qual é a periodicidade das compras para abastecimento da loja o que se dá de forma muito dinâmica e prática, diariamente de acordo com a demanda. Observamos que existe pouca atuação da contabilidade em relação aos estoques, no entanto quando perguntamos qual seria a necessidade de um profissional da área contábil para ajudar na gestão dos estoques para tomada de decisões a resposta foi muito segura e direta que seria imprescindível esta participação, tendo em vista que vai agregar valores da profissão. Diante do resultado da pesquisa entende-se real necessidade da implantação a auditoria de estoques no ramo farmacêutico.

(CONCLUSÕES) A finalidade deste trabalho foi estudar e pesquisar a importância da auditoria de estoque no ramo farmacêutico, de modo que se pode verificar a real importância desta prática inclusa no controle interno das empresas, como também a participação de forma mais efetiva dos profissionais da contabilidade para que se tenham melhores tomadas de decisões na gestão dos estoques nas empresas. Recomendamos que este estudo seja realizado de forma mais ampla para abranger todas as empresas do ramo farmacêutico no estado do Rio Grande do Norte, a fim de aprofundar as análises desta situação em epígrafe.

A2 – CONTABILIDADE

AVALIAÇÃO DA ELABORAÇÃO DE UM PLANO DE NEGÓCIO NUM EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO EM PARNAMIRIM, SOB A ÓTICA DE UMA GESTORA CONTÁBIL

Meiriane Xavier da Silva

Discente do Curso Ciências Contábeis da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Carlos Eduardo Marinho Diniz

Docente do Curso de Administração, Administração com Habilitação em Marketing e Ciências Contábeis da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) O avanço do turismo no Rio Grande do Norte, extrapola a ação direta nos meios de hospedagem, alimentação e transporte, pois os investidores ao conhecerem a região, identificam-na como uma potencial área para investimentos. Por conseguinte está expandindo-se as construções imobiliárias em todo litoral. Esses imóveis tem a finalidade de venda para investidores ou locação afim de atender a demanda dos turistas. Com esse aumento da demanda, o preço tende a gerar valorização de terrenos e imóveis na região, neste caso no Litoral Sul. Mesmo considerando tal expectativa de bons retornos, se faz necessário um estudo amplo visando o não fechamento prematuro de empresas, que no País tem sido uma das preocupações da sociedade particularmente para as entidades que desenvolvem programas de apoio ao segmento de pequeno porte, como é o caso do SEBRAE. Esta pesquisa tem como objetivo identificar a viabilidade da construção de um Flat em Pirangi do Norte - Parnamirim/RN, considerando os fatores relacionados ao plano de negócio, bem como uma análise contábil de uma gestora em formação.

(METODOLOGIA) O tipo de pesquisa é um estudo exploratório, o estudo será criado a partir do desenvolvimento de um Plano de Negócio, analisando os critérios elencados no respectivo plano para um empreendimento imobiliário em Pirangi praia. Foram também utilizados uma base bibliográfica para dar sustentabilidade teórica ao presente trabalho.

(RESULTADOS) Conforme pesquisa verificou a viabilidade do empreendimento considerando inicialmente os custos envolvidos no investimento que totalizaram R\$ 810.238,00 (oitocentos e dez mil duzentos e trinta oito reais), a previsão de receita é R\$ 1.444,000,00 (um milhão quatrocentos e quarenta quatro mil) dentre os fornecedores destaca-se a empresa que efetivara a obra, por conveniência do investidor a obra foi terceirizada. Outro dado relevante e o planejamento financeiro do empreendimento que deve ser avaliado para não haver problemas de insolvência. A obra será executada com previsão de 12 meses, embora o processo de comercialização será já a partir do 4 mês, assim possibilitando uma entrada de capital.

(CONCLUSÕES) Para a academia a pesquisa serve de base para novas pesquisas do assunto, já que este tema está pouco desenvolvido entre os acadêmicos, mesmo estando cada vez mais em pauta nas discussões sobre economia e investimentos no Rio Grande do Norte. A pesquisa acima encontra-se em fase de finalizações entretanto pode-se perceber que o empreendimento é viável considerando o montante de 16 unidades que em função da eficiência da comercialização bem como da gestão dos custos tornara o negócio o mais rentável comparando com alguns investimentos como poupança, CDB, CDI, ou outros ativos financeiros.

A2 – CONTABILIDADE

UMA PREOCUPAÇÃO EM EVIDENCIAR A INFORMAÇÃO CONTÁBIL, DO SETOR FINANCEIRO, DAS IGREJAS PERTENCENTES À ARQUIDIOCESE DE NATAL

Inês Silva de Melo do Nascimento

Discente do Curso de Ciências Contábeis, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Thereza Angélica Bezerra de Souza Santos - Especialista

Docente do Curso de Ciências Contábeis, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) Nos últimos anos, vem crescendo no Brasil e no mundo, o Terceiro Setor, portanto não se trata de algo novo, mas que vem crescendo o número de organizações privadas, sem fins lucrativos, o Terceiro Setor é constituído, assim, por associações comunitárias, organizações não-governamentais (ONGs), instituições filantrópicas, projetos de assistência, igrejas, fundações, organizações e projetos sociais desenvolvidos por empresas, sindicatos, etc. com o objetivo de gerar serviços de caráter coletivo com fins sociais.

A busca de novas formas de gerenciamento e controle, tanto do Estado, quanto dos fomentadores de recursos às organizações sem fins lucrativos tem sido um grande desafio a ser alcançado, objetivando que os recursos nelas empregados, sejam utilizados de maneira eficiente com o máximo de transparência. Neste contexto o problema desta pesquisa é, há uma preocupação em evidenciar a informação contábil, do setor financeiro, das igrejas pertencentes à Arquidiocese de Natal/RN? Com o objetivo de enfatizar a preocupação em evidenciar a importância do setor financeiro das igrejas pertencentes à Arquidiocese de Natal, verificando os fatos financeiros que possam influenciar na auditoria financeira.

(METODOLOGIA) Por se tratar de uma pesquisa bibliográfica, exploratória e de Campo, a coleta de dados foi através de questionário do tipo semi-estrutural com 10 perguntas fechadas que foram aplicadas junto as Paróquias da Arquidiocese de Natal, sendo da Capital e grande Natal, abrangendo os municípios de São Gonçalo, Macaiba e Parnamirim, os quais foram aplicados junto aos párocos e administradores paroquiais, totalizando assim 34 Paróquias.

(RESULTADOS) Nesta pesquisa de campo foram analisadas todas as Paróquias da Capital e grande Natal, Com o intuito de alcançar os objetivos estudados, foi elaborado um questionário com dez questões objetivas. O objetivo foi mostrar a preocupação da evidenciação das informações contábeis, conforme o resultado obtido pode-se dizer que as das 34 Paróquias analisadas 100% estão realmente preocupadas com a evidenciação das informações contábeis, 91% divulgam aos fiéis os seus relatórios financeiros, quanto à verificação dos valores financeiros existentes em caixa, 74% ou 25 Paróquias acompanham como forma de auditoria, uma das questões abordadas foi procurar identificar a forma mais útil em que o Governo poderia ajudar as entidades do Terceiro Setor (igrejas), enquanto 65% ou 21 Paróquias responderam que diminuindo os encargos sociais, 35% preferiram optar pelas obras sociais, enquanto que 97% ou 33 Paróquias necessitam que os administradores paroquiais se reciclem regularmente, e somente 3% ou uma Paróquia não mostrou interesse, conforme o que foi mostrado em toda pesquisa foi verificado que 76% ou 26 Paróquias, consideram de fundamental importância o papel do contador.

(CONCLUSÕES) Partindo do resultado obtido o propósito deste trabalho de pesquisa foi contextualizar e mostrar a preocupação da evidenciação dos atos financeiros nas Paróquias da Capital e grande Natal, pertencentes à Arquidiocese de Natal, esclarecendo a importância dos relatórios contábeis e financeiros. Identificando as razões as quais foram objeto de estudo, resultando-se assim os benefícios que a informação contábil traz para as entidades ligadas ao Terceiro Setor. Recomenda-se que o estudo de pesquisa seja bem mais abrangente, seguindo para os mais diversos municípios do Rio Grande do Norte, os quais constam mais 44 Paróquias. Como as igrejas têm propósitos específicos e visam o bem de toda uma sociedade, que sirva esta pesquisa como ferramenta de transparência e gestão.

A2 – CONTABILIDADE

A IMPORTÂNCIA DA PERÍCIA CONTÁBIL NAS DECISÕES JUDICIAIS

Felipe José de Sousa Melo

Discente do Curso de Ciências Contábeis, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Dinarte Paiva dos Santos Junior

Docente do Curso de Ciências Contábeis, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

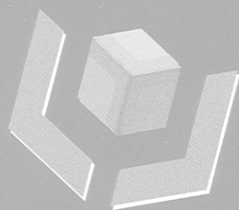
(INTRODUÇÃO) A perícia é a manifestação técnico-científica de qualquer dos ramos do conhecimento humano. O seu objetivo é o estudo do fato, característico e peculiar, que está sendo objeto do litígio extrajudicial ou judicial e que ocorre dentro do âmbito de qualquer uma das ciências definidas pelo homem. Sua finalidade é de estudar os contornos, bem como sua origem e reflexos que produz no mundo interior e exterior da ciência em questão para fornecer, através de um laudo, parecer, em linguagem de fácil compreensão para todos, independente de conhecimento contábil, pelo qual tem a função de dar condições para o julgamento e apreciação jurídica do fato estudado.

(METODOLOGIA) A pesquisa será uma atividade voltada para solução de problemas através de normas metodológicas pela ciência. É classificada quanto ao seu gênero, objetivos e procedimentos. Quanto ao gênero, esta pesquisa será bibliográfica, pois serão coletadas informações teóricas sobre o estudo pesquisado; exploratória, porque terá o intuito de propiciar um maior entendimento do que está sendo estudado. Baseado nos objetivos, será descritiva, porque observará, classificará e interpretará os fatos sem que o pesquisador interferisse sobre eles, quanto aos procedimentos será experimental.

(RESULTADOS) Através do estudo na pesquisa foi visto que o juiz recorre ao perito quando o assunto em julgamento requer um conhecimento técnico especializado ou quando umas das partes solicitar o pronunciamento de um perito. Todo trabalho do perito é voltado para obtenção da verdade formal testada, aquela que surge das peças de acusações e defesa, das diligências e dos exames e análises efetuadas pelo próprio perito. É a diligência do perito que produz a verdade pericial. A prova judiciária tem como objetivo o julgamento dos fatos das partes em litígio. Sua finalidade é a formação do conhecimento em torno desses fatos. O destinatário deste laudo é o juiz, cabendo a ele a decisão a ser tomada quanto ao litígio considerando a verdade testada.

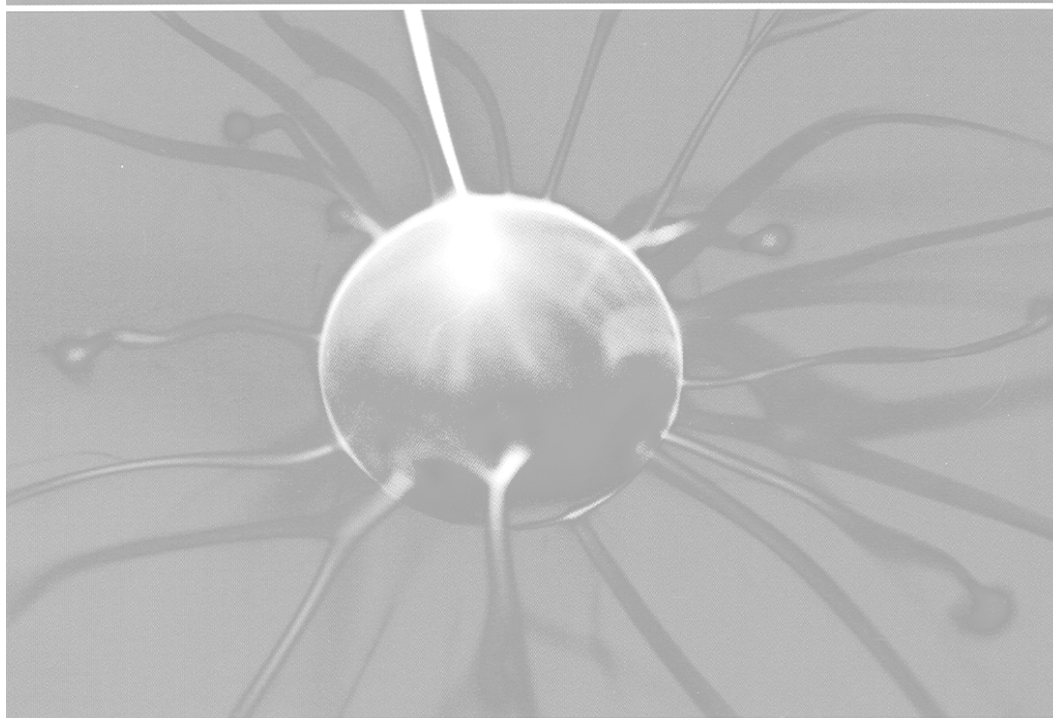
(CONCLUSÕES) Diante do estudo percebe-se o quanto é importante o trabalho do perito para a decisão judicial e a complexidade do trabalho realizado pelo perito. Para a elaboração do laudo, o perito analisa a natureza e a complexidade da matéria, e realiza exames, vistorias, faz indagações, investigações, arbitramentos, avaliação e certificação. Todos esses atos têm por base a autenticidade da fé pública atribuída ao profissional, ao perito contábil. Com tudo isso se percebe que algumas das principais decisões tomadas pelo poder judiciário são fundamentadas em laudos periciais elaborados por profissionais habilitados que devem ser nomeados pelo juiz.

VII CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA FARN



VII

**CONGRESSO DE INICIAÇÃO
CIENTÍFICA DA FARN**



"EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA CONSTRUÇÃO DA PAZ"
24 a 27 de outubro de 2007

**C
O
N
T
A
B
I
L
I
D
A
D
E**

PÔSTER

A2 – CONTABILIDADE

A ÉTICA E A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL: MITOS E REALIDADE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO BRASIL E DO RIO GRANDE DO NORTE

*Mônica Valéria. S. de Oliveira,
José Eliê Ribeiro,
Shirley Andreza C. de Azevedo,
Maria da Conceição Torres Gomes,
Lidiane Miranda Moraes.*

Discentes do Curso de Ciências Contábeis da FARN – Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte.

Thereza Angélica Bezerra de Souza Santos, Esp.

Docente do Curso de Ciências Contábeis da FARN – Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte.

(INTRODUÇÃO) Uma corrupção imensa para um Brasil grande. Esta realidade remonta a tempos longínquos tornando-se uma maldita herança nos costumes de nossos administradores públicos. É obvio que na parceria pública privada, o corrupto, ativo e passivo, aproveita-se das brechas legais para fomentar uma situação ilegal que beneficia a ambos. A ética relaciona-se com os juízos morais e uma das fontes na qual ela se relaciona diz respeito às bases legais, ou seja, as leis que regem e servem de normas para a sociedade. Como problemática, abordamos a questão da transparência e eficiência nas decisões e resultados apresentados pelas instituições sobre a LRF? Como objetivo este trabalho pretende fazer uma análise bibliográfica sobre a LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal, criada para “estabelecer normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal”, que vai de encontro aos princípios éticos, visando detectar o grau de transparência, eficácia e eficiência das instituições na aplicabilidade da LRF. Ao criar estas normas, a LRF veio procurar trazer para o seio da sociedade uma realidade almejada por esta, e que ajude a expurgar tão infame cultura.

(METODOLOGIA) A pesquisa é de natureza exploratória, pois se trata de um tema relevante no controle e transparência dos gastos públicos e orçamentos das instituições públicas. Ela procura fazer uma contextualização de leis anteriores parelhas a LRF, através de uma descrição dos principais momentos dessa transição até a contemporaneidade. Quanto aos meios utilizados, a coleta de dados se deu através de pesquisa bibliográfica junto aos órgãos gestores e executores da LRF em todas as esferas de poder com um enfoque na análise de artigos da LRF, sua aplicabilidade, em especial no Estado do Rio Grande do Norte.

(RESULTADOS) A LRF veio somar-se a outras Leis existentes com o mesmo objetivo, para normatizar as finanças públicas do País, entre estas as Leis complementares estaduais que normatizam o funcionamento dos TRE'S. Esta integração entre os órgãos, e os repasse de dados a outras instituições, aumentaram os casos de administradores públicos afastados de suas funções. No Rio Grande do Norte já são mais de 60, colocando-o como o segundo Estado a efetuar mais afastamentos, deixando a sociedade mais confiável sobre o papel destas instituições. Os alertas publicados pelo TCE-RN são contados em mais de 100, atingindo grande número de municípios. Natal, pela quinta vez, ultrapassou os gastos permitidos em despesas com pessoal. A análise mostrou que a ética da LRF inibiu, em grande parte, uma prática comum entre os administradores públicos: contrair despesas, deixando-as para a próxima administração.

(CONCLUSÃO) Uma primeira conclusão apresentada é que a LRF tornou-se imprescindível no combate à corrupção do país, conclusão esta tirada pelos inúmeros casos registrados a partir de sua aplicabilidade. Outro ponto importante para consolidação dessa lei e a conseqüente aplicação dos princípios éticos nela contidos dizem respeito à participação da sociedade como um todo, denunciando todos os casos que tomem conhecimento da malversação do patrimônio público e das perigosas relações entre o público e o privado. A LRF é apenas um instrumento, mas a sociedade é a principal responsável por fazê-la acontecer, cobrando de forma contínua o combate em todas as esferas de poder. Apesar do bom trabalho realizado pelos Tribunais de Contas de Estados e União, o cidadão deve ficar atento, por estes são compostos por cidadãos nomeados pelo poder executivo, com o crivo do legislativo. Esse processo deve ser transparente, de forma a não suscitar suspeitas nos que devem julgar atos praticados, em muitos casos, por quem os indicou. Para um melhor entendimento, ver os relatórios publicados periodicamente em todos os órgãos competentes e artigos comentados sobre a LRF e a LDO.

A2 – CONTABILIDADE

A TRANSPARÊNCIA DO FUNCIONALISMO PÚBLICO SOB A ÉTICA PROFISSIONAL

*Andréa Ponzi Costa da Rochai
Eliana Souza de Macêdo
Islena Barreto de Queiroz
Lércia de Aparecida Pereira da Silva
Pollyana Medeiros da Silva*

Discentes do Curso Ciências Contábeis da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Thereza Angélica Bezerra de Souza Santos, Esp.

Docente do Curso de Ciências Contábeis, da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) A sociedade tem assistido inúmeras mudanças em todos os sentidos da história humana. As modificações decorrentes da evolução são bastante significativas no que abrange ao contexto social. A história tem uma veracidade de acontecimentos econômicos com enorme dimensão, especialmente a partir das atitudes políticas no decorrer do século XX. Com essa abordagem, a burocracia estatal, assim como o comportamento dos servidores públicos em seu funcionalismo foram atingidos ao serem representantes da culpabilidade por um hipotético mau funcionamento do aparelho do Estado. Em seqüência a toda essa velocidade de informações, a ética é um dos assuntos mais advertidos ao se falar em comportamento humano. O estudo da ética é sempre necessário em virtude da necessidade das pessoas orientarem sua conduta em conformidade com a atual realidade da vida socioeconômica. Nesse sentido o trabalho procura responder a seguinte questão: Quais as relações entre o código de ética do servidor público e seu comportamento no desenvolvimento das atividades profissionais? O objetivo deste trabalho é abordar o procedimento adequado do servidor público na ampliação de suas atividades profissionais à sociedade.

(METODOLOGIA) O trabalho enfatiza, dentro do objetivo proposto, a informação comportamental do que trata a ética do servidor público ao âmbito da sociedade, com suas contribuições e deveres, além de modelos analisados através de procedimentos evidentes que deformam a proposta do bem estar comum. O suporte referencial adotado está amparado em artigos, revistas, livros e documentos eletrônicos.

(RESULTADOS) A ética dos servidores públicos, em alguns casos, resplandece no comportamento da desonestidade e falta de compromisso com a sociedade. Exemplos típicos e simples como o desinteresse de agilizar processos, a falta de disponibilidade de esclarecer a verdade e, especialmente, a ausência pela permanência na busca pelo bem estar comum, reflete o quanto o serviço público causa desrespeito ao cidadão e impunidade para os infratores. Raros são os casos em que as conseqüências pelo não cumprimento do Código de Ética do servidor público são observadas e punidas. A partir desse resultado conclui-se que há, em geral, uma incoerência entre o que reza o código de ética do servidor e suas atitudes profissionais.

(CONCLUSÃO) O estudo da ética, mais notadamente dos servidores públicos, torna-se importante ao processo de melhoria do serviço público brasileiro, assim como a consciência dos direitos e deveres dos indivíduos. O resultado de atitudes de má conduta revela uma hipótese de que para parte do funcionalismo falta informação e ciência, enfatizando erroneamente que são as condições inadequadas que o estado oferece, em termos de estrutura, são as únicas responsáveis pelo mau atendimento ao contribuinte.

A2 – CONTABILIDADE

A INFLUÊNCIA DOS LAUDOS PERICIAIS CONTÁBEIS NAS DECISÕES DOS JUÍZES: UM ESTUDO EMPÍRICO NA JUSTIÇA TRABALHISTA DE NATAL/RN

Fabiana Barbalho Penha

Discente do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Joana D'arc Medeiros Martins

Docente do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) A ciência contábil possui diversas especialidades, sendo a perícia contábil uma delas. A perícia exige que o profissional possua completo domínio da matéria sob seu exame para poder apreciar, analisar, averiguar e concluir sobre ela sem qualquer espécie de dúvida. Além disso, são inerentes à ética, a moral e um conjunto de virtudes, características que precisa possuir para exercer essa tarefa. A perícia contábil tem uma importante função para o contador, exige conhecimento especializado para o atendimento de sua finalidade, que é dar suporte à decisão do juiz sobre processos judiciais. Dentro do poder judiciário é um fator imprescindível para processos cuja discussão se trate de matéria contábil. É através desse trabalho que os juízes podem detectar problemas e procurar soluções, auxiliando diretamente na tomada de decisão. O objetivo do trabalho é analisar como o laudo pericial contábil pode influenciar nas decisões dos juizes trabalhistas.

(METODOLOGIA) A pesquisa se classifica como bibliográfica que foi sistematizado e desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, artigos, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral. Seguida de uma pesquisa de campo onde foi feita uma investigação empírica realizada Varas Trabalhistas da Comarca de Natal/RN, com a aplicação de um questionário com os magistrados. O trabalho foi baseado e teve como referência o estudo realizado por Medeiros e Neves Júnior em 2006. (CFC, 2006).

(RESULTADO) O resultado demonstrou que 53% dos juizes informaram que conseguem entender os fatos controvertidos do processo que ensejaram o pedido da prova técnica; 43% concordam em parte que os peritos costumam usar palavras de sentido dúbio ou impreciso; 71% concordam em parte que os textos escritos nos laudos periciais contábeis proporcionam uma leitura fácil. 71% concordam totalmente que os trabalhos periciais costumam possuir uma boa estética; 71% dos respondentes concordam em parte que os peritos utilizam em seus trabalhos termos técnicos em excesso; 86% concordam totalmente que no trabalho pericial são salientadas as peças que são relevantes para o bom desenvolvimento do trabalho; 57% atribuíram notas entre 6,00 e 8,00 para os trabalhos apresentados; 43% responderam que os laudos apresentam erros de português graves na redação; 100% concordam que os laudos periciais contábeis são relevantes para sua decisão; 42% informaram que discordam das metodologias empregadas para o cálculo trabalhista e não são esclarecidas nos textos redigidos pelos contadores, dificultando o entendimento.

(CONCLUSÕES) O trabalho objetivou investigar a influencia dos laudos periciais contábeis na visão dos magistrados da Justiça Trabalhista da Comarca de Natal/RN. O resultado apresentado no estudo mostra que em linha gerais os laudos periciais contábeis influenciam nas decisões dos juizes.

A2 – CONTABILIDADE

PERÍCIA CONTÁBIL JUDICIAL: ESTUDO SOBRE OS IMPEDIMENTOS E SUSPEIÇÕES DO PERITO CONTADOR

Dayve Clemente da Silva
Soraya Melo de Saboia Dantas
Tereza Angélica de Moura Sidrim
Yaani Villar Matos

Discentes do Curso de Ciências Contábeis, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Joana D'arc Medeiros Martins

Docente do Curso de Ciências Contábeis, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) A perícia contábil é uma ramificação da contabilidade, é um dos gêneros de prova pericial, ou seja, uma das provas técnicas à disposição das pessoas naturais ou jurídicas admitida na legislação brasileira. Tem o objetivo de servir como meio de prova de determinados fatos contábeis, ou questões que precisam ser esclarecidas. A perícia contábil tem a finalidade de dar suporte e auxiliar na tomada de decisões, sendo o poder judiciário um usuário deste trabalho técnico profissional contábil em casos de demandas relacionadas com a ciência contábil. Para desenvolver o trabalho pericial, o perito nomeado pelo juiz deve observar os impedimentos e suspeições que são situações nas qual o perito contador está impossibilitado de exercer sua função. Tais impedimentos e suspeições estão previstos nos artigos 134, 135 e 138 do Código de Processo Civil e a NBC P-2 – Normas Profissionais do Perito Contador aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade. Neste contexto, o objetivo do estudo foi analisar o código de processo civil e as normas profissionais de contabilidade relacionada à perícia contábil no que trata dos impedimentos e suspeições do perito.

(METODOLOGIA) Para se alcançar o objetivo pretendido foi feito uma análise na legislação processual civil e na norma profissional do perito contador aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade que tratam das situações que impedem o exercício da atividade pericial por parte dos peritos contadores nomeados em processos judiciais.

(RESULTADO) A análise de resultados demonstrou que tanto as normas brasileiras de contabilidade, especificamente a NBC P-2 e os artigos 134, 135 e 138 do Código de Processo Civil, estão obrigando ao perito contador no exercício da perícia contábil a atender as exigências, no que diz respeito aos impedimentos e suspeições aos quais os profissionais estão sujeitos. Os motivos de impedimentos e suspeições são: for parte no processo; houver atuado como perito contador assistente ou prestado depoimento como testemunha no processo; o seu cônjuge ou qualquer parente seu, consangüíneo o afim, em linha reta, ou em linha colateral até o segundo grau, estiver postulado no processo; tiver interesse, direto ou indireto, imediato ou mediato, por si ou qualquer de seus parentes, consangüíneos ou afins, em linha reta ou colateral até o segundo grau, no resultado do trabalho pericial; exercer função ou cargo incompatível com a atividade de perito contador; a matéria em litígio não for de sua especialidade; tiver postulando como parte no processo amigo ou inimigo; devedor ou credor, dentre outros. Nos casos em que os peritos contadores estiverem inseridos em algum dos itens especificados nos artigos, cabe a esses profissionais se escusarem do encargo, caso contrário correrão o risco de o juiz o afastar, podendo ainda receber punições, também previstas nas legislações civis, penais e profissionais.

(CONCLUSÃO) Verifica-se que o atendimento as obrigações previstas é de fundamental importância para assegurar a qualidade do trabalho pericial contábil no tocante à imparcialidade, neutralidade e competência técnica profissional, garantindo a concepção do seu principal objetivo que é de dar apoio à tomada de decisões. Essas atitudes de escusa por parte dos peritos contadores, demonstram que possuem compromissos éticos, morais e com a classe profissional contábil.

A2 – CONTABILIDADE

ESTUDO DOS PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DE CRÉDITO EM UMA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

Amanda Silvestre Martins de Alencar

Discentes do Curso Ciências Contábeis da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Nazareno Habib Bichara

Docente do Curso de Administração com Habilitação em Marketing e Ciências
Contábeis da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) As instituições financeiras bancárias brasileiras apresentaram problemas nos últimos anos em relação à análise de crédito. A constante mudança na economia implica na exposição de considerável quantidade de riscos que podem resultar em ameaças a sua própria existência e de seus clientes. O objetivo deste trabalho é identificar a relevância de como os procedimentos de análise de crédito em uma instituição financeira podem contribuir para a gestão dos riscos de crédito a níveis aceitáveis. A justificativa para a realização deste trabalho deve-se à importância da análise de crédito, e possivelmente, para auxiliar na eficiência operacional da instituição financeira estudada, no atendimento e em seus objetivos de redução de risco de crédito na concessão do crédito e administração do risco na instituição. A estrutura dos bancos no Brasil foi trazida pelo Império Europeu. Onde as atividades básicas de uma instituição eram operações de depósitos e empréstimos. Crédito baseia-se na cessão de serviço ou dinheiro com a promessa de pagamento futuro. No momento da negociação já existem valores, parcelas e vencimentos a serem cumpridos pelas duas partes, credor e devedor. As atividades operacionais dos bancos brasileiros estão concentradas em operações de crédito que representam os empréstimos e os financiamentos aos setores públicos e privado e aplicações em títulos. A prática bancária baseia-se na atividade de emprestar dinheiro, assumindo riscos. Risco de crédito tem relação constante com a probabilidade de uma instituição não receber, parcial ou total, um valor previsto de uma contraparte sobre uma operação financeira. Os “Cs” de crédito possibilitam uma análise mais complexa no momento de concessão de uma linha de crédito, avaliando qualidade e origem das informações. Um dos principais instrumentos para a concessão de crédito é a ficha cadastral, onde constam informações sobre o potencial do tomador de crédito, é um documento de uso restrito e confidencial. A política de crédito da empresa estabelece as determinações quanto a: seleção, padrões e condições de crédito. Nas instituições bancárias, a qualidade dos créditos deve ser de maneira, que sua carteira de crédito seja saudável e rentável. As instituições financeiras utilizam-se de bancos de dados, públicos e privados, para a avaliação do risco de crédito, ou seja, da probabilidade de recebimento do montante emprestado ao cliente. O risco assumido quando há aceitação de garantias é muito semelhante aquele assumido em um empréstimo. Se o empréstimo com colaterais contém termos, prazos, condições, restrições e ou cláusulas de aceleração, as garantias devem tê-las.

(METODOLOGIA) Este projeto de pesquisa se baseia nos seguintes procedimentos metodológicos: Pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, pesquisa de campo, coleta de dados, análise dos dados e delimitação do tema. Nesta pesquisa será utilizando o método de estudo de caso, que será realizada em uma instituição financeira sediada em Natal/RN. A coleta de dados será realizada em uma instituição financeira, doravante se chamará de Instituição. Os respondentes da pesquisa serão os Gerentes e Assistentes Comerciais envolvidos no processo de Concessão de Crédito. Esta pesquisa delimitará seu estudo apenas acerca dos procedimentos de análise para Pessoa Física.

(RESULTADOS) A instituição possui procedimentos de créditos, e os mesmo vem sendo seguidos, e está pendente apenas a aplicação do questionário para os respondentes onde será feito o confronto da teoria com os procedimentos ora existentes nesta instituição.

ÉTICA NAS ORGANIZAÇÕES

Catharina Yale Maia da Costa

Ednaldo Muniz

Francisco Vieira da Câmara

Jean Wagner Gonçalves Dantas

Discentes do Curso de Ciências Contábeis, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Thereza Angélica Bezerra de Souza Santos, Esp.

Docente do Curso de Ciências Contábeis, da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) Nos dias atuais, as práticas humanas nas organizações dão-se orientadas por princípios morais que visam apenas garantir a sobrevivência de alguns de seus membros e da empresa, enquanto forma de garantir seus próprios empregos. A ganância, a desonestidade e os conflitos de interesses constantemente têm levado empresas sólidas à derrocada. Entretanto, pesquisas comprovam o que já era indicado pelos antigos filósofos: que o comportamento ético ainda é o melhor caminho; que a integridade é uma fonte de sucesso para as organizações, que ganharão a confiança dos clientes, o comprometimento dos funcionários e a autonomia de seus líderes. A ética nas organizações significa forma de ser e modo de agir, não de maneira mecânica, mas como fruto da reflexão em consonância com a cultura e a filosofia da organização. Ajuda a entender que um bom profissional não é aquele que age como uma máquina, cumprindo ordens inconscientemente e deixando de impor limites entre os mundos pessoal e profissional. Uma empresa sem ética gera insegurança, injustiças e ressentimentos. Ao contrário, um bom clima ético no ambiente de trabalho gera confiança, facilita que novas experiências sejam vivenciadas e riscos sejam enfrentados de forma corajosa. À alta administração compete dar o exemplo, portando-se de forma correta em todos os momentos, estimulando comportamentos éticos, promovendo e implantando um clima ético na organização.

(METODOLOGIA) Foi utilizado um levantamento bibliográfico de dados, baseado em livros, para a realização da pesquisa.

(RESULTADOS) A pesquisa mostrou que, normalmente, o mundo de uma organização é permeado por conflitos e choques de interesses individuais. Nesse contexto, a ética é importante para regular essas relações, colocando limites e parâmetros a serem seguidos, possibilitando que os funcionários tenham alegria com o que fazem e fortaleçam o compromisso com a organização. Tanto as empresas quanto seus empregados, precisam trabalhar com relações baseadas em valores como: honestidade, confiança, credibilidade e altruísmo, visando sempre ao desenvolvimento e à preservação da qualidade de vida. Quanto ao ambiente interno das empresas, é preciso orientar as relações profissionais através de princípios morais como: confiabilidade, credulidade, integridade e respeito, a fim de colocá-las a serviço do bem comum. O modelo moral que vem orientando as relações dentro das organizações precisa ser superado em benefício do negócio e, principalmente, das pessoas. Isto porque, as mesmas acabam enredando-se nas construções materiais e ideológicas alimentadas no meio empresarial. As organizações devem dedicar à ética o mesmo cuidado dispensado às questões ditas organizacionais, não só porque ela é condição de sobrevivência das mesmas, mas porque o ser humano deve ser o seu valor maior, seja ele parte da estrutura interna, ou sua clientela externa, assim como toda a sociedade.

(CONCLUSÕES) Conclui-se, portanto, que a ética passou a ser apresentada como a questão importante para muitas empresas que se preocupam com sua estabilidade e crescimento. Assim, para se introduzir ou reforçar a ética empresarial, a empresa precisa rever a relação que estabeleceu entre meios e fins; eleger a ética como parte dos negócios; e estabelecer novas relações entre os bens públicos e privados. De forma concreta, as empresas precisam dar segurança aos empregados, oferecer boas condições de trabalho, exercer uma gestão em que todos tenham os mesmos direitos e oportunidades. O interesse ético das empresas deve-se estender à comunidade, na forma de serviços e parcerias; pagamento justo de sua quota e impostos; e na fabricação de produtos que não poluam o meio ambiente. Em síntese, a economia, como qualquer outra área da atividade humana, pode e deve ser submetida a critérios éticos, sob pena de tornar-se fria, sem sentido e ameaçadora para os seres humanos. Também, a título de expansão de conhecimento, torna-se interessante uma pesquisa de campo sobre ética nas organizações.

A2 – CONTABILIDADE

PLANO DE NEGOCIO: FABRICA DE SACOLAS PLASTICAS EM NATAL

*Adson Raniere
Alessandro
Bruno Wendell
Carlos Samarone
Flávio José Pinto
José Gilberto
Reginaldo Bandeira*

Discentes do Curso Ciências Contábeis da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Carlos Eduardo Marinho Diniz

Docente do Curso Ciências Contábeis da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) O plástico está presente em nossas vidas em virtude de seu processamento permitir que se amolde e passe a compor inúmeros objetos, em variadas formas e tamanhos. Tudo isso graças a suas propriedades físico-químicas que lhe permite adaptar-se aos mais diversos usos e propósitos.

Ao tornar disponível este trabalho, tem como objetivo levantar e colocar ao alcance do investidor em perspectiva de informações que sirvam para norteá-lo em sua decisão de montar uma fábrica de sacolas plásticas na cidade de Natal com maior confiança e menor grau de risco.

(METODOLOGIA) Através de levantamento bibliográfico pode-se verificar a grande variedade de plásticos e de suas utilizações na indústria. A pesquisa de campo busca obter o maior número de informações necessárias, levantando preços de matérias primas, insumos e todos os materiais necessários para a implantação de uma indústria de sacolas plástica em Natal e com isso quantificar os pontos favoráveis e desfavoráveis do negócio, identificando fatores que possam influenciar decisivamente no seu sucesso ou fracasso comercial.

(RESULTADOS) Em vista das informações levantadas, verificou-se o alto risco envolvido no negócio em decorrência dos valores necessários para a elaboração do projeto. Outro fator observado é que a rentabilidade do negócio primeiramente está associado aos equipamentos do processo de produção uma vez que quanto mais moderno maior sua produção, menor desperdício de matéria-prima e energia. Esse fator associado a maior demanda tornam as empresas sediadas nas regiões Sul e Sudestes melhores preparadas para concorrência e atender as necessidades do consumidor final. Localmente, observa-se a baixa taxa de retorno em decorrência ao baixo valor agregado em consequência da concorrência comercial acirrada. A confecção de embalagens de alta qualidade e personalizadas, visando atender públicos mais exigentes apresenta-se viável e surge como uma alternativa para aumentar sua lucratividade e tornar o negócio atraente.

(CONCLUSÕES) O plano, apesar dos interferentes mencionados, apresenta-se comercialmente viável uma vez da existência de uma grande demanda da utilização desses produtos, que na grande maioria das vezes são de utilização única. A linha de produção apresenta um grau considerável de adaptabilidade, adequando as quantidades, tipos de sacolas, tamanhos e cores a seus custos operacionais. No entanto é igualmente interessante ponderar que a difusão da mentalidade ecologicamente responsável, que vem crescendo nos últimos anos, aponta para uma diminuição de seu uso em vista aos danos provocada à natureza pelo seu descarte no meio ambiente. Neste caso surge a necessidade de também se pesquisar meios de se aproveitar essa nova demanda que demonstra se formar.

A2 – CONTABILIDADE

A DIFERENCIAÇÃO ENTRE OS TERMOS “CUSTO OU DESPESA”

Lucineide Cavalcanti Barbosa

Discente do Curso de Ciências Contábeis, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Adriana Isabel Backes Steppan

Docente do Curso Ciências Contábeis da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) O mercado, atualmente, encontra-se cada vez mais competitivo, com consumidores mais exigentes e conhecedores de seus direitos. Sendo assim, constata-se para este cenário a necessidade cada vez maior de informações sobre qualidade de produtos e seus custos, possibilitando aos gestores tomarem decisões mais acertadas. A literatura evidencia diferenças entre o termo “custo” e “despesa”, trando o primeiro com sendo relacionado ao processo produtivo, enquanto o último está relacionado com a manutenção da operacionalização da empresa. Os custos podem ser estudados de acordo com os seus objetivos da empresa. Neste sentido, a literatura apresenta três principais objetivos: avaliação de estoques, controle e tomada de decisão. No que diz respeito aos métodos de custeio, com o intuito de auxiliar a administração na tomada de decisão, a literatura evidencia alguns tais como, absorção, variável e custeio baseado por atividade. No custeio por absorção, os custos de fabricação, sejam eles fixos ou variáveis, são apropriados às unidades dos produtos ou serviços. O custeio variável trata da rentabilidade do produto através da utilização do conceito da margem de contribuição. O custeio baseado por atividade (ABC) é uma ferramenta gerencial que visa um melhor tratamento aos Custos Indiretos de Fabricação, evitando, na medida do possível, critérios de rateios arbitrários. O objetivo geral da pesquisa é investigar se as empresas prestadoras de serviços da cidade do Natal/RN sabem diferenciar “custo de despesa”.

(METODOLOGIA) A pesquisa trata de um estudo teórico-empírico, desenvolvido a partir da pesquisa bibliográfica, artigos de periódicos e congressos científicos, bem como, complementado com o estudo de campo. Delimita - se às empresas prestadoras de serviço da cidade do Natal/RN. Com relação à população, de acordo com informações obtidas através da Secretaria Municipal de Tributação (SMT), compõem-se de 15.959 empresas prestadoras de serviços (posição em 31/12/2006). A amostra foi estabelecida da seguinte forma: a) Selecionou-se as atividades classificadas entre o 1º e 10º no Ranking de faturamento, exercício 2006, apurado pela SMT; b) Destas atividades, forma selecionadas, de acordo com a conveniência, 03(três) empresas para cada uma delas, no intuito de formar a amostra. Totalizando, desta forma, uma amostra de 30 empresas.

(RESULTADOS) No que diz respeito ao cerne da pesquisa, o estudo revela que 21 entrevistados responderam corretamente o conceito de objeto de custo; no que tange a apuração de custos, 25 empresas afirmam apurar seus custos. O estudo constata que 26 empresas responderam ser de muita importância à definição dos custos. Porém, a pesquisa mostra incongruência entre alguns questionamentos. As empresas que não responderam corretamente o conceito, ou seja, aquelas que não sabem ou tem uma visão distorcida de objeto de custo, responderam em sua maioria, à mesma opção, ou seja, das 20 (vinte) empresas que conceituaram de forma incorreta, 27(vinte e sete) responderam ser muito importante à definição de objeto de custo.

(CONCLUSÕES) Este trabalho teve como objetivo verificar se as empresas do segmento selecionado sabem diferenciar os termos “custo ou despesa”. Com relação às empresas, foi observado que, de um total de 27 empresas, apenas 7 conceituaram de forma correta. Como sugestão de pesquisa e recomendável aumentar esse universo e verificar se essa realidade é comum a outros segmentos. Isto é, verificar se, outros segmentos possuem dificuldades em conceituar objeto de custo.

A2 – CONTABILIDADE

A ELABORAÇÃO DE UM PLANO DE NEGÓCIOS COMO FERRAMENTA GERENCIAL NA TOMADA DE DECISÕES: UM ESTUDO DE CASO DA CERÂMICA SÃO LUIZ

*Cleber Gustavo Luis G. Ferreira
Luiz Antônio Pessoa de Araújo
Luiz Sérgio Silva de Farias
Kalina Januário M. de Souza
Maria de Fátima M. de Azevedo
Nailton Santos Lopes
Sadrak Estácio de Souza*

Discentes do Curso Ciências Contábeis da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Carlos Eduardo Marinho Diniz

Docente do Curso de Administração, Administração com Habilitação em Marketing e Ciências Contábeis da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) O empreendimento em análise é uma indústria de Cerâmica que atua há 21 anos, e será relocada para se adequar a atual legislação ambiental, e, por conseguinte sua expansão e modernização. É de grande importância para a economia do Estado, particularmente para alguns municípios da região, pelo papel que desempenha na geração de empregos. Tem forte concentração na produção de tijolos de 08 e 06 furos dentro dos padrões exigidos pelo INMETRO, e blocos cerâmicos para laje. A abundância da argila e de boa qualidade é o principal fator de oportunidade para nossa empresa. Outro indicador é demanda de mercado existente principalmente no nosso Estado, que com a estabilidade da moeda através do plano real, aumentou o poder aquisitivo da grande parte da população economicamente ativa, possibilitando políticas de financiamento no setor habitacional, contribuindo para que as instituições bancárias que opera neste segmento facilitem o acesso aos créditos aos mais diferentes tipos de consumidor, aquecendo o mercado da construção civil, com 7.775 empresas no estado, e caracterizando a existência de mercado a ser explorado e também com o lançamento do PAC - Programa de Aceleração e Crescimento do governo federal.

(METODOLOGIA) A pesquisa apresenta, quanto aos objetivos a que se propõe a característica exploratória, pois, busca uma melhor familiaridade com o tema, além de uma análise bibliográfica das abordagens inerentes ao conjunto de conceitos interligados a indústria cerâmica vermelha. Este suporte bibliográfico está sustentado em livros, revistas técnicas e artigos publicados pelos SEBRAE de todo país no assunto.

(RESULTADOS) Esse empreendimento de produtos cerâmicos se utilizará dos princípios básicos e cuidados elementares que deverão ser seguidos nas etapas iniciais e finais do processamento de produção, com qualidade em razão acima de tudo do aproveitamento da matéria prima (argila) na região que é de boa qualidade, evitando o desperdício e produzindo tijolos com resistência e durabilidade, e com cuidados na redução de impactos ambientais, com o objetivo de conquistar com eficiência a clientela. Terá capacidade instalada de 1.200.000 unidades e uma produção inicial de 1.000.000 peças mês.

(CONCLUSÕES) O investimento necessário para implantação desse projeto é na ordem de R\$ 1.010.000,00, permitindo uma rentabilidade de 3,42% ao mês, e com o seu retorno do investimento total previsto para 30 meses. O ponto de equilíbrio dessa empresa está abaixo de 71%, considerado padrão aceitável para esta atividade. Vale à pena investir nesse projeto, porque ele possui uma lucratividade de 17,30% ao mês, valor este, bem superior aos ativos negociados no mercado financeiro atual. Além disso, será uma fonte de renda geradora de empregos para o município de Ceará Mirim, uma região carente de ofertas de mão de obra. Um fator preponderante é o fato que a elaboração do plano norteia a tomada de decisão, permitindo aos gestores uma análise mais apurada antecedendo a tomada de decisões.

A2 – CONTABILIDADE

UMA ANÁLISE CONTÁBIL COMPARATIVA EM EMPRESAS BRASILEIRAS E ESPANHOLAS

Evaltércio da S. Souza
Verônica Rodrigues da Silva
Discentes do Curso de Ciências Contábeis, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Thereza Angélica Bezerra de Souza
Docente do Curso de Ciências Contábeis, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) Certamente a contabilidade é a ciência que busca informar e controlar o patrimônio das empresas, sendo assim, um instrumento muito utilizado por gestores. No Brasil teve início na década de 70, com o desenvolvimento embrionário do mercado de capitais e com a reforma bancária. Até então, no Brasil a contabilidade foi marcada pela forte influência da legislação tributária, e está fortemente atrelado ao desenvolvimento econômico de país. Em termos internacionais, a contabilidade é homogênea, pois valores culturais, tradição histórica, estrutura política, econômica e social acabam refletindo nas práticas contábeis de uma nação e conseqüentemente, a evolução das mesmas pode estar vinculada ao nível de desenvolvimento econômico de cada país. O estudo tem como objetivo fazer uma análise comparativa de informações contábeis e verificar divergências entre organizações do Brasil e da Espanha.

(METODOLOGIA) O presente trabalho utiliza o método de pesquisa efetuada pela busca de informações em Internet, isto é, destacando as principais comparações em demonstrações contábeis brasileiras e espanholas, e ainda possíveis implementações.

(RESULTADOS) O resultado do estudo abrange informações e demonstrações contábeis realizados anualmente, sendo obrigatórios ou facultativos. Verificaram-se semelhanças e divergências entre informações contábeis de empresas brasileiras e de empresas espanholas, quanto ao seu conteúdo como também sua estrutura. Constatou-se que na Espanha as empresas possuem uma visão maior ao publicarem informações relacionadas ao meio ambiente e a responsabilidade social, enquanto que no Brasil esta prática ainda está dando seus primeiros passos. Em relação às demais demonstrações contábeis verificou-se semelhanças entre empresas brasileiras e empresas espanholas, no aspecto de balanço patrimonial e demonstração de resultado. É importante ressaltar que existem vários fatores como: cultural, sistema legal, desenvolvimento da bolsa de valores, sistema político, usuários das informações e objetivos da contabilidade que provocam diferenças a nível internacional na informação contábil.

(CONCLUSÃO) Por fim, sabe-se que a linguagem contábil não é uniforme, pois cada país tem os próprios critérios e formas diferentes para reconhecer e registrar as operações. Com isso, o presente estudo fica evidente que as demonstrações e informações contábeis possuem semelhanças e divergências quanto ao seu conteúdo como também sua estrutura. Desta forma, recomenda-se que seja feito este estudo em empresas de outros países.

A2 – CONTABILIDADE

UMA ABORDAGEM ACADÊMICA CONTÁBIL DO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL TÊXTIL DO RN

José Eliê Ribeiro

Francisco Vieira da Câmara

Discentes do Curso Ciências Contábeis da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Carlos Eduardo Marinho Diniz

Docente do Curso de Administração, Administração com Habilitação em Marketing e Ciências Contábeis da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) A economia potiguar, em seu segmento agroindustrial têxtil, segue os mesmos parâmetros da economia nacional, no que diz respeito ao processo de modernização deste segmento econômico. O surgimento do complexo agroindustrial (um processo de sedimentação da agricultura com a indústria) têxtil potiguar assim como em todo o Brasil, evolui das necessidades que a indústria teve com o crescimento da demanda por produtos do setor primário. É propósito deste trabalho apresentar o setor agroindustrial têxtil do RN, bem como suas potencialidades econômicas.

(METODOLOGIA) A pesquisa apresenta, quanto aos objetivos a que se propõe a característica exploratória, pois, se trata de um tema relevante em função do impacto econômico que o setor têxtil evidencia na economia do RN. Descritiva, pois contextualizou o setor abordando desde o contexto histórico até os dados contemporâneos. No que concerne aos meios, à pesquisa se desencadeou por meio de pesquisa bibliográfica, que forneceu o embasamento necessário no discorrer desse estudo, sustentado em livros, revistas técnicas, artigos publicados, e documentais. Além de monografias sobre o tema.

(RESULTADOS) A primeira constatação a que chega o presente trabalho é que a economia têxtil potiguar está em crise. Atualmente os maiores produtores de algodão são BA e MT. O algodão Mocó não existe mais, em consequência do descaso das políticas públicas em combater a praga do bicudo, forçando as indústrias do setor a importar a matéria-prima para sua produção. O número de empregados no setor declinou, face ao avanço tecnológico como também à crise de mercado provocado pela falta de competitividade do setor, em especial com a China e a Índia. O sinal de recuperação da agroindústria têxtil, em especial na década de 1990, é fruto de uma presença, ainda tímida do Estado como fomentador da economia, através do PRODI, uma realidade surgida da guerra fiscal entre os Estados, mas que está longe de levar o setor agroindustrial têxtil potiguar aos números do ciclo do ouro branco do século XIX.

(CONCLUSÕES) Uma das primeiras conclusões a que chega o presente trabalho é a constatação que dificilmente o setor do complexo agroindustrial têxtil do Rio Grande do Norte deixará de ser uma economia de “ciclos” sendo um dos fatores responsáveis por esta situação e o que mais diretamente contribui para que ela exista é a demanda insuficiente proporcionada pelo mercado interno potiguar em face de capacidade produtiva do setor. Um outro aspecto conclusivo é que o Estado, como fomentador das políticas desenvolvimentistas muito comuns no Brasil, especialmente durante o regime militar e outros mais centralizadores, deixou o aspecto do desenvolvimento econômico ao largo de sua alçada, inclusive pelo simples fato de ter perdido a sua capacidade de investir. É também por falta de uma política apropriada para o setor, que o Rio Grande do Norte deixou de ser uma dos grandes exportadores da cultura do algodão para ser um importador dessa matéria-prima, como forma de atender a demanda por esses produtos das indústrias locais que formam o complexo têxtil potiguar, que, a partir dos primeiros anos do século XXI, começaram a contar com fortes incentivos estaduais como os concedidos através do PROADI, como parte de uma política de guerra fiscal existente entre os Estados Brasileiros.

A2 – CONTABILIDADE

UMA PREOCUPAÇÃO EM EVIDENCIAR A INFORMAÇÃO CONTÁBIL, DO SETOR FINANCEIRO, DAS IGREJAS PERTENCENTES À ARQUIDIOCESE DE NATAL

Inês Silva de Melo do Nascimento

Discente do Curso de Ciências Contábeis, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Thereza Angélica Bezerra de Souza Santos - Especialista

Docente do Curso de Ciências Contábeis, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) Nos últimos anos, vem crescendo no Brasil e no mundo, o Terceiro Setor, portanto não se trata de algo novo, mas que vem crescendo o número de organizações privadas, sem fins lucrativos, o Terceiro Setor é constituído, assim, por associações comunitárias, organizações não-governamentais (ONGs), instituições filantrópicas, projetos de assistência, igrejas, fundações, organizações e projetos sociais desenvolvidos por empresas, sindicatos, etc. com o objetivo de gerar serviços de caráter coletivo com fins sociais. A busca de novas formas de gerenciamento e controle, tanto do Estado, quanto dos fomentadores de recursos às organizações sem fins lucrativos tem sido um grande desafio a ser alcançado, objetivando que os recursos nelas empregados, sejam utilizados de maneira eficiente com o máximo de transparência. Neste contexto o problema desta pesquisa é, há uma preocupação em evidenciar a informação contábil, do setor financeiro, das igrejas pertencentes à Arquidiocese de Natal/RN?

Com o objetivo de enfatizar a preocupação em evidenciar a importância do setor financeiro das igrejas pertencentes à Arquidiocese de Natal, verificando os fatos financeiros que possam influenciar na auditoria financeira.

(METODOLOGIA) Por se tratar de uma pesquisa bibliográfica, exploratória e de Campo, a coleta de dados foi através de questionário do tipo semi-estrutural com 10 perguntas fechadas que foram aplicadas junto as Paróquias da Arquidiocese de Natal, sendo da Capital e grande Natal, abrangendo os municípios de São Gonçalo, Macaiba e Parnamirim, os quais foram aplicados junto aos párocos e administradores paroquiais, totalizando assim 34 Paróquias.

(RESULTADOS) Nesta pesquisa de campo foram analisadas todas as Paróquias da Capital e grande Natal, Com o intuito de alcançar os objetivos estudados, foi elaborado um questionário com dez questões objetivas. O objetivo foi mostrar a preocupação da evidenciação das informações contábeis, conforme o resultado obtido pode-se dizer que as das 34 Paróquias analisadas 100% estão realmente preocupadas com a evidenciação das informações contábeis, 91% divulgam aos fiéis os seus relatórios financeiros, quanto à verificação dos valores financeiros existentes em caixa, 74% ou 25 Paróquias acompanham como forma de auditoria, uma das questões abordadas foi procurar identificar a forma mais útil em que o Governo poderia ajudar as entidades do Terceiro Setor (igrejas), enquanto 65% ou 21 Paróquias responderam que diminuindo os encargos sociais, 35% preferiram optar pelas obras sociais, enquanto que 97% ou 33 Paróquias necessitam que os administradores paroquiais se reciclem regularmente, e somente 3% ou uma Paróquia não mostrou interesse, conforme o que foi mostrado em toda pesquisa foi verificado que 76% ou 26 Paróquias, consideram de fundamental importância o papel do contador.

(CONCLUSÕES) Partindo do resultado obtido o propósito deste trabalho de pesquisa foi contextualizar e mostrar a preocupação da evidenciação dos atos financeiros nas Paróquias da Capital e grande Natal, pertencentes à Arquidiocese de Natal, esclarecendo a importância dos relatórios contábeis e financeiros. Identificando as razões as quais foram objeto de estudo, resultando-se assim os benefícios que a informação contábil traz para as entidades ligadas ao Terceiro Setor.

Recomenda-se que o estudo de pesquisa seja bem mais abrangente, seguindo para os mais diversos municípios do Rio Grande do Norte, os quais constam mais 44 Paróquias. Como as igrejas têm propósitos específicos e visam o bem de toda uma sociedade, que sirva esta pesquisa como ferramenta de transparência e gestão.

A2 – CONTABILIDADE

UMA LEITURA CONTÁBIL DE UM PLANO ORÇAMENTÁRIO: UM ESTUDO DE CASO DA SUN AND BEACH MODA PRAIA

Ana Maria Nunes da Silva

Daniella Dantas

Joseane Miranda Feitosa

Discentes do Curso Ciências Contábeis da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Carlos Eduardo Marinho Diniz

Docente do Curso de Administração, Administração com Habilitação em Marketing e Ciências Contábeis da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

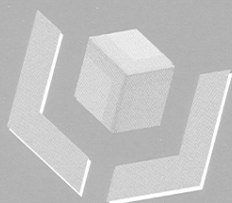
(INTRODUÇÃO) A contabilidade norteia a tomada de decisões dos gestores financeiros, e mesmo quando a empresa ainda não se consolida, é de fundamental relevância uma leitura contábil das expectativas de resultados. A presente pesquisa se consolida numa empresa de comércio varejista em moda praia, denominada Sun and Beach, que exercerá um bom papel no desenvolvimento do comércio varejistas da Zona Norte. A localização que será fundamental para avaliar a facilidade do acesso considerando o perfil da demanda, no mercado da moda praia, pois se trata de uma área litorânea, onde estas são freqüentadas por um grande número de turistas portugueses, holandeses, noruegueses, espanhóis, suecos, sem falar na demanda interna que consome esse tipo de roupa o ano inteiro. Os biquínis avançaram em tecnologia e modelagem ao longo dos anos e com isso conquistou inclusive o público externo.

(METODOLOGIA) A pesquisa apresenta, quanto aos objetivos a que se propõe a característica exploratória, pois, se trata de um tema em evidência devido à importância do plano de negócio afim de evitar os elevados índices de mortalidade das empresas. Descritiva, pois contextualizou o referido tema, abordando desde o contexto histórico até os dados atuais. No que concerne aos meios, à pesquisa se desencadeou por meio de pesquisa bibliográfica, que forneceu o embasamento necessário no discorrer desse estudo, sustentado em livros, revistas técnicas, artigos publicados, e documentais. Com isto, efetivou-se um estudo junto com o SEBRAE sobre o investimento naquela localização e obteve-se uma análise do referido mercado.

(RESULTADOS) Este mercado deve ser estabelecido sobre três vertentes: o consumidor, o concorrente e o fornecedor. Deve saber qual é o perfil da clientela que deseja atingir, o que elas precisam e que tipo de roupa que usam, geralmente as fábricas de roupas são reunidas em aglomerados formando um pólo. Isso facilita a compra dos produtos, pois numa só viagem é possível visitar mais de um fabricante. Como todo comércio o processo produtivo envolve compras de produtos selecionados de boa qualidade, vendas por meio de atendimento especializado, dimensionamento do estoque e controle de financeiros. A atividade comercial necessita de profissionais de venda que apresentem e oriente a compra dos clientes, buscando dentre as alternativas existentes no estoque aquele que atenderá às necessidades de um público cada vez mais exigente.

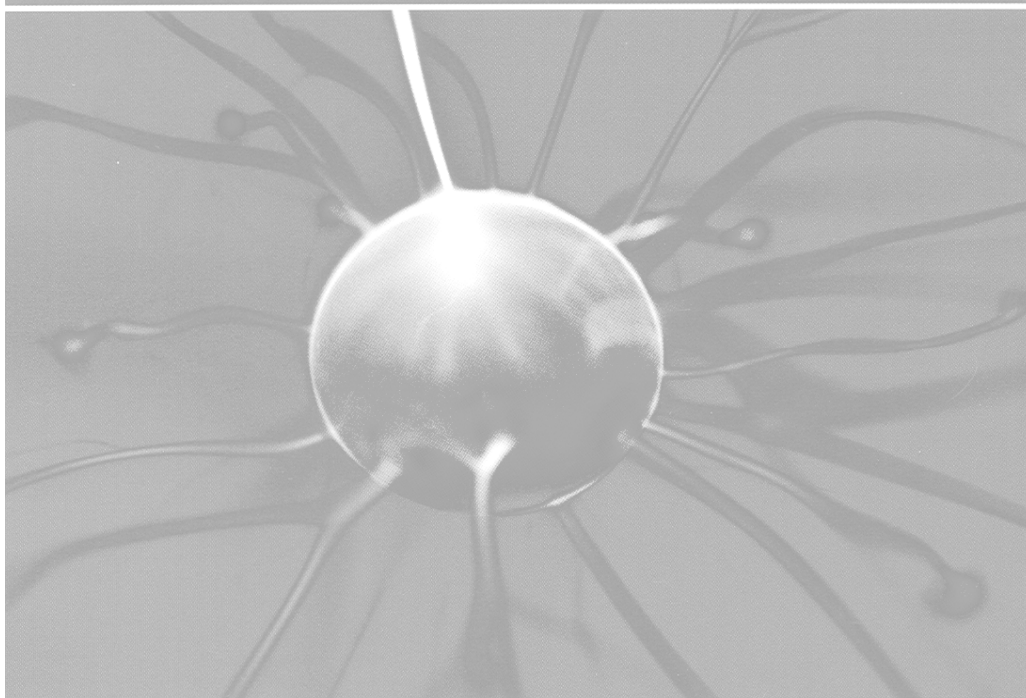
(CONCLUSÕES) O investimento necessário para esse tipo de empreendimento levando em consideração que é uma loja de pequeno porte, montada numa área de 60 m², será necessário um investimento inicial de R\$ 35.000,00 aproximadamente, com custos fixos de R\$ 6.561,00 em média e a aquisição da mercadoria será R\$ 2.220, e com o seu retorno do investimento total previsto para 24 meses. O empreendedor deve ter em mente que a reposição ou diversificação nos produtos ofertados garantem o retorno do cliente. É certo que preços competitivos e ambientes propício são fatores de atração e somados ao atendimento diferenciado e variedade de produtos podem transformar o negócio em sucesso empresarial.

VII CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA FARN



VII

**CONGRESSO DE INICIAÇÃO
CIENTÍFICA DA FARN**



"EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA CONSTRUÇÃO DA PAZ"

24 a 27 de outubro de 2007

**D
I
R
E
I
T
O**

COMUNICAÇÃO LIVRE

A 3 – DIREITO

ADOÇÃO POR CASAL HOMOSSEXUAL E SUAS IMPLICAÇÕES NO CONTEXTO PSICOLÓGICO, SOCIAL, RELIGIOSO E JURÍDICO

Carlos Frederico Vieira Pires
Elizabeth Gledes Siqueira Basílio

Discentes do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Carlos Alberto Nicolete da Silva

Docentes do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO): O objetivo do presente trabalho é fazer uma análise contextual sobre a adoção por casal homossexual e suas implicações no contexto psicológico, social, religioso e jurídico. Com base nesse objetivo e na fundamentação teórica, se sabe que o Direito nasce dos fatos sociais, das relações travadas entre os seres humanos, e o Direito está onde estão os homens, onde existe sociedade. No Direito de Família brasileiro pode-se exemplificar tal afirmativa com a edição de leis que vieram a regulamentar o divórcio e a união estável. Porém, ainda existe uma certa ignorância do Direito em relação a alguns fatos sociais, como é o caso das uniões homossexuais ou homoafetivas que à possibilidade ou não destes parceiros em adotar crianças, mesmo porque, alguns Tribunais brasileiros já vêm reconhecendo alguns efeitos patrimoniais a estas uniões. Negar a adoção a uma pessoa pelo simples fato dela ser considerada diferente dos padrões normais estabelecidos pela sociedade, é um ato de discriminação, onde a Constituição Federal proíbe tal ato e defende a construção de uma sociedade mais justa e solidária, além de procurar promover o bem estar de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

(METODOLOGIA): O trabalho se caracteriza como um estudo bibliográfico, uma vez que foi fundamentado em fontes secundárias, ou seja, através de artigos, revistas e livros no intuito de fazer uma interpretação analítica sobre a adoção por casais homossexuais na atual conjuntura social e seus aspectos jurídicos.

(CONCLUSÃO): Com base na fundamentação teórica realizada, verifica-se que o tema abordado é algo ainda muito novo para o direito, pois a sociedade não se encontra preparada para aceitar a adoção homoafetiva nem tão pouco para se posicionar em relação ao tema. Tudo o que é inovador é visto com um certo temor pela sociedade. Nessa perspectiva, novos contextos se apresentam nas relações humanas, devendo ser democraticamente salutar, que as posições sejam demarcadas, os debates se estabeleçam, que os embates discursivos se travem, e assim, a Lei e o Direito, objetivando harmonizar o novo e o velho, o antigo e o moderno, o conservador e o avançado, devem servir de suporte para a solidificação de "novos direitos" em uma escala ascendente, em busca da felicidade geral. Assim, a adoção deve ser vista como um ato de amor e o que deve prevalecer é a felicidade e o bem estar do adotando. Vê-se que, se não todo, ao menos um pouco do preconceito já foi superado por alguns magistrados, e por alguns olhares menos incrédulos. Porém, ainda há muito que se fazer, não apenas pelos juízes ou desembargadores, mas também pelos legisladores, doutrinadores, ou, melhor dizendo, por cada cidadão deste país.

A 3 – DIREITO

A (IN)AFIANÇABILIDADE DO PORTE DE ARMAS

*Jordana Asfora Paixão
Elora Débora da Costa Monteiro
Lara Raissa Gama Torquato Rego
Sofia Morais de Souza Freire*

Discentes do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

*Carlos Wagner Dias Ferreira
Lincoln Rufino
Rita Andrade*

Docentes do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) O tema é a (in)afiançabilidade do porte de armas. Foi escolhido devido à grande repercussão social, e por tentar delimitar a liberdade do cidadão que porta arma. Será desenvolvido baseando-se na tese defendida pelo Ministério Público, e acatada pelo Supremo Tribunal Federal, referente ao porte de arma ser crime de mera conduta, e passível de fiançabilidade, já que não acarreta lesão ou ameaça de lesão à vida ou à propriedade, tendo-se em vista o princípio da presunção de não culpabilidade.

(METODOLOGIA) Nossa pesquisa utilizará como referências a ADIN nº 3.112-1 do Supremo Tribunal Federal, que declarou inconstitucionais os artigos 14 e 15 do Estatuto do Desarmamento (Lei 10.826/03); a Constituição Federal em seu artigo 5º; o próprio Estatuto do Desarmamento; a análise da tese sobre direitos e garantias fundamentais de Paulo Bonavides no que se refere ao direito de propriedade; e o Pacto de São José da Costa Rica.

(RESULTADO) A liberdade provisória é regra para o direito penal, e é assegurada fundamentalmente no artigo 5º, LXVI da Constituição. Na ADIN nº 3.112-1, o ministro relator do STF Ricardo Lewandowski declarou inconstitucional a inafiançabilidade do porte de armas -expressos nos artigos 14 e 15 do Estatuto do Desarmamento-, tendo como preliminar a questão de que prisão preventiva é exceção, e pelo princípio de presunção de não culpabilidade (artigo 5º, LVI da Constituição), não sendo possível a prisão sem provas prévias contra o acusado. A fiançabilidade do porte de armas é assegurada pelo Pacto de São José da Costa Rica -grande norteador internacional da ordem social- e amparada pelos direitos fundamentais – que são universais-, cujo qual visa a vinculação essencial dos direitos fundamentais à liberdade e à dignidade humana. Discorre sobre integridade psíquica e moral; em direito à liberdade e à segurança pessoais, sobre o fato de que ninguém pode ser submetido à detenção arbitrária; ainda, quando assegura o direito ao uso e gozo dos seus bens e, finalmente, quando afirma que nenhuma pessoa pode ser privada de seus bens, salvo mediante o pagamento de indenização justa. Logo, prevalece o direito à propriedade, como inerente ao homem, visto que está dentro do rol de direitos naturais, inalienáveis e sagrados.

(CONCLUSÃO) A pesquisa possibilita concluir que a fiança do porte de armas, nada mais é do que a concretização de um direito privado e inato. E através deste direito, o cidadão se protege da insegurança pública e do descaso estatal com a proteção dos mesmos, portando sua arma como forma de defesa e proteção particular. Destarte, como é permitido através de indenização justa, para fins de segurança pessoal, o porte de arma, fica claro o amparo legal para tal ato. Portanto, a decisão proferida pelo ministro Ricardo Lewandowski é pertinente e extremamente coerente com os direitos e garantias individuais.

A 3 – DIREITO

A EFETIVIDADE DAS NORMAS AMBIENTAIS: UM ESTUDO DE CASO SOBRE O RIO POTENGI (NATAL/RN)

*Anna Carolina Stafuzza
Carolina Guerreiro e Medeiros
Renata de Araújo Carvalho*

Discentes do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

*Sara Andrade
João Batista Machado Barbosa
Josoniel Fonseca*

Docentes do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) As perdas provocadas pelo mau uso dos recursos hídricos e, principalmente, as conseqüências da ação humana, tais como poluição, desmatamento, desperdício e uma exploração feita sem sustentabilidade, constituem os principais problemas da questão da água nos dias atuais. Tais fatores, aliados à importância da água para a sobrevivência do planeta e da vida humana fizeram com que a sociedade e o poder público passassem a valorizar mais o problema. A preocupação com os recursos hídricos fez com que o regime jurídico das águas fosse alterado, e a água passou a ser um bem público. Neste sentido, o presente trabalho apresentará como estudo de caso uma pesquisa sobre o Rio Potengi que teve sua fauna e sua vegetação parcialmente destruídas no episódio ocorrido no mês de julho de 2007, o que torna pertinente, portanto, uma reflexão a respeito da eficácia das normas de proteção ambiental em geral, bem como a investigação do caso particular.

(METODOLOGIA) Para atingir o alcance de tal objetivo, realizou-se uma pesquisa de caráter bibliográfico, com ênfase teórica, acerca dos conceitos da norma jurídica e sua eficácia, fazendo-se um paralelo com a legislação ambiental e sua aplicação em face de casos de impacto ambiental como o que ocorreu no Rio Potengi. Outrossim, foi realizada uma visita *in loco* ao, Rio objeto de nosso estudo, dois meses depois do referido episódio de dano, onde obtivemos material fotográfico que ainda revela a existência de elementos poluidores no local. Com a participação de biólogo especializado, tivemos acesso a um material auxiliar para nossa pesquisa e orientação para a referida visita.

(RESULTADOS) Após as etapas de nosso levantamento de dados, foi constatado que ainda existem muitas irregularidades ao longo do Rio Potengi, como lagoas de estagnação de águas servidas utilizadas por empresas limpa-fossas, águas do Canal do Baldo que são despejadas sem tratamento, além de resíduos industriais, esgotos domésticos e dejetos da população ribeirinha, tornando o rio inadequado para consumo e para a sustentabilidade da fauna e flora nativa. Isso ocorre, dentre outras razões, pela falta de instrumentos que permitam a eficiência da aplicação da norma ambiental, uma vez que a eficácia é o efeito social obtido pela aplicação da regra jurídica do ponto de vista teórico, constatou-se que a eficácia jurídica da norma ambiental está diretamente relacionada à adoção de atos inerentes a outras áreas, não localizadas dentro do campo estritamente jurídico.

(CONCLUSÃO) No estudo de caso realizado, à luz do referencial teórico de eficácia das normas ambientais, observamos que dentre os problemas que impedem a eficácia da norma, podemos apontar a falta de consciência e educação dos cidadãos, a lentidão do Poder Judiciário e a pouca credibilidade dos órgãos ambientais. No caso em estudo, em particular, concluímos que a concentração exagerada da implementação ambiental nas mãos do Estado aliada à inadequação do sistema de fiscalização e de controle das agressões ambientais são tidos como os maiores empecilhos à implementação da legislação. Consideramos que esta desarmonia entre a legislação e os projetos governamentais permite o descumprimento da lei e a degradação do meio ambiente. Assim, a proteção do meio ambiente para ser efetivada não necessita apenas de normas jurídicas. Depende, sobretudo, de fiscalização dos órgãos encarregados de gerir a política nacional de meio ambiente e conscientização, por meio de políticas educacionais, de todos os cidadãos no sentido de se proteger os recursos esgotáveis. Apenas deste modo, a eficácia da norma atingirá o seu mais elevado grau de aplicação: o cumprimento pacífico e espontâneo de todos, em prol de um futuro sustentável.

A3 – DIREITO

A EFETIVIDADE JURISDICIONAL NA ERA DO PROCEDIMENTO ELETRÔNICO

Elis Serjane Turra

Iuri dos Santos Lima e Sousa

Nathália dos Remédios Fonseca Morais Rego

Petula Maria de Souza

Reynaldo de Oliveira Medeiros

Discentes do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Karina Smith Chaves Seidl

Docente do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) Os clamores da sociedade por uma prestação jurisdicional mais célere e por conseguinte mais efetiva encontram no procedimento eletrônico, regulamentado pela lei 11.419/2006, uma realidade totalmente diferente e alinhada ao mundo “virtual”. O uso de tecnologias avançadas, como o certificado digital, previsto na Medida Provisória 2.200-2/2001, aliadas a sistemas de automação e programas gerenciais, impulsionarão uma verdadeira revolução no tempo de duração do processo, bem como na redução de seus custos e insumos. Não obstante, será necessário o empenho do Estado, sobretudo do Poder Judiciário, para que o disposto nesta legislação seja implementado em todo o âmbito da justiça. Nesse sentido, buscaremos contrapor a realidade de um processo onde atos são exteriorizados em meio físico, com a sua expectativa de modernização na forma, demonstrando que a informatização e conseqüente virtualização deste é fundamental e imprescindível a efetividade da justiça. Para tanto, recorreremos à bibliografia apropriada e, sobretudo, às legislações pertinentes ao temas.

(METODOLOGIA) Trata-se de pesquisa qualitativa, quantitativa e bibliográfica com ênfase na análise doutrinária e tecnológica que envolve o tema. O método utilizado nessa pesquisa é o dialético, visando contrapor paradigmas enraizados no judiciário brasileiro que prendem o processo ao mundo material do papel, do documento físico, com um outro que emerge revolucionando toda a forma procedimental para uma realidade totalmente virtual.

(RESULTADOS) O judiciário brasileiro amarga o estigma de ser excessivamente lento, pois as demandas percorrem um caminho tão longo no tempo e cinzento no resultado que acabam por perder o seu sentido de justiça quando do provimento final. Os que aguardam a resposta do Estado ao deslinde de seu pleito, muitas vezes não vêem seu direito sobreviver a longa espera. O desperdício na burocracia processual, ou mais precisamente, na administração dos autos em papel, representa cerca de 70% da vida do processo, o chamado “tempo neutro”, conforme dados divulgados pelo Conselho Nacional de Justiça. No entanto, constatamos que essa mora não é necessariamente função do volume de demandas nem da excessiva quantidade de recursos judiciais previstos em lei, mas da ausência de uma gestão processual e procedimental que faça uso da informática de maneira racional, comprometida com os resultados esperados pelo jurisdicionado. Por outro lado, as experiências existentes no Brasil, nos Tribunais onde o processo na forma eletrônica já foi implantado, demonstram sensível diminuição nos prazos de tramitação, bem como economia significativa dos gastos de sua administração e otimização de recurso, sobretudo, os naturais.

(CONCLUSÃO) A sociedade brasileira não mais tolera o processo em sua forma convencional, pois este tem se mostrado ferramenta incapaz de atender sua finalidade, qual seja o de ser instrumento para que o Estado preste uma jurisdição segura e efetiva e que traduza o sentido de justiça aos que a ela se submetem. Entendemos que a desmaterialização dos autos processuais, passando do meio físico ao virtual, configurará um cenário totalmente favorável a uma justiça realmente alinhada aos interesse e anseios da população. O processo na forma eletrônica, será uma verdadeira mudança de conceitos e paradigmas e trará resultados extremamente positivos no tocante a efetividade da justiça. O julgador, certamente, tomará decisões em um tempo mais razoável, bem alinhado ao espírito da Emenda Constitucional 45, inciso LXXVIII. Com sua implementação, surgirá uma nova era de cidadania e de respeito a dignidade da pessoa humana no âmbito da prestação jurisdicional.

A3 – DIREITO

A EVOLUÇÃO DO DIREITO DA MULHER: UM BREVE ESTUDO SOBRE O TRATAMENTO SOCIAL E JURÍDICO DO GÊNERO FEMININO AO LONGO DA HISTÓRIA OCIDENTAL

*Ana Paula Ramalho Dantas
José Paulino da Rocha Júnior
Paula Serrano Rocha Pereira Gaspar
Sílvia Lorena Figueiredo Fernandes
Viviane Miranda da Câmara*

Discentes do Curso de direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

*Sara Andrade
Maria Aparecida Trindade
Noemi Savassa
Josoniel Fonsêca*

Docentes do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) A luta da mulher pela sua libertação e por seus direitos não é recente, mas sim remota às primeiras civilizações, nas quais sua imagem já era vinculada a mitos ou abstrações ingratas. O perfil construído para o feminino, no contexto de uma visão patriarcal e reforçado principalmente a partir da Idade Média, pela Igreja Católica, foi o de uma mulher pecadora, fútil, cuja sensualidade é demoníaca e sua função se resumia à procriação, ao cuidado dos filhos e das tarefas domésticas. Ao longo do tempo, os processos de mudanças sociais, vividos de formas e intensidades diferentes, resultaram em alterações significativas nos padrões sócio-culturais, ganhando a mulher visibilidade a ponto de contrapor o paradigma que colocava os homens como referência universal e as mulheres como seres inferiores. Considerando os pontos já abordados acima, o objetivo do trabalho é analisar a evolução do direito feminino a partir do momento em que a noção de direito e cidadania é sintetizada e a visão de mulher como cidadã e portadora de direitos é assumida.

(METODOLOGIA) Para tanto, realizou-se um estudo retrospectivo, de caráter qualitativo e nível descritivo, por meio de um levantamento bibliográfico, no qual abordou-se o desenvolvimento feminino nos diversos âmbitos sociais, tendo como um dos pontos de referência a busca pela justiça proporcional, na qual o direito igualitário homem-mulher é defendido pelo só fato de ambos serem seres humanos. Essa análise se deu a partir de diferentes enfoques literários e numa cronologia histórica-evolutiva.

(RESULTADOS) Verificou-se que este tema tem origem justificada em interesses e necessidades da mulher em ter sua importância e valor reconhecidos, tanto no aspecto social, quanto no âmbito jurídico. Observamos o desempenho da mulher em diferentes épocas: na Idade Antiga as mulheres atenienses eram despossuídas de direitos políticos ou jurídicos e se encontravam inteiramente submetidas socialmente. Detinham no máximo o papel de organizadora das funções domésticas, estando submissas a um regime de quase reclusão. Já as romanas ocupavam uma posição de maior dignidade que na Grécia: não viviam em reclusão, tomavam conta dos escravos, faziam as refeições com o marido, podiam sair e eram tratadas com certo respeito, tendo acesso, inclusive, a teatros e tribunais. Na Idade Média, a visão acerca da mulher era dicotômica, ou seja, ao mesmo tempo em que era tida como a culpada pelo Pecado Original, a virgem Maria foi aquela que deu ao mundo o salvador dos pecados. No período da Idade Moderna, o sexo feminino ganha uma certa posição social em razão do renascimento, iniciando um processo ascendente de reconhecimento. A Idade Contemporânea, por fim, é marcada pela presença e influência do movimento feminista que trouxe como consequência a independência financeira e sexual da mulher.

(CONCLUSÃO) As inúmeras manifestações existentes em distintas épocas por todo o mundo foram e continuam sendo fóruns de denúncias contra a discriminação, as desigualdades e injustiças com que as mulheres são tratadas. Entretanto, elas conseguiram ocupar espaços significativos, alcançando posições e acesso a lugares, antes exclusivos aos homens. É possível constatar que a emancipação feminina não se realizou completamente. Há muito, ainda, a conquistar. Apesar dessa constatação, a atuação das mulheres apresenta consequências positivas no setor civil, político e social. É importante ressaltar que a busca pela igualdade em diversos âmbitos não deve representar uma identidade absoluta, pois entre os gêneros existem diferenças e limitações que devem ser respeitadas e levadas em consideração, trazendo à tona o princípio da justiça proporcional. Concluímos, assim, que a mulher está em incessante busca da sua liberdade, visibilidade, valorização e proteção, busca acompanhada, num percurso histórico longo e conflituoso, também pela ordem jurídica.

A3 – DIREITO

A ILEGALIDADE DA DIVULGAÇÃO DE GRAVAÇÕES FEITAS ATRAVÉS DE INTERCEPTAÇÕES TELEFÔNICAS DURANTE AS INVESTIGAÇÕES CRIMINAIS

Amilton Roberto Barros de Lira

Thiago Catão Brito

Larissa Emanuelle De Oliveira Silva

Marcelino Trajano Da Silva

Alberto Henrique Maciel De Andrade

Discentes do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Carlos Wagner Ferreira Dias

Alexandro Gomes Bezerra dos Santos

Docentes do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) Diante da repercussão da divulgação de trechos de gravações feitas através de interceptações telefônicas na mídia, renasce a discussão em torno da questão do sigilo de correspondência e de comunicação. Diante de tal problemática, o presente trabalho tem o intuito de analisar, à luz da Constituição Federal de 1988 e da Lei 9.296 de 24 de julho de 1996, a ilegalidade da divulgação de gravações realizadas por meio de interceptações telefônicas durante as investigações criminais. Conversas telefônicas são divulgadas ilegalmente, já que ferem a Lei de interceptações telefônicas (Lei 9.296/96) e a nossa Carta Magna, mais especificamente o Direito da Intimidade, em seu artigo 5º, inciso XII, referente ao sigilo de correspondência e de comunicação, mesmo sendo os participantes dos diálogos expostos objeto de investigações criminais, o que não os impede de exercer seus direitos individuais. Além disso, o sensacionalismo gerado em torno dos casos escancarados diante da sociedade impede o transcorrer normal dos processos, já que há uma divulgação acerca das técnicas utilizadas pelo Poder Público, impedindo o sucesso de novas investigações que venham a ser necessárias.

(METODOLOGIA) Será utilizado pesquisa bibliográfica especializada sobre a feitura de interceptações telefônicas em investigações criminais e será feita a exegese dos textos legais, abordando aspectos constitucionais e infraconstitucionais. Bem como, serão realizadas pesquisas nos sites especializados dos Tribunais Superiores do Brasil, no intuito de trazer os entendimentos jurisprudenciais acerca da ilegalidade da divulgação de gravações feitas através de interceptações telefônicas e apresentar o interesse social acerca do tema.

(RESULTADOS) A partir da análise da Lei 9.296/96, se observou que a divulgação, através da imprensa, de gravações telefônicas, as quais se constituem como meio de prova em processos criminais é crime previsto no artigo 10 da mencionada lei, com previsão de pena de reclusão de dois a quatro anos e multa. Verificou-se que os principais argumentos daqueles que defendem a divulgação das gravações nos sistemas de comunicação se baseiam, em sua essência, no princípio da publicidade, por acreditarem que estas informações são de interesse público, não observando, porém, a análise individual dos casos, visto que nem todos possuem um interesse coletivo, devido à quebra do direito da intimidade. Além disso, foi possível notar que a grande número de matérias jornalísticas, com conteúdo sensacionalista e ilegal, a cada dia aumenta pela ineficácia na aplicabilidade da lei, em relação à responsabilização dos que fazem mau uso das gravações feitas através de interceptações telefônicas. A responsabilização, tanto no âmbito penal como no civil, dificilmente ocorre pela dificuldade na identificação do responsável direto pela divulgação do conteúdo sob sigilo de justiça.

(CONCLUSÕES) Analisando o material coletado na pesquisa, foi possível notar que a imprensa sensacionalista tem grande interesse em divulgar as gravações, pouco se importando com a execração pública dos envolvidos. Fato é que o escárnio que os sujeitos investigados são submetidos é irremediável. São raros os casos em que se pode observar uma necessidade da divulgação, e mesmo assim, é necessário que se tenha uma autorização do juiz competente da ação principal. Destarte, há a necessidade que seja feita uma análise caso a caso, além de uma ponderação entre o interesse social em saber o conteúdo supostamente criminoso das conversas gravadas e o Direito à Intimidade dos investigados. Além disso, se pode notar que se torna cada vez mais difícil a condenação dos envolvidos em crimes que tem como meio de prova gravações telefônicas, visto que há uma série de argumentos plausíveis que permitem a defesa do réu pela sua exposição ilegal diante da sociedade, e, pelo descumprimento dos procedimentos estabelecidos pelo diploma legal.

A3 – DIREITO

A INEFICÁCIA DO DIREITO DE REGRESSO

Max Rafael Vale Diniz

Discente do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Dijosete Veríssimo da Costa Júnior

Docente do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) A gradação histórica da Responsabilidade Civil do Estado demonstra que o primeiro passo desse instituto foi com Teoria da Irresponsabilidade do Estado. Logo após surgiram: a Teoria da Responsabilidade com Culpa, a Teoria da Culpa Administrativa, a Teoria da Responsabilidade Objetiva lastreada na Teoria do Risco Administrativo. Arelada à última Teoria da Responsabilidade Civil do Estado desenvolve-se o Direito de regresso, representando o instituto da Responsabilidade subjetiva. O objetivo principal do Direito de Regresso é a restituição do valor pago pelo Estado, a título de dano material e/ou moral, ao administrado que teve algum de seus direitos lesionado por representante da Administração Pública. Dessa forma, busca o presente trabalho identificar a viabilidade, na prática forense, do instituto do Direito de regresso sob o enfoque do Direito público, ou seja, Administração e seus representantes.

(METODOLOGIA) A pesquisa caracteriza-se como bibliográfica, com ênfase na literatura especializada e jurisprudências dos Tribunais, no sentido de perquirir os aspectos práticos em torno do Direito de regresso, identificando se o Estado consegue recuperar dos seus agentes o valor das indenizações vultosas.

(RESULTADOS) Visualiza-se no decorrer do presente, que existe um vácuo doutrinário e jurisprudencial acerca do tema. Os agentes envolvidos em grandes violações terminam não tendo que arcar com os prejuízos ocasionados por suas condutas no exercício da prestação do serviço público. Existem julgados que condenam o Estado a indenizações de altas proporções, o que se tornam impagáveis para um servidor que as deva restituir. Nesse sentido, um julgado do TJ-RJ que condenou o Estado a pagar R\$ 1 Milhão a título de danos moral e material, além de pensão vitalícia de R\$ 800,00 a um jovem que ficou paraplégico, vítima de disparo efetuado por policial militar (Processo nº 2005.001.30963 – segundo informações do TJ-RJ). A problemática da questão se funda, principalmente, em três pontos: a) Incapacidade financeira dos agentes para adimplir a restituição; e b) vedações normativas, em nível constitucional e infra-constitucional; bem como c) Neoconstitucionalismo, através de suas linhas de base – pós-positivismo e filtragem constitucional – como possível solução para os adeptos ao desprendimento normativo como oferta de justiça.

(CONCLUSÕES) Por fim, identifica-se que o Direito de regresso detido pelo Estado, na prática, em alguns casos é ineficaz, haja vista a impossibilidade do Estado impor, aos seus agentes, a restituição dos valores indenizatórios. Tal ineficácia dá-se devido às limitações ordinárias que cessam o poder do Estado de descontar unilateralmente dos vencimentos do agente; existem ainda, limitações constitucionais que vedam trabalhos forçados. Dessa forma, está o Estado proibido de obrigar o agente a trabalhar, havendo previsão de quitar a dívida com os descontos em sua remuneração, mas sem qualquer eficácia, na prática. Trata-se na verdade, de uma demanda que está à margem das regras positivadas. Como possível solução, vislumbra-se a oferta de uma tutela jurisdicional baseada em princípios, não simplesmente com as linhas diretivas da lei. Devendo o magistrado atentar para as concepções pós-positivistas bem como efetuar uma filtragem constitucional para ponderar os interesses em jogo, de modo que, não haja a contrário sensu enriquecimento ilícito do agente, e que este também não seja forçado a trabalhar eternamente para adimplir a dívida. Restando como solução: o agente não ficaria intocável financeiramente, pagaria com base na sua capacidade, e o Estado arcaria com a outra parte, tendo em vista a Teoria do Risco Administrativo.

A3 – DIREITO

A INFLUÊNCIA DA ESTÉTICA CLÁSSICA NO NAZISMO E SUAS REPERCUSSÕES NO DIREITO ALEMÃO

*Ana Rosa Santos
Ítalo Augusto Oliveira*

Vanessa de Medeiros Soares

Discente do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

*Pablo Capistrano
Sara Andrade*

Docentes do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento RN

(INTRODUÇÃO) O presente trabalho baseia-se em estudos feitos pelo sueco *Peter Cohen*, que afirma que o nacional-socialismo tinha como objetivo destruir tudo o que fosse “repugnante” para seus afiadíssimos valores estéticos. Desse modo, o padrão de beleza física dos nazistas encontravam raízes na Antiguidade clássica, SENDO A estética difundida no período clássico influência profundamente marcante das idéias que Hitler cultivou, sempre buscando uma perfeição idealizada, e quase inatingível, no qual o ser ariano teria suas características baseadas nos deuses, que no período clássico existiram. Os valores nazistas que estavam impregnados por idéias xenofóbicas e eram legitimados pela sociedade, mediante uma regulamentação jurídica que consentia as práticas daquele regime, em prol de uma “pureza étnica e branca”. Assim, as regras daquele período representavam o resultado de um processo cultural de jogo de valores, resultando em um direito que era fruto de tais expectativas axiológicas, legitimando-as pela norma. Ante o exposto, o presente estudo busca fazer um paralelo entre os aspectos estéticos clássicos nazistas e a relação destes com os princípios que sustentam o mundo jurídico, como mundo da cultura e dos valores de cada sociedade.

(METODOLOGIA) para os fins deste estudo, realizou-se uma pesquisa de caráter teórico, qualitativo e de procedimento histórico-bibliográfico, desenvolvido com base em material literário e videográfico.

(RESULTADOS) Nos levantamentos de dados realizados, verificamos que a compreensão de idéias nazistas possuem interressão com aquelas já existentes no período clássico, com ênfase na busca da estética perfeita, relacionada a aspectos étnicos e estéticos que a maioria da nossa atual sociedade não aceita moralmente. Os valores estéticos presentes nos estudos da eugenia nazista (ciência que estuda as condições mais propícias à reprodução e melhoramento genético da espécie humana) são hoje rejeitados moral e juridicamente, uma vez que o direito positivado já implementou mudanças profundas na estrutura jurídica do próprio estado nazista, levando em consideração fatores históricos e epistemológicos.

(CONCLUSÃO) Diante dos resultados apresentados, observa-se que o nazismo, cuja doutrina consiste numa mistura de dogmas e preconceitos a respeito da pretensa superioridade da raça ariana, sistematizados por Adolf Hitler (1889-1945) em seu livro “minha luta”, sofreu grande influência da estética clássica. Suas idéias que se apresentavam como originais, já existiam no passado (redescoberto a partir do renascimento), quando já se buscava um modelo de beleza e de perfeição, idealizado desde a antiguidade clássica. Neste sentido, a influência dos valores estéticos, na busca de uma pureza étnica resultou também na produção de um direito formal, que, reproduzindo os valores sociais vigentes na época, cumpriu sua função legitimadora que fundamentava as atrocidades cometidas no princípio do aperfeiçoamento da raça, muito embora desvinculado de qualquer valor de justiça.

A3 – DIREITO

A PERSONALIDADE JURÍDICA DO EMBRIÃO

Amanda Larissa Ribeiro da Silva
Emanuela Cristina Silva de Amorin

Discentes do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Ana Paula Cacho
Carlos Wagner
Noemi Favassa
Rita Andrade

Docentes do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) A evolução no desenvolvimento de técnicas de inseminação artificial proporcionou um grande avanço na medicina, além de, também, proporcionar alegria e esperança para pessoas que não possuíam condições fisiológicas necessárias para a reprodução. Porém, esse avanço trouxe, também, uma questão indiscutível: A falta de legislação para regulamentar essa prática e os problemas oriundos da mesma. Portanto, esse trabalho de iniciação científica tem o escopo de trazer à tona: a realidade jurídica entendida pela legislação brasileira sobre o embrião, confrontando-se com os princípios constitucionais; a falta de regulamentação para problemas que surgiram a partir desses procedimentos e as atuais legislações estrangeiras sobre o tema.

(METODOLOGIA) Para atingir tais escopos, realizamos uma pesquisa de caráter exploratório, com base em estudos eminentemente bibliográficos, resultando num trabalho de natureza qualitativa para o tema abordado. O trabalho será abordado na ótica atual do Direito Civil e Constitucional brasileiro e da fundamental discussão ético-filosófica partindo-se das noções de pessoa humana e do interesse social de proteção à natureza jurídica do embrião humano, tendo uma breve explicação dos processos biotecnológicos.

(RESULTADOS) Sendo um procedimento que "controla" a vida humana a prática da fertilização "IN VITRO" deve ser não só estudada, como discutida no âmbito ético-filosófico para que se crie uma legislação e assim possa se regular os problemas provenientes. Com relação ao início da personalidade jurídica, o ordenamento jurídico brasileiro possui uma opinião formada pela maioria dos doutrinadores em que indica ser o nascimento com vida o início da personalidade e ao nascituro reserva-se apenas a expectativa de direito.

(CONCLUSÃO) Evidencia-se então, a necessidade de se respeitar o homem como pessoa e, também, a igual necessidade de percebê-lo como um centro de liberdade e complexidade único indivisível. Esse dever de respeito e de proteção para cada pessoa humana, fundada em propostas de ordem ética deve-se estender-se aos embriões humanos que formaram no futuro próximo a nova geração de indivíduos. Fazendo-se necessário, portanto, a investida da bioética para solucionar os problemas que emergem.

A3 – DIREITO

A QUALIDADE DA ÁGUA E CIDADANIA: O CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR APROXIMANDO ESSES DOIS IDEAIS

Ana Carolina Guilherme Coêlho

Jamaci Silva de Oliveira

(Discentes do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN)

Lenice Silveira Moreira

Kaleb Campos Freire

Docentes do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) O presente artigo trata de uma questão que está em evidência, tendo em vista o enfoque que se tem dado às questões relativas ao meio ambiente, uma vez que o homem vem utilizando os recursos naturais disponíveis de maneira abrupta e impensada. Desta forma, é salutar que se estude acerca do uso sustentável do recurso hídrico, no que tange ao abastecimento de água prestador por fornecedores em todo o país. Assim, diante a legislação pátria, busca-se com o trabalho mostrar a relação entre o Código de Defesa do Consumidor e a informação que o consumidor tem acerca da qualidade da água que consome. Assim, ao desenrolar deste trabalho, procura-se mostrar a situação que se encontram os consumidores, e não menos cidadãos do Brasil, no que concerne às informações que detém da qualidade da água que chega até suas residências.

(METODOLOGIA) Norteando toda a pesquisa, tem-se como instrumento cabal para conclusões os processos que tramitam no Ministério da Justiça, na Capital Federal, em que se analisam as informações que as prestadoras de serviço de água e esgoto estão enviando a seus consumidores, tanto no relatório anual, bem como nas contas mensais. Ademais, usou-se a Lei 8.078/90, que é basilar para traçar parâmetros e auferir o controle das informações prestadas, assim como todos os dispositivos que regem a mesma matéria, em que se encontram nos Ministérios da Saúde, das Cidades, do Meio Ambiente, da Justiça e Governo Federal. Concomitante a Lei Consumerista veio à tona o Decreto 5.440 do Ministério da Saúde e a Portaria 518 do mesmo órgão, em que tratam de maneira mais específicas as exigências da potabilidade da água.

(RESULTADOS) Como fruto de um trabalho de pesquisa, encontrou-se uma situação já não desconhecida, mas que gera um certo constrangimento e preocupação, uma vez que a maioria das informações que são prestadas aos consumidores pelas empresas fornecedoras estão em desacordo com as exigências do Estado e não alcançam, na maioria das vezes, os índices indicados para o consumo humano. E é exatamente nesta seara que adentra o Código de Defesa do Consumidor, auxiliando os cidadãos na busca de seu direito em ter a informação verídica e realizar o controle social, cobrando das suas respectivas empresas medidas de urgência que visem à melhoria da água consumida.

(CONCLUSOES) Ao findar momentaneamente a pesquisa, chegou à conclusão que ainda há muito caminho a se percorrer, principalmente em desenvolver políticas públicas de incentivo para que as empresas atendam aos dispositivos do Ministério da Saúde, e realizem o teste de qualidade da água com maior freqüência e informe ao seu consumidor a real situação do fornecimento, tratamento e qualidade final da água que será consumida. Alegra-nos, porém, o fato de se encontrar o Estado interessado em gerar condições de melhoria, implementando políticas públicas de educação tanto ao cidadão, para que saiba cobrar e exercer seu papel na sociedade, como para as empresas, para que executem seu serviço de maneira correta.

A3 – DIREITO

A REALIDADE DOS HILOTAS PARA O ESTADO ESPARTANO: ESCRAVOS OU SERVOS?

Lucyene Maria Ferreira Malheiros

Discente do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Pablo Moreno Paiva Capistrano

Docente do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) O presente trabalho transpõe a área da organização social das civilizações ocidentais e acaba por explanar um tema bastante confuso e duvidoso que perpassa a sociedade espartana, a saber: a realidade social dos hilotas para o Estado de Esparta. Sobre este viés, a apresentação que ora se apresenta abordará a divisão da sociedade espartana em uma outra e nova perspectiva, a qual revelará a verdadeira realidade social dos hilotas. Inicialmente demonstro como Esparta estava dividida socialmente em classes, as quais são definidas por: esparciatas, periecos e hilotas. Posteriormente analiso a forma de vida dos hilotas, suas funções e obrigações para com a sociedade espartana. E, por último, observo a precária condição do grupo de hilotas para a civilização Espartana. Esse trabalho tem como objetivo testemunhar a verdadeira estrutura de divisão social que Esparta mantinha e provar mediante raciocínio lógico que a descendência e as funções desempenhadas pelos hilotas faziam os mesmos ter uma denominação, por alguns autores como Maria Beatriz B. Florenzano e Mario José Maestri Filho errônea. Uns chamam esta classe social de “escravos”, outros de “servos” do Estado; este trabalho mostrará os vários argumentos e justificativas de denominação dos hilotas. Afinal, os hilotas seriam escravos ou apenas servos com liberdade do Estado de Esparta?

(METODOLOGIA) Neste trabalho, o estudo dos caminhos e dos instrumentos usados para se fazer a pesquisa científica foi denominado de “método”, o qual foi aqui representado por um procedimento racional e ordenado (de pensamentos), baseado em aulas expositivas e em pesquisas feitas a livros de história Antiga, Medieval, da Grécia, sobre a sociedade, economia e o escravagismo do período em Esparta. Procedimento este constituído por instrumentos básicos de pesquisas contrastantes, raciocínio contextualizado e estudos focados, o que implica utilizar, de forma adequada, a reflexão para proceder ao longo de um caminho, e alcançar os objetivos preestabelecidos no planejamento da pesquisa.

(CONCLUSÕES) Concorde as pesquisas e estudos, fica patente que a terceira classe social pertencente à Esparta era a de escravos, chamados de hilotas, senão vejamos: quem se sujeitaria às intensas jornadas de trabalho em troca apenas de comida de má qualidade para sobreviver? Quem era objeto de compra e venda, permuta, locação ou empréstimo? Quem sofria punições de patrões/donos diante da desobediência? Quem não possuía nenhum direito político, social e econômico na sociedade espartana a não ser os hilotas? Para o Estado espartano os hilotas não eram nada mais que escravos, os quais eram submetidos a diversas funções (muitas delas subumanas) pelos dórios (os esparciatas) – povo que conquistou Esparta.

A3 – DIREITO

A RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANOS CAUSADOS AO PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL

Vander Lima Silva de Góis

Discente do Curso de Pós-graduação em Direito Civil-Empresarial, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN, Poeta e Músico

Jonas Eduardo Gonzalez Lemos

Docente e Coordenador da Pós-graduação em Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) Pretende este trabalho examinar, de maneira sistemática, tão basilar tema, procurando lançar sobre ele a luz do esclarecimento - partindo da conceituação jurídica, da caracterização e da importância do dano na teoria da responsabilidade civil, explorando a conceituação e a caracterização do dano moral, com ênfase para o sofrido pela coletividade, no momento em que se deflagra um dano ao patrimônio histórico cultural. O estudo centra-se no contexto da preservação do patrimônio histórico cultural e suas repercussões na responsabilidade civil, quando se materializa a agressão que se constitui, lamentavelmente, em um problema de absoluta relevância social. É exatamente nesse panorama de renovação generalizada que se encarta a questão do dano moral coletivo, assunto pouco explorado pela doutrina e absolutamente novel na seara da jurisprudência, mas cuja importância exsurge, de forma inofismável, da própria realidade por ele representada. É que o caráter difuso, anônimo e muitas vezes invisível das agressões ao patrimônio histórico cultural aliado aos mecanismos culturais e institucionais pelos quais as elites políticas e econômicas encobrem as origens e conseqüências dos riscos e perigos, propulsiona a chamada irresponsabilidade organizada, apesar da Constituição Federal de 1988, no art. 215, § 3, inciso I e no art. 216, § 4, demonstrar genuína preocupação com a proteção ao patrimônio histórico cultural, como assevera no art. 225.

(METODOLOGIA) O direito civil consagrou um amplo dever legal de não lesar ao qual corresponde a obrigação de indenizar, aplicável sempre que, de um comportamento contrário àquele dever de indenizar, surtir algum prejuízo injusto para outrem. Os instrumentos técnicos de coleta de dados definidos para subsidiar a temática são os da pesquisa bibliográfica, tanto para revisão de literatura quanto para o registro dos dados obtidos em jurisprudências, legislação específica e informativos sobre a questão.

(RESULTADOS) Até o presente, os resultados apontam a necessidade de proceder-se um aprofundamento teórico consistente, na área temática, tanto nos campos do Direito pertinente ao problema quanto na do meio cultural, como na forma de explicitar-se com justeza, o entendimento do problema e de sua solução do ponto de vista socialmente justo.

(CONCLUSÕES) As conclusões provisórias são de que a questão cultural, especificadamente o Direito ao patrimônio histórico cultural tem subjacente à sua materialidade, raízes mais profundas do que se pode imaginar aparentemente. Neste sentido é possível concluir que este fenômeno não se explica, somente, pelos atos individualizados dos sujeitos humanos envolvidos, o que contribuirá para redimensionar os estudos das práticas empreendidas em relação a esta temática, possibilitando que as lutas socialmente estabelecidas, alcancem maiores resultados, com instrumentos jurídicos de punição, em função da sobrevivência do patrimônio cultural e conseqüentemente da história.

**ASSÉDIO SEXUAL NAS RELAÇÕES DE TRABALHO E
REPERCUSSÕES JURÍDICAS NA ESPERA PENAL E CIVIL**

*Ana Virgínia Barbalho Veloso
Larissa Mara Salustino Trindade
Litiane Álvares Gomes de Sena
Maria Luíza Fernandes
Troy Terence Silva Tatum*

Discentes do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

*Marcelo de Barros Dantas
Luiz Eduardo Marinho
Kaleb Campos Freire*

Docente do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) Considera-se assédio sexual toda tentativa, por parte do empregador ou de quem detenha poder hierárquico sobre o empregado, de obter dele favores sexuais, através de condutas reprováveis, com o uso do poder como forma de ameaça e condição de continuidade no emprego, ou quaisquer outras manifestações agressivas de índole sexual com o intuito de prejudicar a atividade laboral da vítima. Convém relatar que o Estado busca fornecer suporte e proteção ao empregado assediado, como também demonstrar as sanções previstas ao empregador ou até mesmo ao colega assediador.

(METODOLOGIA) Os instrumentos técnicos de coleta de dados que subsidiaram a análise do tema em foco foram especialmente os da pesquisa bibliográfica, com a utilização de periódicos especializados na matéria, bem como dos preceitos instituídos na Constituição Federal e na Consolidação das Leis Trabalhistas.

(RESULTADOS) Baseado no fato de a prática do assédio sexual ser considerado crime foi promulgada a Lei nº 10.224 de 2001, suprimindo a carência legislativa que o Direito brasileiro tinha nessa matéria. Ao contrário do que muitos pensam, o assédio sexual não só fere uma norma penal, trabalhista ou civil, como também desrespeita a concepção de direitos humanos. Convém, todavia, destacar a possibilidade da conversão do assédio sexual em assédio moral, sempre que, sentindo o insucesso do primeiro intento, o assediador passa ao segundo, agindo mediante terror psicológico destinado a desestabilização emocional do assediado, impelindo-o a romper a relação de trabalho. Muito embora o empregado assediado seja sempre detentor do direito de postular junto aos tribunais trabalhistas uma indenização decorrente dos danos morais sofridos com o assédio. Tal constrangimento prejudica o funcionário, levando a diminuição da produção da empresa pela falta de interesse deste. Existem duas espécies de assédio sexual: assédio sexual por chantagem e assédio sexual por intimidação. A principal diferença entre as duas espécies mencionadas varia de acordo com o grau hierárquico. É imprescindível, portanto, uma lei definindo o que seja assédio sexual, atribuindo-lhe uma pena para que se possa ser considerado crime e conseqüentemente punir o assediador. O caminho das indenizações da reparação civil, tanto material como moral deve ser explorado para inibir o infrator de cometer o crime. Na esfera trabalhista, as conseqüências atingem não só o desempenho da função do assediado, como a relação deste com os colegas, podendo causar-lhe um trauma psicológico.

(CONCLUSÃO) Constata-se que o assédio sexual nas relações do trabalho, assunto que sempre fez parte da história do mundo, é cada vez mais preocupante, devido a grande impunidade atual no Brasil, levando muitos a desenvolver a mentalidade de que tudo isso é banal. Tal fato vem contribuindo para que o problema se agrave, levando muitas pessoas à humilhação. Portanto, merece especial destaque a necessidade que se tem de denunciar o assédio sexual, buscando sempre uma maneira de combatê-lo, pondo as leis relacionadas a esse tema em prática e, assim, intimidando e punindo os futuros infratores, que pensarão melhor antes de cometer qualquer assédio.

A3 – DIREITO

ABORDAGEM CRITICA SOBRE O FENOMENO DA EXPLORAÇÃO SEXUAL COMERCIAL NA CIDADE DO NATAL

*Bruno Henrique Cortéz de Paula
Hênio Ferreira de Miranda Junior
Israel Diógenes Dumaresq de Souza
Marcos Eduardo de Almeida Brasil*

Discente do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

*Sara Maria de Andrade Silva
Maria Aparecida Fernandes da Silva Trindade*

Docente do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) Abordagem critica sobre o fenômeno da exploração sexual comercial na cidade do Natal, capital do Rio Grande do Norte, em nível social, econômico e político, analisando dados colhidos juntamente a Secretaria de Turismo da Cidade do Natal, Organizações não Governamentais, Ministério Público, entidades que combatem essa pratica. O presente trabalho busca as causas históricas e sociais do problema apresentado, além de explicar o perfil sociológico das profissionais do sexo, dos facilitadores da exploração sexual e dos turistas atraídos por esse campo fértil e suscetível ao crescimento da prostituição que se tornou Natal, pesquisando medidas, soluções, e mudanças para coibir tal pratica tão recorrente. A exploração sexual é a ação ou processo de submeter alguém a atividades sexuais, em troca de pagamento, ou benefícios, e é expressamente proibida pelo Código Penal nos *Artigos: 227 (Mediação para servir a lascívia de outrem), 228 (Favorecimento da prostituição), 229 (Casa de prostituição), 230 (Rufianismo), 231 (Tráfico internacional de pessoas) e 231-A (Tráfico interno de pessoas). Pena - reclusão, de 1(um) a 10 (dez) anos, e multa. A pena pode variar dependendo do delito cometido.*

(METODOLOGIA) Foi realizada uma pesquisa aprofundada em reconhecidos pontos de prostituição em Natal, com as profissionais do sexo, turistas, facilitadores da exploração sexual e cidadãos nativos da região, pesquisa esta que contou com a aplicação de questionários (opinativos e sociológicos) visando à determinação do perfil socioeconômico das garotas de programa e dos indivíduos que se utilizam desses serviços. Contamos, também, com a realização de uma coleta de dados juntamente a entidades públicas e privadas responsáveis pelo combate a exploração sexual comercial além de um levantamento bibliográfico a partir de diferentes enfoques.

(RESULTADOS) Verificou-se que o exercício da exploração sexual tem sua gênese justificada na miséria social, na necessidade de inclusão social de terceiros. Verificou-se também que as garotas, em sua grande maioria são solteiras, possuem baixo grau de escolaridade, pouca idade, renda mensal media entre R\$ 501,00 à R\$1000, 00, residem em bairros menos favorecidos e municípios circunvizinhos e estão nessa atividade há mais de dois anos. Já o perfil sociológico dos clientes revela que grande parte do publico utilizador deste segmento é formada por turistas que buscam a facilitação da prostituição, encontrada em nossa cidade.

(CONCLUSÃO) Diante do exposto, observou-se que a cidade do Natal destaca-se como campo fértil para a exploração sexual comercial, visto que aqui a situação, de total descaso, é deveras critica, aliado a isso, uma forte crise de emprego assola a população, potencializando, assim, a prostituição. Embora a época de maior incremento turístico seja o verão, os turistas freqüentam a região durante todo o ano, devido ao clima, as belezas naturais existentes e o apelo à exploração sexual que atormenta a cidade. Considerando o fluxo de turistas estrangeiros, relativamente intenso, o sexo turismo se concentra em bares e boates, geralmente na orla marítima da capital. O alto índice de prostituição na cidade pode ser explicado, ainda, pela falta de oportunidades de trabalho, havendo até intercâmbio de prostitutas entre proprietários de casas de prostituição. Dessa forma, concluímos que a exploração sexual é um problema crônico da nossa cidade, por falta de políticas publicas que engaje e inclua a população necessitada à sociedade.

A3 – DIREITO

ABORTO DE FETO ANENCÉFALO: QUAIS OS ASPECTOS JURÍDICOS E SOCIAIS DO CONFLITO ENTRE O DIREITO À LIBERDADE DA MULHER E O DIREITO À VIDA DO FETO NO BRASIL?

*Camila de Oliveira Praxedes
Gabriela Jatobá Medeiros Bezerra
Gleide Maria da Fonseca Aladim
Lyvya Maria Bandeira Rodrigues*

Discentes do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

*Carlos Thompson Costa Fernandes
Rita Andrade*

Docentes do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) O aborto é evidente no Brasil por se tratar de um tema polêmico. A interrupção da gravidez em casos de fetos anencéfalos no Brasil, abrange no campo de Direito a área Constitucional, em se tratando do conflito entre os princípios da vida e da liberdade; a área Penal, em relação ao aborto como crime; e os direitos humanos relacionados à mulher e ao nascituro. Outros campos sociais envolvidos são o da saúde pública, o da ética e moral na filosofia, e o da religião, abrangendo o universo do tema. Objetivamos apresentar o quadro situacional da interrupção de gravidez em gestantes de fetos anencéfalos diante da sociedade e do sistema jurídico brasileiro.

(METODOLOGIA) Para tanto, realizamos um trabalho de pesquisa exploratória, de análise de cunho qualitativo, com um levantamento de caráter eminentemente bibliográfico e leitura virtual de textos e artigos, que somados possibilitaram a reunião de informações importantes para o desenvolvimento da nossa pesquisa sobre o aborto de fetos anencéfalos no país brasileiro. Ilustramos o estudo com o caso concreto de uma menina, que contrariando às expectativas sobreviveu à anencefalia fetal, correlacionando o caso à posição do Supremo Tribunal Federal e especificando a legislação sobre o assunto em questão.

(RESULTADOS) Cerca de 98% das mulheres que recebem o diagnóstico de anencefalia fetal solicitam a interrupção da gravidez. Dessas, em 95% dos casos os juízes e promotores concedem a autorização. Estima-se que desde 1989 foram autorizadas no Brasil três mil processos resguardando à mulher o direito à interrupção da gestação. Esse número não representa o total, uma vez que a maioria são mulheres pobres e usuárias do sistema público de saúde, onde a autorização judicial ou do Ministério Público é condição essencial para tal procedimento. Tais decisões judiciais são motivadas pelo bom senso dos juízes e promotores que escolhem a opção sem influência de religião balanceando entre a liberdade e a vida. Citando alguns números, estima-se que aqui no Brasil, a anencefalia ocorra a uma taxa de 2 para cada 1000 gravidezes. Segundo dados do Ministério da Saúde, por ano ocorrem 616 óbitos de bebês anencéfalos. Já com estimativas de pesquisa da USP, 74% dos casais que procuram interromper a gravidez nos casos de feto com anencefalia são católicos. Com isso, as famílias tendem a colocar o bem-estar físico e mental das gestantes à frente da fé religiosa. A jurisprudência é totalmente a favor, e as decisões judiciais a favor de aborto em anencéfalos fetais têm autorizações concedidas motivadas pelo bom senso dos juízes e promotores.

(CONCLUSÃO) Enfim, a legislação que criminaliza o aborto no Brasil data de 1940, onde não existiam técnicas de diagnóstico pré-natal de anencefalia fetal. No entanto, com o progresso da ciência e medicina, este diagnóstico já é possível. Levando em consideração os direitos pró-vida e pró-escolha, a jurisprudência brasileira reconhece os princípios de direito à autonomia, à dignidade, à liberdade e à saúde, cabendo à mulher, na qualidade de sujeito de direito, a partir de seus próprios conceitos morais e religiosos, decidir quanto ao procedimento de interrupção adotado no caso de anencefalia fetal. Sendo assim, a antecipação terapêutica do parto deve ser tratada como problema de saúde pública pelo Estado, sem viés religioso, garantindo o direito à defesa de um Estado laico, que ofereça todos os recursos necessários para suportar a escolha da gestante.

A3 – DIREITO

ADOÇÃO POR CASAL HOMOSSEXUAL E SUAS IMPLICAÇÕES NO CONTEXTO PSICOLÓGICO, SOCIAL, RELIGIOSO E JURÍDICO

Carlos Frederico Vieira Pires

Elizabeth Gledes Siqueira Basílio

Discentes do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Carlos Alberto Nicolete da Silva

Docente do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO): O objetivo do presente trabalho é fazer uma análise contextual sobre a adoção por casal homossexual e suas implicações no contexto psicológico, social, religioso e jurídico. Com base nesse objetivo e na fundamentação teórica, se sabe que o Direito nasce dos fatos sociais, das relações travadas entre os seres humanos, e o Direito está onde estão os homens, onde existe sociedade. No Direito de Família brasileiro pode-se exemplificar tal afirmativa com a edição de leis que vieram a regulamentar o divórcio e a união estável. Porém, ainda existe uma certa ignorância do Direito em relação a alguns fatos sociais, como é o caso das uniões homossexuais ou homoafetivas que à possibilidade ou não destes parceiros em adotar crianças, mesmo porque, alguns Tribunais brasileiros já vêm reconhecendo alguns efeitos patrimoniais a estas uniões. Negar a adoção a uma pessoa pelo simples fato dela ser considerada diferente dos padrões normais estabelecidos pela sociedade, é um ato de discriminação, onde a Constituição Federal proíbe tal ato e defende a construção de uma sociedade mais justa e solidária, além de procurar promover o bem estar de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

(METODOLOGIA): O trabalho se caracteriza como um estudo bibliográfico, uma vez que foi fundamentado em fontes secundárias, ou seja, através de artigos, revistas e livros no intuito de fazer uma interpretação analítica sobre a adoção por casais homossexuais na atual conjuntura social e seus aspectos jurídicos.

(CONCLUSÃO): Com base na fundamentação teórica realizada, verifica-se que o tema abordado é algo ainda muito novo para o direito, pois a sociedade não se encontra preparada para aceitar a adoção homoafetiva nem tão pouco para se posicionar em relação ao tema. Tudo o que é inovador é visto com um certo temor pela sociedade. Nessa perspectiva, novos contextos se apresentam nas relações humanas, devendo ser democraticamente salutar, que as posições sejam demarcadas, os debates se estabeleçam, que os embates discursivos se travem, e assim, a Lei e o Direito, objetivando harmonizar o novo e o velho, o antigo e o moderno, o conservador e o avançado, devem servir de suporte para a solidificação de "novos direitos" em uma escala ascendente, em busca da felicidade geral. Assim, a adoção deve ser vista como um ato de amor e o que deve prevalecer é a felicidade e o bem estar do adotando. Vê-se que, se não todo, ao menos um pouco do preconceito já foi superado por alguns magistrados, e por alguns olhares menos incrédulos. Porém, ainda há muito que se fazer, não apenas pelos juízes ou desembargadores, mas também pelos legisladores, doutrinadores, ou, melhor dizendo, por cada cidadão deste país.

A3 – DIREITO

A REALIDADE DOS ADOLESCENTES INFRATORES EM NATAL

Luiza Adriana Bessa Wolff

Discente do curso de Direito, Faculdade Natalense para o desenvolvimento do RN.

Homero Lechner de Albuquerque

Vânia Vaz Barbosa Cela

Docentes do curso de Direito, Faculdade Natalense para o desenvolvimento do RN.

(INTRODUÇÃO) O presente trabalho vem com o objetivo de expor de forma dinâmica, e didática a realidade dos adolescentes infratores na Cidade de Natal/RN, visando contrabalancear a situação – do fator gerador – na prática dos atos infracionais análogos a crimes. Baseando-se nesse pilar, será possível mostrar parte de uma pequena parcela da sociedade potiguar distante dos princípios da proteção, dignidade da pessoa humana, e ainda, o desrespeito ao Estatuto da Criança e do Adolescente e da Constituição Federal.

(METODOLOGIA) Utilizou-se a pesquisa-levantamento da 3ª Vara da Infância e do Adolescente da Comarca de Natal/RN durante o período de abril à agosto de 2007, a partir de processos arquivados desde o ano de 2002 naquela representação jurisdicional com apoio do Curso de Bacharelado em Sistemas da Informação da FARN, que projetou o programa para catalogação e arquivamento do que foi apurado durante o período.

(RESULTADOS) Em princípio, obtivemos vários dados de averiguação para a confiabilidade do apanhado inicial exposto, e como resultados, percebemos o déficit educacional-familiar dos adolescentes infratores, refletindo inclusive no grau de periculosidade dos atos cometidos, a participação do Ministério Público, Poder Judiciário e Defensoria Pública no sucesso nas remissões, dependentes tanto da família, gestora de uma obra no descaso social, como do Estado enquanto ente colaborador e vigilante do bem público, não aquele enquanto patrimônio físico, mas sim, no humano, desenvolvendo com êxito de suas atividades perante a sociedade natalense.

(CONCLUSÃO) Por fim, concluímos, através dos dados obtidos que a “margem da sociedade” não é aquela produzida por uma medida coercitiva genérica de combater as infrações infanto-juvenis, mas sim, a busca de combater a miséria, o descaso do Poder Público, enquanto da não efetividade de políticas públicas eficazes a retirada de crianças e adolescentes das ruas, educação de qualidade, amparo psicossocial as famílias que não sabem lidar com a rebeldia natural das idades tenras, ou seja, a proposta de colaboração não somente do Estado, mas família, sociedade, aptas a lançarem métodos de solução dos problemas, e de combate das desigualdades advindas da própria realidade local, em face do quadro rela obtido, e enquanto estivermos diante da afronta ao princípio da dignidade da pessoa humana, pois, existirá esperança e eficácia para a sociedade da Cidade de Natal/RN, se a conjuntura atual for combatida em seu total, e não em pontos isolados.

A3 – DIREITO

ANÁLISE DO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO: REFLEXÕES SOBRE SUA INEFICÁCIA

Marcela de Araújo Saraiva

Mariana de Azevedo Silva

Discentes do curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Alexandro Gomes Bezerra dos Santos

Docente do curso de Direito, Professor de Direito Penal, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) O trabalho desenvolvido tem como escopo analisar a ineficácia das normas constitucionais relativas aos direitos humanos no sistema prisional brasileiro, bem como demonstrar a evolução dos direitos humanos, inserido no sistema penitenciário, ao longo da história. Ao visualizar cotidianamente os constantes problemas enfrentados no atual sistema, tais como: os maus tratos, as torturas, a superlotação, a precariedade das condições de vida, de cidadania e arbitrariedades de toda ordem dentro dos sistemas carcerários, despertou-nos o interesse pelo tema exposto, no sentido de buscar os motivos pelos quais as normas que garantem que essa situação não ocorra, não sejam efetivadas.

(METODOLOGIA) Procuramos, durante a pesquisa, selecionar referências bibliográficas relacionadas ao assunto abordado, buscando enfoque com as áreas relacionadas: Direito Penal, Direito Constitucional, Direitos Humanos Fundamentais, bem como artigos, revistas eletrônicas, e dados oriundos de pesquisas realizadas por outros autores em complexos penitenciários. Apresentaremos, inicialmente, um breve histórico do sistema penitenciário, identificando os principais problemas hodiernos que impedem a efetivação das garantias constitucionais, comparando os dados elucidados, e fazendo uma reflexão e um breve diagnóstico do que pode ser feito para melhorar a situação abordada.

(RESULTADOS) No primeiro momento abordamos brevemente o contexto histórico no qual está inserida a evolução dos direitos humanos fundamentais no Brasil, concernentes ao sistema penitenciário. No segundo, fizemos uma abordagem da atual situação em que se encontra o sistema punitivo brasileiro. Em seguida, apresentamos uma interpretação das normas penais e constitucionais que asseguram os direitos humanos fundamentais dos apenados, bem como a exposição dos dados obtidos. Por fim, no último momento, tentamos elucidar possíveis soluções para o problema exposto.

(CONCLUSÕES) Assim, em face da pesquisa realizada, concluímos que a finalidade do sistema penitenciário, o qual seria de corrigir e ressocializar os infratores, não ocorre, fato já claro para a sociedade, pois há uma enorme distância entre a teoria e a prática das leis que asseguram o objetivo desse sistema. Corroborando com a perpetuação dessa situação, percebemos também, que a sociedade não entende o “bandido” como ser humano, o que estimula e justifica a violência e maus tratos aplicados aos presos, que acabam refletindo na ineficiência do sistema. Entretanto, aos analisarmos e compararmos os dados apurados em penitenciárias tidas como exemplo, ou modelos, com aquelas que não respeitam os direitos humanos do apenado nos foi despertado a esperança de uma possibilidade de melhoria de tal situação. Contudo para que isso ocorra, além da efetivação das normas que asseguram o objetivo do sistema é necessária principalmente uma mudança de mentalidade da sociedade.

A3 – DIREITO

ASPECTOS HISTÓRICOS DA REVOLUÇÃO FRANCESA E SUA INFLUÊNCIA NA FORMAÇÃO DO DIREITO CONTEMPORÂNEO

Arthur Bandeira Luz de Lima

Discente do curso de Direito, Faculdade Natalense para o desenvolvimento do RN

Sara Andrade

Docente do curso de Direito, Faculdade Natalense para o desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) A Revolução Francesa foi um acontecimento que alterou completamente o quadro social da França. Foi através dela que a França saiu de um quadro político no qual o rei era a figura central do poder, instaurando-se um regime democrático no qual são as pessoas que decidem o destino da nação. A Revolução Francesa serviu de exemplo para todo o mundo, e foi através dela que foram instaurados aspectos jurídicos mais igualitários e também a democracia. Ela inaugurou um novo modelo de sociedade e de direito, baseado na preservação de prerrogativas fundamentais, denominados de Direitos Humanos. Com a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão registra-se o marco inicial para a formação dos direitos pertencentes a todo ser humano no que diz respeito às liberdades individuais, integridade física, direito à vida e igualdade de todos perante a lei. Essa declaração, inspirada na Declaração Americana e nas idéias iluministas, tinha como tema central uma sociedade juridicamente igualitária e um Estado no qual o poder era exercido pelo povo, inspirado, enfim, a Declaração universal dos Direitos Humanos de iniciativa da em 1948. Deste modo, o presente trabalho tem como finalidade realizar um estudo sobre os aspectos jurídicos da Europa pré revolucionária, as condições que levaram ao povo francês a dar início à revolução e a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão como produto resultante de uma nova cultura que influenciou na formatação de todo o Direito contemporâneo.

(METODOLOGIA) Para atingir aos objetivos propostos, realizou-se, uma pesquisa de caráter teórico, qualitativo, com o uso dos procedimentos bibliográficos e histórico, com vistas a verificar as fontes sociais da mudança do quadro jurídico na Europa pré-revolucionária, vislumbrando a Declaração dos Direitos do homem e do cidadão como produto cultural daquela sociedade, resultando em novas normas jurídicas. Também, foi realizada uma pesquisa sobre a Declaração universal dos Direitos Humanos de 1948 e a influencia que a Revolução Francesa exerceu sobre ela.

(RESULTADOS) Dos estudos teóricos realizados, constatou-se que, a Revolução Francesa foi um divisor de águas em toda a historia da humanidade, pois foi ela que pôs fim a uma sociedade em que todo poder do Estado estava centralizado nas mãos de um Rei, dando início a uma sociedade na qual o poder do Estado passa a emanar do próprio povo, que o exercerá diretamente ou por via de representação. Portanto, as razões que conduziram a uma revolução na esfera social, política e jurídica ocorrida na França foram as relações de sociabilidade marcadas pela desigualdade e pelo abuso dos poderes despóticos dos soberanos. A sociedade que antes vivia sob um regime de leis desiguais, nas quais apenas uma minoria nobre se beneficiava, passa a ser regida pelo princípio da igualdade jurídica e da democracia.

(CONCLUSÃO) Diante do exposto, ficou constatado que A Revolução Francesa é a principal base em que a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão esta alicerçada. Assim, muitos dos padrões de nossa sociedade atual são oriundos dos princípios pregados pelos revolucionários franceses. Isso nos autoriza a constatar a importância da declaração dos direitos do homem e do cidadão nos aspectos humanísticos que o direito atual institui. Portanto, para uma melhor compreensão dos direitos humanos atuais e dos padrões de democracia instituídos pela sociedade contemporânea, faz-se necessário um resgate dos valores que inspiram a Revolução Francesa e todo o direito das sociedades ocidentais desde então.

A3 – DIREITO

ASSÉDIO MORAL: NOTAS SOBRE SUA CONFIGURAÇÃO E TRATAMENTO JURIDICO NO ORDENAMENTO BRASILEIRO

Anna Kamilla Fernandes da Cunha

Camila Café de Santana

Gabrielle Santiago Gomes

Lucianne Maria de Souza Valença e Silva

Discentes do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Sara Andrade

Noemi Favassa

Docentes do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) Sendo o fenômeno jurídico fruto das interações sociais, a dinâmica nas formas de sociabilidade imprimem no direito mudanças permanentes, a fim de regular as condutas e relações humanas que possuem repercussão para a segurança, equilíbrio e estabilidade do direito. Dentre as mudanças que podem ser observadas nos dias atuais, destacamos para o nosso trabalho e estudo do “Assédio Moral”, que embora não seja um fenômeno recente, ganha atualidade com o processo de flexibilização e competitividade que intensifica e generaliza o problema nos ambientes de trabalho. Pode-se caracterizar o assédio moral como qualquer conduta abusiva que se manifesta, sobretudo, por comportamentos, palavras, atos, gestos ou escritos que possam trazer dano à personalidade, à dignidade ou à integridade física ou psíquica de uma pessoa, pondo em perigo seu emprego ou degradando seu ambiente de trabalho. São micro agressões, pouco graves se tomadas isoladamente, mas que, por serem sistemáticas, tornam-se muito destrutivas. Neste sentido, o presente trabalho tem como objetivo identificar a configuração do assédio moral e seu tratamento jurídico nos dias atuais, levando-se em conta as repercussões na esfera do direito diante de sua prática.

(METODOLOGIA) Para atingir tais objetivos, realizamos uma pesquisa de caráter exploratório, com base em estudos eminentemente bibliográficos, resultando num trabalho de natureza qualitativa para a pesquisa em apreço. Nesta tarefa, consultamos, além da doutrina especializada, dados legais e jurisprudenciais para verificarmos o tratamento jurídico que a figura do assédio moral vem recebendo no Brasil e o seu respectivo fundamento.

(RESULTADOS) O assédio moral nas relações de trabalho se configura através da opressão à pessoa, seja esta violência física ou verbal. Posturas como atribuir apelidos, zombarias, constrangimentos, palavras de baixo calão, impedimento da vítima de freqüentar reuniões que antes participava, pressionar excessivamente para cumprir metas ousadas, quando realizadas repetitivamente, definem esse comportamento abusivo. Deste modo, pode ser vítima do assédio moral a pessoa que, individual ou coletivamente, tenham sofrido algum prejuízo em virtude de atos ou omissões que não constituem ainda uma violação da legislação penal nacional, mas representa violações de normas internacionalmente reconhecidas em matéria de direitos humanos. Com esse entendimento a Constituição Federal de 1988 preconiza que o Estado brasileiro se fundamenta e se justifica pela garantia que oferece ao exercício da cidadania, do respeito à dignidade da pessoa humana, assegurando a prevalência do interesse social em detrimento do mero interesse particular do lucro (art. 5º, XXIII, e 170, III). Em seu art. 1º 93, reafirma que a ordem social tem como base o primado do trabalho, assim como preserva o objetivo do bem-estar de todos e da justiça social. Para combater o assédio moral, já existem jurisprudências, leis e projetos de leis e NORMAS municipais já aprovadas em todo o país. Recorrendo à proteção jurídica, a vítima pode pleitear em juízo, além das verbas decorrentes da rescisão contratual indireta, também a indenização.

(CONCLUSÃO) Diante da ocorrência do assédio no ambiente de trabalho, a produtividade decresce, o absenteísmo é nota efetiva e o acidente, dentro ou fora do trabalho, torna-se uma realidade. Dentre outros fatores, a vítima é escolhida, muitas vezes, por sua capacidade produtiva, por seu senso de responsabilidade, pelo convívio harmonioso com os demais colegas. Às vezes o assédio moral só pode ser resolvido com a intervenção da justiça, mas um julgamento só se estabelece a partir de provas concretas, por isso, para defender-se eficazmente, é preciso que a vítima tenha adequado conhecimento dos direitos relativos às relações de emprego e à sociabilidade no trabalho.

A3 – DIREITO

ASSÉDIO SEXUAL NAS RELAÇÕES DE TRABALHO E REPERCUSSÕES JURÍDICAS NA ESPERA PENAL E CIVIL

*Ana Virgínia Barbalho Veloso
Larissa Mara Salustino Trindade
Litiane Álvares Gomes de Sena
Maria Luíza Fernandes
Troy Terence Silva Tatum*

Discentes do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

*Marcelo de Barros Dantas
Luiz Eduardo Marinho
Kaleb Campos Freire*

Docente do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) Considera-se assédio sexual toda tentativa, por parte do empregador ou de quem detenha poder hierárquico sobre o empregado, de obter dele favores sexuais, através de condutas reprováveis, com o uso do poder como forma de ameaça e condição de continuidade no emprego, ou quaisquer outras manifestações agressivas de índole sexual com o intuito de prejudicar a atividade laboral da vítima. Convém relatar que o Estado busca fornecer suporte e proteção ao empregado assediado, como também demonstrar as sanções previstas ao empregador ou até mesmo ao colega assediador.

(METODOLOGIA) Os instrumentos técnicos de coleta de dados que subsidiaram a análise do tema em foco foram especialmente os da pesquisa bibliográfica, com a utilização de periódicos especializados na matéria, bem como dos preceitos instituídos na Constituição Federal e na Consolidação das Leis Trabalhistas.

(RESULTADOS) Baseado no fato de a prática do assédio sexual ser considerado crime foi promulgada a Lei nº 10.224 de 2001, suprimindo a carência legislativa que o Direito brasileiro tinha nessa matéria. Ao contrário do que muitos pensam, o assédio sexual não só fere uma norma penal, trabalhista ou civil, como também desrespeita a concepção de direitos humanos. Convém, todavia, destacar a possibilidade da conversão do assédio sexual em assédio moral, sempre que, sentindo o insucesso do primeiro intento, o assediador passa ao segundo, agindo mediante terror psicológico destinado a desestabilização emocional do assediado, impelindo-o a romper a relação de trabalho. Muito embora o empregado assediado seja sempre detentor do direito de postular junto aos tribunais trabalhistas uma indenização decorrente dos danos morais sofridos com o assédio. Tal constrangimento prejudica o funcionário, levando a diminuição da produção da empresa pela falta de interesse deste. Existem duas espécies de assédio sexual: assédio sexual por chantagem e assédio sexual por intimidação. A principal diferença entre as duas espécies mencionadas varia de acordo com o grau hierárquico. É imprescindível, portanto, uma lei definindo o que seja assédio sexual, atribuindo-lhe uma pena para que se possa ser considerado crime e conseqüentemente punir o assediador. O caminho das indenizações da reparação civil, tanto material como moral deve ser explorado para inibir o infrator de cometer o crime. Na esfera trabalhista, as conseqüências atingem não só o desempenho da função do assediado, como a relação deste com os colegas, podendo causar-lhe um trauma psicológico.

(CONCLUSÃO) Constata-se que o assédio sexual nas relações do trabalho, assunto que sempre fez parte da história do mundo, é cada vez mais preocupante, devido a grande impunidade atual no Brasil, levando muitos a desenvolver a mentalidade de que tudo isso é banal. Tal fato vem contribuindo para que o problema se agrave, levando muitas pessoas à humilhação. Portanto, merece especial destaque a necessidade que se tem de denunciar o assédio sexual, buscando sempre uma maneira de combatê-lo, pondo as leis relacionadas a esse tema em prática e, assim, intimidando e punindo os futuros infratores, que pensarão melhor antes de cometer qualquer assédio.

A3 – DIREITO

ASSÉDIO SEXUAL NAS RELAÇÕES TRABALHISTAS - A MULHER COMO PRINCIPAL VÍTIMA

*Elis Serjane Turra
Iuri dos Santos Lima e Souza
Nathália dos Remédios Fonseca Morais Rêgo
Petula Maria de Souza
Reynaldo de Oliveira Medeiros*

Discentes do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Marcelo de Barros Dantas
Docente do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) O objeto em estudo visa discutir a problemática do assédio sexual no ambiente de trabalho, com ênfase na mulher que é a principal vítima desse verdadeiro ato criminoso. Abordaremos o assunto fazendo uma análise histórica e sociológica acerca da condição feminina no mercado de trabalho demonstrando como a mulher tornou-se a principal vítima do assédio sexual. Por melhor que seja a realidade da mulher nos dias atuais, contra si perdura a discriminação, fruto do preconceito arraigado em valores de uma sociedade machista e colonial, onde a mulher, especialmente a negra, era submetida a toda sorte de maus tratos e era vista não como pessoa de direitos, mas mero objeto que servia a uma função sócio-institucional na família, que era garantir a descendência e o cuidado com a prole. Nesse sentido, incumbenos explanar o tema, objetivando uma reflexão acerca da tolerância e uma certa ausência de indignação de toda a sociedade, que parece sustentar e estimular os criminosos a prática de ato tão desprezível. Recorreremos para tanto, a análise do entendimento doutrinário e jurisprudencial, sobretudo aos julgados e a aplicação das sanções a quem comete este delito.

(METODOLOGIA) Trata-se de pesquisas bibliográfica, quantitativa e qualitativa, com destaque às estatísticas que corroboram com a assertiva de que a mulher é a principal vítima do assédio sexual nas relações de trabalho.

(RESULTADOS) A condição de submissão da mulher em relação ao homem é histórica e ainda não foi equacionada. O desequilíbrio mencionado cria um cenário favorável ao abuso de poder, sobretudo a conduta criminosa do assédio sexual. O ato desprezível praticado pelo assediador degrada o ambiente de trabalho e as relações que decorrem do mesmo, fragilizando a vítima e contaminando a atmosfera em que se realiza o labor. Em muitos casos ela não denuncia a prática abusiva, o que pode ser verificado através de estatísticas. Pesquisas revelam que 52% das mulheres trabalhadoras já sofreram assédio sexual, mas, deste número, uma quantidade insignificante leva o caso a justiça. Não denunciaram, pois o temor de perder o emprego, de sofrer abalo no relacionamento conjugal, de ver a sociedade colocá-la em suspeição, inibe seu ímpeto de buscar a proteção legal. Trilha-se, contudo, um caminho fértil às investidas sexuais no trabalho, realizadas predominantemente pelo superior hierárquico, vez que o mesmo conta com a proteção da própria vítima, que, em regra, nada fará para denunciá-lo. Muitos avanços aconteceram ao longo da trajetória da mulher no mercado de trabalho, no entanto, se ela silenciar em relação ao criminoso estará facilitando e viabilizando o assédio.

(CONCLUSÃO) Embora tenhamos evoluído no que tange a legislação, que especificou a punição para o assédio sexual, transformando-o em crime, não se pode dizer que há resultado prático na esfera jurídica. Ocorre que em muitos casos o problema permanece latente, acontece, mas é "abafado", dado as dificuldades de obter as provas. Não bastasse a descrença na eficácia da justiça e a conseqüente impunidade do agressor/assediador, há ainda o temor que a demanda judicial pode causar para a mulher assediada. Dentre as inúmeras preocupações está certamente a manutenção do emprego, sem desprezar o medo de retaliações, transferências infundadas e a repercussão diante dos amigos e familiares. No entanto, quanto as leis trabalhistas, como não há tutela específica, não significa dizer que o empregado ficará desamparado, podendo este postular rescisão indireta do contrato de trabalho, bem como indenização por danos morais. Contudo, a aparente inoperância do poder público, notadamente a do poder Judiciário não constitui-se em razão suficiente para não provocar sua proteção, porquanto é sua função precípua.

A3 – DIREITO

BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A EFICÁCIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NAS RELAÇÕES PRIVADAS

Sheila Ferreira de Pontes

Discente do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Carlos Thompson Costa Fernandes

Sara Maria de Andrade Silva

Docentes do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) Ao contrário do Estado clássico e liberal de Direito, no qual os direitos fundamentais, na condição de defesa, tinham por escopo proteger o indivíduo de ingerências por parte dos poderes públicos na sua esfera pessoal, segundo Daniel Sarmiento, no Estado Social de Direito se reconhece que a opressão e a violência contra a pessoa provêm não apenas do Estado, mas de uma multiplicidade de atores privados, presentes em esferas como a família, a sociedade civil e a empresa. Mercê disso, atualmente, surge como debate candente, na doutrina e na jurisprudência, a questão sobre a vinculação dos particulares aos Direitos Fundamentais - denominada, também, eficácia horizontal dos Direitos Fundamentais -, baseada, sobretudo, na perspectiva jurídico-objetiva dos Direitos Fundamentais. De fato, os Direitos Fundamentais deixaram de ser reconhecidos apenas como meros direitos subjetivos do indivíduo perante o Estado e passaram a ser vistos, igualmente, como elementos objetivos (valores objetivos) da Constituição Positiva, que devem, em função da força normativa da Lei Fundamental, permear todas as proporções do ordenamento jurídico, inclusive os segmentos do Direito Privado, e orientar a aplicação do direito pelos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. Sem essa perspectiva, os Direitos Fundamentais não estariam suficientemente protegidos e realizados, porquanto ficariam vulneráveis às intervenções dos poderes sociais e econômicos da sociedade. Ademais, essa dimensão reforça o fenômeno de esfumaçamento das linhas divisórias entre Direito Público e Privado, até mesmo com a constitucionalização de normas e institutos do direito civil, como forma de melhor garantir o princípio da dignidade da pessoa humana, consoante sucede, e.g., com a garantia constitucional ao consumidor. Partindo dessas premissas, veremos que os Direitos Fundamentais previstos na Constituição Brasileira devem, com algumas restrições, se aplicar em maior ou menor grau também nas relações privadas, conservando, porém, uma relação de equilíbrio com a assegurada autonomia privada.

(METODOLOGIA) O projeto foi embasado em estudos teóricos de obras doutrinárias de autores como Daniel Sarmiento, Fredie Didier Jr., Gilmar Mendes, Ingo Wolfgang Sarlet, Noberto Bobbio e J.J. Gomes Canotilho, além da jurisprudência brasileira, precipuamente a do Supremo Tribunal Federal.

(RESULTADOS) O reconhecimento da vinculação direta dos particulares aos direitos fundamentais não significa que tais direitos possam ser aplicados nas relações intersubjetivas da mesma forma que vigoram nas relações entre o indivíduo e o Estado. Os particulares são ao mesmo tempo titulares de Direitos Fundamentais, possuindo uma autonomia privada constitucionalmente protegida, e sujeitos passivos desses mesmos direitos. O que se deve ser observado é a existência de desigualdade fática entre os indivíduos. Quanto maior for a desigualdade, maior será a proteção do Direito Fundamental.

(CONCLUSÃO) Qualquer que seja a orientação aceita sobre a discussão entre a aplicação dos Direitos Fundamentais e as Relações Privadas, está muito longe de se chegar a uma definição clara sobre seus desdobramentos. Tendo como parâmetro que o objetivo fundamental do Direito é a busca por justiça, o reconhecimento da vinculação direta dos particulares aos Direitos Fundamentais pode servir como importante instrumento para moldar, sob o amparo da Constituição, os atuais modelos impregnados de injustiças sociais que afligem nossa sociedade e proteger, melhormente, a dignidade da pessoa humana, que pode ser ameaçada não só pelas intervenções do Poder Público, mas também das forças sociais e econômicas. Seria bastante simplório imaginar que apenas a aplicação de uma teoria progressista resultaria no controle dessas desigualdades. Com a exigência de vinculação dos particulares aos Direitos Fundamentais espera-se, portanto, realizá-los de forma mais efetiva e prestigiar, realmente, a dignidade da pessoa humana.

A3 – DIREITO

COMO A SIMPLIFICAÇÃO DA COMPLEXIDADE DE ACORDO COM A TEORIA SISTÊMICA DE NIKLAS LUHMANN ATUA NO SISTEMA AUTOPOIÉTICO DO DIREITO

Joaquim Alves da Câmara Atie

Ledilson dos Santos Gutierre

Discentes do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Jorge Luiz Freire de Aquino

Rita de Cássia de Andrade Silva Advíncula

Docentes do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) A sociedade moderna, essencialmente a partir da metade do século XX, tem-se destacado através da crescente complexidade (totalidade das possibilidades do mundo) das relações intersubjetivas que, aliada à crise que se prostra sobre o Estado Nacional e que atinge singularmente a soberania faz com que se torne cada vez mais urgente a reestruturação de alguns referenciais a partir dos quais possamos pensar o Direito. Este, na concepção de Niklas Luhmann, apresenta-se como um sistema autopoietico utilizado para dirimir os entraves vividos pela sociedade moderna, pois, o direito é tomado a partir do social, inclinando-se, então, numa perspectiva interdisciplinar, onde se colocam conceitos completamente contrários à teoria jurídica baseada no neopositivismo de Hans Kelsen. A teoria sistêmica deste sociólogo nos faz entender como funcionam os sistemas em questão a partir de suas características inatas, como a autoreferencialidade e a operacionalidade hermética, a partir das quais, criam seus próprios elementos e suas bases estruturais, diferenciando-se do seu ambiente (sociedade). Desse modo, poderá dirimir sua complexidade e, por consequência, o do seu ambiente.

(METODOLOGIA) O artigo em questão foi construído a partir de uma pesquisa teórica e bibliográfica, de caráter predominantemente dedutivo, através da qual se buscou articular os conhecimentos acerca da teoria sistêmica de Niklas Luhmann atrelado ao sistema do direito contemporâneo. Na análise buscou-se definir algumas características diferenciadoras entre o sistema e o ambiente.

(RESULTADOS) Destaca-se como resultado, que, sendo o direito um sistema autopoietico, revela-se como normativamente hermético (operacionalmente), mas cognitivamente aberto, assimilando os fatores do meio (política, economia, cultura, etc.) de acordo com seus próprios critérios, ou seja, seleciona as informações que lhe são de interesse. A partir de sua estruturação, torna-se autônomo, para sua auto-organização, ou seja, seguir caminhos por ele mesmo produzidos. Diante disso, o direito mostra-se autopoietico por que é a partir dos elementos internos do sistema do direito que o direito se reproduz. Em última análise, pela abertura cognitiva do direito, este mostra-se dinâmico e sensível às modificações sociais, servindo como redutor de complexidade e instrumento que firma a expectativa comportamental buscando reduzir, através da normatividade da institucionalização (calcadas no consenso) a frustração em face da contingência.

(CONCLUSÃO) A teoria sistêmica do direito interligando a norma jurídica com o social e a prática significativa fornece um importante passo para a construção de uma nova teoria do direito relacionada com as funções do Estado: o direito de um Estado interventor. Dessa forma, podemos entender a sociedade como meio no qual estão presentes os sistemas funcionalmente diferenciados, como direito, economia, política, que não se confundem com o meio nem com os outros sistemas, mas com eles se comunicam, todos com o objetivo de reduzir a complexidade do mundo. Posto isso, podemos concluir que o direito não é primariamente um ordenamento coercitivo, mas sim um auxílio para as expectativas. O auxílio consiste na disponibilidade de caminhos proporcionalmente generalizados para as expectativas, significando uma eficiente indiferença contra outras possibilidades, que reduz consideravelmente o risco da expectativa frustrada.

A3 – DIREITO

ASPECTOS SÓCIO-JURÍDICOS EM TORNO DA UNIÃO HOMOAFETIVA

Ana Valeska de Araujo Guedes

Gilberto de Barros Lins Neto

Ianna Moura da Costa

Talita Motta Meira Pires

Discentes do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Carlos Thompson Costa Fernandes

Rita Andrade

Docentes do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) A questão homoafetiva é uma realidade social que reclama a sua legalização, visto que no Estado Democrático de Direito não cabe qualquer ação que conduza à discriminação e à exclusão social. A discussão em torno da união homoafetiva mostra-se envolta em preconceitos e valores reputados pela sociedade como intocáveis. Eis a razão que tem deixado muitos operadores do direito à mercê da tímida interpretação das normas, sem trabalhá-las sistematicamente, muito embora o neoconstitucionalismo constitua-se em bases principiológicas, inserindo, inclusive, o pluralismo e a dignidade da pessoa humana como fundamentos expressos na Carta Magna de 1988. Ademais, os direitos e garantias fundamentais enunciados no texto legal também constituem os pilares constitucionais que dão sustentabilidade e amparo jurídico à união entre pessoas do mesmo sexo. Nesse sentido, o presente trabalho visa identificar dentro da seara constitucional quais as possibilidades de efetivação dessa tutela, apresentando a respectiva justificativa jurídica, bem como as conseqüências normativas geradas pelo relacionamento homoafetivo.

(METODOLOGIA) Trata-se de um estudo de caráter qualitativo e em nível descritivo, por meio da revisão doutrinária de autores consagrados no campo de Direito Constitucional e da consulta à literatura atinente ao Direito de Família, especificamente a homoafetividade, além da utilização de algumas decisões judiciais para mostrar como os Tribunais têm se posicionado acerca da união entre pessoas do mesmo sexo, tudo isso visando ao levantamento das informações teóricas necessárias à obtenção dos objetivos propostos.

(RESULTADOS) Tendo em vista que o arcabouço jurídico brasileiro possui diversos pressupostos e indícios que asseguram perfeitamente a solução das demandas que envolvem os casais homoafetivos, não há que negar ou retardar a efetiva legalização do afeto que une pessoas homossexuais. Enquanto os legisladores não tomam uma posição concreta nesse sentido, alguns Tribunais, tidos mais progressistas, não têm feito qualquer objeção no sentido de pronunciarem-se favoráveis à questão, alicerçando suas decisões no princípio-mor da Constituição, qual seja o princípio da dignidade da pessoa humana, de onde derivam os direitos à igualdade, liberdade e à busca da felicidade.

(CONCLUSÃO) Face à análise acerca da legalização da união homoafetiva pode-se constatar que, não havendo tratamento legislativo específico para esse tipo de direito, os pedidos levados ao Judiciário são tratados autonomamente, exigindo um impulso individual dos julgadores que procuram libertar-se das amarras do formalismo, utilizando-se dos recursos supletivos para admitir as uniões homoafetivas, tomando como base os princípios constitucionais fundamentais. É inadmissível que o Direito permaneça engessado ante um fato social de extrema relevância, visto que uma sociedade que se quer aberta, justa, livre, pluralista, solidária, fraterna e democrática, não pode conviver com tão cruel discriminação, quando as palavras de ordem são a cidadania e a inclusão social.

A3 – DIREITO

DIREITO NA EDUCAÇÃO: UMA PERSPECTIVA DE CONSCIÊNCIA CIDADÃ E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

*Anita Conceição de Alvarenga e Sousa
Simone dos Santos Dantas*

Discentes do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Pablo Moreno Paiva Capistrano

Docente do Curso de Direito Penal, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) O Direito à Educação, que já é parte integrante da Constituição Federal, classificada no bojo dos Direitos e Garantias Fundamentais, também se configura como uma necessidade primordial para o Desenvolvimento Humano em todas as suas dimensões. Nesse sentido, este trabalho tem a seguinte proposta: discutir a inserção dos direitos sociais como elemento da formação educacional na tentativa de promover uma consciência coletiva contribuindo para a construção paulatina da cidadania. O presente estudo é direcionado a pensar os direitos básicos aplicados didaticamente no ensino fundamental e no ensino médio, vislumbrando a especialização dos docentes, a ampliação do mercado de trabalho e principalmente a promoção do ser humano, enquanto indivíduo capaz, consciente de seus direitos e deveres, acompanhados por facilitadores educacionais no acesso a justiça. Os Direitos Sociais que constam em Estatutos e Códigos (ECA, Estatuto do Idoso, Lei Maria da Penha, Código do Consumidor, etc.) poderiam ser trabalhados no âmbito escolar formando uma consciência cidadã e resgatando o indivíduo da caverna alegórica (Platão) para a realidade, objetivando a construção de uma ação política consciente.

(METODOLOGIA) Na elaboração da pesquisa de cunho teórico e filosófico foi necessária coleta de dados em livros e artigos do gênero. A princípio foi empreendida leitura do livro “A República” de Platão, considerado um dos filósofos precursores do pensamento pedagógico interligado a idéia de justiça. Somadas ao conhecimento filosófico, foram pesquisadas bibliografias que permeavam a área do conhecimento pedagógico/educacional e jurídico. Também foram acrescidos dados coletados de questionários aplicados a funcionários, alunos e professores da instituição FARN no tocante a concepção a cerca dos direitos e deveres, bem como sobre a importância da inserção dos mesmos na formação educacional. Desta forma, foi traçado um paralelo entre o pensamento de Platão e a situação atual do Sistema Educacional Brasileiro, inserindo hipoteticamente o Direito na Educação.

(RESULTADOS) Pensando a introdução pedagógica do Direito no âmbito das instituições de ensino, é possível analisar uma transformação social gradativa para fins de construção da cidadania. O exercício de conhecer e aprender os direitos e deveres aplicados na formação do indivíduo pode repercutir diretamente no “fazer” do cidadão, abrindo novos patamares políticos, econômicos e sociais. É possível que aqueles homens tenham o arbítrio de sair da “caverna” (Platão), não mais acreditando na sombra da justiça inacessível, assim como, poderão afastar a ignorância sobre os direitos e deveres básicos legalmente instituídos, sendo assim, não mais desejariam viver na introspecção fugindo da realidade.

(CONCLUSÕES) Trabalhar “direitos e deveres” no processo educativo exige uma Política de Educação com planejamento prévio e contínuo, contribuindo efetivamente para o desenvolvimento individual e social. Segundo análise bibliográfica a pesquisa constatou que a introdução de conteúdos jurídicos na grade curricular das Escolas de ensino médio e fundamental, pode contribuir para o desenvolvimento de uma consciência cidadã no mesmo sentido da saída do prisioneiro da caverna na alegoria Platônica.

A3 – DIREITO

CONSTITUINTE E REFORMA POLÍTICA: A FAVOR DA DEMOCRACIA

*Celso Arnaldo Medeiros
Maria Célia Gouveia de Souza
Maria Suerda Dantas*

Discentes do Curso de Direito, da Faculdade Natalense para Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

*Carlos Thompson Costa Fernandes
Pablo Moreno de P. Capistrano
Rita de Cássia de Andrade*

Docentes do Curso de Direito, da Faculdade Natalense para Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) Este artigo sistematiza uma reflexão sobre a reforma política no Brasil a partir de uma constituinte exclusiva, considerando a atual crise política que vem se aprofundando com os sucessivos casos de práticas corruptas e corruptoras no Congresso Nacional. Essas práticas não se restringem à dimensão individual, mas estão coladas às formas de organização social, política e de dominação de grupos, numa simbiose entre o público e privado, tornando-se um risco para a própria democracia brasileira. Assim, propõe-se, a mobilização das Assembleias Legislativas da Federação manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros, para instituírem a iniciativa popular em matéria constitucional, com a proposta de inclusão de mais um inciso – o IV, no Artigo 60 da Constituição Federal. Aprovada a introdução desse instituto no texto constitucional, o povo decidirá em plebiscito a instauração da reforma política, que caberá a uma Assembleia de representantes do povo, constituída exclusivamente para essa finalidade, cujos membros eleitos pelo povo como unidade soberana. Nossa base de argumentação é que, não tendo o Congresso legitimidade frente à opinião pública para realizar tal reforma, só uma Assembleia Constituinte exclusiva instituída pelo povo, através dos canais constitucionais de participação direta - plebiscito, referendo e iniciativa popular teria legitimação suficiente para fazê-la. Embora haja um debate acirrado entre duas principais correntes teóricas – constitucionalismo *versus* democratização, neste trabalho optou-se em analisar os fundamentos da corrente que defende o fortalecimento dos mecanismos de participação direta.

(METODOLOGIA) A partir do estudo de literatura específica sobre o atual debate da reforma política no Brasil, a legislação vigente sobre o assunto, além de contribuições de caráter sociológico e doutrinário baseado na interpretação constitucional. Parte-se de uma leitura e identificação das duas tendências impulsionadoras do debate em torno da reforma política. Foram feitas leituras de caráter contextual à época atual, tornando possível a compreensão plena dos atos e acontecimentos atuais em que de um lado tem-se escândalos de corrupção e de outro, maior vigilância e controle social e institucional da sociedade sobre a atuação parlamentar. Toda análise foi fundamentada sobretudo na atual Constituição Federal.

(RESULTADO) O cenário da crise atual aponta para a possibilidade de aprofundamento da democracia brasileira em função do estabelecimento de uma autêntica soberania do povo, usurpada pelos grupos conservadores que se sucedem ininterruptamente no poder. Percebe-se a corrupção como ameaça ao equilíbrio constitucional, pois, mais do que transgredir a lei, atinge-se o núcleo do Estado: sua Constituição. Outro produto deste trabalho é a realização de um primeiro exercício de aprofundamento da análise jurídica sobre os instrumentos de democracia direta - o plebiscito, referendo, iniciativa popular, tornando decisiva a vontade do povo, o que pode refletir um amadurecimento jurídico-institucional da democracia brasileira ao reconhecer e legitimar tal participação. Revisões constitucionais periódicas são necessárias para o bom funcionamento da democracia.

(CONCLUSÃO) Isto posto, conclui-se que diante dos elementos de ordem jurídica, política e sociológica, ora levantados, consideramos que é totalmente possível admitir a possibilidade de que seja instituída pela via popular a reforma política via constituição exclusiva. A crise política enfrentada pelo país e as denúncias de atos de corrupção, envolvendo parlamentares, aponta para a fragilidade do atual modelo. Outrossim, não se pode deixar de lado a idéia da reforma política via Constituinte exclusiva, em nome da estabilidade jurídica, pois ao preferir interesses privados aos interesses públicos, mais do que transgredir a lei, destrói-se o corpo político, e então, vislumbra-se aí, a ruptura da própria Constituição. Portanto, pela convicção dos pesquisadores, se a mudança for democratizante, a instabilidade é menos relevante. Essa Constituinte exclusiva vem corrigir uma distorção histórica, a favor da democracia.

**CRÉDITOS DE CARBONO! DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
OU LEGALIZAÇÃO DO DIREITO DE POLUIR?**

*José Ivalter Ferreira Filho
Márcia Maria Nunes da Silva
Ricardo Jorge de Moura Dias
Rosana Maria de Queiroz*

Discentes do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Vânia Vaz Barbosa Cela
Docente do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) A partir do Protocolo de Kyoto, criado 1997, durante uma conferência das Nações Unidas, foram regulamentadas em âmbito internacional as questões relativas à emissão dos gases causadores do efeito estufa na atmosfera. Com o objetivo de diminuir a emissão destes gases, principalmente por países desenvolvidos, foi criado um mecanismo denominado Crédito de Carbono, que visa compensar iniciativas de redução da emissão de GEE e manutenção dos sumidouros por parte dos países em desenvolvimento através da emissão de bônus que poderão ser adquiridos por países industrializados enquanto não atingem as metas estabelecidas no Protocolo. Cada tonelada de carbono que uma indústria deixa de soltar na atmosfera ela recebe como bônus um crédito de carbono, e este, automaticamente se transforma em título negociável em Bolsa de Valores. Porém, o presente trabalho tem como objetivo analisar os prós e contras deste mecanismo, que permite aos países desenvolvidos continuarem poluindo, através do uso do poder econômico e, em contrapartida propiciar a redução da emissão destes gases, um crescimento sustentável e o fomento à pesquisa em países em desenvolvimento.

(METODOLOGIA) A pesquisa consiste numa revisão bibliográfica, com ênfase na literatura especializada, informações jornalísticas e dados estatísticos de pesquisas realizadas pela ONU, e na análise destes dados com fim de realização do objetivo e verificação das hipóteses levantadas neste trabalho.

(RESULTADOS) Visualiza-se no decorrer do presente, que os países desenvolvidos, juntamente com as suas empresas, não obedecem ao compromisso de redução, visando um desenvolvimento sustentável, com isto compram créditos de carbono para não sofrerem sanções e ao mesmo tempo injetarem recursos financeiros nos países em desenvolvimento, que também tem o compromisso de pesquisarem novas tecnologias para o meio ambiente como também ser o sumidouro de dióxido de carbono através das suas florestas. A problemática se funda em dois pontos principais: a) a lógica perversa do capitalismo não favorece a diminuição dos GEE nos países mais poluidores; b) o desenvolvimento sustentável e a utilização de meios menos nocivos à camada de ozônio tem se revelado mais presente em países menos desenvolvidos, contudo, percebe-se que neste desafio tem sido motivado mais por interesses econômicos do que pelo exercício dos direitos humanos de solidariedade.

(CONCLUSÕES) Por fim, identifica-se que a ONU, órgão fiscalizador dos créditos de carbono, nos países que ratificaram o tratado, não atua de forma coercitiva quanto às nações que não cobram de suas empresas a redução de gases poluentes. Contribuindo assim, para desvirtuar a essência do conceito de Créditos de Carbono enquanto desenvolvimento sustentável, e sim, configurando mais uma mercadoria de valor agregado para dar legalidade ao direito de poluir.

A3 – DIREITO

CRIANÇA E ADOLESCENTE: UM BREVE ESTUDO SOBRE A EFETIVA ATUAÇÃO DO ESTADO NO CUMPRIMENTO DA CONSTITUIÇÃO E DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Cesar Silva Fernandes

Discente do curso de Direito, da Faculdade Natalense para o desenvolvimento do RN

Vânia Vaz Barbosa Cela

Docente do curso de Direito, da Faculdade Natalense para o desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) O objetivo de nosso trabalho é propor uma alternativa real e palpável para o cumprimento da Constituição e do Estatuto da Criança e do Adolescente. Em 1988 o congresso Nacional promulgava a nova Constituição Federal nela contida, entre outros, os artigos que falam da proteção da família da Criança e do adolescente. Vamos nos ater aos artigos 226 e 227, que falam que a família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado e, ainda, que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. A seguir, vemos os artigos 3, 4 e 5 do Estatuto da Criança e do Adolescente, definindo a importância desta lei.

(METODOLOGIA) Para a execução deste trabalho realizamos estudos, partindo do levantamento de dados, reais, feito pela 3ª. Vara da Infância e Juventude onde pudemos constatar que as referidas garantias Constitucionais são relegadas a segundo plano e todos os deveres da família, da sociedade e do Estado são esquecidos. Nosso universo pesquisado está restrito aos anos de 2002 a 2006 com crianças e adolescentes que responderam por ato infracional a 3ª. Vara da Infância e Juventude, assim como em jornais, revistas e televisão em território Nacional, na Internet, entrevistas com membros do Ministério Público e com Magistrados.

(RESULTADOS) Observamos nesta pesquisa que a maioria dos jovens infratores provém de famílias desestruturadas e excluídas social, econômica e culturalmente; que têm baixa escolaridade, havendo um alto índice de analfabetos ou analfabetos funcionais; que existe um grande número de usuários de drogas ou tem envolvimento com o tráfico; e, que ao contrário do que a mídia notícia, o início das práticas de atos infracionais têm ocorrido em idades cada vez mais tenras. E, ainda, que intervenções feitas através do sistema de educação, com práticas envolvendo o educando, sua família, comunidade e Estado poderiam reverter este quadro.

(CONCLUSÃO) Os direitos fundamentais da criança e do adolescente garantidos formalmente não têm tido eficácia no âmbito da justiça social. A partir desta pesquisa, apresentamos uma proposta de intervenção que consiste em cruzar os dados colhidos pelo Censo demográfico com aqueles colhidos pelo Censo escolar, para verificar a existência de exclusões e atrasos escolares, situações de violência familiar, etc., para, com margem na análise destes dados, verificar possíveis desigualdades. Esta análise proporcionaria uma visão real da situação de crianças e adolescentes, especialmente aquelas que estejam na faixa etária dos oito aos quatorze anos, que estando em situação de risco ou vulnerabilidade, seriam atendidas por um sistema educacional público diferenciado, que lhes proporcionaria atividades escolares, culturais e de lazer em período integral, durante dez horas diárias, incluindo as manhãs de sábado quando realizariam atividades esportivas que envolveriam seus familiares com o fim de reforçar os vínculos e ao mesmo tempo despertar o interesse da família pela escola. Ao final de cada dia letivo estes jovens retornariam para o seio de sua família, que também seria assistida por uma equipe técnica multidisciplinar vinculada a cada unidade escolar. Além disto, para os jovens que se encontram em situação de abandono e abrigo, o programa desenvolveria junto às varas de infância um projeto de colocação em famílias substituição em situação de guarda, a fim de crianças e adolescentes que não estejam disponíveis para adoção não passem toda sua infância privados de uma convivência familiar.

A3 – DIREITO

CRIMES ELEITORAIS: A EFICÁCIA DO DIREITO COMO GARANTIA DO PROCESSO DEMOCRÁTICO NO BRASIL

*Allison Oliveira Melchuna
Ewerton Henrique de Macêdo Viana
Ives Kleiton da Silveira*

Discentes do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Sara Andrade

Docente do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) A norma jurídica pode ser conceituada como a conduta exigida ou o modelo de organização imposto pela sociedade aos indivíduos, cujo fim implica no alcance de alguns efeitos sociais, ou seja, a sua obediência. O exame que determina se esses efeitos são alcançados ou não está na seara da eficácia das normas jurídicas, que se debruça sobre o impacto das leis na realidade concreta. Sendo assim, nosso estudo pretende examinar os resultados sociais das normas de direito eleitoral no combate a corrupção, levando-se em conta o grande número de cassações de mandatos realizados pelo Tribunal Superior Eleitoral nos últimos anos. Tendo em vista a relevância do tema para o processo democrático eleitoral, associado à boa conduta daqueles que se elegem numa democracia representativa, a necessidade de verificar a eficácia nesse aspecto específico se faz importante para uma melhor compreensão a respeito do cumprimento efetivo das normas eleitorais.

(METODOLOGIA) Para cumprir tal objetivo, foi realizada uma pesquisa de caráter bibliográfico a respeito do conceito de “eficácia da norma jurídica” em literatura especializada, bem como um levantamento junto à jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a fim de selecionar os dados referentes à cassação de mandatos compreendidos no período de início de vigência da Lei 9840 de 28 de setembro de 1999 até os dias atuais (ano de 2007), buscando os índices de cassações de mandatos eletivos, bem como os motivos que levaram a tal.

(RESULTADOS) Através da pesquisa realizada, revelou-se que o TSE já promoveu a cassação de 215 mandatos em todo o país, nos últimos oito anos, com base no art. 41-A da Lei das Eleições (Lei 9504 de 30 de setembro de 1997), modificado a partir da lei 9840/99, que apresenta uma das penalidades a prática da captação ilícita de sufrágio, a popular “compra de votos” a cassação dos registros de candidatura ou do diploma do candidato eleito. Dentro desse universo, destaca-se que estão incluídos nessa estatística aqueles que ainda permanecem nos cargos por força de liminar, uma vez que essa medida não revoga a decisão. Dentro desse número se incluem a cassação de 02 Senadores e seus respectivos suplentes, 02 Governadores juntamente com seus vices, além de deputados federais, estaduais, distritais, prefeitos e seus vice-prefeitos e vereadores, tendo sido o cargo de prefeito o de maior quantidade de cassações. Para o Estado do Rio Grande do Norte, foram 60 os políticos com mandatos cassados, ocupando a segunda posição no país em relação a essas práticas, tendo sido dezesseis cassações de prefeitos oriundos das eleições de 2004. Ainda aguardam julgamento cerca de 1100 processos, o que pode acarretar um aumento significativo nessas estatísticas.

(CONCLUSÃO) Ao disciplinar sobre a prática de compra de votos, sancionando-a, o direito busca aperfeiçoar a democracia, valorizando o voto livre e moralizando o processo eleitoral. O dispositivo legal, assim, proíbe qualquer tipo de aliciamento ao eleitor, não remetendo a quantificações quanto ao tipo de vantagem que venha a ser oferecida, por se tratar tal vantagem de conceito abstrato e subjetivo. Deste modo, desde que interfira na vontade do eleitor, qualquer indução moral decorrente de oferta ou doação já caracteriza o ato ilícito. Ao se vislumbrar os resultados apresentados observa-se que a intenção da norma vem alcançando uma eficácia, pelo menos, razoável, uma vez que conseguiu atingir os efeitos sociais por ela planejados, a partir do momento em que uma grande quantidade de mandatos foi cassada, mediante a aplicação de tal regulamentação legal, ou seja, passou-se a ter mais ênfase no julgamento e punição dos crimes relacionados a corrupção eleitoral, como era esperado, embora também tenha acontecido uma elevação na prática de atos de corrupção nos processos democráticos, acarretando um universo bem mais amplo de situações a ser alcançado pela norma.

A3 – DIREITO

CRIMES HEDIONDOS E A INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL

Adriano Soares de Araújo

Lana Maria Cicuto

Odeleide Trintade Silva

Ana Tereza de Souza Rodrigues Gabriel Ferreira

Discentes do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Lincoln Rufino

Carlos Wagner Dias Ferreira

Rita Andrade

Docentes do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) O tema pesquisado refere-se à Lei 8.072/90 e a distinção que ela estabelece entre os crimes hediondos e os crimes comuns, em face das recentes modificações a que foi submetida. Nosso objetivo é esclarecer quais as diferenças que restaram entre as conseqüências do crime hediondo e do crime comum depois da promulgação da Lei que dá nova redação à chamada “Lei de Crimes Hediondos”. Trata-se de um problema importante em vista da elevação dos índices de criminalidade e da disseminação da violência, não mais restrita apenas às grandes cidades ou aos bairros carentes.

(METODOLOGIA) A metodologia aplicada constou de estudos baseados em um levantamento bibliográfico sobre o tema e da análise comparativa entre as Leis 8.072/90 e 11.464/07 e do Habeas Corpus 82.959/SP.

(RESULTADO) A Constituição Federal, no art. 5º, inciso XLIII, abriu caminho para a criação de crimes hediondos, que seriam “inafiáveis e insuscetíveis de graça ou anistia”. Em 1990, em resposta ao clamor da população, chocada pela onda de seqüestros no país, foi criada a Lei 8.072/90. Logo surgiram questionamentos sobre sua eficácia e coerência, sob a alegação de que ela colidia frontalmente com vários princípios constitucionais penais. Em 2006 o STF deferiu o pedido do Habeas Corpus 82.959/SP e declarou a inconstitucionalidade do § 1º do Art. 2º da Lei 8.072/90, que determinava que a pena por crime hediondo seria cumprida integralmente em regime fechado. A decisão resultou de 6 votos a favor e 5 contra. Os ministros cujos votos foram vencidos alegaram que o artigo obedece à intenção do legislador constitucional de criar punições mais severas para os crimes mais graves e ressaltaram o risco de desmoralização das instituições jurídicas, pois os esforços da polícia e da justiça em prender e condenar criminosos seriam inúteis, se em pouco tempo eles pudessem voltar às ruas. Mas aqueles que venceram argumentaram que o dispositivo feria a dignidade da pessoa humana e vários princípios constitucionais, sobretudo os referentes à individualização da pena, proporcionalidade e humanidade. Uma vez que a mudança incidia apenas sobre o caso específico analisado, não tendo o julgado efeito vinculante, muitos Juízes da Execução Penal passaram a conceder a progressão de regime a condenados por crimes hediondos após o cumprimento de 1/6 da pena, como aos demais. A promulgação da Lei 11.464/07 encerrou a questão ao dar nova redação ao Art. 2º da lei original, retirando a vedação à liberdade provisória e determinando o cumprimento da pena por crime hediondo em regime inicialmente fechado, permitindo a progressão depois de cumpridos 2/5 da pena, se primário e 3/5, se reincidente.

(CONCLUSÃO) Atualmente as diferenças mais relevantes entre o crime hediondo e o comum envolvem, além do prazo para progressão de regime, o prazo de 30 dias da prisão temporária (são 5 dias para os demais) e a impossibilidade de anistia, graça, indulto e fiança, já que a nova lei permite a liberdade provisória. Quanto ao livramento condicional, o condenado por crime hediondo ou assemelhado terá direito ao benefício depois de cumprir 2/3 da pena, ao invés de 1/3, como no crime comum. Entendemos que a Lei 11.464/07, em consonância com a decisão do HC 82.959/SP, cumpriu seu objetivo de adequar a punição para os crimes hediondos aos princípios constitucionais penais de individualização da pena, da humanidade e da proporcionalidade, e amoldou-o ao vetor axiológico principal da Constituição: a dignidade da pessoa humana. Ainda assim, acreditamos que os prazos atuais para progressão de regime e para o livramento condicional são um tanto brandos, e que, por serem crimes de maior gravidade, deveriam ser estendidos, ficando o criminoso retido por mais tempo no sistema prisional.

A3 – DIREITO

CRISE AÉREA: DIREITOS E GARANTIAS DOS CONSUMIDORES DE SERVIÇOS AÉREOS

*Adolfo Cezar Nunes Casimiro
Ana Paula Mariz Medeiros
Raphael Barbalho Penha Álvares
Saulo Costa Fernandes de Negreiros*

Discentes do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

*Daniel Monteiro da Silva
Pablo Moreno Paiva Capistrano
Walber Cunha Lima
Rita de Cássia de Andrade Silva Advíncula*

Docentes do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) O trabalho em questão tem como tema a situação gerada pela crise aérea, no qual se destaca os direitos e as garantias dos usuários que são vítimas das companhias aéreas e da União. Nesta perspectiva, o objetivo é identificar os responsáveis e analisar os prejuízos causados aos usuários, identificando a natureza dos direitos afetados. Visa, portanto, orientá-los no sentido de garantir e satisfazer os seus direitos em conformidade com a legislação.

(METODOLOGIA) A metodologia utilizada para desenvolver tal projeto fez uso de diversas fontes de informações, as quais são reportagens; artigos; Código de Defesa do Consumidor; Código Civil; Código de Processo Civil; entrevistas com os possíveis responsáveis, com os prejudicados; e o relatório final da CPI que versa sobre o problema em questão; sempre com base em fontes confiáveis de instituições com boas referências na sociedade. Toda essa coleta de informações servirá para tomar uma posição acerca da natureza do dano produzido ao consumidor e do modo processual mais eficaz para a proteção dos seus direitos, a partir do enquadramento dos prejuízos na lei, utilizando-se como linha de raciocínio o método dedutivo.

(RESULTADOS) A análise de casos práticos, enquadrados nas leis vigentes, apresentam a concretização dos prejuízos dos usuários do sistema aeroviário, bem como seus direitos de serem ressarcidos pelos danos causados. Apesar disso, os responsáveis, sejam as companhias aéreas ou a União, não tomaram providências cabíveis para evitar tais transtornos e nem remediaram os danos já ocasionados, fato que gerou uma prorrogação da crise e levou os consumidores de tais serviços a ter de acionar a justiça para que, desta forma, pudessem ter seus direitos assegurados. Muitos são os prejuízos sofridos pelos usuários pelo não cumprimento das normas estabelecidas. A ocorrência dos atrasos provoca uma desorganização na vida de todos que tem compromissos e obrigações inadiáveis, como negócios perdidos, sem considerar a necessidade de alimentação e hospedagem, vistos aqui como parte dessa situação. Todas as instâncias; desde os juizados especiais, passando pela justiça comum ou Federal, até chegar ao Supremo Tribunal Federal, estão dando provimento as ações, de cunho indenizatório, movidas pelos prejudicados, e condenando os responsáveis a reparar os danos causados, sejam estes morais ou materiais.

(CONCLUSÕES) Pela exposição da situação de crise que se estabeleceu nos últimos tempos no país, é conveniente que comecemos por apontar os direitos que possui o cidadão que utiliza a rede aérea: observância do horário previsto para chegada e saída dos vôos; conformidade de informações entre os funcionários das empresas aéreas; pleno funcionamento do sistema e das aeronaves e, direito de ser informado do cancelamento de seu vôo duas semanas de antecedência. No momento em que se adquire uma passagem aérea estabelece-se uma relação contratual entre determinada companhia aérea e o consumidor, pactuando entre eles um contrato de transporte. Assim, na hipótese desse acordo não ser cumprido, a parte desfavorecida deve procurar os canais competentes para as suas reclamações. Nesse sentido, além de ter seus direitos garantidos no Código de Defesa do Consumidor, torna-se necessário a criação do Estatuto dos Usuários de Transporte Aéreo, o qual já está sendo discutido como projeto de lei. Além disso, outra medida cabível, que já foi adotada para aeroportos de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, é a criação dos Juizados Especiais Aéreos, os quais são implantados nos próprios aeroportos; em vista de oportunizar, aos consumidores, o ingresso de ações cabíveis em face da não observância de seus direitos pelas prestadoras de serviço. Essas empresas, ao não prestar assistência, não dar informações plausíveis aos clientes, ou não tomar nenhuma atitude para amenizar a situação causada; seja de vôo atrasado, vôo cancelado, ou as demais possíveis; estão se posicionando de maneira antiética e antijurídica, pois não prezam pelo respeito ao consumidor, o qual cumpriu a sua obrigação ao pagar o preço por elas exigido pelas passagens; e, com isso, passa a se valer de direitos que devem ser respeitados.

A3 – DIREITO

CULTURALISMO JURÍDICO: A CRISE DO PÓS-POSITIVISMO

*Anna Paola Medeiros de Melo
Camilla Pereira de Santana
Isabelle de Carvalho Rodrigues
Lissa Romana Costa dos Santos
Natália Sharapin Alves*

Discentes do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Sara Andrade

Docente do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) O culturalismo jurídico surgiu com o intuito de atingir o conhecimento do estudo do Direito através da junção da cultura e da experiência, consagrando-se com a teoria tridimensional do direito de Miguel Reale, segundo a qual o direito é um fenômeno de contempla três dimensões inseparáveis: fato, valor e norma. Devido à interferência do homem nos fatos da natureza é que surgem os novos valores e fatos culturais, gerando assim, a cultura, que por sua vez, implica em graus de evolução social. Assim, a produção valorativa é extremamente considerada pela corrente jurídica do culturalismo, segundo a qual o direito realiza a positivação dos valores sociais mais elevados, passando a ser a reprodução destes. No meio jurídico, a tese culturalista do direito sugere uma modificação de paradigma e uma proposição de uma nova racionalidade para o fenômeno jurídico, tanto para sua criação, quanto para sua interpretação e aplicação. Na linha da valorização dos aspectos fáticos e valorativos que deve ter em conta o Direito, emerge a corrente do denominado pós-positivismo jurídico, cujo estudo será o objeto de nosso trabalho, na perspectiva de examiná-lo como uma das tendências que visam a superar as deficiências do dogmatismo do direito, que o reduz ao aspecto lógico-formal da norma, propondo a elevação dos valores ao status de comando obrigatório.

(METODOLOGIA) Para atingir os fins propostos ao trabalho, optamos por uma pesquisa de caráter teórico e qualitativo, com procedimento bibliográfico, fundamentado no estudo de uma literatura sobre o positivismo jurídico, sua atual crise, tendo como contra-ponto de referência as correntes do culturalismo e do pós-positivismo jurídicos.

(RESULTADOS) Com os levantamentos teóricos realizados, constatou-se que a redução do fenômeno jurídico ao aspecto meramente lógico-formal da norma, tese do positivismo, já vem dando sinais de esgotamento. A produção da norma como algo descolado de qualquer interferência extranormativa, despreendendo o direito de aspectos éticos e valorativos não se sustenta diante da observação de que a mera aplicação fria e rígida da lei não atinge aos valores de justiça a serem perseguidos pelo direito. Assim, novas correntes que visam a relacionar o direito com seu aspecto fático e axiológico ganham cada vez mais adeptos, superando os limites do positivismo jurídico. Com a consagração da teoria tridimensional do direito (culturalismo jurídico) e com a recente corrente do pós-positivismo, vislumbra-se uma nova racionalidade para o direito, com a valorização o elemento axiológico para a criação e aplicação do direito na realidade concreta.

(CONCLUSÃO) Destarte, observa-se que a crise do positivismo se deu por este não acompanhar a evolução da sociedade, pois não segue temas essenciais para uma compreensão da norma jurídica, sobretudo nos seus elementos extranormativos, forjando um modelo de Direito tão cheio de fissuras e sinais de esgotamento, que não atende aos interesses e necessidades de um universo social complexo e em constante evolução em suas relações humanas. Logo vê-se a necessidade de uma reformulação dos conceitos que traçam as bases e fundamentos das normas jurídicas. Como resposta a tais necessidades, observa-se que o culturalismo jurídico inaugurou uma mudança de racionalidade para o direito, extrapolando os limites do positivismo jurídico e ensejando o surgimento de novas perspectivas teóricas e práticas. Dentre elas, destaca-se o denominado pós-positivismo jurídico, que trata de compreender a lei à luz dos princípios e dos direitos fundamentais. Assim, uma lei não é mais o fim do aplicador do direito, mais um meio que ele irá adequar aos princípios de justiça e aos direitos fundamentais. Deste modo, o pós-positivismo retira a ênfase da lei e a desloca para os princípios, que adquirem qualidade de norma jurídica.

A3 – DIREITO

DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA: UMA ABORDAGEM FILOSÓFICA-CONSTITUCIONAL

*André Barreto Medeiros
Jéssica Louise Barata Moura
Lucas Augusto Lopes Câmara*

Discentes do Curso de Direito, Faculdade Natalense Para o Desenvolvimento do RN

*Carlos Thompson Costa Fernandes
Pablo Moreno Paiva Capistrano*

Docentes do Curso de Direito, Faculdade Natalense Para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) A dignidade da pessoa humana consiste na raiz dos direitos fundamentais, sendo um valor inerente ao homem. Logo, em todo e qualquer ordenamento jurídico possui primordial importância, pois zela pelo ser humano, ao qual o Estado tem de proteger e dar suporte. A dignidade da pessoa humana se une a outros valores como igualdade, liberdade e solidariedade que, presentes em todas as sociedades, servem de alicerce aos direitos fundamentais. O estudo ora apresentado tem como objetivo dentro de uma abordagem filosófica-constitucional enfatizar a importância da dignidade da pessoa humana na evolução social, explicitando como este valor influenciou os ensinamentos de grandes filósofos e a formação de importantes documentos e constituições no Brasil e no mundo. Também se pretende mostrar a importância da hermenêutica para a legitimidade do Poder Judiciário, na concretização e interpretação dos valores intrínsecos e fundamentais para a sociedade, enfatizando a importância da dignidade da pessoa humana no contexto citado.

(METODOLOGIA) A metodologia utilizada baseou-se em obras publicadas pelos mais diversos doutrinadores, seguidores de diferentes correntes, bem como em jurisprudências dos Tribunais Superiores. Também foi utilizado o direito constitucional comparado para possibilitar uma melhor análise de documentos e constituições anteriores.

(RESULTADOS) A partir do estudo realizado tivemos como resultado que a dignidade da pessoa humana não é uma criação constitucional. Pelo contrário, o Estado que não valoriza este preceito e, conseqüentemente, não reconhece os direitos fundamentais, carece de uma ordem jurídica legitimada e fundamentada. Podemos citar como pensadores mais influentes nessa abordagem: Rousseau, Tomas Paine e Kant, sendo este último o mais expressivo no que concerne à conceituação da dignidade da pessoa humana como um fim e não como um meio, o que serve para robustecer a linha do pensamento voltada contra qualquer tendência à instrumentalização do homem. Tratando-se de aspectos evolucionistas, podemos destacar que, por mais primitiva que fosse a sociedade, existiam direitos em favor do homem. Com o passar do tempo, esses preceitos (dentre eles a dignidade da pessoa humana), passaram a influenciar a sociedade como um todo, seja através das Constituições, seja através de decisões de Tribunais. Já no Brasil, a primeira Constituição previa um rol de direitos humanos fundamentais, e as constituições posteriores mantiveram e alargaram a importância desses direitos. A Constituição de 1988 elevou a dignidade da pessoa humana a princípio, e refletiu o desejo de redemocratização do país, pondo o ser humano como um ente importantíssimo ao Estado, levando-se em consideração que as normas surgem, se modificam e existem por causa do homem. Com o advento do pós-positivismo surgiu a Nova Hermenêutica, exigindo a concretização de princípios como o da dignidade da pessoa humana. Também vale ser ressaltado que a preservação dos direitos fundamentais deve ser feita pelo Judiciário, pelo que lhe é dada a legitimidade constitucional necessária à manutenção do ideal de ordem e justiça.

(CONCLUSÃO) Constatamos que a dignidade da pessoa humana é imprescindível em qualquer ordenamento jurídico, servindo para dar uma garantia de cumprimento da ordem social em favor do homem. Nos Tribunais, a utilização dos direitos fundamentais possibilita uma maior transparência, objetividade e racionalidade na tomada de uma decisão. Devido à importância dada pela Constituição de 1988 ao princípio da dignidade da pessoa humana, a alta Corte do país se esforça para mantê-lo vivo sempre o exaltando em seus julgados. Em suma, a dignidade da pessoa humana é maior do que todas as leis; está acima de todas elas. Violar esse princípio caracteriza um crime contra toda a humanidade.

A3 – DIREITO

DIREITO COMPARADO DA MULHER: O TRATAMENTO JURÍDICO DA MULHER DO IMPÉRIO ROMANO À LEI MARIA DA PENHA

Julyana da Silva Ramalho

Roochelly Hellyzia Moura Gomes de Lima Rodrigues

Discentes do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Ana Paula Cacho

Sara Andrade

Docentes do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) Na Antigüidade, a mulher era considerada incapaz e tratada com inferioridade. Não era dotada de direitos, possuindo apenas uma carga de deveres domésticos e de obediência à figura masculina, comprometendo-se perante o lar e a família. A transição dos tempos e a mudança de valores culturais, no entanto, trazem para a atualidade um novo cenário, encontrando a mulher amparo legal para minimizar as históricas distorções quanto às relações de gênero experimentadas ao longo do tempo. No Brasil, sobretudo com o advento da Lei Maria da Penha, mais um passo se deu ao tratamento jurídico da mulher amenizando a discriminação e, sobretudo, buscando inibir a prática de violência contra o seguimento feminino. Assim, o presente trabalho tem como objetivo um estudo sobre o tratamento social e jurídico endereçado à mulher, dando ênfase a um estudo comparativo entre o status da mulher no direito romano antigo e no direito atual, com o advento da Lei Maria da Penha (lei nº 11.340/2006), destacando os seus respectivos disciplinamentos e avanços.

(METODOLOGIA) Para atingir os fins do trabalho proposto, realizou-se uma investigação de caráter teórico, qualitativo, com procedimento histórico-bibliográfico, o que possibilitou o levantamento de dados importantes para o desenvolvimento da pesquisa, a fim de identificar os aspectos concernentes ao papel da mulher no Império Romano, comparando-o com a situação atual influenciada pelo advento da Lei nº 11.340/06.

(RESULTADOS) Dos dados teóricos levantados, constatou-se que, segundo os princípios do Direito Romano, a mulher não possuía personalidade, pois não era suscetível de contrair direitos e obrigações, possuindo apenas deveres familiares e de subordinação. Ela era sujeita a violências domésticas que eram encobertas, o que revelava o seu desamparo jurídico. No contexto histórico atual e nacional, com a aprovação da Lei Nº 11.340/06, um grande passo se deu na história da luta das mulheres. Sua intenção é de inibir a reprodução das relações desiguais de gênero, sobretudo no âmbito privado, vislumbrando uma relação familiar mais justa, harmoniosa, fraterna e humanizada.

(CONCLUSÕES) Entre o direito romano antigo e o direito pátrio atual, não são poucas as mudanças que a lei nº 11.340/06 estabelece, tanto na tipificação dos crimes de violência contra a mulher, quanto nos procedimentos judiciais e da autoridade policial. Ela tipifica a violência doméstica como uma das formas de violação dos direitos humanos. Altera o Código Penal e possibilita que agressores sejam presos em flagrante, ou tenham sua prisão preventiva decretada, quando ameaçarem a integridade física ou psicológica da mulher. Prevê, ainda, inéditas medidas de proteção para a mulher que corre risco de vida, como o afastamento do agressor do domicílio e a proibição de sua aproximação física. A lei traz outras inovações: estabelece as formas de violência doméstica como física, psicológica, sexual, patrimonial e moral; determina que tal violência, independe da orientação sexual; e que a mulher somente poderá renunciar a denúncia perante o juiz; proíbe penas pecuniárias; define que a vítima será notificada dos atos processuais, em especial quando do ingresso e saída da prisão do agressor; determina a criação de juizados especiais de violência doméstica e familiar com competência cível e criminal para abranger as questões decorrentes da violência contra mulher; e, por fim, aumenta em um terço a pena, caso a violência seja praticada em mulheres com deficiência. Diante do disciplinamento apresentado, evidente a considerável distinção entre o tratamento jurídico da mulher no período do direito romano antigo e no direito brasileiro atual. Necessariamente, esta diferença não é mérito de nossa época, mas da evolução lenta e conflituosa dos direitos femininos ao longo da história. A diferença de tratamento social e jurídico entre a mulher romana e a mulher atual é, enfim, explicada pela luta feminista de toda história da humanidade.

A3 – DIREITO

ADOÇÃO POR CASAL HOMOSSEXUAL E SUAS IMPLICAÇÕES NO CONTEXTO PSICOLÓGICO, SOCIAL, RELIGIOSO E JURÍDICO

Autores: Carlos Frederico Vieira Pires

Elizabeth Gledes Siqueira Basílio

Discentes do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Carlos Alberto Nicolete da Silva

Docente do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO): O objetivo do presente trabalho é fazer uma análise contextual sobre a adoção por casal homossexual e suas implicações no contexto psicológico, social, religioso e jurídico. Com base nesse objetivo e na fundamentação teórica, se sabe que o Direito nasce dos fatos sociais, das relações travadas entre os seres humanos, e o Direito está onde estão os homens, onde existe sociedade. No Direito de Família brasileiro pode-se exemplificar tal afirmativa com a edição de leis que vieram a regulamentar o divórcio e a união estável. Porém, ainda existe uma certa ignorância do Direito em relação a alguns fatos sociais, como é o caso das uniões homossexuais ou homoafetivas que à possibilidade ou não destes parceiros em adotar crianças, mesmo porque, alguns Tribunais brasileiros já vêm reconhecendo alguns efeitos patrimoniais a estas uniões. Negar a adoção a uma pessoa pelo simples fato dela ser considerada diferente dos padrões normais estabelecidos pela sociedade, é um ato de discriminação, onde a Constituição Federal proíbe tal ato e defende a construção de uma sociedade mais justa e solidária, além de procurar promover o bem estar de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

(METODOLOGIA): O trabalho se caracteriza como um estudo bibliográfico, uma vez que foi fundamentado em fontes secundárias, ou seja, através de artigos, revistas e livros no intuito de fazer uma interpretação analítica sobre a adoção por casais homossexuais na atual conjuntura social e seus aspectos jurídicos.

(CONCLUSÃO): Com base na fundamentação teórica realizada, verifica-se que o tema abordado é algo ainda muito novo para o direito, pois a sociedade não se encontra preparada para aceitar a adoção homoafetiva nem tão pouco para se posicionar em relação ao tema. Tudo o que é inovador é visto com um certo temor pela sociedade. Nessa perspectiva, novos contextos se apresentam nas relações humanas, devendo ser democraticamente salutar, que as posições sejam demarcadas, os debates se estabeleçam, que os embates discursivos se travem, e assim, a Lei e o Direito, objetivando harmonizar o novo e o velho, o antigo e o moderno, o conservador e o avançado, devem servir de suporte para a solidificação de "novos direitos" em uma escala ascendente, em busca da felicidade geral. Assim, a adoção deve ser vista como um ato de amor e o que deve prevalecer é a felicidade e o bem estar do adotando. Vê-se que, se não todo, ao menos um pouco do preconceito já foi superado por alguns magistrados, e por alguns olhares menos incrédulos. Porém, ainda há muito que se fazer, não apenas pelos juízes ou desembargadores, mas também pelos legisladores, doutrinadores, ou, melhor dizendo, por cada cidadão deste país.

A3 – DIREITO

DIREITO E LINGUAGEM: ENTRE A ENUNCIÇÃO E A INTERPRETAÇÃO DA LINGUAGEM JURÍDICA

Bianca de Barros Bezerra

Joanne Nair Alexandre

Michelly Shenna Almeida de Medeiros

Sílvia Raíssa Belo Torquato

Discentes do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Noemi Favassa

Sara Andrade

Docentes do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) A linguagem, essência fundamental e necessária do ser humano, está sempre em busca de exprimir o pensamento, seja através da articulação sonora (a linguagem verbal), seja através dos métodos utilizados pela linguagem não-verbal (as demonstrações físicas e a escrita). No entanto, a problemática da linguagem situa-se no fato dela não conseguir expressar com exatidão o que se pensa, explicitando-se aí a sua falha intrínseca. No âmbito do direito, a linguagem faz-se elemento crucial, uma vez que a linguagem transmitida, tanto no direito escrito quanto falado, é o próprio direito em si. O direito, enquanto ciência humana, requer que suas mensagens atinjam seus fins de regulação social e, para tanto, é mister sua adequada interpretação. É justamente sobre esse fator que se relacionam direito e linguagem, através da busca pela interpretação precisa e o alcance social da norma jurídica. Assim, o presente trabalho objetiva compreender por meio de reflexões teóricas, os aspectos referentes ao problema da enunciação e interpretação da linguagem jurídica considerando suas características e desdobramentos quanto ao seu alcance e compreensão.

(METODOLOGIA) Realizou-se um estudo retrospectivo, de caráter qualitativo e nível descritivo, por meio de um levantamento bibliográfico, no qual se abordou a dificuldade de interpretação da linguagem jurídica por parte da sociedade leiga, que é a quem o direito deve atingir primordialmente; tendo como um dos pontos de referência a estratificação social causada pela superespecialização da linguagem do direito, analisada a partir de diferentes enfoques literários.

(RESULTADOS) Verificou-se que diante da aproximação da linguagem natural com a linguagem jurídica, os problemas de imprecisão dos conceitos e termos desta começaram a surgir. Na tentativa de se resolver esse problema, a linguagem foi conduzida a uma especialização, o que acabou firmando uma separação entre os dois universos lingüísticos. O resultado desse processo de aperfeiçoamento foi a exacerbação do tecnicismo da linguagem do direito, tornando-a quase indecifrável para a população leiga e não especializada.

(CONCLUSÃO) Diante do exposto, observou-se que a linguagem por si própria é falha, uma vez que é incapaz de demonstrar com precisão tudo o que o pensamento vislumbra; esse fato interfere no campo do direito, pois este, mantendo uma estreita relação com a linguagem, – já que precisa dela para expressar suas mensagens, tanto no que se refere aos mandamentos normativos quanto à sustentação oral dos juristas - sofre, por conseguinte, uma interferência no momento da elaboração de leis e discursos. A aproximação entre a linguagem natural e a linguagem jurídica gerou um problema de imprecisão dos conceitos desta última. Na tentativa de resolver tal problema, os profissionais do direito encaminharam-se para uma suposta solução, que posteriormente se comprovou ser mais um problema: o tecnicismo da linguagem jurídica que, ao se exacerbar, ocasionou sua superespecialização, o que acentuou sua distância da linguagem natural. Em decorrência disso, o excesso de formalismo contribuiu para que os leigos não alcançassem a mensagem que o direito visava a expor, acarretando uma espécie de estratificação social. A grande problemática a ser analisada reside no fato de que o direito – embora como toda e qualquer área de profissão, possua seu vocabulário peculiar – é diferenciado, porque é uma ciência humana e, como tal, destina-se à sociedade como um todo, devendo ser compreensível para ela, a fim de que possa, com efeito, legitimar-se.

A3 – DIREITO

DIREITO, PÓS-MODERNIDADE E LINGUAGEM: EXPECTATIVAS PARA O DIREITO NO SÉCULO XXI

Suedja Márcia dos Santos Araújo

Discente do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Sara Andrade

Docente do curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) É evidente que a sociedade pós-industrial vivencia um momento de mudanças. A Globalização criou um mundo sem fronteiras; a Era Digital apresenta diariamente novidades tecnológicas que diluíram a antiga concepção de espaço e tempo e revolucionaram os meios de comunicação. O neoliberalismo e o crescimento expressivo do setor terciário alteraram as relações de produção e trabalho dos últimos 30 anos. Nem todo cidadão é capaz de acompanhar com lucidez o incremento das descobertas científicas e a rapidez de sua evolução. Ou seja, a Ciência e o Homem enfrentam um momento único na História marcado pela velocidade, pluralidade e incerteza. A partir do reconhecimento de um mundo em transição, este trabalho tem por objetivo apresentar os aspectos relacionados à crise no Direito Moderno, aos novos paradigmas da Pós-modernidade e à aplicação das teorias habermasianas como solução para construção de um novo Direito para o século XXI.

(METODOLOGIA) Para tanto, realizou-se uma pesquisa de caráter teórico, qualitativo e eminentemente bibliográfico, com fins de diagnosticar a crise do Direito Moderno e a adaptação das teorias de Habermas para uma linguagem do Direito Pós-moderno à luz da Filosofia do Direito, Sociologia Jurídica e da própria Linguagem Jurídica.

(RESULTADOS) Dos estudos teóricos levantados, observou-se que o lema de “Ordem e Progresso” da Idade Moderna acabou por manifestar-se na produção de sistemas políticos totalitários, que culminaram nas duas Grandes Guerras do século XX, pondo assim em discussão a validade das propostas modernistas. Herança desta época destaca-se o Direito Positivista, dogmático, cujo maior expoente foi Hans Kelsen e que não reconhece no homem sua condição humana. Nietzsche foi um marco decisivo na crítica a Razão Moderna, ao suspeitar da existência de uma verdade única e absoluta. O período chamado de Pós-modernidade surge justamente neste panorama de crise do paradigma Moderno, contrariando os racionalistas cartesianos e os empiristas, ao constatar que não há consciência pura e o sujeito sempre interpõe significados ao objeto de análise. A partir da visão holística do homem, há então o resgate do mundo da irracionalidade, das angústias, das paixões e do sofrimento humanos. Não há mais espaço para a concepção de um Direito neutro, isento de subjetividade. A proposta habermasiana de emancipação e diálogo para a busca dos valores humanos e do consenso, vem a ser, portanto, condizente com os ideais do homem pós-moderno. Valoriza-se, assim, a comunicação que se manifesta através de signos e símbolos para o bem comum. A ciência jurídica, então, encontra na linguagem sua possibilidade de existência e adequação aos novos paradigmas do século XXI.

(CONCLUSÃO) Aproximar a teoria habermasiana de interesse emancipatório e razão comunicativa à linguagem jurídica proporciona a emergência de um Direito livre das amarras do dogmatismo moderno. As conseqüências imediatas apontam para o estímulo do ensino humanístico nos cursos de Direito e o desapego da visão puramente normativista; igualmente, vislumbra-se nesta proposta uma flexibilização da codificação do Direito, o retorno da aproximação entre linguagem legal e a linguagem comum, tendo a sociedade como instrumento de produção do Direito e um diálogo internacional sobre os direitos humanos.

A3 – DIREITO

ERRO MÉDICO: UM RISCO DECORRENTE DA BUSCA PELA ESTÉTICA E A RESPONSABILIDADE JURÍDICA DO PROFISSIONAL

*Angélica Alves de Medeiros
Cibelle Priscila Pinheiro Trindade
Elizandro das Chagas Lemos
Iatáia Queiroz de Aquino*

Discentes do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

*Sara Maria de Andrade Silva
Noemi Favassa Alves de Queiroz*

Docentes do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) Diante da realidade ditatorial dos padrões estéticos enfatizados pela mídia, as pessoas buscam cada vez procedimentos cirúrgicos, com a intenção de se fazer inserir mais rápido nos moldes de beleza exigidos. Embora o erro médico seja ocasionado por falhas operacionais no procedimento cirúrgico do profissional médico, as cirurgias plásticas e a busca banalizada pelo corpo perfeito, aumentam, em muito, as estatísticas de danos aos pacientes. Existem diversos fatores que podem ser evocados como causa para a ocorrência de um erro médico, dentre eles os mais recorrentes são: cansaço, a falta de infra-estrutura, negligência, imprudência e imperícia. Assim, o presente trabalho objetiva realizar reflexões teóricas acerca da procura excessiva por cirurgias plásticas, examinando questões filosóficas sobre a busca do belo e os aspectos jurídicos do erro médico.

(METODOLOGIA) Para atingir os objetivos propostos, realizou-se um estudo de caráter teórico e empírico, mediante o levantamento de dados bibliográficos e pesquisa de campo de dados estatísticos, a fim de levantar elementos para a análise dos problemas propostos. Para a apresentação do trabalho o grupo necessitará de equipamento data show.

(RESULTADOS) Dos dados levantados, constatou-se que a cirurgia plástica, ou “cirurgia plástica estética”, é aquela que tem o objetivo de realizar melhorias na aparência, buscando-se obter resultados relacionados a algum aspecto físico indesejado, ou seja, corrigir alguma falha estética ou deformidade. Essas melhorias não se tratam, geralmente, de um prejuízo de ordem funcional, mas sim de ordem psicológica da pessoa que se dispõe a fazer esses tipos de cirurgias.

As evidências disponíveis indicam que há um elevado número na procura por procedimentos cirúrgicos, o que potencializa uma maior probabilidade de erros médicos no âmbito das cirurgias plásticas. As implicações legais decorrentes das possíveis falhas médicas merecem destaque especial no estudo, haja vista o crescente número de processos judiciais por erro médico, de uma forma geral, a que os profissionais da saúde estão sendo submetidos. Segundo dados do Conselho Federal de Justiça Brasileiro, nos EUA morrem cerca de 98 mil pessoas por ano, vítimas de erro médico. No Brasil, em 2002, foram encaminhadas mais de 2.000 denúncias ao Conselho Federal de Medicina. Foram abertos 332 processos e ocorreram 182 condenações. As estatísticas são alarmantes e o número de queixas tem aumentado nos últimos anos. O erro médico pode ser causado por imprudência, imperícia ou negligência, acarretando a responsabilidade médica na esfera civil (Responsabilidade Civil), criminal (lesão corporal, dano estético ou até a morte do paciente) ou ética (as intervenções estéticas são admitidas desde que necessárias ou quando o defeito a ser removido ou atenuado seja fator de desajuste psíquico do paciente).

(CONCLUSÃO) Do estudo realizado, observou-se que a busca pela estética perfeita tem levado as pessoas a recorrerem a procedimentos de correção e aperfeiçoamento dos seus traços físicos, como forma de adequação aos padrões de beleza cada vez mais valorizados. As cirurgias plásticas corretivas têm nos Estados Unidos e no Brasil uma procura sem precedentes, sendo os países com maiores índices de cirurgias estéticas do mundo. Diante de tal procura, os índices de erros médicos decorrentes de tais procedimentos também aumentam, dando cada vez mais importância a um campo de atuação jurídica novo: a Responsabilidade Civil do Médico, baseada nos danos decorrentes de intervenções médicas mal-sucedidas. Para que se institua a responsabilidade médica é preciso que se verifique a efetividade do dano ao paciente, seja ele qual for: dano oriundo de lesão a um direito fundamental (à vida, a integridade física, à saúde), dos danos patrimoniais ou danos morais, nos quais incluem-se os danos estéticos. Diante da fragilidade emocional do paciente, em busca da perfeição estética que nem sempre é possível, não são poucos os cirurgiões que agem com indevida sagacidade. Por isso, a não realização do prometido ao paciente ou a superveniência de dano, seguido ou não de morte, acarreta o que denominamos hoje de Responsabilidade Jurídica do Médico.

A3 – DIREITO

ESTUDO BIBLIOGRÁFICO SOBRE OS BENEFÍCIOS DA LEGISLAÇÃO FISCAL PARA AS ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS

José Ribamar Braga Neto

Discentes do Curso Ciências Contábeis da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Dinarte Paiva dos Santos Júnior

Docente do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) As entidades sem fins econômicos estão situadas no Terceiro Setor que engloba instituições com fins públicos, porém de caráter privado, que não se enquadram, portanto no Primeiro Setor (Estado). São regidas pelo direito privado, mas não possuem fins econômicos, assim também não sendo qualificadas como instituições do Segundo Setor (Mercado). Fazem parte do denominado espaço público não estatal. O Terceiro Setor abrange ações públicas que saem do domínio estatal, e passam a ser encampadas por organizações da sociedade civil. É o surgimento da iniciativa privada com fins públicos. O crescimento do Terceiro Setor denota um aumento do compromisso da sociedade com a cidadania, e o resultado das organizações da sociedade civil é um ser humano mudado, consciente de suas responsabilidades como cidadão. O objetivo desse trabalho é mostrar às regras e normas as quais as entidades sem fins econômicos devem seguir a fim de utilizar corretamente de todos os benefícios tributários, apresentar quais as entidades que possuem imunidade, isenção ou não-incidência tributária, identificar quais os procedimentos que as entidades sem fins econômicos devem seguir, com o intuito de obter e manter o direito ao gozo da imunidade, isenção ou não-incidência tributária e discriminar quais os tributos que as entidades sem fins econômicos podem se beneficiar com imunidade, isenção ou não-incidência tributária

(METODOLOGIA) A pesquisa foi desenvolvida a partir de fontes bibliográficas. Podemos classificar o trabalho como um estudo utilizando a técnica de levantamento de dados bibliográficos. Trata-se de uma pesquisa teórica que teve como ponto de partida conhecer as orientações legais e regulamentares específicas sobre a legislação fiscal das entidades sem fins lucrativos. A pesquisa consiste no levantamento bibliográfico de obras que compõe a literatura sobre o assunto abordado.

(RESULTADOS) Poucos são os estudos referentes às entidades sem fins lucrativos e seus procedimentos tributários e grandes são as dúvidas que aparecem quanto à imunidade, isenção e não-incidência tributária das atividades praticadas por entidades sem fins econômicos, pois o assunto é pouco explorado e de grande complexidade. O desconhecimento da legislação afeta diretamente as entidades em seu direito de gozo tributário, a falta de informação pode fazer com que entidades percam os seus direitos e passem a ser tributada de forma a pagar todos os impostos. A pesquisa evidenciou de forma sucinta e clara, como as entidades podem se adaptar e quais as entidades que se encaixam nas normas para o efetivo gozo dos direitos tributários.

(CONCLUSÕES) A imunidade tributária é a previsão constitucional que limita a competência tributária no sentido de impedir que as normas de tributação incidam sobre as entidades imunizadas. Algumas entidades foram agraciadas no art. 150 da Constituição Federal com o benefício da imunidade tributária. O inciso VI, alínea “c”, agracia as “entidades sem fins lucrativos”, com a impossibilidade de a União, Estados, Distrito Federal e Municípios instituir impostos sobre suas atividades. Mas o art. 150 citado anteriormente impõe que as entidades deverão atender requisitos especificados em lei para se utilizar da imunidade. Na isenção, ocorre o fato gerador e nasce a obrigação tributária, mas a lei poderá dispensar seu pagamento. A isenção tributária é uma forma de dispensa legal do tributo, é a exclusão, por lei, da hipótese de incidência tributária, sendo objeto da isenção a parcela que a lei retira dos fatos que realizam a hipótese de incidência da regra de tributação. É instituída por uma norma negativa que inibe a norma de incidência que criou ou instituiu o tributo. A não-incidência corresponde a um fato ou uma situação que ficou omissa na norma tributária, ou seja, não foi prevista na hipótese de incidência descrita pelo legislador. Assim, qualquer fato ocorrido no mundo econômico, cuja lei não prevê a incidência de tributos sobre ele, caracteriza a não-incidência por critério de exclusão.

A3 – DIREITO

ESTUDO E CONHECIMENTO DO DIREITO ROMANO: UMA BREVE REFLEXÃO ACERCA DA SUA IMPORTÂNCIA E UTILIDADE PARA A FORMAÇÃO DOS JURISTAS CONTEMPORÂNEOS

*Lídia Ana Gomes Brito da Silva
Danielle Abrantes de Aragão Mendes
Renata Duarte Gabriel
Aline Silva Alves*

Ana Beatriz Figueiredo Procópio

Discentes do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

*Sara Maria de Andrade Silva
Ana Paula Oliveira Cacho*

Docentes do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) O Direito Romano, que vigorou por mais de mil anos, constitui-se no legado jurídico mais completo, sistemático e perfeito da Antiguidade, podendo ser caracterizado como um notável campo de observação do fenômeno jurídico, em todos os seus aspectos. O objetivo da presente pesquisa é fortalecer e destacar a utilidade e importância do estudo e compreensão do Direito Romano, buscando explicar as razões que, nos tempos atuais, justificam o seu estudo como um conhecimento propedêutico relevante aos iniciantes da formação jurídica. Isso, prestando-se magnificamente a oferecer aos principiantes da área do direito uma visão abrangente do fenômeno jurídico de base romanística, especialmente do Direito Civil. Igualmente, sustenta-se a importância do seu estudo à medida que inicia o discente na técnica do raciocínio jurídico, constituindo-se, assim, como um antecedente lógico e ciência auxiliar do direito atual, tornando-se instrumento do saber necessário para a formação do verdadeiro jurista.

(METODOLOGIA) Para tanto, a vertente metodológica desta pesquisa teve natureza eminentemente exploratória, com caráter qualitativo, cujo trajeto foi um levantamento histórico e bibliográfico de obras dos principais autores que tratam do tema proposto, com o intuito de aprimorar o conhecimento almejado no âmbito teórico do assunto analisado.

(RESULTADO) Verificou-se que a importância e utilidade do estudo e do conhecimento do Direito Romano para todo estudioso que almeja uma cultura jurídica superior se dá por vários aspectos: a) importância histórica, levando-se em consideração o direito atual como produção historicamente construída, cuja origem pode ser encontrada na produção jurídica romana, desde a Antiguidade até os dias de hoje; b) o fato de ser considerado um modelo de sistema jurídico, devendo ser visto como um auxiliar precioso para o estudo de todos os povos de influência romano-germânica; c) a sua perfeição técnico-jurídica que causou uma profunda revolução no pensamento do direito antigo, com a interpretação dos casos e das respectivas leis, criando a hermenêutica; d) pela utilidade prática como uma suma da ciência jurídica, elemento de esclarecimento de expressões doutrinárias e normas que o direito moderno dele herdou; e) o fato de que só o Direito Romano pode fundamentar a ciência do direito comparado, dado ser a raiz comum dos vários direitos românicos, indicando quais sejam as verdadeiras necessidades do presente a designar a cada povo nos tempos diversos quais os ordenamentos que melhor servem ao seu desenvolvimento; f) por proporcionar o aprimoramento do espírito filosófico dos iniciantes.

(CONCLUSÃO) Diante dos aspectos expostos, pode-se inferir, portanto, que o objetivo do presente trabalho foi alcançado ao estabelecer que a base da educação jurídica que ora se inicia, é romanística, pois é o Direito Romano marco inicial na história do direito laico e componente essencial no estudo do direito civil, o que se traduz no fato de que nenhum principiante no estudo da ciência jurídica pode prescindir do significado das instituições jurídicas romanas que foram adaptadas para os dias atuais. Esse verdadeiro laboratório de direito contribuiu enormemente para o raciocínio jurídico, tendo, portanto, elevado valor formativo para dar base aos juristas contemporâneos e ajudá-los a encontrar o rigor prático necessário para o conhecimento e a solução dos problemas jurídicos. Certamente, o Direito Romano pode ser incluído entre as disciplinas auxiliares da ciência do direito, vindo a fornecer subsídios para que os iniciantes construam uma compreensão ampla e contextualizada da ciência do direito, mediante uma abordagem plural e interdisciplinar com as demais disciplinas que retratam temas de interesse histórico e jurídico. O seu papel na elaboração desse conhecimento enciclopédico, seria o de preparar os juristas contemporâneos para as mudanças que estão ocorrendo atualmente no campo do direito, através da compreensão das modificações do passado e sua projeção no futuro.

**EXCLUDENTES DE ILICITUDE: ANÁLISE DO EXCESSO NA
LEGÍTIMA DEFESA E NO ESTADO DE NECESSIDADE**

Carlos Eduardo Ferreira de Menezes

José Gomes de Moraes Filho

Marcelino Trajano da Silva

Discentes do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN.

Alexandro Gomes Bezerra dos Santos

Docente do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN.

(INTRODUÇÃO) O Código Penal pátrio prevê em seu art. 23, causas que excluem a antijuridicidade do fato típico, também chamadas de causas excludentes da antijuridicidade, causas justificativas, ou ainda, tipos permissivos, que excluem a ilicitude permitindo assim prática de um fato típico tido como ilícito. Todavia, o parágrafo único do mesmo artigo, estabelece que o agente, nas hipóteses de exclusão, responderá pelo excesso doloso e culposo, sendo importante ressaltar que a doutrina ainda acrescenta o exculpante e o accidental. Percebe-se que o parágrafo único do citado artigo, estabelece a moderação como requisito para a efetivação de uma das causas eximentes de ilicitude elencadas em seu bojo. Porém, quando a pessoa excede na repulsa ou na ação violenta, isto é, quando a pessoa defende-se demais responderá por excesso doloso ou culposo. Neste sentido, o presente trabalho objetiva tecer alguns comentários a respeito do excesso em duas das excludentes de ilicitude, mais especificamente na legítima defesa e no estado de necessidade, tema este pouco explorado pela doutrina e que acaba tendo relevância jurídica no julgamento da conduta do agente quando atua preservado pela por estas causas justificativas.

(METODOLOGIA) Realizou-se um estudo retrospectivo, de caráter qualitativo e nível descritivo, por meio de um levantamento bibliográfico, no qual se abordou uma análise do excesso na legítima defesa e no estado de necessidade no que diz respeito à conduta do agente. Tal análise se deu a partir de diferentes enfoques literários e numa cronologia histórico-evolutiva.

(RESULTADOS) Verificou-se que este tema é pouco abordado pela doutrina, todavia tem grande relevância jurídica no julgamento da conduta do agente que atua amparado por estes tipos permissivos. Portanto percebemos que em decorrência desta atuação, estas excludentes ou tipos permissivos foram sendo inseridos na nossa legislação.

(CONCLUSÃO) Diante do exposto, observou-se que o excesso na legítima defesa e no estado de necessidade, foi sendo, paulatinamente, incluído na legislação brasileira, em razão da influência de outros códigos, notadamente o alemão e o italiano. É claro e notório que tal estudo merece um estudo mais aprofundado e cuidadoso por parte dos doutrinadores e da jurisprudência, justamente porque o seu surgimento advém da desproporcionalidade no uso das excludentes de ilicitude, com extrema subjetividade. E finalmente para concluir, ao analisarmos as modalidades de excessos, percebemos que no excesso culposo existe uma incoerência que poucos doutrinadores questionam sua existência com exceção de Zaffaroni e Henrique Pierangelli que asseguravam que este se trata de uma ação dolosa, mas que, aplicando-se a regra da segunda parte do parágrafo 1º do artigo 20, a lei lhe impõe a pena de delito culposo. Em face da definição de dolo do artigo 18, não se pode dizer jamais que, para a nossa lei, o chamado “excesso culposo” seja uma conduta culposa, e sim que o “culposo”, no máximo, seria o excesso, mas nunca a ação que causa o resultado, posto que, a se admitir o seu caráter culposo, se estaria incorrendo numa flagrante contradição *intra legem*.

A3 – DIREITO

FIDELIDADE PARTIDÁRIA COMO MORALIZAÇÃO DA POLÍTICA: O DIREITO ENQUANTO REALIZAÇÃO DE VALORES SOCIAIS VIGENTES

*Alan Rodrigo do Nascimento Silva
Luiz Henrique de Castro Ferreira
Marco Túlio Medeiros da Silva Junior
Victor Costa Bezerra
Yuri Araújo Costa*

Discentes do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

*Josoniel Fonseca
Sara Andrade*

Docentes do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) A fidelidade partidária que significa “dever de lealdade” do filiado a um partido ao seu programa, está relacionada diretamente com a democracia e seus estudos, não se limitando apenas às características dos partidos políticos, mas também a inserção destes no contexto político de uma determinada sociedade. A fidelidade partidária é um assunto muito discutido no âmbito nacional, devido às constantes mudanças de partido de alguns políticos, o que revela haver uma necessidade de moralização da política, para se evitar essa imensa troca de legendas, o que representa um desrespeito do detentor de um mandato eletivo com o seu partido, apesar de sua liberdade. Portanto, o objetivo do atual trabalho é examinar a influência da crise ética no país e seus respectivos efeitos nas necessidades sociais vigentes, como impulso para a regulamentação jurídica da matéria.

(METODOLOGIA) Realizou-se um estudo de caráter qualitativo e de nível exploratório, através de um levantamento bibliográfico e de pesquisas realizadas em processos do TRE-RN, onde se abordou a relevância da fidelidade partidária, analisando-a como uma tentativa de moralização da política brasileira, além de entrevistas com o intuito de obter opiniões de políticos influentes no Estado.

(RESULTADO) Constatou-se que o tema tem sua origem justificada na necessidade combater a infidelidade partidária, com a finalidade de fortalecer a democracia do país através de uma conciliação entre a vontade do eleitorado e a vontade dos partidos políticos, respeitando o direito de escolha dos eleitos. Por conseguinte, a discussão sobre o tema abrange também a questão da discutida situação conflitante acerca da tentativa de moralização da política, devido à constante mudança de partidos pelos eleitos e a liberdade dos candidatos de poderem se filiar e mudar de partido quando acharem necessário. Com as regras de fidelidade partidária, depois de eleito, o detentor de mandato eletivo apenas poderá fazer novas opções de partido ao transcorrer o período de 2 anos e 11 meses, momento em que terá o prazo de 30 dias para realizá-las, restando novamente proibida a mudança durante um ano até as eleições seguintes. Com isso, discute-se sobre a origem e o desenvolvimento da fidelidade partidária, bem como a respeito da sua questionada necessidade, levando-se em consideração os interesses mais altos da nação e do próprio processo democrático.

(CONCLUSÃO) O princípio da fidelidade partidária em nosso país é uma missão dura e prolongada, pois vários são os pontos que influenciam negativamente em sua prática, sendo um deles a grande instabilidade dos partidos, já que sabemos que a força de cada partido varia muito de uma eleição para outra. Outro ponto é a proteção de caráter elitista do sistema político brasileiro, pois a maioria da classe política brasileira optou sempre por um sistema que tende a enfraquecer os partidos, gerando uma desigualdade muito grande em nosso país com relação à disputa partidária. No entanto, os políticos, ao se inserirem no sistema de fidelidade partidária, possuem o dever de firmar seus partidos, tendo em vista que eles irão seguir as ideologias às quais estavam filiados no período da eleição, transformando-os em partidos políticos fortes, estáveis e estruturados, ampliando os âmbitos democráticos no Brasil e contribuindo para uma moralização da política. Com a atual regulamentação jurídica, surge, assim, uma resposta do direito à necessidade de implementar um processo de resgate da lisura nas relações entre os filiados e seus partidos, trazendo para a política e para a norma uma essência claramente axiológica, qual seja o sentido de fidelidade, lealdade e moral na política. Ao restringir a liberdade dos detentores de mandatos eletivos, impõem-se como regra coercitiva medidas que visam a atingir tal moralização, instituindo formas de controle de tais práticas.

A3 – DIREITO

FONTES FORMAIS DO DIREITO E PLURALISMO JURÍDICO NOS DIAS ATUAIS

Cinthia M.^a Santos Moura de Medeiros

Fabiana Marcelino da Costa

Rosenélio Fonsêca Pereira de Aquino

Discentes do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Sara M.^a de Andrade Silva

Jorge Luiz Freire de Aquino

Docentes do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) O presente trabalho tratará de algumas reflexões teóricas acerca das fontes formais do Direito, dando ênfase à crítica que hoje se constrói em torno do Monismo Jurídico, modelo ainda vigente nos dias atuais que atribui a produção do direito a uma fonte exclusivamente estatal. Igualmente, levantaremos uma discussão sobre as possibilidades de se definir uma proposta mais democrática para o Direito, fundamentando-se na tese defendida pela corrente teórica do Pluralismo Jurídico. Por admitir a existência de várias fontes legítimas para o Direito, inclusive as de caráter não estatal, a respectiva tese supera o reducionismo da corrente do Monismo Estatal que prevalece hodiernamente. Neste sentido, temos como objetivo abordar o confronto entre as teorias Monista e Pluralista do Direito, segundo a teoria das fontes jurídicas.

(METODOLOGIA) Para tanto, realizamos uma pesquisa qualitativa, de caráter teórico e eminentemente bibliográfico, no qual foram levantadas, junto à literatura especializada, referências teóricas a respeito do confronto proposto.

(RESULTADOS) Do estudo realizado, constatou-se que o Monismo Jurídico corresponde ao modelo normativo da modernidade, que tem fonte na produção estatal, que surgiu na Europa entre o final do séc. XVI e início do séc. XVII. Seu conceito se constrói sobre as bases da ideologia liberal, que se consolida no século XVIII com a intenção de conduzir e firmar a nova classe burguesa insurgente no poder. Esse modelo jurídico começa a declinar a partir da Segunda Guerra Mundial devido ao surgimento de novos fatores como as novas necessidades sociais, a integração de mercados, as privatizações, e a reordenação do capital mundial, dentre outros. Partindo do pensamento de que a estrutura normativista do Direito positivo estatal não atende às necessidades do universo complexo das atuais sociedades que passam por novas formas de produção, torna-se necessária a construção de um novo paradigma de regulamentação que possa melhor solucionar as necessidades dessas comunidades. Verificou-se através deste tema, que o Pluralismo Jurídico busca amenizar o abismo existente entre o burocrático e excludente Direito oficial (ordenamento jurídico positivado) e uma grande parcela da população que vive à margem deste, já que nosso Direito se mostra insuficiente e incompetente para resolver a totalidade dos conflitos existentes.

(CONCLUSÃO) Do que foi analisado anteriormente pode-se concluir que o que há hoje é um esgotamento do paradigma hegemônico do Monismo Jurídico, fazendo com que este não consiga oferecer soluções satisfatórias aos novos problemas emergentes. Diante disso, a chamada teoria crítica do direito, doutrina que estuda sistemática e cientificamente os focos da atual crise do modelo vigente, na busca de soluções racionais e efetivas para a realização do direito nesta dinâmica sociedade, aponta alguns caminhos para a fuga da crise e da estagnação. Dentre as alternativas apontadas, surge com grande respaldo doutrinário e científico a nova visão do pluralismo jurídico, sob uma forma progressista e democrática, eleita por muitos como a via de acesso a um novo paradigma da teorização jurídica, na medida em que mune a sociedade politicamente organizada de mecanismos mais eficazes e descentralizados para a solução de seus conflitos tão distintos. Sob a idéia de descentralização do poder estatal de dizer e aplicar o direito surge, sob a seara do pluralismo progressista, novos meios de jurisdicinalização, uma inédita compreensão do direito e a busca da ruptura do paradigma monista e instrumentalista que pauta a teorização do direito estatal e ora vigente.

A3 – DIREITO

FORO PRIVILEGIADO: O PRIVILÉGIO DA IMPUNIDADE

*Adolfo Cezar Nunes Casimiro
Ana Paula Mariz Medeiros
Bruno Montenegro Ribeiro Dantas
Natália Vila Melo
Raphael Barbalho Penha Álvares*

Discentes do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

*Alexandro Gomes Bezerra dos Santos
Carlos Thompson Costa Fernandes
Lenice Silveira Moreira Raymundo*

Docentes do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) O presente projeto tem como objeto de estudo o foro por prerrogativa de função, comumente chamado de “foro privilegiado”, pelo qual se designa o órgão do Poder Judiciário competente para processar e julgar determinadas pessoas, em razão da importância das funções ou cargos por elas exercidos. Nesse sentido, se destaca a análise das razões que levam essa garantia, assegurada pela Constituição Federal, a gerar impunidade àqueles que desse direito se beneficiam. Nesta ótica, o objetivo é a avaliar os motivos que distorcem a finalidade pretendida pelo sistema jurídico e como esse fato interfere na visão que a população brasileira tem dessa prerrogativa.

(METODOLOGIA) Trata-se de pesquisa bibliográfica, fundada em informações colhidas em livros, códigos, reportagens e acórdãos referente a casos envolvendo agentes públicos que possuem foro privilegiado. Ao refletir sobre esses ensinamentos, pretende-se investigar se há explicação para os casos de impunidades envolvendo esta prerrogativa. Também se questiona se a democracia na sociedade brasileira suporta essas circunstâncias, já que há um clamor público no sentido de sanar-se a questão da impunidade. É importante optar por veículos de informações já reconhecidos pela sociedade, que nos forneça dados confiáveis, interligando os conhecimentos adquiridos sobre o assunto com as informações de como esta sendo utilizado. A análise desse conteúdo foram utilizados os métodos dedutivo e comparativo.

(RESULTADOS) A leitura dos fundamentos jurídicos do foro privilegiado contido nas normas brasileiras sinaliza a justificação de seu emprego como meio para resguardar as funções públicas. Entretanto, os resultados colhidos no dia-a-dia nos mostram que os beneficiados com essa prerrogativa terminam, por outro lado, sendo também agraciados com a impunidade. Estatísticas revelam que a sensação de impunidade decorre da ausência de julgamentos definitivos. Da análise das jurisprudências do STF, observou-se que há duas correntes sobre o tema: uma que afirma que o foro por prerrogativa de função fere o princípio da igualdade e outra que o defende por ser um reforço à independência das funções de poder na República adotada por razões de política constitucional.

(CONCLUSÕES) O foro por prerrogativa de função existe devido a necessidade de resguardar o exercício da função ou do mandato de autoridades públicas. Para que não seja mais sinônimo de impunidade, tem que ser implantada uma Política Judiciária Nacional de Combate à Corrupção. Deve-se reformular o cenário, tomando por base o princípio da igualdade e bem como devem ser criadas varas e câmaras especializadas para julgar esses crimes de maneira idônea. Além disso, é recomendável que haja a aprovação de projetos de lei que tornem prioritários os julgamentos dos crimes de corrupção e contra o patrimônio público, especialmente crimes cometidos por pessoas detentoras desse foro. Com essa finalidade, encontra-se tramitando no Congresso Nacional uma Proposta de Emenda Constitucional que propõe a criação do Tribunal Superior da Improbidade Administrativa, no qual caberá a corte julgar crimes e atos de corrupção cometidos por ministros, parlamentares, governadores, desembargadores, prefeitos de capitais e grandes cidades, e pessoas que não ocupem cargos, mas sejam co-autores.

A3 – DIREITO

UM ESTUDO SOBRE A ESTRUTURA DOS ARGUMENTOS DOS ADVOGADOS EM NATAL PARA SE CONHECER A NATUREZA DAS GARANTIAS APRESENTADAS, COM BASE NA TEORIA DE TOULMIN

Hermano José de Castro Leite

Discente do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN, Bolsista IC – FARN

José Eduardo de Almeida Moura

Ana Paula Cacho

Docentes do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) A teoria de Toulmin propõe que a estrutura dos argumentos pode ser apresentada em um *Layout*, que representa um modelo no qual, qualquer argumentação poderia ser “encaixada”. O presente trabalho trata da aplicação do *Layout* de Toulmin, em petições escritas por advogados, numa tentativa de, entendendo-as como argumentos, se conhecer qual a natureza jurídica das garantias apresentadas. As garantias são regras de passagem, através das quais se obtém a “licença” para chegar a determinada conclusão a partir dos dados sobre o caso. Os advogados, em seus requerimentos iniciais, apresentam o que serve de fundamento para assegurar seus pedidos (conclusões, sob a ótica da argumentação). O estudo é uma pesquisa inédita, com o intuito de fornecer maior conhecimento empírico sobre que tipos de garantias são aplicadas nas petições iniciais. É de fundamental importância para a análise da validade do argumento, saber a natureza jurídica da garantia apresentada.

(METODOLOGIA) A pesquisa envolveu a identificação e classificação de petições iniciais, das quais foram colhidos 16 requerimentos da seara trabalhista, dentre um acervo total de 130 requerimentos, colhidos por alunos do primeiro ano de Direito da FARN, nos anos de 2003 e 2004. A escolha dos requerimentos de natureza trabalhista foi feita por sua significação quantitativa no acervo. Logo após esta fase, iniciou-se a aplicação da teoria, envolvendo a caracterização dos dados, garantias, apoio, refutador, qualificador e conclusão (elementos do *Layout*). É notório observar que, apesar dos requerimentos não conterem todos os dados constitutivos do *Layout*, a análise feita permitiu distinguir cada um dos elementos característicos do argumento, identificando as garantias como legais, morais, costumeiras e outros.

(RESULTADOS) Do total colhido, 15 petições apresentaram explicitamente pelo menos uma garantia legal para, pelo menos, um dos pedidos (conclusão). Dentre essas, 4 requerimentos apresentaram, adicionalmente, garantias de outros tipos. É importante observar que apenas uma petição não deixou, sequer, uma garantia explícita. Contudo, apresentou os dados e pedidos, necessários para encontrar o provimento judicial necessário para resolução do caso e informar qual o prejuízo sofrido pelo requerente. Cinco requerimentos não apresentaram embasamento, na forma de uma garantia explícita, para um ou mais dos seus pedidos. Ficaram, assim, sem garantia que fundamentasse a passagem dos dados para a conclusão (pedido).

(CONCLUSÃO) Podemos chegar à conclusão que, de acordo com os dados colhidos na pesquisa realizada, percebemos que as garantias nos processos selecionados são de natureza, predominantemente, Legal (em sua totalidade são baseadas em leis e códigos). Importante ressaltar que em vários requerimentos não houve a explicitação da garantia. Isto, a tudo crer, baseado no pressuposto de que o juiz já tem o conhecimento da lei, não sendo necessária a demonstração do artigo infringido para a validade do requerimento, devendo ser demonstrada a relação de direito material existente entre o caso concreto e aquilo a que se faz jus. Isso corresponde à caracterização clássica do “entimema”, argumento dedutivo que omite uma premissa que pode ser tida como óbvia ou constitutiva do conhecimento comum. A natureza jurídica como até já havia sido previsto foi legalista, contudo, um dos fatos que não era esperado foi a presença de vários requerimentos sem a explicitação de garantia, visto que a sua presença torna o argumento mais forte, demonstrando como se chegou àquele determinado pedido.

A3 – DIREITO

IMPrensa, O QUARTO PODER: A MEDIDA DA INFORMAÇÃO SOB A ÓTICA DO DIREITO

Clara Fernandes Paiva Campos

Marília Cavalcanti Queiroz

Renata Falcão de Carvalho

Discentes do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Carlos Thompson

Rita Andrade

Docentes do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) O desenvolvimento da Imprensa no século XX suscitou importante questão sobre a dimensão de sua influência sobre os indivíduos e suas interações sociais. John Thompson ressalta-a como “Quarto Poder”, que age paralelamente ao poder Político, Econômico e Coercitivo. Através das novas tecnologias da comunicação – sistemas a cabo, via satélite e métodos digitais – aumentou-se grandemente a abrangência da informação, diminuindo-se a distância entre os povos e imprimindo à mídia um poder que vai além do seu próprio conceito. Destarte, indubitavelmente, a Imprensa livre constitui-se um dos elementos indispensáveis à realização de um Estado Democrático de Direito, visto que as liberdades de expressão, de pensamento e de imprensa legitimam-se no pluralismo político. Então, a Imprensa divulga, informa, esclarece e direciona conceitos e opiniões. O presente trabalho pretende apresentar a mídia como transformadora da feição social, no momento em que o seu desenvolvimento levou o intercâmbio dialógico entre indivíduos de um espaço compartilhado para um tipo de comunicação partilhada à distância, de uma maneira tão abarcante que assumiu a feição de apropriação privatizada, ou seja, o público tornou-se privado e vice-versa. Nesse contexto, onde a indústria da cultura é movida pelos interesses de classes e pelas tendências políticas dos que a manipulam em benefício próprio, nasce o conflito entre o direito à informação, à liberdade de Imprensa e os direitos à privacidade, intimidade, honra e imagem. A fim de dirimir tais tensões, consoante o Princípio da Harmonização, busca-se adequar o direito fundamental ao caso concreto, sopesando os valores conflitantes, sem esquecer de considerar os Princípios da Proporcionalidade e Razoabilidade na questão.

(METODOLOGIA) Para realização deste trabalho, baseamo-nos em pesquisas bibliográficas de literatura, cujo enfoque teórico tem como fulcro os referências da área do Direito bem como da Comunicação, a fim de uma abordagem mais abrangente do tema. Diante disso, utilizamo-nos do método qualitativo, eminentemente de nível analítico, partindo de um método de pesquisa dedutivo.

(RESULTADOS) A partir dos estudos realizados, percebe-se que é ponto pacífico na doutrina a relativização dos direitos fundamentais, o papel da imprensa como elemento divulgador da informação e a sua importância para a concretude da Democracia. Outrossim, é consenso doutrinário e jurisprudencial que frente ao conflito entre o direito à liberdade de imprensa e o direito à vida privada e à intimidade prevalecerá aquele em detrimento destes, quando se tratar de matéria concernente ao interesse público, malgrado serem os direitos personalíssimos invioláveis.

(CONCLUSÃO) Diante das pesquisas realizadas, verifica-se que o direito à informação e à liberdade de imprensa são fatores fortalecedores de um Estado Democrático de Direito. A sua manipulação, entretanto, termina mascarando a verdadeira opinião pública e diminuindo a participação dos cidadãos na esfera pública, enfraquecendo, assim, a democracia. Ademais, há uma relevante distinção a ser feita entre o direito de livre manifestação de pensamento – de ordem pessoal de onde emanam juízos de valor - e o direito à informação - relativo ao âmbito coletivo, em que a divulgação dos fatos deve revelar um comprometimento com a verdade, para proporcionar uma informação exata e séria. Desta feita, quando os profissionais da Imprensa não prezam por esse comprometimento com a veracidade dos fatos, divulgando uma notícia falsa, há uma degeneração da sua finalidade precípua (promover a disseminação da informação), pois o direito à informação funda-se no princípio da liberdade e da igualdade, pôr ser dirigida a todos os cidadãos, a fim de fornecer subsídios para a formação de convicções políticas. Dessa forma, à luz do Princípio da Harmonização, quando a informação divulgada não condiz com a verdade, devem ser resguardados os direitos personalíssimos; ao contrário, apenas prevalecerá o direito à informação quando interessar ao conhecimento público.

A3 – DIREITO

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NO BRASIL

Autoras: Natália Araújo Roque

Viviane de Lima Bezerra

Discentes do curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Gilmar dos Santos Melo

Docente da Disciplina Direito Administrativo do curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) A improbidade administrativa é um dos grandes males que tem atingido a Administração Pública no Brasil. Um mal que não é nada recente, mas que nos últimos anos tem assumido proporções avassaladoramente crescentes e visíveis, pois, os casos de improbidade têm sido mais divulgados, o que tem feito a sociedade se opor a este tipo de prática e buscar punibilidade aos transgressores da lei, pois quase sempre os punidos são apenas os pobres e desprovidos de algum tipo de “proteção”, enquanto os de colarinho branco rasgam as leis e as regras morais, cometendo atos ímprobos e contrários à uma boa administração. Improbidade significa o contrário de probidade, que advém da palavra “*probo*”, justo, reto, lícito, honesto. Daí, improbidade nomeia atitudes contrárias a essas qualidades citadas. Atitudes essas que desvirtuam a máquina administrativa. Entre os atos que configuram a improbidade, estão: ato ilícito, recebimento de qualquer vantagem econômica direta ou indireta, super faturamento, lesão aos cofres públicos, dentre outros atos caracterizados na lei 8.429/92.

(METODOLOGIA) Para fins de pesquisa, utilizamos a lei que trata sobre a improbidade administrativa, Lei 8.429/92, e com base na mesma, faremos menção aos princípios da Administração Pública, que são: Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência. Dentro desses princípios, analisar a atitude correta de um administrador público, traçando um paralelo entre uma administração honesta e uma administração ímproba, (a tão conhecida “*corrupção*”). Utilizamos como auxílio, pesquisas bibliográficas na rede mundial de computadores, em artigos jurídicos, consultas a revistas jurídicas ou não, livros e meios de comunicação circulantes, haja vista que, por ser um assunto que tem feito parte do cotidiano do nosso país, encontra-se em bastante evidência, até mesmo na mídia, e tem repercutido inclusive internacionalmente.

(RESULTADOS) Buscamos através deste, como resultados, mostrar de que modo a Administração Pública no Brasil encontra-se deturpada, como deputados, senadores, vereadores, prefeitos, governadores e presidentes tem se comportado e conduzido o país. A improbidade está presente não só no poder Executivo, mas também no Legislativo e Judiciário, porém o poder que administra, que governa está mais evidenciado ao público em geral, e a sociedade precisa se mobilizar, pois possui meios para intervir de modo a mostrar sua indignação e tentar, se não reverter, ao menos amenizar o presente quadro da política brasileira. Neste trabalho, iremos expor a lei que trata do assunto e mostrar a realidade dos fatos que vêm se protagonizando no cenário nacional.

(CONCLUSÃO) É preciso que haja urgente mudança, pois o caos começa a se alastrar, de modo que aos olhos do cidadão brasileiro, o governo está totalmente desmerecido, desprestigiado. Não há mais confiança nos políticos. Aqueles que governam, seja em âmbito municipal, estadual ou federal, não são mais dignos de confiança, salvo poucos exemplos que raramente são encontrados, “é como achar uma agulha num palheiro.”, ou seja, uma missão bastante difícil. Além disso, os infratores demoram muito tempo a serem punidos, quando o são, pois os “*companheiros*”, sempre tentam proteger e adiar uma medida mais enérgica, pois nem todos têm a ficha limpa e sabem que numa próxima oportunidade poderão ser a bola da vez, quando seus atos ímprobos guardados debaixo do tapete vierem à tona. Sendo assim, na maioria das vezes tudo “*acaba em pizza*”. Nós, como cidadãos, não podemos ficar de braços cruzados diante de tamanha vergonha, de tanta calamidade na política do nosso querido e amado Brasil.

A3 – DIREITO

O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE HUMANA COMO FUNDAMENTO DO SISTEMA JURÍDICO: REFLEXÕES À LUZ DO PENSAMENTO DE JOHN RAWLS

Ana Cláudia Lima da Silva
Ana Valeska de Araujo Guedes
Gilberto de Barros Lins Neto
Ianna Moura da Costa
Talita Motta Meira Pires

Discentes do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Pablo Moreno Paiva Capistrano

Docente do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) Após a Segunda Guerra Mundial, o mundo tomou consciência das limitações que o positivismo jurídico impunha aos sistemas e sua hegemonia conquistada no século XX foi perdendo força, possibilitando o surgimento de uma nova escola de interpretação jurídica - o interpretativismo – inserida no campo de abrangência do neo-jusnaturalismo, tendo como principal representante John Rawls, autor de *Uma teoria da justiça* e defensor do liberalismo político. A referida escola retrocedeu ao naturalismo do século XVIII para buscar, em princípios universais, uma base moral e ética que viesse fundamentar o direito. Nesse contexto, o presente trabalho tem como objetivo ressaltar uma importante tese dessa corrente, a saber: a idéia da preponderância do princípio da dignidade humana como fonte fundante de todo o ordenamento jurídico, dando ênfase à análise de sua fundamentação filosófica constituída na argumentação de Rawls de que existem alguns direitos básicos que valem por si mesmos, independente de estarem ou não inseridos no texto legal.

(METODOLOGIA) Trata-se de um estudo de caráter qualitativo e em nível descritivo, por meio de um levantamento bibliográfico, onde abordam-se as várias correntes de interpretação jurídica a partir da obra de J. Kenneth Vandavelde e culminando no célebre trabalho de John Rawls, cuja análise discorreu sobre a teoria dos direitos e as implicações do problema da dignidade humana, de modo que fossem levantadas as informações teóricas necessárias à obtenção dos objetivos propostos.

(RESULTADOS) A idéia de Rawls expressa na *teoria dos direitos* é de que existem direitos que tem um valor jurídico intrínseco, não precisando de base legal para existir, distinguindo-se dos direitos fundamentais formais, assim considerados simplesmente por estarem inseridos no texto constitucional. Nesse sentido, Rawls parte de um critério de justiça sob um véu de ignorância e procura instituir um princípio fundamental de justiça (justiça como equidade) que pudesse organizar a sociedade com base no *fair play* onde as pessoas cooperassem entre si. A partir disso ele deixa claro que a dignidade da pessoa humana é um princípio que está acima de qualquer sistema jurídico, pois não é o Estado que vai instituir a dignidade à pessoa humana, mas é o respeito pela dignidade, com base na idéia de humanidade e igualdade, que fundamenta e justifica o Estado. Dessa forma, Rawls afasta-se do positivismo e baseando-se numa posição originária ele procura estabelecer princípios éticos e políticos para comporem a sua teoria da justiça.

(CONCLUSÃO) Face à análise acerca do pensamento de John Rawls, pode-se concluir a sua preocupação em constituir uma base isonômica de direitos como premissa de uma sociedade justa. Eis a justificativa no sentido de que Rawls, utilizando-se de um critério de justiça, procurou equilibrar as diferenças, fazendo a correção das desigualdades desde que fossem preservados os valores intrínsecos e a dignidade dos indivíduos. A partir de uma base deontológica, Rawls buscou a maximização do bem-estar em função daqueles que se encontram em estado de vulnerabilidade social, de modo a garantir que o alcance dos direitos de cada um fosse o mais amplamente estendido, desde que compatível com a liberdade alheia. Ademais, Rawls mostrou que quando as pessoas têm consciência política está-se diante de uma sociedade justa, porque alicerçada em princípios justos; não havendo desproporcionalidade, todos caminham harmoniosamente, cada um competindo em nível de igualdade e sendo agraciados pela certeza de terem seus direitos e garantias assegurados. Assim, destaca-se a atualidade do pensamento de John Rawls, visto que os princípios de justiça propostos por ele conduziram à criação das ações afirmativas, através das quais ele buscou efetivar o princípio da dignidade da pessoa humana, de onde derivam os direitos à igualdade, liberdade e a busca da felicidade.

A3 – DIREITO

CONCEITUAÇÃO DE PODER E SEUS ASPECTOS JUSFILOSÓFICOS, SOCIOLOGICOS E POLÍTICOS: UM RETROSPECTO HISTÓRICO

André Benedito Gomes

Paulo Mariz Maia

Rodrigo Monteiro de Vasconcelos

Discentes do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN.

Sara Andrade

Docente do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN.

(INTRODUÇÃO) O poder que significa uma relação entre homens e é a capacidade de determinar a conduta de outrem sob o signo da alteralidade, tem como base de seu exercício a força e a autoridade. Realizar um estudo das relações de poder dentro do estado democrático de direito nos conduz ao exame do preceito constitucional brasileiro que define o poder do estado pátrio como aquele que emana do povo. Vislumbrando as bases sociológicas das relações de comando, o poder é aquilo que Max Weber denominou de capacidade de controlar indivíduos, eventos ou recursos. Historicamente, o poder e o direito sempre caminharam juntos, existindo entre eles uma relação intrínseca, desde as civilizações antigas, a exemplo da sociedade romana. Diante disso, o presente trabalho tem como objetivo evidenciar as relações entre o poder e o direito sob o enfoque interdisciplinar da filosofia, da política, da sociologia e da história.

(METODOLOGIA) Para tanto, realizou-se um estudo teórico, de caráter qualitativo, bibliográfico e histórico, a fim de estabelecer um paralelo entre a realidade contemporânea e aquela historicamente experimentada na sociedade romana antiga, no que tange às relações entre poder e direito.

(RESULTADOS) Verificou-se a importância do exercício do poder estar em estreita correspondência com os interesses de quem a ele se submete para que possa haver paz social. Sob o viés histórico, observa-se que na civilização romana as relações de poder político e jurídico experimentaram a alternância entre sua concentração nas mãos de um soberano (poder unipessoal) alternadas pela experiência da república em Roma, marcada pelo poder plural ou colegiado. Na idade média, o poder desloca-se das mãos dos soberanos e repousam numa origem divina, o que caracteriza um período de poder sobrenatural e teológico. À luz da política, observamos que diante da relação entre esta e o Estado, faz-se necessário controlar os detentores do poder estatal formal, a fim de coibir excessos e evitar governos despóticos. Considerando que nas sociedades democráticas, desde a idade moderna, o povo passou a ser fonte do poder político, passando, logo em seguida, a se sustentar numa democracia representativa e eleitoral. Sociologicamente, percebe-se que o poder sempre foi cobiçado, configurando-se como objeto de lutas e disputas. Por isso, com um olhar sociológico, o poder se aplica em relações de antagonismo, envolvendo conflitos entre aqueles que o possuem e aqueles não o detêm.

(CONCLUSÕES) Diante do exposto, observou-se que o homem, induzido por uma necessidade natural de associação com seus semelhantes e visando atingir os fins de sua existência, forma uma sociedade marcada por contrastes e pressões, cenário da disputa e do uso do poder. No que tange à sua origem social, uma vez que desde o período moderno o poder emana do povo, observa-se que o exercício de uma democracia representativa, em vez da democracia participativa, acarreta um desvirtuamento daquele que, em tese, poderia comandar (o povo) e dos que a seus interesses deve curvar-se (seus representantes). Assim, invertem-se as relações de força, submetendo a população a uma postura subordinada a interesses alheios aos seus, interesses de forças atuantes na sociedade que se legitimam com o exercício do poder formal do estado, sob o manto da legalidade, mas com objetivos inconfessáveis.

A3 – DIREITO

ASSÉDIO MORAL E AMBEV

Lorena Costa Silva de Oliveira
Luciana de Vasconcelos Gurgel
Marcel Moreira Melo
Renata Knackfuss Rodrigues
Renato Dantas Matoso

Discentes do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Marcelo de Barros Dantas

Docente do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) No ano de 2006 o país se deparou com um caso de repercussão nacional acerca de um tema até então pouco explorado no mundo jurídico: O assédio moral. Muitas dúvidas surgiram no tocante aos elementos configuradores do referido tópico, apesar de já existirem legislações atinentes ao assunto em tela. Em virtude da pouca divulgação, não havia formação de uma consciência a respeito das providências a serem tomadas diante das agressões sofridas no âmbito laboral, cujos efeitos transcendiam a órbita da relação empregatícia, atingindo a esfera íntima do obreiro. Neste diapasão, o referido estudo objetiva demonstrar as diversas nuances do assunto em comento, partindo-se da análise de casos concretos e procurando destacar os elementos caracterizadores do assédio moral. Ao proceder uma análise perfunctória das conseqüências que emergem de um ambiente de trabalho acometido pela prática de assédio moral, em um primeiro momento pode-se chegar à falsa impressão de que os prejuízos advindos têm o condão de afetar tão somente o trabalhador. Nesse pórtico, é imperioso ressaltar que os resultados decorrentes comprometem também a família do empregado, a própria empresa e a sociedade no geral.

(METODOLOGIA) O presente estudo baseou-se no exame de 03 processos que tramitaram no Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região, nos quais figuraram como reclamantes funcionários da empresa AMBEV (Companhia de Bebidas das Américas), partindo-se da identificação dos conceitos e elementos teóricos extraídos da pesquisa doutrinária e jurisprudencial realizada.

(RESULTADOS) Dos processos utilizados como parâmetro para a pesquisa verificou-se a configuração de todos os requisitos necessários à subsistência do assédio moral. As ações que ensejaram as reclamações trabalhistas contra a AMBEV se consubstanciavam nos métodos aplicados aos empregados que não atingiam as metas de vendas fixadas. Neste íterim, decorriam agressões que partiam desde condutas vexatórias, tais como submeter os empregados à danças sugestivas, até toques nos órgãos sexuais em “corredores poloneses”. Além disso, ainda como punição àqueles que não alcançavam o faturamento esperado, havia o pagamento de “prendas” de caráter humilhante, como, por exemplo, o uso, durante determinado período, de imitações de órgãos genitais sobre as mesas daqueles que obtinham um rendimento insuficiente, bem como a utilização de fantasias ridicularizadoras. A atribuição de apelidos de cunho degradante também era uma imposição a todos os funcionários da empresa, conforme se verifica em diversas sentenças prolatadas. Tais situações ocorriam de forma freqüente, tendo em vista que ao início e término de cada jornada de trabalho haviam reuniões com intuito de estabelecer e averiguar a produção predefinida pelos dirigentes da empresa. A reiteração das condutas supracitadas desencadeou efetivos danos na esfera individual de alguns obreiros, ocasionando-lhes perturbações de ordem interna, as quais refletiam não só no âmbito do trabalho, como também no seio social. Desse modo, partindo-se da análise pontual dos casos *sub cogitatione* pôde-se inferir que a problemática em foco passou gradativamente de uma sutil perturbação no ambiente de trabalho a uma situação de violência psicológica freqüente, sistemática e prolongada, sendo estas, pois, as principais características configuradoras do assédio moral.

(CONCLUSÃO) Diante dos resultados concluiu-se ser possível a individualização e identificação das nuances e elementos de condutas de assédio de ordem moral, reputando-se como acertadas as diversas decisões favoráveis aos reclamantes/empregados da multinacional em tela, apresentando-se, ainda como uma das sugestões que visam coibir e solucionar as questões relacionadas ao *mobbing* a criação de regras de âmbito federal que insiram na Consolidação de Leis Trabalhistas mecanismos de profilaxia e repreensão às práticas do assédio moral, declarando a nulidade da dispensa, da demissão, da transferência, ou da punição disciplinar nele fundada, facultando ao assediado a rescisão indireta, sem prejuízo da indenização pelos danos moral e/ou material ocasionais.

A3 – DIREITO

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO PERANTE OS MALEFÍCIOS ORIUNDOS DA GREVE NO SERVIÇO PÚBLICO

Áquila Milca Brito de Araújo

Discente do Curso de Direito, Universidade Potiguar

Sarah Ludmilla do Nascimento Félix

Discente do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Marcelo de Barros Dantas

Docente do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) Com a grande indústria e coma afirmação da liberdade de trabalho, a greve nasceu e se desenvolveu. Na antiguidade era fenômeno ainda desconhecido, pois não se pode falar em greve quando não há liberdade de trabalho; temos, pois, a greve como sinônimo de liberdade! É o exercício individual de um direito de coerção que visa a solução de um conflito coletivo. No Brasil, a greve no serviço público, inicialmente, era expressamente proibida pela Constituição de 1967. Com o advento da Constituição Federal de 1988, e posterior alteração pela Emenda Constitucional nº 19/98, o direito de greve no serviço público deixou de ser taxativamente proibida e ficou condicionada à posterior elaboração de lei específica pelo legislador (art. 37, inciso VII). Apesar de até a presente data a referida lei não ter sido criada, a sociedade, em constante evolução, clama por melhores condições de atendimento público, e os servidores, conseqüentemente, buscam melhorias salarias e de condições trabalhistas como um todo. Destarte, o estudo ora apresentado objetiva discutir quais as responsabilidades do Estado diante dos malefícios trazidos à população quando da interrupção da prestação dos serviços públicos em face das circunstâncias do caso concreto.

(METODOLOGIA) Os instrumentos técnicos de coleta de dados que subsidiaram a análise do tema em estudo foram essencialmente os da pesquisa bibliográfica, jurisprudência dos Tribunais Superiores, os preceitos instituídos tanto na Constituição Federal Brasileira, como no Código Civil e nas Leis Trabalhistas. Utilizou-se também de pesquisas em periódicos e sites informativos, telejornalísticos, trazendo, desta forma, atualidades sobre as greves no serviço público.

(RESULTADOS) A partir do estudo do tema em comento, obteve-se como resultado o direito do cidadão de ver as garantias constitucionais, tão bem elucidadas desde 1988, sendo concretizadas. O direito à saúde pública de qualidade, à educação pública de qualidade, entre tantos outros não pode permanecer apenas em folhas secas da Constituição da República Brasileira, assim, enumeradas pela constituinte do Estado, deve ser ele mesmo quem as colocará em prática. Independentemente do caminho que percorra para isso, inclusive porquê a maioria das greves públicas se não advindas do salário insuficiente à manutenção básica do funcionários, advém da própria condição precária para que se exerça a função pública a que se foi designado; desta forma, o Estado passa a ser o maior causador das greves hoje visualizadas. Portanto responsável, via de regra, pelos danos trazidos pelas greves à população.

(CONCLUSÃO) Após a exposição do estudo predisposto, contata-se que acima das prerrogativas estatais está o exercício do direito de greve pelo servidor público, e acima deste está a segurança que deve ser dada ao cidadão de ver seus direitos fundamentais garantidos e efetivados pelo Estado.

A3 – DIREITO

INSTITUIÇÕES DE CONTROLE SOCIAL E VIOLÊNCIA

*Michael Pedrosa Magalhães
Arthur Rodrigo de Menezes
Igor Licurgo Freitas Nunes
Slávia Cristina de Medeiros Santos
Adriana Falcone Pessoa*

Discentes do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Sara Andrade

Docente do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) Desde o nosso nascimento estamos sujeitos a regras de Controle Social, com o objetivo de manter a ordem, a proteção e a eficiência das relações sociais. Logo, após o nascimento, o indivíduo entra no seio familiar, sendo a primeira instituição destinada ao Controle Social. Dentro dela, surgem as primeiras idéias de hierarquia e normas a cumprir. Após poucos anos de vida, somos inseridos nos grupos sociais mais amplos, como comunidades religiosas, organizações profissionais, dentre outros, onde temos de seguir certos preceitos pré-determinados por uma instância superior. Porém, a Instituição responsável pelo maior Controle Social é o Estado, atuando de forma direta através de organismos e instituições próprias. Nos dias atuais, pode-se verificar que passamos por significativas transformações nas formas de regulação social, em virtude do Aparelho Repressivo do Estado (ARE), principalmente a polícia, atuar de forma violenta e preconceituosa, ultrapassando os limites do direito. Diante desta realidade, o presente trabalho objetiva discutir os novos paradigmas da violência e do Controle Social nas sociedades modernas.

(METODOLOGIA) Realizou-se um estudo teórico de caráter qualitativo e nível exploratório, por meio de um levantamento bibliográfico, no qual abordou-se o Estado como Instituto de Controle Social soberano, que dita valores e regras de comportamento e que utiliza a violência como forma de fazer cumprir seus princípios e normas.

(RESULTADOS) Verifica-se que a correlação entre Estado e Violência é decorrente de problemas históricos, como a tradição gerada pela escravidão e fortalecida, no Brasil, pela ditadura militar. A atuação da polícia se dá de maneira a utilizar todos os meios necessários e não-necessários, legais e ilegais, para proteger, por vezes, interesses escusos, utilizando-se não só a polícia, mas também outros órgãos e instituições para realizar ideologicamente seu projeto de dominação.

(CONCLUSÃO) Observa-se que o poder do Estado e a violência punitiva na maioria das vezes recaem mais fortemente sobre os mais vulneráveis socialmente. Atualmente, o desafio maior consiste em buscar formas alternativas de contenção da violência, formas essas compatíveis com a manutenção do Estado de Direito, com a afirmação dos valores democráticos e com a expansão da cidadania. A brutal desigualdade de renda, a dificuldade das populações pobres de terem acesso à justiça, a tortura aplicada habitualmente para obter a confissão de supostos criminosos, o tratamento desumano dado aos condenados nas prisões, a discriminação daqueles que são considerados como moralmente inferiores, o crescimento do crime organizado, enfim, a não consolidação do Estado de Direito e da Cidadania plena, unem não só o Brasil, mas também todos os países em desenvolvimento em torno do mesmo problema. Assim, as Instituições de Controle Social, quer sejam Ideológicas (Família, Escola, Igreja), quer sejam Repressivas (Polícia, Exército e Judiciário), possuem um poder de dominação e atuam de forma coercitiva e, algumas vezes violenta. Essa violência não se consubstancia apenas na coação física, aparece também sob a forma Psicológica, Social, Moral e Econômica. O fortalecimento de uma sólida cultura dos Direitos Humanos e de arranjos institucionais que fossem capazes de conter a violência – como forma de repressão social -, ajudaria a fortalecer o sonho de uma sociedade mais pacífica.

INTERROGATÓRIO POR VIDEOCONFERÊNCIA

*Ana Lorena Silva Ramalho
Anna Grazielle Alves Campos
Ilana Carneiro Farias Silva
Júlia Ohana Alves Medeiros
Miriam Araújo*

Discentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

*Carlos Thompson
Alexsandro Santos*

Docente do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) A informática tem sido bastante útil como auxiliar da justiça, especialmente da justiça criminal, fazendo surgir a cada dia mais tecnologias inovadoras. Dentre estas novidades destaca-se uma que influencia diretamente o meio jurídico: o sistema de videoconferência criminal, que atualmente tem causado muita discussão no âmbito do direito. O presente estudo tem como objetivo verificar a constitucionalidade do interrogatório por videoconferência, investigando para tanto, os princípios do contraditório e da ampla defesa. O tema em apreço é de fundamental relevância social, uma vez que apresenta um meio de interrogar que traz vantagens para o réu, para a sociedade e para o ordenamento jurídico. Nesse tipo de interrogatório ocorre à ouvida de réus presos e soltos, detidos na mesma comarca ou em comarca diferente do distrito de culpa, ou residentes distantes do foro. Assim o sistema atende a interesses de todos. Dentre as vantagens podemos destacar a economia material e pública devido à celeridade segura do processo.

(METODOLOGIA) O estudo realizado teve como base a pesquisa qualitativa, em caráter exploratório e dedutivo, perfazendo um levantamento a partir de pesquisa bibliográfica, bem como jurisprudencial de forma aleatória, levando em consideração opiniões e comentários relevantes acerca do tema em tela.

(RESULTADOS) Embora ainda não haja previsão expressa no Código de Processo Penal, nosso ordenamento já prevê hipóteses de utilização do sistema, tanto no nível infralegal, quanto no nível legal (Decreto nº1050/04), que introduziu no Brasil a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional (Convenção de Palermo). Contrariando a forte oposição de associações de advogados, são majoritárias as experiências de utilização válida e regular do sistema de videoconferência no processo criminal; entre elas destacamos o Tribunal de Justiça de São Paulo com o hábeas corpus nº 428.580-3/8; o Superior Tribunal de Justiça com o hábeas corpus nº6272/SP e o Tribunal de Justiça da Paraíba.

(CONCLUSÃO) De acordo com os resultados encontrados, associado à interpretação da Constituição Federal, do Código de Processo Penal, da Lei nº5015/04 e de resoluções tributárias entendemos ser possível a utilização do interrogatório por videoconferência no ordenamento jurídico Brasileiro sem que haja prejuízo aos princípios do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa. A presença virtual do acusado no sistema de videoconferência é uma presença real. O juiz o ouve e o vê e da mesma forma ocorre com o condenado, havendo assim uma reciprocidade. A inquirição é direta e a interação é recíproca. Ambos (acusado e juiz) estão juntos na mesma unidade de tempo, havendo somente uma diferença espacial. Porém, tal deslocamento é superado pela tecnologia, que torna o efeito e a finalidade das duas espécies de comparecimento judicial plenamente equiparados sem que haja perdas. Vale salientar também que a realização do interrogatório por videoconferência não acarreta omissão de formalidade, mas substituição de um procedimento por outro, ou seja, o acusado estará na presença do juiz, sendo na forma on-line.

A3 – DIREITO

A QUESTÃO DOS SINDICATOS NO BRASIL: PERSPECTIVAS DE REFORMA À LUZ DO PRINCÍPIO DA LIBERDADE SINDICAL

Isabella Magnata Pino

Sheila Farias Leite

Discentes do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Marcelo de Barros Dantas

Lenice Silveira Moreira

Docentes do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) Liberdade sindical constitui-se no direito dos trabalhadores e empregadores de se organizarem e constituírem livremente as agremiações que desejarem, no número por eles idealizado, sem que sofram qualquer interferência ou intervenção estatal, nem uns em relação aos outros, além da possibilidade de ingresso e retirada dos sindicatos. Coadunam-se com esse direito a Convenção Internacional 87 da Organização Internacional do Trabalho – OIT, bem como a Carta Magna em seu artigo 8º, caput. Entretanto, contrapondo-se a essa idéia, a legislação brasileira adota um sistema de liberdade sindical intervencionista, no qual o Estado ordena as relações concernentes ao sindicato, como por exemplo, a contribuição sindical e a vedação à criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município. Destarte, objetiva-se discutir acerca do conflito mencionado, assim como, questionar sobre uma possível reforma sindical que efetivamente garanta a liberdade sindical.

(METODOLOGIA) Trata-se de um estudo fundamentado em pesquisa bibliográfica, informações extraídas de artigos e em legislações que abrangem o tema. O método de abordagem utilizado é o dialético em face da controvérsia existente sobre o tema.

(RESULTADOS) O modelo de sistema sindical adotado pelo Brasil é objeto de inúmeros debates, isso porque se verifica uma tendência de tomar a restrição da unicidade sindical como princípio, quando, entretanto, a leitura constitucional correta, conforme o artigo 8º, caput da Constituição Federal de 1988, já anteriormente mencionado, é a da liberdade sindical. Diante da pretensa reforma sindical, almeja-se que seja substituído o atual paradigma adotado por um novo modelo capaz de alcançar os fins democráticos consagrados pela OIT, tendo como uma das bandeiras principais a adoção e a manutenção da pluralidade sindical (constituição de mais de um sindicato do mesmo grupo na mesma base territorial) e o término da contribuição compulsória. Importante salientar que a sustentação do sistema atual (em que somente é possível um sindicato por base territorial com representatividade garantida) coloca em risco o aperfeiçoamento das entidades sindicais, visto que não há necessidade de luta pela filiação de associados, pois a lei garante o monopólio sem disputas. Com efeito, a reforma sindical objetiva o fortalecimento das organizações sindicais, propondo, inclusive, o reconhecimento das Centrais Sindicais que até então, apesar de atuantes, são consideradas apenas órgãos de fatos não regulamentados por lei. A entidade sindical não pode depender de contribuições dessa natureza para sua sobrevivência.

(CONCLUSÃO) Entende-se que a referida reforma que se pretende imprimir no Brasil deve estar voltada para a amplitude da liberdade sindical no contexto dos parâmetros das normas internacionais, sendo essencial a extinção da contribuição compulsória, além da efetiva liberdade sindical conforme já argumentado anteriormente a fim de que os sindicatos sejam fortalecidos.

A3 – DIREITO

MERCOSUL: SITUAÇÃO ATUAL E DESAFIOS FUTUROS

Ramiro Jorge Aldatz

Discente do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Vânia Vaz Barbosa Cela

Docente do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) O marco de origem do Direito Internacional revela-se como um tema de calorosos debates entre os doutrinadores. Não obstante, todos concordam que esse ramo do Direito ganhou extrema importância após a Segunda Guerra Mundial, pois se tornou indispensável a existência de legislações que regulem as relações entre Estados soberanos e a criação de organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas, para defender o bem comum da sociedade internacional. Nesse contexto surgiu o Mercado Comum do Sul (Mercosul), que se constitui em um bloco econômico regional composto pelo Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, criado no dia 26 de março de 1991 através do Tratado de Assunção. Atualmente, a Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela são Estados Associados ao bloco. O presente trabalho visa analisar a situação atual do Mercosul e os principais desafios futuros, diante do processo de mudanças econômicas e político-sociais que está se desenvolvendo na América do Sul.

(METODOLOGIA) As bases teóricas do artigo provêm de uma revisão bibliográfica de obras dos principais autores sobre Direito Internacional, Nacionalidade e o Mercosul. Também foram estudados artigos sobre o tema e foi utilizada a *home-page* desse bloco regional. Por sua vez, a análise do “Relatório para o Hemisfério Oeste”, do Fundo Monetário Internacional, permitiu definir os principais desafios de ordem econômica que o bloco em questão irá enfrentar.

(RESULTADOS) A aproximação entre os povos que hoje fazem parte do Mercosul remonta ao século XIX, quando Simão Bolívar e José de San Martín reuniram forças para expulsar os espanhóis. Mais adiante, em 1960, foi criada a Associação Latino-Americana de Livre Comércio que, em 1980, foi substituída pela Associação Latino-Americana de Integração, que acabou desaparecendo. Finalmente, após outros acordos de Direito Internacional, foi criado, em 1991, o Mercosul apenas como uma união aduaneira e uma zona de livre comércio. Com o passar dos anos, a integração foi abrangendo outros valores, como a proteção ao meio ambiente, a importância das instituições democráticas e a paz entre os países.

(CONCLUSÃO) Atualmente, o Mercado Comum do Sul ainda não se tornou um verdadeiro mercado comum sob o ponto de vista jurídico e econômico, mas a fixação da Tarifa Externa Comum para produtos de terceiros países tem acelerado a formação de uma união aduaneira plena. O referido bloco encontra-se fortalecido por diversos fatores. O principal é o comprometimento entre os países membros de negociar sobre bases realistas e flexíveis para criar o “Mercosul possível”. Outro fator foi o “Relançamento do Mercosul”, ocorrido em 2000, no qual os Estados reconheceram a importância de adotar políticas macroeconômicas que visem a solvência fiscal e a estabilidade de preços. O fato dos presidentes do Brasil e da Argentina rejeitarem a Área de Livre das Américas (ALCA) para priorizar a integração regional, pode ser citado como um fator de fortalecimento. Todavia, o futuro e a viabilidade do bloco revelam-se ameaçados por algumas situações de cunho político-econômico, tais como: inflação na Venezuela e Argentina, protecionismo norte-americano europeu e tendência estatizante na Bolívia. Por último, a proliferação de governos de esquerda na América do Sul aparece como uma incógnita cujas conseqüências ainda não foi possível decifrá-las.

A3 – DIREITO

A CONTRIBUIÇÃO DE TOULMIN NO TOCANTE À ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA DAS PETIÇÕES INICIAIS

Aluna: Nathalie Caldas Simonetti

Discente do curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN, Bolsista PIBIC – CNPq

José Eduardo de Almeida Moura

Ana Paula Cacho

Docentes do curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) Os profissionais do direito necessitam de uma rica e bem estruturada argumentação para obter êxito no trâmite processual judiciário. Uma boa petição inicial não precisa trazer vocábulos indecifráveis ou textos infinitos, caracterizando demasiada prolixidade. É simplesmente adequada a organização lógica de seus argumentos. Stephen Toulmin em “Os usos do argumento” (2001) apresenta um “layout” modelo, a partir da observação da estrutura dos argumentos encontrados no discurso jurídico, que ele generaliza e mostra que é perfeitamente aplicável a qualquer outro texto cuja estrutura argumentativa se pretenda analisar logicamente. É dentro desse contexto que o presente trabalho se insere, com o objetivo de estudar a argumentação jurídica dos Advogados atuantes na Comarca de Natal/RN, especificamente através de suas petições iniciais e, mais especificamente, analisar aspectos relevantes à compreensão mais rápida e fácil da leitura de tais documentos. É importante frisar, ainda, que o presente estudo mostra relevância metodológica, uma vez que se caracteriza como uma aplicação empírica a um “corpus” bem definido, sendo, portanto, investigação inédita, pois ainda não foi realizada pesquisa, com o tipo de material que utilizamos, sobre a aplicação do layout de Toulmin, quando se pretende mostrar se a argumentação de um texto é bem estruturada ou não.

(METODOLOGIA) A pesquisa se respalda em material empírico, especificamente petições iniciais de advogados que atuam na Comarca de Natal/RN. A coleta desses documentos foi realizada por alunos do 1º ano do curso de direito da FARN entre os anos de 2003 e 2004. De tal coleta, depois de classificada e analisada preliminarmente, foram extraídas 20 petições sobre a matéria indenizatória. A cada petição foi aplicado o “layout” de Toulmin e observados os elementos que representam os dados (D), conclusões (C), garantias (W), refutadores (R) e qualificadores (Q).

(RESULTADOS) Foi possível extrair, com isso, textos com argumentação pobre em sua estrutura, ou seja, com muitas repetições, linguagem difícil, incoerente, que, sem dúvidas, dificultam o entendimento da mensagem final que se quer transmitir, devido à confusão da estrutura argumentativa. Em contrapartida, também foram encontrados textos com belíssima organização estrutural, numa linguagem mais acessível, por conter apenas elementos estritamente necessários à compreensão do que se quer passar, ou seja, sem repetições, com coerência e sem prolixidade. A partir dessa exposição, é possível constatar que pelo “layout” de Toulmin se pode inferir de qualquer texto argumentativo, seja ele bom ou ruim, as informações que são de relevância para a sua compreensão. Através da pesquisa, foi possível observar que o “layout” de Toulmin pode ser aplicado a diversos textos argumentativos, inclusive àqueles que comportam desorganização em sua estrutura lógica, ou seja, argumentos que muitas vezes não trazem coerência adequada e apresentam elementos desnecessários, enfatizando a prolixidade. O “layout” foi capaz de mostrar os elementos relevantes para o entendimento do argumento final da mensagem. Assim, ao mostrar o que é relevante, ele permite descartar todos os elementos desnecessários e prolixos.

(CONCLUSÃO) Pode-se concluir, portanto, que pela aplicação do método de construção dos “layouts” é possível verificar as partes que podem ser descartadas num texto que se pretende argumentativo. Ou seja, analisar o que logicamente não é relevante para a argumentação e inferir o que pode ser descartado dela. Assim, quanto à matéria das petições iniciais, Toulmin contribuiu para mostrar como a argumentação poderia ser boa ou não, e como a reconstrução desses argumentos pode ser relevante para os julgamentos finais dos processos, já que o sucesso do bom advogado depende não só do direito do cliente, mas ainda de uma argumentação rica, ou seja, logicamente organizada.

A3 – DIREITO

O DIREITO COMO RECURSO HISTÓRICO GARANTIDOR DA EXISTÊNCIA AUTÊNTICA

Murillo Victor U. Machado
Renan Leitão Espíndola Borges
Rodrigo Ribeiro Romano

Discentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Pablo Moreno de Paiva Capistrano
Docente do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO): O presente trabalho tem como escopo uma crítica filosófica e a construção de um modelo conceitual de Direito partindo de pressupostos existencialistas que conferem, por exemplo, uma existência temporal do homem direcionada na busca de uma autenticidade existencial, em razão de uma compreensão do sentido do Ser pelo *Dasein*. Assim, diante de tal premissa, o Direito serviria como um recurso histórico garantidor, uma vez que estrutura-se em razão da potencialidade de coerção determinada e direcionada historicamente. O trabalho, para melhor compreensão, é dividido em 5 partes respectivamente intituladas: Existência Autêntica como Condição Humana; O Paradoxo do Estado Mínimo de tendência Liberal; Construção Contemporânea do Estado Social; Direito como Recurso Histórico Garantidor; e Considerações Finais.

(METODOLOGIA): O trabalho foi estruturado segundo um procedimento teórico-reflexivo a partir de uma pesquisa bibliográfica de obras jurídicas, como também extrajurídicas, sobretudo aquelas relacionadas à Filosofia do Direito, Filosofia, Direito Processual Civil e Direito Constitucional. Procurando inserir o conceito Heideggeriano de ontologia fundamental à experiência jurídica, dando ênfase às experiências jurídico-contemporâneas (Estado Social, Deslegitimação do formalismo jurídico, Direito como Ideologia, Nova-Hermenêutica e Concepção principiológica normativa), em virtude de uma crítica ao Estado Mínimo de tendência Liberal.

(RESULTADOS): O Estado Mínimo de tendência Liberal, iniciado e definido em razão de revoluções liberais, utilizou amplamente o conceito de existência autêntica, o que porem, o levou a uma desestruturação (O Direito Positivo-Liberal tornou-se deslegitimado, em função de uma nova demanda a questões sociais). O que porem há de ser esclarecido é que tal deslegitimação não derivou da tutela pelo Direito da autenticidade (aquilo que ele é em si mesmo), configuração ontológica do Direito, mas sim diante da dicotomia metafísica Sujeito-Objeto. Tanto o objeto, como também o sujeito, seriam em tal paradigma meramente formais (talvez pela perspectiva da época de “naturalização” de idéias e valores estabelecidos pelo iluminismo). Resultado: O direito seria utilizado de forma ilimitada como meio de autenticidade de alguns poucos, tal fato confrontava a função de ser do Direito, a perspectiva de existência autêntica universal. A condição humana definida pelo *Dasein* Heideggeriano propõe um Ser-do-Ente contextualizado no Tempo, um Ente, o qual, à medida que percorre no tempo, tem suas possibilidades de escolha reduzidas em virtude de uma última possibilidade: a morte. A consciência desta induz uma angústia que leva o *Dasein* a buscar uma existência autêntica. O Direito seria, portanto um recurso (não seria um instrumento, logo, representaria um auxílio histórico ao ser assim também considerado) que, diante de sua estrutura potencialmente coerciva, garante tal individualidade existencial. A coerção caracterizada por Reale como “força disciplinadora, exercida nos limites legitimados pela tutela necessária de bem da convivência”, representa uma organização do poder legítimo a uma atitude inautêntica, pois atinge a bens que a promovem. Induz-se a uma idéia de Direito como mecanismo de coesão social, este, por sua vez, concretizado por permitir uma individualidade universal.

(CONCLUSÃO): O Estado Social é o modelo que detém pressupostos mais adequados ao conceito de ser do Direito. Condiciona um limite de garantia de existência autêntica para alguns a fim de distribuir para todos, reconhecendo em tal divisão, as qualidades da cada indivíduo no contexto histórico, e realizando uma justiça distributiva. A partir de tal fundamento, desenvolvem-se outros elementos, como por exemplo: a conciliação, processo condizente com a natureza de verdade relativa do homem em razão de uma interpretação particular; a concepção de normativa de princípios, que representariam valores normativos enraizados na compreensão histórica; normas programáticas que representam programas imperativos dirigidos para concretização das possibilidades de existência autônoma; e o contraditório e a ampla defesa.

A3 – DIREITO

O DIREITO POSITIVO E A ATUAÇÃO ESTATAL FACE AO CRIME NA INTERNET: SINAIS DE ANOMIA JURÍDICA NO BRASIL

*Arthur Mariz de Faria Macedo
Cid Robson Formiga Barbosa
Francisco Pereira Maranhão Junior
Isaak Pereira da Cruz
Rômulo Cortez*

Discentes do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Sara Maria de Andrade Silva
Docente do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) Diante do fenômeno da globalização em que estão inseridas as sociedades modernas, o acelerado crescimento tecnológico e, principalmente, com o advento da grande rede mundial de computadores, a internet, é que se verifica o surgimento de novas formas de relacionamento entre indivíduos, ensejando, com isso, conseqüências jurídicas e sociais. Pode-se facilmente observar que o Estado brasileiro, enquanto poder legítimo, regulador da conduta social e responsável pela produção das normas positivas possui uma atuação morosa, quase que inerte, face às transformações sociais que se processam em um ritmo cada vez mais acelerado e dinâmico. É diante deste contexto que o presente trabalho objetiva realizar um estudo reflexivo acerca das distorções entre o atual ordenamento jurídico brasileiro, as novas modalidades de crimes praticados via internet e as características anômicas e anárquicas do contexto virtual, além de realizar um trabalho conceitual sobre os crimes virtuais.

(METODOLOGIA) Para tanto, desenvolveu-se um estudo de caráter qualitativo e nível descritivo, por meio de um embasamento bibliográfico, através de corte geográfico em que se abordou o descompasso entre o atual ordenamento jurídico brasileiro e os crimes cometidos no contexto das relações sociais na grande rede mundial de computadores.

(RESULTADOS) Constatou-se que mesmo diante das dificuldades de aplicação das normas positivas, verificou-se que grande parte dos crimes cometidos na internet já estão previstos na legislação penal, havendo uma alteação quanto à forma de concretização de tais crimes, haja vista a ausência da prática presencial ou física do agente para realizá-lo. Por outro lado, existe certa atipicidade de alguns destes crimes que se relacionam com condutas não previstas no ordenamento jurídico, ante dificuldades de aspectos técnicos, como a definição do objeto jurídico a ser protegido e os meios de obtenção de provas, o que acaba contribuindo com a impunidade e a conseqüente proliferação dos crimes virtuais em nosso país.

(CONCLUSÕES) Para o estudo da evolução dos crimes, mister se faz a pesquisa de fatores que não sejam meramente jurídicos, para sua total compreensão. De modo contrário, ficaremos amarrados a princípios jurídicos como o da reserva legal e o da anterioridade da lei que inviabilizam a regulação de crimes virtuais que se multiplicam cotidianamente. O descompasso também se refere às singularidades dos crimes virtuais como, por exemplo, a questão da extraterritorialidade e a conseqüente dificuldade de aplicação de um direito pátrio. Diante do exposto, observou-se que, com o advento de novas tecnologias, surgem novas formas de relações entre seus indivíduos, de fatos sociais juridicamente relevantes e condutas que necessitam de regulamentação legal. É nesse diapasão que se observa a precária atuação estatal no que diz respeito às respostas que essas transformações sociais exigem, causando um descompasso significativo entre o mundo do ser e o do dever-ser, pois no âmbito virtual se verifica a transgressão, a contradição e até a ausência de normas. Aqui, a ausência de norma indica uma crise social de caráter amplo, geralmente indicativa de uma mudança social. Tal crise pode se dar no âmbito dos valores (contestação das regras de comportamento social) e no âmbito do poder político e jurídico (crise de legitimidade), características dos processos de anomia e da anarquia estatal.

A3 – DIREITO

O NASCITURO E O DIREITO À INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS

*Ana Lorena Silva Ramalho
Anna Grazielle Alves Campos
Bernardo Hummel Borges Pinheiro
Júlia Ohana Alves Medeiros*

Discentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Alan Dias
Rita Andrade

Docentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) Para o ordenamento jurídico brasileiro a personalidade começa com o nascimento com vida, contudo a lei põe a salvo desde a concepção os direitos do nascituro. Maria Helena Diniz entende que o nascituro já possui direitos personalísticos na esfera formal, ou seja, referentes à vida, à alimentos, à integridade física, à imagem e ao nome. No entanto, na esfera material, há somente uma expectativa de direito e isso não implica dizer que a personalidade do nascituro é condicional, apenas para certos tipos de direito exigem uma condição suspensiva para que o mesmo os adquira. É nesse contexto que a presente investigação busca identificar casos nos quais o nascituro tem direito a danos morais. Pretendemos com isso esclarecer a discussão doutrinária que permeia o tema, bem como, mostrar que a teoria concepcionista é a mais condizente com a realidade na qual estamos inseridos.

(METODOLOGIA) A fim de executar essa investigação científica utilizamos o método da pesquisa qualitativa em caráter exploratório e dedutivo, perfazendo um levantamento de dados a partir de pesquisa bibliográfica, bem como jurisprudencial, com o intuito de lograr embasamento teórico para a realização da análise do direito do nascituro a receber indenização por dano moral. Esse levantamento foi fruto da análise de alguns doutrinadores, tais como, Carlos Roberto Gonçalves, Alexandre Freitas Câmara e Maria Helena Diniz.

(RESULTADOS) Em se tratando do dano moral vale salientar que este faz referência ao campo pessoal da vítima e conseqüentemente afeta valores fundamentais desta. Seu conceito abrange os danos estéticos (lesões corporais, erros médicos), sociais (acusações injustas, difamação, ataques públicos à honra) e todos os direitos da personalidade, incluindo os fundamentais, não havendo assim características de dano patrimonial direto. Tomando por base o conceito supracitado de dano moral, bem como a teoria da personalidade concepcionista, podemos mencionar que para haver a reparação do dano deve haver, concomitantemente, no caso do nascituro, o nascimento com vida. Com isso o nascituro é considerado pessoa e os danos morais causados a ele são passíveis de indenização. Do contrário, com o nascimento frustrado, o então natimorto é considerado juridicamente inexistente e a reparação não ocorre.

(CONCLUSÃO) Assim, podemos concluir que o direito do nascituro à indenização por dano moral é plenamente cabível no ordenamento jurídico brasileiro, sendo marcantes os casos concretos de indenização frente aos acidentes de trânsito. O óbito e a conseqüente ausência do pai terão reflexos na vida futura do então nascituro, sendo este impossibilitado de conhecê-lo, privado de sua companhia, bem como de sua afetividade, o que pode gerar problemas na sociabilidade desse futuro detentor de direitos materiais, assim como problemas com despesas de sobrevivência dessa pessoa, haja vista que há a possibilidade do pai ser o único mantenedor da família.

A3 – DIREITO

O USO ALTERNATIVO DO DIREITO NA CONSTRUÇÃO DE NOVOS PARADIGMAS DA HERMENÊUTICA JURÍDICA EM BUSCA DA JUSTIÇA SOCIAL

*Dallia Simonelli Alexandre de Paiva
Lucas Medeiros De Lima*

Discentes do curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Rita Andrade

Docente do curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) A Escola Alternativa do Direito, movimento filosófico nascido na Itália e recepcionado no Brasil, por juristas gaúchos, tem como marco fundador a publicação de um artigo em 1990 intitulado: “Juizes gaúchos colocam direito acima da lei”. Por ela, tenta-se fazer com que as “leis injustas” sejam adequadamente aplicadas. Objetiva-se a diminuição das desigualdades, devendo o magistrado, para isso, utilizar-se de valores e princípios éticos e morais na aplicação do Direito. Na presente pesquisa iremos mostrar a importância da conscientização que deve ter o jurista acerca da hermenêutica das normas que consubstanciam dado ordenamento jurídico estatal, nesse sentido, um apego a uma interpretação teleológica da lei, atrelada aos valores de justiça e equidade, que são parâmetros ou medidas erigidas em fundamentos de nossa Constituição, observados em seus artigos 1º, 3º e 5º. Pretende-se assim, demonstrar que o Direito Alternativo pode ser uma forma de suprir possíveis deficiências geradas pelo positivismo e formalismo exacerbados, consequência de nossa ordem econômica, política e social. Para corroborar com o que se pretende transmitir, nos nortearmos por ensinamentos de autores como Boaventura Santos e Wolkmer.

(METODOLOGIA) Trata-se de pesquisa qualitativa bibliográfica e jurisprudencial fundada especialmente na análise de dissertações sobre a matéria. Para melhor apreciação utilizou-se do método analítico-descritivo.

(RESULTADOS) Diversas leis do nosso ordenamento jurídico possuem cunho político. Antes de refletir anseios da sociedade, são frutos de relações de força e poder de uma minoria dominante. Essa situação nos leva a uma mitigação da aplicação da justiça em território nacional. Legislações importadas; diuturnos conflitos entre as exasperações sociais e a lei; a origem de um sistema jurídico marginal ao positivado (pluralismo); refletem uma crise da tutela jurisdicional baseada na dogmática-liberal-burguesa. Tentando combater as injustiças geradas pela existência desta realidade, é que foi se arregimentando o Direito Alternativo. Para nós não é o direito alternativo - ao contrário do que muitos pensam e apregoam - a negação da ordem jurídica. Ele parte da norma para recriá-la, revitalizando-a. Trata-se de uma filosofia reflexiva, axiológica, permeada pelo humanismo, em cuja aplicação há de se ter presente sempre o interesse da comunidade, a realidade social, os direitos da pessoa, o dinamismo da vida. A dicotomia entre o Direito Alternativo e a aplicação convencional-positivista do direito apresenta nitidamente um caráter de contraposição misoneísta-filoneísta, representada, respectivamente, pelo engessamento do direito e pelas variações da vida cotidiana, ou que nas palavras de Boaventura Santos poder-se-ia identificar como tensão entre regulação e emancipação, atestando a crise de modelos e de rumos que vive o direito como mencionado acima. Neste diapasão, juristas albergam suas decisões no Direito Alternativo, tornando-o, indiscutivelmente, um possível paradigma hermenêutico para amenizar as falhas de nosso ordenamento jurídico.

(CONCLUSÃO) Atesta-se que o Direito Alternativo nada tem de radical, de revolucionário. Na realidade, sua destinação é a revitalização do direito positivo, engessado, por ter se distanciado da realidade. Tomar o direito como letra fria, como mera forma sem alma, é desconsiderar sua finalidade social, é olvidar sua teleologia, qual seja, a instrumentalização da vida pela proteção dos direitos deferidos aos cidadãos que estão aquém do espectro jurídico. A Escola Alternativa do Direito mostra-se dessa forma, um paradigma hermenêutico no arraigado modelo protetivo-dogmático, fazendo com que a justiça esteja sobranceira aos olhos do aplicador.

A3 – DIREITO

O USO DE CELULAS-TRONCO E SUAS DIVERSAS IMPLICAÇÕES. ATE QUE PONTO VAI A CIENCIA?

Autora: Natália Araújo Roque

Discente do curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Rita Andrade

Docente da disciplina Metodologia da Pesquisa Jurídica do curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) O uso e manipulação de células-tronco para tratamento de doenças degenerativas é um assunto atual que tem provocado debates não só no Brasil, mas em muitas partes do mundo. Um tema bastante polêmico, que vai de encontro a vários princípios enraizados no seio da sociedade, princípios éticos, morais e religiosos são confrontados quando se fala em células-tronco, e confrontado é também o nosso Ordenamento Jurídico, que mais detalhadamente veremos adiante. Muitas são, de grande modo as implicações do assunto no âmbito religioso, pois os princípios bíblicos não coadunam com qualquer tipo de interrupção da vida, mormente em sua gênese, quando o ser ainda não totalmente formado, e sem defesa é impedido de continuar a viver. Principalmente as religiões que se embasam no Cristianismo combatem veemente a interrupção da vida ou qualquer tipo de agressão que a ela se faça.

(METODOLOGIA) Para este estudo foi utilizado o Código Civil que dispõe sobre os direitos do nascituro, os quais a lei põe a salvo desde a concepção, como também a Constituição que resguarda os direitos fundamentais inerentes à natureza humana. Além de embasamento no ordenamento jurídico brasileiro, buscou-se também respaldo em tratados internacionais, dos quais o Brasil é signatário, como o Pacto de San José, a Carta da ONU dos Direitos Humanos. Foram também feitas pesquisas no âmbito científico bem como artigos jurídicos que abordam o tema em questão.

(RESULTADOS) Como resultado pretende-se mostrar de forma ampla, as diversas implicações do tema, expondo de modo panorâmico, aspectos morais, éticos, religiosos, e também científicos, no que concerne ao benefício que traria o tratamento para alguns pacientes, segundo cientistas. Busca-se exibir os pontos positivos e negativos, sopesando-os de forma a esclarecer as facetas que este assunto possui, tanto benéficas quanto maléficas.

Pretende-se também expor a visão e amplitude social de tal tema, cujo avanço e evolução têm-se mostrado crescente no Brasil e em além-fronteiras. Por fora de todos estes aspectos abordados, faremos um estudo mais pormenorizado sobre o prisma jurídico, enfocando, inclusive uma problemática de cunho ético-jurídico, no que concerne a um confronto entre dois princípios constitucionais de grande relevância. Sendo assim, ao critério de escolha destes, deverão ser aplicados os costumes da sociedade. Existe o direito à vida, e através deste, o material genético é protegido, se entendermos que a vida começa com a concepção, não podendo ser violado, e em contrapartida, existe o princípio da dignidade da pessoa humana, através do qual, o paciente tem como direito buscar todos os recursos possíveis para o tratamento de sua enfermidade. Dois princípios tão importantes, e que neste estudo encontram-se em posições tão antagônicas.

(CONCLUSÕES) Conclui-se que a Ciência, sempre tem andado em passos muito mais largos que o Direito, pois as normas jurídicas sempre vêm a reboque das transformações sociais. Muitas vezes o avanço científico abala princípios morais, éticos e jurídicos relevantes. Princípios acobertados pela Constituição, como o princípio à vida e a dignidade da pessoa humana, precisam ser preservados, porém o avanço da Ciência tem tentado mitigá-los. No entanto, a sociedade tem o papel precípua de defender seus direitos e princípios, mormente àqueles inerentes à própria vida humana. Deixando mais ameno, do ponto de vista jurídico o debate que se acirra sobre o conflito supracitado, fica submetido à análise do avaliador, qual seria seu ponto de vista, sua opinião clara, objetiva, e, sobretudo consciente a partir do conhecimento que se tem de um assunto com tamanha complexidade e amplitude social. Qual seria o papel da sociedade? Deixar a Ciência avançar para horizontes inimagináveis, ou limitá-la antes que seja tarde demais?

A3 – DIREITO

OFICINA DO PENSAMENTO

José Luiz Alves de Barros

Maria Luíza Castro Maia

Mariana Cruz Firmino

Oscar Souza de Araújo

Discentes do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Maria Aparecida Fernandes da Silva Trindade

Noemi Favassa Alves Queiroz

Sara Maria de Andrade Silva

Docentes do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) Este trabalho objetiva demonstrar que, a filosofia como expressão do saber, possui o fundamento de promover a reflexão filosófica e, se constitui em um movimento pelo qual o pensamento ao examinar o que por ele é pensado, volta-se a si mesmo. O pensamento se faz enquanto indagações realizadas pelo homem e para o homem, no intuito de examinar, compreender e avaliar suas idéias, vontades, desejos, sentimentos e interpretações pertinentes a si mesmo, à sociedade e ao mundo. A tarefa do pensar faz com que o indivíduo questione os valores do ser humanos individualmente e socialmente, e principalmente o valor de verdade que paira no mundo, na sociedade e nas Leis. Ao questionar esse valor de verdade o homem utilizando-se da linguagem do pensar e da linguagem oral, não obstante, depara-se com todos os equívocos que a interpretação produz. Na ciência, o valor de verdade está sempre em transformação, haja vista a refutação de todas as hipóteses excluindo de forma sistemática as falsidades para que a teoria científica tenha sucesso. No âmbito do Direito, não é diferente, uma vez que os fatos veiculam o caminho para a análise e interpretação das Leis, objetivando não só a correção de atos indignos e nocivos à sociedade, mas também permitindo que se busque o valor de justiça tão almejado por todos. A história da sociedade nos mostra a importância dos grandes pensadores que, com a elaboração de suas teorias, pensaram sistematicamente almejando uma modificação social na qual haja o bem estar, a harmonia e a justiça. Deste modo, a Oficina do Pensamento pretende provocar o raciocínio reflexivo do homem em si mesmo, da sociedade e do que seja o justo em si mesmo. A quebra de paradigmas tem sua importância e abrangência no que tange à Academia, um lugar de transformação dos valores, do pensamento sistemático, de um novo olhar para o mundo.

(METODOLOGIA) Realizou-se um estudo retrospectivo, de caráter qualitativo, fundamentado pelas aulas da disciplina de Filosofia Geral, experimentalmente comprovadas por seminários realizados em classe e por meio de um levantamento bibliográfico no qual se constatou, que o pensamento é uma curiosa atividade na qual saímos de nós mesmos sem sairmos do nosso interior, ou seja, o desenvolvimento no mundo da capacidade de reflexão e racionalização.

(RESULTADOS) Verificou-se que o confronto do indivíduo com uma realidade desconhecida resulta, geralmente, em comportamentos indiferentes, diante da ausência de interesse em desvendar o desconhecido, e de estar em constante busca pelo conhecimento. Da ausência de interesse, se percebe que a Filosofia perde sua essência já que se trata da arte de indagar, entretanto, a partir da inserção do estudo filosófico, o pensamento crítico e sistematizado é retomado na esfera acadêmica e os resultados se perfilam de outra maneira.

(CONCLUSÃO) Diante do exposto, observou-se que o pensamento se realiza como conhecimento racional da realidade natural e cultural, das coisas e dos seres humanos, confiando na razão e também desconfiando dela. Entretanto, se faz mister para a efetivação do ato de pensar, a ruptura de paradigmas inerentes a um meio social. Somente assim, os indivíduos serão capazes de expandir seus conhecimentos, indo mais além da realidade até então desbravada.

A3 – DIREITO

PODER PARALELO: A JUSTIÇA ONDE O ESTADO NÃO CHEGA

*Caio César de Almeida Peres
Felippe Filgueira Fernandes
Roberto Vinícius Maciel de Araújo Cruz
Rodrigo de Souza Camargos*

Discentes do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

*Carlos Thompson Costa Fernandes
Rita Andrade*

Docentes do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) Na realidade da sociedade brasileira, existe o confronto de dois Estados, sendo um conhecido por estar em um mundo de corrupção, onde seus representantes, em uma corrida por interesses próprios, estão dispostos a qualquer coisa, o outro, é representado por uma cadeia hierárquica extremamente organizada, pela cega e sempre fiel submissão de integrantes e em muitas vezes com alto índice de aceitação popular; o problema é que a primeira descrição se refere ao Estado vigente, ou seja, o “nosso” Estado Legal e o segundo é o chamado Estado Paralelo Ilícito. É frente a esta realidade, em que se encontra o cárcere da maioria da população, que decidimos pesquisar a fundo as questões que resultaram neste caos urbano. Visamos através da apreciação desta problemática apresentar à sociedade civil a realidade de um mundo que, apesar de sermos os culpados pela existência deste, quase o desconhecemos por completo. O Estado Paralelo Ilícito vem se fortalecendo e através disto, buscamos a resolução para este parasita que espregueira as nossas vidas e alimenta-se de nossas fraquezas. E através do estudo do Direito Constitucional, Direito Penal e da Filosofia buscamos neste Artigo a compreensão e esclarecimentos desta tão incômoda realidade, mostrando como o Direito é uma ferramenta inerente à pessoa humana, e assim sendo, a formação de um poder paralelo ao poder legal é um processo absolutamente natural e que sempre existiu nas sociedades.

(METODOLOGIA) Os procedimentos usados no presente trabalho foram levantamentos de dados sobre a difusão do Estado Paralelo. Assim, abordamos o tema através de pesquisas, tanto através de teorias quanto através de fatos particulares, com experiências do nosso cotidiano. Os instrumentos utilizados na coleta dos dados foram entrevistas e pesquisas da mídia em geral. Além disso, aplicamos em instituições públicas (delegacias) questionários elaborados por nós envolvendo o tema.

Nossa pesquisa pode ser classificada quanto à natureza em básica e aplicada, quanto à forma de abordagem do problema, podemos dizer que é quantitativa e qualitativa, e o produto desse estudo é descritivo, amplo e compreensivo.

(RESULTADOS) Em nossas pesquisas, descobrimos que não existe sociedade sem um Estado, pois aonde existe sociedade há normas regulamentadoras, é a dinâmica social que produz, até hoje, normas ou procedimentos para a regulação social, independentemente da elaboração das leis ou normas estatais. Identificamos a corrente jus naturalista, e comprovamos a existência do pluralismo jurídico no Estado Paralelo Ilícito, e em toda parte da sociedade, como nossas entrevistas com policiais e criminosos comprovou.

(CONCLUSÃO) Diante da problemática pesquisada constatamos a necessidade de alguma forma de ordenamento jurídico como pressuposto de existência de qualquer agrupamento humano. A real necessidade de algum órgão repressor é tão visceral que pode ser considerada uma atividade instintiva, uma vez que onde há homens há sociedade, onde há sociedade há um ordenamento jurídico, e assim em diante. Hoje a incapacidade de nosso Estado legal em abranger toda a amplitude de nossa atual sociedade cria este fenômeno tão incômodo que é a criação de novos segmentos organizacionais assumindo a postura pertencente ao Estado, amado por poucos, aceito por alguns e temido por todos a instituição criminosa que hoje se instala em nossa sociedade ameaça todo o nosso meio de vida, mostrando-nos uma triste realidade, que simplesmente esquecemos uma enorme parcela de nossa população ao fortuito, onde o Estado não instaura a lei. Essa é instaurada, não pelos que são mais justos, mas simplesmente por aqueles que impõem mais medo.

A3 – DIREITO

PORTADORES DE NECESSIDADE ESPECIAIS NA LINHA DO TEMPO: UM ESTUDO DO SEU TRATAMENTO JURÍDICO DESDE ROMA ANTIGA ATÉ OS DIAS ATUAIS

*Ana Paula Bezerra Costa
Cinthia Maria de Castro Ferreira
Maa-Rara Ralliane Andrade Gurgel*

Discentes do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

*Sara Maria de Andrade Silva
Ana Paula Cacho*

Docentes do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) Hodiernamente, muito se discute a respeito dos direitos das minorias, à luz da teoria dos direitos humanos e da regulamentação normativa deste seguimento social. Dentre eles, mereceu destaque para os fins do presente trabalho, o seguimento dos portadores de necessidades especiais, de caráter físico ou mental, que se encontram em posição de vulnerabilidade social e jurídica desde os tempos mais remotos. Assim, o objetivo da pesquisa ora apresentada é realizar em trabalho exploratório a respeito da evolução histórica do tratamento jurídico endereçado aos portadores de necessidade especiais, desde a Roma Antiga até os dias atuais, particularmente no direito brasileiro.

(METODOLOGIA) Para tanto, realizou-se um estudo retrospectivo, de caráter qualitativo e nível exploratório, por meio de um levantamento bibliográfico no qual se abordou o tratamento que os portadores de necessidades especiais receberam desde o Direito Romano até a contemporaneidade, através de uma análise cronológica e histórico-evolutiva.

(RESULTADOS) Remontando ao Direito Romano, no período da realeza e início da fase republicana, temos a desconsideração da personalidade jurídica dos portadores de necessidades especiais, ou seja, à luz do direito de Roma, os portadores de necessidades não eram considerados como “pessoas” para os fins do direito. Isso acarretaria o denominado “poder de vida e morte” dos pais sobre os filhos, caso estes nascessem “monstruosos”, denominação empregada para as crianças que nasciam com deformidade física (lei das XII Tábuas, Tábuas II e IV). Na Idade Média, na fase do feudalismo, os senhores feudais amparavam os deficientes e doentes, em instituições sociais, como abrigos e asilos, por eles mantidas. A partir de 1789, com o fim da Idade Moderna e início da Idade Contemporânea, foram criados inúmeros artifícios que propiciaram algumas conquistas, as quais facilitaram o trabalho e a locomoção dos portadores de deficiências, tais como cadeira de rodas, bengalas e o principal deles, o código Braille. Todas essas invenções contribuíram para a inclusão dos deficientes no mundo. No Brasil, a integração de deficientes passou a ser discutida depois dos anos 60. Em 1978 a Constituição recebeu a 1º emenda tratando dos direitos das pessoas com deficiências. Em 1988 a Constituição Federal dispôs sobre as áreas de saúde, assistência, benefícios e acessibilidade. Com a edição da Lei nº. 7.853/89, que criou a Coordenadoria Nacional da Pessoa Portadora de Deficiência no âmbito do Ministério da Justiça e estabeleceu os princípios e as diretrizes da Política Nacional da Pessoa Portadora de Deficiência que trata de áreas como saúde, educação, formação profissional e trabalho. Já na década de 90, surgiram legislações que, dentre outras disposições, tratam de normas e critérios para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiências ou de mobilidade reduzida.

(CONCLUSÃO) Após estudos de como se deu o tratamento dos portadores de deficiência desde a Antigüidade romana até os dias atuais, concluímos que houve uma considerável evolução jurídica, na medida em que antes sequer existiam leis especiais que regulamentavam o tratamento deste seguimento. O aparecimento de instrumentos que facilitaram a locomoção, bem como a criação de instituições com a finalidade de ajudá-los, para que sejam tratados igualmente como os demais indivíduos, alterou o quadro de exclusão das sociedades antigas e medievais, uma vez que os portadores de necessidades especiais eram, nesta época, retirados do convívio social. As leis brasileiras sobre a proteção dos direitos dos deficientes, refletem os avanços na seara jurídica e social que vem ganhando impulso desde a Modernidade até a Contemporaneidade, embora os resquícios históricos da exclusão ainda se façam sentir na atualidade, o que apenas será superado com a garantia jurídica também historicamente construída de um tratamento inclusivo, à luz do direito humano à igualdade, respeitando-se as diferenças.

A3 – DIREITO

REALITY SHOWS: UMA VISÃO JURÍDICA

Alessandra Correia

Alieksandra Nunes

Ana Clara Rodrigues Gabriel Ferreira

Paula Batista da Trindade

Discentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Rita Andrade

Docente do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) O poder que a mídia exerce na população mundial é sentido através da quantidade de pessoas que se propõem a participar e assistir aos programas de televisão chamados “Reality Shows”. Esses programas expõem a vida íntima dos participantes e seu ápice no Brasil ocorreu em 2002 com o surgimento do “Big Brother Brasil”. Diante de tamanha repercussão social, notou-se a necessidade de tecer uma análise jurídica sobre os Direitos da Personalidade tais como privacidade, dignidade e imagem da pessoa humana, assegurados pela Constituição Federal, os quais são violados por uma vinculação contratual feita entre os participantes e as emissoras. Além da necessidade de discutir o embate entre o direito a liberdade e o direito a intimidade presente nos contratos assinados pelos que participam do programa.

(METODOLOGIA) Para execução de tal projeto, realizamos um estudo essencialmente teórico, baseado em levantamento bibliográfico e em pesquisas em sites de busca na internet, visto que por ser uma discussão recente não há ainda obras publicadas pelo meio acadêmico.

(RESULTADOS) Para a Constituição Federal e para o Código Civil de 2002, os direitos da personalidade são irrenunciáveis, pois não podem ultrapassar os domínios do seu titular e intransmissíveis visto que não podem ser transferidos ao campo jurídico de outrem. O que define como esses direitos vão ser explorados nos “Reality Shows” é o contrato, já que a partir dele o participante abre mão, embora que temporariamente, dos seus direitos personalíssimos. Para que um contrato seja considerado válido é necessário que este seja fundamentado na autonomia da vontade das partes. Há duas formas distintas de manifestação do princípio da autonomia da vontade: a liberdade de contratar e a liberdade contratual. Os participantes dos “Reality Shows” possuem ambas as liberdades as quais prevalecem sobre o direito a intimidade e a vida privada. Válido também fazer menção ao direito a intimidade, que como um dos pilares da dignidade da pessoa humana, refere-se a tudo aquilo que é interior do ser humano, diz respeito à vida particular, excluindo o conhecimento de outra pessoa que não seja ela própria. Os “Reality Shows”, por sua vez, exploram a intimidade, tornando-a pública aos olhos do espectador.

(CONCLUSÃO) Diante dos questionamentos expostos, conclui-se que embora o Direito seja um produto da sociedade e tenha como característica a realização e a preservação de valores, os participantes e os espectadores dos “Reality Shows” desconhecem seus direitos fundamentais e assim admitem a violação de tais direitos. Portanto, o presente trabalho buscou elucidar o mundo jurídico que encobre os “Reality Shows”.

A3 – DIREITO

REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL E SUA VIABILIDADE A LUZ DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, NECESSIDADE OU URGÊNCIA?

Anderson Gustavo Lins de O. Cruz

Danilo Sabino Labanca

Débora Guedes de Carvalho Soares

Mariana Teixeira da Cunha

Glawber Karles Araújo

Discentes do curso de Direito, da Faculdade Natalense para o desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Lincoln Rufino

Carlos Wagner

Docentes do curso de Direito, da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) De início, é válido afirmarmos que o presente resumo tem como fim, realizar referência ao tema objeto de pesquisa para a efetuação do referido trabalho de iniciação científica. Trabalho este, o qual consiste basicamente em efetuar uma análise da polêmica acerca da redução da maioria penal em nosso país. Ressalta-se, que ao realizar a escolha do referido tema, o grupo não pretendeu firmar nenhum tipo de posicionamento, seja este contra ou a favor, da redução da maioria penal, mas sim, embasar sua tese na realização de uma pesquisa de caráter argumentativo, visando somente à análise do tema citado. É válido destacar, que pretende também o grupo, efetuar uma pesquisa interdisciplinar visando correlacionar o Direito (Direito Penal, Direito Processual Penal e Direito Constitucional), junto a disciplinas como a Sociologia, Política, Filosofia e outros.

(METODOLOGIA) A fundamentação e a realização do referido trabalho, se deu a partir da efetuação de uma pesquisa bibliográfica, com a análise de revistas e artigos especializados. Junto às demais fontes de pesquisa não se poderia deixar de citar, que a doutrina majoritária também foi utilizada como um artifício, que de certa forma, veio a auxiliar na formulação da referida tarefa, proporcionando assim, a concretização de um trabalho de caráter explanatório, capaz de fazer uma abordagem bastante detalhada do assunto em questão.

(RESULTADO) Desta forma, com a realização do presente trabalho, veio a se constatar que o Brasil passa por um grande problema no tocante à política de segurança pública, que como consequência, vem a desencadear uma grande desarmonia na sociedade, resultando em um alto nível de delitos (atos violentos) e em grande revolta social. Porém, como resultado de todo o estudo realizado sobre o presente assunto, verificou-se, que o fenômeno que circunda a questão da redução da maioria penal, não se trata de um tema meramente tecnicista do direito, e muito menos se resume à apenas uma formulação de um novo projeto de lei que venha a reduzir a maioria penal visando diminuir os altos índices de criminalidade em nosso país, pois, o melhor e remédio e única forma eficaz de sanar esse problema em nosso país, consiste na realização de uma política de segurança aliada a distintos setores, como por exemplo, a educação, a política de formação de novos polos de emprego, entre outros seguimentos.

(CONCLUSÃO) Sendo assim, pode-se citar que o presente trabalho tem como finalidade realizar uma análise crítica, acerca da polêmica levantada sobre a questão do processo de redução da maioria penal, sendo apreciados os aspectos sociológicos, políticos e jurídicos, com certa ênfase no cenário constitucional e penal.

A3 – DIREITO

REFLEXÃO SOBRE ASPECTOS SOCIOLÓGICOS NA DIMENSÃO DO DIREITO E DA JUSTIÇA NO BAIRRO DE MÃE LUIZA

Anna Kamilla Fernandes da Cunha

Camila Café de Santana

Lucianne Maria de Souza Valença e Silva

Gabrielle Santiago Gomes

Discentes do curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Maria Aparecida Da Silva Fernandes Trindade

Docente do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) Este trabalho foi realizado com o objetivo de identificar os problemas sociais do bairro de Mãe Luiza, localizado na cidade de Natal. O propósito é identificar e registrar em que medida as instituições funcionam ou falham no citado bairro.

(METODOLOGIA) A pesquisa científica foi feita por amostragem aleatória simples, realizada com os moradores do bairro de Mãe Luiza, que responderam a questionários que possuíam perguntas a respeito do Direito e da Justiça. A partir das respostas foi feita uma coleta de dados de maneira a constatar quais são as maiores carências sociais dos residentes do bairro entrevistado.

(RESULTADOS) A partir da coleta de dados chegou-se à conclusão de que a maioria dos moradores do bairro de Mãe Luiza, no que diz respeito à renda, não ultrapassa a um salário mínimo para sustentar de três a seis pessoas. Em relação ao nível de escolaridade, a maioria possui o ensino fundamental incompleto; no que diz respeito ao trabalho, a maioria apresentou-se empregada e com carteira assinada, havendo ainda uma quantidade acentuada de aposentados. Constatou-se ainda, que grande parte dos moradores do bairro consegue reconhecer todos os seus direitos, tais como: segurança, moradia, lazer, educação, saúde, cultura, etc.; e quase sempre não se sentem desrespeitados neles. A grande maioria dos entrevistados considera o Brasil um país injusto e desigual, não sabe para onde vão os impostos, e quando julgam saber, defendem a tese de que o governo se apropria deles. Foram estabelecidas prioridades para a utilização do salário, que se confere na seguinte ordem: alimentação, luz, gás, aluguel da casa, telefone, IPTU, sair com os amigos e lazer.

Em relação à justiça, a maioria nunca a procurou porque não tiveram motivos, essa mesma maioria desconhece a justiça gratuita e quase sempre não se sentem injustiçados. Quase totalidade dos entrevistados afirma não saber da existência de um lugar no bairro para o esclarecimento de seus direitos, entretanto dizem conhecer a maioria das leis, com exceção da Constituição Federal. No que diz respeito à violência doméstica, é unânime de que se deve denunciar o agressor. Finalizando, muitos acreditam que a justiça só funciona para os ricos, é corrupta e lenta.

(CONCLUSÃO) Pode-se concluir que existe um grande problema de contradição, visto que as respostas não seguem uma mesma linha de raciocínio. Pois ao mesmo tempo em que os entrevistados afirmam que a justiça é necessária, se negam a procurá-la por serem descrentes dela. Possuem o conhecimento de seus direitos e sabem que são merecedores deles, contudo o fato de não os possuírem é visto com normalidade e acatamento. Isso aponta para o fato de ainda existir um grande distanciamento das instituições públicas em relação às populações e bairros mais carentes.

A3 – DIREITO

MONITORAMENTO DE CORRESPONDÊNCIA ELETRÔNICA

Fernanda Daltro Santos Menezes

Isabelle Góis Medeiros de Souza

Monique Guedes Duarte

Discentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Marcelo Barros Dantas

Docente do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) O Direito do Trabalho surgiu para pacificar a questão social decorrente dos efeitos da Revolução Industrial e se desenvolveu através de um modelo de sindicato de luta operária. Ocorre que, diante da inovação tecnológica, o labor, que dependia exclusivamente da atividade do corpo humano, hoje depende do conhecimento da automação. Por tal razão, o empregador detém a propriedade dos equipamentos utilizados pelo empregado na realização de sua atividade, bem como o monitoramento dos meios através dos quais essas atividades são desenvolvidas. Destarte, o estudo ora apresentado objetiva discutir a problemática ocasionada em virtude do uso do correio eletrônico e da internet nas relações trabalhistas, revelando a tensão existente entre o direito à privacidade e à intimidade do empregado, em face do poder de comando e direção do empregador na utilização da força de trabalho.

(METODOLOGIA) Dentro do liame das relações trabalhistas, os instrumentos técnicos de coleta de dados que subsidiaram a análise do tema em estudo foram basicamente os de pesquisa bibliográfica, com a utilização de periódicos especializados na matéria, bem como preceitos instituídos na Constituição Federal, na Consolidação das Leis Trabalhistas e nos julgados do Tribunal Superior do Trabalho.

(RESULTADOS) A partir do estudo do tema em comento e, ressaltando a inexistência de regulamentação jurídica acerca do assunto em análise, entende-se que, sendo do empregador a propriedade do sistema disponibilizado ao empregado, pode aquele monitorar livremente o correio eletrônico institucional, tendo em vista ser da empresa a responsabilidade pelos atos de seus empregados perante terceiros, quando estiverem em serviço. Contudo, é inviolável o sigilo das comunicações, não podendo o empregador interferir nos meios de comunicação utilizados pelo empregado, seja no âmbito do trabalho ou fora dele. Desta feita, deve haver um equilíbrio entre os interesses contrapostos, surgindo como soluções o controle parcial do tráfego de informações, o termo de sigilo ou os seminários de conscientização acerca do tema.

(CONCLUSÃO) Após a exposição do estudo predisposto, constata-se a impossibilidade do emprego de leis escritas existentes na seara jurídica trabalhista, para regulamentar a utilização do e-mail corporativo e do acesso à internet pelos empregados, face às relações trabalhistas. Tais questões exigem leis condizentes com a nova realidade jurídica, considerando que são fundamentais os interesses envolvidos, a saber, a propriedade privada consubstanciada no poder diretivo e o direito à intimidade. Diante de tal fato, cabe ao Estado assumir o papel de agente assegurador das liberdades públicas e do mercado de consumo, bem como definir os limites da utilização da correspondência eletrônica e seu devido monitoramento.

A3 – DIREITO

LEGALIZAÇÃO DO ABORTO: UMA QUESTÃO POLÍTICA?

Diana Madruga de Aquino

Maria Marly Frutuoso

Tanise Fabíola de Medeiros

Discentes do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Carlos Wagner

Lincoln Rufino

Rita Andrade

Docentes do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) A legalização do aborto merece ampla discussão por parte dos vários setores da sociedade, uma vez que tal tema envolve uma gama de aspectos, tanto sociais como políticos e legais, dentre outros. Trata-se de um assunto que tem merecido estudos e publicações por diversos estudiosos e, atualmente, tem sido debatido em termos legais, principalmente com relação à ilicitude pelo nosso código penal, devido ao confronto dos direitos à liberdade de escolha da mãe com o direito à vida do nascituro, e no que se refere à interrupção da gestação de feto portador de anencefalia. Este projeto tem por finalidade apresentar as idéias do grupo acerca do tema Legalização do aborto, abordando, para isso, as dimensões política e jurídica, especificamente no campo constitucional, civil e penal. O grupo optou por este tema por considerar de extrema importância o seu debate nas diversas áreas da sociedade, bem como por tratar-se de um assunto atual e altamente controverso.

(METODOLOGIA) Trata-se de uma pesquisa apoiada em dados bibliográficos, pesquisas de campo em sites da Internet, análises de monografias e artigos. Para maior domínio do assunto, foram pesquisadas as obras de juristas e pensadores reconhecidamente importantes na sua área de competência, buscando, também, a orientação dos professores de nosso curso, especificamente nas disciplinas de Metodologia de Pesquisa, Direito Civil, Direito Penal e Direito Constitucional.

(RESULTADOS) O aborto, que é a interrupção da gravidez com a conseqüente morte do feto, podendo ser espontânea ou provocada, sempre ocupou lugar de destaque na esfera das polêmicas sociais mundiais, que envolve uma ampla e complexa área que compreende desde a ciência até a religião, passando pela ética, pela política e pelos aspectos jurídicos. É possível remontar as discussões sobre esse tema à antiguidade e a toda a história de um modo geral. Mas, apesar de a maioria dos países serem a favor, o Brasil, posiciona-se contra o aborto. Para melhor entendermos isso é necessário analisarmos a política internacional de controle de população que os países ricos impõem aos países pobres, tais como esterilização, contracepção, casamentos homossexuais, etc., escancarado através de Relatório Kissinger, via incentivos financeiros a órgãos, tipo BENFAM, e a projetos governamentais e recursos associados à propagandas nos meios de comunicação, dentre outros. Entretanto, tais interesses esbarram na nossa legislação no que concerne à punibilidade do código (art. 124 a 127 CP) e direitos de garantia à vida (art. 5º CF), bem como no nosso Código Civil, segundo o qual o dano moral causado ao nascituro e as condutas humanas, nos remete à noção de direito eventual em mera situação de potencialidade, de formação para quem ainda não foi concebido. Por isso, entende-se que a condição de nascituro extrapola a simples situação de expectativa de direito. E por isso também entra em conflito os direitos da mãe em confronto aos direitos do nascituro, devendo a nossa legislação resolver tal impasse à luz da proporcionalidade.

(CONCLUSÕES) Analisando a nossa legislação, observa-se que, apesar das penalidades ao aborto presentes nos artigos 124 ao 127 do CP, no que se refere às penas e, especificamente ao art. 128 CP, as mesmas deveriam ser um pouco mais rígidas para evitar a atual situação de o praticante do aborto venha a sair, após passar por todo o processo de incriminação, sem cumprir uma sentença que venha a lhe fazer refletir um pouco mais sobre o seu ato, considerando que, infelizmente, as pessoas só fazem uma auto-reflexão ao lhe ser tolhida a liberdade ou ao lhe pesar financeiramente em sua vida.

A3 – DIREITO

DIREITO ALTERNATIVO COMO MEIO PARA A JUSTIÇA SOCIAL: EM BUSCA DE UMA NOVA RACIONALIDADE PARA O DIREITO

*Candice de Medeiros Azevedo
Sabrina Cavalcante de Macedo
Daniela Carvalho de Lima Nobre
Rogério Maciel Nobre
Jaime Mariz de Faria Júnior*

Discentes do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN.

*Sara Maria de Andrade Silva
Ana Paula Oliveira Cacho
Jorge Luiz Freire Aquino*

Docentes do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN.

(INTRODUÇÃO) A Constituição Brasileira tem como objetivos fundamentais para a nossa pátria a construção de uma sociedade justa, a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades sociais e regionais (Art.3º). Assim, coerente a tais objetivos, haveria de ser promovida pelo poder público a paulatina e constante diminuição do fosso que separa os pobres dos ricos, resultando assim numa diminuição das diferenças sociais e regionais. Entretanto, no período de 1990 a 2000, segundo o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) a distribuição de renda piorou em 2/3 dos municípios brasileiros e a concentração de renda aumentou, fazendo com que passássemos a ter a sexta pior distribuição de renda do mundo. Como medida para cumprir com os objetivos constitucionais, dois passos indispensáveis devem ser dados: a regulamentação jurídica infraconstitucional com vistas a promover a construção de uma sociedade mais justa e a aplicação humanizada de todo o ordenamento jurídico à luz da redução das injustiças e desigualdades sociais. Sabe-se que a ordenação da sociedade, pela via de regras jurídicas específicas é uma tarefa lenta e burocratizada. Portanto, deposita-se neste último aspecto, o da aplicação humanística do direito, uma grande esperança para a realização da justiça e a diminuição das desigualdades, uma vez que isto tanto corrigiria as leis injustas e quanto até supriria a ausência de normas positivas com tais fins. Assim, o presente trabalho tem como objetivo um estudo sobre o direito alternativo como corrente de aplicação do direito capaz de contribuir para a realização da justiça social mediante a prestação jurisdicional.

(METODOLOGIA) Para tanto, realizou-se um trabalho teórico com a aplicação de procedimento bibliográfico, a fim de identificar o conceito de Direito Alternativo, bem como suas fundamentações, princípios e causas históricas, vislumbrando uma visão global sobre o assunto.

(RESULTADOS) Dos estudos realizados, constatou-se que para os objetivos constitucionais, previstos no seu Art. 3º, serem respeitados é imprescindível que tenhamos uma nova visão interpretativa do Direito, que contemple os interesses dos desfavorecidos socialmente, suprimindo sua vulnerabilidade com a aplicação de um direito que humanize as leis frias ou injustas, ou até recorre a outras fontes do direito para dar a cada caso concreto uma solução mais adequada aos princípios de superação das desigualdades reais através do direito. Assim, necessariamente, a corrente positivista do direito não abre tais possibilidades, uma vez que ela está presa aos limites da lei escrita e emanada do estado, independente de tal lei corresponder ou não aos princípios de justiça. Deste modo, a corrente do direito alternativo, que contempla a liberdade do julgador na resolução dos casos concretos, a fim de que ele possa oferecer a solução mais justa, seria um recurso capaz de contribuir, no âmbito da tutela jurisdicional do direito, para o enfrentamento das desigualdades sociais.

(CONCLUSÃO) Dos resultados analisados, observa-se que uma etapa importante na busca de uma sociedade mais igualitária seria uma melhor ação do poder judiciário através de um método interpretativo alternativo que buscasse corrigir as distorções e contradições do modelo atual de interpretação sempre buscando a concretização da Democracia. O Direito Alternativo mostra-se como uma possibilidade viável no resgate ao respeito da dignidade humana, com vistas à construção de uma sociedade mais justa e solidária. Ele enxerga a lei, não como um fim em si mesma, mas apenas como um dos meios de que se serve o direito para alcançar a justiça buscando interpretá-la em favor dos mais vulneráveis e se valendo também de outras fontes para resolução mais rápida e eficaz dos conflitos, possibilitando uma participação mais direta da comunidade na busca de solução para seus problemas. Assim, o juiz alternativo deve buscar a transformação social e se posicionar com novas interpretações, criando as alternativas para a concretização dos princípios constitucionais.

A3 – DIREITO

DIREITO CONSTITUCIONAL À SAÚDE: A JUDICIALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Irineu Lima da Silva

Ivânia Nelson

Thaís de Brito Vilarouco Pedrosa

Rômulo Cássio Reginaldo Bezerra

Discentes do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Lenice Silveira Moreira

Docente do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Andréa Catarina Barros de Lira

Vander Lima Silva de Góis

Co-orientadores, discentes concluintes do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) A Constituição de 1988, conhecida como Constituição Cidadã, inovou ao estabelecer a saúde como direito de todos e dever do Estado, assim como dispõe o art. 196 da referida norma. Entretanto, mais que um direito social, que possibilita ao cidadão vida apta à exercer direitos civis e políticos, a doutrina majoritária aponta ser a saúde um direito humano inserto na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948; destacando-se por deter concepção moderna imbricada nas transformações socioculturais e filosóficas do Iluminismo Europeu. Entretanto, ao analisarmos o Sistema de Saúde Pública, percebemos claramente que tal direito não tem sido resguardado pelos gestores públicos; que preferem, em muitos casos, aplicar uma visão “econômica” e não “sanitarista” às políticas públicas; ocasionando, com isso, resultados catastróficos para o bem-estar humano, como, limitações de fornecimento de medicamentos essenciais, falta de estrutura em hospitais, superlotação de leitos, dentre outros. Diante disso, o trabalho em tela visa demonstrar o papel do Poder Judiciário como Órgão garantidor do direito magno à saúde, e conseqüentemente, à vida, a partir do momento em que o Estado se omite em suas obrigações diante da sociedade, principalmente no que tange à elaboração de políticas compatíveis com as necessidades públicas.

(METODOLOGIA) Trata-se de pesquisa bibliográfica, fundamentada em indicações principiológicas por se entender que o Direito à Saúde tem implicações sistêmicas variadas que precisam ser estudadas pela via da práxis. Ademais, utilizou-se instrumentos metodológicos de coleta de dados, fichamentos, resumos, revisões de literatura, Jurisprudência extraída dos sites dos Tribunais Superiores e informativos da UNB (Universidade de Brasília), que melhor apresentavam a importância do tema estudado.

(RESULTADOS) A partir do estudo do tema em comento, obteve-se como resultado que o direito à saúde integra o conjunto de direitos chamados de direitos sociais, que têm como inspiração o valor da igualdade entre os cidadãos e a dignidade da pessoa humana. Porém, este direito não foi sempre encarado desta forma, já que antes da Constituição de 1988, vigorava no país um pensamento estritamente Positivista, concebendo atendimento à saúde apenas aos indivíduos taxativamente lembrados pela norma, como por exemplo, os trabalhadores com carteira assinada e suas famílias. Passada esta fase, a Constituição cidadã, absorvida por um pensamento Pós-Positivista, repensou a responsabilidade do Estado, atribuindo-lhe o dever de resguardo da saúde para todos, com aplicabilidade imediata. Isto posto, observou-se que o Poder Judiciário, sob a ótica do STF, possui a função de atuar em casos de omissões da Administração Pública ao direito à saúde, exigindo que as políticas públicas sanitárias sejam executadas e garantindo, aos cidadãos, o acesso universal e igualitário à assistência médico-hospitalar. Posicionamento este, que oxigena a sociedade contemporânea ávida por uma Administração coordenativa e de qualidade.

(CONCLUSÕES) As conclusões provisórias são de que a saúde na objetivação de suas políticas públicas tem subjacente à sua materialidade, raízes mais profundas do que se pode imaginar aparentemente no positivismo jurídico. Neste sentido, compreende-se que a função do Judiciário, dentro da ótica Pós-positiva, é a de assegurar direitos, assumindo efetivamente sua função de guardião constitucional, fazendo valer a responsabilidade solidária dos entes federativos na efetividade das políticas públicas sanitárias. Fato este, que, certamente, seria de menor incidência caso o Estado não apresentasse um quadro de inércia para com a saúde, e as políticas impostas na área fossem suficientes para garantir o direito à vida saudável e a dignidade humana.

A3 – DIREITO

DIREITO E LIBERDADE: O DIREITO DE IR E VIR

Ana Luiza Honório de Lima Cabral

Isabel Cabral Rocha de Medeiros

Márcio Vasconcelos de Mendonça

Raíssa Lorena Macêdo Moura

Vitor de Góis Ribeiro Dantas

Discentes do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Sara Maria de Andrade Silva

Ana Paula Oliveira Cacho

Docente do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) A idéia de liberdade remonta tempos da antiguidade clássica, desenvolvendo-se, particularmente, nas civilizações grega e romana. Inicialmente, era controlada pela mitologia dos deuses, passando pela época da ideologia, onde irá prevalecer a razão, e chegando, na contemporaneidade, a um delineamento marcado pelo cientificismo. Quanto à sua proteção jurídica, a liberdade recebeu tratamento elevado toda a história da humanidade, excetuando-se a período medieval, marcado pela supressão das liberdades individuais, por força da superioridade de uma divindade que a tudo regulava. De qualquer modo, em relação ao tema da liberdade, ao direito interessa aquela que se insere no âmbito das relações coletivas, cabendo à ordem jurídica restringir os interesses individuais, regulando a liberdade coletiva, a fim de que a sociedade possa conviver em harmonia. Dentre as liberdades reguladas e protegidas pelo direito, destaca-se a liberdade de ir e vir, denominada de liberdade de locomoção. Trata-se de direito fundamental do indivíduo, protegida desde o século XIII pela figura do *habeas corpus*. Tal proteção tem, hoje, garantia constitucional que visa assegurar que nenhum indivíduo tenha sua liberdade cerceada por ato ilegal. Assim, o presente trabalho tem como objetivo o exame do instituto do *habeas corpus*, considerando a sua origem histórica e sua configuração no direito pátrio atual, como meio de proteção jurídica de uma das formas mais evidentes da liberdade individual.

(METODOLOGIA) Para tanto, realizamos o estudo pretendido mediante uma investigação teórica, qualitativa e de procedimento histórico-bibliográfico, buscando estabelecer uma relação entre o direito e a liberdade no que se refere ao direito de ir e vir, a fim de realizar análises comparativas entre períodos históricos distintos.

(RESULTADOS) Assegurando ao cidadão o direito da liberdade, surge na Inglaterra, em 1215, o instituto do *habeas corpus*, cuja idéia básica era conter os abusos do estado contra o indivíduo. No Brasil, este instituto jurídico tem a finalidade de proteger o direito de locomoção, a liberdade de ir, vir e permanecer de qualquer cidadão, sendo inicialmente incorporado pelo Código de Processo Criminal de 1832, e, posteriormente, pela Constituição Republicana de 1891. Atualmente, a previsão legal desta garantia constitucional, no direito positivo brasileiro, encontra esteio no artigo 647 do Código de Processo Penal e, ainda, no artigo 5º, inciso LXVIII, da CF/88. Embora o texto constitucional se refira à coação por ilegalidade ou abuso de poder, é entendimento que esta garantia constitucional pode ser interposta não só contra ato de autoridade pública, mas também contra ato de particular. Pode ser impetrado por qualquer pessoa, prescindindo DA figura do advogado, cuja excepcionalidade é justificada pelo grau de urgência e de importância desta garantia.

(CONCLUSÃO) Ante o exposto, conclui-se que o direito e a liberdade são órbitas que, ao longo da história, revelam pontos de intercessão, sobretudo quando a ordem jurídica se propõe a regulá-la no sentido de garantir-lhe proteção. É sabido que o instituto do *habeas corpus* tinha como principal sujeito passo a própria figura do estado, à época regida pelo rei, soberano que até então não tinha limitações aos seus poderes. Assim, o maior violador e ameaçados das liberdades individuais sempre foi o poder estatal, recebendo do direito, restrições ao seu exercício em relação aos indivíduos, mediante a criação de, dentre outras garantias, direitos que preservam as liberdades individuais contra arbitrariedades e abusos. Sendo uma das funções do direito a limitação dos poderes, ao proteger a liberdade de ir e vir, a ordem jurídica nacional cumpre com a mais salutar relação entre direito e liberdade, sendo a norma o único limite ao exercício livre de locomoção e a garantidora de sua realização.

A3 – DIREITO

DIREITO ALTERNATIVO COMO MEIO DE JUSTIÇA SOCIAL

*Candice de Medeiros Azevedo
Sabrina Cavalcante de Macedo
Daniela Carvalho de Lima Nobre
Rogério Maciel Nobre
Jaime Mariz de Faria Júnior*

Discentes do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN.

*Sara Maria de Andrade Silva
Ana Paula Oliveira Cacho
Jorge Luiz Freire Aquino*

Docentes do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN.

(INTRODUÇÃO) A Constituição Brasileira tem como objetivos fundamentais para a nossa pátria a construção de uma sociedade justa, a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades sociais e regionais (Art.3º). Assim, coerente a tais objetivos, haveria de ser promovida pelo poder público a paulatina e constante diminuição do fosso que separa os pobres dos ricos, resultando assim numa diminuição das diferenças sociais e regionais. Entretanto, no período de 1990 a 2000, segundo o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) a distribuição de renda piorou em 2/3 dos municípios brasileiros e a concentração de renda aumentou, fazendo com que passássemos a ter a sexta pior distribuição de renda do mundo. Como medida para cumprir com os objetivos constitucionais, dois passos indispensáveis devem ser dados: a regulamentação jurídica infraconstitucional com vistas a promover a construção de uma sociedade mais justa e a aplicação humanizada de todo o ordenamento jurídico à luz da redução das injustiças e desigualdades sociais. Sabe-se que a ordenação da sociedade, pela via de regras jurídicas específicas é uma tarefa lenta e burocratizada. Portanto, deposita-se neste último aspecto, o da aplicação humanística do direito, uma grande esperança para a realização da justiça e a diminuição das desigualdades, uma vez que isto tanto corrigiria as leis injustas e quanto até supriria a ausência de normas positivas com tais fins. Assim, o presente trabalho tem como objetivo um estudo sobre o direito alternativo como corrente de aplicação do direito capaz de contribuir para a realização da justiça social mediante a prestação jurisdicional.

(METODOLOGIA) Para tanto, realizou-se um trabalho teórico com a aplicação de procedimento bibliográfico, a fim de identificar o conceito de Direito Alternativo, bem como suas fundamentações, princípios e causas históricas, vislumbrando uma visão global sobre o assunto.

(RESULTADOS) Dos estudos realizados, constatou-se que para os objetivos constitucionais, previstos no seu Art. 3º, serem respeitados é imprescindível que tenhamos uma nova visão interpretativa do Direito, que contemple os interesses dos desfavorecidos socialmente, suprimindo sua vulnerabilidade com a aplicação de um direito que humanize as leis frias ou injustas, ou até recorre a outras fontes do direito para dar a cada caso concreto uma solução mais adequada aos princípios de superação das desigualdades reais através do direito. Assim, necessariamente, a corrente positivista do direito não abre tais possibilidades, uma vez que ela está presa aos limites da lei escrita e emanada do estado, independente de tal lei corresponder ou não aos princípios de justiça. Deste modo, a corrente do direito alternativo, que contempla a liberdade do julgador na resolução dos casos concretos, a fim de que ele possa oferecer a solução mais justa, seria um recurso capaz de contribuir, no âmbito da tutela jurisdicional do direito, para o enfrentamento das desigualdades sociais.

(CONCLUSÃO) Dos resultados analisados, observa-se que uma etapa importante na busca de uma sociedade mais igualitária seria uma melhor ação do poder judiciário através de um método interpretativo alternativo que buscasse corrigir as distorções e contradições do modelo atual de interpretação sempre buscando a concretização da Democracia. O Direito Alternativo mostra-se como uma possibilidade viável no resgate ao respeito da dignidade humana, com vistas à construção de uma sociedade mais justa e solidária. Ele enxerga a lei, não como um fim em si mesma, mas apenas como um dos meios de que se serve o direito para alcançar a justiça buscando interpretá-la em favor dos mais vulneráveis e se valendo também de outras fontes para resolução mais rápida e eficaz dos conflitos, possibilitando uma participação mais direta da comunidade na busca de solução para seus problemas. Assim, o juiz alternativo deve buscar a transformação social e se posicionar com novas interpretações, criando as alternativas para a concretização dos princípios constitucionais.

EUTANÁSIA PASSIVA, UMA TENDÊNCIA À SUA ACEITAÇÃO ?

*Daniela Carvalho de Lima
Jaime Mariz de Faria Junior
Maria Luiza Costa Lopes Cardoso
Rogério Maciel Nobre
Sabrina Cavalcante de Macêdo*

Discentes do curso de Direito, Faculdade Natalense para o desenvolvimento do RN

*Sara Maria de Andrade Andrade Silva
Pablo Moreno Paiva Capistrano*

Docentes do curso de Direito, Faculdade Natalense para o desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) O tema eutanásia caracteriza-se pela grande polêmica que gera em torno do maior desafio imposto à humanidade que é a morte. Seu debate abre discussões éticas, legais e religiosas que apontam para os diversos pontos de vista quanto à sua aceitação ou não. Nos dias atuais, os estudos sobre a eutanásia e suas diversas espécies classificam-na em dois tipos: A ativa e A passiva. No primeiro caso, trata-se de uma ação médica pela qual se põe fim à vida de uma pessoa enferma, por um pedido do paciente ou a sua revelia. Já a eutanásia passiva não consistiria numa ação médica, mas na omissão, isto é, na não aplicação de uma terapia médica com a qual se poderia prolongar a vida da pessoa enferma. Diante de tema tão controverso, o presente trabalho tem como finalidade um estudo exploratório a respeito das razões que apontam para a aceitação ou não da eutanásia, com um diagnóstico que vislumbre suas potenciais tendências nos dias atuais.

(METODOLOGIA) Para tanto, realizou-se um estudo de caráter teórico, qualitativo e de procedimento bibliográfico, a fim de proceder a um trabalho conceitual do tema em exame, enfocando os aspectos éticos, legais e religiosos que giram em torno da eutanásia.

(RESULTADOS) Sob o ponto de vista ético, dois valores elevados assumem a centralidade da discussão sobre a eutanásia: o direito à vida E o direito à morte digna. Seus estudos propõem que o debate sobre a eutanásia não se centra na legitimidade de dispor da vida de qualquer pessoa, mas de a pessoa enferma, para a qual não existem esperanças de vida em condições que possam ser qualificadas como humanas, poder pedir e obter a eutanásia. Já sob o aspecto legal, no Brasil, a legislação constitucional e penal aborda o direito à vida como inviolável, do qual ninguém poderá ser privado sob pena de responsabilidade criminal. O Código Penal brasileiro não faz menção à eutanásia, o médico que tirar a vida de seu paciente por compaixão comete crime de homicídio simples, tipificado no artigo 121. Ainda não existe nenhuma legislação específica que proteja o médico na sua eventual decisão de não ressuscitar ou abandonar os esforços ressuscitatórios. Apesar de não estar em vigor, essa proteção consta no anteprojeto do novo Código Penal, quando este propõe que não se constitua crime a eutanásia passiva, ou seja, não seria crime deixar de manter a vida de alguém por meio artificial, desde que a morte iminente e inevitável seja afastada por dois médicos e haja consentimento do paciente ou de familiares. Por último, na perspectiva religiosa, particularmente a visão da Igreja Católica, a declaração do Vaticano de 05 de maio de 1980 sobre a eutanásia diz que ante a iminência de uma morte inevitável, apesar dos meios empregados, é lícito em consciência tomar a decisão de renunciar a alguns tratamentos que prolongariam precária e penosamente a existência, sem interromper, porém, os cuidados normais devidos ao enfermo em casos similares.

(CONCLUSÃO) Da análise dos resultados apresentados, pode-se concluir que apesar de hoje a eutanásia não ser aceita pela Igreja e ser legalmente proibida, há uma tendência de que o seu modo passivo seja permitido. Contudo, tal decisão não possui mecanismos legais de proteção ao médico, podendo ser uma situação transitória, uma vez que já existe projeto de lei que legalize a eutanásia passiva. Assim, sendo o direito um processo e produto cultural, inegável é que o dilema que se enfrenta quanto à preservação do direito à vida e o direito a uma morte digna venham a ser superado pela hierarquização entre eles, o que acarretará a escolha, quando incompatíveis, de qual deles irá prevalecer.

A3 – DIREITO

O TEMPO COMO A QUARTA DIMENSÃO

Jaime Mariz de Faria Júnior
Sabrina Cavalcante de Macêdo

Discentes do curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Pablo Capistrano

Docente do curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) O tempo, por sua proximidade com a morte, tem sido desde a antiguidade objeto de curiosidade e, ao mesmo tempo, o maior desafio imposto à humanidade. Heráclito e Parmênides, filósofos gregos pré-socráticos, foram os primeiros a focarem o tempo como objeto de seus estudos. Defenderam idéias antagônicas sobre o tempo e o universo. O primeiro, Heráclito, enxergava o universo como dinâmico, um espaço no qual o tempo seria fluxo perpétuo e nada permaneceria idêntico, e sim, se transformaria no seu contrário. O segundo, Parmênides, entendia que “toda a mutação era ilusória”. Afirmava que o Ser era uno e imóvel, que o fluxo dos contrários seria uma percepção equivocada, captada pelas nossas sensações e lembranças que se contraporiam à realidade. Tudo estava dividido em positivo e negativo na natureza. Assim, Parmênides entendia o universo como estático e regido dentro de um grande equilíbrio, e que o eterno seria o agora.

(METODOLOGIA) Associação de idéias fundamentadas em literatura filosófica e metafísica.

(RESULTADOS) Na física aprendemos que o mundo é tridimensional. Entretanto, numa análise mais aprofundada, podemos concluir que nem tudo na vida pode ser explicado dentro da singeleza dessa tridimensionalidade, e assim, deveremos permitir a possibilidade de uma quarta dimensão, uma quinta, uma sexta, uma sétima,..., dependendo da complexidade do objeto do estudo. De acordo com Emanuel Kant, nossa percepção de mundo é limitada pelos nossos aparelhos de cognição. Só conseguimos perceber o que pode ser formatado por nossa consciência, existindo, portanto, uma possibilidade enorme de informações que desconhecemos por não sermos capazes de apreendê-las. E se o tempo fosse uma quarta dimensão? A memória seria o “sentido” através do qual ele se faz presente e a barreira que nos impossibilita alcançá-lo, uma desconhecida e atraente porta fechada pela incapacidade de nossa consciência alcançar sua chave. Num processo lógico indutivo baseado na análise da evolução de nossos meios de transporte, podemos fornecer uma analogia de como o tempo pode representar essa quarta dimensão. Assim, vejamos: Inicialmente temos o trem, meio de transporte que só se desloca sobre trilhos, incapaz, portanto, de sair daquele caminho já pré-traçado. Assim, se construíssemos um obstáculo na frente e outro atrás do trem, estaríamos bloqueando a única dimensão pela qual ele é capaz de se deslocar. Ele estaria preso. Seria necessário seguir por uma segunda dimensão (virando para os lados) ou por uma terceira (passando por cima ou por baixo dos obstáculos) para que o trem se libertasse. Em seguida temos o automóvel, meio de transporte que se desloca no plano, isto é, em duas dimensões. Se construíssemos um muro ao seu redor, estaríamos obstruindo todas as saídas possíveis e ele estaria preso. A saída de sua prisão seria pela terceira dimensão (passando por cima ou por baixo do referido muro). Por último, temos o helicóptero, meio de transporte que se desloca nas três dimensões, se construíssemos um cubo ao seu redor, estaríamos enclausurando-o, não restando, dentro da tridimensionalidade, nenhuma chance para libertá-lo.

Assim como no caso do trem e do automóvel, onde a saída para suas prisões estava sempre nas dimensões além das que eram capazes de seguir, também para o helicóptero não deve ser diferente. A saída de sua prisão também deve ser pela dimensão seguinte, a quarta dimensão, isto é, o tempo. Pois se voltássemos nele para o instante imediatamente anterior ao de sua prisão, o helicóptero estaria, então, livre.

(CONCLUSÃO) Aceitando este pensamento como possível, possibilitamos, também, enquadrar o tempo como a quarta dimensão. Se na Grécia antiga, Parmênides e Heráclito tivessem pensado na possibilidade do tempo como uma dimensão, talvez tivessem chegado a conclusões comuns ou, até, complementares sobre o tempo.

A3 – DIREITO

ASPECTOS SOCIAIS ACERCA DA REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL

Priscila Souto Bezerra

Tiago Souto Bezerra

Discentes do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Lenice Silveira Moreira

Docente do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) Índices de violência no Brasil têm gerado polêmicas em relação à idade penal. Recentemente foi aprovado no Senado a modificação do artigo 228 da Constituição Federal que versa sobre a idade penal. A proposta de redução da maioridade penal de 18 para 16 anos, talvez se torne válido pelo fato de que os “jovens” com idade igual ou superior a 16 anos já estejam prontos para assumirem suas responsabilidades civis, do mesmo modo como, politicamente já atuam, exercendo o voto. Sua capacidade eleitoral porém é passiva, já que não são obrigados a votar e, diante disto, pode-se imaginar que o adolescente tendo idéia do que está realizando é penalmente imputável. Portanto, é totalmente justificável a redução da maioridade penal. Entretanto, fica a dúvida de que a modificação do artigo constitucional reflita verticalmente em toda legislação brasileira, por exemplo, no próprio código de trânsito brasileiro, onde esta modificação poderá ter reflexo na idade permissível para condução de veículos automotores. Será que esses “jovens brasileiros” estão aptos a conduzir sua própria vida? Também é de se verificar se as instituições de amparo a criança e ao adolescente como a CEDUC, estão cumprindo seu papel. Ou será que os jovens acusados de infringirem a lei praticando delitos gravíssimos como (homicídio, latrocínio, tráfico de entorpecentes, entre outros), sentem-se impunes, já que só podem ser mantidos internados pelo prazo máximo de três anos em estabelecimentos educacionais? Onde estaria a raiz do problema?

(METODOLOGIA) A análise do tema, trás uma abordagem tanto da perspectiva do direito, quanto das ciências sociais. Já que o problema requer uma análise complexa da questão social. Para levantamento de dados foi utilizada a metodologia qualitativa de entrevista, em pesquisa realizada na instituição CEDUC, além de informações dos meios de comunicação social como, Internet, foi feita também pesquisa bibliográfica.

(RESULTADO) A pesquisa realizada na instituição CEDUC com cerca de 60 jovens conseguiu captar informações tais como: cerca de 70% estavam ali por terem cometido crime de furto, 25% homicídio e 5% latrocínio e estupro, a maioria confessou já ter usado drogas, todos eram de origem pobre e exerciam atividades informais ou viviam marginalizados. Nota-se, que extraímos de tal pesquisa informações que são de natureza de processos sociais, e, portanto transcendem o que se mantém *imperceptível* aos sentidos do indivíduo. Portanto o problema da violência, saindo da opinião, do que é aparente, chegou numa esfera científica apontando para conclusões reveladoras em relação à violência. Não que as informações que obtivemos seja de caráter generalizante, no entanto é uma plataforma para se refletir sobre o tema, já que o problema de violência é recorrente em todo e qualquer agrupamento humano.

(CONCLUSÕES) Diante dos resultados obtidos, chegamos à conclusão de que as mazelas sociais do Brasil apontam para conflitos oriundos de diversos aspectos da vida social: educação, saúde, habitação, distribuição de renda, assistência à família, etc. Por isso, pensar em reformas na legislação brasileira, por meio da modificação do artigo constitucional 228, gerará uma ampla modificação nas políticas públicas. Que, no entanto tal medida se mostra apenas como coercitiva, pois toma como solução apenas a modificação das medidas penais, verticalizando o que é um problema resultante de várias circunstâncias. Portanto fica visível como a redução da idade penal não é uma medida que reduza os conflitos que geram a violência, conseqüentemente à criminalidade, já que reduzir a idade penal, evidentemente não resolve o problema de violência do Brasil. Pois aspectos sociais devem ser levados em consideração, o adolescente é apenas a ponta de um complexo relacional que gera inclusive a violência.

A3 – DIREITO

A LINGUAGEM JURÍDICA COMO INSTRUMENTO DE ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL

Thaís Cruz Silva de Andrade

Vanessa Dias Scherer

Discentes do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Sara Andrade

Docente do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) Um dos aspectos mais discutidos na contemporaneidade a respeito da relação entre o Direito e os seus destinatários enfatiza o problema da acessibilidade ao Direito e à justiça. Embora tenha o fenômeno jurídico o fim de ser instrumento de realização da justiça, várias críticas se endereçam ao grande hiato que se formou entre a população e o Direito, muito disso relacionado ao seu caráter formalista, conservador, erudito. Assim, ganha destaque no debate acerca da acessibilidade ao Direito e à justiça, as características lingüísticas do universo jurídico, o que pode ser percebido mediante o exame de sua linguagem profissional e especializada. Neste sentido, o presente trabalho tem como objetivo examinar a estrutura lingüística da órbita jurídica, levantando as origens de seu caráter formal e as conseqüências que deste formalismo decorreram quanto ao acesso, ao seu conteúdo e à realização da justiça.

(METODOLOGIA) Tendo em vista a necessidade de esclarecimento dos aspectos lingüísticos do universo jurídico, foi realizada uma pesquisa de caráter misto, levantando-se dados teóricos e empíricos, mediante uma investigação de campo, com o intuito de fomentar uma aproximação com a realidade concreta daqueles que vivem em condições de vulnerabilidade social.

(RESULTADOS) Observou-se, nos estudos teóricos, que a linguagem jurídica, como linguagem especializada que é, teve em sua origem profunda, relação com a linguagem natural, também denominada de linguagem comum. Contudo, por compartilharem, os dois universos lingüísticos, palavras idênticas com sentidos distintos, uma grande preocupação se construiu em torno da enunciação e da interpretação da linguagem jurídica, uma vez que a norma possui finalidade prática muito precisa a ser alcançada: a obediência dos seus destinatários. Deste modo, a especialização da linguagem do Direito foi a solução vislumbrada pelos teóricos e juristas que se debruçaram sobre tal problema, tornando-se excessiva a medida e a conseqüência: exacerba-se o formalismo jurídico e rompe-se a ligação entre a linguagem natural e a linguagem do Direito. No campo empírico, observamos que um dos aspectos da exclusão social não se deve apenas ao fator econômico, mas também ao aspecto cultural, ou seja, no que tange ao Direito, a exclusão se dá pela dificuldade de se ter acesso ao conhecimento do conteúdo jurídico.

(CONCLUSÃO) Diante dos resultados examinados, observamos, em nosso universo empírico de investigação, que a falta de conhecimento por parte dos entrevistados acerca do vocabulário jurídico se deve, em grande parte, pela dificuldade de compreensão da própria informação sobre o Direito, causada pela superespecialização de sua linguagem. Neste sentido, o Direito deixa de ser um instrumento para a realização da justiça, pois acentua as estratificações sociais já existentes mediante a sua linguagem inacessível aos não especializados. Para uma sociedade que é dinâmica, é impossível conceber a idéia de um Direito excessivamente conservador e formalista, que se torna obstáculo em vez de instrumento para a justiça. Assim, a necessidade de entendimento da linguagem jurídica é essencial e a sua falta acarreta uma hierarquização na sociedade, enfatizando ainda mais a diferença social, na qual estão os conhecedores e os excluídos do conhecimento jurídico.

A3 – DIREITO

O DESAFIO PÓS-POSITIVISTA: POR ONDE COMEÇAR?

Louisianne Paskalle Solano Maia

Marcos Aurélio de O. C. Ferreira

Silas Moreira de Brito

Taciano José

Discentes do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Sara Maria de Andrade e Silva

Docente do curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) Dentre as ficções criadas pelo positivismo para conseguir transformar o direito em uma ciência, destaca-se a idéia de que o direito reduz-se à norma, sendo compreendido nos limites de uma produção lógico-formal, desvinculado de influências subjetivas e extranormativas. Assim, o positivismo jurídico separou a ética, a moral e os valores do direito, isolando esta ciência numa esfera intocável de normas formais desligadas, inclusive, dos valores da justiça. Numa compreensão do fenômeno jurídico como algo que extrapola os limites do dogmatismo, correntes como o culturalismo jurídico e, mais recentemente, o pós-positivismo emergem como saídas para a superação da crise do positivismo, uma vez que ele não consegue mais sanar os conflitos sociais à luz de sua proposta de direito artificial, neutro e objetivo. Os culturalistas e pós-positivistas constataram a impossibilidade de separação entre o critério axiológico e o fenômeno normativo. Nesse sentido, surgem escolas, correntes, teorias que assumem uma feição de recusa ao positivismo exacerbado, inserido a valorização dos aspectos fáticos e axiológicos no estudo e aplicação do direito, reconhecendo outras fontes normativas além da lei advinda do estado. Dentre elas, destacamos o direito alternativo e as escolas interpretativas, como o neoconstitucionalismo. Para que o resgate pretendido pelo pós-positivismo tenha sucesso é necessário, contudo, que o futuro operador do direito tenha, na sua formação, o conhecimento das soluções apresentadas por esse pensamento contemporâneo. Nesse contexto, pretende-se investigar o conhecimento acadêmico dos estudantes de direito a respeito do atual panorama teórico e prático da crise do positivismo, bem como da nova racionalidade que emerge como solução para o direito contemporâneo.

(METODOLOGIA) Foi realizada uma pesquisa de campo em nível exploratório com os estudantes de direito das universidades públicas e privadas de Natal do primeiro ao último ano do curso. Na pesquisa de campo em apreço, indagou-se a respeito do conhecimento dos alunos sobre: a) o positivismo como recurso de aplicação do direito; b) a crise do positivismo jurídico; c) as alternativas conhecidas para a superação desta crise; d) o conhecimento sobre o direito alternativo; e) a percepção sobre o direito alternativo como uma solução à crise da dogmática jurídica.

(RESULTADOS) Foram verificadas diversas respostas diante das questões, já que se tratava de formulações subjetivas. Dos resultados mais expressivos, observou-se que 44,83% dos estudantes não puderam se posicionar acerca da aplicação do positivismo por desconhecer a corrente; 59,77% afirmaram não conhecer a atual crise do positivismo jurídico; 56,32% afirmaram desconhecer qualquer alternativa que pudesse superar a crise positivista; 49,43% dos estudantes disseram que nunca entraram em contato com a expressão “direito alternativo” e 75,86% dos estudantes não conseguiram se posicionar sobre a hipótese de direito alternativo ser uma solução para a crise da dogmática jurídica.

(CONCLUSÃO) O resultado apresentado revela que a formação acadêmica a respeito das correntes teóricas que alimentam a compreensão e aplicação do fenômeno jurídico está negligenciando a análise epistemológica e filosófica do direito. De certo modo, tal diagnóstico pode, uma vez que venha a se generalizar, explicar a persistência, na técnica jurídica, do modelo dogmático do direito, muito embora esgotado teoricamente e falido para solucionar os problemas dos dias atuais. É evidente a formação de profissionais dogmáticos e reprodutores de códigos, que não possuem uma formação crítica diante da realidade jurídica atual. O maior desafio dessa era pós-positivista, portanto, é iniciar um trabalho de conscientização do estudante, de incentivo à pesquisa, à reflexão, à análise e a não aceitação imediata das determinações postas. A partir daí pode-se garantir uma visão mais coerente das correntes jurídicas, posto que fora dos muros acadêmicos a visão reduzida do direito é mais propensa a se conservar.

A3 – DIREITO

A REALIDADE PENAL BRASILEIRA À LUZ DE "VIGIAR E PUNIR"

Clésio José de Luna Freire Filho

Karina Cândida de Oliveira

Renato Pinho de Souza

Sarah Iduino da Rocha e Silva

Discentes do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Rita de Cássia de Andrade Silva Advíncula

Lincoln Rufino

Docentes do Curso de Direito Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) Michel Foucault trata com propriedade do sistema prisional e sua evolução ao longo do tempo em sua obra mais conhecida “Vigiar e Punir”. A partir da análise crítica do livro é que pretendemos traçar um paralelo entre o descrito pelo filósofo e a realidade brasileira. De maneira geral, Foucault acaba por expor opinião própria que a punição só atinge verdadeira eficácia com a violência e, infelizmente, é o que acontece em algumas camadas sociais no Brasil. Um bom exemplo disso é relatado no polêmico filme “Tropa de Elite” (2007) que nos oferece um embasamento à crítica do real Estado de Direito brasileiro, bem como o relativo desrespeito às leis penais e constitucionais do país.

(METODOLOGIA) Para o desenvolvimento do trabalho foi analisado, primariamente, o livro “Vigiar e Punir”, além da doutrina constitucional e penal, com também artigos referentes ao assunto em tela, revista, prioritariamente a Veja que nas edições de outubro deu bastante ênfase ao filme “Tropa de Elite”, bem como assistimos ao filme precitado, a fim de obter a nossa visão do assunto. Após a absorção dessas informações, o grupo iniciou o trabalho, desenvolvendo-o e organizando-o de maneira a este se tornar interessante, com o escopo de prender a atenção de todos que presenciarem sua apresentação. Analisamos alguns aspectos destacados da realidade atual e que observamos estar presentes nas fontes primárias citadas.

(RESULTADOS) Foucault revela a evolução do quadro punitivo como um todo, tal evolução de fato ocorreu, porém a dúvida que se tem é saber que até que ponto essa evolução é validada. Percebemos na realidade que muitas vezes o próprio Estado brasileiro desrespeita normas que retratam sua própria Soberania. A partir do exposto, o resultado que se obtém é que o tratado por Foucault, muitas vezes é a realidade presente no comportamento punitivo brasileiro. Pois se são garantidos pela Constituição Federal aspectos como o “Devido Processo Legal”, “Juiz Natural”, “Ampla Defesa”, “Contraditório”, dentre vários outros, cuja aplicação é questionável, é natural que se espere sua efetividade. Uma vez que tomamos ciência da função do Processo Penal que garante ao indivíduo acusado todo o rito acusatório submetido a uma regra já imposta, além do respeito a seus direitos previstos na Constituição Federal é que se entra no âmbito do Direito Penal que deve ser aplicado, respeitando todo o rito processual. E é exatamente perante esse rito que surge o impasse, pois muitas vezes tal rito é corrompido ou até não existe.

(CONCLUSÕES) É notória a evolução do sistema penal como um todo no país, porém o que se percebeu foi que o Brasil não acompanhou devidamente esta evolução. O Estado como único detentor do *jus puniendi* deve assegurar que sejam devidamente respeitados o que veda a Carta Constitucional no que tange os métodos coercitivos, o que se observou no transcórre das pesquisas aqui realizadas foi a desestruturação da função estatal propriamente dita que é proteger seu povo. Antes de qualquer coisa e, sem dúvidas, essa desestruturação do Estado passa pela educação deficiente e a falta de oportunidades que o Brasil há tempos sofre. No quesito violência é perceptível como a visão de Foucault se insere com perfeição em algumas atitudes do Estado, contudo mais chocante do que esse fato, é perceber que a população se sente mais “justa” quando ocorre a punição fora do politicamente correto texto constitucional.

A3 – DIREITO

OS DIREITOS DE CIDADANIA: BREVE ESTUDO SOBRE OS DISCURSOS DA MÍDIA E DO DIREITO

Gabrielly Carneiro

Milenna Nicoletti

Raquel Revorêdo

Pâmela Campos

Tâmara Monte

Discentes do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Sara Andrade

Docente do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) Historicamente, a tentativa de se formular uma idéia precisa de cidadania sempre foi bastante difícil. Existe uma certa dificuldade em conceituar a cidadania em razão das representações diversas que dela fazemos. Na Idade Antiga, o conceito de cidadania estava relacionado com a idéia da democracia ateniense e era cidadão aquele que podia participar dos destinos da polis. Na Idade Média, com a fragmentação dos poderes jurídicos e políticos, pouco se sabe a respeito da cidadania. No período moderno, uma nova cultura emerge, consagrando a exigência de liberdades e direitos individuais como direitos absolutos, opondo-se à ausência de limites dos poderes despóticos dos reis soberanos, inaugurando um período de grandes revoluções, dentre elas a revolução francesa. Nela, exaltam-se os direitos humanos e de cidadania, um ao lado do outro, como órbitas de garantias que se completam frente a qualquer um e, principalmente, frente ao Estado. Contudo, embora historicamente conhecidos, existe grande indefinição quanto ao conceito dos direitos de cidadania, sobretudo pelo fato de ser o seu conhecimento um dado traçado pela técnica jurídica ou pela banalização do uso da sua expressão, a ponto de perder o seu significado essencial. Deste modo, o objetivo do presente trabalho é fazer um estudo sobre o conceito de direitos de cidadania, dentro de dois campos sociais particulares: o campo da mídia e o campo do direito.

(METODOLOGIA) O trabalho se caracteriza como um estudo teórico, de caráter bibliográfico, no intuito de fazer uma comparação interpretativa dos conceitos de direitos humanos e cidadania no campo da mídia e no universo jurídico.

(RESULTADOS) Buscando a identificação do conceito de cidadania ao longo da história, verificou-se que este se relaciona com a figura do Estado. Daí o elemento fundamental da idéia de cidadania como algo eminentemente político, que se refere a uma determinada ordem jurídico-política de uma unidade nacional. Atualmente, existem duas divisões para o conceito jurídico de cidadania: a participação do cidadão em diversas atividades ligadas ao exercício de direitos individuais (sentido amplo) e a qualidade de ser eleitor, votar e ser votado que, por sua vez, exige a condição de cidadão de uma nação (nacionalidade) para que possa ser exercida (sentido estrito). Já os sentidos de cidadania difundidos pela mídia, outro campo social extremamente importante para disseminação de informação e construção de visões de mundo, são os mais variados possíveis. Observa-se que os meios de comunicação vêm empregando o termo “cidadania” de maneira banalizada e sem contextualização adequada, o que acarreta o esvaziamento do seu conceito, associando-se o termo cidadania ao sentido de “consumidor”, ao sentido de “eleitor”, ao sentido de “portador de documentos”, dentre outros.

(CONCLUSÃO) Comparando-se ambos os campos de enunciação dos direitos de cidadania, observa-se que não existe plena coincidência entre o discurso jurídico sobre cidadania e o discurso da mídia. No campo do direito, constata-se que o sentido está relacionado a uma visão legalista e reducionista do direito de cidadania, reduzindo-a a relações de nacionalidade e a uma democracia eleitoral, com ênfase na figura do eleitor. No campo da mídia, por sua vez, a banalização do termo, além de acarretar o esvaziamento de seu sentido, gera uma visão não apenas reducionista do objetivo de estudo, mas também uma visão fragmentada do seu significado, não se sabendo, ao certo, onde o cidadão se insere de maneira integral para exercer os seus direitos. Deste modo, conclui-se que, segundo o referencial teórico historicamente construído para os direitos de cidadania, tanto o discurso jurídico, quanto o discurso da mídia, retratam de maneira reducionista o significado dos direitos de cidadania.

A3 – DIREITO

DISCRIMINALIZAÇÃO DO ABORTO: REFLEXÕES ACERCA DO DIREITO À VIDA

Jacqueline Setúbal Nogueira

Narayama Henriques Costa

Discentes do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Rasland Luna

Sara Andrade

Docentes do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) A DISCUSSÃO que gira em torno da legalização do aborto surge através da manifestação dos pró-abortistas, que alegam ser injusto permitir o aborto apenas nas situações de risco de vida para a mãe e nos casos relativos ao estupro, previstas pela legislação penal. Aparentemente, tais exceções vão de encontro com o que está inserido no Código Civil brasileiro, na sua versão atual e no projeto recentemente aprovado pelo Senado Federal, ao contemplar de forma explícita os direitos do nascituro a partir da concepção, particularmente seus direitos personalíssimos. A aparente divergência de tratamento do tema na legislação brasileira, converte-se em debate polêmico na sociedade, que se divide entre aqueles que lutam pela legalização plena do aborto, em quaisquer circunstâncias, aqueles que plenamente contrários à tal prática e aqueles que defendem posição intermediária, admitindo sua ocorrência em casos regulados por lei. Assim, o presente trabalho tem o objetivo de realizar uma pesquisa a respeito do tema da descriminalização nos casos previstos pela ordem penal no Brasil (CP, art. 128), analisando-se sua aparente relação de antagonismo com o dispositivo do Código Civil pátrio que garante proteção ao nascituro desde a sua concepção (CC, art. 2º). Igualmente, no que tange à maneira como o tema do aborto é enxergado no meio social, levantar-se-à junto ao segmento jovem feminino, qual a sua percepção sobre o aborto e o direito à vida.

(METODOLOGIA) A fim de atingir os objetivos propostos, realizou-se um estudo de caráter misto, contemplando pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo. No tratamento literário do tema, realizamos estudos sobre a configuração do aborto, sua proibição na legislação nacional e os casos de exceção. Igualmente, levantou-se dados a respeito do debate relativo à sua despenalização, distinguindo-se as posições existentes na atualidade. No que tange à pesquisa de campo, foram levantados dados primários a respeito da compreensão do tema pelo público feminino, com idade entre 15 e 18 anos, e classes social variável, mediante a aplicação de questionários para 40 adolescentes e jovens.

(RESULTADOS) Constatou-se através das pesquisas realizadas que, na órbita civil, o nascituro não possui personalidade jurídica, pois não é considerado pessoa para fins de direito, uma vez que o legislador nacional adotou a teoria natalista para atribuir o status de “pessoa”. Para esta teoria, é “pessoa” apenas aquele que nascer com vida, porém, o Direito Civil pátrio deixa protegidos os direitos personalíssimos do nascituro desde a sua concepção. No direito penal, para os casos em que se permite o aborto, prevalece a dignidade humana da mãe sobre a dignidade humana do filho, apresentando as razões do grande debate que gira em torno do tema do aborto e que tem na teoria dos direitos humanos uma possível solução. Acrescenta-se ainda que na realização das pesquisas de campo (questionário realizado com 40 meninas), verificou-se que apesar de 100% não ter praticado o aborto, 15% abortariam caso ficassem grávidas, devido a três motivos relevantes: A) medo da atitude da família; B) falta de condições financeiras e C) na hipótese do parceiro não assumir a responsabilidade sobre o filho. Na sua totalidade, as jovens acreditam que o ato abortivo é a supressão de uma vida, entretanto, algumas o praticariam. Além disso, 82,5% das adolescentes acreditam que o homem não estaria disposto a assumir o filho, o acarretaria no motivo suficiente para a opção pelo aborto.

(CONCLUSÃO) Em discernimento do aparente conflito entre o Código Civil e o Código Penal, tenta-se esclarecer com base nos direitos humanos a relevância de igualdade entre os indivíduos desta espécie. A declaração universal dos Direitos do Homem (10.12.48) abre com a afirmação de que "o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo consiste no reconhecimento da dignidade de todos os seres pertencentes à família humana e dos seus direitos iguais e inalienáveis". Trata-se do princípio da igualdade, que se fundamenta no reconhecimento da dignidade do ser humano, isto é, do seu superior valor, que o distingue do restante da natureza, porque a transcende. A dignidade humana significa que o sujeito tem de ser reconhecido por aquilo que é; significa que o ser humano é sempre fim e merece por isso proteção por si mesmo, porque ele, enquanto tal, tem o originário direito de viver. Cada um, no sentido do art. 2º, é cada vivente, por outras palavras: cada indivíduo humano que possui a vida; 'cada um' é, portanto, também o ser humano ainda não nascido".

A3 – DIREITO

REFLEXÕES SOBRE A MAIORIDADE E OS SEUS ASPECTOS DIVERSOS E CONTROVERSOS NO CENÁRIO JURÍDICO BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO

Fábio Souza de Medeiros

Neilton Santana Filgueira de Lucena

Renaissa Roberta Macêdo de Brito

Discentes do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Sara Andrade

Docente do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) O tema da maioridade, sobretudo a penal, no país sempre foi alvo de muitas discussões entre todas as vertentes do direito e da sociedade. Com o agravamento da violência urbana, discursos acalorados e pacifistas inflamam os ânimos no que diz respeito à “redução da maioridade”. Temos, no mínimo, cinco disciplinamentos diferentes para a maioridade na legislação brasileira, distribuídos pela Constituição Federal: Código de Trânsito Brasileiro, código penal, Código Civil, Estatuto da Criança e do Adolescente, Código Eleitoral, dentre outros. O presente trabalho propõe demonstrar que a existência de várias maioridades advém da natureza adaptativa do homem à sociedade, ao seu tempo, cultura e problemas, cuja critério é a maturidade e o discernimento de se determinar com lucidez diante da realidade e sobre ela se posicionar.

(METODOLOGIA) para atender aos fins propostos pelo trabalho, realizou-se uma pesquisa de caráter teórico, qualitativo e de procedimento histórico-bibliográfico, com base em literatura especializada, inclusive textos legislativos, sempre no sentido de realizar a coleta, filtragem e processamento dos dados obtidos. De posse dos dados, foi sistematizada a informação contida no trabalho. Os estudos realizados objetivaram, em última análise, no levantamento dos aspectos históricos, caracteres sócio-evolutivos e o estudo dos cenários contemporâneos quanto ao tema da maioridade no direito.

(RESULTADOS) Sendo o homem produto do meio e o direito uma argamassa da organização da vida em sociedade, pode-se observar a tentativa de segmentação etária desde os primórdios da organização social em função do restrito conhecimento de mundo dos indivíduos ou de suas capacidades físicas. Salieta-se que determinadas atividades, não devem ser exercidas por jovens ou idosos, quer seja por incapacidade física decorrente do próprio desenvolvimento biológico ou por decrepitude, quer seja por incapacidade psicológica provocada pela imaturidade ou doenças mentais inatas e pelo acometimento de doenças advindas com a velhice.

(CONCLUSÃO) Face ao que foi obtido à luz dos resultados apresentados, as discrepâncias existentes nos códigos brasileiros relacionadas ao tema do trabalho, embora causem muitas controvérsias dentro e fora do mundo jurídico, são de extrema necessidade para a ordem social. As regras de maioridade devem ser estabelecidas mediante as características evolutivas da sociedade em seu tempo, dependendo da finalidade para qual estão sendo normatizadas. Assim, é importante observar todos os aspectos sócio-culturais de cada época para que não acabemos por cometer excessos ou injustiças, buscando-se, com base no conceito de justiça proporcional, tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais na medida de cada desigualdade.

SINGULARIZANDO A LOUCURA

André Machado do Monte
Daniel Câmara de Araújo Cruz
Danyel Freire Furtado de Mendonça
Gabriel Seabra de Freitas Medeiros
Robério Lima do Nascimento

Discentes do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Noemi Favassa
Sara Andrade
Maria Aparecida

Docentes do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Vitória Maria Barbosa

Docente do Curso de Psicologia da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) A loucura seria algo inerente a todos os seres humanos, impulsionando-os à criação e à descoberta da verdade, independente do prejuízo causado em determinadas situações. No aspecto sociológico é considerado um transtorno social causado por vários fatores que são subdivididos pela ciência sociológica que desviam o insano do normal social. Para a visão médica, seria uma patologia psicológica, biodeterminante de atos dos quais cometemos. Do ponto de vista filosófico, podemos perceber que há uma concepção metafísica, a qual nos coloca no momento da incerteza de afirmar ou não sobre a loucura, como o faz outros segmentos do saber. A história da filosofia nos apresenta questões intrínsecas ao Ser como, a felicidade, a melancolia, vida e morte, enfim, há diversos componentes que são exaustivamente analisados para que se tenha uma visão do que seja a loucura do âmbito filosófico. De forma geral, a loucura é um fenômeno singular não obstante ser percebido em óticas diferentes, assim apreendemos suas semelhanças e diferenças. Tais apreensões nos permite conhecer melhor esse fenômeno, proporcionando um novo olhar para a denominada loucura, nos fazendo perceber e mudar o entendimento do preconceito até então estabelecido.

(METODOLOGIA) Para atingir tais objetivos, realizamos uma pesquisa de caráter exploratório, com base em estudos eminentemente bibliográficos, resultando num trabalho de natureza qualitativa para a pesquisa em apreço. Nesta tarefa, buscamos estudá-la e interpretá-la na ótica filosófica, sociológica, médica (psicológico-psiquiátrica) e, por fim, jurídica; demonstrando em cada visão sua peculiaridade. Efetuamos também, pesquisa de campo na qual, entrevistamos a profissional da área de saúde pública, que é também pesquisadora sobre os diagnósticos pertinentes à loucura, como também, grande incentivadora da mudança de tratamento a tais doentes, a psicóloga prof^a. Vitória Maria Barbosa.

(RESULTADOS) No âmbito metafísico, a loucura é algo pertencente à raça humana, levando-os à busca da verdade, mesmo que, às vezes, haja prejuízo nos valores atribuídos a este pela sociedade. Enfim, na visão judicial atual, a loucura é um fenômeno médico-sociológico que incapacita o insano de adquirir responsabilidade jurídica — absoluta ou relativa — em modos de tratamentos diferenciados.

(CONCLUSÃO) Concluímos, portanto, que a loucura é um fenômeno singular e está além da visão superficial do senso comum que costuma tratá-la com preconceito, como algo perigoso e ameaçador da ordem social. Porém, a loucura não é isso, é algo bem mais complexo que incorpora diferentes vertentes do conhecimento, diferindo entre os pontos de vista de cada ciência. Portanto, para compreendermos esse fenômeno de forma plena e sem preconceitos, deveremos entendê-lo na sua estrutura quadrática a qual engloba as ciências sociológicas, filosóficas, médicas e jurídicas. Da estrutura quadrática, podemos concluir que, segundo a ciência jurídica, o insano mental é considerado absolutamente ou relativamente incapaz. Este só é capaz de responder por alguns atos em sua vida civil, tendo alguém que o assista. Já o incapaz absoluto necessita de um representante legal que tome decisões em seu lugar, independente do seu querer. Pela ótica médica a loucura é considerada uma patologia, e até hoje, não se sabe ao certo o seu motivo gerador. Existem várias hipóteses que tentam explicar o surgimento desse fenômeno psicológico, porém, como a ciência está em constante desenvolvimento, ainda não há certeza absoluta sobre sua origem, não obstante, as pesquisas e estudos continuados. No âmbito social a loucura é a fuga do comum, causada por fatores sociais. Por fim, no aspecto metafísico a loucura é algo inerente a todos os homens, seja em suas ações, ou em seu universo emocional, englobando sonhos, medos, felicidades, etc. Além disso, a loucura se encontra na relação do homem consigo mesmo e, na sua relação com os outros seres da sociedade. Por essa razão que a filosofia se recusa a definir loucura, já que esse fenômeno engloba nada mais, nada menos que o mundo ao nosso redor em plena atividade.

A3 – DIREITO

UM BREVE ESTUDO SOBRE A LIBERDADE DE IMPRENSA E OS POSSÍVEIS DANOS CAUSADOS DA ATUAÇÃO DA MESMA SOBRE OS DIREITOS INDIVIDUAIS

Aluska Jordana Guedes Costa

Érica Elise Costa de Sousa

Carolina de Sousa Matias

Cláudia Patrícia de Sousa Alves

Itamar Ciríaco de Matos Júnior

Discentes do curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Carlos Thompson Costa Fernandes

Alan Dias Barros

Docentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) O debate entre a liberdade de imprensa e os direitos individuais relacionados a privacidade é recente e teve início apenas a partir do momento em que houve uma transformação na forma como a informação passou a ser difundida. Antes, monopolizada, a informação evoluiu para o período da censura prévia e posteriormente, no momento atual, fixa-se responsabilidade para o que é transmitido à sociedade. Seria uma espécie de censura posterior. Esse controle está nas mãos do jurista, que é o responsável pelo equilíbrio entre os direitos individuais e a liberdade de informação. Nosso trabalho utiliza essa discussão e suas conseqüências civis trazendo o debate no sentido axiológico e apontando o disciplinamento jurídico do tema para compreendermos melhor essa relação e estimularmos o debate na sociedade.

(METODOLOGIA) Com esse objetivo realizamos um trabalho de pesquisa de natureza teórica no qual nos utilizamos da bibliografia que aborda a discussão sob diferentes aspectos, bem como a jurisprudência em nossos tribunais superiores. Nosso estudo trata-se de uma pesquisa pura dirigida para solução de um problema prático.

(RESULTADOS) No presente trabalho de pesquisa podemos constatar que não existe ainda um ponto pacífico à respeito do assunto e que os pontos conflitantes entre a liberdade de imprensa e os direitos individuais relativos à privacidade bem como suas conseqüências por exemplo no caso de processo de dano moral são resolvidos caso a caso no judiciário. No entanto, observamos que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal – STF tem decidido, principalmente nos casos envolvendo figuras públicas, por não dar provimento aos recursos destes, utilizando como argumento o fato dos mesmos assumirem os riscos ao se tornarem figuras públicas.

(CONCLUSÃO) Dessa forma concluímos que os debates envolvendo os direitos individuais garantidos pela Constituição Federal e o direito a liberdade de imprensa, assegurado também pela Carta Magna, teve início recentemente na história mundial e em particular no Brasil, que passou por um período recente sob um regime ditatorial. Enquanto em alguns países, a fase do monopólio da informação e da censura prévia já havia sido vencida, no País, devido ao período militar, a informação se viu presa a censura prévia por mais tempo, passando a fase da responsabilidade posterior apenas nos anos 80, culminando com a promulgação da Constituição em 1988. Iniciados os debates, ficou evidente que a liberdade de expressão colide com outros direitos fundamentais, sobretudo o chamado direito à incolumidade moral.

Para esse conflito, alguns juristas, como o Ministro Cezar Peluso (STF) afirma no RE 447.584/RJ, citando os autores BONAVIDES, CANOTILHO E VIEIRA DE ANDRADE, na hipótese de conflito entre valores constitucionais a solução aplicável seria “o método da concordância prática, segundo o qual deve o intérprete harmonizar os preceitos divergentes no quadro da compreensão unitária da Constituição, parte do reconhecimento da natureza relativa da liberdade de imprensa como valor jurídico (na verdade, não há direitos absolutos na ordem jurídica)”. Dessa forma fica clara a posição de alguns juristas por analisar, caso a caso o conflito, levando em consideração o fato que a Constituição deve ser interpretada de forma sistêmica quando aplicada ao caso real, não significado sobreposição dessa ou daquela norma em relação a outra no julgamento das lides envolvendo direito constitucional e civil. A Constituição de 1988 regula a liberdade de expressão nos artigos 5 e 220 e esses artigos já trazem em si as soluções para evitar ou minimizar possíveis conflitos com o direito à privacidade. O Art 5, IV diz que – *é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato*. A vedação do anonimato é a garantia para a responsabilização civil daquele que comete o abuso. Este seria o que a doutrina resolveu identificar como um limite externo da liberdade de expressão e o direito de resposta asseguram a retificação da informação falsa ou defeituosa. Citamos como limite interno à liberdade de expressão, a veracidade dos fatos divulgados. Por fim, concluímos que a Constituição que garante a liberdade de imprensa é a mesma que a limita, mas esse limite ganha contornos amplos sem que haja perda do núcleo da Lei conforme pensou o legislador. Interpretar de modo diferente a mesma Lei não significa modificar ou recriar a mesma, apenas adaptá-la ao caso concreto. Dessa forma, existindo nexos de causalidade entre o dano e o fato veiculado, deve o jurista assegurar na forma do artigo 944 do Código Civil, uma indenização proporcional ao dano causado, sem limitação anterior. De outra forma, deve-se assegurar o direito à liberdade de expressão e informação, nos limites da Constituição Federal.

A3 – DIREITO

UMA AVALIAÇÃO DA EFICÁCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO SOCIAL DO GOVERNO FEDERAL: O CASO DO PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS – PROUNI

Kleber Fernandes da Silva

Discente do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Jorge Aquino

Sara Andrade

Docentes do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) Atualmente, a exclusão social tornou-se produto da desigualdade extremada, traduzindo-se pela perda da renda e do trabalho estável e formal e pelo rompimento de laços sociais e bloqueio à integração social. O acesso ao ensino superior pelos estudantes emergentes do ensino público vem se tornando um sonho muito distante face à precariedade e à qualidade comprometida do mesmo. Ciente dessa dívida social que possui com os estudantes da rede pública que vislumbram o ingresso no ensino superior e se deparam com uma disputa extremamente desigual com estudantes advindos do ensino privado, o poder público cria mecanismos de inclusão social, tal como o Programa Universidade para Todos – PROUNI, o qual através de incentivos fiscais ofertados às instituições de ensino superior oferece aos estudantes de baixa renda emergentes do ensino público, bolsas de estudo totais ou parciais nestas instituições. Diante de tais fatos, o presente trabalho objetiva avaliar a eficácia deste programa governamental, no sentido de se certificar do cumprimento do seu objetivo central, qual seja a inclusão social e o direito à educação.

(METODOLOGIA) Realizou-se uma pesquisa qualitativa e quantitativa por meio de questionários, direcionada aos estudantes contemplados pelo Programa Universidade para Todos que estudam na Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN, na qual se abordou questões referentes ao processo de inclusão social, nível de rendimento acadêmico, satisfação do aluno e aspectos sócio-econômicos do mesmo. Além disso, foi realizada uma pesquisa documental com fontes secundárias sobre o perfil dos universitários do Rio Grande do Norte.

(RESULTADOS) Os resultados apresentaram um percentual muito alto de universitários potiguares oriundos do ensino privado, bem como possuidores de uma renda familiar entre consideravelmente alta. Percebe-se através dos dados coletados que o impacto social sofrido pelo estudante beneficiado pelo PROUNI ao ingressar numa universidade privada é enorme e que um grande percentual dos mesmos têm dificuldades de adquirir material didático, participar de atividades extracurriculares e até mesmo de custear o transporte para a universidade. Em contrapartida, pode-se perceber através da pesquisa, que há estudantes que são beneficiados pelo programa, mas que possuem características e indícios de que não são de fato membros de uma família com renda de até um salário mínimo e meio, pois 18,4 % dos entrevistados vão à Faculdade de carro e 23,2 % não apresentam dificuldades em adquirir material didático. Segundo o MEC, no ano de início do PROUNI 14% do total das vagas ofertadas não foram preenchidas por negros, pardos e índios por não haverem obtido a nota mínima de 4,5 o ENEM exigida pelo programa.

(CONCLUSÃO) Diante dos resultados apresentados, fica claro que o sonho da democratização do ensino superior ainda é algo muito distante e que além disso, a discrepância social a que se submete um estudante de baixa renda meio a um ambiente onde a sua convivência com estudantes oriundos de um ensino de melhor qualidade e membros de famílias de classe social superior, causa dificuldades na sua formação acadêmica. Outrossim, pode-se concluir que para uma inclusão social mais eficaz, é necessário que se conceda além da bolsa de estudos, outros mecanismos de geração de renda que permitam ao estudante custear as despesas que são demandadas para sua permanência no ensino superior. A bolsa permanência que é um auxílio financeiro dado ao beneficiado pelo PROUNI no valor de R\$ 300,00, deve ser ofertada a todos os beneficiados e não somente aos que possuem uma carga horária igual ou superior a seis horas diárias, PIS desta forma exclui a maioria dos beneficiados. Desta forma, pode-se concluir que o PROUNI possui algumas deficiências, não apresentando assim eficácia no processo de inclusão social e democratização do ensino superior.

**DIREITO À EDUCAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE A (INEFICÁCIA
DA LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL NO BRASIL**

Ana Luiza Melo Bezerra de Oliveira

Eleika Bezerra Guerreiro

Eric Torquato

Giovanna Bezerra Campos

Heloísa Pessoa Telles de Oliveira

Discentes do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Sara Andrade

Josoniel Fonseca

Maria Aparecida Fernandes

Docentes do curso de Direito- Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) O direito à educação pode ser vislumbrado a partir da Declaração Universal dos Direitos do Homem (ONU, 1948), que influenciou o arcabouço legal da educação brasileira. No Brasil, a Constituição Federal de 1988 inscreve o direito à educação básica como componente do conjunto de direitos sociais fundamentais e como obrigatória a qualquer cidadão (Art.208, I, CF). Assim, o objetivo do presente trabalho é realizar um estudo sobre a eficácia substancial e formal da legislação educacional brasileira quanto ao ensino fundamental, baseada no direito à educação, em especial no que tange à qualidade e à obrigatoriedade (dimensão qualitativa e compulsória) de sua prestação pelo Estado, assim como as razões para o diagnóstico alcançado.

(METODOLOGIA) Os procedimentos utilizados para a realização do trabalho foram de caráter teórico e empírico, com nível descritivo de investigação, no qual se fez necessário recorrer ao estudo do marco legal a respeito do tema, em particular da Constituição Federal (1988), do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA,1990), da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB,1996) e do Plano Nacional de Educação (PNE, 2001), a fim de se identificar os principais instrumentos legais que regem a educação brasileira e os direitos que devem ser assegurados pela ordem jurídico-estatal. No âmbito empírico, foram consultados resultados de avaliações nacionais e internacionais, tais como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), a Prova Brasil e o Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA) que revelam dados oficiais sobre a oferta e alcance do direito à educação no Brasil, inclusive no que diz respeito à elaboração e implementação dos planos de educação nas esferas dos Estados e Municípios.

(RESULTADOS) Procedendo a um levantamento de dados empíricos, com base em documentos oficiais sobre a educação, constatou-se que 97,5% das crianças e adolescentes na faixa da obrigatoriedade escolar se encontram matriculados no ensino fundamental, o que configura uma eficácia, pelo menos do ponto de vista formal, da norma jurídica que garante o direito à educação no Brasil. Entretanto, na dimensão substancial, verificou-se uma evidente ineficácia, uma vez que os resultados oficiais apresentados pelo Prova Brasil, IDEB, SAEB e PISA indicam um insuficiente aproveitamento do aprendizado no ensino fundamental, o que interfere na qualidade da formação dos educandos. Ademais, ausência dos planos de educação (Lei 10.172/2002) pela maioria dos estados e municípios, reforça o entendimento de que, enquanto prioridade, a eficácia das normas referentes à realização do direito à educação está comprometida.

(CONCLUSÃO) Da análise dos resultados apresentados, conclui-se que, no que tange ao direito à educação no Brasil, está caracterizada uma eficácia formal da norma, uma vez que os índices de crianças e adolescentes matriculados na rede escolar atingem percentuais satisfatórios em termos estatísticos, estando de acordo com os preceitos legais em vigor. Por outro lado, diante dos resultados apresentados pelas avaliações examinadas, infere-se uma ineficácia substancial da legislação educacional brasileira quanto à educação básica - ensino fundamental, existindo o comprometimento da qualidade do serviço educacional prestado. Observa-se que alguns aspectos interferem negativamente para a configuração deste diagnóstico, como: a) a indefinição de competências entre os entes federados quanto à educação básica e o ensino superior; b) o imediatismo da população brasileira, impossibilitando traçar e concretizar políticas educacionais que exigem duração e permanência para atingirem os seus efeitos; c) a apatia generalizada do povo brasileiro diante dos serviços públicos educacionais e d) a ineficácia histórica dos direitos sociais no Brasil; e) a insuficiência e uso inadequado de recursos financeiros. Assim, constata-se que muitas das razões postas se referem a obstáculos de natureza cultural, o que sugere estudos e pesquisas que melhor evidenciem a questão na perspectiva de que seja, efetivamente, assegurado o instrumento fundamental para a transposição da marginalidade para a cidadania – a educação: direito social fundamental.

A3 – DIREITO

A CATÁSTROFE MORAL DE MACINTYRE

Vitor de Góis Ribeiro Dantas

Discente do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Pablo Moreno de Paiva Capistrano

Docente do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

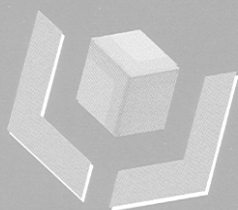
(INTRODUÇÃO) A presente pesquisa propõe uma reflexão sobre os escritos de Asladair MacIntyre, frente ao livro de sua autoria, *Depois da Virtude*, de maneira a analisar a hipótese presente nesta obra de um acontecimento catastrófico das ciências naturais como argumento para uma discussão acerca da situação de crise em que se encontram os debates éticos na contemporaneidade. Deste modo será apresentada a teoria do imaginário proposta por MacIntyre, na qual será explicitado os seus argumentos em relação a desordem e o desacordo moral, além da crítica a teoria emotivista que visa uma harmonização entre as diversas correntes morais existentes nos mais variados sistemas sociais.

(METODOLOGIA) Trata-se de um estudo teórico exploratório, realizado por meio de uma revisão bibliográfica sobre o pensamento ético de MacIntyre em seu livro *Depois da Virtude*, no qual a questão da moral torna-se o principal objeto da reflexão.

(RESULTADOS) A teoria do imaginário, cria a hipótese de que as ciências naturais sofrem uma catástrofe e um movimento político intitulado “Nenhum Saber”, assume o poder, eliminando o ensino das ciências nas escolas e nas universidades. Após um longo período de “escuridão” científica, pessoas esclarecidas tentam ressuscita-las, porém agora diante de alguns fragmentos, consolidando a tese de que o mundo encontra-se, portanto, em um total estado de desordem científica. Diante do exposto, a catástrofe deve ter ocorrido tão drasticamente, que não foi e não teria sido reconhecida por ninguém, com exceção talvez, de algumas pessoas mais curiosas. A teoria do imaginário proposta por MacIntyre é exposta para que os seres humanos passem a observar mais o mundo que os cercam, pois para o autor, estamos diante de um total estado de desordem da linguagem da moralidade. Sendo assim, uma desordem da linguagem moral fará com que os conceitos de cada casta social entrem em divergência, de modo a não se puder prever o que poderá acontecer a partir desse ponto. A discussão moral contemporânea caracteriza-se por seu caráter interminável, na qual surgem diversas opiniões sobre os mais diversos assuntos, dentre os quais podemos exemplificar a guerra, o aborto, a justiça. Sobre esses assuntos, várias castas sociais divergem em função de sua aplicação. Portanto na transição da cultura antiga até a cultura contemporânea, produz diversos contextos para os assuntos dos exemplos supracitados, deixando assim mais explícita a ligação entre a desordem moral e a teoria do imaginário proposta pelo autor, pois diante de tantas mudanças, como saber se a linguagem moral passou de um estado de ordem para um caráter de desordem. O emotivismo surge então como uma corrente que irá propor a ocorrência de uma interação mais respeitosa entre os seres humanos, tudo isso tendo como base, os sentimentos e as emoções.

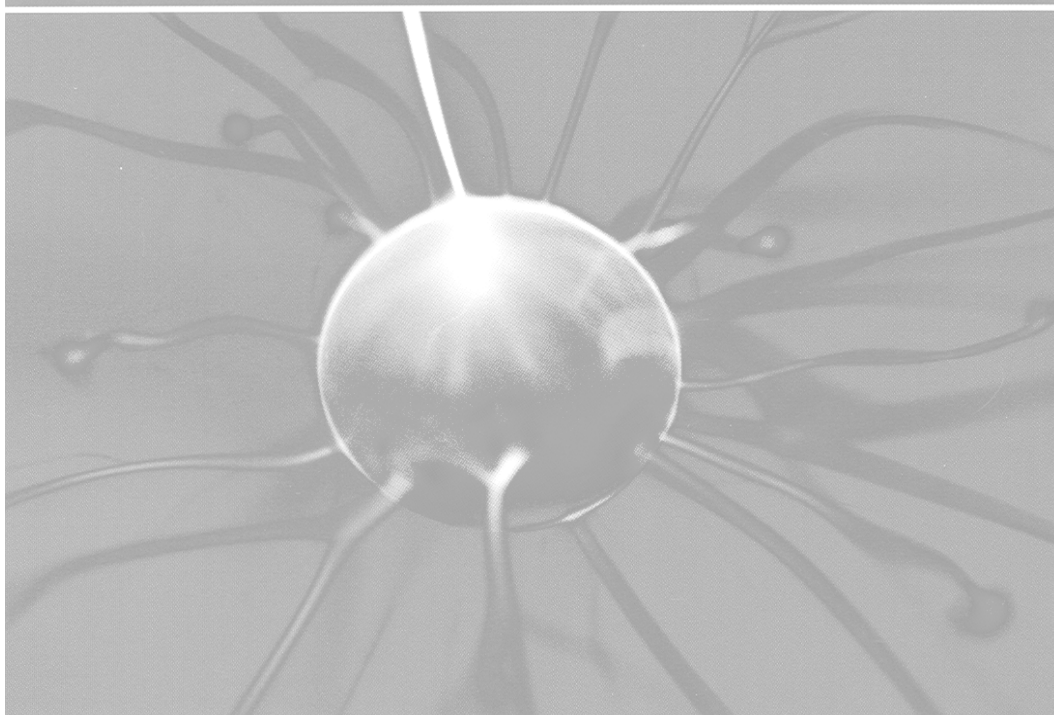
(CONCLUSÃO) A obra de MacIntyre faz com que possamos visualizar a constante mutação da discussão moral, pois através dos seus argumentos observa-se que no decorrer da história humana, surgem diversos tipos de conceitos morais em uma mesma sociedade. Sendo assim, vivemos em uma eterna catástrofe moral, pois constantemente estamos mudando os nossos valores, e os critérios de certo e errado, do proibido e do permitido, difícil é saber até que ponto a moral irá se desmoralizar.

VII CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA FARN



VII

**CONGRESSO DE INICIAÇÃO
CIENTÍFICA DA FARN**



"EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA CONSTRUÇÃO DA PAZ"
24 a 27 de outubro de 2007

**D
I
R
E
I
T
O**

PÔSTER

A TELEVISÃO ENQUANTO CONCESSÃO PÚBLICA

*Jadja Karoliny Alaíde da Costa Dantas
Luciana Oliveira Rodrigues de Andrade
Themis Rosane de Noronha Trindade*

Discentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Carlos Wagner

Docentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) O presente trabalho tem o escopo de analisar a televisão sob a perspectiva de uma concessão pública, ou seja, a prestação de um serviço público. Comprovar o poder manipulador desse eficiente meio de comunicação, que em poucos anos tornou-se tão popular. O instituto da concessão pública tem natureza jurídica contratual, possuindo normas administrativas que regulam o funcionamento das emissoras de TV. O poder público, (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) atua como um agente fiscalizador e controlador da programação televisiva. A televisão deve desenvolver programações com uma finalidade educativa, cultural, informativa e de entretenimento, respeitando os valores éticos e sociais da pessoa e da família, cumprindo os princípios previstos na Constituição Federal/88 - Art. 221. A relação estabelecida entre telespectador e emissora de TV é equivalente ao cidadão à espera da prestação de um serviço público de qualidade.

(METODOLOGIA), A metodologia aplicada para o desenvolvimento do estudo foi embasada em pesquisas bibliográficas, assim como textos virtuais e artigos, possibilitando o conhecimento necessário para o desenvolvimento deste trabalho acadêmico.

(RESULTANDO) Ao traçar um paralelo entre a televisão e a concessão pública, fizemos um relato da história da TV, da sua evolução, e evidenciamos o seu valor durante as décadas que se passaram desde o seu surgimento. Conseguimos ressaltar a importância e a função social da TV diante da sociedade como o meio mais instantâneo de transmissão de informações. Por ser concessão de serviço público, a televisão caracteriza-se como uma atividade pública, por isso deve atender aos interesses e o público de todas as idades. Os titulares da concessão pública, o poder público (União, Estados, Distrito Federal e Municípios), ao outorgar um concessionário, mediante concorrência, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas, que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado para prestação um serviço público, confere regras e princípios para a criação e execução de uma programação adequada. A renovação da concessão ocorre a cada quinze anos, sendo silenciosa e tranqüila, feita sem divulgação, isto ocorre devido ao volume de políticos envolvidos com as concessões públicas de empresas de telecomunicações, muitos são sócios e afiliados, todos buscando ter o poder do mais eficiente instrumento de manipulação popular: a televisão.

(CONCLUSÃO) Com o desenvolvimento do trabalho ficou constatado que a televisão enquanto concessão pública é um meio de comunicação de extrema importância para a sociedade. Observamos que através desse serviço público de fácil acesso, conseguimos alcançar um aglomerado de lugares do nosso país e do mundo, permitindo passar informações e entretenimento para todos.

**ATIPICIDADE DO ABORTO ANENCEFÁLICO: RESPEITO À VIDA E
À DIGNIDADE HUMANA DA GESTANTE**

*Ana Carolina Duarte
Iogna Ramayanne. Silva
José Leto de Medeiros
Lívia Alves Pessoa*

Sammara Costa Pinheiro Guerra

Discentes do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

*Alexandro G. B. dos Santos
Carlos Thompson Costa Fernandes
Walber Cunha Lima*

Docentes do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) O presente trabalho tem como objetivo evidenciar a possibilidade da interrupção da gravidez nos casos de anencefalia do feto. Apresentamos uma abordagem favorável ao tema, tomando-se como fundamento a ADPF n.º 54, em relação à preservação do princípio da dignidade da pessoa humana, e demais direitos constitucionais, além da perspectiva penal de não tipificação desta conduta, bem como do fato do natimorto não ter personalidade civil. Essa anomalia caracteriza-se por um defeito de formação no sistema nervoso fetal, cujos bebês com este problema nascem sem a maior porção do cérebro. A doença torna a gravidez absolutamente inviável, já que essa criança tem uma sobrevivência extra-uterina de apenas algumas horas ou no máximo alguns meses. Em 2004, a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Saúde, ingressou no STF com uma “Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental” (ADPF n.º 54), objeto de nosso estudo, indicando a ofensa de preceitos constitucionais fundamentais, como o art. 1º, IV (dignidade da pessoa humana), art. 5º, II (princípio da legalidade, liberdade e autonomia da vontade) e arts. 6º, caput, e 196 (direito à saúde), da nossa Constituição Federal, e, como ato do Poder Público causador da lesão, os arts. 124, 126, caput, e 128, I e II, do Código Penal. A morte do feto anencefálico é um fato irrefutável, pois as suas funções vitais são recebidas da mãe, quando em seu ventre. Logo, não há que se falar em “vida” como bem jurídico a ser tutelado, inexistindo então a personalidade civil de uma criança anencefálica.

(METODOLOGIA) Trata-se de pesquisa qualitativa, a qual visa perfazer uma reflexão sobre as decisões do STF e STJ a respeito do tema, bem como os posicionamentos doutrinários favoráveis à antecipação do parto nos casos de anencefalia. Para o desenvolvimento desse estudo e sustentação do nosso entendimento, foi utilizada a consulta a alguns sites que abordam o assunto, além do auxílio da Constituição Federal, do Código Penal e do Código Civil brasileiro.

(RESULTADOS) No Brasil, a cada 10.000 nascimentos, 8,6 apresentam anencefalia, com predomínio no sexo feminino, e aproximadamente 65% dos fetos anencefálicos morrem ainda no período intra-uterino. A primeira decisão judicial brasileira autorizando uma gestante a interromper a gravidez por anencefalia do bebê incidiu-se em Rondônia, em 1989. Desde então, já chegaram à Justiça cerca de 3.000 casos de anencefalia, e em 97% das ações os juízes autorizaram a interrupção da gravidez. O advogado da ADPF n.º 54, o Dr. Luís Roberto Barroso, sustenta que a interrupção da gravidez nesse caso não é aborto e que a proibição atenta contra a dignidade humana da gestante, posto que ela está protegida por direitos constitucionais que imunizam sua conduta da incidência da legislação ordinária repressiva.

(CONCLUSÃO) A autorização da antecipação terapêutica nos casos de anencefalia é, na verdade, a possibilidade de decisão da genitora em preservação de seu próprio corpo e da diminuição do sofrimento anunciado. A interrupção da gestação de feto anencefálico não pode configurar-se como crime, devido à imprescritibilidade do Código Penal e do comparativo entre sobrevivência e redução do sofrimento da portadora daquela anomalia gestacional. Não se trata de negar o direito à vida, mas em observar que não se pode garantir esse direito para quem já está morto cerebralmente. Além disso, há um interesse individual e geral de liberdade, que, em última instância, se sintetiza na dignidade da pessoa humana, assegurada pela nossa Carta Magna. O Direito não é, nem pode, ser estático, nem contemplativo de uma realidade que passou ignorando os avanços da ciência. Não é demasiado lembrar que as escolhas e os esforços empreendidos para introduzir precedentes e exceções constituem verdadeiro exercício de liberdade e justiça.

A3 – DIREITO

DIREITOS HUMANOS E MULTICULTURALISMO: DISCUSSÕES EM TORNO DA TENSÃO ENTRE A UNIVERSALIDADE DOS DIREITOS E A PLURALIDADE CULTURAL

Aldinízia de Medeiros Souza

Amanda Maia de Souza

Noêmia Joalina Alves Pinheiro

Discentes do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Sara Maria de Andrade Silva

Docente do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Jorge Luiz Freire de Aquino

Docente do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) Os direitos humanos ganharam um *status* de universalidade a partir da iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU) em publicar a sua Declaração Universal dos Direitos Humanos, no ano de 1948. Esta iniciativa estava inserida no contexto pós 2ª Guerra Mundial, objetivando estabelecer, a partir de uma ordem pública mundial, valores básicos universais sustentados na dignidade humana. Prestes a comemorar 60 anos, os direitos humanos postos em tal declaração ainda não adquiriram a universalidade pretendida, uma vez que, dentre outros entraves, os valores que fundamentam esse documento centram-se em aspectos eminentemente ocidentais, não atendendo a todos os aspectos axiológicos de culturas não ocidentalizadas, logo, não são universais no sentido epistemológico e sim, uma versão globalizada de um sistema de saber local, não reconhecendo, portanto, a pluralidade cultural. Deste modo, diante do contexto da globalização e da pós-modernidade, acentua-se o debate em torno do conflito entre universalidade e multiculturalismo. Em face de tal debate, o presente trabalho busca apresentar os principais aspectos para uma potencial superação do antagonismo posto, ao abordar uma concepção multicultural dos direitos humanos, tomando como base as posições de Boaventura de Sousa Santos e de outros autores que corroboram com suas idéias, a fim de contribuímos para esse debate no âmbito acadêmico.

(METODOLOGIA) Para tanto, a pesquisa realizou-se mediante um trabalho teórico, de caráter qualitativo e eminentemente bibliográfico, sobre literatura especializada na matéria, o que permitiu uma análise comparativa a respeito da tensão existente entre o caráter universalista dos direitos humanos e sua inserção nas diferentes culturas do mundo.

(RESULTADOS) A partir dos dados teóricos levantados, identificamos que o conflito entre universalismo e multiculturalismo se apresenta como um aspecto da sociedade pós-moderna, bem como está relacionado com a globalização, pois esta, na medida em que provoca desemprego, afeta o meio-ambiente, altera os modos de vida em função de uma imposição econômica externa, oprimindo, enfim, os países periféricos, nega direitos fundamentais dos cidadãos, tornando-se uma ameaça à cidadania e aos direitos humanos. Em contra-posição a este processo globalizante excludente, um outro discurso, preocupado com o respeito às diferentes visões de mundo, emerge como saída para a tendência contemporânea de internacionalização de direitos, sem os males trazidos pela globalização meramente econômica, não acarretando numa mera homogeneização de culturas. Trata-se do denominado "multiculturalismo emancipatório", que se baseia no diálogo intercultural tendo em vista o respeito às interpretações e atitudes do outro, se constituindo numa fonte transformadora a partir do reconhecimento e negociação das diferenças.

(CONCLUSÕES) A concepção de universalidade de direitos humanos tem se mostrado ineficaz diante das diversas configurações culturais existentes no mundo, pois transforma os valores ocidentais em universais, negando o pluralismo cultural. Essa concepção, no âmbito da globalização, do domínio econômico de determinados países sobre outros, permite a interferência de algumas nações sobre outras, enfraquecendo a autonomia do Estado-nação submetido às políticas externas que comprometem a realização de políticas públicas que atendam às necessidades internas. Um sentido multicultural de direitos humanos surge como atributo de uma política contra-hegemônica de globalização, necessário para um diálogo intercultural que identifique preocupações idênticas, porém com nomenclaturas diferentes. Deste modo, imperiosa é a identificação de concepções diferentes sobre dignidade humana, pois essa noção pode variar de cultura para cultura. Assim como se impõe o reconhecimento das diferenças, como forma de superar um princípio de isonomia que igualiza abstratamente as realidades distintas da humanidade. Enfim, os direitos multiculturais propõem que o direito à igualdade há de ser garantido quando a diferença inferioriza, assim como o direito à diferença deve ser protegido quando a igualdade descaracteriza.

A3 – DIREITO

A (IN)CONSTITUCIONALIDADE DO REGIME DISCIPLINAR DIFERENCIADO

*Ana Beatriz Mesquita Dantas
Evandro Sérgio Motta de Andrade
Manoela Teixeira de Oliveira Torres*

Discentes do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

*Alexandro Gomes Bezerra
Rita de Cássia de Andrade Silva Advíncula*

Docentes do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) O presente trabalho tem como objetivo levantar e identificar os pontos que configuram a inconstitucionalidade do Regime Disciplinar Diferenciado - RDD e abordar o porquê dessa Inconstitucionalidade. Esse tipo de regime disciplinado no artigo 52 da Lei de Execução Penal caracteriza-se pelo cumprimento de uma pena onde o preso se isola do mundo, sem nenhum tipo de contato com outros seres humanos e meios de informação, além de manter a sua vida e integridade limitadas, visto que nesse regime, tanto as visitas como as horas de banho de sol são muito restritas, evidenciando o nítido desrespeito aos direitos e garantias fundamentais.

(METODOLOGIA) Trata-se de uma pesquisa fundada em artigos científicos e em bibliografia específica sobre o tema, além da consulta a jurisprudências e à legislação, como a Constituição Federal, o Código Penal, a Lei de Execução Penal e o Plano Nacional de Segurança Pública, onde buscaremos apontar os fundamentos de sustentação dos dois posicionamentos acerca do tema, a constitucionalidade e a inconstitucionalidade do RDD. Nossa pesquisa se configura com um exercício de síntese e sistematização de um conjunto de informações e dados sobre o assunto, tendo então, um caráter comparativo de análise, identificando os elementos componentes que, porventura, ferem a Constituição Federal.

(RESULTADOS) Tendo em vista que o arcabouço jurídico brasileiro defende a postura da pena como um fator para reeducação e ressocialização do apenado, procurando a reprovação e a prevenção do crime, o que se percebe é que o RDD ao invés de valorizar a dignidade da pessoa humana tem contribuído para a degradação do condenado que se encontra sob esse regime, empreendendo a reprodução e eliminação desse tipo de pessoa. No que tange a individualização da pena, ela não pode ultrapassar a pessoa do condenado, nem tão pouco afetar sua integridade física e moral, o que não acontece nesse regime. A Carta Magna de 1988 estabelece que ninguém pode ser considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória, mas, tal preceito não é respeitado pelo sistema penal como um todo, pois o preso provisório pode inclusive cumprir pena em regime disciplinar diferenciado.

(CONCLUSÃO) Face à análise acerca do RDD, pode-se constatar que muito mais efetivo do que um regime tão degradante seria a prestação pelo Estado de políticas sociais que oferecessem aos indivíduos todos os direitos e garantias fundamentais elencados no artigo 5º da Constituição Federal. No que tange ao Direito Criminal, a figura de Cesare Beccaria, autor da obra *Dos Delitos e das Penas*, significa um verdadeiro divisor de águas na história das penas, que antes, muito aflitivas, eram aplicadas visando castigar apenas o corpo do agente. A partir dos seus pensamentos percebeu-se uma maior preocupação com a vida e a integridade física e moral dos apenados. Hoje, ainda existem alguns casos de penas que atingem a dignidade da pessoa humana, como é o caso específico do RDD, mas a tendência do ordenamento jurídico como um todo é a abolição desse tipo de pena.

A FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE NAS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS

*Ana Cláudia Lima da Silva
Laura Nataly da Silveira Barbosa Soares
Luiz Alexandre Dantas de Almeida
Thiago Túlio Marques Fonseca Ferreira
Ricardo de Sousa Cabral*

Discentes do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Carlos Thompson Costa Fernandes

Docente do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) Diante dos debates que tem ocorrido nos últimos anos sobre a função social da propriedade surgiu a idéia de se pesquisar acerca do período em que o legislador brasileiro começou a se preocupar com essa polêmica. Em outras palavras o presente trabalho se ocupará em analisar se o legislador constituinte que elaborou a Constituição Federal atual inovou trazendo à tona a questão da função social da propriedade ou ele apenas acompanhou uma tendência já trazida nas constituições anteriores.

(METODOLOGIA) Para a realização da presente pesquisa, se fez necessário a consulta às diversas Constituições Brasileiras que já vigeram no transcurso do tempo, a qual foi completada com um levantamento bibliográfico, lançando-se mão assim, do procedimento histórico a fim de identificar se a função social da propriedade é uma inovação da Constituição de 1988 ou se o legislador constituinte apenas acompanhou uma tendência histórica das outras Constituições.

(RESULTADOS) Observou-se que nas Constituições de 1824 assegurava poderes absolutos, o direito de propriedade era assegurado em sua plenitude ao proprietário. A Constituição seguinte, do ano de 1891, relativizou um pouco o caráter absoluto do direito de propriedade anteriormente consignado, quando possibilitava desapropriações exclusivamente em casos de necessidade ou utilidade pública. Em 1934 a Constituição liberal-democrática alterou significativamente o conceito de direito de propriedade que perdera seu conteúdo absolutista que, de certa forma, vinha sido mantido nas Constituições anteriores. Importante asseverar que a Carta de 1934 harmonizou o interesse individual com o interesse da coletividade situando-se este num patamar hierárquico mais elevado que aquele. Já a Constituição de 1934 não foi clara ao manter o princípio da função social da propriedade, deixava a regulamentação a cargo de leis ordinárias. A Carta de 1946 traz explicitamente a expressão “interesse social” como uma das possibilidades de mitigação do direito de propriedade. Com o advento do Estatuto da Terra e da Emenda Constitucional n.º 10, em 1964, houve uma evolução ainda maior do conceito da função social da propriedade nessa Constituição. Essa tendência foi mantida pelas Constituições de 1967 e 1969, com pequenas alterações. Em 1988, após um longo período de regime militar, a tendência que vinha sido mantida nas últimas Constituições confirmou-se na Carta Magna promulgada em 05 de outubro daquele ano, deixando bem claro que a propriedade privada deverá obedecer à ordem econômica em seu sentido social. Sua principal contribuição foi a inserção expressa do princípio da função social da propriedade, juntamente com o direito de propriedade, no artigo que versa sobre os direitos e garantias fundamentais, passando a serem regidos por um direito individual-social, deixando para trás a concepção jurídica da propriedade absolutista.

(CONCLUSÕES) Portanto, diante do exposto, pode-se concluir que o conceito da função social da propriedade evolui juntamente com o Direito Pátrio, não sendo uma inovação do legislador constituinte de 1988, cabendo a esse subir mais alguns degraus na evolução em que as Constituições Brasileiras estavam trilhando.

A GESTANTE NA RELAÇÃO EMPREGATÍCIA

Carlos José de Oliveira Bonifácio Feitosa

Dulce Tindo Barbosa

Francisco das Chagas Ferreira Dantas

Rosa de Lourdes Delgado Reis

Discentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Marcelo de Barros Dantas

Docente da Disciplina de Direito do Trabalho do Curso de Ciências Jurídicas da

Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) No decorrer da história do direito do trabalho, verificou-se uma necessidade cada vez maior de se ver colocado em patamar de igualdade material os trabalhadores que já usufruíam de uma igualdade formal. Para tanto, o legislador criou mecanismos de proteção, assegurando aos trabalhadores mais fracos, meios para que se tornassem realmente equiparados nas relações laborais. Uma das classes que necessitava de um tratamento especial na relação de trabalho era a classe feminina. Por não ser fisiologicamente igual ao homem, se fez necessário que a mulher fosse tratada diferentemente para que pudesse usufruir plenamente dos direitos trabalhistas. Sendo assim, vários mecanismos legais nasceram com esse intuito: de incluir o sexo feminino de uma maneira mais igualitária no universo trabalhista. Entre esses mecanismos necessários surgiram os direitos da gestante no ambiente de trabalho, incluindo-se também o período pós-parto.

(METODOLOGIA) Para alcançar os resultados desse trabalho, utilizou-se, mormente, a pesquisa bibliográfica dos institutos legais que amparam a gestante no direito laboral brasileiro, garantindo sua saúde física e mental no período em que deve ser protegida. Além disso, foi também utilizada pesquisa na doutrina mais moderna do direito trabalhista no que concerne a esse assunto, de maneira que os resultados fossem compatíveis com a realidade que vivenciamos hoje, segundo a eficácia das normas aplicadas.

(RESULTADOS) Neste presente estudo, verificou-se um dinamismo na história recente do direito trabalhista brasileiro, direcionado no sentido de garantir tanto a saúde, quanto o emprego da gestante, antes e após o parto, além de um crescimento no que concerne ao respeito às normas impostas pelo Estado nesse tópico específico, desde o advento da CLT. Sempre que a gestante for às consultas de pré-natal ou fizer algum exame necessário ao acompanhamento de sua gravidez, pode pedir ao serviço de saúde uma Declaração de Comparecimento, sendo apresentada no trabalho essa Declaração, logo a falta deverá ser justificada; a gestante tem o direito de mudar de função no seu trabalho, caso o mesmo possa provocar problemas para a sua saúde ou a saúde do bebê. Para tanto a gestante deve apresentar ao serviço um atestado médico comprovando que necessita da mudança da função; enquanto estiver grávida e até cinco meses após o parto, a gestante tem estabilidade garantida e não pode ser demitida, a não ser por "justa causa", isto é, nos casos previstos pela legislação trabalhista (por exemplo: se cometer algum crime, como roubo ou homicídio); a gestante tem também direito à licença-maternidade de 120 dias, recebendo remuneração integral e todos os benefícios legais, a partir do oitavo mês de gestação. Depois do nascimento da criança e ter cumprido a licença maternidade, ela ainda tem o direito de ser dispensada do trabalho por dois períodos de trinta minutos para amamentar o bebê, até que o mesmo complete seis meses de vida. O próprio legislador da constituição de 1988 preocupou-se com esse problema no seu corpo normativo (art. 7º XVIII), comprovando assim a crescente importância do tema nos tempos modernos.

(CONCLUSÕES) Em uma era de garantias e direitos cada vez mais em voga no mundo jurídico, a população em geral decidiu-se conscientizar-se da importância de lutar pelos seus direitos e ajudar a fiscalizar tanto o órgão aplicador quanto o criador da norma. No que diz respeito ao direito trabalhista e à relação laboral da gestante, não foi diferente. A população não tolera mais abusos nem omissões, seja por parte do Poder Público, seja por parte dos empregadores. O trabalhador, cada vez mais consciente de seu papel dentro das estruturas do poder e da importância do cumprimento das normas existentes no sistema jurídico, exige e acaba encontrando, conseqüentemente, seus direitos no patamar fundamental, garantido por toda sorte de estruturas de um judiciário cada vez mais aparelhado e eficiente. Para tanto deve a gestante ter conhecimento de todos os seus direitos para que estes sejam respeitados dignamente. No caso de desrespeito à esses direitos, deve a mesma procurar ajuda nos Sindicatos ou Associações restritas à sua categoria profissional ou até mesmo na Justiça do Trabalho ou no Ministério Público

A3 – DIREITO

A MOROSIDADE DO PODER JUDICIÁRIO BRASILEIRO E A EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 45/2004: A OPINIÃO DA COMUNIDADE JURÍDICA NORTERIOGRANDENSE

*Dimas de Oliveira Lucena
Fabiana Cristina Machado de Medeiros
Luiza Maria Alves Felipe
Verônica Mendonça Limeira Ferreira*

Discentes do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

*Carlos Thompson C. Fernandes
Daniel Monteiro da Silva
Rita Andrade*

Docentes do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) É fato notório que nos últimos anos o poder judiciário brasileiro tem sido alvo de muitas críticas concernentes à eficácia no cumprimento de uma de suas missões, qual seja, dirimir conflitos entre partes litigantes. Os fatores de tal descrença podem ser evidenciados, em sua maioria, no que diz respeito à celeridade das decisões judiciais, e ainda, na omissão gerada pela procrastinação exacerbada para a efetivação da devida prestação jurisdicional, ocasionando por vezes na população, a sensação de descaso, abandono e impunidade. Somando-se a isso, temos o Estado como o maior réu do País, inchando os tribunais com infundáveis recursos, mesmo reconhecendo o direito da outra parte. O objetivo central desta atividade foi avaliar os novos dispositivos legais que influem na celeridade da atividade judiciária, trazidos pela Emenda Constitucional nº 45/2004, e seu impacto na atuação do Poder Judiciário.

(METODOLOGIA) O método de pesquisa aplicado teve duas fases distintas. A primeira consistiu em consultas bibliográficas a livros, revistas e internet (sites oficiais e especializados). A escolha do material consultado priorizou o entrelaçamento dos assuntos: reforma do Poder Judiciário e morosidade da justiça brasileira, incluindo as mudanças recentemente ocorridas no Código de Processo Civil. Na segunda fase, houve a aplicação de questionário com perguntas fechadas, tendo o público entrevistado a seguinte composição: alunos do curso de Direito, advogados, magistrados e representantes do Ministério Público. As entrevistas ocorreram no período de 16 a 18 de outubro do corrente ano.

(RESULTADOS) A referida pesquisa proporcionou conhecer melhor os problemas que prejudicam a atividade judiciária, as possíveis soluções a partir da reforma do judiciário e as expectativas de uma parcela da comunidade jurídica norterio-grandense em relação a esses novos dispositivos legais. Verificou-se uma considerável confiança nas mudanças inseridas no texto constitucional, porém também foi constatado que tal reforma não abrange todos os anseios do cenário jurídico e social atual.

(CONCLUSÃO) Procurou-se com a análise dos dados resultantes da pesquisa, verificar o nível de eficácia e credibilidade dos novos dispositivos constitucionais na avaliação de profissionais experientes na atividade jurídica, como também de graduandos nesta nobre e árdua atividade social que é o Direito. Concluiu-se que mesmo não satisfazendo a todos, em parte por carecer de legislação infraconstitucional regulamentando alguns assuntos do novo texto legal, incontestavelmente a reforma do judiciário foi importante por normatizar matérias que de alguma maneira solucionarão conflitos diversos, causadores de prejuízos à atividade judiciária e à sociedade brasileira.

A3 – DIREITO

A REALIDADE DO SISTEMA PENITENCIÁRIO, A RESSOCIALIZAÇÃO E SUA TERCEIRIZAÇÃO

*Alessandra Karla C. da S. Ribeiro
Érika Juliana Farias de Oliveira
Gilene Silva de Carvalho
José Lourenço Colares Neto*

Discentes do curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

*Lincoln Rufino
Carlos Wagner Dias Ferreira
Rita Andrade*

Docentes do curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) O presente documento tem por finalidade levantar a questão de uma possível terceirização do sistema carcerário brasileiro, no VII Congresso de Iniciação Científica da Faculdade Natalense para Desenvolvimento do Rio Grande do Norte. A crise do sistema prisional está presente em todos os estados brasileiros, e envolve a sociedade de modo geral. Diante da relevância política e social que o tema apresenta, iremos discutí-lo, levando em consideração seus mais diversos aspectos nas áreas do Direito Penal e Constitucional. Observaremos também neste artigo suas possíveis conseqüências para a sociedade. Será a iniciativa privada a solução para a efetiva ressocialização e modernização do sistema penitenciário nacional?

(METODOLOGIA) A pesquisa desenvolvida focará uma realidade mais próxima: a do estado do Ceará, que tem o sistema de co-gestão já implantado na Penitenciária Industrial Regional do Cariri (PIRC). Desenvolvendo um modelo comparativo entre a realidade social e criminal desse estado com o tipo de terceirização do sistema prisional norte-americano. Buscamos respaldo em matérias extraídas de revistas, internet e livros.

(RESULTADOS) A pesquisa busca esclarecer que a terceirização não pode ser entendida como a total entrega das penitenciárias às empresas privadas, ela é na verdade uma espécie de transferência de atividades-meio à administração por terceiros. Isso se dá pela impossibilidade do Estado brasileiro viabilizar tais atividades, que consistem no melhoramento das condições dos presídios, resolvendo questões como: o problema da superlotação dos presídios, provisão de assistência médica de qualidade, melhorias dos quesitos segurança, higiene, alimentação, enfim a qualidade de vida dos apenados. O atual sistema prisional não consegue garantir aos que se encontram sob a tutela estatal os direitos e garantias fundamentais pensados pelo legislador constituinte no que tange à individualização da pena e a integridade física e moral dos apenados. Todavia, deve-se ter um cuidado especial na hora de delegar funções e conseqüentes responsabilidades a essas empresas contratadas. Assim, a co-gestão pode ser vista como a saída mais segura e o meio termo, o equilíbrio encontrado para minimizar os problemas existentes nos presídios e obter bons resultados, visto que ela oferece prestações de serviços que não diminuem a autonomia do Estado no sistema penitenciário.

(CONCLUSÃO) Procuramos por fim fazer um trabalho informativo e utilitário, pois acreditamos que esse tema é de bastante relevância social, afinal o cumprimento da pena não exclui os direitos inerentes ao ser humano. Devem assim cumprir suas penas e liquidar suas dívidas com a sociedade tendo pelo menos as condições mínimas necessárias de sobrevivência, até porque um dia, esses indivíduos voltarão para o seio da sociedade e não é interessante que voltem ainda mais marginalizados. É dever do Estado ressocializar os criminosos e conferir uma vida digna a todos. Sob esse prisma, não só o Estado, mas a iniciativa privada e a sociedade civil organizada, e os demais órgãos que a compõem devem pensar a ressocialização do infrator, sabendo que em determinado momento ele retornará ao convívio social, trazendo consigo as experiências vividas no cárcere.

A3 – DIREITO

A CORRELAÇÃO DE FORÇAS NA LUTA PELO DIREITO DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL: LAGOINHA, NATAL, RN

Vander Lima Silva de Góis

Discente do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN, Poeta e Músico.

José Nicolau de Souza

Professor Doutor, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN e Escritor.

(INTRODUÇÃO) Trabalho em desenvolvimento tendo por objetivo analisar a fundamentação e os ordenamentos jurídicos que explicam e solucionam, adequadamente, os problemas sociais em litígio na área do Direito Ambiental. Empiricamente, o estudo centra-se, geograficamente, no contexto da especulação ambiental no bairro de Ponta Negra, situado na região metropolitana sul da cidade do Natal, Rio Grande do Norte e focado na comunidade de Lagoinha, alvo de disputa motivada pela luta em torno da edificação de empreendimentos residenciais, em confronto com a ameaça de agressão ao meio ambiente tendo por base atingir o lençol freático ali situado, intervenção essa capaz de comprometer o abastecimento de água potável para a população que habita grande extensão da capital do Estado. Além da água, esta também em jogo a extinção de parte da fauna e flora presentes na área como resíduos ou sobrevivência da mata atlântica. Considerando que esta situação se constitui em problema de relevância social tomou-se como objeto de estudo os resultados obtidos pelos sujeitos sociais organizados, materializados na força que a comunidade local tem frente a força do grande capital, representada nas empresas construtoras que, sob a mediação do Ministério Público do Estado do RN vêm empreendendo este movimento cuja polarização se fixa, de um lado, entre os que defendem a preservação ambiental da área em função da sobrevivência de grande contingente populacional do entorno e de outro, os que investem no sucesso do empreendimento imobiliário, com funções restritas ao lucro e favorecendo o acesso de poucos aos benefícios dele decorrentes. Ou seja, está posto em evidência o dilema direito público versus direito privado.

(METODOLOGIA) O estudo se desenvolve na perspectiva de compreender o seu objeto na totalidade que o caracteriza, fundamentando-se em indicações da ciência da história, por entender-se que o problema em tela tem implicações e interdependências multifacetadas que precisam ser captadas, explicitadas e analisadas pela via do concreto pensado. Os instrumentos técnicos de coleta de dados definidos para subsidiar a análise do problema são os da pesquisa bibliográfica, tanto para revisão de literatura quanto para o registro dos dados obtidos em documentos oficiais e informativos sobre a questão.

(RESULTADOS) Até o presente, os resultados apontam a necessidade de proceder-se um aprofundamento teórico consistente, na área temática, tanto nos campos do Direito pertinente ao problema quanto na do meio ambiente, como na forma de explicitar-se com justeza, o entendimento do problema e de sua solução do ponto de vista socialmente situado.

(CONCLUSÕES) As conclusões provisórias são de que a questão ambiental, especificadamente o direito ao meio ambiente sadio e equilibrado tem subjacente à sua materialidade, raízes mais profundas do que se pode imaginar aparentemente. Neste sentido, compreende-se que este fenômeno não se explica, concretamente, pelos atos individualizados dos sujeitos humanos envolvidos o que contribuirá para redimensionar os estudos das práticas empreendidas em relação a esta temática, possibilitando que as lutas socialmente definidas alcancem maiores resultados em função da sobrevivência do meio ambiente e da maioria da população nos conglomerados urbanos.

A ADOÇÃO HOMOAFETIVA NO BRASIL: POSSIBILIDADE JURÍDICA À LUZ DOS PRINCÍPIOS DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E DA ISONOMIA

*Amanda D’Cássia
Camila Maia
Leonardo Cirne
Renata Silveira*

Discentes do curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

*Alan Barros
Carlos Wagner
Lenice Silveira
Pablo Capistrano
Rita Andrade*

Docentes do curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) Até o advento da Constituição Federal de 1988, o conceito de família era limitado e taxativo, pois o CC/16 somente conferira o *status familiae* àqueles agrupamentos originados do matrimônio. Isso foi modificado, sendo atualmente levado em conta o afeto para que exista formação da família. Os exemplos desse novo paradigma são citados pela própria Constituição Federal, ao reconhecer como entidade familiar também a união estável (art. 226, § 3o) e a família monoparental (art. 226, § 4o). Para aprimorar esse novo conceito de unidade familiar, é possibilitado o procedimento de adoção. Devido às condições do sistema de adoção no Brasil, o desejo de adotar dos pares homoafetivos, poderia contribuir para diminuir o número de crianças em abrigos sem perspectiva de adoção.

(METODOLOGIA) A pesquisa em si teve seu enfoque bibliográfico, meios alternativos, reportagens, artigos, decisões jurisprudenciais e utilização de sítios na internet. Tratando-se de pesquisa interdisciplinar a qual abrange reflexões sobre Direito Civil II, Direito Constitucional II e Filosofia do Direito.

(RESULTADO) Quanto à idéia jurídica de família, prevista no artigo 226, § 3º da CF/88, o ECA não traz de forma expressa a possibilidade da adoção por homoafetivos, mas também não a veda. Uma corrente entende que apenas com a alteração do artigo supracitado, dando ao par homoafetivo o status de entidade familiar, será possível a adoção em conjunto. Já a outra, entende que o artigo constitucional mencionado fere o princípio da igualdade, isonomia e da dignidade da pessoa humana (art.3º, art.5º, I e art.7º, XXX, todos da CF/88). Para essa corrente, o art.226, §3º da CF/88 deve ser desconsiderado e concedida a adoção aos pares homoafetivos qualificados nos requisitos exigidos para que esta seja efetuada. Nestes dispositivos, percebemos a preocupação legislativa em dirimir as discriminações. Segundo Aristóteles, devemos tratar os desiguais de forma diferenciada para alcançar a isonomia. Rawls, verificando que os homens são desiguais, apesar da igualdade que têm quanto à liberdade e direitos fundamentais, prevê que essas desigualdades são aceitáveis desde que a sociedade maximize o mínimo que se deve dar a esses indivíduos, tornando-os menos desfavorecidos. A urgência em se reconsiderar a situação jurídica dos pares homoafetivos diz respeito também à situação na qual se encontram muitas crianças que demandam por suporte familiar. Uma pesquisa feita por Weber (1996) citada no simpósio internacional do adolescente (2005), aponta o perfil das crianças mais cotadas para adoções no Brasil: (76%) de estado de saúde saudável, 69% que têm até três meses de idade, 60% do sexo feminino e 64% de pele clara. Do outro lado desta estatística, as crianças que configuram o quadro das “não-adoptáveis”: 16,66% com a idade média de 2 anos; 36% de cor negra ou parda e 23,15% são adotadas mediante a presença de alguma deficiência ou problema de saúde. Deste modo, grande parte das crianças, excluídas pelo sistema, habitam as ruas.

(CONCLUSÃO) Conviver com homoafetivos é uma forma de aprender a lidar e respeitar as diferenças, que será muito útil à criança. Não se pode rotular o caráter pela sexualidade. A sociedade ainda não entendeu o sentido do termo inclusão. A construção de uma nova cultura de adoção é um direito inalienável e um dever ético de todos. Portanto, é importante oferecer aos adultos interessados em adotar, oportunidade de realizar este gesto de amor e respeito ao próximo, independentemente de sua opção sexual. Vejamos a questão por uma nova ótica, permitida a adoção, seria um triplo benefício, às crianças, que teriam uma família, fonte de carinho, educação e sustento; Aos parceiros homoafetivos, que realizariam o sonho da maternidade/paternidade; E às instituições de amparo ao menor, que estariam abrindo espaço para novas crianças.

**ADOÇÃO-CONSTITUIÇÃO, CONVENÇÃO E AS DISPOSIÇÕES
DO ECA SOBRE ADOÇÃO INTERNACIONAL**

Andréia M^a. das Chagas Silva Oliveira

Débora Alves Delfino

Janaina Lucena Wanderley

Lúcia Margareth Fagundes de S. Pinheiro

Discentes do Curso de Direito, da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Vânia Vaz Barbosa Cela

Docente do Curso de Direito, da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) O direito da criança e do adolescente deve se sobrepor a todo e qualquer interesse diverso que possa estar presente na efetivação de uma adoção nacional ou internacional, visto que o objetivo desse instituto, é proporcionar à criança ou adolescente, uma vida familiar e um futuro melhor. É nesse âmbito, que se encontra nosso tema da Adoção, privilegiando-se o enfoque social frente ao instituto da adoção internacional, que exige da ciência jurídica uma abordagem não apenas normativa, mas também sociológica e ética.

(METODOLOGIA) Para viabilização do referido estudo, realizamos pesquisa de cunho teórico, reflexivo e empírico, com destaque para as decisões judiciais que apontam para o respeito aos direitos fundamentais da criança e do adolescente, com vistas as situações que põem em risco o direito ao convívio familiar em decorrência da ausência da família natural. Por outro lado, perfazemos um estudo doutrinário sobre o tema com fundamento no Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como na Convenção de Haia, cujo objetivo principal é a adoção internacional respeitando os direitos fundamentais internacionais e a coibição ao tráfico de crianças.

(RESULTADOS) Verificamos no presente trabalho que a adoção internacional é admitida constitucionalmente, sendo delegado à lei o estabelecimento dos casos e das condições de sua efetivação, onde o Ministério da Justiça é o responsável por tais adoções. O referido processo de adoção é precedido de uma análise criteriosa dos pedidos de habilitação formulados por parte dos estrangeiros. Vimos também, que este ainda é um tema polêmico, visto que, para alguns, se trata de uma possibilidade de amenizar os aflitivos problemas sociais, enquanto outros apontam o temor da transformação em tráfico de crianças e suas conseqüências. Ressalte-se que o ordenamento jurídico prioriza a adoção nacional, mas, não descarta a adoção internacional, para os casos em que aquela não é possível.

(CONCLUSÃO) Observa-se que existe no nosso ordenamento jurídico, notadamente a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente, dispositivos legais que tratam a criança e o adolescente como sujeitos de direitos, com definição clara de políticas básicas, protetivas e socio-educativas, bem como responsabilidades definidas e divididas entre família, sociedade e Estado, cabendo a sociedade governamental e não governamental, de forma paritária e participativa a responsabilidade, de exigir o cumprimento destes direitos e deveres, com fim de garantir dignidade e justiça social para crianças e adolescentes. E, ainda, que é inevitável constatar que a temática central, ADOÇÃO, exige uma análise multidisciplinar, com vistas aos discursos psicológico, social, religioso, ético e jurídico.

A3 – DIREITO

AGÊNCIAS REGULADORAS (AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR – ANS)

Carlos José de Oliveira Bonifácio Feitosa

Dulce Tindo Barbosa

Francisco das Chagas Ferreira Dantas

Rosa de Lourdes Delgado Reis

Discentes do Curso de Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Gilmar dos Santos Melo

Docente da Disciplina de Direito Administrativo do Curso de Ciências Jurídicas da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) O Estado brasileiro entrou, na década passada, em uma fase de modernização inspirada nos moldes de Estados tradicionalmente liberais. A exemplo de países como os Estados Unidos e Canadá, o Brasil reformulou o conceito de serviço público, dando espaço a uma onda de privatizações de órgãos concessionários de serviços antes exclusivamente realizados pelo Estado tradicionalmente paternalista e centralizado. Como consequência dessa reformulação de pensamento, foram abertas portas para que a iniciativa privada tivesse acesso a setores da economia que são considerados como essenciais para a estruturação mais básica de qualquer sociedade organizada, como por exemplo, o sistema de saúde pública, de telefonia, de energia elétrica, de águas e esgotos, entre outros. Contudo, para não perder as rédeas do controle da qualidade dos serviços, o Estado criou as Agências Reguladoras para fiscalizar e regular (como o seu nome já diz) a atividade privada nessas áreas de interesse público. Tais agências são autarquias imparciais que gozam de autonomia política, administrativa, financeira e funcional, estruturação que serve para tornar tais órgão neutros em relações a vontades que não expressem as necessidades reais do país nas áreas determinadas de ação de cada Agência reguladora.

(METODOLOGIA) Para centralizar, facilitar e direcionar o estudo desse tema, foi escolhida uma das Agências Reguladoras, a saber, a ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar) para ser objeto de estudo. Uma vez delimitada a autarquia a ser estudada, analisou-se a sua estrutura, tanto formal quanto funcional, observando sempre se esta vem conseguindo alcançar os objetivos a que se propôs no ato de sua criação. Para tanto, foram utilizados textos legais, informativos institucionais, além de entrevistas com funcionários da própria autarquia, de pessoas que trabalham na área de atuação autárquica em foco, além de usuários do sistema de saúde, tanto público, quanto privado.

(RESULTADOS) Percebeu-se, em primeira análise, uma maior organização do sistema de saúde nacional após a criação na ANS, visto ter trazido regras que facilitam a interação entre os vários órgãos vinculados a essa área, sejam eles públicos ou privados. Além disso, verificou-se um controle mais apurado e organizado do sistema privado, através da integração sistemática feita pela Agência Reguladora, o que possibilitou um maior bem-estar ao consumidor, assim como mais segurança ao vincular-se a um plano de saúde médico-hospitalar ou odontológico.

(CONCLUSÕES) Por todo bem que trouxeram as Agências Reguladoras, vemos as mesmas como estruturas que tornam mais complexa a organização estatal brasileira, principalmente em relação ao objetivo principal dessas autarquias, que é o controle de estruturas específicas. No entanto, a privatização de alguns setores trouxe mais agilidade a estes, de forma que desafogou o Poder Público de organizar a prestação de serviços complexos, em uma rede de empregados e estruturas que nem sempre eram funcionais, reduzindo a atuação do Estado à fiscalização. No entanto, tal fiscalização não deve ser vista como um trabalho fácil e, por isso, o Estado tem permanecido tão ocupado quanto antes, observando e organizando a atividade privada, além de ser o solucionador de toda celeuma encontrada nos sistemas inseridos no universo das Agências Reguladoras. Ainda quanto a estrutura dessas Agências Reguladoras, é preciso que esta coadune mais perfeitamente com as metas de independência política e autonomia, visto que, hoje em dia, seus chefes são indicados pelo Poder Executivo. Podemos concluir, portanto, que a criação das Agências Reguladoras, a exemplo da ANS, foi algo bom, mas que ainda precisa ser trabalhado em diversos aspectos para que possa fluir como deveria.

AS RAÍZES DA VIOLÊNCIA NO BRASIL

*Ana Luiza de Oliveira Batista
Camilla Schultz Bertrand
Fernanda de Fátima Medeiros de Azevedo
Larissa Rêgo de Azevedo*

Discentes do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Sara Andrade

Docente do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) As causas da violência são em verdade, múltiplas. Trata-se de um fenômeno multicausal e que se agrava em determinados momentos, por força da ideologia, da religião, da cultura, enfim, de determinados fatores que surgem (ou ressurgem) em determinados momentos históricos. A violência é uma patologia do corpo individual, que contamina o corpo social e que contribui para o equilíbrio-desequilíbrio da sociedade. Perante esta realidade, o presente trabalho tem como objetivo desenvolver reflexões críticas e teóricas acerca dos diversos fatores sociais que são responsáveis pelo desencadeamento da violência no Brasil.

(METODOLOGIA) Realizou-se um estudo retrospectivo, de caráter qualitativo e nível descrito, por meio de levantamento bibliográficos, no qual abordou-se diversos fatores e crises responsáveis pela violência, tendo como ponto de partida As raízes da violência no Brasil.

(RESULTADOS) Verificou-se que este tema tem sua formação justificada na necessidade de um melhor esclarecimento sobre as origens e fatores agravantes da violência e quais seriam os motivos da existência da violência exarcebada no nosso país. Portanto, este projeto discute diferentes situações que são adotadas como resultantes da violência.

(CONCLUSÃO) Diante do que foi tratado, observou-se que a violência é uma patologia do corpo individual, que contamina o corpo social e que contribui para o equilíbrio-desequilíbrio da sociedade. Infelizmente, operadores do direito, da polícia e leigos no assunto não conseguem ver a violência como uma patologia. Porém sendo o homem um ser individual, a violência, se praticada por ele tem uma raiz individual. Cada fenômeno apresenta-se na sua multidimensionalidade natural. E a violência, sendo gerada a partir de um ser é resultado de múltiplos fatores genéticos, históricos, ambientais, que se unem para dar a identidade de todo o homem. Sendo a violência um fenômeno que se agrava- pois nunca inexistiu ou nunca deixará de existir- em certos momentos históricos, analisando o momento em que vivemos, o início do século XXI no Brasil, podemos atribuir as raízes da violência à uma série de crises como a da Estrutura Familiar, dos Meios de Controle Social, Educação, Valores, a Desigualdade Social, as Drogas, aos Sistemas Penitenciários, Judicial e Policial Deficitários e principalmente a Impunidade.

OS NOVOS PARADIGMAS PARA O BIODIREITO

*Francisco Andrade dos Santos
José Rodrigo de Araújo
Mary Luci Almeida de Oliveira Gurgel
Rafael Moura Góis
Thiago Dantas Lima*

Discentes do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

*Alexandre Gomes
Carlos Thompson
Rita Andrade
Walber Cunha Lima*

Docentes do Curso de Direito, Faculdade Natalense Para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) A Lei parece ser um instrumento privilegiado para orientar o desenvolvimento das ciências da vida. Neste sentido, o termo Biodireito representa um ramo novo e revolucionário cujo interesse repercute mundialmente.

(METODOLOGIA) Para compreendermos o surgimento e a relevância do Biodireito, torna-se necessário eleger um ponto de partida histórico. Dentre tantos fatos que mobilizaram a sociedade no século XX, talvez o que tenha gerado maiores perturbações e mudanças em como o homem vê as perspectivas do futuro, da sobrevivência e dos tratos ao seu semelhante.

(RESULTADOS) Nesta perspectiva, o objetivo é a analisar as várias mudanças sociais causadas aos indivíduos identificando os limites da atuação profissional no campo técnico-científico. Podemos afirmar que o Biodireito possui objeto de estudo muito semelhante ao da Bioética, porém com uma ressalva: aquele traz em seu bojo a análise técnico-jurídica, incluindo certos juízos de valores jurisprudenciais que geralmente não fazem parte da realidade desta. Portanto analisaremos a estrutura principiológica das relações existentes nas diferentes áreas em comum entre o Biodireito e o Direito.

(CONCLUSÃO) A revolução científica, através da engenharia genética, pode modificar as características do gênero humano e trazer repercussões, ainda insondáveis, em nossas gerações futuras. A contribuição da Bioética está em tentar responder a muitas questões médicas, sociais, políticas, econômica e jurídica que envolve a discussão sobre a noção de humanidade, compreendida de uma forma global. Os dilemas éticos, religiosos e sociais, ao lado das decisões em torno da Bioética, e dos direitos Humanos, estão associados a temas novos como o "aborto", "esterilização", "reprodução assistida", "genética", "técnicas alternativas de reprodução", "acompanhamento do suicídio", "morte", "operações transexuais", "comercialização e doação de órgãos", "a nova teoria da sexualidade", "casamento entre pessoas do mesmo sexo" entre outros temas. Cabe à sociedade fixar e determinados limites, criando um enquadramento bem definido em matéria de práticas biomédicas, fundamentado no princípio da responsabilidade. Cabe aos cidadãos de hoje, promover a saúde e bem estar de todos e, ao mesmo tempo, defender os direitos daqueles que comporão as gerações futuras, proporcionando a proteção à vida humana a todo custo. Sendo este o papel do Biodireito.

**BIOÉTICA, BIODIREITO E DIREITOS HUMANOS:
ESTUDOS EM TORNO DE CONCEITOS E CORRELAÇÕES**

Deborah Vieira de Alencar Maia

Laís Luz de Menezes

Carla Dias Lima

Max Muller Barbosa

Ari dos Santos de Azevedo Filho

Discentes do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Sara Maria de Andrade Silva

François de Oliveira Ferreira

Jorge Luiz Freire de Aquino

Docente do Curso de Administração, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) Este estudo busca assinalar os conceitos de bioética e biodireito à luz da visão dos direitos humanos. Portanto a escolha do tema justifica-se por versar sobre novos direitos, frutos da moderna cosmologia, além de ser ramo da filosofia moral, por ter surgido da necessidade de se estabelecer princípios racionais que explicassem e fundamentassem o comportamento do homem em face de novos conhecimentos e tecnologias. Versando sobre um tema essencial para a sobrevivência da humanidade e que envolve liberdades, direitos e deveres da pessoa, da sociedade e do Estado, a bioética é tida como a mais contemporânea fonte de direitos humanos – tema que remonta, na verdade, ao Jusnaturalismo, e aos pensadores iluministas do início da contemporaneidade. Essa passagem da bioética para o biodireito, em âmbito internacional, concretizou-se através da Declaração Universal do Genoma Humano e dos Direitos Humanos, organizada pelo Comitê de Especialistas Governamentais da UNESCO, e tornada pública em 11 de novembro de 1997. Tal documento estabelece os limites éticos a serem obedecidos nas pesquisas genéticas. Assim, o presente trabalho tem como objetivo realizar um trabalho exploratório dos conceitos da bioética e do biodireito, apontando suas correlações, à luz da teoria dos direitos humanos.

(METODOLOGIA) Para atingir aos objetivos propostos, foi realizada uma pesquisa de caráter teórico, qualitativo e de procedimentos bibliográfico buscando os conceitos e a correlação entre bioética e biodireito enfocada à luz dos direitos humanos.

(RESULTADOS) Entende-se por bioética, o estudo dos problemas éticos suscitados pelas pesquisas biológicas e pelas suas aplicações por pesquisadores, médicos, etc. Afirma-se, ainda, que os princípios da bioética surgiram para estabelecer parâmetros éticos para as pesquisas e tecnologias, e que terminaram por receber sua formalização, mais universal, sob a forma de direitos humanos. Biodireito, por sua vez, é o ramo do Direito Público que se associa à bioética, examinando as relações jurídicas entre o direito e os avanços tecnológicos vinculados à medicina e à biotecnologia, às particularidades relacionadas ao corpo e à dignidade da pessoa humana. Na bioética são discutidos temas como as novas formas de procriação, a eutanásia, a clonagem e as políticas públicas relacionadas com esses temas.

(CONCLUSÃO) Conclui-se que a bioética, o biodireito e os direitos humanos são assuntos que já vêm sendo discutidos há certo tempo, porém só atualmente encontra-se em destaque devido às polemicas que hoje se estabelecem em virtude dos conflitos de interesses existentes. Pode-se atribuir isso ao fato de que está havendo um grande avanço nas pesquisas tecnológicas e científicas, logo é primordial que haja um mecanismo de regulação, a fim de limitar as pesquisas tecno-científicas, visando assegurar o bem da coletividade e impedir abusos por parte dos pesquisadores. Percebe-se com este trabalho que é necessário que um número cada vez maior de pessoas fiquem informadas a respeito desses conceitos e possam de certa forma exercer um controle social para evitar abusos, somando-se ao controle ético e jurídico do fenômeno.

A EFETIVAÇÃO DA LEI MARIA DA PENHA

*Anita Conceição de Alvarenga e Sousa
Simone dos Santos Dantas*

Discentes do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN.

Alexandro Gomes B. dos Santos

Docente do Curso de Direito Penal, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN.

(INTRODUÇÃO) Sancionada em 07 de Agosto de 2006 a Lei 11.340/06 - lei Maria da Penha objetiva prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher. Cria mecanismos e estabelece regras para a polícia, os promotores e os juízes atuarem quando a violência for doméstica. O estudo tem por objetivo o comportamento da mulher na sociedade potiguar diante da aplicabilidade da Lei Maria da penha. Justifica-se a pesquisa do tema proposto considerando que somente a criação desta Lei não atingirá seus objetivos.

(METODOLOGIA) Mediante estudo e análise das considerações sobre o papel atribuído a mulher no contexto social patriarcal, foi possível compreender a lacuna existente entre a criação da Lei Maria da Penha e a futura transformação social que ela representa pelo fato de não haver até o momento, a plena eficácia dos mecanismos de proteção contidos na própria Lei. A pesquisa de campo obteve dados coletados na Coordenadoria da Defesa dos Direitos da Mulher e das Minorias-CODIMM, acrescidas de informações obtidas durante visita na Delegacia Especializada no atendimento a mulher vítima de violência.

(RESULTADOS) A violência contra a mulher é um dos maiores problemas da sociedade brasileira, resultante de um processo histórico, cultural e econômico, que perpassa todas as classes sociais, graus de escolaridade, religião, etnia ou profissão. Esta pesquisa científica tem por escopo demonstrar que a mulher atual oscila entre seus direitos e a causa histórica e cultural de uma sociedade patriarcal. Mesmo na conquista incessante de espaços igualitários, esta violência invisível é socialmente permitida e ratificada. Nesta lógica, punir o agressor sem posterior encaminhamento a Centro especializado no enfrentamento a violência, e sem conciliar as necessárias mudanças comportamentais germinadas às crianças desde a mais tenra idade para a respeitosa relação entre seres homens e mulheres, somente a criação desta Lei não atingirá seus objetivos.

(CONCLUSÕES) Diante do cenário descrito, da falta de interação entre as políticas públicas destinadas a implementar as disposições legais trazidas pela Lei 11.340/06, da falta de capacitação dos profissionais que iniciam nas delegacias o atendimento a mulher vítima de violência, da falta de Centros de atendimento ao agressor, da falta de inserção ao mercado de trabalho às vítimas dependentes economicamente de seus agressores, torna-se inviável que a aplicação de uma Lei venha a reestruturar a complexa dinâmica social do cenário da agressividade com base no gênero que é a relação de poder estabelecida culturalmente pelo sexo biológico em uma sociedade patriarcal.

A3 – DIREITO

O ABASTECIMENTO DE ÁGUA E OS PRINCÍPIOS DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA, DIREITO À SAÚDE, E MEIO AMBIENTE EQUILIBRADO NO MUNICÍPIO DE NATAL

Carla Andressa de Azevedo Costa

Larissa Márcia de Lima

Luiza Adriana Bessa Wolff

Discente do curso de Direito, Faculdade Natalense para o desenvolvimento do RN.

Vânia Vaz Barbosa Cella

Docente do curso de Direito, Faculdade Natalense para o desenvolvimento do RN.

(INTRODUÇÃO) O sistema de abastecimento de água na cidade de Natal, fornecida pela Companhia de Água e Esgotos do Rio Grande do Norte, CAERN, vem sofrendo constantes críticas diante das altas concentrações de nitrato, em a água chega às residências dos natalenses com nível de potabilidade impróprio para o consumo humano. Diante desta realidade, percebemos a afronta aos princípios da dignidade da pessoa humana, pois, o homem enquanto integrante de uma debilidade da natureza necessitando de água para sua sobrevivência, o nível de nitrato atingindo sua dignidade, como também a saúde, e tal situação somente acontece diante do desequilíbrio de um meio ambiente equilibrado, e dos cuidados na manutenção das bombas, poluição, tratamento de água insuficiente para a sociedade.

(METODOLOGIA) Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, com caráter exploratório, pois baseia-se nos recentes acontecimentos divulgados pela mídia, diante das Ações ofertadas pelo Ministério Público do Estado, 45ª Promotoria do Meio Ambiente, e o reconhecimento da CAERN sobre sua debilidade enquanto gestora do abastecimento de água na cidade de Natal, apresentado artigo publicados em jornal local, como também, mostrando as próprias contas de água que fornecem a informação, e o problema do nitrato.

(RESULTADOS) O manancial subterrâneo é o responsável pelo abastecimento de 84% (oitenta e quatro por cento) da água consumida na Zona Sul de Natal e 25% (vinte e cinco por cento) da água consumida na Zona Norte. Enquanto que as demais regiões que possuem outras fontes de abastecimento sofrem com a desconformidade dos níveis de seguranças mínimos para consumo da água por parte da população, e a possível contaminação do nitrato. Em contrapartida, a CAERN, sofreu denúncias por parte do Ministério Público e populares sobre o não-tratamento do esgoto, causando assim poluição, e como o município depende dos mananciais e das lagoas, o serviço público está sendo ineficaz duplamente, pois polui, não trata, e repassa para a população uma água que poderá causar doenças diversas, e racionamento no abastecimento.

(CONCLUSÃO) Por fim, averiguamos que diante da não vigilância do meio ambiente, esta causando riscos a saúde dos natalenses, e ainda afetando sua dignidade, apontamos como solução, uma fiscalização maior por parte dos órgãos públicos responsáveis em relação a CAERN, que sejam feitas denúncias as Promotorias competentes, desde que fundamentadas, em algum resquício de verdade, podendo ser ajuizadas Ações Cíveis Públicas como forma de coibir o descaso, e o cidadão, enquanto indivíduo podendo ajuizar ações perante a CAERN, quando perceber que sua saúde foram atingidas em virtude da água que fora consumida. Estas são medidas algumas medidas práticas que podem transformar ou mudar hábitos tanto da CAERN no abastecimento, e controle de segurança, quanto da população, e Estado.

A3 – DIREITO

ADOÇÃO À BRASILEIRA: UMA ANÁLISE DE SEUS ASPECTOS GERAIS

*Cybelle Araújo de Medeiros
Larissa Grasiela Fagundes
Roberta Alves Q. F. de Oliveira
Talita Maria de Farias*

Discentes do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

*Carlos Wagner Dias Ferreira
Karina Smith
Lincoln Rufino
Rita de Cássia de Andrade
Walber Cunha Lima*

Docentes do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) O trabalho de iniciação científica presente teve seu início no Congresso de Iniciação Científica da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte - FARN/2006, onde o foco do primeiro era o aprofundamento acerca da adoção em seus aspectos gerais. Levando em consideração a complexidade do tema, neste segundo momento, daremos apenas uma breve reflexão acerca da adoção judicial para então adentrarmos num tipo específico de adoção, a Adoção à Brasileira, este previsto no artigo 242 do Código Penal, onde abordaremos seus aspectos jurídicos, tais quais os cíveis, na contraposição entre o disposto no código civil e o seu não cumprimento, incidindo no segundo âmbito a ser analisado, o penal; este, analisado da óptica do princípio da legalidade, da persuasão racional do juiz e o perdão judicial; os constitucionais, tais quais os direitos e garantias fundamentais da criança e do adolescente; e, por fim, os processuais, nos quais evidenciam os princípios da celeridade processual, da concentração e da economia processual e da instrumentalidade das formas.

(METODOLOGIA) Para a realização do trabalho ora apresentado, fora utilizada o método de pesquisa de cunho qualitativo com uma pesquisa bibliográfica em livros, periódicos, artigos científicos e bases de dados virtuais.

(RESULTADOS) Observamos que a adoção judicial por si só já configura um processo complexo e moroso para que o menor adotante esteja sempre amparado pela justiça diante dos seus direitos previstos tanto na Constituição Federal quanto no Estatuto da Criança e Adolescente. Contudo, se os princípios albergados pelo direito processual fossem atendidos sem se confrontar com a segurança do adotado, poderíamos obter uma redução da incidência da adoção à brasileira. E quando não respeitado o ritual processual e indo contra o lícito na execução desta prática, entra em cena a figura do representante do Estado, o juiz, para então decidir pela conflituosa relação da aplicação da pena ou da concessão do perdão judicial.

(CONCLUSÕES) Embora a demora da efetivação da adoção judicial seja necessária para assegurar o bem-estar do menor adotado, a justiça em quase nada colabora para que as etapas sejam cumpridas com seus respectivos prazos, fazendo com que haja uma distorção na óptica da população diante da adoção judicial, concorrendo, então, para a prática da adoção à brasileira. Outro fator que houve ponderação é a posição do juiz diante desta prática delituosa, que põe em voga o direito do juiz legislar acerca de um crime, por configurar sua tipicidade, ilicitude e culpabilidade, embora seja passível de perdão judicial ao reconhecer, a título de sendo comum, ser praticado por motivo de nobreza, ou seja, em benefício do adotado.

CRÉDITO DE CARBONO: CONTROLE DA POLUIÇÃO OU COMERCIALIZAÇÃO DE LIXO AMBIENTAL?

*Kátia Suely Alves
Roberta Pereira Cacho
Teolinda Dantas de Azevedo*

Discentes do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Vânia Vaz Barbosa Cela

Docente do curso de Direito Internacional, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) O avanço tecnológico vem promovendo mudanças e agressões à natureza causando desastres ecológicos diversos. O conjunto das ações humanas está pondo em risco a vida do ser vivo na terra. A necessidade de preservar o meio ambiente é real e indubitavelmente é dever da humanidade se mobilizar para cobrar soluções políticas internacionais efetivas de mudanças climáticas, evitando a destruição das reservas naturais não renováveis indispensáveis à vida humana. O Protocolo de Kyoto instituiu uma “moeda ecológica”, estabelecendo metas de redução de gases poluentes pelos países desenvolvidos que se comprometeram em reduzir as emissões, em média, 5% abaixo dos níveis registrados em 1990, para o período entre 2008 e 2012 (primeiro compromisso). Além de render dinheiro a quem poluir menos a natureza, esse compromisso vai incentivar aqueles países a buscarem alternativas capazes de reduzir o aquecimento global, pois o mundo não pode se tornar irrespirável! As grandes potências são as que mais contribuem para o efeito estufa e emissão destes gases, devendo, portanto, pagar pelo mal que causam ao meio ambiente respondendo por estes atos, financeiramente. O Protocolo estabeleceu cotas de emissões de carbono, os chamados “créditos de carbono”. Estes possibilitam a comercialização entre os países, de forma que, o direito de poluir possa ser negociado através de certificados adquiridos pelos poluidores, em compra de créditos aos países em desenvolvimento, que em geral possuem menos poluentes e cujas florestas podem ser utilizadas como sumidouros do carbono. Os países devem investir na proteção e principalmente na restauração das fontes naturais e das áreas verdes. Mesmo sabendo que se trata de uma transação financeira, a poluição não deve ser considerada como mercadoria, pois o maior propósito é eliminá-la. O Brasil por sua natureza privilegiada detém fontes naturais importantes para o mundo – água, energia, minério, madeira, solo e ar, e é hoje um Estado que pode desenvolver projetos, tornando a negociação de créditos de carbono uma atividade propiciadora de boa rentabilidade. Movimentos ambientalistas, grupos de direitos humanos e a sociedade em geral reivindicam um mundo melhor, haja vista a poluição ser um problema de todos. O que se deseja realmente é que projetos como os de “Créditos de Carbono” dêem certo, gerando vantagens para todo o planeta; afinal a humanidade é quem vai sair ganhando.

(METODOLOGIA) Trata-se de uma pesquisa conduzida basicamente pela observação direta e intensiva, através de levantamento bibliográfico e documental sobre o tema. Tal análise foi procedida de uma descrição da situação que se encontra o meio ambiente, de dados históricos sobre crédito de carbonos e seu impacto para o futuro da humanidade.

(RESULTADOS) Verificamos uma desproporcionalidade entre o empenho efetivo dos países na adoção de tais certificados e a importância que os mesmos representam, como uma das formas encontradas, a curto e médio prazo, para diminuir a degradação do meio ambiente.

(CONCLUSÃO) Após concluir que os Estados não estão adequados às legislações ambientais, propõe-se como sugestão, uma discussão sobre políticas efetivas, a serem implementadas pelos países de forma a trabalhar os aspectos sociais, ecológicos, políticos, econômicos e jurídicos, através de Entidades Operacionais designadas pela ONU, obedecendo ao rito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), para diminuir a poluição do planeta. O Rio Grande do Norte deve criar projetos cujo intuito seja a emissão e aprovação de RCE’s (Reduções Certificadas de Emissões), objetivando traduzir as idéias originais do Protocolo de Kyoto para aplicações práticas que impulsionem o Estado dentro do Mercado de Carbono, sempre em conformidade com as necessidades energéticas atuais e futuras. É uma grande chance de crescer economicamente e ajudar o mundo a ter uma qualidade de vida melhor e com perspectivas de um futuro menos sombrio e mais promissor.

A3 – DIREITO

DEFENSORIA PÚBLICA NO RIO GRANDE DO NORTE: DIFICULDADES DA POPULAÇÃO CARENTE AO ACESSO À JUSTIÇA

*Adriana Karini Rocha de Andrade Paiva
Augusto Cesino Monteiro de Medeiros Neto
Allysson Brunno Morais Avelino
Alexandre Montenegro de Sousa
Bruno Trigueiro Lopes*

Discentes do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Sara Maria de Andrade

Docente do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) No Brasil, segundo a Organização das Nações Unidas, existe uma das piores distribuições de riqueza do mundo. Desta forma, a maioria da população não dispõe de recursos para atender suas necessidades mínimas de sobrevivência, tão pouco para ter acesso ao conjunto de bens sociais, a exemplo do acesso à justiça. Com atenção a esta realidade social, a Constituição Federal de 1988, no seu art. 5º, LXXIV dispõe sobre o direito à assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos. Na regulamentação deste direito constitucional, a Lei complementar nº80, sancionada em 12 de janeiro de 1994 dispõe sobre a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios e prescreve normas gerais para sua organização nos Estados, e dá outras providências. Observa-se, contudo, que o direito à assistência jurídica gratuita ainda não está acessível a todos, sobretudo pelas dificuldades enfrentadas pela defensoria pública em todos os recantos do país, inclusive o estado do Rio Grande do Norte. Assim, o presente trabalho tem como objetivo realizar um estudo sobre as condições de funcionamento do serviço de assistência judiciária gratuita no estado, mediante o exame das condições de prestação deste serviço pela sua defensoria pública.

(METODOLOGIA) Para atingir aos fins do presente trabalho, realizou-se uma pesquisa de caráter teórico e empírico, com modelo de análise qualitativo e de procedimento bibliográfico. Para levantamento de dados da realidade, foram realizadas entrevistas, devidamente gravadas, tanto com defensores públicos em atividade, quanto com profissionais já aposentados.

(RESULTADOS) No Rio Grande do Norte, antes da vigente Lei Estadual que organizou a Defensoria Pública no Rio Grande do Norte, ela era composta por apenas seis Defensores Públicos e 18 Assessores Jurídicos, desempenhando todos o mesmo papel e atuando junto aos Juízos cíveis, criminais e Juizados Especiais, além das Comarcas do Interior do Estado, no acompanhamento de processos das mais variadas ações. Com a enorme demanda, os profissionais da defensoria sofreram e ainda sofrem a sobrecarga de trabalho, o que implica, segundo os dados levantados, num comprometimento da qualidade do serviço prestado. As condições adversas para desenvolver suas atividades acarretam, portanto, na insuficiência da prestação judiciária idealizada pelo dispositivo constitucional, comprometendo, em última instância, o próprio direito de acesso à justiça.

(CONCLUSÃO) Diante dos resultados analisados, observa-se que as condições concretas de prestação dos serviços de assistência judiciária gratuita são sérios obstáculos a serem superados pelas políticas públicas do estado. Negligenciar o acesso a tal serviço é negar o acesso à justiça à população carente, o que revela um flagrante desrespeito à norma fundamental e aos direitos humanos essenciais. Assim, é necessário que o preceito constitucional em apreço seja implementado com uma postura positiva do estado, ao garantir a ofertado serviço de assistência judiciária gratuita, assim como do judiciário, no sentido de oferecer aos jurisdicionados um adequado acesso ao aparelhamento jurisdicional, através da simplificação de procedimentos do barateamento dos seus custos e de uma justa declaração do direito aos casos concretos, efetivando-se o verdadeiro acesso à justiça.

DEFICIENTES FÍSICOS: A TUTELA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

*Francisco Antônio Veiga de Medeiros
Giselle Maria Xavier Silveira
Jerônimo Maciel Vilar de Queiroz
Marcela de Oliveira Marinho
Renata Carocha Seixas*

Discentes do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

*Sara Maria de Andrade Silva
Françoise de Oliveira Ferreira
Jorge Luiz Freire de Aquino*

Docentes do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) Considerando as conquistas históricas representadas pelo reconhecimento legal de seus direitos fundamentais, bem como o avanço na inserção desta problemática nas pautas de discussão mundial, a realidade brasileira das pessoas portadoras de deficiência revela a flagrante desigualdade ainda existente no país e o longo caminho que resta a percorrer. Neste cenário, o presente trabalho tem como objetivo realizar um estudo da inclusão social das minorias portadoras de deficiência, refletindo sobre conceitos relacionados ao Estado Democrático de Direito, à teoria dos direitos humanos, à relação entre direito e justiça, bem como os direitos individuais de liberdade e igualdade, com vistas a demonstrar uma visão crítica da realidade observada no contexto nacional.

(METODOLOGIA) Para tanto, realizou-se pesquisa bibliográfica e de campo, com levantamento de dados empíricos mediante entrevistas junto ao ministério público estadual. Quanto à pesquisa bibliográfica, procedeu-se um estudo em literatura especializada, a fim de subsidiar os aspectos teóricos capazes de conduzir aos objetivos propostos pela investigação.

(RESULTADOS) Verificou-se que sob a pressão dos movimentos sociais e da sociedade civil organizada em numerosos países, consolidam-se os Estados de Direito, com o fortalecimento das liberdades negativas e, posteriormente, ampliação das liberdades positivas, o que se constituiu no eixo fundamental da política moderna e contemporânea. Processo histórico de lutas os direitos fundamentais das pessoas portadoras de deficiência surge na segunda geração dos direitos humanos, que distingue os direitos sociais, econômicos e culturais. Esta, por sua vez, caracteriza-se pela idéia de *igualdade* e impõe uma ação positiva (intervencionista) do Estado. Esse novo capítulo da história prioriza a igualdade de oportunidades para todas as pessoas e cria a possibilidade dessa parcela excluída da população, na qualidade de cidadãos, participarem efetivamente da sociedade. Observou-se também que, não obstante vivermos em um Estado Democrático de Direito, fundado em princípios como soberania, cidadania e dignidade da pessoa humana, as diretrizes inclusivas brasileiras determinam ao Estado o dever de garantir uma sociedade livre, justa e solidária, reduzindo-se as desigualdades e eliminando-se os preconceitos e discriminações. Contudo, a realidade concreta ainda revela descompassos em relação ao quadro jurídico demarcado pelas grandes gerações de direitos humanos.

(CONCLUSÕES) O progresso científico e social do século XX aumentou a compreensão sobre o valor único e inviolável da vida. Contudo, a ignorância, o preconceito e o medo ainda dominam grande parte das respostas da sociedade à causa das pessoas portadoras de deficiência. Esta situação agrava-se nos países subdesenvolvidos face aos mecanismos constitutivos de sua sociedade e a marginalização de contingentes populacionais a uma condição de miséria ou subsistência. Existe no Brasil um ordenamento jurídico avançado sobre a questão, porém, a mera fixação legal não ensejará a inclusão por si só. Neste aspecto, à luz de uma teoria do direito e da justiça, cabe à ordem jurídica, como meio ou técnica de realizar os valores sociais mais elevados, uma função primordial: a realização da própria justiça. A justiça possui um aspecto racional (idéia), um aspecto axiológico (valor) e um aspecto utópico (ideal). observa-se que para promover verdadeiramente os direitos humanos de igualdade e inclusão, o direito há de perseguir não a justiça meramente formal, que se exaure no cumprimento dos deveres jurídicos e que não considera os verdadeiros valores da lei, mas aquela justiça substancial e proporcional que busca, através do direito, satisfazer às necessidades humanas fundamentais e o respeito aos princípios da dignidade, da liberdade e da igualdade, tratando igualmente os casos iguais e desigualmente os desiguais. Diante do exposto, conclui-se que a questão, por sua complexidade, apenas vislumbra uma superação as citadas políticas inclusivas, marcadas pelo princípio da proporcionalidade, que reconheça as diferenças, não para excluir, mas sim para integrar.

DIREITO ALTERNATIVO COMO MEIO DE JUSTIÇA SOCIAL

*Candice de Medeiros Azevedo
Sabrina Cavalcante de Macedo
Daniela Carvalho de Lima Nobre
Rogério Maciel Nobre
Jaime Mariz de Faria Júnior*

Discentes do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN.

*Sara Maria de Andrade Silva
Ana Paula Oliveira Cacho
Jorge Luiz Freire Aquino*

Docentes do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN.

(INTRODUÇÃO) A Constituição Brasileira tem como objetivos fundamentais para a nossa pátria a construção de uma sociedade justa, a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades sociais e regionais (Art.3º). Assim, coerente a tais objetivos, haveria de ser promovida pelo poder público a paulatina e constante diminuição do fosso que separa os pobres dos ricos, resultando assim numa diminuição das diferenças sociais e regionais. Entretanto, no período de 1990 a 2000, segundo o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) a distribuição de renda piorou em 2/3 dos municípios brasileiros e a concentração de renda aumentou, fazendo com que passássemos a ter a sexta pior distribuição de renda do mundo. Como medida para cumprir com os objetivos constitucionais, dois passos indispensáveis devem ser dados: a regulamentação jurídica infraconstitucional com vistas a promover a construção de uma sociedade mais justa e a aplicação humanizada de todo o ordenamento jurídico à luz da redução das injustiças e desigualdades sociais. Sabe-se que a ordenação da sociedade, pela via de regras jurídicas específicas é uma tarefa lenta e burocratizada. Portanto, deposita-se neste último aspecto, o da aplicação humanística do direito, uma grande esperança para a realização da justiça e a diminuição das desigualdades, uma vez que isto tanto corrigiria as leis injustas e quanto até supriria a ausência de normas positivas com tais fins. Assim, o presente trabalho tem como objetivo um estudo sobre o direito alternativo como corrente de aplicação do direito capaz de contribuir para a realização da justiça social mediante a prestação jurisdicional.

(METODOLOGIA) Para tanto, realizou-se um trabalho teórico com a aplicação de procedimento bibliográfico, a fim de identificar o conceito de Direito Alternativo, bem como suas fundamentações, princípios e causas históricas, vislumbrando uma visão global sobre o assunto.

(RESULTADOS) Dos estudos realizados, constatou-se que para os objetivos constitucionais, previstos no seu Art. 3º, serem respeitados é imprescindível que tenhamos uma nova visão interpretativa do Direito, que contemple os interesses dos desfavorecidos socialmente, suprimindo sua vulnerabilidade com a aplicação de um direito que humanize as leis frias ou injustas, ou até recorre a outras fontes do direito para dar a cada caso concreto uma solução mais adequada aos princípios de superação das desigualdades reais através do direito. Assim, necessariamente, a corrente positivista do direito não abre tais possibilidades, uma vez que ela está presa aos limites da lei escrita e emanada do estado, independente de tal lei corresponder ou não aos princípios de justiça. Deste modo, a corrente do direito alternativo, que contempla a liberdade do julgador na resolução dos casos concretos, a fim de que ele possa oferecer a solução mais justa, seria um recurso capaz de contribuir, no âmbito da tutela jurisdicional do direito, para o enfrentamento das desigualdades sociais.

(CONCLUSÃO) Dos resultados analisados, observa-se que uma etapa importante na busca de uma sociedade mais igualitária seria uma melhor ação do poder judiciário através de um método interpretativo alternativo que buscasse corrigir as distorções e contradições do modelo atual de interpretação sempre buscando a concretização da Democracia. O Direito Alternativo mostra-se como uma possibilidade viável no resgate ao respeito da dignidade humana, com vistas à construção de uma sociedade mais justa e solidária. Ele enxerga a lei, não como um fim em si mesma, mas apenas como um dos meios de que se serve o direito para alcançar a justiça buscando interpretá-la em favor dos mais vulneráveis e se valendo também de outras fontes para resolução mais rápida e eficaz dos conflitos, possibilitando uma participação mais direta da comunidade na busca de solução para seus problemas. Assim, o juiz alternativo deve buscar a transformação social e se posicionar com novas interpretações, criando as alternativas para a concretização dos princípios constitucionais.

DISCRIMINAÇÃO NAS RELAÇÕES DE TRABALHO: REFLEXÕES SOB A ÓPTICA DOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

Daniela Priscila Lopes Damásio de Sousa

Danielle Lima de Almeida

Eduarda China Salustino

Fernanda Maria Caldas Xavier

Gabriela de Medeiros Dantas

Discentes do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN.

Marcelo de Barros Dantas

Docente do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN.

(INTRODUÇÃO) No art. 5º da Lei Constituição Federal, pode-se verificar que todos são iguais perante a lei, não podendo haver distinção de qualquer natureza. Entretanto, a discriminação nas relações de trabalho ainda é uma prática muito comum, seja ela, contra negros, contra a mulher, contra o idoso, contra homossexuais, até mesmo por conta da religião, ou por ser portador do vírus da AIDS. O presente trabalho focaliza a discriminação contra o portador de necessidades especiais, abordando o tema sob uma óptica crítica; apresentar possíveis soluções para o problema; contribuir para eliminação gradativa da discriminação e a promoção da igualdade, para provocar uma mudança de comportamento; informar aos demais colegas sobre um tema tão em voga atualmente; analisar a razão porque até hoje ainda contamos com essa prática.

(METODOLOGIA) Para alcançar os objetivos do presente trabalho, além de realização de entrevista com o profissional conceituado da área, confrontamos princípios e recorreremos a um levantamento bibliográfico sobre os vários aspectos que atravessam a referida abordagem e perpassam as disciplinas de Direito Constitucional, Direito do Trabalho e Direito Internacional, utilizando-se o método interdisciplinar e dialético.

(RESULTADOS) A discriminação vem se tornando bastante banal em todo o mundo. Desta forma, tornou-se imprescindível que as autoridades competentes criassem normas proibindo tal abuso. A OIT (Organização Internacional do Trabalho), preocupada, aprovou regras, nas convenções de nº 111 e 159, contra a discriminação no mercado de trabalho, as quais visavam coibir qualquer forma de preconceito nas relações trabalhistas. Não obstante, o ordenamento jurídico brasileiro adotou as regras da OIT, promulgando normas que abolissem o tema em estudo. Este contexto contribui para que as pessoas portadoras de necessidades especiais vejam os seus potenciais sendo desconsiderados e sintam-se “rotuladas” como incapazes, o que pode gerar sentimentos negativos e afetar o bem estar psicológico.

(CONCLUSÕES) O trabalho em regime de cooperação entre a OIT e diversos órgãos governamentais brasileiros (Ministério Público do Trabalho, Ministério do Trabalho, Ministério da Justiça), no combate às práticas discriminatórias no emprego leva à constatação de várias formas de discriminação no trabalho. Esse triste quadro mostra que o problema da discriminação infelizmente ainda é grave e que a solução não é tarefa das mais simples. Precisamos conscientizar e envolver toda a sociedade com a questão da discriminação para que todas as práticas discriminatórias sejam eliminadas.

IMUNIDADE PARLAMENTAR: DIFERENÇAS E IMPORTÂNCIA

Fernando Souza Wanderley da Silva

Discente do Curso de Direito, Faculdade Natalense para O Desenvolvimento do RN

Rita Andrade

Carlos Wagner

Docentes do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) O presente estudo tem por objetivo analisar as relações jurídicas que envolvem o campo das imunidades que dispõe os altos cargos representativos dentro do poder legislativo em nosso país, sintetizando, por conseguinte, a importância da existência das prerrogativas para o bom exercício da função proposta pelos mandatos dos parlamentares. Com as seguidas e recentes manchetes em telejornais, jornais e revistas, que trouxeram matérias abordando escândalos envolvendo políticos em nosso país, buscamos compreender o porquê da forma em tratar parlamentares diferenciadamente do cidadão comum perante os tribunais em suas acusações, abordando de forma sucinta à luz da doutrina e da jurisprudência pátria nos mais renomados juristas e autores que discutem a respeito do tema proposto.

(METODOLOGIA) Com a finalidade de dinamizar e permitir a atual discussão do tema proposto, a pesquisa para o desenvolvimento do presente trabalho é baseada basicamente em pesquisas bibliográficas em livros de doutrinadores da área do Direito Constitucional e principalmente em recentes jurisprudências colacionadas pelos ministros do Supremo Tribunal Federal, abordando e analisando de forma sucinta suas opiniões.

(RESULTADOS) Foi levantado sob a ótica da mídia, análises a respeito dos constantes escândalos envolvendo políticos em casos de corrupção que devido ao atual sistema jurídico cheio de falhas, evidencia sempre uma sensação popular de impunidade. Dessa forma, foram analisadas as prerrogativas gozadas pelos parlamentares contidas no art.53 da Constituição Federal sob nova redação proposta pela Emenda Constitucional nº35. O resultado principal que pudemos constatar após prévia análise dos dados coletados durante o estudo foi a diferença existente entre o foro privilegiado e o foro por prerrogativa de função dentro do campo das imunidades parlamentares que são claramente confundidos e encarados como se tratando do mesmo objeto, e que foram analisadas do ponto de vista das decisões de ministros do Supremo Tribunal Federal. Por fim, conferindo as prerrogativas apesar dos escândalos envolvendo políticos, a importância de sua existência dentro de um cargo político no Congresso Federal.

(CONCLUSÕES) A questão da prerrogativa atribuída aos cargos públicos se dá de forma importante, a saber, que se torna essencial para que haja autonomia e equilíbrio entre os poderes dentro da democracia. A imunidade aqui analisada, não obsta somente em um caráter na qual o parlamentar não poderá ser preso por cometer um crime, trata-se bem mais que isso, consiste em proteger a autonomia os princípios de um sistema democrático, onde congressistas que são representantes do povo, eleitos para defenderem os interesses do povo, se vêem amparados por direitos “especiais”, por assim dizer, que os permitem tomar atitudes e expressarem opiniões em nome do povo sem que sejam retaliados ou perseguidos por isso. Também não podemos esquecer que quando essas imunidades foram ressaltadas na época da criação da atual Constituição Federal de 1988, o país vivenciava uma situação dentro do regime militar onde essas prerrogativas tiveram de imediata, bastante importância quanto sua criação visando proteger políticos de serem alvos, de alguma forma, de perseguições políticas bastante comuns durante o regime, e por isso ressaltando sem dúvida a importância das prerrogativas dentro do sistema democrático brasileiro até os dias de hoje.

DIREITO DE GREVE DO FUNCIONALISMO PÚBLICO CIVIL

*Ana Virgínia Cabral
Leocádia Silva
Marcela Freire
Marielly Souza
Sheila de Lima*

Discentes do Curso Direito, 3º ano A, da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

*Gilmar Melo
Marcelo de Barros Dantas*

Docentes do Curso Direito da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) O direito de greve dos funcionários públicos civis é expressamente reconhecido pelo art. 37, inciso VII, da Constituição Federal; porém, tal direito vem sendo subtraído, em vista da omissão do Congresso Nacional que, até o momento, não editou Lei Específica para garantir o exercício de greve pela categoria. Há duas linhas de interpretação para o dispositivo constitucional: um delas diz tratar-se de norma de eficácia contida, pela qual os servidores podem exercer seu direito de greve desde já; a outra agasalha a idéia de a norma ter eficácia limitada, não podendo o funcionalismo público exercer o direito de greve até que norma regulamente o assunto. A segunda corrente é recepcionada pelo Supremo Tribunal Federal e é predominante na doutrina brasileira. Embora esteja consolidado o entendimento de que o direito de greve não pode ser exercido pelos servidores públicos civis e seu eventual exercício ser considerado ilegal, consideramos que o direito dos servidores existe em face da previsão constitucional e a inércia do legislador não pode engessar a aplicação da Lei Suprema. Partindo desse pressuposto, propõe-se investigar a legalidade e a legitimidade da greve dos funcionários públicos, bem como a possibilidade de aplicação da Lei 7.783/89 (que dispõe sobre a greve no setor privado) aos servidores.

(METODOLOGIA) Tendo feito o levantamento do problema, procedeu-se à leitura de artigos publicados em revistas jurídicas, jurisprudências e doutrinas que perfilham o assunto, de forma a consolidar o embasamento teórico da investigação. Percorreu-se a história da greve no Brasil, verificando que, em tempos remotos, tal direito não era considerado como tal, mas tido como recurso anti-social, nocivo ao trabalho e incompatível com os interesses nacionais; sendo proibido pelo Código Penal de 1890, tipificado como crime e sujeito a punições que iam desde a despedida por justa causa até a pena de detenção. A Lei de 4.330/64 regulamentava o exercício do direito de greve impondo tantas limitações que ficou conhecida como “a lei do delito de greve”. Todo esse cenário persecutório muda com a Constituição de 1988.

(RESULTADOS) Diante da pesquisa jurisprudencial, foram examinadas decisões do Supremo Tribunal Federal, por meio das quais sustenta seu posicionamento quanto à ilegalidade do direito de greve de servidor público em razão da falta de norma reguladora específica. Todavia, foi detectada uma tendência à mudança de entendimento do Pretório Excelsior, em vista da discussão travada sobre o assunto, em sede de análise dos Mandados de Injunção 670 e 712, pela qual os Ministros, em maioria, concordam que há inércia abusiva do Congresso e julgam procedentes os respectivos remédios constitucionais, determinando a aplicação de dispositivos da Lei 7.783/89 aos casos concretos; sem conferir, todavia, eficácia *erga omnes*.

(CONCLUSÕES) Sustenta-se a tese de que, a despeito de o exercício do direito de greve pelos servidores civis ser considerado ilegal, em virtude da condição suspensiva expressa no texto constitucional; tal direito é legítimo e deve ser exercido ainda que na falta de Lei Específica, pois é bem assegurado pela Lei Maior; não devendo subordinar-se à vontade do legislador desidioso, que se nega ao dever público. Se há lacuna no ordenamento, cabe ao intérprete dar máxima efetividade à norma constitucional, aplicando norma subsidiária até que seja editada norma específica, com vistas a não impedir o exercício de um direito legitimamente garantido.

A3 – DIREITO

MONITORAMENTO DE CORRESPONDÊNCIA ELETRÔNICA: PODER DIRETIVO DO EMPREGADOR X DIREITO À INTIMIDADE DO EMPREGADO

Erick Cardoso

Ricardo Jorge de Moura Dias

Rosana Maria de Queiroz

Discentes do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Marcelo Barros

Docente do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN.

(INTRODUÇÃO) Atualmente o uso da tecnologia da informação está cada vez mais presente nas empresas, repartições públicas, universidades e principalmente na casa do cidadão comum. Situações que antes eram praticamente inimagináveis, hoje fazem parte do cotidiano de muita gente. As empresas foram fortemente beneficiadas com os avanços tecnológicos, pois foi através desses que as organizações alcançaram melhores condições de comunicação, organização, planejamento e principalmente controle das atividades desenvolvidas. Um dos principais serviços oferecidos no cenário atual está diretamente relacionado com o uso da Internet, qual seja, o e-mail, visto que é através desse instrumento que as empresas trocam informações com seus clientes e fornecedores, recebem propostas e muitas fecham contratos. Os benefícios são inúmeros, mas existe também o lado negativo, pois um funcionário, mal intencionado, poderá fazer uso indevido do citado meio, como por exemplo, enviar mensagens racistas, difamatórias, imagens pornográficas ou até mesmo informações sigilosas da empresa para as suas concorrentes. Seria possível, então, diante de determinadas situações, o empregador ter acesso ao e-mail do empregado?

(METODOLOGIA) O estudo foi realizado através de pesquisas bibliográficas, recorrendo-se a obras de autores doutos, referenciados e renomados, assim como, na ótica doutrinária e jurisprudencial acerca do assunto, possibilitando, desta forma, o levantamento de dados importantes par ao desenvolvimento do estudo.

(RESULTADOS) De um lado, tem-se o poder diretivo do empregador que exerce o controle da execução do serviço. De outro, tem-se o direito à intimidade e a vedação constitucional e infraconstitucional à violação do segredo das comunicações. Ora, se é certo que o poder diretivo do empregador permite a este a fiscalização das atividades desempenhadas, também o é que o direito à intimidade do empregado não pode, dentro das características próprias e especiais das relações de trabalho, ser exercido fora das necessidades e características do serviço. Desta forma, tal fiscalização apenas é possível quando disser respeito ao e-mail corporativo ou em determinadas situações, tais como: se ficar constatado que partiu de máquina da empresa a disseminação de um vírus de computador, a divulgação de informações sigilosas, a distribuição de fotos pornográficas; se a empresa vem a receber a informação do suporte técnico de que a rede fica congestionada sem motivo aparente; é possível que o direito à preservação da intimidade possa ceder diante de outros direitos igualmente importantes ou de certas circunstâncias. Trata-se, especificamente, do princípio da proporcionalidade.

(CONCLUSÕES) Concluindo, é sempre possível ao empregador exercer, de forma generalizada e impessoal, o controle parcial sobre o tráfego de informações, ou seja, sobre os horários e números de mensagens não institucionais, e respectivos endereços (controle formal) enviadas ou recebidas através do e-mail particular do empregado, utilizado em máquina do empregador, bem como do institucional ou corporativo. Entretanto, em relação ao e-mail corporativo, por se tratar de ferramenta de trabalho para utilização em serviço, poderá o empregador acessar o conteúdo material, desde que o faça de forma não abusiva, ou seja, sem ferir a dignidade do trabalhador; por exemplo, quando, em vez de adotar procedimento neutro para o vasculhamento, demonstra publicamente infundada desconfiança em relação à utilização do equipamento por determinado trabalhador. Mas, quanto ao particular, não poderá ler o conteúdo dos e-mails sem prévia autorização judicial (a leitura caracterizaria controle material).

A3 – DIREITO

NORMA E SANÇÃO: A OMISSÃO DO ESTADO COMO OBSTÁCULO À OBEDIÊNCIA DO DIREITO

Avner Alexander Costa da Câmara

Ivania Maria da Silva Araújo

Marcus Vinicius de Carvalho Praxedes

Discentes do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Sara Andrade

Jorge Aquino

François Oliveira

Docente do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) O Estado, no sentido jurídico e político, é a grande fonte de poder dentro das sociedades estruturadas, sendo o responsável pela instituição e garantia do direito, de modo a preservar a estabilidade, segurança e justiça das relações sociais. Contudo, percebe-se, hoje, que há uma fragilidade do poder público na realização de tais tarefas, o que acarreta a denominada crise de efetividade ou autoridade do estado e, por conseqüência, do direito, uma vez que o Estado não consegue garantir a eficácia das normas jurídicas, restando um sentimento de impunidade diante daquelas transgressões que não são sancionadas, sobretudo aquelas que ganham visibilidade social. Diante desta problemática, temos como objeto de estudo o tema “Norma e Sanção: A omissão do Estado como obstáculo à obediência do Direito”, com vistas a verificar em que termos a omissão do estado pode acarretar a mencionada crise do direito, ante a ausência de sanção para os transgressores da norma jurídica.

(METODOLOGIA) Para compreender estes questionamentos, iniciamos um levantamento teórico acerca deste objeto de estudo, cujo referencial adotado foi interdisciplinar, buscando refletir as idéias de juristas renomados dos estudos de Introdução ao Estudo de Direito, das Ciências de Teoria do Estado e da Sociologia Jurídica. Examinou-se o conceito de Norma e Sanção, juntamente com uma análise da Eficácia Jurídica uma vez que estes são instrumentos ordenadores utilizados pelo Estado, assim como foram delineados os conceitos de Estado e de Direito. Num segundo momento, o trabalho teórico se debruçou sobre o problema da crise de Autoridade do Direito e do Estado na atual conjuntura de nosso país.

(RESULTADOS) Dos levantamentos teóricos realizados, constatou-se que o Estado, como aplicador da norma jurídica, muito está relacionado a uma aplicação forçada do direito, ou seja, aquela que ocorre diante da transgressão aos comandos da lei, mediante a aplicação de sanções ou pela resolução de conflitos pela via judicial. Assim, ao omitir-se nesta “aplicação forçada”, não aplicando as sanções em caso de desobediência, ou não aplicando o direito ao caso concreto, o efeito produzido é o da ineficácia da norma e, numa esfera mais ampla, da própria crise de autoridade do Direito e do Estado.

(CONCLUSÃO) À luz dos resultados apresentados, observa-se que a sociedade depende do Direito para organizar-se. Porém, para que este cumpra o seu papel – a realização da justiça – é necessário que haja um poder de Estado que lhe garanta a aplicação, instituindo mecanismos de controle e prevenção por um lado, assim como ferramentas de repressão e sanção para os casos de desobediência da norma. Diante do Exposto, observamos que quando o direito não é aplicado de forma espontânea (adesão pacífica dos destinatários da norma), o papel do estado é fundamental para garantir-lhe a eficácia, implementando a aplicação forçada. Ao omitir-se neste mister, o direito passa por uma crise de eficácia e o próprio estado enfrenta uma crise de autoridade que acarreta o descrédito das instituições jurídicas, atingindo a segurança das relações sociais.

A3 – DIREITO

O ABASTECIMENTO DE ÁGUA E OS PRINCÍPIOS DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA, DIREITO À SAÚDE, E MEIO AMBIENTE EQUILIBRADO NO MUNICÍPIO DE NATAL

Carla Andressa de Azevedo Costa

Larissa Márcia de Lima

Luiza Adriana Bessa Wolff

Discente do curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN.

Vânia Vaz Barbosa Cella

Docente do curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN.

(INTRODUÇÃO) O sistema de abastecimento de água na cidade de Natal, fornecida pela Companhia de Água e Esgotos do Rio Grande do Norte, CAERN, vem sofrendo constantes críticas diante das altas concentrações de nitrato, em a água chega às residências dos natalenses com nível de potabilidade impróprio para o consumo humano. Diante desta realidade, percebemos a afronta aos princípios da dignidade da pessoa humana, pois, o homem enquanto integrante de uma debilidade da natureza necessitando de água para sua sobrevivência, o nível de nitrato atingindo sua dignidade, como também a saúde, e tal situação somente acontece diante do desequilíbrio de um meio ambiente equilibrado, e dos cuidados na manutenção das bombas, poluição, tratamento de água insuficiente para a sociedade.

(METODOLOGIA) Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, com caráter exploratório, pois baseia-se nos recentes acontecimentos divulgados pela mídia, diante das Ações ofertadas pelo Ministério Público do Estado, 45ª Promotoria do Meio Ambiente, e o reconhecimento da CAERN sobre sua debilidade enquanto gestora do abastecimento de água na cidade de Natal, apresentado artigo publicados em jornal local, como também, mostrando as próprias contas de água que fornecem a informação, e o problema do nitrato.

(RESULTADOS) O manancial subterrâneo é o responsável pelo abastecimento de 84% (oitenta e quatro por cento) da água consumida na Zona Sul de Natal e 25% (vinte e cinco por cento) da água consumida na Zona Norte. Enquanto que as demais regiões que possuem outras fontes de abastecimento sofrem com a desconformidade dos níveis de seguranças mínimos para consumo da água por parte da população, e a possível contaminação do nitrato. Em contrapartida, a CAERN, sofreu denúncias por parte do Ministério Público e populares sobre o não-tratamento do esgoto, causando assim poluição, e como o município depende dos mananciais e das lagoas, o serviço público está sendo ineficaz duplamente, pois polui, não trata, e repassa para a população uma água que poderá causar doenças diversas, e racionamento no abastecimento.

(CONCLUSÃO) Por fim, averiguamos que diante da não vigilância do meio ambiente, esta causando riscos a saúde dos natalenses, e ainda afetando sua dignidade, apontamos como solução, uma fiscalização maior por parte dos órgãos públicos responsáveis em relação a CAERN, que sejam feitas denúncias as Promotorias competentes, desde que fundamentadas, em algum resquício de verdade, podendo ser ajuizadas Ações Cíveis Públicas como forma de coibir o descaso, e o cidadão, enquanto indivíduo podendo ajuizar ações perante a CAERN, quando perceber que sua saúde foram atingidas em virtude da água que fora consumida. Estas são medidas algumas medidas práticas que podem transformar ou mudar hábitos tanto da CAERN no abastecimento, e controle de segurança, quanto da população, e Estado.

A3 – DIREITO

O PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE E SUA APLICAÇÃO NA QUEBRA DE SIGILO DE DADOS

*Ludmilla Souza Dias
Marco Aurélio Lopez de Farias
Marina Leal Gomes
Simone dos Santos Dantas
Thales de Lima Goes Filho*

Discentes do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

*Carlos Thompson Costa Fernandes
Walber Cunha Lima*

Docentes do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) O presente trabalho enfatiza a questão da quebra de sigilo de dados, frente aos direitos e garantias fundamentais dispostos na Constituição Federal de 1988 e tem como escopo esclarecer esta correlação, além de apresentar uma resposta coerente à problematização levantada. Enfatizando o respeito aos direitos personalíssimos e fundamentais, consta no Art. 5º X e XII da Constituição, a inviolabilidade de sigilo de dados e a proteção à intimidade e a vida privada. Justifica-se o estudo, considerando a sua importância diante do fato em que os indivíduos se utilizam do direito ao sigilo de dados para a prática de atos ilícitos afrontando o pensamento inicial do Legislador de resguardar o cidadão. Observa-se que existe uma verdadeira dualidade de interesses e direitos, um conflito entre pessoalidade e o bem social, um direito contrapondo-se a outro; o direito à privacidade, às garantias fundamentais de cada ser humano, contrapondo-se à prevalência do bem comum.

(METODOLOGIA) Para melhor estruturação do estudo e investigação científica, foi adotada uma pesquisa de caráter bibliográfico e jurisprudencial. Inicialmente foram utilizados livros clássicos atualizados, além de revistas sobre a atual situação da quebra de sigilo de dados no âmbito jurídico abrangendo os diversos tipos de “quebra de sigilo”, quais sejam: telefônico, bancário, documental, entre outros. Posteriormente, foram consultadas obras e material de cunho virtual sobre o Princípio da Proporcionalidade, traçando um conhecimento paralelo que englobasse simultaneamente os assuntos mencionados.

(RESULTADOS) Partindo do pressuposto que nenhuma liberdade individual é absoluta, é possível que haja a interceptação de dados, sempre que os direitos ou as garantias fundamentais estiverem sendo utilizados como salvaguarda de práticas ilícitas. O estudo confirma que o Princípio da Proporcionalidade surge como um instrumento ao Poder Judiciário para apreciar, examinar e apresentar decisões justificadas sobre o uso legítimo ou não de provas consideradas “ilícitas”, se no momento da apuração dos fatos, tais provas sejam de necessidade e interesse público, com fundamentos plausíveis para a tomada de decisões. Trata-se então, de uma harmonização entre elementos de menor relevância e elementos de maior valor social.

(CONCLUSÃO) Na observância da quebra de sigilo de dados, conclui-se que o Poder Judiciário tem o princípio da proporcionalidade como fundamento importante para solucionar os conflitos entre bens jurídicos diversos, e, mesmo que haja o sacrifício de um bem de menor relevância em favor do outro, as vantagens proporcionadas serão superiores as desvantagens advindas da violação de uma norma que também garanta os direitos fundamentais. A pesquisa recomenda a continuidade do estudo teórico, com o intuito de que sejam obtidos mais resultados dos direitos e garantias fundamentais de proteção à intimidade e vida privada do cidadão enquanto condição de garantia a cidadania.

O TERRORISMO E OS DIREITOS HUMANOS

Ivana Carneiro Farias Silva de Jesus

Lorena Karenine Martins Gomes

Renata Correia Gaspar Dantas de Araújo

Discentes do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Ana Paula Oliveira Cacho

Docente do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) Terrorismo é uma ferida aberta no seio da sociedade. Em nome de ideais religiosos, nacionalistas, entre tantos outros, terroristas praticam atos reprováveis que marcam a História humana com dor e medo, desde a Antiguidade até hoje. Este mal que consome a sociedade atual em preocupações e insegurança tem a face da crueldade, justificada por razões injustificáveis, que tem fugido do controle dos Governos. O presente trabalho propõe-se a analisar, de forma sucinta, porém precisa sobre algumas organizações terroristas, os direitos humanos que são violados com o terrorismo e o combate a este.

(METODOLOGIA) Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, voltada para análise de estudos especializados na doutrina de direitos humanos.

(RESULTADOS) Terrorismo é prática de atos cruéis que movidos por razões próprias de seus executores, promovem a morte de inocentes, insegurança nos Estados e a sensação constante de medo no homem. Tais atos marcam a história de muitos países. Os principais atentados foram: na Irlanda do Norte ocorreu a Sexta-feira Sangrenta em 21/07/1972; nos EUA o 11/09/2001 promovido pela constituído por células colaborativas e independentes que visam reduzir a influência não-islâmica sobre assuntos islâmicos; IRA (Irish Republican Army), movimento que tem origem na Irlanda do Norte baseado na segregação das comunidades católicas e protestantes; ETA (Pátria Basca e Liberdade), movimento que objetiva a independência e estabelecimento de uma pátria basca e as FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia), organização revolucionária com base comunista que diz representar a população rural colombiana contra as classes dominantes, opondo-se ao modelo político difundido pelos Estados Unidos na Colômbia. Na luta contra o terrorismo foram tomadas várias medidas condenando todos os atentados terroristas e considerando que estes quando praticados por grupos de indivíduos violam os direitos humanos. O Conselho de Segurança determinou obrigatoriamente que todos os Estados devem prevenir e reprimir o financiamento de atos terroristas, criminalizando o financiamento destes. O combate ao terrorismo suscita dois problemas complexos relacionados aos direitos humanos: um diz respeito à população civil, que além de ter a democracia e seus direitos humanos desrespeitados, ainda acabam vítimas da própria segurança reforçada, já que têm suas liberdades fundamentais restringidas, e outro, à proteção dos direitos humanos fundamentais dos terroristas, pois existem preceitos que não devem ser afastados mesmo no caso de medidas anti-terrorismo. Importante observar que não há uma solução política ou militar pronta e acabada para cada manifestação do complexo problema do terrorismo moderno. Cada conflito possui características únicas e para definir uma resposta adequada e eficiente, deve-se analisar cada caso sendo fundamental que nesta luta, estes direitos e liberdades sejam respeitados.

(CONCLUSÃO) Todo ato terrorista é inaceitável e deve ser condenado, seja qual for sua motivação, pois vai de encontro ao bem maior que possuímos: a vida, direito humano universal. Vidas inocentes não podem padecer em nome de um ideal insano. A tarefa de combate ao terrorismo é árdua, ainda há muito o que fazer. Entretanto, cabe ao homem sonhar que desfrutará de plena paz, renovando a esperança diariamente, para que possa alcançar a paz tão desejada. Al Qaeda mostrou a face moderna do terrorismo; no Líbano e Palestina, vários foram os atentados que marcaram estes países. O terrorismo evoluiu e desde o 11/09/2001 ficou claro para o mundo que as organizações terroristas não poderiam mais ser vistas como grupos clandestinos, mas sim, como grupos organizados e detentores de táticas complexas. Entre as principais organizações terroristas, podemos citar: Alcaeda (Al Qaeda), movimento fundamentalista islâmico internacional,

OBSTÁCULOS DO ACESSO À JUSTIÇA: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO

Djanirito de Souza Moura Neto

Fernanda de Medeiros Farias

Maximiliano Serrano Soares

Discentes do curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Jorge Aquino

Sara Andrade

Docentes do curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) A questão do acesso à justiça passa a ter ênfase entre os populares com o pós-guerra, onde se nota a consagração de novos direitos econômicos e sociais. A partir de então, a população percebe que a justiça não representava apenas meras declarações políticas, de conteúdo e função mistificadores, os cidadãos constataam que o direito e a justiça servem a todos de forma igualitária, todos, enfim, têm direito às mesmas oportunidades de acesso a justiça. Para tanto, faz-se necessária a superação da mera apologia às questões retóricas que distancia o texto legal do plano fático, pois o ideal da justiça absoluta é utópico, visto que o passar do tempo é capaz de modificar o justo. A regulação da justiça, portanto, não pode ter caráter definitivo nem em uma racionalidade universal. Diante disto, o presente trabalho vem a realizar reflexões e esclarecimentos sobre a possível superação dos problemas referentes ao acesso à justiça, considerando que o seu conceito é valorativo e, por isso, variável no tempo e no espaço.

(METODOLOGIA) Realizou-se um estudo teórico de nível exploratório, por meio de um levantamento bibliográfico, onde se procura abordar os problemas e relevâncias sobre tema do acesso à justiça. Esta análise se dá a partir de enfoques literários de origem sociológica, filosófica e jurídica.

(RESULTADOS) Verificou-se que este tema é necessariamente de interesse da coletividade e do sistema regulador, visto que estes são os usuários e beneficiários dos serviços jurídicos. Com a constatação de problemas relacionados ao acesso a justiça, como a morosidade, as dificuldades lingüísticas devido à superespecialização do direito e os altos custos para se manter processos e advogados, faz-se necessário e indispensável possíveis reformas no judiciário, devendo-se alterar não somente as legislações, mas também as próprias estruturas dos tribunais, a fim de realizar a aproximação do plano do *ser* com o *do dever ser*.

(CONCLUSÃO) Diante do exposto, observa-se a relevante necessidade de alterações no âmbito jurídico, no sentido de fazer com que as principais metas da justiça, que abrange a resolução dos conflitos de interesses e as garantias de segurança, sejam efetivamente garantidos e aproximados do âmbito popular, promovendo a reformulação de legislações confusas e/ou contraditórias e procurando simplificar e superar as peculiaridades lingüísticas, visando abranger toda sociedade, fazendo-a ciente de seus direitos e deveres.

DECLARAÇÃO DE BALFOUR (1917): UM DOCUMENTO ILEGAL

*Ana Karini Andrade Safieh
Cristine Assunção Rodrigues Dantas
Cybelle Nogueira Bulhões da Cunha
Larissa Simonetti Alves*

Discentes do curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Vânia Vaz Barbosa Cela
Docente do curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) A Liga das Nações entregou à Grã-Bretanha o Mandato sobre a Palestina, durante o qual foi assinada a Declaração Balfour, um documento que atendia ao pedido do Movimento Sionista, e que garantia a criação "um lar nacional" para os judeus, dentro da Palestina. A Palestina é um ponto geograficamente estratégico. No final do séc. XIX, quando da descoberta do petróleo no Oriente Médio, as potências da época – Grã-Bretanha, França e Estados Unidos - sabendo da importância do petróleo, quiseram dominar aquela região, e dispor de suas riquezas. A decadência do Império Otomano, nesse mesmo período, despertou o interesse dessas potências em se apossarem do seu espólio. Para isso, elaboraram um plano que consistia em dividir o mundo árabe em um grande número de pequenos países não viáveis política e economicamente. Para que esse plano fosse duradouro, era preciso implantar no mundo árabe uma força leal àquelas potências. O movimento sionista, que se constituiu em 1897, preconizava a criação de um estado judeu na Palestina ou na Argentina, para solucionar o problema criado pela emigração dos judeus da Europa Oriental para a Ocidental. Diante disso, os sionistas, tomando conhecimento das intenções das potências ocidentais, prontificaram-se a executar o seu plano de colonização. Os esforços dos judeus sionistas de se constituírem em uma parte importante do plano colonial se concretizaram no dia 2 de novembro de 1917, conforme carta de Arthur James Balfour, ministro das Relações Exteriores da Grã-Bretanha, endereçada ao lorde Rothschild, na qual o governo de Sua Majestade se compromete a estabelecer na Palestina um lar nacional para o povo judeu, sem, entretanto, trazer prejuízos civis ou religiosos às comunidades não judias da Palestina. Na data em que foi feita a Declaração Balfour, a Palestina fazia parte do Império Otomano. Nem seu território, tampouco seu povo estavam sob a jurisdição do Governo Britânico. Referida Declaração é nula na base do princípio de que um doador não pode dar o que não lhe pertence. Citada Declaração mudou o curso da história da Palestina e do Oriente Médio.

(METODOLOGIA) Trata-se de uma pesquisa conduzida pela observação direta e intensiva, mediante levantamento bibliográfico e documental sobre o tema. Tal análise será procedida através de uma descrição de dados históricos que conduziram à Declaração Balfour e de seu impacto no curso da história da Palestina e do Oriente Médio.

(RESULTADOS) Foi constatada que a Declaração foi um documento ilegal, cujas cláusulas estabeleciam que a Grã-Bretanha se comprometia a apoiar um Lar Nacional Judeu na Palestina, bem como condicionava que nenhum dano viesse atingir os habitantes locais, os quais eram, na ocasião, mais de 90% da população local. Havia, portanto, um acordo de que os judeus viveriam na Palestina como cidadãos, sem quaisquer referências ao estabelecimento de um Estado Judeu independente.

(CONCLUSÃO) A Declaração de Balfour é um documento ilegal, posto que feita por um poder europeu, a respeito de um território não-europeu, num claro desrespeito à presença e aos desejos da população palestina nativa residente no território, e tornou-se a base do apoio internacional para a formação do estado de Israel. Nas décadas que se seguiram, dezenas de milhares de judeus fixaram-se na Palestina, em sua maioria oriundos da Europa, movidos pelo ideal do sionismo. O que se espera é que a solução que venha a ser encontrada não seja excludente do povo palestino, que já perdeu tudo o que podia e o que tinha a perder.

A3 – DIREITO

PRINCIPAIS EQUIVOCOS EM LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

Érika Juliana Louzeiro De Lima

Evandro De Castro Alcantara

Genesis Macedo Balduino

Igor Melo Cavalcante

Discentes do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Gilmar dos Santos Melo

Docente do curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) Todos nós temos o dever de escolher o melhor para nosso bem-estar. Entretanto, infelizmente, nem todos tomam esta atitude, deixando a ventura as decisões importantes de nossas vidas. Entre estas escolhas, está a de melhor negócio, importantíssimo no mundo em que o capital adquiriu tanta importância. Para escolher o melhor para a Administração pública, não poderia a lei deixar ao exclusivo critério do administrador a predileção de pessoas a serem contratadas. Sendo assim, a licitação se mostra o antecedente necessário do contrato administrativo.

(METODOLOGIA) Utilização de extensiva doutrina e jurisprudências do direito administrativo, com ênfase, nos estudos brasileiros sobre o tema. Dados coletados por meio de bibliotecas, internet, repartições públicas e orientações acadêmicas. Dados esses analisados e orientados a luz da mais recente doutrina administrativa e sempre com orientação do professor titular da cadeira de direito administrativo da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN, Gilmar dos Santos Melo. Ainda averiguando na prática casos de licitação e entrevistas a comissões permanentes de licitação, na COSERN e STTU.

(RESULTADOS) Nas licitações são comuns alguns erros, que desvirtuam o caráter probó do instituto, como a ausência de numeração, fazendo com que essa se divida em duas ou mais, erros na documentação, costumeiramente falta alguma documentação, ou ainda aquela constante é insuficiente ou não cabe ao caso, propostas preenchidas erradas, por falta de atenção, Contratação direta sem que haja demonstrado o cumprimento dos requisitos legais, como a inexigibilidade evidenciando preferência de marca, Ausência de documentos no ato de abertura dos envelopes, documentos indispensáveis, como documento probatório de quitação fiscal. Somente com maior transparência e cada vez mais pessoas preparadas e treinadas é que se poderá acabar com os erros nas licitações, com fiscalização mais rígida inclusive.

(CONCLUSÕES) Deverá sempre a administração agir com probidade, atuando com honestidade para com os licitantes, e, sobretudo para com a própria administração, sob pena de suspensão dos direitos políticos, perda da função pública, entre outras disposições previstas em lei. As regras que foram traçadas para a licitação devem ser observadas pelos licitantes. O edital é a lei interna da licitação, não podendo a Administração descumprir as normas e condições nele expressos, Também as comissões de licitação não tem feito o uso de uma grande ferramenta que é a possibilidade de realizar diligências e requisitar amostrar do bem a ser adquirido. A diligência e amostra de produtos são imensamente úteis para descobrirem-se fraudes e o fornecimento de materiais de boa qualidade. Ademais um erro que consideramos ainda mais graves é a falta de acompanhamento do contrato originado na licitação. De nada adianta uma boa licitação se o contrato é mal executado. Imagine a contratação para a construção e uma grande obra se não existe quem fiscalize o objeto desta. Que veja se a obra esta sendo feita de forma correta e sólida.

A3 – DIREITO

PRINCÍPIO DA INADMISSIBILIDADE DAS PROVAS OBTIDAS POR MEIOS ILÍCITOS – DIMENSÃO NO ORDENAMENTO JURÍDICO APÓS A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

Kátia Suelly de Araújo Alves

Roberta Pereira Cacho

Teolinda Maria Azevedo Dantas

Discentes do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Ivanaldo Bezerra

Docente do curso de Direito Processual Penal, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) Princípio, etimologicamente, significa elemento constituinte de um corpo orgânico, sendo assim, os princípios jurídicos, servirão de base para a interpretação, integração e aplicação do direito positivo. Dito isso, o princípio da Inadmissibilidade das provas ilícitas destaca-se, pois apresenta alguns questionamentos doutrinários não respondidos, devido às divergências em torno da análise interpretativa do artigo 5º LVI, da Carta Magna, que por sua vez, expressa a impossibilidade de aceitação deste tipo de provas no processo jurídico brasileiro. Consideram-se provas ilícitas aquelas obtidas em contrariedade a uma norma legal específica, afrontando uma norma de direito material. Nenhuma das partes do processo pode produzir provas não autorizadas pelo ordenamento jurídico ou em desrespeito às formalidades previstas para sua formação. A violação dos incisos X, XI e XII do artigo 5º da Constituição Federal produz um ato nulo, resultante do seu caráter ilícito. A maior problemática da prova ilícita é ser contrária às exigências dos Direitos penal, civil e administrativo, quanto às necessidades de segurança nacional e acolhimento da verdade processual. Mesmo sendo a produção de prova um direito fundamental para as garantias da ação, da defesa e do contraditório, esta não é absoluta, já que, as partes têm limitações para sua elaboração. São consideradas provas ilegítimas aquelas que infringem os preceitos de natureza processual, na sua formação. Aquelas provas lícitas, mas que foram produzidas a partir de outra obtida por práticas ilegais, são denominadas *provas ilícitas por derivação*. Estas, devido a *Teoria dos frutos da árvore envenenada*, segundo a qual os frutos se contaminam em virtude da transmissão dos vícios da árvore, também não são admissíveis no nosso sistema constitucional, questões que vem suscitando polêmicas no entendimento do STF. Nesta linha de raciocínio, em defesa do princípio da presunção da inocência, as provas ilícitas só são admissíveis *pro réu*, sendo desta forma uma exceção, considerada legítima, para corroborar na defesa do réu, de maneira a comprovar sua inocência, não podendo ainda, o Ministério Público usá-las para denunciar ou prejudicar ninguém. Diante da abertura política e liberdade de expressão vivenciadas no país nas últimas décadas, meios probatórios são obtidos ilicitamente, denunciando o envolvimento de participantes de classes privilegiadas em crimes, entre outros, contra a administração pública. No entanto, estas provas acabam sendo descartadas perpetuando a impunidade. A sociedade, operadores do Direito e o próprio poder judiciário questionam as conseqüências processuais e a repercussão social da não admissibilidade destas provas. Objetivando uma análise crítica dos aspectos existentes na ordem jurídica pátria, e analisando pelo prisma que os cidadãos brasileiros não devem ter a sua ampla defesa comprometida, de forma a não continuar sendo defendidos interesses apenas de uma minoria privilegiada, este trabalho se propõe, de forma sucinta, enfocar o princípio da inadmissibilidade das provas obtidas por meios ilícitos na óptica da necessidade jurídica atual.

(METODOLOGIA) Este estudo consiste em uma pesquisa bibliográfica e jurisprudencial sobre o tema. A análise é feita de forma a confrontar o ordenamento jurídico e sua contextualização na sociedade brasileira atual.

(RESULTADO) Verifica-se uma resistência ao reconhecimento das provas obtidas ilicitamente no ordenamento jurídico brasileiro, sendo apenas aceitas no processo penal, com excepcionalidade, em casos de extrema gravidade, e com aplicação, ainda, do princípio da proporcionalidade, que tenta quebrar a inflexibilidade da exclusão destas provas, mantendo em equilíbrio os valores essenciais que se opõem.

(CONCLUSÃO) Apesar do princípio da inadmissibilidade das provas ilícitas estar fundamentado no nosso ordenamento constitucional, ratificamos a posição do mestre Capez que se refere à não razoabilidade e irracionalidade da rigidez do pensamento que despreza sempre, todas as provas ilicitamente obtidas, em respeito às garantias fundamentais da pessoa humana e também ao princípio da verdade processual.

A3 – DIREITO

REFLETINDO SOBRE A EUTANASIA E SUAS IMPLICAÇÕES JURÍDICAS, SÓCIO-CULTURAIS E MORAIS

*Adilson Cordeiro de Souza
Aurea Flaviana Oliveira da Silva
Edinara Silva de Menezes
Geilson César G. Cunha
Jaqueline Dantas dos Santos*

Discentes do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Sara Andrade

Docente do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) A morte sempre instigou a imaginação dos seres humanos. Na Antiguidade, nas solenidades oferecidas aos Deuses, sempre havia sacrifícios humanos, isto é, a morte era o ponto alto dos cultos. Nos dias atuais, a morte continua sendo, em algumas situações e sociedades, um ato heróico, de coragem, de patriotismo. Mas quando morrer é resultado do ato da eutanásia, então passa a ser condenada, pois tal ato é para muitos uma afronta aos princípios morais, éticos religiosos e socioculturais. Com o advento do direito moderno, a Eutanásia caracterizou-se como ato criminoso. Praticada desde os tempos mais antigos aos dias atuais, a Eutanásia sempre polemizou, pois seu ato enfoca, sobretudo, o significado da dignidade humana, seja no respeito ao direito de viver, ou ao de morrer com dignidade. Assim, frente a este enfoque, o presente trabalho objetiva refletir sobre a prática da Eutanásia e o modo como o Direito brasileiro aborda o tema.

(METODOLOGIA) Este estudo consistiu-se numa pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo e descritivo, fundamentada em diferentes enfoques teóricos, através dos quais se abordou sucintamente a Eutanásia no contexto sociocultural vigente.

(RESULTADOS) Percebeu-se que a prática da eutanásia é tão antiga quanto os primeiros grupos humanos. Polêmica e complexa ao longo do tempo, a Eutanásia tem sido discutida à luz de vários aspectos, entre os quais se podem destacar, o jurídico, clínico, moral, emocional, social, cultural, religioso, filosófico, todos possibilitando uma reflexão significativa no trato da questão, seja no contexto brasileiro ou mundial. Observou-se que a palavra Eutanásia é formada pelo prefixo grego EU, cujo significado é bom, com a palavra THANATOS, que significa morte. O termo tem sido usado para designar morte sem dor, sem sofrimento, morte piedosa. Dentre as inúmeras classificações, destaca-se a Eutanásia em ATIVA, a qual consiste no ato deliberado de provocar a morte sem sofrimento, por fins piedosos; e a PASSIVA ou INDIRETA (ORTONÁSIA), dá-se quanto à morte do paciente ocorre numa situação de terminalidade ou por omissão médica.

(CONCLUSÃO) Frente ao tema abordado, No Brasil, embora a prática ocorra impunemente, matar alguém se constituiu num crime de homicídio. Contudo, houve tentativa de regulamentar legalmente a Eutanásia, conforme o Anteprojeto da Parte Especial do Código Penal (artigo 121, parágrafo 3º), designado homicídio privilegiado e no projeto de lei nº 125/96, não sendo alcançado êxito nesta tentativa. Sabe-se que a propositura da Eutanásia não visaria exterminar seres humanos, mas, dar-lhes a chance de obter uma morte digna, sem sofrimento. Porém, a cultura brasileira assim como outras culturas, ainda não vê a legalização da Eutanásia como o caminho mais seguro para pôr fim à vida de um determinado ser humano, por mais digna que a morte lhe seja. É fundamental, portanto, que nós estejamos atentos para perceber qual Eutanásia está sendo defendida, porque e para quem, pois este ato pode ser desvirtuado dos seus fins, num contexto social brasileiro, onde dinheiro significa poder, conhecimento, e privilégio de poucos, mesmo porque a ignorância está impregnada em grande parte da população.

REFORMA DO FORO PRIVILEGIADO: UMA MEDIDA DE JURISPRUDÊNCIA

*Eduardo Bastos Rocha Santos
Januario Diniz Silva
Pedro Quintela Gadelha Rodrigues
Renan da Silva Fernandes*

Discentes do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

*Sara Maria de Andrade e Silva
Aparecida Fernandes
Josoniel Fonsêca*

Docentes do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRUDUÇÃO) O foro privilegiado, como o próprio nome indica, significa o privilégio assegurado a determinadas pessoas, em geral autoridades públicas, de apenas serem submetidas a julgamento em instâncias especiais, de grau superior, ao contrário do cidadão comum, sujeito a julgamento pelo Poder Judiciário comum, ou seja, perante magistrados de carreira de 1º instância, portanto, é uma proteção dos valores institucionais do cargo em função pública. No Brasil, predomina o entendimento, tanto em sede doutrinária quanto jurisprudencial de que o foro privilegiado não configura um privilégio pessoal outorgado à autoridade, mas uma prerrogativa funcional destinada a resguardar o regular exercício do cargo público. Esse “privilégio” pode ser uma faca de dois gumes, pois, assim como pode ser uma extinção da punibilidade e ainda a certeza da impunidade, também pode ser que o acusado, ao sofrer uma condenação no supremo, não terá a quem recorrer.

(METODOLOGIA) O nosso trabalho é de caráter teórico e empírico, e tem como sustentação a Teoria Tridimensional do Direito, por ser o Foro Privilegiado, uma matéria constitucional de caráter finalístico e axiológico, assim como o próprio direito. A referente pesquisa foi realizada em livros jurídicos, artigos publicados em jornais e revistas e entrevistas com profissionais da área jurídica.

(RESULTADOS) O que foi percebido em nossos estudos, pesquisas e entrevistas, é que a maioria das justificativas dadas para que algumas autoridades pudessem ser exceções ao princípio consagrado do art. 5º da Constituição Federal através do foro privilegiado, é afirmar a necessidade de proteger o exercício da função, ou do mandato, não constituindo, absolutamente, privilégios pessoais dos detentores desses mandatos. Foi observado que este serve para alguns desses detentores de cargos políticos, como modo de tentar escapar, ou de pelos menos amenizar punições que seriam aplicadas por possíveis crimes que tenham cometido. E devido ao fato de a população ter algum desses fatos que ocorrem momentaneamente em nosso país, acaba “desvalorando” o fato, com isso banalizando e tentando dar fim a esses certos privilégios, que para a sociedade não tem mais valor, para acabar com essa impunidade. Isso não só são opiniões de civis como também de alguns desses próprios detentores de cargos públicos como ministros, ex-ministros, juizes, advogados, representantes políticos, entre outros.

(CONCLUSÃO) A partir do exposto, concluiu-se que a defesa da reforma do foro privilegiado tem por objetivo buscar o aprimoramento do sistema legal nacional, com o intuito de se evitar a impunidade, ou seja, evitar que determinados infratores possam se utilizar de lacunas da lei para procrastinarem o andamento dos processos de crimes contra a administração pública (corrupção, improbidade administrativa, concussão, prevaricação), sob o manto de imunidades, que não foram criadas com este objetivo. Não se nega que o foro por prerrogativa de função, a par de configurar um privilégio para os seus titulares, cumpra uma finalidade reconhecida pela ordem constitucional; ao revés, reconhece-se, na opção do constituinte de 1988, o interesse em garantir o livre exercício dos mandatos político-representativos e das funções superiores do Estado, para o qual, segundo essa opção, é indispensável a previsão de foro privilegiado, nos termos definidos pela constituição. Nesse contexto, resta claro um conflito entre valores de dignidade constitucional: a submissão igualitária de todos, autoridades e cidadãos comuns, governantes e governados, ao império do direito; e a estabilidade necessária ao exercício das funções públicas. Conforme consignado linhas atrás, não são desprezíveis as preocupações que defendem o foro privilegiado. Impressiona o argumento de que o exercício de elevadas funções públicas pressupõe um grau de estabilidade que não se compadece com a permanente sujeição a acusações temerárias. Deste modo, revela-se inviável substituir completamente a atuação de procuradores da República, promotores de Justiça e magistrados de carreira – todos concursados e por isso menos suscetíveis a vinculações políticas – por órgãos jurisdicionais de cúpula, como o Supremo Tribunal Federal, cujos membros são todos nomeados pelo presidente da república, predominantemente com base em critérios políticos; além de tal privilégio ter-se mostrado, para seus críticos, um fator de aumento da morosidade processual e da impunidade.

A3 – DIREITO

O PENSAMENTO KANTIANO ACERCA DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E SEUS REFLEXOS NO DIREITO PENAL DO FUTURO: O HOMEM COMO FIM OU COMO MEIO DO DIREITO

*Ana Paula Albano Alves
Mariana de Almeida Soares
Raquelle C. Lisboa de Carvalho*

Discentes do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

*Carlos Wagner
Lincoln Rufino
Pablo Capistrano
Rita Andrade
Sara Andrade*

Docentes do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) É comum ver atribuída a primeira enunciação do Princípio da Dignidade da Pessoa Humana ao pensamento de Immanuel Kant. Certamente tal atribuição decorre do fato de Kant ter sido o primeiro teórico a reconhecer que ao homem não se pode atribuir valor/preço, justamente na medida em que deve ser considerado como um fim em si mesmo e em função da sua autonomia enquanto ser racional. Em sua obra “A Metafísica dos Costumes”, Kant buscou demonstrar que a Dignidade da Pessoa Humana adviria da soma da autonomia do ente racional para a formulação de princípios morais universais, jamais sendo considerado como instrumento para a satisfação de outrem. Entretanto, ao cuidar, em matéria jurídica, dos direitos que podem ser reconhecidos à pessoa, Kant assinalou a premissa da liberdade e, em seguida, afirma que o ser humano pode ser tratado como coisa, tal como ocorre com aqueles que estão sob o jugo do poder. Ao dizer, pois que o homem pode ser juridicamente tomado como coisa, Kant – ao menos à realidade dos dias atuais – pôs-se em contradição com a sustentação de que o ser humano deve ser sempre considerado como um fim, e jamais como meio. Há, portanto, uma aparente incompatibilidade entre a enunciação teórica da Dignidade da Pessoa Humana em Kant e sua aplicação no campo do direito.

(METODOLOGIA) Para efeito do estudo pretendido, a metodologia constituiu-se no embasamento teórico a partir do Princípio da Dignidade da Pessoa Humana do pensamento de Immanuel Kant, bem como das relações conceituais que este estabelece com o Direito Penal do Futuro, à luz da nossa Constituição. Portanto, a pesquisa se estabelece como de caráter qualitativo, com o uso do procedimento bibliográfico.

(RESULTADOS) Quando se fala em violência e em segurança, sempre se destaca como “pano de fundo”, a questão penitenciária a desafiar o Estado em recuperar o homem segregado. Ocorre que, embora saibamos que a prisão faliu como propositura ressocializadora, a humanidade nada descobriu que pudesse substituir a segregação, de forma que persiste o desafio de diminuir as hipóteses de encarceramento. Com os casos de reincidência de crimes e prisões, vemos que pouco poderemos esperar desses que retornarão, pois o sistema impinge gravames muito superiores aos legais, facilitando a ilegalidade do tratamento degradante e aniquilando a essência da Dignidade da Pessoa Humana. Dessa forma à luz do pensamento Kantiano, face à ausência de perspectiva a curto e médio prazo para solução dos problemas advindos do sistema prisional, resta a tentativa de minimizar os efeitos degradantes do cárcere, na esperança de que o homem possa ser recuperado e ressocializado.

(CONCLUSÃO) Com o desenvolvimento do trabalho ficou constatado que talvez tenha sido suficiente para Kant a possibilidade de convivência pacífica em sociedade, ainda que isto implicasse, na prática e em algumas hipóteses (como a retratada por este trabalho), o tratamento do ser humano como coisa, pois consagra a noção meramente teórica de que o ser humano é dotado de autonomia racional. De qualquer sorte, na medida em que ultrapassado o universo temporal em que viveu Kant, é possível concluir que a utilização de seus preceitos teóricos para a fundamentação da noção de dignidade da pessoa humana na atualidade deve ser feita com as devidas reservas. Se é verdadeira a assertiva de que a noção de Kant acerca da autonomia racional do ser humano serve como um dos fundamentos teóricos do Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, não é menos verdadeira a conclusão no sentido de que a sua concretização nos dias atuais não pode a ela se limitar, já que inadmissível, na prática, que o ser humano trate a um semelhante como coisa.

**DIREITO ALTERNATIVO COMO MEIO PARA A JUSTIÇA SOCIAL:
EM BUSCA DE UMA NOVA RACIONALIDADE PARA O DIREITO**

*Candice de Medeiros Azevedo
Sabrina Cavalcante de Macedo
Daniela Carvalho de Lima Nobre
Rogério Maciel Nobre
Jaime Mariz de Faria Júnior*

Discentes do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN.

*Sara Maria de Andrade Silva
Ana Paula Oliveira Cacho
Jorge Luiz Freire Aquino*

Docentes do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN.

(INTRODUÇÃO) A Constituição Brasileira tem como objetivos fundamentais para a nossa pátria a construção de uma sociedade justa, a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades sociais e regionais (Art.3º). Assim, coerente a tais objetivos, haveria de ser promovida pelo poder público a paulatina e constante diminuição do fosso que separa os pobres dos ricos, resultando assim numa diminuição das diferenças sociais e regionais. Entretanto, no período de 1990 a 2000, segundo o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) a distribuição de renda piorou em 2/3 dos municípios brasileiros e a concentração de renda aumentou, fazendo com que passássemos a ter a sexta pior distribuição de renda do mundo. Como medida para cumprir com os objetivos constitucionais, dois passos indispensáveis devem ser dados: a regulamentação jurídica infraconstitucional com vistas a promover a construção de uma sociedade mais justa e a aplicação humanizada de todo o ordenamento jurídico à luz da redução das injustiças e desigualdades sociais. Sabe-se que a ordenação da sociedade, pela via de regras jurídicas específicas é uma tarefa lenta e burocratizada. Portanto, deposita-se neste último aspecto, o da aplicação humanística do direito, uma grande esperança para a realização da justiça e a diminuição das desigualdades, uma vez que isto tanto corrigiria as leis injustas e quanto até supriria a ausência de normas positivas com tais fins. Assim, o presente trabalho tem como objetivo um estudo sobre o direito alternativo como corrente de aplicação do direito capaz de contribuir para a realização da justiça social mediante a prestação jurisdicional.

(METODOLOGIA) Para tanto, realizou-se um trabalho teórico com a aplicação de procedimento bibliográfico, a fim de identificar o conceito de Direito Alternativo, bem como suas fundamentações, princípios e causas históricas, vislumbrando uma visão global sobre o assunto.

(RESULTADOS) Dos estudos realizados, constatou-se que para os objetivos constitucionais, previstos no seu Art. 3º, serem respeitados é imprescindível que tenhamos uma nova visão interpretativa do Direito, que contemple os interesses dos desfavorecidos socialmente, suprimindo sua vulnerabilidade com a aplicação de um direito que humanize as leis frias ou injustas, ou até recorre a outras fontes do direito para dar a cada caso concreto uma solução mais adequada aos princípios de superação das desigualdades reais através do direito. Assim, necessariamente, a corrente positivista do direito não abre tais possibilidades, uma vez que ela está presa aos limites da lei escrita e emanada do estado, independente de tal lei corresponder ou não aos princípios de justiça. Deste modo, a corrente do direito alternativo, que contempla a liberdade do julgador na resolução dos casos concretos, a fim de que ele possa oferecer a solução mais justa, seria um recurso capaz de contribuir, no âmbito da tutela jurisdicional do direito, para o enfrentamento das desigualdades sociais.

(CONCLUSÃO) Dos resultados analisados, observa-se que uma etapa importante na busca de uma sociedade mais igualitária seria uma melhor ação do poder judiciário através de um método interpretativo alternativo que buscasse corrigir as distorções e contradições do modelo atual de interpretação sempre buscando a concretização da Democracia. O Direito Alternativo mostra-se como uma possibilidade viável no resgate ao respeito da dignidade humana, com vistas à construção de uma sociedade mais justa e solidária. Ele enxerga a lei, não como um fim em si mesma, mas apenas como um dos meios de que se serve o direito para alcançar a justiça buscando interpretá-la em favor dos mais vulneráveis e se valendo também de outras fontes para resolução mais rápida e eficaz dos conflitos, possibilitando uma participação mais direta da comunidade na busca de solução para seus problemas. Assim, o juiz alternativo deve buscar a transformação social e se posicionar com novas interpretações, criando as alternativas para a concretização dos princípios constitucionais.

EUTANÁSIA PASSIVA: UMA TENDÊNCIA À SUA ACEITAÇÃO

*Daniela Carvalho de Lima
Jaime Mariz de Faria Junior
Maria Luiza Costa Lopes Cardoso
Rogério Maciel Nobre
Sabrina Cavalcante de Macêdo*

Discentes do curso de Direito, Faculdade Natalense para o desenvolvimento do RN

*Sara Maria de Andrade Andrade Silva
Pablo Moreno Paiva Capistrano*

Docentes do curso de Direito, Faculdade Natalense para o desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) O tema eutanásia caracteriza-se pela grande polêmica que gera em torno do maior desafio imposto à humanidade que é a morte. Seu debate abre discussões éticas, legais e religiosas que apontam para os diversos pontos de vista quanto à sua aceitação ou não. Nos dias atuais, os estudos sobre a eutanásia e suas diversas espécies classificam-na em dois tipos: A ativa e A passiva. No primeiro caso, trata-se de uma ação médica pela qual se põe fim à vida de uma pessoa enferma, por um pedido do paciente ou a sua revelia. Já a eutanásia passiva não consistiria numa ação médica, mas na omissão, isto é, na não aplicação de uma terapia médica com a qual se poderia prolongar a vida da pessoa enferma. Diante de tema tão controverso, o presente trabalho tem como finalidade um estudo exploratório a respeito das razões que apontam para a aceitação ou não da eutanásia, com um diagnóstico que vislumbre suas potenciais tendências nos dias atuais.

(METODOLOGIA) Para tanto, realizou-se um estudo de caráter teórico, qualitativo e de procedimento bibliográfico, a fim de proceder a um trabalho conceitual do tema em exame, enfocando os aspectos éticos, legais e religiosos que giram em torno da eutanásia.

(RESULTADOS) Sob o ponto de vista ético, dois valores elevados assumem a centralidade da discussão sobre a eutanásia: o direito à vida e o direito à morte digna. Seus estudos propõem que o debate sobre a eutanásia não se centra na legitimidade de dispor da vida de qualquer pessoa, mas de a pessoa enferma, para a qual não existem esperanças de vida em condições que possam ser qualificadas como humanas, poder pedir e obter a eutanásia. Já sob o aspecto legal, no Brasil, a legislação constitucional e penal aborda o direito à vida como inviolável, do qual ninguém poderá ser privado sob pena de responsabilidade criminal. O Código Penal brasileiro não faz menção à eutanásia, o médico que tirar a vida de seu paciente por compaixão comete crime de homicídio simples, tipificado no artigo 121. Ainda não existe nenhuma legislação específica que proteja o médico na sua eventual decisão de não ressuscitar ou abandonar os esforços ressuscitatórios. Apesar de não estar em vigor, essa proteção consta no anteprojeto do novo Código Penal, quando este propõe que não se constitua crime a eutanásia passiva, ou seja, não seria crime deixar de manter a vida de alguém por meio artificial, desde que a morte iminente e inevitável seja afastada por dois médicos e haja consentimento do paciente ou de familiares. Por último, na perspectiva religiosa, particularmente a visão da Igreja Católica, a declaração do Vaticano de 05 de maio de 1980 sobre a eutanásia diz que ante a iminência de uma morte inevitável, apesar dos meios empregados, é lícito em consciência tomar a decisão de renunciar a alguns tratamentos que prolongariam precária e penosamente a existência, sem interromper, porém, os cuidados normais devidos ao enfermo em casos similares.

(CONCLUSÃO) Da análise dos resultados apresentados, pode-se concluir que apesar de hoje a eutanásia não ser aceita pela Igreja e ser legalmente proibida, há uma tendência de que o seu modo passivo seja permitido. Contudo, tal decisão não possui mecanismos legais de proteção ao médico, podendo ser uma situação transitória, uma vez que já existe projeto de lei que legalize a eutanásia passiva. Assim, sendo o direito um processo e produto cultural, inegável é que o dilema que se enfrenta quanto à preservação do direito à vida e o direito a uma morte digna venham a ser superado pela hierarquização entre eles, o que acarretará a escolha, quando incompatíveis, de qual deles irá prevalecer.

DIREITO ALTERNATIVO COMO MEIO DE JUSTIÇA SOCIAL

*Candice de Medeiros Azevedo
Sabrina Cavalcante de Macedo
Daniela Carvalho de Lima Nobre
Rogério Maciel Nobre
Jaime Mariz de Faria Júnior*

Discentes do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN.

*Sara Maria de Andrade Silva
Ana Paula Oliveira Cacho
Jorge Luiz Freire Aquino*

Docentes do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN.

(INTRODUÇÃO) A Constituição Brasileira tem como objetivos fundamentais para a nossa pátria a construção de uma sociedade justa, a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades sociais e regionais (Art.3º). Assim, coerente a tais objetivos, haveria de ser promovida pelo poder público a paulatina e constante diminuição do fosso que separa os pobres dos ricos, resultando assim numa diminuição das diferenças sociais e regionais. Entretanto, no período de 1990 a 2000, segundo o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) a distribuição de renda piorou em 2/3 dos municípios brasileiros e a concentração de renda aumentou, fazendo com que passássemos a ter a sexta pior distribuição de renda do mundo. Como medida para cumprir com os objetivos constitucionais, dois passos indispensáveis devem ser dados: a regulamentação jurídica infraconstitucional com vistas a promover a construção de uma sociedade mais justa e a aplicação humanizada de todo o ordenamento jurídico à luz da redução das injustiças e desigualdades sociais. Sabe-se que a ordenação da sociedade, pela via de regras jurídicas específicas é uma tarefa lenta e burocratizada. Portanto, deposita-se neste último aspecto, o da aplicação humanística do direito, uma grande esperança para a realização da justiça e a diminuição das desigualdades, uma vez que isto tanto corrigiria as leis injustas e quanto até supriria a ausência de normas positivas com tais fins. Assim, o presente trabalho tem como objetivo um estudo sobre o direito alternativo como corrente de aplicação do direito capaz de contribuir para a realização da justiça social mediante a prestação jurisdicional.

(METODOLOGIA) Para tanto, realizou-se um trabalho teórico com a aplicação de procedimento bibliográfico, a fim de identificar o conceito de Direito Alternativo, bem como suas fundamentações, princípios e causas históricas, vislumbrando uma visão global sobre o assunto.

(RESULTADOS) Dos estudos realizados, constatou-se que para os objetivos constitucionais, previstos no seu Art. 3º, serem respeitados é imprescindível que tenhamos uma nova visão interpretativa do Direito, que contemple os interesses dos desfavorecidos socialmente, suprimindo sua vulnerabilidade com a aplicação de um direito que humanize as leis frias ou injustas, ou até recorre a outras fontes do direito para dar a cada caso concreto uma solução mais adequada aos princípios de superação das desigualdades reais através do direito. Assim, necessariamente, a corrente positivista do direito não abre tais possibilidades, uma vez que ela está presa aos limites da lei escrita e emanada do estado, independente de tal lei corresponder ou não aos princípios de justiça. Deste modo, a corrente do direito alternativo, que contempla a liberdade do julgador na resolução dos casos concretos, a fim de que ele possa oferecer a solução mais justa, seria um recurso capaz de contribuir, no âmbito da tutela jurisdicional do direito, para o enfrentamento das desigualdades sociais.

(CONCLUSÃO) Dos resultados analisados, observa-se que uma etapa importante na busca de uma sociedade mais igualitária seria uma melhor ação do poder judiciário através de um método interpretativo alternativo que buscasse corrigir as distorções e contradições do modelo atual de interpretação sempre buscando a concretização da Democracia. O Direito Alternativo mostra-se como uma possibilidade viável no resgate ao respeito da dignidade humana, com vistas à construção de uma sociedade mais justa e solidária. Ele enxerga a lei, não como um fim em si mesma, mas apenas como um dos meios de que se serve o direito para alcançar a justiça buscando interpretá-la em favor dos mais vulneráveis e se valendo também de outras fontes para resolução mais rápida e eficaz dos conflitos, possibilitando uma participação mais direta da comunidade na busca de solução para seus problemas. Assim, o juiz alternativo deve buscar a transformação social e se posicionar com novas interpretações, criando as alternativas para a concretização dos princípios constitucionais.

A3 – DIREITO

REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL: ASPECTOS SOCIAIS APONTAM PARA PROBLEMAS DEVIDO À MODIFICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

Priscila Souto Bezerra

Tiago Souto Bezerra

Discentes do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Lenice Silveira Moreira

Docente do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) Índices de violência no Brasil têm gerado polêmicas em relação à idade penal. Recentemente foi aprovado no Senado a modificação do artigo 228 da Constituição Federal – *São penalmente imputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial* – a proposta de redução da maioridade penal de 18 para 16 anos, talvez se torne válido pelo fato de que os “jovens” com idade igual ou superior a 16 anos já estejam prontos para assumirem suas responsabilidades civis. Do mesmo modo como, politicamente já atuam, de forma voluntária, já que não é obrigatório o ato eleitoral para estes indivíduos. Sua capacidade eleitoral é passiva, já que não são obrigados a votar e diante disto pode-se imaginar que o adolescente tendo idéia do que está realizando é penalmente imputável. Portanto é totalmente justificável a redução da maioridade penal. Entretanto fica a dúvida de que a modificação do artigo constitucional reflita verticalmente em toda legislação brasileira, por exemplo, no próprio código de trânsito brasileiro, e que esta modificação refletirá também na idade permissível para condução de veículos automotores de mais de 100 cilindradas. Será que esses “jovens brasileiros” estão aptos a conduzir sua própria vida. Ou se deve observar o próprio Estatuto da Criança e do Adolescente, como o próprio artigo 228 aponta. E também verificar se as instituições de amparo a criança e ao adolescente como a CEDUC, estão cumprindo seu papel. Ou será que os jovens acusados de infringirem a lei praticando delitos gravíssimos como (homicídio, latrocínio, tráfico de entorpecentes, entre outros), sentem-se impunes, já que só podem ser mantidos internados pelo prazo máximo de três anos em estabelecimentos educacionais. Ou será que não se deve pensar, em reformas institucionais que visem o ajuste do problema da marginalidade na adolescência. Reduzir a idade penal, evidentemente não resolve o problema de violência do Brasil. Pois aspectos sociais devem ser levados em consideração, o adolescente é apenas a ponta de um complexo relacional que gera inclusive a violência.

(METODOLOGIA) A análise do tema, trás uma abordagem tanto da perspectiva do direito, quanto das ciências sociais. Já que o problema requer uma análise complexa do problema. Para levantamento de dados foi utilizada a metodologia qualitativa de entrevista, em pesquisa realizada na instituição CEDUC, além de informações dos meios de comunicação social como, Internet. Foi feita também pesquisa bibliográfica.

(RESULTADO) A pesquisa realizada na instituição CEDUC com cerca de 20 jovens conseguiu captar informações que são de natureza de processos sociais, e, portanto transcendem o que se mantém *imperceptível* aos sentidos do indivíduo. O problema da violência, saindo da opinião, do que é aparente, chegou numa esfera científica. Que apontou para conclusões reveladoras em relação à violência. Não que as informações que obtivemos na instituição CEDUC seja de caráter generalizante. No entanto é uma plataforma para se refletir sobre o tema, já que o problema de violência é recorrente em todo e qualquer agrupamento humano.

(CONCLUSÕES) Diante dos resultados obtidos, chegamos à conclusão de que as mazelas sociais do Brasil apontam para conflitos oriundos de diversos aspectos da vida social: educação, saúde, habitação, distribuição de renda, assistência à família, etc. Por isso, pensar em reformas na legislação brasileira, por meio da modificação do artigo constitucional 228, gerará uma ampla modificação nas políticas públicas. Que, no entanto tal medida se mostra apenas como coercitiva, pois toma como solução apenas a modificação das medidas penais, verticalizando o que é um problema resultante de várias circunstâncias. Portanto fica visível como a redução da idade penal não é uma medida que reduza os conflitos que geram a violência, conseqüentemente à criminalidade.

A3 – DIREITO

A IMPORTÂNCIA DA PRIMAZIA DO FOCO CENTRAL NAS RELAÇÕES DE AQUISIÇÃO OU UTILIZAÇÃO DE PRODUTOS OU SERVIÇOS DE FORNECEDORES NO CONSUMIDOR

Marcelo Silva Gouveia

Discente do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Sara Andrade

Docente do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) Em um mundo competitivo, a qualidade tornou-se obsessão para grandes empresas. Ouvir os consumidores tornou-se não apenas uma tendência mundial, mas também uma necessidade. Porém, a excelência no atendimento a esse grande exército ainda está muito aquém dos moldes desejados. Todos os dias, consumidores insatisfeitos registram ocorrências das mais diversas nas Procuradorias de Defesa do Consumidor de todo o país, a maior parte deles, cerca de 61%, vão reclamar seus direitos sobre a prestação de serviços essenciais e produtos. De acordo com dados recolhidos em setembro de 2007, o departamento de pesquisas do PROCON-SP, mostra que 89% dos consumidores já haviam tentado resolver o problema com o fornecedor antes de recorrer ao referido órgão, fato que demonstra a tentativa de ajuste do consumidor com o fornecedor. Observa-se que a realidade atual, marcada pelo incremento do consumo, também tem ao seu lado uma regulamentação jurídica que busca conduzir o seu funcionamento, estabelecendo regras de conduta para consumidores e fornecedores. Assim, o presente trabalho propõe uma análise macro das relações de consumo, de modo a demonstrar como estas relações sociais, reguladas pelo direito, adquirem, nos dias atuais, grande visibilidade e importância, recebendo do estado tratamento pormenorizado, em virtude dos valores sociais vigentes da sociedade de consumo.

(METODOLOGIA) Para atingir aos objetivos propostos, realizou-se uma pesquisa de caráter teórico, com levantamento de dados secundários junto ao departamento de pesquisas do PROCON-SP, bem como um estudo de legislação, com ênfase na Lei 8.078/90, que versa sobre a proteção do consumidor.

(RESULTADOS) Dos estudos realizados, constatou-se que o termo “sociedade de consumo” foi desenvolvido à luz das teorias sociológicas e econômicas, para designar a sociedade que se encontra em uma avançada etapa de desenvolvimento industrial capitalista, caracterizada pelo consumo massivo de bens e serviços. Na órbita do direito, os valores sociais são sempre a base social de regulamentações normativas, o que faz das relações de consumo, relações jurídicas altamente privilegiadas nos dias atuais. O consumidor brasileiro foi muito favorecido com a criação do código de defesa do consumidor, passando de agente passivo nas relações de consumo para condição de voz ativa perante a sociedade, o Estado e os fornecedores.

(CONCLUSÃO) Dos resultados analisados, observamos que a grande valorização do homem como consumidor é marca da sociedade de consumo, que muitas críticas recebe em virtude de se perder de vista o indivíduo, para se dar ênfase a uma massa de compradores que tanto valem pelo que podem consumir. O direito, sendo o produto de processos valorativos, irá regular e proteger aqueles valores mais elevados da sociedade em cada época e lugar. Diante do contexto criado pelo desenvolvimento do capitalismo e da industrialização, o consumo de bens e serviços se tornam cada vez mais acessíveis, estimulando relações consumeiristas cada vez mais freqüentes e numerosas. Como produto cultural que é, o direito, assim, regula as relações sociais de consumo, tornando-as relações jurídicas, normatizadas por regras impositivas que não deixam a critério pessoal dos fornecedores e consumidores como elas devem se realizar. No Brasil também se reflete esta cultura e sua respectiva normatização. O código de defesa do consumidor é produto do estágio atual de valorização das relações de consumo, assim como da resposta do estado ao regulamentá-la com a criação de um ramo jurídico em grande expansão.

A3 – DIREITO

PLANOS DE SAÚDE – REAJUSTE DE MENSALIDADES E OS DIREITOS DO CONSUMIDOR

Jamaci Silva de Oliveira

Ana Carolina Guilherme Coelho

Discentes do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Kaleb Campos Freire

Lenice Silveira Moreira

Docentes do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) Todos os contratos de planos de saúde firmados a partir de 1º de janeiro de 1999 estão sob a proteção da Lei n.º 9.656/98, assim como os contratos de planos de saúde que, embora assinados antes dessa data, foram adaptados às disposições dessa Lei. Este trabalho oferece esclarecimentos sobre as regras estabelecidas pela legislação nos casos de reajuste por variação de custos ou por mudança de faixa etária. O reajuste por variação de custos é o aumento anual da mensalidade do plano de saúde em razão de alteração nos custos, ocasionada por fatores como inflação e uso de novas tecnologias. O reajuste por mudança de faixa etária é o aumento decorrente da alteração da idade do consumidor. Para trazer clareza quanto às regras de aplicação de reajuste, este pôster contém informações simplificadas sobre a legislação vigente.

(METODOLOGIA) Para elaboração do trabalho, foi executada uma minuciosa pesquisa na legislação sobre o tema com foco inicial na Lei n.º 9.656/98, que é o marco da saúde suplementar que regulamenta o setor, combinada às Medidas Provisórias que a alteraram (atualmente em vigor a MP 2.177-44). Como também as Resoluções do Conselho de Saúde Suplementar – CONSU, as RDC's Resoluções de Diretoria Colegiada e as RN's Resoluções Normativas. Outra Lei importante objeto de estudo deste trabalho foi a Lei n.º 9.961/00 que cria a ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar, uma autarquia especial vinculada ao Ministério da Saúde cuja missão precípua é promover a defesa do interesse público na assistência suplementar à saúde pela regulação e fiscalização do setor, das relações das operadoras setoriais com prestadores de serviço de saúde e com usuários de planos de saúde. Efetivamos visitas a maior operadora de saúde do Rio Grande do Norte, a Unimed Natal que possui mais de cem mil usuários e participamos do encontro ANS com operadoras realizado em Natal nos dias 20 e 21 de setembro de 2007 e a partir dos dados coletados sintetizar de maneira clara, objetiva e interessante os tópicos mais importantes para o consumidor e operadoras relacionados ao reajuste de mensalidades.

(RESULTADOS) Com o trabalho concluso foi elaborado um pôster onde as informações estão divididas por assunto, permitindo que o consumidor ao consultá-lo, verifique em qual situação se enquadra o seu contrato e identifique e compreenda a sua situação na relação com a operadora de saúde com a qual mantém contrato e conheça os indicativos dos direitos e deveres que possui nesta relação.

(CONCLUSÕES) Fica patente a necessidade de atualização periódica deste trabalho e sua aplicação concreta nos órgãos de defesa do consumidor, como também nas operadoras de saúde. Isto se traduz nas experiências próprias, cotidianas vividas pelos autores deste trabalho (Um consultor de operadoras de saúde e uma estagiária do Procon), como também a criação de eventos específicos que visem uma maior interação entre as instituições que convivem com o tema, como o Poder Judiciário, Procons, Operadoras de Saúde e demais entes da sociedade direta ou indiretamente envolvidos com o tema.

ESTADO, PODER E IDEOLOGIA: UM ESTUDO DAS RELAÇÕES DE FORÇAS REAIS E FORÇAS FORMAIS

*Matheus Gomes Amorim
Thadeu Siqueira Paulo
José Cleidisney Cunha Falcão
Wallace da Silva Dantas
Felipe Bezerril Marques*

Discentes do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

*François de Oliveira Ferreira
Sara Maria de Andrade Silva
José Luiz Freire de Aquino*

Docentes do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) O poder estatal, a princípio instituído para organizar o convívio social, promovendo a harmonização e integração dos seus membros, bem como fazer uso do poder que lhe é dado para promover o bem comum, a segurança e o progresso social, não tem correspondido às expectativas nutridas pela sociedade. Isso tem levado a população, suporte sociológico desse poder, a questionar as bases deste poder, bem como a legitimidade de sua permanência, uma vez que seu reconhecimento depende do uso do poder de que o estado dispõe em benefício de todas as classes sociais sem qualquer restrição. Em razão disso, busca-se, neste trabalho, analisar o uso do poder estatal em prol da promoção do bem comum, argumento ideológico que o legitima. Pretende-se, ainda, arrazoar sobre o artifício burguês para se inserir e permanecer no domínio do poder legitimamente exercido pelo estado, utilizando-se dos aparelhos ideológicos (igreja, escola, mídia, leis e costumes) de manipulação da realidade.

(METODOLOGIA) Realizou um estudo teórico, de caráter qualitativo e nível descritivo por meio de levantamento bibliográfico e histórico no qual se abordou o surgimento do poder do estado e como ele lança mão da ideologia para legitimar-se em relação à sociedade, cuja análise se deu a partir de diferentes enfoques literários.

(RESULTADOS) Observamos, através de nossas pesquisas bibliográficas, que o objetivo principal do poder estatal perdeu seu enfoque original, qual seja a promoção do bem comum. Numa perspectiva crítica do estado, com raízes inclusive no marxismo, o estado não possui como objetivo, ao contrário da visão romântica e idealizada de Hegel, o bem-estar coletivo, a segurança, paz e harmonia social. Não estaria o estado, assim, a serviço da sociedade, mas prestando-se a interesses de dominação e opressão, mantendo as relações desiguais de poder. Nesta linha de pensamento, portanto, o estado se mascara pela ideologia, ocultando o seu real objetivo: favorecer a classe dominante. Por isso, à luz de uma teoria crítica do estado, ele surgiu para cumprir os interesses da burguesia em se inserir e permanecer no poder. Porém, para isso, utiliza-se de artifícios para legitimar-se em prejuízo dos interesses da coletividade. Tais artifícios podem ser identificados no direito e na ideologia, pois através do direito, as relações de comando e as desigualdades sociais são normatizadas, conferindo-lhe status de ordem e segurança e com o uso da ideologia, inverte-se a percepção da realidade, fazendo-a parecer o que sobre ela é dito, induzindo a crença de que o estado e o direito são os grandes seguradores da ordem e paz social.

(CONCLUSÃO) Diante de uma análise das diversas concepções a respeito da relação entre estado, poder e ideologia, observa-se que eles constituem hoje uma triangulação, completando-se mutuamente. Para que o estado possa exercer suas finalidades, certamente necessita de poder, a fim de estabelecer, pela soberania que possui, relações de comando em prol dos interesses sociais. Contudo, percebe-se que houve certa degenerescência quanto às finalidades do estado que, por conseqüência, ao uso do seu poder soberano, que se desvia do bem-estar coletivo para servir a interesses clandestinos. As forças efetivas da sociedade, que constituem o que se denomina de poder real, utilizam-se do estado e do direito (poder formal) para realizar seus objetivos, assim como para legitimar-se sob o manto da oficialidade e da legalidade. Certamente, nenhuma de tais manobras seria possível sem o uso de um recurso ideológico de manipulação social, o que se faz necessário para dar a esta realidade a visão invertida do bom, do certo, do justo e do necessário, os argumentos legitimadores do poder, do estado e do direito.

TEORIA ARISTOTÉLICA ACERCA DA JUSTIÇA, E OS PRINCÍPIOS EQUITATIVOS QUE PERMEIAM O CONSTITUCIONALISMO MODERNO, TAIS COMO ISONOMIA E PROPORCIONALIDADE

Daniela Rodrigues Leite

Ilany Kathariny

Marília Gabriela França

Naiana dos Anjos Lustosa

Discentes do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Carlos Wagner Dias Ferreira

Pablo Moreno de Paiva Capistrano

Docentes do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) A obra aristotélica é de extrema importância, tanto para a filosofia quanto para as reflexões jurídicas contemporâneas. Ela se destaca em sua época por ter sido constituída a partir de pesquisas empíricas. Aristóteles foi o primeiro pesquisador científico no sentido atual do termo. Diferente de Platão, o pensador macedônio deu maior ênfase às condições reais do homem e de suas instituições, operando uma reelaboração das pesquisas feitas pelos filósofos que o precederam e criou uma visão do mundo e do homem completamente nova. Pela amplitude dos campos em que atuou e por considerar todos os ramos do conhecimento humano como parte do mesmo corpo teórico é reconhecido por vários campos da ciência. Na filosofia se destacou por inovar na conceituação da idéia de justiça e felicidade, pois acreditava que o homem deveria buscar um ponto de equilíbrio. Destarte, o presente estudo visa estabelecer uma relação entre a idéia de justiça formulada por Aristóteles e os princípios que fundamentam o moderno movimento constitucionalista.

(METODOLOGIA) Diante do que foi exposto, este trabalho acadêmico foi baseado em pesquisas bibliográficas e documentais que possibilitaram o embasamento teórico para a sua realização, principalmente a obra aristotélica *Ética a Nicômaco*, texto central do presente trabalho, que facilitou uma conexão entre a realidade da época e a realidade constitucional atual.

(RESULTADOS) Com o desenvolvimento da seguinte pesquisa, podemos perceber que para Aristóteles o mundo é concebido de forma finalista, onde cada ente tem uma atividade determinada por seu fim e que o bem é a plenitude da essência (aquilo a que todas as coisas tendem), ou seja, a finalidade de cada coisa. Dentre todos os “bens” existe um que é supremo. Esse bem é a felicidade, definido pelo filósofo como um processo em que o ente desenvolve da melhor maneira possível suas aptidões. O meio para se atingir essa felicidade são as virtudes e entre elas está a justiça. Essa justiça de que ele fala se divide em duas, a particular e a universal: a universal tratando do cumprimento da lei e a particular como o hábito de realizar a igualdade. Essa igualdade se estabelece de forma proporcional, pois baseia-se em uma *igualdade geométrica*. Essa conceituação sobre justiça, proporcionalidade e isonomia influenciou o pensamento jurídico a partir da absorção de tais conceitos pela mentalidade filosófica e jurídica de nossa época. Foi com grande impacto que Aristóteles garantiu que discussões sobre o assunto chegassem até os dias de hoje.

(CONCLUSÃO) Com o referente estudo podemos estabelecer uma relação entre o pensamento jurídico de Aristóteles e os princípios eqüitativos existentes no movimento constitucionalista moderno, relação esta que teve origem partindo de uma comparação antropológica entre a realidade atual e a realidade da época, em que as teorias do filósofo ganharam suas primeiras fundamentações e aprofundamentos, pois o pensamento aristotélico data de uma época distante, mas nem por isso se desgastou com o tempo e é muito discutido nos dias de hoje. A análise dos princípios estabelecidos por Aristóteles faz-nos crer que para o filósofo a justiça se estabelecia a partir da busca pelo equilíbrio, a realização dessa busca tornaria o homem justo, pois essa busca sempre irá gerar uma igualdade já que os dois lados estarão harmonicamente balanceados além de proporcionalmente colocados: cada um recebe o que lhe é de direito (ISON) na proporção que lhe cabe (ANALOGIA).

A3 – DIREITO

TEORIA ARISTOTÉLICA ACERCA DA JUSTIÇA, E OS PRINCÍPIOS EQUITATIVOS QUE PERMEIAM O CONSTITUCIONALISMO MODERNO, TAIS COMO ISONOMIA E PROPORCIONALIDADE

*Daniela Rodrigues Leite
Ilany Kathariny
Marília Gabriela França
Naiana dos Anjos Lustosa*

Discentes do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

*Carlos Wagner Dias Ferreira
Pablo Moreno de Paiva Capistrano*

Docentes do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) A obra aristotélica é de extrema importância, tanto para a filosofia quanto para as reflexões jurídicas contemporâneas. Ela se destaca em sua época por ter sido constituída a partir de pesquisas empíricas. Aristóteles foi o primeiro pesquisador científico no sentido atual do termo. Diferente de Platão, o pensador macedônio deu maior ênfase às condições reais do homem e de suas instituições, operando uma reelaboração das pesquisas feitas pelos filósofos que o precederam e criou uma visão do mundo e do homem completamente nova. Pela amplitude dos campos em que atuou e por considerar todos os ramos do conhecimento humano como parte do mesmo corpo teórico é reconhecido por vários campos da ciência. Na filosofia se destacou por inovar na conceituação da idéia de justiça e felicidade, pois acreditava que o homem deveria buscar um ponto de equilíbrio. Destarte, o presente estudo visa estabelecer uma relação entre a idéia de justiça formulada por Aristóteles e os princípios que fundamentam o moderno movimento constitucionalista.

(METODOLOGIA) Diante do que foi exposto, este trabalho acadêmico foi baseado em pesquisas bibliográficas e documentais que possibilitaram o embasamento teórico para a sua realização, principalmente a obra aristotélica *Ética a Nicômaco*, texto central do presente trabalho, que facilitou uma conexão entre a realidade da época e a realidade constitucional atual.

(RESULTADOS) Com o desenvolvimento da seguinte pesquisa, podemos perceber que para Aristóteles o mundo é concebido de forma finalista, onde cada ente tem uma atividade determinada por seu fim e que o bem é a plenitude da essência (aquilo a que todas as coisas tendem), ou seja, a finalidade de cada coisa. Dentre todos os “bens” existe um que é supremo. Esse bem é a felicidade, definido pelo filósofo como um processo em que o ente desenvolve da melhor maneira possível suas aptidões. O meio para se atingir essa felicidade são as virtudes e entre elas está a justiça. Essa justiça de que ele fala se divide em duas, a particular e a universal: a universal tratando do cumprimento da lei e a particular como o hábito de realizar a igualdade. Essa igualdade se estabelece de forma proporcional, pois baseia-se em uma *igualdade geométrica*. Essa conceituação sobre justiça, proporcionalidade e isonomia influenciou o pensamento jurídico a partir da absorção de tais conceitos pela mentalidade filosófica e jurídica de nossa época. Foi com grande impacto que Aristóteles garantiu que discussões sobre o assunto chegassem até os dias de hoje.

(CONCLUSÃO) Com o referente estudo podemos estabelecer uma relação entre o pensamento jurídico de Aristóteles e os princípios eqüitativos existentes no movimento constitucionalista moderno, relação esta que teve origem partindo de uma comparação antropológica entre a realidade atual e a realidade da época, em que as teorias do filósofo ganharam suas primeiras fundamentações e aprofundamentos, pois o pensamento aristotélico data de uma época distante, mas nem por isso se desgastou com o tempo e é muito discutido nos dias de hoje. A análise dos princípios estabelecidos por Aristóteles faz-nos crer que para o filósofo a justiça se estabelecia a partir da busca pelo equilíbrio, a realização dessa busca tornaria o homem justo, pois essa busca sempre irá gerar uma igualdade já que os dois lados estarão harmonicamente balanceados além de proporcionalmente colocados: cada um recebe o que lhe é de direito (ISON) na proporção que lhe cabe (ANALOGIA).

A3 – DIREITO

RELAÇÃO HOMOAFETIVA E A PLURALIDADE NOS ARRANJOS FAMILIARES: BREVE ESTUDO COMPARATIVO ENTRE O DIREITO ROMANO E O DIREITO CONTEMPORÂNEO BRASILEIRO

*Deisy Sotero Leite Rodrigues
Indianara Silva de Oliveira
Kênia Alves Rosado
Mabelle Conceição Costa Cabral
Thompson Rocha Cavalcante*

Discentes do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

*Sara Maria de Andrade Silva
Ana Paula Oliveira Cacho
Jorge Luiz Freire de Aquino*

Docentes do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) Dentre as instituições sociais mais relevantes, destaca-se a familiar. Estudada à luz da sociologia, da antropologia e da psicologia, sua definição se configura sobre bases diversas, o que revela a importância de seu estudo também na perspectiva jurídica, uma vez que é na seara do direito que as regulações a respeito da família irão se construir. Numa perspectiva ampla, a definição de família teve como fundamentos os princípios herdados da Roma Antiga, originando o conceito de família tradicional. Ao longo dos séculos, sua conceituação vem sofrendo modificações, sendo observados diferentes tipos de arranjos familiares. Dentre os novos modelos, merece relevo as relações homoafetivas que apesar de remontarem à Roma Antiga, apenas atualmente vêm ganhando ênfase nas discussões jurídicas, uma vez que essas relações se configuram como fato social, não podendo o Direito ignorar tal realidade. Diante disto, o presente trabalho objetiva avaliar a evolução do conceito de família, atribuindo-se centralidade às relações homoafetivas e fazendo um paralelo entre os direitos romano e contemporâneo, com o fim de identificar as tendências para a regulamentação jurídica das relações homoafetivas no contexto contemporâneo e futuro.

(METODOLOGIA) Buscando alcançar tais metas, procedeu-se a um estudo retrospectivo, de caráter qualitativo e nível exploratório, através de um levantamento bibliográfico, no qual foram tratadas as relações homoafetivas e a pluralidade de arranjos familiares que se configuraram ao longo do tempo, realizando-se uma análise comparativa entre os direitos romano e contemporâneo.

(RESULTADOS) Verificou-se que sob o âmbito das relações homoafetivas durante a Roma Antiga, o homossexualismo era uma prática comum, socialmente aceita, embora sem reconhecimento jurídico. Com o fortalecimento do Cristianismo, observou-se que as práticas homossexuais passaram a ser reprimidas. Atualmente a união homoafetiva vem conquistando aceitação e respeito como reflexo da evolução dos valores sociais, da própria definição da família no contexto contemporâneo e da afirmação do princípio da dignidade da pessoa humana, aspectos que contribuíram para a conquista de alguns direitos e até mesmo do reconhecimento da relação em alguns países ocidentais, como a Dinamarca e a Argentina.

(CONCLUSÃO) Diante do exposto, podemos traçar um paralelo entre o tratamento dado às uniões homoafetivas na Roma Antiga e na atualidade. Em Roma, a princípio, essas relações possuíam o mesmo status das relações heterossexuais, ao contrário do que ocorre hoje, em que o assunto está envolto por tabus. A legislação positivada atual ainda não confere tratamento às relações entre pessoas do mesmo gênero, fazendo com que os casais busquem o reconhecimento de alguns direitos na esfera judicial. A definição de família tem mudado ao longo dos anos, o que foi incorporado pela nossa Constituição Federal de 1988, em que se reconhece novos arranjos familiares como a família monoparental e a união estável, o que contribui para a quebra do monopólio do casamento como única fonte legitimadora da família. No entanto, apesar da homossexualidade ser um fato observado ao longo de toda a história social, ainda, no Brasil, não há regulamentação para relações desta configuração, embora através do projeto de Lei nº 1.151/95 se tenha realizado a primeira tentativa de regulamentação da união homoafetiva, mesmo este não se propondo a dar aos parceiros homossexuais o *status* idêntico ao do casamento. Destes fatos podemos considerar certo avanço, uma vez que permitiram uma maior discussão acerca do assunto, embora com as resistências da tradição religiosa dominante e dos valores sociais conservadores. Assim, observamos então um sério conflito entre os fatos, os valores e as normas, configurando-se um descompasso entre as três dimensões do fenômeno jurídico. No Direito Brasileiro, portanto, observa-se esta tensão, de modo a haver um reconhecimento ainda tímido e reduzido das relações homoafetivas na esfera jurídica, contrariando tendências de outros países ocidentais.

TRÁFICO DE ÓRGÃOS: A INDÚSTRIA DO CORPO HUMANO

*Anna Caroline da Silva Salles
Louise Patriota Martins de Sá
Natália Gomes de Sena
Raisa Gabriella Costa de Souza*

Discentes do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

*Alexandro Gomes
Carlos Thompson
Pablo Capistrano*

Docentes do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) O artigo tratará da questão do tráfico de órgãos, o terceiro mercado mais lucrativo do mundo e que atinge o bem mais importante do homem: a vida. Nesse contexto, trataremos dos direitos fundamentais, ao discutir qual o limite da liberdade do homem em relação à sua própria vida, ou seja, até que ponto o homem tem a liberdade de dispor do próprio corpo. Nesse sentido, iremos ressaltar as questões filosóficas, éticas e morais envolvidas no conflito entre liberdade individual, autonomia, bem estar social, assim como a questão da Bioética e do Biodireito. Também trataremos de aspectos do Direito Penal, pois se trata de um crime contra a integridade física e moral do homem e da sociedade, além de ser uma prática repugnante e que favorece ao mercado ilícito, à formação de quadrilhas e ao crime organizado.

(METODOLOGIA) Trata-se de pesquisa de caráter bibliográfico, com o entendimento de autores renomados sobre o tema, que irá permitir a melhor contextualização do mesmo. O artigo foi realizado de forma interdisciplinar, abrangendo os campos da Filosofia, Bioética, dos Direitos Constitucional e Penal.

(RESULTADOS) Foi possível observar através da pesquisa que a principal causa do tráfico de órgãos é exatamente a escassez de órgãos destinados à doação, que acaba por gerar enormes filas à espera de transplantes e é sustentado por aqueles que podem pagar um valor exorbitante por um órgão, e ainda por quem vende seus próprios órgãos visando o lucro.

(CONCLUSÕES) Tendo em vista as causas e conseqüências do tráfico, pudemos concluir que se faz necessário um trabalho de conscientização da sociedade a fim de aumentar o número de doadores, aumentando, conseqüentemente, a disponibilidade de órgãos em boas condições de serem transplantados e em quantidade suficiente face às necessidades dos doentes. Isso seria possível através de um estudo direcionado da Bioética, enquanto ciência multidisciplinar que examina e discute os aspectos éticos relacionados com o desenvolvimento e as aplicações da biologia e da medicina, indicando os caminhos e os modos de se respeitar o valor da pessoa humana. Essencial também se torna a disseminação do tema pela mídia, de modo a popularizar a doação de órgãos, transformando-a em uma prática simples, fácil e destinada a todos. Importante se faz, ainda, a interferência da ordem pública no que concerne a elaboração de leis que tratem especificamente do tema, prevendo sanções tanto para aqueles que praticam como para aqueles que concorrem para a prática desse crime. Só assim será possível a luta contra o tráfico de órgãos e tecidos humanos enquanto forma de criminalidade organizada.

**TRANSEXUAIS E O CRIME DE ESTUPRO: UMA ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR
EM FACE DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA**

Isabella Magnata Pino
Patrícia Cristina Costa de Farias
Stefani Leite Cavalcanti
Symone Rosemberg Lacet

Discente do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Lenice Silveira Moreira
Ivanaldo Bezerra dos Santos
Pablo Capistrano

Docente do Curso de Direito, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

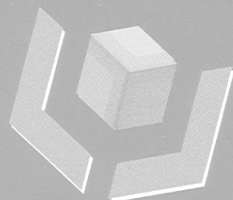
(INTRODUÇÃO) O transexualismo trata-se de uma inversão psicossocial, uma aversão e uma negação do sexo de origem, o que leva esses indivíduos a protestarem e insistirem numa forma de cura por meio da cirurgia de reversão genital, assumindo, assim, identidade do seu desejado gênero. Outrossim, é de vital importância o correto diagnóstico, uma vez que o tratamento cirúrgico é irreversível. Destarte, o estudo ora apresentado objetiva discutir a possibilidade dos transexuais serem sujeitos passivos do crime de estupro, a luz do Princípio da Dignidade da Pessoa Humana. Ademais pretendemos abordar os aspectos jurídicos concernentes ao Direito Civil e Penal, sem esquecer os pontos relevantes que a ciência-médica e Hermenêutica, sob o aspecto teleológico, têm contribuído para a evolução da sociedade.

(METODOLOGIA) Dentro do contexto, os instrumentos técnicos de coleta de dados que subsidiaram a análise do tema em estudo foram basicamente os de pesquisa bibliográfica; dos preceitos dos princípios basilares do ordenamento jurídico e dos julgados dos Tribunais Estaduais.

(RESULTADOS) A partir do estudo do tema em comento e observando a Hermenêutica teleológica da norma considera-se que o transexual é passível do crime de estupro. É cediço, que o Estado Democrático de Direito tem como pressuposto basilar o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, sendo esta qualidade inerente ao homem e, portanto, dele indissociável, com caráter inalienável, irrenunciável, intangível, que se manifesta singularmente na autodeterminação consciente, e responsável da própria vida, não se podendo menosprezar a necessária estima que merecem todas as pessoas enquanto seres humanos. Os Direitos e Garantias Fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988 asseguram que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza e garantindo-se a liberdade e o Princípio da Legalidade. Assim, o transexual, por sofrer de uma desordem de identidade de gênero, conforme preceitua o Código Internacional de Doenças (CID-10), sente-se desprovido de dignidade, pois tem consciência que pertence a outro sexo e que a cirurgia apenas realiza uma adequação da sua psique ao seu corpo. Após a referida cirurgia de reversão de sexo, a qual é precedida de um período-teste de observação de dois anos, que envolvem recursos psicoterápicos e prescrição médica anti-androgênica e estrogênica para a adequação dos caracteres sexuais secundários, deverá este ter seu prenome e sexo modificados na certidão de nascimento.

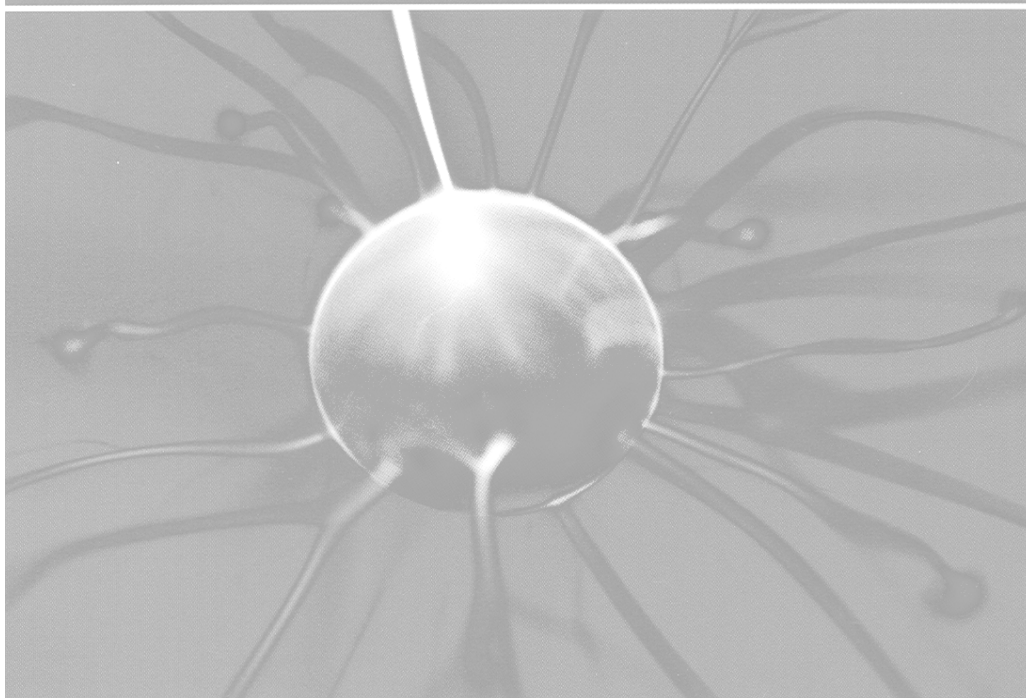
(CONCLUSÃO) Após a exposição do estudo predisposto, constata-se que não poderá a dignidade do transexual ser relativizada em consequência da inércia do legislativo, conciliando e harmonizando, dessa maneira, os postulados do Princípio da Dignidade Humana com a legislação. Assim, substituindo o conceito orgânico de mulher, preconizado pelas ciências médicas pelo conceito jurídico de sexo feminino, será o transexual considerado mulher para todos os efeitos. Portanto, ratificando-se, dessa forma, que este passa a ser vítima do crime de estupro.

VII CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA FARN



VII

**CONGRESSO DE INICIAÇÃO
CIENTÍFICA DA FARN**



"EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA CONSTRUÇÃO DA PAZ"

24 a 27 de outubro de 2007

**E
N
F
E
R
M
A
G
E
M**

COMUNICAÇÃO LIVRE

A4 – ENFERMAGEM

AVALIAÇÃO DA INTERFERÊNCIA DOS ANESTÉSICOS, PROPOFOL E ISOFLUORANO NA INDUÇÃO EXPERIMENTAL DE INFLAMAÇÃO

*Rafaela de Oliveira Capistrano
Maria Helena Pires Araújo Barbosa*

Discentes do Curso de Enfermagem, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN.

*Kadidja Queiroz Bezerra Barreto
Tarcísio Alves Barreto Filho
Colaboradores externos, Hospital Animal Center*

André Luiz Silva Davim

Docente do Curso de Enfermagem, Faculdade Natalense para no Desenvolvimento do RN.

(INTRODUÇÃO) As intervenções cirúrgicas utilizadas na medicina utilizam-se da administração de agentes anestésicos, podendo ser de uso local, regional e geral. Paralelo a implantação de novas técnicas cirúrgicas, a farmacologia busca constantemente a formulação de novas drogas que confirmam mais eficácia em seu efeito proposto, além de uma maior segurança aos pacientes. Com ênfase nas anestésias gerais, a inalatória recentemente passou a ocupar um espaço relativamente importante, uma vez que apresenta metabolismo hepático muito baixo conferindo-lhe uma grande segurança. Esse tipo de anestesia, bastante utilizado em crianças é obtida da mistura de gases associados a agentes anestésicos inalatórios, mas em pacientes adultos a indução mais utilizada ainda é a endovenosa. Um fator importante nos procedimentos cirúrgicos é o pós-operatório, em que a redução de complicações deve-se a utilização de drogas do tipo antiinflamatórios e antibióticos que apresentam a capacidade de impedir a instalação de um processo inflamatório e/ou infeccioso nos momentos que sucedem a cirurgia. A inflamação é um processo fisiopatológico através do qual mediadores solúveis e componentes celulares trabalham juntos na tentativa de conter e eliminar os agentes causadores da alteração tecidual. O presente trabalho tem por objetivo avaliar a interferência dos anestésicos gerais, propofol (endovenoso) e isofluorano (inalatório) na indução experimental de inflamação, a fim de analisar se um ou outro anestésico interfere na migração de leucócitos para o sítio de inflamação.

(METODOLOGIA) Foram utilizados 27 camundongos fêmeas da linhagem *swiss*, pesando entre 30 e 40g. Os mesmos foram divididos em três grupos, sendo um controle negativo, outro anestesiado com o propofol e o último utilizando o anestésico inalatório isofluorano. Em seguida os animais foram submetidos ao procedimento cirúrgico para a indução de uma sepse sub-letal. Aguardado o intervalo de 6 a 8 horas, os mesmos foram sacrificados em câmara de éter e submetidos a lavagem peritoneal para o colhimento das células e realização da contagem total em câmara de Neubauer. Para a análise estatística foi utilizado o teste de *Tukey* do programa *SigmaStat* versão 3.10, 2004.

(RESULTADOS) Foi observado diferença estatisticamente significativa quando se comparou o grupo anestesiado com o propofol e o grupo controle negativo ($p < 0,001$). Quando comparado com o grupo anestesiado com o isofluorano, também foi observado diferença estatisticamente significativa ($p < 0,001$). Diante da considerável diferença na migração de células dos grupos anestesiados, e visto que a via de administração do anestésico foi diferente, realizamos o mesmo procedimento cirúrgico utilizando outro anestésico inalatório, o halotano. Quando comparada a migração de células desse grupo com o anestesiado com o propofol, também foi observado diferença estatisticamente significativa ($p < 0,001$). Curiosamente, quando comparado a migração de células entre os grupos anestesiados com os anestésicos inalatórios, não foi observado diferença estatisticamente significativa entre os grupos ($p=0,405$).

(CONCLUSÃO) Diante dos resultados alcançados, conclui-se que em modelo experimental, a utilização do anestésico inalatório isofluorano mostra-se mais eficaz no que diz respeito a inibição do excesso de migração de células ao foco da inflamação. Esses resultados são de extrema relevância, pois o excesso de migração de leucócitos ao sítio de inflamação pode induzir a injúria tecidual, visto que essas células liberam enzimas proteolíticas que desgastam o tecido e de alguma forma o anestésico inibindo o excesso de migração consequentemente conferirá ao tecido maior proteção contra a injúria. Além disso, esse anestésico apresenta metabolismo hepático altamente baixo, o que confere ao mesmo mais uma vantagem quando utilizado em procedimentos cirúrgicos de grande porte.

A4 – ENFERMAGEM

DOENÇAS OCUPACIONAIS NA ENFERMAGEM

Angelita Noelma Neves Saraiva

Larissa Katariny Nunes Bezerra

Discentes do Curso de Enfermagem, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Izete Soares da Silva Dantas Pereira

Docente do curso de Enfermagem, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) Os trabalhadores da área de enfermagem sofrem atualmente com doenças que são desencadeadas devido às jornadas de trabalho. Essas doenças são ditas ocupacionais. Inúmeros fatores levam o corpo de enfermagem de uma instituição a correr este risco. Dentre eles pode-se citar dois fatores: o contato direto com material perfurocortante e as escalas noturnas de trabalho. O material perfurocortante tem sido um meio de disseminação de doenças infectocontagiosas. As jornadas noturnas de trabalho têm afetado o bem estar biopsicossocial do indivíduo.

(METODOLOGIA) A metodologia adotada para o desenvolvimento do trabalho foi à pesquisa bibliográfica. Na pesquisa em questão deu-se ênfase as doenças ocupacionais que mais acometem os trabalhadores da área de enfermagem.

(RESULTADOS) O contato com microorganismos patológicos oriundo de acidentes ocasionados pela manipulação de material perfurocortante, ocorre, com grande frequência, na execução do trabalho de enfermagem. A exposição ocupacional por material biológico é entendida como a possibilidade de contato com sangue e fluidos orgânicos no ambiente de trabalho, e as formas de exposição incluem inoculação percutânea, por intermédio de agulhas ou objetos cortantes, e o contato direto com pele e/ou mucosas. O trabalho noturno está associado a um cotidiano essencialmente diferente do adotado pela comunidade em geral. Este período de trabalho poderá desencadear alterações de sono, distúrbios gastrointestinais, cardiovasculares e desordem psíquica em relação à vida social e à família, ressaltando o prejuízo na participação de atividades sociais organizadas, como as escolares, culturais, esportivas, etc.; dificultando sua integração na vida social da comunidade; levando assim, a ocorrência do absenteísmo. Conseqüentemente reforça o aparecimento de problemas no relacionamento familiar e social do trabalho noturno, prejudicando sua participação em atividades sociais, como lazer, participação na comunidade ou rotinas diárias, como exemplo na hora de alimentar-se. No qual, o trabalho noturno compromete a liberdade, pois o trabalhador vivência um quadro crônico de cansaço e fadiga, sendo difícil organizar qualquer atividade fora da família, uma vez que além do cansaço permanente não dispõe de tempo necessário para tais atividades.

(CONCLUSÃO) Constatou-se que mesmo que seja positiva a avaliação das melhorias das condições de trabalho, essas, na sua maioria, restringiram-se a questões de higiene, limpeza e maior organização nos locais de trabalho, deixando de abranger pontos fundamentais para a saúde dos trabalhadores como exposição à poeira, ruídos, temperatura elevada, precária iluminação e, especialmente, o ritmo acelerado. Privilegiar a qualidade do produto não significa privilegiar a saúde daqueles que o produzem.

A4 - ENFERMAGEM

O HPV E SUA RELAÇÃO COM O CÂNCER DE COLO UTERINO

José Ismar

José Eliel

Saulo José

Discentes do Curso de Enfermagem da FARN

Cléa Moreno

Docente do Curso de Enfermagem da FARN

(INTRODUÇÃO) O Human Papiloma Vírus (HPV), é um vírus que vive na pele e mucosas genitais, tais como vulva, vagina, colo de útero e pênis. Às vezes, a infecção pelo HPV não apresenta sintomas, pode apresentar leve coceira, dor durante a relação sexual ou um corrimento. A prevenção do HPV se dá através de cuidados higiênicos, usar preservativos durante toda relação sexual, ter parceiro fixo ou reduzir o número de parceiros e visitar regularmente o ginecologista para fazer todos os exames de prevenção. Existem várias formas para se tratar o HPV, entre elas podemos citar a cirurgia, o tratamento à base de laser, radioterapia ou com medicamentos.

(METODOLOGIA) Estudo descritivo, desenvolvido a partir de pesquisa bibliográfica e a partir de sites, atendendo ao objetivo de revisar as publicações referentes ao HPV.

(RESULTADOS) O HPV é uma família de vírus com mais de 80 tipos. Pode ficar por muito tempo sem se manifestar (entra em ação em situações como na gravidez ou numa fase de estresse, quando a defesa do organismo fica abalada). Sintomas: às vezes a infecção pelo HPV não apresenta sintomas. Pode apresentar leve coceira, dor durante a relação sexual e/ou corrimento. Nem sempre resulta em câncer, mas é comprovada a presença de HPV em cerca de 50% dos homens que desenvolveram câncer de pênis. Ainda que isso não estabeleça uma relação direta de causa entre o HPV e o câncer, a redução do índice de HPV certamente teria algum impacto sobre a incidência de câncer de pênis. O HPV atinge cerca de 30% da população. Nas mulheres que desenvolvem câncer de colo de útero, cerca de 95% também acusa presença de HPV. Os tipos de HPV com risco de câncer são: (16, 18, 31, 33, 45, 58). O diagnóstico da HPV é feito através do exame de papanicolau ou colposcopia e biópsia. Captura híbrida é o exame mais moderno para fazer o diagnóstico do HPV. A Captura Híbrida consegue diagnosticar a presença do vírus mesmo antes da paciente ter qualquer sintoma. Como em qualquer doença transmitida pelo sexo é preciso que se tomem alguns cuidados como: manter cuidados higiênicos; ter parceiro fixo ou reduzir o número de parceiros; usar preservativos durante toda a relação sexual; visitar regularmente o serviço de saúde para fazer todos os exames de prevenção.

(CONCLUSÕES) O HPV é considerado um dos principais fatores causadores do câncer de colo uterino. A prevenção através da realização regular do preventivo, hábitos higiênicos e cuidados gerais na relação sexual podem salvar a vida de muitas mulheres. Quando afetado quanto mais cedo o paciente procurar tratamento, melhores são as suas chances de sobreviver. O diagnóstico precoce é fundamental. O enfermeiro deve estar preparado para realizar as orientações necessárias à família e ao paciente. A qualidade na coleta do material cervical é necessária para a certeza do diagnóstico. As orientações para medidas simples de prevenção e controle podem modificar os altos índices desses tipos de câncer no mundo. Além da participação do profissional de saúde, toda a população também precisa ter a consciência da necessidade dos auto cuidados. A educação em saúde deve estar presente em todos os momentos da vida, só assim, os riscos de adoecer e morrer por causas preveníveis, cada vez mais serão reduzidos.

A4 – ENFERMAGEM

O PLANEJAMENTO FAMILIAR COMO ATITUDE PROMOTORA DA SAÚDE

Rafaella Godeiro Carlos

Mariza Pinheiro Cavalcante

Wancerleide Sales Pinheiro Borges

Discentes do curso de Enfermagem, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Maria Lúcia Costa Nascimento

Docente do Curso de Enfermagem, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

((INTRODUÇÃO)) O planejamento familiar baseia-se no direito básico de todos os casais e indivíduos decidirem livre e responsabilmente sobre sua saúde reprodutiva. Portanto, é um ato consciente que torna possível às pessoas e aos casais programarem quantos filhos terá, se os terá e quando os terá, de acordo com os seus planos e expectativas. Tem como objetivo principal divulgar ações preventivas, visto a sua atuação ser extensa, passando pela conscientização, por meio de ações educativas quanto à idade adequada de gestar, o número de filhos, o intervalo entre os partos, o preparo para o parto, o aleitamento natural e a qualidade do produto contraceptual, entre outras. Incluem também serviços de qualidade, melhorar a qualidade da informação, educação, comunicação e aconselhamento. Aumentar a participação e a partilha de homens na prática de planejamento familiar.

(METODOLOGIA) Trata-se de uma revisão bibliográfica no ano de 2007 dos manuais do Ministério da Saúde, na biblioteca da FARN, Lilacs, Scielo, Bireme e Internet.

(RESULTADOS) Diversos estudos demonstram a alta incidência de gravidez indesejada, abortos provocados, mortalidade materna e também infantil. Os segmentos sociais mais pobres são os que possuem maior prevalência, devido muitas vezes a falta de informação sobre como evitar a gravidez, ou como planejar o melhor momento de engravidar. O acesso à informação e a facilidade de meios contraceptivos sobre orientações médicas e a possibilidade de um casal decidir quantos filhos deseja ter, em que idade e em que oportunidade da vida tê-los, se constituem como medidas preventivas efetivas.

(CONCLUSÕES) Gestações indesejadas ou de alto risco, abortos inseguros podem ser evitados com o planejamento familiar, conseqüentemente reduzindo a mortalidade materna e infantil. Assim é extremamente importante para a população o esclarecimento sobre as ações desenvolvidas através do planejamento familiar.

A4 – ENFERMAGEM

UTILIZAÇÃO DE MODELOS TRIDIMENSIONAIS DE ORELHA E LARINGE ANIMADOS POR COMPUTAÇÃO GRÁFICA COMO RECURSO DIDÁTICO NO ENSINO DA ANATOMIA HUMANA

Lauro Otacílio Campos de Souza

Discente do Curso de BSI, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Rui de Araújo Moreira

Discente do Curso de Enfermagem, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

André Luiz Silva Davim

Docente do Curso de Enfermagem, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) A Anatomia Humana é a ciência morfológica base para os cursos da área da saúde com enfoques diferentes para cada um deles. Com as recentes implantações de novos projetos político-pedagógicos de vários cursos, a disciplina vem atravessando um processo de reestruturação, visando atender as novas diretrizes curriculares e proporcionar o melhor rendimento acadêmico na área de Anatomia Humana. Por tratar-se de uma ciência estrutural, a anatomia é uma disciplina que é ministrada no início de cada curso das diversas áreas, sendo por isso considerada como um tronco, dando suporte para diversas outras disciplinas, como a fisiologia, histologia, embriologia, semiologia, cinesiologia, patologia, entre outras. Dentro desse enfoque, cada vez mais estão sendo priorizadas aulas de conteúdo teórico-prático, como demonstrações em cadáveres humanos pré-fixados, modelos anatômicos sintéticos, dissecações de segmentos do corpo humano, exploração de seminários com ênfase nas correlações anátomo-clínicas, além de estudos orientados em computador utilizando *softwares* específicos. Todos esses recursos possibilitam ao aluno um melhor entendimento das estruturas, por serem exploradas em três dimensões, o que é consolidado posteriormente com as aulas de conteúdo prático, comumente utilizada como recurso didático. A modelagem e visualização tridimensionais auxiliadas por computador (*CAD-Computer Aided*), constituem um meio efetivo de partilhar informação anatômica por intermédio da simulação de estruturas e/ou fisiologia das mesmas, patologias e principalmente pela aplicabilidade no ensino da disciplina. Com o aumento do poder de processamento dos computadores atuais, essa se torna uma tendência cada vez mais certa como metodologia de ensino.

(METODOLOGIA) Os parâmetros utilizados para criação dos modelos em três dimensões (3D) incluíram desenhos em visões distintas da orelha e laringe, feitos a partir de gravuras de atlas anatômico guardando as devidas proporções. Após a confecção dos desenhos e dado seu sombreado a fim de inferir noções de profundidade, os mesmos foram capturados e digitalizados através de um *scanner* de mesa e enviado ao computador, onde foram ajustados em planos perpendiculares previamente criados no espaço virtual tridimensional do *software* Autodesk 3DS MAX onde serve de guia para a construção do modelo tridimensional da orelha e laringe propriamente dito.

(RESULTADOS) A introdução da anatomia virtual como recurso didático no ensino da anatomia desta instituição vem corroborar com a tendência atual de metodologia de ensino em anatomia humana seguida pelas principais instituições de ensino do mundo, como é o caso da *Harvard Medical School* que já se utiliza dessa tendência, possuindo um laboratório de planejamento cirúrgico, onde dados de tomografia computadorizada e ressonância magnética são reconstruídos em modelos 3D servindo assim para um aprimoramento de técnicas cirúrgicas.

(CONCLUSÃO) Novos meios computacionais visuais, interativos ou não, tornam-se importantes coadjuvantes no aperfeiçoamento do ensino em anatomia humana. Estudos e pesquisas contínuos na área de saúde associados a informática, permitem a criação de conteúdos digitais que podem auxiliar no ensino e conseqüentemente no aprendizado de alunos, que serão os futuros profissionais da área. Com isso, se pode prever em um futuro pouco distante, a melhoria na capacitação de ensino e como fruto desse avanço, profissionais cada vez mais preparados e aptos ao entendimento e acolhimento de questões de saúde pública.

A4 – ENFERMAGEM

INFECÇÃO HOSPITALAR

*Paula Francinete cruz
Valquíria Santos
Discentes do 4º Período de Enfermagem da FARN*

*Izete Soares da Silva. Danta. Pereira
Docente do Curso de Enfermagem da FARN*

(INTRODUÇÃO) A infecção hospitalar é uma patologia que não estava presente no momento da internação, mas que pode ocorrer durante a internação num período de 72 horas após o internamento ou também após a alta obedecendo a um período de até um ano no caso de próteses. Os primeiros indícios foram registrados na Idade Média, quando foram criadas instituições que abrigavam pobres e excluídos, estes eram ambientes fechados que facilitava a transmissão de doenças contagiosas. Mas foi no século XVIII com a transformação dos hospitais e emergência do capitalismo e a emergência do capitalismo quando o corpo passou a ser objeto potencial de trabalho que teve início uma tímida idéia de controle. Florence Nightingale, a precursora da Enfermagem Moderna se preocupava com as condições ambientais e preconizava o isolamento e a individualização dos cuidados. Foi através dela que se iniciou uma prática formal e sistemática. Construiu-se um conhecimento distinto daquele empregado pelos médicos, na altura, pois já mostrava idéias de controle de infecção, mesmo numa era pré-bacteriológica. Apesar da descoberta dos antibióticos, que a princípio pareciam ter resolvido o problema, com o passar dos anos observou-se uma seleção e resistência dos microorganismos. Com o avanço do conhecimento biológico e as cirurgias, o controle do meio não era mais eficiente, novas formas de infecções começaram a surgir com estes novos procedimentos. Era necessário “esterilizar o homem” através de anti-sepsia, da degermação e do próprio antibiótico que passou a ser utilizado também como profilaxia. Em 1992, o Ministério da Saúde publicou uma portaria onde diz que todos os hospitais do país,. Em 1998, uma nova portaria revogou a anterior e reafirmou a importância do controle de infecção, determinando que todos os hospitais devem ter uma Comissão de Controle de Infecção Hospitalar (CCIH), composta por membros consultores e executores (SCIH). Mas a realidade que se vivencia é outra, quando este serviço se faz presente na maioria das vezes os seus membros são encarregados apenas dos serviços burocráticos, também ocorre um acúmulo de funções. Este Trabalho teve como objetivo discutir a infecção hospitalar, destacando a importância do seu controle para a melhoria da qualidade de vida do paciente hospitalizado.

(METODOLOGIA) A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica a partir da consulta a sites especializados da Internet, livros, revistas e artigos de periódicos relacionados ao tema.

(RESULTADOS) A pesquisa mostrou que a infecção é um problema que ocorre na maioria dos hospitais do país. Todos são obrigados, por lei, a possuírem uma Comissão de Controle de Infecção Hospitalar-CCIH. Além das comissões deve existir, também, um Serviço de Controle de Infecção Hospitalar (SCHI), que deve contar com, pelo menos, um médico e um enfermeiro para cada 200 leitos.

(CONCLUSÃO) Ao se prolongar a vida com os avanços da Medicina, os indivíduos se tornam mais vulneráveis às infecções e estas por sua vez estão se tornando mais resistentes pelo uso indiscriminado dos antibióticos. É importante o controle da infecção hospitalar tanto pela questão econômica, pois prevenir implica menos custos, quanto pelo aspecto psicológico, afinal o ambiente hospitalar é um lugar de cura. Hoje como ontem, o que falta, ainda, conscientização por parte dos profissionais de saúde da importância desse ato: um pequeno gesto, uma grande atitude.

A4 – ENFERMAGEM

RINITE ALÉRGICA

Andressa Mônica Gomes Fernandes

Andressa Cristina Ferreira Braga

Discentes do Curso de Enfermagem, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Adriana Kaline Gomes Fernandes

Enfermeira do PSF do município de Luís Gomes – RN

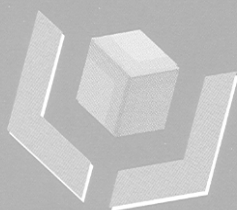
(INTRODUÇÃO) A rinite alérgica é uma doença crônica, resposta imunológica das vias respiratórias superiores desencadeada por alérgenos transportados pelo ar, caracterizando-se pela vasodilatação e edema da mucosa nasal, acompanhada por aumento da produção de muco, espirros, obstrução e prurido nasais. Extremamente freqüente, principalmente em regiões onde as modificações de temperatura e umidade ocorrem habitualmente. A incidência também é mais significativa em zonas em que o ar apresenta maior poluição, de maior prevalência em crianças pequenas e adolescentes, chega a acometer de 10% a 25% da população mundial. Embora apresente baixa mortalidade, sua morbidade é elevada, pois diminui a qualidade de vida do paciente, afetando o desempenho escolar, profissional e social, devendo-se ressaltar também os custos com medicamentos. A associação com outras doenças, como a asma, as rinosinusites, as otites, a polipose nasal e a respiração bucal, ressalta ainda mais o seu impacto socioeconômico. O objetivo geral desse estudo foi apresentar uma revisão de literatura dessa entidade (rinopatia) abrangendo seus aspectos fisiopatológicos, epidemiológicos, diagnósticos e terapêuticos. A pesquisa de cunho científico é fundamental para o desenvolvimento intelectual do homem, como também para o benefício da comunidade em geral, pois esta é quem recebe o proveito dos resultados favoráveis, como soluções e novos tratamentos.

(METODOLOGIA) A pesquisa do tipo qualitativa foi realizada baseando-se em levantamentos bibliográficos, como instrumento de coleta de dados foi utilizado livros científicos (enfermagem e medicina), além de manuais, revistas médicas e busca de sites na internet.

(RESULTADOS) A rinite alérgica é a rinopatia crônica, cujos sintomas incluem a rinorréia profusa, círculos sob os olhos (“estigmas alérgicos”), fina fenda branca através da ponte do nariz causada pela esfregação e enrugamento repetidos da ponta do nariz, mucosa nasal pálida e edemaciada com conchas nasais edemaciadas, voz anasalada. Apresenta uma história semelhante com a da asma. A criança pode ter coceira e corrimento aquoso dos olhos e nariz, coriza, dificuldade em respirar pelo nariz, tosse noturna e dor de garganta matinal. O diagnóstico depende de uma história clínica minuciosamente detalhada, apoiada no exame físico e nos exames complementares. O tratamento é complexo, incluem medidas educativas, controle do ambiente, medicamentos diversos e, em alguns casos, imunoterapia específica e cirurgia.

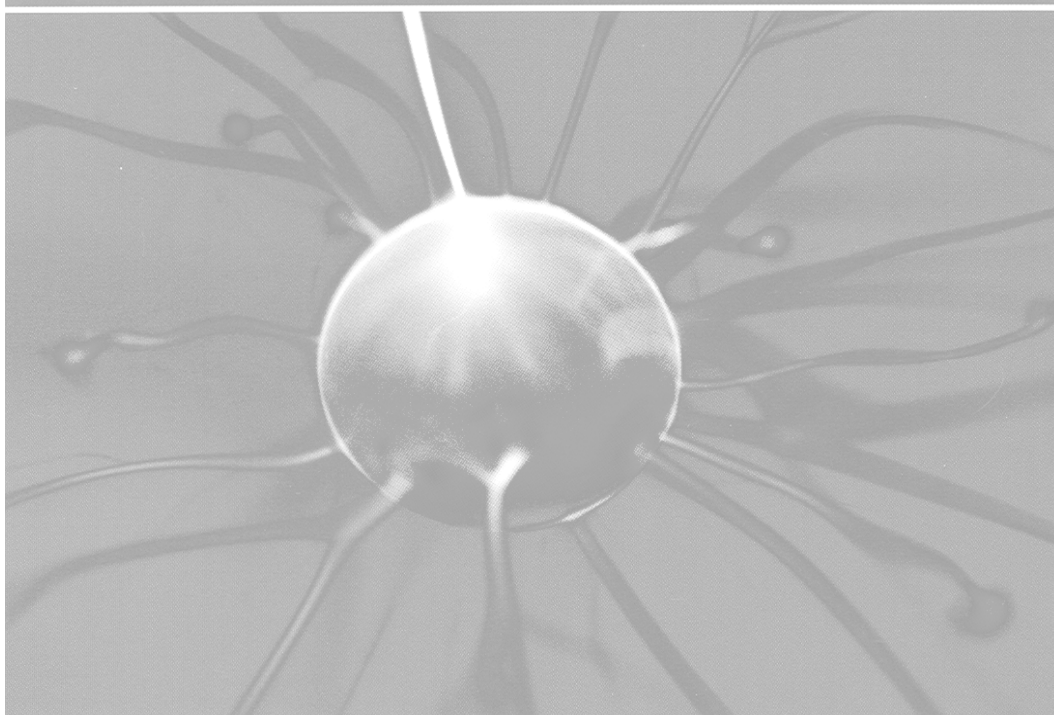
(CONCLUSÕES) A rinite alérgica é considerada classicamente como uma reação inflamatória mediada por IgE, pode afetar todas as vias aéreas não se restringindo somente ao nariz. Forte caráter genético, não tem predileção por sexo ou raça e pode iniciar-se em qualquer idade. O diagnóstico é obtido pela história clínica e exames físicos detalhados, caso necessário, solicitam-se também exames complementares (laboratoriais e de imagem). O tratamento é complexo e para obter os melhores resultados deve incluir o controle ambiental (afastar os alérgenos), medicamentos, imunoterapia específica, educação e, em alguns casos, procedimentos cirúrgicos.

VII CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA FARN



VII

**CONGRESSO DE INICIAÇÃO
CIENTÍFICA DA FARN**



"EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA CONSTRUÇÃO DA PAZ"
24 a 27 de outubro de 2007

**E
N
F
E
R
M
A
G
E
M**

PÔSTER

A4 – ENFERMAGEM

A INFLUÊNCIA DO TRABALHO EM GRUPO NA QUALIDADE DE VIDA NA TERCEIRA IDADE

Ana Raquel Oliveira de Sousa

Luana Zumba de Sousa

Maria de Lourdes Pereira Batista

Marília Regina de Mendonça Rego

Discentes do curso de Enfermagem, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Katie Moraes de Almondes

Docente do curso de Enfermagem da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) Com o aumento do índice de idosos no Brasil, faz-se necessário que um novo olhar esteja direcionado a essa temática, exigindo urgência nas ações de saúde, não apenas curativas, e sim sistematizadas e contínuas voltadas à promoção e prevenção. Com isso, espera-se que a longevidade possa ser vivida com satisfação e bem-estar para que, dessa forma, o idoso possa continuar a viver produtivamente dentro das suas famílias e dos grupos de sua comunidade. O objetivo desse estudo é analisar a importância do trabalho em grupo como forma alternativa de promover uma melhor qualidade de vida a pessoas na terceira idade.

(METODOLOGIA) A metodologia usada nesse trabalho é centrada nas atividades em grupo, entendido como espaço coletivo para geração de atitudes que cultivem uma cultura de tolerância, respeito às diferenças e a consideração ao idoso como prioridade absoluta. Para a coleta de dados, foi solicitado que o grupo se subdividisse em três subgrupos, os quais deveriam discutir e responder ao questionário entregue com três perguntas. Participaram da pesquisa usuários da Unidade Mista de Saúde Dr. Paulo Bernardino de Medeiros com idades que variavam entre 55 a 95 anos, os quais frequentam semanalmente as reuniões do Grupo da Melhor Idade Elzimar Marinho. O grupo é composto por 40 idosos, sendo 6 homens e 34 mulheres.

(RESULTADOS) Os idosos usuários dos serviços da Unidade Mista de Saúde Dr. Paulo Bernardino de Medeiros vivenciam as práticas em grupo como uma forma alternativa de buscar uma longevidade prazerosa. Estes encontram nas reuniões o suporte necessário para redescobrir o seu valor, para derrubar o mito de que o idoso é algo acabado e que são pessoas difíceis, irritadas, de humor melancólico e deprimido. Os idosos analisados antes se sentiam deslocados, muitas vezes sentiam-se como um peso por já não mais representar uma força ativa de trabalho. Com a participação neste grupo, sentem-se mais valorizados, saindo de suas rotinas e começando a ter uma atividade para realizar, voltando a ter um horário a cumprir, um compromisso, e se sentindo úteis novamente dentro da sociedade como agentes de mudanças. Alguns idosos que apresentavam sinais clínicos de depressão e que já não saíam de suas casas passaram a ter uma vida diferente com a participação nas reuniões semanais.

(CONCLUSÃO) Esse estudo mostra que, ao trabalhar o idoso com métodos alternativos paralelos ao tratamento médico curativo, há melhora de seus sintomas, uma vez que saúde envolve o bem-estar físico, psíquico e social.

A4 – ENFERMAGEM

ANÁLISE DOS ANESTÉSICOS GERAIS, PROPOFOL E HALOTANO NO ENSAIO EXPERIMENTAL DE MIGRAÇÃO CELULAR EM MODELO ANIMAL

Maria Helena Pires Araújo Barbosa

Rafaela de Oliveira Capistrano

Discentes do Curso de Enfermagem, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Kadidja Queiroz Bezerra Barreto

Colaboradores externos, Hospital Animal Center

André Luiz Silva Davim

Docente do Curso de Enfermagem, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) Nas intervenções cirúrgicas utiliza-se uma prática centenária que é a administração de fármacos, hoje conhecidos genericamente como anestésicos. Essas drogas podem ser de uso local, regional ou geral. Com a implantação de novas técnicas cirúrgicas, a farmacologia busca a formulação de novas drogas que confirmam mais eficácia ao efeito proposto, assim como garantir maior proteção aos pacientes. Com ênfase nas anestésias gerais, os anestésicos inalatórios, nos últimos anos, passaram a ocupar um espaço relativamente importante em função de sua grande segurança. Essa anestesia é bastante utilizada em crianças, obtendo-se a indução dessa pela mistura de gases associados a agentes anestésicos inalatórios. Já em pacientes adultos, a indução mais utilizada é a endovenosa. A segurança dos procedimentos anestésicos tem aumentado devido ao melhor preparo das equipes, o melhor entendimento das patologias, além da instituição regular das consultas pré-anestésicas. Mas, a utilização de drogas mais seguras contribuiu amplamente para a redução das complicações relacionadas às técnicas anestésicas. Outro fator importante em procedimentos cirúrgicos é o pós-operatório, tendo em vista que a redução de complicações se deve a utilização de drogas do tipo antiinflamatório ou antibiótico, que são capazes de impedir a instalação de um processo inflamatório e/ou infeccioso nos momentos que sucedem a cirurgia. Pois, inflamação é um processo fisiológico no qual mediadores solúveis e componentes celulares trabalham juntos, com a finalidade de conter e eliminar os agentes causadores da alteração tecidual. Os medicamentos antiinflamatórios atuam impedindo o excesso de migração de células do sistema imune (leucócitos), conhecidas como neutrófilos. Todavia, mesmo com fármacos cada vez mais eficazes, possíveis complicações em função das inflamações e infecções podem ocorrer principalmente no local exato do trauma, resultante da exposição do tecido à prática cirúrgica.

(OBJETIVOS) Diante disso, o presente trabalho tem por objetivo avaliar o papel dos anestésicos gerais, propofol (endovenoso) e o halotano (inalatório), bastante difundidos tanto na medicina veterinária, quanto na humana, em modelo experimental de migração celular, a fim de verificar se há interferência do anestésico na resposta à inflamação.

(METODOLOGIA) Foram utilizados 27 camundongos fêmeas da linhagem *swiss*, pesando entre 30 e 40g. Os animais foram divididos em três grupos, sendo um controle negativo, outro anestesiado com o propofol e o último anestesiado com o halotano. Em seguida os animais foram submetidos ao procedimento cirúrgico para a indução da inflamação (sepse sub-letal), e após o intervalo de 6 a 8 horas, os mesmos foram sacrificados em câmara de éter e submetidos à lavagem peritoneal para a realização da contagem total de células. Para a análise estatística utilizou-se o programa estatístico, SigmaStat versão 3.10, 2004.

(RESULTADOS) Observou-se diferença estatisticamente significativa quando comparado o grupo anestesiado com o propofol e o grupo controle negativo ($p < 0,001$). Comparando o grupo controle negativo com o que utilizou o halotano, também foi verificada diferença estatisticamente significativa ($p < 0,001$). De posse dos dados de outro experimento realizado em nosso laboratório com o anestésico inalatório isoflurano, os ensaios de migração entre os grupos cirurgiados com os anestésicos inalatórios não demonstraram diferença estatisticamente significativa ($p = 0,405$). E, quando confrontado com os dados do grupo cirurgiado com propofol, curiosamente observou-se diferença estatisticamente significativa ($p < 0,001$).

(CONCLUSÃO) Diante dos resultados alcançados, conclui-se que em modelo experimental, o anestésico inalatório halotano se mostrou mais eficaz no que diz respeito à inibição do excesso de migração de células ao sítio de inflamação, quando comparado ao anestésico propofol. Esses resultados são de extrema relevância, pois a inibição do excesso de migração de alguma forma confere uma maior proteção aos animais, pois o excesso de migração de leucócitos ao sítio de inflamação em muitos casos induz a injúria tecidual pela liberação de enzimas proteolíticas.

A4 – ENFERMAGEM

IMPORTÂNCIA DO PROJETO DE MONITORIA NA DISCIPLINA DE ANATOMIA HUMANA PARA OS CURSOS DA ÁREA DE SAÚDE

*Rui de Araújo Moreira
Tatianne da Silva Alves*

Discente da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Victor Sabóia da Silva
Discente da Universidade Federal do Rio Grande do Norte

*Jorge Ivan da Costa Nogueira
André Luiz Silva Davim*

Docentes do Curso de Fisioterapia – Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) A Anatomia Humana constitui uma ciência milenar, sendo básica e essencial para quaisquer que sejam os cursos da área da saúde e biomédica, por tratar-se de uma disciplina que estuda a constituição corpórea dos indivíduos organizados, podendo compreender desde a anatomia comparativa dos vertebrados (anatomia animal) até a anatomia humana, seguindo o contexto evolutivo das espécies. Por ser uma ciência estrutural, a anatomia humana é uma disciplina ministrada nos primeiros semestres de cada curso, estando subdividida por ter enfoques diferentes para cada um deles, ora enfatizando o aparelho locomotor, como nos cursos de Fisioterapia, ora na parte sistêmica para os cursos de Enfermagem e Nutrição e a neuroanatomia para os cursos de Psicologia e Fisioterapia. Com as recentes implantações de novos projetos políticos pedagógicos de vários cursos, a disciplina vem atravessando um processo de reestruturação, visando atender as novas diretrizes curriculares e proporcionar o melhor rendimento acadêmico na área de anatomia humana. Dentro desse enfoque, cada vez mais estão sendo priorizadas aulas de conteúdos práticos, tais como demonstrações em cadáveres humanos ou modelos anatômicos, dissecações de segmentos do corpo humano, seminários teórico-prático, com ênfase nas correlações anátomo-clínicas, além de estudos orientados em computador utilizando *softwares* específicos. Por tudo isso, a disciplina é considerada como um tronco comum, dando suporte para diversas outras disciplinas, que historicamente tiveram início como ramos da anatomia, tais como a histologia (anatomia microscópica), a fisiologia, embriologia, citologia, radiologia, cinesiologia, entre outras.

(OBJETIVO) Por ser uma ciência que dá ao aluno um suporte para um melhor entendimento das demais disciplinas, o presente trabalho tem por objetivo demonstrar a importância do projeto de monitoria na disciplina de anatomia humana, visto que em média passam pela disciplina em torno de 240 alunos a cada ano. Com o intuito de prover uma melhor assistência a esses alunos, foi criado um projeto que visa incentivar alunos que já cursaram a disciplina a se integrarem no projeto para auxiliarem durante as aulas práticas. Ainda, o projeto visa despertar e estimular nos alunos de graduação o interesse pela docência na disciplina, formar recursos humanos na área, além de formar massa crítica de interesse no estudo da anatomia.

(METODOLOGIA) A fim de alcançar os objetivos propostos, a estratégia utilizada foi de lançar um processo seletivo, onde foram avaliados dos candidatos os conhecimentos práticos e teóricos da disciplina, além do histórico escolar de cada um deles. Na tentativa de ilustrar todo o avanço desse projeto, será exposto durante o congresso um estande expondo peças anatômicas naturais e sintéticas, vídeos que apresentam técnicas de dissecação de corpos humanos, exposição de fetos em diversos estágios do desenvolvimento e a aplicação de pintura em corpos vivos, enfatizando a tendência da anatomia artística como recurso no ensino da disciplina.

(RESULTADOS) Atualmente o projeto de implantação das atividades de monitoria na disciplina de anatomia humana dispõe de um total de três bolsas, sendo duas institucionais (bolsa de monitoria), e uma disponibilizada pelo Instituto Euvaldo Lodi (bolsa de estágio). Desde sua implantação, observa-se uma melhoria significativa no rendimento, não só na disciplina de anatomia como também nas demais disciplinas relacionadas a ela.

(CONCLUSÃO) Diante disso, fica evidente a importância da divulgação da disciplina de Anatomia Humana para a comunidade, seja ela acadêmica ou não, visto que dessa forma podemos reforçar a significância da disciplina, como também atingir um grande alvo em potencial para ocupar os diversos cursos disponíveis que integram o pólo da saúde da FARN.

A4 – ENFERMAGEM

GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA NA UNIDADE BÁSICA DE CIDADE NOVA

Jóssima Maria Lourenço dos Santos

José medeiros gonçalves júnior

Katharina Soares Accioly Lins

Kézia Maria da Silva

Discentes do Curso de Enfermagem, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Maria das Graças de Paiva Nicolete

Docente do Curso de Enfermagem, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) Gravidez na adolescência tem sérias implicações biológicas, familiares, emocionais e econômicas, além das jurídico-sociais, que atingem o indivíduo isoladamente e a sociedade como um todo, limitando ou mesmo adiando as possibilidades de desenvolvimento e engajamento dessas jovens na sociedade. Devido às repercussões sobre a mãe e o conceito é considerada gestação de alto risco pela Organização Mundial da Saúde (OMS 1997, 1998), porém, atualmente postula-se que o risco seja mais social do que biológico. A atividade sexual na adolescência vem se iniciando cada vez mais precocemente, com conseqüências indesejáveis imediatas como o aumento da freqüência de doenças sexualmente transmissíveis (DST) nessa faixa etária; e gravidez, muitas vezes também indesejável podendo terminar em aborto (Basso et al, 1991; Mimica & Piato, 1991; Taquete, 1992; Oh et al, 1993; Crespín, 1998; Chabon et al., 2000). Quando a atividade sexual tem como resultante a gravidez, gera conseqüências tardias e a longo prazo, tanto para adolescente quanto para o recém-nascido. A adolescente poderá apresentar problemas de crescimento e desenvolvimento, emocionais e comportamentais, educacionais e de aprendizado, além de complicações da gravidez e problemas de parto. O perfil epidemiológico em Cidade Nova: 94% fazem pré-natal, . nos últimos 3 anos média de 32,6% gestantes cadastradas. O percentual de adolescentes é bastante significativo do ponto de vista epidemiológico, haja vista que é nesta faixa etária onde se encontra maior resistência das gestantes para uma assistência pré natal adequada como também é neste grupo que aumentam riscos para o recém nascido.

(METODOLOGIA) A pesquisa se caracteriza como um estudo descritivo- epidemiológico, realizado com adolescentes grávidas atendidas na Unidade Básica de Saúde do Bairro de Cidade Nova, no Distrito Oeste da Cidade de Natal, fundamentado no perfil epidemiológico atualizado, interpretação do tipo qualitativa sobre a gravidez na adolescência na atual conjuntura social e seus aspectos de saúde. O critério de seleção da amostra foi acessibilidade de acordo com o comparecimento da adolescente a Unidade Básica de Saúde devido as limitações de tempo da atividade prática. A amostra selecionada de 10% da população atendida no período correspondente a prática de Enfermagem em Saúde Coletiva..

(RESULTADOS) Os resultados evidenciam que grande parte das adolescentes tem entre 14 a 17 anos de idade, 70% vivem uma união estável, 30% são solteiras, 1ª gestação. A grande maioria estuda da 4ª a 6ª série e suas famílias percebem renda mensal de 1 salário mínimo. Todas as adolescentes estudadas referiram que conhecem todos os métodos, porém nunca utilizavam nenhum e não gostavam da camisinha. Algumas referiram que se uniram ao companheiro depois da gravidez. Os namorados tem entre 16 a 18 anos de idade. A grande maioria não tem renda. Das adolescentes estudadas 40% se encontram na 2ª gestação, com 9 meses. Algumas são solteiras, o pai da criança não quer assumir. Um percentual de 70% tem gravidez indesejada e as famílias também não aceitam.

(CONCLUSÃO) De acordo com os resultados da pesquisa conclui-se que: Apesar da sociedade ter criado tantos meios de informação sobre sexo, é elevado o número de adolescentes que engravidam. A maioria dos pais preferem educar seus filhos sobre a sexualidade como foram educados, com repressão e silêncio. Acreditam que se falarem abertamente sobre o assunto, podem despertar os adolescentes precocemente para a vida sexual. Implicações financeiras e morais, desejos frustrados com relação aos filhos, novas responsabilidades... Tudo ao mesmo tempo! É importante que a família analise a situação e pense junto o que fazer diante da gravidez precoce. Que sejam estabelecidos os limites e responsabilidades de cada um, para possibilitar uma situação com menos conflitos e mais aprendizado.

HIPERTENSÃO

*Cecília Dias Lucas
Laryssa Sales Barbalho
Layse Cândida Dantas Bentes
Maria Helena Pires Araújo Barbosa*

Discentes do Curso de Enfermagem, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

*Alessandra Mussi Ribeiro
Juçara Machado Sucar*

Docentes do curso de Enfermagem, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) A pressão arterial é resultado da força exercida pelo sangue impulsionado pelo coração nas paredes dos vasos sanguíneos. Essa pressão é essencial para manter o sangue circulando no organismo, através dos batimentos cardíacos. As paredes dos vasos se estendem e se contraem mudando sua conformação durante a passagem do sangue, fazendo com que o mesmo seja impulsionado por todo corpo. Ela pode ser modificada pela variação do volume ou viscosidade (espessura) do sangue, da frequência cardíaca (batimentos cardíacos por minuto) e da elasticidade dos vasos. Os estímulos hormonais e nervosos que regulam a resistência sangüínea sofrem a influência pessoal e ambiental que também afetam a pressão arterial. O aumento da pressão arterial é (hipertensão arterial), que é caracterizada quando acima de 140X80 mmHg, e a pressão arterial baixa caracterizada abaixo de 90X60 mmHg (hipotensão arterial) pode produzir sintomas como tontura e desmaios. Prevenir esse aumento e diminuição constitui o meio mais eficiente de combater a hipertensão e hipotensão, evitando os problemas físicos e mentais no indivíduo e também o elevado custo social de seu tratamento e de suas complicações. Este trabalho tem como objetivo esclarecer o que é pressão arterial e seus distúrbios, e mostrar os resultados obtidos através da coleta de dados na comunidade FARN.

(METODOLOGIA) A metodologia adotada para o desenvolvimento do trabalho foi a descritiva através da pesquisa bibliográfica e também foram coletados dados na I Mobilização de Enfermagem ocorrida no período de 15 à 18 de maio de 2007 através do auxílio de um esfignomanômetro e estetoscópio, além de um questionário sociodemográfico.

(RESULTADOS) Diversos estudos demonstram uma prevalência elevada de hipertensão arterial na população brasileira. Em média a hipertensão se situa na casa de 15% da população geral adulta, variando conforme o estudo e a localidade pesquisada. Os segmentos sociais mais pobres são os que possuem maior prevalência de hipertensão e também de complicações como acidentes vasculares. As regiões rurais apresentam menor prevalência de hipertensão em relação à metropolitana. O índice de prevalência de hipertensão varia numa mesma população dependendo da origem conforme ocorrem migrações, portanto o ambiente é um importante fator determinante na prevalência. A urbanização, os hábitos sociais e a atividade profissional também são determinantes ainda maiores. Estima-se que existam 30 milhões de hipertensos no Brasil, baseado nos dados estatísticos de 1995 e que 15 milhões ainda desconheçam serem portadores de hipertensão. Encontramos na comunidade uma alta porcentagem que ultrapassou os 50% de pessoas participantes apresentando pressão arterial elevada.

(CONCLUSÃO) A hipertensão arterial sistêmica é uma doença crônica que, quando não tratada e controlada adequadamente pode levar o indivíduo a complicações não só cardiovasculares, mas também comprometer outros órgãos e sistemas. A obesidade, o tabagismo, alcoolismo, colesterol alto, sedentarismo se caracterizam como os principais riscos que associados à hipertensão podem comprometer e complicar o hipertenso causando danos como: doenças vasculares, acidente vascular encefálico (AVE), cardiopatia isquêmica, insuficiência renal crônica, retinopatia, entre outras e por ser uma doença silenciosa pode levar o indivíduo ao óbito. Assim é extremamente importante seu diagnóstico precoce e seu tratamento.

A4 – ENFERMAGEM

HIPERTENSÃO NA UNIDADE BÁSICA DE CIDADE NOVA

*Alissom Rumening Sousa Raulino
José medeiros gonçalves júnior
Yves Marcel Pessoa Nunes*

Discentes do Curso de Enfermagem, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Maria Das Graças de Paiva Nicolete

Docente do Curso de Enfermagem, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) A Hipertensão Arterial é uma das doenças com maior prevalência no mundo moderno e é caracterizada pelo aumento da pressão arterial, medida com esfigmomanômetro ("aparelho de pressão"), tendo como causas a hereditariedade, a obesidade, o sedentarismo, o etilismo, o estresse, a dieta, o tabagismo. A sua incidência aumenta com a idade. No Brasil, estima-se que um em cada cinco habitantes seja portador dessa patologia. A prevalência estimada de hipertensão no Brasil atualmente é de 35% da população acima de 40 anos. Isso representa em números absolutos um total de 20 milhões de portadores da doença, segundo dados de 2007, do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE). Cerca de 75% dessas pessoas recorrem ao Sistema Único de Saúde (SUS) para receber atendimento na Atenção Básica. Para atender os portadores de hipertensão, o Ministério da Saúde possui o Programa Nacional de Atenção a Hipertensão Arterial e Diabetes Mellitus. O programa compreende um conjunto de ações de promoção de saúde, prevenção, diagnóstico e tratamento dos agravos da hipertensão. O objetivo é reduzir o número de internações, a procura por pronto-atendimento, os gastos com tratamentos de complicações, aposentadorias precoces e mortalidade cardiovascular, com a conseqüente melhoria da qualidade de vida dos portadores. O Perfil Epidemiológico de Cidade Nova, no distrito Oeste da Cidade de Natal, apresenta 1007 hipertensos cadastrados, correspondente a 88,98%. Em 2005 haviam 937 hipertensos cadastrados. Acidente Vascular Cerebral em 2006 8,93%. Na há redução significativa, uma vez que o número de hipertensos é maior em 2006. Há necessidade do controle dos fatores de risco: Tabagismo, alcoolismo, obesidade, sedentarismo, alimentação, controle da pressão arterial, repouso, lazer.

(METODOLOGIA) A pesquisa se caracteriza como um estudo descritivo- epidemiológico, realizado com usuários hipertensos atendidos na Unidade Básica de Saúde de Cidade Nova, fundamentado no perfil epidemiológico atualizado, uma interpretação do tipo quali-quantitativa sobre a Hipertensão Arterial na atual conjuntura social e seus aspectos de saúde. O critério de seleção da amostra foi acessibilidade de acordo com o comparecimento do usuário a Unidade Básica de Saúde devido as limitações de tempo. A amostra selecionada foi de 10% da população atendida no período correspondente a prática de Enfermagem em Saúde Coletiva..

(RESULTADOS) Os resultados evidenciam que 30% dos hipertensos são do sexo masculino e 70% do sexo feminino, suas ocupações são 30% do lar, 60% aposentados e 10% pedreiros, estado civil se apresenta 70% casados e 30% viúvos, 50% dos hipertensos fazem dieta, 60% praticam atividade física, 100% dos hipertensos fazem uso de medicação anti-hipertensiva, não participam de atividades recreativas, repousam apenas no final de semana, a faixa etária é de 50% acima de 40 anos e 50% acima de 60 anos, 90% dos hipertensos não são fumantes e não ingerem bebidas alcoólicas, todos verificam a pressão arterial semanalmente.

(CONCLUSÃO) De acordo com os resultados da pesquisa, conclui-se que: É evidente a importância desta pesquisa realizada na Unidade Básica de Saúde de Cidade Nova, pelo alto percentual de hipertensos cadastrados evidenciando uma realidade coerente com o Perfil Epidemiológico analisado. Recomenda-se, portanto a moderação da ingestão de sal e álcool, o aumento na ingestão de alimentos ricos em potássio, praticar regularmente atividade física, administração do stress; Manutenção do peso ideal (IMC entre 20 e 25 kg/m²), minimizar o uso de medicamentos que possam elevar a pressão arterial, como Anticoncepcionais orais e Anti-inflamatórios. Orientações para o planejamento de programa de controle adequado. Usar os medicamentos regularmente. Comparecer ao consultório nas datas marcadas. Aprender como medir a pressão arterial.

IATROGENIA

*Crystiane Martins de Mendonça
Lúcia Alves de Queiroz
Thatiana Shirley Costa de Moura
Andréa dos Santos Filgueira
Maura Cândido de Araújo*

Discentes do Curso de Enfermagem da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Cléa Maria da Costa Moreno

Docente do Curso de Enfermagem da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN FARN

(INTRODUÇÃO): A Iatrogênia é uma alteração patológica provocada no paciente por diagnóstico ou tratamento de qualquer tipo. Um problema iatrogênico é causado pelo indivíduo ou procedimentos médicos ou ainda através de exposição ao meio hospitalar, inclusive o medo causado ao doente por comentários ou perguntas feitas pelos médicos que o examinam. A iatrogênia no cuidado da enfermagem estaria relacionada à privação dos cuidados, a sua imposição ou a prestação insatisfatória deles, de forma a que viessem determinar algum transtorno, dano ou prejuízo ao bem estar do ser humano (cliente). Nosso trabalho tem como objetivo esclarecer os tipos de erros iatrogênicos no ambiente hospitalar.

(METODOLOGIA): Estudo descritivo, desenvolvido a partir de uma pesquisa bibliográfica, atendendo ao objetivo de revisar as publicações em torno da iatrogênia

(RESULTADOS): Os tipos de iatrogênia são as provocadas por cirurgias desnecessárias; erros de medicação em hospital; por infecções e efeitos adversos de medicamentos. Há uma preocupação quanto ao preparo do medicamento, e no tratamento ao cliente, onde muitas vezes podemos observar que os profissionais de enfermagem não tem o devido cuidado. A insegurança dos acadêmicos de enfermagem deixa grande preocupação, pois a inexperiência pode facilitar a ocorrência de iatrogênias. Muitos dos erros cometidos não aparecem por falta de notificação ou até mesmo de práticas de corporativismo, que acabam mascarando a real situação. Não existe nenhuma forma de vencer a iatrogênia no cuidado de enfermagem, mas pode-se prevenir e remediá-la buscando instrumentos que permitam a prevenção e a proteção deste problema. São graves também as ocorrências iatrogênicas na UTI, como eventos que interferem na qualidade da assistência ao doente crítico. O enfoque é na qualidade total e na melhoria contínua do produto e do serviço. Diante da complexidade da área farmacológica, anatômica e fisiológica, profissional de enfermagem tem como obrigação adquirir todo conhecimento necessário para atuar como um bom profissional. Sendo assim é de sua responsabilidade o preparo e administração de medicamentos aos pacientes, baseado em um estudo sobre administração de medicamentos identificou-se algumas categorias de situações de riscos que conduziram à ocorrência de erros como: falha no cumprimento de políticas e procedimentos, falha na comunicação e no conhecimento do procedimento realizado.

(CONCLUSÕES): Através de nossa investigação observamos que a preocupação com a iatrogenia também ocorre dentre os profissionais de enfermagem e não somente pela classe médica. Percebemos que novos conhecimentos e atualizações contínuas são primordiais para um bom desempenho da atividade profissional, principalmente para os que atuam na área de saúde, em que um erro pode ser fatal.

A4 – ENFERMAGEM

NITRATO DE PRATA: CONTAMINAÇÃO EM LENÇOL FREÁTICO DE NATAL

Amaro Francisco Lopes Filho
Arivonaldo Medeiros Dantas
Daniela Cristina Andrade dos Santos
Paula Roberta
Roberta Guilhermina

Discentes da Faculdade Natalense para o desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Cléa Maria da Costa Moreno
Docente da Faculdade Natalense para o desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) O nitrato é uma substância química que, em longo prazo, pode causar câncer no estômago e a curto, problemas gastrointestinais. A Organização Mundial de Saúde (OMS) permite 45 miligramas por litro. O lençol freático é poluído rapidamente e esse fenômeno acontece não somente através de fossas e sumidouros, mas também devido ao aumento da população urbana e a impermeabilização desequilibrada dos terrenos, em que o asfaltamento de certos trechos impede que a água da chuva alimente o lençol freático e dilua, de certo modo, os poluidores. Para se fazer o saneamento básico é preciso resolver o problema dos pontos de contaminação de forma orientada. Não adianta apenas sanear as áreas mais antigas e populosas da cidade porque elas já estão contaminadas. O esgotamento deve partir de pontos estratégicos ainda não atingidos. O Município de Natal vem sofrendo esse tipo de contaminação por Nitrato de Prata em algumas regiões. Temos como exemplo a contaminação dos poços da UFRN, que é saneada, que vem dos bairros vizinhos, não saneados. Outro exemplo é o Bosque dos Namorados que não tem ninguém morando e apresenta pontos de contaminação. Uma das soluções pesquisadas é redimensionar os poços de captação para outras áreas de abastecimento como as regiões do San Vale e do sul de Ponta Negra, nas quais a contaminação é praticamente inexistente. A ingestão de nitrato de prata causa severas queimaduras na boca, garganta, estômago, como também vômito e diarreia.

(METODOLOGIA) Trata-se de uma pesquisa do tipo descritiva, realizada através de análises bibliográficas sobre a importância de como orientar a população e as autoridades políticas no sentido de evitar uma epidemia de câncer e problemas gastrointestinais da população de Natal.

(RESULTADOS) Durante a divulgação do que pode ocasionar a ingestão de nitrato na água pela população de Natal, precisamos ter em foco, que acarreta um grande prejuízo na saúde do ser humano mais precisamente problemas gastrointestinais e em longo prazo, câncer no estômago. O objetivo principal do profissional de saúde é orientar, dar atenção básica, como a necessidade de evitar sua ingestão substituindo água da torneira por mineral tanto para cozinhar quanto para beber. Existem vários tipos de orientações fundamentais que o profissional não pode deixar de salientar, por exemplo, orientando em relação a reciclagem do lixo, pois sabe-se que pilhas e baterias contêm nitrato de prata e que se jogadas em qualquer lugar (solo), contaminará o lençol freático e conseqüentemente a água.

(CONCLUSÃO) É preciso uma conscientização maior daqueles profissionais que lidam com saúde pública, pois, como é um assunto relativamente atual e que atinge toda uma população, devemos ficar atentos a novas notícias sobre o tema tendo em vista que o profissional de saúde deve ser um agente multiplicador de informações e orientações para que se evite um caos na saúde de uma população.

A4 – ENFERMAGEM

O USO DA TEORIA DO AUTOCUIDADO DE DOROTHEA OREM COMO FORMA PREVENTIVA DO PÉ DIABÉTICO

André Luiz do Nascimento

Discente do Curso de Enfermagem da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Cléa Maria da Costa Moreno

Docente do Curso de Enfermagem da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN FARN

(INTRODUÇÃO) O diabetes mellitus é uma doença crônico-degenerativa que necessita de monitoramento contínuo de uma equipe multidisciplinar. Um dos quadros mórbidos da doença é o pé diabético, lesão que leva ao comprometimento periférico vascular, e a possíveis amputações dos membros inferiores. Considerada a terceira causa de morte, (mais de 120 milhões no mundo). A intervenção rápida e eficaz da enfermagem pode detectar precocemente essas situações de risco. A teoria de Orem sobre o autocuidado e o déficit de autocuidado, contribui para um suporte científico sistematizado, embasando o valor no cuidado com a doença, capacitando assim o paciente a tornar-se um verdadeiro agente autocuidador. A articulação da equipe multidisciplinar pode reduzir o número de amputações ao pé diabético. É fundamental que o enfermeiro trabalhe em conjunto com o paciente e sua família, para orientar e mostrar o valor do autocuidado. Ensinar a prática do cuidado na recuperação do paciente promoverá soluções para contornar a situação de morbidade, elevando a sua auto-estima favorecendo a recuperação mais rápida de sua doença.

(METODOLOGIA) Trata-se de um estudo descritivo baseado em revisão da literatura. Coleta de dados realizada em revistas científicas, monografias, periódicos e livros. Foram pesquisados ainda, banco de dados como scielo e lilacs.

(RESULTADOS) Os cuidados começam com o auto-exame diário e minucioso dos pés. Inspeccionar pontos de pressão, presença de joanetes, calos, bolhas ou colorações. Observar, entre os dedos, rachaduras e fungos, ressecamento, especialmente nos calcanhares. Evitar queimaduras solares, que podem ocorrer sem que o paciente diabético sinta. Lavar os pés todos os dias com água quente e sabonete suave. Aplicar loção para secar a pele machucada e a planta dos pés, com pH neutro, aplicando uma camada fina. Não andar descalço, se for necessário, usar sapatos especiais, que devem ser cômodos, comprados preferencialmente ao fim da tarde, quando os pés estão mais edemaciados e volumosos, pois o pé neuropático, freqüentemente apresenta-se deformado, com atrofia de pequenos músculos, dedos em martelo e desvio da cabeça dos metatarsos. Cortar as unhas depois do banho ou após lavagem dos pés, utilizando tesoura com pontas redondas, não arredondar os cantos. Informar o paciente para pedir ajuda se não puder fazer adequadamente e dos riscos que corre perante práticas incorretas. Com medidas profiláticas adequadas o portador de pé diabético poderá gradativamente reverter à morbidade de sua enfermidade contribuindo para uma melhor qualidade de vida.

(CONCLUSÕES) Os cuidados com o pé diabético são decisivos para atingir e manter a boa saúde dos pés. O exame sistemático dos pés, o controle da glicemia e o autocuidado, constituem medidas que podem prevenir a evolução de traumatismos e, em última instância, a amputação. O enfermeiro deve recolher dados, fazer um exame físico adequado e prevenir fatores de risco através da educação do paciente e da família. As úlceras de pé diabético precisam de um programa de tratamento integrado e multidisciplinar. É possível que se possa de uma forma simples, porém, embasada em métodos científicos consistentes conscientizar todos os doentes e seus familiares sobre os transtornos que envolvem o pé diabético e a necessidade do autocuidado para a sua recuperação.

A4 – ENFERMAGEM

PERFIL DA ACUIDADE VISUAL DOS ALUNOS DA CASA DO MENOR TRABALHADOR

*Ana Paula Silva da Fonseca
Camila Nogueira C. de Carvalho
Laryssa Sales Barbalho
Vanessa da Rocha Viana*

Discentes do curso de Enfermagem, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

*Liana Batista de Melo
Romeica Cunha Lima Rosado*

Docentes do curso de Enfermagem, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) A visão é responsável pela maior parte da informação sensorial que recebemos do meio externo. A integridade desse meio de percepção é indispensável para o aprendizado e desenvolvimento da criança. Com o ingresso na escola, passamos a desenvolver mais intensamente as atividades intelectuais e sociais, diretamente associadas às capacidades psicomotoras e visuais. O presente trabalho teve como objetivo medir a acuidade visual de alunos com faixa etária entre 07 a 15 anos, estudantes da Escola Estadual Casa do Menor Trabalhador. Entende-se por acuidade visual a capacidade de perceber a forma e o contorno dos objetos.

(METODOLOGIA) Trata-se de uma pesquisa quantitativa, em que os dados foram obtidos através da aplicação de teste de medida da acuidade visual utilizando a Escala de Snellen, também conhecida como Escala Optométrica de Snellen, que é utilizada para fazer diagnóstico prévio de condição visual de pessoas em todo o mundo. Esta tabela é composta de uma série progressiva de fileiras menores de letras aleatórias usadas para medir a visão à distância. Os alunos foram posicionados em uma sala, com iluminação adequada, com distância de cinco metros da tabela, conforme a distância recomendada para a tabela que foi utilizada. A acuidade visual foi testada em cada olho separadamente. O critério utilizado para definir baixa acuidade visual para longe foi que o aluno tivesse acuidade visual igual ou inferior a 0,7, ao menos em um olho.

(RESULTADOS) O teste de medida da acuidade visual foi aplicado em 100 alunos, verificou-se que 23% destes apresentaram baixa da acuidade visual. Sabendo-se que a Escala de Snellen não substitui o exame oftalmológico, os casos em que foram identificados com baixa da acuidade visual foram encaminhados para exame oftalmológico.

(CONCLUSÃO) Com base em diversas pesquisas já publicadas e projetos realizados em diferentes estados do país, conseguimos constatar que nossa pesquisa obteve resultado dentro do padrão nacional. Estes casos com baixa da acuidade visual, se diagnosticados precocemente, e encaminhados para avaliação com médico oftalmologista, são passíveis de correção, na grande maioria dos casos. Com base nesses dados, seria altamente viável, como medida de saúde pública, nas condições atuais, o devido treinamento dos professores, pois estes devem ser alertados para a grande importância de se detectar alunos com baixa acuidade visual. Para efeito de triagem nas escolas, o teste da Escala de Snellen pode ser aplicado facilmente pelos professores em seus alunos, principalmente naqueles alunos que estão no início da sua vida escolar, e desta forma colaborar com a boa saúde ocular desta população.

A4 – ENFERMAGEM

PRESSÃO ARTERIAL

*Amanda Jéssica Gomes de Souza
Charles Souza da Paz
Deise Azevedo Pereira
Lebian Marcelle da Silveira Melo
Luciana Flávia Batista.*

Discentes do Curso de Enfermagem da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Alessandra Mussi Ribeiro

Docente do Curso de Enfermagem da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) O resultado da força exercida pelo sangue, impulsionado pelo coração, nas paredes dos vasos sanguíneos é denominado de pressão arterial. As paredes desses vasos (artérias) são como bandas elásticas que se esticam e relaxam a fim de manter o sangue circulando por todas as partes do organismo. Quando este volume de sangue passa através das artérias, elas se contraem como que se estivessem espremendo o sangue para que ele siga em frente. Esta pressão é determinada pelo volume de sangue que sai do coração e a resistência que ele encontra para circular no corpo. Ela pode ser modificada pela variação do volume ou viscosidade (espessura) do sangue, da frequência cardíaca (batimentos cardíacos por minuto) e da elasticidade dos vasos. Os estímulos hormonais e nervosos que regulam a resistência sanguínea sofrem a influência pessoal e ambiental e também afetam a pressão arterial. O objetivo deste trabalho é demonstrar a variação da pressão arterial em indivíduos que praticam atividade esportiva em comparação com aqueles que não praticam. Propomos ainda avaliar a variação dos valores das pressões sistólica (período de contração) e da diastólica (período de relaxamento) com relação à idade do indivíduo.

(METODOLOGIA) Foram realizados dois procedimentos com o auxílio de um esfigmomanômetro e um estetoscópio: o primeiro consistiu na aferição da pressão arterial de duas pessoas, uma com 18 anos (atleta) e a outra com 23 anos (sedentária), sob quatro condições diferentes, na seguinte seqüência: a primeira aferição ocorreu em repouso, a segunda logo após uma corrida de cinco minutos, a terceira após a segunda série de exercício e a quarta depois de vinte minutos de descanso. No segundo procedimento foi aferida a pressão arterial de 30 pessoas de modo de vida diversificado estes dados foram agrupados por faixa etária. A coleta destes dados foi realizada na FARN e na sala de espera da Unidade Mista da Cidade da Esperança da cidade do Natal no dia 4 de outubro de 2007.

(RESULTADOS) No experimento I observou-se nos dois indivíduos a pressão arterial em repouso, sendo a do atleta 90x60 mmHg e a do sedentário 110x60 mmHg. Após a primeira e a segunda série de exercícios percebeu-se uma elevação da pressão arterial de forma gradativa, onde a pressão do atleta variou de 140x80 mmHg para 160x80 mmHg e a do sedentário de 120x60 mmHg para 140x70 mmHg. Após o intervalo de 20 minutos em repouso ocorreu a regularização da pressão arterial aferida antes da realização dos exercícios físicos, sendo a pressão arterial do atleta 100x70 mmHg e a do sedentário 110x70 mmHg. No experimento II, após o cálculo da média das pressões sistólica e diastólica, observamos que de acordo com o aumento da faixa etária, os valores se elevam, pois a média da pressão arterial dos indivíduos entre 10 e 30 anos é de 102x66 mmHg, das pessoas entre 30 e 50 anos é de 125x88 mmHg e acima de 50 anos a média é de 149x92 mmHg.

(CONCLUSÃO) O coração de um atleta apresenta um volume de ejeção (débito cardíaco) muito maior do que o volume do coração de um sedentário, durante o exercício, fazendo com que haja a diferença entre o aumento menor de sua frequência cardíaca se comparado ao sedentário. Os dados coletados demonstram que o atleta apresenta uma pressão arterial maior do que a do sedentário, confirmando a relação entre a pressão arterial e a prática de exercícios físicos. Sabendo-se que com o aumento da idade há a probabilidade (em condições normais) do aumento da pressão arterial, se faz necessário que práticas saudáveis sejam adotadas ao longo de toda vida.

A4 – ENFERMAGEM

ESTUDO SOBRE O NÍVEL DE ESTRESSE E ANSIEDADE DE PACIENTES EM TRATAMENTO DE HEMODIÁLISE NA CLÍNICA DO INSTITUTO DO RIM NA CIDADE DE NATAL/RN

*Lionezia dos Santos Valle
Joana D´arc de Araujo Flor
José Ismar dos Santos Sousa*

Discentes do Curso de Enfermagem, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Alessandra Mussi Ribeiro

Docente do Curso de Enfermagem da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) O estresse é considerado o mal do século. Uma doença séria que acomete, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), cerca de 90% da população mundial. O estresse é a resposta do organismo a determinados estímulos que representam circunstâncias súbitas ou ameaçadoras. Há aceleração da respiração e dos batimentos cardíacos, dentre outros sintomas, denominados “reação de luta-ou-fuga”. A ansiedade é caracterizada por sensações subjetivas de antecipação, medo ou apreensão. Ela faz parte dos sentimentos normais, tornando-se patológica quando é desproporcional à situação que desencadeia. Diagnósticos da ansiedade e estresse podem estar associados a enfermidades crônicas que podem desencadear conflitos emocionais como, por exemplo, a angústia, podendo levar a mecanismos de defesa. Por outro lado, a doença renal impõe tratamento rigoroso, perda do corpo saudável e ativo, perda da autonomia, perdas sociais (emprego, estabilidade econômica, limitação de atividades), mudança de papéis familiares e alterações na vida afetiva. A hemodiálise é um procedimento de filtragem do sangue, sendo retiradas do sangue substâncias que quando em excesso trazem prejuízos ao corpo como a uréia, potássio sódio e água. A hemodiálise é realizada em pacientes portadores de insuficiência renal crônica ou aguda. Neste contexto nosso trabalho propõe investigar o estresse e a ansiedade durante o tratamento de hemodiálise em pacientes portadores de doença renal na clínica do instituto do rim na cidade de Natal.

(METODOLOGIA) Para execução desse trabalho utilizamos entrevistas feita com pacientes que estavam sendo submetidos a hemodiálise. Os sujeitos da amostra estudada assinaram o consentimento por escrito e participaram da pesquisa por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido de acordo com a Resolução 196/96. As perguntas foram previamente selecionadas e padronizadas para todos os pacientes. Utilizamos com instrumento da pesquisa os seguintes inventários: Inventário de Sintomas de Stress para adultos de Lipp – ISSL e o Inventário de ansiedade traço-estado (IDATE). Participaram dessa fase do projeto os três discentes envolvidos, a análise foi efetuada de forma quantitativa e qualitativa.

(RESULTADOS) Foram avaliados 30 (trinta) pacientes durante o tratamento de hemodiálise, dos quais 53,3% eram do sexo feminino, e 46,66% eram de sexo masculino. A maioria dos pacientes (36,66%) encontravam-se na faixa etária de 51 a 65 anos. O percentual de pacientes casados foi de 66,66%, e os que fazem tratamento a menos de ano foi de 43,3%. Observamos que 70% dos entrevistados apresentavam estresse, onde 53,3% desses pacientes encontram-se na fase de resistência. Em relação à ansiedade podemos dizer que 46,6% dos indivíduos demonstram ansiedade moderada.

(CONCLUSÃO) A Hemodiálise é um processo invasivo que causa desgaste físico e psicológico, nossa pesquisa tem demonstrado que a maioria dos pacientes submetidos a este tratamento apresentam altos níveis de estresse e ansiedade moderada. Esta pesquisa poderá contribuir para o desenvolvimento de projetos de assistência aos pacientes submetidos a hemodiálise na clínica do instituto do rim da cidade de Natal/RN.

A4 – ENFERMAGEM

CARACTERIZAÇÃO DA CRIANÇA VITIMADA POR VIOLÊNCIA DOMÉSTICA EM NATAL – RN

*Kaline Nunes dos santos
Rafaele Torres de Araújo
Narjara Marques de Souza*

Discentes do Curso de Enfermagem, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Eliane Santos Cavalcante

Docente do Curso de Enfermagem, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) Estudo descritivo analítico teve por objetivo traçar um perfil preliminar da violência doméstica contra a criança em Natal – RN, a partir do registro de ocorrências e denúncias da Delegacia da criança e adolescentes, e a associação dessas violências por faixas etárias das vítimas e vínculo com agressores, no período de janeiro a julho de 2007 envolvendo ameaça à vida, ao corpo e a integridade psicológica. Em estudo epidemiológico nos Estados Unidos da América foi detectado que, aproximadamente 2 mil crianças com idade inferior a 4 anos morrem por ano, decorrente de maus tratos ou negligência³. No Brasil a violência é apontada desde a década de 1970, como uma das causas de morbi-mortalidade, despertando uma grande preocupação com essa temática. Segundo dados coletados pelo Laboratório de Estudos da Criança da Universidade de São Paulo entre 1996 e 2004, o número total de casos notificados foi de 110.250, incluindo todos os tipos de violência (física, sexual, psicológica, negligência e a fatal).^{3,4} Destes a negligência obteve o maior índice com 44.890 ocorrências^{3,4}.

(METODOLOGIA) Foram coletados dados dos boletins de ocorrências e calculadas as prevalências e associação entre variáveis, através da razão de prevalência (RP), com nível crítico de 5 por cento.

(RESULTADOS) Totalizaram 694 registros de violência originados no domicílio. As violências mais freqüentes foi o abuso sexual (223), por maus tratos (198). Faixa etária das vítimas foi de 0 a 17 anos, sendo sexo masculino (256) e feminino (436) e dois casos sem identificação do sexo. Quanto ao local de ocorrência houve prevalência na zona norte com 109 casos, seguido de zona oeste com 95. A principal forma de denúncia foi anônima, 272 (39,2 por cento). Os principais agressores para maus tratos foram as mães; para estupro o padrasto "outros familiares/ agressores"; a violência sexual foi prevalente entre todas categorias de agressores.

(CONCLUSÕES) Observamos que quanto ao atentado ao pudor a maior incidência foi quanto ao sexo feminino o que nos leva a inferir que os comportamentos violentos dos homens (o agressor) têm sua referência no contexto normativo de construção da masculinidade em que sentimentos pessoais de insegurança e impotência relativos a qualquer área de desempenho podem ser negado e liberado através da violência. Esses achados possibilitarão a criação de um protocolo capaz de favorecer subsídios para a adoção de estratégias de ajuda e enfrentamento para os agressores, em parceria com profissionais envolvidos com essa temática, especificamente o enfermeiro por atender essas vítimas em seu local de trabalho. Os resultados apontam para a necessidade de divulgação do "Disque Denúncia"; assim como a implementação de políticas de prevenção da violência contra crianças e adolescentes.

A4 – ENFERMAGEM

O PLANEJAMENTO FAMILIAR COMO ATITUDE PROMOTORA DA SAÚDE

Rafaella Godeiro Carlos

Mariza Pinheiro Cavalcante

Wancerleide Sales Pinheiro Borges

Discentes do curso de Enfermagem, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Maria Lúcia Costa Nascimento

Docente do Curso de Enfermagem, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

((INTRODUÇÃO)) O planejamento familiar baseia-se no direito básico de todos os casais e indivíduos decidirem livre e responsabilmente sobre sua saúde reprodutiva. Portanto, é um ato consciente que torna possível às pessoas e aos casais programarem quantos filhos terá, se os terá e quando os terá, de acordo com os seus planos e expectativas. Tem como objetivo principal divulgar ações preventivas, visto a sua atuação ser extensa, passando pela conscientização, por meio de ações educativas quanto à idade adequada de gestar, o número de filhos, o intervalo entre os partos, o preparo para o parto, o aleitamento natural e a qualidade do produto contraceptivo, entre outras. Incluem também serviços de qualidade, melhorar a qualidade da informação, educação, comunicação e aconselhamento. Aumentar a participação e a partilha de homens na prática de planejamento familiar.

(METODOLOGIA) Trata-se de uma revisão bibliográfica no ano de 2007 dos manuais do Ministério da Saúde, na biblioteca da FARN, Lilacs, Scielo, Bireme e Internet.

(RESULTADOS) Diversos estudos demonstram a alta incidência de gravidez indesejada, abortos provocados, mortalidade materna e também infantil. Os segmentos sociais mais pobres são os que possuem maior prevalência, devido muitas vezes a falta de informação sobre como evitar a gravidez, ou como planejar o melhor momento de engravidar. O acesso à informação e a facilidade de meios contraceptivos sobre orientações médicas e a possibilidade de um casal decidir quantos filhos deseja ter, em que idade e em que oportunidade da vida tê-los, se constituem como medidas preventivas efetivas.

(CONCLUSÕES) Gestações indesejadas ou de alto risco, abortos inseguros podem ser evitados com o planejamento familiar, conseqüentemente reduzindo a mortalidade materna e infantil. Assim é extremamente importante para a população o esclarecimento sobre as ações desenvolvidas através do planejamento familiar.

A4 – ENFERMAGEM

ESTUDO DA DETECÇÃO DA HANSENÍASE NO MUNICÍPIO DE NATAL NOS ÚLTIMOS 5 ANOS

Amanda Manuelle Matias Dantas

Gilvani Maurício Dias de Pontes

Jossana Severina de Lima

Lionezia dos Santos Valle

Maria das Graças Oliveira de Lima

Discentes do Curso de Enfermagem, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Cléa Maria da Costa Moreno

Docente do Curso de Enfermagem da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) Hanseníase é uma doença infecto-contagiosa, de evolução lenta causada pelo *Mycobacterium leprae*, ou bacilo de Hansen, atinge, principalmente, pele e nervos periféricos. O Brasil é o primeiro das Américas em número de casos e ocupa o segundo lugar no mundo, atrás apenas da Índia. Esta situação é séria e exige esforço dos profissionais de saúde para o controle e eliminação da doença como problema de saúde pública. É também conhecida como lepra, morfêia, Mal-de-lázaro, mal-da-pele ou mal-do-sangue. Essa doença tem um passado triste, de discriminação e isolamento dos doentes, que hoje já não existe e nem é necessário, pois tem cura. A transmissão acontece através de uma pessoa doente, portadora do bacilo de Hansen, não tratada para pessoas susceptíveis. Há duas formas: Pauci ou Multibacilar. Se for Paucibacilar (PB) o tratamento é mais rápido (seis meses), se caracteriza com menos de cinco lesões na pele ou apenas um tronco nervoso acometido e se classifica como: Indeterminada (I) e Tuberculóide (T); O Multibacilar (MB) possui um tratamento mais longo (12 meses). Caracteriza-se por cinco ou mais lesões na pele ou mais de um tronco nervoso acometido e se classifica como Dimorfa (D) ou Virchowiana (V). O tratamento é gratuito nas Unidades Básicas de Saúde, sem necessidade de internação. O diagnóstico é realizado através do exame físico, com avaliação dermatoneurológica. Os profissionais de saúde devem ter, sempre, uma atitude de vigilância em relação ao potencial incapacitante da doença, causada pelo comprometimento dos nervos periféricos. Por isso é muito importante que a avaliação neurológica do paciente com hanseníase seja feita com frequência para que precocemente, tomem-se medidas adequadas de prevenção e tratamento de incapacidades físicas. O controle é feito através do tratamento de todos os casos existentes na comunidade. Pessoas que residem ou residiram com o doente nos últimos cinco anos antes do início do tratamento (comunicantes) devem ser examinadas a procura de manchas na pele ou sinais de comprometimento dos nervos. Neste estudo pretende-se expor, através de um levantamento, o número de casos de hanseníase detectados no Município de Natal nos últimos 5 anos.

(METODOLOGIA) A coleta de dados foi realizada a partir de informações do Banco de Dados do Sistema Nacional de Agravos de Notificação - SINAN adquiridas na Secretaria Municipal de Saúde de Natal, referente aos anos de 2002 a 2006. Fundamentada também em artigos científicos obtidos através de sites, revistas e manuais do Sistema Único de Saúde do Brasil.

(RESULTADOS) Durante o período estudado, analisamos que o número de casos de hanseníase em Natal vem se mantendo constantes ao longo dos anos apresentando um aumento em 2004, ano em que foi realizado um grande número de Campanhas Educativas e suspeição diagnóstica, segundo dados da SMS.

(CONCLUSÃO) Com os resultados obtidos neste estudo, pode-se constatar que a hanseníase ainda figura em Natal, como um problema de saúde pública. Há uma necessidade de conscientizar a população, através de Campanhas Educativas, acerca da evolução e da importância do seu tratamento, enfatizando que é curável e suas seqüelas podem ser amenizadas com um diagnóstico precoce e um tratamento adequado. Desta forma estaremos contribuindo, como profissionais de saúde, para o controle e prevenção dessa grave doença.

A4 – ENFERMAGEM

ESTUDO SOBRE A IMPORTÂNCIA DA VACINAÇÃO COMO FONTE DE PROTEÇÃO ÀS DOENÇAS

Juliana Medeiros Martins

Lílian Cristiane Souza de Oliveira

Yanina Savanna Cavalcante Marinho de Souza

Discente do Curso de Enfermagem da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Vanessa Santos de Arruda Barbosa

Kétsia Bezerra Medeiros

Docentes do Curso de Enfermagem da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) Vacinas são substâncias derivadas, ou quimicamente semelhantes, a um agente infeccioso particular, causador de doença. Induz o sistema imunológico a reagir como se estivesse realmente sido infectado pelo agente. É o processo de imunização que leva à imunidade duradoura e protetora contra uma doença após administração única ou repetida de um imunógeno. A imunidade relaciona-se com a presença de anticorpos contra um agente invasor. É a resistência natural ou adquirida de um agente infeccioso ou tóxico, possibilitando desenvolver resistência às agressões sofridas. As vacinas classificam-se em: inativas ou inertes (inteiras ou fracionadas), vivas atenuadas e produzidas por combinações genéticas. As vacinas induzem o sistema imune a produzir anticorpos contra corpos estranhos causadores de doenças. Sua eficácia se dá pela indução do tipo correto de imunidade; por ser estável ao armazenamento; e por ter imunogenicidade suficiente. O objetivo do trabalho é evidenciar a importância da vacinação como fonte auxiliar na prevenção de doenças.

(METODOLOGIA) A metodologia aplicada para atingir o objetivo da pesquisa e propiciar um melhor entendimento sobre o tema abordado, foi bibliográfica, mediante revisão da literatura, com intuito de coletar informações e conhecimentos. Tais informações foram obtidas em livros, revistas científicas, internet e outras fontes que tratam do assunto.

(RESULTADOS) A análise de resultado demonstrou que as principais vacinas são: BCG, contra tuberculose, que é feita ao nascer e em dose única, sua eficácia é de 80% nas formas graves e sua imunidade é relativa; anti Hepatite B (VHB) contra a Hepatite B, deve ser realizada ao nascer, com um mês e com seis meses de vida, tem eficácia de 95% e confere imunidade prolongada; vacina oral contra poliomielite (VOP), deve ser realizada em três doses, sendo a primeira com dois meses, a segunda com quatro e a terceira com seis meses de vida, tem alta eficácia, entre 90 e 95% e confere imunidade permanente; tetravalente, contra difteria, tétano e coqueluche associada a vacina *Haemophilus* de Infância do tipo B (Hib), realizada em três doses seguindo o mesmo esquema da VOP. Contra a difteria tem eficácia de 80 a 90%, contra coqueluche de 75 a 80%, contra o tétano e a HIB tem eficácia de 100%. Todas elas conferem imunidade duradoura; DT ou dupla, contra difteria e tétano e DTP ou tríplice, contra difteria, tétano e coqueluche, seguem o mesmo esquema da tetra e a eficácia das vacinas são idênticas as da tetra, sendo que a tríplice deve ser feita em mulheres gestantes ou que pretendem engravidar. A vacina contra febre amarela deve ser realizada aos 9 anos em crianças, e em adultos que irão viajar para áreas endêmicas, sua eficácia é de 95% e sua imunidade é temporária e a *Influenza*, é oferecida anualmente durante a Campanha Nacional de Vacinação de Idoso, contra a gripe.

(CONCLUSÕES) O estudo teve como objetivo mostrar a importância da vacinação na vida humana como fonte de proteção às doenças. Assim sendo, trouxe a luz, as vacinas existentes no sistema de saúde brasileira. Concluí-se, portanto, que mesmo com a quantidade de vacinas que existem e auxiliam na imunidade de doenças ainda há muito que se pesquisar para que possa abranger um maior número de doenças, já que notadamente existem mais doenças do que vacinas para combatê-las.

A4 – ENFERMAGEM

ESTUDO SOBRE A IMPORTÂNCIA DOS SOROS

*Pollyana Figueredo Lopes
Nathália Kelly Dantas de França
Valêssa Perreira de Medeiros*

Discente do Curso de Enfermagem da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Vanessa Santos de Arruda Barbosa

Docente do Curso de Enfermagem da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) Os soros são de origem homóloga ou heteróloga. Os de origem homóloga são obtidos a partir de doador da mesma espécie do receptor. E os soros de origem heteróloga são obtidos a partir de doador de espécie diferente do receptor. São usados com finalidade profilática mediante administração em pessoas suscetíveis, o mais rapidamente possível, após exposição a determinados agentes infecciosos ou após acidentes causados por animais peçonhentos. Os soros promovem uma imunização passageira. Diferente da vacina que promove uma imunização duradoura. O Instituto Butantan é um centro de pesquisa biomédica, vinculado à Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, responsável pela

produção de mais de 80% do total de soros e vacinas consumidas no Brasil. Foi fundado por Vital Brasil em fevereiro de 1901 para a produção do soro antipestoso, no combate a epidemia de peste bubônica que surgia no Porto de Santos. A prioridade inicial do Instituto era produzir soros antivenenos com especificidade para serpentes da América do Sul. O objetivo do trabalho foi demonstrar a importância do soro dos agentes infecciosos causados por animais peçonhentos.

(METODOLOGIA) Trata-se de um estudo teórico, a metodologia aplicada foi bibliografia realizada mediante revisão da literatura, com o intuito de coletar informações e conhecimentos para atingir os objetivos do trabalho e propiciar um melhor entendimento sobre o tema abordado. A pesquisa bibliográfica foi desenvolvida com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral.

(RESULTADOS) Com a análise dos resultados pode-se comprovar a existência e real eficácia dos soros para específicos venenos. Os soros antiofídicos são substâncias contra veneno, eficazes como tratamento em casos de picada de cobras. Existem soros específicos para cada gênero de cobra. O soro antiofídico é fabricado a partir da inoculação do veneno de uma peçonhenta no cavalo, por se tratar de um animal de grande porte e suportar a dose do veneno sem prejudicá-lo. Após um certo período, tempo suficiente para que o cavalo fabrique anticorpos e depois é retirada uma quantidade de quinze litros de sangue do cavalo. Esse sangue irá passar por alguns processos de purificação e somente após esses processos é que o soro poderá ser usado em humanos. Existem outros tipos de soros, como o soro anti aracnídeo, contra venenos de aranhas; anti escorpiónico, contra o veneno de escorpião; anti tetânico, anti diftérico e o anti tomocitário.

(CONCLUSÕES) O estudo teve o objetivo de demonstrar a importância do soro na vida humana, utilizado no combate a picadas causadas por animais peçonhentos, evidenciando a eficácia da sua utilização. No Brasil existe um centro de pesquisa que estuda e produz os soros e vacinas que busca a cada dia melhorar sua atuação. No entanto, as pesquisas e produção de soros ainda precisam ser melhoradas para sua eficiência na via humana.

HANSENÍASE

Vannessa Fernanda de Medeiros

Discente do Curso de Enfermagem, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN.

Cléa Maria da Costa Moreno

Docente do Curso Enfermagem, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN.

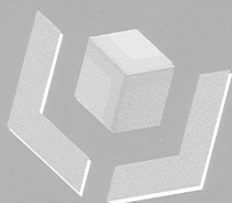
(INTRODUÇÃO) A Hanseníase é uma doença infecto-contagiosa, de evolução lenta, que se manifesta principalmente através de sinais e sintomas dermatoneurológicos: lesões na pele e nos nervos periféricos, principalmente nos olhos, mãos e pés. É causada pelo *Mycobacterium leprae*, ou bacilo de Hansen, que é um parasita intracelular obrigatório, com afinidade por células cutâneas e nervos periféricos, que se instala no organismo da pessoa infectada, podendo se multiplicar. O objetivo deste estudo é informar à população acerca dos sinais e sintomas dessa doença milenar e que por muitos anos permaneceu incurável. Mas atualmente, a hanseníase tem cura e pode ser tratada em todas as unidades básicas de saúde, gratuitamente. Há uma necessidade dos profissionais se informarem sobre essa doença que ainda figura em nosso país como um grave problema de saúde pública, pois o Brasil, ainda se situa em segundo lugar em número de casos no mundo, tendo apenas a Índia à sua frente.

(METODOLOGIA) A metodologia adotada para o desenvolvimento do trabalho foi a pesquisa bibliográfica, com ênfase nos sinais e sintomas dermatoneurológicos.

(RESULTADOS) É através de sinais e sintomas dermatoneurológicos que a doença se manifesta e que podem levar à suspeição diagnóstica. As alterações neurológicas, quando não diagnosticadas e tratadas adequadamente, podem causar incapacidades físicas que podem evoluir para deformidades. Há o aparecimento de lesões de pele que se apresentam com diminuição ou ausência de sensibilidade. As lesões mais comuns são: manchas pigmentares ou discrômicas; placa; infiltração; tubérculo e nódulo. Essas lesões podem estar localizadas em qualquer região e acometer a mucosa nasal e a cavidade oral. Ocorrem, porém, com maior frequência, na face, orelhas, nádegas, braços, pernas e costas. Do ponto de vista prático, o diagnóstico da Hanseníase baseia-se na pesquisa de sensibilidade e no encontro de bacilos álcool-ácido resistentes. Não há outra doença que apresente lesões com distúrbios de sensibilidade, e por isso, nos casos em que os bacilos são difíceis de encontrar, o diagnóstico é eminentemente clínico, mostrando-se pelas alterações neurológicas ao nível das lesões cutâneas. A pesquisa de sensibilidade pode ser feita com o auxílio de um tubo de água quente e outro com água fria (sensibilidade térmica), ou de uma agulha (sensibilidade dolorosa), ou de um chumaço de algodão (táctil).

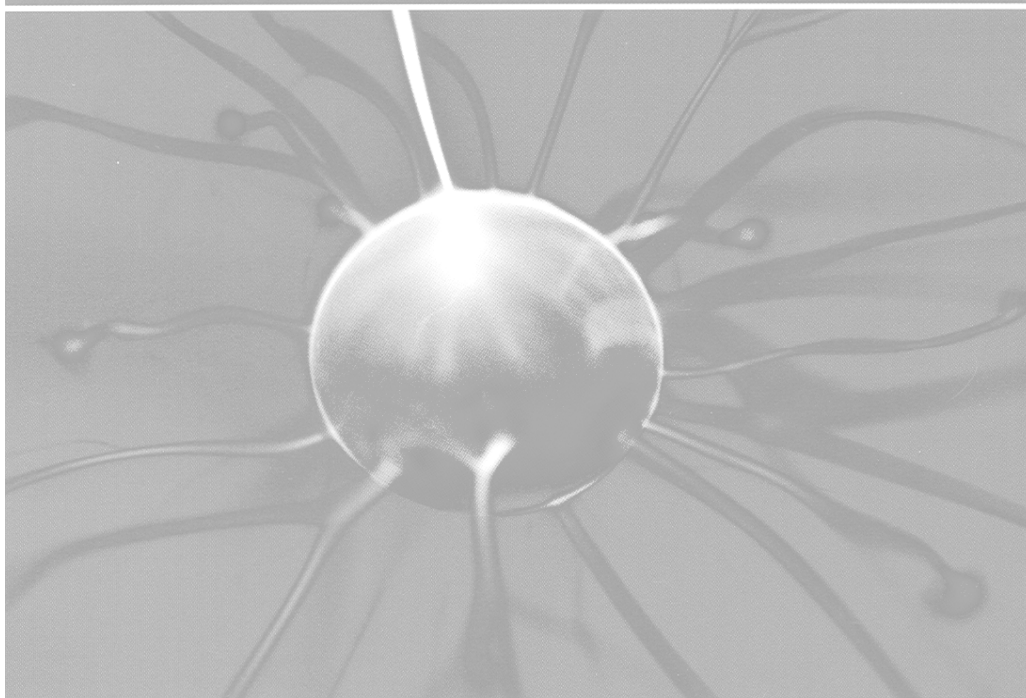
(CONCLUSÃO) Apesar de ser uma doença muito antiga, ainda é pouco conhecida e isso se deve, em muito, ao seu estigma. Por isso há uma necessidade de maior conhecimento, dos seus sinais e sintomas, tanto por parte dos profissionais de saúde, como da população em geral.

VII CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA FARN



VII

**CONGRESSO DE INICIAÇÃO
CIENTÍFICA DA FARN**



"EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA CONSTRUÇÃO DA PAZ"

24 a 27 de outubro de 2007

**F
I
S
I
O
T
E
R
A
P
I
A**

COMUNICAÇÃO LIVRE

A5 – FISIOTERAPIA

A IMPORTÂNCIA DA EQUOTERAPIA NO DESENVOLVIMENTO MOTOR, PSÍQUICO, COGNITIVO E SOCIAL DO PRATICANTE

*Autores: Denise Fernandes Gurjão
Érika Azevedo Chaves da Costa
Fabiana Ferreira de Farias
Giselle de Souza Alves*

Discentes do Curso de Fisioterapia, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

*Robson Alves da Silva
Carlos Alberto Nicolete da Silva*

Docente do Curso de Fisioterapia, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) O presente estudo tem por objetivo analisar a importância que a equoterapia exerce no ramo da fisioterapia, enquanto técnica terapêutica e educacional, justifica-se considerando a importância que a equoterapia exerce na dinâmica metodológica dos movimentos do corpo, além de saber que a Associação Nacional de Equoterapia (ANDE) considera a equoterapia como um método terapêutico e educacional que utiliza o cavalo dentro de uma abordagem interdisciplinar, nas áreas de Saúde, Educação e Equitação, buscando o desenvolvimento biopsicossocial de pessoas portadoras de deficiência e/ou de necessidades especiais. É necessário uma equipe composta de profissionais da área da saúde, educação e equitação, como fisioterapeuta, terapeuta ocupacional, psicólogo, professor de educação física, pedagogo, fonoaudiólogo, assistente social, entre outros. Além disso, é preciso que seja realizado um diagnóstico anteriormente e que haja a indicação médica.

(METODOLOGIA) O presente trabalho se caracteriza como uma pesquisa bibliográfica, uma vez que sua fundamentação teórica é fundamentada em fontes secundárias, ou seja, revistas, artigos, livros e trabalhos publicados na Internet, bem como de visitas feitas a locais de prática dessa terapia, para análise dos procedimentos fisioterápicos e conversas informais realizadas com os profissionais, o que também se caracteriza como uma fonte primária.

(RESULTADOS). É um dos raros métodos que permite que o paciente vivencie muitos acontecimentos ao mesmo tempo. A técnica facilita o aprendizado motor, estimulando os três sistemas sensoriais, que são o Vestibular, o Visual, e o Proprioceptivo, que leva a mudanças na organização e no número de conexões neurais (plasticidade neuronal). Somente pelo alinhamento gravitatório homem em relação ao cavalo, se consegue acionar o sistema nervoso, alcançando a melhora do equilíbrio, o ajuste tônico, o alinhamento corporal, a consciência corporal, a coordenação motora e a força muscular. As passadas que o cavalo produz e transmite ao cavaleiro, gera uma série de movimentos seqüenciados e simultâneos, que resulta em um movimento tridimensional, influenciando o desenvolvimento motor, psíquico, cognitivo e social do praticante. Realiza movimento para cima e para baixo, e da direita para a esquerda, bem como para frente e para trás. Isso pode ser comparado com a ação da pelve humana no andar, gerando entradas sensoriais em forma de propriocepção profunda, responsável pelas noções de equilíbrio, distância e lateralidade. Este movimento é completado com pequena torção da bacia do cavaleiro que é provocada pelas inflexões laterais do dorso do animal.

(CONCLUSÕES) Conclui-se que a equoterapia é um método fisioterapêutico de grande eficácia que trabalha de forma abrangente em relação às áreas do corpo daquele que está sendo tratado. Estimula as áreas do sistema nervoso responsável por funções importantes para a manutenção de um bom estado funcional do indivíduo. A técnica, além de tratar da parte física do usuário, é muito importante para manter a auto-estima e a confiança dele em seu potencial, para que o resultado atinja o máximo que pode ser esperado de cada um individualmente.

A5 – FISIOTERAPIA

APLICABILIDADE DA ANATOMIA ARTÍSTICA COMO RECURSO DIDÁTICO

*Flávio Emanuel Souza de Melo
Andressa Cristina Ferreira Braga
Akemi Guerreiro Nagashima
Diego Filgueira Albuquerque
João Faustino de Silva Neto*

Discentes do Curso de Fisioterapia e Enfermagem, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN.

André Luiz Silva Davim

Docente do Curso de Fisioterapia e Enfermagem, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN.

(INTRODUÇÃO) A arte e a anatomia se encontram em equilíbrio através dos tempos, e tal relação origina uma forma singular de tornar o ensino cada vez mais prático e eficiente. A anatomia artística embora vista como um segmento recente, teve seu início nos primórdios da civilização humana tendo-se registros do homem pré-histórico gravado em paredes de cavernas e esculturas de diferentes formas ao qual fazia referência em função do que observava. Há também registros artístico-anatômicos nas civilizações antigas, principalmente na Grécia antiga, onde foi observado maior avanço no estudo da anatomia. Com o renascimento, na idade média, os artistas transformaram sua arte em uma representação direta da natureza e procuraram estudar a fundo as formas humanas estreitando ainda mais a relação entre a arte e ciência. Nessa época, Leonardo da Vinci, primeiro artista a considerar a anatomia mais do que meramente pictórico, fez preparações e as desenhou, fazendo com que suas obras fossem repassadas e eternizadas. Logo após, Andréas Versalius, médico e anatomista, foi um dos primeiros a demonstrar perfeitamente representações gráficas em sua publicação "*De Humani Corporis Fabrica*" de tratados anatômicos, estabelecendo uma estreita relação entre as ilustrações e texto. Desde então, são utilizadas ilustrações em publicações de livros para ajudar no entendimento do que o texto expressa com algumas limitações. Atualmente, além da utilização de figuras cada vez mais reais em tratados de anatomia humana e de utilizarmos recursos computacionais em três dimensões, a anatomia utiliza como fonte de material didático a pintura em corpos de pessoas (modelos anatômicos) o que valoriza ainda mais a didática de ensino, pois há a possibilidade de executar os movimentos *in situ*, algo não possível em outras metodologias de ensino. O presente trabalho tem por objetivo expor o surgimento e a importância da anatomia artística como técnica de dirigir e orientar a aprendizagem, proporcionando um melhor entendimento devido sua aplicabilidade como recurso didático no ensino da Anatomia Humana.

(METODOLOGIA) Baseou-se primeiramente em uma revisão de literatura em artigos científicos publicados em revistas específicas disponíveis *on-line* obtidos através de bancos de dados disponíveis, como o da *Standford Universit*, *Scientific Eletronic Library Online* e *National Library of Medicine*. Associado a isso, utilizar-se-á durante a apresentação, um modelo humano vivo, com o membro superior e parte do tronco de um antímero pintado, de modo a explicitar a musculatura envolvida em atividades cotidianas, demonstrando assim uma metodologia em plena expansão aplicada a anatomia artística.

[RESULTADOS] Observa-se que através da arte, seja ela, desenho, gravura, pintura, colagem, escultura a até mesmo a arte digital, é possível repassar de modo realista conhecimentos anatômicos, pois, além de permitir ilustrar aquilo que está sendo falado ou escrito, possibilita coloração variada, aumento de tamanho e até movimentos de estruturas. Atualmente, encontramos a anatomia artística inserida no contexto educacional e extensamente aplicada na área da saúde. Para tanto, é comum a utilização de atlas e/ou ilustrações, no auxílio da compreensão de livros textos. Como recursos de representação topográfica e funcional da anatomia estão as pinturas *in vivo*, as esculturas e a arte digital, sendo essa última um dos recursos mais modernos de ilustração anatômica, produzida em ambiente gráfico computacional e tendo como objetivo dar vida virtual à estruturas, mostrando a anatomia não é uma ciência pragmática.

(CONCLUSÃO) Portanto, o estudo da anatomia através dos tempos, ou seja, anatomia e arte parecem ser um indicador do equilíbrio dinâmico das áreas do conhecimento que formam as ciências da saúde, e mostra que o ensino deverá ser contínuo, mas sofrendo reajustes e reformulações diante das necessidades impostas principalmente pelo avanço da tecnologia, para que esse conhecimento seja repassado de forma satisfatória.

A5 – FISIOTERAPIA

APROXIMANDO A DISCIPLINA DE FIOLOGIA HUMANA AO COTIDIANO DO FISIOTERAPÊUTA: UMA DISCUSSÃO SOBRE ALGUNS DOS REFLEXOS UTILIZADOS NA AVALIAÇÃO DO PACIENTE NEUROLÓGICO

Helder Viana Pinheiro

Tarcísio Antônio de Oliveira Júnior

Discentes do curso de fisioterapia, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN – FARN

Magnus Kelly Moura da Cunha

Docente do Curso de Medicina da UERN

Christina da Silva Camillo

Docente do Curso de Fisioterapia da FARN, Doutora em Psicobiologia pela UFRN

(INTRODUÇÃO) Os reflexos são respostas estereotipadas do organismo a estímulos específicos. Aqueles que determinam movimentos articulares súbitos são chamados de reflexos motores, sendo de grande importância no exame neurológico, por auxiliar na identificação de alterações sensorio-motoras. Os reflexos motores têm início em receptores sensoriais e terminam em músculos esqueléticos. Ao ser estimulado, os receptores desencadeiam a propagação de impulsos elétricos que percorrem neurônios sensitivos, os quais entram na medula espinhal pelas raízes dorsais. Na medula, a informação é integrada e transmitida a neurônios motores localizados na substância cinzenta e que saem pelas raízes ventrais em direção aos músculos, desencadeando sua contração, a resposta reflexa. Nosso objetivo com este trabalho foi aprofundar os conhecimentos relativos a aplicação da neurofisiologia à fisioterapia mostrada em sala de aula, considerando três dos principais reflexos geralmente avaliados pelo fisioterapeuta na abordagem do paciente neurológico.

(METODOLOGIA) Com base nas discussões ocorridas nas aulas práticas de fisiologia, optamos por estudar os seguintes reflexos: o cutâneo-plantar, o patelar e o bicipital. A pesquisa foi realizada em livros de fisiologia, anatomia, neuroanatomia, semiologia, cinesiologia e neurofisiologia. Os estudos incluíram fichamentos dos textos pertinentes e discussões com os professores orientadores.

(RESULTADOS) O reflexo cutâneo-plantar consiste na flexão dos dedos do pé em resposta a estimulação de sua superfície plantar. O neurônio sensitivo sai desta região pelos ramos sensitivos do nervo tibial em direção a medula. A informação é integrada nos segmentos medulares L4 a S3, de onde parte a via motora, através do mesmo nervo, chegando aos músculos flexores longos do hálux e dos dedos, que se contraem. O exame é realizado com o paciente em decúbito dorsal, deslizando-se a extremidade romba de um estilete nas bordas lateral e anterior da superfície plantar. A inesperada extensão dos dedos – Sinal de Babinski – é indicativa de lesão da via piramidal, responsável por movimentos voluntários. O reflexo patelar compreende a extensão do joelho em resposta à percussão do tendão patelar. O receptor é o fuso neuromuscular, neste caso localizado no músculo quadríceps. O neurônio sensitivo segue à medula através do nervo femural, fazendo sinapse com neurônios motores em L2 a L4. Após trajeto pelo nervo femural, estes neurônios compõem unidades motoras com fibras extrafusais do próprio quadríceps. O reflexo é investigado com o paciente sentado, com a perna a ser examinada pendente. Após localização do tendão patelar, o examinador percute o martelo neurológico, observando a qualidade da resposta. O reflexo bicipital é uma flexão rápida do cotovelo em resposta a percussão do tendão distal do músculo bíceps braquial. O receptor também é o fuso neuromuscular. As vias sensitivas seguem pelo nervo músculo-cutâneo, que após ganhar o plexo braquial, entram na medula terminando em C5 a C7. Os neurônios motores voltam pelo mesmo nervo atingindo as fibras do bíceps, resultando em sua contração. Para exame, o fisioterapeuta apóia o antebraço direito do paciente sobre o seu antebraço esquerdo, identifica o tendão do bíceps e lhe aplica a percussão com o martelo. As disfunções dos reflexos patelar e bicipital se caracterizam por ausência de resposta, hipo-reflexia ou hiper-reflexia, que podem estar associadas, por exemplo, a distúrbios do neurônio motor periférico e da via piramidal, ou a alterações das vias sensitivas periféricas.

(CONCLUSÃO) O fisioterapeuta examina os reflexos motores, juntamente com outros aspectos das funções neurofisiológicas, para avaliar o grau de comprometimento do paciente e conhecer suas potencialidades e limitações sensorio-motoras, a partir das quais definirá seu tratamento. Assim, conclui-se ser extremamente relevante a introdução precoce do aluno de fisioterapia nas discussões acerca dos mecanismos funcionais e das bases anatômicas dos reflexos de modo integrado à prática clínica do fisioterapeuta.

A5 – FISIOTERAPIA

AS CONDUTAS TERAPÊUTICAS NA FIBROMIALGIA

Alanne Kécya Dantas de Souza

Taísa Carla de Freitas Andrade

Vanessa Souza do Sacramento

(Discentes do Curso de Fisioterapia, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN).

Luciana Cavalcante Araújo de Oliveira.

(Docente Mestre do Curso de Fisioterapia, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN).

(INTRODUÇÃO) O termo fibromialgia, também conhecido por “Síndrome da Fibromialgia (SFM)”, refere-se a uma condição dolorosa generalizada e crônica que não possui causa nem cura definida. É considerada uma síndrome porque engloba uma série de manifestações clínicas. Atualmente sabe-se que a fibromialgia é uma forma de reumatismo associada à sensibilidade do indivíduo frente a um estímulo doloroso. O reumatismo pode ser justificado pelo fato dessa patologia envolver músculos, tendões e ligamentos. O que não quer dizer que acarrete deformidade física ou outro tipo de seqüela, mas prejudica a qualidade de vida e o desempenho profissional daquele que a possui. As dores são difusas, conhecida como “dor turista”. É muito mais freqüente em mulheres entre os 30 e os 60 anos, podendo também acometer homens, crianças e idosos. A sua principal característica é a dor que geralmente surge nos ombros e pescoço migrando por todo o corpo. Cerca de 90% dos pacientes queixa-se, de dor, fadiga, cansaço extremo, distúrbios do sono (sono não reparador), cefaléia, enxaqueca, formigamento nos braços e pernas (sintomas geralmente confundidos com infarto e acidentes vasculares cerebrais), sensibilidade ao frio, irritabilidade. E na maioria dos casos também é encontrado um quadro de depressão. Desta forma este trabalho objetiva identificar as condutas terapêuticas utilizadas pela Medicina, Fisioterapia, e Psicologia que buscam a melhoria da qualidade de vida de cada portador.

(METODOLOGIA) O trabalho foi realizado com base nos dados encontrados na revisão da literatura associado às informações colhidas através de questionários aplicados aos profissionais e pacientes envolvidos na temática da fibromialgia.

(RESULTADOS) Segundo a metodologia traçada foi possível percebermos que não existe uma conduta ou recurso isolado, o paciente geralmente é acompanhado por mais de um profissional ou intervenção concomitantemente com o objetivo de auxiliar na melhora do quadro. Com relação ao tratamento médico, o diagnóstico é feito através dos achados fornecidos pela história clínica e pelo exame físico, por não existir, um método ou testes tecnológicos especializados para diagnosticar a fibromialgia. O tratamento clínico vai variar de caso para caso. Os fármacos mais utilizados são os antidepressivos do tipo tricíclicos e os ansiolíticos. O encaminhamento para a fisioterapia e psicologia, faz parte da conduta médica estabelecida. No processo de escolha do melhor procedimento fisioterapêutico, observamos os recursos terapêuticos manuais, eletro-termo-fototerapia, hidroterapia, acupuntura, RPG e Pilates. Os resultados apresentados pelos pacientes, tanto na fisioterapia convencional como nas condutas especializadas, foi uma melhora do quadro algico, nos alongamentos e fortalecimentos musculares, o que resulta num relaxamento significativo após cada atendimento, influenciando no estado geral do paciente e conseqüentemente, em sua qualidade de vida. Quanto ao tratamento psicológico, que é de extrema importância, não foi possível realizar a entrevista com o profissional da área o que não diminui a relevância desse tipo de terapia tão respaldada pela literatura.

(CONCLUSÃO) Ao final desta pesquisa podemos concluir que a fibromialgia (SFM), por se tratar de uma doença sistêmica requer uma assistência multidisciplinar visando sempre uma melhora significativa da sintomatologia apresentada, fazendo-se necessária uma visão interdisciplinar de toda a equipe, tornando o prognóstico desses pacientes o mais animador possível. Para tanto é fundamental que o portador enfrente a doença com ânimo e força de vontade para recuperar-se, o que será mais fácil com o apoio e compreensão de todos que o cercam. Assim qualquer pessoa com fibromialgia poderá viver com qualidade de vida.

A5 – FISIOTERAPIA

AValiação DO DESEMPENHO DAS ATIVIDADES BÁSICAS DE VIDA DIÁRIA DE IDOSOS ASILADOS NO MUNICÍPIO DE NATAL-RN

Emerson Levy Dutra de Almeida Filho

Akemi Guerreiro Nagashima

Flávio Emanuel Souza de Melo

Discentes do Curso de Fisioterapia, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Larissa Bastos Tavares

Professora Mestre do curso de Fisioterapia, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) O envelhecimento é um processo natural, fisiológico, progressivo, irreversível e universal que acomete todos os seres vivos, contudo, envelhecer cronologicamente difere de envelhecer biologicamente, sendo este um fator relacionado ao estilo de vida adotado pelos indivíduos ao longo da mesma. Quando relacionado com hábitos não saudáveis, o envelhecimento pode tornar-se acelerado influenciando diretamente na perda e/ou redução das capacidades físicas, da autonomia funcional e qualidade de vida do indivíduo. O estado funcional pode ser definido como a habilidade e independência pessoal de desempenhar atividades necessárias para garantir o bem-estar, integrando os domínios biológicos, psicológicos e sociais, sendo estes de crucial importância na saúde e qualidade de vida do idoso. As instituições asilares torna-se uma realidade crescente bem como o número de pessoas que se enquadram como idosos em nossa sociedade, no entanto, os serviços prestados nessas instituições ainda são escassos, podendo levar aos indivíduos a uma perda de sua autonomia e conseqüentemente da qualidade de vida. Diante dessa situação, o presente trabalho, que faz parte de um projeto maior de pesquisa, torna-se relevante de forma científica e social, objetivando avaliar o grau de dependência/independência de idosos asilados nas instituições cadastradas na Secretaria Municipal do Trabalho e Assistência Social no município de Natal, para posterior elaboração de intervenção específica à realidade local, em busca de uma melhor qualidade de vida para esses indivíduos.

(METODOLOGIA) A pesquisa é de natureza aplicada, quanti-qualitativa, do tipo descritiva de levantamento. A população consistiu-se de idosos, de ambos os gêneros, institucionalizados em um abrigo do município de Natal-RN. A amostra, selecionada por contingência, foi formada por 19 idosos dos dois gêneros, institucionalizados que, de forma livre e esclarecida, consentiram participar do presente estudo. Os instrumentos utilizados para a obtenção dos dados foram: Índice de Barthel e o Índice de Katz. Após o contato com a instituição através de ofício, os indivíduos que consentiram a participação na pesquisa, através da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, foram questionados quanto à realização das funções propostas pelos instrumentos de avaliação com posterior análise descritiva dos dados.

(RESULTADOS) Os dados analisados de forma descritiva evidenciaram que: dos dezenove idosos avaliados, doze eram do sexo masculino (63.15%), e sete do feminino (36.85%). Com relação aos escores do Índice de Katz, os dados apontaram que dos indivíduos do gênero masculino participantes, 7 (58,33%) realizaram no mínimo quatro funções do instrumento de forma independente, enquadrando-se nas categorias “A”, “B” e “C”. Já para o gênero feminino, os resultados do Índice de Katz mostraram que 6 (85,71%) das mulheres participantes foram totalmente independentes na realização das atividades propostas, obtendo escore “A”. As atividades de banho, transferência e controle esfinteriano foram as que os indivíduos mostraram-se mais dependentes de acordo com o Índice de Katz. Quanto ao Índice de Barthel, dos 19 indivíduos avaliados, 12 (63,15%) apresentaram escore maior do que 60, sendo, portanto, considerados como bom resultado funcional.

(CONCLUSÃO) Diante dos resultados encontrados, conclui-se que os indivíduos investigados podem classificar-se como independentes na realização das atividades básicas de vida diária de acordo com os Índices de Katz e Barthel, tendo as mulheres apresentado maior independência quando comparadas aos homens. Das atividades avaliadas pelo Índice de Katz, a independência para banho, transferência e controle esfinteriano foram as mais comprometidas; já no Índice de Barthel, tanto as tarefas de auto-cuidado quanto às de mobilidade foram equivalentes no grau de independência, classificando os indivíduos em bom estado funcional. Os dados sugerem a elaboração e aplicação de programas de atividade física global para essa população, visando uma melhor qualidade de vida dos mesmos.

A5 – FISIOTERAPIA

DOENÇAS CRÔNICAS DEGENERATIVAS: PARKINSON

Alana Almeida

Bruno Ranaco

Camilly Leite

Lídia Coelho

Nadjane Costa

Discentes do 1º Ano do Curso de Fisioterapia da FARN

Izete Soares da Silva Dantas Pereira

Docente do Curso de Fisioterapia da FARN

(INTRODUÇÃO) O parkinsonismo caracteriza-se pela disfunção ou morte dos neurônios produtores da dopamina no sistema nervoso central. Existem casos de Síndrome de Parkinson de etiologia genética hereditária. Atualmente há cerca de 8 genes reconhecidos como relacionados à Doença de Parkinson, dos quais os mais importantes são os da parkina e alfa-sinucleína. A doença genética pode ser autossômica dominante (do gene da alfa-sinucleína) ou autossômica recessiva (gene da parkina). Este subtipo freqüentemente surge em doentes mais jovens (35 anos). Como conseqüência, a pessoa com Parkinson pode apresentar tremores, rigidez dos músculos, dificuldades de caminhar, dificuldades de se equilibrar e de engolir. Como esses neurônios morrem lentamente, esses sintomas são progressivos no decorrer de anos. O parkinsonismo secundário pode ser melhorado pela resolução da doença primária subjacente. Contudo, a Doença de Parkinson e outras variantes primárias são incuráveis e a terapia visa melhorar os sintomas e retardar a progressão. Cirurgicamente é possível fazer palidectomia (excisão do globo pálido) ou mais recentemente é preferível à estimulação desses núcleos com eletrodos cuja ativação é externa e feita pelo médico e paciente. A pesquisa teve como objetivo: Conhecer as disfunções motoras provocadas pela Doença de Parkinson bem como suas conseqüências.

(METODOLOGIA) O trabalho se caracteriza como pesquisa bibliográfica, tendo sido utilizado como fonte de coleta de dados livros, periódicos especializados na área e artigos em sites da Internet.

(RESULTADOS) Constatou-se que o curso da Doença de Parkinson é progressivo ao longo de 10 a 25 anos após o surgimento dos sintomas. O agravamento contínuo dos sintomas, para além da importância da dopamina pra o humor, leva a alteração radicais na vida do doente e há, freqüentemente, depressão profunda. A Síndrome de Parkinson não é fatal, mais fragiliza e predispõe o doente a outras patologias, como pneumonia de aspiração (o fraco controle muscular leva a deglutição da comida para os pulmões) e outras infecções devido à imobilidade.

(CONCLUSÃO) O tratamento fisioterápico atua em todas as fases do Parkinson para melhorar as forças musculares, coordenação motora e equilíbrio, manutenção da higiene brônquica, estímulo à tosse, exercícios respiratórios reexpansivos. Em casos mais graves onde há comprometimento da musculatura respiratória é indicado o tratamento com aparelhos de ventilação mecânica, respiradores mecânicos não-invasivos, visando à otimização da ventilação pulmonar e melhora no desconforto respiratório. Conclui-se que, em se tratando de uma doença crônica degenerativa como é o caso de Parkinson, a presença do fisioterapeuta na equipe de saúde se reveste de fundamental importância para a melhoria da qualidade de vida do paciente.

A5 – FISIOTERAPIA

O PROCESSO DA FORMAÇÃO ÓSSEA NA PATOLOGIA DA OSTEOGÊNESE IMPERFEITA

*Allan Cruz Albuquerque
Andressa Azevedo de Souto da Silva
Mônica Darlene Barros
Vanuska Teixeira Ricardo*

Discentes do Curso de Fisioterapia, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Christina da Silva Camillo
Doutora em Psicobiologia pela UFRN e Docente do Curso de Fisioterapia da FARN

(INTRODUÇÃO) O tecido ósseo tem como principal função a sustentação do esqueleto e está sujeito a fraturas quando sua resistência sofre colapso frente a uma força maior. Existem situações patológicas em que a fragilidade óssea fica aumentada, como ocorre na Osteogênese Imperfeita (OI). A cada 20.000 nascimentos, vem ao mundo uma criança portadora da OI. A Osteogênese Imperfeita é uma doença de origem genética e hereditária, na qual afeta a estrutura e a função do colágeno do tipo I, um componente essencial do tecido formador dos ossos.

(METODOLOGIA) O instrumento utilizado para a realização deste trabalho foi a pesquisa em livros de patologia, biologia e artigos científicos. Os estudos incluíram fichamentos dos textos pertinentes e discussões com a professora orientadora.

(RESULTADOS) Na maioria dos casos de Osteogênese Imperfeita é observada a ocorrência de uma mutação durante a formação do colágeno do tipo I. Uma proteína trimérica, formada a partir de outra precursora, o pró-colágeno do tipo I. Duas das três subunidades desta proteína, são codificadas por um gene no cromossomo 17 e a terceira no cromossomo 7. Após o processo de transcrição, os RNAs mensageiros finais passam para o citosol para serem traduzidos. Sofrem uma série de modificações pós-traducionais e depois é secretada para fora da célula. A molécula tripla hélice é clivada, resultando na proteína final, o colágeno do tipo I, que irá se organizar em fibrilas. A glicina é essencial para o dobramento dessa hélice. Em uma mutação comum há uma substituição da glicina por outro aminoácido causando uma instabilidade na estrutura, e, portanto, fibrilas mal formadas. Todo esse processo complexo envolve muitas etapas e cria oportunidades para erros, podendo gerar muitas doenças de origem genética, e uma delas é a Osteogênese Imperfeita. Até o momento foram identificados quatro tipos da doença, compatíveis ou não com a vida, que podem ser caracterizados por inúmeras fraturas, fragilidade óssea, escleras azuis, dentinogênese imperfeita, deformação de ossos e ainda levar a morte como nos casos do tipo II, onde ela se apresenta de forma letal já na gravidez. Ainda não há uma cura para a OI, mas existem tratamentos cirúrgico, clínico e fisioterápico, que, dentre outras metas, consiste em reparar as fraturas e ajudar a deambulação com suporte ósseo. A fisioterapia é de suma importância durante toda a vida deste paciente, pois, seguindo um programa adequado de reabilitação, proporciona desenvolvimento permitindo a interação dele com a sociedade, a realização de suas atividades diárias e conseqüentemente melhorando a sua qualidade de vida.

(CONCLUSÃO) A ciência tem avançado a cada dia, principalmente no campo da genética. Um exemplo desse amplo desenvolvimento é possibilidade de saber as probabilidades de uma criança ser portadora de Osteogênese Imperfeita, submetendo os pais a testes genéticos. Mas apesar dos esforços, não foi viável ainda obter a cura para esta doença. Os diversos recursos fisioterápicos empregados no tratamento têm amenizado os efeitos da doença sobre os pacientes. Atualmente, no Brasil já temos hospitais especializados que são centros de referência em OI, além da ABOI - Associação Brasileira de Osteogênese Imperfeita, que presta assistência informativa e conseguiu que o Ministério da Saúde subsidiasse o tratamento com pamidronato dissódico, único a apresentar resultados positivos no aumento da densidade óssea em OI, diminuindo o número de fraturas, as dores e melhorando a mobilidade de quem tem a doença.

A5 – FISIOTERAPIA

P53 E O DESENVOLVIMENTO DO CÂNCER DO COLO DO ÚTERO

*Thays Tamara de Sousa Almeida
Susann Kelly Damião do Rego e Silva
Débora Fernanda de Araújo Lima*

Discentes do Curso de Fisioterapia, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

André Luiz Silva Davim

Docente do Curso de Fisioterapia, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) O gene *TP53* é um gene supressor tumoral situado no braço curto do cromossomo 17 (p13.1.1) estando altamente conservado evolutivamente e apresentando homologia estrutural entre diversas espécies como o *Xenopus laevis*, galinha e camundongo. Na espécie humana, este gene apresenta peso molecular de 20Kb sendo constituída de 11 éxons, apresentando uma região de *hot spot* entre os éxons 5 e 9. O gene codifica uma fosfoproteína nuclear de 53kDa, denominada p53, que por sua vez é constituída por 373 aminoácidos desempenhando um papel importante no controle do ciclo celular, no reparo do DNA e na indução da apoptose. A proteína atua monitorando a integridade do genoma promovendo uma parada no ciclo celular nas fases G1/S e G2/M para que o sistema de reparo de DNA possa corrigir lesões e consequentemente impedir a proliferação de células mutantes. O gene TP53 é um alvo comum de alterações genéticas, e dessa forma uma mutação ou sua inativação poderá implicar no surgimento de câncer por permitir um aumento de populações celulares com maior instabilidade genética. Exemplo disso tem-se o câncer do colo do útero, que segundo dados do Instituto Nacional do Câncer (INCA) no ano de 2006 foi a terceira neoplasia maligna mais comum entre as mulheres no Brasil. Ademais, associado ao câncer do colo do útero um vírus exerce um papel central na carcinogênese do colo uterino, que é o papilomavírus humano (HPV). Contudo, existem algumas situações associadas à infecção pelo HPV consideradas como de risco, entre elas o início precoce da atividade sexual, promiscuidade, tabagismo, uso de contraceptivos orais, bem como outras doenças sexualmente transmissíveis, como a herpes. O presente estudo tem por finalidade disseminar conhecimentos acerca da proteína p53 e da prevenção para este tipo de câncer, bem como os principais fatores de risco e suas implicações, afim de mobilizar e sensibilizar a população a respeito da importância de se conhecer e discutir meios de prevenção e promoção à saúde, uma vez que, medidas como estas estão inseridas no contexto da Saúde Pública.

(METODOLOGIA) Baseou-se em uma revisão de literatura em artigos científicos publicados em revistas específicas disponíveis *on-line* obtidos através de bancos de dados disponíveis, como o da *Stanford University (Highwire)*, *Scientific Electronic Library Online (SciELO)* e *National Library of Medicine (Pubmed)*.

(RESULTADOS) O enfoque na Saúde Pública cada vez mais se torna um fato de extrema relevância pois nos últimos anos o Brasil mudou substancialmente, seja por fatores externos derivados de um mundo atual globalizado como também pelo desenvolvimento de processos históricos e culturais. Partindo desse contexto, torna-se necessário um estudo acerca de métodos e ações de prevenção e promoção à saúde, e desta forma toma-se como objeto de estudo, o papel da p53 no desenvolvimento do câncer do colo do útero.

(CONCLUSÃO) Conclui-se que o estudo acerca do câncer do colo do útero, é de extrema necessidade dentro dos parâmetros da Saúde Pública, uma vez que, no Brasil essa patologia é a quarta causa de morte em mulheres, segundo a estimativa do INCA no ano de 2006. Conclui-se também, a relação da p53 com o câncer do colo do útero, já que esta proteína tem papel fundamental no desenvolvimento do mesmo por atuar no controle do ciclo celular, no reparo do DNA e na indução de apoptose, e sua falha podendo desencadear o surgimento do câncer. Contudo, este estudo torna-se um importante veículo de informação e promoção à saúde visando também sensibilizar e mobilizar a população como um todo de que é preciso uma interação entre as pessoas com relação à discussão de ações preventivas, afim da busca de uma melhor qualidade de vida e bem-estar de todos.

A5 – FISIOTERAPIA

DISTÚRBIOS POSTURAI: QUAIS AS POSSÍVEIS CAUSAS?

Evelyn Cristina Pinheiro Nunes

Lucas Nascimento Batista

Poliana Israel de Almeida Pereira

Discentes do Curso de Fisioterapia, Faculdade Natalense para o desenvolvimento do RN

Luciana Cavalcante Araújo de Oliveira

Docente do Curso de Fisioterapia, Faculdade Natalense para o desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) A coluna vertebral, eixo principal do corpo humano é responsável pela sustentação e equilíbrio do tronco, pela proteção da medula espinhal, influenciando fortemente na manutenção da boa postura e na locomoção. É formada por 33 segmentos denominados vértebra, estas dispostas em 5 regiões que possuem curvaturas fisiológicas próprias, em cifose ou lordose: Cervical (7 vértebras em lordose), Torácica (12 vértebras em cifose), Lombar (5 vértebras em lordose), Sacro (5 vértebras fundidas entre si) e Cóccix (4 vértebras unidas), ambas em cifose. As alterações ou os distúrbios posturais se dão devido ao desalinhamento destas curvaturas, que são conhecidas como Escoliose, Hipercifose, Hiperlordose e Costas planas ou Retificação. Tais problemas geralmente ocorrem na infância e adolescência estendendo-se por toda a fase adulta, fator este responsável por afastamentos temporários e muitas vezes definitivos das atividades profissionais. Os problemas posturais estão cada vez mais freqüentes em nossa sociedade tornando-se um problema de saúde pública. Grande parte dos distúrbios posturais está diretamente ligada à sobrecarga da coluna vertebral, a qual se tornou mais susceptível a lesões a partir da evolução da postura quadrúpede para a bípede desencadeando um processo de alterações anátomo-fisiológicas. Associados às tensões fisiológicas geradas pela manutenção da postura estática estão os hábitos de vida pouco saudáveis como sedentarismo, más posturas, estresse e predisposição genética, e a influência de fatores externos tais como excesso de peso, mobiliários inadequados, contribuindo consideravelmente para o surgimento desde dores musculares até distúrbios posturais importantes. O objetivo deste trabalho é abordar os desvios posturais, dando ênfase aos tipos mais freqüentes, prevalência por sexo e idade e a sua casualidade.

(METODOLOGIA) Trata-se de uma revisão bibliográfica baseada em livros e artigos científicos e meios eletrônicos.

(RESULTADOS) Ao final deste trabalho observou-se que a escoliose idiopática não estrutural é o desvio que mais acomete crianças na faixa etária de 9 a 12 anos de idade, fato este também observado entre estudantes universitários em pesquisa realizada numa faculdade de Educação Física da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, seguida pela hipercifose e hiperlordose. No mesmo estudo foi observado que 86,9% dos estudantes apresentavam algum tipo de distúrbio postural numa proporção de 72,2% das mulheres e 100% dos homens. Com relação as principais causas, num estudo realizado com uma população de estudantes na faixa etária entre 10 e 14 anos, foi detectadas a insatisfação e inadequação com relação aos mobiliários que não eram compatíveis com a antropometria da amostra, não possuindo regulagem, nem estofamento, o mesmo foi verificado com o peso da mochila, que ultrapassava os 10% do peso corporal do aluno. Ainda foi registrada a falta de consciência por partes dos estudantes no tocante a boa e má postura, um alto índice de sedentarismo agravado pela presença de dores músculo-esquelético em grande parte da população pesquisada, com uma maior prevalência nas mulheres e entre a faixa etária de 10 e 12 anos.

(CONCLUSÃO) Ao final desta pesquisa constatou-se que os desvios posturais são provocados por diversas causas e que os distúrbios apresentados durante a fase de crescimento podem prejudicar o indivíduo na fase adulta. Desta forma, a qualidade de vida do mesmo vai depender diretamente da prevenção por meio de orientações sobre as atitudes posturais do cotidiano, diminuindo ou equilibrando a sobrecarga na musculatura; da adequação do mobiliário escolar ao biótipo do aluno, no mínimo que atinja a maioria da população dentro dos padrões antropométricos analisados; da redução da sobrecarga muscular através da diminuição do peso da mochila ou da implantação do sistema de armários na escola, bem como incentivando o indivíduo a praticar exercícios adequados e orientados por um profissional habilitado.

A5 – FISIOTERAPIA

ANÁLISE DO NÍVEL DE CONHECIMENTO DA POPULAÇÃO SOBRE A FISIOTERAPIA CÁRDIO RESPIRATÓRIA

Dayse Nascimento Araújo

Lorena Morais Silva

Rodolfo Moura da Silva

Discentes do Curso de Fisioterapia, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Robson Alves da Silva

Docente do Curso de Fisioterapia, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) A fisioterapia cárdio-respiratória, define-se como a intervenção no âmbito da fisioterapia, que utiliza estratégias, meios e técnicas de avaliação e tratamento, não-invasivas. A reabilitação cardíaca tem crescido muito a procura de pacientes por esse tipo de serviço, sendo o fisioterapeuta o principal profissional responsável pela melhora da condição cárdio-respiratória, proporcionando assim ao paciente um acompanhamento com uma equipe multidisciplinar na qual o fisioterapeuta pode desempenhar importante papel, buscando qualidade de vida e melhora da capacidade funcional do paciente, através de um programa de exercícios específicos com acompanhamento da prática dessas atividades e um controle dos sinais vitais e exames complementares. Para atingir os seus objetivos o profissional utiliza-se de técnicas manuais e/ou instrumentais, o exercício, o posicionamento, a educação e o aconselhamento. A intervenção do fisioterapeuta na área das condições cárdio-respiratórias envolve da parte deste, um exame adequado do paciente, uma avaliação dos dados recolhidos que lhe permita identificar, relacionar e hierarquizar os problemas que podem beneficiar com a sua intervenção (diagnóstico), um domínio ao nível do conhecimento e execução das técnicas de tratamento e necessidade de avaliar os resultados da sua intervenção ao nível da estrutura e função, da atividade e da participação social. A sua intervenção junto de adultos e crianças com disfunção respiratória aguda ou crônica, requer um nível de experiência que só pode ser atingido com uma prática continuada, um conhecimento atualizado, uma avaliação constante dos resultados e uma atitude crítica e reflexiva sobre a sua prática clínica. Sendo assim, o objetivo deste trabalho é analisar o nível de conhecimento da população sobre a atuação do fisioterapeuta na área de cárdio-respiratória.

(METODOLOGIA) Este trabalho foi realizado mediante pesquisas com artigos descritos na Internet, livros e pesquisa de campo feito pelos integrantes do grupo.

(RESULTADOS) Tendo como resultados da pesquisa acerca do conhecimento da população sobre a fisioterapia cárdio-respiratória, foram entrevistados varias pessoas de diversas classes, desde pessoas leigas a profissionais da área, constatando assim que de 80 pessoas entrevistadas apenas 22 já se submeteram a uma avaliação cárdio-respiratória realizada pelo profissional fisioterapeuta, apenas 27 já precisou de um tratamento de fisioterapia desta área, 33 pessoas tinham conhecimento de que o paciente após uma cirurgia cardíaca tinha que ter um acompanhamento do fisioterapeuta para sua reabilitação, já em relação a hidroterapia como um recurso utilizado na reabilitação de pacientes com problemas cardíacos 61 pessoas responderam que sabiam ou que tinham algum conhecimento sobre os benefícios desse recurso.

(CONCLUSÃO) A cárdio-respiratória, é uma das áreas clássicas da fisioterapia e a que mais tem se desenvolvido nos últimos anos, por seus resultados imediatos. A intervenção do fisioterapeuta nesta área se baseia em exames, tratamentos e avaliação dos resultados com o objetivo final de melhorar a qualidade de vida e a capacidade funcional do paciente que possui algum tipo de disfunção cárdio-respiratória, através de um programa de exercícios específicos, mas sempre acompanhado de uma equipe multidisciplinar, de um controle de seus sinais vitais e de exames complementares. Ao final de nossa pesquisa, concluímos que ela se mostrou equilibrada, pois muitos dos entrevistados, já tinham certo conhecimento sobre esta área e da nossa atuação, principalmente, no ambiente hospitalar. Isso, por já terem passado ou visto alguém passar nas mãos deste profissional.

A5 – FISIOTERAPIA

TRATAMENTO TRANSDISCIPLINAR DE PACIENTES POR PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE

Danilo Fagno da Silva

Discente do Curso de Fisioterapia, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Carlos Alberto Nicolete da Silva

Docente do Curso de Fisioterapia, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) O presente estudo tem como objetivo verificar a aplicabilidade dos conceitos de multi, inter e transdisciplinaridade que vêm sendo utilizados com bastante frequência entre os profissionais da área da saúde e que benefícios isso traz para os pacientes e para os próprios profissionais. Na atualidade, sabe-se que o atendimento multidisciplinar entre os profissionais que irão dar auxílio ao paciente não se interligam de forma alguma. Trabalham sobre o mesmo paciente mais de maneira isolada de forma mais primitiva, numa visão mais abrangente sobre o estado patológico do paciente. No atendimento interdisciplinar, que é o mais usado nos dias atuais, um profissional tem a ajuda de outros profissionais (médicos, enfermeiros, nutricionistas, fisioterapeutas, psicólogos, assistentes sociais, educadores físicos) em uma equipe que se interliga por meio de relatórios e pareceres de outros profissionais quanto à melhora de alguns sintomas não inerentes a sua especialidade, mas que venham a influir no tratamento do paciente por esse mesmo especialista. Já a transdisciplinaridade, isto é, o conhecimento do profissional da área de saúde não se restrinja a sua especialidade vem ganhando forma e espaço. Nesse sentido, analisando tais conceitos e tentando vê-los na prática. Aplicado a uma patologia, teremos a idéia da necessidade e importância desse tipo de trabalho quanto ao desenvolvimento do paciente.

(METODOLOGIA) O trabalho se caracteriza como um estudo bibliográfico, uma vez que foi fundamentado em fontes secundárias, ou seja, através de artigos, revistas e livros no intuito de fazer uma interpretação analítica com relação aos termos multi, inter e transdisciplinaridade que vêm sendo utilizados com bastante frequência entre os profissionais da área da saúde.

(CONCLUSÃO) Ao se aplicar tais valores e características a uma equipe de profissionais da área de saúde se passa a ver o paciente de forma mais humana e não como órgãos e sistemas separados de um todo. Isso, com certeza, irá melhorar a reação do paciente ao tratamento, dando a ele mais animo e força para seguir com o tratamento. Ter uma visão mais holística do paciente não é só vê-lo aos olhos de sua área, e sim vê-lo como ser humano, que pensa, sente, e existe. Os problemas orgânicos e psicossociais não devem ser tratados de forma separados e sim com a complexidade de um sistema perfeito e automaticamente interligado. Com a ascensão da idéia de tratamento transdisciplinar a estimativa é de que ela venha a substituir o tratamento interdisciplinar vigente no sistema atual. De contrapartida, esse recurso tem de ser usado com total responsabilidade por cada profissional envolvido no tratamento buscando somente o melhor atendimento ao paciente e seu bem estar tanto físico como psicossocial, firmando assim um grau de confiança e parceria entre todos esses profissionais que dará mais estabilidade orgânica, pois o paciente não corre o risco de um tratamento ter efeito colateral em outro. Isso proporcionará ao paciente uma melhora mais efetiva e uma maior confiança na integridade profissional de seus cuidadores, profissionais da área da saúde.

A5 – FISIOTERAPIA

UTILIZAÇÃO DE MODELOS TRIDIMENSIONAIS GERADOS POR COMPUTAÇÃO GRÁFICA E RECONSTRUÇÃO 3D PARA ESTUDO DA CÓCLEA HUMANA

Lauro Otacílio Campos de Souza

Discente do Curso de BSI, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Tatianne da Silva Alves

Juliana Vital de Paiva

Discente do Curso de Fisioterapia, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

André Luiz Silva Davim

Docente do Curso de Fisioterapia, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

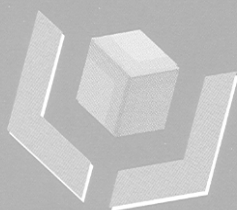
(INTRODUÇÃO) A Anatomia Humana é a ciência morfológica base para os cursos da área da saúde com enfoques diferentes para cada um deles. Com as recentes implantações de novos projetos político-pedagógicos de vários cursos, a disciplina vem atravessando um processo de reestruturação, visando atender as novas diretrizes curriculares e proporcionar o melhor rendimento acadêmico na área de Anatomia Humana. Por tratar-se de uma ciência estrutural, a anatomia é uma disciplina que é ministrada no início de cada curso das diversas áreas, sendo por isso considerada como um tronco, dando suporte para diversas outras disciplinas, como a fisiologia, histologia, embriologia, semiologia, cinesiologia, patologia, entre outras. Dentro desse enfoque, cada vez mais estão sendo priorizadas aulas de conteúdo teórico-prático, como demonstrações em cadáveres humanos pré-fixados, modelos anatômicos sintéticos, dissecações de segmentos do corpo humano, exploração de seminários com ênfase nas correlações anátomo-clínicas, além de estudos orientados em computador utilizando *softwares* específicos. Todos esses recursos possibilitam ao aluno um melhor entendimento das estruturas, por serem exploradas em três dimensões, o que é consolidado posteriormente com as aulas de conteúdo prático, comumente utilizada como recurso didático. A modelagem e visualização tridimensionais auxiliadas por computador (*CAD-Computer Aided*), constituem um meio efetivo de partilhar informação anatômica por intermédio da simulação de estruturas e/ou fisiologia das mesmas, patologias e principalmente pela aplicabilidade no ensino da disciplina. O presente trabalho tem por objetivo demonstrar a utilidade da anatomia virtual como recurso didático no ensino da Anatomia Humana.

(METODOLOGIA) Foi utilizado como modelo anatômico a cóclea humana e os parâmetros utilizados para criação do modelo desse modelo real se deram através de dados obtidos a partir de imagens de ressonância magnética, gravados em CD-ROM de alta resolução. Em seguida foram importados para o software de montagem (*Materialise Mimics*). Esse software é integrado para o processamento e edição de imagens 3D baseados em dados de tomografia computadorizada (TC) e ressonância magnética (RMN). O software importa os dados em grande variedade de formatos e oferece funções estendidas de visualização e segmentação traduzidos os dados em modelos 3D, onde são feitos cálculos para a montagem de um objeto 3D inicial em alta resolução que é exportado para o software de computação gráfica 3DS *MAX Autodesk corporation*. Por último o objeto 3D é manipulado, ajustado e receberá uma subdivisão poligonal de 2 interações, ou seja, irá quadruplicar a resolução original do tomógrafo. Para tal procedimento, foram utilizados três computadores em rede para a criação dos modelos totalizando um poder de processamento total de 16,6 Ghz e 8Gb de memória, o que possibilita tal resolução.

(RESULTADOS) A introdução da anatomia virtual como recurso didático no ensino da anatomia desta instituição vem corroborar com a tendência atual de metodologia de ensino em anatomia humana seguida pelas principais instituições de ensino do mundo, como é o caso da *Harvard Medical School* que já se utiliza dessa tendência, possuindo um laboratório de planejamento cirúrgico, onde dados de tomografia computadorizada e ressonância magnética são reconstruídos em modelos 3D servindo assim para um aprimoramento de técnicas cirúrgicas.

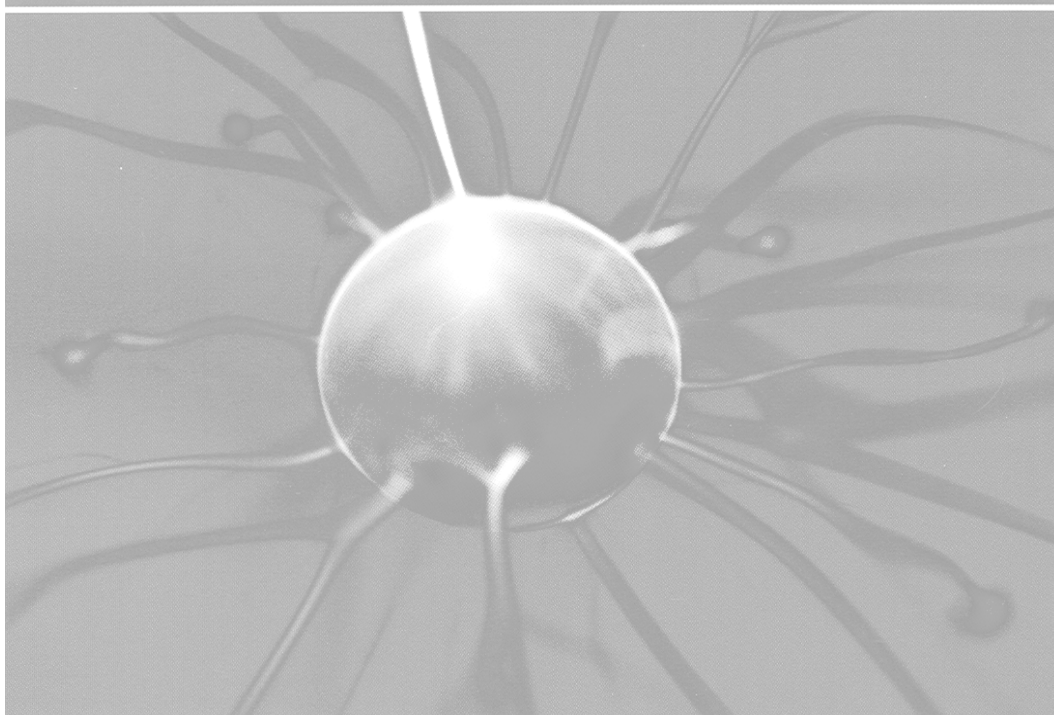
(CONCLUSÃO) Novos meios computacionais visuais, interativos ou não, tornam-se importantes coadjuvantes no aperfeiçoamento do ensino em anatomia humana. Estudos e pesquisas contínuos na área de saúde associados a informática, permitem a criação de conteúdos digitais que podem auxiliar no ensino e conseqüentemente no aprendizado de alunos, que serão os futuros profissionais da área. Com isso, se pode prever em um futuro pouco distante, a melhoria na capacitação de ensino e como fruto desse avanço, profissionais cada vez mais preparados e aptos ao entendimento e acolhimento de questões de saúde pública.

VII CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA FARN



VII

**CONGRESSO DE INICIAÇÃO
CIENTÍFICA DA FARN**



"EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA CONSTRUÇÃO DA PAZ"
24 a 27 de outubro de 2007

**F
I
S
I
O
T
E
R
A
P
I
A**

PÔSTER

A5 – FISIOTERAPIA

A IMPORTÂNCIA DA GINÁSTICA LABORAL NA PREVENÇÃO DE LER/DORT

*André Victor
Grazielle Amorim da Silva
Karolyna Melo de Macedo
Rayssa Maria Santana das Chagas
Silvana Felipe dos Santos*

Discentes do curso de fisioterapia, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Robson Alves da Silva
Docente do curso de fisioterapia, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO): Embora as primeiras manifestações de atividades físicas em empresas já tenha mais de 100 anos, a ginástica laboral é um ramo relativamente novo para as empresas. A necessidade da prática de exercícios físicos no local de trabalho remonta à revolução industrial. A partir desta época o número de funcionários com lesões por esforço repetitivo e distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho (ler/dort) aumentou consideravelmente. Diante dessa circunstância, a ginástica laboral começou a ser compreendida como um grande instrumento na melhoria da saúde física do trabalhador, reduzindo e prevenindo problemas ocupacionais, como as ler e dort, através de exercícios específicos que são realizados no próprio local de trabalho. Não sobrecarregando nem cansando o funcionário, porque é leve e de curta duração, promovendo assim, adaptações fisiológicas, físicas e psíquicas através de exercícios dirigidos. Os tempos modernos impuseram uma nova rotina aos operários, que geralmente tem uma vida sedentária, passando muitas horas na mesma posição e quase sempre repetindo movimentos milhares de vezes.

(METODOLOGIA): Esse trabalho se caracteriza como descritivo e exploratório, onde procura analisar os objetivos e os benefícios da ginástica laboral, assim como sua atuação na prevenção de ler e dort.

(RESULTADOS): Com base na fundamentação teórica realizada pelos autores, verifica-se que ginástica laboral é a realização de exercícios físicos no ambiente de trabalho, durante o horário de expediente, para promover a saúde dos funcionários e evitar lesões de esforços repetitivos e doenças ocupacionais. Além de exercícios físicos, a ginástica laboral consiste em alongamentos, relaxamento muscular e flexibilidade das articulações. Apesar da prática da ginástica laboral ser coletiva, ela é moldada de acordo com a função exercida pelo trabalhador. A ginástica laboral é uma atividade de baixa intensidade, é realizada pelo setor administrativo e produção, não exige roupas de ginástica, pode ser realizada com o próprio uniforme de trabalho, não tem cansaço extremo, atividades intensas, nem suor. São exercícios físicos de alongamento, respiração, reeducação postural, controle e percepção corporal, fortalecimento e compensação dos grupos musculares e estruturas não envolvidas nas tarefas do dia-a-dia. A duração das sessões varia entre 10 e 15 minutos diários. As lesões músculo-esquelético no âmbito ocupacional podem ser consideradas como acidente de trabalho. São milhares de trabalhadores incapacitados de desempenhar suas funções, por estarem afastados temporariamente ou está aposentado precocemente, isso representa um prejuízo sócio-econômico ao trabalhador, ao país e a empresa.

(CONCLUSÃO): A ler são as doenças do trabalho provocadas pelo uso inadequado e excessivo do sistema que agrupa ossos, nervos, músculos e tendões. atingem principalmente os membros superiores: mãos, punhos, braços, antebraços, ombros e coluna cervical, típicas do trabalho intenso e repetitivo. A ler é causada por diversos tipos de pressões existentes no trabalho, e ataca as pessoas tanto física quanto psicologicamente. A ginástica laboral pode reduzir a incidência de doenças ocupacionais e lesões de esforços repetitivos, diminuindo o número de afastamentos dos empregados nas empresas. Além dos benefícios físicos, a prática voluntária da ginástica laboral proporciona ganhos psicológicos, diminuição do estresse e aumento no poder de concentração, motivação e moral dos trabalhadores. A ginástica laboral também pode trazer benefícios econômicos diretos para as empresas ao diminuir o afastamento e elevar a produtividade dos empregados. Os benefícios psicológicos (estresse, poder de concentração) ou sociais (espírito de equipe, confiança) também são bastante citados em estudos diversos. Há estatísticas citando um retorno de 3 a 5 vezes sobre a verba aplicada por uma empresa em um programa de ginástica e hábitos de saúde, considerando faltas, encargos sociais e outros fatores relacionados à saúde, afetando a produtividade da empresa. a ginástica laboral baseia-se na política do ganha-ganha: ganha o trabalhador em saúde e ganha a empresa em produtividade.

AS CONDUTAS TERAPÊUTICAS NA FIBROMIALGIA

Alanne Kécya Dantas de Souza

Táisa Carla de Freitas Andrade

Vanessa Souza do Sacramento

Discentes do Curso de Fisioterapia, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Luciana Cavalcante Araújo de Oliveira.

Docente Mestre do Curso de Fisioterapia, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) O termo fibromialgia, também conhecido por “Síndrome da Fibromialgia (SFM)”, refere-se a uma condição dolorosa generalizada e crônica que não possui causa nem cura definida. É considerada uma síndrome porque engloba uma série de manifestações clínicas. Atualmente sabe-se que a fibromialgia é uma forma de reumatismo associada à sensibilidade do indivíduo frente a um estímulo doloroso. O reumatismo pode ser justificado pelo fato dessa patologia envolver músculos, tendões e ligamentos. O que não quer dizer que acarrete deformidade física ou outro tipo de seqüela, mas prejudica a qualidade de vida e o desempenho profissional daquele que a possui. As dores são difusas, conhecida como “dor turista”. É muito mais freqüente em mulheres entre os 30 e os 60 anos, podendo também acometer homens, crianças e idosos. A sua principal característica é a dor que geralmente surge nos ombros e pescoço migrando por todo o corpo. Cerca de 90% dos pacientes queixa-se, de dor, fadiga, cansaço extremo, distúrbios do sono (sono não reparador), cefaléia, enxaqueca, formigamento nos braços e pernas (sintomas geralmente confundidos com infarto e acidentes vasculares cerebrais), sensibilidade ao frio, irritabilidade. E na maioria dos casos também é encontrado um quadro de depressão. Desta forma este trabalho objetiva identificar as condutas terapêuticas utilizadas pela Medicina, Fisioterapia, e Psicologia que buscam a melhoria da qualidade de vida de cada portador.

(METODOLOGIA) O trabalho foi realizado com base nos dados encontrados na revisão da literatura associado às informações colhidas através de questionários aplicados aos profissionais e pacientes envolvidos na temática da fibromialgia.

(RESULTADOS) Segundo a metodologia traçada foi possível percebermos que não existe uma conduta ou recurso isolado, o paciente geralmente é acompanhado por mais de um profissional ou intervenção concomitantemente com o objetivo de auxiliar na melhora do quadro. Com relação ao tratamento médico, o diagnóstico é feito através dos achados fornecidos pela história clínica e pelo exame físico, por não existir, um método ou testes tecnológicos especializados para diagnosticar a fibromialgia. O tratamento clínico vai variar de caso para caso. Os fármacos mais utilizados são os antidepressivos do tipo tricíclicos e os ansiolíticos. O encaminhamento para a fisioterapia e psicologia, faz parte da conduta médica estabelecida. No processo de escolha do melhor procedimento fisioterapêutico, observamos os recursos terapêuticos manuais, eletro-termo-fototerapia, hidroterapia, acupuntura, RPG e Pilates. Os resultados apresentados pelos pacientes, tanto na fisioterapia convencional como nas condutas especializadas, foi uma melhora do quadro algico, nos alongamentos e fortalecimentos musculares, o que resulta num relaxamento significativo após cada atendimento, influenciando no estado geral do paciente e conseqüentemente, em sua qualidade de vida. Quanto ao tratamento psicológico, que é de extrema importância, não foi possível realizar a entrevista com o profissional da área o que não diminui a relevância desse tipo de terapia tão respaldada pela literatura.

(CONCLUSÃO) Ao final desta pesquisa podemos concluir que a fibromialgia (SFM), por se tratar de uma doença sistêmica requer uma assistência multidisciplinar visando sempre uma melhora significativa da sintomatologia apresentada, fazendo-se necessária uma visão interdisciplinar de toda a equipe, tornando o prognóstico desses pacientes o mais animador possível. Para tanto é fundamental que o portador enfrente a doença com ânimo e força de vontade para recuperar-se, o que será mais fácil com o apoio e compreensão de todos que o cercam. Assim qualquer pessoa com fibromialgia poderá viver com qualidade de vida.

A5 – FISIOTERAPIA

ASPECTOS RELACIONADOS À SAÚDE PÚBLICA NO AMBIENTE DA FEIRA LIVRE

Allan Cruz Albuquerque
Andressa Azevedo de Souto da Silva
Emília Syara de Lima
Mônica Darlene Barros
Vanuska Teixeira Ricardo

Discentes do Curso de Fisioterapia, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Izete Soares da Silva Dantas Pereira
Docente do Curso de Fisioterapia da FARN

(INTRODUÇÃO) A feira livre é um comércio bastante antigo. Desde a idade medieval e até hoje, continua sendo um ponto de encontro de muitas atividades. Nesse ambiente podem-se encontrar variados tipos de produtos, desde gêneros alimentícios, vestuários e até utensílios em geral. As feiras livres contam com uma clientela variada. Geralmente, são realizadas ao ar livre e tal fato tem gerado sérios problemas relacionados à higiene. Isso desperta a atenção dos órgãos responsáveis pela saúde pública, que implantam medidas com o intuito de solucionar tais problemas.

(METODOLOGIA) A pesquisa foi realizada a partir da técnica da Observação nas visitas “In Loco” em feiras livres de Natal, complementada com a entrevista a feirantes. Utilizou-se, ainda, para o registro das observações depoimentos e fotos, como instrumento de coleta de dados, devidamente autorizados pelos sujeitos da pesquisa e complementadas pela revisão bibliográfica.

(RESULTADOS) Como resultados constatou-se que os aspectos relacionados à Saúde Pública no ambiente das feiras livres de Natal apresentam pontos positivos e negativos. Dentre os negativos podem-se enumerar: Bancas próximas a esgotos; Manuseio dos alimentos sem prévia higiene nas mãos. Falta de recipientes para lixo, Presença de insetos sobrevoando os alimentos, principalmente as carnes. Em relação à higiene pessoal, observou-se que, poucos feirantes faziam o uso de aventais, toucas e luvas. Alguns se apresentavam com roupas sujas, descalços e com vestuário inadequado. Há uma grande variedade de produtos, mas sua organização, qualidade e conservação ainda não condizem com as normas de vigilância sanitária. Os alimentos são armazenados embaixo das bancas, dentro de caixotes ou pelo chão. As carnes ficam em sacos plásticos sujeitas a variação de temperatura ao invés de serem armazenadas sob refrigeração. Os animais estão expostos em pequenas gaiolas e em grande número para o espaço. Algumas outras irregularidades foram encontradas no local, como por exemplos sucos servidos em sacos, preparação e vendas de alimentos, (café da manhã, salgados, almoços, etc.) em meio à sujeira dos animais. No entanto, foi também observado que era realizado, sempre que possível, uma limpeza no local pelos funcionários da prefeitura. As mudanças realizadas pelo projeto da SEMSUR, no ambiente das feiras têm amenizado os problemas que envolvem a higiene. Todavia, ainda não apresentam eficácia total.

(CONCLUSÃO) A feira é um espaço público onde circulam vendedores, consumidores de todas as classes, pedintes, etc. Ela gera empregos formais e informais, como é o caso de algumas pessoas que tocam músicas e outras que trabalham com frete. Em relação aos supermercados, os preços são bem mais acessíveis, no entanto, há variação entre as bancas no valor de alguns produtos, conforme o horário, especialmente pela manhã, quando o movimento é maior. Em termos de Saúde Pública ainda há muito para ser feito, mas para isso é necessária a conscientização do consumidor em exigir um padrão de qualidade dos produtos comercializados e aos feirantes uma maior informação acerca da sua responsabilidade em seguir as normas estabelecidas pelos órgãos da Saúde Pública e a estes últimos uma maior fiscalização e controle deste tipo de atividade.

A5 – FISIOTERAPIA

FISIOTERAPIA RESPIRATÓRIA NA FIBROSE CÍSTICA

Danilo Fagno da Silva
Filipe França Tagliaferro da Fonseca
Laércio Jefferson Alves dos Santos
Carlos André Arnaud de Castro Sarmento
José Moreira Alves Júnior

Discentes do Curso de Fisioterapia, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Vanessa Arruda
Docente do Curso de Fisioterapia da FARN

(INTRODUÇÃO) A Mucoviscidose ou Fibrose Cística é uma doença hereditária autossômica recessiva, caracterizada pela disfunção de canais de cloro na membrana celular, o que acarreta num mau funcionamento generalizado das glândulas exócrinas, comprometendo principalmente os pâncreas, os pulmões, as glândulas de sudoríparas e a parótida. Ocorre a produção de uma secreção demasiada espessa das glândulas exócrinas com obstrução dos ductos secretores. As Técnicas Fisioterapêuticas têm por finalidade auxiliar o paciente na eliminação dessas secreções e melhorar sua Capacidade Respiratória.

(METODOLOGIA) O trabalho se caracteriza como um estudo bibliográfico, uma vez que foi fundamentado em fontes secundárias, ou seja, através de artigos, revistas e livros no intuito de fazer uma interpretação analítica com relação a aplicabilidade da Fisioterapia Respiratória na Fibrose Cística.

(CONCLUSÃO) Em pacientes de tal condição patológica deve-se ser instituída rapidamente a aplicação das técnicas inerentes a Fisioterapia Respiratória e mais rapidamente ainda se o paciente já apresentar um quadro sintomático para a doença. “Desmond e Cols (1983) observaram que, após período de 3 semanas sem receber tratamento fisioterapêutico ocorreu diminuição significativa em todos os parâmetros expirométricos e também aumento da limitação ao fluxo aéreo após 3 semanas.”. Porém não existe nenhum protocolo a ser seguido quando se trata de um paciente com FC. Existem sim condutas e técnicas terapêuticas que podem dar resultado no tratamento restabelecendo aos poucos a capacidade respiratória do paciente. Podem ser utilizadas várias técnicas a fim de conseguir uma melhora na saúde respiratória dos indivíduos, tais como: hidratação sistêmica e umidificação das vias aéreas, drenagem postural, percussão manual e mecânica, vibração, tosse, ciclo ativo, técnica de expiração forçada, Flutter; porém a produção de escarro deve ser satisfatória, para que a terapia de higiene brônquica melhore significativamente a remoção da secreção. Este trabalho visa uma apresentação de tais técnicas e seu funcionamento.

HPV E O CÂNCER DO COLO DO ÚTERO

*Débora Fernanda de Araújo Lima
Susann Kelly Damião do Rego e Silva
Thays Tamara de Sousa Almeida*

Discentes do Curso de Fisioterapia, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN.

André Luiz Silva Davim

Docente do Curso de Fisioterapia, Faculdade Natalense para no Desenvolvimento do RN.

(INTRODUÇÃO) O papilomavírus humano (HPV) é um vírus de DNA, epitéliotrópico, da família Papovaviridae, apresentando 55 nm de diâmetro, contendo capsídio proteico e uma molécula circular única de DNA de fita dupla. Atualmente estão identificados mais de 200 subtipos diferentes de HPV, os quais são capazes de induzir lesões de pele ou mucosas. Os HPV's são classificados como sendo de baixo e de alto risco. Assim, os HPV's do tipo 6 e 11, encontrados na maioria das verrugas genitais (condilomas genitais), parecem oferecer baixo ou nenhum risco de progressão para malignidade, apesar de serem encontrados em pequena proporção de tumores malignos. Os vírus de alto risco (16, 18) apresentam uma probabilidade maior de persistirem e estarem associados a lesões pré-invasivas ou invasivas, como o carcinoma *in situ*, ou seja, câncer do colo do útero, que permanece como um dos mais importantes e danosos cânceres que acometem as mulheres em todo o mundo. Acerca deste câncer, destacam-se fatores de risco relativos à etiologia da doença, tais como comportamento sexual, tabagismo, uso de contraceptivos orais, bem como a dieta. O presente estudo tem por objetivo disseminar conhecimento através de medidas preventivas e de promoção à saúde, sensibilizando e mobilizando a população acerca do risco que o HPV pode acarretar no desenvolvimento deste tipo de câncer, uma vez que medidas como estas estão inseridas no contexto da Saúde Pública.

(METODOLOGIA) Baseou-se em uma revisão de literatura em artigos científicos publicados em revistas específicas disponíveis *on-line* obtidos através de bancos de dados disponíveis em sítios como www.highwire.edu.fr (banco de dados da *Standford University*), *Scientific Eletronic Library Online (Scielo)* e *National Library of Medicine (Pubmed)*. Complementar a isso, utilizou-se dados de incidência da doença que estão disponíveis no sítio do Instituto Nacional do Câncer (INCA) e Ministério da Saúde.

(RESULTADOS) Aspectos epidemiológicos revelam que o câncer do colo do útero se mostra mais freqüente em populações urbanas de baixa renda nos países em desenvolvimento e em mulheres negras americanas. Contudo, devido à incidência do carcinoma ter uma incidência maior em mulheres jovens, isso leva a comunidade científica crer que a mucosa cervical é mais susceptível ao agente infeccioso em mulheres nessa fase da vida, tornando-se necessário o estudo acerca de métodos de prevenção e promoção à saúde, bem como subsídios para a atuação de políticas de promoção à Saúde Pública, visto que o câncer cervical é a terceira neoplasia maligna mais comum na população feminina, segundo estimativas de incidência de câncer no Brasil no ano de 2006 (INCA).

(CONCLUSÃO) Diante disso, conclui-se que o estudo acerca do câncer do colo do útero e do seu agente etiológico, é de extrema necessidade dentro dos parâmetros da Saúde Pública, uma vez que 99% das mulheres que apresentam este tipo câncer estão associadas a infecção pelos HPV's de alto risco. No Brasil cerca de 7.000 mulheres morrem por este tipo de câncer todo ano. Conclui-se também que sendo diagnosticado precocemente por exames preventivos de rotina, como o papanicolau, o câncer do colo do útero pode ser tratado com sucesso em cerca de 80% a 95% dos casos. Atrelado a isso já se encontra em fase final de testes a vacina contra alguns subtipos do vírus, o que cria uma nova perspectiva redução na incidência da doença na população.

VIGILÂNCIA SANITÁRIA: UM PROBLEMA DE SAÚDE PÚBLICA

Weverson Wilson de Oliveira

Heitor Lopes Jorge

Júlio César Cavalcanti Gonçalves

Damailton Humberto da Mata Viana

Leônidas de Oliveira Neto

Discentes do Curso de Fisioterapia da FARN

Izete Soares da Silva Dantas Pereira

Docente do Curso de Fisioterapia da FARN

(INTRODUÇÃO) Entende-se por vigilância sanitária um conjunto de ações capazes de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde e de intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, da produção e circulação de bens e da prestação de serviços de interesse da saúde, abrangendo: o controle de bens de consumo que, direta ou indiretamente, se relacionem com a saúde, compreendidas todas as etapas e processos, da produção ao consumo; e o controle da prestação de serviços que se relacionam direta ou indiretamente com a saúde. As atividades ligadas à vigilância sanitária foram estruturadas, nos séculos XVIII e XIX, para evitar a propagação de doenças nos agrupamentos urbanos que estavam surgindo. A execução desta atividade exclusiva do Estado, por meio da polícia sanitária, tinha como finalidade observar o exercício de certas atividades profissionais, coibir o charlatanismo, fiscalizar embarcações, cemitérios e áreas de comércio de alimentos. No final do século XIX houve uma reestruturação da vigilância sanitária impulsionada pelas descobertas nos campos da bacteriologia e terapêutico nos períodos que incluem a I e a II Grandes Guerras. Após a II Guerra Mundial, com o crescimento econômico, os movimentos de reorientação administrativa ampliaram as atribuições da vigilância sanitária no mesmo ritmo em que a base produtiva do País foi construída, bem como conferiram destaque ao planejamento centralizado e à participação intensiva da administração pública no esforço desenvolvimentista. A partir da década de oitenta, do século passado, a crescente participação popular e de entidades representativas de diversos segmentos da sociedade no processo político moldaram a concepção vigente de vigilância sanitária, integrando, conforme preceito constitucional, o complexo de atividades concebidas para que o Estado cumpra o papel de guardião dos direitos do consumidor e provedor das condições de saúde da população. A pesquisa teve como objetivo apresentar as atividades realizadas no âmbito da Vigilância Sanitária bem como suas áreas de atuação.

(METODOLOGIA) A pesquisa se caracteriza como bibliográfica tendo como fonte de dados; livros, revistas especializadas e sites da internet que abordam o tema.

(RESULTADOS) A Vigilância Sanitária se constitui uma atividade básica de saúde pública e tem abrangência nos níveis federal, estadual e municipal. Atua na Baixa Complexidade - Padarias, Supermercados, Restaurantes, Feiras, Açougues, Óticas, Piscinas de uso público e restrito, Terreno baldio, Academia de ginástica, Unidades de Saúde e outros; na Média Complexidade - Cozinhas Industriais, Indústria de saneantes, Farmácias, Clínicas de fisioterapia, Creches e outros e na Alta Complexidade - Indústria de alimentos para fins especiais, Indústria de correlatos, Indústria farmoquímica, Serviço de Hemoterapia e outros.

(CONCLUSÃO) A ação da VISA só será efetiva com o estabelecimento de uma parceria com a sociedade. Nesse sentido a VISA ampliará o seu campo de atuação, da defesa do consumidor real ou potencial de produtos e serviços, para a defesa do direito do cidadão a uma vida saudável. Mas, a ação da VISA só será efetiva com o estabelecimento de uma parceria com a sociedade. Essa ação deve ter como perspectiva promover e proteger a saúde, significando melhoria da qualidade de vida.

A5 – FISIOTERAPIA

A UTILIZAÇÃO DO ULTRA-SOM NO COMBATE A CELULITE

Leandra Helena Oliveira

Patrícia Roselli Ferreira

Paula Edna da costa Rocha

Discentes do Curso de Fisioterapia da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

M.s Wouber Héricksen de B. Vieira

Docente Do Curso de Fisioterapia da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

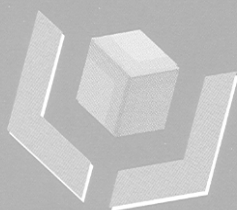
(INTRODUÇÃO) O que é a celulite? O que fazer para tratar e prevenir? A Celulite recebe vários nomes científicos como: Fibro Edema, Gelóide, Lipodistrofia Ginóide, Lipodistrofia Edemato-Fibroesclerótica ou Paniculopatia Fibroesclerótica. Lipodistrofia significa gordura com crescimento anormal, Ginóide é referência ao sexo feminino, Paniculopatia é doença do tecido gorduroso embaixo da pele, Edemato - fibroesclerótica significa inchaço, retração e endurecimento. O tecido gorduroso fica embaixo da pele e sobre os músculos. As células que compõem este tecido são a reserva de gordura do organismo. Quando se come mais do que se precisa, elas aumentam de tamanho como se fossem balões de borracha. No processo de aumento de volume gorduroso ocorrem alterações da microcirculação, e aumenta o tecido fibroso aparecendo a chamada Celulite. Para tratar, um recurso utilizado é o ultra-som terapêutico que produz vibrações sonoras ajudando a quebra da gordura para eliminá-la.

(METODOLOGIA) Neste caso, o ultra-som de 3.0 MHz é uma forte ferramenta para produzir a despolimerização dos mucopolissacarídeos da substância fundamental, através da sua ação tixotrópica sobre géis, ou seja, transformação de colóides em estado gel para estado sol, além disso, produz aumento da permeabilidade capilar, melhorando a irrigação sanguínea e linfática, estimulando a reabsorção tissular e deslocação de íons. Baseada em ultra-som terapêutico focalizado, agindo seletivamente nas células adiposas, preservando as outras. Uma quantidade de energia pré determinada de ultra-som é direcionada à camada gordurosa subcutânea, onde ondas acústicas convertem em um volume focalizado confinado, causando uma destruição mecânica das membranas das células gordurosas. Como a energia é liberada em pulsos, não existe elevação significativa de temperatura. O processo seletivo da quebra de gordura acontece sem causar nenhum dano aos tecidos adjacentes, tais como vasos sanguíneos e nervos.

(RESULTADOS) Em cada aplicação perde-se cerca de 2 cm de medida, na área tratada. A gordura destruída é metabolizada pelo fígado, e exames de controle não demonstraram nenhuma agressão a este órgão. O método é indolor, com raríssimos efeitos colaterais. Dificilmente a celulite some totalmente, a idade sempre interfere também o grau e o tempo que a celulite já durou. Graus mais iniciais e tempos mais curtos, pessoas mais jovens tem melhor resposta ao tratamento, graus mais avançados com nódulos, depressões, grande extensão em pessoas mais velhas que apresentarem essa celulite há muito tempo vão ter mais dificuldade em ter resultados mais satisfatórios. O tratamento sempre vai depender do grau, da idade, do tipo de manifestação que se apresenta com mais intensidade daquela celulite, por exemplo, mais gordura localizada, mais retenção de líquido, sendo que cada caso é analisado individualmente e cada caso terá seu tratamento.

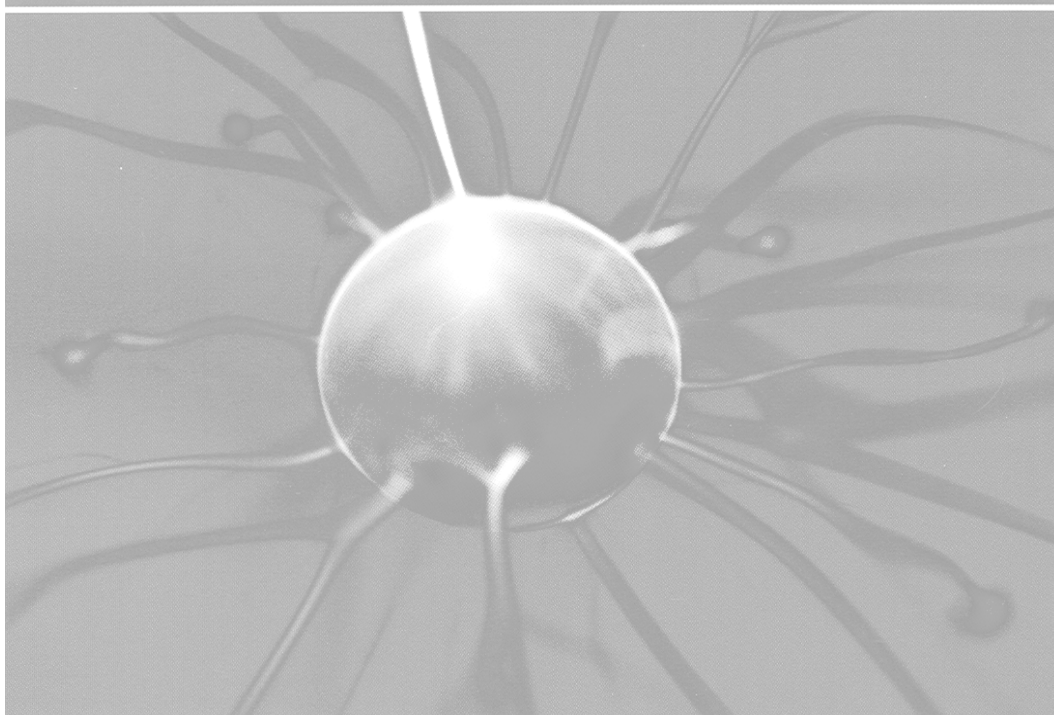
(CONCLUSÕES) O ultra-som é um ótimo recurso terapêutico para o tratamento da celulite, mas sempre deve ser combinado com algum outro procedimento que possibilite a eliminação da gordura quebrada. Tem a vantagem de não provocar hematomas e pode-se tomar sol após as sessões. O resultado desejado não é imediato, há uma redução efetiva das células adiposas em longo prazo. É uma tecnologia focalizada e não invasiva, agindo assim somente no tecido adiposo, permanecendo os tecidos adjacentes inalterados.

VII CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA FARN



VII

**CONGRESSO DE INICIAÇÃO
CIENTÍFICA DA FARN**



"EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA CONSTRUÇÃO DA PAZ"
24 a 27 de outubro de 2007

**I
N
F
O
R
M
Á
T
I
C
A**

COMUNICAÇÃO LIVRE

ANALFABETISMO DIGITAL NOS ORGÃOS PÚBLICOS DO RIO GRANDE DO NORTE

Sinara da Rocha Martins

Discente do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Josué Vitor de Medeiros Júnior

Docente do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) Entre as diversas possibilidades de definição, “Analfabeto Digital” pode ser entendido como o indivíduo incapaz de sozinho obter informações por meio da informática. Atualmente, vive-se na era digital, e aquele que não domina as tecnologias de informações, como a Internet ou qualquer outro meio relacionado a computadores, está desatualizado profissionalmente e incapacitado para exercer sua atuação plena no mercado de trabalho. A alfabetização digital ao sujeito traz para ele a construção de uma cidadania criativa e empreendedora. Partindo de tais pressupostos, o presente artigo pretende analisar o nível de analfabetismo digital em algumas organizações Públicas, do estado do Rio Grande do Norte.

(METODOLOGIA) Para a aquisição de dados, foi realizada uma pesquisa de campo utilizando o método quantitativo, no qual foram entrevistados 100 funcionários públicos, desde professores e coordenadores até secretários, chefes e diretores de setor. Teve-se como o alicerce da pesquisa alguns dos diversos órgãos públicos estaduais, tais como a Governadoria do Estado, a Controladoria Geral do Estado, a Secretaria de Estado da Educação e Cultura, a Secretaria de Estado da Saúde Pública, entre outros. Averiguou-se a dificuldade dos entrevistados em se relacionar de forma direta e precisa com o computador, alguns aplicativos e a necessidade de capacitação tecnológica.

(RESULTADOS) Desse universo de funcionários, observou-se como resultante principal que, 26% dos entrevistados não sabem utilizar o Word para digitação de seus próprios trabalhos, além de apresentarem dificuldades em realizar tarefas simples, ou seja, 20% alegam não saber sequer ligar e desligar corretamente um computador, 60% não sabem utilizar o Excel para elaboração de planilhas, e 31% não possuem e-mail, impossibilitando de forma direta a comunicação digital no mundo globalizado, embora a maior incidência seja de funcionários públicos que desempenham cargos de nível superior. Outro fator importante analisado, foi o completo interesse (100% dos funcionários) na proposta de participarem em cursos gratuitos de informática, realizados no seu próprio ambiente de trabalho, destacando que 98% dos entrevistados declaram que a realização do referido curso, seria bastante proveitoso para o seu rendimento profissional.

(CONCLUSÕES) Mesmo diante de toda a revolução da tecnologia da informação, observou-se, ainda, um elevado número de analfabetos digitais nos órgãos públicos do Estado Rio Grande do Norte. Tal entendimento, leva à conclusão de que, efetivamente, é preciso elaborar políticas de inserção nesse mundo de contextos tecnológico globalizado, partindo do entendimento de que o computador e a Internet são ferramentas imprescindíveis para a capacitação dos profissionais nos dias atuais, e que é necessário, sobretudo, uma atenção especial para os profissionais que contribuem para o desenvolvimento e a manutenção do Estado do Rio Grande do Norte.

ANALISE COMPARATIVA DO VISUAL BASIC COM O .NET FRAMEWORK

Xiankleber Cavalcante Benjamim

Discente do Curso de Bel. em Sistema de informação, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Gleydson de A. F. Lima

Docente do Curso de Bel. em Sistema de informação, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) Antigamente os modelos de desenvolvimento de software, apresentados durante a década de 70, cujo o modelo em cascata é um bom representante, possuíam longos períodos de desenvolvimento e muitas vezes os requisitos do sistema se alteravam antes do fim do processo. Os desenvolvedores de software necessitavam de um modelo mais ágil que permitisse um tempo de desenvolvimento mais curto e a mudança dos requisitos durante o processo. Nos anos 80 os trabalhos serviram de base para uma metodologia chamada de Rapid Iterative Production Prototyping (RIPP) agregando valores de outros processos tornando-o maior e mais formal sendo assim denominado de RAD também conhecido como Desenvolvimento Rápido de Aplicação, é um modelo de processo de desenvolvimento de software iterativo e incremental que enfatiza um ciclo de desenvolvimento extremamente curto (entre 60 e 90 dias). Evoluindo o desenvolvimento de software surgiu a arquitetura cliente/servidor onde se tornou a mais utilizada nos sistemas computacionais. São aplicadas desde uma concentração total das aplicações no servidor até uma distribuição entre clientes e servidores, que foi muito estimulado na última década com o advento de equipamentos de pequeno porte com grande poder de processamento. No início da utilização do modelo Cliente/Servidor, as aplicações foram desenvolvidas utilizando-se um modelo de desenvolvimento em duas camadas, onde surgiu Visual Basic uma das linguagens bastante utilizada pelos programadores para a criação dos seus softwares no ambiente cliente/servidor. Com a evolução no desenvolvimento surgiu o .Net Framework onde se tem uma mudança no modelo de desenvolvimento e utilização de software, onde foi todo projetado já tendo a Internet como objetivo, diferente de outras plataformas que foram adaptadas para a Internet, à medida que a rede mundial crescia de importância.

(METODOLOGIA) Este trabalho tem objetivo de mostrar um estudo comparativo entre o Visual Basic e o .Net Framework , mostrando resultados da utilização das duas tecnologias no desenvolvimento de softwares.

(RESULTADOS) Nos resultados analisamos comparativamente um estudo com exemplos de ambas tecnologias , onde envolve o modelo cliente/servidor do Visual Basic onde é mostrado o uso da tecnologia com exemplos de formas de trabalho desenvolvida pelos programadores e recursos que são oferecidos nos resultados para, (IDE - Ambiente de Desenvolvimento Integrado), criação de softwares, web, já o .Net Framework onde é bastante evoluído nos resultados apresentados na parte de desenvolvimento abordarmos ,a orientação a objetos, polimorfismo,herança,modelo 3 camadas e com isso temos resultados a serem mostrados com trabalho e exemplos que a plataforma oferece na parte de desenvolvimento como o Ambiente de desenvolvimento, criação de softwares ,modelo de negócios, integração com a web.

(CONCLUSÃO) Com os resultados a serem apresentados entres ambas tecnologias analisarmos os resultados do .Net Framework onde não é apenas mais uma versão e sim uma mudança em relação ao Visual Basic, na forma de desenvolvimento e trabalho trazendo várias vantagens no desenvolvimento de softwares , e formas de trabalhos em todos os aspectos que o .Net Framework oferece.

ANÁLISE DE PADRÕES DE PROJETOS CORPORATIVOS JEE

Ivan Bosnic

Discente do Curso Bacharelado em Sistemas de Informação, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Prof. Msc. Gleydson de Azevedo Ferreira Lima

(Docente do Curso Bacharelado em Sistemas de Informação, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte)

(INTRODUÇÃO) Por volta do ano 1977, um arquiteto chamado Christopher Alexander percebeu que determinados problemas se repetiam a cada projeto arquitetônico que ele executava. Não existiam, no entanto, regras claras de como esses problemas deveriam ser tratados e solucionados. Pensando em aproveitar as experiências anteriores e utilizá-las não apenas nos seus futuros projetos, mas disponibilizá-las também para outros profissionais, ele resolveu documentá-las em seu livro “A Pattern Language: Towns, Buildings, Construction”. Desde então surgiu o conceito de Pattern (Padrão), termo que referencia estruturas que podem ser utilizadas para solucionar problemas que ocorrem repetidamente. Essa mesma idéia foi levada à realidade do desenvolvimento de software para padronizar as soluções dos problemas mais comuns. Daí surgiram Design Patterns (padrões de projeto). Procura-se com a sua utilização evitar que os problemas comuns sejam tratados de forma diferenciada a cada vez que aparecem. Ao contrário, definem-se regras e soluções claras, previamente testadas e aprovadas por equipes de programadores e que posteriormente são disponibilizadas para a utilização por outros profissionais.

(METODOLOGIA) Este trabalho se baseou em estudos da arquitetura JEE e de diversos padrões de projeto que a ela se aplicam. Além do estudo, foi realizado o desenvolvimento de um software onde vários desses padrões foram utilizados para que fosse possível avaliar os efeitos que os mesmos têm dentro do processo de desenvolvimento de software. Esses padrões foram aplicados segundo as orientações encontradas na bibliografia disponível e nos tutoriais oficiais fornecidos pelas empresas que os desenvolvem.

(RESULTADOS) Os resultados da aplicação de determinados padrões de projetos corporativos variam muito de acordo com o tamanho do sistema que está sendo desenvolvido. Em sistemas de menor porte, como foi o caso do sistema desenvolvido durante a elaboração do presente trabalho, alguns dos padrões mais simples foram implementados com sucesso e ficou claro que a sua utilização foi positiva dentro do processo como todo. Com eles foi possível diminuir o tempo da elaboração do sistema, uma vez que soluções prontas e previamente testadas foram aplicadas. Por outro lado, alguns padrões mais complexos foram mais difíceis de colocar em prática. Isso se deve ao fato de que esses padrões foram projetados para ambientes corporativos mais complexos e a sua aplicação em um sistema de pequeno porte não parece ser muito vantajosa. Além disso, esses padrões só mostram a sua plena eficácia em ambientes específicos de sistemas distribuídos, ambientes que são difíceis de simular com o uso de um equipamento pessoal.

(CONCLUSÕES) Os padrões de projetos corporativos aplicados ao processo de desenvolvimento de software se mostraram eficazes e eficientes na solução de problemas. Ficou claro, no entanto, que nem todos os padrões de projetos podem e devem se aplicados a quaisquer sistemas. É preciso estudar e conhecer em bastante detalhes cada um deles para poder avaliar se dentro de um determinado projeto, considerando em primeiro lugar o seu tamanho e a sua complexidade, o seu uso é justificável.

ANÁLISE DO GRAU DE ALINHAMENTO ESTRATÉGICO ENTRE O ERP CONSINCO E O MODELO ESTRATÉGICO BALANCED SCORED (BSC) NA DISTRIBUIDORA RIOGRANDENSE

Elvis Joannes Fidelis de Araujo

Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Josué Vítor de Medeiros Junior

Docente do curso de Bacharelado em sistemas de informação, Faculdade Natalense para Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) Em um mercado competitivo como o atual, para uma empresa não basta apenas ter processos operacionais definidos, trabalhando em conjunto com o sistema de informação. A importância de se ter uma estratégia visando resultados e crescimento à longo prazo contribui para um diferencial competitivo. Ter processos alinhados, políticas de aperfeiçoamento de processos e pessoas ajudam a organização a longo prazo obter resultados que influenciarão no seu crescimento. O ERP (Enterprise Resource Planning) sendo uma ferramenta responsável por grande parte dos resultados de uma organização, integra todos os processos operacionais da empresa. O BSC (Balanced ScoreCard) se trata de um modelo estratégico de alto nível e bastante conceituado em todo o mundo. Hoje, grandes empresas estão adotando esse modelo na elaboração e execução de sua estratégia, e com isso obtendo o controle de seus processos internos, relacionamento com clientes, finanças, crescimento e aprendizado, montando assim um equilíbrio entre objetivos de curto e longo prazo. A importância do BSC estar alinhado com ERP da empresa facilita o acompanhamento de todo planejamento estratégico definido no mapa estratégico e ajuda a controlar todos os níveis de gerenciamento organizacional. Essa pesquisa tem como objetivo definir o grau de alinhamento entre os indicadores de desempenho do BSC e as funcionalidades do ERP CONSINCO na Distribuidora Riograndense.

(METODOLOGIA) Este trabalho trata-se de um estudo de caso do tipo exploratória descritiva onde estão sendo analisados processos estratégicos da empresa e o ERP para elaboração da pesquisa. Para criação e documentação do mapa estratégico e indicadores de desempenho foram consultadas bibliografias nas áreas de ERP e BSC. Para coleta de informações foi feita gravação da entrevista com o gerente de planejamento da Distribuidora Riograndense.

(RESULTADOS) Como resultados iniciais foram identificados as funcionalidades estratégicas do ERP através de suas aplicações, como por exemplo: a análise ABC de venda distribuição responsável por cruzar várias informações diretamente ligada ao processo de vendas. Foi feito o levantamento na empresa dos objetivos e indicadores de desempenho que fariam parte do mapa estratégico para as quatro perspectivas do BSC (Aprendizado e crescimento, processos internos, clientes e financeira). Na perspectiva de processos internos onde o alinhamento estratégico é de fundamental importância, foram identificados alguns objetivos como: *Aumentar eficiências nas vendas*. Para o objetivo aumentar eficiência nas vendas foram identificados indicadores como: % de venda por cliente e curva ABC por vendedor. A finalidade de ter um indicador como % de venda por cliente e curva ABC está em incentivar a venda de produtos de classes inferiores e identificar individualmente que vendedor está seguindo critérios definidos para processos de vendas na empresa. Todos estes objetivos, dentro de cada perspectiva tem uma relação de causa e efeito, que pode ser entendido através de uma série de questões do tipo “se, então”, isto é se esta iniciativa for realizada então teremos o seguinte resultado.

(CONCLUSÕES) Foi analisado o grau de alinhamento estratégico entre o ERP e o BSC e identificado uma grande compatibilidade. As perspectivas de processos internos, clientes e financeira foram as que tiveram maior grau de alinhamento onde seus indicadores puderam ser medidos em 90% das aplicações com funcionalidades estratégicas dentro do ERP. Na perspectiva de aprendizado e crescimento nenhum indicador pode ser medido por se tratar de objetivos não interligados com os processos de negócio da empresa e sim ligados ao desenvolvimento da gestão de uma cultura de crescimento pessoal dentre os colaboradores, pesquisa, aumento de conhecimento e gestão de relacionamento com clientes. Como sugestão para melhoria do alinhamento entre o ERP e o BSC pode ser levantado requisitos específicos baseados na estrutura do BSC tornando assim as funcionalidades estratégicas alinhadas a um modelo estratégico padronizado.

A6 – INFORMÁTICA

PORTAIS CORPORATIVOS: UM ESTUDO DE CASO SOBRE O SITE DA FARN (FACULDADE NATALENSE PARA O DESENVOLVIMENTO DO RN) QUANTO SUAS CARACTERÍSTICAS DE PORTAL CORPORATIVO

*Paulo Djailton dos Santos
Rodrigo Gomes do Amarante*

Discentes do curso de BSI, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Josué Vitor de Medeiros Júnior

Docente do curso de BSI, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) Dentro das empresas, um movimento importante, baseado na internet, começa a tomar forma para organizar as informações e colocá-las num ambiente de busca amigável e ágil: são os portais corporativos que vêm com a proposta de unir ilhas de informação departamentais. São sistemas que integram todas as informações que uma empresa gera, processa e distribui. Esse sistema é acessível a funcionários e parceiros. Ele consolida, num único ambiente, informações referentes a processos de negócio e fluxos que podem e precisam estar disponibilizados. Tendo em vista o grande aumento do número de empresas que buscam disponibilizar suas informações em ambientes como os Portais Corporativos, a presente pesquisa tem por objetivo avaliar as principais características dos Portais Corporativos na visão dos usuários do site da FARN, avaliando se o site da FARN se enquadra como um Portal Corporativo.

(METODOLOGIA) Para tanto, utilizou-se uma pesquisa exploratória e métodos estatísticos com a finalidade de identificar essas características. O público alvo são os alunos de graduação do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação da FARN. Foi utilizada uma amostra de 56,88% de um total de 109 alunos do Curso. A pesquisa foi realizada no período de realizada, no período de 08/10/2007 à 11/10/2007, e constitui-se de oito perguntas que abordam se o site da FARN (www.farn.br) possui ou não determinada característica de um Portal Corporativo, sendo 7 perguntas fechadas e uma aberta.

(RESULTADOS) Com a análise dos dados ficou caracterizado que: 83.9% dos alunos afirmam que o site da FARN não possui personalização; 54.8% dos alunos afirmam que o site da FARN não possui segurança; 64.5% dos alunos afirmam que o site da FARN não possui um gerenciamento eficaz de seu conteúdo; 86.4% dos alunos afirmam que o site da FARN não possui sistema de busca; 90.2% dos alunos afirmam que o site da FARN não possui ferramentas para interação com os usuários; 88.7% dos alunos afirmam que o site da FARN não oferece acesso a recursos informacionais(vídeo, áudio). Além disso, ainda foi sugerido pelos entrevistados diversas sugestões para melhorias para o site da FARN tais como: implementação do sistema de busca, atendimento on-line, atualização constante, entre outras sugestões.

(CONCLUSÃO) A FARN está buscando estender a educação à distância para todos os cursos, onde para isso necessitará de um Portal que possa dar suporte a esse grande avanço. Pode-se constatar com esta pesquisa que o site da FARN ainda não se encontra enquadrado como um Portal Corporativo. Porém algumas das características, de acordo com a opinião de alguns alunos, já se encontram disponíveis no site. Acredita-se que futuramente este site passe a ser um Portal Corporativo com a interação dos diversos sistemas encontrados dentro da faculdade, de maneira que o aluno (principal utilizador) poderá se beneficiar cada vez mais.

A6 – INFORMÁTICA

IMPACTO DA IMPLANTAÇÃO DE UM SISTEMA DE INFORMAÇÃO NA MICROEMPRESA SALÃO TOQUE DE BEZELA - ME

Joel Bezerra da Costa

Discente do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Ytalo Rosendo do Amaral, Ms. C.

Docente do curso de BSI, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) O mercado competitivo de trabalho exige muito que as microempresas possuam Sistemas e Tecnologias de Informação avançados para continuarem no mercado. O presente trabalho tem como objetivo analisar o impacto da implantação de um Sistema de Informação na microempresa E. J. G. DA SILVA – ME - Salão Toque de Beleza. Analisaram-se os seguintes aspectos: a aplicação prática do Sistema de informação e as influências no controle e gestão da informação no empreendimento, onde se verificou como era e como é feito hoje os procedimentos, e buscou-se enxergar as mudanças trazidas para a microempresa.

(METODOLOGIA) As formas utilizadas para desenvolver esse trabalho foram o estudo de caso, onde se procurou analisar o impacto causado pela implantação de um sistema de informação na microempresa já mencionada; a pesquisa de natureza aplicada foi a utilizada no levantamento, essa pesquisa foi realizada através de entrevista padronizada, com a pessoa responsável pela informática; pesquisa bibliográfica, que teve por finalidade levantar e analisar as contribuições de vários autores relativas ao assunto abordado, e pesquisa de campo, que visou coletar dados com a pessoa responsável e que está diretamente ligada ao sistema na microempresa

(RESULTADOS) O Sistema implantado na microempresa é modular, o que permite uma flexibilidade no que se refere a adição ou remoção de processamentos. A inclusão dessa ferramenta foi um passo muito importante, um avanço para o progresso da microempresa. O sistema controla a venda de produtos e serviços, comissão de funcionários, compras, despesas, contas a receber, pagamentos, tarefas agendadas e histórico de clientes. A manutenção do sistema é feita de forma on-line (via internet), pela empresa fornecedora. Atualmente, depender de sistema de informação para controlar bem seus negócios é um fato. Sem a tecnologia fica difícil competir. Trabalhar com o apoio da informação gera um grande diferencial, sem contar que a microempresa apresenta-se modernizada, dotada de informação, com controle absoluto das atividades e viabiliza-se economicamente, proporcionando o acerto nas tomadas de decisão. Na entrevista, o senhor Silva falou que ficou muito bom acompanhar os negócios realizados diariamente, mostrados em um relatório chamado “movimento diário”, emitido pelo sistema. Facilitou o gerenciamento do estoque, pôde-se detectar os produtos com mais saída, enfim, no geral contribuiu para descomplicar o gerenciamento da microempresa. Disse ainda que, hoje, pode-se atender melhor ao cliente e dotá-lo de informações básicas, para conhecimento dos serviços a ele prestados. O entrevistado afirma que com o sistema, as compras passaram a ser feitas com mais segurança, sem desperdício. Acrescentou também que a relação entre fornecedores e microempresa está mais saudável. Com a solução implantada, a microempresa ganhou boa dinâmica na resolução de seus processos. Finaliza dizendo que a microempresa demonstra satisfação com esse investimento.

(CONCLUSÕES) Desta forma, percebe-se que uma vez implantado o sistema de informação abordado, a microempresa passou a ter um maior controle sobre os seus processos de venda de produtos e serviços, comissão de funcionários, compras, contas a receber e a pagar, tarefas agendadas e histórico de clientes, o que levou a microempresa, fornecedores e clientes a serem beneficiados com a tecnologia, passando a focar cada vez mais no seu negócio e criando uma forma diferenciada de comportamento e atuação em seu segmento, mostrando ao mercado que é uma empresa inovadora e, portanto, muito competitiva.

**LEVANTAMENTO DA VIABILIDADE DE UM PORTAL PARA VENDA
DE PRODUTOS AGRÍCOLAS PELA INTERNET**

Carlos Augusto Rodrigues Dias

Petronilo do Rosário Figueiredo Padilha

Discentes do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação, Faculdade Natalense Para o
Desenvolvimento do RN

Josué Vitor de Medeiros Junior

Docente do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação, Faculdade Natalense para o
Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) Com o advento da Internet, abriu-se uma grande possibilidade de realizar transações comerciais existentes no mundo físico, proporcionando negócios de diversos segmentos, como é o caso do agronegócio, que permite interligar quem produz o produto a quem o compra. Basicamente, utilizando a desintermediação na qual eliminamos um ou mais elos da cadeia produtiva e vende-se diretamente ao cliente, proporcionando a diminuição do poder de negociação e da margem de lucro da revenda, levando a diminuição do preço para o consumidor final nos mercados competitivos. O presente estudo tem por objetivo analisar alguns aspectos relacionados à compra de produtos hortifrutigranjeiros pelos supermercados e o interesse destes em adotar um intermediário baseado na Internet para realização desta compra.

(METODOLOGIA) O presente trabalho utilizou uma pesquisa exploratória, onde foram entrevistados sete funcionários, os mesmos representando o setor de compra de produtos hortifrutigranjeiros dos maiores supermercados da cidade de Natal/RN, na qual responderam um questionário sobre a logística da entrega, qualidade do produto e principalmente se o supermercado tinha interesse em utilizar a Internet para comprar produtos agrícolas excluindo intermediadores físicos. A pesquisa foi baseada em entrevistas realizadas pessoalmente nos supermercados.

(RESULTADOS) Como principais resultados, têm-se que 87,5% dos supermercados compram diariamente ou pelo menos três vezes por semana na CEASA, 50% compram exclusivamente da CEASA, 12,5% compram exclusivamente de outros estados (como, por exemplo, Pernambuco) por alegar falta de qualidade nos produtos locais. Por outro lado, 87,5% dos entrevistados responderam que os próprios fornecedores entregam os produtos nos supermercados ou nas centrais de distribuição do próprio supermercado, ao passo que os demais 12,5% buscam os produtos nos locais de vendas. Quanto ao atraso na entrega e qualidade dos produtos, 62% dos entrevistados disseram que os produtos nunca são entregues com atraso, 74% dos entrevistados responderam que às vezes são entregues com problemas de qualidade e outros 13% responderam que sempre são entregues com falhas de qualidade, enquanto que 13% disseram nunca são entregues com defeitos. Quanto ao uso da Internet para se realizar compras, 87% dos entrevistados afirmaram de que utilizariam o meio para comprar e 13% que não comprariam pela Internet.

(CONCLUSÕES) Percebe-se que há um grande interesse dos supermercados em comprar pela Internet, desde que sejam mantidos padrões de qualidade e prazos de entregas. Com isso, os custos podem ser reduzidos para os supermercados e conseqüentemente para o consumidor final, além de que os produtores podem ter uma margem maior de lucros em suas vendas eliminando o papel do atravessador que muitas vezes obtêm até mais de 100% de lucro nos produtos vendidos por ele na CEASA. Pretende-se, a partir dos resultados deste trabalho, analisar futuramente a viabilidade da construção de um portal de vendas de produtos agrícolas, possibilitando uma desintermediação de centrais de distribuição que revendem o produto e oferecendo ao comprador melhores preços, comodidade, segurança e rapidez que o mundo da Internet idealiza.

PROGRAMAÇÃO ORIENTADA A ASPECTOS – POA

Vladimir Fernandes Raposo

Discente do curso de BSI, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Bartira Rocha

Docente do curso de BSI, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) A complexidade crescente dos sistemas de informação tem obrigado a programadores e projetistas a evoluírem frequentemente com as ferramentas e técnicas de desenvolvimento, sendo a Programação Orientada a Objetos a técnica mais difundida, porém ela possui limitações. Algumas características dos sistemas de software não conseguem ser bem implementadas em classes comuns, pois estão presentes no sistema como um todo, não pertencendo especificamente a nenhum dos domínios do sistema, chamadas de características transversais, quebrando assim a sua modularidade, espalhando seu código entre todas as outras classes e dificultando a sua manutenção. A Programação Orientada a Aspectos - POA veio tentar resolver esse problema, melhorando a modularização do sistema, e encapsulando essas características em módulos análogos as classes, chamado de aspectos.

(METODOLOGIA) Serão utilizados nesse trabalho, pesquisa bibliográfica com a finalidade de levantar e analisar as contribuições de vários autores para o assunto, levantamento das principais características da linguagem, além da análise da ferramenta AspectJ na programação.

(RESULTADOS) A Programação Orientada a Aspectos – POA não substitui a Programação Orientada a Objetos – POO, na verdade as linguagens trabalham juntas e possuem os mesmos objetivos: aumentar a modularidade e diminuir a complexidade dos sistemas. A POA preocupa-se em implementar os interesses transversais (*crosscutting concerns*) em aspectos, que possuem mecanismos de interceptação do código desenvolvido com POO. Os interesses (*concerns*) são na verdade os requisitos do sistema sejam eles funcionais ou não funcionais. O aspecto ou *aspect* é a unidade central da linguagem, assim como a classe é a base do desenvolvimento orientado a objeto, possuindo características em comum entre si. Os aspectos encapsulam todas as características necessárias para a criação e execução em uma unidade semelhante a uma classe. Os aspectos possuem algumas características próprias que o compõem, que são: os *join points*, que são os pontos de junção na execução do programa onde se quer que os aspectos sejam aplicados, os *pointcuts*, que são responsáveis por selecionar os pontos de junção e agrupa-los - podem ser aninhados através de operadores lógicos - e são definidos através de designadores chamados *pointcuts designators*. O *advice* é o código que será executado nos pontos de junção e possuem três formas de serem executados: antes, durante e depois (*before, around, after*) das chamadas das operações relacionadas nos *pointcuts*. A última parte no processo de construção de um sistema em POA é integrar os elementos que compõem o domínio da orientação a objetos e os aspectos, essas duas partes são unidos através de um montador, conhecido como *weaver*, que gera um código intermediário que pode ser compilado normalmente gerando um sistema executável ou interpretado.

(CONCLUSÃO) A Programação Orientada a Aspectos é uma tecnologia nova, desenvolvida por volta dos anos noventa e que ainda tem muito que evoluir, e ainda é pouco difundido pela comunidade de desenvolvedores, não possuindo nenhuma técnica consolidada de análise e identificação do que seriam os aspectos no sistema, porém já é utilizada de forma comercial e já possuem boas ferramentas para implementá-lo em linguagens bastante difundidas, como Java. Os aspectos ainda têm um bom caminho pela frente para sua consolidação, mas as suas características e as grandes empresas, como por exemplo, a IBM, que estão envolvidos de alguma forma com a linguagem, nos dá indícios de que essa tecnologia é realmente promissora.

A6 – INFORMÁTICA

LABORATÓRIO VIRTUAL DE MATEMÁTICA: UMA APLICAÇÃO DA COMPUTAÇÃO GRÁFICA AUXILIANDO NO ENSINO DE FIGURAS SÓLIDAS GEOMÉTRICAS

Yane de Andrade Ramalho

Discente do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação, Faculdade Natalense para o
Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Luiz Gonzaga Damasceno

Orientador, Docente do curso de Sistemas de Informação da Faculdade Natalense para o
Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) A computação gráfica tem se desenvolvido ao longo dos anos, desde a criação de interfaces gráficas até a criação de animações em jogos e em simulações e visualizações de processos utilizados na indústria. Atualmente um dos recursos da Computação Gráfica utilizada é a Realidade Virtual. Recurso esse, que pode ser utilizado por diversas áreas do conhecimento inclusive na educação. O desenvolvimento de softwares educacionais se faz necessário para atender as demandas surgidas com a informática na educação. Partindo do princípio de que o uso da informática na educação possa tornar as aulas mais estimulantes e prazerosas para os alunos, é que se pretende desenvolver um Laboratório Virtual utilizando os recursos da Computação Gráfica, na área da educação matemática, especificamente na geometria, no caso: as figuras sólidas geométricas para o nível de ensino fundamental I, atingindo os 4º e 5º anos, tendo como base teórica as teorias da aprendizagem junto com as recomendações do PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais).

(METODOLOGIA) Este estudo pretende analisar o Laboratório virtual de Matemática desenvolvido em relação as dificuldades que podem ser encontradas na criação deste laboratório, através das ferramentas utilizadas. Para isso utilizou-se da pesquisa exploratória, quanto aos objetivos, da pesquisa aplicada quanto à natureza e bibliográfica quanto aos procedimentos técnicos, com a finalidade de gerar conhecimentos para aplicação no desenvolvimento de um laboratório virtual e na informática educativa no ensino fundamental I, através da pesquisas de diferentes autores que abordam o tema.

(RESULTADOS) Até o presente momento o estudo mostra que o desenvolvimento do laboratório virtual através da ferramenta 3D Studio Max 8.0 é primordial, para a sua construção. Porém em sua execução a ferramenta que proporciona um resultado melhor é o VRML. Isso se deve a não exigência de equipamentos de hardware mais potentes que se exige com a ferramenta 3D Studio Max. E como se deve levar em consideração, que este laboratório deve atender escolas tanto públicas e particulares, que nem sempre dispõem de computadores com grandes recursos de hardware, o VRML se faz necessário, por garantir a sua execução sem problemas em máquinas que tenham o mínimo de configurações.

(CONCLUSÃO) Pode-se concluir que o desenvolvimento de um laboratório virtual deve-se levar em consideração além das teorias educacionais vigentes da área que se pretende desenvolver, o que incluem, o conhecimento do conteúdo envolvido e a observância dos PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) para se adequar ao nível de ensino que se pretende trabalhar. A observância das configurações de computadores necessárias para que um laboratório virtual funcione nas máquinas as quais estão disponíveis nas escolas deve ser levado em consideração.

A6 – INFORMÁTICA

LABORATÓRIO VIRTUAL DE MATEMÁTICA: UMA APLICAÇÃO DA COMPUTAÇÃO GRÁFICA AUXILIANDO NO ENSINO DE FIGURAS SÓLIDAS GEOMÉTRICAS

Yane de Andrade Ramalho

Discente do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação, Faculdade Natalense para o
Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Luiz Gonzaga Damasceno, M.Sc.

Docente do curso de Sistemas de Informação da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento
do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) A computação gráfica tem se desenvolvido ao longo dos anos, desde a criação de interfaces gráficas até a criação de animações em jogos e em simulações e visualizações de processos utilizados na indústria. Atualmente um dos recursos da Computação Gráfica utilizada é a Realidade Virtual. Recurso esse, que pode ser utilizado por diversas áreas do conhecimento inclusive na educação. O desenvolvimento de softwares educacionais se faz necessário para atender as demandas surgidas com a informática na educação. Partindo do princípio de que o uso da informática na educação possa tornar as aulas mais estimulantes e prazerosas para os alunos, é que se pretende desenvolver um Laboratório Virtual utilizando os recursos da Computação Gráfica, na área da educação matemática, especificamente na geometria, no caso: as figuras sólidas geométricas para o nível de ensino fundamental I, atingindo os 4º e 5º anos, tendo como base teórica as teorias da aprendizagem junto com as recomendações do PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais).

(METODOLOGIA) Este estudo pretende analisar o Laboratório virtual de Matemática desenvolvido em relação as dificuldades que podem ser encontradas na criação deste laboratório, através das ferramentas utilizadas. Para isso utilizou-se da pesquisa exploratória, quanto aos objetivos, da pesquisa aplicada quanto à natureza e bibliográfica quanto aos procedimentos técnicos, com a finalidade de gerar conhecimentos para aplicação no desenvolvimento de um laboratório virtual e na informática educativa no ensino fundamental I, através da pesquisas de diferentes autores que abordam o tema.

(RESULTADOS) Até o presente momento o estudo mostra que o desenvolvimento do laboratório virtual através da ferramenta 3D Studio Max 8.0 é primordial, para a sua construção. Porém em sua execução a ferramenta que proporciona um resultado melhor é o VRML. Isso se deve a não exigência de equipamentos de hardware mais potentes que se exige com a ferramenta 3D Studio Max. E como se deve levar em consideração, que este laboratório deve atender escolas tanto públicas e particulares, que nem sempre dispõem de computadores com grandes recursos de hardware, o VRML se faz necessário, por garantir a sua execução sem problemas em máquinas que tenham o mínimo de configurações.

(CONCLUSÃO) Pode-se concluir que o desenvolvimento de um laboratório virtual deve-se levar em consideração além das teorias educacionais vigentes da área que se pretender desenvolver, o que incluem, o conhecimento do conteúdo envolvido e a observância dos PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) para se adequar ao nível de ensino que se pretender trabalhar. A observância das configurações de computadores necessárias para que um laboratório virtual funcione nas máquinas as quais estão disponíveis nas escolas deve ser levado em consideração.

SEQUOIA: MIDDLEWARE PARA CLUSTERING DE BANCO DE DADOS

Tiago Gustavo Hiller

Discente do curso de BSI, Faculdade Natalense de Desenvolvimento do RN

Gleydson de Azevedo Ferreira Lima

Docente do curso de BSI, Faculdade Natalense de Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) Desde a chegada da internet, por volta dos anos 90, muitas empresas têm se preocupado com a disponibilidade e o exponencial crescimento de suas bases de dados. Toda esta preocupação deve-se à continuidade dos negócios propostos pelas organizações, onde a parada de seus *sites* corresponde a perdas financeiras. Tais perdas ocorrem, pois em um mercado virtual, onde diversas empresas ofertam o mesmo produto, o cliente que tentar efetuar a compra e não conseguir procurará naturalmente outro *site*. Vale lembrar que até mesmo empresas que não possuem *sites* de venda, mas que armazenem os seus dados em uma base de dados, a paralisação da mesma acarreta problemas similares. Imagine se uma determinada empresa está à véspera de entrega de sua contabilização e por ventura os dados ficarem indisponíveis, conseqüentemente ela deverá arcar com multas pelo atraso na entrega. Para solucionar os problemas de disponibilidade e escalabilidade das bases de dados surgiram os *clusters* de banco de dados, sendo o Sequoia uma dentre diversas implementações que propõem a solução dos problemas apresentados.

(METODOLOGIA) Quanto à natureza da pesquisa a mesma será aplicada, pois a partir do conhecimento gerado pretende-se implementar um *cluster* utilizando o Sequoia, para validar o seu funcionamento e posteriormente empregar em projetos que necessitem deste *middleware*. Sua abordagem será quantitativa no que se refere à coleta dos dados referentes ao desempenho associado ao *cluster* e qualitativa no que se refere à observação do seu funcionamento em relação ao que é fornecido pela documentação do mesmo. Pelo fato de observar, descrever e montar um ambiente que permita um estudo de caso sobre o funcionamento do *middleware* Sequoia, os objetivos desta pesquisa serão descritivos e exploratórios. Para que tudo isso seja possível, os procedimentos técnicos utilizados serão as pesquisas bibliográficas, levantamentos e estudos de caso.

(RESULTADOS) Após as pesquisas bibliográficas percebe-se que o *middleware* é uma camada intermediária de software entre a aplicação cliente e o gerenciador de banco de dados. Pelo fato de ser intermediário, faz o papel de redirecionador de consultas aos gerenciadores de banco de dados, levando em consideração a política de balanceamento escolhida. Quando há necessidade de modificações, o *middleware* se encarrega de notificar todos os gerenciadores participantes do cluster, ou seja, havendo a replicação da informação garante-se que ela esteja disponível caso algum gerenciador de banco de dados falhe. Nada se fala sobre a análise de desempenho, pois até o momento houve a implementação do RAIDb-0, necessitando a implementação de dois outros modelos para assim haverem as análises.

(CONCLUSÃO) Percebe-se após a implementação do *cluster*, utilizando o *middleware* Sequoia, que se perdem algumas facilidades contidas nos gerenciadores de bancos de dados. Uma delas é a capacidade de junção dos dados entre diferentes tabelas. Para que se possam efetuar junções entre tabelas, as mesmas devem estar no mesmo *backend*. Outra facilidade perdida é a capacidade de obtenção de objetos seriais que auxiliam na definição de valores únicos para chaves primárias, ou seja, a perfeita utilização depende da correta aplicação do *middleware*. Contudo, sua utilização garante a eliminação de pontos únicos de falha, garantindo assim redundância de todos os componentes do *cluster*, atingindo conseqüentemente a disponibilidade e escalabilidade do banco de dados.

SISTEMA DE PROCESSAMENTO N-CORE

Emerson Souza de Sena

Marcel Bezerra

Discentes do curso de BSI, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Gleydson Lima

Docente do curso de BSI, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) Durante muitos anos o aumento da velocidade do processador foi baseado no aumento da frequência de operação. Segundo a lei de Moore, os processadores dobram seu desempenho a cada 18 meses. Porém, a frequência de operação aumentou a um ponto que sua escalada passou a trazer mais desvantagens (aquecimento, alto consumo de energia) do que melhorias de desempenho. Na tentativa de equacionar a escalada de desempenho sem a necessidade de aumento da frequência os projetistas de processadores passaram a adotar a estratégia de adicionar núcleos de processamento paralelos dentro de um único processador físico. Surgiram então os processadores com suporte a *multithreading*. Estes processadores aperfeiçoam o desempenho de aplicações *multithreading* escalonando diferentes *threads* de um mesmo processo em núcleos diferentes de um mesmo processador.

(METODOLOGIA) As etapas para desenvolvimento do trabalho correspondem à coleta de dados, organização cronológica dos dados, pesquisa bibliográfica, levantamento das principais características, vantagens, desvantagens de cada tecnologia aqui citada.

(RESULTADOS) No final de 2002 a Intel introduziu a tecnologia Hyper-Threading (HT), que é um processamento dual simplificado. O processador Pentium 4 HT tem um só núcleo, mas diversos dos seus circuitos são duplicados, o que permite a execução de dois processos de cada vez. Como na verdade não são dois núcleos, o HT não oferece ganhos expressivos de velocidade, ficando entre 10% a 30%, isso se a aplicação tiver sido implementada baseada em Multithread. A vantagem chave da Hyper-Threading é a alocação e realocação dos recursos do processador nos aplicativos, de acordo com sua necessidade. Ao implementar aplicativos de software Multithread, para executar os processos em paralelo, a tecnologia HT maximiza a eficiência do processador permitindo que ele complete mais tarefas em menor tempo. A tecnologia HT é a precursora dos processadores Pentium D, que na verdade são dois processadores Pentium 4 iguais dentro de um único chip, possibilitando a construção de um computador com dois núcleos que até então só era possível com o uso de placas mãe “biprocessadas”, ou seja, com soquetes para dois processadores, porém o problema do aquecimento e do consumo elevado ainda estavam presentes. Percebendo-se a necessidade de resolver estes problemas abriu-se caminho para a geração Multi-Core: Core Duo, Core 2 Duo e Quadricore que são dois ou mais processadores independentes, dentro do mesmo encapsulamento. Sua arquitetura de codinome CORE que é baseado na arquitetura do Pentium 3 que deu origem ao Pentium M e posteriormente ao Core duo e core 2 duo e Quadricore, o ponto mais interessante dos processadores N-Core é que foram projetados duais desde o início, trabalham a uma frequência bem menor e praticamente com a metade do consumo dos processadores pentium 4. Cada núcleo independente já é uma dupla de núcleos, interligados a uma cache L2 compartilhada, onde cada núcleo usa a princípio a metade da cache L2, mas um núcleo pode usar parte da cache do outro núcleo, resultando em um melhor aproveitamento da cache, e maior desempenho, possibilitando assim o suporte para a programação Multithread.

(CONCLUSÃO) A evolução dos processadores é notória, sabemos que não para por aqui, muito ainda está por vir, por descobrir. Vive-se hoje um momento ímpar, presencia-se a tecnologia Pentium chegar a seu limite de processamento onde o problema do aquecimento e consumo, inviabilizou a produção de processadores com frequências mais elevadas, e com isso a substituição da tecnologia pentium 4 pela tecnologia CORE. Esta nova tendência tecnológica amplia a expectativa da continuação do aumento do poder de processamento dos computadores, o que explica a tendência do processamento N-Core, e possivelmente o surgimento de novas tecnologias.

**SISTEMAS DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS COMO FERRAMENTAS DE APOIO
À DECISÃO DOS GERENTES DE CONTAS PESSOA JURÍDICA DO
BANCO DO BRASIL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**

Paulo Arruda Câmara Neto

Discente do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação, Faculdade
Natalense para o Desenvolvimento do RN

Josué Vitor de Medeiros Júnior

Docente do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação, Faculdade
Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) O setor bancário é um dos mais afetados pela nova realidade dos negócios na Era Digital. Ocorreram profundas alterações nos perfis de clientes, que passaram a ser mais informados e exigentes, e dos funcionários, que tiveram de se adequar à nova realidade e procurar especializar-se, adquirindo novas habilidades e conhecimentos, agora essenciais à função. Muitas vezes, os sistemas corporativos da empresa não dão apoio efetivo aos gerentes de contas, ocasionando a utilização da intuição (“feeling”) do funcionário, o que pode provocar uma tomada de decisão indevida, imprecisa ou inviável para a empresa. Dito isto, tem-se como objetivo geral do presente trabalho, a análise dos atuais sistemas de informações gerenciais que apóiam decisões dos gerentes de contas pessoa jurídica do Banco do Brasil no estado do RN.

(METODOLOGIA) De acordo o propósito, pode-se classificar a pesquisa como Pesquisa Aplicada. Considerando seus objetivos gerais, pode-se também classificar a pesquisa como exploratória e descritiva. Neste trabalho procurou-se observar a reação de determinado perfil de funcionários frente ao apoio recebido dos sistemas de informações gerenciais da empresa objeto de estudo, através da utilização de questionário como técnica de coleta de dados. Os questionários foram distribuídos aos 51 gerentes — universo de gerentes de contas pessoa jurídica no RN - através de malote interno da empresa e respondidos na ausência do pesquisador.

(RESULTADOS) Os sistemas foram considerados bons por 100% do público pesquisado. O tempo de resposta foi considerado suficiente por 90,19% do público. 72,55% acharam as ferramentas fáceis de manusear e 78,43% consideraram as funcionalidades suficientes para a rotina diária. As informações são fornecidas com clareza pelos sistemas segundo 86,27% do público. 72,55% consideraram adequado o suporte para prestação de atendimento de excelência. Porém, referindo-se à real função do gerente (prospecção de negócios) e às questões ligadas à tomada de decisão e previsão, 60,78% avaliam como poucas as vezes em que as ferramentas proporcionam tomada de decisão com mais segurança. 66,67% consideram que na maioria das vezes os sistemas não permitem prever tendências de comportamento de clientes. O suporte proporcionado em situações de negociação também foi considerado como pouco por 56,86% do público. Por fim, 82,35% informaram não poderem confiar apenas na análise feita pelos sistemas, sendo muitas vezes necessário fazer uso da intuição.

(CONCLUSÕES) Observa-se que os sistemas são considerados de boa qualidade, eficientes, possuem boa usabilidade e fácil acesso. As informações rotineiras são fornecidas de forma clara e objetiva. Todos os aspectos citados até aqui resultam em um maior conforto e satisfação ao cliente uma vez que proporcionam maior agilidade no atendimento. No lado da empresa tem-se que, mesmo sendo demonstrado que os sistemas oferecem suporte para um atendimento de excelência, isto é, com maior rapidez e transparência, estes não fornecem para o gerente de contas maior segurança na tomada de decisão. Não é fornecido um embasamento que torne a decisão fundamentada em parâmetros traçados pela empresa. Também não se observa apoio dos sistemas no que se refere à “retenção”, isto é, os sistemas não prevêm tendências de comportamento que possam ser úteis na manutenção da base de clientes. De forma geral, não são fornecidos subsídios suficientes para auxiliar o gerente no ato da negociação e há necessidade demasiada de uso da intuição do gerente, o que pode acarretar decisões imprecisas ou que reduzam ganhos da empresa. Com a implantação das medidas citadas, a empresa certamente seria beneficiada, seja na manutenção de sua base, seja no ganho de conformidade de seus processos, no aumento de eficiência de seus gerentes e no possível incremento no relacionamento negocial com seus clientes.

UM ESTUDO COMPARATIVO DE MODELOS DE QUALIDADE DE SOFTWARE APLICADOS A EMPRESAS REGIONAIS

Diogo Varella do Nascimento

Discente do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Prof. Msc. Gleydson de Azevedo Ferreira Lima

Docente do Curso Bacharelado em Sistemas de Informação, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

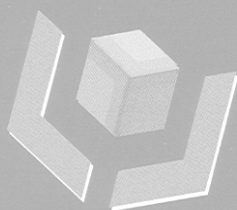
(INTRODUÇÃO) Ao longo das últimas décadas, as empresas vêm passando por mudanças significativas, principalmente no que diz respeito ao cenário de gerenciamento, desenvolvimento, aquisição e manutenção de softwares. Estas mudanças tiveram como principais bases, a globalização e uma conseqüente mudança de paradigma que prioriza uma produção objetiva baseada em altos níveis de qualidade. Dessa forma, se impõe a necessidade de criar normas para padronizar o nível de qualidade de um processo. Então foi elaborada a série ISO (*International Organization for Standardization*) 9000, que é um conjunto de normas que formam um modelo de gestão da qualidade para organizações que desejam certificar seus sistemas de gestão através de organismos de certificação. Esta série foi elaborada através de um consenso internacional sobre práticas que uma corporação pode adotar a fim de atender plenamente os requisitos de qualidade do cliente. Já o modelo de qualidade CMM (*Capability Maturity Model*) foi uma iniciativa do SEI (*Software Engineering Institute, Carnegie Mellon University, EUA*) para avaliar e melhorar a capacidade de empresas que produzem software, propondo um caminho gradual (são cinco níveis: Inicial; Repetível; Definido; Gerenciado; Otimizado) que leva estas empresas a se aprimorarem continuamente em busca da sua própria solução. Este modelo está focalizado na capacitação das empresas desenvolvedoras de softwares para que produzam produtos de qualidade. Foram criados diversos outros CMMs para cobrir outras áreas de interesse. Como solução dos decorrentes problemas de inúmeros modelos CMM foi desenvolvida a unificação dos mesmos e foi assim que surgiu o CMMI (*Capability Maturity Model Integration*) que tem como objetivos suprir as limitações do modelo CMM através da criação de um framework comum, eliminando inconsistências e permitindo a inclusão de novos modelos ao longo do tempo, sempre que surgirem necessidades específicas. Além de ampliar o escopo e a visibilidade em todo o ciclo de vida dos produtos e atividades de engenharia, para permitir que o produto ou os serviços atenda às expectativas dos clientes. Um modelo para comparar com o CMMI é o MPS.BR (Melhoria de Processo de Software Brasileiro), o qual é um projeto que começou em 2003 coordenado pela Associação para Promoção da Excelência do Software Brasileiro (SOFTEX) com o apoio do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O MPS.BR é baseado em análise das empresas brasileiras, nas normas ISO/IEC 12207 e ISO/IEC 15504 e no modelo CMMI. O MPS.BR tem como objetivo melhorar os processos de software de médias e pequenas empresas brasileiras a custos aceitáveis.

(METODOLOGIA) Este trabalho se baseou em estudos da área de conhecimento da Engenharia de Software a Qualidade de Software, para gerar conhecimentos para a aplicação dos modelos de qualidade de software. Tem a forma de abordagem pesquisa quantitativa, pois será aplicado um questionário que busca conhecer a realidade das empresas desenvolvedoras de software. Tem como objetivo fazer uma pesquisa descritiva, que descreve características dos modelos de qualidade de software aplicados a empresas envolvendo coleta de dados através do questionário.

(RESULTADOS) O resultado concretiza-se elaboração de um longo questionário baseado nos objetivos específicos de cada área de processo do CMMI. O questionário foi elaborado para ser respondido de forma dinâmica com perguntas objetivas e respostas para marcar sim ou não e verdadeiro ou falso.

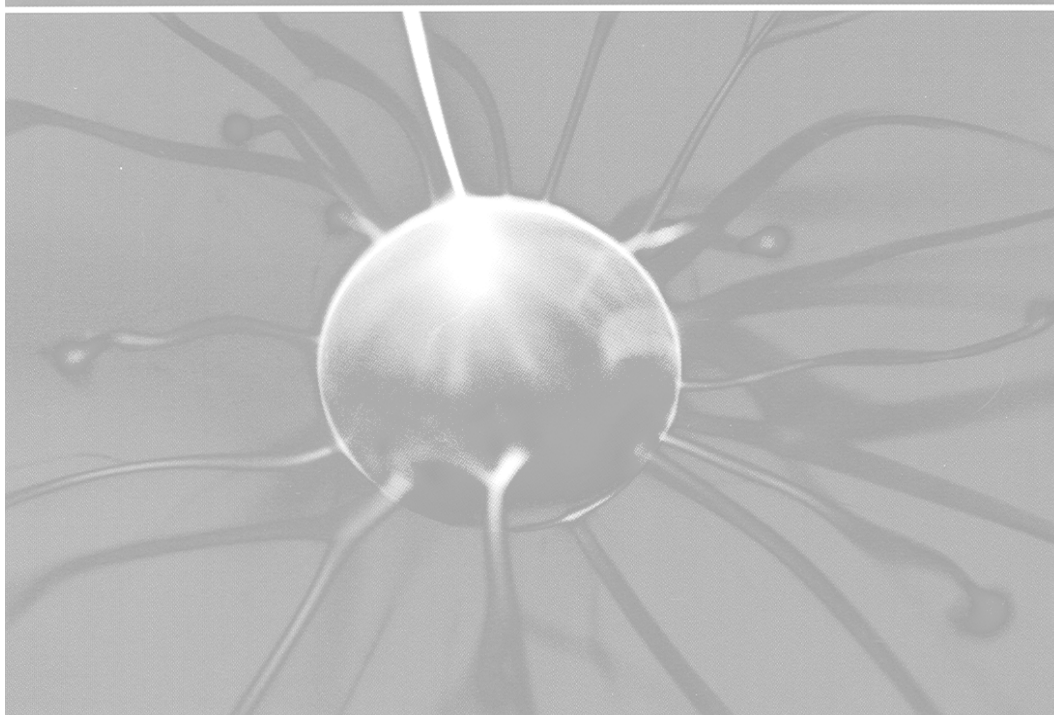
(CONCLUSÕES) O longo trajeto analisado da avaliação do processo de desenvolvimento do software me leva a concluir que é importante ter um padrão de desenvolvimento, pois facilita em vários detalhes do desenvolvimento, porém é considerado difícil de implementar por que os modelos afetam diretamente a forma de comportamento de vários integrantes da empresa e ao tratar de pessoas as coisas dificultam muito.

VII CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA FARN



VII

**CONGRESSO DE INICIAÇÃO
CIENTÍFICA DA FARN**



"EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA CONSTRUÇÃO DA PAZ"
24 a 27 de outubro de 2007

**I
N
F
O
R
M
Á
T
I
C
A**

PÔSTER

ARQUITETURA PEER-TO-PEER SOBRE REDES AD-HOC COM JXTA

Henrique André Barbosa Bittencourt Dutra

Discente do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Prof. Msc. Gleydson de Azevedo Ferreira Lima

Docente do Curso Bacharelado em Sistemas de Informação, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) Os recentes avanços no desenvolvimento de recursos, comunicações *wireless* e dispositivos computacionais têm promovido um tremendo crescimento na quantidade de pesquisas sobre redes *wireless ad-hoc*. Essas pesquisas estão levantando novos conceitos, uma vez que teorias clássicas de sistemas distribuídos não se encaixam mais neste novo contexto onde a mobilidade é predominante. Redes *ad-hoc* caracterizam-se pela ausência de infra-estrutura e pela conexão espontânea de seus nós. Computação *Peer-to-Peer* (P2P), em especial JXTA, permite que dispositivos distribuídos, serviços e redes cooperem juntos. Baseado em padrões abertos, JXTA possibilita que diversos dispositivos e redes sejam interoperáveis. *Peers* JXTA criam uma rede *ad-hoc* virtual sobre as redes existentes, escondendo a complexidade das camadas subjacentes. Na rede virtual JXTA, qualquer *peer* pode interagir com outros *peers*, sem se importar com a localização, tipo de dispositivo e sistema operacional – mesmo quando alguns *peers* e recursos estão localizados atrás de *firewalls* ou estão em diferentes redes de transporte. Assim, o acesso a recursos da rede não estão limitados a incompatibilidade de plataformas ou preso por uma hierarquia cliente/servidor. Interoperabilidade é a principal meta do projeto, então JXTA foi projetado para possibilitar *peers* localizar e comunicarem-se uns com os outros, participar de comunidades e oferecer serviços através de diferentes plataformas e redes. A escolha do JXTA permite que problemas estruturais da MANet como a dinamicidade da rede causada pela entrada e saída de nós seja resolvida de forma satisfatória, permitindo o desenvolvimento de aplicações sem a preocupação sobre como esses problemas são resolvidos pelas camadas inferiores.

(METODOLOGIA) Este trabalho pretende desenvolver uma aplicação *peer-to-peer* utilizando a plataforma JXTA. Em essência, as fontes para a realização deste trabalho foram através de livros e publicações científicas que versam sobre temas que abordavam JXTA e MANet.

(RESULTADOS) Foi concebido um protótipo inicial que explora os conceitos *peer-to-peer* aliado com as facilidades que a arquitetura JXTA provê. O software permite a comunicação entre dispositivos mesmo que tenha um *firewall* entre eles. Essa comunicação é possível devido à existência de *Relay Peers* que criam um tunelamento HTTP entre os nós.

(CONCLUSÕES) A diversidade em aparelhos móveis gera um ambiente heterogêneo e de difícil integração. Numa sociedade atual na qual bilhões de usuários demandam acesso a comunicação, informação e entretenimento, o acesso a estes quesitos tornam-se primordiais. Este cenário heterogêneo torna a informação estática. O JXTA vem para contornar essa situação e permitir a comunicação, criando comunidades interligadas. Isto permite que os usuários tenham um melhor acesso aos seus conteúdos, independentemente da sua localização e retira a complexidade das redes. O protótipo construído sobre a arquitetura JXTA herda suas principais idéias que é provê a interoperabilidade, independência de plataforma e ubiqüidade.

SEGURANÇA E AUTOMAÇÃO RESIDENCIAL: APLICAÇÕES SOCIAIS

Gilles Velleneuve Trindade Silvano

Raul Saraiva Maia F. da Rocha

Rafael França da Rocha

Anselmo Medeiros de Souza

Discente do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) A automação residencial surge para suprir necessidades e fazer com que todos os sistemas possam ser controlados a partir de uma estrutura única, sendo simples para modificações e ampliações. De acordo com as diferentes necessidades, sua casa pode servi-lo da melhor maneira. A automação residencial proporciona a customização do sistema adequando-se às características de cada residência, tornando-se assim um sistema único e exclusivo que se adapta a qualquer necessidade de seu usuário.

(METODOLOGIA) Este trabalho tem como finalidade a pesquisa de métodos que tratam, de diferentes formas, a automação residencial e sua implementação, cada vez mais visível, na segurança e no conforto em áreas residenciais. Levando-se em conta a sua introdução na sociedade de forma igualitária. Temos também como foco a acessibilidade desta tecnologia para pessoas de classe média-baixa e de seu importante papel na inserção social.

(RESULTADOS) Relatam-se poucas residências que utilizam os benefícios da automação residencial. Esta apresenta recursos que se aprimoram cada vez mais nas áreas de segurança, climatização, iluminação, conforto, entretenimento, a utilização de *gateways* residenciais, interação com tecnologias móveis, e de *interface* de usuário. Mesmo com todos estes benefícios, a automação residencial ainda não é uma realidade na vida da maioria dos brasileiros. A automação é polarizada nas maiores cidades, tornando-a mais distante dos consumidores em geral.

(CONCLUSÃO) “A tendência é de que cada vez mais as pessoas mudem para lugares que agreguem facilidades de serviços e os empreendimentos terão que oferecer diferencial e, portanto, se renderem à automação, tanto residencial quanto industrial”, diz Muratori, Empresário de Imóveis. Há condomínios residenciais que já deram o primeiro passo rumo à automação. Esse é o caso do Tamboré 6 (Condomínio fechado em São Paulo). “O construtor teve a preocupação de oferecer a infra-estrutura. E o comprador vai adquirir um imóvel sabendo tudo que ele pode proporcionar, ou seja, segurança, iluminação controlada por controle remoto, irrigação programada, monitoramento à distância, som ambiente, eletroeletrônicos controlados à distância (possibilitando ligar à cafeteira, estando no quarto), aspiração central, entre outros recursos disponíveis pela tecnologia atual”. Entende-se que a automação residencial se torna mais distante das pessoas de classe média-baixa a cada nova tecnologia que se apresenta, baseando-se na renda familiar da população em sua maioria e na baixa taxa de pessoas que investem nesta área. Apesar disso, a automação parece crescer a cada dia tanto em residências quanto em indústrias, sendo uma das apostas mais visadas no campo da tecnologia.

**CONSTRUÇÃO DO AMBIENTE VIRTUAL FARN,
A BIBLIOTECA COM A FERRAMENTA 3D STUDIO MAX**

Denis Renato Ramalho Orozco

Discentes do Curso Bacharelado em Sistemas de Informações, Faculdade Natalense para o
Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Luiz Gonzaga Damasceno

Docente do Curso Bacharelado em Sistemas de Informações, Faculdade Natalense para o
Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) A Computação gráfica vem sendo utilizada constantemente para divulgação de objetos tridimensionais via Internet por seu avanço tecnológico, com isso a necessidade de obter uma estrutura on-line para a FARN seria essencial, apesar de alguns alunos recentemente formados ter implementado pela ferramenta de realidade virtual chamada “VRML” alguns ambientes, a FARN não possui por enquanto nenhum tipo de estrutura virtual completa. Para elaboração da biblioteca virtual é necessária a utilização de um outro aplicativo multimídia tridimensional, que se diferencia por ser simples, o uso desta ferramenta vai levar a desenvolver as partes mais complexas, que outras ferramentas não podem realizar, como as curvaturas, deformações, ondulações entre outras. Então que outras ferramentas podem ser utilizadas para facilitar na construção virtual da biblioteca FARN para obtenção de imagens tridimensionais e ainda divulgar sua estrutura on-line?

Afim, de entender melhor este problema de pesquisa serão ressaltados os objetivos, geral e específicos, para desenvolver com clareza o estudo a ser proposto para pesquisa. Objetivo geral: “Desenvolver um trabalho acadêmico com importante funcionalidade que vai abordar vários ambientes dentro de um só, que é a biblioteca virtual. Apresentar a biblioteca como forma para expor via Internet, projetos modelados por mim, quem além de conhecer meu trabalho vai possibilitar aos usuários visitas virtuais e interações com o ambiente em três dimensões. E Os objetivos específicos como: Conhecer a área de Computação Gráfica, estudar o software “3D Studio MAX”, utilizar a ferramenta 3D Studio MAX para o desenvolvimento do complexo biblioteca FARN, Ampliar conhecimento na área de computação gráfica, Expor via Internet com a ferramenta VRML o complexo biblioteca FARN.

(METODOLOGIA) Diante do problema de pesquisa em estudo serão adequados para obter informações a respeito do setor de computação gráfica, onde a primeira etapa vai abordar a fundamentação teórica que constituiu de levantamento e análise da bibliografia. A pesquisa do tipo bibliográfica. Segundo Vergara, (1998: 45) “é o estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas e etc. Fornece instrumental analítico para qualquer tipo de pesquisa”. Concluindo que em nosso estudo foi utilizado o critério de classificação proposto por Vergara. A metodologia desenvolvida é a dedutiva que parte dos conhecimentos conceituais, aduzindo a conclusões específicas, de forma a ratificar as hipóteses evidenciadas no estudo.

Portanto este estudo caracteriza-se pelo levantamento bibliográfico como procedimento inicial, seleção da literatura de interesse, concatenação do pensamento encontrado a respeito do tema como fundamentação teórica e verificação dos fatos em confronto com a teoria, bem como a confrontação das respectivas definições, de forma a elevar a uma dedução lógica sobre o tema analisado, que será aplicada na criação da biblioteca virtual da FARN.

(RESULTADOS) Podemos observar que a construção da biblioteca virtual tinha que haver conhecimentos na área de computação gráfica, conhecimento básico sobre o que é realidade virtual, e pelo menos alguns conceitos na utilização do software 3D Studio Max, que possibilita a construção de ambientes virtuais. Com a leitura de tutoriais ficou fácil construir objetos através do 3D Studio MAX que foram explicados vários conceitos sobre a ferramenta, por exemplo, o de como aplicar texturas aos objetos, cores e iluminação. Os fundamentos do 3D Studio MAX permite a construção desse ambiente virtual complexo através de elementos geométricos, pelo qual o usuário pode navegar e interagir em suas três dimensões. Além de todos esses conceitos podemos citar também, clonagem, agrupamento, transformação, rotação, movimentação e animação, que fizeram a construção completa da biblioteca virtual.

Por fim a conclusão completa, atingindo o principal objetivo que é a construção da biblioteca.

(CONCLUSÃO) Ao final deste projeto pode-se concluir que a ferramenta 3D Studio Max é um software necessário para o desenvolvimento de imagens tridimensionais que permite além de criações de imagens 3d a produção de vídeos, luzes e animações, porém um pouco complexo na utilização dessas ferramentas, mais com certeza é um software que surpreende em um modo geral, por atingir todos os objetivos deste projeto em si. Ao longo do desenvolvimento pude adquirir noções básicas de computação gráfica e do 3D Studio Max, assim podendo implementar futuramente vários outros ambientes em um modo profissional da área, e como atualmente a computação gráfica esta sendo bastante utilizada para elaborações de ambientes tridimensionais então pude optar por desenvolver esses ambientes e divulgá-los através da Internet.

EAD COMO FORMA DE INCLUSÃO NO BRASIL

Por José Matias Pereira

Daniel Mendonça da Costa

Wagner de Vasconcelos Bezerra

Discentes do Curso de Bel. em Sistemas de Informação, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Ytalo Rosendo do Amaral

Docente do Curso de Bel. em Sistemas de Informação, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) A intenção ao realizar este artigo é a de repassar a essência do EAD em nossa cultura. Nosso objetivo é o de esclarecer o que seria a educação à distância em nosso meio sócio-cultural, para isso, iremos relatar alguns casos do uso da mesma.

(METODOLOGIA) Este artigo é exploratório em relação ao procedimento e aos objetivos, pois, visa repassar o que de benéfico apresenta a educação à distância, tendo como objetivo esclarecer as virtudes e os defeitos do uso do da mesma para com a sociedade.

(RESULTADOS) A educação à distância (EAD), na sua essência, é um sistema tecnológico de comunicação bidirecional, ela é disponibilizada em geral, para um grande número de pessoas, essa forma de ensino substitui a interação pessoal entre professor e aluno na sala de aula pela ação sistemática e conjunta de diversos recursos didáticos e de organização e tutoria que propiciam a aprendizagem autônoma dos estudantes. No final do século XIX, os agricultores europeus já utilizavam esse sistema para ensinar a plantar e cuidar do rebanho bovino, objetivando a elevação da produtividade. Atualmente, verifica-se que, com o ensino a distância, a educação em nível de graduação e pós-graduação no Brasil, que era restrito a uma elite, está se expandindo de maneira veloz para uma grande camada da população. A educação à distância é uma das modalidades de ensino que mais tem crescido no Brasil, cinco anos após ter sido regulamentada, no ensino superior, já conta com 34 instituições credenciadas pelo MEC, que oferecem 52 cursos de graduação e pós-graduação. A estimativa, segundo a Secretaria de Ensino à distância, é de que cerca de 100 mil pessoas, hoje, estejam fazendo cursos de graduação à distância no Brasil. Segundo dados da Associação e-Learning Brasil, os investimentos na atividade devem crescer a uma média de 40% ao ano até 2010 e somar R\$ 3 bilhões nesse período. Foi criada atualmente um ambiente virtual que reproduz o mundo real, o second life, que através dele personagens poderá interagir com o tutor do curso por chat ou vídeo, fazer download de materiais e tirar dúvidas em tempo real, O Senac São Paulo é uma das instituições que têm se lançado ao desenvolvimento dessas ferramentas, a escola promete oferecer ensino a distância no Second Life.

(CONCLUSÃO) Baseado nos resultados, podemos comprovar que a educação a distância deixou de ser apenas uma aposta da sociedade e passou a virar realidade, tendo a virtude de que o aluno não precisa estar freqüentando a sala de aula para adquirir seus conhecimentos, porém, exige do mesmo uma dedicação para com o uso dela, tanto da parte do aluno quanto da pessoa que vai repassar conhecimentos para ele.

ESTUDO DO IMPACTO DA UTILIZAÇÃO DO OPENOFFICE NOS ÓRGÃOS PÚBLICOS NO MUNICÍPIO DE NATAL

Paulo Djailton

Emerson Souza de Sena

Discentes do curso de BSI, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Ytalo Rosendo do Amaral

Docente do curso de BSI, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) O movimento de Software livre pode ser considerado um dos fenômenos mais interessantes no setor de tecnologias da informação e comunicação comparável ao surgimento da Internet comercial. Na verdade, ele guarda uma grande proximidade com este último fenômeno, pois foi a Internet que permitiu a disseminação dos seus conceitos e proporcionou a infra-estrutura fundamental para o surgimento e consolidação das comunidades de desenvolvedores e usuários, que representam uma das características mais marcantes do movimento e uma das maiores novidades na indústria de software. Tendo em vista o grande aumento do uso do Software Livre, em específico o OpenOffice, buscaremos identificar quais são os principais benefícios e deficiências da utilização do Software OpenOffice em relação aos pacotes de softwares para escritório proprietários. Esta pesquisa visa aprofundar um pouco a realidade do uso do software em questão dentro de órgãos públicos do Município do Natal.

(METODOLOGIA) Para tanto utilizamos uma pesquisa exploratória e métodos estatísticos com a finalidade de conhecer um pouco mais da atual realidade em relação ao uso do OpenOffice em órgãos públicos no Município de Natal. O nosso público alvo da pesquisa são os próprios usuários (servidores) do OpenOffice dentro do seu âmbito de trabalho. Sendo realizado para tanto uma pesquisa com 10 (dez) questões que abordam vários aspectos do OpenOffice, e também o perfil dos usuários dentro do ambiente público.

(RESULTADOS) Baseado na análise dos resultados da pesquisa realizada nos respectivos órgãos SEPLAN (Secretária Estadual de Planejamento), SEMPLA (Secretária Municipal de Planejamento) e SEARH (Secretária Estadual de Administração e Recursos Humanos) no período de 30/08/2007 à 28/09/2007 onde foram entrevistadas 83 (oitenta e três) pessoas nos órgãos públicos citados. É possível observar um pouco da realidade da utilização do OpenOffice dentro do contexto explorado. Com a análise destes dados ficou caracterizado que: 40% dos entrevistados possuem idade compreendida entre 16 a 25 anos de idade; 61,1% utilizam o OpenOffice a mais de um ano na sua repartição; para 95% dos entrevistados o OpenOffice atende suas necessidades dentro do seu âmbito de trabalho; para 42,9% dos entrevistados o software anteriormente utilizado possuía melhor usabilidade; em 75% dos casos não houve nenhum tipo de treinamento para a utilização do OpenOffice; para 94,7% dos entrevistados, não houve diferença na produtividade após a troca de ferramenta; 47,4% dos entrevistados optaram por continuar trabalhando com o OpenOffice caso pudessem escolher, já 52,6% voltariam a trabalhar com a ferramenta anterior se possível.

(CONCLUSÃO) Podemos constatar com a pesquisa que o Software OpenOffice vem sendo integrado cada vez mais ao cotidiano dos funcionários de órgãos públicos, uma vez que o gasto do governo brasileiro com licenças para o uso de softwares proprietário é muito elevado, e que de certa forma os servidores estão se adaptando com certa naturalidade devido à semelhança do OpenOffice com o pacote de softwares para escritório proprietários, no entanto ainda é pequena a preocupação da rede pública com o treinamento devido, que com certeza amenizaria o impacto desta mudança de ferramenta, mesmo assim, o impacto da implantação do OpenOffice nos órgãos públicos é considerado mediano a nível de utilização do usuário, e bem tolerado quando se esclarece o benefício que o mesmo traz para a sociedade como um todo.

ESTUDO E IMPLEMENTAÇÃO DE ALGORITMOS DE ROTEAMENTO SOBRE GRAFOS PARA UM SISTEMA DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS

Emerson Souza de Sena

Discentes do curso de BSI, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Joseane Alves Pinheiro

Antônio Pádua Henrique de Miranda

Docentes do curso de BSI, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) Muitos sistemas físicos, químicos, biológicos e sociais podem ser interpretados por meio de um grafo. Um grafo é um conjunto de pontos, chamados vértices (nós), conectados por linhas, chamadas de arestas (arcos). Dentre os problemas clássicos em grafos podemos identificar: determinação de caminhos (rotas), em especial o de caminhos mínimos e determinação de árvores geradoras mínima. Existem vários algoritmos para a determinação de ambos os problemas. Este artigo apresenta um estudo de alguns dos principais problemas de roteamento em grafos, como Menor Caminho entre dois pontos onde será utilizado o algoritmo de Dijkstra, Árvore Geradora Mínima onde serão utilizados dois algoritmos Prim e Kruskal, bem como o desenvolvimento e a implementação em um software gráfico utilizando a linguagem Java que demonstra as soluções passo a passo.

(METODOLOGIA) As etapas para desenvolvimento do trabalho correspondem à coleta de dados relativos à distância entre as cidades por onde passam rodovias federais no Rio Grande do Norte, pesquisa, implementação do software utilizando a linguagem Java e Applets, testes com o software tomando como base o mapa do RN e suas rodovias federais.

(RESULTADOS) Nesta aplicação é tomando como base a cidade de Natal onde a partir deste ponto é gerando o menor caminho para todas as cidades do estado do RN que tem acesso a rodovias federais. Uma das soluções que a aplicação demonstra é resolução do problema do menor caminho utilizando o algoritmo de Dijkstra, o objetivo é obter o menor caminho entre um dado vértice fixo e todos os demais vértices do grafo. O algoritmo consiste basicamente em fazer uma visita por todos os nós do grafo, iniciando no nó fixo dado e encontrando sucessivamente o nó mais próximo, o segundo mais próximo, o terceiro mais próximo e assim por diante, um por vez, até que todos os nós do grafo tenham sido visitados. Já a solução do problema da árvore geradora mínima utilizando dois algoritmos diferentes Prim e Kruskal consiste em encontrar uma árvore que contenha todos os vértices do grafo e cuja soma das arestas seja mínima, aonde apesar de algoritmos diferentes os dois chegam ao mesmo resultado apenas tomando estratégias diferentes. Nos testes realizados observa-se que ambos os algoritmos determinísticos, foram satisfatórios Prim e Kruskal. O algoritmo de Kruskal utiliza a estratégia de formação de floresta de árvores, onde o mesmo seleciona sempre a menor aresta da árvore, para efetuar este tipo de seleção é necessário à prévia ordenação das arestas de acordo com seus valores, já o algoritmo de Prim utiliza a seguinte estratégia, cria florestas de árvores menores a partir de um ponto pré-selecionado, até criar uma árvore única a árvore geradora mínima.

(CONCLUSÃO) A tarefa de designação do menor caminho e da árvore geradora mínima, mostrou-se viável e eficaz com a utilização do software desenvolvido na linguagem Java utilizando Applets, mostrando também a diferença entre a performance de dois algoritmos de árvore geradora mínima Prim e Kruskal, dependendo do problema a qual são aplicados, diante do problema da árvore geradora mínima das rodovias federais do RN, o algoritmo de Prim obteve melhor desempenho uma vez que a estratégia utilizada pelo seu algoritmo se adequou melhor ao problema geográfico em questão, pois não utiliza ordenação prévia das arestas enquanto o Algoritmo de Kruskal primeiro ordena todas as arestas para só depois começar a selecionadas. O software desenvolvido é uma boa opção como uma ferramenta didática para a visualização passo a passo do funcionamento de algoritmos de grafos, além disso o modelo desenvolvido pode ser adaptado e ampliado para a resolução de outros problemas de grafos.

ÉTICA NOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

Alessandro Andreole da Cunha Oliveira

Allyson Maxwell do Nascimento Bezerra

Hugo Guimarães

Marckson Negreiros Junior

Discentes do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Ytalo Rosendo do Amaral

Docente do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação, da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) É possível imaginar a vida sem Internet, nos tempos atuais? A Internet, enquanto veículo de comunicação, promoveu uma explosão tecnológica, ao disponibilizar um grande volume de informação, e com isso, fica quase impossível excluir essa tecnologia de nosso cotidiano. Porém a Internet não apresenta somente aspectos positivos. Pode-se afirmar que nem tudo relacionada a essa rede de computadores venha a ser “mil maravilhas”, sendo o desrespeito aos direitos autorais, um dos pontos polêmicos pertencente a um grupo de aspectos negativos que brotam da explosão tecnológica desse canal de comunicação. A falta de fiscalização na Internet é sem dúvida o meio que proporciona o crescimento descontrolado do desrespeito aos direitos de autoria, sendo necessário mais do que nunca determinar regras e conscientizar a todos da necessidade de incorporar o senso ético no respeito ao trabalho alheio. Será que somente isso seria suficiente para acabar com crimes cibernéticos? Tem os juristas regras e atitudes semelhantes ou a classe está dividida com relação às sanções aplicadas a crimes de natureza virtual? Será a Internet uma terra sem lei, ou existem formas de controle e fiscalização que coíbem essas violações? A questão legal nos Sistemas de Informação é polêmica, pois os juristas mostram-se divididos. Por um lado, alguns defendem a idéia de que não há uma necessidade de uma legislação específica para Internet, visto que, a tecnologia não altera o Direito. Porém existem juristas defensores do E-Direito, ou seja, da adaptação da lei para pôr ordem no ciberespaço. É importante para a formação do profissional, não apenas produzir conhecimento tecnológico, que gere mais informação para o sistema, ou seja, o desenvolvimento de aplicações, a criação de páginas WEB, dentre outras. Na verdade é preciso ir além da questão tecnológica e buscar meios para garantir a proteção legal dos sistemas de informação, visto que não tem tecnologia que consiga superar a aplicação da lei na sociedade.

(METODOLOGIA) Foi realizada uma pesquisa bibliográfica, baseada em livros e Internet.

(RESULTADOS) O presente estudo da ética nos sistemas de informação, além de refletir sobre as questões relacionadas à ética profissional na área de computação, também possibilita identificar e divulgar questões relacionadas aos direitos autorais e sigilo das informações, fornecendo conhecimentos e ampliando a visão da importância da dimensão ética no processo de formação dos estudantes do curso de sistemas de informação. Isto porque o comportamento ético é fundamental para que uma profissão seja reconhecida, merecendo respeito da sociedade, caso contrário à profissão poderá cair no descrédito.

(CONCLUSÃO) Conclui-se, portanto, que a ética no sistemas de informação passou a ser apresentada como uma questão de extrema importância para muitas pessoas e empresas que preocupam-se com a segurança de sua privacidade.

A6 – INFORMÁTICA

FERRAMENTA DE AUXÍLIO À TOMADA DE DECISÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PREVENÇÃO OU REPRESSÃO DE ATOS INFRACIONAIS

*Tiago Gustavo Hiller
Emerson Souza de Sena*

Discentes do curso de BSI, Faculdade Natalense de Desenvolvimento do RN

*Vânia Vaz Barbosa Cela
Aluízio Rocha*

Docentes do curso de BSI, Faculdade Natalense de Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) As atuais políticas de prevenção ou repressão aos atos infracionais propostas pela 3ª Vara da Infância da cidade de Natal no Rio Grande do Norte, não consegue mensurar se o trabalho por ela proposto atinge o seu objetivo. Esta mensuração não ocorre corretamente, pois existe uma grande quantidade de dados a serem pesquisados em documentos que deveriam estar devidamente cadastrados na ferramenta de auxílio à tomada de decisões atualmente utilizada. A pesquisa junto aos documentos ocorre para complementar a ausência de informações, visto que, o desenvolvimento da ferramenta ocorreu sem a prévia consulta dos usuários que alimentam e extraem informações relevantes para a criação das políticas públicas. Visando sanar esse déficit de informações, bem como a verificação da eficácia das políticas públicas, este trabalho propõe o desenvolvimento de uma nova ferramenta para auxílio nas tomadas de decisão, levando em consideração os dados faltantes apontados pelos usuários envolvidos.

(METODOLOGIA) O levantamento das informações relevantes à ferramenta foi executado por um grupo de estudantes do curso de Direito, que com o devido conhecimento das informações presentes nos autos infracionais puderam avaliar quais destas seriam válidas para traçar o perfil dos infratores, bem como as vítimas envolvidas nos atos. A partir deste levantamento, os dados foram normalizados e modelados com ferramentas case para que pudéssemos assim, construir a base de dados que será alimentada para o posterior cruzamento de informações. Para o desenvolvimento das interfaces com o usuário e regras de negócio, utilizamos a linguagem Java, juntamente com tecnologias JPA, JSP e DWR. A escolha destas tecnologias foi motivada pelo fato da ferramenta poder ser acessada via internet, garantindo assim facilidade de implantação e manutenção por se tratarem de ferramentas *freeware* e multi-plataforma, assegurando a redução nos custos.

(RESULTADOS) Além de avaliar e acessar com mais velocidade os dados coletados, verifica-se que a utilização desta nova ferramenta oferece outros resultados. Um destes é a possibilidade de acessar dados históricos, pois os autos infracionais, depois de transcorridos cinco anos, são deslocados para o arquivo central. Uma vez conduzido a este arquivo, toda a consulta desejada deverá aguardar o tempo de localização, bem como os tramites judiciais que possibilitam o acesso a ele, desburocratizando assim o acesso a informação. Todos os dados armazenados servirão de base para além da definição e avaliação de políticas públicas, para pesquisas científicas que procuram avaliar se o desenvolvimento de nossa cidade e estado estão ocorrendo de maneira igualitária, ou seja, sem exclusões que motivem novos atos infracionais.

(CONCLUSÃO) A ferramenta desenvolvida com as tecnologias anteriormente citadas mostrou-se eficiente para a resolução do problema inicialmente proposto pela 3ª Vara da Infância, pois proporciona maior agilidade e desburocratização na busca da informação. A palavra chave para a realização desta pesquisa é interdisciplinaridade. Para os alunos do curso de Sistemas de Informação a interação junto aos alunos do curso de Direito foi de extrema importância para o entendimento de quais informações eram importantes para a construção da ferramenta. Para os alunos do curso de Direito ficou claro a facilidade e agilidade alcançada com a utilização de recursos computacionais.

IPTV – SERVIÇO TELEVISIVO SOBRE IP

*Jailson Silva de Oliveira,
Jean Gleydson Pereira,
Yuri Wanderley do Nascimento,
Galbo Rosandro Santos e
Milton Cassiano de Oliveira Junior.*

Discentes do Curso de Bach. Em Sistemas de Informação, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Ytalo Rosendo do Amaral.

Docente do Curso de Bach. Em Sistemas de Informação, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) A televisão como se conhece nunca mais será a mesma depois da IPTV. O paradigma do espectador passivo, que recebe uma programação determinada pela emissora e não tem como definir o que quer assistir, quando e como quer assistir a um programa. A mudança entre programação televisiva e as capacidades de interatividade da internet apresentam uma nova realidade, uma real convergência digital chamada IPTV. O IPTV ou TVIP é um novo método de transmissão de sinais televisivos. Assim como VOIP (Voz sobre IP), o IPTV o protocolo IP - Internet Protocol vem ser mais um meio de transporte de conteúdo de imagens e áudio em tempo real com altíssima qualidade.

(METODOLOGIA) A execução deste trabalho foi feita uma pesquisa aplicada quanto a natureza e bibliográfica quanto aos procedimentos. Estudou-se os trabalhos publicados em relação ao assunto, dando a noção e apontando a orientação necessária ao objetivo dessa pesquisa.

(RESULTADOS) Buscou-se como resultado satisfatório para esse trabalho um melhor entendimento de uma nova tecnologia ascendente no mercado digital, IPTV (transmissão de sinais televisivos por meio de protocolo internet). Na prática, as empresas de telecomunicações poderão entrar no negócio de "Pay TV", oferecendo assim um pacote completo (4Play: Telefonia, Banda Larga, Telefonia Móvel e TV por Assinatura). Hoje nas redes convencionais, todos os canais são enviados ao consumidor, já no IPTV os canais são disponibilizados a pedido e em certos casos você poderá assistir um canal e gravar outro ao mesmo tempo. Com o IPTV é possível, por exemplo, atender uma chamada telefônica e ver em uma janela Picture-in-picture, a imagem da pessoa com quem está se falando, esta tecnologia oferece maior interatividade dos usuários com a TV, trazendo a escolha de conteúdo para as suas mãos. A programação é enviada e recebida por meio de satélite, ou por meio de bancos de dados de vídeos. Este conteúdo é armazenado em data-centers das empresas de telefonia, é encapsulado no protocolo IP, isto é convertido num formato de pacotes e encriptado, podendo ser então acessado pelo cliente dentro de sua conexão vinculado a sua assinatura. No Brasil, sabe-se que as seguintes operadoras de telefonia já estão em fase de testes para a prestação do serviço IPTV em suas redes IP: (GVT – PCCW – FASTWEB) deve acontecer até o final do ano o lançamento comercial da solução de algumas destas companhias.

(CONCLUSÕES) Num curto período de tempo, o mercado de IPTV vai superar o de banda larga, que nos próximos cinco anos deve atingir mais de 600 milhões de cliente. O número de assinantes de serviços IPTV deve cobrar dos atuais 6.4 milhões para 13.3 milhões em 2007, com mais de 48 milhões de lares no mundo todo que deverão assinar o serviço até 2010, segundo pesquisa do Gartner Group. A IPTV é vista pelos operadores de serviços de telecom (operadoras de telecomunicações) com um serviço essencial, pois deverá ajudar a reduzir churn (produção em grande quantidade em menos tempo) e aumentar as receitas em face ao declínio do tradicional modelo de telefonia fixa.

SISTEMA DE GESTÃO: UMA FERRAMENTA ESSENCIAL, PARA UM NEGÓCIO

*Jefferson André Santos Alves
Euvaldo César de Sousa Barros
Alessandro Marinho de Albuquerque
Breno Farias Fonseca*

Discentes do Curso de Bel. em Sistemas de Informação, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Ytalo Rosendo do Amaral

Docente do Curso de Bel. em Sistemas de Informação, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) Com o aumento da concorrência os sistemas de informação se tornaram cada vez mais importante para o crescimento empresarial. Este estudo trata-se de um levantamento das mudanças ocorridas em uma empresa de transporte coletivo com a implantação de um sistema de informática. Depois de uma pesquisa realizada na empresa observou-se que todos os setores necessitavam de informações uns dos outros, tendo essa necessidade, decidiu-se desenvolver um software que atendesse essa necessidade. Segundo os entrevistados a chegada desse software foi um grande avanço para a organização.

(METODOLOGIA) Essa pesquisa é classificada quanto à abordagem como qualitativa, e quanto ao procedimento como sendo um estudo de caso do sistema de gestão implantado numa empresa de transportes urbanos da cidade do Natal a Transportes Guanabara LTDA., foram entrevistados os assessores que passaram as informações necessárias para a realização desta atividade. Na entrevista foram abordados pontos cruciais como: gerenciamento de pessoal, acompanhamento financeiro, custos e recrutamento.

(RESULTADOS) Com o grande avanço tecnológico, a empresa viu a necessidade de desenvolver um sistema de gestão para facilitar o acesso dos resultados obtidos pela companhia. Ele teve como objetivo principal interligar os setores. Segundo o assessor de Planejamento com esse software a empresa teve uma grande evolução, pois os dados são confiáveis e precisos sem falar na redução de custo com pessoal que o mesmo trouxe. Vários processos de execução foram definidos com o objetivo de resultar em informações mais precisas possíveis. A Assessora de Recursos Humanos falou que antes era preciso ocupar cerca de três a quatro funcionários com o processo de inscrição de pessoal hoje as inscrições são feitas através do site onde o sistema filtra os currículos dos profissionais com o perfil de cada função sendo essa tarefa feita por um funcionário o que gera uma redução de pessoal de mais de 50%(cinquenta por cento). Essa ferramenta serve para mostrar todo o histórico dos funcionários sem ter a necessidade de pedir fichas funcionais bastando os dados estarem no sistema para que o RH possa acompanhar o perfil do funcionário. O setor de manutenção teve um grande ganho, pois com o sistema é possível calcular consumo de peças óleos e pneus de maneira bem rápida gerando informações necessárias para desempenho da frota, nele é possível acompanhar os índices de quebra e rendimento dos veículos. No setor financeiro todas as informações de custo e faturamento informadas pelos setores chegam ao financeiro, que vai calcular tudo para mostrar os resultados sejam eles positivos ou não. Com ele esse processo de calculo é feito bem mais rápido com precisão nas informações dando dados bem próximos aos reais sempre dependendo das informações com as quais o sistema foi alimentado. Os entrevistados aprovam o sistema, mas acreditam que o mesmo deve sofrer algumas mudanças de acordo com as necessidades.

(CONCLUSÃO) Após todo o estudo feito, chegamos à conclusão que esse software foi de suma importância para a empresa, pois ele conseguiu atender as necessidades dos funcionários aumentando a produtividade diminuindo o tempo de execução das tarefas, reduzindo custo de pessoal com redução de alguns funcionários. Embora não ser 100% perfeito, pois foi dito pelos entrevistados que o mesmo necessita sofrer alterações, mas pode-se dizer que o software tem sido bastante eficaz, um software como esse mostra a importância que é uma ferramenta dessas para uma organização, tendo em vista o grau de satisfação da equipe de assessoramento da empresa.

TV DIGITAL NO BRASIL

*Paulo Lima Mendonça
Emerson Souza de Sena*

Discentes do curso de BSI, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Aluizio Ferreira da Rocha Neto

Docente do curso de BSI, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) A implantação da TV digital no Brasil trará grandes avanços, assim como foi os com a chegada dos celulares, que hoje já passam dos 102 milhões de aparelhos vendidos em nosso país. Esta nova tecnologia de transmissão de TV quebrará paradigmas e talvez acabe a distância entre as populações de baixa renda e as tecnologias digitais. Este artigo aborda o que é TV Digital, como será sua implantação no Brasil, suas vantagens e desvantagens.

(METODOLOGIA) As etapas para desenvolvimento do trabalho correspondem à coleta de dados, organização cronológica dos dados, pesquisa bibliográfica, levantamento das principais características, vantagens, desvantagens e custos do padrão da TV Digital escolhido pelo governo Brasileiro.

(RESULTADOS) A televisão brasileira é uma das maiores do mundo, chegando a atingir quase todo território nacional, onde mais de 90% dos domicílios possuem televisores e dentre 80% recebem exclusivamente sinais de televisão aberta. A possibilidade de entrada da televisão digital gerou grande polêmica no Brasil. Foi cogitado criar um novo padrão de televisão digital específico para o Brasil, em associação com a China e Índia. No entanto, o desenvolvimento de uma nova tecnologia levaria muito tempo e um custo elevado. O desenvolvimento da tecnologia da TV digital não é algo rápido. Existem hoje três sistemas de TV digital, o americano (ATSC), o japonês (ISDB) e o europeu (DVB). Depois de muitos estudos, análises, críticas, sugestões e testes, que se iniciaram em 1994 com um grupo de empresas, e em 1996 com testes na cidade de Goiás, o governo assinou em junho de 2006 o decreto nº. 5.820 definidos critérios e regras para a implantação da TV digital como também determinando a tecnologia japonesa (ISDB) como padrão para o Brasil, dando ênfase na resolução de imagem (HDTV), e com alguns elementos que serão desenvolvidos aqui no Brasil. A TV digital trará inúmeras vantagens para a nossa população como um número maior de canais, comunicação bidirecional entre telespectadores e emissoras, um portal de serviços on-line e também aplicações totalmente desvinculadas da programação em diversas áreas, t-commerce, etc. Essa tecnologia tem um grande obstáculo que é o seu alto custo, e as poucas aplicações existentes. Os testes iniciais serão feitos em São Paulo e posteriormente nas demais capitais brasileiras. O governo determina que a TV digital deva ser aberta, gratuita e livre para o usuário final. A TV Digital usa um modo de modulação e compressão digital para enviar vídeo, áudio e sinais de dados aos aparelhos compatíveis com a tecnologia, proporcionando assim transmissão e recepção de maior quantidade de conteúdo por uma mesma frequência “canal”, podendo atingir um alto nível de qualidade na imagem a chamada alta definição. Os padrões em operação comercial são capazes de transportar até 19 Mbps. Em termos práticos, isto é o equivalente a um programa em alta definição, que ocupa 15 Mbps, ou quatro programas em definição padrão, que consomem em média 4 Mbps cada. A alta definição chega-se a 1080 linhas com o padrão HDTV.

(CONCLUSÃO) Para a maioria da população o significado da TV Digital é apenas som e imagens melhores, ou seja, uma substancial qualidade áudio-visual. A verdade é que a TV Digital é muita mais que isso. É um sistema de transmissão de dados via microondas, onde os telespectadores poderão interagir em tempo real com o programa desde que o mesmo disponha do meio físico e lógico apropriado. Em fim a TV Digital é uma tecnologia que está chegando para ficar e que mudará significativamente a vida de muitos brasileiros.

**UMA PROPOSTA DE METODOLOGIA DE DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE
PARA A PEQUENA EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO X**

Emmanuel Richard de Moura

Discente do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Gleydson de A. F. Lima

Docente do curso de BSI, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

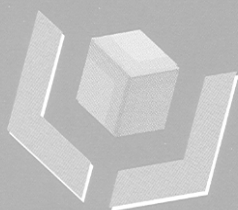
(INTRODUÇÃO) Na atual cultura das pequenas empresas de desenvolvimento de softwares, o planejamento, quando ocorre, é feito de forma superficial (Weber, 1999) (Sanchez, 2001). A maioria dos projetos de software é realizada sem um planejamento de como a idéia modelada pelo levantamento de requisitos e necessidades dos clientes pode ser transformada em produto. Portanto, nesse sentido, é importante estabelecer uma metodologia simplificada e flexível, com atividades detalhadas e que seja de fácil implantação, buscando melhorar o processo de desenvolvimento das empresas e a qualidade do software produzido. O presente trabalho tem como objetivo propor uma metodologia de desenvolvimento de software para a empresa X.

(METODOLOGIA) A forma utilizada para desenvolver esse trabalho foi pesquisa bibliográfica com a finalidade de analisar as metodologias existentes, avaliando-se a aplicação delas no âmbito das pequenas empresas de desenvolvimento.

(RESULTADOS) A empresa tem uma pequena equipe que tem desenvolvido softwares de gestão empresarial há vários anos tendo clientes em todos os estados brasileiros. A empresa produz softwares para diversos ramos empresariais, como lojas comerciais, escolas, locadoras e restaurantes. Porém carecia de uma metodologia que ordenasse o processo de desenvolvimento desde o levantamento de requisitos à entrega do software pronto. A equipe de desenvolvimento tem atuado em todos os setores de programação como análise de requisitos, testes e documentação. Isso ajudou a empresa a desenvolver softwares com uma grande agilidade, porém a taxa de retrabalho é grande e há uma carência na documentação do produto final o que gera uma necessidade de suporte. A metodologia que propomos é baseada na metodologia chamada Extremme Programming. Com vários procedimentos criados e outros ajustados para adequar-se à realidade da empresa, mas sempre levando em conta a agilidade, redução de falhas e satisfação dos clientes. Propomos, também, papéis bem definidos para os membros da equipe, com responsabilidades que se encaixam para que a equipe desenvolva em um ritmo sustentável, com agilidade e menor incidência de falhas.

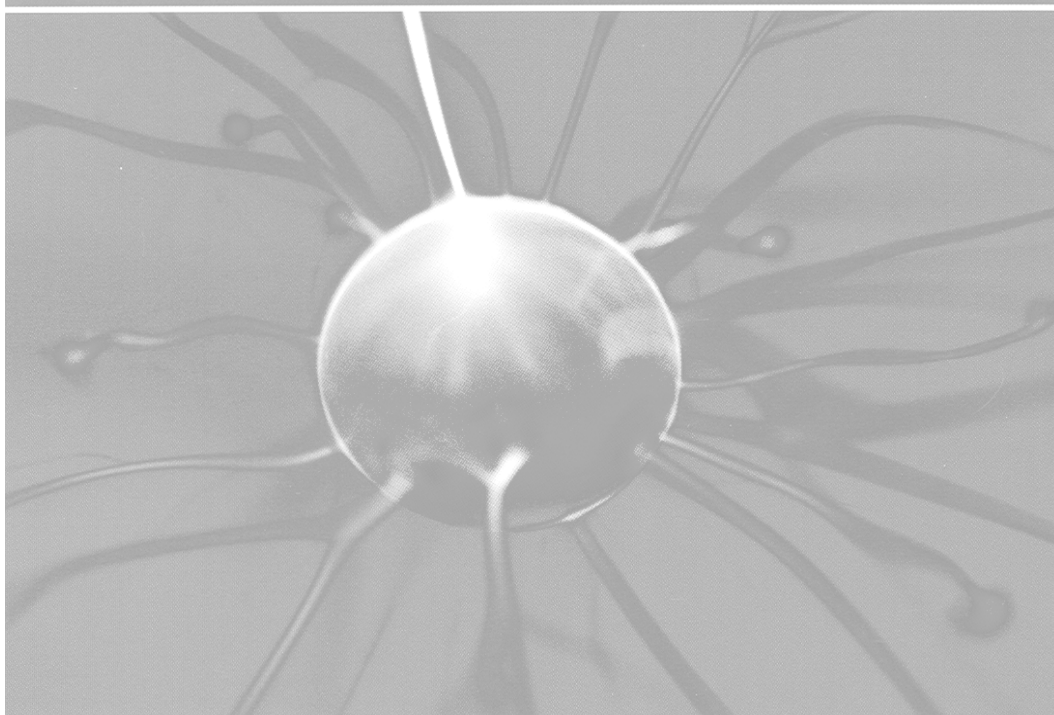
(CONCLUSÕES) Propomos uma metodologia simples mas com procedimentos rígidos que são facilmente seguidos e que agilizarão o desenvolvimento dos softwares reduzindo a ocorrência de falhas. Fizemos alguns ajustes na metodologia Extremme Programming para que se adequasse à realidade da empresa em questão, adicionamos outros procedimentos de outras metodologias e criamos alguns para que, no conjunto, tenhamos uma metodologia que seja adequada à empresa.

VII CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA FARN



VII

**CONGRESSO DE INICIAÇÃO
CIENTÍFICA DA FARN**



"EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA CONSTRUÇÃO DA PAZ"
24 a 27 de outubro de 2007

**N
U
T
R
I
Ç
Ã
O**

COMUNICAÇÃO LIVRE

A7 – NUTRIÇÃO

ANÁLISE MICROBIOLÓGICA DE ÁGUA-DE-COCO ENVASADA COMERCIALIZADA POR AMBULANTES DE NATAL-RN

*Maura Oliveira Araújo
Raphaela de Macêdo Silva*

Discentes do Curso de Nutrição, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Monique Silveira Rosa

Docente do Curso de Nutrição, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) A água-de-coco é uma bebida natural, pouco calórica, com sabor agradável, conhecida mundialmente e muito apreciada em todo o Brasil, principalmente nas regiões litorâneas. Seu consumo vem crescendo nos últimos tempos, principalmente devido às suas propriedades de reposição de eletrólitos perdidos após uma desidratação ou desgaste físico. A presença de eletrólitos tais como sódio e potássio na água-de-coco possibilita a uma absorção mais rápida, recuperando as perdas destes minerais através da urina e da pele. Com relação ao valor nutricional da água de coco, esta contém 93% de água e 5% de açúcares, além de proteínas, vitaminas e sais minerais. A água do coco verde pode ser consumida tanto na forma in natura quanto processada. Os métodos de processamento empregados visam, essencialmente, inibir a ação enzimática e garantir a estabilidade microbiológica da água-de-coco, uma vez que, durante a sua extração e envase, podem ocorrer contaminações microbiológicas. Este trabalho tem por objetivo avaliar a qualidade microbiológica da água-de-coco envasada, comercializada por ambulantes na cidade de Natal -RN.

(METODOLOGIA) Foram analisadas 20 amostras de quatro marcas diferentes de água de coco classificadas em: A, B, C e D, coletadas em pontos distintos na cidade de Natal, na qualidade de consumidor. As análises realizadas foram a determinação do Número Mais Provável (NMP) de coliformes a 45° C, através da técnica dos tubos múltiplos, e a presença de *Salmonella Sp.* Foi, ainda, realizada a identificação bioquímica das bactérias do grupo coliforme, utilizando-se a Prova do Indol, Teste do Vermelho de Metila e Voges-Proskauer, e Teste do Citrato (IMViC). A metodologia aplicada na pesquisa foi a preconizada pelo FDA (Food and Drug Administration).

(RESULTADOS) Das amostras analisadas, 100 % apresentaram contaminação por bactérias do grupo coliformes à 45°C, sendo que destas, 55 % apresenta ram-se acima do padrão legal permitido pela ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), com um NMP que variou de 120 a ≥ 2400 / mL. Dentre as colônias de coliformes a 45° C isoladas, 84,21 % foram de *Klebsiela*, 10,53 % de *Escherichia coli*, e 5,26 % de *Citrobacter*. Não foi observada a presença de *Salmonella SP* em nenhuma amostra analisada.

(CONCLUSÃO) Portanto conclui-se que a água-de-coco analisada encontra-se imprópria para o consumo, devido ao alto grau de contaminação por coliformes a 45° C e ainda pela presença da bactéria *Escherichia coli* em algumas amostras, a qual pode apresentar algumas cepas patogênicas. Desta forma, sugere-se maiores cuidados na manipulação da água-de-coco desde sua extração no início do processamento pela indústria até a distribuição final do produto pelos ambulantes.

A7 – NUTRIÇÃO

AValiação Nutricional de Gestantes Beneficiadas com o Programa do Leite em uma Unidade de Saúde do Município de Natal/RN

Maria do Socorro Medeiros Amarante

Discente do curso de Nutrição, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Nila Patrícia Freire Pequeno

Docente do curso de Nutrição, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) Durante a gestação as necessidades nutricionais se elevam decorrentes dos ajustes fisiológicos da gestante e das demandas de nutrientes para o crescimento e desenvolvimento do feto. Assim, o desenvolvimento da gestação é influenciado pelo estado nutricional materno antes e durante a gravidez. A avaliação nutricional envolve uma série de aspectos (antropométrico, dietético, bioquímico e clínico) para assegurar o desenvolvimento materno e adequado no que diz respeito à nutrição. Diante da importância do estado nutricional nesse processo fisiológico, se justifica a necessidade da avaliação nutricional. O objetivo deste trabalho é avaliar o estado nutricional das gestantes beneficiadas com o Programa do Leite em uma unidade de saúde do município de Natal/RN.

(METODOLOGIA) Realizou-se um estudo acidental com gestantes beneficiadas pelo Programa do Leite em uma unidade de saúde do município de Natal/RN no mês de julho de 2007. Para a obtenção dos dados, foram utilizados um formulário para avaliação nutricional de gestantes adaptado da Secretaria Municipal de Saúde e o cartão da gestante. As gestantes foram pesadas com o auxílio de uma balança digital. A análise dietética foi realizada no programa NutriWin e os demais dados foram tabulados no Microsoft Office Excel versão 2003.

(RESULTADOS) Foram avaliadas 36 gestantes com idade média de 23,7 anos, a maioria (44%) de baixa escolaridade (ensino fundamental incompleto). Encontraram-se 54% das gestantes com estado nutricional gestacional adequado, 29% com sobrepeso, 17% com baixo peso. Em relação ao estado nutricional pré-gestacional, observou-se um crescimento do sobrepeso de 13% para 29% e um pequeno decréscimo no índice de baixo peso que passou de 19% para 17%. A grande maioria das gestantes apresentou história familiar de diabetes, hipertensão e/ou cardiopatia. Apesar da história familiar favorável ao desenvolvimento de diabetes, hipertensão e/ou cardiopatia, apenas 3% relataram ter alguma dessas patologias. Os sintomas mais evidenciados foram: pirose (69%), sensação de plenitude (69%) e edema (42%). A necessidade energética média foi de 2348,61 Kcal/dia, no entanto, a energia média fornecida pela dieta consumida foi apenas 1674,61 Kcal. Quanto à distribuição dos macronutrientes (carboidratos, lipídios e proteínas) na dieta consumida, esses se encontravam adequados. Em relação aos micronutrientes analisados (ferro, cálcio, folato e zinco) a dieta não supria as necessidades das gestantes para esses elementos. Quanto ao uso de algum suplemento constatou-se que 75% e 36% das gestantes faziam suplementação medicamentosa de ferro e ácido fólico respectivamente.

(CONCLUSÕES) A avaliação do estado nutricional das gestantes identificou uma baixa ingestão calórica entre as mesmas independente da sua composição antropométrica. A ingestão calórica inadequada se relaciona com o baixo nível socioeconômico destas gestantes, o que dificulta o acesso a uma alimentação equilibrada. Diante da problemática, se ressalta a importância dos programas de suplementação de ferro e ácido fólico durante a gestação, além de programas de suplementação alimentar efetivos que possam contribuir para uma melhor e adequada ingestão dietética e de nutrientes.

A7 – NUTRIÇÃO

AVALIAÇÃO QUÍMICA DE SO₂ EM CAMARÃO COMERCIALIZADO NA CIDADE DE NATAL/RN, DEVIDO AO USO DE METABISSULFITO EM CARCINICULTURA: UMA QUESTÃO DE SEGURANÇA ALIMENTAR

Maxson Janailson dos Santos

Discente do curso de Nutrição, Faculdade Natalense para o desenvolvimento do RN

Dra. Everlane Ferreira Moura

Dra. Tereza Neuma de Castro Dantas

Docentes do curso de Nutrição, Faculdade Natalense para o desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) O metabissulfito de sódio é uma substância utilizada pelas fazendas de carcinicultura como aditivo químico para evitar o aparecimento de manchas escuras em crustáceos. Durante a despesca, o metabissulfito usado reage com água liberando SO₂, gás incolor e irritante, considerado de insalubridade máxima pelas Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego. Quando inalado em concentrações elevadas, pode causar intoxicação aguda, atingindo os tecidos e o cérebro, provocando cianose, distúrbio da consciência e morte por edema pulmonar. Seus efeitos se devem à formação dos ácidos sulfúrico e sulfuroso, ao contato com as mucosas umedecidas, em reação de oxidação. O descarte desse aditivo químico em mananciais pode gerar uma diminuição no teor de O₂ dissolvido na água e abaixamento do pH, o que pode resultar em mortandade da biota aquática. Riscos à saúde, ao ambiente e ao próprio desempenho comercial poderiam ser evitados se na carcinicultura utilizassem aditivos apenas na fase de industrialização e processamento do pescado, evitando a fase inicial do processo e controlando teores máximos do aditivo no produto. Devido ao grande número de fazendas de carcinicultura existentes na região do RN e a dificuldade em fiscalizar vários pontos de culturas e comercialização de camarão, o presente trabalho teve por objetivo avaliar o nível de contaminação por SO₂ em camarões provenientes de alguns pontos de comercialização em Natal, abrangendo por zonas da cidade: norte, sul, leste e oeste, e por estabelecimentos: supermercados, feiras e uma central de abastecimento da cidade.

(METODOLOGIA) Foram investigadas amostras de camarão do tipo cinza provenientes de nove pontos de venda, sendo seis supermercados, duas feiras-livres e uma Central de Abastecimento (CEASA-RN). Estes pontos foram rastreados por zonas: as regiões norte e sul abrangeram dois supermercados cada, aqui representados por **A** e **B** para zona norte, e **C** e **D**, para zona Sul. Quanto à região Leste, foram coletadas amostras em dois supermercados, representados por **E** e **F**, e uma feira-livre, por **G**. Na região Oeste, as amostras foram obtidas em uma feira-livre, representada por **H**, e na Central de Abastecimento de Serviços e Alimentos(CEASA-RN), representada por **I**. As amostras foram acondicionadas em sacos de plásticos e armazenadas em refrigerador. Aproximadamente, 500 g de cada amostra de carne de camarão, foi mecanicamente, separada da casca e da cabeça, juntamente com o hepatopâncreas (local onde se concentra maior quantidade do resíduo de metabissulfito), e triturados em trituradores centrífugos apropriados até formação de uma pasta homogênea de: **(1)** carne do corpo do camarão e **(2)** carne da cabeça do camarão. 30 g de cada pasta formada foram retiradas e submetidas a uma acidificação com HCl e posterior destilação por sistema de Kjeldahj.

(RESULTADOS) Os resultados mostraram que apenas em uma amostra foi encontrado um teor de SO₂ acima dos limites impostos por órgãos internacionais de exportação de 100 ppm; a amostra da cabeça do camarão proveniente da zona Oeste de natal, amostra I2 (referente à cabeça do camarão), apresentou um teor aproximado de 114 ppm de SO₂, e que pelo menos uma amostra em cada zona investigada referiu valor acima de 50 ppm para as análises da cabeça do camarão (A2, B2 C2 D2 E2 F2 e I2). Quanto aos resultados das análises das amostras da carne do corpo do camarão, encontraram-se valores próximos a 50 ppm para dois supermercados D e F e da CEASA-RN, I, sendo que, para a amostra D, esse valor chegou a 54,5 ppm.

(CONCLUSÃO) Esses resultados comprovam que não existe uma padronização quanto ao uso de metabissulfito durante a despesca do camarão, considerando então a necessidade de uma maior fiscalização nos criadouros de camarão.

A7 – NUTRIÇÃO

HÁBITOS ALIMENTARES NO BAIRRO DE CANDELÁRIA

Lidivânia Clarice do Nascimento

Janaína Damasceno Bezerra

Discentes do Curso de Nutrição, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Izete Soares da Silva Dantas Pereira

Romeica Cunha Lima Rosado Batista

Docentes do Curso de Nutrição, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) O bairro de Candelária surgiu a partir do conjunto erguido pelo Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais – INOCOOP-RN – tendo recibo à denominação em curso ganho pela diretora do órgão, Senhora Rosário Porpino. A organização comunitária neste bairro é atuante, através do seu Conselho de Moradores de Candelária – CONACAN. A população participa das decisões e reivindicações que afetam a vida de seus habitantes, além disso, o bairro conserva uma grande tranquilidade. Os moradores são na sua maioria pessoas ocupadas, devido o excesso de trabalho e por isso acabam por realizar uma das principais refeições do dia, o almoço, no próprio local do trabalho ou em restaurantes. A pesquisa realizada neste local teve o objetivo de avaliar hábitos alimentares presente nesta população.

(METODOLOGIA) O trabalho constitui-se de uma pesquisa de campo, por amostragem aleatória simples, em que foram entrevistadas 20 (vinte) pessoas que responderam a um questionário contendo 34 (trinta e quatro) perguntas objetivas.

(RESULTADOS) Ao analisar os dados coletados observou-se que entre os entrevistados a sua minoria são donas de casa e chefes de família. A renda familiar média é de R\$ 3.150,00 a R\$ 4.200,00. O número de pessoas por família é cerca de 30% composta de três pessoas. Em relação aos hábitos alimentares 95% da população tomam café da manhã, 100% almoçam e 95% jantam. Apenas em 30% das residências pesquisadas moram crianças e, todas com mais de 1 (um) ano de idade. Foram encontrados alguns tabus alimentares entre os quais se destacou, o não consumo de vísceras. A maioria dos entrevistados alegou que não os consomem por achar que são alimentos impuros, os denominados coloquialmente “carregados”, por questão de crença religiosa ou por uma questão de princípios. Entre os alimentos mais consumidos destacaram-se café com 5,05%, pão com 4,61%, leite e ovos com 3,86%, arroz e frango com 3,57%, alface, feijão e frutas com 3,27%, tomate com 2,67%, biscoitos, carne bovina e cuscuz com 2,53%, queijo com 2,23% e macarrão com 2,08%.

(CONCLUSÕES) Após análise dos dados concluiu-se que apesar da alta renda familiar lhes poder propiciar uma alimentação saudável, a população, aparentemente, mostra não dar muita ênfase a isto, pois como se pode constatar, seus hábitos alimentares são bastante semelhantes ao da população de classe pobre, com a exceção de alguns alimentos como o queijo, alimento pouco acessível à maioria da população.

A7 – NUTRIÇÃO

MORTALIDADE POR DOENÇAS CARDIOVASCULARES

Anne Karoline Amaral Nogueira e Silva

Eurilaine Medeiros da Silva Bezerra

Marília Campos Bezerra

Ingrid Pereira Teles

Discente do Curso de Nutrição, Faculdade Natalense para o desenvolvimento do RN

Izete Soares da Silva Dantas Pereira

Docente do Curso de Nutrição, Faculdade Natalense para o desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) O Brasil, desde a década de 1940, vem passando por um processo de inversão das curvas de mortalidade em que se observa um declínio das doenças infecciosas e um concomitante aumento das doenças crônicas não transmissíveis, como as doenças cardiovasculares. A incidência de mortalidades por doenças cardiovasculares vem crescendo significativamente a cada ano, provenientes de vários fatores relacionados com a qualidade de vida dos indivíduos, além da hereditariedade, idade e sexo. Mesmo quando não são mortais, essas doenças levam, com frequência, à invalidez parcial ou total do indivíduo, com graves repercussões para esse, sua família e a sociedade. Em 1930 as doenças cardiovasculares eram responsáveis por apenas 11,8% das mortes nas capitais do país. Em 1996 este percentual já era de 27,4%. A mortalidade proporcional causada pelas doenças cardiovasculares cresce progressivamente com a elevação da faixa etária. As doenças cardiovasculares são condições que predis põem uma pessoa a maior risco de desenvolver doenças do coração e dos vasos como: aterosclerose, dislipidemias e hipertensão. E, para essas doenças existem diversos fatores de risco que as desencadeiam, os quais podem ser divididos em imutáveis e mutáveis. Os fatores imutáveis são aqueles que não se pode mudar e por isso não podem ser tratados. Os fatores mutáveis são os fatores sobre os quais se pode influir, mudando, prevenindo ou tratando. As doenças cardiovasculares contribuem significativamente, como grupo causal, para a taxa de mortalidade em todas as regiões brasileiras. Além disso, constituem uma das principais causas de permanência hospitalar prolongada e são responsáveis pela maior alocação de recursos públicos em hospitalizações no Brasil. O risco de se desenvolver doença cardiovascular é avaliado com base na análise conjunta de características que aumentam a chance do indivíduo vir a apresentar a doença. O trabalho teve como objetivo discutir as doenças cardiovasculares e apresentá-las como importante fator de risco para outras doenças, suas características epidemiológicas e sociais.

(METODOLOGIA) consistiu numa pesquisa bibliográfica sobre a temática a partir da coleta de informações em livros, periódicos especializados e em sites da internet que abordam temas relacionados com as questões de saúde.

(RESULTADOS) Os dados mostraram que no Brasil este grupo de doenças é a primeira causa de óbito; e, em 1996 foram responsáveis, por 249.613 óbitos de um total de 908.882 registrados, representando 28% do total. Quando se diz respeito às internações quase 10% foram por doenças do aparelho circulatório. De acordo com o Ministério da Saúde a mortalidade proporcional causada pelas doenças cardiovasculares cresce progressivamente com a elevação da faixa etária, representando o significativo percentual de 15,3% dos óbitos de adultos jovens entre os 20 e 49 anos de idade, embora a faixa com 50 anos ou mais de idade, seja a primordialmente atingida. A mortalidade por doenças cardiovasculares são dimensionadas como importante problema de saúde pública devido a sua magnitude.

(CONCLUSÃO) Conclui-se que o investimento na prevenção a partir da adoção de hábitos alimentares saudáveis, atividade física orientada, redução no consumo de sal e baixa ou nenhuma ingestão de bebidas alcoólicas e abstinência do hábito de fumar se constituem medidas que ajudam a prevenir e/ou controlar as doenças cardiovasculares. Essas medidas são importantes não só para garantir uma melhor qualidade de vida, mas também para evitar riscos e complicações advindas de episódios decorrentes da doença que levam, muitas vezes, a hospitalização e à morte.

A7 – NUTRIÇÃO

PERFIL ANTROPOMÉTRICO DE ADOLESCENTES NAS FASES DE PRÉ E PÓS MENARCA

Anne Karoline Amaral Nogueira e Silva
Eurilaine Medeiros da Silva Bezerra
Ingrid Pereira Teles
Marília Campos Bezerra

Discentes do Curso de Nutrição, Faculdade Natalense para o desenvolvimento do RN

Vanessa Teixeira de Lima Oliveira
Carina Leite de Araújo Oliveira

Docentes do Curso de Nutrição, Faculdade Natalense para o desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) A adolescência é um dos períodos em que ocorrem as maiores mudanças corporais em um indivíduo, caracterizando-se como uma das principais fases do desenvolvimento do ser humano, tendo sido considerado adolescente, segundo o SISVAN (MS, 2005), a faixa etária maior ou igual a 10 anos de idade. Este período é marcado por transformações biológicas, psicológicas e sociais. Trata-se de uma fase de transição em que sucedem-se modificações físicas, mentais e emocionais, tornando-se importante, principalmente, por tratar-se de uma fase intermediária entre a infância e a fase adulta. No Brasil a menarca é utilizada como indicador de maturação biológica das características sexuais femininas, pois as necessidades são diferentes nos períodos pré e pós-menarca, sendo notadas variações em desenvolvimento de massa corporal e estatura. A pesquisa tem como objetivo traçar o perfil antropométrico do estado nutricional de adolescentes nas fases de pré e pós-menarca, utilizando o indicador de índice de massa corporal (IMC), uma vez que este índice é recomendado internacionalmente para diagnóstico individual e coletivo dos distúrbios nutricionais na adolescência.

(METODOLOGIA) O estudo do tipo transversal, caracterizou-se pela avaliação antropométrica de adolescentes (n=26), na faixa etária entre 12 e 13 anos, que cursavam o sétimo ano do ensino fundamental da uma escola particular de Natal, cuja clientela caracteriza-se por ser exclusivamente feminina. Para coleta dos dados utilizou-se balança digital com estadiômetro cuja capacidade é de 150 kg. Foram aferidos peso, estatura para fins de realização do cálculo do IMC. Os dados foram coletados conforme procedimentos padronizados e para a classificação individual do diagnóstico antropométrico do estado nutricional, utilizou-se o critério de classificação percentilar do índice de massa corporal, segundo idade e sexo do padrão de referência *National Health and Nutrition Examination Survey – NHANES II* apresentado no Manual de Vigilância Alimentar e Nutricional - SISVAN (MS, 2005).

(RESULTADOS) Verificou-se que 35% das adolescentes (n=9) encontravam-se no período pré menarca e 65% (n=17) no período pós menarca, prevalecendo à primeira menarca aos 12 anos de idade. Quanto à avaliação antropométrica, 46% (n=12) apresentaram-se na classificação da eutrofia, 50% (n=13) apresentaram sobrepeso, 4% (n=1) apresentaram com baixo peso. Além disso observou-se que o diagnóstico antropométrico de sobrepeso foi predominante tanto na fase pré menarca, como na fase pós-menarca.

(CONCLUSÃO) Foi observada prevalência do diagnóstico de sobrepeso em ambas as fases, pré e pós-menarca, o que, possivelmente, reflete hábitos alimentares inadequados associados às alterações fisiológicas nesta fase da vida. O observado reforça a necessidade de um acompanhamento e orientação nutricional nas escolas a fim de proporcionar a conscientização sobre a importância da alimentação equilibrada. Uma vez que hábitos alimentares saudáveis na adolescência conduzem a uma melhor qualidade de vida na idade adulta, contribuindo, assim, para redução na prevalência de doenças crônicas como obesidade, diabetes mellitus, hipertensão e dislipidemias.

A7 – NUTRIÇÃO

PRÁTICAS ALIMENTARES DE ADOLESCENTES PRATICANTES DE HANDEBOL DE UMA ESCOLA PARTICULAR DA CIDADE DO NATAL/RN

*Lidivânia Clarice do Nascimento
Nataly Jacomeli de Sousa
Romário Oliveira de Santana*

Discentes do Curso de Nutrição, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

*Ana Maria da Silva Souza
Nila Patrícia Freire Pequeno
Christina da Silva Camillo*

Docentes do Curso de Nutrição, Faculdade Natalense para o desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) Na adolescência uma alimentação balanceada torna-se importante não somente para satisfazer as elevadas necessidades de nutrientes, como também para criar e manter bons hábitos alimentares para a vida adulta. Pesquisas mostram que os adolescentes geralmente comem muitos lanches, sem verduras e ricos em gordura, e um aumento no consumo de frituras, doces e refrigerantes pode ser verificado. Estes e outros maus hábitos alimentares são freqüentes nesta fase, sendo de suma importância o estímulo e a divulgação de informações a respeito de uma alimentação saudável. O aumento no consumo de cálcio, mineral importante para a formação do esqueleto; de ferro, para o desenvolvimento muscular, esquelético e endócrino; e de zinco, contribuindo para o crescimento e a maturação sexual do adolescente são necessários neste período. Aliado a esse crescimento, a atividade física na adolescência oferece vários benefícios à saúde, seja por uma influência direta sobre a diminuição de morbidades na própria adolescência, seja por uma influência mediada pelo nível de atividade física na idade adulta, lembrando que essa atividade deve estar sempre associada a uma dieta equilibrada, rica em nutrientes. Visto estes fatores, realizou-se uma pesquisa com o objetivo de avaliar a prática alimentar de um grupo de adolescentes praticantes de handebol da cidade do Natal/RN.

(METODOLOGIA) Foram entrevistadas 26 (vinte e seis) adolescentes do sexo feminino com idade entre 10 (dez) e 18 (dezoito) anos, praticantes da modalidade esportiva de Handebol, em um colégio particular da cidade de Natal/RN, através da aplicação de um questionário com perguntas objetivas contendo 15 (quinze) questões.

(RESULTADOS) Verificou-se que 69,2% das entrevistadas realizam todas as suas refeições diariamente, entretanto, 38,46% não realiza o jejum. Os alimentos mais consumidos nesta refeição foram respectivamente, o leite (38,46%), o pão (34,62%), o queijo e embutidos com 23,08%. No almoço, destacaram-se o feijão e o suco natural com 80,77% de consumo. No jantar, o alimento mais referido foi o cuscuz (73,08%). Ao perguntar se costumavam trocar refeições (almoço e jantar) por lanches, 57,7% responderam que sim, e 92,3% referiram lanchar entre as refeições. 53,85% afirmaram não se alimentar antes do início da prática esportiva. Outro dado importante foi o baixo consumo de água, pois apenas 15,04% referiram consumir mais de dois litros de água por dia e 38,50% consomem menos de um litro diariamente. Identificou-se também que 46,2% praticam mais de cinco horas de atividade esportiva por semana. Das entrevistadas, 88,05% não têm orientação de profissional nutricionista. Contabilizando todas as refeições, observou-se que os alimentos mais consumidos foram, respectivamente, o refrigerante, suco natural com açúcar, frango, bolo e feijão.

(CONCLUSÃO) Observou-se, em todas as refeições, o consumo de alimentos importantes energeticamente e nutricionalmente, como também um alto consumo de alimentos calóricos e de baixo valor nutritivo, como o refrigerante. A alta freqüência de supressão do jejum, assim como a troca freqüente das refeições principais por lanches, pode ocasionar uma não reposição adequada do gasto energético, principalmente entre estas jovens desportistas, podendo comprometer o seu crescimento/desenvolvimento e rendimento esportivo. Ressalta-se a necessidade de uma orientação por parte de um profissional qualificado, como o nutricionista, afim de estimular e gerar hábitos alimentares saudáveis neste grupo. Além de conscientizar também educadores físicos, entidades e autoridades que mediam projetos para o incentivo ao esporte.

A7 – NUTRIÇÃO

AValiação ANTROPOMÉTRICA DE IDOSOS INSTITUCIONALIZADOS DA CIDADE DE NATAL/RN

*Maria Lúcia de Azevedo
Maxson Janailson dos Santos
Mykarla Karoline Teixeira Souza*

Discentes do curso de Nutrição, Faculdade Natalense para o desenvolvimento do RN

Vanessa Teixeira de Lima Oliveira

Docente do curso de Nutrição, Faculdade Natalense para o desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) O processo de envelhecimento promove mudanças na composição corporal do indivíduo, de forma que isto repercute diretamente sobre o estado nutricional. A perda de massa magra e o aumento da reserva gordurosa, principalmente na região abdominal e membros superiores, caracterizam o diagnóstico antropométrico do estado nutricional. A antropometria revela-se como um importante indicador, mesmo sendo o método mais afetado pela idade, devido às peculiaridades que esta população apresenta. A fase de envelhecimento apresenta-se com riscos, pela susceptibilidade a infecções, alterações degenerativas do estado nutricional e a ocorrência de doenças crônicas. Desta forma a avaliação antropométrica do estado nutricional, torna-se essencial para a determinação de uma intervenção nutricional adequada que proporcione ao idoso, melhoria no estado nutricional. O presente trabalho teve como objetivo realizar avaliação antropométrica de idosos residentes em uma instituição asilar da cidade de Natal/RN.

(METODOLOGIA) Foi realizada avaliação antropométrica de idosos (n=67) deambulantes. Deste total 40,0% eram do gênero masculino (n=27) e 60,0% (n=40) do gênero feminino. A avaliação da composição corporal constou de aferição antropométrica do peso, altura, circunferência do Braço (CB), prega cutânea triциptal (PCT), altura do joelho (AJ) e cálculo da área muscular do braço corrigida (AMBc). A aferição do peso foi feita a partir da balança mecânica portátil e altura do joelho e circunferência do braço foram realizados com uso de uma fita métrica inelástica. A prega cutânea triциptal foi realizada com auxílio de um adipômetro, devidamente calibrado, da marca Langer. A AMBc foi calculada com base na equação e padrões estabelecidos por FRISANCHO (1981). Em virtude dos idosos apresentarem desvios de postura, utilizou-se a equação de CHUMLEA (1987) para estimar a altura. Para a classificação individual do estado nutricional, foi utilizado o Índice de Massa Corporal (IMC), com padrões de referência estabelecidos LIPSCHITZ (1994) e a classificação percentilar da PCT e AMBc. Os dados obtidos foram analisados com auxílio do Microsoft Excel (2003).

(RESULTADOS) Observou-se de acordo com o IMC, no gênero masculino, 60% apresentaram magreza, 33% eutrofia e 7% excesso de peso. Enquanto no gênero feminino, 30% classificaram-se com magreza, 40% com eutrofia e 30% com excesso de peso. Quanto à avaliação da reserva de gordura (PCT), no gênero masculino, 7% apresentaram-se com depleção calórica, 93% eutróficos. Já no gênero feminino, 22,5% apresentaram depleção calórica e 77,5% eutrofia. Quanto a avaliação da reserva protéica (AMBc), os resultados demonstraram que no gênero masculino, 19% apresentaram depleção protéica, e 81% eutrofia. E no gênero feminino 5% apresentaram depleção protéica e 95% eutrofia.

(CONCLUSÃO) Diante dos resultados observou-se perdas na composição corporal, além de perdas de reservas calórica e protéica. O que, possivelmente, está associada ao aumento do risco nutricional comum nesta fase da vida. Para agravar ainda mais o quadro, os idosos, frequentemente apresentam deficiências no funcionamento do trato gastrointestinal, contribuindo para uma redução na ingestão alimentar e diminuição no aproveitamento dos nutrientes, acentuando a depleção do estado nutricional. Diante disto, justifica-se a importância da avaliação antropométrica para conhecimento do diagnóstico do estado nutricional do coletivo, a fim de se promover uma intervenção adequada e contribuir para uma melhora no prognóstico da clientela.

A7 – NUTRIÇÃO

VIVÊNCIA AFETIVA COM GESTANTES: AÇÃO EDUCATIVA COMO ESTRATÉGIA NA CONSCIENTIZAÇÃO DA IMPORTÂNCIA DO ALEITAMENTO MATERNO

*Cecília Maria Machado Mindêlo
Daniella Bezerra Pinheiro Moreno
Maria Clara Medeiros Fulco
Rebecca Guedes de Carvalho Soares
Vagna Cabral de Almeida*

Discentes do Curso de Nutrição da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Monique Silveira Rosa

Docente do Curso de Nutrição da Faculdade Natelense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) Nos primeiros seis meses de vida, o único alimento completo de que o bebê precisa para crescer sadio é o leite materno, não necessitando nem mesmo de água. O aleitamento materno está relacionado com reduzidas taxas de mortalidade e morbidade. A prática da amamentação atualmente salva a vida de 6 milhões de crianças a cada ano, prevenindo diarreia e infecções respiratórias agudas e sendo responsável por cerca de um terço da diminuição da fertilidade observada nas últimas décadas. O declínio acentuado no aleitamento materno, constitui um problema sério, por suas graves conseqüências para a saúde (morbidade, desnutrição e mortalidade infantil). Os principais fatores de desmame precoce podem ser classificados em dificuldades circunstanciais (mamilos achatados, fissuras, etc.) e em dificuldades culturais. Entre estas últimas, podemos citar: a transformação ocorrida na estrutura familiar, sobretudo nas sociedades urbanas; os diversos papéis desempenhados pela mulher na sociedade moderna; a apresentação das mamas como símbolo sexual, contribuindo, juntamente com outros hábitos sociais, para que as mulheres não gostem de amamentar em público; a propaganda de produtos lácteos para alimentação de bebês e a perda da tradicional transmissão de mãe para filha da experiência em amamentação. O desmame precoce, especialmente quando associado às condições de miséria e insalubridade, aumenta a morbi - mortalidade das crianças. É necessário propor estratégias centradas no aspecto educativo, abrangendo tanto a difusão de informações a respeito da importância e das vantagens do aleitamento materno, como também a instrução a respeito da forma correta de amamentar, das técnicas específicas as técnicas especiais para compatibilizara amamentação com os outros papéis desempenhados pela mulher dentro da sociedade. Portanto esse trabalho teve como objetivos conscientizar gestantes do município de Várzea – RN, sobre a importância do aleitamento materno exclusivo nos primeiros seis meses de vida, dos aspectos práticos do aleitamento materno, e da introdução da alimentação complementar adequada, a fim de reduzir os riscos nutricionais para a criança.

(METODOLOGIA) Foram realizadas palestras educativas abordando a importância e métodos do aleitamento materno, utilizando como recursos áudio-visuais: banners, multimídia e panfletos, além da realização de dinâmicas em grupo para o desenvolvimento de uma aproximação afetiva e como método de avaliação.

(RESULTADOS) Através de depoimentos e das dinâmicas em grupo, as gestantes mostraram os conhecimentos adquiridos no decorrer das palestras, mostrando as técnicas adequadas de amamentação e respondendo sobre o valor nutricional do aleitamento materno exclusivo e as formas corretas de preparações da alimentação complementar.

(COCLUSÃO) Os resultados obtidos apontam que na realidade a adoção da prática de amamentação ainda está muita aquém da recomendação, onde muitas das gestantes desconhecem a fisiologia da lactação, as características do leite materno, o comportamento do lactente em aleitamento materno exclusivo e da técnica de amamentação, contribuindo para o insucesso da mesma. Portanto, a educação nutricional tem extrema importância, por ser um processo multidisciplinar, que envolve a transferência de informações, o desenvolvimento da motivação e a mudança, quando necessária, de hábitos alimentares. Isso inclui seu papel na assistência pré-natal contribuindo para formação de valores e atitudes, relativas à alimentação da gestante, a amamentação e a alimentação complementares.

VII CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA FARN



VII
CONGRESSO DE INICIAÇÃO
CIENTÍFICA DA FARN



"EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA CONSTRUÇÃO DA PAZ"
24 a 27 de outubro de 2007

**N
U
T
R
I
Ç
Ã
O**

PÔSTER

A7 – NUTRIÇÃO

ANÁLISE FÍSICO-QUÍMICA DE MÉIS DE ABELHAS (*Apis mellíferas*) DE DIFERENTES REGIÕES DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Adriana Sousa Santiago de Freitas Nunes

Márcia Roque Braz de Araújo

Marília Oliveira Paiva

Discente do Curso de Nutrição, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Francisca Sônia Câmara

Docente do Curso de Nutrição, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) O mel é o mais antigo adoçante usado pelo homem, e o único adoçante que contém proteínas, vitaminas e sais minerais, além disso encontramos na sua composição açúcares naturais, enzimas, água, cinzas, ácidos e outros elementos como maltose, lipídios, fermentos, histamina e albumina, considerado um dos alimentos mais puros da natureza, apreciado por seu sabor característico, energético, funcional e nutritivo. Seu preço é relativamente alto, o que incentiva muitas vezes a sua falsificação. O mel produzido pelas abelhas mellíferas a partir do néctar das flores vai ter a sua composição dependente de vários fatores como: natureza do solo, raça da abelha, estado fisiológico da colônia, condições meteorológicas e a variedade floral que predomine na região. Por ser um produto de fácil adulteração que é um dos fatores que surgem na diferenciação de méis, há uma preocupação crescente entre apicultores e consumidores para manter a qualidade e integridade dos méis comercializados, já que as fraudes podem ser praticadas durante o processamento no sentido de aumentar-lhe a quantidade. As adulterações mais comuns são a adição de xarope de sacarose, méis artificiais ou água. Visando possíveis adulterações que possam prejudicar a qualidade e integridade dos méis, este trabalho teve como objetivo analisar a composição físico-química de méis de abelha *Apis mellífera* de diferentes regiões do estado do Rio Grande do Norte.

(METODOLOGIA) Foram analisadas um total de 12 amostras, com 3 amostras de cada região que seguiram parâmetros e metodologia recomendadas pelo Ministério da Agricultura e do Abastecimento.

(RESULTADOS) Os resultados obtidos das amostras analisadas por região apresentaram: Região Agreste teor de umidade 20,60g%, cinzas 0,22g%, brix 79,40B, acidez 25mEq/K, pH 3,6, açúcares redutores 78,2g%, reação de Lund 0,5ml, reação de Fische negativo. Região do Seridó umidade 19,0g%, cinzas 0,5g% brix 81,00B, acidez 50mEq/K, pH 3,6, açúcares redutores 76,3g%, reação de Lund 0,6ml, reação de Fische negativo. Região Central umidade 20,20g%, cinzas 0,16g%, brix 79,80B, acidez 30mEq/K, pH 3,5, açúcares redutores 75,5g%, reação de Lund 0,5ml, reação de Fische negativo. Região Oeste umidade 12,20g%, cinzas 0,21g%, brix 81,00B, acidez 30mEq/K, pH 3,5, açúcares redutores 76,2g%, reação de Lund 0,6ml, reação de Fische negativo.

(CONCLUSÕES) Os dados obtidos nas análises de méis, revelaram que apesar da produção do mel ser proveniente de diferentes regiões do estado não apresentaram diferenças significativas na sua composição sendo méis verdadeiros e que não houve indícios de adulterações do produto, estando elas dentro dos padrões estabelecidos como mel apto para o consumo de acordo com a legislação vigente.

A7 – NUTRIÇÃO

ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE ASPECTOS PSICOLÓGICOS E NUTRICIONAIS IMPLICADOS NA MUDANÇA DE HÁBITOS ALIMENTARES

*Ana Cláudia Rodrigues
Andressa Anne De Almeida
Fábia Valéria De Oliveira Dantas
Juliana Araújo Rodrigues Farias
Juliana França De Siqueira Martins*

Discentes do Curso de Nutrição, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Katie Moraes De Almondes

Docente do Curso de Nutrição, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) A construção dos hábitos alimentares de um indivíduo é sujeita a variáveis que não somente interferem, como moldam o comportamento alimentar. Fatores sociais, emocionais e crenças do doente contribuem de forma determinante quando, geralmente em função da manutenção da saúde, esses hábitos precisam ser modificados. De acordo com as abordagens das crenças de saúde, o indivíduo costuma atribuir a doença a fatores orgânicos externos, conferindo ao profissional de saúde ou a si mesmo, o controle do tratamento. Partindo da avaliação equivocada de sua susceptibilidade e da crença de que as doenças não o acometerão, ele tende a assumir uma série de comportamentos prejudiciais à própria saúde. Entretanto, quando percebe a gravidade da doença, sente medo, toma consciência da sua vulnerabilidade e motiva-se para mudança. Assim, o indivíduo passa por algumas fases até incorporar novas práticas alimentares. Inicialmente apresenta pré-intenção avaliando a possibilidade da mudança. Intencionalmente, procura o nutricionista e prepara-se para a ação de um novo comportamento, iniciando a dieta. Finalmente, agindo em função dessa mudança, consegue alterar sua conduta. Deste ponto, inicia-se uma fase mais complexa: a manutenção do comportamento. Vistas as dificuldades identificadas na adesão do paciente ao tratamento, essa pesquisa teve como objetivo avaliar a relação entre os aspectos psicológicos e nutricionais e compreender os processos mentais implicados na mudança de hábitos alimentares.

(METODOLOGIA) Foi entrevistada uma paciente do sexo feminino de 35 anos no Ambulatório de Nutrição da FARN, através de um questionário contendo perguntas abertas e fechadas. As questões abordaram aspectos dos hábitos alimentares, comportamento e crenças do doente, bem como modelos cognitivos de crença de saúde. Os dados coletados foram avaliados segundo abordagem e modelos de crenças de saúde.

(RESULTADOS) A paciente entrevistada procurou o ambulatório por indicação médica. Sua queixa principal foi a hipertensão arterial e dislipidemias. Há oito anos tomava medicamentos para pressão, porém não controlava a alimentação. As dificuldades que encontrou para iniciar o tratamento envolvendo a mudança de hábitos alimentares levaram ao agravamento do seu quadro clínico. A paciente relatou história de casos relacionados a dislipidemias em sua família, tendo consciência de sua predisposição genética. Apesar de se sentir conformada com a modificação alimentar, lamenta a proibição dos itens que sente prazer em comer. Durante esse período tem introduzido novos alimentos na dieta, relatando a aprendizagem. Costuma atribuir a doença também a fatores externos, como a má alimentação e o consumo exagerado de doces. O comportamento descrito refletiu um pensamento consciente em relação a sua condição de saúde. Apesar de num primeiro momento estar envolvida no otimismo irrealista, passou a alterar sua conduta, analisando sua susceptibilidade, a gravidade da doença e, os custos e benefícios para sua saúde. Sua principal motivação é não continuar ingerindo remédios durante a vida. Apesar da influência dos familiares e amigos, a paciente manteve suas intenções de mudança objetivando reduzir os malefícios à saúde. De acordo com os fatores que predizem o comportamento e considerando as suas expectativas e motivação para proteção, a paciente está em processo de manutenção e mantém-se motivada a cumprir o comportamento desejado.

(CONCLUSÕES) Para a paciente modificar hábitos alimentares é uma tarefa difícil, pois envolve a destituição do prazer de comer, a exclusão da frequência a lugares nos quais se diverte, a alteração da rotina diária e a sua condição financeira. Porém, possui perspectivas otimistas em relação à saúde, baseadas na dieta que está praticando. Foram observados o comportamento da paciente dentro e fora da clínica e refletiu-se acerca das diversas situações que o nutricionista pode deparar-se no exercício da profissão. Sugere-se que haja uma melhor preparação desses profissionais para agir diante das dificuldades apresentadas.

A7 – NUTRIÇÃO

ANÁLISE MICROBIOLÓGICA E FÍSICO-QUÍMICA DE CAMARÃO COMERCIALIZADO EM SUPERMERCADOS NA CIDADE DO NATAL-RN

Carolina L. S. Cortez

Marcela F. Dutra

Fabírcia F. M. Lopes

Discentes do Curso de Nutrição, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Monique Silveira Rosa

Francisca Sônia Câmara

Docentes do Curso de Nutrição, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento de RN

(INTRODUÇÃO) A carcinicultura além de se destacar como importante segmento socioeconômico, tem-se apresentado como uma alternativa viável para o incremento do nível da oferta mundial de camarões. O Nordeste brasileiro possui um dos maiores potenciais do mundo para o desenvolvimento da carcinicultura, potencial esse, advindo de excelentes condições hidrobiológicas e topográficas, bem como a facilidade de acesso aos locais de produção. O Rio Grande do Norte está entre os maiores produtores de camarão cultivado no país, fato este, justificado pelas condições climáticas favoráveis e disponibilidade de áreas propícias à exploração da atividade, o que tem atraído a atenção de muitos investidores para o Estado. Porém, a atividade vem sofrendo impactos econômicos advindos de surtos de doenças, do embargo americano, da queda do dólar e pragas que atingiram o camarão, além de gastos com insumos e rações. Este trabalho tem como objetivo determinar a composição química e analisar microbiologicamente o camarão comercializado em supermercados na cidade do Natal-RN.

(METODOLOGIA) Para a análise microbiológica, foram avaliadas 20 amostras de camarão (*Litopenaeus vannamei*), sendo 10 amostras com casca e 10 sem casca, coletadas em supermercados de Natal-RN na qualidade de consumidores. As análises realizadas foram a pesquisa de *Salmonella sp.* e a contagem de *Staphylococcus* coagulase positiva, de acordo com a metodologia da Food and Drug Administration. Para a análise físico-química, foram avaliadas 18 amostras da mesma espécie, sendo 10 amostras com casca e 8 sem casca. Para a análise da composição química, foi realizada a determinação de umidade, cinzas, extrato etéreo (lipídeos) e proteínas, sendo o carboidrato também inserido, pois a determinação deste é realizado a partir do extrato etéreo e proteínas, feitas em triplicatas, seguindo os métodos do Instituto Adolfo Lutz.

(RESULTADOS) Na análise microbiológica, os resultados obtidos evidenciaram que as amostras com casca não apresentaram nenhum tipo de contaminação, tanto para *Salmonella sp.* quanto para *Staphylococcus*; entretanto, para as amostras sem casca, 20% apresentaram positivas para a presença de *Salmonella sp.* e para *Staphylococcus* coagulase positiva, encontrou-se a presença em 10% das amostras, com valor médio de $1,1 \times 10^3$ UFC/g. Provavelmente este fato ocorreu em virtude da intensa manipulação do camarão sem casca. O teor de proteínas foi em média 13,52%; o teor de lipídeos teve como média 0,51%; já o teor de carboidrato girou em torno de 2,31%.

(CONCLUSÃO) Desta forma, podemos constatar que o camarão sem casca apresentou-se fora dos padrões legais do ponto de vista microbiológico, evidenciando a necessidade de um maior cuidado na manipulação deste alimento. Na análise físico-química, os resultados indicaram que as amostras do camarão analisado divergem-se no valor de proteína, sendo que o camarão com casca apresentou um maior aporte protéico do que o sem casca.

A7 – NUTRIÇÃO

CONSUMO DE ALIMENTOS FUNCIONAIS ENTRE ADULTOS E IDOSOS DO PROJETO SAÚDE E CIDADANIA NA MELHOR IDADE – CEFET, NATAL/RN

Andressa Anne De Almeida

Ayanne Nery Rodrigues

Juliana França De Siqueira Martins

(Discentes do curso de Nutrição, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN)

NILA PATRÍCIA FREIRE PEQUENO

Docente e Coordenadora do Curso de Nutrição, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) O envelhecimento está associado a perdas em diversas áreas: social, econômica, psicológica e da saúde. Em sua maioria esses declínios estão relacionados equivocadamente a doenças, quando na verdade são processos inerentes ao envelhecimento natural. Em função disso, na terceira idade as pessoas sofrem isolamento por parte dos familiares e sociedade tendendo a se tornarem depressivas e debilitadas. Essa condição torna mais propício o surgimento de doenças e dificulta a recuperação. Os alimentos funcionais possuem constituintes químicos não nutricionais, bio-ativos, que proporcionam benefícios à saúde capazes de modular o metabolismo agindo como antioxidantes, antimutagênicos, anticarcinógenos, imunomoduladores, antiinflamatórios, neuroreguladores, antihipertensivos, hipocolesterolêmicos, estimuladores da função gastrointestinal, etc., conferindo melhor qualidade de vida a essas pessoas. O objetivo desta pesquisa foi avaliar a frequência do consumo de alimentos funcionais na dieta usual de pessoas com idade acima de 50 anos e que mantém a prática de atividade física regular. Investigaram-se os efeitos produzidos sobre essa população e o seu conhecimento acerca destes alimentos. Buscou-se ainda reconhecer, junto ao público alvo, a credibilidade do profissional de Nutrição.

(METODOLOGIA) Foram entrevistados 20 indivíduos através da aplicação aleatória de questionários dentro do grupo Projeto Saúde e Cidadania na Terceira Idade, CEFET-RN. Os questionários continham perguntas acerca das intercorrências clínicas, conhecimento sobre alimentos funcionais e seus benefícios, frequência alimentar e crenças de saúde. A idade dos entrevistados variou entre 50 e 88 anos, sendo 90% do sexo feminino, e destes 60% aposentadas e do lar. Os dados coletados foram organizados em tabelas dinâmicas e representados em porcentagem.

(RESULTADOS) As intercorrências clínicas mais mencionadas entre o grupo foram: hipertensão arterial 39,9%, osteoporose 15,15% e obesidade 15,15%. 70% afirmaram não ter noção do uso ou aplicabilidade dos alimentos funcionais. Os mais consumidos diariamente foram: alho 85%, arroz integral 40%, aveia 40%, banana 65%, cebola 85%, cenoura 90%, castanha-do-Pará 30%, cereais integrais 65%, couve 45%, feijão 80%, linhaça 55%, maçã 70%, melancia 40%, óleo de oliva 75%, queijo branco 60%, tomate 95% e uva vermelha 55%. Os consumidos pelo menos uma vez por semana foram: peixe marinho 45%, chá verde 45% e soja 40%. Os itens que aparecem nunca ou raramente foram: abacate 75%, batata-doce 50%, berinjela 65%, castanha-de-cajú 55%, goiaba vermelha 40%, inhame 55%, leite fermentado 60%, margarina vegetal 45%, milho 55%, ovo 40%, pimenta vermelha 85%, trigo integral 65%, repolho 50% e vinho tinto 70%. Entre os alimentos citados e que possuem benefícios conhecidos entre os entrevistados, aparecem a linhaça 14,63% e a aveia 7,32%, como estimulantes do funcionamento intestinal. Em seguida a soja 12,20% como reguladora da menopausa e o óleo de oliva 7,32% como regulador das taxas de colesterol. Aqueles que passaram a ser consumidos por motivo de saúde e foram mencionados com maior frequência foram: a aveia e a linhaça 10%. A maioria dos benefícios foram conhecidos através da mídia 35,71%, seguindo-se a orientação do nutricionista 21,43% e do médico 21,43%. Entretanto, quando questionados sobre a indicação específica dos alimentos, 53,33% afirmaram ser através do médico.

(CONCLUSÕES) O grupo mostrou consumir com regularidade boa variedade de alimentos funcionais, apesar de não estar consciente dos seus benefícios à saúde, geralmente por orientação médica ou do nutricionista. Considerando que esses alimentos se constituem em fontes de componentes bio-ativos, que atuam na prevenção e/ou tratamento de doenças e na manutenção da saúde, ressalta-se a importância do aumento e regularidade do seu consumo entre as pessoas da terceira idade. Sugere-se então, uma maior divulgação e esclarecimento acerca das propriedades e formas de consumo dos alimentos funcionais junto a estas pessoas, através de folhetos informativos, palestras e indicação de maior procura por orientação dos profissionais de Nutrição.

A7 – NUTRIÇÃO

FATORES QUE INFLUENCIAM NA MUDANÇA DOS HÁBITOS ALIMENTARES

Ana Paula Saldanha Crispim

Ayanne Nery Rodrigues

Carla Tatiana Lins de Oliveira Ferreira

Fernanda Louise de Brito Gonçalves

Luciana Carla Bezerra da Câmara

Discentes do Curso de Nutrição, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Katie Moraes de Almondes

Docente do Curso de Nutrição, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) Atualmente, adquirir doenças causadas por hábitos alimentares inadequados, como hipertensão, obesidade, infarto, dislipidemias, têm aumentado. Alguns fatores — emocionais (raiva e ansiedade), genéticos, fatores sociais e o otimismo irrealista — influenciam na modificação e manutenção dos hábitos alimentares, fazendo com que o indivíduo permaneça no erro, mesmo sabendo que o mesmo é prejudicial à saúde. Esses fatores influenciam também na pré-intenção, intenção e preparação para realizar uma mudança no comportamento e mantê-la. Além disso, existem crenças cognitivas que influenciam a mudança ou não de um comportamento. Essas são crenças de saúde onde há o modelo cognitivo social, no qual analisam os fatores que predizem o comportamento e a razão pela qual os indivíduos falham na manutenção do comportamento e no locus do controle da saúde, sendo o mesmo relacionado com o fato dos indivíduos mudarem ou não seus comportamentos e com tipo de estilo de comunicação que esperam dos profissionais de saúde. Portanto, o objetivo do trabalho foi avaliar a dificuldade de modificar hábitos comportamentais, refletindo essa dificuldade com os modelos de crença de saúde, a partir das queixas dos pacientes.

(METODOLOGIA) Foi entrevistada uma paciente do sexo feminino com 43 anos, técnica em nutrição e atuante na área. A entrevista foi feita através de um questionário com 34 questões abertas e fechadas, no ambulatório de nutrição da FARN.

(RESULTADOS) Foram estudados os hábitos alimentares da paciente e o que interfere nesses hábitos. A paciente possuía um histórico familiar com muitos problemas de saúde e sofria influência de vários fatores emocionais (ansiedade e raiva). Possuía um otimismo irrealista, onde os comportamentos prejudiciais à saúde se devem a erradas percepções do risco e susceptibilidade, no qual adiava a mudança de seus hábitos. De acordo com as fases de mudança de comportamento, a paciente teve a pré-intenção de mudar, mas sem o auxílio de um profissional de saúde, não obteve sucesso, sendo, a primeira e única fase da mudança de comportamento, segundo o modelo cognitivo social. A paciente possuía hábito de tomar café, no mínimo três xícaras ao dia. Isso prejudicava seu estado emocional, tornando-a mais agitada. Ela sofre um estímulo social, onde tem a pré-intensão de diminuir a quantidade de café que ingere, mas não consegue, devido à influência de amigos, estímulo social, fortes dores na cabeça e mal-estar na ausência do café. A paciente evita carne vermelha por conta própria, tendo consciência dos males que podem lhe causar e por estar com a taxa de colesterol e pressão arterial altas, dessa forma prevenindo que possíveis doenças surjam. Após a consulta a paciente não pôde seguir sua dieta à risca por ter um custo elevado.

(CONCLUSÕES) A paciente não obteve total sucesso na mudança de seus hábitos alimentares, pois fatores sociais, econômicos e emocionais influenciaram de forma intensa no seu comportamento, levando-a a não cumprir o que foi recomendado.

A7 – NUTRIÇÃO

LEVANTAMENTO DOS PRINCIPAIS TIPOS DE AGROTÓXICOS COMERCIALIZADOS EM NATAL-RN E OS RISCOS DA CONTAMINAÇÃO DO MEIO AMBIENTE E DA POPULAÇÃO

Maxson Janailson dos Santos

Discente do curso de Nutrição, Faculdade Natalense para o desenvolvimento do RN

Dra. Everlane Ferreira Moura

Dra. Tereza Neuma de Castro Dantas

Docentes do curso de Nutrição, Faculdade Natalense para o desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) Agrotóxicos ou pesticidas, são produtos químicos utilizados na lavoura, na pecuária e mesmo no ambiente doméstico com a finalidade de exterminar pragas ou doenças que ataquem culturas agrícolas. Estes representam um risco ao ambiente e à saúde, uma vez que contaminam o solo e são fatores etiológicos de inúmeras doenças e intoxicações, por serem neurotóxicos e agirem sobre a função endócrina. Dentre as causas de contaminação incluem-se, a ingestão de alimentos, a inalação e a absorção dérmica, resultante da falta de informação ou formação técnica, da má utilização de equipamentos de proteção, falta de monitoramento no controle de dosagens e aplicação, como de vendas. Em virtude do uso indiscriminado de pesticidas na região do Rio Grande do Norte e dos riscos que estes acarretam ao meio ambiente e à saúde humana, o presente trabalho tem como objetivo apresentar os perigos provenientes de seu uso, bem como realizar um levantamento dos principais tipos de pesticidas comercializados no estado. Sendo pesquisados os níveis toxicológicos de contaminação de cada substância, ou princípio ativo dos pesticidas, organizados por classes químicas.

(METODOLOGIA) Foi realizada pesquisa de campo em três estabelecimentos comerciais, fornecedores de agrotóxicos em Natal, onde foi feito um levantamento dos principais tipos de pesticidas mais vendidos no mercado. Os dados foram obtidos através de funcionários dos respectivos estabelecimentos e de especificações técnicas sobre composição química e toxicidade, além de outros dados específicos a cada produto e indústrias químicas fornecedoras, obtidos por levantamento em pontos de comercialização dos mesmos na região do Natal. A classificação quanto ao nível toxicológico dos pesticidas foi feita, com base em normas químicas, segundo o Ministério da Saúde que determina a seguinte especificação em rótulos para cada reagente químico: Classe **I-extremamente tóxico (rótulo vermelho)**; Classe **II-altamente tóxicos (rótulo amarelo)**; **III- mediamente tóxicos (rótulo azul)** e Classe **IV-pouco tóxico ou muito pouco tóxicos (rótulo verde)**.

(RESULTADOS) Os principais pesticidas (inseticidas, acaricidas e fungicidas) encontrados e estudados quanto a sua natureza química e toxicologia, separados por grupo químico, foram: Dimetoato, Parathion-metilico, Triazophos, e Methaminodophos (organofosforados); S-metil-n-(metil-carbamoil)-oxi-Tioacetimidato)-Methomyl e Carbaril (carbamatos); Endosulfan (organoclorados); Deltamitrina e Lambdacyhalothrin; (piretóides); Tebuconazole (triazóis); Acetamipriol (cloronicotinil); Thiamethoxan (nitroguanidina); Chlorfenapyr (pirazol) e Abamectin (avermectinas). O resultado do estudo sobre a *classe toxicológica* mostrou os seguintes níveis toxicológicos para o ser humano dentre os grupos químicos encontrados: **I-** incluem-se os organofosforados, os organoclorados e o metilcarbamato Methomyl (apenas uma pitada ou algumas gotas é capaz de matar uma pessoa); Classe **II-**o carbaril carbamato, o organofosforado dimetoato, os fosforados, os piretróides, os triazóis, o cloronicotinil e o pirazol; Classe **III-**as nitroguanidinas e a avermectina. A dose letal em uma pessoa adulta é uma pitada a uma gota para os compostos pertencentes à classe **I**; algumas gotas a 1 colher de chá para os da classe **II**; 1 colher de chá a 2 colheres de sopas para a classe **III**; 2 colheres de sopa a 1 copo para a classe **IV** e 1 copo a 1 litro para os muito pouco tóxicos da classe **IV**.

(CONCLUSÃO) Esses resultados mostram o nível de toxicidade dos principais pesticidas comercializados livremente em nosso comércio, e comprovam o grau de risco ao qual a população está exposta, desde a contaminação do solo e água, aos nossos alimentos, como as frutas e as verduras.

A7 – NUTRIÇÃO

MONITORAMENTO DA TEMPERATURA DE REFEIÇÕES PRONTAS DISTRIBUÍDAS EM EMBALAGENS DE ALUMÍNIO EM RESTAURANTES DO MUNICÍPIO DE NATAL/RN

*Denise Livia de Queiroz Bandeira
Marcelle Carrilho Alecrim Pacheco
Rafaella Dantas Floquet
Renata Patrícia Daniel Amorim de Sousa
Tatiana da Silva Olivieri Cavalcante*

Discentes do Curso de Nutrição, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Monique Silveira Rosa

Docente do Curso de Nutrição, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) As transformações no mundo contemporâneo provocaram mudanças significativas nos hábitos alimentares dos seres humanos, que passaram a usufruir cada vez mais das preparações oferecidas por estabelecimentos comerciais. Porém, em vários restaurantes, as preparações ficam expostas nas linhas de distribuição por um longo período e, na maioria das vezes, sob uma temperatura inadequada colocando em dúvida a qualidade da refeição servida. Quando os alimentos cozidos sofrem resfriamento sob temperatura ambiente, podem possibilitar a proliferação de microorganismos. Independente do local de processamento e/ou consumo, o produto final deve manter suas características físicas, físico-químicas, sensoriais e microbiológicas e permanecer com a temperatura recomendada pela Resolução RDC nº 216 da ANVISA. Alimentos quentes devem permanecer numa temperatura maior ou igual à 60°C e alimentos frios, numa temperatura igual ou inferior a 10°C, desta forma o acondicionamento destes alimentos devem ser em embalagens separadas para que não haja uma transferência de calor entre eles. Quanto maior for o tempo de exposição da preparação em zona de perigo, as bactérias patogênicas e os microorganismos produtores de toxinas podem se multiplicar em uma velocidade alta, assim, é fundamental que seja estabelecido no sistema de qualidade da empresa a verificação do tempo e da temperatura em cada etapa do processo. Portanto, esse trabalho teve como objetivo avaliar a temperatura de refeições prontas distribuídas em embalagens de alumínio em um período de 3 horas, com a finalidade de estabelecer um tempo seguro de consumo desses alimentos.

(METODOLOGIA) O presente estudo avaliou 5 refeições prontas e embaladas em alumínio (tipo “quentinhas”), coletadas em quatro restaurantes na cidade de Natal-RN, totalizando 20 amostras analisadas. As amostras foram adquiridas na qualidade de consumidores em dias diferentes, no horário que variou de 11h30min às 12h30min. As embalagens continham o mesmo cardápio (feijão preto, arroz branco, carne bovina, macarrão e salada crua). As medições foram feitas utilizando-se um termômetro digital do tipo espeto, durante 3 horas em um intervalo de 30 minutos. Em seguida, foram feitas as médias das temperaturas em cada medição nos diferentes restaurantes, verificando as variações de temperatura ao longo do tempo.

(RESULTADOS) De acordo com os dados obtidos, observou-se que 100% dos restaurantes distribuíam refeições com a temperatura inicial abaixo da recomendada pela Resolução RDC nº 216 da ANVISA, variando de 42,8°C a 47°C. Ao final das três horas, a temperatura encontrada variou de 30°C a 33,8°C. Ao longo do tempo, as temperaturas médias encontradas foram 45,4°C ($\pm 1,8$), 41,4°C ($\pm 0,8$), 37,5°C ($\pm 1,3$), 35,3°C ($\pm 1,0$), 33,6°C ($\pm 1,5$), 32,6°C ($\pm 1,4$), 31,6°C ($\pm 1,7$), respectivamente, com uma perda de calor média de 13,9°C ($\pm 1,1$).

(CONCLUSÃO) Percebeu-se que em um período de três horas ocorre uma grande variação de temperatura nas refeições. Dessa forma sugere-se aos estabelecimentos produtores de refeições, um controle e monitoramento das temperaturas dos alimentos desde o momento de sua confecção até a distribuição para o consumo, de forma que a temperatura dos alimentos prontos permaneça acima de 60°C. Ainda, recomenda-se um consumo imediato, por parte dos consumidores, das preparações distribuídas em embalagens de alumínio, devido a temperatura ser um fator determinante para o desenvolvimento e multiplicação de microorganismos, tornando-os um risco à saúde do consumidor.

A7 – NUTRIÇÃO

MULTIMISTURAS X DESNUTRIÇÃO

Adriane Freitas de Souza

Adriano de Lima Silva

Cláudio Caetano da Silva Freitas

Roberto Rosa da Conceição

Thiago Pinheiro de Araújo

Discente do Curso de Nutrição, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Alessandra Mussi Ribeiro

Docente do Curso de Nutrição, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) A fome e a desnutrição são problemas a serem enfrentadas, principalmente em países em desenvolvimento como o Brasil, onde continuam sendo umas das principais causas de mortalidade na população, principalmente crianças, que são as mais afetadas. A Pastoral da Criança é uma organização de ação social da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), de atuação ecumênica, que tem como objetivo ajudar a crianças principalmente as mais carentes oferecendo diversos tipos de serviços, dentre elas a Nutrição. A multimistura é um tipo de alimentação alternativa que consiste em um complemento alimentar composto das partes usualmente não consumidas dos alimentos: folhas (mandioca, batata-doce), cascas (ovo, banana), sementes (girassol, abóbora) e farelos (trigo e arroz) e tem sido recomendada como fonte de macro e micronutrientes e muito utilizada em todo território nacional. Nosso trabalho propõe analisar as publicações em torno do uso de multimisturas no combate a desnutrição no Brasil.

(METODOLOGIA) O presente trabalho constitui-se em um estudo do tipo descritivo, desenvolvido a partir de uma pesquisa bibliográfica, a partir de artigos onde sua maioria foi identificada a partir de base de dados como Scielo, usando as palavras chaves “desnutrição”, “multimistura”, “pastoral da criança”.

(RESULTADOS) A partir da revisão realizada verificamos que existe grande controvérsia acerca da utilização das multimisturas. O Conselho Federal de Nutricionistas posiciona-se de forma contrária a utilização da alimentação alternativa (multimistura), por se tratar de um produto obtido a partir de alimentos mais comumente utilizados na nutrição animal. Para o Conselho as multimisturas são apenas farinhas elaboradas a partir de subprodutos que contêm características químicas muito próximas, similares a outros farelos e cereais, não possuindo qualquer atributo que garanta riqueza nutricional. Alguns trabalhos científicos também concordam com o Conselho, porque demonstraram que algumas amostras de multimisturas não promovem crescimento adequado quando testadas em animais. Para estes pesquisadores a recuperação do estado nutricional, observada em alguns desses programas, se deve, a outros fatores como as medidas de combate à diarreia e às parasitoses. Por outro lado, outros pesquisadores concluíram que alguns tipos de multimisturas parecem suprir razoavelmente os requerimentos vitamínicos de roedores submetidos à desnutrição pós-natal. A outros relatos científicos que demonstram a eficiência de multimisturas na recuperação nutricional de crianças desnutridas.

(CONCLUSÃO) Existe uma grande carência de estudos científicos que comprovem a eficiência das multimisturas no combate a desnutrição infantil. Provavelmente, isto justifique os relatos contraditórios de grupos de pesquisadores e conseqüentemente a impossibilidade de afirmar se as multimisturas utilizadas pela Pastoral da Criança realmente são responsáveis pela recuperação do quadro nutricional de crianças desnutridas.

A7 – NUTRIÇÃO

REFLEXÃO DAS CRENÇAS DE SAÚDE NA MODIFICAÇÃO DE HÁBITOS ALIMENTARES

Ana Paula Pignataro

Ana Maria de Moaris

Joana D'arc

Vanessa Dantas

Discentes do Curso de Nutrição, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Katie Almondes

Docente do Curso de Nutrição, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) Neste trabalho identificamos os hábitos alimentares do paciente, e como objetivo principal relacionamos a importância da Psicologia com a Nutrição abordando as Crenças de Saúde para que assim possamos compreender a alimentação do paciente, e desse modo, ajudá-lo a melhorar em algum ponto que se apresente deficiente. Vivemos em um mundo globalizado e cada vez mais moderno, industrializado e acima de tudo competitivo. Hábito alimentar é atribuído quando o indivíduo é acostumado a comer determinados alimentos constantemente, e na grande maioria das vezes, esse hábito é adquirido à pessoa desde sua infância, e também quando já estão embasados em sua cultura. Quando uma alimentação é mudada radicalmente, o nosso corpo passa por inúmeras reações. Isso acontece também quando paramos de consumir algo que não nos faz bem. Situações como hipertensão arterial, sudorese, palpitações no coração, tonturas, desmaios, entre outros, são exemplos de eventos que o organismo pode passar quando tentamos fazer uma dieta por conta própria ou mal orientada e/ou fundamentada. O fato dos diabéticos não deixarem de consumir açúcar, por exemplo, é bastante complicado porque os organismos dessas pessoas já estão acostumados com tal alimentação, e quando esta é interrompida, diversos eventos emocionais, como ansiedade, estresse, agressividade, solidão (...) podem ocorrer. Eis a grande parceria da Psicologia com a Nutrição. Cada uma das ciências depende uma da outra para que possamos compreender e diagnosticar as pessoas. Nessa interação das ciências abordamos as crenças de saúde, e com as suas definições podemos atribuí-las nas questões nutricionais das pessoas.

(METODOLOGIA) Para desempenhar nosso trabalho fizemos um questionário fechado de perguntas com múltiplas respostas realizado no ambulatório da FARN (Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte) e entrevistamos um indivíduo do sexo masculino.

(RESULTADOS) O paciente entrevistado é hipertenso, e na sua família tem casos de doença cardiovascular. Ele alegou cumprir a dieta, mas às vezes acaba ingerindo alimentos bastante prejudiciais à sua saúde. Fizemos algumas relações das respostas do paciente com as crenças de saúde. Os *Modelos de Cognição social* analisam os fatores que predizem os comportamentos e a razão pela qual os indivíduos falham na manutenção de um comportamento que se comprometeram a ter. Dentre as expectativas que esse Modelo trabalha temos as *Expectativas em relação aos resultados da situação*: quando um determinado comportamento pode ser perigoso. Observamos que o paciente apresentou ansiedade e achou que estava cobrando muito de si mesmo, por isso não conseguiu cumprir a dieta que ele se propôs a fazer. Assim, a definição dessa “Expectativa” explica o comportamento do indivíduo. O entrevistado diz ser católico, e que sua religião não o proibi de consumir algum alimento, o que explica as crenças do próprio paciente com relação à sua religião. Perguntamos também como ele reagiria se desenvolvesse doenças como Diabetes ou Hipertensão, e o paciente disse acreditar que não desenvolveria essas doenças. Assim, relacionamos essa resposta com o *otimismo irrealista*. Os fatores cognitivos que o contribuem são, entre outros: falta de experiência pessoal do problema, e a Crença de que se o problema não apareceu, não aparecer no futuro. O *Locus do controle da saúde* relaciona-se com o fato dos indivíduos mudarem ou não seus comportamentos e com o tipo de estilo de comunicação que esperam dos profissionais de saúde. Com essa definição e com a resposta do paciente (“seguiria a dieta tal qual o nutricionista prescreveu, mas com receio e ansiedade”) observamos a relação entre esses dois fatores, pois por mais força de vontade que ele tenha em mudar sua dieta, ele ainda teria ansiedade.

(CONCLUSÕES) Concluímos que não é fácil mudar hábitos alimentares, pois quando o indivíduo já os tem (muitas vezes adquiridos desde a infância) a mudança afeta consideravelmente em sua vida e em seu cotidiano. Para que uma alimentação seja modificada é necessário um acompanhamento sério de um profissional da área de Nutrição, e em muitos casos de um psicólogo. E o mais importante: a força de vontade do paciente e o apoio e compreensão da família. Vimos também que os Comportamentos de Saúde influem na vida das pessoas, e a importância de estudar esses comportamentos pelo fato do declínio das doenças infecciosas que depende dos hábitos comportamentais.

A7 – NUTRIÇÃO

PROBIÓTICOS, PREBIÓTICOS E SIMBIÓTICOS – PARA ALÉM DA SIMPLES NUTRIÇÃO

Adriana Sousa Santiago de Freitas Nunes

Carolina de Lemos Santos Cortez

Ednéa Soares da Siva

Márcia Roque Braz de Araújo

Discentes do Curso de Nutrição, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Ketsia Bezerra Medeiros

Vanessa Santos de Arruda Barbosa

Docentes do Curso de Nutrição, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) Nos dias atuais, há uma preocupação crescente com a utilização dos alimentos não só como fonte nutricional, mas também na prevenção de doenças e fortalecimento do sistema imunológico. O papel de uma alimentação equilibrada na manutenção da saúde é indiscutível e tem despertado o interesse do público em geral e da comunidade científica em particular, no intuito de comprovar a atuação de certos alimentos na promoção da saúde, retardando ou prevenido o aparecimento de doenças. Por estes motivos, diversos estudos são feitos no sentido de cada vez mais classificar alguns alimentos como “funcionais”, assim chamados porque têm outras funções além do seu papel nutricional. O presente trabalho objetiva fazer uma revisão das propriedades, funções e modo de ação destes alimentos, com ênfase nos probióticos, prebióticos e simbióticos, alimentos funcionais que contêm e/ou estimulam o crescimento de bactérias benéficas à saúde, seja inibindo o crescimento de espécies patogênicas, seja estimulando o sistema imunológico do indivíduo.

(METODOLOGIA) Esta pesquisa foi do tipo bibliográfica, fundamentada em dados provenientes de artigos, sites e outras pesquisas relevantes sobre o tema.

(RESULTADOS) O organismo abriga um número surpreendente de células bacterianas, que chega a ultrapassar em vinte vezes o número de células normais do corpo humano. Tais bactérias são extremamente importantes para a manutenção da saúde do hospedeiro, uma vez que protegem contra infecções causadas por bactérias patogênicas, contribuem para o processo digestivo e influenciam na resposta imunológica. Os probióticos são alimentos que contêm grande concentração de bactérias benéficas que, uma vez ingeridas, além de restabelecer a microbiota normal (quando se faz necessário), auxiliam na digestão, e inibem, por competição de nutrientes, o crescimento de bactérias patogênicas no trato digestivo. Dentre os probióticos mais utilizados, estão as bactérias do gênero *Lactobacillus*, presentes no leite fermentado. Já os prebióticos são ingredientes alimentares indigeríveis que promovem a saúde do hospedeiro ao estimular a ação de bactérias benéficas no trato digestivo. Tais ingredientes são encontrados naturalmente em vegetais e frutas como alcaçofra, cebola e banana, entre outros. Alimentos que combinam probióticos com prebióticos denominam-se simbióticos. Estes bioterapêuticos são compostos de bactérias acompanhadas dos seus substratos específicos que, ingeridos em conjunto, amplificam a ação terapêutica.

(CONCLUSÃO) Já está bem estabelecido na literatura pertinente o papel fundamental das bactérias na sobrevivência do indivíduo, através da microbiota normal do corpo humano. Alguns alimentos funcionais, conhecidos como prebióticos, probióticos e simbióticos, agem no sentido de manter esta microbiota estável e funcional, de acordo com sua composição e modo de ação no organismo. Informações mais minuciosas e consistentes sobre os mecanismos de ação desses alimentos e sua interação com o hospedeiro se fazem necessárias para que se permita seu uso disseminado. As perspectivas futuras buscam substituir alguns medicamentos largamente utilizados – que a despeito de sua eficácia causam toxicidade significativa no organismo – por alimentos funcionais, na prevenção e até mesmo tratamento de doenças, associando-os a terapias já existentes.

A7 – NUTRIÇÃO

REFLETINDO A DIFICULDADE DE MUDAR HÁBITOS ALIMENTARES A PARTIR DE UM ESTUDO DE CASO

*Ana Karina Marinho de Oliveira
Janaína Damasceno Bezerra
Lidivânia Clarice do Nascimento
Maria do Carmo Barbosa Carneiro Paes
Nataly Jacomeli de Sousa*

Discentes do Curso de Nutrição, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Katie Morais de Almondes

Docente do Curso de Nutrição, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) Hábito alimentar é a frequência de consumo diário de alimentos de um indivíduo de acordo com fatores socioculturais, econômicos, psicológicos e de saúde. Quando realizados de maneira correta podem agir na prevenção de doenças oportunistas, infecciosas, e até mesmo hereditárias e promover a longevidade. As crenças que o paciente tem sobre sua saúde também influenciam os hábitos. A concepção errada de que certo alimento não pode ser prejudicial à saúde também é bastante comum entre as pessoas o denominamos de otimismo irrealista, mas quando se tem a consciência o indivíduo passa a ter motivos para se proteger de doenças, sendo que é preciso força de vontade para manter a saúde, como fazer exercícios físicos e comer saudavelmente. Algumas pessoas apenas acreditam que estão doentes quando apresentam um quadro clínico de risco, o que chamamos de teoria da atribuição, outras apenas modificam hábitos se forem orientadas por algum profissional de saúde- lócus do controle da saúde. Há também os casos em que se é preciso passar por algumas fases para atingir seu objetivo que vai desde uma pré-intenção a até a manutenção, denominadas de fases de mudança de comportamento. Portanto, o objetivo do trabalho foi analisar a dificuldade de modificar hábitos através de um estudo de caso.

(METODOLOGIA) A pesquisa foi realizada através de um estudo de caso, no ambulatório de Nutrição da FARN, cujo paciente era do sexo masculino com idade de 58 anos. Para entrevistá-lo foi criado um questionário com perguntas abertas e fechadas com um total de 23 (vinte e três) questões e analisado.

(RESULTADOS) Na análise dos dados colhidos na entrevista, o paciente demonstra ser consciente de que para ser ter saúde é preciso uma alimentação saudável, e por isso tentar mantê-la comendo bem, quando possível. É uma pessoa que tem seus hábitos alimentares arraigados pela família e ninguém o faz comer o que não gosta isso mostra a influência dos fatores sociais. Porém, apesar de afirmar ser uma pessoa que zela pela saúde através da alimentação, não deixaria de comer o que mais gosta, mesmo que alguma doença que o restrinja, apenas diminuiria o consumo, isso ressalta a teoria do otimismo irrealista, visto que diminuir o consumo não o causaria tantos danos. Para ele os hábitos alimentares não são difíceis de mudar apenas basta força de vontade que se de difere de pessoa a pessoa.

(CONCLUSÃO) Modificar hábitos alimentares é difícil de se afirmar que é capaz quando não se tem uma motivação para se proteger ou prevenir de alguma doença.

A7 – NUTRIÇÃO

REFLEXÃO DOS MODELOS DE CRENÇA NA MODIFICAÇÃO DOS HÁBITOS ALIMENTARES

*Alyne Ramos
Cleya Lopes Santos
Laryssa Silva do Nascimento
Mirpyera Oliveira Barbosa*

Discente do Curso de Nutrição, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Katie Almondes
Docente do Curso de Nutrição, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) O hábito alimentar, notadamente é influenciado por vários fatores, como por exemplo, a idade, região onde habita, poder aquisitivo e até crença religiosa. Atualmente, qualidade na alimentação não é uma prioridade para muitos, contraindo hábitos alimentares prejudiciais para a saúde e a globalização também tem sua parcela de culpa, pois, transforma a rotina de pessoas numa constante correria. A Psicologia entra como grande colaborador na compreensão da dificuldade de se mudar essa cultura alimentar. Através de uma análise dos fatores causadores de certos comportamentos, a psicologia também explica porque nem sempre ela consegue atingir o resultado desejado ou não simplesmente não consegue mantê-los. Ansiedade, estresse, medo, tensão, e alguns outros, estão dentre características que podem influenciar diretamente hábitos alimentares. O objetivo deste estudo é expor uma análise em um caso de mudança de comportamento alimentar.

(METODOLOGIA) Através de um estudo de caso, foi realizada uma análise com uma paciente do sexo feminino, com 44 de idade, em um Ambulatório de Nutrição da FARN. Utilizou-se questionário fechado e aberto, contendo quinze questões.

(RESULTADOS) A paciente analisada é uma senhora de 44 anos, medindo 1,46 de altura, pesando 48kg, fumante e consumidora de álcool em média duas vezes por semana, faz seis refeições ao dia, sendo na maioria das vezes por influência de fatores emocionais, como tristeza, ansiedade entre outros. Em sua família existem casos de diabetes, tem o hábito de dormir entre 22hs e 00hs, embora tenha consciência do benefício de se praticar exercícios físicos, admite ser totalmente sedentária. Afirma já ter procurado um nutricionista. Após comportamentos avaliados, detectamos a presença de hábitos não saudáveis como fumar, consumir álcool e não praticar exercícios. Concluiu-se que o estado momentâneo emocional influencia diretamente na qualidade da saúde da paciente em questão, pois, quando a mesma se encontra estressada, com raiva, ansiosa ou triste, ela ingere doce e gorduras com muito mais frequência. Segundo os modelos de cognição social que analisam os fatores que predizem e a razão pela qual os indivíduos falham na manutenção de comportamentos que se comprometam a ter, esses fatores podem ser os motivos para a falha na mudança para seu comportamento considerado prejudicial à saúde. Ao falar que consegue mudar seus hábitos facilmente, ela se encaixa na teoria da atribuição que diz que os indivíduos estão motivados a ver o mundo social como previsível e controlável, mas ao mesmo tempo transporta a culpa para a vida agitada. Ela apresenta um comportamento de saúde, onde o seu objetivo é prevenir o aparecimento de uma doença; um comportamento de doença, com o objetivo de encontrar um tratamento para o seu problema; e um comportamento de doente, que mostra seu interesse em ficar saudável.

(CONCLUSÕES) De acordo com o caso estudado conseguiu-se compreender a dificuldade de mudar os hábitos alimentares devido à herança de uma dieta ruim dos pais e a influência da sociedade. Mesmo com toda a informação que existe sobre a alimentação saudável, ainda existe a vida agitada que acaba reduzindo o tempo das pessoas para sentarem e fazerem uma refeição balanceada, rica em nutrientes necessários para o organismo. Outro fator que implica é a presença de gorduras em determinados alimentos que aguçam o paladar tornando os alimentos mais atraentes, mesmo que estes não sejam saudáveis.

A7 – NUTRIÇÃO

ROTULAGEM NUTRICIONAL: ANÁLISE DE RÓTULOS DE ÁGUA DE COCO ENVASADAS COMERCIALIZADAS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

*Cecília Maria Mindêlo Manchado
Daniella Bezerra Pinheiro Moreno
Maria Clara Medeiros Fulco
Rebecca Guedes de Carvalho Soares
Vagna Cabral de Almeida*

Discentes do Curso de Nutrição da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Monique Silveira Rosa

Docente do Curso de Nutrição da Faculdade Natelense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) Devido a pouca disponibilidade de tempo, as pessoas cada vez mais consomem alimentos de fácil preparação e ingestão e, assim é crescente o aumento de alimentos industrializados oferecidos ao consumidor de forma facilitada. Considerando que a rotulagem nutricional facilita ao consumidor conhecer as propriedades nutricionais dos alimentos, contribuindo para um consumo adequado dos mesmos, o presente estudo tem como objetivo avaliar a rotulagem praticada por estabelecimentos produtores de água de coco envasada do Rio Grande do Norte e indicar se está ou não em conformidade com a legislação vigente.

(METODOLOGIA) A rotulagem foi avaliada de acordo com as informações obrigatórias exigidas pela RDC nº 360 e nº 359, de 23 de Dezembro de 2003, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Foram avaliadas 5 marcas (A, B, C, D e E), onde os itens avaliados foram: Lista de ingredientes; Prazo de validade/ data de vencimento; Indicação quantitativa do conteúdo (g ou ml); Indicação de origem (País / Estado de Origem); Identificação de Lote; Instruções sobre o preparo, uso e armazenagem do alimento; Se contém ou não contém glúten; Informação nutricional obrigatória (Valor Energético, Carboidratos, Proteínas, Gorduras Totais, Gorduras Saturadas, Gorduras *Trans*, Fibra Alimentar, Sódio e % Valor Diário).

(RESULTADOS) Os resultados deste estudo mostram que todas as marcas analisadas apresentaram falhas nos rótulos das águas de coco. As falhas mais observadas foram: nas instruções sobre o preparo, uso e armazenagem do alimento; rótulos com data de validade ilegível; como também a ausência da expressão “Porção de”; a informação nutricional obrigatória, desde a disposição que deve estar escrita na tabela até a ausência de nutrientes e subitens obrigatórios. Os itens como: prazo de validade/data de vencimento, indicação quantitativa do conteúdo (g ou mL), indicação de origem, identificação do lote, informação se “contém” ou “não contém” glúten apresentaram-se, em todas as marcas analisadas, em conformidade com a legislação vigente. Em relação a lista de ingredientes, as marcas B e C não estão conformes. Já sobre a instrução de preparo, uso e armazenagem do produto as marcas A e D apresentaram-se não conformes. Quanto a informação nutricional e quantidade de porção, as cinco marcas analisadas apresentam irregularidades. De todas as marcas analisadas, a marca E é a que mais se encontra fora do padrão, onde apresenta lista de ingredientes fora da ordem obrigatória, ausência do subitem fibra alimentar com sua respectiva quantidade, ausência de medida caseira, ausência de quantidade de gorduras totais, *trans* e saturadas, ausência de percentual de valores diários referentes a uma dieta de 2000kcal, e contém frases que podem confundir o consumidor, como: “manter resfriada a 1º”. A forma correta de conservação seria de 0 a 5°C. Não deixando clara a melhor forma de armazenagem do produto.

(CONCLUSÕES) Por estas observações pode-se concluir que as marcas analisadas não estão rotulando seu produto de forma correta, cabendo às entidades governamentais não só fiscalizar o cumprimento das leis, mais também orientar os produtores da necessidade de uma rotulagem adequada, de modo que produzam rótulos com mais cuidado e atenção visando à segurança do consumidor para que o mesmo possa selecionar melhor o que deseja adquirir.

A7 – NUTRIÇÃO

FATORES COMPORTAMENTAIS QUE DIFICULTAM A MUDANÇA DO HÁBITO ALIMENTAR

*Romário Oliveira de Sant'ana
Saulo Victor e Silva
Vitória Regia*

Discentes do curso de Nutrição, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Katie Moraes Almondes

Docente do Curso de Nutrição, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) Fatores comportamentais acarretam na mudança do hábito alimentar influenciando a saúde das pessoas no ponto de vista biopsicossocial. Concomitante, existem crenças de saúde que cristalizam ainda mais o comportamento do indivíduo em relação ao seu hábito alimentar. Tais crenças levam os indivíduos a atribuírem a causa da doença a fatores externos e que não há responsabilidade individual na etiologia desta doença. Além disso, há o otimismo irrealista, no qual o indivíduo acredita que o possível problema pode ser facilmente prevenido ou que é pouco freqüente. Há também modelos de crenças que predizem uma mudança no comportamento alimentar, um deles é a motivação para a saúde, na qual o indivíduo se prende a um objetivo específico para mudar seu hábito alimentar, e outro é a relação de custo e benefício que consiste em analisar as perdas e os ganhos que irão ocorrer em função do novo comportamento. Aliado a esses modelos de crenças há determinantes que regem os comportamentos alimentares como os fatores sociais, emocionais e genéticos. As mudanças comportamentais acontecem por fases, em que há a pré-intensão de mudar, a intensão, a preparação, a ação na mudança e, por último, a manutenção. Sendo assim, o objetivo da pesquisa foi associar os fatores comportamentais que fazem parte do hábito alimentar de um paciente, fazendo uma reflexão teórica com os modelos de crenças de saúde.

(METODOLOGIA) Para fazermos a obtenção de dados da nossa pesquisa, utilizamos o método entrevistativo com uma paciente do sexo feminino, de 32 anos, do Ambulatório de Nutrição da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte. Através de um questionário aberto, averiguamos seus hábitos alimentares e as dificuldades encontradas ao tentar mudá-los.

(RESULTADOS) Constatamos, por meio das respostas da paciente entrevistada, que vários fatores traçavam seu comportamento alimentar, por exemplo, quando não se alimenta nas horas certas, fatores sociais, como o trabalho, interferem no seu comportamento. Outro fator que tem um papel muito influente na sua alimentação é o genético, no qual a paciente mostrou-se preocupada ao relatar casos de hipertensão e diabetes na família. Somando-se a estes, aparecem os fatores emocionais como o estresse, que a leva ao consumo moderado de chocolate. Além disso, a paciente demonstrou claramente a atribuição da doença a fatores externos, no momento em que mudou sua dieta sem nunca ter procurado um profissional da nutrição. Também, o otimismo irrealista está presente quando em certa dieta, com o intuito de diminuir sua massa, ignora os efeitos colaterais fazendo com que não considere os riscos ocasionados à sua saúde. Em relação a mudanças no hábito alimentar, concluímos que a paciente alcançou todas as fases de mudança do comportamento, quando introduziu soja na sua alimentação e a manteve no seu consumo habitual. Contudo, nas suas dietas, devido ao modelo de crenças que envolvem a motivação para mudar e a relação de custo e benefício, a paciente não fez uma manutenção pelo fato de ter alcançado seu objetivo, a perda de peso.

(CONCLUSÃO) A partir do nosso estudo inicial, pudemos identificar as dificuldades presentes na mudança de hábito alimentar e saber que, muito mais do que o conhecimento que o paciente possui ou que é passado para ele, o que está em evidência na implantação de uma nova atitude comportamental são fatores que fogem da orgânica do corpo. Portanto, para se fazer uma verdadeira mudança no hábito alimentar de um paciente, tem-se que averiguar todo o quadro biopsicossocial e, a partir disso, implementar a mudança adequada a cada indivíduo.

A7 – NUTRIÇÃO

ANÁLISE COMPORTAMENTAL DE PACIENTES SUBMETIDOS À REEDUCAÇÃO ALIMENTAR

*Larissa Vieira
Lizandra Laís Rufino
Mariana Menezes
Maria Izabel Lima
Nahyma Martins*

Discentes do curso de Nutrição, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Katie Moraes Almondes

Docente do Curso de Nutrição, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) Através da realização de um questionário laboratorial com pacientes submetidos à reeducação alimentar no Ambulatório de Nutrição da FARN, observamos os hábitos alimentares de cada indivíduo perante suas realidades sociais. Tais comportamentos puderam ser relacionados com as questões psicológicas dos processos mentais apresentadas em sala de aula na disciplina de Psicologia Aplicada à Nutrição.

A pesquisa partiu do questionamento “Por que é difícil mudar hábitos?” colocado em sala de aula e posto literalmente em prática com a ida ao Ambulatório. Deparamos-nos com situações bastante interessantes que serão abordadas ao longo do trabalho, como por exemplo, a contradição notória nas respostas de uma das pacientes e o stress de outra que refletia em seu comportamento perante nós.

(METODOLOGIA) Pesquisa social realizada no Ambulatório de Nutrição da FARN utilizando questionário aberto aplicado a pacientes, organizado por cinco alunas do 1º ano considerando os hábitos alimentares e as queixas psicológicas. Dividimo-nos em dois grupos com um questionário cada um. Entrevistamos duas pacientes com idades entre 30 e 50 anos.

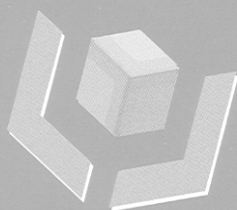
(RESULTADOS) Diversos aspectos psicológicos foram percebidos por nós ao desenvolver tal pesquisa. No primeiro caso podemos destacar Comportamentos de Saúde, Fatores que Predizem o Comportamento, Locus do Controle da Saúde e Modelos de Crença de Saúde. No segundo caso, predominaram os mesmos aspectos psicológicos da primeira paciente, com o acréscimo do Modelo de Cognição Social.

Sobre os Comportamentos de Saúde destacamos que a paciente um, devido a sua rotina agitada, desviava-se de alguns dos fatores essenciais do estado de saúde relacionados com a Longevidade (não dormia de 7-8h; comia entre as refeições, além de não se exercitar regularmente). Com relação aos Fatores que predizem o Comportamento pudemos notar fatores emocionais, como ansiedade e stress, além de crenças do doente. Dentro do conceito de Locus, a paciente modificou seus próprios hábitos alimentares por acreditar ter facilidade para tal, já que esta era estudante do curso de Nutrição. Nos Modelos de Crenças de Saúde, apresentou expectativas em relação aos resultados, já que a atitude dela em fazer sua própria dieta gerou um comportamento para reduzir os malefícios de sua alimentação.

Ao analisarmos a paciente dois também notamos falha nos fatores essenciais do estado de saúde que remetem a Longevidade: comia entre as refeições, estava acima do peso e não se exercitava regularmente. Sobre os Fatores que Predizem o Comportamento, os fatores sociais afetavam o comportamento dessa paciente (aprendizagem e normas sociais, já que seus hábitos eram arraigados), como também fatores emocionais e crenças do doente (ela acreditava que sua alimentação não estava relacionada com a doença). Nestes fatores, as crenças dos profissionais de saúde também se destacaram, pois a paciente em questão não seguiu corretamente a dieta proposta pela nutricionista. Esta paciente não tinha consciência de que deveria seguir as recomendações da nutricionista (ênfase no Locus), fazendo mal a sua própria saúde. Nos Modelos de Crenças de Saúde apresentou invariáveis demográficos que arremetem ao custo/benefício além da motivação para a saúde. Com relação ao cumprimento das recomendações propostas, apresentou falha, não realizando as modificações necessárias em seus hábitos alimentares (Modelos de Cognição Social).

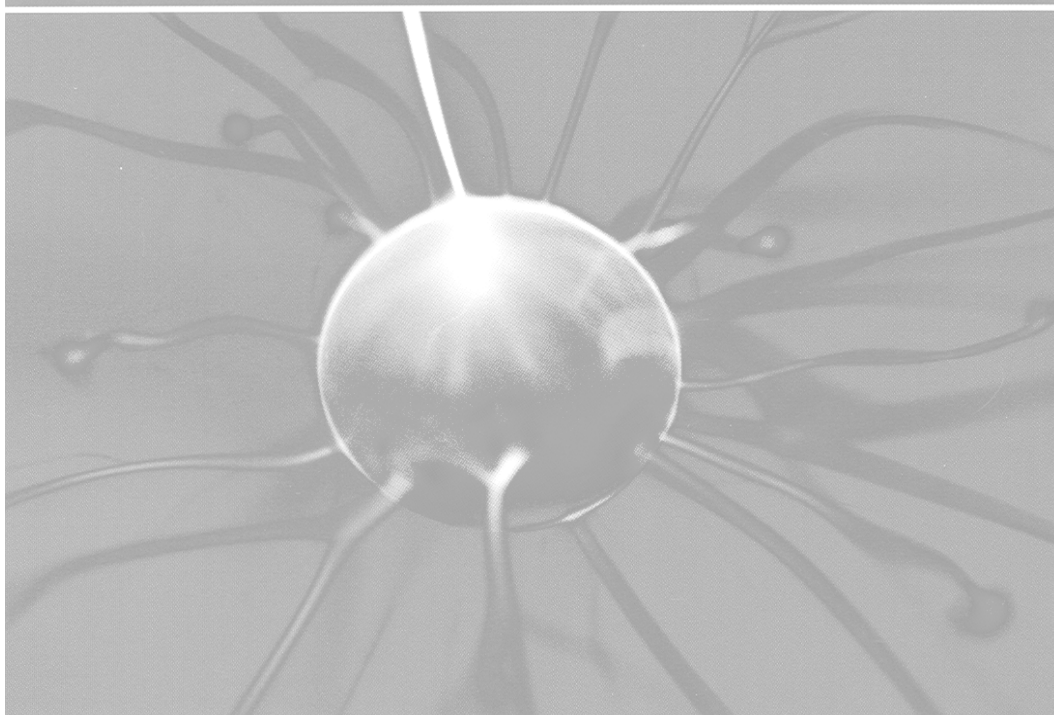
(CONCLUSÕES) Após a análise laboratorial dos casos, pudemos avaliar e relacionar os aspectos nutricionais com os psicológicos, já que esses influenciam na avaliação completa do indivíduo doente. Com isso, nós, estudantes do Curso de Nutrição vimos na prática que em nossa profissão teremos sempre que interligar as questões psicológicas de cada paciente com sua realidade nutricional, para assim termos sucesso na evolução de um quadro clínico, seja ele por motivos patológicos, de reeducação alimentar, entre outros. Corpo e mente interagindo na saúde dos indivíduos.

VII CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA FARN



VII

**CONGRESSO DE INICIAÇÃO
CIENTÍFICA DA FARN**



"EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA CONSTRUÇÃO DA PAZ"
24 a 27 de outubro de 2007

**P
S
I
C
O
L
O
G
I
A**

COMUNICAÇÃO LIVRE

A MÚSICA E O PARTO: O QUE HÁ POR TRAZ DESSA RELAÇÃO?

Tiago Dantas Martins

Discente do Curso de Psicologia, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Alessandra Mussi Ribeiro

Katie Moraes de Almondes

Docentes do Curso de Psicologia, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO): Muitas pessoas já devem ter se percebido ouvindo uma música e pensando: ‘Por que essa música me deixa assim? De onde ela vem? Como surgiu?’ A música é uma das manifestações humanas mais antigas, e está presente em todas as culturas conhecidas. Desde os seus primórdios o ser humano busca, racionalmente, controlar seu ambiente, e o som é um de seus elementos. A música, portanto, é uma tentativa de controle e compreensão do ambiente. Recentemente suas propriedades, sobretudo como influente mobilizadora do organismo animal, despertou na ciência grande interesse, inaugurando um novo campo prático e investigativo denominado de musicoterapia. Estudos apontam que intervenções musicoterápicas ajudam no controle da dor e na ansiedade, presentes ativamente, durante o trabalho de parto. A gestação é um período de desenvolvimento tanto físico quanto psicológico, que promove no organismo da mãe reestruturações e readaptações. O parto encerra o período de gestação desencadeando na mãe intensas reações emocionais. Neste contexto, podemos vislumbrar a contribuição que a música pode oferecer durante este período, construindo novas perspectivas de intervenção pautada no mais atual paradigma de assistência à parturiente, o parto humanizado.

(METODOLOGIA): Trata-se de uma pesquisa bibliográfica fundamentada em autores, em dados obtidos de artigos e reportagens, buscando destacar as opiniões para a qual os teóricos convergem. Permitindo construir, a partir desses textos, informações fomentadoras de um debate científico-informacional avaliando a relevância dessa proposta.

(RESULTADOS): Nossa pesquisa apontou a correlação da música com o controle da ansiedade e da dor. Estudos realizados com parturientes, que são colocadas em um ambiente com música controlada logo que se inicia o trabalho de parto, sugerem sua influência na redução dos níveis de ansiedade e percepção da dor, e aparentemente pode haver correlações também com o aumento da probabilidade de ocorrer parto natural. Há indícios de que a música estimula estruturas neurais responsáveis pela liberação de endorfinas, substâncias endógenas que controlam a dor. Por outro lado, a ativação do córtex auditivo reduz a atividade do complexo amigdalóide, cessando a liberação de cortisol e evitando uma cadeia de respostas relacionadas ao estresse e, por conseguinte, a ansiedade. Embora ainda controversos esses mecanismos têm sido alvo de intensos estudos científicos.

(CONCLUSÃO): Diante de resultados conclusivos, que concedem ao debate desse tema o caráter de ferramenta informacional dos processos de “cientificização” ao qual estão expostos os diversos conhecimentos humanos, observamos mais um passo formidável rumo à compreensão dos elementos ambientais interferindo em nosso organismo, e a partir daí será possível aprimorar a tecnologia existente ou, até mesmo, elaborar novos procedimentos que partindo desses conhecimentos traga conforto e bem estar ao ser humano.

**AVALIAÇÃO DE TRANSTORNOS ALIMENTARES EM PACIENTES
SUBMETIDOS À CIRURGIA BARIÁTRICA**

Milla Rafaella Marinho Gonçalves

Jackeline Lima Vidal

Wagna Tavares da Silva

Discentes do curso de Psicologia, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Katie Moraes de Almondes

(Docente do curso de Psicologia, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN)

(INTRODUÇÃO) Nos dias atuais, as preocupações com o peso e a aparência corporal, que influenciam o comportamento alimentar, são um fenômeno notório. O tema suscita muitas indagações, por ter tomado grandes proporções e acarretar serias conseqüências físicas, psicológicas e desadaptação social. Em relação às preocupações com o peso, muitas vezes isso se torna excessivamente patológico derivando os chamados transtornos alimentares. A existência dos transtornos alimentares como anorexia nervosa e bulimia que estão intimamente relacionados por apresentarem uma psicopatologia comum: seus portadores têm preocupações excessivas com o peso e a forma corporal (medo de engordar), apresentando-se sempre insatisfeito com sua aparência física. Existe ainda o transtorno de compulsão alimentar periódica e os transtornos alimentares sem outra especificação. A cirurgia bariátrica é a técnica conhecida como o padrão ouro no tratamento da obesidade, por visar proporcionar uma melhoria do quadro de saúde do indivíduo e oferecer melhorias em outros aspectos da vida desta pessoa, como sua qualidade de vida. Após a realização da cirurgia, uma melhora no comportamento alimentar pode ocorrer precocemente, porém dados da literatura mostra que para algumas pessoas os aspectos psicológicos como dependência e uso de alimentos como “conforto emocional”, bem como a insatisfação com a imagem corporal pode predispor o indivíduo ao desenvolvimento de transtornos alimentares. O objetivo geral do nosso estudo foi avaliar os transtornos alimentares em pacientes submetidos à cirurgia bariátrica.

(METODOLOGIA) A amostra foram 15 pessoas do sexo feminino, com idade média 38 anos, submetidas à cirurgia bariátrica com média de 2,5 anos de cirurgiadas da cidade do Natal. Nessa amostra aplicou-se uma ficha de identificação, o termo de consentimento livre e esclarecido e o protocolo de Escala de Compulsão Alimentar Periódica. Foram analisados os dados com ajuda do Excel. Os escores padrões forneceram subsídios para a análise de identificar a presença de Transtornos de Compulsão Alimentar Periódica (TCAP), em que entre 0 a 17 não existe a presença de compulsão alimentar, entre 18 a 26 a presença de compulsão alimentar, moderada e maior ou igual a 27 com transtorno de compulsão alimentar periódica, grave.

(RESULTADOS) De acordo com a Escala de Compulsão Alimentar Periódica, encontramos a média de idade dos indivíduos de 38 anos, com o tempo médio de cirurgia 2,5 ^{+/-} 1,7 e escore 5,7 ^{+/-} 5,2, indicando que os entrevistados estão isentos no momento de transtorno de compulsão alimentar periódico.

(CONCLUSÃO) Podemos inferir, portanto, de acordo com a análise dos dados, que os pacientes entrevistados não possuem Transtorno de Compulsão Alimentar Periódica e que a cirurgia bariátrica parece não estar relacionada ao desenvolvimento de transtornos alimentares.

A8 – PSICOLOGIA

A INFLUÊNCIA DO AMBIENTE NO COMPORTAMENTO

Fernanda Louise

Marina Macedo

Talita Cavalcanti

Discentes do curso de psicologia, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Katie Almôdes

Docente do curso de psicologia, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) O controle ambiental exerce influência no nosso comportamento através de estímulos ou conseqüências em determinadas ocasiões. Objetivo é identificar e descrever o efeito comportamental buscando relações ordenadas entre as variáveis ambientais e a ação do organismo. A proposta de controle ambiental se apresenta através das seguintes variáveis: fator externo, história passada pelo indivíduo, levando em consideração a cultura e as experiências individuais desse sujeito, fator genético. As influências ambientais tais como: as influências da família, dos amigos, da escola, do bairro, da sociedade e da cultura são muito importantes para determinar nosso comportamento, pois é através das nossas experiências que desenvolvemos as respostas. Através do ambiente podemos observar traços específicos em uma população. Um contexto como um fator básico na determinação do comportamento humano expõe à possibilidade de modificar esses fatos, a fim de modificar o comportamento das pessoas.

(METODOLOGIA) Levantamento bibliográfico e a análise de caso à luz da teoria comportamental.

(RESULTADOS) O caso é de um ocupado executivo que mora na grande cidade de São Paulo, que trabalha o dia inteiro, não tem tempo absolutamente para nada. Gerando um quadro altamente estressante, influenciando não só no seu comportamento, mas também notoriamente na sua saúde mental e física. Apresentando sintomas de nervosismos, irritação, agressividade, ansiedade, mal humor, insônia acarretando no cansaço muscular. Dessa forma o indivíduo chega a precisar de ajuda médica indo a procura do mesmo ele faz uma avaliação, e comprova que o meio em que esse indivíduo vive está prejudicando sua saúde. O médico o aconselha a pedir uma licença no trabalho, deixar algumas responsabilidades nas mãos de outras pessoas da empresa e procurar um lugar mais calmo pra passar alguns dias e tentar regular sua saúde. Estes comportamentos baseiam-se na crença de que o ambiente social tem efeitos importantes sobre os processos psicológicos. Podem-se distinguir diferentes tipos ou dimensões de estímulos ambientais; que estas dimensões podem diferir de um indivíduo para outro.

(CONCLUSÃO) É clara a grande influência do ambiente sobre o comportamento humano. O ser humano se desenvolve necessariamente em um entorno e tem que se adaptar a ele (ou seja, algo muito difícil, adaptar o entorno a seu próprio comportamento). Não se pode isolar o contexto sem levar em conta o comportamento e vice e versa. A interação do homem x ambiente é contínua e recíproca, entretanto o comportamento de cada indivíduo em relação ao mundo condiz com a interpretação de cada um.

CIRURGIA BARIÁTRICA: UM PADRÃO OURO PARA BOA QUALIDADE DE VIDA?

Ana Caroline Fagundes Saraiva

Gabriela de Lourdes Costa

Lana Revoredo de Medeiros

Mariana Horta Galvão

Discentes do Curso de Psicologia, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Katie Moraes de Almondes

Docente do Curso de Psicologia, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) O índice de obesidade vem crescendo muito na população ultimamente, preocupando não só os profissionais da saúde, como a população em geral. Apesar de já existirem estudos sobre sua etiologia foi devido a este crescimento que surgiu a necessidade de aprofundar os conhecimentos sobre a doença para que assim novos tratamentos fossem desenvolvidos. Devido a esse aumento no numero de indivíduos obesos, tem se utilizado como forma de tratamento mais eficaz a cirurgia bariátrica (padrão ouro de tratamento), indicada para indivíduos com o IMC $\geq 40\text{kg/m}^2$, considerado pela OMS (Organização Mundial de Saúde) com grau III da obesidade (obesidade mórbida). A cirurgia bariátrica é tida como padrão ouro, pois ela não só facilita em relação a perda de peso como também, a qualidade de vida e comorbidades associadas. A Organização Mundial de Saúde (OMS) define qualidade de vida como “a percepção do indivíduo de sua posição na vida no contexto da cultura e sistemas de valores nos quais ele vive, em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações” (grupo WHOQOL, 1994). Assim, a qualidade de vida, pode ser compreendida como grau de satisfação dos alcances de um indivíduo com relação as suas necessidades essenciais e secundárias no ambiente onde vive. Ao observar que os estudos existentes nessa área até então só observaram a qualidade de vida em indivíduos com até 1 ano de cirurgiados o grupo tem como objetivo analisar como se manteve está qualidade de vida nos indivíduos que tem a partir de um ano de cirurgiados.

(METODOLOGIA) Foi feita uma coleta de dados com um amostra inicial de 12 indivíduos voluntários de ambos os sexos (sendo 4 homens e 8 mulheres), com idade entre 20 e 50 anos e um tempo médio de cirurgiados de 2 anos e 8 meses e desvio padrão de mais ou menos 1 ano 7 meses. Para essa coleta de dados foi utilizada um termo de consentimento livre e esclarecido, uma ficha de identificação, e um questionário de qualidade de vida SF-36. Para a análise dos dados foi realizada uma análise descritiva.

(RESULTADOS) O SF-36 confere 8 dimensões que são: capacidade funcional, limitação por aspectos físicos, dor, estado geral de saúde, vitalidade, aspectos sociais, limitação por aspectos emocionais e saúde mental. O cálculo dessas dimensões ao apontar índices inferiores a 50% indica uma qualidade de vida regular e ao ser superior a 70% indicam uma boa qualidade de vida. De uma maneira geral, podemos observar que na amostra prévia analisada a média das mulheres foram de 89,4% para capacidade funcional, 96,9% para limitação por aspectos físicos, 90% para dor, 75,6% para estado geral de saúde, 79,4% para vitalidade, 86% para aspectos sociais, 100% para limitação por aspectos emocionais e 80,5% para saúde mental. Já média dos homens foi de 93,7% para capacidade funcional, 75% para limitação por aspectos físicos, 100% para dor, 82% para estado geral de saúde, 77,5% para vitalidade, 84,4% para aspectos sociais, 88,9% para limitação por aspectos emocionais e 79,3% para saúde mental. O que indica em ambos os sexos a presença de uma ótima qualidade de vida.

(CONCLUSÕES) Até então, os dados parecem sugerir que a cirurgia bariátrica é um bom indicador de qualidade de vida.

ESTATUTO DO IDOSO: O QUE PENSAM OS ESTUDANTES DE DIREITO E PSICOLOGIA?

Jersika Thaise de Carvalho Silva

Zilanda Pereira de Lima

Clécio da Silva

Danielle Oliveira de Macêdo

Isabel Henrique Alberto Dantas

Discentes do curso de Psicologia, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Célia Maria Cruz Marques Chaves

Docente do curso de Psicologia, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) É indispensável o incentivo às discussões a respeito do Estatuto do Idoso, em conjunto com a Política Nacional do Idoso, uma vez que este circunscreve legalmente os direitos da crescente população com idade igual ou superior a 60 anos. Apesar da sua recente promulgação, as discussões a respeito dos direitos da pessoa idosa têm sido intensificadas já algum tempo. É importante notar que o processo de elaboração e aprovação das leis que precederam a construção do Estatuto, pelo Congresso Nacional, resultou da pressão de setores organizados da sociedade sobre os políticos, o que significa que refletem princípios e ideologias ligadas aos atores sociais envolvidos neste processo. A resultante da construção fomentou um Estatuto que é organizado em sete subdivisões, dispostas a seguir: *Disposições preliminares; Dos direitos fundamentais; Das medidas de proteção; Da política de atendimento ao idoso; Do acesso à justiça. Dos crimes; Disposições finais e transitórias.* No que se refere à efetivação de Políticas Públicas que assegurem a dignidade da pessoa idosa, o estatuto do idoso traz em uma de suas laudas o Art 4º, que é capaz de expressar em síntese a essência de seu conteúdo: *“Nenhum idoso será objeto de qualquer tipo de negligência, discriminação, violência, crueldade ou opressão, e todo o atentado aos seus direitos por ação ou omissão será punido na forma da lei”.* Entretanto, como seria possível conhecer a percepção social sobre a senilidade? Ou ainda, como averiguar o quanto os futuros profissionais estão cientes de tais postulações e implicações do Estatuto para com a sua futura prática profissional? É nesse sentido que se torna necessário investigar a concepção que estudantes de Direito e Psicologia possuem a respeito do Estatuto do Idoso, uma vez que o conhecimento do estatuto se configura numa condição fundamental para a atuação eficaz diante da população idosa. Destarte, objetivou-se verificar a concepção acerca do Estatuto do Idoso entre os estudantes de Direito e Psicologia da cidade de Natal/RN.

(METODOLOGIA) A fim de atingir o objetivo proposto, contou-se com a participação de 150 estudantes do 3º, 5ª e 10º semestres, de universidades públicas (46%) e privadas (54%) sendo a maioria do sexo feminino (55,3%), de Psicologia (52%), com idade média de 22,7 anos ($DP = 6,25$). Após os participantes assinarem o termo de consentimento livre e esclarecido, utilizou-se na coleta dos dados a técnica de Associação Livre de Palavras, solicitando aos estudantes que escrevessem as 5 primeiras palavras que lhes viessem à mente ao ouvir o termo “Estatuto do idoso”. Ademais, solicitou-se que respondessem a um questionário sócio-demográfico com a finalidade de caracterizar a amostra de participantes. Todo o *corpus* da pesquisa foi examinado através da análise de conteúdo segundo Bardin (2004).

(RESULTADOS) Os resultados foram agrupados em 4 categorias as quais expressam as concepções obtidas dos universitários sobre o Estatuto: 1ª) *Amparo Legal* (80,7%; 2ª) *Reconhecimento Valorativo* (47,3%); 3ª) *Benefícios Proporcionados* (28%) e 4ª) *Percepção Desfavorável* (42,7%). A maioria dos estudantes declara um posicionamento favorável ao Estatuto. Entretanto, 96,67% afirmaram não conhecê-lo.

(CONCLUSÃO) Como pôde ser observado nos resultados, a categoria *Amparo Legal*, foi a mais representativa. Isto pode indicar que na percepção dos estudantes, as Políticas Públicas voltadas ao idoso atualmente, seriam capazes de assegurar-lhes proteção legal. No entanto, parcela significativa da amostra (96,67%) afirma não ter efetuado a leitura do texto. Reconhecer que o Estatuto irá suprir todas as demandas sociais da população idosa não é o posicionamento assumido aqui, contudo, faz-se necessário que pesquisas e estratégias de intervenção sejam efetuadas a fim de instigar a população e discutir tal temática.

EXTINGUINDO UM COMPORTAMENTO: MODIFICAÇÃO DO COMPORTAMENTO DE UMA CRIANÇA DE LEVAR CHUPETA PARA A ESCOLA

*Clécio da Silva
Danilo de Freitas Araújo
Gildeon Mendonça da Costa
Tiago Dantas Martins
Vânia Andrade Vieira da Silva*

Discentes do curso de Psicologia, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

*Rosa de Fátima Torres Lima
Remerson Russel Martins*

Docentes do curso de Psicologia, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) Um dos aspectos mais relevantes da Análise Experimental do Comportamento (AEC) é o processo de eliminação dos comportamentos indesejáveis e inadequados, denominado extinção. Assim como podemos instalar comportamentos, condicionando o sujeito a realizar comportamentos especificados pelo experimentador, podemos descondicionar uma resposta utilizando a extinção do comportamento, através do procedimento de suspender o reforço dessa resposta condicionada. Uma possível resistência à extinção, no entanto, não pode ser prevista a partir da probabilidade de respostas observadas em um dado momento. É preciso conhecer a história de reforçamento (contexto que gera o comportamento), bem como perceber as conseqüências em relação ao meio em que o indivíduo vive, para que se faça a intervenção. O objetivo do presente estudo foi a aplicação dos princípios da Análise Experimental do Comportamento a um programa de modificação do comportamento de uma criança, que apresentava o comportamento de levar e sugar chupeta na escola.

(METODOLOGIA) Este trabalho é de caráter prático. Para tanto, empregou-se a observação, as entrevistas anamnésicas com a mãe da criança (por meio de um questionário com questões abertas) e a intervenção direta com o sujeito da pesquisa. Ele, uma criança de dois anos de idade (C.A.) do sexo masculino, sendo que, a observação comportamental foi realizada na escola em que estudava, dentro do ambiente da sala de aula. Tornou-se necessário, posteriormente, que o trabalho se estendesse a outra criança (Y.), pois que, durante a observação, constatou-se que ela apresentava a mesma problemática de C.A., assumindo, com isso, um papel reforçador do comportamento indesejável deste. Em seguida, efetivou-se uma entrevista anamnésica com suas mães. Por fim, a intervenção envolveu tanto os pais e a babás das crianças, que tiveram de usar outros reforçadores que poderiam substituir o comportamento de levar a chupeta para a escola (doces, por exemplo), como também as professoras, que foram orientadas a não permitirem o uso da chupeta na escola (realizando tarefas lúdicas que lhes chamasse a atenção), além de não incentivarem a levá-la até lá.

(RESULTADOS) Observou-se que, no início, o processo de modificação foi difícil: houve resistência por parte das crianças, expressa através de comportamentos de choro e gritos, porém, no decorrer do segundo, terceiro, quarto e quinto dias elas foram aceitando o procedimento, ao mesmo tempo em que a remoção do estímulo da chupeta, através da troca por outros objetos, se tornava uma realidade. Foi verificado que tal fato só se tornou possível graças à intervenção realizada na escola: os dias em que as atividades foram mais abundantes e interessantes (brincadeiras, leitura de livros de histórias, músicas infantis e, sobretudo, a recreação na piscina), podem ser considerados os momentos em que se obtiveram os resultados mais desejáveis quanto a extinguir o comportamento de usar a chupeta na escola, já que as crianças mantinham-se ocupadas.

(CONCLUSÃO) Participar da realização da pesquisa, cujos pressupostos teóricos estão fundamentados na AEC, teve significativa relevância. Tornou-se possível averiguar o papel que o contexto teve na manutenção do comportamento indesejável de C.A., e como esse mesmo contexto foi responsável por fornecer subsídios (através de novos reforços) à extinção do mesmo. É um fato, portanto, a mudança ocorrida no modo como o sujeito percebia o mundo, bem como o reflexo disso em termos comportamentais, na medida em que C.A. começou a se envolver em atividades mais saudáveis (como brincar na piscina, por exemplo). Enfim, os resultados possibilitaram que as experiências advindas da atuação do psicólogo fossem conhecidas profundamente, juntamente com as vantagens e limitações da Terapia Cognitivo-Comportamental (que tem como um dos seus pressupostos a AEC), enquanto disciplina oferecida no Curso de Graduação em Psicologia.

A8 – PSICOLOGIA

O “SONO DOS AFLITOS”: ANÁLISE DA INCIDÊNCIA DE QUEIXAS DE SONO EM ALUNOS DA FARN

Danilo de Freitas Araújo

EB Belli Baptista Cruz

Gildeon Mendonça da Costa

Vladimir Paiva Beserra Cabral de Oliveira

Discentes do curso de Psicologia, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Katie Moraes de Almondes

Docente do curso de Psicologia, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) A prevalência de Distúrbios de Sono na população geral é em torno de 50%. As principais queixas de sono dizem respeito à insônia e à sonolência. Embora saibam e tenham acesso a essa informação, as pessoas não buscam tratamento quando se têm problemas com relação a seu sono. Quanto aos brasileiros, 69% são portadores de insônia e nunca mencionaram aos médicos suas dificuldades de dormir, denotando o caráter de normalidade com que encaram tal situação. A insônia é um sintoma que pode ser definido como dificuldade em começar ou em manter o sono. A sonolência diurna excessiva diz respeito à possibilidade aumentada de um indivíduo dormir e está associada a ataques do sono, cochilos involuntários e propensão exagerada para dormir. Ambos prejudicam uma boa qualidade de alerta e bem-estar físico e mental durante o dia. As conseqüências são resumidas em dificuldade de fixar e manter a atenção; prejuízo de memória e na capacidade de planejamento estratégico; e dificuldade de controlar impulsos e raciocínio. Sendo assim, o objetivo do presente trabalho será, então, analisar a incidência de queixas de sono em alunos da FARN.

(METODOLOGIA) A amostra do estudo em questão constitui-se de 234 alunos da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte (FARN), dos cursos de Enfermagem, Fisioterapia, Direito e Nutrição (turno matutino) e Psicologia, Ciências Contábeis, Direito e Administração (turno noturno). As aulas do turno matutino vão das 7h40 até às 12h00, enquanto as do turno noturno, iniciam às 19h00 e terminam às 22h35. Os alunos voluntários assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, concordando em participar da pesquisa. Em seguida, preencheram o Questionário de Hábitos de sono, que contém uma sessão sobre o sono que permite fazer diagnóstico de sonolência e insônia, através dos critérios contidos na Classificação Internacional de Distúrbios de Sono (CIDS).

(RESULTADOS) De acordo com os critérios adotados pela CIDS de que sonolência é a propensão exagerada para dormir e de que insônia é a dificuldade de iniciar e manter o sono, os resultados demonstram que 9,0% dos sujeitos demoram a dormir quando estão em repouso, 25,2% sentem sono durante o dia ou à noite e 6,0% são alvos da dificuldade de voltar a dormir quando acordam durante a noite. Em relação ao turno matutino, 7,40% dos sujeitos responderam que sempre enfrentam problemas para iniciar o sono, 23,2% afirmam sentir sono durante o dia ou à noite e 7,40% sentem dificuldades em voltar a dormir quando acordam durante a noite. Dentre os alunos do turno noturno, 10,4% revelam possuir dificuldade para começar a dormir, 26,4% expressam terem sonolência ao longo do período de vigília e 4,8% são afetados pelo problema de voltar a dormir quando acordam à noite.

(CONCLUSÃO) Apesar do índice de insônia ter sido baixo na amostra como um todo, foi detectada sonolência diurna na maioria dela. Levando-se em consideração que sofrem sonolência durante o dia ou à noite, o rendimento acadêmico desses discentes será afetado, como resultado final de dormirem pouco. Além disso, os alunos do turno noturno denotam maiores níveis de insônia ao iniciar o sono e de sonolência diurna do que os do turno matutino, o que pode ser justificado pela demandas acadêmicas mais exaustivas, requeridas pelos cursos da noite, somado ao fato de que tais universitários, estudando apenas no fim do dia, sofreram desgaste cognitivo acentuado, o que explicaria o nível maior de sonolência, em detrimento dos alunos do turno matutino.

**O ESSENCIAL É INVISÍVEL AOS OLHOS:
UMA REFLEXÃO FENOMENOLÓGICA-EXISTENCIAL SOBRE O PEQUENO PRÍNCIPE**

Catarina Maria Beatriz Farias de Oliveira

Discente do Curso de Psicologia da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Jordana C. B. Campos

Docente do Curso de Psicologia da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) A idéia de realizar esse trabalho surgiu a partir de um estudo desenvolvido na disciplina Abordagem Humanista-Existencial com o objetivo analisar criticamente a obra de O Pequeno Príncipe, de autoria de Antonie de Saint-Exupéry, à vista dos temas existenciais (amor, melancolia, angústia, morte, transcendência), característicos do movimento Existencialista. Fundamentamo-nos teoricamente nos pensamentos filosóficos de expoentes do Existencialismo como também nos ideais fenomenológicos de Husserl. A relevância social desse trabalho apresenta-se na importância de chamar a atenção para uma reflexão crítica sobre questões inerentes à condição humana, as quais perpassam o estar-no-mundo de cada um de nós. Do ponto de vista científico, constitui-se como uma fonte de informação dentro do saber psicológico para um melhor entendimento do movimento Existencialista que surgiu na década de 40, na Europa, negando pré-determinantes que explicassem a vida, o comportamento e o pensamento humanos. Falava sobre o Homem ser livre para construir e formar seu próprio mundo – sua subjetividade. O Pequeno Príncipe, escrito nessa mesma época, traduz o sofrimento vivido na Europa desde a I Guerra Mundial, conta a história de um piloto perdido no deserto e seu encontro com um príncipe de outro planeta, muitos questionamentos se destacam e corroboram para uma reflexão sobre o nosso “Eu”.

(METODOLOGIA) Este trabalho é um estudo exploratório sobre os temas existenciais e a obra de O Pequeno Príncipe, realizado a partir de uma revisão bibliográfica dos pensamentos de filósofos existencialistas. Por meio de leitura das obras e discussão dos temas, fez-se uma análise crítica considerando alguns aspectos que abrangem de forma relevante as questões mais marcantes da relação entre a obra francesa e o Existencialismo.

(RESULTADOS) A existência humana se determina pela liberdade de compreender e dar sentido às coisas; fazendo-nos criar e agir. “Somos o que projetamos ser”, existimos e criamos nossa essência, mudando sempre; conquistando-se ou perdendo-se. O pequeno príncipe saiu de seu planeta em busca de compreensão maior acerca de tudo aquilo que conhecia. Encontrou vários habitantes nos planetas por onde viajou, antes de chegar à Terra e pôde concluir que as pessoas vêem estrelas de forma diferente, dependendo do que cada uma almeja. Os significados atribuídos às coisas da vida são caracterizados por cada um e é isso o que torna uma pessoa especial. O fato de só “olhar com os olhos” é falho, é necessário enxergar além do que os olhos podem ver e perceber a verdadeira intencionalidade de um fenômeno. Tristeza, solidão, liberdade, são alguns aspectos existenciais tratados no livro. Tudo isso o piloto vivenciou desde quando decidiu, por coerção das “pessoas grandes”, deixar de desenhar e se portar como uma pessoa adulta, que vive num mundo concreto e objetivo, sem poder, então, encontrar quem ele realmente era. Somente quando esteve isolado num deserto, pôde encontrar-se. Desde quando se viu desenhando um carneiro e ouvindo tudo o quanto o príncipezinho tinha a lhe falar sobre amizade é que teve realmente coragem para ser como sempre quis. Sobretudo, quando ouviu lhe falar sobre a morte, lembrando Heidegger. As lembranças e ensinamentos vividos com aquele que se foi fica permanentemente vivo naquele quem ele cativou.

(CONCLUSÃO) As reflexões alcançadas a partir de nosso estudo apontam para a importância de estarmos sensíveis e atentos para as questões inerentes à condição humana como uma das possíveis formas de ampliar o auto-conhecimento em direção a um modo de estar-no-mundo mais autêntico e maduro, isto é, procurando manter uma atitude crítica e ativa diante do que se processa na relação dialógica entre o eu e o mundo, como um possível meio de dar significado à própria existência.

**QUAL A “CARA” DA FELICIDADE? O QUE ESTUDOS MOSTRAM
A RESPEITO DO BEM-ESTAR SUBJETIVO**

Danilo de Freitas Araújo

Discente do curso de Psicologia, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Carlos Henrique Souza da Cruz

Docente do curso de Psicologia, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) Ao longo de várias décadas, observa-se uma peculiar tendência da Psicologia Clássica em relegar a segundo plano os aspectos positivos do comportamento humano, interessando-se quase que exclusivamente pela faceta do sofrimento humano. Fazendo um contraponto a essa tendência, surge a Psicologia Positiva, que considera o que há de melhor e mais positivo no Homem, incluindo o bem-estar, o otimismo, a esperança, dentre outros fatores. Uma das temáticas que emergiu a partir daí foi a felicidade - construto aparentemente fácil de ter seu sentido apreendido -, mas que, na verdade, pode abarcar um amplo conjunto de significados que variam, certamente, de indivíduo para indivíduo. Eis apenas uma razão por que o estudo da felicidade ou bem-estar subjetivo (BES) tem suscitado tanto interesse no meio científico. A presente revisão, através da consulta à literatura especializada, visa investigar a influência que a felicidade exerce na vida dos indivíduos, no que se refere aos seus preditores, aos componentes que a constituem, bem como ao modo como diferentes grupos sociais a percebem e a vivenciam.

(METODOLOGIA) Este estudo constitui-se num levantamento bibliográfico, onde os achados mais relevantes foram examinados e refletidos. Inicialmente, procedeu-se ao “resgate” de artigos, que versavam sobre o tema, em periódicos de Psicologia (encontrados em bibliotecas) e nas bases de dados em meio digital. Uma vez realizado o levantamento, iniciou-se uma leitura exploratória a fim de selecioná-los para depois, estudá-los de maneira mais aprofundada. Por fim, realizou-se uma última leitura dos artigos, objetivando agrupar as idéias essenciais dos autores, propiciando, com isso, reflexão e posterior estruturação do corpo do texto.

(RESULTADOS) A presente revisão aponta que o conceito de felicidade remete à avaliação global que os indivíduos fazem de suas vidas. Possui dois componentes: um afetivo e outro cognitivo. O afetivo diz respeito tanto a um aspecto positivo quanto a um negativo. O primeiro traduz um estado emocional e transitório de prazer; o segundo, um estado que também se faz presente apenas em determinados momentos, mas que, entretanto, inclui sentimentos desagradáveis e desprazerosos. Já o componente cognitivo, voltado mais para o âmbito racional e intelectual, é definido por um aspecto: a satisfação; esta é, em outras palavras, o julgamento de domínios específicos da vida. Além disso, somente algumas variáveis sócio-demográficas estão relacionadas com a felicidade, como, por exemplo, casamento, saúde e trabalho, e que a personalidade, por outro lado, é um forte preditor de BES. Há, então, o redirecionamento do foco de atenção da renda, por exemplo, que sempre recebeu um papel de importância muito maior do que realmente comportava, para outros indicadores, o que resultou em pesquisas que avaliam tais preditores conjuntamente com a personalidade. Finalmente, a literatura aponta para a percepção divergente que os grupos sociais têm da felicidade, sejam portadores de HIV, donas de negócios, idosos que sofreram Acidente Vascular Cerebral ou, até mesmo, estudantes universitários.

(CONCLUSÃO) Ao longo desta revisão, foi possível verter luz sobre algumas idéias concernentes ao BES. Percebe-se, a partir do que foi exposto, a existência de diversas variáveis (fatos ou situações) que, em maior ou menor grau, criam um estado de bem-estar na vida das pessoas, proporcionando, assim, a vivência da felicidade. O modo como elas vêem suas vidas e o valor que atribuem as suas experiências são influenciados pela felicidade que experimentam, agindo, inclusive, na maneira como elas se comportam e interagem com o meio que as cerca: é a resposta, embora não definitiva, ao objetivo proposto pelo presente estudo. Não obstante, há ainda muitos questionamentos a se esclarecer. Daí a necessidade de estudos que tragam mais dados consistentes, sobretudo referentes aos preditores e como estes se relacionam com os componentes.

A COMUNICAÇÃO DIALÓGICA DE UM FAZER PROFISSIONAL

*Autores: Cleide Regina
Iris França
Ildci Cavalcanti
Kainara Farias
Raquel Farias*

Discentes do curso de Psicologia, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

*Antonio Alves Filho
Jordana C. B. Campos
Syrleine Penaforte
Maria da Apresentação Barreto
Carlos Henrique Cru.*

Docentes do curso de Psicologia, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) Ser estudante do curso de psicologia em uma época que evoca mudanças de paradigma em relação à não fragmentação do conhecimento nos remete à importância de estudar numa perspectiva interdisciplinar a intervenção prática do psicólogo no contexto escolar. Em face desse desafio, realizamos um estudo que surgiu a partir da idéia de efetivar um trabalho integrado proposto por docentes das disciplinas do 3º período do curso de Psicologia da Farn, o qual teve como objetivo verificar de que forma o psicólogo escolar, no exercício do seu papel profissional, integra os saberes adquiridos em sua formação profissional, em especial, nas áreas de Psicologia Social, Avaliação Psicológica, Psicologia e Educação e Psicologia do Desenvolvimento. Sentimo-nos movidos pela necessidade de aprender como se dá a interlocução dos saberes teóricos pertinentes às disciplinas mencionadas e fundamentamos nossas reflexões no arcabouço teórico estudado nestas disciplinas. A relevância deste trabalho é marcada pela necessidade da interdisciplinaridade se impor não só como forma de compreender e modificar o mundo, como também por uma exigência interna das ciências, que busca o restabelecimento da unidade perdida do saber. Além disso, proporciona uma atitude diferente a ser assumida por nós alunos, e por aqueles que produzem o conhecimento.

(METODOLOGIA) Para alcançarmos nosso objetivo realizamos uma pesquisa exploratória que consistiu de uma visita a uma escola particular da cidade de Natal (RN), na qual foi feita uma entrevista semi-dirigida com a psicóloga desta instituição escolar, compondo assim uma amostra não-representativa dos psicólogos escolares de nossa capital – Natal. Também utilizamos como recurso metodológico a pesquisa bibliográfica, a partir de teóricos estudados nas disciplinas supracitadas, oferecidas no curso de Psicologia da Farn. Por fim, as informações obtidas na entrevista foram analisadas qualitativamente, a partir do discurso da psicóloga escolar, confrontando-se os resultados com a teoria pertinente.

(RESULTADOS) Na entrevista a psicóloga evidenciou que realiza um atendimento significativo com a criança, com sua família e com aqueles que a cercam no ambiente escolar. Neste, há a colaboração entre as diversas disciplinas buscando uma interação, como possibilidade de efetivação de um trabalho interdisciplinar. Ela enfatiza que sua intervenção questiona as relações e comunicações interpessoais estabelecidas no meio escolar, promovendo uma reflexão crítica entre a instituição; o processo ensino-aprendizagem na relação professor-aluno e na relação família-escola; como também os impactos dessa ação na sociedade.

(CONCLUSÃO) Ao final do trabalho realizado, pudemos tecer algumas considerações acerca do cotidiano do psicólogo em seu trabalho, sua atuação no universo escolar e as teorias que permeiam a prática pedagógica e psicológica neste contexto. O trabalho deste profissional não se restringe ao atendimento de alunos com problemas de aprendizagem, mas sim, é uma atuação dialógica no ambiente escolar em interação com a equipe técnica pedagógica, buscando alcançar o espaço social mais amplo no qual o aluno está inserido. É um trabalho em conjunto com profissionais de outras áreas profissionais, que busca um atendimento significativo para a criança, para a família e para todos aqueles que se relacionam com ela no ambiente escolar. Verificamos ainda que o papel do psicólogo neste contexto ainda carece de delimitação, diferentemente do que ocorre em sua atuação em áreas mais tradicionais como a Psicologia Clínica, por exemplo, reafirmando as discussões referenciadas nos referenciais teóricos utilizados. Por fim, esperamos que o estudo realizado contribua para o conhecimento e reflexão sobre a atuação do psicólogo escolar e que possa proporcionar aos acadêmicos do curso de Psicologia, uma oportunidade de ampliar a interação com a profissão de psicólogo, numa integração entre a teoria prática.

A8 – PSICOLOGIA

UMA PROPOSTA DE ESTUDO DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE CUIDADO EDUCACIONAL DOS FAMILIARES DE ALUNOS DA CASA DO MENOR TRABALHADOR

Estayne Roberto Cardoso da Costa

Thiago da Silva Laurentino

Discentes do Curso de Psicologia da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio G. do Norte

Magnus Kelly Moura da Cunha

Discente do Curso de Psicologia da FARN, Mestre em Fisiologia pela Universidade de São Paulo – USP, Doutorando em Ciências da Saúde pela UFRN, Docente do Curso de Medicina da UERN

Maria da Apresentação Barreto

Docente do curso de Psicologia, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

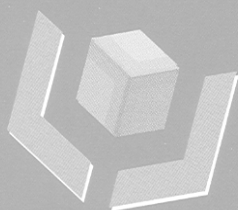
(INTRODUÇÃO) A Casa do Menor Trabalhador, em Natal-RN, oferece ensino formal e profissionalizante em tempo integral a crianças e adolescentes de baixo poder aquisitivo. Dentre os principais problemas que inquietam os estudantes de Psicologia da FARN, durante atividades que realizam na instituição, destaca-se o pouco engajamento dos pais ou responsáveis no cuidado com a formação desses menores, algo representativo do que ocorre na sociedade como um todo. Questiona-se, principalmente, que fatores determinam esta postura da família e quais são as suas expectativas em relação à casa do menor. Neste projeto de pesquisa nos propusemos a planejar formas de alcançar uma primeira aproximação às respostas destas questões. Para isto, utilizaremos como referencial teórico-metodológico a teoria das representações sociais (Moscovici, 2000). As representações sociais são significados que internalizamos sobre pessoas ou coisas a partir de nossas interações com o ambiente, estando subjacentes à realidade e às atitudes comuns a um grupo social. Assim, nesta primeira etapa de nossas investigações, buscaremos verificar as representações sociais dos pais ou responsáveis de alunos da casa do menor sobre o cuidado com a formação e desenvolvimento dos filhos, bem como sobre esta instituição.

(METODOLOGIA) Serão entrevistados um total de 80 pais ou responsáveis imediatos pelos menores assistidos pela casa. Para termos acesso aos elementos que compõe as suas representações sociais, utilizaremos a técnica de associação livre de palavras (TALP) e o procedimento de classificações múltiplas (PCM). A TALP será aplicada a 50 pessoas, utilizando-se os estímulos indutores “educação de filhos” e “casa do menor trabalhador”. Será solicitado aos entrevistados que falem cinco palavras ou expressões curtas que vierem imediatamente à sua mente após ouvir cada estímulo. Em seguida lhes será pedido que indique, dentre as expressões evocadas, a mais importante e que justifique a indicação. As falas serão registradas utilizando-se gravador de voz. Num segundo momento, serão selecionadas 20 palavras/expressões, dentre o conjunto das evocações obtidas através da TALP, para utilização no PCM, a ser aplicado junto a outros 30 entrevistados. Aqui será solicitado que estes formem categorias com as referidas palavras utilizando os critérios que acharem convenientes. Após a categorização os entrevistados deverão justificar a formação dos grupos. Posteriormente, um questionário será aplicado para caracterizar as famílias quanto a seus aspectos sócio-econômicos e quanto aos vínculos parentais do menor. O projeto de pesquisa será submetido a aprovação por comitê de ética credenciado junto ao Conselho Nacional de Ética em Pesquisa-CONEP.

(RESULTADOS) Os dados obtidos com a TALP, quais sejam, as palavras/expressões evocadas e as justificativas, após submetidos a análise de conteúdo (segundo Bardin, 1998), nos permitirá, a partir de critérios semânticos, uma primeira aproximação das categorias subjacentes as representações dos entrevistados. Os resultados do PCM, submetidos a análise de conteúdo e a análise escalonar multidimensional, poderão confirmar ou não estas categorias, nos fornecendo mais informações sobre as múltiplas facetas que geralmente compõem as representações de um grupo social. Considerando a natureza subjetiva e a alta complexidade de nosso objeto de estudo, as representações sociais das referidas famílias, optamos por evitar a apresentação de hipóteses a priori.

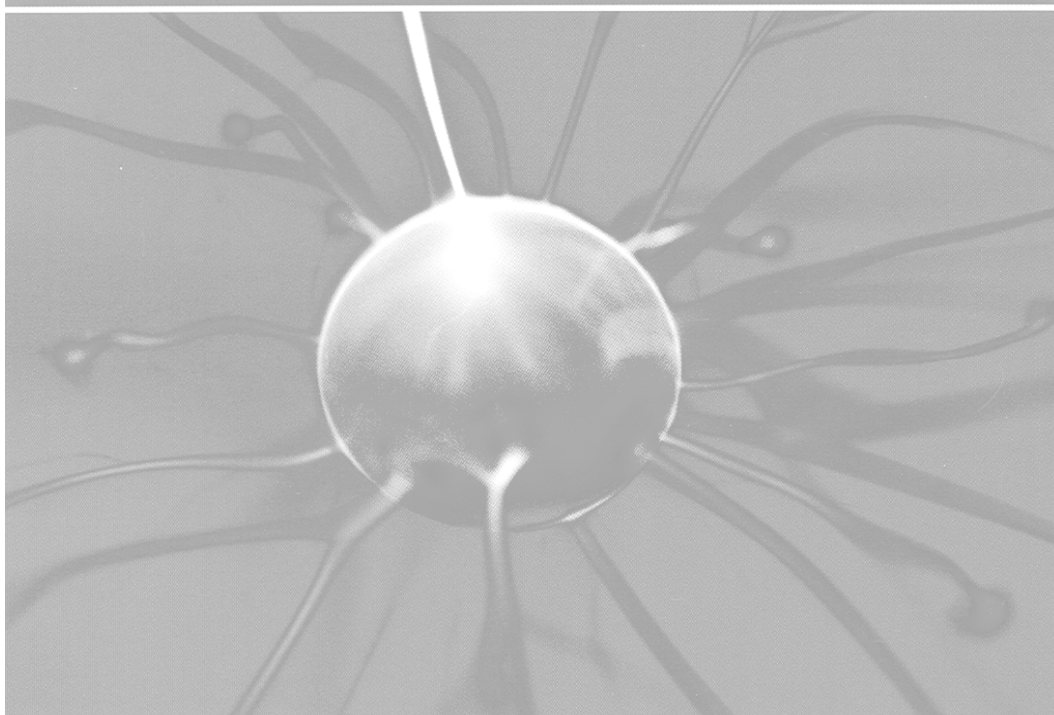
(CONCLUSÃO) Nos tempos atuais, a precarização de todas as formas de cuidado, tanto na esfera macro-social quanto familiar, vem se refletindo na formação da personalidade dos nossos jovens, no seu desenvolvimento, e na qualidade de vida de todos. Esperamos, com esta pesquisa, estar contribuindo para a composição de um diagnóstico apurado das condições psico-sociais das famílias assistidas pela casa do menor trabalhador, de modo a otimizar nossa intervenção junto a instituição e também fornecer subsídios empíricos a estudos e intervenções em outras comunidades.

VII CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA FARN



VII

**CONGRESSO DE INICIAÇÃO
CIENTÍFICA DA FARN**



"EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA CONSTRUÇÃO DA PAZ"
24 a 27 de outubro de 2007

**P
S
I
C
O
L
O
G
I
A**

PÔSTER

A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NO CONTEXTO ESCOLAR

Geraldo Bezerra Cavalcanti Neto

Jackeline Lima Vidal

José Adail de Lima Barros

Lucilo Pinheiro Cavalcanti

Michel Jorge Orcajo

Discentes do curso de Psicologia, Faculdade Natalense para o desenvolvimento do RN

Carlos Henrique de Souza Cruz

Docente do curso de Psicologia, Faculdade Natalense para o desenvolvimento do R

(INTRODUÇÃO) A psicologia escolar atualmente tem outro significado na sua forma de atuação. O profissional de psicologia escolar nos últimos anos vem conquistando seu espaço, ele já sabe suas funções e tem modelos de atuação definidos, não apenas seleciona os bons e os maus alunos e sim, tem estes como principal alvo de atuação, trabalhando de forma contextualizada e com prioridades para cada escola. O presente trabalho, sob um olhar interdisciplinar, tem objetivo focar o trabalho do psicólogo escolar em suas relações contextuais, verificar o preparo de professores no lidar com as diversas fases do desenvolvimento infantil, bem como observar o quanto de integração é fomentada entre alunos e sociedade, seja em projetos sociais ou pela participação deles em movimentos voluntários.

(METODOLOGIA) Foi elaborado um questionário semi-estruturado com o intuito de avaliar a atuação do psicólogo no ambiente escolar, o qual viabilizou suporte para construir algumas hipóteses no que se diz respeito ao desempenho profissional do psicólogo escolar e sua trajetória.

(RESULTADOS) Foi observado envolvimento e compromisso do profissional em projetos elaborados pela instituição, que foram: Projeto de socialização - agregação de alunos novatos com antigos; Apresentação, aos alunos, a filosofia da escola e seus diversos setores; Projeto cidadania - formação de novos líderes, o que proporciona o aprendizado na escolha de representantes; Integração da família, da escola envolvendo temática do meio ambiente, através de palestras e reuniões; Viagem de pesquisa pedagógica para estudo ecológico e coleta seletiva; Momento cívico - conscientizar os alunos sobre patriotismo e promoção de reflexão sobre os acontecimentos políticos que estiveram em foco durante a semana.

(CONCLUSÃO) A Atuação do psicólogo no contexto escolar vem se ampliando, proporcionando uma nova experiência e contribuindo para uma maior compreensão do papel do psicólogo escolar. Na análise final, a partir dos dados obtidos na entrevista, percebe-se uma similaridade com os conteúdos ensinados e aprendidos pelos alunos envolvidos no projeto. Foi observado que o principal desafio do profissional de psicologia é trabalhar com os professores, estes os vêem como empecilho para o desempenho do seu trabalho. Recomenda-se novas pesquisas para que o profissional de psicologia, a escola e os demais, que fazem parte dela saiba realmente qual o papel do psicólogo, e um trabalho com os professores para esclarecer a importância de um trabalho interdisciplinar.

A CARTOMANTE: UM OLHAR SOBRE A VIOLÊNCIA EM MACHADO DE ASSIS

Marília Silveira Sousa

Clarice Blankenburg Barreto de Lima

Discentes do Curso de Psicologia, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Syrleine M^a Penaforte Bastos Bonavides

Carlos Henrique Souza Cruz

Docentes do Curso de Psicologia, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) Este trabalho tem por objetivo focar alguns aspectos da violência retratada na literatura machadiana, o qual foi realizado como encaminhamento de trabalho de férias da base de pesquisa sobre Violência (NEV- Núcleo de Estudos sobre Violência). Joaquim Maria Machado de Assis foi cronista, contista, dramaturgo, jornalista, poeta, novelista, romancista, crítico e ensaísta. Nasceu na cidade do Rio de Janeiro, em 21 de junho de 1839. Filho de um operário mestiço de negro e português. Machado era urbano, aristocrata, cosmopolita, reservado e cínico. Ignorou questões sociais como a independência do Brasil e a abolição da escravatura. A galeria de tipos e personagens que criou revela o autor como um mestre da observação psicológica. O conto “A Cartomante” foi publicado originalmente na Gazeta de Notícias – Rio de Janeiro, em 1884, e, posteriormente, no livro “Várias Histórias”, em 1896. Pertence ao período parnasiano-realista de suas obras. O realismo foi um movimento artístico e cultural que se desenvolveu na segunda metade do século XIX. A característica principal deste movimento foi a abordagem de temas sociais e um tratamento objetivo da realidade do ser humano. O narrador revela uma visão abrangente da sociedade do Segundo Império e da Primeira República, a narrativa se passa em 1869.

(METODOLOGIA) A pesquisa tem caráter exploratório e descritivo. Quanto aos procedimentos técnicos, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e leituras sobre Machado de Assis destacando-se “A cartomante”.

(RESULTADOS) O conto possui quatro personagens principais: Vilela (marido traído), Camilo (amigo), Rita (esposa) e a Cartomante. O conto inicia-se com a narrativa de um conflito. Em seguida o narrador faz um pequeno flash-back, com uma “explicação das origens” dos três primeiros. A personagem central vem a ser a cartomante, que interfere nos acontecimentos. O que sobressai no conto não é a violência em relação à traição, nem ao assassinado (violência física), mas em relação à forma de manipulação da cartomante em busca de dinheiro: uma violência simbólica. A falta de escrúpulos e remorsos de Rita e Camilo é julgada pelo narrador com moral baseada nas convicções da sociedade da época. Machado possui essa característica, sempre relata um único ponto de vista. Não sabemos ao certo qual a participação de Vilela no acontecido, na descoberta da traição. O que realmente levou à traição de Rita ao marido. Seria culpa da mulher? E quanto ao amigo Camilo? Todas estas são questões não respondidas. Ao final, parece não haver julgamento para com o assassinato praticado por Vilela, como se a vingança fosse necessária para lavar sua honra e o narrador como se fosse adepto desse pensamento.

(CONCLUSÕES) O conto pode ser compreendido como a representação de uma pequena parte do conjunto da sociedade, da qual se pode observar características, como a inconstância dos valores éticos, a predominância da hipocrisia e o desgaste de modelos sociais, a presença da morte. Nos contos machadianos, vê-se a habilidade de construir textos com grande ironia, nascida de observação da sociedade em que viveu. O conto apresenta o desenvolvimento de um fato marcante, uma narrativa linear, análise das motivações psicológicas das personagens, intenção filosófico-moralizante e análise da personalidade. Nesse contexto apresentaram-se duas formas de violência muito presentes em nossa sociedade, física e simbólica, principalmente a simbólica. Essa última se caracteriza por ser uma forma invisível de coação que se apóia, muitas vezes, em crenças e preconceitos coletivos. A violência simbólica se funda na fabricação contínua de crenças no processo de socialização, que induzem o indivíduo a se enxergar e a avaliar o mundo seguindo critérios e padrões do discurso dominante. Enquanto a outra é mais ligada à criminalidade.

**A EXTINÇÃO DA DEPENDÊNCIA DE SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS:
A ABORDAGEM DE APOIO COMO UMA SOLUÇÃO**

Luiz Paulo G. dos Santos Rosa

Hudson Revoredo

Júlia Carmo Bezerra

Louise Queiroz Smith

Daniele Lopes Dantas

Discentes do curso de Psicologia, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Katie Moraes de Almondes

Orientadora, Corpo Docente, Departamento de Psicologia, FARN

(INTRODUÇÃO) O uso de substâncias químicas, como fonte de prazer, é uma prática recorrente em vários grupos sociais. Porém, os efeitos dessa dependência, em um curto espaço de tempo, tornam-se desastrosas, tanto para o indivíduo quanto para sua família e a sociedade. Várias foram as tentativas feitas, ao longo do tempo, para se descobrir um meio de extinguir esse comportamento vicioso. Alguns pesquisadores destacam que o vício é causado por uma falha no comportamento moral dos indivíduos, outros afirmam que o vício é causado pela busca de prazer. Tomando como base essa última corrente, propomos buscar na literatura, um método capaz de atuar retirando esse prazer, tendo como referencial teórico o conceito de extinção proposto por Skinner. Segundo ele, a frequência de um comportamento pode diminuir ou ser até extinta retirando-se o seu reforçador. Reforço é qualquer resposta que atue aumentando a probabilidade do comportamento desejado ocorrer.

(METODOLOGIA) Para responder a questão proposta realizamos uma pesquisa bibliográfica e explanatória, tendo como principais referenciais teóricos os conceitos skinnerianos.

(RESULTADOS) Partindo-se do referencial teórico da abordagem de apoio e do conceito de extinção de Skinner, podemos afirmar que o abuso de substâncias químicas pode ser devido ao prazer derivado do uso das drogas. Esse prazer seria classificado como reforçador positivo, ou seja, quando o indivíduo emite o comportamento de usar a droga recebe como resposta o prazer. É importante ressaltar que todas as drogas atuam como neurotransmissores, sendo que algumas geram sensações prazerosas por atuarem no sistema de recompensa do cérebro. A proposta da abordagem de apoio consiste em bloquear os efeitos positivos das substâncias que estão sendo abusadas ou fazer com que gerem uma sensação de desconforto no usuário, isso através da administração de drogas que ajam bloqueando o efeito prazeroso da substância. Assim, não obtendo a resposta positiva (prazer), o indivíduo vai, aos poucos, extinguindo o comportamento vicioso até torná-lo inexistente em seu repertório. Nos usuários de heroína, por exemplo, poderia ser utilizado um antagonista de apoio (naxolone), que atua bloqueando, quase por completo, o prazer que a droga proporciona. É importante ressaltar que essa é uma possível solução e não a única. O uso de outras formas de tratamento, como a terapia, por exemplo, é essencial para a cura do paciente.

(CONCLUSÃO) A abordagem de apoio pode ser considerada como uma possível solução para a extinção da dependência as substâncias, tendo em vista que essa forma de tratamento consegue produzir resultados satisfatórios. Isso levando em consideração o pressuposto de que os usuários buscam as drogas como fonte de prazer. Além disso, é uma forma de tratamento que pode ser administrada com facilidade e em todas as classes sociais. O governo, as ONG's, enfim, as entidades que zelam pela saúde pública, poderiam disponibilizar as drogas para a população afetada, mas não de forma isolada. Juntamente com a distribuição das drogas seria interessante a elaboração de um plano de ação que vise conscientizar os dependentes, a família e a sociedade como um todo, para o perigo decorrente do uso das drogas, tanto lícitas, quanto ilícitas.

A MODELAGEM COMO INSTRUMENTO DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

*Ana Kelly de Almeida
Ana Alice Oliveira Pacheco
Edy Batista Benévolo Xavier
Francisca Pessoa Bezerra
Ronaldia Ferreira Fernandes*

Discentes do Curso de Psicologia, Faculdade Natalense Para o Desenvolvimento do RN

Katie Moraes de Almondes

Docente do Curso de Psicologia, Faculdade Natalense Para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) A preocupação com o meio ambiente, como resultado de uma multiplicidade de problemas globais que estão prejudicando a biosfera e a vida dos seres humanos, adquire uma importância considerável em nossos dias, colocando diante de todos o desafio da mudança. A modelagem do comportamento, ou seja, o processo de reforçar aproximações sucessivas ao comportamento desejado, analisada neste trabalho, implica numa proposta inovadora de transformação social através do modelo de uma agricultura familiar em um negócio, economicamente rentável, socialmente responsável e ambientalmente sustentável. Para isso, foi levantada a seguinte questão: Que tipo de comportamento pode ser modelado de maneira que esse controle possa ser utilizado como instrumento de transformação social separado da idéia negativa de manipulação? A resposta é explicitada através do uso adequado da demonstração do reforço positivo que tem como objetivo uma educação alimentar diferenciada, trabalho coletivo prazeroso e formação de uma consciência ecológica. O reforço é um estímulo apresentado ao sujeito que, em nosso contexto, é traduzido por alimento, dinheiro e meio ambiente saudável. Qualquer tipo de reforço provoca um aumento do comportamento e dizer que ele é positivo significa trabalhar de uma maneira recompensatória. Esse tipo de condicionamento é explicado pela psicologia como operante, uma vez que ele é capaz de produzir conseqüências no meio. É importante dizer que no condicionamento operante, o sujeito tem o reforço sob o seu controle. Dois esquemas de reforçamento são observados nessa modelagem, a saber, o de razão fixa que recompensa o indivíduo após um número fixo de tarefas, e o de intervalo fixo que recompensa o indivíduo após um intervalo fixo de tempo. Ora, tarefa e tempo são fatores importantes na educação e na produção. A relevância dessa investigação está na possibilidade de pensar ciência e sociedade caminhando de mãos dadas como uma maneira de encontrar a unidade necessária para a preservação da vida.

(METODOLOGIA) A pesquisa foi realizada através da análise de documentários realizados pela Agência Mandalla: organização da sociedade civil de interesse público criada em janeiro de 2003 no estado da Paraíba. Todo o material como vídeos, fotos e documentos são disponibilizados pelo site oficial do projeto, a saber, www.agenciamandalla.org.br. Para o assunto de Modelagem foi utilizada a pesquisa bibliográfica em diversos autores, tais como Skinner, Donald Whaley, Richard Malott, Judith e Mark Vernoy.

(RESULTADOS) A análise constatou o sucesso dessa parceria, ou seja, controle do comportamento e sociedade, demonstrado através de depoimentos pessoais, no que diz respeito a uma mudança alimentar balanceada e ao melhoramento dos recursos financeiros, bem como a correta utilização do meio ambiente. Quer dizer, o reforço positivo mostrou-se capaz de conduzir as pessoas a respostas e seqüências comportamentais completamente novas, fazendo desse repertório uma estratégia exemplar para a superação das dificuldades vigentes. Para um franqueador do projeto, assim como para um psicólogo, o que está em jogo é o bem estar das pessoas. O que se traduz nessa parceria por um cuidado do outro e da natureza.

(CONCLUSÃO) A modelagem do comportamento pode ser entendida como um instrumento capaz de assegurar uma efetiva transição para uma nova compreensão científica da vida quando em parceria com o projeto Mandala. Todo o processo de reforçamento, treino e mudança observados através do histórico e dos depoimentos das pessoas envolvidas, demonstrou o trabalho como um esforço conjunto e prazeroso, diferente do desrespeito e da exploração que caracteriza as relações sociais. Nesse sentido, pode-se afirmar que aprender é modificar-se, operando mudanças na forma de pensar, sentir e agir.

A8 – PSICOLOGIA

A VISÃO DOS ESTUDANTES DE PSICOLOGIA E PEDAGOGIA SOBRE A INTELIGÊNCIA

*Larissa Raposo
Luana Bandeira
Natália Cardoso
Priscila Freitas
Thiago Menezes*

Discentes do Curso de Psicologia, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Maria Teresa Pires Costa, M.Sc.

Docente do Curso de Psicologia, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) As primeiras tentativas sistemáticas para medir as características mentais surgiram na Inglaterra, com Galton, em 1884, o qual mostrava grande interesse pelo estudo das diferenças individuais. As concepções da inteligência variam. Algumas consideram inteligentes os indivíduos capazes de possuir uma ampla habilidade mental que inclui todas as funções cognitivas. Já outras dizem que ser inteligente é saber se adaptar ao ambiente. E as mais recentes afirmam que existem vários tipos de inteligência, uma pessoa pode ser inteligente em uma área e não em outra. Há várias discussões sobre os fatores determinantes da inteligência, assim como também em relação aos conceitos sobre um ou mais tipos. São várias as formas de avaliá-la. Os testes psicológicos ainda são muito utilizados, inclusive para identificar os seus extremos. Como se vê existe grande polêmica sobre esse tema, sendo assim, a pesquisa teve como finalidade analisar a visão de estudantes de Psicologia e Pedagogia sobre inteligência.

(METODOLOGIA) Verificamos, então, através de pesquisa exploratória e descritiva a visão dos estudantes de Psicologia e Pedagogia sobre inteligência. O universo desse projeto foram estudantes dos dois cursos na cidade do Natal/RN, enquanto a amostra intencional foi constituída por estudantes que concordaram em responder ao instrumento de pesquisa. Os dados foram coletados através de entrevistas com roteiro estruturado. O material colhido na pesquisa foi analisado qualitativamente.

(RESULTADOS) Dentre essas análises constatamos que a maioria dos estudantes de Psicologia acredita que inteligência é ter habilidade em um ou mais fatores, enquanto a maioria dos estudantes de Pedagogia acredita que inteligência é a capacidade que o indivíduo tem de se adaptar ao meio. Em relação aos fatores determinantes a grande parte deles defende que a inteligência não é determinada geneticamente, e sim influenciada pelo meio. A maioria enfatiza que existem vários tipos de inteligência, ou seja, é possível ter habilidade em uma área e não em outra. Sobre os métodos de avaliação de uma forma geral eles dizem que os testes têm suas validades, porém eles não são capazes de medir num total a inteligência das pessoas, só o que as mesmas conseguem mostrar através dos testes.

(CONCLUSÕES) Assim como nas teorias analisadas, concluímos que a polêmica acerca da definição de inteligência também afeta os estudantes dos cursos de Psicologia e Pedagogia da cidade do Natal/RN, como também se a mesma é herdada ou adquirida, se os testes são válidos ou não e se os mesmos acreditam na existência de um ou mais tipos de inteligência.

A COMUNICAÇÃO DIALÓGICA DE UM FAZER PROFISSIONAL

*Autores: Cleide Regina
Iris França
Ildci Cavalcanti
Kainara Farias
Raquel Farias*

Discentes do Curso de Psicologia, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

*Antonio Alves Filho
Jordana C. B. Campos
Syrleine Penaforte
Maria da Apresentação Barreto
. Carlos Henrique Cruz.*

Docentes do Curso de Psicologia, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) Ser estudante do curso de psicologia em uma época que evoca mudanças de paradigma em relação à não fragmentação do conhecimento nos remete à importância de estudar numa perspectiva interdisciplinar a intervenção prática do psicólogo no contexto escolar. Em face desse desafio, realizamos um estudo que surgiu a partir da idéia de efetivar um trabalho integrado proposto por docentes das disciplinas do 3º período do curso de Psicologia da Farn, o qual teve como objetivo verificar de que forma o psicólogo escolar, no exercício do seu papel profissional, integra os saberes adquiridos em sua formação profissional, em especial, nas áreas de Psicologia Social, Avaliação Psicológica, Psicologia e Educação e Psicologia do Desenvolvimento. Sentimo-nos movidos pela necessidade de aprender como se dá a interlocução dos saberes teóricos pertinentes às disciplinas mencionadas e fundamentamos nossas reflexões no arcabouço teórico estudado nestas disciplinas. A relevância deste trabalho é marcada pela necessidade da interdisciplinaridade se impor não só como forma de compreender e modificar o mundo, como também por uma exigência interna das ciências, que busca o restabelecimento da unidade perdida do saber. Além disso, proporciona uma atitude diferente a ser assumida por nós alunos, e por aqueles que produzem o conhecimento.

(METODOLOGIA) Para alcançarmos nosso objetivo realizamos uma pesquisa exploratória que consistiu de uma visita a uma escola particular da cidade de Natal (RN), na qual foi feita uma entrevista semi-dirigida com a psicóloga desta instituição escolar, compondo assim uma amostra não-representativa dos psicólogos escolares de nossa capital – Natal. Também utilizamos como recurso metodológico a pesquisa bibliográfica, a partir de teóricos estudados nas disciplinas supracitadas, oferecidas no curso de Psicologia da Farn. Por fim, as informações obtidas na entrevista foram analisadas qualitativamente, a partir do discurso da psicóloga escolar, confrontando-se os resultados com a teoria pertinente.

(RESULTADOS) Na entrevista a psicóloga evidenciou que realiza um atendimento significativo com a criança, com sua família e com aqueles que a cercam no ambiente escolar. Neste, há a colaboração entre as diversas disciplinas buscando uma interação, como possibilidade de efetivação de um trabalho interdisciplinar. Ela enfatiza que sua intervenção questiona as relações e comunicações interpessoais estabelecidas no meio escolar, promovendo uma reflexão crítica entre a instituição; o processo ensino-aprendizagem na relação professor-aluno e na relação família-escola; como também os impactos dessa ação na sociedade.

(CONCLUSÃO) Ao final do trabalho realizado, pudemos tecer algumas considerações acerca do cotidiano do psicólogo em seu trabalho, sua atuação no universo escolar e as teorias que permeiam a prática pedagógica e psicológica neste contexto. O trabalho deste profissional não se restringe ao atendimento de alunos com problemas de aprendizagem, mas sim, é uma atuação dialógica no ambiente escolar em interação com a equipe técnica pedagógica, buscando alcançar o espaço social mais amplo no qual o aluno está inserido. É um trabalho em conjunto com profissionais de outras áreas profissionais, que busca um atendimento significativo para a criança, para a família e para todos aqueles que se relacionam com ela no ambiente escolar. Verificamos ainda que o papel do psicólogo neste contexto ainda carece de delimitação, diferentemente do que ocorre em sua atuação em áreas mais tradicionais como a Psicologia Clínica, por exemplo, reafirmando as discussões referenciadas nos referenciais teóricos utilizados. Por fim, esperamos que o estudo realizado contribua para o conhecimento e reflexão sobre a atuação do psicólogo escolar e que possa proporcionar aos acadêmicos do curso de Psicologia, uma oportunidade de ampliar a interação com a profissão de psicólogo, numa integração entre a teoria prática.

ANÁLISE DO COMPORTAMENTO: INSEGURANÇA AO DIRIGIR

*Aline Oliveira da Silva
Luíza de Marillac
Maria Míriam C. de Oliveira
Sully Chanaza
Thatyenne Amorim
Wagna Tavares*

Discentes do curso de Psicologia, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Rosa de Fátima Torres Lima

Docente do curso de Psicologia, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) O comportamento humano, apesar de sua complexidade, é modificável. O processo modelador vem a ser um dos principais instrumentos pelos quais pode se realizar alterações significativas no comportamento, ou seja, a modelagem de respostas muda as atitudes através de etapas, visando se chegar a um objetivo pré-estabelecido. É notória a modelagem de respostas no cotidiano. Nos grupos familiares, durante o desenvolvimento da criança, na mídia e em terapias pode-se observar a influência da modelagem. O presente trabalho trata de uma intervenção de modificação de comportamento dentro dos moldes da análise Experimental do comportamento de Skinner. A análise experimental do comportamento mostra como os comportamentos (respostas) são adquiridos, mantidos ou alterados baseados na concepção de que todos os comportamentos adequados ou não, são aprendidos. O objetivo do presente trabalho consiste na modificação do comportamento indesejado “insegurança ao dirigir”.

(METODOLOGIA) Utilizou-se vasto material bibliográfico, sendo realizado a aplicação dos princípios da análise experimental do comportamento a um programa de modificação de comportamento de um sujeito que apresentava insegurança ao dirigir. Utilizou-se a técnica operante da modelagem para modificação do comportamento apresentado pelo sujeito de modo a chegar ao comportamento desejado.

(RESULTADOS) Mudar o comportamento é o foco principal da modelagem que, através de uma série de reforços, leva uma série de atitudes a desencadearem em um objeto específico requerido pelo pesquisador. Isso se deve à introdução de “etapas” que, apesar de apresentarem certo grau de semelhança entre si, ligam duas respostas pouco parecidas (a resposta inicial e a resposta desejada). Na modificação do comportamento de “insegurança ao dirigir”, o sujeito apresentava comportamento inicial de tensão e medo de causar um acidente ao dirigir sozinha; Grau de gravidade ou relevância: Necessidade de autonomia e independência em relação aos familiares para locomoção; Situação inicial/atuais: Necessidade de dirigir/ não consegue dirigir; Situação que propicia a ocorrência: Ansiedade, medo só em pensar em dirigir, críticas da mãe, etc...; Atitudes tomadas frente à problemática: Tentativas frustradas, crença de que não é capaz de dirigir; Situações fisiológicas, efeitos do meio social, mudanças passadas comportamentos problemáticos anteriores: Sudorese, tensão, nervosismo; Análise de autocontrole: Impossibilidade de controlar; Análise das relações sociais: Apoio e incentivo por parte do pai, namorado; Análise de ambiente físico e sócio-cultural: Ambiente propício à modelagem do comportamento, propício para dirigir. Foram estabelecidos etapas que desencadeassem do menor ao maior nível de estresse e ansiedade no sujeito.

(CONCLUSÃO) O processo de modificação do comportamento do sujeito ocorreu em parceria com ele, estabelecemos etapas, nas quais o mesmo apresentava do menor ao maior nível de estresse e ansiedade. Aumentando a frequência de determinadas atitudes através de reforço, de modo a encaminhar o sujeito ao comportamento desejado, que era dirigir. Caracterizou-se por ter sido um processo dinâmico, tendo a nossa participação, do sujeito e dos terapeutas colaborados - pai e namorado do sujeito - que se comprometeram em ajudar, acompanhando diretamente o processo e reforçando o comportamento desejado por meio de incentivo e recompensas ao sujeito. O resultado do processo de modificação do comportamento foi satisfatório, visto que o sujeito está dirigindo normalmente, pois não apresenta mais a ansiedade e a insegurança, muito embora nos foi relatado pelo sujeito que em alguns momentos se sente inseguro, fato este que não o impede de dirigir e interpreta como algo que, paulatinamente, vai desaparecendo. Ficou demonstrado que o comportamento pode ser mudado sob o prisma da modelagem. Consideramos de alta relevância para nossa formação profissional o aprendizado que nos foi proporcionado por esse trabalho de análise do comportamento, uma vez que foi possível fazer a interface entre os conteúdos teóricos e a prática.

ANÁLISE DO NÍVEL DE ESTRESSE DO POLICIAL MILITAR DO RN

*Denise de Medeiros Brandão
Geíza Aline da costa Leôncio
Karina Lidice Barreto Lins Barros
Paulo Eduardo Castro Sobral
Sérgio José Lisboa Costa*

Discentes do Curso de Psicologia, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Maria Tereza Pires Costa

Docente do Curso de Psicologia, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) O presente estudo tem por objetivo investigar o nível de estresse dos Policiais Militares ostensivos e administrativos, que executam o policiamento em Natal, onde o estresse pode estar vinculado às condições de trabalho.

As condições e a organização de trabalho dos Policiais Militares são articuladas com o conjunto de discursos e práticas institucionais que cercam o fenômeno e com o sofrimento físico e mental produzido pela atividade policial.

São privilegiados, na pesquisa, aspectos relacionados com o comportamento os conflitos e os sintomas e sua associação com as vivências de sofrimento, de prazer, além de aspectos relativos à defasagem entre trabalho prescrito e real.

(METODOLOGIA) Trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva que se apóia em pesquisas bibliográficas. A metodologia é preconizada pela teoria da psicanalítica desenvolvida por Freud (e colaboradores). Esta metodologia apóia-se, fundamentalmente, na vivência subjetiva dos Policiais Militares isto é, aquela que provém do inconsciente, que sugere que o comportamento anormal resulta da seguinte seqüência: conflito, ansiedade, defesa, sintomas.

(RESULTADOS) A profissão policial requer que o indivíduo atue no confronto a conduta irregular ou criminosa da sociedade, defendendo cidadãos, em específico o cidadão-vítima do cidadão-agressor. A morte é realidade na vida deste profissional, podendo ser das vítimas, dos criminosos ou do próprio companheiro de trabalho, bem como a sua própria vida sofre perigo. O trabalho, quando é de risco, tem agregado ao seu significado o medo para enfrentar as tarefas de conflitos do dia-a-dia. O estresse profissional é uma das maiores ameaças para a saúde deste século. O excesso de estresse pode gerar morte precoce, elevação da pressão arterial, problemas estomacais, problemas cardíacos, ansiedade, depressão e entre outros. As condições da tragédia, identificação do policial com a vítima e a atuação da mídia em eventos de grande interesse, são fatores que tendem a agravar os níveis de estresse da situação. De fato, há uma dificuldade nos serviços da polícia devido à própria definição do que seriam os produtos que se deseja e que se pode obter com o trabalho policial.

(CONCLUSÃO) Conclui-se que a precariedade das condições de trabalho, aliada à rigidez estabelecida na forma de organização de trabalho dos policiais militares, constitui-se em fonte de sofrimento mental que proporciona na vida desses militares um impacto, que se projeta além dos limites da atividade exercida, alcançando o seu espaço de existência particular. A nossa maior luta como psicólogos sociais é pesquisa investigar e analisar as possibilidades de questionamento e intervenção de forma sistêmica visando fomentar ao sujeito (militar) condutas de autonomia, criatividade, crítica e discernimento, podendo auxiliá-lo a problematizar e refletir sobre seu lugar na organização, resgatando sua expressão (vez e voz) e inserindo-o num processo de busca da qualidade de vida no trabalho e, ainda, elucidando a dinâmica dos processos intersubjetivos e interativos que se desenvolvem no local de trabalho, objetivando minimizar os efeitos do impacto causado pelas atividades profissionais na saúde física, psíquica e social do policial militar melhorando sua qualidade de vida pessoal e profissional, que irá culminar numa repercussão positiva na sociedade.

A8 – Psicologia

**ANÁLISE DA INTERVENÇÃO PSICOLÓGICA NO PROCESSO
DE EXPERIMENTAÇÃO DE REMÉDIOS EM HUMANOS**

Ana Caroline Fagundes Saraiva

Gabriela de Lourdes Costa

Lana Revoredo de Medeiros

Mariana Alvarenga e Sousa

Mariana Horta Galvão

Discentes do Curso de Psicologia, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Katie Moraes de Almondes

Docente do Curso de Psicologia, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) A experimentação científica teve seus primeiros registros a partir do século XVI, com Galileu que defendia que a verdade deveria ser buscada através do experimento e da observação, ambos responsáveis pela consolidação e desenvolvimento da ciência. Na experimentação com humanos, é comum pensar que eles são submetidos exclusivamente ao campo da medicina, contudo, este tipo de experimentação é feito por diversos profissionais e cientistas de outras áreas. A experimentação com humanos tem sido feita com diferentes padrões de qualidade e ética em todo o mundo, onde estes buscam assegurar que as pesquisas serão realizadas de forma a fazer descobertas sem que venham causar danos aos submetidos a ela. A partir daí foram criados mecanismos de controle sobre a experimentação com humanos (código de Nuremberg e Helsinque), na tentativa de evitar os abusos da mesma perante o ser humano em questão, visto que a experimentação oferece mais riscos do que benefícios, por ainda ser algo em fase de aprovação. Assim, todos os documentos passaram a serem analisados com base nos critérios da bioética, que prima pelos princípios: não maleficência, beneficência, autonomia e justiça. Isso é relevante porque a experimentação de remédios em humanos tem de saber lidar com todas essas questões, afinal o indivíduo submetido a experimentação pode sofrer danos e apesar de certos benefícios justificarem alguns danos, não são todos os danos que são justificáveis. Com isso, entra-se na questão ética que envolve tanto aspectos dos experimentadores quanto dos experimentados; além disso a psicologia encontra um campo para sua intervenção, acompanhando e trabalhando com o indivíduo que irá se submeter ao processo e com componentes dessa equipe. Logo, o projeto tem por objetivo analisar como a psicologia pode auxiliá-los de forma a encontrar uma melhor abordagem e trabalho com esses indivíduos.

(METODOLOGIA) Nesse projeto, pretende-se coletar os dados de uma amostra (inicial) de 25 indivíduos voluntários, de ambos os sexos, com idade entre 18 e 60 anos, que estão se submetendo ao processo de experimentação de remédios. A coleta de dados será realizada em Laboratórios Farmacêuticos de Natal que utilizem a experimentação de remédios em humanos. Para esta coleta serão utilizados: um termo de consentimento livre e esclarecido, uma ficha de identificação, um questionário fechado elaborado pelo grupo e uma entrevista com questões abertas.

(RESULTADOS) Ao se realizar esse projeto espera-se: compreender o papel da psicologia para novo campo de atuação, desenvolver técnicas psicológicas que possam facilitar o processo de experimentação com remédios, e mostrar a importância da atuação do psicólogo na experimentação de remédios em humanos. Ou seja, acredita-se que os resultados venham a revelar que a intervenção do psicólogo pode facilitar o processo e que a psicologia possa auxiliar tanto aos indivíduos que se submetem a experimentação de remédios quanto aos profissionais que trabalham nessa área.

(CONCLUSÕES) Esse projeto além de pretender analisar e mostrar a importância da intervenção de um psicólogo no processo de experimentação de remédios em humanos, pretende possibilitar a abertura de novos horizontes para uma futura área de atuação do psicólogo.

CASAMENTO EM RUÍNAS: ANÁLISE COMPORTAMENTAL DAS REPERCUSSÕES DE UMA CRISE CONJUGAL

*André Ramos Carvalho
Ebidamis Ferreira do Nascimento
Rafael Oliveira Melchuna
Rafhaela Augusta
Suzana Macêdo Delgado*

Discentes do Curso de Psicologia, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Katie Almondes

Docente do Curso de Psicologia, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) Um comportamento aprendido envolve um conjunto de estímulos para mudá-lo. Esse conjunto de estímulos são os reforços. Pareado ao comportamento que se deseja modificar, o reforço aumenta a probabilidade para que a resposta ocorra. Dentro dos esquemas de reforço há o reforço condicionado, no qual o indivíduo aprende a reconhecer determinado evento como reforçador, através do acréscimo de eventos agradáveis (reforço positivo), ou da retirada de eventos desagradáveis (reforço negativo). O reforço generalizado ocorre quando há associação de vários reforços ao mesmo tempo, utilizando-se os primários (sede, sexo, fome) e os secundários (dinheiro, atenção, afeto). O reforço contínuo é quando se proporciona um reforço cada vez que o comportamento é emitido. Já o reforço intermitente requer que o organismo aprenda a esperar pelo reforço, sendo ele mais efetivo e eficiente na manutenção do comportamento quando freqüências mais altas já foram estabelecidas. Dentro do reforço intermitente, existe o esquema de razão fixo em que o reforço ocorrerá após um número fixo de respostas e resultam em altas freqüências de respostas estáveis com uma pausa imediatamente após cada reforço, e o de razão variável o número de respostas exigidas variará, de forma que o reforço pode vir em qualquer hora e resultam em freqüências de respostas altas e estáveis com pouca ou nenhuma pausa pós-reforço. A intenção do trabalho é analisar os esquemas de reforços presentes nas conseqüências da crise conjugal de determinado indivíduo.

(METODOLOGIA) Análise teórica em caso clínico à luz da observação experimental do comportamento.

(RESULTADOS) Caso Clínico de uma mulher de 38 anos, casada pela 2ª vez há oito anos, médica, com nível sócio-econômico médio-alto, filha de uma viúva e de um pai ausente. Queixa-se de tensão, ansiedade, com medo de ter outra depressão (a primeira foi há nove anos, quando se separou do primeiro marido), e tem medo de ficar sozinha por muito tempo ou para sempre. A partir do medo que sente, esta mulher desencadeia um comportamento supersticioso, no qual se dá pelo fato dela acreditar que devido a ocasião de ter sido trocada no primeiro casamento, todas às outras vezes em que ela vier a se relacionar, poderá ser trocada novamente. Esse pensamento supersticioso é um reforço condicionado, pois este estímulo ganha a propriedade de reforçar o comportamento de ter medo, já que em experiência passada ela vivenciou uma separação por causa de uma outra mulher. Essa separação é um reforço negativo, pois com a retirada do marido em sua vida, ela passou a ter medo. Além de ser um reforço negativo, a paixão do seu ex-marido por outra mulher é uma contingência acidental, sendo isto um estímulo inesperado que modificou e moldou seu comportamento causando a separação. O medo reforça seu comportamento de tensão, de ansiedade, e logo é generalizado, pois envolve não só um tipo de medo, mas vários outros medos expostos, como o de ficar sozinha, de ser trocada novamente, ou de ter outra depressão. A insegurança constante por parte dela dentro do relacionamento, começa a ser reforçada pelo comportamento do medo já aprendido, e este reforço se dá através de esquemas de reforço em razão, que parte do pressuposto de que o reforço é apresentado após um determinado número de respostas. O critério para apresentação do reforço é o número de respostas emitido pelo organismo.

(CONCLUSÃO) Portanto, a aplicação dos esquemas de reforço no estudo de caso, demonstrou os tipos de reforços existentes nessa situação, como também a forma que eles agiram sobre o indivíduo e as suas conseqüências, com a finalidade de demonstrar o poder que os esquemas reforçadores possuem de modificar o comportamento humano.

**CATÁSTROFES, EMERGÊNCIAS E DESASTRES:
UM NOVO OLHAR DA PSICOLOGIA SOCIAL LATINO AMERICANA**

Hudson de Araújo Revoredo Junior

Marcela Rocha Bezerra

Lais Fernandes Jacobina

Adrielle de Melo Medeiros

Discentes do Curso de Psicologia da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Katie Moraes de Almondes

Docente da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) Os desastres são alterações intensas nas pessoas, bens, nos serviços e no meio-ambiente, causados por um acontecimento natural ou gerado pelo homem, que excede a capacidade de resposta da comunidade afetada. A Psicologia dos desastres é uma área nova na Psicologia. Surgiu de forma intensa, no Brasil, no ano de 1998, dois anos após o primeiro acidente no aeroporto de Congonhas, São Paulo, que causou 99 mortes, incluindo os moradores próximos ao local. Em outros lugares do mundo, antes disso já havia alguns estudos na área, como os trabalhos do pesquisador Enrico Quarantelli, sobre o pânico ou mesmo os estudos após o acidente em Chernobyl. Desde o período das Guerras Mundiais, onde era notável a necessidade de um acompanhamento das conseqüências das mesmas, já se pensava em como lidar com esse assunto. Assim, partindo dessas premissas, o presente estudo procura mostrar o contexto histórico da Psicologia dos Desastres, conceituá-la e mostrar as áreas possíveis de atuação de um profissional, destacando o trabalho da América Latina nessa área, sendo ela a maior força de atuação desses psicólogos emergenciais, em especial no Peru e no Chile. Buscando, portanto o esclarecimento sobre o tema, pouco conhecido em nosso país.

(METODOLOGIA) Fez-se uso de um levantamento bibliográfico baseado nos instrumentos conceituais da Associação Americana de Psiquiatria, no 1º Seminário Nacional de Psicologia das Emergências e dos Desastres, em trabalhos publicados sobre o tema e em notícias de jornais e revistas.

(RESULTADOS) Psicologia dos Desastres estuda o comportamento humano em toda a sua variedade e complexidade, no tocante aos desastres e suas conseqüências. Um profissional dessa área pode atuar em três fases: pré-impacto, precedente ao desastre, através da capacitação e treinamento de indivíduos que são potencialmente capazes de serem afetados por um desastre (em aeroportos, países hostilizados), na fase do impacto, momento em que o fenômeno atinge a comunidade e, Pós-impacto, fase que começa depois de ocorrido o desastre. A vítima é classificada em seis estágios, desde as pessoas que sofreram impacto direto no desastre, com perdas físicas ou materiais, familiares e amigos, integrantes das equipes de primeiros-socorros, comunidade afetada, pessoas que ficam sabendo do ocorrido pelos meios de comunicação e os que não se encontravam no lugar do desastre por diferentes motivos e agora possuem sentimentos de culpa. O trabalho do psicólogo com as vítimas, trata da aflição, auto-estima e sentimentos de culpa, em sessões individuais e em grupos, restaurando a capacidade dos afetados para resolver a situação de estresse, reorganizar a família, a comunidade, os locais de trabalho, colaborando sempre com outros grupos profissionais. Existem situações que darão, em maior ou menor profundidade, a gravidade da situação e permitirão que o ambiente de trabalho das equipes e a conduta e resposta dos atingidos seja diferente, dependendo portanto de aspectos como: o número de mortos, a dimensão da destruição, a intensidade do desastre, a centralidade na comunidade, a duração, a rapidez, o grau de previsibilidade, a periodicidade do fenômeno e a falta de costume da comunidade.

(CONCLUSÕES) A Psicologia dos Desastres é uma realidade na América Latina e espera-se que futuramente seja tão abrangente no nosso país, uma vez que passamos sempre por crises sociopolíticas, convivência sistemática com a sensação de instabilidade social, ocorrência de catástrofes naturais, impacto psicossocial do subdesenvolvimento com o mundo desenvolvido, ou mesmo epidemias como a Síndrome de Imunodeficiência Adquirida. O Brasil passa por péssima distribuição da riqueza aliada à ausência de serviços governamentais de amparo social a população em geral, e por essa e outras podemos razões pode-se afirmar que no Brasil, a Psicologia Social dos Desastres tem lugar efetivo e deve ser amplamente praticada.

A COMUNICAÇÃO DIALÓGICA DE UM FAZER PROFISSIONAL

*Cleide Regina
Iris França
Ildci Cavalcanti
Kainara Farias
Raquel Farias
Karina Lins*

Discentes do Curso de Psicologia da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

*Antonio Alves Filho
Jordana C. B. Campos
Syrleine Penaforte
Maria da Apresentação Barreto
Carlos Henrique Cruz.*

Docentes do Curso de Psicologia da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) Ser estudante do curso de psicologia em uma época que evoca mudanças de paradigma em relação à não fragmentação do conhecimento nos remete à importância de estudar numa perspectiva interdisciplinar a intervenção prática do psicólogo no contexto escolar. Em face desse desafio, realizamos um estudo que surgiu a partir da idéia de efetivar um trabalho integrado proposto por docentes das disciplinas do 3º período do curso de Psicologia da Farn, o qual teve como objetivo verificar de que forma o psicólogo escolar, no exercício do seu papel profissional, integra os saberes adquiridos em sua formação profissional, em especial, nas áreas de Psicologia Social, Avaliação Psicológica, Psicologia e Educação e Psicologia do Desenvolvimento. Sentimo-nos movidos pela necessidade de aprender como se dá a interlocução dos saberes teóricos pertinentes às disciplinas mencionadas e fundamentamos nossas reflexões no arcabouço teórico estudado nestas disciplinas. A relevância deste trabalho é marcada pela necessidade da interdisciplinaridade se impor não só como forma de compreender e modificar o mundo, como também por uma exigência interna das ciências, que busca o restabelecimento da unidade perdida do saber. Além disso, proporciona uma atitude diferente a ser assumida por nós alunos, e por aqueles que produzem o conhecimento.

(METODOLOGIA) Para alcançarmos nosso objetivo realizamos uma pesquisa exploratória que consistiu de uma visita a uma escola particular da cidade de Natal (RN), na qual foi feita uma entrevista semi-dirigida com a psicóloga desta instituição escolar, compondo assim uma amostra não-representativa dos psicólogos escolares de nossa capital – Natal. Também utilizamos como recurso metodológico a pesquisa bibliográfica, a partir de teóricos estudados nas disciplinas supracitadas, oferecidas no curso de Psicologia da Farn. Por fim, as informações obtidas na entrevista foram analisadas qualitativamente, a partir do discurso da psicóloga escolar, confrontando-se os resultados com a teoria pertinente.

(RESULTADOS) Na entrevista a psicóloga evidenciou que realiza um atendimento significativo com a criança, com sua família e com aqueles que a cercam no ambiente escolar. Neste, há a colaboração entre as diversas disciplinas buscando uma interação, como possibilidade de efetivação de um trabalho interdisciplinar. Ela enfatiza que sua intervenção questiona as relações e comunicações interpessoais estabelecidas no meio escolar, promovendo uma reflexão crítica entre a instituição; o processo ensino-aprendizagem na relação professor-aluno e na relação família-escola; como também os impactos dessa ação na sociedade.

(CONCLUSÃO) Ao final do trabalho realizado, pudemos tecer algumas considerações acerca do cotidiano do psicólogo em seu trabalho, sua atuação no universo escolar e as teorias que permeiam a prática pedagógica e psicológica neste contexto. O trabalho deste profissional não se restringe ao atendimento de alunos com problemas de aprendizagem, mas sim, é uma atuação dialógica no ambiente escolar em interação com a equipe técnica pedagógica, buscando alcançar o espaço social mais amplo no qual o aluno está inserido. É um trabalho em conjunto com profissionais de outras áreas profissionais, que busca um atendimento significativo para a criança, para a família e para todos aqueles que se relacionam com ela no ambiente escolar. Verificamos ainda que o papel do psicólogo neste contexto ainda carece de delimitação, diferentemente do que ocorre em sua atuação em áreas mais tradicionais como a Psicologia Clínica, por exemplo, reafirmando as discussões referenciadas nos referenciais teóricos utilizados. Por fim, esperamos que o estudo realizado contribua para o conhecimento e reflexão sobre a atuação do psicólogo escolar e que possa proporcionar aos acadêmicos do curso de Psicologia, uma oportunidade de ampliar a interação com a profissão de psicólogo, numa integração entre a teoria prática.

DEPRESSÃO EM DEMÊNCIA

*Ana Flávia Araújo de Madeiros
Maíra Melo do Vale Lira
Mariana Martins Serêjo
Pollyanna Ferreira Santana
Sylvia Cristina de Andrade Abrantes*

Discentes do Curso de Psicologia, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Teresa Pires

Docente do Curso de Psicologia, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO): Constituinte a última fase do desenvolvimento humano, o envelhecimento não possui um fator biofisiológico que demarque seu início, contudo, no presente estudo foi considerado a idade de 65 anos, a qual é utilizada pela maioria do Gerontologistas. Tal processo gera algumas transformações físicas, funcionais e psicológicas, sendo influenciadas pelo meio social tendo em vista sua contribuição para uma visão depreciativa sobre essa fase da vida. A ênfase em estudos sobre o envelhecimento tem aumentado nos últimos anos devido à inversão demográfica proporcionada pelo desenvolvimento de tecnologias na área da Medicina e na produção de medicamentos. Essas técnicas, no entanto, não evitam que determinadas doenças degenerativas se instalem nos idosos, como é o caso das demências, caracterizadas pela diminuição das capacidades cognitivas, porém, tal patologia pode atingir pessoas de qualquer faixa etária. Desse modo, é possível obter um quadro depressivo por consequência das alterações neurológicas causadas pela degeneração dos neurônios como também pela reação psicológica frente aos fatores adversos causados pela perda das funções cognitivas. O presente estudo tem como relevância tanto social quanto científica o entendimento do impacto que as demências geram na vida dos indivíduos e sua constatação na população de idosos amostrados. Diante do exposto, o problema que norteia este estudo é: qual a incidência de depressão em portadores de demência? Tendo como objetivo analisar a relação existente entre os fatores demenciais que podem levar à depressão.

(METODOLOGIA): A pesquisa realizada foi do tipo descritiva tendo como universo a população de idosos da cidade de Natal que freqüentam o CEASI com o total de 800 demenciados, dentre estes 32 foram submetidos à Escala de Depressão Geriátrica, os quais constituem-se nossa amostra. O procedimento para coleta de dados foi documental uma vez que para obter os dados necessários, fez-se a análise de prontuários arquivados. O tratamento dos dados tem caráter tanto quantitativo como qualitativo, devido ao fato de ser necessário possuir uma quantidade significativa para verificar o número de casos diagnosticados com demência e depressão para posteriormente, analisar qualitativamente quais os fatores presentes nessa relação.

(RESULTADOS): A coleta foi realizada com indivíduos de idade variando entre 65 e 102 anos, onde foi possível verificar que 68,75% da amostra possuem depressão, dentre os quais 77,28% são do sexo feminino e 22,72% do sexo masculino. De acordo com os dados obtidos constatou-se que a maioria das pessoas que possuem algum tipo de demência apresentam um quadro de depressão e que, a maioria dessa amostra é do sexo feminino considerando que as mulheres possuem maior expectativa de vida e, conseqüentemente, maior índice de depressão.

(CONCLUSÃO): Sendo assim, os índices mostrados confirmam a hipótese de que a depressão está associada à demência uma vez que esta acarreta problemas que comprometem a qualidade de vida do idoso gerando uma auto-avaliação insatisfatória quanto aos eventos de vida, cujos aspectos são detectados pela Escala de Depressão Geriátrica.

DORMIR É PERDA DE TEMPO? QUALIDADE DO SONO EM ESTUDANTES DA FARN

Danilo de Freitas Araújo

EB Belli Baptista Cruz

Gildeon Mendonça da Costa

Vladimir Paiva Beserra Cabral de Oliveira

Discentes do curso de Psicologia, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Katie Moraes de Almondes

Docente do curso de Psicologia, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) Alguns dos comportamentos cotidianos de um indivíduo (praticar esportes, estudar, trabalhar, dentre outros) dependem do quanto ele estará bem disposto para realizá-los: se estiver cansado ou sonolento, isso se refletirá na execução de cada um de seus atos. Assim, um sono com bom aproveitamento se constitui num dos fatores que mais propiciam um bem-estar biopsicossocial para uma pessoa. Entretanto, o sono pode ser influenciado por inúmeros agentes externos (como calor e barulho no ambiente de dormir ou horários de estudo) ou internos (necessidades de sono, por exemplo), o que, por conseguinte, compromete a qualidade do sono de um indivíduo. Um grupo onde esta afirmativa se torna uma constante são os estudantes universitários, que possuem um horário de estudo fixo. Isso, juntamente com a grande quantidade de atividades extracurriculares que ocorrem durante o dia, inclusive em mais de um turno, uma vida social ativa, bem como as referidas demandas acadêmicas realizadas a noite ou pela madrugada (no caso de indivíduos que, além de estudar, trabalham, o que resulta, muitas vezes, numa privação de sono) se constituem em barreiras que impedem que eles alcancem uma boa qualidade no sono. Assim, qualidade de sono ruim em estudantes é sinônimo, freqüentemente, de dificuldades de concentração e atenção, o que compromete seu rendimento acadêmico. O objetivo do trabalho em questão é avaliar e comparar o nível de qualidade do sono dos estudantes universitários, pertencentes a turmas de turnos diferentes (manhã e noite), da FARN.

(METODOLOGIA) Procedeu-se inicialmente a um levantamento bibliográfico e, posteriormente, a uma coleta de dados. A amostra constituiu-se de 249 alunos da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte (FARN), dos cursos de Enfermagem, Fisioterapia, Direito e Nutrição (turno matutino) e Psicologia, Ciências Contábeis, Direito e Administração (turno noturno). As aulas do turno matutino vão das 7h40 até às 12h00, enquanto as do turno noturno, iniciam às 19h00 e terminam às 22h35. Os alunos voluntários assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Em seguida, preencheram uma ficha de identificação e o Índice de Qualidade de Sono de Pittsburgh (IQSP), consistindo em 10 questões relacionadas aos hábitos normais de sono do indivíduo (e cuja pontuação indica, quando acima de 5, qualidade do sono ruim e quando acima 10, diagnóstico de distúrbio do sono).

(RESULTADOS) Os resultados mostraram que a amostra apresentou uma média total de $5,53 \pm 2,99$ pontos no IQSP, valor esse que aponta para uma qualidade do sono ruim. O turno matutino obteve uma média de $5,51 \pm 2,94$ pontos no mesmo, enquanto o turno noturno conseguiu uma média de $5,55 \pm 3,06$ pontos. Ambos os turnos, conforme os dados mencionados, denotam uma qualidade de sono ruim.

(CONCLUSÃO) A presente investigação revela que o sono dos estudantes que compõem a amostra carece de atenção, uma vez que fica evidente a qualidade ruim dele. Múltiplas implicações são passíveis de ocorrerem, tais como, disfunção do sono ao longo do dia (que envolve problemas de sonolência, por exemplo) e até, num caso mais sério, distúrbios. Recomenda-se, então, que uma higiene do sono seja trabalhada entre os estudantes, de modo a evitarem dormir mais tarde; organizarem o ambiente em que dormem, esquivando-se a agentes que possam interromper o sono como calor, barulho e iluminação; e procurarem algum especialista caso suspeitem de distúrbios do sono. Assim, esta pesquisa é significativa para o psicólogo da área da saúde, uma vez que poderá ampliar o seu escopo de conhecimento a cerca dos efeitos da demanda acadêmica exaustiva na vida de um estudante (como, por exemplo, os altos índices de baixo rendimento acadêmico) e, ao mesmo tempo, intervir diretamente sobre as suas queixas.

A8 – PSICOLOGIA

EFEITOS COMPORTAMENTAIS EM CAMUNDONGOS EXPOSTOS AO ESTRESSE AGUDO INDUZIDO POR CONTENÇÃO

Ezequiel Batista do Nascimento

Discente do Curso de Psicologia Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Maria Helena Pires Araújo Barbosa

Discente do Curso de Enfermagem Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Alessandra Mussi Ribeiro

Docente do Curso de Enfermagem da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Regina Helena Silva

Docente da Universidade Federal do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) A exposição ao estresse, dependendo da intensidade e duração, elicia mudanças fisiológicas adaptativas e mal adaptativas. O mesmo padrão geral de efeitos estressantes vantajosos versus deletérios parece existir para algumas funções cognitivas, particularmente no desempenho da aprendizagem e memória espacial. Entretanto, alguns estudos propuseram que a ansiedade e a memória não seriam somente fenômenos relacionados, mas que a ansiedade poderia ser de fato, uma fase necessária para a formação da memória. Outros trabalhos demonstram que os fatores cognitivos podem influenciar respostas de medo. Nosso trabalho tem como objetivo analisar a influência do estresse agudo induzido por contenção em camundongos usando a Esquiva Discriminativa em Labirinto em Cruz Elevado. O modelo utilizado fornece informações simultâneas sobre a memória, ansiedade e a atividade motora.

(METODOLOGIA) Em nossos experimentos, foram usados 16 camundongos machos (30 – 40 g) (grupo de estresse e grupo de controle). Os camundongos foram colocados em tubos cilíndricos de contenção por 3 dias consecutivos durante 4 horas. O experimento consistiu de uma sessão de treinamento e uma sessão de teste. Os animais foram colocados individualmente no centro do labirinto em cruz que tinha dois braços abertos e dois braços fechados, num dos braços fechado havia um estímulo aversivo (luz e ruído) que era apresentado toda vez que o animal adentrasse no braço. A duração e o número de vezes que cada animal entrou nos braços foram registrados e os dados obtidos foram posteriormente analisados.

(RESULTADOS) Não houve mudança na ansiedade (exploração dos braços abertos) e na atividade motora (entradas em todos os braços). A exploração reduzida do braço aversivo nas sessões de treinamento e de teste por animais estressados sugere uma melhoria no aprendizado e melhor retenção de memória.

(CONCLUSÃO) A esquiva discriminativa em labirinto em cruz elevado parece ser um bom modelo para investigar as relações entre aprendizagem, memória, ansiedade e estresse.

ESTATUTO DO IDOSO: HÁ DIFERENÇAS NAS CONCEPÇÕES DE ESTUDANTES DE PSICOLOGIA E DIREITO?

Isabel Henrique Alberto Dantas

Danielle Oliveira de Macedo

Clécio da Silva

Zilanda Pereira de Lima

Jersika Thaise de Carvalho Silva

Discentes da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Célia Maria Cruz Marques Chaves

Docente da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) O presente texto resume pesquisa sobre o Estatuto do Idoso, implementado em 2003, o qual visa regulamentar os direitos fundamentais das pessoas com 60 anos ou mais. A pesquisa tem por objetivo averiguar e analisar a percepção do referido Estatuto entre estudantes dos cursos de Psicologia e de Direito, considerando o nível de relacionamento dos referidos cursos com os diversos aspectos comportamentais da pessoa humana e, em especial, das pessoas com idade superior a 60 anos.

(METODOLOGIA) A pesquisa contempla os aspectos teóricos e aplicados, por tratar-se de pesquisa bibliográfica, documental e pesquisa de campo. A amostra é do tipo aleatório, cujo plano amostral é de 150 estudantes dos cursos de Direito e Psicologia, com idade média de 22,7 ($DP = 6,25$). Os alunos do curso de Psicologia representam 52% da pesquisa, com pessoas de diferentes períodos (3º período: 36,7%; 5º período: 32,7% e 9º período: 30,7%). A distribuição da coleta é a seguinte: alunos das universidades públicas: 46%; instituições privadas: 54%, todas localizadas na cidade do Natal-RN. Para a coleta dos dados, adotou-se a técnica de associação livre e a frase-estímulo “Violência e Maus-Tratos Contra o Idoso”. Foi pedido para que escrevessem quatro palavras que viessem à mente ao escutar a palavra estímulo. Os estudantes foram abordados individualmente, mediante consentimento livre e esclarecido. Para a averiguação do *corpus* utilizou-se a análise de conteúdo de Bardin (2004).

(RESULTADOS) A pesquisa constata que, na visão dos estudantes de Psicologia e Direito, o Estatuto constitui um forte instrumento de bem-estar social, considerando que o mesmo assegura ao idoso oportunidades e facilidades para preservação da saúde físico-mental, bem como o aperfeiçoamento moral e a inclusão social. Assim, a partir das colocações dos alunos, elaboraram-se 4 categorias: 1) *Amparo Legal*; 2) *Reconhecimento Valorativo*; 3) *Benefícios Proporcionados*; 4) *Percepção Desfavorável*. Encontrou-se diferença significativa ($X^2 = 3,78$; $gl = 1$; $p = 0,05$) nas freqüências apresentadas pelos estudantes de psicologia (20,5%) e direito (36,1%), a respeito dos *benefícios* que o referido Estatuto proporciona aos idosos. Com relação aos “*Atributos Legais*”, 90,9% dos estudantes do 3º período emitiram posicionamento favorável ao Estatuto, cuja variável apresentou a maior pontuação da pesquisa ($X^2 = 6,35$; $gl = 2$; $p = 0,04$). Trata-se de fortes observações da pesquisa, cujas variáveis pesquisadas estão compatíveis com os objetivos do Estatuto do Idoso, implementado no ano de 2003.

(CONCLUSÃO) A pesquisa conclui que os estudantes de Direito de Natal percebem, com maior intensidade, os *Benefícios Proporcionados* pelo Estatuto; os estudantes que cursam o 3º período conferem *Atributos Legais* ao referido Estatuto. Possivelmente, os dados se apresentam dessa forma, pelo fato dos estudantes de Direito possuírem conhecimentos mais voltados às questões legais e normativas. De um modo geral, a pesquisa indica que os estudantes universitários dos cursos de direito e psicologia de Natal percebem que o Estatuto do Idoso tem seus atributos voltados para o ‘amparo legal, normativo e reconhecimento valorativo’ do indivíduo, cujos benefícios são favoráveis aos idosos.

FELICIDADE

*Cleide Regina
Íris França
Ildci Cavalcanti
Kainara Farias
Raquel Farias*

Discentes da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Maria Tereza Pires da Costa

Docentes da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) As inúmeras pesquisas sobre a felicidade não apontam para nenhuma resposta fácil, nem tão pouco, consensual sobre o tema. No entanto, ver-se que é assunto controverso e abrangente, sendo pesquisado em diversos campos: filosofia, psicologia, sociologia e outras áreas. Perseguindo o objetivo de desvendar quais os aspectos determinantes da felicidade nas diversas áreas das ciências, estudos buscam incessantemente encontrar essas respostas, haja vista que a felicidade é algo presente em todas as civilizações e, que tem efeitos significativos na vida física e psicossocial do ser humano. A felicidade não é algo definido de forma universal e absoluta entre os conhecimentos científicos. Diante do exposto o objetivo da pesquisa é conhecer os aspectos determinantes da felicidade na percepção dos adultos.

(METODOLOGIA) Metodologicamente a pesquisa é do tipo bibliográfica e descritiva, com a coleta de dados a partir da utilização de formulários com questões abertas e fechadas a serem aplicados por um universo e amostra de 10 pessoas, sendo 5 participantes universitários e 5 participantes escolhidos aleatoriamente, com idade entre 20 e 60 anos, de ambos os sexos, da cidade de Natal/RN.

(RESULTADOS) Ao se analisar os estudos sobre a felicidade, percebe-se que o tema é estudado sobre diversas perspectivas, sejam ligada à questão biológica, econômica, psicanalítica, do trabalho e, por fim, através da qualidade de vida. Esta última está associada a condições de saúde física (inclusive de mobilidade), o repouso, as funções cognitivas, a satisfação sexual, o comunicar-se, o alimentar-se, a reserva energética, a presença/ausência de dor, o comportamento emocional, o lazer, o trabalho, a vida familiar e social. A qualidade de vida que traz uma felicidade duradoura provém de uma adequação de nossa lista de prioridades: os meus pensamentos, sentimentos, ações, relacionamentos, os papéis que desempenho, enfim o caráter deve estar comprometido com valores maiores, mais elevados e altruístas. Isto significa procurar a cada momento por situações, interações e mesmo criar pensamentos e sentimentos que contribuam para aquisição da tranquilidade, paz, leveza e felicidade que tanto almeja.

(CONCLUSÃO) À guisa de conclusão, fica claro que qualidade de vida, tal como a felicidade é algo que depende das expectativas e do plano de vida de cada um e guarda, por conseguinte, importante componente individual e subjetivo. Sendo assim, a qualidade de vida pode ser entendida e esta nos parece ser a conceituação mais apropriada - como um grau de satisfação do indivíduo com a sua vida e o grau de controle que sobre ela exerce.

O BEHAVIORISMO E SUAS VARIADAS EPISTEMOLOGIAS

Luiz Paulo Gomes dos Santos Rosa
Fernanda Cavalcanti de Medeiros
Discentes do curso de Psicologia, Faculdade Natalense Para o Desenvolvimento do RN

José Eduardo de Almeida Moura
Docente do curso de Direito, Faculdade Natalense Para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) O Behaviorismo pode ser entendido como uma teoria científica que busca estudar o comportamento humano. Ao longo do tempo, dividiu-se em várias abordagens, dentre elas destacam-se as propostas por Watson e Skinner. A primeira limita-se ao estudo dos comportamentos observáveis, mediando respostas através dos métodos experimentais, obtendo assim, um alto grau de objetividade. Skinner, por sua vez, tratava dos acontecimentos comportamentais como componentes internos cuja descrição é acessível à observação experimental. Os pressupostos teóricos da presente análise, baseiam-se nos critérios de ciência estabelecidos pelo positivismo de Comte. Segundo ele, a investigação científica deve partir da análise de fatos observáveis e a explicação parte das relações existentes entre os fenômenos. O interesse pelo estudo do comportamento não é recente, porém foi no final do século XIX que surgiram as primeiras pesquisas de caráter científico voltadas para o tema. Estas tinham como base à visão mecanicista do homem, bem como foram influenciadas pela Teoria Evolucionista de Darwin e tentavam responder aos critérios de ciência impostos pelo Positivismo. Com o decorrer das pesquisas, surgiram correntes diferentes dentro do Behaviorismo, o que dificulta sua análise como um todo. Esse trabalho pretende fazer uma distinção entre o Behaviorismo Watsoniano e o Skinneriano partindo da visão Positivista de ciência..

(METODOLOGIA) Para a concretização da pesquisa por ora proposta, fez-se uso de uma pesquisa bibliográfica e explanatória, tendo como bases conceituais e principais fontes de pesquisa as obras de Skinner (Ciência e Comportamento Humano) e da obra História da Psicologia Moderna que aborda os conceitos Watsonianos. Além de leituras de caráter epistemológico.

(RESULTADOS) Levando em consideração as variáveis paradigmáticas presentes na teoria Behaviorista, tendemos a propõem-se duas visões aparentemente opostas, contudo complementares. No Behaviorismo Watsoniano ou Metodológico há uma forte influência dos critérios da ciência Positivista, visto que Watson entendia o Behaviorismo como o estudo do comportamento observado por dois ou mais pesquisadores. Nessa proposta a relação causa-efeito, o esquema “se...então..”, em que um fato implica o outro, constituiu-se na base fundamental da pesquisa. O comportamento seria produto unicamente de meio. Na abordagem de Skinner a relação estímulo-resposta (causa-efeito) era mediada por uma teia de relações com o ambiente, que por sua vez influencia o responder a qualquer estímulo. Não concebe o comportamento em termos de associações diretas da resposta ao estímulo, mas em termos de contínuos probabilísticos. Enquanto Watson acreditava que o estudo do comportamento levaria ao conhecimento de leis gerais, verdadeiras e objetivas, para Skinner a própria noção de verdade era discutível. Dessa forma, a objetividade científica seria um ideal inatingível.

(CONCLUSÃO) A presente análise das atitudes dos Behavioristas com relação a ciência e os seus critérios de verdade, expôs perspectivas diferentes. Na versão skinneriana o próprio conceito de “verdade” é colocado de forma relativa. Já Watson insiste na objetividade formal, sendo que atende de forma mais explícita aos critérios positivistas de verdade. A relação entre objetividade e subjetividade na pesquisa, a visão mecanicista e ao mesmo tempo interacionista do homem, constituem tensões dialéticas dentro do Behaviorismo sendo ao mesmo tempo a base da proposta que por permitir discussões exclui o perigo de dogmatização dos conceitos.

**O CONCEITO DE ESCOLA COMO EXEMPLO DE SOCIALIZAÇÃO SECUNDÁRIA:
DO UNIVERSO INFANTIL À VISÃO DE TEÓRICOS**

*Adrielle de Melo Medeiros
Fernanda Gomes de Miranda Sales
Fernanda Cavalcanti
Laís Fernandes Jacobina*

Discentes do Segundo Período do Curso de Psicologia da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Rasland Luna

Docente da Faculdade Natalense para o desenvolvimento do Rio Grande do Norte - FARN

(INTRODUÇÃO) A sociedade é complexa e racional, impõe classes sociais, relações e condutas. Por isso, para que possamos compreender a organização e o funcionamento da mesma, se torna imprescindível a compreensão de todos os processos de socialização. Porém, tendo em vista a crescente globalização, e o desenvolvimento de profissões e papéis sociais cada vez mais específicos, esta pesquisa enfatizará o processo de socialização secundária, que é responsável pela interiorização de submundos institucionais, com base na divisão do trabalho. Esse processo pode ocorrer em resposta a alguma situação de mudança social, ou apenas à atualização/ampliação dos conhecimentos adquiridos nos primeiros anos de vida, o que será evidenciado nos dados coletados.

(METODOLOGIA) Foram realizadas pesquisas bibliográficas sobre o tema da socialização primária e secundária, e pesquisa de campo em uma escola, e em uma creche-escola municipal. Foi escolhido o contexto escolar como fonte de observação, porque a escola é considerada por muitos estudiosos um dos primeiros submundos institucionais com o qual a criança tem contato, e através desse novo contexto ela introjecta outros papéis sociais, entre os quais o papel profissional. A pesquisa foi realizada com crianças de 3 (três) à 13 (treze) anos, através de uma atividade de livre expressão, em que as crianças responderam ao simples questionamento: “O que é a escola?”, da maneira como achassem melhor. Obtivemos respostas em forma de desenho, parcialmente desenhadas e escritas, e totalmente escritas. Realizamos essa mesma atividade, também com profissionais da área da educação.

(RESULTADOS) Os submundos institucionais, representados nesse trabalho pela escola, são geralmente realidades parciais, que contrastam com o que foi aprendido na socialização primária. Na escola, o sujeito terá um papel determinado, seja como aluno, ou como profissional, possuindo assim, um eu parcial funcionalmente específico dentro dessa instituição, que contrasta com o eu total e sua realidade. É possível verificar, como as crianças interiorizam esses novos conceitos e normas das instituições. Inicialmente, por volta dos 3 (três) ou 4 (quatro) anos, algumas já são capazes de desenhar uma representação da escola, a estrutura física e a “tia” (professora), que ainda não tem nenhuma função consolidada. Ainda trazem em seus desenhos, figuras da família. De 5 (cinco) anos em diante, elas já foram capazes de demonstrar a disposição das salas em função das séries escolares, disposição das cadeiras, e a “tia” freqüentemente, é chamada de professora. Algumas até citaram diretora e coordenadora, e descreveram algumas atividades realizadas na escola, como por exemplo, estudar. Após os 10 anos, as crianças passaram a expressar melhor a função da escola e sobre o que ela os ensinava, em vez de sua estruturação física. Evidenciaram as normas impostas pela instituição, e a grande maioria, acreditava que elas tinham real importância. Os profissionais da área educacional, demonstraram possuir conhecimento da função social da escola, da sua grande importância dentro da sociedade como uma das principais instituições formadoras de indivíduos.

(CONCLUSÃO) É evidente nas respostas recebidas ao questionamento: “O que é a escola?”, que as crianças possuem um conjunto de idéias ainda em construção. Porém, algumas noções que elas possuem, demonstram claramente o início/consolidação da socialização secundária como as fases de conflitos, entre a socialização primária e secundária, quando a família é ainda inserida dentro desse contexto escolar; a percepção do contexto institucional: organização, estruturação física, normas de conduta e percepção da função social da escola. Portanto, o desenvolvimento do ser humano demonstra ser marcado pela socialização, um processo contínuo, influenciado pela família e pelas instituições. Desse modo, ela é essencial para que o indivíduo seja inserido e atuante dentro da sociedade, para que seja capaz de compreender suas regras, e o modo como ela está organizada.

O DIÁLOGO DA EDUCAÇÃO COM AS ÁREAS DO SABER

Edy Batista Benévolo Xavier

Ana Kelly de Almeida

Ana Alice Oliveira Pacheco

Ronalda Ferreira Fernandes

Discente do Curso de Psicologia, Faculdade Natalense Para o Desenvolvimento do RN

Maria da Apresentação Barreto

Docente do Curso de Psicologia, Faculdade Natalense Para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) Pensar o papel da educação na sociedade contemporânea tem sido um dos maiores desafios, uma vez que se vê implícita nesta reflexão a necessidade de ultrapassar o paradigma cartesiano, responsável pelo isolamento das diferentes áreas do conhecimento. Para isso, foi levantada a seguinte questão: é possível conhecer um modelo de educação que se comunique com todas as áreas do saber? Em resposta a esse questionamento, buscou-se no resgate de uma antiga visão, representada pela Cultura Celta, um exemplo por excelência desse modelo como forma de incentivo para uma mudança que nos conduza dos equívocos do pensamento cartesiano ao ressurgimento de uma nova estrutura educacional. Para os Celtas, a explicação do mundo era algo vibrante, dinâmico e cheio de beleza. Todo o ensino se dava por transmissão oral através das conversas em grupo, em rodas familiares, do mito e da poesia. Os responsáveis por essa transmissão eram homens e mulheres preparados em diversas áreas de atividade: mitologia, costumes sociais, história, legislação, astronomia, ciências naturais e outros. Os jovens, à medida que aprendiam lições de cidadania, eram educados em um ofício. No que diz respeito à relevância dessa pesquisa, pode-se afirmar que, em diversos aspectos, os valores éticos e morais dos Celtas atendem às carências mais urgentes de nossos dias – valor pessoal, consciência tribal, igualdade entre sexos, irmandade com a Natureza. Quer dizer, o que os mitos nos mostram é um respeito pelo equilíbrio entre as polaridades – masculino e feminino, vida e morte, indivíduo e coletividade, humano e natureza, mortal e divino – que pode contribuir muito para a formação de uma “nova velha consciência” para o mundo ocidental, tão carente que é de harmonia entre esses e outros “opostos”.

(METODOLOGIA) Por tratar-se de uma pesquisa teórica, foi utilizada como fonte a pesquisa bibliográfica, bem como de conversas virtuais com um dos maiores especialistas em cultura celta no Brasil: o escritor Cláudio Crow Quintino, autor de livros e de diversos artigos publicados em revistas.

(RESULTADOS) A análise constatou que de bárbaros, os celtas não tinham nada. E, que uma tradição verdadeira nunca desaparece. Os celtas não costumavam escrever os seus mitos, mas eram preservados através da tradição oral. A chegada da escrita à Irlanda ocorreu com os primeiros monges cristãos, os quais transmitiram muitas informações para a posteridade. A análise histórica de um povo mostra que nem sempre a visão de mundo é tão reducionista como revela a nossa herança cultural.

(CONCLUSÃO) A falta de diálogo entre as áreas do conhecimento caracteriza a desrazão, por assim dizer, de uma visão de mundo que separa os seres humanos mais e mais um do outro, do mundo que o cerca, bem como de suas grandiosas lições. A educação, portanto, precisa ser pautada em um paradigma que prime pela elaboração de um diálogo constante e criativo com todas as áreas do saber. Nesse contexto, é importante lembrar que, as idéias de Edgar Morin sobre uma reforma do pensamento, da educação e das estruturas curriculares surge como um convite para responder ao desafio desse grande diálogo.

O ESTÍMULO DISCRIMINATIVO NA ANÁLISE DE UM CASO CLÍNICO DE ANSIEDADE CAUSADA PELO CONVÍVIO COM VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Thiago da Silva Laurentino, Edilene Fernanda de Melo, Victor Lima

Roberto Fernandes Bezerra de Mello

Magnus Kelly Moura da Cunha

Discentes do Curso de Psicologia da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Katie Almondes de Moraes

Docente do Curso de Psicologia da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) O condicionamento operante é considerado como um dos mecanismos importantes na aquisição do aprendizado, sendo apontado como um dos determinantes e modeladores do comportamento. Consiste no aumento da probabilidade de ocorrência de um comportamento a partir da oferta de reforçadores. Dentre os componentes relevantes deste condicionamento, destaca-se o Estímulo Discriminativo, que é qualquer elemento contextual qualitativamente e quantitativamente significativo que possa facilitar o aprendizado. Um estímulo torna-se discriminativo à medida em que aparece sempre associado a determinado comportamento e ao seu reforço durante o processo de aquisição do aprendizado. Alguns casos de distúrbios emocionais e psíquicos podem ser explicados à luz do paradigma do condicionamento operante, dentre eles os estados de ansiedade, que se caracterizam por medo, apreensão, tensão e pavor diante de uma suposta eminência de perigo. Nosso objetivo com este trabalho foi discutir o papel do Estímulo Discriminativo no contexto de um quadro de ansiedade desenvolvido por uma criança ao longo do convívio com episódios de violência doméstica.

(METODOLOGIA) Buscou-se o aprofundamento nos conceitos relativos ao condicionamento operante para esclarecer o caso clínico apresentado. As fontes utilizadas foram livros relacionados ao tema e artigos recentemente publicados, a partir de consultas à biblioteca e ao scielo. Inicialmente, foram feitos fichamentos do material pertinente. Em seguida, os conteúdos foram discutidos pelo grupo e, finalmente, foi elaborada uma síntese sobre os aspectos relevantes à discussão.

(RESULTADOS) ANS, de 9 anos, desde os 5 anos de idade, teve que lidar quase que diariamente com as brigas dos pais. O pai, um homem de 40 anos, passava maior parte do tempo desempregado, por não conseguir se firmar profissionalmente. Esta situação o levou ao alcoolismo. A mãe de ANS, de 38 anos, passava o dia trabalhando, deixando-o sob a custódia do pai ou dos vizinhos. A briga do casal era sempre acompanhada de muitas agressões verbais e, com frequência, por espancamentos da esposa. A criança, ao presenciar o fato, sempre expressou comportamento de busca de acolhimento pela mãe ou vizinhos, procurando afastar-se da presença do pai violento, recebendo em troca carinho e afeto. O alcoolismo do pai se agravou e este foi abandonado pela esposa, que passou a ser procurada constantemente por ele. Foi a partir de então que foi percebido que às visitas do pai promoviam manifestações de medo e pavor na criança, que se evadia da presença dele e buscava abrigar-se entre os braços da mãe ou dos vizinhos, mesmo este não estando alcoolizado. Observou-se também que até a voz do pai, o cheiro de bebida ou comentários de que ele estaria bebendo exacerbava este comportamento de ANS. ANS foi levado ao psicólogo por sua mãe, que identificou a presença do pai como estímulo discriminativo para ANS. Assim, faz-se necessário identificar os elementos contingentes que envolvem o comportamento de ANS, sob a ótica do paradigma do condicionamento operante, considerando-se como resposta observada o seu comportamento de fuga. Tal comportamento deve ter sido reforçado com o acolhimento da criança pela mãe e vizinhos, que o protegiam das atitudes violentas do pai, dando-lhe alento e redobrando o carinho e a atenção. A presença do pai, a notícia de que bebia, ou do cheiro de bebida, foram incorporados como estímulos discriminativos pelo fato de estarem sempre associados à expressão do comportamento de fuga da criança e ao reforço.

(CONCLUSÃO) Viu-se como elementos de um contexto se estabelecem enquanto estímulo discriminativo no desenvolvimento de estados de ansiedade. O estudo deste caso faz-nos sugerir que a atenção do psicoterapeuta deverá ser focada no manejo (terapia comportamental) do estímulo discriminativo e no esclarecimento, junto à criança, sobre o real significado da presença do pai (terapia cognitiva).

O NOVO OLHAR DA PSICOLOGIA ESCOLAR

Francinaide Gomes

Gilvania Medeiros

Lívia vivianne de Azevedo

Discentes do Curso de Psicologia, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Maria da Apresentação Barreto

Docente do Curso de Psicologia, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) Nossa pesquisa teve como finalidade entrevistar um psicólogo escolar, com o objetivo de conhecer a sua atuação dentro da instituição escolar e poder relacionar os resultados com as disciplinas estudadas. Psicologia social I, psicologia do desenvolvimento humano I, medidas de avaliação em psicologia I, psicologia da educação e práticas integrativas.

(METODOLOGIA) A pesquisa foi realizada em uma instituição escolar de ensino infantil (com ensino maternal e fundamental I). Foi feito para coleta de dados uma entrevista com a psicóloga da instituição com uso de questionário.

(RESULTADOS) Dentro dos resultados da nossa pesquisa foi possível analisar que o psicólogo escolar realiza um trabalho muito importante dentro da instituição, principalmente porque seu atendimento não é individualizado, é um trabalho feito com os professores, alunos, pais dos alunos e com toda instituição, proporcionando assim uma boa relação com o corpo escolar.

(CONCLUSÃO) A importância do nosso trabalho de pesquisa foi poder perceber que o psicólogo escolar tem muito a oferecer dentro de uma instituição escolar. O trabalho que a psicóloga desenvolve na escola é de grande importância por não ser direcionado somente aos alunos, sendo assim bem focado também a presença dos pais na educação dos filhos, pois o que muitas vezes vemos como problemas de aprendizado nas crianças, são reflexos de conflito ou ausência familiar.

O USO DA PSICOLOGIA NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA

Larissa Raposo

Luana Bandeira

Natália Cardoso

Thiago Menezes

Discentes do Curso de Psicologia, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Carlos Henrique Souza da Cruz

Docente do Curso de Psicologia, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) Os Meios de Comunicação de Massa são utilizados para informar, educar e entreter de diferentes formas, com conteúdos selecionados e desenvolvidos para públicos específicos. Os livros foram os primeiros meios utilizados para esse processo comunicacional. Com o avanço tecnológico, surgiram vários outros, como o rádio, a televisão e, mais recentemente, a internet. Nesse âmbito a Psicologia passa a ser solicitada cada vez mais, pois trabalha a questão da subjetividade. A propaganda se constitui no principal meio utilizado pela mídia para o convencimento de pessoas a comprarem produto, muitas vezes interferindo nos processos psicológicos básicos do ser humano: sensação, percepção, emoção e motivação. Quando se fala desses processos, é importante que se questione sobre a ética na relação entre Psicologia e mídia, pois quais seriam os limites para a Psicologia no manuseio da subjetividade? Assim, a pesquisa teve como propósito investigar se a Psicologia e o psicólogo teriam poder de controlar as pessoas, de fazê-las comprar ou acreditar em algo que absolutamente não lhes interessa.

(METODOLOGIA) Verificamos, através de pesquisa bibliográfica, a relação entre Psicologia e mídia no que se refere ao poder de persuasão sobre determinados grupos sociais. O material colhido na pesquisa foi validado qualitativamente.

(RESULTADOS) Dentre essas análises tivemos exemplos de pesquisa realizada com trabalhadores da Baixada Santista que, quando viam um noticiário sobre greve com conteúdo claramente a favor das posições governistas e empresariais, decodificavam a mensagem depurando-a da opinião da emissora e analisando o conteúdo pelo que a notícia oferecia de objetivo. Os trabalhadores faziam uma releitura da informação e a reconstruíam de acordo com a visão sindical da cultura operária. Houve relatos de fumante que atribuiu o sabor e a suavidade do cigarro por sua preferência por tal marca. A questão da preferência por determinado produto associado ao seu paladar, curiosamente não pôde ser confirmada através de testes cegos (quando não se sabe qual é o produto que se está experimentando), onde o produto preferido não era reconhecido quando comparado a um similar. **(CONCLUSÕES)** As leituras e observações feitas levaram-nos à conclusão de que a Psicologia quando utilizada pelos meios de comunicação de massa não detém o controle absoluto da subjetividade humana, não se pode conferir tamanho poder nem a Psicologia e os psicólogos nem aos meios de comunicação de massa. É importante ressaltar que a persuasão não vá acontecer, porém de forma absoluta jamais.

QUALIDADE DE VIDA EM PACIENTES PÓS-TRANSPLANTADOS RENAIIS

*Alinne Medeiros Câmara
Daniella de Sousa Falbo
Francinaide Gomes Dutra
Gilvania Medeiros Vasconcelos
Joana D'arc Araújo da S. Santos.*

Discentes do Curso de Psicologia, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Maria Teresa Pires Costa
Docente do Curso de Psicologia da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) A presente pesquisa tem como objetivo discutir a qualidade de vida em pós-transplantados renais. Qualidade de vida é um conceito amplo que pode ser definida como bem-estar pleno do indivíduo, o que corresponde ao perfeito exercício de suas capacidades intelectuais, sociais, culturais, orgânicas, espirituais e políticas. A insuficiência renal corresponde à falência ou incapacidade momentânea do rim em desempenhar sua função de filtrar o sangue, ou seja, o órgão deixa de eliminar os líquidos e as substâncias tóxicas presentes no sangue provocando edema considerado, sendo mais acentuado nos membros inferiores. Pode ser crônica (IRC) ou aguda. A IRC tem origem em várias doenças as mais comuns são diabetes, hipertensão arterial e a glomerulonefrite. As causas da insuficiência renal estão associadas principalmente às doenças como diabetes (33% dos casos), hipertensão arterial (27%), nefrites imunológicas (20%), infecção renal crônica (7%) e lúpus eritematoso sistêmico (7%). A Insuficiência Renal Crônica (IRC), constitui o caminho principal ao transplante renal. Antes de se chegar ao transplante renal, o paciente passa por vários tratamentos que são modificados de forma gradativa acompanhado o avanço da doença. De início o tratamento pode e manter em uma alimentação restrita e medicamentos, o que depois segue para o tratamento dialítico. Esse tratamento divide-se em duas formas distintas que são a hemodiálise convencional e a diálise peritoneal. O tratamento destinado aos portadores de insuficiência renal crônica consiste em um longo e repetido processo que é caracterizado por muitos procedimentos invasivos, privações, alterações físicas e comumente isolamento social. Diante disso, a escolha do tema surgiu do interesse de conhecer e entender como os pacientes renais pós-transplantados percebem a sua situação e sua perspectiva de vida, assim como o processo de aceitação do órgão transplantado. O presente projeto buscou também levantar quais as perspectivas que o transplantado tem para com sua vida e os aspectos psicossociais e econômicos que envolvem o processo pós-transplante.

(METODOLOGIA) A metodologia utilizada foi uma revisão bibliográfica sobre o tema.

(RESULTADOS) Na literatura o transplante como modo terapêutico traz uma série de problemas psicológicos, sociais, legais e filosóficos. Logo os efeitos que se sucedem mediante a um processo árduo de aceitação tanto de um novo órgão como de uma nova filosofia de vida são inúmeros. Estudos feitos por pesquisadores trazem resultados que evidenciam que a satisfação pessoal do indivíduo, bem como sua avaliação sobre a qualidade de vida depende exclusivamente do sucesso do enxerto funcionante. Os pacientes que voltam a ser submetidos aos tratamentos de hemodiálise ou diálise peritoneal e aqueles que passam por um pós-operatório difícil com episódios de rejeição ou sintomas oriundos do uso das drogas imunossupressoras, apresentam escores de acentuada não satisfação de qualidade de vida. Já outros estudos destacam que o transplante renal acarreta uma melhora acentuada na vida do paciente renal, visto que mesmo com muitas recomendações é possível se ter uma vida normal e reiterar-se ao convívio social de forma plena e saudável.

(CONCLUSÃO) De acordo com a literatura, o transplante renal não é tido como cura. O transplantado terá que se submeter pelo resto de sua vida a exames de rotina, controle alimentar e medicamentoso. Diante desse paradigma concluímos que para uma obter resultados certos e compatíveis com a realidade em relação à qualidade de vida de transplantados renais, se faz necessário além da pesquisa bibliográfica, alargar a metodologia partindo para uma pesquisa descritiva e exploratória com aplicação de formulário pré-estabelecido. Para tanto o grupo se propõe a realizar a pesquisa com pacientes transplantados que residem em Natal, visto que a amostra estadual consiste conforme dado fornecido pela Central de Transplante, de 163 transplantados.

**QUAL O NÍVEL DE ESTRESSE E ANSIEDADE EM CUIDADORES
FAMILIARES DE CRIANÇAS COM CÂNCER?**

Aline Oliveira da Silva

Maria Míriam C. de Oliveira

Discentes do curso de Psicologia, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Alessandra Mussi Ribeiro

Docente do curso de Psicologia, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) O estresse evidencia-se como uma reação psicológica com componentes emocionais, físicos, mentais e químicos a determinados estímulos estranhos que irritam, amedrontam, excitam ou confundem a pessoa, quando presente no indivíduo, pode desencadear uma série de doenças. Se nada é feito pra aliviar a tensão, a pessoa cada vez mais se sentirá exaurida, sem energia e depressiva. Na área física, muitos tipos de doenças podem ocorrer, dependendo da herança genética da pessoa. Uns adquirem úlceras, outros desenvolvem hipertensão, outros ainda têm crise de pânico, de herpes e outras doenças. A partir daí, sem tratamento especializado e de acordo com as características pessoais, existe o risco de ocorrerem problemas graves, como enfarte, acidente vascular encefálico, dentre outros. Já a ansiedade pode ser caracterizada como uma reação emocional transitória percebida pela consciência, vista como patológica quando ocorre um desequilíbrio entre a situação que a desencadeia e/ou quando não existe um objeto específico ao qual se direciona e podendo a sua intensidade e sua duração interferir na rotina diária do indivíduo. O câncer é uma classe de doenças caracterizadas pelo crescimento descontrolado de células aberrantes em diferentes partes do organismo e que pode ocorrer em qualquer idade, tanto em crianças quanto em adulto; e em crianças o câncer, geralmente afeta células do sistema sangüíneo e dos tecidos de sustentação. Dessa forma, visto que o ambiente hospitalar, assim como o adoecer de um membro familiar, comumente repercute em toda família, situação significativa e propensa a transtornos relacionados ao estresse e a ansiedade. O objetivo do presente estudo é identificar o nível de estresse e ansiedade em cuidadores familiares de crianças com câncer.

(METODOLOGIA) Este estudo se constitui num levantamento bibliográfico, incluindo pesquisa em artigos científicos. Os dados procedentes desse levantamento foram analisados e discutidos, buscando encontrar informações na literatura especializada que propusessem a implicação do estresse e ansiedade em familiares cuidadores de crianças com câncer.

(RESULTADOS) Estudos mais recentes relatam o fato de que o estresse está diretamente relacionado ao manejo da dor do paciente oncológico pediátrico no domicílio. Neste contexto estudos complementares discutem a necessidade de orientação, esclarecimento e auxílio profissional para os cuidadores, a fim de que alcance um equilíbrio desejável ao favorecimento do percurso do processo terapêutico e os cuidados no domicílio. Neste sentido, é sabido então que o adoecer de um membro familiar, comumente repercute em toda família. No momento em que é a criança que adoece toda família de certa forma, o faz e até culpa-se por tal fato; a doença em si é um fator de desajustamento que provoca, precipita ou agrava provocando desequilíbrios na criança e na família.

(CONCLUSÃO) Como podemos observar de acordo com a literatura os níveis de estresse e ansiedade são bastante consideráveis nesse tipo de cuidador, portanto, justamente por tais considerações é que se mostra necessário e demasiadamente importante explorar tal realidade no contexto do nosso estado. A relevância da pesquisa dá-se na medida em que ao avaliar os níveis de estresse e a ansiedade, possa contribuir com relativa orientação, esclarecimento e integração do cuidador familiar ao tratamento da criança e principalmente verificar a necessidade de assistência profissional visando o bem-estar do familiar. Pretende-se ainda que os resultados da pesquisa, de alguma forma, possam contribuir com melhorias nas relações dos cuidadores envolvidos na assistência à criança, a partir da ampliação dos conhecimentos relativos ao tema. Levando-se tais fatos em consideração é possível evidenciar que, mesmo não havendo construções científicas num contexto do Estado do Rio Grande do Norte, existe a possibilidade de alavancar pesquisas que investiguem os aspectos supracitados, oferecendo margem a um aprimoramento do conhecimento em foco.

**QUAL O PAPEL DA PSICOLOGIA NA TERAPIA GÊNICA
APLICADA AO TRATAMENTO DA DIABETES TIPO I?**

*Clécio da Silva
Danilo de Freitas Araújo
Gildeon Mendonça da Costa
Tiago Dantas Martins
Vânia Andrade Vieira da Silva*

Discentes do curso de Psicologia, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Katie Moraes de Almondes
Docente do curso de Psicologia, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) A diabetes tipo I evidencia-se como uma doença auto-imune que atinge cerca de 0,25% da população mundial. Concomitante a esse fato, modernos tratamentos, como a terapia gênica (procedimento de intervenção onde se modifica geneticamente o conjunto de células em que a doença ocorre), começam a ser desenvolvidos. No Rio Grande do Norte, no entanto, não existem registros de instituições que se comprometam ou que estejam capacitadas a aplicar técnicas de terapia gênica para o tratamento de Diabetes tipo I, havendo, não obstante, esforços direcionados à obtenção de novos conhecimentos científicos referentes a esta forma de tratamento emergente. É nesse sentido que os profissionais da Psicologia vêm aliando-se ao escopo de profissionais envolvidos nessa nova expressão terapêutica, começando a atuar nesse âmbito e, envolvendo-se, sobretudo, no aconselhamento de indivíduos que sofrem um grande impacto emocional, proveniente do tratamento que estão por receber. E, ainda, terão diante de si inúmeras demandas referentes a Bioética, que permeariam as suas habilidades e competências postas em prática. O objetivo do presente estudo é identificar o papel do (a) psicólogo (a) no processo clínico dos indivíduos acometidos de diabetes tipo I, que estão ou irão se submeter à terapia gênica, bem como discutir os aspectos bioéticos intrínsecos a essa prática.

(METODOLOGIA) Este estudo se constitui num levantamento bibliográfico, realizado a partir de artigos da base de pesquisa (em meio digital) Scielo - Scientific Electronic Library Online. Os dados provenientes desse levantamento foram analisados e discutidos, buscando encontrar informações na literatura especializada que propusessem prováveis linhas de atuação do psicólogo no processo da terapia gênica.

(RESULTADOS) Na fonte de pesquisa onde se efetivou o levantamento, não foram encontrados resultados que mostrassem o papel do psicólogo relacionado ao tratamento da terapia gênica aplicada a diabetes tipo I, nem tão pouco que tratasse da discussão bioética sobre a aplicabilidade desse tipo de intervenção em seres humanos. Contudo, muito pode ser discutido a respeito da importância que assume nesse contexto. É necessária, assim, para compreender se os pacientes apresentam distúrbios neuropsicológicos e cognitivas em função da submissão à terapia gênica. Nesse caso, ela poderia ser importante, por exemplo, a um indivíduo que tem como única chance de cura tal processo e que poderia se encontrar em um estado ansiogênico (ou com uma outra alteração mental) capaz de provocar ou intensificar positiva ou negativamente o processo de tratamento. Destarte, a importância da Psicologia diante de tais conjecturas, não se dá apenas para fins de aconselhamento, mas também pode ser direcionada à execução do processo terapêutico regular (através de encaminhamento e acompanhamento).

(CONCLUSÃO) Apesar da literatura especializada não trazer estudos sobre a intervenção do psicólogo no tipo de processo terapêutico analisado, aplicado ao tratamento da diabetes tipo I, muito pode ser discutido a esse respeito. Levando-se tais proposições em consideração, e o “fazer” da Psicologia nessa relação, é possível evidenciar que, mesmo não havendo construções científicas num contexto de inter-relação no Estado do Rio Grande do Norte, existe a possibilidade de alavancar pesquisas que investiguem os aspectos supracitados, oferecendo margem a um aprimoramento do conhecimento em foco. Torna-se necessário, portanto, que mais estudos venham a verter luz sobre essa temática, para que no âmbito teórico embase a prática dessas técnicas, e intensifique, então, um maior nível de confiança naqueles que se submetem a esse tratamento e que, ainda, apontem o caráter imprescindível da atuação do profissional de Psicologia nesse contexto.

**RELAÇÃO ENTRE SONOLÊNCIA E QUALIDADE DO SONO
EM ALUNOS DE TURNOS DIFERENTES DA FARN**

Danilo de Freitas Araújo

EB Belli Baptista Cruz

Gildeon Mendonça da Costa

Vladimir Paiva Beserra Cabral de Oliveira

Discentes do curso de Psicologia, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Katie Moraes de Almondes

Marcílio Rodrigues de Oliveira

Docentes do curso de Psicologia, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) Cada vez mais se discute o grande impacto que o sono acarreta sobre o funcionamento normal da vida das pessoas. Por isso a importância da qualidade do sono como agente propiciador do bem-estar biopsicossocial de um indivíduo. Uma das principais causas que afetam a qualidade do sono é a Sonolência Diurna Excessiva (SDE). A SDE diz respeito à possibilidade aumentada de um indivíduo dormir e está associada a ataques do sono, cochilos involuntários e propensão exagerada para dormir. Ela pode ser originada por fatores externos ao indivíduo, como trabalho e estudo, e por fatores biológicos, como etiologias médicas. Os estudantes (especialmente os do Ensino Superior) são uma população com chances altas de desenvolver SDE. O turno em que estudam se constitui num dos agentes que pode influenciar a sonolência pois, freqüentemente, as demandas acadêmicas exaustivas (características do Ensino do Superior) levam à necessidade de complementação de estudos à noite ou pela madrugada. Além disso, para aqueles estudantes que estudam, e têm que trabalhar, o fato de ter que acordar mais cedo para isso compromete a duração do sono, atuando, assim, como potente sincronizador do ciclo vigília-sono. Este trabalho objetiva analisar e correlacionar os níveis de sonolência e de qualidade do sono de estudantes universitários, pertencentes a turmas de turnos diferentes (manhã e noite), da FARN.

(METODOLOGIA) O universo de pesquisa abrangeu 234 acadêmicos da FARN (Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte), de ambos os sexos e na faixa etária de 17 a 55 anos. Cursavam tanto o turno da manhã (Enfermagem, Nutrição, Fisioterapia e Direito), como o da noite (Administração, Psicologia, Ciências Contábeis e Direito). Os sujeitos assinaram um termo de consentimento livre e esclarecido, concordando em participar do estudo. Em seguida, preencheram a Escala de Sonolência de Epworth (ESE) e o Índice de Qualidade de Sono de Pittsburgh (IQSP). O primeiro é um questionário com 8 situações, onde um escore acima de 10 pontos é diagnóstico de SDE. Já o IQSP, consiste de 10 questões relacionadas aos hábitos normais de sono do indivíduo, e cuja pontuação indica, quando acima de 5, qualidade do sono ruim. Na análise estatística empregou-se o Teste de Correlação de Pearson e o Teste Mann-Whitney.

(RESULTADOS) Os resultados mostram que os cursos do turno matutino apresentaram uma média total de $5,54 \pm 2,99$ pontos no IQSP e uma média de $9,03 \pm 4,08$ pontos na ESE. Já os cursos do turno noturno demonstraram uma média total de $5,53 \pm 3,08$ pontos no IQSP e uma média de $9,7 \pm 3,96$ pontos na ESE. Além disso, o Teste Mann-Whitney expõe que não foram encontradas diferenças significativas nos níveis de qualidade do sono entre os turnos matutino e noturno ($u = 5.911,5$ e $p = 0,95$) e nem nos níveis de sonolência entre estes mesmos turnos ($u = 5.384,5$ e $p = 0,23$). Já o Teste de Correlação de Pearson mostra que não há correlação significativa entre níveis de qualidade do sono e de sonolência no turno matutino ($r = 0,00$, $p = 0,99$) e no noturno ($r = 0,12$, $p = 0,18$).

(CONCLUSÃO) Os alunos dos dois turnos, embora não apresentem SDE, possuem qualidade do sono ruim. Não foram encontradas, então, diferenças significativas nos níveis de qualidade do sono e de sonolência entre os turnos, sugerindo que o turno em que se estuda não tem um grande poder de influência. Finalmente, não foi detectada correlação entre qualidade do sono e sonolência nos dois turnos, o que pode ser explicado pela adoção de estratégias por parte dos estudantes no sentido de recompensar a sonolência, tais como: dormir mais nos fins de semana, cochilar em horários alternativos, usar substâncias psicoestimulantes, etc.

**REPERCUSSÕES PSICOLÓGICAS DO CONTROLE ECONÔMICO
DO INSS SOBRE O COMPORTAMENTO DE UM INDIVÍDUO**

*Adrielle de Melo Medeiros
Fernanda Gomes de Miranda Sales
Jayme Ferreira Sales
Laís Fernandes Jacobina
Marcela Rocha Bezerra*

Discentes do Segundo Período do Curso de Psicologia da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Katie de Moraes Almondes
Docente da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) Algumas instituições determinam o comportamento dos indivíduos, tais como: governo, religião, INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, família, escola e psicoterapia. Elas são denominadas agências sociais de controle, e sua atuação pode ocorrer através de reforços (estímulos que aumentam a probabilidade de uma resposta desejada) por meio de vantagens, benefícios oferecidos ao indivíduo, e punições (empregadas para reduzir tendências comportamentais indesejadas) por meio de desvantagens para o indivíduo. Determinadas consequências surgem para o sujeito que é controlado, a essas consequências, chamamos de subprodutos. Desse modo, o estudo realizado tem como objetivo avaliar a atuação do INSS como agência controladora sobre o comportamento de um indivíduo.

(METODOLOGIA) Estudo de caso à luz da Teoria Comportamental.

(RESULTADOS) Paciente do primeiro semestre de 2007, 70 anos, casada, 3 (três) dependentes (filhos e marido), aposentada por invalidez pelo INSS. Essa instituição tenta controlar o comportamento do indivíduo aposentado de não trabalhar, através da utilização de reforço positivo, o dinheiro (aposentadorias), sendo considerada por esse motivo, agência social de controle, de caráter econômico. Porém, a paciente não corresponde ao comportamento esperado, pois aceita um convite para ocupar um cargo representativo do Estado para aumentar sua renda. Após seis anos trabalhando normalmente, embora de forma ilegal, o INSS descobre essa atividade, forçando-a ao desligamento, devido ao laudo prévio de invalidez emitido por esse órgão, que não permite atividade laboral remunerada. Com esse desligamento (extinção do comportamento de trabalhar no cargo), a paciente perde a remuneração referente ao cargo, ocasionando a queda expressiva dos seus rendimentos mensais, além de passar pelo constrangimento de ter sido “descoberta” na ilegalidade, o que se torna um estímulo aversivo, gerando falta de apetite, angústia, ausência de vontade de sair de casa e encontrar os amigos, relatada pela paciente. Sente-se deprimida, casualmente apresenta estados de insônia, falta de motivação, instabilidade emocional, alterações de humor, e já havia realizado tratamentos anti-depressivos, porém, sem sucesso. Esse quadro depressivo caracteriza um subproduto emocional do controle (depressão). Todo o processo relatado representa para ela, também uma punição, ocasionada pela transgressão da lei, trazendo uma série de desvantagens, tanto econômicas quanto psicológicas, incluindo predisposições para ansiedades perturbadoras (subproduto emocional do controle), e a fuga (subproduto do controle), evidenciada no relato de uma de suas internações, em que ao sair, ela expressou: “preferia ter morrido”, essa morte a retiraria dos estímulos aversivos vivenciados. Procurando alívio, a paciente voluntariamente recorreu à psicoterapia, considerada uma agência especial de controle, pois através dos reforços, confiança, e progressos levam o terapeuta a exercer controle sobre o paciente. Para acelerar a diminuição dos efeitos da punição que ela sofre, o terapeuta utiliza a audiência não-punitiva e métodos facilitadores. No caso estudado, a psicoterapia irá funcionar como um reforço negativo, aumentando a probabilidade de ele voltar a ter um comportamento saudável, retirando os efeitos aversivos do quadro depressivo e das demais queixas apresentadas inicialmente.

(CONCLUSÃO) O estudo de caso evidenciou o considerável poder das agências de controle sobre comportamentos dos indivíduos, podendo acarretar prejuízos observados, tais como: psicológicos, físicos, sociais, econômicos, fisiológicos.

A8 – PSICOLOGIA

SEU HORÁRIO DE AULA INFLUENCIA O SEU SONO? UMA INVESTIGAÇÃO DOS NÍVEIS DE QUALIDADE DE SONO E DE SONOLÊNCIA EM ALUNOS DA FARN

Danilo de Freitas Araújo

EB Belli Baptista Cruz

Gildeon Mendonça da Costa

Vladimir Paiva Beserra Cabral de Oliveira

Discentes do curso de Psicologia, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Katie Moraes de Almondes

Docente do curso de Psicologia, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) O estudante do Ensino Médio, ao entrar na Faculdade, passa por uma transição brusca: aulas, demandas, estágios, dentre outros, se tornam uma constante. Em concordância com o fato de que alguns cursos são representados no senso comum como cursos que possuem mais exigências, principalmente os da área de Saúde e de Ciências Sociais Aplicadas, torna-se freqüente declarações de pouco tempo de sono, horários variantes de dormir e acordar, baixa qualidade do sono e sonolência excessiva, justamente em decorrência das exigências da vida acadêmica. Muitas vezes, estes fatores acabam se relacionando com distúrbios do sono mais sérios e que podem acarretar graves conseqüências para o estudante. Tendo como objetivo analisar a sonolência e a qualidade do sono de graduandos das áreas de Ciências Sociais Aplicadas e Saúde da FARN, esta pesquisa visa compreender em qual delas o aluno apresenta maiores níveis de sonolência e qualidade de sono ruim.

(METODOLOGIA) O referido trabalho compôs-se de um levantamento bibliográfico acompanhado de uma coleta dos dados. Esta foi formada por uma amostra de 250 alunos da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte (FARN), dos cursos de Enfermagem, Psicologia, Nutrição e Fisioterapia (área de Saúde) e Direito, Ciências Contábeis e Administração (área de Ciências Sociais Aplicadas). As aulas do turno matutino (Enfermagem, Nutrição, Direito e Fisioterapia) vão das 7h40 até às 12h00, enquanto as do turno noturno (Psicologia, Ciências Contábeis, Administração e Direito), iniciam às 19h00 e terminam às 22h35. Os alunos voluntários assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Em seguida, preencheram uma ficha de identificação, a Escala de Sonolência de Epworth (ESE), questionário que abrange oito questões relativas ao nível de sonolência de um indivíduo e cujo ponto de corte é 10 (diagnóstico de sonolência diurna excessiva) e o Índice de Qualidade de Sono de Pittsburgh (IQSP), consistindo de 10 questões relacionadas aos hábitos normais de sono de um indivíduo, referentes ao mês anterior em que ele está (e cuja pontuação indica, quando acima de 5, qualidade do sono ruim).

(RESULTADOS) Os resultados mostram que os cursos da área de Ciências Sociais Aplicadas apresentaram uma média total de $5,53 \pm 2,99$ pontos no IQSP (valor que aponta para uma qualidade do sono ruim) e uma média de $9,52 \pm 4,0$ pontos na ESE (mostrando que tais alunos não possuem nível de sonolência diurna excessiva). Já os cursos da área de Saúde demonstraram uma média total de $5,54 \pm 3,03$ pontos no IQSP (valor esse que também aponta para uma qualidade do sono ruim) e uma média de $9,24 \pm 4,0$ pontos na ESE, indicando que, analogamente a área de Ciências Sociais Aplicadas, os alunos da área de Saúde não possuem sonolência diurna excessiva.

(CONCLUSÃO) Pode-se observar que ambas as áreas possuem uma qualidade do sono ruim e, ainda, em consonância com os escores alcançados na ESE, há apenas uma tendência ao diagnóstico de sonolência diurna excessiva. Vários fatores justificam este fato, como por exemplo, as atividades que cada área exige como demanda: estágios, o fato de se já trabalhar na área (após se fazer um curso técnico), a exigência de se estudar muito, dentre outros motivos. Tudo isto contribui para que em ambas as áreas o sono não alcance sua qualidade máxima. Tendo estas conclusões em vista, esta pesquisa é de suma importância para o psicólogo da área da saúde, uma vez que ele poderá ampliar o seu escopo de conhecimento a cerca dos efeitos da demanda acadêmica exaustiva na vida de um estudante, e intervir diretamente nas suas queixas, buscando provocar uma reflexão quanto aos efeitos provenientes dos horários de estudo inflexíveis sobre a qualidade do sono.

**UTILIZAÇÃO DO METILFENIDATO NO TRANSTORNO
DE DÉFICIT DE ATENÇÃO/HIPERATIVIDADE**

Maricelia Alves Trajano

Mylena Nelson

Verônica Bezerra Rodrigues

Discentes do Curso de Psicologia, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Danielle Souto de Medeiros

Docentes do Curso de Psicologia, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) O Transtorno do Déficit de Atenção/Hiperatividade (TDAH) é um transtorno neurobiológico, de causas genéticas, que aparece na infância e frequentemente acompanha o indivíduo por toda a sua vida. Essa síndrome neuro-comportamental afeta de 3 a 9% das crianças em idade escolar e aproximadamente 4% dos adultos. O TDAH classifica-se em três categorias: desatenção, hiperatividade e impulsividade, com nível inapropriado de atenção em relação ao esperado para idade, com ou sem impulsividade e hiperatividade. Isto leva distúrbios motores, perceptivos e cognitivo-comportamentais. As disfunções dopaminérgica e noradrenérgica estão envolvidas nas vias da atenção (neurônios noradrenérgicos) e motivação (neurônios dopaminérgicos) na patogênese do TDAH. Ocorrendo a suspeita clínica, o indivíduo deve ser encaminhado para o tratamento farmacológico e psicoterapia. A psicoterapia isolada, apesar de melhorar os sintomas de baixa auto-estima e sociabilidade, não foi eficaz no tratamento dos sintomas cardinais do transtorno. O uso do metilfenidato com ou sem psicoterapia associada foi a melhor estratégia para o tratamento desses pacientes. O metilfenidato é um fármaco psicoestimulante, utilizado no tratamento de crianças e adolescentes que possuem TDAH desde a década de 1930. No entanto, apesar do uso freqüente do metilfenidato, atualmente existem poucas informações sobre os possíveis efeitos do uso continuado desse fármaco no desenvolvimento. Nesse sentido, muitos estudos têm sido realizados com o objetivo de melhor compreender os mecanismos de ação do metilfenidato sobre o SNC. Chase e colaboradores (2002) mostraram, por exemplo, que a exposição de metilfenidato durante períodos críticos do desenvolvimento neural altera o padrão normal de expressão gênica. Além disso, foi demonstrado que ratos pré-púberes tratados cronicamente com metilfenidato apresentaram diminuição no número de transportadores de dopamina, sendo que esse efeito permaneceu até a idade adulta. A diminuição no metabolismo energético cerebral parece estar associada com algumas doenças neurodegenerativas, como as doenças de Alzheimer, Parkinson, Huntington e isquemia cerebral.

(METODOLOGIA) Neste trabalho foi realizada uma revisão bibliográfica acerca da utilização do metilfenidato no Transtorno do Déficit de Atenção/Hiperatividade, bem como nas atuais teorias biológicas sobre essa patologia, utilizando como fonte de pesquisa literatura científica obtida via sites de referência como Medline e ISI Web.

(RESULTADOS) O metilfenidato ajuda na redução dos sintomas apresentados a pessoas acometidas com TDAH. A eficácia clínica desse fármaco já foi comprovada em mais de 1.500 estudos clínicos nos últimos 40 anos. O mecanismo mais provável que garante a sua atividade é devido ao aumento nos níveis de dopamina extracelular no cérebro.

(CONCLUSÃO) Atualmente, o metilfenidato pode ser considerado um medicamento clinicamente seguro no tratamento do TDAH apresentando um perfil bastante satisfatório. Em grandes doses provoca sinais de estimulação generalizada do SNC, que podem levar a crises convulsivas e apresenta propriedades farmacológicas essenciais idênticas às anfetaminas. Apesar, de seus efeitos colaterais é segura a sua utilização, não parecendo justificar seu uso constricto no Brasil.

**VELHICE: CONCEPÇÕES DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS
DOS CURSOS DE DIREITO E PSICOLOGIA**

*Zilanda Pereira de lima
IsabelHenrique Alberto Dantas
Clécio da Silva
Jersika Thaise de Carvalho Silva
Danielle Oliveira de Macedo*

Discentes da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Célia Maria Cruz Marques Chaves

Docente da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) Dentre as diversas concepções a respeito da velhice, Campos (2006) a define como um procedimento *continuum*, que começa na concepção e termina com a morte. A ONU estima o período entre 1975 a 2025 como a Era do envelhecimento, sendo assim imprescindíveis os estudos nesta temática. Destarte, objetivou-se aqui averiguar a percepção da velhice entre os estudantes de Psicologia e Direito da cidade de Natal.

(METODOLOGIA) A pesquisa contempla os aspectos teóricos e aplicados, por tratar-se de pesquisa bibliográfica, documental e pesquisa de campo. A amostra é do tipo aleatório, cujo plano amostral é de 150 estudantes com idade média de 22,7 ($DP = 6,25$), dos cursos de Direito (52%) e Psicologia (48%), sendo a maioria do sexo feminino (55,3%) e de Universidades Privadas (54%) da cidade do Natal-RN. Para a coleta dos dados, adotou-se a técnica de associação livre e a palavra-estímulo “Violência e Maus-Tratos Contra o Idoso”. Foi pedido para que escrevessem quatro palavras que viessem à mente ao escutar a palavra estímulo. Os estudantes foram abordados individualmente, mediante consentimento livre e esclarecido. Para a averiguação do *corpus* utilizou-se a análise de conteúdo de Bardin (2004).

(RESULTADOS) Os resultados obtidos foram condensados em 5 categorias: 1ª Temporalidade (59,45%; *Fatores Cronológicos*: 26,7%; *Desenvolvimentistas*: 22,7%; e *Físicos*: 10%); 2ª *Atributos Positivos* (91,4%; *Afetivos*: 20%; *Enaltecedores*: 8,7%; e *Aquisições da Longevidade*: 62,7%); 3ª *Negativos* (78,7%; *Decréscimo da qualidade de vida*: 28%; *Limitações da Senilidade*: 36%; e *Práticas Sociais Aversivas*: 14,7%); 4ª *Conjuntura Familiar* (25,3%); 5ª *Direitos que devem ser assegurados* (39,4%).

(CONCLUSÃO) O estudo ressaltou a percepção positiva dos estudantes sobre a velhice, em contraposição a parte das pesquisas que apontam uma concepção mais fatalista (Veloz, Schulze & Camargo, 1999). O estudo observa que a Temporalidade é uma variável de relevância para o estudo da velhice, segundo a maioria dos estudantes entrevistados, onde as aquisições de Longevidade são representativas para 62,7% dos estudantes. São preocupantes os atributos negativos da velhice que, para 78,7% dos estudantes apresentam-se sob a forma de Decréscimo da Qualidade de vida, Limitações de Sanidade e Adversidades de Práticas Sociais. A Conjuntura Familiar, por sua vez, não constitui-se em condição representativa para a qualidade de vida e bem-estar social do idoso, pois segundo a pesquisa, apenas um quarto (25,3%) dos estudantes identificaram a referida variável como elemento representativo da velhice, no contexto atual. Com isto não pretendeu-se aqui esgotar as discussões sobre esta temática sendo necessária a realização de investigações futuras.

VIOLÊNCIA E MAUS TRATOS CONTRA O IDOSO: DIFERENÇAS NA CONCEPÇÃO DE ESTUDANTES DE UNIVERSIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS

Clécio da Silva

Jersika Thaise de Carvalho Silva

Zilanda Pereira de Lima

Isabel Henrique Alberto Dantas

Discentes do curso de Psicologia, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Célia Maria Cruz Marques Chaves

Docente do curso de Psicologia, Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) Historicamente, verificam-se na literatura diferentes formas de expressões de condutas violentas voltadas aos diversos ciclos etários. Atualmente, contudo, é crescente o interesse dos pesquisadores em apurar a violência e maus-tratos sofridos pelas pessoas idosas. De acordo com Melo, Cunha e Falbo Neto (2006), os maus-tratos contra pessoas idosas foram descritos pela primeira vez em 1975, em publicações britânicas. A partir desta data, a temática em questão tornou-se alvo de pesquisas científicas e de ações governamentais em todo mundo, e no Brasil, desde a última década. Entretanto, as publicações sobre maus-tratos na terceira idade mostram-se ainda incipientes, sobretudo na população brasileira (Espíndola & Blay, 2007). Mas o que configura uma situação de violência e maus-tratos contra pessoas idosas? De acordo com a OMS (2003), a violência contra o idoso é representada por ações, de caráter único ou repetitivo, que ocorrem em uma relação de confiança; ou ainda, na ausência de gestos que causem angústia, sofrimento e outros danos. Referem-se a abusos físicos, verbais, psicológicos, sexuais, econômicos, de autonegligência e negligência do responsável pelo idoso. É desta última que advêm, freqüentemente, lesões e traumas físicos, emocionais e sociais para a pessoa idosa (Espíndola & Blay, 2007; Melo, Cunha & Falbo Neto, 2006). De acordo com Minayo (2003), as violências contra pessoas mais velhas podem ser entendidas pelo menos, sob três aspectos: demográficos, sócio-antropológicos e epidemiológicos. No tocante a aspectos sócio-antropológicos especificamente, reconhece-se que faz parte da história um “desinvestimento” político e social na pessoa do idoso. A maioria das culturas tende a segregar esses indivíduos, real ou simbolicamente e a desejar sua morte. Esse desejo social de morte dos idosos parece ser expresso nos conflitos intergeracionais, maus-tratos e negligências, cuja elaboração cultural e simbólica se diferencia no tempo, por classes, por etnias, e por gênero. No caso brasileiro, são notórias as representações sociais referentes ao idoso; noções estas ligadas a abusos e negligências, inclusive no interior dos próprios lares onde os impasses entre gerações, limitações nos espaços físicos e até dificuldades financeiras, aliam-se ao imaginário social que tradicionalmente consideram a velhice como um período de “decadência” e, desta forma, vêem os idosos como “descartáveis” ou um “peso social” (Minayo & Coimbra Jr., 2002). Diante da escassez de estudos dispostos na literatura especializada, a presente pesquisa objetiva contribuir verificando se há diferenças nas concepções sobre violência e maus-tratos contra o idoso de estudantes universitários de instituições públicas e privadas na cidade de Natal-RN.

(METODOLOGIA) Contou-se com a participação de 150 estudantes universitários (públicas: 46%; privadas: 54%) com idade média de 22,7 (DP= 6,25), predominantemente mulheres (55,3%), cursando Psicologia (52%), abordados individualmente mediante consentimento livre e esclarecido. Adotou-se a técnica de associação livre e a frase-estímulo “Violência e maus tratos contra o idoso” na coleta dos dados. Para averiguar o *corpus*, utilizou-se a Análise de Conteúdo de Bardin e a técnica estatística do *Qui-Quadrado*.

(RESULTADOS) Os resultados permitiram a elaboração de 5 categorias: A) *Impressões Aversivas (Ao Ato Violento: 94%; Ao Ator da Violência: 32%)*; B) *Omissão Governamental: 34,7%*; C) *Fatores Circundantes a Violência (Sociais: 14%; Ratificadores da Fragilidade do Idoso: 17,3%)*; D) *Sentimentos depreciativos: 29,5%*; E) *Possíveis Precursores do Ato Violento (8%)*. Encontrou-se diferença significativa ($X^2 = 5,37$; $gl = 1$; $p \leq 0,02$) nas freqüências apresentadas pelos alunos de universidades públicas (48,6%) e privadas (51,4%) concernentes às impressões aversivas ao ato violento.

(CONCLUSÃO) Os resultados apontam um aumento significativo na concepção desfavorável à violência e maus-tratos contra o idoso, sobretudo dos estudantes de instituições privadas. Em pesquisas futuras, no entanto, faz-se necessário verificar, dentre outras variáveis, o quanto estas concepções de desaprovação influenciam de fato o comportamento dos jovens.

**VIOLÊNCIA E MAUS-TRATOS CONTRA O IDOSO:
CONCEPÇÕES DE ESTUDANTES DE DIREITO E PSICOLOGIA**

Jersika Thaise de Carvalho Silva

Clécio da Silva

Zilanda Pereira de Lima

Danielle Oliveira de Macêdo

Isabel Henrique Alberto Dantas

Discentes da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

Célia Maria Cruz Marques Chaves

Docente da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

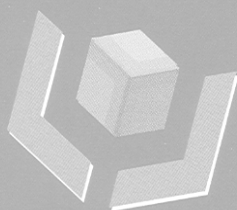
(INTRODUÇÃO) A violência ocupa um lugar de discussão mundialmente significativo. No tocante a violência voltada aos idosos, verifica-se na literatura que ela assume variadas dimensões, como física, verbal e psicológica (Daichman, 2004). Assim, no presente estudo, objetivou-se verificar o que estudantes de Psicologia e Direito pensam sobre a violência contra os idosos e contribuir para compreender a situação de violência que boa parte da população acima dos 60 anos vivencia.

(METODOLOGIA) A pesquisa contempla os aspectos teóricos e aplicados, por tratar-se de pesquisa bibliográfica, documental e pesquisa de campo. A amostra é do tipo aleatório, cujo plano amostral é de 150 estudantes com idade média de 22,7 ($DP = 6,25$), dos cursos de Direito (52%) e Psicologia (48%), sendo a maioria do sexo feminino (55,3%) e de Universidades Privadas (54%) da cidade do Natal-RN. Para a coleta dos dados, adotou-se a técnica de associação livre e a palavra-estímulo “Violência e Maus-Tratos Contra o Idoso”. Foi pedido para que escrevessem quatro palavras que viessem à mente ao escutar a palavra estímulo. Os estudantes foram abordados individualmente, mediante consentimento livre e esclarecido. Para a averiguação do *corpus* utilizou-se a análise de conteúdo de Bardin (2004).

(RESULTADOS) Os resultados obtidos permitiram a elaboração de 5 categorias organizadas como segue: A) *Impressões Aversivas (ao Ato Violento: 94,7%; ao Ator da Violência: 32%)*; B) *Omissão Governamental (34,7%)*; C) *Fatores Circundantes à Violência (Sociais: 14% e Ratificadores da fragilidade do idoso: 17,3%)*; D) *Sentimentos depreciativos (29,5%)*; E) *Possíveis Precursores do Ato Violento (8%)*. Tais resultados podem indicar que é crescente o pensamento desfavorável ao ato e ao ator de condutas violentas contra o idoso e ao posicionamento de omissão governamental, devido possivelmente, ao conhecimento de que estes atos são nocivos à dignidade humana. Porém, faz-se necessário verificar em estudos futuros o quanto estas concepções influenciam o comportamento dos jovens.

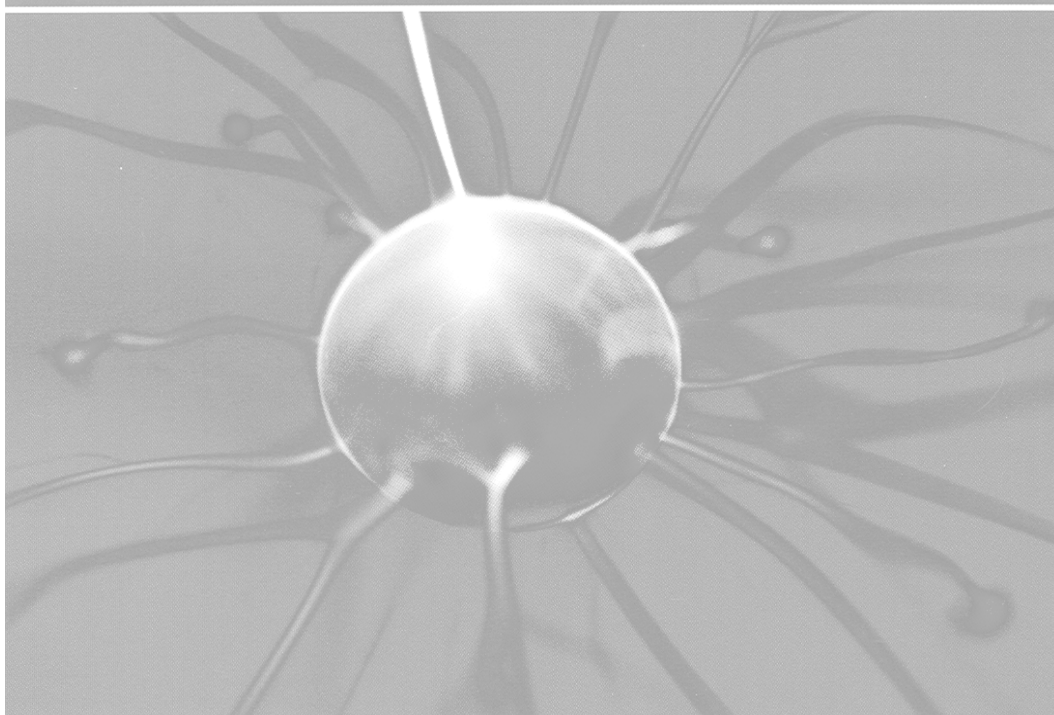
(CONCLUSÃO) Constata-se na pesquisa que os estudantes universitários dos cursos de Direito e Psicologia de Natal-RN são aversos à prática de atos violentos praticados contra pessoas idosas. Dentre os fatores identificados e destacados como impulsionadores e/ou que contribuem para a prática da violência, destaca-se a falta de políticas públicas e ações governamentais que inibam os referidos atos e penalizem os infratores. Os estudantes ratificam as variáveis constantes da pesquisa que contribuem para a referida violência, tais como fragilidade do idoso e fatores sociais.

VII CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA FARN



VII

**CONGRESSO DE INICIAÇÃO
CIENTÍFICA DA FARN**



"EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA CONSTRUÇÃO DA PAZ"
24 a 27 de outubro de 2007

**P
Ó
S
·
G
R
A
D
U
A
Ç
Ã
O**

**COMUNICAÇÃO LIVRE E
PÔSTER**

A9 – PÓS-GRADUAÇÃO

O USO DO MÉTODO DO E-LEARNING NO ENSINO SUPERIOR: ESTUDO DE CASO NO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO (UFRN)

Ermerson de Oliveira Capistrano

Discente do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – PPGA/UFRN e Discente do Curso de Pós-Graduação MBA em Administração Financeira da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Sueli Menelau de Novaes

Discente do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – PPGA/UFRN

Carlos Eduardo Marinho Diniz

Docente do Curso de Administração, Administração com Habilitação em Marketing e Ciências Contábeis e da Pós-Graduação MBA em Administração Financeira da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) A sociedade atual apresenta uma crescente necessidade de uma educação que reflita e se adapte as mudanças científicas pela qual o ser humano vivencia a realidade transformadora do mundo. Diante de tal complexidade e alinhado a essa tendência global, o ambiente de ensino superior no Brasil passa a ser desafiado por estas transformações e, na tentativa de se adaptar as novas conjunturas sociais e econômicas, volta-se à utilização de tecnologias inovadoras. Nesse cenário, a utilização da metodologia de ensino a distância (EAD), via *Internet*, aplicada na formação de nível superior, emerge como um método adaptável a esta nova conjuntura.

(METODOLOGIA) O processo de investigação desse estudo foi conduzido por meio do método de pesquisa exploratória, de natureza qualitativa, direcionado pelo método de estudo de caso simples em uma unidade de análise, conforme sugere Yin (2001). São utilizadas técnicas de análise de conteúdo, destacando aspectos de temporalidade, estruturais, interatividade, transformação, posicionamento e redimensionamento. A obtenção dos dados dá-se por meio de pesquisa documental, entrevistas semi-estruturadas e observações junto aos principais atores internos envolvidos no processo de viabilização do serviço, além da análise da plataforma virtual (Moodle) em que é realizado o curso. Para a tabulação dos dados, o público investigado é dividido em estratos, com a finalidade de identificar qual a visão de cada grupo sobre a gestão do curso para, posteriormente, combinar as informações, de forma a demonstrar o posicionamento desta unidade de ensino no contexto da EAD.

(RESULTADOS) A análise dos dados possibilitou visualizar que o Curso de graduação em Administração adota uma estratégia baseada na necessidade (PORTER, 1999). Contudo, não se descarta que a base estratégica também é composta por uma estratégia de acesso, já que existem pólos de atuação dispersos geograficamente para atender ao público-alvo. Verificou-se um esforço no sentido de alinhar o Curso às necessidades dos alunos (KOTLER, 2000), fato observado nas mudanças que ocorreram na estrutura tecnológica inicialmente delineada, na condução das disciplinas e treinamento constante de tutores e professores. O material de apoio empregado foi considerado inadequado pelos atores do processo por ter sido desenvolvido sem considerar que este seria utilizado em um ambiente virtual. As principais ações estratégicas para a condução das disciplinas do curso estão voltadas para o incremento de ferramentas síncronas, que poderão ampliar a aprendizagem dos alunos. Um diferencial comprovado por todos os principais atores do curso foi a escolha da plataforma (Moodle).

(CONCLUSÕES) Foi possível identificar que o curso de administração no método de EAD apresenta pontos de melhoria e variáveis que podem interferir positiva ou negativamente em sua condução estratégica. O planejamento e as diretrizes iniciais delineadas para o Curso tiveram que ser modificadas em virtude de acontecimentos ligados a fatores conjunturais, bem como redimensionamentos internos. A pesquisa aponta que a sustentabilidade do Curso pode ser alcançada com a efetivação dos projetos em desenvolvimento pela SEDIS, junto às prefeituras e ao MEC. No entanto, o fato desses estarem atrelados às ações governamentais, pode refletir uma ameaça à sua continuidade. Criar estratégias no sentido de estreitar parcerias vigentes, além de ações que demonstrem que essa metodologia não deve ser tida como concorrente, mas sim complementar ao ensino presencial, são estratégias que podem ser adotadas pelos gestores do Curso.

A9 – PÓS-GRADUAÇÃO

FORMAÇÃO DE PREÇO PARA AS MICROEMPRESAS DO RAMO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO NA ZONA LESTE DE NATAL/RN: UMA ANÁLISE DO MÉTODO MAIS ADEQUADO

Danyiel Ferreira de Medeiros

Alessandro de Albuquerque Apolinário

Discentes do Curso de Pós-Graduação MBA em Administração Financeira da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Ermerson de Oliveira Capistrano

Discente do Curso de Pós-Graduação MBA em Administração Financeira da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN e do Programa de Pós-Graduação (Mestrado) em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – PPGA-UFRN

Carlos Eduardo Marinho Diniz

Docente do Curso de Administração, Administração com Habilitação em Marketing e Ciências Contábeis e da Pós-Graduação MBA em Administração Financeira da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) O ambiente macroeconômico nas últimas décadas, após sucessivas mudanças na economia, propiciou a chegada de novos competidores e o surgimento de novas tecnologias, fomentando de forma mais intensiva a disputa de mercado e motivando o setor varejista a investir e a procurar entender as necessidades, desejos e expectativas dos consumidores. Atualmente, o consumidor final, que detém o poder de compra e decisão, é cada vez mais assediado por um mercado competitivo e de margens de lucro bastante restritas. Neste contexto é clara a importância dos preços na conquista do consumidor, e conseqüentemente, no crescimento das vendas e no sucesso dos negócios. Dessa forma, o grande desafio deste trabalho é identificar um método de formação de preço que equacione a relação cliente, concorrente e custo.

(METODOLOGIA) Assim, foi realizada uma pesquisa de campo (censitária), através de entrevistas por pauta realizadas com os gerentes e proprietários das empresas de material de construção da zona leste de Natal, em seus respectivos ambientes de trabalho, durante o período de 01 a 30 de Setembro de 2006. A pesquisa apresenta, quanto aos objetivos a que se propõe a característica exploratória. No que concerne aos meios, à pesquisa se desencadeou por meio de pesquisa bibliográfica, que forneceu o embasamento necessário no discorrer desse estudo, sustentado em livros, revistas técnicas, artigos publicados, e documentais.

(RESULTADOS) Pôde-se perceber que todas as empresas entrevistadas formam seus preços baseados na concorrência, ou seja, os definem em função dos preços cobrados pelos concorrentes. Entretanto, apenas 6,82% delas detêm um bom nível de conhecimento dos seus próprios custos/despesas, considerando-os na fixação dos preços, buscando assim não praticar os mesmos preços da concorrência de forma indiscriminada.

(CONCLUSÕES) Após a análise dos resultados conclui-se que, no que se refere ao método de formação de preço das micro empresas do ramo de material de construção da zona leste da cidade de Natal, não é recomendável simplesmente igualar os preços aos dos concorrentes, uma vez esta ação despreza os próprios custos e despesas da empresa, o ciclo de vida dos seus produtos, bem como o quanto os seus consumidores estão dispostos a pagar (preço máximo) por estes. Assim, em caráter de recomendação, este trabalho propõe que as empresas utilizem-se do Mark-up, associados a uma análise dos preços praticados pela concorrência e do preço que os consumidores estão dispostos a pagar. Nesse caso, o Mark-up é usado apenas com o intuito de gerar o preço desejado dos produtos, possibilitando uma análise da empresa acerca de como estão seus custos e despesas ou expectativas de lucro, sem, contudo, desprezar o preço praticado pelos concorrentes e a quanto os consumidores estão dispostos a pagar pelo produto.

A9 – PÓS-GRADUAÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO DE FORMAÇÃO DE PREÇOS NO VAREJO FORMAL DO BAIRRO DO ALECRIM NA CIDADE DO NATAL/RN

Tiago Cóbe de Araújo

Discente do Curso de Pós-Graduação MBA em Administração Financeira da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Ermerson de Oliveira Capistrano

Discente do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – PPGA/UFRN e Discente do Curso de Pós-Graduação MBA em Administração Financeira da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

Francisco de Assis Lázaro de Oliveira Capistrano

Discente do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN

Maria da Luz Góis Campos

Docente do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN

Carlos Eduardo Marinho Diniz

Docente do Curso de Administração, Administração com Habilitação em Marketing e Ciências Contábeis e da Pós-Graduação MBA em Administração Financeira da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) Nas últimas décadas, o ambiente macroeconômico tem passado por profundas transformações, tecnologias inovadoras, uma intensiva disputa por mercados. O preço é um dos componentes estratégicos fundamentais para a sobrevivência das empresas, porém sua definição é essencialmente complexa. A realização deste trabalho surge da necessidade de identificar as estratégias de formação de preços utilizados no varejo formal do Bairro do Alecrim em Natal/RN. O objetivo principal deste estudo é identificar o método de preço mais comumente utilizado em alguns ramos de negócio no mercado formal do Alecrim, cuja principal característica desses grupos é a sua proximidade geográfica.

(METODOLOGIA) Esta pesquisa é conduzida em duas etapas: a primeira diz respeito à pesquisa bibliográfica e documental, a segunda ao estudo de campo

(RESULTADOS) Dados do SEMURB (2005) revelam a existência de 2.468 empresas no Bairro, sendo 4,86% indústrias, 40,03% prestadoras de serviços e 52,51% empresas comerciais. Há forte predomínio da atividade varejista (93,13%) no bairro. A pesquisa foi aplicada junto aos gestores dos estabelecimentos sorteados de forma aleatória, nas ruas especializadas por ramo de negócio. Os dados foram coletados através de questionários com perguntas abertas e fechadas nos seguintes subgrupos comerciais: material de construção, componentes eletrônicos, óticas e relojarias, embalagens e afins, sapatarias e vestuário. Foram entrevistados no total 33 empresas nos diversos ramos de negócio supracitados. No método via Demanda, apenas 3% dos proprietários declararam possuir conhecimento sobre a curva de demanda, mas não utilizam este método. Na formação de preços via custos - o Mark-up - é citado como ferramenta usual pela maioria dos gestores (60,6%), o que comprova a difusão dessa técnica no mercado. Contudo, para 39,4% dos entrevistados esse índice é desconhecido ou ineficiente para a formação dos preços.

(CONCLUSÕES) O método de preço via concorrência representa 57,6%, confirmando que este é método mais empregado no local, tendo destaque ainda o preço médio de mercado, o qual é utilizado por 39,4% das empresas. Dentre os três métodos analisados, o baseado na demanda foi praticamente ignorado pela maioria das empresas. Para 85% dos pesquisados que utilizam o método mark-up baseiam-se na estrutura interna de custos, entretanto os resultados do índice servem apenas como referência, nem sempre sendo utilizados efetivamente. É possível afirmar que as empresas da região são significativamente sensíveis aos preços praticados pelos concorrentes. O método de preço mais empregado no mercado varejista do bairro do Alecrim é o baseado na concorrência, destacando-se a prática do preço médio. Um dos fatores que contribui para este resultado é a proximidade entre os concorrentes, o que facilita as comparações de preços. É recomendável a realização de estudos para avaliar tendências de variações no emprego dos métodos de formação de preços, visto que, o varejo tende a continuar em transformação.

A9 – PÓS-GRADUAÇÃO

MARKETING DE RELACIONAMENTO VIA WEB: UMA FERRAMENTA PARA CAPTAÇÃO DE RECURSOS NAS INSTITUIÇÕES DO TERCEIRO SETOR

Ermerson de Oliveira Capistrano

Discente do Curso de Pós-Graduação MBA em Administração Financeira da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN e do Programa de Pós-Graduação (Mestrado) em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – PPGA-UFRN

Mauro Lemuel Alexandre

Docente Efetivo do Programa de Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – PPGA-UFRN

Carlos Eduardo Marinho Diniz

Docente do Curso de Administração, Administração com Habilitação em Marketing e Ciências Contábeis e da Pós-Graduação MBA em Administração Financeira da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

(INTRODUÇÃO) No Brasil, o Terceiro Setor surgiu na década de 70, período da ditadura militar, quando a sociedade civil se organizou para lutar por ideais políticos. Desde o seu surgimento, essas entidades passaram por profundas mudanças. Atualmente, o setor vem passando por um processo de criação de uma nova identidade, rompendo com o caráter meramente assistencialista (doação do supérfluo dos ricos para os pobres), e se mostrando mais comprometido com o processo de inclusão dos marginalizados e na resolução dos problemas sociais. Nesse contexto, o maior desafio da sociedade civil é promover a sinergia entre os três setores: governo – conhecido como primeiro setor sendo o responsável pelas questões sociais; mercado – chamado de segundo setor e responsável por questões individuais; e as entidades não-governamentais – organizações do terceiro setor que tem como objetivo gerar serviços de caráter público, possibilitando o desenvolvimento sustentável da sociedade. Este estudo tem em seu escopo investigar como o marketing de relacionamento via *web* pode ser aplicado no contexto das organizações do terceiro setor (não-governamentais) como fonte captação de recursos

(METODOLOGIA) Para isso, será conduzida uma pesquisa exploratória de natureza qualitativa, sendo ainda direcionado pelo método do estudo de caso único, conforme citado por Yin (2001). As questões formuladas abordam pontos como os objetivos da instituição no longo prazo, a percepção da organização quanto a implementação do canal *web*, a visão da instituição quanto a necessidade de captação de recursos, o gerenciamento dos dados dos doadores de recursos e as barreiras encontradas na aplicação dos conceitos de marketing e finanças. Outra fonte de dados será a análise do *website* da organização na Internet. A coleta de dados se desenvolverá por meio de entrevistas estruturadas com os profissionais responsáveis pela gestão da instituição. O modelo do questionário para coleta dos dados será constituído por perguntas abertas e fechadas no intuito de identificar como.

(RESULTADOS) Portanto, esta pesquisa tem o intuito de fornecer algumas diretrizes para as organizações que necessitam de maximizar seus recursos através do fortalecimento do marketing de relacionamento institucional. As instituições que tem propensão a utilizar o marketing de relacionamento, buscando por meio da experiência vivida pela organização em estudo, referências bibliográficas e pesquisa de campo, sugestões de como desenvolver essa ferramenta ainda pouco explorada no terceiro setor, devido ao seu recente surgimento, mas de considerável relevância para a captação de recursos.

(CONCLUSÕES) Com isso, espera-se que o presente estudo de caso não se limite apenas à análise de dados, possibilitando assim comparações com outros casos encontrados na literatura, lições que possam ser difundidas para as demais organizações do setor e propiciar o fortalecimento da Instituição em estudo.

A9 – PÓS-GRADUAÇÃO

RELATO DE CASO: TRATAMENTO FISIOTERAPÊUTICO PÓS-ESCAPULECTOMIA

Kelly Cristina Gama Dantas

Especialista Docente do Curso de Pós-graduação Lato Sensu em Terapia Manual da FARN

Luciana Dantas Aguiar do Nascimento

Discente do Curso de Fisioterapia da Universidade Potiguar – UnP

Marcela Naiara Santos da Cunha

Discente do Curso de Fisioterapia da Universidade Potiguar – UnP

Jorge Ivan da Costa Nogueira

Docente do Curso de Fisioterapia da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN

(INTRODUÇÃO) Dentre tantas patologias que podem acometer o sistema musculoesquelético o condrossarcoma (tumor maligno primário do osso, originado de células cartilaginosas) tem preferência por ossos das cinturas pélvica e escapular e acomete, principalmente, pessoas da terceira idade. Seu tratamento é essencialmente cirúrgico e quando acomete a região do ombro, sobretudo a escápula, realiza-se a escapulectomia. A ressecção da totalidade ou porções da escápula afeta de maneira variada a capacidade funcional do ombro, pois ela serve de origem ou inserção a 17 diferentes músculos. Portanto, não se sabe se o tratamento fisioterapêutico com base em cinesioterapia pode trazer benefícios à capacidade funcional do membro superior de um indivíduo submetido à escapulectomia. Daí, o objetivo dessa pesquisa foi avaliar a capacidade funcional do membro superior de um indivíduo com ausência de escápula após acompanhamento fisioterapêutico com base em cinesioterapia. Sabe-se que a reabilitação do complexo do ombro é importante para a restauração da função e o retorno mais rápido do paciente às suas atividades laborativas, sociais e esportivas. O relato deste caso é relevante para a sociedade quanto ao conhecimento, por parte dos pacientes submetidos à escapulectomia, acerca dos prováveis benefícios que um tratamento fisioterapêutico pode lhes trazer. Para a comunidade científica esta pesquisa servirá como referência para o estudo das alterações biomecânicas que ocorrem em um paciente submetido à escapulectomia, bem como para divulgar a importância da Fisioterapia na reabilitação de casos como esse.

(METODOLOGIA) Esta pesquisa foi um relato de caso, do tipo experimental com designe pré e pós-teste. Foi estudado um indivíduo do sexo feminino, que foi submetida à escapulectomia para tratamento de um condrossarcoma em escápula do ombro direito. Como instrumentos de coleta de dados foram utilizados uma ficha de avaliação cinético-funcional, para coleta dos dados funcionais referentes ao membro superior direito do indivíduo; o Shoulder Pain and Disability Index (SPADI), para avaliação da dor e capacidade funcional do ombro; goniômetro do tipo universal, para aferir a amplitude de movimento da região do ombro; e, câmera fotográfica digital SONY 5.1 megapixels, para registrar o antes e o depois do acompanhamento fisioterapêutico. O tratamento foi realizado no domicílio da paciente, duas vezes por semana, totalizando 17 atendimentos. O plano de tratamento foi baseado nos achados da avaliação cinético-funcional, realizada previamente.

(RESULTADOS) Após 17 atendimentos o indivíduo apresentou, ao comparar com o membro superior contralateral, trofismo normal dos músculos trapézio e redondo menor, e uma melhora para os demais músculos citados da cintura escapular e glenoumeral; as clavículas encontram-se niveladas, porém os ombros, apesar da melhora ainda estão desnivelados; os músculos esternocleidomastoídeo, deltóides médio e posterior, trapézios médio e inferior, rombóides, bíceps e quadrado lombar não se encontram com contraturas, como no início; quanto à amplitude de movimento (ADM) verificou-se aumento da abdução de 40° para 54°, a extensão permaneceu em 24°, a flexão passou de 15° para 58°, a rotação interna de 0° para 70° e a rotação externa permaneceu em 0°; no que diz respeito à força muscular, as três porções do músculo deltóide, infraespinhal, redondo menor, rombóide, grande dorsal, serrátil anterior e trapézio inferior evoluíram de grau 2 para 3, trapézio médio de grau 3 (-) para 3 (+), o subescapular evoluiu de grau 2 para 4, o esternocleidomastoídeo de 4 para 5, o peitoral maior e o bíceps braquial de grau 4 (-) para 5, enquanto que os demais músculos que atuam nessa região mantiveram o mesmo grau de força que inicialmente. Com esses resultados o indivíduo que não conseguia realizar o teste dos três pontos (mão-ombro, mão-nuca e mão costas), atualmente consegue realizá-los normalmente.

(CONCLUSÃO) Vê-se que apesar da ausência de uma importante estrutura como é a escápula para o ombro, o acompanhamento fisioterapêutico com base em cinesioterapia para esse indivíduo submetido à escapulectomia trouxe benefícios do ponto de vista funcional, já que houve aumento da ADM das articulações da região do ombro direito e da força de importantes músculos que atuam nessa região. Tais resultados indicam que a continuidade do tratamento poderá trazer benefícios ainda maiores para a funcionalidade do membro superior direito desse indivíduo.